

GILBERTO COTRIM
MIRNA FERNANDES

Fundamentos de **FILOSOFIA**

MANUAL DO PROFESSOR

COMPONENTE
CURRICULAR
FILOSOFIA

VOLUME
ÚNICO

ENSINO MÉDIO



**Editora
Saraiva**

Fundamentos de **FILOSOFIA**

Gilberto Cotrim

Bacharel e licenciado em História pela
Universidade de São Paulo

Mestre em Educação, Arte e História da Cultura
pela Universidade Mackenzie

Professor de História e advogado

Mirna Fernandes

Bacharel em Filosofia pela Universidade de São Paulo

Especializações em Meio Ambiente na Universidade
de Santiago do Chile e na Universidade de Barcelona

Professora, editora e gestora ambiental

4ª edição – 2016

São Paulo

MANUAL DO PROFESSOR



**Editora
Saraiva**

| |
|--|
| COMPONENTE CURRICULAR FILOSOFIA |
| VOLUME ÚNICO |
| ENSINO MÉDIO |

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cotrim, Gilberto
Fundamentos de filosofia / Gilberto Cotrim,
Mirna Fernandes. -- 4. ed. -- São Paulo :
Saraiva, 2016.

Suplementado por manual do professor.
Bibliografia.
ISBN 978-85-472-0533-1 (aluno)
ISBN 978-85-472-0534-8 (professor)

1. Educação - Filosofia I. Fernandes, Mirna.
II. Título.

16-01969

CDD-370.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação : Filosofia 370.1
2. Filosofia da educação 370.1

| | |
|--------------------------------------|--|
| Diretora editorial | Lidiane Vivaldini Olo |
| Gerente editorial | Luiz Tonolli |
| Editor responsável | Gláucia Teixeira M. T. |
| Gerente de produção editorial | Ricardo de Gan Braga |
| Gerente de revisão | Hélia de Jesus Gonsaga |
| Coordenador de revisão | Camila Christi Gazzani |
| Revisores | Cesar G. Sacramento, Larissa Vazquez, Luciana Azevedo, Ricardo Miyake |
| Produtor editorial | Roseli Said |
| Supervisor de iconografia | Sílvia Kligin |
| Coordenador de iconografia | Cristina Akisino |
| Pesquisa iconográfica | Mariana Valeiro, Iron Mantovanello |
| Licenciamento de textos | Erica Brambila, Paula Claro |
| Coordenador de artes | Narjara Lara |
| Capa | Narjara Lara com imagem de Lera Art/Shutterstock |
| Design | Bonifácio Estúdio |
| Edição de arte | Rodrigo Bastos Marchini |
| Diagramação | Débora Jóia |
| Assistente | Camilla Felix Cianelli |
| Ilustrações | BIS, Estudio Mil, Mario Yoshida, Mauro Takeshi, Ricardo Montanari, Rogério Borges, Studio Caparroz |
| Tratamento de imagens | Emerson de Lima |
| Protótipos | Magali Prado |
| 078077.004.001 | Impressão e acabamento |

O material de publicidade e propaganda reproduzido nesta obra está sendo utilizado apenas para fins didáticos, não representando qualquer tipo de recomendação de produtos ou empresas por parte do(s) autor(es) e da editora.



**Editora
Saraiva**

SAC

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Avenida das Nações Unidas, 7221 – 1ª andar – Setor C – Pinheiros – CEP 05425-902

Apresentação

Você encontrará nesta obra uma proposta de estudo da filosofia centrada em seus fundamentos e no desenvolvimento de uma abordagem reflexiva sobre a vida, a partir de uma exposição clara, acessível e estimulante.

Enriquecida com bom número de textos dos grandes filósofos, esta proposta se completa com uma rica variedade de imagens e atividades, que visam auxiliar de forma efetiva o processo de ensino-aprendizagem.

Os conteúdos estão organizados em quatro unidades, tendo como objetivo abordar as filosofias sob os enfoques temático e histórico:

- **Filosofar e viver** – dedica-se a “mostrar” o que é a experiência filosófica e o filosofar, como em um passo a passo, usando como referência temas fundamentais da identidade filosófica.
- **Nós e o mundo** – concentra-se em alguns dos problemas basilares do pensamento filosófico e da própria experiência humana, relacionados com a descoberta progressiva do mundo e de nós mesmos dentro desse mundo.
- **A filosofia na história** – oferece uma visão geral do pensamento filosófico ocidental desde a Antiguidade até a época contemporânea, procurando contextualizar historicamente as distintas filosofias e os debates que despertaram.
- **Grandes áreas do filosofar** – trabalha áreas temáticas de estudo e pesquisa que ganharam especial atenção nas sociedades contemporâneas e no âmbito específico da filosofia.

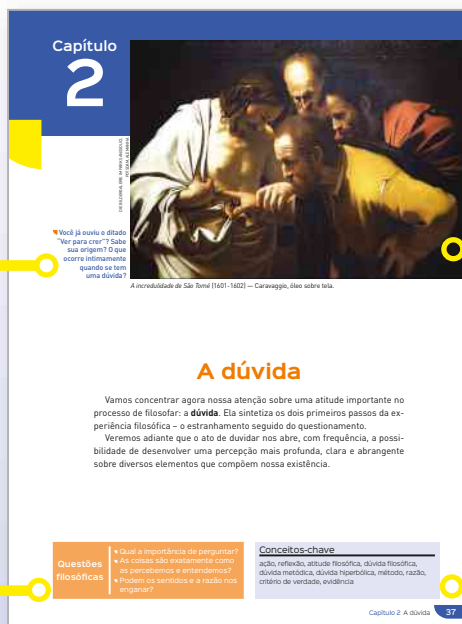
Entendemos que esta introdução aos estudos filosóficos deve ser trabalhada com flexibilidade. Os conteúdos devem ser discutidos, questionados e ampliados, servindo como ponto de partida para outras reflexões e aprofundamentos constantes.

Desse modo, esperamos que você, estudante, cresça cada vez mais na consciência de si mesmo e do mundo em que vive, como pessoa e como cidadão.

Os autores

Como usar o livro

- ✓ **Tente responder à pergunta** ao lado da **imagem** na abertura dos capítulos.



- ✓ **Explore** as ricas **imagens** do livro.
- ✓ **Busque** as **informações** ou **questões** que elas agregam ao texto principal.

- ✓ **Fique atento** a esta lista de **perguntas** ou **questões**.
- ✓ **Procure respondê-las** ao final do capítulo.

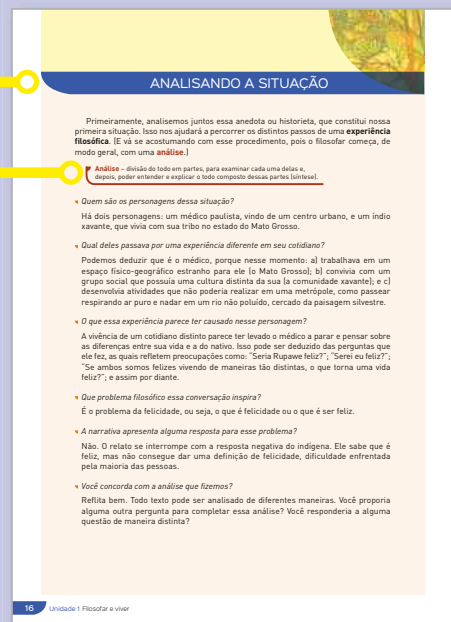
- ✓ **Fique atento** a estas palavras e estes conceitos.
- ✓ **Procure defini-los** ao final do capítulo.



- ✓ **Desfrute** a leitura desse **diálogo** bem-humorado e cotidiano.

- ✓ **Descubra** nesta **análise** os **problemas filosóficos** dessa situação.

- ✓ **Encontre** o **sentido** de algumas **palavras** usadas no texto.



- ✓ **Identifique conexões** do texto com outras **situações**, **matérias** etc.
- ✓ **Observe, reflita, posicione-se.**

- ✓ **Debata** com seus colegas sobre **questões polêmicas.**
- ✓ **Procure expressar** seu entendimento com **clareza.**
- ✓ **Escute** com **atenção** e **respeito** a opinião dos demais.

CONEXÕES

4. A sequência anterior ilustra os diversos elementos que acabamos de estudar. Por exemplo, podemos dizer que o primeiro quadrinho representa a formação do conceito de cão na mente da garota quando ela encontra esse animal. Que distinções você consegue fazer em cada um dos quadrinhos seguintes?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. O que você entende por raciocínio?
2. Comente a noção de consequência lógica e sua importância para os estudos lógicos.
3. Com base na distinção feita no capítulo, quando há um debate sobre algum tema, as pessoas apresentam raciocínios ou argumentos? Justifique.
4. Identifique as premissas e a conclusão de cada um dos seguintes argumentos.
 - a) Não é um bom momento para comprar imóveis, pois a demanda é grande, a oferta é pouca e os preços estão no céu.
 - b) O ser humano não é completamente livre, tendo em vista que, apesar de ser racional, está sujeito às suas necessidades animais.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Podemos fazer o mal sabendo que é mal?

Claro que sim. Podemos perfeitamente fazer isso, mesmo estando cientes do que significa. [...] Nem sempre a consciência de que algo é um mal é suficiente para impedi-lo. Todo mundo sabe disso. Porque, às vezes, para fazer um bem a nós mesmos, causamos o mal aos outros (Laut, P. Paris, O bem e o mal, p. 25).

Identifique a tese defendida no texto acima e o argumento (premissas e conclusão) utilizado para justificá-la. Depois, reúna-se com colegas e procure formular com eles outros argumentos que possam contestá-la ou confirmá-la. Busque premissas que levem a uma conclusão contrária ou distinta.

EXPLORANDO OS ARGUMENTOS

Contribuições da lógica aristotélica

Agora que você já tem uma ideia geral de que é um argumento, vamos detalhar alguns elementos básicos da lógica, especificamente aqueles relacionados com a chamada **lógica tradicional**, de origem aristotélica. **Aristóteles** (384-322 a.C.) foi o primeiro pensador a realizar um estudo sistemático dos tipos de argumentos. Ele lançou as bases de boa parte do que desenvolveriam diversos outros estudiosos nos séculos seguintes em termos lógicos. Por isso, o filósofo grego é considerado o **fundador da lógica**.

Aristóteles entendia que a lógica podia ser uma **ferramenta** ou **instrumento** importante na busca do conhecimento verdadeiro. Por isso, quando vários de seus escritos relacionados com o raciocínio foram reunidos por seus discípulos, após sua morte, essa coleção acabou recebendo o nome de *Organon*, palavra grega que significa "órgão, engenho, instrumento".

Aristóteles contemplando o busto de Homero (1838). Recriação por Rindoo sobre foto. Homero representa o passado para Aristóteles, assim como a vida representa o presente para o leitor. O surgimento da filosofia na Grécia antiga - com seu discurso racional, fundado em argumentos lógicos - constitui um momento progressivo em suas explicações míticas mundiais: nos poemas épicos, como a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero. No entanto, Aristóteles foi um grande intérprete dessa poética da admiração.



Capítulo 5 O argumento

- ✓ **Teste** o que aprendeu respondendo a essa **questão** de vestibular de uma universidade brasileira.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEM-PR) "O que é um filósofo? É alguém que pratica a filosofia, em outras palavras, que se serve da razão para tentar pensar o mundo e sua própria vida, a fim de se aproximar da sabedoria ou da felicidade. É isso se aprende na escola? Tem de ser aprendido, já que ninguém nasce filósofo e já que filosofia é, antes de mais nada, um trabalho. Tanto melhor, se ele começar na escola. O importante é começar, e não parar mais. Nunca é cedo demais nem tarde demais para filosofar, dizia Epicuro. [...] Digamos que só é tarde demais quando já não é possível pensar de modo algum. Pode acontecer. Mas um motivo para filosofar sem mais tardar!" (Corte-Snowell, André. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 251-252).

A partir dessas considerações, assinale o que for correto.

- 01) A filosofia é uma atividade que segue a via pedagógica de uma prática escolar, já que não pode ser aprendida fora da escola.
- 02) O enunciado relaciona a filosofia com o ato de pensar.
- 04) O enunciado contradiz a motivação filosófica contida na seguinte afirmativa de Aristóteles: "Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer".
- 08) Para André Corte-Snowell, quanto antes e com mais intensidade nos dedicarmos à filosofia, mais cedo estaremos livres dela, pois todo assunto se esgota.
- 16) A criação do texto afirma que sempre é tarde para começar a filosofar, razão pela qual a filosofia é uma prática de maturidade científica e o coramento da ciência.

Sessão cinema

A festa de Babette (1987, Dinamarca, direção de Gabriel Axel)

História situada no século XIX. Mulher francesa vai viver em vilarejo dinamarquês, onde prepara uma surpresa ligada a um dos maiores prazeres do ser humano: a comida.

A vida é bela (1997, Itália, direção de Roberto Benigni)

No final dos anos 1930, um livreiro judeu vive com sua mulher e filho, até que ocorre a ocupação nazista. Para evitar que seu filho sofra com os horrores do campo de concentração, o livreiro inventa uma maneira criativa de lidar com a situação.

Admirável mundo novo (1998, Estados Unidos, direção de Leslie Libman e Larry Williams)

Fábula futurista baseada em livro homônimo de Aldous Huxley. Em uma sociedade organizada em castas, a população recebe doses regulares de uma substância que a mantém em felicidade constante, sendo condicionada, durante o sono, a viver em servidão e não se rebelar contra o sistema.

Eu maler (2013, Brasil, direção de Fernando Schiltz e Paulo Schiltz)

Reflexões sobre o sentido da vida, a busca pela felicidade e o autoconhecimento. Entre os entrevistados estão Leonardo Bluff, Marcelo Gleiser, Monja Com e Rubem Alves.

Fahrenheit 451 (1966, Reino Unido, direção de François Truffaut)

Ficção científica em que uma sociedade futura, de regime totalitário, tem os livros proibidos, porque se acredita que a leitura é perda de tempo e impede as pessoas de serem felizes.

O fabuloso destino de Amélie Poulain (2001, França, direção de Jean-Pierre Jeunet)

Comédia sobre uma menina que acha uma caixa e busca seu dono até encontrá-la. A felicidade que este demonstra ao rever seus objetos contagia a jovem e muda sua vida de mundo.

Tarja branca - A revolução que faltava (2014, Brasil, direção de Cacau Rhodes)

Documentário que propõe reflexões sobre a infância, a arte popular e o trabalho nas sociedades atuais.

- ✓ **Assista** a um desses **filmes** com seus colegas.
- ✓ **Caracterize** seus **personagens**, **temas**, **mensagens** etc. e suas **relações** com o capítulo.

Para pensar

Neste texto, Umberto Eco aponta importantes aspectos do papel cultural de Tomás de Aquino, empenhado em conciliar o cristianismo com uma visão mais racional do mundo. Leia-o e responda às questões.

O papel de Santo Tomás de Aquino

A oposição Céu e Terra

Platão e Agostinho tinham dito tudo o que era necessário para compreender os problemas da alma, mas quando se tratava de saber o que seja uma flor ou o nó nas tripas que os médicos de Salerno exploravam na barriga de um doente, e por que era saudável respirar ar fresco numa noite de primavera, as coisas se tornavam obscuras. Tanto que era melhor conhecer as flores nos iluminados dos visionários, ignorar que existiam tripas, e considerar as noites de primavera uma perigosa tentação. Desse modo dividia-se a cultura europeia, quando se entendia o céu, não se entendia a terra. Se alguém ainda quisesse entender a terra deixando de lado o céu, a coisa ia mal. [...]

Cristianizar Aristóteles

A essa altura os homens da razão aprendem dos árabes que há um antigo mestre (um grego) que poderia fornecer uma chave para unificar esses membros esquivos da cultura. Aristóteles. Aristóteles sabia falar de Deus, mas classificava os animais e as pedras, e se ocupava com o movimento dos astros. Aristóteles sabia falar de Deus, mas classificava os animais e as pedras, e se ocupava com o movimento dos astros. Aristóteles sabia falar de Deus, mas classificava os animais e as pedras, e se ocupava com o movimento dos astros. Aristóteles sabia falar de Deus, mas classificava os animais e as pedras, e se ocupava com o movimento dos astros. [...]

Tomás não era nem herético nem revolucionário. Tem sido chamado de "concedido". Para ele tratar-se de afirmar aquela que era a nova ciência com a ciência da revelação, e de mudar tudo para que nada mudasse. Mas nesse plano ele aplica um extraordinário bom senso e (mestre em sutilezas teológicas) uma grande aderência à realidade natural e ao equilíbrio terreno. Figue claro que Tomás não aristotelizava o cristianismo, mas cristianizava Aristóteles. Figue claro que nunca pensou que com a razão se pudesse entender tudo, mas que tudo se compreende pela fé: só que dizer que a fé não estava em desacordo com a razão, e que, portanto, era até possível dizer-se ao lado da razão, saindo do universo da alienação. E assim compreendemos por que na arquitetura de suas obras os capítulos principais falam apenas de Deus, dos anjos, da alma, da virtude, da vida eterna: mas no *livro de divinos* capítulo todo encontra um lugar, mas que racional, "razãoável". [...]

A fé guia o caminho da razão

Não se esqueça de que antes dele, quando se estudava o texto de um autor antigo, o comentador ou o copista, quando encontravam algo que não concordava com a religião revelada, ou apagavam as frases "confusas" ou as anulavam em sentido dualístico, para pôr em guarda o leitor, ou as dedicavam para a margem. O que faz Tomás, por sua vez? Alinha as opiniões divergentes, esclarece o sentido de cada uma, questiona tudo, até o dado da revelação, enumera as objeções possíveis, tenta a mediação final. Tudo deve ser feito em público, como política era justamente o dispositivo na sua época, entre em função o tribunal da razão.

Que depois, lendo com atenção, se descobria que em cada caso o dado de fé acabava prevalecendo sobre qualquer outra coisa e guiava o deslizar da questão, ou seja, que Deus e a verdade revelada prevaleciam e guiavam o movimento da razão laica, isso foi esclarecido pelos mais aguçados e afilados estudiosos medievais, como Gilson. Nunca ninguém disse que Tomás era um Galileu. Tomás simplesmente fornece à Igreja um sistema dualístico que a concilia com o mundo natural. [...] Antes dele se afirmava que "o espírito de Cristo não reza onde vive o espírito de Aristóteles", em 1210 estão ainda proibidos os livros de filosofia natural do filósofo grego, e as proibições continuam nas décadas seguintes enquanto Tomás manda traduzir esses textos por seus colaboradores e o comenta. Mas em 1255 toda a obra de Aristóteles está liberada.

Em, *Viagem na inviolável cordão*, p. 335-336 e 339-340; intertextos no texto.

1. Segundo o escritor, linguista e filósofo italiano Umberto Eco (1923-2016), na cultura medieval europeia, antes dos estudos aristotélicos, "quando se entendia o céu, não se entendia a terra". Interprete o significado dessa afirmação.
2. Qual foi a importância da redescoberta da filosofia de Aristóteles para o pensamento medieval, segundo Eco? Justifique.
3. Enumere os méritos de Tomás de Aquino apontados pelo autor do texto. Depois destaque aquele que você considera o de maior valor. Justifique sua escolha.

Sumário

UNIDADE 1 – Filosofar e viver

CAPÍTULO 1 • A felicidade 14

Felicidade — O bem que todos desejam 17

| | |
|------------------------------|----|
| Experiência filosófica | 17 |
| Felicidade e sabedoria | 18 |
| Análise e entendimento | 20 |
| Conversa filosófica | 20 |

Como viver para ser feliz? — O que disseram os sábios gregos..... 21

| | |
|---|----|
| Fontes da felicidade | 21 |
| Platão: conhecimento e bondade..... | 23 |
| Aristóteles: vida teórica e prática | 24 |
| Epicuro: o caminho do prazer | 26 |
| Estoicos: amor ao destino | 27 |
| Análise e entendimento | 30 |
| Conversa filosófica | 30 |

Como anda nossa felicidade? — O que dizem as ciências..... 31

| | |
|--------------------------------------|----|
| Perspectiva histórica | 31 |
| Perspectiva de outras ciências | 32 |
| Conclusão | 34 |
| Análise e entendimento | 35 |
| Conversa filosófica | 35 |
| Propostas finais | 36 |

CAPÍTULO 2 • A dúvida..... 37

Indagação — O pensamento busca novos horizontes 40

| | |
|----------------------------------|----|
| A importância de perguntar | 40 |
| Atitude filosófica..... | 41 |
| Dúvida filosófica | 43 |
| Regra da razão | 44 |
| Análise e entendimento | 44 |
| Conversa filosófica | 44 |

Dúvida metódica — O exercício da dúvida por Descartes..... 45

| | |
|------------------------------|----|
| Aprendendo a duvidar | 45 |
| Aprendendo a filosofar | 50 |
| Análise e entendimento | 51 |
| Conversa filosófica | 51 |
| Propostas finais | 52 |

CAPÍTULO 3 • O diálogo 53

Caminhos do entendimento — O poder da palavra..... 56

| | |
|------------------------------------|----|
| A importância da linguagem | 56 |
| Conhecer e acreditar conhecer..... | 57 |
| Análise e entendimento | 59 |
| Conversa filosófica | 59 |

Método dialógico — Sócrates e a arte de perguntar..... 60

| | |
|-------------------------------|----|
| Explicando o método | 60 |
| Dois momentos do diálogo..... | 62 |
| Análise e entendimento | 64 |
| Conversa filosófica | 65 |
| Propostas finais | 65 |

CAPÍTULO 4 • A consciência..... 66

Consciência — Perceber o que acontece 69

| | |
|--------------------------------|----|
| O que é a consciência? | 69 |
| Consciência e identidade | 71 |
| Experiência privada | 72 |
| Análise e entendimento | 72 |
| Conversa filosófica | 73 |

Consciente e inconsciente — As contribuições da psicologia..... 73

| | |
|-----------------------------------|----|
| Freud: inconsciente pessoal | 73 |
| Jung: inconsciente coletivo | 75 |
| Análise e entendimento | 77 |
| Conversa filosófica | 77 |

Consciência e cultura — As interações com o ambiente 78

| | |
|--------------------------------------|----|
| Durkheim: consciência coletiva | 78 |
| Modos de consciência | 79 |
| Análise e entendimento | 81 |
| Conversa filosófica | 81 |

Consciência e filosofia — Do senso comum à sabedoria..... 82

| | |
|--|----|
| Investigando o senso comum..... | 82 |
| Desenvolvendo a consciência crítica..... | 83 |
| Buscando a sabedoria | 84 |
| Ciência e filosofia | 85 |
| Análise e entendimento | 86 |
| Conversa filosófica | 86 |
| Propostas finais | 87 |

Quadro Sinótico — Grandes áreas do filosofar 88

Esquema — História da filosofia..... 90

Capítulo 5 • O argumento..... 91

Descobrimos os argumentos — Primeiros passos 94

| | |
|--------------------------------|----|
| A lógica no cotidiano | 95 |
| Raciocínios e argumentos | 95 |
| Premissas e conclusão | 97 |
| Proposições e termos | 98 |
| Análise e entendimento | 99 |
| Conversa filosófica | 99 |

Explorando os argumentos — Contribuições da lógica aristotélica 99

| | |
|--------------------------------------|-----|
| Conteúdo e forma | 100 |
| Verdade e validade | 100 |
| Validade e correção | 102 |
| Explorando os termos | 102 |
| Proposições categóricas | 103 |
| Princípios lógicos fundamentais..... | 105 |
| Quadrado dos opostos..... | 106 |
| Análise e entendimento | 107 |
| Conversa filosófica | 107 |

Argumentação — As distintas formas de raciocinar 107

| | |
|------------------------------|-----|
| Dedução | 108 |
| Indução | 109 |
| Doutrina do silogismo | 110 |
| Falácias..... | 112 |
| Análise e entendimento | 114 |
| Conversa filosófica | 115 |
| Propostas finais | 115 |

UNIDADE 2 – Nós e o mundo

CAPÍTULO 6 • O mundo118

Metafísica — A busca da realidade essencial ... 119

| | |
|------------------------------|-----|
| O que é o ser..... | 119 |
| Problemas da realidade | 120 |
| Análise e entendimento | 123 |
| Conversa filosófica | 123 |

Do mito à ciência — Visões de mundo através da história..... 124

| | |
|-----------------------------------|-----|
| Primeiras cosmologias | 125 |
| Metafísicas gregas clássicas..... | 125 |
| Dissolução do cosmos..... | 127 |
| Análise e entendimento | 129 |
| Conversa filosófica..... | 129 |

Metafísicas da modernidade — O debate entre materialistas e idealistas 130

| | |
|--------------------------------|-----|
| Dualismo cartesiano | 131 |
| Materialismo mecanicista | 132 |
| Idealismo absoluto | 133 |
| Análise e entendimento | 135 |
| Conversa filosófica | 135 |

Tendências contemporâneas — Como se concebe o mundo hoje em dia 136

| | |
|----------------------------------|-----|
| Reduccionismo materialista | 136 |
| Enfoques não reducionistas | 137 |
| Análise e entendimento | 138 |
| Conversa filosófica..... | 139 |
| Propostas finais | 139 |

CAPÍTULO 7 • O ser humano141

Natureza ou cultura? — Um ser entre dois mundos 142

| | |
|--------------------------------|-----|
| Humanos e outros animais | 142 |
| Síntese humana..... | 144 |
| Ponto de transição | 145 |
| Análise e entendimento | 147 |
| Conversa filosófica..... | 147 |

Cultura — As respostas ao desafio da existência..... 148

| | |
|------------------------------|-----|
| Características gerais | 149 |
| Cultura e cotidiano | 149 |
| Ideologia | 151 |
| Análise e entendimento | 153 |
| Conversa filosófica..... | 153 |

Antropologia filosófica — Da concepção metafísica à existencial..... 154

| | |
|-------------------------------------|-----|
| Natureza essencial..... | 154 |
| Estado natural | 155 |
| Realidade concreta e liberdade..... | 156 |
| Análise e entendimento | 157 |
| Conversa filosófica..... | 157 |
| Propostas finais | 157 |

CAPÍTULO 8 • A linguagem 160

Linguagem e comunicação — A construção de sentidos e realidades 161

| | |
|------------------------------|-----|
| Linguagem na história | 162 |
| Seres linguísticos | 165 |
| Linguagem como filtro | 166 |
| Linguagem como ação | 167 |
| Análise e entendimento | 168 |
| Conversa filosófica | 168 |

Filosofia da linguagem — Algumas concepções principais 169

| | |
|--------------------------------------|-----|
| Origem das línguas | 169 |
| Relação palavras e coisas | 171 |
| Jogos de linguagem | 171 |
| Atos da fala | 172 |
| Gramática: adquirida ou inata? | 172 |
| Análise e entendimento | 173 |
| Conversa filosófica | 173 |
| Propostas finais | 174 |

CAPÍTULO 9 • O trabalho 176

Trabalho — Características e história 177

| | |
|------------------------------|-----|
| Papéis do trabalho | 177 |
| Trabalho na história | 178 |
| Análise e entendimento | 180 |
| Conversa filosófica | 180 |

Alienação — A pessoa alheia a si mesma 181

| | |
|------------------------------|-----|
| Trabalho alienado | 181 |
| Consumo alienado | 183 |
| Lazer alienado | 185 |
| Análise e entendimento | 186 |
| Conversa filosófica | 186 |

Perspectivas — Tempo livre ou desemprego? ... 186

| | |
|--------------------------------|-----|
| Sociedade do tempo livre | 187 |
| Sociedade do desemprego | 187 |
| Análise e entendimento | 188 |
| Conversa filosófica | 188 |
| Propostas finais | 188 |

CAPÍTULO 10 • O conhecimento 191

Gnosiologia — A investigação sobre o conhecer 192

| | |
|------------------------------|-----|
| Questões básicas | 192 |
| Representacionismo | 193 |
| Relação sujeito-objeto | 193 |
| Análise e entendimento | 194 |
| Conversa filosófica | 194 |

Fontes primeiras — Razão ou sensação? 194

| | |
|------------------------------|-----|
| Racionalismo | 194 |
| Empirismo | 194 |
| Apriorismo kantiano | 195 |
| Análise e entendimento | 196 |
| Conversa filosófica | 196 |

Possibilidades — O que podemos conhecer? 196

| | |
|------------------------------|-----|
| Conceito de verdade | 196 |
| Dogmatismo | 196 |
| Ceticismo | 197 |
| Criticismo | 199 |
| Análise e entendimento | 199 |
| Conversa filosófica | 199 |
| Propostas finais | 199 |

UNIDADE 3 – A filosofia na história

CAPÍTULO 11 • Pensamento pré-socrático 204

Pólis e filosofia — A passagem do mito ao logos 205

| | |
|------------------------------|-----|
| Mitologia grega | 205 |
| Pólis e razão | 207 |
| Análise e entendimento | 207 |
| Conversa filosófica | 207 |

Pré-socráticos — Os primeiros filósofos gregos 208

| | |
|---------------------------------------|-----|
| A busca da <i>arché</i> | 208 |
| Pensadores de Mileto | 208 |
| Pitágoras: os números | 210 |
| Heráclito: fogo e devir | 211 |
| Pensadores de Eleia | 212 |
| Empédocles: os quatro elementos | 214 |
| Demócrito: o átomo | 214 |
| Análise e entendimento | 216 |
| Conversa filosófica | 216 |
| Propostas finais | 216 |

CAPÍTULO 12 • Pensamentos clássico e helenístico 219

Democracia ateniense — O debate em praça pública 220

| | |
|------------------------------|-----|
| Sofistas: a retórica | 220 |
| Sócrates: a dialética | 222 |
| Análise e entendimento | 224 |
| Conversa filosófica | 224 |

| | |
|--|------------|
| Platão — Alicerces da filosofia ocidental..... | 224 |
| Dualismo platônico..... | 224 |
| Processo de conhecimento | 225 |
| Reis-filósofos..... | 226 |
| Análise e entendimento | 226 |
| Conversa filosófica..... | 227 |
| Aristóteles — Bases do pensamento lógico e científico..... | 227 |
| Da sensação ao conceito | 227 |
| Hilemorfismo teleológico..... | 228 |
| Ética do meio-termo..... | 231 |
| Análise e entendimento | 231 |
| Conversa filosófica..... | 231 |
| Filosofias helenística e greco-romana — A busca da felicidade interior..... | 232 |
| Do público ao privado | 232 |
| Epicurismo: o prazer | 232 |
| Estoicismo: o dever | 233 |
| Pirronismo: a suspensão do juízo..... | 233 |
| Cinismo..... | 233 |
| Pensamento greco-romano | 234 |
| Análise e entendimento | 235 |
| Conversa filosófica..... | 235 |
| Propostas finais | 235 |
| CAPÍTULO 13 - Pensamento cristão..... | 238 |
| Período medieval — Filosofia e cristianismo..... | 239 |
| Cristianismo | 239 |
| Fé <i>versus</i> razão..... | 240 |
| Filosofia medieval cristã | 241 |
| Análise e entendimento | 241 |
| Conversa filosófica..... | 242 |
| Patrística — A matriz platônica de apoio à fé | 242 |
| Santo Agostinho | 242 |
| Análise e entendimento | 245 |
| Conversa filosófica..... | 245 |
| Escolástica — A matriz aristotélica até Deus | 245 |
| Relação entre fé e razão | 246 |
| Estudo da lógica | 246 |
| Questão dos universais | 246 |
| Santo Tomás de Aquino..... | 247 |
| Análise e entendimento | 250 |
| Conversa filosófica..... | 250 |
| Propostas finais | 251 |

CAPÍTULO 14 - Nova ciência e racionalismo253

| | |
|---|------------|
| Idade Moderna — A revalorização do ser humano e da natureza..... | 254 |
| Renascimento..... | 255 |
| Análise e entendimento | 257 |
| Conversa filosófica..... | 258 |

| | |
|---|------------|
| Razão e experiência — As bases da ciência moderna..... | 258 |
| Francis Bacon..... | 260 |
| Galileu Galilei | 261 |
| Análise e entendimento | 263 |
| Conversa filosófica..... | 263 |

| | |
|--|------------|
| Grande racionalismo — O conhecimento parte da razão | 263 |
| René Descartes | 263 |
| Baruch Espinosa | 265 |
| Análise e entendimento | 268 |
| Conversa filosófica..... | 268 |
| Propostas finais | 268 |

CAPÍTULO 15 - Empirismo e Iluminismo271

| | |
|---|------------|
| Empirismo britânico — O conhecimento parte da experiência..... | 272 |
| Processo de conhecer | 272 |
| Thomas Hobbes..... | 273 |
| John Locke | 274 |
| David Hume | 275 |
| Análise e entendimento | 276 |
| Conversa filosófica..... | 276 |

| | |
|---|------------|
| Iluminismo — A razão em busca de liberdade | 277 |
| Características do Iluminismo | 277 |
| Jean-Jacques Rousseau | 280 |
| Immanuel Kant..... | 282 |
| Análise e entendimento | 284 |
| Conversa filosófica..... | 285 |
| Propostas finais | 285 |

CAPÍTULO 16 - Pensamento do século XIX287

| | |
|---|------------|
| Século XIX — Expansão do capitalismo e os novos ideais | 288 |
| Progresso <i>versus</i> desumanização..... | 288 |
| Romantismo | 289 |
| Positivismo | 291 |
| Análise e entendimento | 292 |
| Conversa filosófica..... | 292 |

| | |
|--|------------|
| Friedrich Hegel — O idealismo absoluto..... | 293 |
| Idealismo alemão | 293 |
| Racionalidade do real..... | 294 |
| Movimento dialético | 294 |
| Saber absoluto | 295 |
| Filosofia e história | 295 |
| Legado de Hegel..... | 296 |
| Análise e entendimento | 296 |
| Conversa filosófica..... | 296 |
| Karl Marx — O materialismo dialético e histórico..... | 296 |
| Crítica ao idealismo hegeliano..... | 297 |
| Materialismo histórico | 297 |
| Análise e entendimento | 299 |
| Conversa filosófica..... | 300 |
| Friedrich Nietzsche — Uma filosofia “a golpes de martelo” | 300 |
| Escrita aforismática | 300 |
| Influência de Schopenhauer | 300 |
| Vontade de potência | 301 |
| Apolíneo e dionisíaco..... | 302 |
| Genealogia da moral | 302 |
| Nihilismo | 302 |
| Análise e entendimento | 303 |
| Conversa filosófica..... | 303 |
| Propostas finais | 303 |
| CAPÍTULO 17 - Pensamento do século XX | 306 |
| Século XX — Uma era de incertezas | 307 |
| Espaço para o incerto..... | 307 |
| Mundo de contradições | 307 |
| Impressões antagônicas | 308 |
| Existencialismo — A aventura e o drama de existir..... | 308 |
| Problema de existir | 309 |
| Influência da fenomenologia | 309 |
| Heidegger: a volta à questão do ser | 309 |
| Sartre: o ser e o nada..... | 311 |
| Análise e entendimento | 312 |
| Conversa filosófica..... | 312 |
| Filosofia analítica — A virada linguística da filosofia..... | 313 |
| Russell: a análise lógica da linguagem | 313 |
| Wittgenstein: jogos de linguagem..... | 314 |
| Análise e entendimento | 315 |
| Conversa filosófica..... | 315 |

| | |
|---|------------|
| Escola de Frankfurt — A teoria crítica contra a opressão | 316 |
| Sociedade de massa e razão instrumental..... | 316 |
| Indústria cultural..... | 317 |
| Razão dialógica e ação comunicativa..... | 317 |
| Verdade intersubjetiva e democracia..... | 318 |
| Análise e entendimento | 318 |
| Conversa filosófica..... | 318 |
| Filosofia pós-moderna — O fim do projeto da modernidade | 319 |
| Debilitação das esperanças | 319 |
| Visão fragmentária | 319 |
| Foucault: os micropoderes..... | 320 |
| Derrida: a desconstrução..... | 321 |
| Análise e entendimento | 321 |
| Conversa filosófica..... | 321 |
| Propostas finais | 322 |

UNIDADE 4 – Grandes áreas do filosofar

CAPÍTULO 18 - A ética326

| | |
|---|------------|
| Ética e moral — O problema da ação e dos valores | 327 |
| Distinção entre moral e ética | 327 |
| Moral e direito | 328 |
| Moral e liberdade | 329 |
| Liberdade <i>versus</i> determinismo | 330 |
| Transformações da moral | 332 |
| Piaget: o desenvolvimento da razão e da moral.... | 332 |
| Escolhas morais..... | 333 |
| Análise e entendimento | 334 |
| Conversa filosófica..... | 334 |

| | |
|--|------------|
| Ética na história — Algumas concepções da filosofia moral | 335 |
| Antiguidade: ética grega | 335 |
| Idade Média: ética cristã | 336 |
| Idade Moderna: ética antropocêntrica | 337 |
| Idade Contemporânea: | |
| ética do indivíduo concreto..... | 338 |
| Análise e entendimento | 341 |
| Conversa filosófica..... | 341 |
| Propostas finais | 342 |

CAPÍTULO 19 - A política344

| | |
|--|------------|
| Política — Bem comum ou exercício do poder? | 345 |
| Conceitos de política | 345 |

| | |
|--|------------|
| Fenômeno do poder | 346 |
| Formas de poder | 346 |
| Análise e entendimento | 347 |
| Conversa filosófica | 347 |
| Estado — A instituição que detém o poder político..... | 348 |
| Origem do Estado | 348 |
| Função do Estado | 348 |
| Sociedade civil e Estado | 349 |
| Regimes políticos | 349 |
| Análise e entendimento | 352 |
| Conversa filosófica | 352 |
| Política na história — Principais reflexões filosóficas | 352 |
| Platão: o rei-filósofo | 352 |
| Aristóteles: o animal político | 353 |
| Príncipe bom e virtuoso | 354 |
| Direito divino de governar | 354 |
| Maquiavel: a lógica do poder | 354 |
| Bodin: direito divino | 355 |
| Questão da criação do Estado | 356 |
| Hobbes: o Estado soberano | 356 |
| Locke: o Estado liberal | 357 |
| Rousseau: da vontade geral surge o Estado | 358 |
| Montesquieu: a separação dos poderes | 358 |
| Hegel: do Estado surge o indivíduo | 359 |
| Marx e Engels: Estado como instrumento do domínio de classe | 359 |
| Análise e entendimento | 361 |
| Conversa filosófica | 361 |
| Propostas finais | 361 |
| CAPÍTULO 20 • A ciência | 364 |
| O que é ciência — Do método às leis científicas | 365 |
| Objetivos da ciência | 365 |
| Método científico | 365 |
| Leis e teorias científicas | 366 |
| Transitoriedade das teorias científicas | 366 |
| Filosofia da ciência | 367 |
| Análise e entendimento | 367 |
| Conversa filosófica | 367 |

| | |
|---|------------|
| Ciência na história — A razão científica através do tempo | 367 |
| Ciência moderna | 367 |
| Desenvolvimento das ciências | 368 |
| Revoluções científicas | 369 |
| Ciência pós-moderna | 370 |
| Análise e entendimento | 371 |
| Conversa filosófica | 371 |
| Epistemologia — A investigação filosófica da ciência | 372 |
| Papel da indução | 372 |
| Critério da verificabilidade | 372 |
| Critério da refutabilidade | 372 |
| Rupturas epistemológicas | 373 |
| Paradigmas e revoluções científicas | 373 |
| Análise e entendimento | 374 |
| Conversa filosófica | 375 |
| Ciência e sociedade — As relações entre essas duas esferas | 375 |
| Mitos da ciência | 375 |
| Crítica da ciência | 377 |
| Análise e entendimento | 378 |
| Conversa filosófica | 378 |
| Propostas finais | 379 |
| CAPÍTULO 21 • A estética | 382 |
| Beleza — A experiência do prazer | 383 |
| O que é o belo? | 383 |
| Análise e entendimento | 385 |
| Conversa filosófica | 385 |
| Arte — A expressão criativa da sensibilidade | 386 |
| O que é arte? | 386 |
| Arte e educação | 389 |
| Arte e indústria cultural | 389 |
| Análise e entendimento | 390 |
| Conversa filosófica | 390 |
| Propostas finais | 391 |
| ÍNDICE DE CONCEITOS E NOMES | 394 |
| BIBLIOGRAFIA | 397 |
| MANUAL DO PROFESSOR – ORIENTAÇÕES DIDÁTICAS | 401 |



IRIS SCOTT/ COLEÇÃO PARTICULAR

Detalhe de *Meu passeio de trem tailandês (s/d)* – Iris Scott. Pensar a vida e viver o pensamento, de forma profunda e radical. Isso é filosofar.



unidade 1

Filosofar e Viver

A filosofia é um ramo do conhecimento que tem a fama de ser abstrato e difícil, mas você verá que não se trata de um bicho de sete cabeças. Seus objetos básicos de estudo são temas tão comuns e fundamentais da existência humana como a vida e a morte, o bem e o mal, a verdade e a falsidade, a felicidade e a dor, o amor, o poder e tantos outros.

Por isso, o filosofar é algo não apenas necessário e útil, mas também prazeroso. E pode ser tão simples como **pensar a vida e viver o pensamento** – só que de maneira **profunda** e **radical** (como definiu o filósofo francês André Comte-Sponville).

Então, prepare-se para dar os primeiros passos na experiência filosófica e, assim, entrar nesse mundo fascinante das interpretações que o ser humano formulou sobre si mesmo e o universo.

Capítulo 1

- Observe atentamente os elementos da imagem ao lado. Que sentimentos ela inspira em você? Como se pode ser feliz, segundo ela? Justifique.



ALBUM/AGG-IMAGES/CARL-W.RÖHRIG/LATINSTOCK

O caminho para a felicidade está em você mesmo (1999) – Carl-W. Röhrig (Coleção particular).

A felicidade

Filosofar é uma “experiência” do pensamento que tem suas peculiaridades. Trata-se de uma maneira um pouco diferente de pensar sobre as coisas, que foge à rotina, ao automático, mas mesmo assim é acessível a todos.

Você provavelmente já deu alguns passos na experiência filosófica em alguma situação e nem se deu conta disso. Quer saber como? É o que veremos em seguida.

Começemos com uma historieta que aborda um tema muito sensível para todos nós e importante para a filosofia: a felicidade.

Questões filosóficas

- ❖ O que é felicidade?
- ❖ Quais são as fontes da felicidade?
- ❖ Como devo agir para ser feliz?

Conceitos-chave

experiência filosófica, filosofar, diálogo, estranhamento, questionamento, felicidade, fontes da felicidade, sabedoria, ética, finalidade última

SITUAÇÃO FILOSÓFICA

O médico e o índio

Conta-se a seguinte experiência, vivida anos atrás por um grande médico paulista, filho de imigrantes italianos, enquanto trabalhava entre os índios xavantes, no Mato Grosso.

Em uma tarde tórrida dessa região central do Brasil, o médico saiu para caminhar com um dos indígenas, Rupawe, e decidiram refrescar-se no rio das Garças. Depois de nadarem por quase uma hora, sentaram-se para descansar e apreciar a paisagem à sua volta. A agradável sensação da brisa pareceu despertar no médico pensamentos sutis, resultando neste curto diálogo:

- Você é feliz, Rupawe?
- Sim – respondeu prontamente o índio.
- E você sabe o que é felicidade?
- Não.



Tropic – Noris Maria Dias, óleo sobre tela (Coleção particular).

ANALISANDO A SITUAÇÃO

Primeiramente, analisemos juntos essa anedota ou historieta, que constitui nossa primeira situação. Isso nos ajudará a percorrer os distintos passos de uma **experiência filosófica**. (E vá se acostumando com esse procedimento, pois o filosofar começa, de modo geral, com uma **análise**.)

Análise – divisão do todo em partes, para examinar cada uma delas e, depois, poder entender e explicar o todo composto dessas partes (síntese).

■ *Quem são os personagens dessa situação?*

Há dois personagens: um médico paulista, vindo de um centro urbano, e um índio xavante, que vivia com sua tribo no estado do Mato Grosso.

■ *Qual deles passava por uma experiência diferente em seu cotidiano?*

Podemos deduzir que é o médico, porque nesse momento: a) trabalhava em um espaço físico-geográfico estranho para ele (o Mato Grosso); b) convivia com um grupo social que possuía uma cultura distinta da sua (a comunidade xavante); e c) desenvolvia atividades que não poderia realizar em uma metrópole, como passear respirando ar puro e nadar em um rio não poluído, cercado da paisagem silvestre.

■ *O que essa experiência parece ter causado nesse personagem?*

A vivência de um cotidiano distinto parece ter levado o médico a parar e pensar sobre as diferenças entre sua vida e a do nativo. Isso pode ser deduzido das perguntas que ele fez, as quais refletem preocupações como: “Seria Rupawe feliz?”; “Serei eu feliz?”; “Se ambos somos felizes vivendo de maneiras tão distintas, o que torna uma vida feliz?”; e assim por diante.

■ *Que problema filosófico essa conversação inspira?*

É o problema da felicidade, ou seja, o que é felicidade ou o que é ser feliz.

■ *A narrativa apresenta alguma resposta para esse problema?*

Não. O relato se interrompe com a resposta negativa do indígena. Ele sabe que é feliz, mas não consegue dar uma definição de felicidade, dificuldade enfrentada pela maioria das pessoas.

■ *Você concorda com a análise que fizemos?*

Reflita bem. Todo texto pode ser analisado de diferentes maneiras. Você proporia alguma outra pergunta para completar essa análise? Você responderia a alguma questão de maneira distinta?

FELICIDADE

O bem que todos desejam



JAN-PHILIPP STROBEL/DPA/CORBIS/FOTOARENA

Visitante de museu na Alemanha observa a pintura *Simonia (dorsale)*, de Nicola Samori. Na contemplação de uma obra de arte também podemos vivenciar uma quebra no fluir normal de nossas vidas.

■ Experiência filosófica

A análise que fizemos da situação anterior teve como propósito destacar dois processos básicos que marcam, de modo geral, a experiência filosófica: o **estranhamento** e o **questionamento**.

Estranhamento ou deslocamento

Trata-se do **primeiro passo** da experiência filosófica. Quando uma pessoa vive uma circunstância de deslocamento ou estranhamento, experimenta uma **quebra** ou **interrupção** no fluir normal de sua vida. Detém-se, então, para pensar ou observar algo que antes não via, ou que vivia de forma automática, sem se dar conta, sem atenção, sem se questionar.

Foi isso o que ocorreu com o médico durante sua permanência com os xavantes. Tal circunstância permitiu-lhe um distanciamento em relação à sua vida na cidade e, provavelmente, um contato com algumas de suas próprias crenças sobre a felicidade.

Questionamento ou indagação

Trata-se do **segundo passo** da experiência filosófica. Após viver o estranhamento, a pessoa

inicia um processo de questionamento (interno e externo) sobre o tema que lhe chamou a atenção.

Foi o que expressou o médico, em suas perguntas ao índio: a primeira, com enfoque **particular** (“você é feliz?”), cuja resposta corresponde apenas a esse indivíduo; a segunda, de enfoque **geral** ou **universal** (“o que é felicidade ou ser feliz?”), cuja resposta deveria valer para todas as experiências de felicidade dos seres humanos, ou até mesmo independentemente destes (a felicidade em si).

Certamente você já vivenciou, em algum momento, questionamentos semelhantes após algum acontecimento marcante em sua vida. Pode ter sido durante uma viagem para um lugar distante e distinto, na morte de um ser querido, em uma grande decepção amorosa etc. E aí começou a se questionar, mesmo que superficial e brevemente, sobre sua vida e a existência em geral. Pois, então, você estava tendo uma experiência filosófica, ainda que rudimentar. Estava dando os primeiros passos no filosofar.

Resposta filosófica

Falta-nos, porém, um **terceiro passo** para que haja uma experiência filosófica completa. Prossigamos, então, em nossas descobertas.

Na análise que fizemos da historietinha inicial, a principal questão encontrada foi a que envolve o conceito de felicidade, formulada na pergunta “o que é felicidade?”. Trata-se agora, portanto, de construir uma **resposta** para essa questão.

Após uma reflexão serena e profunda, a resposta a ser elaborada deverá constituir um **discurso**, isto é, a enunciação de um raciocínio, no qual as ideias deverão estar ordenadas de maneira lógica no sentido de expressar um entendimento sobre o problema e, na medida do possível, encontrar uma “solução” para ele. Além disso, esse discurso deverá ter um **caráter universal**, isto é, pode ser aplicado a todos os casos ou pessoas. Essas são características importantes de uma resposta filosófica.

Isso quer dizer que as respostas filosóficas não são “qualquer” resposta, pois **filosofar não é pensar de qualquer maneira**, seja quando se pergunta ou quando se responde (conforme veremos de forma mais detalhada nos próximos capítulos).

Esse terceiro passo para constituir uma experiência filosófica completa não foi dado em nossa historieta. Ela não apresenta uma resposta com tais características. Ao contrário, a resposta de Rupawe chega a provocar em nós, leitores, certo efeito cômico, pela ingenuidade e aparente contradição do índio ao se declarar feliz e, ao mesmo tempo, não saber o que é **felicidade**.

Veja, porém, que essa **ironia** é profundamente filosófica, pois não é verdade que, com frequência, temos uma compreensão particular, intuitiva e experiencial de alguma coisa ou dimensão de nossa existência (como a felicidade, o amor, o desejo), mas não um entendimento conceitual mais amplo e abstrato dela? Essa é uma experiência constante de nosso cotidiano: conhecemos algo, sentimos algo, vivemos algo, mas temos dificuldade para defini-lo.

Ironia – em literatura, uso de palavras ou situações incongruentes ou contraditórias, com efeito crítico ou humorístico.

Será fácil, porém, definir a felicidade nesses termos? Não, assim como não é fácil responder grande parte dos temas tratados pelos filósofos em toda a história da filosofia. Tanto que existe muita discordância entre eles, que deram respostas diferentes, com frequência contrárias – embora brilhantes –, para as mesmas questões. E muitas vezes, ao respondê-las, despertaram novos problemas, sobre os quais se debruçariam as gerações seguintes.

Assim, como veremos ao longo deste livro, em filosofia **não existem respostas definitivas**, no sentido de convencer a todos e “acabar com a discussão” (embora seja isso o que pretende e acredita ter alcançado boa parte daqueles que se lançam nessa tarefa). Os temas filosóficos são os temas fundamentais da existência humana, mas as pessoas muitas vezes têm experiências distintas, suas vidas mudam e as sociedades também. Por isso, costuma-se dizer que a filosofia é uma **contínua conversação**.

CONEXÕES

1. Recorde um momento de sua vida que fez você parar para pensar. Depois elabore um texto sobre essa situação que contenha estes elementos:
 - a) lugar onde ocorreu a situação, data, pessoas envolvidas, diálogos, sensações, emoções;
 - b) problema (dúvidas ou perguntas que essa situação despertou em você à época);
 - c) respostas a que chegou então (se chegou a alguma);
 - d) crítica: em que sua reflexão pode ser melhorada hoje, no sentido de torná-la uma resposta mais filosófica?

Felicidade e sabedoria

Voltando ao nosso tema, a felicidade, talvez você já esteja pensando: “Até aqui eu entendi. Mas por que começamos um livro de filosofia falando de felicidade? Afinal, qual é a relação entre felicidade e filosofia?”.

Pois bem, a relação é histórica, isto é, vem desde o nascimento da atividade filosófica na Antiguidade grega, há mais de 25 séculos. Como a própria etimologia revela, a palavra **filosofia** é formada pelos termos gregos *philos*, “amigo”, “amante”, e *sophia*, “sabedoria”. Portanto, filosofia quer dizer “amor à sabedoria”. E sabedoria, para os gregos, não era apenas um grande **saber teórico**, mas principalmente **prático**, tendo em vista que buscava atender ao que consideravam o objetivo supremo da vida humana: a felicidade.

Assim, a filosofia apresentava-se como um conhecimento superior que conduzia à **vida boa**, isto é, que indicava como viver para ser feliz. E o filósofo se reconhecia como aquele que buscava, praticava e ensinava um **método**, um **caminho para a felicidade**.

As artes da paz (1893) – Gari Melchers.

Observe a obra e reflita sobre a importância do conhecimento nessa pintura mural. Trata-se de uma representação moderna do mundo antigo. A estátua reverenciada é de Palas Atena, deusa da sabedoria, das artes e da guerra.



MINNEAPOLIS INSTITUTE OF ARTS, MINNESOTA, EUA

Origem da palavra filosofia

Conforme a tradição histórica, a palavra **filosofia** foi usada pela primeira vez pelo pensador grego **Pitágoras** (c. 570-490 a.C.), quando o príncipe Leonte perguntou-lhe sobre a natureza de sua sabedoria. Pitágoras respondeu: “Sou apenas um filósofo”. Com essa resposta, pretendia esclarecer que não detinha a posse da sabedoria. Assumia a posição de “amante do saber”, isto é, alguém que quer, ama e deseja o saber.

Com o decorrer do tempo, entretanto, a palavra filosofia foi ganhando um significado mais específico, passando a designar a busca de um tipo especial de sabedoria: aquela que nasce do uso metódico da **razão**, da investigação racional.

Razão – faculdade (capacidade) da mente à qual corresponde o raciocínio (ou encadeamento lógico das ideias) e a possibilidade de compreender intelectualmente as coisas. Opõe-se, nesse sentido, à compreensão que advém das sensações e da sensibilidade.

Pitágoras.
O filósofo e matemático grego ensinava que a música é um remédio para a alma.



BETTMANN/CORBIS/FOTARENA

Finalidade última da filosofia

Em sua origem histórica, a relação da filosofia com a felicidade era fundamental, pois a vida boa seria a **finalidade última** da investigação filosófica. Para que você entenda bem o que queremos dizer com “finalidade última” de uma ação, observe a seguinte sequência de perguntas:

- Filosofar para quê?
Para pensar melhor sobre tudo: os fatos, as pessoas, a vida.
- Pensar melhor sobre tudo para quê?
Para encontrar soluções aos problemas da existência – a minha e a de outras pessoas.
- Encontrar essas soluções serve para quê?
Para ter menos problemas, ficar mais tranquilo e viver melhor.
- Viver melhor para quê?
Para me sentir bem, em paz comigo mesmo e com o mundo.
- Sentir-se assim para quê?
Para ser feliz.
- Ser feliz para quê?
Não sei. Talvez para deixar as pessoas que me cercam felizes também.
- Deixá-las felizes para quê?
Para que eu fique feliz com a felicidade delas.

Vemos que, no final, as respostas começam a ser circulares. Voltam sempre ao mesmo ponto, ou seja, à ideia desse sentimento de bem-estar, de satisfação consigo mesmo e com a vida, ligada também à sen-

sação de plenitude, de já ter tudo e não precisar de mais nada. Essa é uma boa descrição da **felicidade**.

Portanto, finalidade última é aquela que está por detrás de todas as finalidades mais imediatas e conscientes de uma ação. Geralmente inconsciente, ela é o motivo fundamental de uma conduta.

Finalidade última de todos os atos

Usando da mesma lógica contida nessa sequência de perguntas, podemos supor que a felicidade é igualmente a finalidade última de **todos os nossos atos**, mesmo de ações que parecem “ruins” por algum tempo, ou daquelas que realmente nos fazem mal e aos outros. É que, no fundo – conforme acreditam vários filósofos e psicólogos –, a **intenção** última de toda ação ou conduta é “positiva” no sentido de que, consciente ou inconscientemente, a pessoa está buscando, por meio dessa ação, trazer, preservar, aumentar seu bem-estar, ou mesmo evitar, acabar com uma dor, um sofrimento, uma tristeza.

É o caso, por exemplo, do jovem que “malha” todos os dias na academia para alcançar uma boa condição física, que “racha” de estudar para passar no vestibular ou que realiza trabalhos voluntários em sua escola ou comunidade. São esforços, “sacrifícios”, ações em que se abandona o prazer imediato em busca de um bem maior, uma alegria.

Parece que a felicidade funciona como um ímã oculto que atrai as pessoas com seu magnetismo, impulsionando seus movimentos, suas ações.

Sem a perspectiva do bem que traz uma ação, ela perde seu sentido, e o magnetismo se desfaz. Mas, quando temos essa perspectiva do bem que queremos e o alcançamos, vivemos um estado de satisfação com nossa situação no mundo.

Aliás, a etimologia revela que a palavra **felicidade** vem do latim *felicitas*, que, por sua vez, deriva do latim antigo *felix*, que significa “fértil, frutífero, fecundo” (cf. ABBAGNANO, *Dicionário de filosofia*). Felicidade é, portanto, um estado de fecundidade que gera vida e vitaliza nossa existência.

No entanto, a busca da felicidade também está por detrás de muitos comportamentos autodestru-

tivos, como a dependência das drogas, do álcool e do tabaco, ou antissociais, como a violência e a delinquência, sem falar no simples egoísmo e na falta de consideração pelos demais.

Assim, afirmar que a felicidade é a finalidade última de todos os atos **não é** dizer que **todo e qualquer ato traz felicidade**. Como você já deve ter experimentado, muitas vezes o que se obtém é o oposto: buscamos felicidade e acabamos conseguindo infelicidade. Por isso é tão importante desenvolver um conhecimento mais crítico sobre o mundo, sobre as coisas. Como diz o ditado popular: “Nem tudo o que reluz é ouro”.



JUSTIN PAGET/CORBIS/FOTOARENA

“Nem tudo é dias de sol, / E a chuva, quando falta muito, pede-se. / Por isso tomo a infelicidade com a felicidade / Naturalmente, como quem não estranha / Que haja montanhas e planícies / E que haja rochedos e erva...” (PESSOA, *O guardador de rebanhos*, p. 14.)

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Explique as três etapas básicas de uma experiência filosófica.
2. Por que se diz que existe uma relação histórica entre felicidade e filosofia?
3. Disserte sobre o conceito de finalidade última.
4. O que é a felicidade para você? Em que situações concretas de sua vida você experimentou esse estado?

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Finalidade última

“A felicidade é a finalidade última de todos os nossos atos.” Você concorda com essa afirmação? Não poderia ser, por exemplo, o amor, o crescimento espiritual ou mesmo a riqueza material? Debata sobre esse tema com seus colegas, procurando:

- a) expor sua opinião e escutar atentamente a dos demais;
- b) questionar, com argumentos e de maneira respeitosa, as opiniões das quais você discorda ou que não entendeu direito;
- c) apoiar, com argumentos, aquelas de que você gostou, complementando-as, se achar necessário.

COMO VIVER PARA SER FELIZ?

O que disseram os sábios gregos

Avancemos um pouco mais em nossa investigação sobre a felicidade, colocando-nos agora algumas questões:

- Se o que nos move é, em última instância, o desejo de ser feliz, mas nem todo ato traz felicidade, como alcançar nosso objetivo?
- Considerando a fragilidade e a vulnerabilidade humanas, como devemos agir para levar uma vida feliz ou, ao menos, não infeliz?
- Quais são as fontes da felicidade?

É aí que entra em cena o sábio, o filósofo. Como ficará mais claro adiante, responder de forma filosófica a essas questões envolve primeiramente formar uma ideia bem fundamentada sobre muitos outros temas: como é o mundo, quem somos nós, que lugar ocupamos no mundo, como conhecemos as coisas, que sentido tem a existência de cada um e muitos outros problemas filosóficos. Todas essas respostas devem ser coerentes entre si, formando um **sistema**.

Sistema – conjunto de elementos em que um depende do outro, compondo um todo orgânico, coerente e organizado.

Assim, ao tentar responder a essas e outras perguntas, os sábios da Grécia antiga, nossos primeiros filósofos (do mundo ocidental), acabaram elaborando **sistemas filosóficos distintos**, com explicações que procuraram abarcar toda a complexidade do universo natural e humano. Veremos, logo mais, algumas dessas respostas. Antes, porém, abordemos o tema das **fontes de felicidade**, para formar um mapa prévio, orientador.

Fontes da felicidade

Que elementos, condições ou coisas tornam um indivíduo feliz? De acordo com textos antigos, os elementos mais desejados e perseguidos pelas pessoas em geral durante a Antiguidade eram (e você perceberá que continuam sendo):

- **bens materiais e riqueza** – sempre estiveram entre as fontes mais cobiçadas e pelas quais as pessoas mais se esforçam;
- **status social, poder e glória** – pode-se até matar por eles, mesmo quando as pessoas não são tão conscientes do valor que lhes dão;
- **prazeres da mesa e da cama** – fontes básicas do bem-estar corporal e emocional, boa parcela da

MOHAMMAD MUSTAFIZUR RAHMAN/MOMENT/GETTY IMAGES



Dois amiguinhos observam o dia chuvoso na fronteira entre Bangladesh e Índia.

humanidade dedica-se regularmente e com avidez a eles;

- **saúde** – valorizada por muitos, principalmente quando falta, mas perseguida pelos mais moderados ou disciplinados;
- **amor e amizade** – considerados importantes pela maioria, mas com frequência relegados a um segundo plano em termos de prioridade.

Pressupõe-se que a carência de uma dessas fontes possa explicar a infelicidade de alguém. O curioso é que, com frequência, pessoas que desfrutam de tudo isso não se sentem felizes, ou são infelizes por tê-las em excesso. Como explicar isso? Dependerá a felicidade de outros fatores mais essenciais? Variará de pessoa para pessoa?

Em uma primeira análise, podemos perceber na lista acima uma tendência em considerar a felicidade como o resultado de fatores predominantemente materiais e externos que afetam a vida de um indivíduo: bens, dinheiro, reconhecimento do meio social, prazeres ditos “carneais”, ausência de doenças. As circunstâncias internas, sua vida interior, não contariam tanto, nem a coletividade em que vive esse indivíduo.

Diferindo da tendência geral, a maioria dos filósofos – especialmente os gregos antigos – propôs caminhos mais **comportamentais** e **intelectuais** (ou espirituais) para a obtenção da **felicidade verdadeira**. Alguns deles também empregaram uma perspectiva menos individualista, concebendo a felicidade como resultado de um processo **coletivo**, alcançado em conjunto com a comunidade.

Observação

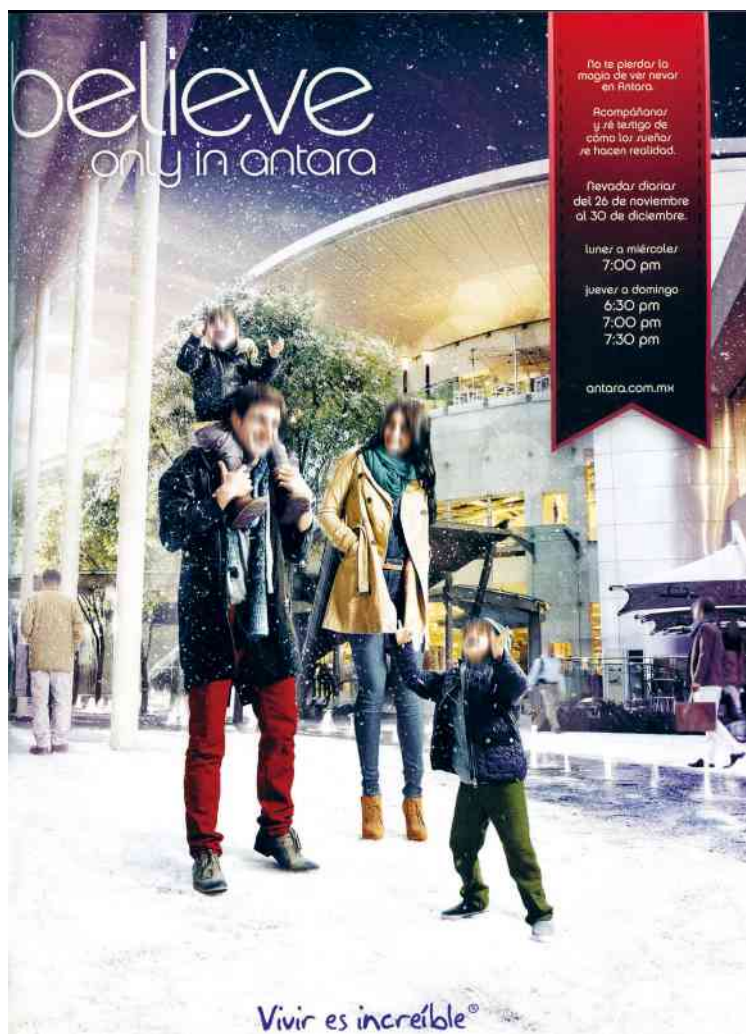
A investigação sobre o tema da felicidade pertence mais especificamente a um ramo da filosofia conhecido pelo nome de ética (que será estudado com mais detalhes no capítulo 18). A ética trata de um universo de questões ligadas ao dever, isto é, como devemos agir em geral ou em relação a problemas específicos.

CONEXÕES

2. Observe a imagem ao lado e reflita:

- Qual é a mensagem dessa propaganda? Você acredita que só é feliz quem vive assim, de acordo com esse modelo? Por quê?
- O que você considera como fontes fundamentais para sua felicidade pessoal?

Publicidade de *shopping center* mexicano em uma revista sobre moda. A propaganda busca com frequência – por meio de imagens e mensagens subliminares – criar nas pessoas necessidades que elas não teriam se não fossem bombardeadas incessantemente pelas campanhas publicitárias.



Aprender a pensar com os filósofos

Veremos em seguida algumas das principais doutrinas sobre a felicidade, concebidas pelos pensadores da Grécia antiga. Conhecer o que pensaram filósofos de outras épocas e pensar junto com eles pode ser interessante e fecundo – e “facilita” nossa vida, pois podemos aproveitar o caminho aberto e depois tomar nosso próprio rumo, sem perder tempo “reinventando a roda”.

Além do que se ganha em compreensão, conhecimento de si e dos outros por intermédio das grandes obras da tradição, é preciso saber que elas podem simplesmente ajudar a viver melhor e mais livremente. [...]

Aprender a viver, aprender a não mais temer em vão as diferentes faces da morte, ou, simplesmente, a superar a banalidade da vida cotidiana, o tédio, o tempo que passa, já era o principal objetivo das escolas da Antiguidade grega. A mensagem delas merece ser ouvida, pois, diferentemente do que acontece na história da ciência, as filosofias do passado ainda nos falam.

FERRY, *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*, p. 16-17.

Você verá neste livro que alguns pensadores forjaram, por vezes, visões de mundo bastante diferentes da nossa (ou da sua), mas que ainda fazem algum (ou muito) sentido no mundo atual. Notará também que algumas de suas concepções tornaram-se amplamente aceitas e incorporaram-se ao cotidiano de grande parte das pessoas – ou de certos grupos sociais – mesmo que de forma transparente e sutil. Outras vezes, porém, perceberá que muitas delas ainda são polêmicas, fazendo parte dos debates das sociedades contemporâneas.

Platão: conhecimento e bondade

No grego antigo, várias palavras traduziam distintos aspectos da felicidade. A principal delas era *eudaimonia*, derivada dos termos *eu* (“bem-disposto”) e *daimon* (“poder divino”). Trata-se da felicidade entendida como um **bem** ou **poder** concedido pelos deuses. Subentendia-se que, para mantê-la, a pessoa deveria conduzir sua vida de tal maneira a não se indispor com as divindades, para o que era preciso sabedoria. Mesmo assim, ainda corria o risco de perder esse bem ou poder se os deuses assim o desejassem, por qualquer motivo arbitrário.

Isso significa que a felicidade era tida como uma espécie de fortuna ou acaso – enfim, um **bem instável** que dependia tanto da conduta pessoal, como da boa vontade divina (cf. LAURIOLA, De *eudaimonia* à felicidade..., *Revista Espaço Acadêmico*, n. 59).

Platão (427-347 a.C.) – considerado por boa parte dos estudiosos o primeiro grande filósofo ocidental, juntamente com seu mestre, Sócrates – foi um dos principais pensadores gregos a se lançar contra essa instabilidade, em busca de uma felicidade **estável**, postura que caracterizará de forma marcante a ética **eudemonista** grega. (Veja a biografia de Platão no capítulo 12. Distintos aspectos de seu pensamento serão abordados também em várias outras partes deste livro.)

No entendimento de Platão, o **mundo material** – aquele que percebemos pelos cinco sentidos – é enganoso. Nele tudo é instável e por meio dele não pode haver felicidade. Por isso, para esse filósofo, o caminho da felicidade é o do abandono das **ilusões dos sentidos** em direção ao **mundo das ideias**, até alcançar o conhecimento supremo da realidade, correspondente à **ideia do bem**.

O que isso significa e como devemos agir para alcançar essa condição?

Harmonizar as três almas

Para entender a concepção platônica de felicidade, precisamos compreender primeiramente sua doutrina sobre a **alma humana**, contida na obra *A República*. Para Platão, o ser humano é essencialmente alma, que é imortal e existe previamente ao corpo. A união da alma com o corpo é acidental, pois o lugar próprio da alma não é o mundo sensível, e sim o mundo **inteligível**. A alma se dividiria em **três partes**:

- **alma concupiscente** – situada no ventre e ligada aos desejos carniais;

- **alma irascível** – situada no peito e vinculada às paixões;
- **alma racional** – situada na cabeça e relacionada ao conhecimento.

A vida feliz de uma pessoa dependeria da devida subordinação e harmonia entre essas três almas. A alma racional regularia a irascível, e esta controlaria a concupiscente, sempre com a supervisão da parte racional. Há, portanto, uma primazia da parte racional sobre as demais.

Para apoiar essa tarefa, Platão propunha duas práticas:

- **ginástica** – conjunto de exercícios e cuidados físicos por meio dos quais a pessoa aprendia a disciplina e o domínio sobre as inclinações negativas do corpo; e
- **dialética** – método de dialogar praticado por Sócrates (conforme veremos no capítulo 3), pelo qual cada pessoa poderia ascender progressivamente do mundo sensível (que Platão considerava ilusório) ao mundo inteligível (que ele considerava verdadeiro).

Eudemonista – relativo à felicidade ou que tem a felicidade como valor fundamental ou principal objetivo.

Inteligível – que só pode ser apreendido pelo intelecto, por oposição ao sensível, isto é, que só pode ser apreendido pelos sentidos.

Concupiscente – que está relacionado com a concupiscência, isto é, o desejo de prazeres carniais.

Irascível – que é propenso a experimentar a ira, a raiva.



Pintura sobre vaso etrusco fabricado em Sèvres (c. 1827-1832) – Percier/Beranger (Coleção particular). Representa uma corrida entre jovens gregos em aula de educação física. Na Grécia antiga, a educação das crianças – ou *paideia* (do grego *paidos*, “criança”) – passou por várias etapas de desenvolvimento. À época de Platão, meninos entre 7 e 14 anos (meninas não) recebiam aulas de ginástica e música. Também aprendiam gramática e a recitar de cor poemas antigos, que eram fonte importante de conteúdo moral (cf. JAEGER, *Paideia* – a formação do homem grego).

Conhecer o bem

Por meio dessas práticas – especialmente da dialética – a alma humana penetraria o mundo inteligível, também conhecido como **mundo das ideias**, e se elevaria sucessivamente, mediante a contemplação das **ideias perfeitas**, até atingir a ideia suprema, que é a **ideia do bem**. Para Platão, as ideias perfeitas seriam a realidade verdadeira, e compreendê-las significava, portanto, alcançar o grau máximo de conhecimento.

Por que a supremacia da ideia do bem? Porque o bem, segundo o filósofo, seria a causa de todas as coisas justas e belas que existem, incluindo as outras ideias perfeitas, como justiça, beleza, coragem. Sem o bem não há nenhuma delas, inclusive a ideia perfeita de felicidade. (Voltaremos a estudar a **teoria do mundo das ideias** no capítulo 12.)

Em resumo, podemos dizer que, para Platão, a felicidade é o resultado final de uma vida dedicada a um conhecimento progressivo até se atingir a ideia do bem, o que poderia ser sintetizado na seguinte fórmula: **conhecimento = bondade = felicidade**. As três coisas, quando ocorrem em sua máxima expressão, andariam sempre juntas, mas o caminho partiria do conhecimento.

Além disso, para Platão, a ascensão dialética equivaleria não apenas a uma **elevação cognoscitiva** (isto é, do conhecimento), mas também a uma **evolução do ser** da pessoa (evolução **ontológica**, no jargão filosófico). Simplificando bastante, podemos dizer que aquele que alcança o conhecimento verdadeiro (que culmina com a ideia do bem) torna-se um ser “melhor” em sua essência e, por isso, pode viver mais feliz.

Construir o bem de todos

Platão, no entanto, tinha como motivação fundamental de seu filosofar o âmbito político: para ele, a **política** era a mais nobre das atividades e de todas as ciências, pois tinha como objeto a pólis (cidade-estado grega) e, portanto, a vida do conjunto dos cidadãos. Por isso, seu projeto político-filosófico visou à construção de uma sociedade justa, isto é, aquela que promovesse o **bem de todos (o bem comum)**:

[...] ao fundarmos a cidade, não tínhamos em vista tornar uma única classe eminentemente feliz, mas, tanto quanto possível, toda a cidade. De fato, pensávamos que só numa cidade assim encontraríamos a justiça e na cidade pior constituída, a injustiça [...]. Agora julgamos modelar a cidade feliz, não pondo à parte um pequeno número dos seus habitantes para torná-los felizes, mas considerando-a como um todo [...] (*A República*, p. 115-116).

Com esse propósito, em sua obra denominada *A República*, o filósofo idealizou uma sociedade organizada em torno de **três atividades** básicas: produção dos bens materiais e de alimentos, defesa da cidade e administração da pólis (tema que será estudado mais detidamente no capítulo 19). Dentro dessa organização, a cada cidadão caberia uma **função social** (produtor, guerreiro ou sábio), e esta seria definida de acordo com sua própria natureza, isto é, a aptidão inata a cada pessoa.

A identificação dessa aptidão natural ou vocação se faria durante o processo educativo. A educação seria **igual para todos os jovens**. Aqueles que se revelassem os mais sábios seriam destinados à administração pública. E, como os filósofos eram os mais sábios entre os mais sábios (os conhecedores do caminho da felicidade), seriam eles os governantes da cidade.

Dentro dessa organização, conforme concebeu Platão, cada um já seria feliz pelo simples fato de cumprir a função para a qual é mais apto **por natureza** (concepção grega à qual voltaremos mais adiante).

CONEXÕES

3. Praticar ginástica ou alguma atividade física disciplinada faz você sentir-se bem? Você percebe resultados concretos em termos de bem-estar físico, emocional e mental? Procure relacionar suas observações com a teoria platônica sobre a felicidade.

► Aristóteles: vida teórica e prática

Na história da filosofia, ocorre frequentemente que um discípulo acabe não sendo um seguidor fiel das doutrinas de seu mestre e até se oponha a ele em vários aspectos, desenvolvendo um pensamento independente e original.

É o caso de **Aristóteles** (384-322 a.C.), que refutou a teoria do mundo das ideias, pilar da filosofia platônica, propondo um pensamento que, embora valorizasse a atividade intelectual, teórica e contemplativa como fundamental, resgatava o papel dos **bens humanos, terrenos, materiais** para alcançar uma vida boa (distintos aspectos do pensamento de Aristóteles serão abordados no capítulo 12 e em outras partes deste livro).

Qual foi, então, o método proposto pelo filósofo?

Exercitar a contemplação

Em sua obra dedicada ao tema da ética, Aristóteles apresenta a seguinte explicação:

[...] o que é próprio de cada coisa é, por natureza, o que há de melhor e de aprazível para ela; e, assim, para o homem a vida conforme a razão é a melhor e a mais aprazível, já que a razão, mais que qualquer outra coisa, é o homem. Donde se conclui que essa vida é também a mais feliz (*Ética a Nicômaco*, p. 190).

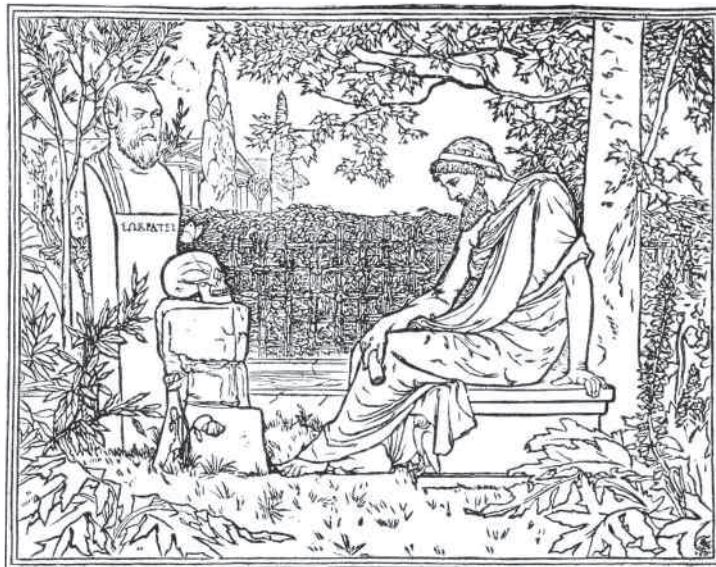
Para que você entenda esse raciocínio, vamos expor, mesmo que resumidamente, a argumentação que sustenta a tese do filósofo sobre a felicidade:

- Aristóteles afirmava que um ser só alcança seu fim quando cumpre a função (ou faculdade) que lhe é própria e o distingue dos demais seres, isto é, sua **virtude** (ou, em grego, *areté*).
- A palavra virtude é entendida aqui como a propriedade mais característica e essencial de um ser, aquela cujo exercício conduz à excelência ou perfeição desse ser, trazendo-lhe **prazer**. Por exemplo: a virtude de uma faca é o seu corte, de uma laranjeira é produzir laranjas, de um dentista é tratar dos dentes.
- O ser humano, por sua vez, dispõe de uma grande quantidade de funções ou faculdades (caminhar, correr, comer, sentir, dormir, desejar, obrar, amar etc.), mas outros animais podem possuí-las também. Há, porém, uma única faculdade que ele possui com exclusividade e que o distingue dos demais seres: o **pensar de forma racional**. Essa seria, portanto, sua virtude essencial.
- Assim, o ser humano só alcançará seu fim e bem supremo (a felicidade) se **atuar** conforme sua virtude, que é a **razão**.

Mas preste atenção: para Aristóteles, não basta ter uma virtude (a racionalidade) – é preciso exercitá-la. O ser humano precisa esforçar-se para realizar aquilo que lhe é dado pela natureza como potência (possibilidade de ser). Portanto, o que o filósofo preconizava era que, para atingir a felicidade verdadeira, o ser humano deveria dedicar-se fundamentalmente à **vida teórica**, no sentido de uma **contemplação intelectual**, buscando observar a beleza e a ordem do cosmo, a autêntica realidade das coisas. E deveria manter essa prática durante a vida inteira, e não apenas em um ou outro dia,

[...] porquanto uma andorinha não faz verão, nem um dia tampouco; e da mesma forma um dia, ou um breve espaço de tempo, não faz um homem feliz e venturoso. (*Ética a Nicômaco*, p. 16.)

BETTMANN/CORBIS/FOTORENA



Platão em estado contemplativo, meditando sobre a imortalidade (1874) – autor desconhecido. (Coleção particular.)

Praticar outras virtudes

Sem tirar os pés do chão, no entanto, Aristóteles dizia também que não se pode abandonar a companhia da família e dos amigos, a riqueza e o poder. Todos esses elementos, e o prazer que deles resulta, promoveriam o **bem-estar material** e a **paz social**, indispensáveis à vida contemplativa. O sábio não poderá dedicar-se à contemplação se, por exemplo, não houver alimentos, se seus filhos chorarem de fome e se a cidade toda estiver em pé de guerra.

Além do mais, o gozo de tais prazeres estaria vinculado ao exercício de **outras virtudes** humanas – como a generosidade, a coragem, a cortesia e a justiça – que, em seu conjunto, contribuiriam para a felicidade completa do ser humano.

Portanto, na ética aristotélica, embora o exercício contínuo de uma vida teórica seja essencial (**condição necessária**, no jargão filosófico) para uma pessoa alcançar a vida feliz, isso não basta (não é **condição suficiente**). Em resumo, a felicidade seria uma vida dedicada à contemplação teórica, aliada à prática das outras virtudes humanas e sustentada pelo bem-estar material e social.

CONEXÕES

4. Destaque, entre os elementos propostos por Aristóteles para uma vida feliz, aqueles que você considera condição necessária para sua felicidade. Para você há algum que, além de necessário, é condição suficiente para ser feliz? Qual? Justifique sua resposta.

■ Epicuro: o caminho do prazer

Apesar das diferenças entre as duas abordagens anteriores, você já deve ter notado que elas não são tão distintas assim, pois tanto Platão como Aristóteles, por caminhos diversos, valorizam muito o papel do **intelecto** para obter uma vida feliz.

Resposta realmente distinta foi a de **Epicuro** (341-271 a.C.), que recomendava o caminho do **prazer**. Para o filósofo, felicidade é o prazer resultante da **satisfação dos desejos**, como crê a maioria das pessoas. Mas o que Epicuro quer dizer com isso é que a felicidade é **fundamentalmente** prazer, pois para ele tudo no mundo é **matéria** e, no ser humano, **sensação**, inclusive a felicidade. Assim, ser feliz é **sentir prazer**.

Com base nessa visão **sensualista** (baseada nas sensações), Epicuro dirá que todos os seres buscam o prazer e fogem da dor e que, para sermos felizes, devemos gerar, primeiramente, as condições materiais e psicológicas que nos permitam experimentar apenas o prazer na vida. E prazer, para ele, é sobretudo **ausência de dor**, conforme veremos adiante.

Que estratégias o filósofo propõe para evitar a dor?

Eliminar certas crenças

Uma das principais causas de angústia e infelicidade, segundo Epicuro, são as **preocupações religiosas** e as **superstições**. Ele se refere, aqui, ao temor que certas crenças e religiões nos impõem. Por exemplo, os gregos temiam muito ofender seus deuses e serem terrivelmente punidos por eles. Também viviam sob o pavor de que forças divinas interferissem em suas vidas, mudando sua sorte ou tirando-lhes os seres queridos.

Todo esse sofrimento poderia ser evitado, segundo o filósofo, se as pessoas compreendessem que o universo inteiro é constituído de matéria, inclusive a alma humana. Veriam que tudo o que acontece pode ser explicado pelo **movimento aleatório dos átomos**, que produz forças cegas e indiferentes ao destino humano. Aqui Epicuro segue a teoria **atomista** e **mecanicista** de outro filósofo grego, Demócrito (460-370 a.C.), que estudaremos adiante (no capítulo 11).

Atomista – relativo ao atomismo, doutrina filosófica segundo a qual toda matéria é formada por átomos (partículas minúsculas, eternas e indivisíveis).

Mecanicista – relativo ao mecanicismo, conceito filosófico de que algo funciona de forma mecânica, isto é, como uma máquina, obedecendo a relações de causa e efeito.

Mediante essa compreensão materialista do universo e do ser humano, Epicuro sustentava que as pessoas também se livrariam de outro grande fator de angústia e infelicidade: o **medo da morte**.

Acostuma-te à ideia de que a morte para nós não é nada, visto que todo bem e todo mal residem nas sensações, e a morte é justamente a privação das sensações. A consciência clara de que a morte não significa nada para nós proporciona a fruição da vida efêmera, sem querer acrescentar-lhe tempo infinito e eliminando o desejo de imortalidade.

[...] quando estamos vivos, é a morte que não está presente; ao contrário, quando a morte está presente, nós é que não estamos. (*Carta sobre a felicidade [a Meneceu]*, p. 27-28.)

Eliminar ou moderar os desejos

Epicuro também dizia que quem espera muito sempre corre o risco de se decepcionar. Por isso, ele recomendava que as pessoas eliminassem todos os desejos desnecessários e se permitissem apenas os naturais e necessários, mesmo assim com moderação.



Detalhe de *Jardim das delícias* (c. 1510) – Hieronymus Bosch, óleo sobre painel. Nessa obra, repleta de simbolismo, o artista retrata a humanidade totalmente entregue aos prazeres sensoriais e carnavais – agindo, portanto, de maneira contrária aos preceitos epicuristas.

Isso significa fazer uma distinção entre os desejos, que, para o filósofo, podiam ser classificados em três tipos:

- **naturais e necessários** – como os desejos de comer, beber e dormir;
- **naturais e desnecessários** – como os desejos de comer alimentos refinados, tomar bebidas especiais e caras e dormir em lençóis luxuosos etc.;
- **não naturais e desnecessários** – como os desejos de riqueza, fama e poder.

Contentar-se com pouco seria o segredo do prazer e da felicidade. Com a expectativa reduzida, não há decepção, e um grande prazer pode advir de um simples copo de água. Gozar o prazer eventual de um banquete ou de um cargo elevado não é proibido, mas não deveria ser desejado sempre, pois, mais cedo ou mais tarde, viriam a insatisfação, o desprazer, a infelicidade.

Agir com prudência racional

Como nem todos os prazeres contribuem para uma vida feliz, como apontou Epicuro, podemos concluir que alguns prazeres são superiores a outros. Por isso, o filósofo recomendava agir com **prudência racional**, isto é, avaliar a ação de cada um deles.

Se fizermos uma comparação entre os prazeres, veremos que – conforme assinalou o filósofo – alguns são mais duradouros e encantam o espírito, como a boa conversação, a contemplação das artes e a audição de música. Já outros, movidos pela explosão das paixões, são muito intensos e imediatos, mas perdem sua força com o passar do tempo.

Esse discernimento nos possibilita realizar uma escolha prudente e racional dos prazeres, evitando aqueles que podem produzir infelicidade. Desse modo, conquistamos a **autarquia**, isto é, o governo da própria vida, sem depender de elementos externos. E pela autarquia – conforme sustentou Epicuro – ascenderíamos à **ataraxia**, palavra de origem grega que designa o estado de imperturbabilidade da alma caracterizada pela indiferença total ao que ocorre no mundo. Esse seria o objetivo último, a felicidade suprema dos epicuristas.

CONEXÕES

5. Faça uma lista abrangente de seus desejos. Depois procure classificá-los de acordo com a teoria de Epicuro. Você acredita que, se desenvolvesse o autocontrole e apenas desejasse o que é natural e necessário, sofreria menos ou seria mais feliz?

Estoicos: amor ao destino

Outra perspectiva no caminho da felicidade foi criada pelos **estoicos**, dando origem à corrente filosófica antiga conhecida como **estoicismo**. Essa palavra deriva do grego *stoá*, “pórtico” ou “galeria de colunas”. Trata-se de uma referência ao local onde o primeiro filósofo dessa corrente, **Zenão de Cício** (c. 335-264 a.C.), reunia os alunos e administrava suas aulas. Para o estoico, é feliz aquele que vive de acordo com a **ordem cósmica**, aceitando e amando o próprio **destino** nela inscrito.

Como se explica essa ideia e qual é precisamente o método estoico para a condução de uma vida boa e feliz?

Compreender a ordem cósmica

O primeiro passo é entender a **física** ou **cosmologia** estoica. O estoicismo concebe o universo como *kósmos*, “universo ordenado e harmonioso”, composto de um **princípio passivo** (a **matéria**) e de um princípio **ativo, racional, inteligente** (o chamado **logos**), que permeia, anima e conecta todas as suas partes.

Princípio – aquilo que inicia, que funda; aquilo que constitui a base, a fonte ou o ponto de partida de coisas ou ideias.

Esse princípio ativo ou inteligência universal – que os estoicos chamavam de **providência** – regeria toda a realidade, equivalendo ao que se pode denominar **Deus**. Se o Deus estoico permeia tudo, isso significa que ele se encontra no mundo e se confunde com ele, com a natureza (no jargão da filosofia diz-se que Deus é **imanente**; o contrário desse termo é **transcendente**, isto é, que está separado do mundo e não se confunde com ele, como é o caso do Deus cristão).

Em outras palavras, tudo o que existe e que acontece tem um objetivo e uma razão de ser, pois faz parte da inteligência universal e divina. Assim, tudo é **necessário**, ou seja, não pode ser diferente do que é, pois, no *kósmos*, todos os eventos estão organicamente predeterminados. Isso inclui a vida de cada um, o que quer dizer que, na concepção estoica, cada pessoa nasce com um **destino definido**.

Pela mesma razão, tudo o que acontece deve ser **bom**, pois é animado pelo bem contido nos princípios racionais que governam o universo (a **providência**). O importante é a ordem do todo, da totalidade do universo, o *kósmos*. Isso quer dizer que, para os estoicos, o **bem do todo** é melhor do que o **bem individual**. Talvez possamos dizer que, para eles, não há bem quando a pessoa se afasta do todo.

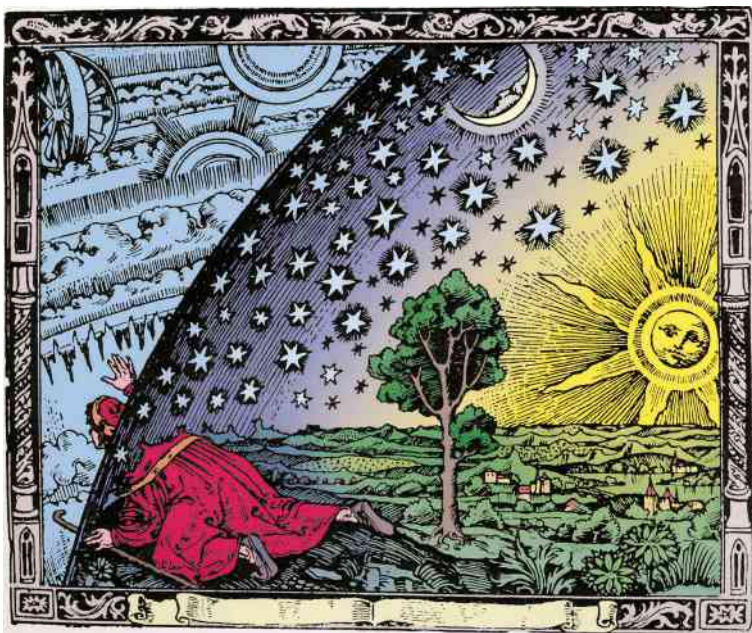


Ilustração extraída da obra *A atmosfera meteorológica popular* (1888), de Camille Flammarion. Para o estoicismo, é preciso viver conforme a ordem cósmica contida na natureza e em cada um de nós.

Usar o poder da vontade

Com base nessa cosmologia, os estoicos entendiam que é impossível sermos felizes se acreditarmos que felicidade é ter tudo o que desejamos (como geralmente se pensa). Basta que fracássemos em alcançar um desejo e nos tornamos infelizes.

A esse respeito, ensinavam que há coisas que **dependem de nós** e há outras que **não dependem de nós** ou só de nós. Depende de nós, por exemplo, elaborar um bom trabalho ou ser bom e generoso; não depende de nós (ou só de nós) ganhar na loteria ou conquistar o coração da pessoa amada.

Então, se existe uma ordem cósmica predefinida e se há coisas que não dependem de nós, só nos resta aproveitar uma “brechinha” de liberdade que o estoicismo nos deixa para garantir nossa felicidade: a aplicação de uma faculdade que todos temos – a **vontade**.

É a vontade que nos permite querer ou não querer as coisas. Veja que nada nem ninguém pode me obrigar a querer o que não quero, ou a não querer o que quero. Podem me obrigar, por exemplo, a ir a uma festa, inclusive me levar à força até lá, mas não podem me fazer querer ir a essa festa.

É desse modo, para os estoicos, que posso construir minha felicidade: usando minha vontade para querer apenas aquilo sobre o que tenho poder, que depende de mim e que me faz verdadeiramente feliz.

Controlar pensamentos e paixões

Com base nesse raciocínio, os estoicos procuraram orientar a conduta das pessoas estabelecendo a seguinte distinção entre as coisas:

- **boas** – são aquelas que dependem de nós e que devemos querer e buscar durante a vida para sermos felizes. Trata-se das **virtudes**, como ser prudente, justo, corajoso;
- **más** – são as coisas que dependem de nós, mas que, ao contrário, devemos evitar durante a vida se queremos ser felizes. Trata-se dos **vícios** e das **paixões**, como ser imprudente, injusto, covarde, guloso, raivoso;
- **indiferentes** – são as que não dependem de nós e com as quais não devemos nos preocupar, sob pena de gerar infelicidade. É o caso da morte, do poder, da saúde ou doença, da riqueza ou pobreza, entre outras.

A **infelicidade** ocorre, portanto, segundo os estoicos, quando não conduzimos corretamente nossos pensamentos e não evitamos as chamadas **coisas más**. Ou quando nos preocupamos com as tais **coisas indiferentes** (algo muito frequente), o que conduz à formulação de **juízos errôneos** ou **opiniões equivocadas** sobre os acontecimentos e o consequente despertar de paixões (isto é, de uma coisa má).

Por esse raciocínio, podemos concluir que a paixão (*pathos*, em grego) é o resultado do uso inadequado da razão, enquanto a virtude consiste na ação que se desenvolve conforme a razão (ou seja, conforme a natureza, pois a natureza, como vimos, é *logos*, razão).

Assim, **dominar as paixões** é o objetivo principal da ética estoica. Para isso, o esforço em **controlar os pensamentos** será fundamental, pois é o pensamento equivocado que gera as condições para o aflorar das paixões.

Veja o conselho de um pensador estoico grego, **Epiteto** (55-135), que foi escravo em Roma durante a maior parte de sua vida:

Lembra-te que não é nem aquele que te diz injúrias, nem aquele que te bate, quem te ultraja, mas sim a opinião que tens deles, e que te faz olhá-los como gente por quem és ultrajado. Quando alguém te magoa ou te irrita, saiba que não é aquele homem que te irrita, mas sim tua opinião. Esforça-te, portanto, acima de tudo, para não te deixar levar por tua imaginação. (Citado em BOSCH, A filosofia e a felicidade, p. 103.)

O sábio, portanto, seria aquele que pensa corretamente, de acordo com as exigências da razão universal (ou seja, conforme a natureza), controla seus pensamentos e evita as ilusões das paixões. Desse modo, atinge a **apatia** (eliminação de paixões) e a **ataraxia** (imperturbabilidade da alma). E quem é imperturbável não tem tristeza, e sem tristeza se é feliz.

Amar o próprio destino

O domínio sobre os pensamentos e as paixões seria a **via negativa** para atingir a felicidade. Diz-se “negativa” porque se dá pela negação das paixões, pela negação das causas da infelicidade. Mas há também um percurso positivo, o do **amor fati**, expressão latina que significa “amor aos fatos, aos acontecimentos”, como o próprio destino. Vejamos.

Como vimos antes, de acordo com o estoicismo, tudo é animado pelos princípios racionais que governam o universo, de tal maneira que tudo o que acontece e não depende de mim é **necessário e bom**. Mesmo a morte de um ente querido, por exemplo, deve ser tomada como um acontecimento bom, no sentido de que faz parte da ordem universal.

Por isso, os estoicos entendiam que uma pessoa não deve se revoltar por ter nascido com uma deficiência física ou por ser feia, pobre ou até mesmo escrava (recorde que a escravidão era algo bastante comum e aceito como “natural” nas sociedades antigas). Tudo isso não depende dela. A pessoa deve não apenas aceitar o peso de seu destino, mas também **querê-lo**, isto é, amar o que é, o que tem e o que vive. Deve, enfim, compreender que faz parte da totalidade e ter **amor por seu destino** (*amor fati*). Somente assim poderá ser feliz.

Parábola do velho do forte

Vejamos agora uma **parábola**, cuja autoria é atribuída a Lieh-Tsé (c. 300 a.C.), pensador da escola taoista. O **taoismo** é uma doutrina místico-filosófica chinesa – formulada principalmente por Lao-Tsé no século VI a.C. – que enfatiza a integração do ser humano à realidade cósmica primordial.

Parábola – história (narrativa) curta e figurativa (alégorica) contada com o propósito de transmitir outra ideia, mensagem ou ensinamento.

Desenho chinês do século XVIII – artista desconhecido. Conta-se que o grande mestre do taoismo passou a ser chamado de Lao-Tsé (“Homem Velho”) quando era ainda um bebê, por já manifestar grande sabedoria. De acordo com a lenda, cansado da maldade em seu país, ele partiu um dia para o Ocidente cavalcando sobre um búfalo, até nunca mais ser visto.



Um velho vivia com seu filho em um forte abandonado, no alto de um monte, e um dia perdeu um cavalo. Os vizinhos vieram-lhe expressar seu pesar por esse infortúnio, e o velho perguntou:

– Como sabeis que é má sorte?

Poucos dias mais tarde voltou seu cavalo com um bando de cavalos selvagens, e vieram os vizinhos felicitá-lo por sua boa sorte, e o velho respondeu:

– Como sabeis que é boa sorte?

Com tantas montarias a seu alcance, começou o filho a cavalgá-las, e um dia quebrou uma perna. Vieram os vizinhos apresentar-lhes condolências, e o velho respondeu:

– Como sabeis que é má sorte?

No ano seguinte houve uma guerra, e, como o filho do velho era agora inválido, não teve de ir para a frente.

YUTANG, *A importância de viver*, p. 154.

CONEXÕES

6. Qual é o significado ou a mensagem da parábola anterior? É possível relacioná-la com o caminho estoico da felicidade? Por quê?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

5. Como Platão concebia a realidade? Para ele tudo era matéria?
6. Por que a tese de Platão sobre a alma humana é tão importante para entender sua doutrina a respeito da felicidade?
7. Explique a fórmula conhecimento = bondade = felicidade, tendo como referência o sistema platônico.
8. O que é virtude para Aristóteles? Crie exemplos novos de virtude.
9. Para Aristóteles, a felicidade é uma combinação de vida dedicada à contemplação teórica, aliada à prática das outras virtudes humanas e sustentada pelo bem-estar material e social. Analise essa afirmação.
10. Qual é a ideia fundamental contida na metáfora “uma andorinha não faz verão”? Por que Aristóteles a utiliza?
11. Como Epicuro concebia a realidade? Para ele tudo é matéria? Como sua concepção da realidade contribui para seu entendimento do que é ser feliz?
12. É possível afirmar que a concepção de felicidade de Epicuro contrapõe-se à de Aristóteles e, especialmente, à de Platão?
13. Como o estoico concebe a realidade? Tudo é matéria para o estoico?
14. Qual é a importância da cosmologia estoica na determinação de sua ética sobre a felicidade?
15. Explique o papel da vontade e do controle sobre os pensamentos na ética estoica.
16. Como é a felicidade que se alcança pela via do *amor fati*?

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Felicidade para todos

Platão afirmou: “[...] ao fundarmos a cidade, não tínhamos em vista tornar uma única classe eminentemente feliz, mas, tanto quanto possível, toda a cidade”.

Você acredita que a organização social que ele propôs favorecia o cumprimento de seu desejo de trazer a máxima felicidade para todos? Essa organização seria possível na sociedade brasileira? Por quê? Debata com seus colegas sobre esse tema.

3. Meu caminho ideal

Qual dos caminhos propostos pelos filósofos estudados você considera o mais útil para que uma pessoa construa uma vida feliz em nossos dias? Por quê? Ou o caminho ideal, para você, seria uma combinação de elementos dessas doutrinas? Quais seriam esses elementos?

Exponha suas reflexões aos/às colegas, escute o que dizem, argumente e contra-argumente. Enfim, troque ideias de maneira inteligente e respeitosa, como em uma conversa filosófica.

COMO ANDA NOSSA FELICIDADE?

O que dizem as ciências

No breve percurso que fizemos por essas concepções de vida boa ou feliz, você pôde aprender um pouco mais sobre como se filosofa. E teve a oportunidade de reunir algumas ideias a respeito daquilo que traz felicidade e do que causa sofrimento, para uma reflexão posterior.

EUGÈNE DELACROIX/MUSÉE DU LOUVRE, PARIS, FRANÇA



Detalhe de
A liberdade guiando o povo
(1830) – Eugène Delacroix. A figura central feminina – conhecida como **Marianne** – é uma representação alegórica da República francesa, encarnando a mãe pátria e os valores surgidos com a revolução de 1789: **liberdade, igualdade e fraternidade**.

■ Perspectiva histórica

Nos séculos seguintes à Antiguidade, diversos pensadores voltaram às doutrinas gregas, reformulando-as nos termos de sua época e de sua perspectiva particular. Por isso costuma-se dizer que a filosofia é uma conversa que nunca acaba. Muda o mundo, modificam-se as pessoas. Surgem novas percepções, novos valores, novas necessidades.

Isso quer dizer que, quando filosofamos, devemos também considerar nosso objeto de estudo (neste caso, a felicidade) no tempo e no espaço, isto é, na **história**. Devemos sempre nos perguntar sobre o que permaneceu e o que mudou com o passar do tempo e as transformações sociais e culturais de cada época.

Segundo alguns estudiosos, dois ideais ou valores foram ganhando importância ao longo da história nas sociedades ocidentais e são hoje considerados elementos fundamentais da felicidade individual e coletiva: a igualdade e a liberdade. Vejamos cada um deles.

Igualdade e liberdade

A partir da Idade Média, com a propagação do pensamento judaico-cristão no mundo europeu, difundiu-se a noção de **amor ao próximo**, contido no preceito ou mandamento que diz que se deve “amar ao próximo como a si mesmo”. Esse mandamento estaria assentado na ideia de que o Deus judaico-cristão teria criado os seres humanos para reinarem sobre a Terra e amaria a todos igualmente. Assim, se “todos são filhos de Deus”, toda a humanidade deve amar-se e respeitar-se mutuamente.

Isso contribuiu para despertar a noção de **igualdade** entre as pessoas. Mas foi apenas a partir do século XVIII, com o pensamento iluminista (que estudaremos no capítulo 15) e a Revolução Francesa, que essa ideia de igualdade passou a implicar também, cada vez mais, a **igualdade de direitos**, fosse a pessoa rica ou pobre, negra, indígena ou branca, homem, mulher ou criança.

A partir do século XVIII, também ganhou especial relevância o tema da **liberdade** em seus diversos

sentidos: a liberdade de pensar por si próprio (liberdade de consciência), a liberdade de querer e agir (liberdade política e autonomia) e a liberdade de ser (diferente de ou contra a natureza). Hoje em dia, é difícil pensar que uma pessoa possa ser feliz sem ser livre. Ou se for discriminada, isto é, tratada de maneira desigual.

A relação entre igualdade, liberdade e felicidade pode ser percebida claramente no segundo parágrafo da Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776), acontecimento que inspirou os processos de emancipação de diversos países latino-americanos:

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. (Disponível em: <<http://memoriavirtual.net/tag/washington/>>. Acesso em: 12 out.2015.)

■ Perspectiva de outras ciências

Além da história, para realizar uma boa investigação filosófica não podemos deixar de considerar o que outras ciências estão dizendo a respeito de nosso objeto de estudo e reflexão, seja ele qual for.

No caso da felicidade, resultados de pesquisas realizadas em diversas áreas – como psicologia, medicina, sociologia e economia – podem lançar novas luzes sobre nossa investigação e, quem sabe, ajudar-nos a desfazer alguns mitos sobre esse tema.



Pessoas praticam *tai chi chuan*, um tipo de arte marcial de origem chinesa. O ideal de equilíbrio entre a mente e o corpo é muito antigo, tendo sido adotado também pela cultura grega. Ficou célebre no Ocidente por intermédio das palavras do poeta latino Juvenal (c. 60-128): “mente sã em corpo são” (em latim, *mens sana in corpore sano*).

Componente físico

Embora a felicidade seja entendida normalmente como um estado de consciência, ela parece ter também um correspondente físico, que pode ser identificado e medido em termos de **ondas cerebrais** (os epicuristas adorariam saber disso). Estudos de neurofisiologia realizados nos últimos anos em pessoas de todas as idades, inclusive bebês, indicam que a atividade de certa parte do cérebro aumenta quando a pessoa experimenta sensações ou sentimentos agradáveis ou se expressa de maneira positiva, como ao sorrir.

Também há evidências científicas de que algumas **substâncias** produzidas pelo nosso corpo – como a serotonina e a endorfina – estão relacionadas com as sensações de paz, prazer e bem-estar que experimentamos.

Há estudos que nos fazem igualmente supor que exista um fator de **predisposição genética** para algumas pessoas experimentarem a vida de maneira mais positiva que outras. Gêmeos idênticos (que têm material genético idêntico) mostraram um grau de felicidade bastante similar, mesmo quando criados em lares distintos, o que não ocorre com os não idênticos (em que apenas metade dos genes é igual). Essa é uma questão complexa, que deve ser tratada com muito cuidado.

A **saúde corporal** também é um fator importante para nossa felicidade. No entanto, mesmo em condições desfavoráveis de saúde, como demonstram algumas investigações, as pessoas depois de algum tempo tendem a se adaptar às limitações físicas surgidas durante suas vidas, podendo manter um bom nível de satisfação a partir de então.



FILIPPO ROMEO 2010/ALAMY/FOTORENA

Paratleta em largada. Exemplo de superação e força de vontade que desafiam muitas de nossas crenças sobre o que é necessário para ter uma boa vida.

A relação saúde-felicidade pode seguir, porém, direção inversa: resultados de pesquisas recentes revelam que a pessoa feliz tende a ser mais saudável, a ter um sistema imunológico mais forte e a viver mais anos. Ou seja, em vez de o físico determinar o psíquico, é o psíquico que determina o físico, o que parece inverter a lógica até há pouco predominante nas ciências. Conforme veremos ao longo deste livro, a relação corpo-mente é um problema importante da história da filosofia.

Como será que interagem essas duas dimensões de nossa existência?

Componente psicológico

Desde o surgimento da psicanálise, com Sigmund Freud (pensador que estudaremos no capítulo 4), entende-se que os **primeiros anos de vida** são fundamentais para o modo como uma pessoa irá experimentar sua existência. Episódios **traumáticos**, dolorosos podem limitar suas possibilidades de desenvolver vivências felizes.

Por outro lado, também se considera que os modelos psicológicos e de conduta que a pessoa encontra em seu **meio familiar** imprimem-se em sua **psique** (ou em seu cérebro) e tendem a ser repetidos durante toda a vida. Portanto, se esses modelos são negativos, limitantes, existe maior probabilidade de que a pessoa desenvolva uma existência infeliz, se ela não for consciente desses padrões e não puder retrabalhá-los.

Psique – estrutura mental ou psicológica de uma pessoa, geralmente entendida como parte distinta do corpo material.

De fato, vários estudos no campo da psicologia têm confirmado que saber administrar os próprios pensamentos e sentimentos é fator crucial para a felicidade de um indivíduo. A dimensão interior – o conjunto de crenças, valores, estados de ânimo, maneira de ver a vida – influi de forma contundente na construção de uma existência feliz ou infeliz (quase toda a filosofia grega aplaudiria em pé essa conclusão). Muitas vezes, o que se chama de “sorte” não é outra coisa senão o resultado de um estado de ânimo mais aberto e propício para perceber e aproveitar as oportunidades que surgem na vida.

Qual será a importância do autoconhecimento nesse sentido?

Componente econômico

Poucos duvidam de que há maior dificuldade em levar uma vida digna e boa quando se está na miséria. Mas talvez exista uma tendência exagerada no mundo atual em acreditar que a melhora no **nível de renda** torna uma pessoa mais feliz. Em outras palavras, que o dinheiro traz felicidade.

Estudos têm mostrado, por exemplo, que, quando os rendimentos são superiores a determinado patamar, o incremento da percepção de felicidade das pessoas não é proporcional ao seu enriquecimento. É o que tem ocorrido nos países ricos, embora o nível de renda tenha aumentado significativamente nos últimos 50 anos.

BRITISH MUSEUM/AP PHOTO/GLOW IMAGES



Pedaco de rocha com falsa arte rupestre (c. 2005) – Banksy (British Museum, Londres, Reino Unido). A peça foi “plantada” no Museu Britânico de Londres, entre outras semelhantes, mas legítimas. Como você interpretaria essa intervenção do artista de rua e grafiteiro inglês? Seria uma crítica mordaz à **sociedade de consumo**, que condiciona e estimula as pessoas a sentirem a necessidade de possuir e fazer coisas para se sentirem felizes?

O **trabalho** é outro fator fundamental na composição global de felicidade. Fonte do sustento material e meio de realização individual, a atividade profissional que um indivíduo desempenha representa, ao mesmo tempo, sua contribuição para os entes queridos e a sociedade em geral. Por isso o **desemprego** causa tanta infelicidade – não é apenas pela perda econômica que representa, mas também porque afeta substancialmente a autoestima das pessoas e suas relações sociais.

Enfim, são realmente os bens materiais que nos fazem felizes ou é “a opinião” que temos deles, como nos alertou Epiteto?

CONEXÕES

7. Reflita sobre sua relação com o consumo. Quanto influi a publicidade em seus desejos de compra? Em que medida a aquisição de bens materiais faz você se sentir mais feliz? Por quanto tempo dura essa felicidade?

Componente social

Parece não haver dúvida: somos seres profundamente **sociais** (apesar de que, às vezes, alguns fatos nos obrigam a questionar esse postulado). Estudos confirmam que tanto a vida familiar e conjugal como o convívio com amigos e a relação com a comunidade são muito importantes para a constituição de nossa **identidade** pessoal e do **sentido** de nossas vidas (como já defendia Aristóteles). Esses dois ingredientes definem em grande medida a forma com que nos posicionamos em relação ao mundo e nossas possibilidades de sermos felizes.

No entanto – como tem sido apontado por algumas pesquisas –, boa parte da insatisfação que um indivíduo tem consigo mesmo ou com sua vida vem da **comparação social**. As pessoas costumam se comparar entre si, o que gera muita infelicidade. Se o outro tem mais ou é melhor em algo, fico deprimido; se sou eu quem tem mais ou é melhor, sinto-me feliz.

Essa tendência pode estar relacionada a elementos agressivos instintivos próprios de nossa natureza animal e importantes para a sobrevivência da espécie, como apontam alguns estudiosos. Mas também pode ser explicada pelo fato de vivermos em uma sociedade que privilegia um modelo de existência extremamente **competitivo** e **individualista**. E a defesa exagerada dos inte-

resses pessoais em detrimento dos interesses do outro – o **individualismo** patológico – tende a gerar conflitos e um mal-estar social.

Tudo isso não parece ser muito saudável para animais gregários como nós, nem condizente com seres inteligentes e que se consideram superiores. Como comprovam estudos nos campos da psicologia, da antropologia e da biologia, a **cooperação** (ou um equilíbrio entre competição e cooperação) costuma trazer melhores resultados, tanto para o indivíduo como para o todo.

E será verdade, como dizem alguns cientistas, que as pessoas preocupadas mais com o bem dos outros, expressando menos ansiedade em relação ao benefício próprio, são mais felizes?

Conclusão

Pronto. Já temos uma boa quantidade de elementos para formar uma ideia, mesmo que provisória, sobre os dois temas básicos tratados neste capítulo: a filosofia e a felicidade. Com relação à filosofia e ao filosofar, voltaremos a eles no próximo capítulo. Quanto à felicidade, cabe aqui uma reflexão final.

A busca desenfreada de felicidade individual na sociedade contemporânea é sinal de que grande parte das pessoas tomou um rumo equivocado. Concordamos – nós, os autores deste livro – com o economista inglês Richard Layard (1934-) quando ele diz que uma sociedade não pode prosperar sem certa sensação de compartilhar objetivos, de bem comum. Quando a única meta das pessoas é alcançar o melhor apenas para si mesmas, a vida torna-se estressante demais, solitária demais, pobre demais, e abre espaço para a entrada da infelicidade.

Na mesma direção, o filósofo francês André Comte-Sponville (1952-) recomenda às pessoas que se preocupem menos com a própria felicidade e um pouco mais com a dos outros; que **esperem um pouco menos e amem um pouco mais** – diziam os estoicos. Amor e felicidade andam sempre de mãos dadas, como expressa esta bela mensagem do filósofo inglês Jeremy Bentham (1748-1832), enviada a uma jovem na data de seu aniversário:

Cria toda a felicidade que possas; suprime toda a infelicidade que consigas. Cada dia te dará a oportunidade de agregar algo ao bem-estar dos demais ou de mitigar um pouco suas dores. E cada grão de felicidade que semeies no peito alheio germinará

em teu próprio peito, ao passo que cada dor que arranques dos pensamentos e sentimentos de teus semelhantes será substituída pela paz e alegria mais belas do santuário de tua alma (Citado em LAYARD, *La felicidad: lecciones de una nueva ciencia*, p. 230; tradução dos autores).



ANTONIO ZANCHI/SOTHEBY'S INSTITUTE OF ART, LONDRES, REINO UNIDO

O bom samaritano – Antonio Zanchi, óleo sobre tela. Imagem da compaixão, da dor que se sente junto com quem sofre. É possível ser feliz em um mundo onde há tanta desgraça, injustiça e infelicidade? É justo ser feliz enquanto tantos sofrem?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

17. Após a Antiguidade, que valores foram assumindo historicamente maior importância na concepção de felicidade? Em que contexto histórico surgiram?
18. Entre as conclusões a que vêm chegando estudos científicos a respeito da felicidade, destaque as que você considera mais instigantes ou reveladoras (pelo menos uma). Justifique.
19. Interprete a última citação do capítulo, de Jeremy Bentham, comparando-a com a busca desenfreada de felicidade individual na sociedade contemporânea.

CONVERSA FILOSÓFICA

4. Felicidade individual e coletiva

Levando em consideração as diversas reflexões contidas neste capítulo, você acha que uma pessoa pode ser plenamente feliz quando busca apenas sua felicidade individual?

- a) Se você entende que não, junte-se àqueles que pensam como você para elaborar um conjunto de argumentos a favor de sua posição. Se você

considera que sim, forme outro grupo e siga o mesmo procedimento.

- b) Depois, um orador escolhido de cada lado deverá defender a posição de seu grupo, expondo os argumentos reunidos. Para isso, poderá solicitar o apoio de seus colegas para consultas, procurando escutar e responder aos argumentos opostos, como em uma conversação filosófica.



PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEM-PR) “O que é um filósofo? É alguém que pratica a filosofia, em outras palavras, que se serve da razão para tentar pensar o mundo e sua própria vida, a fim de se aproximar da sabedoria ou da felicidade. E isso se aprende na escola? Tem de ser apreendido, já que ninguém nasce filósofo e já que filosofia é, antes de mais nada, um trabalho. Tanto melhor, se ele começar na escola. O importante é começar, e não parar mais. Nunca é cedo demais nem tarde demais para filosofar, dizia Epicuro. [...]. Digamos que só é tarde demais quando já não é possível *pensar* de modo algum. Pode acontecer. Mais um motivo para filosofar sem mais tardar” (COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário Filosófico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 251-252).

A partir dessas considerações, assinale o que for correto.

- 01) A filosofia é uma atividade que segue a via pedagógica de uma prática escolar, já que não pode ser apreendida fora da escola.
- 02) O enunciado relaciona a filosofia com o ato de pensar.
- 04) O enunciado contradiz a motivação filosófica contida na seguinte afirmativa de Aristóteles: “Todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer”.
- 08) Para André Comte-Sponville, quanto antes e com mais intensidade nos dedicarmos à filosofia, mais cedo estaremos livres dela, pois todo assunto se esgota.
- 16) A citação do texto afirma que sempre é tarde para começar a filosofar, razão pela qual a filosofia é uma prática da maturidade científica e o coroamento das ciências.

Sessão cinema

A festa de Babette (1987, Dinamarca, direção de Gabriel Axel)

História situada no século XIX. Mulher francesa vai viver em vilarejo dinamarquês, onde prepara uma surpresa ligada a um dos maiores prazeres do ser humano: a comida.

A vida é bela (1997, Itália, direção de Roberto Benigni)

Na Itália dos anos 1930, um livreiro judeu vive com sua mulher e filho, até que ocorre a ocupação nazista. Para evitar que seu filho sofra com os horrores do campo de concentração, o livreiro inventa uma maneira criativa de lidar com a situação.

Admirável mundo novo (1998, Estados Unidos, direção de Leslie Libman e Larry Williams)

Fábula futurista baseada em livro homônimo de Aldous Huxley. Em uma sociedade organizada em castas, a população recebe doses regulares de uma substância que a mantém em felicidade constante, sendo condicionada, durante o sono, a viver em servidão e não se rebelar contra o sistema.

Eu maior (2013, Brasil, direção de Fernando Schultz e Paulo Schultz)

Reflexões sobre o sentido da vida, a busca pela felicidade e o autoconhecimento. Entre os entrevistados estão Leonardo Boff, Marcelo Gleiser, Monja Coen e Rubem Alves.

Fahrenheit 451 (1966, Reino Unido, direção de François Truffaut)

Ficção científica em que uma sociedade futura, de regime totalitário, tem os livros proibidos, porque se acredita que a leitura é perda de tempo e impede as pessoas de serem felizes.

O fabuloso destino de Amélie Poulain (2001, França, direção de Jean-Pierre Jeunet)

Comédia sobre moça que acha uma caixa e busca seu dono até encontrá-lo. A felicidade que este demonstra ao rever seus objetos contagia a jovem e muda sua visão de mundo.

Tarja branca – A revolução que faltava (2014, Brasil, direção de Cacau Rhoden)

Documentário que propõe reflexões sobre a infância, a arte popular e o trabalho nas sociedades atuais.

Capítulo 2

DIE BILDGALERIE IM PARK SANS-
SOUCI, POTSDAM, ALEMANHA

■ Você já ouviu o ditado “Ver para crer”? Sabe sua origem? O que ocorre intimamente quando se tem uma dúvida?



A incredulidade de São Tomé (1601-1602) — Caravaggio, óleo sobre tela.

A dúvida

Vamos concentrar agora nossa atenção sobre uma atitude importante no processo de filosofar: a **dúvida**. Ela sintetiza os dois primeiros passos da experiência filosófica – o estranhamento seguido do questionamento.

Veremos adiante que o ato de duvidar nos abre, com frequência, a possibilidade de desenvolver uma percepção mais profunda, clara e abrangente sobre diversos elementos que compõem nossa existência.

Questões filosóficas

- ▼ Qual a importância de perguntar?
- ▼ As coisas são exatamente como as percebemos e entendemos?
- ▼ Podem os sentidos e a razão nos enganar?

Conceitos-chave

ação, reflexão, atitude filosófica, dúvida filosófica, dúvida metódica, dúvida hiperbólica, método, razão, critério de verdade, evidência

SITUAÇÃO FILOSÓFICA

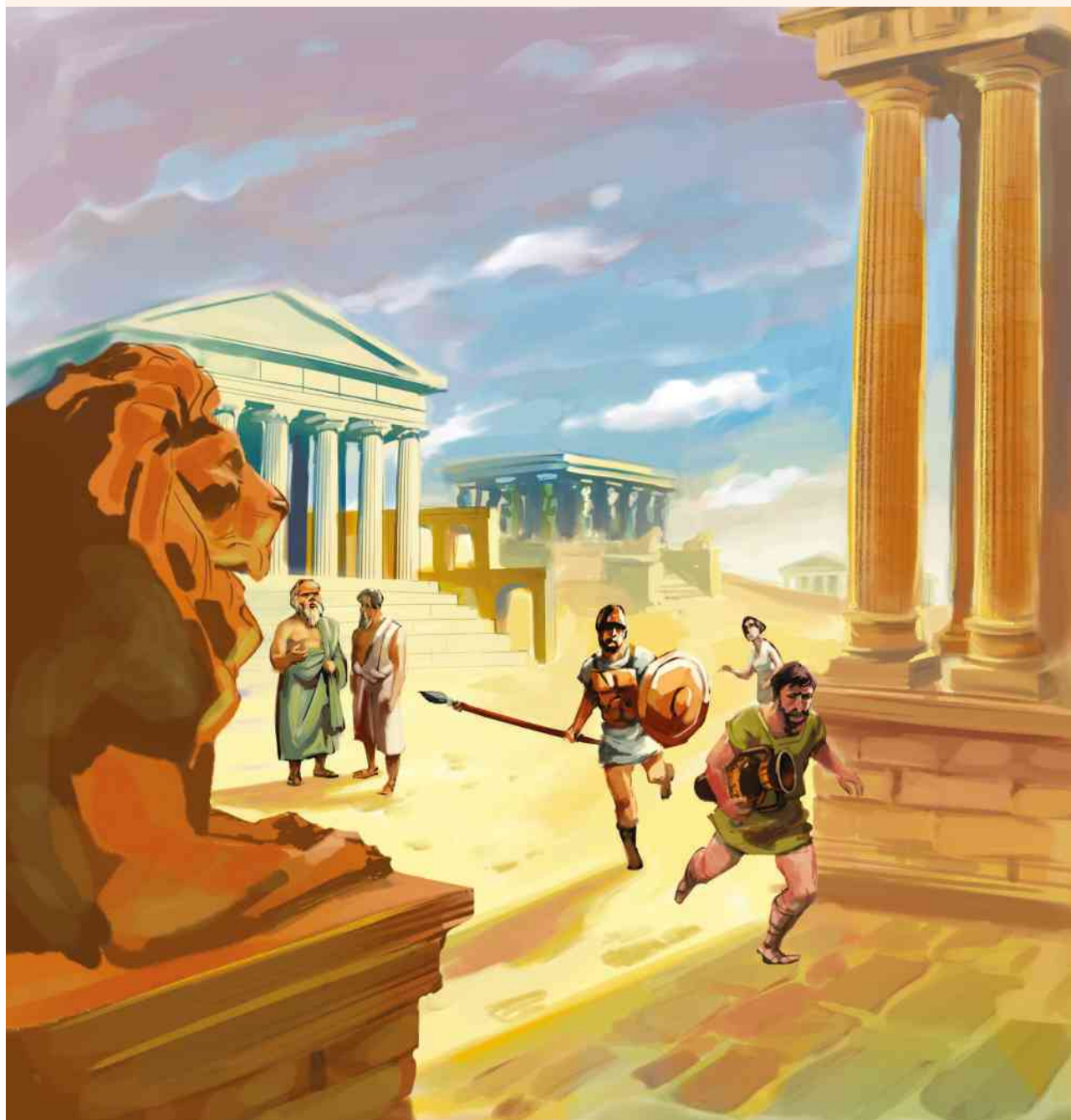
O soldado e o filósofo

Em uma manhã ensolarada da antiga Atenas, a população desenvolvia tranquilamente seus afazeres. De repente, um homem cruza a praça correndo, e logo se ouvem gritos desesperados:

– Pega ladrão! Pega ladrão!

Um soldado imediatamente se lança em disparada atrás do sujeito. Sócrates, por sua vez, pergunta:

– O que é um ladrão?



ESTÚDIO MIL



ANALISANDO A SITUAÇÃO

- ▼ *Onde e quando ocorre o episódio relatado? Quais são seus personagens?*

Ocorre em Atenas, cidade-Estado da Antiguidade grega, em algum momento da vida de Sócrates (c. 469-399 a.C.), filósofo que é um dos personagens dessa cena. Os outros dois personagens são um soldado e um ladrão.

- ▼ *A historieta pode ser dividida em dois momentos. Quais são eles?*

Veja que há um antes e um depois na narrativa. Primeiramente, temos a vida nesse local de Atenas seguindo seu fluxo normal, cotidiano, automático e transparente. Então entra em cena o ladrão e se produz uma quebra, que dá origem às reações do soldado e de Sócrates.

- ▼ *Como reage o soldado? E Sócrates?*

O soldado tem uma **atitude** totalmente distinta da de Sócrates. Ele não coloca em dúvida o sentido do que vê e ouve, nem a conduta que deve ter. Sua atitude é a de partir imediatamente para a ação. O mesmo não ocorre com Sócrates: a quebra gera nele a dúvida. E, com a pergunta “O que é um ladrão?”, ele entra em **reflexão**.

- ▼ *O que essa historieta pretende ilustrar?*

Podemos dizer que a historieta ilustra, de maneira caricatural, as funções sociais do soldado e do filósofo. O soldado deve manter a ordem e proteger a cidade e sua população. Assim, ele reagiu conforme seu dever e sua função (ou “natureza”, como entendiam os gregos). O filósofo, por sua vez, é aquele que busca a sabedoria e, para tanto, não pode simplesmente seguir o que pensa e diz a maioria das pessoas (no caso, criticar e repudiar irrefletidamente o ladrão) e o que faz o soldado (persegui-lo e prendê-lo). Por isso, a reação de Sócrates é cautelosa, ponderada, e ilustra a maneira de proceder do filósofo: questionando, procura “des-cobrir” algo que seja importante para maior compreensão das coisas.

- ▼ *Que **objeções** podemos fazer às atitudes de cada um?*

Talvez possamos dizer que o filósofo não pode duvidar o tempo todo: ele precisa alcançar algumas certezas que lhe permitam também agir ou propor ações. De modo semelhante, o soldado não pode somente obedecer ordens, comandos: ele também precisa refletir antes de agir, senão é capaz de realizar ações injustas. Assim, podemos concluir que ação e reflexão se complementam. Praticadas no momento oportuno e de forma equilibrada, contribuem para o bem-estar do indivíduo e da sociedade.

■ **Atitude** – maneira de se comportar que reflete uma disposição ou tendência interior.

■ **Reflexão** – estado da consciência em que a pessoa se volta para seu interior, concentrando seu espírito na busca de uma compreensão das ideias e dos sentimentos que tem sobre si própria ou sobre as coisas e os assuntos do mundo exterior.

■ **Objeção** – argumentação ou raciocínio que se opõe a algo (como uma opinião, tese ou ação).

INDAGAÇÃO

O pensamento busca novos horizontes

JEAN-JULES-ANTOINE LECOMTE DU NOUY/ COLEÇÃO PARTICULAR



Demóstenes pratica a arte da oratória (1870) – Jean-Jules-Antoine Lecomte du Nouÿ. Se você se sente inibido para fazer uma pergunta, saiba que toda dificuldade pode ser superada com trabalho e persistência. Exemplo disso encontramos no político ateniense Demóstenes (384-322 a.C.). Ele era gago e sentia dificuldades para falar em público. Decidido a superar suas limitações, passou a exercitar-se no uso da palavra. Conta-se que falava contra o vento e com pequenas pedras na boca. Assim venceu a gagueira e tornou-se um dos maiores oradores gregos.

■ A importância de perguntar

Nossa análise da historieta anterior nos deu uma pequena ideia de que ter dúvidas, mesmo que provisoriamente, é algo desejável para alcançar um conhecimento maior. Por que será, então, que as pessoas tendem a expressar poucas dúvidas, a fazer tão poucas perguntas umas às outras em seu dia a dia?

Isso pode ser observado, por exemplo, na sala de aula. Quando uma professora ou um professor pergunta à classe se alguém tem alguma dúvida sobre o que acabou de expor, qual é a reação mais comum? Silêncio ou algumas perguntas tímidas. A maioria tem alguma dúvida – ou muitas dúvidas –, mas não ousa expressá-la. Essa postura ocorre também em universidades, empresas, encontros culturais, almoços e jantares, mesas de bar etc. Por que isso é tão frequente?

Uma explicação pode estar na **dificuldade de expressão**, isto é, na dificuldade de encontrar as palavras certas para expressar a dúvida que se tem, o que é muito comum. Outra razão possível seria que grande parte das pessoas não ousa expressar sua dúvida por **medo de falar em público**. Esse temor também é bastante comum. O desenvolvimento de maiores habilidades de expressão linguística e de comunicação oral poderia mudar esse cenário.

Pode haver, porém, outro motivo que nos parece ainda mais fundamental: muita gente acredita,

mesmo sem estar consciente disso, que ter dúvidas e perguntar é expor uma fragilidade, um sinal de dificuldade intelectual ou de falta de “conhecimentos”. Como nossa cultura valoriza muito a inteligência e a informação (ou, pelo menos, o parecer inteligente e bem-informado sobre tudo), poucos se arriscam a ser interpretados como tolos, ignorantes ou confusos ao fazer uma simples pergunta (foi essa a impressão inicial que passou Sócrates na anedota, não foi?).

Assim, a conversação entre as pessoas costuma ser, com frequência, uma sucessão de monólogos ou de enfrentamentos, em que cada um dos interlocutores está mais preocupado em dar o contra ou exhibir seus “conhecimentos”, suas certezas, do que em entender o outro ou aprender **com ele** – ou **junto com ele**. Em resumo, o que está em jogo é mais o amor-próprio, a vaidade pessoal do que a aprendizagem. E, quando não entram nessa disputa, as pessoas “optam” pelo silêncio. O silêncio de quem não apenas não fala, mas também não ouve.

Isso tudo nos parece um grande equívoco. Não há nada mais inteligente do que perguntar. Perguntas são, no mínimo, a expressão do desejo de avançar continuamente no conhecimento sobre o mundo e as pessoas, até o final de nossas vidas. Quanto mais se vive, mais se aprende, desde que haja abertura para isso.

Fazer perguntas pode revelar também um interesse por nossos semelhantes – pelo que o outro pensa, sente e é. Assim, o gosto pela indagação costuma vir aliado ao gosto pela **escuta**, pois apenas quando nos dispomos a escutar, dando a devida atenção ao que o outro questiona ou propõe, é que nos abrimos verdadeiramente para uma troca de percepções e reflexões e para o aprendizado. Daí a importância do **diálogo** (que será nosso tema no próximo capítulo).

Nesse processo, podemos descobrir que a outra pessoa – que observa o mundo a partir de uma perspectiva diferente da nossa – percebeu coisas que não tínhamos percebido ainda, notou problemas nos quais não havíamos pensado até então e vice-versa. Isso amplia nossa maneira de ver as coisas e a nós mesmos – nossos **horizontes** –, alargando também nossas possibilidades de escolha para a construção – individual e coletiva – de uma vida mais justa, sábia, generosa e feliz.

CONEXÕES

1. Você se considera uma pessoa questionadora, isto é, que costuma levantar problemas ou dúvidas sobre as coisas (explicações, normas, crenças etc.)? Como reagem as pessoas (na escola, em casa, entre amigos) quando você expressa suas incertezas?

Atitude filosófica

Como você já deve ter percebido, a filosofia é uma atividade profundamente vinculada à dúvida e às perguntas. Portanto, para aprender a filosofar, é fundamental adotar uma atitude **indagadora**. Como afirmou o pensador alemão Karl Jaspers (1883-1969), “as perguntas em filosofia são mais essenciais que as respostas e cada resposta transforma-se numa nova pergunta” (*Introdução ao pensamento filosófico*, p. 140).

Isso ocorre justamente porque a filosofia busca essa ampliação da paisagem e seus horizontes: cada resposta (cada paisagem e horizonte conquistados) gera um novo terreno para dúvidas e perguntas (uma nova paisagem, com mais um horizonte a ser explorado).

Assim, mesmo que você não tenha nenhuma intenção de se tornar um filósofo ou uma filósofa, desenvolver uma atitude indagadora e “escutadora”, isto é, filosófica, pode ser de grande utilidade em muitos momentos de sua existência.

COLEÇÃO PARTICULAR



A condição humana (1935) – René Magritte. Nessa pintura, vê-se um quadro que, colocado contra a janela, “esconde” exatamente a parte da paisagem que ele busca retratar. Como podemos interpretar essa metáfora sobre a percepção humana da realidade construída pelo artista?

Na infância, principalmente nos primeiros anos, essa atitude é bastante comum ou natural. A maioria das crianças vive mergulhada no encantamento da surpresa, da novidade, da descoberta, que se desdobra em interrogações intermináveis: “o que é isso?”, “o que é aquilo?”, “por que isso é assim?”, “como você sabe?” e assim por diante. Desse modo, junto com outras experiências, elas vão formando imagens, ideias, conceitos dos diversos elementos que compõem a realidade. Por exemplo:

- Mãe, o que é tulipa?
- É uma flor, filha.
- Uma flor como?
- Uma flor muito delicada e bonita, com a forma de um sino, só que invertido, com a boca para cima.
- Que cor tem?
- Tem tulipa de tudo quanto é cor: vermelha, amarela, branca, lilás.
- E por que a gente não tem tulipa no nosso jardim?
- Porque é preciso saber cultivar essa planta, ela vem de regiões de clima frio, como a Holanda...
- Holanda? Onde fica a Holanda?

E assim por diante. Às vezes, as crianças dão uma reviravolta nas questões que abordam, fazendo perguntas insistentes e até geniais, verdadeiras torturas para os adultos, que se veem obrigados a parar e pensar sobre as coisas. Com o passar dos anos, porém, a vida vai deixando de ser novidade: elas mergulham no cotidiano das respostas prontas e “acabadas” e, de modo geral, esquecem aquelas questões para as quais nunca conseguiram explicação.

A atitude filosófica constitui, portanto, uma espécie de retorno a essa primeira infância, a essa maneira de ver, escutar e sentir as coisas. É como começar de novo na compreensão do mundo por meio da dúvida e de sucessivas indagações.

É claro que esse “começar de novo” não é possível no sentido literal da expressão, porque você já conhece, sente e imagina muitas coisas a respeito do mundo, das pessoas e de si mesmo ou si mesma,

e não é possível apagar toda essa vivência. Você já tem um “repertório” de conceitos, imagens e sentimentos sobre tudo o que foi fundamental para sua existência até este instante, mesmo sem ter consciência disso. Então, é normal que você se mova pela vida orientado ou orientada por esse “mapa”, sem precisar fazer tantas perguntas quanto uma criança, que ainda não montou seu próprio “repertório”.

Há momentos, porém, em que o “repertório” que uma pessoa tem não serve para enfrentar determinada situação: não é completamente satisfatório, amplo, renovador ou “criativo”. É então que surge a quebra, o estranhamento (que mencionamos anteriormente) em relação ao fluxo normal do cotidiano. Trata-se de uma oportunidade para começar a pensar na vida de uma maneira filosófica, isto é, para começar a indagar e duvidar.

Abrir-se ao mundo como uma criança

Para abordar a filosofia, para entrar no território da filosofia, é absolutamente indispensável uma primeira disposição de ânimo. É absolutamente indispensável que o aspirante a filósofo sinta a necessidade de levar a seu estudo uma disposição infantil.

Em que sentido faço esta paradoxal afirmação de que convém que o filósofo se puerilize? Faço-a no sentido de que a disposição de ânimo para filosofar deve consistir essencialmente em perceber e sentir por toda a parte [...] problemas, mistérios; admirar-se de tudo, sentir profundamente o arcano [enigmático] e misterioso de tudo isso; colocar-se ante o universo e o próprio ser humano com um sentimento de admiração, de curiosidade infantil como a criança que não entende nada e para quem tudo é problema.

Aquele para quem tudo resulta muito natural, para quem tudo resulta muito fácil de entender, para quem tudo resulta muito óbvio, nunca poderá ser filósofo.

GARCÍA MORENTE, *Fundamentos de filosofia*, p. 33-34.



GEO IMAGES / ALAMY/FOTÓRENA

Voltar a ver o mundo como uma criança exige a humildade de admitir que o que você vê ou pensa pode ser apenas uma construção subjetiva ou cultural, até mesmo um engano ou ilusão. Como nas ilusões de ótica. Discuta com seus colegas o que se vê na imagem acima.

CONEXÕES

2. Tudo se submeterá ao exame da criança e nada se lhe enfiará na cabeça por simples autoridade e crédito. [...] Apresentem-se-lhe todos [os princípios] em sua diversidade e que ela escolha se puder. E se não o puder que fique na dúvida, pois só os loucos têm certeza absoluta em sua opinião. (MONTAIGNE, *Ensaaios*, p. 77-78.)

Reflita sobre a proposta educativa contida nesse parágrafo da obra do filósofo francês Montaigne (1533-1592). Trata-se de uma proposta autoritária ou liberal? Há espaço para a dúvida? O autor valoriza a certeza absoluta? A educação pode ser determinante na forma de pensar das pessoas? Exponha suas interpretações.

■ Dúvida filosófica

É nos momentos críticos de quebra e estranhamento do cotidiano que costumam surgir dúvidas sobre temas fundamentais e permanentes da existência humana, dos quais trata a filosofia.

Isso significa que **nem todo tipo de dúvida é filosófico**. Por exemplo: “Quem será o campeão brasileiro de futebol deste ano?” não é uma dúvida filosófica, e sim uma simples especulação sobre algo que está para acontecer, por mais angustiado que se sinta o torcedor com essa questão. Pode ser um bom exercício teórico discutir com colegas ou especialistas as possibilidades de seu time do coração em comparação com as de outros times, para saber suas opiniões. Mas a resposta a esse tipo de dúvida virá da própria sucessão dos acontecimentos (ou jogos) ao longo do tempo (ou do campeonato), tornando-se um fato inquestionável.

A dúvida filosófica propriamente dita surge de uma necessidade inquietante de **explicação racional** para algo da existência humana que se tornou incompreensível ou cuja compreensão existente não satisfaz. Geralmente são temas que não têm resposta única e para os quais a mente humana sempre retorna. Por exemplo, quem já não se fez, mesmo que intimamente, a pergunta “Por que tanta maldade?” ao saber de mais uma das atrocidades, aparentemente inexplicáveis, de que são capazes alguns seres humanos (ou desumanos)? Tal questão conduz a outras, mais básicas e fundamentais, como “O que é o mal?”, “O que é o ser humano?”, “É da essência do ser humano ser mau ou ser bom?”.

Portanto, a dúvida verdadeiramente filosófica é aquela que favorece o exercício fecundo da inteligência, do espírito, da razão sobre questões **teóricas** importantes para todos nós (e que costumam ter uma enorme incidência prática em nossas vidas, sem nos darmos conta disso, conforme veremos ao longo do livro).

Suspensão do juízo

Uma condição importante para começar a duvidar de maneira filosófica é praticar a **suspensão do juízo** – assim se denomina a interrupção temporária do fluxo de ideias prontas que uma pessoa possui sobre determinado assunto. É uma espécie de duvidar das próprias crenças. Por exemplo:

Tenho o seguinte juízo: “Ele é mau”.

Suspensão do juízo: “Ele é mau?”, “O que é ser mau?”, “Como ele é?” e assim por diante.

LACMA - MUSEU DE ARTE DO CONDADO DE LOS ANGELES, CALIFÓRNIA, EUA



A traição das imagens (1928-1929) – René Magritte. A obra de Magritte é um convite constante à dúvida e à reflexão sobre as palavras e as representações que fazemos das coisas mais cotidianas. A frase escrita em francês nesse quadro significa “Isto não é um cachimbo”. O que o autor pode estar querendo dizer com isso? Para que ele chama nossa atenção?

Para que serve suspender temporariamente os juízos? Para escapar dos limites impostos por nossos preconceitos e permitir que outras percepções e reflexões afluam à nossa mente. Novamente aqui a disposição para escutar revela-se muito importante, pois é somente dessa forma que nos abrimos à possibilidade de reunir um número maior de antecedentes ou conhecimentos fundamentais sobre o assunto que estamos investigando.

Somente depois de cumprir esses passos é que podemos voltar a formular um juízo, isto é, nossa opinião a respeito do tema investigado, agora de maneira mais estruturada e justificada: sob a forma de um **raciocínio** ou **argumento** (assunto que estudaremos em detalhe no capítulo 5).

A dúvida filosófica não é, portanto, ociosa, não é uma especulação vazia ou fútil, nem constitui uma prática meramente destrutiva, um questionar por questionar, uma chatice de quem não tem o que fazer (o chamado “espírito de porco”). A pessoa que a pratica visa se articular racionalmente no sentido de construir uma explicação sólida e bem fundamentada, um conhecimento claro e confiável sobre o tema que é objeto de sua preocupação.

Regra da razão

Para construir explicações sólidas e bem fundamentadas sobre as coisas é preciso ter **método**, isto é, uma forma sistemática e organizada de realizar a investigação sobre o assunto em questão, geralmente seguindo um conjunto de regras ou princípios reguladores.

Veremos neste livro que a filosofia não tem um método exclusivo de investigação, pois ele varia conforme a tradição filosófica à qual pertence o pensador.

Existe, porém, um princípio ou regra básica que você, e todo aquele que pretende filosofar, deve seguir: tudo o que se afirma ou nega deve ser **demonstrado**, isto é, explicado por meio de uma argumentação sólida (como veremos no capítulo 5).

Por enquanto, lembre-se de que, para filosofar, é importantíssima a **regra da razão**: você tem de dar razões, isto é, justificativas racionais para suas opiniões. Essas razões devem estar articuladas de maneira **coerente, não contraditória**, e, se houver alguma que seja duvidosa, a explicação cai por terra – você não conseguiu demonstrar sua opinião.

CONEXÕES

3. O ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush (entre 2001 e 2009) repetiu pronunciamentos como estes, encontrados na mídia, várias vezes durante seu governo:

A inteligência reunida por este e outros governos não deixa dúvidas de que o regime do Iraque continua a possuir e a ocultar algumas das armas mais letais já feitas.

Não há dúvida em minha mente de que Saddam Hussein é uma ameaça grave e crescente contra [os Estados Unidos da] América e o mundo.

Pesquise sobre esse momento recente da história política internacional. O que pode ter levado o ex-presidente estado-unidense a ter tanta certeza? Houve suspensão do juízo e isenção nas investigações realizadas na época? Que lições você extrai desse episódio?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. A primeira virtude do filósofo, dizia Platão, é o espanto (*thaumázein*, em grego), a curiosidade insaciável, a capacidade de admirar e problematizar as coisas. Interprete essa afirmação, relacionando-a com o que você entendeu sobre “a importância de duvidar e perguntar” e “a atitude filosófica”.
2. O que quis dizer o filósofo espanhol Manuel García Morente (1886-1942) quando afirma que para filosofar é importante “puerilizar-se”, ter uma disposição infantil?
3. Analise as principais características da dúvida filosófica, buscando justificar a seguinte afirmação: “Nem todo tipo de dúvida é filosófica”.
4. Que método utiliza a filosofia? Que regra básica não se deve esquecer para aprender a filosofar?

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Certeza e consciência limpa

Pol Pot, ao final de sua vida, declarou que estava seguro de ter uma consciência limpa. Mas deveria ter estado tão seguro? Não era evidentemente inadequada a confiança com que ele acreditava não ter sido responsável pela execução de tantos delitos? (HETHERINGTON, *¡Filosofía! Una breve introducción a la metafísica y a la epistemología*, p. 302; tradução nossa.)

Pesquise quem foi Pol Pot e o que realizou. Depois, discuta com um grupo de colegas sobre a questão levantada pelo autor nessa citação. Exponha sua opinião e escute as dos demais, argumente e contra-argumente. Enfim, troque ideias de maneira filosófica.

2. Desperdício de tempo

Num livro do século XIX do anarquista russo Bakunin, Stalin sublinhou a seguinte frase: “não perca tempo duvidando de si mesmo, porque este é o maior desperdício de tempo jamais inventado pelo homem”. (VOLKOGONOV, *Stalin: triunfo e tragédia*, v. 1, p. 156.)

Pesquise quem foi Stalin e o que realizou. Depois, com base na biografia dele, elabore com um grupo de colegas algumas conjecturas sobre o que teria levado o líder soviético a sublinhar tal frase. Stalin teria aprovado ou desaprovado a frase de Bakunin?

DÚVIDA METÓDICA

O exercício da dúvida por Descartes

Para que você entenda de maneira mais concreta o que acabamos de estudar, vamos analisar agora um exemplo de reflexão filosófica que enfatiza ao extremo o ato de duvidar: a chamada **dúvida metódica**, do filósofo francês René Descartes (1596-1650). (Voltaremos a estudar distintos aspectos do pensamento cartesiano nos capítulos 6, 10 e 14.)

■ Aprendendo a duvidar

A dúvida metódica tornou-se uma referência importantíssima e um clássico da filosofia moderna. Trata-se de um exercício da dúvida em relação a tudo o que ele, Descartes, conhecia ou pensava até então ser verdadeiro. Tal exercício foi conduzido pelo filósofo de duas maneiras:

- **metódica**, porque a dúvida vai se ampliando passo a passo, de modo ordenado e lógico; e
- **radical**, porque a dúvida vai atingindo tudo e chega a um ponto extremo em que não é possível ter certeza de nada, nem mesmo de que o mundo existe. Como em um jogo ou uma brincadeira, Descartes tentou duvidar até da própria existência. Por isso, a dúvida metódica costuma ser chamada também de **dúvida hiperbólica**, isto é, maior do que o normal ou o esperado, exagerada. Note que é um exercício bastante difícil, pois não é nada natural duvidar de tanta coisa. Experimente.

Antes de tudo, vejamos por que esse filósofo decidiu empreender tal esforço. O que o teria motivado? A explicação está no início de suas *Meditações*:

Há já algum tempo que eu me apercebi de que, desde meus primeiros anos, recebera muitas falsas opiniões como verdadeiras, e de que aquilo que depois eu fundei em princípios tão mal assegurados não podia ser senão mui duvidoso e incerto; de modo que me era necessário tentar seriamente, uma vez em minha vida, desfazer-me de todas as opiniões a que até então dera crédito, e começar tudo novamente desde os fundamentos, se quisesse estabelecer algo de firme e de constante nas ciências (p. 17).

Em outras palavras, Descartes estava desiludido com o que aprendera até então nos estudos e na vida, depois de perceber que havia muito engano. Aí se tornou uma pessoa meio desconfiada, mas que não ficou só nisso: ele resolveu construir algo diferente, uma nova ciência que garantisse um conhecimento sólido e verdadeiro. Essa era sua ambição.

MORET E DESFONTAINES/GROSVENOR PRINTS, LONDRES



Descartes em sua mesa de trabalho. O filósofo buscou o isolamento fora de Paris e, depois, na Holanda, para dedicar-se totalmente aos estudos. Conta-se que ficava dias em seu quarto, imerso em suas reflexões e na elaboração de suas obras.

Para cumprir tal propósito, no entanto, percebeu que era necessário destruir primeiro todas as suas antigas ideias que fossem duvidosas.

Isso quer dizer que ele já tinha experimentado diversos estranhamentos em sua vida, como qualquer pessoa. A diferença é que ele decidiu, então, viver esse processo de estranhar e duvidar de maneira voluntária e planejada, aplicando-o a todas as suas antigas opiniões. Você também pode fazê-lo, e é isso que queremos lhe mostrar. Observe o caminho seguido por Descartes e procure pensar, sentir e vivenciar com ele cada passo de suas meditações.

As primeiras determinações

[...] não é necessário que examine cada uma [opinião] em particular, o que seria um trabalho infinito; mas, visto que a ruína dos alicerces carrega necessariamente consigo todo o resto do edifício, dedicar-me-ei inicialmente aos princípios sobre os quais todas as minhas opiniões antigas estavam apoiadas. (DESCARTES, *Meditações*, p. 17.)

Essa foi a primeira determinação de Descartes na construção da dúvida metódica. Em outras palavras, para tornar sua tarefa mais fácil, o filósofo decidiu analisar as ideias ou crenças básicas que fundamentavam suas opiniões. Se esses princípios ou fundamentos eram duvidosos, as outras ideias que deles dependiam também eram duvidosas.

Esse é um procedimento básico tanto em filosofia como nas ciências em geral: uma ideia falsa ou incerta não pode ser o fundamento de uma boa explicação, assim como alicerces de gelo ou de gesso não podem sustentar uma boa construção.

Neste ponto você pode estar se perguntando: “Mas como Descartes distinguia entre o **certo** e o **duvidoso**? Que **critério** ele utilizava?”. A resposta pode ser encontrada na obra *Discurso do método*, na qual o filósofo explicita a seguinte norma de conduta para si mesmo:

[...] jamais acolher alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse **evidentemente** como tal; isto é, de evitar cuidadosamente a **precipitação** e a **prevenção**, e de nada incluir em meus juízos que não se apresentasse tão **clara** e tão **distintamente** a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida (p.37; destaques nossos).

Trata-se do critério da **evidência**: uma ideia é evidente quando se apresenta com tamanho grau de **clareza** e **distinção** ao intelecto – como define Descartes – que não suscita qualquer dúvida. Duvidosa, portanto, é toda ideia que não pode ser demonstrada com essa mesma clareza, que não passa totalmente pelo crivo da razão. Descartes decidiu que não acolheria como verdadeira nenhuma ideia como essa.

Critério – princípio(s) ou norma(s) que se estabelece(m) para orientar alguma tarefa, conduzir algum tipo de estudo ou estabelecer certas diferenciações de natureza mais abstrata (por exemplo: lógicas, éticas etc.)

Distinção – maneira com que uma ideia ou percepção se distingue e se diferencia de outra; diferenciação.

A dúvida sobre as ideias que nascem dos sentidos

Retornemos à meditação inicial. Descartes começa seu exercício da dúvida questionando os **sentidos** como fonte segura de conhecimento.

Tudo o que recebi, até presentemente, como o mais verdadeiro e seguro, aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos; ora, experimentei algumas vezes que esses sentidos eram enganosos, e é de prudência nunca se fiar inteiramente em quem já nos enganou uma vez. (*Meditações*, p. 17-18.)

Vemos que aqui ele vai contra o senso comum, pois a maioria das pessoas quase sempre confia naquilo que vê, ouve e sente, pois os cinco sentidos (visão, audição, tato, paladar e olfato) seriam a primeira e fundamental fonte de informação sobre o mundo que nos cerca. Descartes argumenta, no entanto, que o conhecimento ori-

ginado das percepções sensoriais não é confiável, pois muitas vezes elas nos enganam. É o **argumento do erro dos sentidos**.

ROB KAVANAGH/ALAMY/FOTORENA



A subjetividade das percepções sensoriais, bem como seus enganos, é um tema recorrente na história da filosofia. As coisas são realmente como os nossos sentidos as percebem? Na imagem acima, por exemplo, qual é a percepção imediata trazida por seu sentido da visão a respeito dessas pessoas? Observando melhor, o que deve estar ocorrendo realmente? O que fez você chegar a essa conclusão: sua visão ou seu pensamento?

Quantas vezes você viu ou ouviu uma coisa e depois se deu conta de que havia se enganado? Por exemplo, assistindo a uma competição esportiva, no estádio ou pela televisão, com frequência as pessoas enxergam coisas distintas em um mesmo lance e acreditam terem tido a visão mais real e certa possível. O mesmo ocorre com os outros sentidos: seja na audição, no olfato, no paladar ou no tato, há muita discordância nas percepções individuais e é difícil o consenso.

Portanto, voltando a Descartes, ele acreditava que não seria possível fundar uma **ciência universal**, aplicável a tudo o que existe – que era sua pretensão –, baseando-se nas percepções sensoriais. Só que ignorá-las não é algo assim tão fácil, como ele mesmo reconhece:

Mas, ainda que os sentidos nos enganem às vezes no que se refere às coisas pouco sensíveis e pouco distantes, encontramos talvez muitas outras das quais não se pode razoavelmente duvidar, embora as conheçêssemos por intermédio deles: por exemplo, que eu esteja aqui, sentado junto ao fogo, vestido com um chambre, tendo este papel entre as mãos e outras coisas desta natureza. E como poderia eu negar que estas mãos e este corpo sejam meus? (*Meditações*, p. 18.)

Aqui Descartes confessa sua dificuldade em continuar duvidando dos sentidos quando se trata de algo muito próximo, de toda a circunstância que está vivenciando. Você provavelmente concordará com ele, pois é bastante difícil duvidar de que você tem este livro em suas mãos neste momento e que está lendo estas palavras, não é? Isso parece evidente e verdadeiro. O que poderia abalar essa impressão tão natural?

O **sonho**. De repente, Descartes considera a hipótese de que poderia estar sonhando:

Quantas vezes ocorreu-me **sonhar**, durante a noite, que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse inteiramente nu dentro de meu leito? [...] pensando cuidadosamente nisso, lembro-me de ter sido muitas vezes enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. (*Meditações*, p. 18; destaque nosso.)



Sonho nº 32: Sem título (1949) – Grete Stern, fotomontagem (Coleção particular). Você já sentiu alguma vez que caía de grande altura para, de repente, despertar assustado em sua cama?

Em outras palavras, com o **argumento do sonho** o filósofo volta à estaca zero em sua busca de certeza, pois não encontra nada que lhe possa garantir que o que percebe ao seu redor não seja uma ilusão onírica. Às vezes, os sonhos também parecem muito reais, não é mesmo?

CONEXÕES

4. Pare e observe o mundo e a si mesmo/mesma por um instante. O que você vê, sente, toca e ouve neste exato momento? Experimente duvidar de cada uma das sensações que está tendo e que parecem trazer o mundo externo para dentro de você. Imagine que as cores, os sons, as formas não são realmente assim como você as percebe, que é tudo um grande engano, um sonho, um delírio. Descreva essa experiência e suas suposições, relacionando-as com a dúvida cartesiana das ideias sensoriais.

A dúvida sobre as ideias que nascem da razão

Descartes decide então deixar de lado sua investigação sobre as ideias que nascem dos sentidos para dirigir seu foco sobre aquelas que vêm de outra fonte: a **razão**. É o caso das **ideias matemáticas**:

[...] a Aritmética, a Geometria [...], que não tratam senão de coisas muito simples e muito gerais, sem cuidarem muito em se elas existem ou não na natureza, contêm alguma coisa de certo e indubitável. Pois quer eu esteja acordado, quer eu esteja dormindo, dois mais três formarão sempre o número cinco e o quadrado nunca terá mais do que quatro lados; e não parece possível que verdades tão patentes possam ser suspeitas de alguma falsidade ou incerteza. (*Meditações*, p. 19.)

Parece, enfim, que Descartes encontra um tipo de ideia que não lhe desperta dúvidas, pois o conhecimento matemático não dependeria de objetos externos, apenas da razão, e preencheria o critério de verdade por ele estabelecido: a evidência, o conhecimento claro e distinto. Quem pode contestar o resultado considerado correto de uma soma ou equação matemática, ou a clareza dos postulados geométricos?

Aparentemente, ninguém. O filósofo sabia disso. No entanto, tendo meditado muito sobre o assunto, ele queria preparar-se para enfrentar qualquer objeção. E estava certo de que elas viriam. Assim, Descartes avança mais um passo e eleva o grau de exigência, buscando admitir outra dúvida ainda mais radical:

Todavia, há muito que tenho no meu espírito certa opinião de que há **um Deus que tudo pode** e por quem fui criado e produzido tal como sou. Ora, quem me poderá assegurar que esse Deus não tenha feito com que não haja nenhuma terra, nenhum céu, nenhum corpo extenso, nenhuma figura, nenhuma

grandeza, nenhum lugar e que, não obstante, eu tenha os sentimentos de todas essas coisas e que tudo isso não me pareça existir de maneira diferente daquela que eu vejo? E, mesmo, como julgo que algumas vezes os outros se enganam até nas coisas que eles acreditam saber com maior certeza, pode ocorrer que **Deus tenha desejado que eu me engane** todas as vezes em que faço a adição de dois mais três, ou em que enumero os lados de um quadrado, ou em que julgo alguma coisa ainda mais fácil, se é que se pode imaginar algo mais fácil do que isso. (*Meditações*, p. 19; destaques nossos.)

Em outras palavras, por mais certeza que você tenha sobre algo (no caso, o conhecimento matemático), se existe um ser que criou tudo e é onipotente (Deus), esse ser tem poderes para ter criado você de tal maneira que se engane sempre, ou seja, que você (e todo o mundo) pense sempre que $2 + 3 = 5$, quando na verdade isso é uma ilusão. Trata-se do **argumento do Deus enganador**. Com ele, qualquer ideia, vinda dos sentidos ou da razão, pode ser enganosa.

A dúvida generalizada

Esse argumento se dirigia às pessoas que acreditam na existência de Deus, seja ele a máxima divindade cristã ou de qualquer outra crença ou religião. O filósofo, porém, logo reconhece que ele perde a força imaginada inicialmente entre os teólogos, pois estes poderiam objetar que Deus é um ser perfeito e supremamente bom e lhe repugnaria enganar alguém. Por outro lado, a ideia de uma divindade enganadora também não serviria entre aqueles para quem a ideia de Deus é uma fábula (os ateus).

Assim, para enfrentar tanto os mais crentes como os mais descrentes, Descartes criou um último e poderoso artifício para colocar tudo em dúvida:

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte de verdade, mas certo **gênio maligno**, não menos **ardiloso** e **enganador** do que **poderoso**, que empregou toda a sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos são apenas ilusões e enganos de que ele se serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, de sangue, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas. (*Meditações*, p. 20; destaques nossos.)

Trata-se do **argumento do gênio maligno**, um ser que não teria a perfeição e a bondade de Deus, como defendem crentes e teólogos, mas que seria muito poderoso e cheio de estratégias para fazer com que qualquer pessoa se iluda e se engane sobre tudo. Chega-se, assim, à generalização da dúvida: o mundo é colocado entre parênteses.

Não que Descartes de fato acreditasse na existência desse ser. Estudiosos da obra cartesiana costumam interpretar o gênio maligno como um **artifício psicológico e metodológico** que o filósofo usou para manter seu espírito **alerta**, para não sucumbir à tentação de aceitar qualquer ideia como verdadeira, enfim, para seguir buscando algum conhecimento evidente e indubitável.

O gênio maligno poderia ser entendido, portanto, como uma figura simbólica de qualquer outra coisa, pessoa ou ideia que seja capaz de nos levar ao erro. Qual seria a vantagem de manter esse estado psicológico? A vantagem de não nos enganarmos facilmente acreditando conhecer com certeza algo que ainda é incerto.



Detalhe de *O Bem e o Mal* (1832) – André Jacques Victor Orsel. Imagine tudo o que poderia colocar em dúvida se existisse um ou mais seres (Deus, demônio, cientistas, extraterrestres, sociedades secretas etc.) com o poder de colocar em sua mente todas as ideias e percepções que você tem do mundo e de si.



Imagem do filme *Matrix* (1999), no qual a maioria da humanidade vive de forma inconsciente uma “realidade virtual” criada por máquinas. É possível comparar a história desse filme com o argumento do gênio maligno de Descartes?

A descoberta da primeira certeza

Submerso na dúvida hiperbólica, mergulhado no nada, Descartes segue buscando. Como em um jogo de xadrez ou em um enigma, procura uma saída para a exigência autoimposta de um gênio maligno que quisesse enganá-lo sempre. Tem então a seguinte intuição com relação a seu próprio ato de duvidar e de pensar:

Eu então, pelo menos, não serei **alguma coisa**? [...] Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda a sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que **sou**, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. (*Meditações*, p. 23-24; destaques nossos.)

Em outras palavras, o filósofo percebe que, se um ser enganador o enganava, ele, Descartes, tinha de **ser algo** enquanto era enganado. E, se duvidava, também devia ser algo que existia enquanto duvidava, mesmo que não tivesse corpo. Essa reflexão é resumida de maneira mais clara em sua obra *Discurso do método*:

[...] enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo **exist**o, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não se-

riam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava (p. 46).

Observe que o próprio ato de pensar, sem importar os conteúdos, não pode ser colocado em dúvida por aquele que duvida. Tente duvidar que está pensando agora, neste mesmíssimo instante... Você verá que, enquanto duvida que está pensando, está pensando, pois é impossível duvidar sem pensar. Portanto, você pensa, com certeza. Ora, se você pensa, deve haver algo (que é você) que produz esse pensamento. Você deve ser, no mínimo, uma coisa que pensa. Daí a conclusão de Descartes, uma das mais célebres frases da história da filosofia: “Penso, logo existo”, que ficou conhecida como *cogito* (forma reduzida de *Cogito, ergo sum*, a mesma frase em latim).

Essa foi a primeira certeza de Descartes: a de existir como “coisa que pensa” enquanto pensa. Ele não podia ainda concluir que há uma coisa corporal, mas pôde afirmar que existe uma coisa pensante. A partir dessa certeza, o filósofo trataria de alcançar outras certezas, como a existência de Deus e do mundo material, na sequência de suas meditações.

Como o estudo dessas certezas excede os propósitos deste capítulo, sugerimos que você, se ficou curioso ou curiosa, leia a sequência das reflexões do filósofo na obra *Meditações*.

Meditações metafísicas (1641)

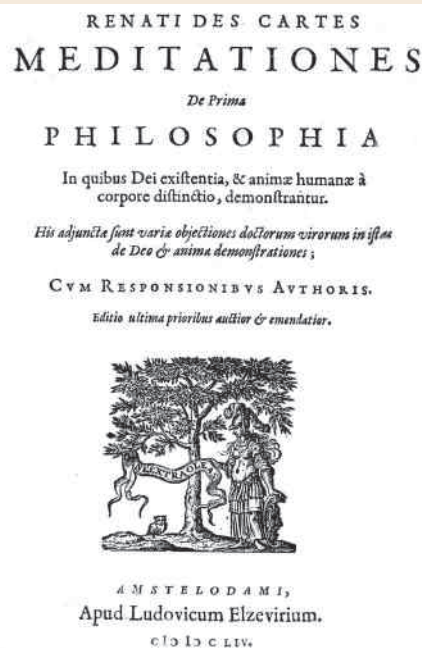
Menos conhecidas pelo grande público do que o *Discurso do método*, para os filósofos, porém, *Meditações metafísicas* constituem a obra mestra de Descartes, livro em torno do qual se articulam todos os outros textos. É mais: um pilar e um eixo para toda a história da filosofia.

As *Meditações* devem ser lidas por si mesmas, sem referência histórica ou erudita. Não que não tenham história, como qualquer outro texto, mas porque traçam num presente eterno a trajetória de um pensamento que decidiu apoiar-se apenas em si mesmo, contar apenas com suas próprias forças, para ter acesso à verdade.

HUISMAN, *Dicionário de obras filosóficas*, p.363.

Página de abertura de uma edição holandesa das *Meditações metafísicas*, em latim, como era costume (Coleção particular).

A primeira impressão dessa obra ocorreu em 1641. Observe que o título original era, em português, *Meditações de filosofia primeira em que se demonstra a existência de Deus e a imortalidade da alma*. A publicação da obra em francês se deu apenas em 1647, com o título pelo qual ela é mais conhecida atualmente.



CONEXÕES

5. Descartes concluiu que pensava e que, portanto, era “pelo menos” uma coisa que pensa. No entanto, essa conclusão não lhe permitia deduzir que existissem outras mentes, outras coisas pensantes como ele. Foi um momento solipsista de sua meditação. **Solipsismo** é esse

estado de não saber com certeza se existe outra mente (ou sujeito pensante) além de si mesmo, além do eu.

Reflita sobre essa concepção. Você consegue imaginar-se como uma mente sozinha, sendo que todo o resto, coisas e pessoas, é mera ilusão?

■ Aprendendo a filosofar

Depois do estudo da dúvida metódica de Descartes, acreditamos que você tenha compreendido um pouco mais sobre o que é filosofar e como se filosofa.

Você deve ter percebido, entre outras coisas, como é importante aprender a suspender o juízo e a pesquisar mais profundamente um assunto antes de emitir uma opinião sobre ele. Tudo o que nos parece mais evidente em determinado instante pode ser percebido como falso ou incerto se analisado em outro instante, em outra perspectiva e com mais rigor.

Nesse processo também se descobre, muitas vezes, o sentido ou as razões profundas de certos fatos, atos ou crenças dos quais tínhamos antes apenas uma compreensão superficial (isso ficará mais claro para você nos próximos capítulos).

Outro aspecto importante que acabamos de trabalhar é a ideia de que a investigação filosófica sobre determinado tema deve ser conduzida com bastante critério, **de maneira metódica e ordenada**,

em que tudo o que se diz deve estar bem fundamentado. Como já dissemos, não existe apenas um tipo de método para isso.

No caso de Descartes, aqui vão algumas dicas sobre seu método, seguido em grande parte até nossos dias pelos cientistas:

- sempre que possível, deve-se partir do mais **simples** (isto é, daqueles conceitos que podem ser compreendidos com mais simplicidade, sem depender da compreensão de outros conceitos) até chegar ao mais **complexo** (isto é, os conceitos compostos, que pressupõem outros conceitos em seu entendimento). Um exemplo bem fácil: para saber fazer uma **soma** (conceito complexo), você precisa entender primeiro o que é **número** (conceito simples) e, depois, o conceito de **adição** (conceito menos simples que número, pois depende deste para ser entendido);
- geralmente se vai do que é básico, dos **fundamentos**, até o “corpo” completo de determinado assunto. Por exemplo: para entender o tema da

violência social, comece por investigar aquele que a pratica, o **ser humano**, em suas diversas dimensões básicas (mental, emocional e física, por exemplo), bem como em sua interação com o meio ambiente, com outros seres humanos e instituições sociais, e assim progressivamente.

Sabemos, porém, que as conclusões às quais chega um filósofo muitas vezes podem causar frustração naquele que o acompanhou com tanto interesse. Se isso acaba de acontecer com você, podemos dizer que é compreensível. Mas tenha paciência. Tanto em filosofia como na vida em geral, é importante não ser precipitado nem preconceituoso, como recomendou o próprio Descartes, principalmente quando se trata de aprender. É isso o que você está fazendo agora: aprendendo a aprender, aprendendo a filosofar.

Assim, considere, primeiramente, que você ainda tem pouca “experiência” filosófica. Além disso, você é jovem, e a filosofia é algo para toda a vida. Muitos temas ou explicações oferecidos por determinado pensador fazem mais sentido em certas

etapas de nossa existência do que em outras. Portanto, vá com calma: se algumas pistas fornecidas por ele não parecem ser úteis ou significativas para você agora, deixe-as guardadinhas em um canto de sua memória até surgir o momento adequado de resgatá-las. Você não vai se arrepender disso.

SCIENCE SOURCE/GETTY IMAGES



Ilustração baseada na escultura de Charles Degeorge *A juventude de Aristóteles* (1875).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

- Por que o exercício da dúvida realizado por Descartes é conhecido como “dúvida metódica”, mas também como “dúvida radical ou hiperbólica”?
- Identifique a ambição de Descartes ao se propor realizar a dúvida metódica.
- Resuma o critério de verdade adotado pelo filósofo.
- Diferencie as “ideias que nascem dos sentidos” das “ideias que nascem da razão”. Exemplifique.
- Analise a dúvida metódica de Descartes, passo a passo, destacando os principais raciocínios ou argumentos.
- Qual é a primeira certeza que rompe com a dúvida hiperbólica? Explique como o filósofo chegou a ela.
- Relacione a dúvida cartesiana em relação aos sentidos com a teoria de Platão sobre o mundo sensível.
- No segundo parágrafo da citação contida no quadro **Meditações metafísicas**, o autor considera que essa obra de Descartes não pode ser compreendida sem a ajuda do contexto histórico do filósofo? Ou critica seu caráter atemporal? Justifique.

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Cegueira

O pior cego é aquele que não quer ver. (Provérbio popular.)

Viver sem filosofar é o que se chama ter os olhos fechados sem nunca os haver tentado abrir (DESCARTES, *Princípios da filosofia*, Prefácio).

Interprete essas duas afirmações, observando suas semelhanças e diferenças e buscando exemplos para ambas. Depois, em grupo, discuta suas conclusões avançando sobre o problema da “cegueira” e o que as pessoas não querem ver.

4. Certezas e incertezas

Para ser um bom filósofo deve-se ter o desejo forte de saber, combinado à grande cautela em acreditar que

se sabe; também se deve possuir a acuidade lógica e o hábito do pensamento exato. Tudo isso, claro, é uma questão de grau. A incerteza, em particular, pertence, até certo ponto, ao pensamento humano; podemos reduzi-la indefinidamente, embora jamais possamos abolir-la por completo. Em consequência, a filosofia é uma atividade contínua, e não uma coisa pela qual podemos conseguir uma perfeição final, de uma vez por todas. (RUSSELL, *Fundamentos de filosofia*, p. 9.)

Descartes concordaria com o filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1970) quanto à ideia de que a filosofia deve ser uma atividade contínua? E você? Em grupo, debata com colegas sobre essas questões.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UFU-MG) Em *O Discurso sobre o método*, Descartes afirma:

“Não se deve acatar nunca como verdadeiro aquilo que não se reconhece ser tal pela evidência, ou seja, evitar acuradamente a precipitação e a prevenção, assim como nunca se deve abranger entre nossos juízos aquilo que não se apresente tão clara e distintamente à nossa inteligência a ponto de excluir qualquer possibilidade de dúvida” (REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia: Do humanismo a Descartes*. Trad. de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004. p. 289).

Após a leitura do texto acima, assinale a alternativa correta.

- a) A evidência, apesar de apreciada por Descartes, permanece uma noção indefinível.
- b) A evidência é a primeira regra do método cartesiano, mas não é o princípio metódico fundamental.
- c) Ideias claras e distintas são o mesmo que ideias evidentes.
- d) A evidência não é um princípio do método cartesiano.

Sessão cinema

Descartes (1974, Itália, direção de Roberto Rossellini)

Obra sobre a vida de Descartes e de sua busca pelo conhecimento. Inclui o processo de escritura e publicação de alguns de seus principais livros e os debates em torno de suas ideias.

Dúvida (2008, EUA, direção de John Patrick Shanley)

Filme ambientado em escola católica do bairro nova-iorquino do Bronx que recebe seu primeiro aluno negro. Inicia-se com o sermão do padre Flynn sobre a dúvida, tema que pautará toda a trama, em um duelo com as certezas morais da madre superiora.

Horton e o mundo dos Quem (2008, EUA, direção de Jimmy Hayward e Steve Martino)

Animação baseada em livro homônimo de Dr. Seuss, de 1954. O elefante Horton conversa com uma partícula de pó, onde vive uma comunidade microscópica que ninguém acredita existir. O lema de Horton é: “Toda pessoa é uma pessoa, não importa seu tamanho”.

Matrix (1999, EUA, direção dos irmãos Wachowski)

Ficção científica em que o mundo é dominado por máquinas que se alimentam da energia dos seres humanos, enquanto estes vivem uma realidade virtual (matrix), um mundo ilusório criado por essas inteligências artificiais, embora de fato estejam adormecidos em seus casulos.

Capítulo 3

COLEÇÃO PARTICULAR



Que diálogo é esse?
Conjecture.

Diálogo A — Diana Ong, acrílico sobre tela.

O diálogo

A esta altura você já deve estar convencido de que filosofar é mesmo uma maneira um pouco “diferente” de pensar sobre as coisas. É estar aberto à dúvida, à admiração, ao espanto. É uma “conversa da alma consigo mesma”, como definiu Platão.

Mas quem filosofa quer dialogar também com outras “almas”, outras pessoas, para chegar com elas – idealmente – a um acordo. Isso quer dizer que, para filosofar, precisamos aprender a dialogar. Que tipo de diálogo? É o que veremos neste capítulo.

Questões filosóficas

- ▼ Qual é a força das palavras?
- ▼ Conhecemos verdadeiramente o que acreditamos conhecer?
- ▼ Como podemos conhecer nossas crenças mais profundas?

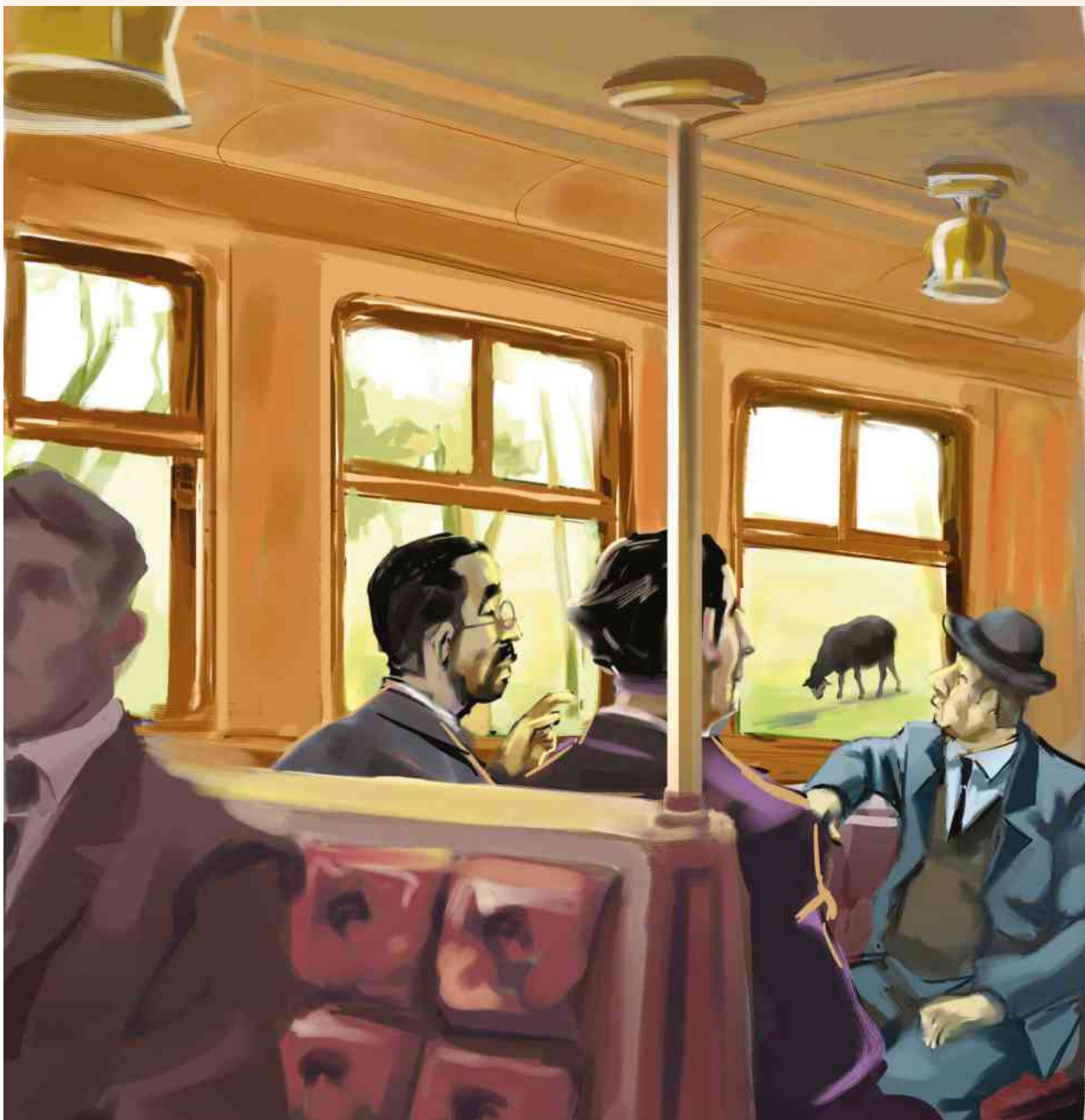
Conceitos-chave

diálogo, discurso, linguagem, clareza, precisão, conhecimento, crença, método dialógico, dialética socrático-platônica

SITUAÇÃO FILOSÓFICA

Os três cientistas

Um astrônomo, um físico e um matemático estavam passando férias na Escócia. Olhando pela janela do trem eles avistaram uma ovelha preta no meio do campo. “Que interessante”, observou o astrônomo, “na Escócia todas as ovelhas são pretas.” Ao que o físico respondeu: “Não, nada disso! Algumas ovelhas escocesas são pretas”. O matemático olhou para cima em desespero e disse: “Na Escócia existe pelo menos um campo, contendo pelo menos uma ovelha e pelo menos um lado dela é preto”. (STEWART, citado em Singh, *O último teorema de Fermat*, p. 147.)





ANALISANDO A SITUAÇÃO

▼ *Quem são os interlocutores desse diálogo fictício e onde ele ocorre?*

São um astrônomo, um físico e um matemático, que têm em comum o fato de serem especialistas nas chamadas ciências exatas (nas quais se pretende um conhecimento exato, preciso e objetivo sobre seus objetos de estudo, com base no modelo matemático). O diálogo ocorre em um trem, que cruza a Escócia, onde eles passam as férias.

▼ *Que evento produz uma quebra na viagem e como reagem os viajantes?*

O fluir monótono da viagem é quebrado pela visão de uma ovelha negra no meio do campo escocês, provavelmente porque as ovelhas mais comumente conhecidas são de cor branca. Isso os leva a pensar sobre o que estão vendo e a enunciar suas conclusões a esse respeito, buscando cada vez maior precisão.

▼ *Como podemos analisar e avaliar a conclusão de cada um?*

Observe que esse diálogo constitui uma **paródia** das três ciências que esses personagens representam, exagerando suas peculiaridades. A conclusão do astrônomo é evidentemente precipitada, pois não se pode fazer tamanha generalização a partir de um único caso (uma tendência muito comum nas pessoas). O físico também se precipita, pois saber que existe um caso de ovelha negra na Escócia não implica a existência de outras (“algumas”, como ele diz). Essa poderia ser a única ovelha negra nesse país. Já o matemático concebe um enunciado rigorosamente lógico e preciso, com tudo o que é possível afirmar com certeza a partir da experiência que haviam tido: o que se havia visto era apenas um campo, uma ovelha preta e um lado dela (pois ninguém viu seu outro lado), mas – ao usar a expressão “pelo menos” – deixa aberta a possibilidade de que exista(m) outro(s) campo(s) com outra(s) ovelha(s) negra(s), bem como que o outro lado dela seja negro.

▼ **Paródia** – imitação ou caracterização cômica, satírica, caricaturesca de alguma coisa. É interessante notar a etimologia grega dessa palavra: *para*, “ao lado”, e *ode*, “canto”, ou seja, “canto paralelo”.

▼ *Que questões ou problemas filosóficos a situação inspira?*

Podemos identificar no diálogo pelo menos duas questões: uma geral, sobre o conhecimento (o que conhecem verdadeiramente os interlocutores?), e outra mais específica, relativa ao raciocínio (que conclusão podem extrair das informações de que dispõem?). Você consegue identificar outras?

CAMINHOS DO ENTENDIMENTO

O poder da palavra

Além de destacar as partes e os conteúdos da situação filosófica deste capítulo, a breve análise que fizemos teve como propósito chamar sua atenção para o potencial de uma **boa conversação**. Você deve ter percebido que, por meio do diálogo, os interlocutores de nossa historieta foram alcançando progressivamente – mesmo que de uma maneira jocosa e caricata – uma **expressão linguística** mais clara e precisa do conhecimento que podiam obter a partir de sua experiência recente.

Quando estudamos no capítulo anterior a dúvida metódica de Descartes, vimos algo semelhante: o filósofo francês também viveu o processo de estranhar, duvidar e questionar por meio de uma conversação, só que realizada de maneira interior. Por isso a obra denomina-se *Meditações*, pois trata-se do registro escrito de suas reflexões, de seu diálogo interno.

Certamente, porém, o filósofo também tinha em mente outros interlocutores, seus argumentos e contra-argumentos, e “falava” com eles enquanto pensava e escrevia, mesmo sem designá-los. Além disso, depois de finalizar suas *Meditações*, a conversação de Descartes não terminou. Sabe-se que ele

recebeu de alguns estudiosos de sua época, por carta, várias objeções a esses escritos. E respondeu a elas, revisando, aprofundando e enriquecendo algumas de suas teses.

Assim, filosofar é fundamentalmente conversar. É seguir oscilando entre uma visão e outra, entre um pensamento e outro, escutando a si mesmo e o que o outro diz, duvidando novamente, voltando a questionar, procurando ver algo que talvez não esteja sendo observado, mas que tenha importância para a compreensão das coisas. E depois expressá-lo e comunicá-lo ao outro.

Daí a importância do bom uso da palavra, seja quando se pensa, se fala ou se escreve. É assim que trabalha a filosofia: burilando primeiramente os pensamentos, depois o discurso, a conversação, até alcançar um entendimento mais claro e preciso sobre uma questão, pois, como disse o pensador espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955), “a clareza é a cortesia do filósofo” (Citado em KUJAWSKI, *Ortega y Gasset: a aventura da razão*, p. 18). Assim, podemos dizer que – junto com a razão – a **linguagem** é o principal meio ou instrumento da filosofia.



Camponesas bretãs
(1894) – Paul Gauguin,
óleo sobre tela.
As duas mulheres
dialogam em meio
a seus afazeres
diários. Por meio
da linguagem e do
diálogo construímos
boa parte da
realidade à nossa
volta, para o bem e
para o mal.

■ A importância da linguagem

A linguagem tem um grande poder em nossas vidas. Nas últimas décadas, estudiosos de diversos campos do conhecimento – como a antropologia, a sociologia, a filosofia, a linguística, a psicologia e a biologia – têm chegado a conclusões que apontam para a mesma direção: somos **seres fundamentalmente linguísticos**.

Isso significa que a linguagem é uma dimensão muitíssimo importante para os seres humanos, provavelmente bem mais do que para outros animais. Vivemos mergulhados na linguagem tanto quanto em nossos corpos e em nossas emoções. Por meio dela, construímos boa parte do que somos e do mundo à nossa volta; consolidamos nossas crenças, nossas ações e nossa cultura (temas que estudaremos mais detidamente nos capítulos 7 e 8).

A força das palavras

O poder concreto da linguagem pode ser percebido com facilidade no campo político. A simples ordem ou declaração de um governante, por exemplo, pode determinar a alegria ou o sofrimento, a vida ou a morte de milhares de pessoas. Leia, a esse respeito, um trecho do discurso de uma política colombiana, Ingrid Betancourt, ao receber o prêmio Príncipe de Astúrias da Concórdia, em 2008.

Tenho uma imensa admiração por eles, os escultores da palavra, que, com a arte sagrada de materializar a alma, enriquecem as outras pessoas sem guardar nada para si.

[...]

Com nossa palavra podemos reivindicar outras relações, outros compromissos, outras soluções. Podemos aceitar acordos comerciais não tão bons para nós, mas que sejam mais justos. Podemos buscar maiores investimentos solidários e menos rendimentos especulativos. Podemos oferecer mais diálogo e menos imposições pela força. Podemos, sobretudo, não nos resignar.

Porque resignar-se é morrer um pouco, é não fazer uso da possibilidade de escolher, é aceitar o silêncio. A palavra, por sua vez, precede a ação, prepara o caminho, abre portas. Hoje devemos mais que nunca usar a voz para romper grilhões.

Tenho a profunda convicção de que, quando falamos, estamos modificando o mundo. As grandes transformações de nossa história sempre foram anunciadas antes. Assim chegou o homem à Lua, assim caiu o muro de Berlim, assim se acabou com o *apartheid*. Eu espero que assim desapareça também o terrorismo.

BETANCOURT, Ingrid. *A força das palavras*. (Disponível em: <<http://www.fpa.es/es/premios-princesa-de-asturias/premiados/2008-ingrid-betancourt.html?texto=discurso&especifica=0>>. Acesso em: 20 out. 2015.) Tradução nossa.



GWENN DUBOURT/HOUMIEU/AFIP

Representantes da ONU conversam com habitantes de Kampala, vila da República Democrática do Congo, em outubro de 2010, em busca de medidas para acabar com a violência sexual sofrida pela população feminina local. Dois meses antes, mais de 300 mulheres da região haviam sido violentadas.

CONEXÕES

1. Analise o trecho do discurso citado. Para tanto, observe os seguintes passos:
 - a) quem é a autora do discurso e que situação excepcional viveu (pesquise em outras fontes);
 - b) qual é sua tese principal nesse trecho;
 - c) como a autora fundamenta sua tese e que fatos ilustram sua fundamentação;
 - d) qual é o principal alvo de seu discurso;
 - e) você acha que o que a autora defende é possível? Justifique.

Conhecer e acreditar conhecer

Tendo em vista a importância e o poder das palavras em nossas vidas, você já deve ter percebido que uma das preocupações mais constantes dos filósofos – e que devemos levar em conta sempre que filosofamos – é identificar o lado problemático de nossas falas, de nossos discursos, e saber se realmente detemos o **conhecimento** que eles expressam e que acreditamos deter.

Não é mesmo um fato admirável – algo sobre o qual pensar, meditar, filosofar – a quantidade

de coisas que acreditamos conhecer sem nunca termos pensado seriamente sobre elas?

Conversas cotidianas

Se observarmos nossas conversas diárias, por exemplo, notaremos que usamos muitas palavras acreditando não apenas conhecer plenamente **o que elas querem dizer**, como também que, ao empregá-las, estamos **todos falando da mesma “coisa”**.



Conversa de comadres (à esquerda) e *Homens no café* (à direita) – José Lutzenberger (Coleção particular). As aquarelas do artista teuto-brasileiro são verdadeiras crônicas da vida cotidiana em Porto Alegre na primeira metade do século XX. Observe a riqueza de detalhes. Que atos realizam homens e mulheres nas duas imagens?

Mas será que eu e você, quando dialogamos, estamos pensando exatamente na mesma coisa ao dizer “amor”, “ciência”, “democracia”, “felicidade”, “justiça”, entre outros termos? Será que conhecemos o que significam essencialmente essas palavras? Mais ainda: será que existe um significado essencial de uma palavra?

Se analisarmos um pouco mais profundamente tais conversações, nos daremos conta também de que, na maioria das vezes, nos expressamos como se conhecêssemos o que é **bom** e o que é **mau**, **certo** e **errado**, **belo** e **feio**, **agradável** e **desagradável**, **útil** e **inútil** etc.

Não é isso o que ocorre quando avaliamos um prato, um alimento, um filme, uma música, uma lição, um professor, uma escola, um político – entre tantos outros exemplos –, mesmo não sendo especialistas nessas áreas? Em tais situações, tão comuns, está implícito em nossa fala, nossa escrita, em nosso discurso, que acreditamos saber o que é bom ou melhor para nós, para os outros ou para a sociedade.

Ações cotidianas

Se nos centrarmos, por outro lado, nas ações que empreendemos todos os dias, veremos que agimos de acordo com essa mesma crença de que sabemos **o que é melhor para nós**. Toda ação é uma afirmação: uma afirmação da crença que temos, seja ela qual for (como no caso do soldado, na historieta do capítulo anterior). Se escolho agir de determinada maneira é porque, no fundo, creio que essa maneira é melhor para mim do que outra, ao menos naquele momento.

Cada ação nossa, em sua peculiar segurança, em vez de ser uma pergunta ou uma dúvida, é realmente uma **afirmação categórica**; se faço isto ou aquilo é porque estou acreditando, verdadeiramente, que essa ação é mais conveniente que qualquer outra. (ECHEGOYEN e GARCÍA-BARÓ, em PLATÃO, *Menón, o sobre la virtud*, p. 10; tradução nossa.)

Dito de outra forma, estamos a todo instante “afirmando” – seja por meio de palavras ou de ações – nossas crenças, nossas “verdades”, que em geral compartilhamos com um grupo pequeno ou numeroso de pessoas que pensam, falam e agem de modo semelhante.

O que queremos que você perceba fundamentalmente é que, se não acreditássemos conhecer muito bem uma boa quantidade de temas em nossas vidas, “se não crêssemos numa infinidade de verdades, não falaríamos como falamos e não faríamos o que fazemos” (ECHEGOYEN e GARCÍA-BARÓ, p. 11; tradução nossa).



Cena de um haraquiri, forma de suicídio ritual praticada antigamente no Japão por nobres e guerreiros samurais. O que os levaria a cometer tal ato?

Mas quais são essas crenças, essas “verdades”? Somos conscientes delas quando nos expressamos? Serão elas “verdadeiras” mesmo? Serão válidas para todas as pessoas? É isso o que o filósofo pretende averiguar, como veremos em seguida.

CONEXÕES

2. Observe a imagem do haraquiri e pesquise um pouco mais sobre ele. Depois responda:
 - a) Que suposição ou crença sustenta essa antiga prática da cultura japonesa?
 - b) Que elementos da imagem refletem essa crença?
 - c) Reflita sobre alguma prática da vida contemporânea e procure identificar as crenças que a sustentam.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Qual é a interpretação predominante hoje em dia sobre o papel da linguagem na existência dos seres humanos? Por que entendem assim? Encontre exemplos de sua própria vida diária que comprovem essa interpretação.
2. Relacione a historieta inicial deste capítulo com a afirmação de que “A clareza é a cortesia do filósofo” (Ortega y Gasset).
3. Que fatos são “admiráveis” em nossas conversas e ações cotidianas, conforme a análise apresentada neste capítulo? Por quê?

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Conteúdo das palavras

Manchete de um jornal: “Denúncia de corrupção na prefeitura”.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou sentido **ideológico** ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida. (BAKHTIN, *Marxismo e filosofia da linguagem*, p.95.)

Ideológico – relativo a ideologia, isto é, conjunto de ideias ou crenças sustentado por determinada cultura, grupo social, movimento político etc.

Reúna-se com colegas e discuta sobre essa afirmação do linguista e filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin (1895-1975). A que ela se refere? Use a manchete como referência para desenvolver sua análise e interpretação.

2. Linguagem e realidade

Reúna-se com colegas e discuta sobre esta tirinha. Observe os detalhes, seus personagens, suas atitudes, suas “falas”. Que situação ela retrata? Você já viveu situações semelhantes? Que realidade estariam construindo os personagens?



MÉTODO DIALÓGICO

Sócrates e a arte de perguntar

Até aqui, nossa pergunta fundamental é: será que conhecemos verdadeiramente o que acreditamos conhecer? Há mais de 24 séculos, essa era a principal dúvida do grande mestre de Platão, **Sócrates** (c. 469-399 a.C.), que estudaremos com mais detalhes no capítulo 12.

Apesar de ser considerado um homem sábio por muitos de sua época, Sócrates reconhecia sua própria ignorância a respeito de temas que a maioria das pessoas acredita conhecer. Por isso, vivia cheio de dúvidas. “Só sei que nada sei”, costumava repetir. O único grande conhecimento que admitia possuir, porém, era a **arte de perguntar**.

Foi assim, empregando o **diálogo** e dirigindo uma série de **perguntas** a seu interlocutor, que Sócrates se tornou o primeiro grande exemplo de pensador ocidental que acreditou radicalmente no poder da conversação, defendendo-a de maneira explícita como método para atingir um conhecimento mais profundo, essencial e verdadeiro sobre as coisas.

Sócrates e seu **método dialógico** – isto é, em forma de diálogo – são nossos grandes **paradigmas** neste capítulo sobre o diálogo e o filosofar.

Paradigma – aquilo ou aquele que serve de exemplo, modelo ou referência.



MUSEUS E GALERIAS DO VATICANO

Detalhe de *Escola de Atenas* (1510-1512) – Rafael. Nessa provável representação de Sócrates (à direita), o filósofo aparece realizando sua atividade preferida: conversar com seus discípulos. Observe o posicionamento igualitário e respeitoso dos interlocutores e a atenção dos ouvintes em relação àquele que expõe suas ideias.

Explicando o método

No diálogo denominado *Teeteto*, escrito por Platão (partes VI e VII, p. 11-15), o próprio Sócrates explica seu método filosófico. Analisaremos, em seguida, alguns de seus trechos.

Diálogo amigável

Sócrates – E nunca ouviste falar, meu gracejador, que eu sou filho de uma parteira famosa e imponente, Fanerete?

Teeteto – Sim, já ouvi.

S. – Então, já te contaram também que eu exerço essa mesma arte?

T. – Isso, nunca.

S. – Pois fica sabendo que é verdade; porém não me traias; ninguém sabe que eu conheço semelhante arte, e por não o saberem, em suas referências à minha pessoa não aludem a esse ponto; dizem apenas que eu sou o homem mais esquisito do mundo e que lanço confusão no espírito dos outros. A esse respeito já ouviste dizerem alguma coisa?

T. – Ouvi.

S. – Queres que te aponte a razão disso?

T. – Por que não?

Tudo se inicia com um diálogo amigável. Nesse trecho, Sócrates sugere que teria herdado a profissão de sua mãe, que era parteira. Por essa razão, o filósofo denominava seu próprio método, sua arte de perguntar, pelo nome de **maieutica**, palavra de origem grega que significa “ciência ou arte do parto”, ou seja, a obstetrícia. O que ele queria dizer com isso?

Parteiro de almas

S. – A minha arte obstétrica tem atribuições iguais às das parteiras, com a diferença de eu não **partear** [servir de parteiro] mulher, porém homens, e de acompanhar as almas, não os corpos, em seu trabalho de parto. Porém a grande superioridade da minha arte consiste na faculdade de conhecer de pronto se o que a alma dos jovens está na iminência de conceber é alguma quimera e falsidade ou fruto legítimo e verdadeiro.

Desse modo Sócrates começa a expor pormenorizadamente a analogia que há entre sua prática e a de sua mãe: o filósofo seria um “parteiro” de **almas**, não de corpos. Ou seja, seu trabalho é o de ajudar a dar à luz **pensamentos** (não bebês) e distinguir, por meio do senso crítico, os verdadeiros dos falsos.

Perguntas penetrantes

S. – Neste particular, sou igualzinho às parteiras: estéril em matéria de sabedoria, tendo grande fundo de verdade a censura que muitos me assacam, de só interrogar os outros, sem nunca apresentar opinião pessoal sobre nenhum assunto, por carecer, justamente, de sabedoria. E a razão é a seguinte: a divindade me incita a partejar os outros, porém me impede de conceber. Por isso mesmo, não sou sábio, não havendo um só pensamento que eu possa apresentar como tendo sido invenção de minha alma e por ela dado à luz.

Aqui o filósofo repete, com outras palavras e enfaticamente, o que sempre dizia: “Só sei que nada sei”. Seu grande dom seria o de saber formular as **perguntas adequadas** para ajudar as pessoas a conceberem, por elas mesmas, a verdade sobre os diversos temas. Assim, aprendemos com ele que, para filosofar, a pessoa não deve crer que já conhece a verdade. Isso a impediria de seguir questionando, buscando, ascendendo. Em filosofia, mais valem perguntas agudas, penetrantes, do que respostas que instituem a conclusão pronta, o silêncio, o fim da conversação.

Lembre-se de que o significado próprio da palavra **filósofo** é “amigo ou amante da sabedoria”. Portanto, ele a busca, cuida, quer. Não a tem, não a possui. Nesse sentido, Sócrates pode ser entendido como o paradigma do “bom” filósofo.

Conhecimento progressivo

S. – Porém os que tratam comigo, suposto que alguns no começo pareçam de todo ignorantes, com a continuação de nossa convivência, quantos a divindade favorece, progridem admiravelmente, tanto no seu próprio julgamento como no de estranhos.

Ele quer dizer, portanto, que seus interlocutores vão progredindo, vão avançando pouco a pouco no caminho do conhecimento verdadeiro sobre as coisas. Ou seja, aquele que se faz as perguntas adequadas em sua vida pode ampliar a consciência que tem de si mesmo e das coisas.

Prática constante

S. – O que é fora de dúvida é que nunca aprendem nada comigo; neles mesmos é que descobrem as coisas belas que põem no mundo, servindo, nisso tudo, eu e a divindade como parteira. E a prova é o seguinte: muitos desconhecedores desse fato e que tudo atribuem a si próprios, ou por me desprezarem ou por injunções de terceiros, afastam-se de mim cedo demais. O resultado é alguns expelirem antes do tempo, em virtude das más companhias, os germes por mim semeados, e estragarem outros, por falta da

alimentação adequada, os que eu ajudara a pôr no mundo, por darem mais importância aos produtos falsos e enganosos do que aos verdadeiros, com o que acabam por parecerem ignorantes aos seus próprios olhos e aos de estranhos. Foi o que aconteceu com Aristides, filho de Lisímaco, e a outros mais.

Nesse trecho, Sócrates alerta para o perigo de se chegar a certezas de forma precipitada, abandonando a dúvida filosófica e o diálogo antes do tempo. Ele se refere certamente aos discípulos “apressadinhos”, mas podemos estender sua advertência, por analogia, a todos aqueles que, depois de certo tempo de experiência de vida, acreditam ingenuamente conhecer a verdade sobre as coisas em geral. Quase todos nós somos um pouco assim. A prepotência daqueles que se creem os “donos da verdade” é um fato bastante comum.

Mas como saber quando se está “pronto”? Talvez o que Sócrates queira dizer é que devemos seguir praticando a dúvida e a conversação filosófica durante toda a nossa vida, qualquer que seja nossa idade.



Nesse outro detalhe da *Escola de Atenas* [1510-1512] – Rafael, temos, em uma interpretação comumente aceita, os filósofos gregos Pitágoras (sentado à esquerda) e Parmênides (à direita em pé), o pensador árabe Averróis (espiando sobre o ombro de Pitágoras) e a filósofa grega Hipátia de Alexandria (ao centro). O intercâmbio de ideias é próprio das investigações científicas e filosóficas, ajudando a promover o conhecimento.

MUSEUS E GALERIAS DO VATICANO

Dor das descobertas

S. – Quando voltam a implorar insistentemente minha companhia, com demonstrações de arrependimento, nalguns casos meu demônio familiar me proíbe reatar relações; noutros o permite, voltando estes, então, a progredir como antes. Neste ponto, os que convivem comigo se parecem com as parturientes: sofrem dores lancinantes e andam dia e noite desorientados, num trabalho muito mais penoso do que o delas. Essas dores é que minha arte sabe despertar ou acalmar. É o que se dá com todos. [...]

Ou seja, a atividade filosófica está vinculada a certa dor, a certo grau de incerteza, inquietude e angústia. É a dor da dúvida, do “parto” do conhecimento, do ampliar da consciência. Por exemplo, quando uma pessoa vê pela primeira vez algo que nunca tinha conseguido ver antes e percebe que esteve enganada todo o tempo, essa visão pode ser bastante desestabilizadora. Não é fácil admitir um erro e assumir as consequências. Mas depois, com a prática reflexiva contínua, essa pessoa poderá progredir no sentido de uma consciência mais plena, reorganizar sua compreensão do mundo e alcançar, como vimos anteriormente, a felicidade de uma vida orientada de maneira mais justa e sábia.



Momento importantíssimo da atividade filosófica é o do recolhimento para o diálogo interno, como nesse último detalhe da *Escola de Atenas* (provavelmente o filósofo grego Heráclito, “o Obscuro”).

Dificuldades do percurso

S. – Se te expus tudo isso, meu caro Teeteto, com tantas minúcias, foi por suspeitar que algo em tua alma está no ponto de vir à luz, como tu mesmo desconfias. Entrega-te, pois, a mim, como ao filho de uma parteira que também é parteiro, e quando eu te formular alguma questão, procura responder a ela do melhor modo possível. E se no exame de alguma coisa que disseres, depois de eu verificar que não se trata de um produto legítimo mas de algum fantasma sem consistência, que logo arrancarei e jogarei fora, não te aborreças como o fazem as mulheres com seu primeiro filho. Alguns, meu caro, a tal extremo se zangaram comigo, que chegaram a morder-me por os haver livrado de um que outro pensamento extravagante. Não compreendiam que eu só fazia aquilo por bondade. Estão longe de admitir que de jeito nenhum os deuses podem querer mal aos homens e que eu, do meu lado, nada faço por malquerença pois não me é permitido em absoluto pactuar com a mentira nem ocultar a verdade.

Aqui o filósofo reconhece que suas perguntas, e ao que elas conduziam, incomodavam muito seus contemporâneos (tanto que Sócrates acabou sendo considerado inimigo público em Atenas e condenado à morte, como estudaremos no capítulo 12). Quando se toca o cerne de um problema, dependendo de qual seja ele, a reação pode ser violenta.

Em razão disso, Sócrates exorta seu interlocutor a aceitar as dificuldades encontradas no caminho. Aquele que se dedica ao filosofar precisa se desfazer não apenas dos preconceitos, mas também das suscetibilidades do orgulho e do amor-próprio e se entregar totalmente ao diálogo reflexivo com o outro, ao exame aberto e fecundo das questões propostas. Mas, como nem todos adotam a mesma atitude, esse esforço nem sempre será compreendido.

Dois momentos do diálogo

Platão adotou a mesma forma de filosofar de Sócrates, escrevendo diversos diálogos em que seu mestre é o principal interlocutor. Essa forma (ou método) ficou conhecida como **dialética**, palavra que em sua origem grega queria dizer “arte da discussão”.

A dialética socrático-platônica apresenta dois momentos importantes: a **refutação** (ou **ironia**) e a **maieutica**.

Refutação ou ironia

No início dos diálogos, Sócrates costuma apresentar-se como quem deseja aprender com seu interlocutor, fazendo-lhe perguntas sucessivas. Por isso, essa primeira parte é chamada também de **ironia**, palavra de origem grega cujo sentido primitivo era “interrogação fingindo ignorância”.

Com habilidade de raciocínio, no entanto, conduz suas questões de forma a evidenciar as contradições e os problemas que surgem a cada resposta de seu interlocutor. Desse modo, vai **refutando, contestando, negando** as concepções que o outro tinha sobre determinado assunto e, ao mesmo tempo, demolindo seu orgulho, sua arrogância e sua presunção de saber. A primeira virtude do sábio é adquirir consciência da própria ignorância. Sócrates teria assim exposto sua postura:

[...] aquele acreditava saber e não sabia, enquanto eu, ao contrário, como não sabia, também não julgava saber, e tive a impressão de que, ao menos numa pequena coisa, fosse mais sábio que ele, ou seja, porque não sei, nem acredito sabê-lo. (PLATÃO, Defesa de Sócrates, em *Apologia de Sócrates*, p. 71.)

Maiêutica

Na segunda etapa do diálogo, liberto do orgulho e da pretensão de que tudo sabe, o interlocutor já está em condições de iniciar o caminho de reconstrução de suas próprias ideias. Novamente Sócrates lhe propõe, com grande habilidade, uma série de questões, ajudando-o a **trazê-las à luz**. Por isso, essa fase do diálogo socrático é chamada de **maiêutica**, cujo sentido primitivo é, como já vimos, “arte de ajudar a dar à luz, a parir” (obstetrícia).

Diálogo com Eutífron

Vejamos agora um trecho de um dos diálogos de Platão, *Eutífron*, que constitui um modelo exemplar do método dialético. Na cena inicial, à porta do tribunal de Atenas, Sócrates encontra Eutífron, conhecido como grande entendido em temas religiosos. O filósofo conta que movem contra ele uma ação em que é acusado de corromper os jovens inventando novos deuses e desacreditando os antigos.

Eutífron, por sua vez, comenta que veio ao tribunal por ter apresentado uma acusação de homicídio contra o próprio pai. Conta que a vítima era um servo que, embriagado, degolou outro servo. O pai prendeu o homicida em um fosso, sem ter maiores cuidados com ele, enquanto esperava orientação do encarregado de justiça. Só que o servo assassino não aguentou o cativeiro e faleceu de frio e inanição.

Eutífron julga, então, que seu pai teria se tornado um homicida também, por omissão, e que, ao acusá-lo, estava agindo de maneira piedosa, isto é, conforme o dever para com os deuses. E o diálogo prossegue:

Sócrates: – Por Zeus, Eutífron, julgas saber com tanta precisão a opinião dos deuses a respeito do que é e não é piedoso, que não receies que, havendo as coisas sucedido como afirmas, possas cometer uma crueldade movendo esse processo contra teu pai?

Eutífron: – Assim, Sócrates, eu não teria utilidade e Eutífron não se distinguiria do mais comum dos homens se não tivesse conhecimento de todas essas coisas com precisão.

S.: – Perceberás, por conseguinte, meu caro Eutífron, quão proveitoso para mim seria tornar-me teu discípulo, especialmente antes da ação judicial [...]

[...]

S.: – Explica-me, então, o que consideras piedoso e ímpio [não piedoso].

E.: – Digo que é piedoso isso mesmo que farei agora, pois em se tratando de homicídios ou roubos sacrílegos, ou qualquer outro crime, a piedade impõe o castigo do culpado, seja este pai, mãe ou outra pessoa qualquer; não agir assim é ímpio. [...]

[...]

S.: – Pode ser que o seja, mas também existem muitas outras coisas, Eutífron, consideradas piedosas.

E.: – Evidentemente que sim.

S.: – Recorda, porém, que não te pedi para demonstrar-me uma ou duas dessas coisas, dessas que são piedosas, mas que me explicasses a natureza de todas as coisas piedosas. Porque disseste, salvo engano, que existe algo característico que faz com que todas as coisas ímpias sejam ímpias, e todas as coisas piedosas, piedosas. Recordas-te?

E.: – Recordo-me.

S.: – Pois bem, esse caráter distintivo é o que desejo que me esclareças, a fim de que, analisando-o com atenção e servindo-me dele como parâmetro, possa afirmar que tudo o que fazes, ou um outro, de igual maneira é piedoso, enquanto aquilo que se distingue disso não o é.

E.: – Se é isso o que queres, dir-te-ei imediatamente.

S.: – Em verdade, é só isso que desejo.

E.: – É piedoso tudo aquilo que é agradável aos deuses, e ímpio o que a eles não agrada.

S.: – Ótimo, Eutífron, respondeste agora como eu esperava que o fizesses, se o que afirmas é correto,

embora eu não o saiba. Mas é evidente que me mostrarás que o que declaras é a pura verdade.

E.: – Sim, claro.

S.: – Muito bem, consideremos o que vamos dizer. Uma coisa é um homem que são agradáveis aos deuses são piedosos, ao passo que uma coisa é um homem detestados pelos deuses são ímpios. [...]

E.: – Sim.

[...]

S.: – E não afirmaste também, Eutífron, que os deuses lutam entre si, que apresentam diferenças e detestam uns aos outros?

E.: – Sim, afirmei.

S.: – Mas quais são essas divergências que causam esses ódios e essas cóleras, estimado amigo?

[...]

S.: – Então, qual seria o assunto que, por não ser passível de decisão, causaria entre nós inimizade e nos tornaria reciprocamente irritados? Pode ser que não esteja a teu alcance, mas considera, pelo que estou dizendo, se se trata do justo e do injusto, do belo e do feio, ou do bom e do mau. Com efeito, não é por causa disso que, justamente devido às nossas diferenças e por não poder conseguir uma decisão unânime, nos convertemos em inimigos uns dos outros [...]

E.: – De fato, Sócrates, eis aqui a divergência mais frequente e também as causas que lhe dão origem.

S.: – Não acontecem igualmente as mesmas divergências entre os deuses e pelos mesmos motivos?

E.: – Com toda a certeza.

[...]

S.: – E não é verdade que aquilo que cada um deles julga bom e justo é também o que ama, e que o contrário lhe desagrade?

E.: – Sim.

S.: – Mas são as mesmas coisas, como afirmas, que uns reputam justas e outros injustas. De suas divergências acerca disso é que se originam as guerras e as discórdias entre eles, não é?

E.: – De fato.

S.: – Temos de afirmar, por conseguinte, que as mesmas coisas são amadas pelos deuses e que lhes são ao mesmo tempo agradáveis e desagradáveis.

E.: – Parece que sim.

S.: – O que significa, Eutífron, que algumas coisas poderão ser ao mesmo tempo piedosas e ímpias.

E.: – É possível.

S.: – Então, estimado amigo, não respondeste à minha pergunta. Pois pedi que me explicasses o que é [...] piedoso e ímpio. Porém vimos que o que agrada a alguns deuses pode desagradar a outros; portanto, querido Eutífron, não seria de espantar que aquilo que fazes ao castigar teu pai fosse agradável para Zeus, mas detestável para Cronos e Urano [...] e, da mesma maneira, agradável e desagradável para uns e outros deuses que divergem a respeito disso.

PLATÃO, *Eutífron* – ou da religiosidade, p. 39-44.

CONEXÕES

3. Agora é sua vez de analisar esse diálogo. Identifique:
 - a) o que Eutífron está convencido de conhecer e o parágrafo que expressa esse convencimento;
 - b) o suposto motivo de Sócrates para querer aprender com seu interlocutor e o parágrafo que retrata esse interesse;
 - c) a questão investigada por Sócrates nesse início do diálogo;
 - d) a primeira resposta de Eutífron à questão;
 - e) o problema identificado nessa primeira resposta;
 - f) a segunda resposta de Eutífron à questão;
 - g) o problema identificado nessa segunda resposta;
 - h) a etapa da dialética socrático-platônica desenvolvida nesse trecho (justifique).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. Existe alguma relação entre os “fatos admiráveis” que analisamos na primeira parte deste capítulo e as dúvidas em que Sócrates vivia?
5. Qual era o único grande saber que Sócrates admitia ter? Qual era seu grande mérito?
6. Por que Sócrates chamava de maiêutica seu método de dialogar?
7. Explique o caráter progressivo e a necessidade de prática constante do método socrático.
8. Em que sentido a pessoa que filosofa deve estar preparada para enfrentar a dor e outras dificuldades de percurso?
9. Explique a estrutura da dialética socrático-platônica e sua denominação.

3. Conhecimento e dúvida

“Só sabemos com exatidão quando sabemos pouco; à medida que vamos adquirindo conhecimentos, instala-se a dúvida.” “A dúvida cresce com o conhecimento.” Interprete as duas afirmações acima, do escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), relacionando-as com Sócrates. Você concorda com elas? Por quê? Forme um grupo e debata sobre essas questões.

4. Utilidade do diálogo filosófico

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão. [...] Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. [...] Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo.

Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. A pronúncia do mundo, com que os homens o reciam permanentemente, não pode ser um ato arrogante. (FREIRE, *Pedagogia do oprimido*, p. 92-94.)

Com base no texto do educador e filósofo pernambucano Paulo Freire (1921-1997), e de acordo com o que estudamos neste capítulo, que sentido pode ter o diálogo filosófico para você? Que habilidades e disposição afetiva precisaria desenvolver para praticá-lo? O que mais lhe agrada nele ou qual seria a maior utilidade do ato de dialogar em sua vida? Depois dessa reflexão, junte-se com colegas e procure elaborar com eles/elas uma lista de habilidades necessárias, benefícios possíveis de um bom diálogo.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(Unioeste-PR) O Oráculo de Delfos teria declarado que Sócrates (470-399 a.C.) era o mais sábio dos homens. Essa profecia marcou decisivamente a concepção socrática de Filosofia, pois sua verdade não era óbvia: “Logo ele, sem qualquer especialização, ele que estava ciente de sua ignorância? Logo ele, numa cidade [Atenas] repleta de artistas, oradores, políticos, artesãos? Sócrates parece ter meditado bastante tempo, buscando o significado das palavras da pitonisa. Afinal concluiu que sua sabedoria só poderia ser aquela de saber que nada sabia, essa consciência da ignorância sobre as coisas que era sinal e começo da autoconsciência”. (J. A. M. Pessanha)

Sobre a filosofia de Sócrates, é incorreto afirmar que:

- a filosofia de Sócrates consiste em buscar a verdade, aceitando as opiniões contraditórias dos homens; quanto mais importante era a posição social de um homem, mais verdadeira era sua opinião.
- a sabedoria de Sócrates está em saber que nada sabe, enquanto os homens em geral estão impregnados de preconceitos e noções incorretas, e não se dão conta disso.
- o reconhecimento da própria ignorância é o primeiro passo para a sabedoria, pois, assim, podemos nos livrar dos preconceitos e abrir caminho para a verdade.
- após muito questionar os valores e as certezas vigentes, Sócrates foi acusado de não respeitar os deuses oficiais (impiedade) e corromper a juventude; foi julgado e condenado à morte por ingestão de cicuta.
- o caminho socrático para a sabedoria deve ser trilhado pelo próprio indivíduo, que deve por ele mesmo reconhecer seus preconceitos e opiniões, rejeitá-los e, através da razão, atingir a verdade imutável.

Sessão cinema

Doze homens e uma sentença (1957, EUA, direção de Sidney Lumet; 1997, EUA, direção de William Friedkin)

Doze jurados se reúnem para decidir se consideram culpado um jovem porto-riquenho acusado de ter assassinado seu próprio pai. Todos têm certeza da culpa, menos um, mas a decisão deve ser unânime. Assim, inicia-se uma conversação que revela muito sobre cada um deles e o que sustenta sua opinião.

Sócrates (1974, Itália, direção de Roberto Rossellini)

Representação do final da vida de Sócrates, seu julgamento e condenação à morte com diálogos escritos por Platão.

Capítulo 4

CARLOS PERTUIS/COLEÇÃO PARTICULAR



▼ Que elementos fundamentais da existência humana você pode discernir nesta pintura?

Óleo sobre tela (1956) com representação de um ritual da fertilidade – Carlos Pertuis. O autor dessa pintura criou mais de 20 mil trabalhos artísticos em um hospital psiquiátrico, onde viveu 38 anos como interno.

A consciência

Pelo que estudamos até agora, é possível dizer que filosofar é uma prática que ajuda a nos desprendermos de nossas tolices? Parece que sim. Vimos como a atitude filosófica desbanaliza o banal e reencanta a vida, fazendo-nos prestar mais atenção a nossos mínimos atos, emoções e pensamentos. Ela nos ajuda, enfim, a viver com mais consciência.

Mas, então, “o que é a consciência?”, diria Sócrates. Vejamos que respostas podemos encontrar.

Questões filosóficas

- ▼ O que é a consciência?
- ▼ Há relação entre consciência e cultura?
- ▼ A consciência é sempre a mesma ou evolui?

Conceitos-chave

consciência, identidade, inconsciente, inconsciente coletivo, consciência coletiva, consciência religiosa, consciência intuitiva, consciência racional, senso comum, consciência crítica



SITUAÇÃO FILOSÓFICA

A ecologista e a psicóloga

Em uma região coberta pela Mata Atlântica, uma ecologista, Lia, recebe a visita de uma amiga.

– Como está exuberante e belo este bosque!

– Sim, ele está recuperando sua rica biodiversidade. Não derrubo nenhuma árvore e plantei muitas espécies nativas, principalmente frutíferas.

– Por que frutíferas, Lia?

– Porque seus frutos servem de alimento para pássaros e a fauna terrestre local, favorecendo sua reprodução. Além disso, os animais espalham as sementes contidas em seus excrementos por todos os lados, o que multiplica a floresta.

– Eu nunca tinha pensado nisso... Seria ótimo se todos aprendessem essas coisas e agissem da mesma forma.

– Seria, mas a verdade é que eu também já fiz muita besteira, acreditando que era o correto. Lamento até hoje! É que antes eu não sabia tudo isso... eu não tinha consciência.

– Ah, a consciência! Sempre ela... – conclui rindo a amiga, que é psicóloga.



NORIS MARIA DIAS

Amizade – Noris Maria Dias, óleo sobre tela (Coleção particular).



ANALISANDO A SITUAÇÃO

▼ *Onde ocorre esse diálogo e quem são os interlocutores?*

O diálogo ocorre em uma região onde a flora e a fauna estão ameaçadas de extinção – a Mata Atlântica –, e os interlocutores são uma ecologista e uma psicóloga. Observe que a compreensão do que são essas atividades (a ecologia e a psicologia) nos ajuda a entender o sentido mais profundo que a conversação assume.

▼ *Qual é o tema do diálogo?*

O diálogo trata do tema da natureza e da intervenção humana nos ciclos naturais, destacando a interação que existe. No entanto, podemos dizer que na parte final do diálogo o objeto da conversação acaba sendo, progressivamente, a consciência.

▼ *Que momentos podemos distinguir na historieta?*

Se tomarmos como referência o “atuar” da consciência das duas interlocutoras, podemos dividir a historieta em cinco momentos sucessivos: (1) no início, ambas mantêm um foco de atenção no tempo presente e dirigido ao mundo exterior (o bosque, os animais, a conduta humana em relação a eles etc.); (2) depois, quando a psicóloga se dá conta de que nunca tinha pensado no que lhe acabava de explicar a amiga, o foco passa a ser interno (reflexivo) e ter o passado (a memória) como pano de fundo; (3) mas logo em seguida, quando idealiza um mundo em que as pessoas tenham os mesmos valores ecológicos da amiga, o foco volta-se outra vez para o exterior, aponta para o futuro; (4) aí, a ecologista faz uma autocrítica (“eu também já fiz muita besteira...”), de modo que o foco passa a ser interno novamente, “iluminando” o passado; (5) por último, vem o comentário reticente da psicóloga, que parece ter chegado a uma compreensão de síntese sobre o que foi conversado.

▼ *Que problema(s) filosófico(s) podemos identificar nessa historieta?*

Claramente, a relação destrutiva do ser humano com a natureza é um tópico importante de questionamento. Mas podemos dizer que o problema de fundo do diálogo é a compreensão do que é a consciência e do papel que ela tem em nossas vidas.

CONSCIÊNCIA

Perceber o que acontece

Nossa análise dessa historieta – semelhante a muitas que vivemos cotidianamente – teve como propósito destacar alguns aspectos pelos quais o **tema da consciência** pode ser abordado: consciência de si, do que se pensa, sente e faz; consciência do tempo; consciência do mundo e dos outros; consciência ética etc.

■ O que é a consciência?

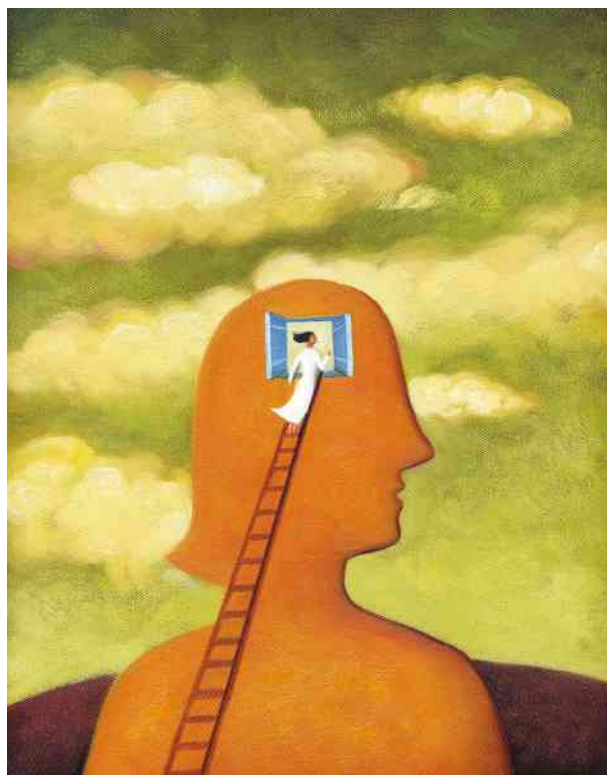
Esses múltiplos aspectos já mostram um pouco da complexidade desse tema. Não é simples conhecer nem explicar o que é a consciência, pois dependemos justamente dela para fazer isso. Existe uma **recursividade** em saber que se sabe, em sentir que se sente – enfim, em ser consciente de que se é consciente. É o que torna esse tema fascinante, como destaca o médico e cientista português António Damásio (1944-):

O que pode ser mais difícil do que saber como sabemos? O que pode ser mais grandioso que o fato de entender que ter consciência torna possível, e mesmo inevitável, nossa interrogação sobre a consciência? (*Sentir lo que sucede*, p. 20. Tradução nossa.)

Recursividade – capacidade que algo tem de poder aplicar-se sobre si mesmo sucessivas vezes, cada vez usando como base o resultado de sua aplicação anterior.

A consciência costuma ser entendida, portanto, como um fenômeno ligado à mente, esfera em que ocorrem diversos processos psíquicos (pensamento, imaginação, emoção, memória, entre outros), especialmente o conhecimento. Para vários estudiosos, nada caracteriza mais o ser humano do que a consciência, pois é ela que nos permite estar no mundo com algum saber, “com-ciência”. Como assinala o paleontólogo e filósofo francês Pierre Teilhard de Chardin (1881-1955):

O animal sabe. Mas, certamente, ele não sabe que sabe: de outro modo, teria há muito multiplicado invenções e desenvolvido um sistema de construções internas. Consequentemente, permanece fechado para ele todo um domínio do Real, no qual nos movemos. Em relação a ele, por sermos reflexivos, não somos apenas diferentes, mas outros. Não só simples mudança de grau, mas mudança de natureza, que resulta de uma mudança de estado. (*O fenômeno humano*, p. 187.)



Parece haver níveis distintos de consciência entre os seres e em etapas distintas de cada ser. Significa isso que nossa consciência pode evoluir a estados de maior percepção, clareza e entendimento? O que devemos fazer para alcançá-los?

Devido a essa diferença específica entre os humanos e os outros animais, durante certo tempo nossa espécie – classificada biologicamente como *Homo sapiens* (“homem que sabe”) – foi designada por alguns estudiosos como *Homo sapiens sapiens*: o ser que sabe que sabe. Isso quer dizer que somos capazes de fazer nossa inteligência debruçar sobre si mesma para tomar posse de seu próprio saber, avaliando sua consistência, seu limite e seu valor.

Foi o que fez Descartes, em suas *Meditações* (como vimos no capítulo 2). Essa capacidade seria a base – pelos menos em boa parte – das grandes criações humanas, como a ética, o direito, a arte, a ciência e a filosofia. Ou seja, sem consciência, não haveria nada disso.

Observando a consciência

O curioso é que, em geral, tenhamos tão pouca percepção de nossa consciência no dia a dia. Isso não ocorre, porém, em todo o mundo. Em algumas culturas orientais, por exemplo, a meditação é uma prática frequente, pois muitas pessoas costumam dedicar regularmente algum tempo para a

observação da própria consciência e sua expansão, estimulando a **introspecção** – habilidade muito importante para quem filosofa.

Introspecção – observação que uma pessoa faz do que ocorre dentro de si mesma, da própria mente e seus processos.

Se podemos dizer que o método científico construiu durante séculos o conhecimento do Ocidente, devemos acrescentar que o seu equivalente no Oriente foi a meditação, que durante milênios edificou a sabedoria das suas culturas mais tradicionais. (Byington, *A construção amorosa do saber*, p. 270.)

Façamos, então, uma experiência. Por alguns minutos, vamos tentar ser mais introspectivos, procurando observar a consciência de uma maneira mais vivencial e direta, um pouco à maneira de Descartes nas *Meditações* (releia essa parte do capítulo 2) ou dos sábios do Oriente.

UTAH-BASED PHOTOGRAPHER RYAN HOUSTONMORE/GETTY IMAGES



Na meditação busca-se manter a consciência permanentemente focalizada na própria consciência.

Primeiro busquemos o estado oposto ou a negação da consciência: quando é que não estamos conscientes e o que acontece então conosco? Em condições normais, entramos nesse estado todos os dias ao **dormir**, o que corresponde a cerca de um terço de nossas vidas. Enquanto dormimos, nossos sentidos estão desconectados de tudo o que ocorre a nossa volta, ou dentro de nós mesmos e de nossos corpos. Durante o sono, se não sonhamos, supõe-se que não temos nenhuma sensação, nenhum pensamento ou sentimento, nenhuma lembrança, imaginação ou fantasia. Não percebemos nada.

Algo semelhante parece ocorrer quando perdemos os sentidos em um **desmaio**. Somos então como um quarto vazio, escuro e silencioso. Parece que nada acontece. Quando despertamos, esse “quarto” começa de novo a encher-se de “luz” e de “objetos”. Voltamos a sentir nossos corpos e diversas impressões e pensamentos passam a preencher nossas mentes.

Também podemos usar a imagem da escuridão para entender essa frase tão comum: “Eu não sabia, eu não tinha consciência”. Nesse caso, não estávamos desacordados, no sentido literal da palavra, mas sim no sentido metafórico. Havia um objeto, um sentimento, um conhecimento que estava em um canto escuro de nosso “quarto” e que, por isso, não podíamos vê-lo. De repente, foi “iluminado”, passando a integrar a totalidade consciente de nosso ser.

CONEXÕES

1. Faça a seguinte meditação para observar sua consciência:
 - a) sente-se ou deite-se em um lugar cômodo e respire profundamente várias vezes, procurando relaxar todo o corpo e a mente;
 - b) observe atentamente o ar entrando e saindo pelas narinas (a inspiração e a expiração) e procure não pensar em nada;
 - c) por último, ponha sua atenção sobre esse “eu” que observa o inspirar e o expirar a cada instante, repetidamente, sem cessar; fique assim durante meia hora;
 - d) depois, elabore um relato sobre essa experiência de observar sua consciência, suas dificuldades e descobertas.

Sentimento de si e do objeto

Vejam, agora, o que é a consciência do ponto de vista **neurocientífico**. Adotaremos, para tanto, a interpretação de Antônio Damásio, que combina biologia com um pouco de filosofia.

Neurocientífico – relativo às neurociências, isto é, aos diversos ramos da ciência que estudam o sistema nervoso, como a neurobiologia, a neurofisiologia, a neuropsiquiatria etc.

Sempre me intrigou o momento específico em que, enquanto esperamos sentados na plateia, percebemos um movimento e um intérprete entra em cena, ou, para adotar outra perspectiva, o instante em que um intérprete, esperando na penumbra, vê abrir-se as cortinas, que revelam as luzes, o palco, o público.

Sem importar o ponto de vista que se adote, há alguns anos entendi que a comovedora intensidade desse instante provém de que encarna uma instância de nascimento, de passagem pelo limiar de um mundo restrito e protegido para a possibilidade e risco de um mundo mais amplo e exterior. [...] sinto que entrar em cena também é uma vigorosa metáfora da consciência, do desabrochar de uma mente que sabe, da simples e significativa chegada da sensação de *self* [si mesmo] ao mundo mental. [...] Escrevo sobre a sensação de *self* e sobre a passagem da inocência e ignorância à sapiência e à individualidade. (*Sentir lo que sucede*, p. 19. Tradução nossa.)

Desse modo, segundo Damásio, estar consciente envolve não apenas um ato de **conhecer** o que acontece, como geralmente se entende: implica, basicamente e como primeiro estágio, um **sentir**. Vejamos o que isso significa.

Enquanto você lê este texto e capta o significado dele, ocorre um processo em seu cérebro que lhe indica que é você e não outra pessoa que está envolvido nesse ato de ler e entender o texto. Esse processo, diz o neurocientista, configura uma “presença” – a “presença” do observador que é você. Ela corresponde, em seu organismo, a uma **sensação** ou **sentimento**. Trata-se de:

[...] sentir o que acontece quando o ato de apreender algo modifica seu ser [os processos físico-químicos que ocorrem dentro de seu cérebro]. A presença jamais descansa, desde o despertar até o dormir. A presença deve estar aí, senão você não está. (*Sentir lo que sucede*, p. 26. Tradução nossa.)

Em algumas patologias mentais, por exemplo, acredita-se que a pessoa perde contato com essa “presença”. Dizemos que ela se “ausenta”, embora esteja acordada e reaja aos estímulos externos até certo ponto de maneira normal, mas automaticamente. Essa pessoa estaria tendo, portanto, um distúrbio da consciência.

Assim, no processo de conhecer, a consciência seria o “padrão mental” unificado que se forma quando se conjugam o **sentimento de si** (*self*) e o **objeto** que se percebe e se torna conhecido. Sem sensação ou sentimento de si não há consciência (cf. DAMÁSIO, *Sentir lo que sucede*, p. 27).

■ Consciência e identidade

Essa sensação de *self*, ou sentimento de si, relaciona-se basicamente com o aqui e agora, com o **presente**. Não há um antes ou um depois. É, por exemplo, a experiência de ver neste instante estas

letras impressas enquanto você lê este livro, combinada com a sensação de que é você que vê, e não outro ser. Consegue perceber isso?

ALYN STAFFORD/GETTY IMAGES



Menino e cão acompanham atentamente algum acontecimento. Em que se diferenciam então suas consciências?

Pois, então, esse é o primeiro passo do processo de estar consciente. Corresponde ao nível mais básico do processo de conhecer.

Como afirma Damásio, trata-se de um fenômeno biológico simples, vinculado ao sistema nervoso, que não seria exclusivo dos seres humanos.

No entanto, essa **consciência nuclear**, básica, quando se insere em determinado ponto da história de um ser que é capaz de estabelecer relações entre seu **passado** e seu **futuro** – como nós, os humanos – em um fluxo contínuo, torna-se uma sensação de si mais elaborada. É assim que surge – em mim, em você, em qualquer um – a consciência do **eu**, da própria **identidade**: em outras palavras, a percepção de um conjunto de caracteres próprios que se mantêm no tempo e no espaço do corpo físico, constituindo o **si mesmo**, por oposição ao outro.

Trata-se de um fenômeno biológico complexo vinculado, além das emoções, também à memória, à linguagem, à razão e que apresenta o potencial de **evoluir** durante a vida inteira de um indivíduo (cf. DAMÁSIO, *Sentir lo que sucede*, p. 32-33).

Por meio desse fenômeno biológico complexo – a **consciência ampliada** – o ser humano também adquire conhecimento de suas transformações durante sua existência, bem como do mundo que o rodeia. Esse fenômeno teria possibilitado não apenas as inúmeras **criações humanas**, mas também a problematização da própria existência individual – “quem sou eu?”, “para que estou aqui?”, “o que devo fazer?” – e outras questões ligadas à angústia existencial e à filosofia.

■ Experiência privada

Observe também que, tanto do ponto de vista biológico como psicológico, a consciência é uma experiência marcadamente **privada**, que se vive

apenas na primeira pessoa. Isso quer dizer que ela pertence apenas ao organismo ou indivíduo que a tem e não pode ser compartilhada diretamente com mais ninguém.

No entanto, à consciência estão muito vinculadas as **condutas** – e estas sim podem ser observadas por terceiros. Em outras palavras, as condutas são experiências **públicas**, isto é, podem ser percebidas por mais de um indivíduo ou organismo e potencialmente por todos.

É, portanto, pelo que dizem e fazem as outras pessoas que normalmente inferimos que elas, como nós, têm ideias, pensamentos, sensações e sentimentos – tudo o que se relaciona com a consciência –, embora não possamos conhecer diretamente o que pensam e sentem.

Natureza da consciência

Se a consciência constitui um fenômeno mental, qual será, então, a **natureza da mente**? Os fenômenos mentais estão relacionados com nosso corpo físico, nossa biologia, ou constituem uma instância à parte? São apenas físicos ou apenas psíquicos? São corporais ou espirituais?

A maioria das pessoas tende a pensar que existe uma “mistura” ou combinação das duas coisas no processo de estar consciente: algo ocorre no cérebro, mas tem um desdobramento não corpóreo, imaterial. Essa foi nossa abordagem até agora, nosso **pressuposto**.

Pressuposto – aquilo que antecede ou constitui algo necessariamente; ideia que se supõe antecipadamente a outra.

No entanto, será que faz sentido pensarmos em uma “mistura”? Como essas duas instâncias se combinam? A dimensão corporal determina a consciência, ou será o contrário?

Não vamos tentar responder a essas questões agora, pois elas relacionam-se com um dos problemas fundamentais e mais discutidos da história da filosofia, que será tratado ao longo do livro. Mas não perca de vista essa questão sobre a **relação corpo-mente** ou **matéria-espírito**.

Como se integra a totalidade do ser humano, isto é, suas dimensões corporal, emocional e linguístico-espiritual?



ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Formule uma definição geral de consciência.
2. Relacione a recursividade da consciência com a antiga classificação do ser humano como *Homo sapiens sapiens*.
3. Como se forma, no âmbito da consciência, a noção de identidade?
4. Por que se diz que a consciência é uma experiência privada? O que pode torná-la pública?

1. Consciência e identidade

Pesquise e aprofunde seu entendimento sobre o tema da identidade, refletindo sobre as seguintes questões:

- O que é a identidade de uma pessoa? Todas as pessoas têm identidade?
- Como a identidade se vincula com a consciência? Você consegue perceber essa relação em si próprio/própria?
- É importante que as pessoas valorizem suas próprias identidades?

Depois, reúna-se com colegas para uma troca de ideias e a elaboração de um documento que sintetize suas opiniões e conclusões, concordâncias e discordâncias.

CONSCIENTE E INCONSCIENTE

As contribuições da psicologia

Para compreender a consciência, seus vínculos com a totalidade de nossas vivências e suas possibilidades de expansão, é igualmente importante entender outros fenômenos que, embora ocorram no interior de cada um de nós, escapam à nossa consciência. Esses fenômenos podem, no entanto, influir na maneira como percebemos as coisas e em nossas condutas.

Você nunca sentiu que, às vezes, sua mente parece esconder uma parte de seu ser da outra parte de seu ser? É o que ocorre, por exemplo, quando de repente você se recorda de algo que lhe aconteceu na infância e havia ficado esquecido durante todo esse tempo. Ou quando você chora sem saber por que, diz alguma coisa sem querer ou faz algo que não sabe justificar.

Pois bem, foi a partir da observação dessas e de outras condutas “estranhas” que se formularam algumas concepções importantes para a compreensão da mente e do ser humano e que marcaram profundamente a cultura ocidental contemporânea. Referimo-nos aos trabalhos de dois pilares na área dos estudos da mente e da alma humana: Freud e Jung.

Freud: inconsciente pessoal



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Retrato de Freud, que nasceu no seio de uma família judia e viveu a maior parte de sua vida na cidade austríaca de Viena – à época um dos principais e mais efervescentes centros culturais do mundo. Em 1938, porém, com a invasão nazista, foi obrigado a mudar-se para Londres, onde faleceu no ano seguinte. Sua obra teve enorme impacto nas ciências humanas, na filosofia, na literatura e nas artes, tornando-o uma das figuras mais influentes do pensamento contemporâneo.

Na passagem do século XIX para o século XX, o médico neurologista austríaco **Sigmund Freud** (1856–1939) concebeu uma teoria da mente que revolucionou a história do pensamento, em vários sentidos, e criou a **psicanálise** (definição em quadro adiante).

Psicanálise

A psicanálise é uma disciplina que consiste, basicamente, de uma **teoria da mente** e da conduta humana vinculada a uma **técnica terapêutica** para ajudar as pessoas que apresentam problemas psicológicos ou psiquiátricos.

Caracteriza-se pela interpretação, por um terapeuta (psicanalista), dos conteúdos inconscientes encontrados em palavras, sonhos e fantasias do paciente. Para tanto, utiliza-se do método de **associação livre**, em que o paciente expressa o que lhe vier à mente, falando e associando as palavras e ideias livremente, sem crítica ou preocupação de ser coerente.

Inconsciente e sexualidade

Para começar, Freud rejeitava a identificação entre consciência e psiquismo (isto é, o conjunto dos processos psicológicos), algo bastante comum. A maioria das pessoas tende a pensar que não existe nada mais em suas mentes além daquilo que sabe, seus pensamentos, imagens e recordações. Ou seja, tendemos a acreditar, no fundo, que consciência e mente são a mesma coisa e que a mente pode conhecer tudo se empreender o trabalho devido para tal.

CARLOS PERTUIS/COLEÇÃO PARTICULAR



Homem tentando capturar serpentes em um cesto – Carlos Pertuis, óleo sobre papel. Freud observou que o inconsciente se manifesta em nossas vidas de forma simbólica, como ocorre nos sonhos e na arte. O símbolo principal dessa imagem, por exemplo, é a serpente. Na linguagem psicológica, esse réptil remete a processos inconscientes de mudanças ou de situações inesperadas e assustadoras – geradoras de angústia. Como analisou a psiquiatra brasileira Nise da Silveira (1905-1999), o indivíduo da pintura parece estar conseguindo domar algumas das serpentes que o ameaçavam (elas se dirigem para dentro do cesto), mas ainda há uma que se lança como uma flecha sobre ele.

Freud afirmou, no entanto, que a maior parte de nossas vidas psíquicas é dominada pelo que chamou de **inconsciente**. A outra parte, o **consciente**, seria bastante reduzida e, em grande medida, determinada pela primeira. Assim, o inconsciente não seria a simples negação abstrata da consciência, uma espécie de “nada” (como na metáfora do “quarto vazio”, que usamos antes), e sim uma parte integrante de nossa personalidade, bastante ativa e determinante, na qual “coisas” existem e acontecem sem que as percebamos.

As novidades lançadas por Freud não pararam por aí. Para ele, a **sexualidade** (a chamada

libido) constituiria o elemento fundamental do inconsciente, bem como de toda a dinâmica da vida psíquica. Essa teoria escandalizou a sociedade de seu tempo, principalmente por enfatizar a existência de atividade sexual nas **crianças**, bem como a importância que vivências e traumas sexuais infantis teriam na determinação do comportamento das pessoas durante toda a vida adulta. Para Freud, esses traumas estariam vinculados a uma etapa do desenvolvimento infantil em que as crianças se sentiriam atraídas pelo progenitor de sexo oposto – conceito que ficou conhecido como **complexo de Édipo** (será trabalhado no capítulo 11).

Aparelho psíquico

De acordo com a teoria freudiana, o aparelho psíquico humano estaria estruturado em três instâncias ou esferas: *id*, superego e ego.

O *id* é a instância mais antiga do inconsciente e da psique de um indivíduo. Está presente desde seu nascimento. Nele dominam as **pulsões**, isto é, os impulsos corporais e os desejos inconscientes mais primitivos e instintivos, basicamente relacionados com a libido.

Regido pelo **princípio do prazer**, o *id* empurra o indivíduo a buscar aquilo que lhe traz satisfação e a negar o que lhe traz insatisfação, desconhecendo as demandas da realidade e das normas sociais. Atua de maneira **ilógica e contraditória** (ver definições no próximo capítulo) e tem nos **sonhos** seu principal meio de expressão. Apesar disso, o *id* seria o motor oculto do pensamento e da conduta humana.

O **superego** é outra instância do inconsciente, mas esta se forma no processo de socialização da criança, principalmente a partir da interação com os pais e dos “nãos” que ela recebe, explícita ou implicitamente, durante toda a sua infância: “Isso não pode”, “Isso é feio”, e assim por diante.

Esse conjunto de **regras de conduta** que a criança absorve de seu meio social vai constituindo um núcleo de forças inconscientes (o superego), que reprime os impulsos inaceitáveis do *id*. Portanto, o superego tem o “papel” de censurar e controlar nossos impulsos instintivos. Ele se expressa em nossa **consciência moral** e relaciona-se com nosso **eu ideal** (ou **ego ideal**).

O **ego**, por sua vez, é a instância consciente e pré-consciente (potencialmente consciente) do aparelho psíquico. Ele interage com o mundo externo, ao mesmo tempo em que recebe as pressões das duas esferas inconscientes (o *id* e o superego).

É regido pelo **princípio da realidade**, ligado às condições e exigências do mundo concreto. Assim, o ego precisa lidar não apenas com as dificuldades da vida cotidiana, mas também resolver de maneira realista os conflitos entre seus desejos internos (as necessidades de prazer imediato do *id*) e seu senso moral (o superego).

Freud também observou que, quando não consegue enfrentar diretamente essas demandas conflitantes, o ego costuma empregar diversos **mecanismos de defesa**, pelos quais os conteúdos censurados pelo superego são reprimidos (recalçados), mas acabam expressando-se de forma indireta na vida da pessoa (como em **atos falhos**, sonhos e **projeções**).

De acordo com a teoria freudiana, trazer à consciência esses conteúdos reprimidos e entendê-los ajudaria o indivíduo a lidar com seus medos e inibições e a se adaptar da melhor maneira possível à sua realidade concreta no presente.

■ Jung: inconsciente coletivo

O médico psiquiatra suíço **Carl Gustav Jung** (1875-1961) foi, durante algum tempo, colaborador de Freud e admirador de suas teorias. Mas os dois discordavam sobre diversas questões. Freud opunha-se, por exemplo, ao interesse de Jung pelas religiões, enquanto este discordava da importância que seu colega dava ao impulso sexual e aos traumas ligados à repressão na infância. As divergências levaram a um rompimento entre eles, e Jung desenvolveu sua própria linha de pensamento, conhecida como **psicologia analítica** (definição em quadro adiante).



HULTON ARCHIVE/GETTY IMAGES

Retrato de Carl Gustav Jung, que investigou as relações possíveis entre a psique e as manifestações culturais, integrando à psicologia elementos vindos de diversas áreas, como a antropologia, a arte, a mitologia e a religião.

Para Jung, a vida psíquica envolveria muitos outros elementos, e seria um **reducionismo** interpretar a maioria de seus eventos como manifestações de caráter sexual. Embora a libido seja também importante na teoria junguiana, ela é entendida como uma energia vital mais ampla e neutra, vinculada não apenas ao sexo, no sentido estrito da palavra (cf. SAMUELS e outros, *Dicionário crítico de análise junguiana*, verbete “energia”).

Ato falho – ação de dizer ou fazer algo por engano, sem intenção, mas que seria, na verdade, a expressão de algum pensamento, juízo ou desejo reprimido.

Projeção – ação pela qual um indivíduo projeta em outra pessoa algo que ele não aceita e reprime em si mesmo, de forma inconsciente, mas que lhe pertence, como sentimentos, pensamentos ou desejos.

Reducionismo – tendência a reduzir as explicações sobre fenômenos complexos a seus termos mais simples, tidos como mais fundamentais ou banais; geralmente se refere ao reducionismo materialista-mecanicista (tudo é reduzido à matéria e às leis físico-químicas).

Teoria dos arquétipos

Jung também ampliou o conceito freudiano de inconsciente. Isso se deu a partir da observação, nos sonhos relatados por seus pacientes (e em seus próprios sonhos), da presença de diversas imagens “estranhas”, que não podiam ser associadas a nenhuma de suas experiências individuais, biográficas. Paralelamente, estudando as culturas dos povos antigos da Ásia, da África e da América pré-colombiana – especialmente o simbolismo de suas mitologias –, o psiquiatra percebeu que havia uma série de imagens que se repetiam nas mais variadas expressões culturais do planeta e coincidiavam com as dos sonhos de seus pacientes.



À esquerda, escultura em pedra com representação de Xiuhtlicatl, a serpente de fogo dos astecas (1300-1521) (Museu Nacional de Antropologia, Cidade do México, México). À direita, escultura em mármore representando a serpente Glycon da civilização romana (século II) (Archäologisches Landesmuseum, Constance, Alemanha). Imagens de serpentes estão presentes nas mais diversas culturas, mitologias e épocas, além de serem frequentes nos sonhos de pessoas, mesmo daquelas que nunca tiveram contato com qualquer tipo de cobra.

Jung concluiu que se tratava de imagens **primordiais**. Segundo ele, essas imagens primordiais constituem os pensamentos (e sentimentos) mais antigos, gerais e profundos da humanidade, possuindo vida própria e independente. Teriam, portanto, um caráter **individual** e **universal**.

Primordial – relativo aos primórdios, isto é, às origens, à fase de surgimento ou de criação de algo; mais antigo, primeiro, original.

Formulou, então, a tese de que existe uma linguagem comum a todos os seres humanos de todos os tempos e lugares da Terra. Ela está formada por essas imagens ou conteúdos simbólicos muito primitivos – chamados **arquétipos**, na teoria junguiana –, que refletem algo como a “história evolutiva” de nossa espécie. Vividos de maneira não consciente por todas as pessoas, os arquétipos formam, segundo Jung, o estrato (ou camada) mais profundo da psique humana – o chamado **inconsciente coletivo** (pertencente a toda a humanidade).

O inconsciente coletivo seria, portanto, um conjunto universal de predisposições para perceber, pensar e agir de determinadas maneiras, mas que também sustenta a ação criativa, pois, segundo Jung, constituiria a base sobre a qual se assentam os grandes pensamentos e obras-primas da humanidade.

Principais arquétipos

Jung descreveu uma série de arquétipos. Entre eles estão aquelas imagens que se condensam em torno de experiências tão básicas e universais como o **nascimento**, a **morte**, a **criança**, a **mãe**, o **velho sábio**, o **herói** e **Deus**.



Mural que representa a roda da vida, da tradição mahayana do budismo tibetano (Kopan monastery, Bhaktapur, Nepal, Ásia). Seu conjunto forma um **mandala**. Com uma grande variedade de desenhos, os mandalas são representações figurativas e/ou geométricas organizadas de modo a formar uma imagem concêntrica ou circular (que é o significado da palavra sânscrita mandala). Na simbologia das formas, o círculo pode significar perfeição, unidade e plenitude.

Há outras, porém, que refletem a estrutura da própria psique, como a **persona** (a “máscara” que usamos para enfrentar o mundo e conviver com a comunidade, incorporando suas expectativas), a **sombra** (aquilo que não temos desejo de ser), a **anima** (a imagem de mulher contida na psique de um homem) e o **animus** (a imagem de homem contida na psique de uma mulher).

Mas o arquétipo mais importante na teoria junguiana é o do **self** (o “si mesmo”, como vimos anteriormente). Corresponde à imagem primordial da

totalidade do ser, isto é, a essência de uma pessoa em conexão com uma dimensão maior. Transcendendo a consciência e a dimensão individuais, o **self** conectaria a pessoa à família, à coletividade, ao planeta e ao cosmos. Desse modo, o **self** é o arquétipo da “sabedoria” de um ser ou organismo, no sentido de representar a intencionalidade, o propósito ou o sentido de sua existência. (Se essa ideia ficou muito complicada para você, volte a este trecho depois de estudar o capítulo inteiro, ou depois de ler também o capítulo 6, que fala sobre o universo).

CONEXÕES

2. Observe o desenho do mandala da página anterior. Que elementos simbólicos ou figurativos você consegue encontrar? Quais deles você identificaria como um arquétipo?

Psicologia analítica

A psicologia analítica seria, para Jung, uma evolução da psicanálise, por abranger tanto o método psicanalítico de Freud como a psicologia individual de Adler, além de outras tendências.

Diferenciava-se, porém, da psicanálise – entre outros aspectos – por valorizar a análise e interpretação do presente do indivíduo e sua intencionalidade (ou seja, o futuro para o qual aponta esse presente, suas potencialidades).

Por isso, é considerada por alguns estudiosos como uma visão mais otimista do inconsciente, pois este não estaria tão condicionado pelo passado, como em Freud, e sim mais aberto à criatividade em sua interação com as circunstâncias existenciais de cada indivíduo e sua simbologia.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

5. Além de ter de lidar com as dificuldades do mundo, o ego vive pressionado pelo *id* e pelo superego. Interprete essa afirmação.
6. O que são os mecanismos de defesa, segundo a teoria freudiana? Procure exemplos de sua experiência.
7. O que são os arquétipos e como Jung chegou à conclusão de sua existência?
8. Explique o conceito de inconsciente coletivo.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Autoconhecimento

“Conhece-te a ti mesmo e conhecerás o universo e os deuses” (frase inscrita no Oráculo de Delfos, situado no templo dedicado ao deus Apolo, na Grécia).

Refleta sobre essa frase, relacionado-a com o inconsciente e as teorias de Freud e Jung. Depois, reúna-se com colegas para apresentar-lhes suas considerações, escutar as reflexões deles e debater sobre os diferentes pontos de vista.

CONSCIÊNCIA E CULTURA

As interações com o ambiente

Continuemos nossa investigação sobre a consciência. Primeiramente, adotamos uma perspectiva que se pode dizer mais biológica, o que nos permitiu obter uma concepção geral do termo e seus pressupostos básicos. Depois, enveredamos pela psicologia profunda, para investigar como se relaciona a consciência com outras “áreas” de nosso mundo psíquico, caminho que nos indicou que o ser humano não é só razão, pois há muito de irracionalidade e mistério em nós. Agora vamos estudar nosso tema empregando um ponto de vista mais sociológico ou de uma psicologia social.

► Durkheim: consciência coletiva

Considerado um dos pais da sociologia, Durkheim (foto) procurou entender o que mantém a unidade de uma sociedade, concluindo que as normas, as crenças e os valores comuns têm um papel determinante nesse sentido.



BETTMANN/CORBIS/FOTORENA

Freud chamou nossa atenção para o fato de que muitos dos conteúdos da consciência são absorvidos por nós desde a mais tenra infância e que, mesmo não sendo totalmente conscientizados, acabam moldando nossa consciência moral (a noção de como devemos agir) e nosso eu ideal (a pessoa que queremos ser), por meio do superego.

Isso quer dizer que boa parte dos conteúdos que preenchem a cada instante nossa consciência são informações que nos chegam de fora já “prontas”, podendo ser “processadas” depois no contexto de novas experiências. Trata-se das **normas** e **visões de mundo** que aprendemos da família e do meio social a que pertencemos. Em seu conjunto, podemos dizer que esses elementos culturais constituem outro tipo de consciência, que é **coletiva**, como aponta um contemporâneo de Freud, o sociólogo francês **Émile Durkheim** (1858-1917):

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; poderemos chamá-lo consciência coletiva ou

comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; é, por definição, difusa em toda extensão da sociedade; mas não deixa de ter caracteres específicos que fazem dela uma realidade distinta. Com efeito, é independente das condições particulares em que os indivíduos estão colocados; eles passam, ela permanece. É a mesma no norte e no sul, nas grandes e pequenas cidades, nas diferentes profissões. Da mesma forma, não muda a cada geração, mas, ao contrário, liga umas às outras as gerações sucessivas. Portanto, é completamente diversa das consciências particulares, se bem que se realize somente entre indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, tudo como os tipos individuais, embora de uma outra maneira. (*Da divisão do trabalho social*, p.40.)

Durkheim concebe, portanto, a existência de uma **consciência coletiva** como uma realidade distinta do indivíduo, no sentido de que não é minha nem sua, não é pessoal, não “nasce” de nós individualmente. Ela pertence a um ou outro grupo social ou à sociedade inteira e passa de geração em geração, podendo ser estudada como um fenômeno específico. No entanto, como a consciência coletiva é absorvida por nós e opera também dentro de nossa mente, ela passa a ser nossa consciência também.

CATHERINE LEINER/GETTY IMAGES



A educação, como assinalou Durkheim, constitui parte importante do sistema de transmissão e manutenção da consciência coletiva em uma sociedade, pois nela aprendemos a viver em conformidade com as normas e valores sociais.

Quando dizemos, por exemplo, “Precisamos de cidadãos conscientes”, “Agiu de acordo com sua consciência” ou “Eu não tinha consciência”, estamos falando de uma consciência individual como um saber que envolve não apenas possuir uma informação, mas também “sentir” que essa informação é a mais adequada. E esse sentido de adequação é dado, de modo geral, pela consciência coletiva, que funciona dentro de nós como um **filtro cultural** orientador de nossa percepção: isso é bom, aquilo não é; isso é belo, aquilo é feio; isso pode, aquilo é proibido; isso existe, aquilo é ficção; isso eu vejo, aquilo eu ignoro; e assim por diante.

Em consequência, teríamos dentro de nós dois tipos de consciência, ou, como expressou Durkheim:

Existem em cada uma de nossas consciências [...] duas consciências: uma é comum com o nosso grupo inteiro e, por conseguinte, não somos nós mesmos, mas a sociedade vivendo e agindo dentro de nós. A outra representa, ao contrário, o que temos de pessoal e distinto, o que faz de nós um indivíduo. [...] Existem aí duas forças contrárias, uma centrípeta e outra centrífuga, que não podem crescer ao mesmo tempo. (*Da divisão do trabalho social*, p. 69.)

Isso quer dizer, por exemplo, que, se eu penso demais em meus interesses pessoais (consciência individual, força centrífuga), dando pouco “espaço mental” para os interesses dos outros, posso sofrer depois a pressão moral advinda do grupo ou da sociedade que se vê afetada (consciência coletiva, força centrípeta). Portanto, de acordo com Durkheim, a coesão social dependeria de “certa conformidade” das consciências particulares à consciência coletiva, a qual se expressa principalmente por meio das **normas morais** e das **normas jurídicas** (leis, regulamentos, contratos, acordos etc.).

Como está vinculado a outros conceitos que abordaremos mais adiante, como senso comum (neste capítulo), ideologia e cultura (capítulo 7) e dever (capítulo 18), o tema da consciência coletiva ficará cada vez mais claro para você.

■ Modos de consciência

Tudo o que vimos até aqui nos mostra que a consciência pode ser entendida de distintas maneiras, dependendo de como a abordemos, e também que há diferentes maneiras de estar consciente, pois cada um de nós pode relacionar-se com a realidade em múltiplos modos e sentidos. Um reflexo disso se encontra em nossa produção cultural.

Foi o que apontou o filósofo alemão **Georg W. Friedrich Hegel** (1770-1831). Para ele, haveria três grandes formas de compreensão do mundo: a **religião**, a **arte** e a **filosofia**. A diferença entre elas estaria no modo de consciência que se destaca em cada uma: enquanto a religião apreende o mundo pela fé, a arte o faz pela intuição, e a filosofia, pela razão. Vejamos cada uma.

Consciência religiosa

A consciência religiosa é um modo de perceber e entender a realidade que busca ir além dos limites definidos pela vivência imediata e cotidiana. Desse modo, integra o elemento sobrenatural, a noção de que existe um poder superior inteligente, isto é, a divindade. Trata-se de uma experiência baseada em boa parte na **fé**, na crença inabalável nas **verdades reveladas**, que conduziria a uma percepção do **divino** ou do **transcendental**.

O sentir do “coração” é mais importante na compreensão da realidade. O espaço e o tempo são vividos de uma maneira distinta da comum, em uma procura de conexão com a dimensão do **sagrado** e do **eterno**.

■ **Transcendental** – que vai além da realidade sensível; que está em outra dimensão, em outro mundo, geralmente tido como superior ou fundamental.

■ **Sagrado** – que se relaciona com o divino, ou que se insere em uma dimensão maior, mais ampla que a experiência cotidiana (o profano).

Em qualquer sociedade, a religião define um modo de ser no mundo em que transparece a busca de um sentido para a existência. Nos momentos em que a vida mais parece ameaçada, o apelo religioso se torna mais forte.

As crenças religiosas e as mágicas são, para os que as adotam, formas de conhecimento e teorias da natureza do universo e do homem. As práticas religiosas e mágicas são, portanto, relacionadas frequentemente com a procura de verdades que, segundo se imagina, os homens devem conhecer para seu próprio bem e que estão acima do conhecimento comum ou da dedução puramente racional.

[...] Para aquelas pessoas que têm uma experiência religiosa, toda a natureza é suscetível de revelar-se como sacralidade cósmica. O Cosmo, ou seja, o conjunto do universo, em sua totalidade, pode tornar-se uma hierofania, isto é, uma manifestação do sagrado. (MACEDO, *Imagem do eterno: religiões no Brasil*, p. 15-16.)



Oferenda a Iemanjá, a Rainha do Mar, em praia de Salvador, Bahia. O culto a esse e outros orixás (ou divindades) foi trazido por africanos escravizados a alguns países da América Latina. Cada orixá está relacionado com certos elementos e forças da natureza e determinadas características humanas.

No caso do cristianismo, essa perspectiva religiosa teve de conviver historicamente com o desenvolvimento da razão filosófica e científica e adequar-se a esta em vários momentos. Os longos debates travados entre os defensores da fé e os da razão durante a Idade Média não conseguiram, no entanto, conciliar satisfatoriamente essas duas concepções (conforme estudaremos no capítulo 13).

No período seguinte, a discussão prosseguiu entre os filósofos. Descartes, por exemplo, colocava a ênfase na razão (conforme já estudamos), enquanto o francês Blaise Pascal (1623-1662) fazia o contraponto ao afirmar que “o coração tem razões que a razão desconhece” (*Pensamentos*, p. 107). Em outras palavras, existem outras possibilidades de conhecer das quais a consciência racional não participa.

Consciência intuitiva

A intuição é uma forma de tomar consciência que pode ser descrita como uma percepção que se traduz em um **saber imediato**, ou seja, que não passa por mediações racionais. Ocorre como um *insight* (termo inglês que designa a compreensão repentina de um problema ou situação). Desse modo, a intuição distingue-se do conhecimento formal, refletido, que se constrói por meio de argumentos. Seu melhor campo de expressão são as atividades artísticas e literárias.



Jovem realiza o retrato de um modelo em oficina de arte. De maneira intuitiva, isto é, pela visão direta e sem a necessidade de raciocínio, o artista percebe as dimensões e proporções do rosto masculino à sua frente e procura reproduzi-las no papel.

É possível falar em dois tipos de intuição: a sensível e a intelectual. O filósofo grego Aristóteles (384-322 a.C.) referia-se à **intuição intelectual** como o conhecimento imediato de algo universalmente válido que, posteriormente, seria demonstrado por meio de argumentos. De fato, a história da ciência relata que muitas das grandes descobertas científicas deram-se primeiro como intuições e só depois foram comprovadas experimentalmente e fundamentadas em uma teoria.

A **intuição sensível**, por sua vez, seria um conhecimento imediato restrito ao contexto das experiências individuais, subjetivas. Ou seja, são aquelas “leituras de mundo” guiadas pelo conjunto de experiências de cada indivíduo e que, dessa forma, só podem ser “decifradas” a partir de suas vivências particulares. Por exemplo: você nunca teve alguma sensação estranha ou suspeita sobre algo, sem saber bem por que, e depois descobriu que sua impressão estava correta? Muitas vezes basta apenas um pequeno sinal, um olhar, um gesto, palavras soltas, que se juntam automaticamente com nossa vivência passada e surge a intuição.

Consciência racional

A consciência racional é o modo de perceber e entender a realidade baseado em certos princí-

pios estabelecidos pela **razão**, como o de **causa e efeito** (em que todo efeito deve ter a sua causa) e o de **não contradição** (em que um argumento não pode ser verdadeiro e falso ao mesmo tempo), entre outros. Por exemplo: quando penso “se bater neste objeto, ele se moverá” ou “se ela viu isso, não é cega”, estou fazendo uso desse tipo de consciência.

A consciência racional pretende alcançar uma adequação entre pensamento e realidade, isto é, entre uma explicação e aquilo que se pretende explicar. Para chegar a esse objetivo, desenvolve um trabalho de abstração e análise. **Abstrair** significa separar, isolar as partes essenciais. **Analisar** significa decompor o todo em suas partes. A finalidade desse procedimento seria compreender o que define e caracteriza fundamentalmente o objeto em estudo ou alcançar a “essência” de determinado fenômeno.

Como dissemos anteriormente, este é o modo de consciência próprio da **filosofia** (pelo menos da tradição filosófica ocidental), compartilhado também pela **ciência**. Esses dois campos do saber racional mantiveram-se ligados por muitos séculos, mas, a partir da revolução científica, no século XVII, foram desmembrados e hoje guardam características próprias (veremos adiante, neste capítulo, um pouco mais sobre essa separação).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

9. Discorra sobre esta concepção de Durkheim: “a sociedade vivendo e agindo dentro de nós”.
10. Identifique que modo de consciência (religiosa, intuitiva, racional) expressa predominantemente cada frase a seguir. Justifique.
 - a) Os antibióticos combatem as infecções porque evitam a reprodução de determinados micro-organismos que provocam doenças.
 - b) Algo me diz que ele está mentindo.
 - c) Foi Deus que me salvou da desgraça.

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Consciência e ser social

Forme um grupo para discutir a seguinte questão: a existência social condiciona nossa consciência ou nossa consciência constrói a existência social? Justifique.

4. Indivíduo e sociedade

Reúna-se com colegas e pesquise sobre situações (históricas ou pessoais) em que:

- a) a prevalência da consciência individual possa significar (ou significou) uma ameaça à coletividade;
- b) a prevalência da consciência coletiva possa implicar (ou implicou) a impossibilidade de busca da felicidade por um indivíduo ou minoria.

CONSCIÊNCIA E FILOSOFIA

Do senso comum à sabedoria

Com as distinções que já temos sobre o tema da consciência (biológica, psicológica e sociológica), podemos passar agora a investigar o que caracteriza mais especificamente a **consciência filosófica**.

Vimos que o ato de filosofar implica o estranhamento, a dúvida e o questionamento por meio do diálogo. Isso significa que o filosofar é uma maneira de observar e de relacionar-se com o mundo que está fundada, em boa parte, no modo de consciência racional (conceito que acabamos de estudar), mas também, de forma mais específica, naquilo que chamamos de **senso crítico** ou **consciência crítica**.

Crítico quer dizer que julga e avalia uma ideia com cuidado e profundidade, buscando suas origens, sua coerência, seu âmbito de validade, seus limites, entre outros detalhes. A consciência filosófica é, portanto, uma consciência crítica por excelência, pois trata de não deixar nada fora de seu exame, nem mesmo a própria consciência.

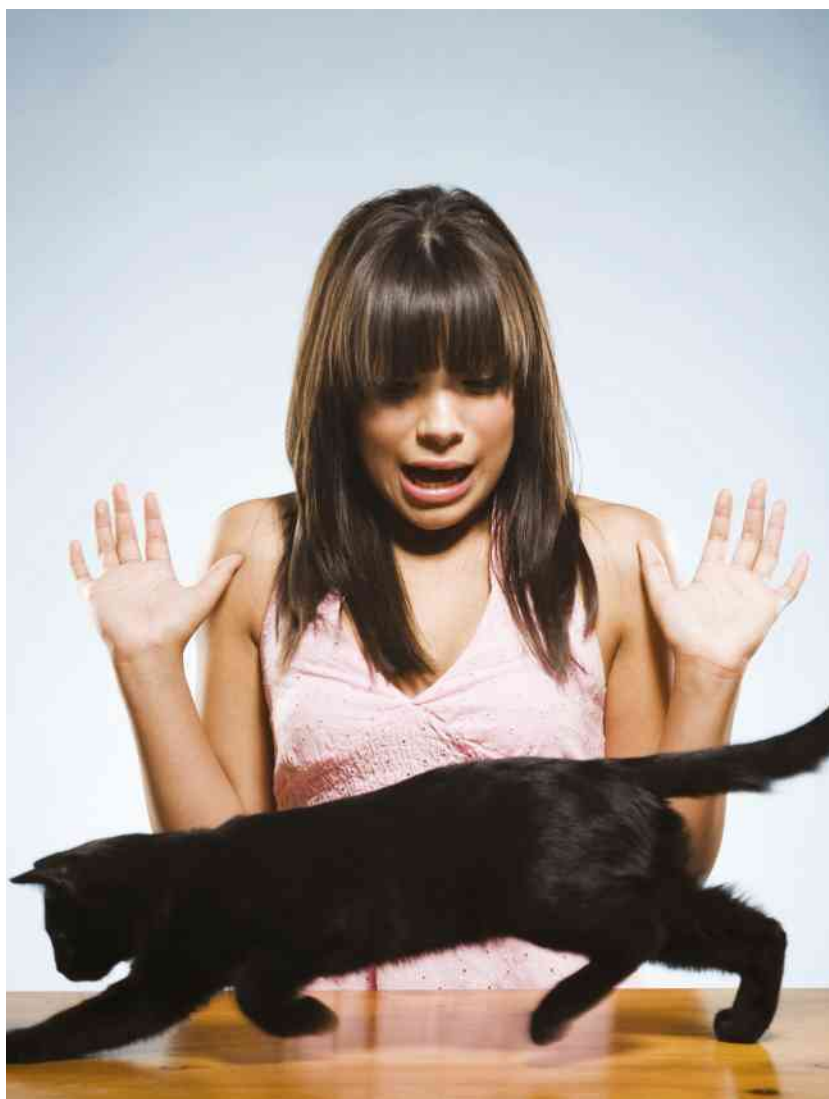
Investigando o senso comum

Para desenvolver o senso crítico, devemos começar por identificar as **noções do senso comum** em nossas vidas, como fazia Sócrates. Vejamos de que se trata.

Em nossa conversa diária com as pessoas é comum surgir uma série de explicações ou **opiniões** sobre os mais variados assuntos. Várias dessas ideias muitas vezes conseguem um **consenso**, isto é, obtêm a concordância da maioria do grupo ou da comunidade. Algumas delas acabam sendo transmitidas de boca em boca para outros grupos ou de geração em geração. Outras, divulgadas em jornais, revistas, rádio, televisão e internet, podem se tornar concepções amplamente aceitas por diversos segmentos da sociedade, sendo por isso consideradas “naturais”, “necessárias”, “verdades absolutas”.

Esse vasto conjunto de concepções, geralmente aceitas como verdadeiras em determinado meio social, recebe o nome de **senso comum**. O filósofo belga Chaim Perelman (1912-1984) definiu o senso comum como uma série de crenças admitidas por determinado grupo social que acredita que elas são compartilhadas por toda a humanidade.

Muita gente se assusta quando vê gato preto, porque acha que dá azar. Diversas superstições – crenças geralmente baseadas em uma visão sobrenatural das coisas – costumam fazer parte do senso comum da maioria das sociedades. Você tem alguma crença desse tipo? Qual? Sabe explicar por que a tem?



RUBBERBALL/MARK ANDERSEN/GETTY IMAGES

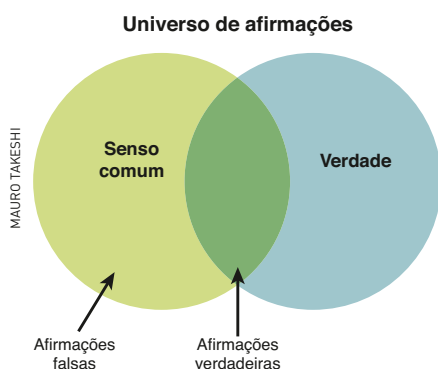
O senso comum reflete o entendimento médio, comum das pessoas. São usualmente generalizações, cuja origem ou fundamentação inicial já se perdeu. Muitas dessas concepções podem ser encontradas em **frases feitas** ou em **ditados populares**, como “Amigos, amigos, negócios à parte”, “Deus ajuda quem cedo madruga”, “Querer é poder”, “Filho de peixe, peixinho é”.

Repetidas irrefletidamente no cotidiano, algumas noções do senso comum manifestam **ideias falsas, preconceituosas** ou **parciais** da realidade. Outras, no entanto, revelam profunda reflexão sobre a vida – o que chamamos **sabedoria popular**. Mas há também aquelas que reproduzem determinadas conclusões científicas popularizadas, como “Vitamina C é boa contra resfriado”.

O que se verifica nas noções do senso comum é que, frequentemente, os modos de consciência encontram-se emaranhados, formando uma aglutinação **acrítica** (sem exame crítico) de juízos ou concepções, provenientes tanto da intuição como do campo racional ou religioso.

Assim, o que caracteriza basicamente as convicções pertencentes ao senso comum não é sua falta de **veracidade** (capacidade de expressar a verdade ou não), mas sim sua falta de **fundamentação**, ou seja, o fato de que as pessoas não costumam saber o porquê dessas noções. Simplesmente as repetem irrefletida e automaticamente, pois é assim que pensa o grupo social ao qual pertencem. Era o que Sócrates tentava mostrar.

Isso significa que, após realizar um exame crítico das noções de senso comum, podemos encontrar bons fundamentos (explicações) para certas opiniões, mas para outras, não. Em consequência, as primeiras poderiam ser consideradas afirmações verdadeiras, e as segundas, falsas. Veja uma representação gráfica dessa explicação.



CONEXÕES

3. Interprete o gráfico anterior.

Desenvolvendo a consciência crítica

Ter em conta os limites do senso comum e procurar desenvolver uma consciência mais crítica nos ajuda a não cair na armadilha das **opiniões** e das **aparências**. Veja o seguinte exemplo do Sol:

- **aparência** – de forma intuitiva, parece não haver nenhum problema com a noção de que o Sol nasce a leste, cruza o céu diurno e se põe a oeste. Todos podem comprovar esse fenômeno, que é uma experiência diária, permanente e universal;
- **conhecimento científico** – só que os astrônomos sabem – e a gente aprende desde cedo na escola – que isso é aparente: o que de fato ocorre é que a Terra gira em torno de seu eixo no movimento de rotação, de oeste a leste, dando a impressão de que é o Sol que se move de leste a oeste.

Assim, essa noção do senso comum está errada (é falsa), e nós devemos ativar nossa consciência crítica a fim de não cair na tentação de defender ideias “tão óbvias” como essa sem buscar uma boa fundamentação para elas.

Ocorre, no entanto, que a consciência crítica tende a ser, como dissemos, crítica de si mesma, tendo a capacidade de produzir uma **reviravolta**: ela percebe que é possível relativizar a importância dada à visão astronômica do fenômeno (consciência racional) e resgatar o valor da vivência direta (consciência intuitiva). Veja que, apesar de a explicação astronômica (a **teoria**) ser incontestável, na prática (que se diz **práxis** no jargão filosófico) o que nós percebemos e vivemos diariamente de forma intuitiva é o Sol movimentando-se de leste para oeste, e é isso o que importa conhecer em nossas vidas cotidianas, de modo geral. Por exemplo, para buscar a melhor insolação e decidir o posicionamento de uma casa, é mais útil saber o lado onde o Sol “nasce” do que o lado para o qual a Terra gira, embora uma coisa explique a outra.

Isso quer dizer que, de outra perspectiva, o senso comum está correto. Há noções do senso comum que, do ponto de vista da práxis, podem ser tão proveitosas quanto as do meio científico, dependendo do contexto em que se aplicam.

Consciência de si e do outro

Vimos, nesse exemplo, como a consciência, ao ser crítica, é capaz de perceber o mundo externo e realizar um diálogo interno, em um pingue-pongue ou vaivém dialético entre esses processos mentais e diferentes modos de consciência.



Eco e Narciso
(1903) – John William Waterhouse. Na mitologia grega, Eco era uma ninfa das montanhas. Ela se apaixonou por Narciso, um jovem muito belo, e só tinha olhos para ele. Mas Narciso se enamorou perdidamente de sua própria imagem refletida na superfície de uma fonte, consumindo-se nesse amor até a morte.

Isso nos indica que o desenvolvimento da consciência crítica também depende do crescimento harmonioso de duas operações básicas de nossa consciência: a **atenção** para o mundo e a **reflexão** sobre si. Se apenas uma delas progride, há uma deformação, um abalo no processo de conscientização e de conhecimento.

Como filosofou o escritor alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), o ser humano só conhece o mundo dentro de si se toma consciência de si mesmo dentro do mundo. Trata-se de um processo dialético, que vai do **eu ao mundo** e do **mundo ao eu**, da **identidade** (consciência de si) à **alteridade** (consciência do outro) e vice-versa.

► Buscando a sabedoria

A consciência filosófica implica, portanto, não apenas o processo de estranhar-duvidar-questionar, mas também a prática de estabelecer **correlações** entre as coisas, as informações, os fatos, os indivíduos envolvidos e você mesmo/mesma dentro desse contexto. E ser capaz de explicitar tudo isso verbalmente, pois

[...] ao objetivar meu próprio ser por meio da linguagem meu próprio ser torna-se maciça e continuamente acessível a mim, ao mesmo tempo que se torna assim alcançável pelo outro. (BERGER E LUCKMANN, *A construção social da realidade*, p.58.)

Isso significa que a filosofia não tem apenas a importantíssima **função crítica** (analítica). Ela realiza também uma **função construtiva** (sintética), pois trata de considerar e relacionar todos os elementos de uma totalidade, tentando organizar uma visão de mundo verdadeira ou, pelo menos, mais próxima da **verdade**. Assim, sintetizando o que estudamos nos quatro primeiros capítulos desta unidade, podemos dizer que a filosofia:

[...] é uma prática discursiva (ela procede “por discursos e raciocínios”) que tem a vida por objeto, a razão por meio e a felicidade por fim. Trata-se de pensar melhor para viver melhor. (COMTE-SPONVILLE, *A felicidade, desesperadamente*, p.8-9; destaques nossos.)

Observe que você domina todos os conceitos contidos nessa definição. E já começou a trabalhar no desenvolvimento de suas habilidades críticas e a filosofar, em um processo que almeja fundamentalmente a **sabedoria** (reveja o capítulo 1, sobre esse tema).

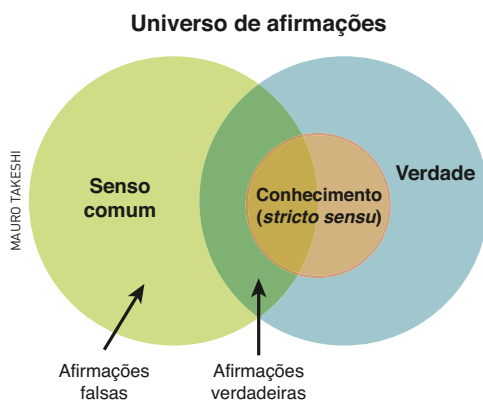
Conhecimento e sabedoria

Por que dizemos sabedoria e não conhecimento? **Conhecimento** é uma palavra que tem vários significados, mas podemos sintetizá-los em dois:

- em um sentido amplo e geral (que se diz, em filosofia, *lato sensu*), conhecimento é a **percepção ou consciência que se tem de algo**. Por exemplo: o conhecimento de quem é fulano, o conhecimento do que disse beltrano, o conhecimento de como se chega a tal lugar etc. Trata-se da simples consciência que se tem de algo, fruto de uma experiência direta ou de uma informação recebida, que pode ou não estar equivocada;
- já em um sentido mais específico e restrito (que se diz, em filosofia, *stricto sensu*), conhecimento significa **consciência do que algo realmente é** (ou seja, da **verdade**), por oposição ao conhecimento ilusório ou enganoso. Trata-se do que se sabe solidamente, de maneira fundamentada, como é o saber dos especialistas (pelo menos em princípio). É a *episteme* dos gregos. As diversas áreas da ciência buscam esse tipo de saber (aliás, o termo **ciência**, em sua raiz etimológica latina, significa “conhecimento”). Veja mais adiante uma representação gráfica dessa explicação.

Os filósofos também buscam o conhecimento *stricto sensu*. Aliás, foram eles que começaram a sistematizar essa busca há mais de 24 séculos, quando não havia separação entre filosofia e ciência. Foram eles que iniciaram esse processo de tentar explicar os fenômenos naturais e humanos sem o auxílio dos deuses e mitos, apoiando-se progressivamente na razão.

Mas os filósofos procuravam igualmente um tipo de saber superior, uma espécie de “conhecimento por detrás do conhecimento”, bem como um “conhecimento que vai além do conhecimento”, que permite estar lúcido em meio ao turbilhão da existência. É a esse conhecimento integrador – que conduz à vida boa – que damos o nome de **sabedoria**.



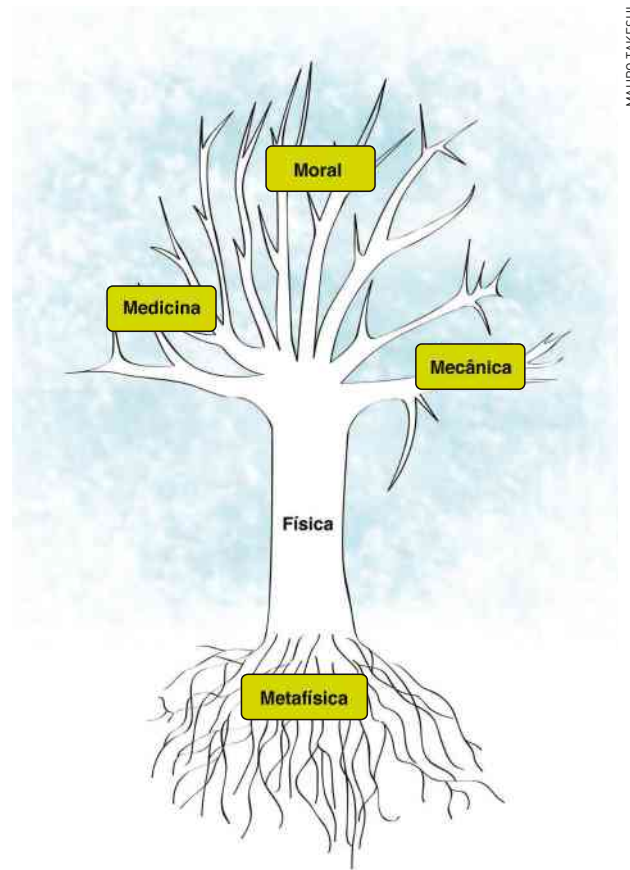
CONEXÕES

- Este gráfico é semelhante ao da página 83, com uma alteração. Interprete-o.

Ciência e filosofia

Vemos então que, embora hoje em dia a filosofia e a ciência sejam entendidas como duas áreas de estudo muito distintas e separadas, nem sempre foi assim. Desde a Grécia antiga, o saber filosófico reunia o conjunto dos conhecimentos racionais desenvolvidos pelo ser humano: matemática, astronomia, física, biologia, lógica, ética, política etc. Não havia separação entre filosofia e ciência. Elas estavam fusionadas, eram a mesma coisa. Até mesmo a investigação sobre Deus (a teologia) fazia parte das especulações dos filósofos.

Essa visão integradora perdurou até o fim da Idade Média. A partir da Idade Moderna, com o desenvolvimento do método científico, aplicado primeiro pela física, a realidade a ser conhecida passou a ser progressivamente dividida, recortada, atomizada em setores independentes. Desse modo, surgiram as diversas áreas de investiga-



Uma expressão da visão integradora do conhecimento, que ainda persistia em boa medida na Idade Moderna, é a metáfora da **árvore do saber**, proposta por Descartes no século XVII. No prefácio de sua obra *Princípios de filosofia*, ele explica que toda a filosofia é como uma árvore, cujas raízes são a metafísica, o tronco é a física e os ramos que saem desse tronco constituem todas as outras ciências, que se reduzem a três principais: a medicina, a mecânica e a moral. Observe que a teologia (ou religião) já não fazia parte de seu projeto científico-filosófico.

ção científica que conhecemos hoje, como a matemática, a física, a química, a biologia, a geografia, a antropologia, a psicologia, a sociologia, entre outras. Acabava, assim, a antiga unidade do conhecimento.

Observação

Tenha em conta que a filosofia ocidental não é a única forma de pensar reflexivo sobre a realidade, embora alguns estudiosos reivindiquem que o termo **filosofia** deve ser aplicado apenas à produção filosófica do Ocidente. Diversas culturas da Ásia e do Oriente Médio também desenvolveram pensamentos ricos e abrangentes sobre os diversos aspectos do universo e da existência – e até mesmo crítico, conforme assinalam alguns estudiosos –, podendo perfeitamente ser denominados “filosofias”.

Mas esse processo de especialização não parou aí, pois cada uma dessas grandes áreas científicas também se subdividiu em outras mais específicas, sobretudo a partir do século XX. Por isso se diz hoje que vivemos a “era dos especialistas”.

No contexto dessa separação, a filosofia não abandonou seus vínculos com o campo hoje denominado científico, mas passou a relacionar-se com ele de outro modo. Ela realiza atualmente – notadamente o setor da filosofia da ciência – o trabalho de reflexão sobre os conhecimentos alcançados pelas diversas áreas científicas, questionando a validade

de seus métodos, critérios e resultados. Nesse sentido, ela fornece uma importante contribuição para os estudos epistemológicos de cada ciência.

Ao mesmo tempo, por sua abordagem abrangente, a filosofia ainda representa, em certo sentido, a possibilidade de integração de todos esses saberes. Você poderá ter uma boa ideia da abrangência dos estudos filosóficos consultando o esquema e o quadro sinótico deste final de capítulo. Desse modo, poderá ir familiarizando-se com sua terminologia e ambientando-se com seus temas e organização. Bom trabalho!

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

11. Que tipo(s) de consciência(s) se destaca(m) na filosofia e no filosofar? Justifique.
12. Algumas noções do senso comum escondem ideias falsas, parciais ou preconceituosas, enquanto outras revelam profunda reflexão sobre a vida. Como você explica essa contradição?
13. Identifique, entre as afirmações a seguir, aquelas que podem ser consideradas noções do senso comum e as que constituem meras opiniões ou crenças pessoais. Justifique.
 - I. Toda criança deve receber educação escolar.
 - II. Os dias de chuva são belos.
 - III. O cão é o melhor amigo do ser humano.
 - IV. Quanto maior a velocidade, maior o risco de acidente.
 - V. Os sorvetes de morango são os mais gostosos.
 - VI. Domingo é dia santo.
14. De que depende o desenvolvimento da consciência crítica?
15. Destaque as semelhanças e as diferenças entre o saber da ciência e o saber da filosofia.

CONVERSA FILOSÓFICA

5. Crescimento contínuo

Nunca se proteja o filosofar quando se é jovem, nem canse o fazê-lo quando se é velho, pois que ninguém é jamais pouco maduro nem demasiado maduro para conquistar a saúde da alma. E quem diz que a hora de filosofar ainda não chegou ou já passou assemelha-se ao que diz que ainda não chegou ou já passou a hora de ser feliz. (EPICURO, *Antologia de textos*, p.13.)

Medite sobre essa recomendação de Epicuro. Segundo ele, quando deve ser praticada a reflexão filosófica e que papel ela pode ter na vida de uma pessoa? Ele acredita que a filosofia traz um crescimento contínuo da consciência? Depois, reúna-se com seus colegas e debata com eles sobre o tema.

6. Filosofia e sociedade

Essa nova empreitada [da filosofia] tem dois eixos importantes: a rua e a vida. A filosofia que se requer hoje é a que se propõe ocupar as ruas, voltar à praça, aos espaços públicos de congregação dos cidadãos. A filosofia deve deixar de ser um reduto de poucos iniciados que falam uma linguagem que os demais não são capazes de entender e muito menos de seguir. A filosofia precisa recuperar a rua que perdeu há muito tempo. Ela nasceu na rua e a ela tem que retornar. Deve estar nas marchas, nas manifestações. Deve ser parte dos grandes carnavais. (ECHEVERRÍA, *Por la senda del pensar ontológico*, p. 9. Tradução dos autores.)

Debata com colegas a proposta contida nessa citação. Tenha em conta a seguinte questão: “Como o filosofar pode contribuir para a coletividade?”.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UFMG) Leia este trecho:

“Eu quero dizer que o mal [...] não tem profundidade, e que por esta mesma razão é tão terrivelmente difícil pensarmos sobre ele [...] O mal é um fenômeno superficial [...] Nós resistimos ao mal em não nos deixando ser levados pela superfície das coisas, em parando e começando a pensar, ou seja, em alcançando uma outra dimensão que não o horizonte de cada dia. Em outras palavras, quanto mais superficial alguém for, mais provável será que ele ceda ao mal.” (ARENDR, H. Carta a Grafton, apud ASSY, B. Eichmann, Banalidade do Mal e Pensamento em Hannah Arendt. In: JARDIM, E.; BIGNOTTO, N. (org.). *Hannah Arendt, diálogos, reflexões, memórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p. 145.)

A partir da leitura desse trecho, **redija** um texto, **argumentando a favor de** ou **contra** esta afirmativa: “Para se prevenir o mal, é preciso reflexão”.

Sessão cinema

Freud – Além da alma (1962, EUA, direção de John Huston)

Filme sobre o pai da psicanálise, Sigmund Freud, que abarca um período que vai do final de seus estudos na universidade até a formulação da teoria sobre a sexualidade infantil, inter-relacionando vida pessoal e descobertas.

Jornada da alma (2003, França, direção de Roberto Faenza)

Jovem russa com diagnóstico de histeria recebe tratamento em um hospital psiquiátrico de Zurique, na Suíça, tendo por médico o jovem Carl Gustav Jung. Este aplica pela primeira vez o método da associação livre de palavras, obtendo bons resultados.

O bicho de sete cabeças (2001, Brasil, direção de Laís Bodanzky)

Neto é enviado a um manicômio por seu pai, com quem mantém um relacionamento bastante conflituoso. No manicômio, passa por situações cruéis e desumanas. Uma reflexão instigante sobre as fronteiras da sanidade e da loucura.

Sociedade dos poetas mortos (1989, EUA, direção de Peter Weir)

Professor de literatura chega a uma escola tradicional estado-unidense com método inovador, entrando em conflito com a orientação ortodoxa da instituição. Provocador e criativo, incentiva os alunos a sair da passividade e a refletir sobre o que querem para suas vidas.

Uma mente brilhante (2001, EUA, direção de Ron Howard)

Gênio da matemática passa a ter alucinações, precisando usar da força de sua mente brilhante e lógica para distinguir entre a realidade e a fantasia. Filme baseado na vida de John Forbes Nash, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1994.

Grandes áreas do filosofar

EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA DA CIÊNCIA

- O termo grego *episteme* designa o conhecimento teórico fundamentado e elaborado com rigor. Opõe-se à *doxa*, o conhecimento comum, obtido sem reflexão uma mera opinião.
- Em sentido estrito, o termo epistemologia designa a disciplina filosófica que estuda a natureza do **conhecimento** obtido nas diversas **ciências**. Identifica e avalia os métodos e o modo de operar de cada uma. Busca distinguir a ciência autêntica da pseudociência. Muitas vezes, a epistemologia é identificada com a **filosofia da ciência**, embora esta constitua um campo de investigação mais vasto.
- Em sentido amplo, o termo epistemologia equivale a **teoria do conhecimento** ou **gnosilogia** (do grego *gnosis*, “ação de conhecer”), a área de estudo filosófico sobre o processo de conhecer em geral.

Questões principais

O que é a verdade? O que é o conhecimento? O que é conhecimento científico? Como se conhece? O que pode ser conhecido? Como saber se um conhecimento é verdadeiro? Existem ideias inatas?

Onde encontrar

Mais especificamente nos **capítulos 10** (O conhecimento) e **20** (A ciência), embora suas questões sejam abordadas em vários outros.

ESTÉTICA

- O termo grego *aisthesis* significa “percepção pelos sentidos, sensação”. Dele se formou a palavra *aisthetikos*: “que se percebe pelos sentidos”.
- Disciplina filosófica que estuda a percepção pelos **sentidos**, especialmente da percepção do **belo** e suas formas de representação. Investiga sobretudo as manifestações da arte, os sentimentos que ela expressa e desperta, constituindo também uma **filosofia da arte**.

Questões principais

O que é o belo? O que é uma obra de arte? Existem princípios universais da beleza? A beleza é algo material ou espiritual? Existe diferença entre o belo artístico e o belo natural? O que é o gosto? Gosto se discute?

Onde encontrar

Especificamente no **capítulo 21** (A estética).

ÉTICA OU FILOSOFIA MORAL

- A palavra grega *ethos* significa “modo de ser, caráter”, mas também “hábito, costume”. Supõe-se que, da junção dessas semânticas, originaram-se os termos grego *ethikos*, “relativo ao modo de ser habitual, aos costumes”, e latino *ethica*, “doutrina dos costumes”.
- Disciplina filosófica que investiga os diversos **sistemas morais** elaborados pelas sociedades humanas, isto é, as normas, interdições (proibições) e valores que orientam a conduta e os costumes dentro de uma comunidade ou cultura.
- Entre seus objetivos principais está o de compreender e explicitar os pressupostos que fundamentam essas normas e valores, ou seja, as visões de mundo e as concepções sobre o ser humano e sua existência que sustentam as normas e valores.

Questões principais

O que é o dever? Como surgem e em que se fundamentam os deveres? Como devemos agir e viver para ser felizes? Existe a liberdade humana? O que é a virtude? E o bem? E o mal? A guerra é um bem ou um mal? Os animais também têm direitos? E o planeta?

Onde encontrar

Mais especificamente no **capítulo 18** (A ética), embora suas questões sejam abordadas em vários outros, com destaque para o **capítulo 1** (A felicidade).

A problematização da realidade feita pelos filósofos costuma se dar, de modo geral, a partir dos seguintes pontos de vistas: **metafísico** ou **ontológico**, **epistemológico**, **lógico**, **ético**, **político**, **estético** e **linguístico**. Cada um deles constituiu um ramo distinto de estudo filosófico – **uma grande área do filosofar**.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

- Campo de reflexão filosófica sobre a **linguagem** que se ocupa principalmente das relações desta com o pensamento, com o conhecimento da verdade e com o mundo. Também desenvolve reflexões sobre suas origens, transformações e funções. Sua preocupação não é a mesma da linguística, pois mantém certos vínculos com outras áreas filosóficas, principalmente com a metafísica, a lógica e a epistemologia.

Questões principais

O que é significado? E signo? O que é uma palavra? Qual é a função da linguagem? Qual é a origem das línguas? Como a linguagem se relaciona com o mundo? Qual é a relação entre as palavras e as coisas?

Onde encontrar

Especificamente no **capítulo 8** (A linguagem).

FILOSOFIA POLÍTICA

- A palavra grega *polis* quer dizer “cidade” (a cidade-Estado da Grécia antiga). Dela se formou o termo *politike*, “ciência (ou arte) da cidade”, isto é, de sua organização e governo, das coisas de interesse do conjunto dos cidadãos.
- Campo de reflexão filosófica sobre as questões **políticas** e as relações humanas em seu sentido coletivo. Estuda os princípios e mecanismos que fundamentam e explicam a ordem social existente, bem como a melhor maneira de organizar a vida social, suas instituições e suas práticas.

Questões principais

Como surgiu a sociedade? O que é o Estado? É possível uma sociedade sem Estado? O que é justiça? E lei? E igualdade? Por que existem ricos e pobres? Há relação entre ética e política? Por que a guerra? É possível a paz?

Onde encontrar

Especificamente no **capítulo 19** (A política), embora suas questões sejam abordadas em vários outros.

LÓGICA

- A palavra grega *logos* significa originalmente “verbo, palavra”. No âmbito filosófico, passou a ser identificada com as ideias de razão, pensamento ou discurso racional e raciocínio. Desta última acepção derivou o termo grego *logike*, “ciência do raciocínio”.
- Disciplina filosófica que estuda os **raciocínios** ou **argumentos** com o objetivo de conhecer os princípios e as regras gerais de sua **validade e correção**.

Questões principais

O que é consequência lógica? O que é um argumento válido? Quando um argumento é verdadeiro? Quando um argumento parece correto, mas não é (as denominadas falácias)?

Onde encontrar

Especificamente no **capítulo 5** (O argumento).

METAFÍSICA

- Composta dos termos gregos *metá*, “atrás, depois, além”, e *physiká*, “coisas naturais, natureza”, a palavra metafísica significa “o que vem depois ou além do físico”.
- Disciplina filosófica definida tradicionalmente como o **estudo do ser** (tudo o que é) **enquanto ser**, ou seja, o que algo é em si, suas propriedades, causas e princípios primeiros. Trata-se da busca da realidade fundamental das coisas, isto é, de sua essência. É a área mais abstrata da filosofia, aquela que mais se desprende da experiência (conforme expressou o filósofo alemão Immanuel Kant).

Questões principais

Qual é a origem de tudo? O que é a realidade? Qual é o ser das coisas? Tudo é matéria ou espírito? O que é o tempo? E o ser humano? E a vida? Qual é natureza de Deus?

Onde encontrar

Especificamente no **capítulo 6** (O mundo), embora diversas teorias metafísicas relevantes sejam tratadas também na **unidade 3** (A filosofia na história).

História da filosofia

Com mais de 2,5 mil anos de existência, a **filosofia ocidental** também possui uma **história**. Ela costuma estar dividida e organizada em quatro grandes épocas, seguindo mais ou menos a periodização tradicional da história do mundo ocidental. Veja.

FILOSOFIA ANTIGA

Desde o surgimento da filosofia na Grécia (c. VII a.C.).

- **Pré-socráticos**
Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Pitágoras, Parmênides, Zenão de Eleia, entre outros
- **Filosofia clássica**
Destaque para Sócrates, Platão e Aristóteles
- **Filosofia helenística**
Epicuro, Zenão de Cício e Pirro, entre outros
- **Filosofia greco-romana**
Sêneca, Cícero, Plotino e Plutarco, entre outros

FILOSOFIA MEDIEVAL

Desde a queda do Império romano (século V) e a expansão do cristianismo

- **Patrística**
Destaque para (Santo) Agostinho
- **Escolástica**
Destaque para (São) Tomás de Aquino
- **Filósofos europeus não restritos à tradição cristã**
Roger Bacon e Guilherme de Ockham, entre outros
- **Filósofos não europeus e não cristãos**
Avicena, Averróis e Maimônides, entre outros

FILOSOFIA MODERNA

Desde o Renascimento (século XV)

- **Filosofia renascentista**
Maquiavel, Montaigne, Giordano Bruno, entre outros
- **Racionalismo e empirismo**
Francis Bacon, Descartes, Pascal, Hobbes, Espinosa, Leibniz, entre outros
- **Iluminismo**
Locke, Berkeley, Hume, Kant, Rousseau, Voltaire, entre outros

FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

De meados do século XIX em diante

- **Idealismo alemão**
Destaque para Hegel
- **Materialismo dialético**
Marx e Engels
- **Positivismo**
Destaque para Comte
- **Utilitarismo**
Destaque para Bentham e Stuart Mill
- **Filosofia analítica**
Frege, Russell e Wittgenstein, entre outros
- **Fenomenologia e existencialismo**
Husserl, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty e Beauvoir, entre outros
- **Escola de Frankfurt**
Horkheimer, Adorno e Benjamin, entre outros
- **Estruturalismo e filosofia pós-moderna**
Lévi-Strauss, Foucault, Derrida, Lyotard, Baudrillard, entre outros

Capítulo 5

NATIONAL GALLERY OF VICTORIA, MELBOURNE, AUSTRÁLIA



■ O que permite a interpretação abaixo? O que ocorre em um debate de ideias?

Dois anciãos discutindo (1628) – Rembrandt van Rijn, óleo sobre painel. De acordo com a interpretação mais aceita, o quadro representa os apóstolos Paulo e Pedro, envolvidos em um debate sobre algum tema bíblico.

O argumento

Você já deve ter entendido a importância de saber raciocinar e argumentar de forma ordenada, encadeando as ideias de maneira lógica para chegar a conclusões válidas e justificadas. Isso é fundamental na prática filosófica.

Mas o que é um “encadeamento lógico”? Como se faz isso? Existem formas “mais corretas” de raciocinar ou argumentar? Ou regras que nos ajudem a evitar certos erros de raciocínio?

Vejamos o que podemos descobrir a esse respeito neste capítulo introdutório à disciplina filosófica que estuda este tema: a lógica.

Questões filosóficas

- O que é um raciocínio ou argumento?
- O que é a consequência lógica?
- O que é um argumento válido?
- Que método de argumentação é melhor?

Conceitos-chave

lógica, raciocínio, argumento, consequência lógica, inferência, premissa, conclusão, termo, proposição, extensão, compreensão, forma, conteúdo, validade, verdade, universal, particular, singular, silogismo, falácia

SITUAÇÃO FILOSÓFICA

Em uma delegacia de polícia

- Alguma novidade, Fagundes? – pergunta a delegada ao ver o investigador entrar correndo em sua sala.
- Sim, as câmeras de segurança do jornal registraram que o rapaz entrou no prédio por volta do meio-dia. E sabemos que seu corpo sem vida foi encontrado pouco antes das duas da tarde – relata o investigador.
- Portanto, o assassinato do jornalista ocorreu em algum momento nesse intervalo, entre as doze e as catorze horas – conclui a delegada. – E todos os suspeitos estavam no jornal nesse intervalo?
- Sim, exceto Lana, que saiu pouco depois das onze. Podemos descartá-la?
- Lógico que sim – responde a delegada, embora continue cismada que Lana tem algo que ver com o crime de seu colega jornalista. – Mais alguma informação?
- Mais nada. Mas prepare-se para a chuva de amanhã – avisa Fagundes.
- Por que diz isso? Deu na previsão?
- Nada disso. É que chove toda vez que dói o meu joelho. E ele doeu a tarde inteira...



ESTÚDIO MIL



ANALISANDO A SITUAÇÃO

- ▼ *Como podemos caracterizar o cenário e os personagens da historieta?*

Trata-se de um diálogo fictício, dentro de uma delegacia, entre dois funcionários da polícia judiciária: uma delegada e um investigador. Ambos têm a função de investigar infrações penais e seus autores, para que a lei seja cumprida. Portanto, podemos dizer que, de certo modo, a finalidade de seu trabalho é distinguir o **verdadeiro** do **falso**, é descobrir a **verdade** sobre os fatos. Somente com a verdade se pode fazer justiça.

- ▼ *Qual é o tema do diálogo?*

O tema principal é a investigação policial sobre a morte de um jornalista, mas no final o diálogo desvia para o tema da previsão do tempo, com certo toque de humor.

- ▼ *Que raciocínios se desenvolvem na conversação?*

Há três raciocínios ou encadeamentos lógicos. No primeiro, a partir dos fatos conhecidos conclui-se que o assassinato ocorreu entre as doze e as catorze horas. No segundo, que Lana não poderia ter assassinado seu colega, pois não estava no jornal na hora do crime. No terceiro, que vai chover no dia seguinte com base na dor que Fagundes costuma sentir no joelho quando vai mudar o tempo.

- ▼ *Que problema esse diálogo inspira, focalizando a diferença entre esses raciocínios?*

Podemos dizer que o diálogo confronta dois modos ou métodos de encadeamento lógico. Observe que os dois primeiros raciocínios partem de elementos conhecidos para extrair deles uma informação que antes não se detinha explicitamente (método dedutivo); já o terceiro parte de um dado obtido por experiência individual e o generaliza na forma de uma previsão (método indutivo). Portanto, o diálogo nos permite observar essa diferença e nos estimula a questioná-la: quais são as características e as possibilidades de cada método? Esse problema despertou muita discussão na história da filosofia.

DESCOBRINDO OS ARGUMENTOS

Primeiros passos

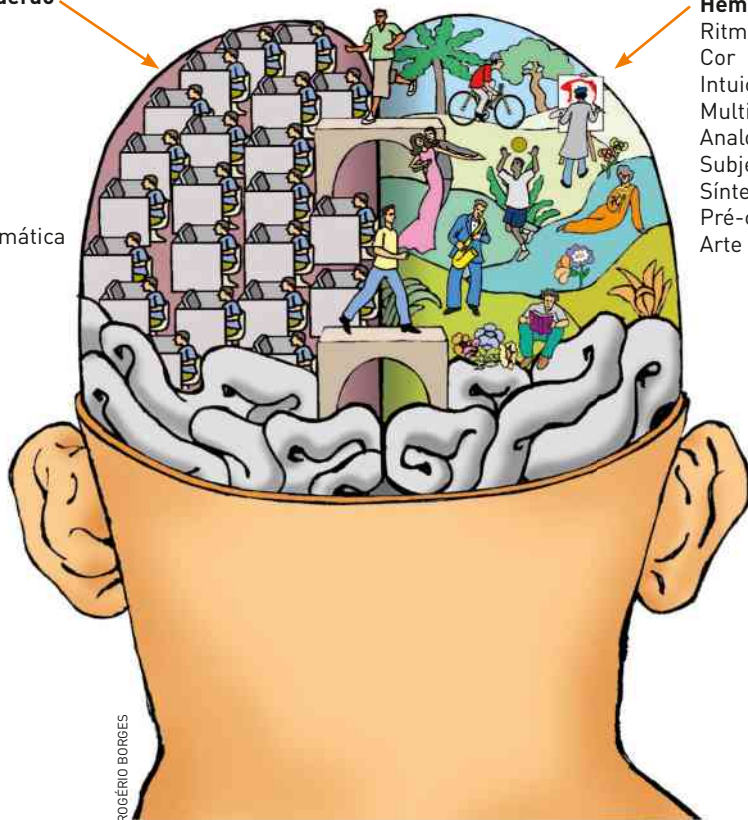
A lógica é uma área da filosofia em que se estudam os **raciocínios** ou **argumentos**. De modo geral, podemos dizer que a preocupação principal dos estudiosos dessa disciplina concentra-se na **relação** que se estabelece, quando raciocinamos, entre o que sabemos, ou colocamos como hipótese (o ponto de partida), e aquilo que concluímos (o ponto de chegada).

Hemisfério esquerdo

Palavras
Números
Lógica
Linearidade
Dedução
Objetividade
Análise
Consciência
Ciências e matemática

Hemisfério direito

Ritmo
Cor
Intuição
Multidimensionalidade
Analogia
Subjetividade
Síntese
Pré-consciência
Arte e criatividade



Representação alegórica dos hemisférios cerebrais e suas funções. Estudos no campo das neurociências têm apresentado evidências sobre a relação de zonas específicas do cérebro com determinadas atividades do pensamento, as emoções e a motricidade.

O raciocínio lógico costuma ser associado ao lado esquerdo do cérebro, também ligado à linguagem verbal, razão pela qual, por exemplo, uma pessoa perde a fala quando sofre uma lesão grave nesse hemisfério.

Se você se observar quando raciocina, perceberá que, de maneira geral, desenvolve mentalmente um processo em que escolhe e “manipula” certas informações buscando obter, como consequência delas, outra informação. Tal processo é o que geralmente chamamos de **raciocínio**, mas a denominação mais específica e técnica é **inferência**. **Inferir** quer dizer “chegar a algum juízo ou ideia a partir de outros juízos ou ideias”.

Assim, para o lógico interessa saber se a conclusão de um raciocínio constitui realmente uma **consequência** dos dados conhecidos e utilizados ou das hipóteses levantadas. Quando isso ocorre, temos **razões** que conduzem validamente à **conclusão** desse raciocínio, de tal maneira que essa conclusão pode estar adequadamente **justificada**.

Por isso, a lógica – ao mesmo tempo que atualmente se constitui em uma área de investigação filosófica – é um **instrumento** importante no estudo

e na prática da filosofia. Recorde que, para filosofar, precisamos justificar tudo o que dizemos.

Observação

Os raciocínios são associações de ideias, mas nem toda associação de ideias é um raciocínio. Por exemplo, se alguém pensa “Está frio” e logo depois “O chocolate acabou”, provavelmente apenas observou o dia frio, pensou em um chocolate quente para esquentar o corpo e aí lembrou que ele acabou. Mas não há relação clara entre as ideias de o dia estar frio e de o chocolate ter acabado.

CONEXÕES

1. Releia a situação filosófica deste capítulo e identifique as inferências que se apresentam. Observe o que ocorre em sua mente quando expõe cada uma dessas inferências.

■ A lógica no cotidiano

A lógica também pode ter uma incidência importante em nosso cotidiano. Para começo de conversa, observe que, mesmo sem perceber, raciocinamos – bem ou mal – o tempo todo. Quando você decide, por exemplo, que vai dizer “não” a um pedido ou fazer isso e não aquilo, geralmente está tomando essas decisões com base em algumas razões, mesmo que elas não sejam muito boas.

No caso de suas razões não serem boas, é possível que outras pessoas digam que o que você disse ou fez “não tem lógica” ou que você “não tem razão”. Mesmo que isso ocorra, na maioria das situações você achará que seus atos e palavras têm todo sentido, isto é, são totalmente “lógicos”. Como diz Descartes ao início do *Discurso do método*, com uma boa pitada de ironia:

O bom senso é a coisa do mundo melhor partilhada, pois cada qual pensa estar tão bem provido dele, que mesmo os que são mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não desejam tê-lo mais do que o têm (p. 29).

No entanto, apesar de vivermos de forma tão natural e ingênua nessa confiança no próprio bom senso, isto é, na própria capacidade de pensar e julgar corretamente, o que aconteceria se alguém

perguntasse o porquê das suas decisões? Você saberia justificá-las e defendê-las? Saberia argumentar a favor de suas palavras e ações?

Pode ser que sim, mas com frequência as pessoas não sabem se justificar de modo consistente e, quando são levadas a isso, podem até descobrir que não tinham muita consciência de suas razões ou estavam raciocinando de forma equivocada.

Ser capaz de expor um raciocínio, argumentando com correção e desenvoltura, é uma habilidade desejável para qualquer pessoa nas mais diversas situações. Percebemos isso claramente quando queremos convencer alguém sobre algo (uma compra, um passeio etc.), expor nosso ponto de vista em uma discussão ou defender nossos ideais em público. E nem é preciso mencionar o valor do raciocínio lógico na hora de resolver um problema matemático.

Para os cientistas, de modo geral, as demonstrações rigorosas são fundamentais: não há ciência sem elas. E quando se trata de justiça, como vimos em nossa historieta, é crucial desenvolver um raciocínio correto sobre os fatos conhecidos, seja na hora de buscar responsabilidades, no momento de defender a inocência ou a culpa do réu, seja quando o jurado tem de tomar sua decisão.



O jogo de xadrez
(1555) – Sofonisba Anguissola. A pintora italiana retrata suas irmãs disputando uma partida de xadrez. A imagem surpreende, pois se trata de um jogo que exige raciocínio lógico e visão estratégica, e, no século XVI, não era costume estimular o desenvolvimento dessas competências entre as mulheres.

■ Raciocínios e argumentos

Pensar, raciocinar e argumentar são, enfim, experiências básicas de nossa existência e vale a pena filosofar sobre elas. Começamos então analisando os próprios conceitos de raciocínio e argumento. Temos usado os dois termos quase como sinônimos, mas agora é necessário que façamos uma distinção bem clara entre eles.

Raciocinar é algo que os seres humanos fazem na maior parte das horas em que estão acordados. Em geral, o fazem sem nenhum acompanhamento verbal – se estamos tentando decidir se devemos nos barbear, muitas considerações entram em jogo, tais como quando foi a última vez que nos barbeamos, se temos algum encontro

importante durante o dia e quem deverá estar presente, se irão preferir nos ver barbeados e se damos importância a isso, e, mesmo que seja provável que barbear-se cause boa impressão, se esse benefício compensa a economia de dez minutos que teremos por não fazer a barba e assim por diante – mas, habitualmente, não damos voz a considerações como essas ou a deliberações mais longas que culminam na decisão de fazer ou não a barba. No entanto, é claro que, quando **damos** razões, quase sempre o fazemos verbalmente ou por escrito (GOLDSTEIN, *Lógica*, p. 19).

Esse exemplo ilustra bem os dois momentos que queremos destacar: o ato de raciocinar e o ato de argumentar. Vemos que o **raciocínio** propriamente dito é um processo mental no qual se interconectam ideias para se chegar a algum entendimento, solução ou decisão sobre determinado assunto. Geralmente nem percebemos que estamos raciocinando, mas há momentos em que nos empenhamos em um raciocínio com toda a atenção e intenção.

Seja como for, todo raciocínio é uma operação mental e, como vimos no capítulo anterior, tudo o que é relativo à mente ou à consciência constitui-se em uma **experiência privada**. Isso quer dizer que eu não posso saber exatamente como alguém raciocinou quando afirma algo, pois essa afirmação é o resultado de um percurso que não posso ver ou escutar – e pode haver vários caminhos para se chegar a um mesmo lugar. Vejamos isso em uma situação concreta:

Exemplo 1

Alfredo faltou à aula e a professora precisa saber a idade dele para preencher uma ficha. Três colegas (A, B e C) afirmam que ele tem 20 anos. Apesar da coincidência, a professora, meio desconfiada, indaga sobre como conseguiram essa informação, ao que eles respondem:

A: “Eu tenho 21 anos e sei que Alfredo é um ano mais novo do que eu. Portanto, ele tem 20 anos”.

B: “Uma vez o Alfredo me disse que já tinha 5 anos quando nasci. Hoje eu tenho 15 anos. Então, Alfredo deve ter 20”.

C: “Uma amiga me contou”.

Vemos que cada aluno “deu” suas razões para “achar” que Alfredo tem 20 anos. Nenhum sabia sua data de nascimento e, para chegar à idade dele, tiveram de raciocinar, usando pontos de

partida distintos, isto é, as informações e fontes de que cada um dispunha (talvez discutíveis). Mesmo assim, os três chegaram à mesma conclusão.

Observe, porém, que tudo isso só ficou claro quando expressaram seus raciocínios de forma **verbal**, isto é, por meio de **palavras**. Com elas, cada um formou um conjunto estruturado de sentenças, buscando expor mais ou menos o caminho que havia feito quando pensou consigo mesmo, raciocinando.

Cada um desses conjuntos de sentenças constitui o que chamamos **argumento**. Os argumentos são formados, geralmente, por uma ou mais sentenças estruturadas com o propósito de apoiar, justificar ou provar a verdade de outra sentença. Assim, podemos dizer que o argumento é a parte “visível” de um raciocínio, isto é, a parte que foi explicitada na procura de sustentar a sua conclusão, e esse é o principal objeto de estudo da lógica desde seu surgimento.

Observação

Não vamos discutir agora se os argumentos acima são corretos ou não. Mas talvez você possa suspeitar de que o argumento de C não é bom, porque apenas repetiu o que lhe disseram. Se pensou assim, você está indo em uma boa direção. O problema é que existem outras formas de obter informação, além do raciocinar lógico-dedutivo. Uma delas é por meio de outras pessoas em quem confiamos, de modo que as utilizamos como justificativa – embora isso não funcione muito bem em lógica. Trata-se do **argumento de autoridade** (ao qual voltaremos mais adiante).

CONEXÕES

2. Resolva o seguinte enigma lógico, procurando construir um bom argumento a favor de sua resposta: São cinco horas da manhã e Diego está saindo para pescar com amigos. Ele precisa pegar um par de meias, mas não pode acender a luz para não acordar o irmão. Ele sabe que na gaveta há dois pares de meias azuis, dois pares de meias bege e dois pares de meias cinza, mas elas estão todas soltas. Apressado, ele coloca o mínimo de meias em sua mochila, com a certeza de que, com elas, formará um par correto. Quantas meias ele leva?

■ Premissas e conclusão

Pelo que vimos até agora já podemos perceber que a estrutura básica dos argumentos é constituída de duas partes:

- **premissa(s)** – nome dado à(s) sentença(s) que forma(m) o ponto de partida de um argumento;
- **conclusão** – nome dado à sentença que supostamente deriva das premissas de um argumento e que corresponde a seu ponto de chegada.

Tomemos como exemplo o argumento de A da página anterior e retiremos dele um pouco de suas “gordurinhas” linguísticas, isto é, tudo o que não é essencial do ponto de vista lógico. Assim, temos:

Exemplo 2

| | | |
|---------------------------------------|---|---------------------|
| Alfredo é um ano mais novo que A. (1) | → | premissa 1 ou P_1 |
| A tem 21 anos. (2) | → | premissa 2 ou P_2 |
| Portanto, Alfredo tem 20 anos. (3) | → | conclusão |

Observe que nesse argumento as sentenças 1 e 2 (as premissas) expressam as informações que A conhecia ou supunha conhecer. Já a sentença 3 (a conclusão) é uma afirmação que expressa uma informação **nova**, deduzida das premissas anteriores.

Note também que a sentença 3 é iniciada com a conjunção conclusiva “portanto”, que – como você deve ter aprendido em gramática – introduz uma oração que decorre, se segue ou deriva do que foi dito anteriormente. Em vez de “portanto”, A poderia ter dito “logo”, “então”, “desse modo”, “assim” etc., ou qualquer outra conjunção conclusiva.

Resumindo, os argumentos são formados basicamente por duas partes: premissas e conclusão. Desse modo, sempre que queremos entender bem

a opinião de alguém sobre algum tema ou a tese defendida por um filósofo ou cientista, devemos seguir sua linha de pensamento e identificar quais são seus argumentos e, dentro de cada um deles, as premissas e a conclusão.

Observação: Na linguagem cotidiana, às vezes chamamos de “argumento” o que aqui estamos denominando “premissa”. Costumamos perguntar a alguém, por exemplo, “quais são seus argumentos para afirmar isso?” quando queremos conhecer as premissas que sustentam sua conclusão. No entanto, no vocabulário da lógica, o argumento não se refere apenas às premissas, mas ao conjunto formado por premissas e conclusão.

Algumas dicas sobre a identificação de argumentos

- Fique atento: com frequência os argumentos vêm encadeados uns com os outros de tal maneira que o que é a conclusão de um argumento torna-se a premissa do argumento seguinte.
- Observe que, quando falam ou escrevem, as pessoas costumam “saltar” ou omitir (voluntariamente ou não) alguma premissa, que poderia ser considerada como óbvia, “natural” ou implícita. No argumento de A, por exemplo, entre as sentenças 2 e 3 falta (ou está implícita) a premissa “21 menos 1 é igual a 20”, que corresponde ao cálculo que fazemos mentalmente de forma quase automática. Às vezes, pode ser muito importante identificar as premissas implícitas.
- Há palavras que podem ser bons indicadores das partes de um argumento. As conjunções conclusivas, como já vimos, costumam indicar as **conclusões** de um raciocínio. Outras conjunções ou locuções conjuntivas – como “porque”, “já que”, “pois”, “uma vez que”, entre outras – podem ser bons **indicadores de razão**, isto é, das **premissas**. Mas não se prenda a isso, pois muitas vezes esses indicadores não são usados ou, mesmo que o sejam, podem não ser as razões do argumento. Portanto, a correta compreensão do texto será sempre fundamental.

CONEXÕES

3. Releia o argumento de B, contido no exemplo 1, e reescreva-o, deixando apenas o essencial do ponto de vista lógico, como fizemos no exemplo 2. Destaque quais são as premissas e qual é a conclusão.

Proposições e termos

Até aqui temos dito que os argumentos são formados por sentenças. Como você sabe, as sentenças são sequências de palavras de uma língua relacionadas de acordo com uma gramática, de tal maneira que formam um significado. Mas nem todo tipo de sentença é usado em argumentos. Observe que você não costuma utilizar sentenças **interrogativas** (como “Que dia é hoje?”) ou **imperativas** (como “Saia daqui!”) para sustentar um raciocínio (se você duvida – e é bom duvidar –, tente formar um argumento com elas e veja o que consegue).

Assim, como trabalha com argumentos, a lógica clássica só lida com sentenças **declarativas** (isto é, aquelas que declaram, afirmam ou negam algo), podendo, por essa razão, ser consideradas **verdadeiras** ou **falsas** (como “Alfredo tem 20 anos”, “Chove”, “Ela é cearense”).

No entanto, como a palavra “sentença” traz uma forte conotação gramatical, a maioria dos estudiosos prefere falar em **proposições** ou em **enunciados** ao referir-se às sentenças declarativas, pois desse modo estão fazendo outra distinção. É que as línguas nos permitem expressar uma mesma ideia de diversas maneiras. Por exemplo, “Ela pintou a

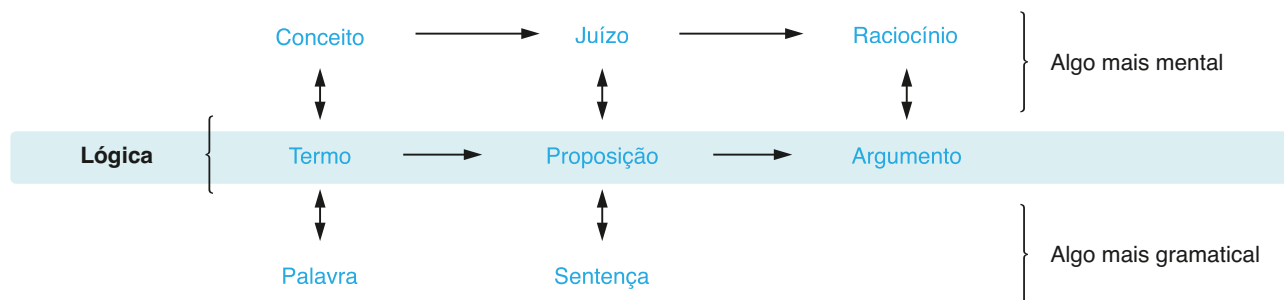
mesa” e “A mesa foi pintada por ela” são duas sentenças distintas, mas possuem praticamente o mesmo significado, isto é, elas propõem ou enunciam a mesma ideia. Dito de outra maneira, essas sentenças são formulações distintas da mesma proposição, e o que importa para a lógica é o que a sentença propõe ou enuncia. Daí a preferência pelos termos proposição ou enunciado.

Alguns especialistas também fazem distinções entre esses dois termos, mas nesta obra utilizaremos ambos indistintamente, como grande parte dos lógicos.

Assim, podemos dizer que a **proposição** (ou o enunciado) encontra-se a meio caminho entre o **juízo** – uma operação mental em que se articulam conceitos, ou seja, algo mais psicológico, como o raciocínio – e a **sentença** – algo mais gramatical (cf. RIVANO, *Lógica elemental*, p. 14).

Os lógicos também fazem uma distinção semelhante entre termos e conceitos. O **conceito** seria a noção ou representação mental de algum objeto ou conteúdo. O **termo**, por sua vez, é a expressão linguística ou verbal (com palavras) de algum conceito.

O que acabamos de ver pode ser sintetizado no seguinte diagrama:



ROGÉRIO BORGES

CONEXÕES

4. A sequência anterior ilustra os diversos elementos que acabamos de estudar. Por exemplo, podemos dizer que o primeiro quadrinho representa a formação do conceito de cão na mente da garota quando ela encontra esse animal. Que distinções você consegue fazer em cada um dos quadrinhos seguintes?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. O que você entende por raciocínio?
2. Comente a noção de consequência lógica e sua importância para os estudos lógicos.
3. Com base na distinção feita no capítulo, quando há um debate sobre algum tema, as pessoas apresentam raciocínios ou argumentos? Justifique.
4. Identifique as premissas e a conclusão de cada um dos seguintes argumentos:
 - a) Não é um bom momento para comprar imóveis, pois a demanda é grande, a oferta é pouca e os preços estão no céu.
 - b) O ser humano não é completamente livre, tendo em vista que, apesar de ser racional, está sujeito às suas necessidades animais.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Podemos fazer o mal sabendo que é mal?

Claro que sim. Podemos perfeitamente fazer isso, mesmo estando cientes do que significa. [...] Nem sempre a consciência de que algo é um mal é suficiente para impedi-lo. Todo mundo sabe disso. Porque, às vezes, para fazer um bem a nós mesmos, causamos o mal aos outros (LABBÉ E PUECH, *O bem e o mal*, p. 32).

Identifique a tese defendida no texto acima e o argumento (premissas e conclusão) utilizado para justificá-la. Depois, reúna-se com colegas e procure formular com eles outros argumentos que possam contestá-la e/ou confirmá-la. Busque premissas que levem a uma conclusão contrária ou distinta.

EXPLORANDO OS ARGUMENTOS

Contribuições da lógica aristotélica

Agora que você já tem uma ideia geral do que é um argumento, vamos detalhar alguns elementos básicos da lógica, especificamente aqueles relacionados com a chamada **lógica tradicional**, de origem aristotélica.

Aristóteles (384-322 a.C.) foi o primeiro pensador a realizar um estudo sistemático dos tipos de argumentos. Ele lançou as bases de boa parte do que desenvolveriam diversos outros estudiosos nos séculos seguintes em termos lógicos. Por isso, o filósofo grego é considerado o **fundador da lógica**.

Aristóteles entendia que a lógica podia ser uma **ferramenta** ou **instrumento** importante na busca do conhecimento verdadeiro. Por isso, quando vários de seus escritos relacionados com o raciocínio foram reunidos por seus discípulos, após sua morte, essa coleção acabou recebendo o nome de *Organon*, palavra grega que significa “órgão, engenho, instrumento”.

Aristóteles contemplando o busto de Homero (1653) – Rembrandt van Rijn, óleo sobre tela. Homero representa o passado para Aristóteles, assim como este representa o passado para o pintor. O surgimento da filosofia na Grécia antiga – com seu discurso racional, fundado em argumentos lógicos – constituiu um rompimento progressivo com as explicações míticas reunidas nos poemas épicos, como a *Iliada* e a *Odisséia*, de Homero. No entanto, Aristóteles foi um grande intérprete desse poeta e seu admirador.



METROPOLITAN MUSEUM OF ART, NEW YORK, EUA

Conteúdo e forma

Talvez você esteja intrigado com as pretensões de Aristóteles e dos lógicos em geral, pois é possível desenvolver uma infinidade de raciocínios e argumentos com conteúdos diferentes, e sempre estão surgindo novos. De fato, seria impossível estudá-los todos, um a um.

Por isso, antes de avançarmos em nossa investigação, é preciso explicar que, no desenvolvimento da lógica, os filósofos foram centrando sua análise cada vez mais na estrutura dos argumentos – isto é, em sua **forma** – e cada vez menos em seus conteúdos. Para você entender essa distinção entre forma e conteúdo, leia os exemplos a seguir:

Exemplo 3 (E_3)

Todo ser humano é mortal. \rightarrow premissa 1 ou P_1
 Sócrates é ser humano. \rightarrow premissa 2 ou P_2
 Logo, Sócrates é mortal. \rightarrow conclusão

Exemplo 4 (E_4)

Todo mamífero é vertebrado. $\rightarrow P_1$
 A baleia é um mamífero. $\rightarrow P_2$
 Logo, a baleia é vertebrada. \rightarrow conclusão

Vemos que são dois raciocínios fáceis de entender. Expressos em uma linguagem natural – o português –, eles tratam de assuntos distintos, tendo, portanto, conteúdos distintos: um trata de Sócrates e sua mortalidade; o outro de baleias e sua coluna vertebral. Mas, se você observar bem, notará que os dois apresentam a mesma estrutura. Compare:

| | | | |
|-------|------------|---|----------------|
| Todo | ser humano | é | mortal. |
| | mamífero | | vertebrado. |
| | Sócrates | é | um ser humano. |
| | A baleia | | um mamífero. |
| Logo, | Sócrates | é | mortal. |
| | a baleia | | vertebrada. |

Agora, para ficar mais clara e precisa a forma comum desses dois argumentos, vamos codificá-los da maneira a seguir.

Forma 1 (F_1)

Todo A é $B \rightarrow P_1$
 c é um $A \rightarrow P_2$
 Logo, c é B .

Essa seria a forma comum dos argumentos E_3 e E_4 – uma forma “vazia” de conteúdos. Isso quer dizer que ambos pertencem à mesma **classe de argumentos**, pois têm a mesma forma lógica.

Em seus tratados de lógica, Aristóteles chegou a substituir, em alguns momentos, os termos por letras nas proposições, como acabamos de fazer. Mas foi especialmente a partir do século XIX que os lógicos passaram a usar cada vez mais a **linguagem artificial** ou **formal** – isto é, aquela que emprega letras e símbolos em vez de palavras –, dando origem à chamada **lógica simbólica** ou **matemática**.

Verdade e validade

A distinção entre forma e conteúdo nos abre as portas para a compreensão de outros dois conceitos fundamentais em lógica: **validade** e **verdade**. Vejamos este argumento:

Exemplo 5 (E_5)

Todo ser humano é mortal. $\rightarrow P_1$
 Meu cão é mortal. $\rightarrow P_2$
 Logo, meu cão é um ser humano.

À primeira vista, o exemplo acima parece ser um argumento semelhante a E_3 , pois ambos têm alguns conteúdos em comum. Mas sua conclusão é obviamente falsa, não é? E o que é mais estranho é que P_1 e P_2 são proposições verdadeiras. Será possível que, de proposições verdadeiras, se obtenha uma conclusão falsa? Sim, é possível, se juntarmos as proposições de maneira não permitida pela lógica. Mas antes de vermos isso com mais detalhamento leia também o argumento a seguir:

Exemplo 6 (E_6)

Todo mineiro é brasileiro. $\rightarrow P_1$
 Pelé é brasileiro. $\rightarrow P_2$
 Logo, Pelé é mineiro.

Aqui, a situação se complica ainda mais, pois sabemos que todas as proposições são verdadeiras, incluindo a conclusão (pois Pelé nasceu em Três Corações, MG). Mas esse argumento tem algo bem es-

tranho: o fato de alguém ser brasileiro não implica que tenha de ser mineiro, pois o universo de brasileiros é mais amplo do que o de mineiros, contendo também baianos, alagoanos, gaúchos etc. Assim, não por ser brasileiro Pelé é mineiro, mas sim o contrário. Isso quer dizer que, embora a conclusão de E_6 seja uma proposição verdadeira, ela não é uma consequência lógica de suas premissas.

Então, o que há de errado com os dois argumentos anteriores? Vamos investigar. Se substituirmos, os termos principais de E_5 e E_6 por letras, como fizemos antes com E_3 e E_4 , veremos que a forma lógica de ambos é a mesma:

Forma 2 (F_2)

Todo A é $B \rightarrow P_1$
 c é um $B \rightarrow P_2$
 Logo, c é A .

Agora compare F_2 com F_1 . Veja que a primeira premissa em ambos é igual, mas, na segunda premissa e na conclusão de F_2 , a letra B ocupa os lugares ocupados pela letra A em F_1 . Essa pequena diferença implica que F_1 e F_2 são formas lógicas distintas, de maneira que:

- F_1 é **válida**, pois corresponde a uma forma de argumento em que a conclusão será sempre uma consequência lógica de suas premissas P_1 e P_2 ;
- F_2 é **inválida**, uma vez que isso não ocorre.

Desse modo:

Um argumento válido pode ser informalmente definido como aquele cuja conclusão é consequência lógica de suas premissas, ou seja, [...] se as premissas forem verdadeiras, não é possível que a conclusão seja falsa (MORTARI, *Introdução à lógica*, p. 19).

Observe, portanto, que verdade e validade são dois conceitos totalmente distintos. Em lógica sempre que falamos em:

- **verdadeiro** ou **falso** – estamos nos referindo ao **conteúdo das proposições**. Por exemplo: “Todo ser humano é mortal” é uma proposição verdadeira; “Meu cão é um ser humano” é uma proposição falsa. Pertence, portanto, ao **contexto da descoberta** das proposições, isto é, ao processo que leva à sua concepção e aceitação (cf. SALMON, *Lógica*, p. 24);
- **válido** ou **inválido** – estamos considerando as **relações formais** estabelecidas entre as premissas e a conclusão de um argumento. Por exemplo: o argumento E_3 é válido; o argumento E_5 é inválido. Pertence, portanto, ao **contexto da justificação** dos argumentos, isto é, ao processo de correção

lógica diretamente vinculado ao apoio que as premissas oferecem à conclusão.

Em resumo, podemos dizer que uma proposição é falsa ou verdadeira (um argumento, não) ou que um argumento é válido ou inválido (uma proposição, não).

Observação

O conceito de **validade** definido até aqui refere-se aos raciocínios ou argumentos **dedutivos**, pois é deles que estamos tratando primeiramente. Mais adiante, estudaremos também os argumentos indutivos (já abordados na seção **Analisando a situação**), nos quais os termos técnicos “válido” e “inválido” não se aplicam em um sentido estrito.

Dito tudo isso, podemos compreender a afirmação de que não cabe aos lógicos estabelecer a verdade ou falsidade das proposições, pois para isso precisariam saber sobre tudo e estabelecer teorias para tudo. Isso seria impossível. Assim, sua tarefa se concentra nos **aspectos formais** das argumentações. Veja um argumento que pode deixar isso bem claro:

Exemplo 7 (E_7)

Todo gás nobre não combina com outros elementos. $\rightarrow P_1$
 O ozônio é um gás nobre. $\rightarrow P_2$
 Logo, o ozônio não combina com outros elementos.

O lógico dirá que esse é um argumento com a forma F_1 e que, portanto, é válido, o que significa que nunca levará de verdades a falsidades. Mas quem poderá afirmar com autoridade se as proposições de E_7 são verdadeiras (atenção: as proposições, não o argumento) é um químico, não um lógico.

Repare que, usando a conjunção condicional se em “se suas premissas forem verdadeiras...”, a definição de validade ressalta o caráter hipotético desse conceito. Por isso, muitas vezes os lógicos – desde Aristóteles – formulam ou reformulam os argumentos colocando suas proposições como hipóteses ou suposições:

Se todo gás nobre não combina com outros elementos.
 E **se** o ozônio é um gás nobre.
 Logo, o ozônio não combina com outros elementos.

Observe que essa formulação nos deixa mais à vontade para examinar apenas a questão da validade de um argumento, sem termos de nos preocupar com a verdade ou falsidade de suas premissas. Isso não é nada difícil de realizar, pois raciocinamos a partir de hipóteses com muita frequência no dia a dia (por exemplo, “Se dormir tarde hoje, estarei cansado para a prova de amanhã” ou “Se ele fosse mais baixo, não teria feito o gol”).

Enfim, ao avaliar logicamente um argumento e considerá-lo válido, não estaremos dizendo que suas premissas são de fato verdadeiras; estaremos apenas afirmando que, se elas forem verdadeiras, a conclusão do argumento certamente o será também.

Validade e correção

Em nosso cotidiano, porém, muitas vezes não nos basta saber se um raciocínio é válido, pois precisamos descobrir se sua conclusão é verdadeira de fato, não apenas como hipótese. Então, temos de descobrir se suas premissas são verdadeiras também. Isso ocorre, por exemplo, nas ciências, nos quais os cientistas devem demonstrar suas teses.

Há duas condições para a demonstração: premissas verdadeiras e argumentos válidos. Não é fácil dizer quando se compreendeu que estas duas condições são independentes, mas isto já era claro para Aristóteles [...] (KNEALE E KNEALE, *O desenvolvimento da lógica*, p. 3).

Em nosso último argumento (E_7), por exemplo, se consultássemos um especialista em química ou um bom livro sobre essa matéria, descobriríamos que a segunda premissa é falsa, pois o ozônio não é um gás nobre. Portanto, a conclusão é igualmente falsa. Isso quer dizer que, embora E_7 seja um argumento válido, pois tem uma forma lógica válida (uma forma em que, se as premissas forem verdadeiras, a conclusão também o será), ele não justifica adequadamente sua conclusão, porque utiliza uma premissa falsa.

No caso de E_6 temos, como vimos, uma situação inversa: embora todas as proposições sejam verdadeiras, o argumento não apresenta uma forma válida. Assim, dizemos que os argumentos E_6 e E_7 **não são corretos**, pois “um argumento é **correto** se for válido e, além disso, tiver premissas verdadeiras” (MORTARI, *Introdução à lógica*, p. 21).

CONEXÕES

- Revedo os argumentos que vimos até aqui, copie e complete o quadro abaixo com “sim” ou “não”, conforme o caso. Procure aplicar os conceitos de verdade, validade e correção.

| | E_3 | E_4 | E_5 | E_6 | E_7 |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Todas as premissas verdadeiras | | | | | |
| Argumento válido | | | | | |
| Argumento correto | | | | | |

Explorando os termos

Até aqui, em nossa investigação sobre os argumentos, estabelecemos várias distinções conceituais (conteúdo, forma, verdade, validade e correção) e chegamos ao entendimento de que, para saber se um argumento é correto, precisamos avaliar não apenas a validade de sua forma lógica, mas também a verdade de suas premissas.

Agora, para avaliar se uma premissa é falsa ou verdadeira, um requisito indispensável é que você entenda, primeiramente, o que ela enuncia. Isso nos remete imediatamente aos termos que a compõem e à relação que se estabelece entre eles no enunciado de uma proposição. Recorde que as premissas são proposições e que estas são formadas por termos.

Categorias

Aristóteles elaborou um tratado sobre os termos, intitulado *Categoriae* (*Categorias*), incluído no *Organon*. Isso denota a importância que o filósofo dava aos conteúdos, ao mesmo tempo que introduzia o estudo da forma do pensamento.

Nessa obra, Aristóteles procurou classificar os termos – ou tudo o que existe e que os termos designam – chegando a dez tipos ou categorias: substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, situação ou estado, hábito ou posse, ação e paixão.

Muitas vezes, porém, não se sabe se ele refere-se às palavras ou às coisas que elas simbolizam. Por isso, há estudiosos que consideram

que a inclusão das *Categorias* no *Organon* foi um equívoco, por entender que grande parte de sua doutrina se vincularia mais à metafísica (área da filosofia que investiga as coisas, os seres, a realidade, que será estudada no próximo capítulo) do que à lógica.

Isso talvez se explique pelo fato de que “quando o *Organon* foi reunido a fronteira entre estudos lógicos e não lógicos ainda não tinha sido traçada com precisão” (KNEALE E KNEALE, *O desenvolvimento da lógica*, p. 27).

Compreensão e extensão

Os termos servem para designar coisas ou seres, conforme a definição de Aristóteles. Assim, do ponto de vista da análise lógica, o termo pode ser considerado sob dois aspectos:

- **da extensão** – isto é, do conjunto de seres ou coisas aos quais o termo se aplica. Tem relação, portanto, com **quantidade**. Pode ser total (universal) ou parcial (particular);
- **da compreensão** – ou seja, das **propriedades** dos seres ou coisas que o termo designa e que fazem que eles sejam o que são. Tem relação, portanto, com **qualidade**.

Por exemplo, a extensão de “ser humano” é o conjunto de todos os seres que podem ser denominados por esse termo, ou seja, todos os membros da espécie humana (*Homo sapiens*). Já sua compreensão inclui todas as qualidades pertencentes a esse ser (por exemplo, vivente, mortal, animal, vertebrado, mamífero, social, racional etc.).

Proposições categóricas

As proposições, por sua vez, relacionam os termos. Portanto, precisamos aprofundar nossa compreensão sobre essas relações, pois elas serão decisivas na hora de atribuir valores de verdade às proposições (isto é, de julgar se elas são verdadeiras ou falsas).

Aristóteles dedicou um tratado às proposições e juízos – denominado *De Interpretatione* (*Da interpretação*) e que faz parte do *Organon*. Nele, o filósofo realiza um estudo exaustivo sobre um tipo especial de enunciado: a **proposição categórica**.

As proposições categóricas costumam ser definidas como aquelas que estabelecem uma relação entre classes de seres (por exemplo, entre seres humanos e seres mortais), “afirmando ou negando que uma classe esteja incluída em uma outra, seja no todo ou em parte” (COPPI, *Introdução*

à *Lógica*, p. 139). Uma classe é, de modo geral, um conjunto de coisas ou seres que apresentam alguma característica comum.

Assim, a proposição “Todo ser humano é mortal” é categórica, pois relaciona a classe dos seres humanos com a classe dos mortais. Observe que a maioria dos exemplos que utilizamos até agora são proposições categóricas. Nelas, temos a forma geral **S é P** (ou **S não é P**), na qual a classe do sujeito é chamada de **S**, e a classe do predicado da proposição, de **P**, e a relação entre elas é estabelecida por meio do verbo de ligação “ser”.

As proposições são tradicionalmente classificadas de acordo com os critérios de **qualidade** e de **quantidade**.

Do ponto de vista da **qualidade**, elas podem ser:

- **afirmativas** – quando **reúnem** dois termos (**S é P**), afirmando que há uma relação entre eles, ou seja, que a qualidade (o predicado) convém ao sujeito. Exemplos:
Todo cachorro é mortal.
Alguns homens são loiros.
- **negativas** – quando **separam** dois termos (**S não é P**), negando que há uma relação entre eles, ou seja, afirmando que a qualidade (o predicado) não convém ao sujeito. Exemplos:
Nenhum cavalo é anfíbio.
Algum sofá **não** é vermelho.

Do ponto de vista da **quantidade**, as proposições podem ser:

- **universais ou gerais** – quando se referem à **extensão total** do sujeito. Podem usar os pronomes “**todo(s)/toda(s)**” ou “**nenhum/nenhuma**” para explicitar essa condição (são os chamados **quantificadores**). Exemplos:
Toda criança é inocente.
Todo animal não é objeto (**Nenhum** animal é objeto).
- **particulares** – quando se referem a **uma parte** da extensão do sujeito. Geralmente o pronome “**alguns**” ou “**algumas**” é usado como quantificador que explicita essa condição. Exemplos:
Alguns políticos são honestos.
Algumas mulheres não são vaidosas.

Combinando os dois critérios, temos como resultado quatro tipos de proposições, as quais formam a base da lógica aristotélica:

- **universal afirmativa** – como em “**Todo** cachorro é mortal”;
- **universal negativa** – como em “**Nenhum** animal é objeto”;
- **particular afirmativa** – como em “**Alguns** homens são loiros”;
- **particular negativa** – como em “**Algumas** mulheres não são vaidosas”.

Observação

Há também enunciados que se referem a um único indivíduo, como em “Sócrates é mortal”. Trata-se da chamada proposição singular. No entanto, Aristóteles não deu atenção a esse tipo de proposição em seu sistema, que inclui apenas proposições universais e particulares, como veremos adiante.

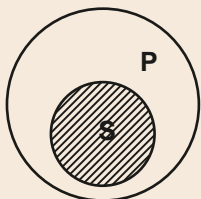
Usando diagramas

Para ajudar a compreender algumas das relações possíveis entre pares de termos, tendo em vista suas extensões, vamos utilizar agora uma série de representações gráficas. Elas estão baseadas nos **círculos** ou **diagramas** criados pelo matemático suíço Leonhard Euler no século XVIII.

Essas representações foram ampliadas e aperfeiçoadas nos séculos seguintes por outros estudiosos, com destaque para os diagramas de Venn. No entanto, os de Euler continuam sendo uma referência por serem mais simples e intuitivos, conforme veremos.

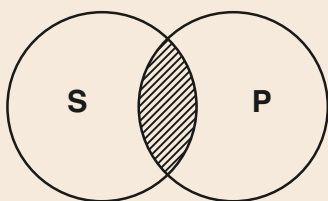
Considerando *S* e *P* diferentes classes de seres, podemos estabelecer entre eles as seguintes relações básicas da lógica tradicional:

1. Todo *S* é *P*.



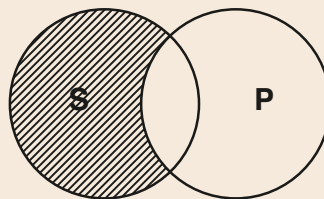
Observe no gráfico que *S* pertence a *P*. Portanto, podemos dizer que todos os membros de *S* são *P*. Exemplo:
S = humanos; *P* = mamíferos
Todos os humanos são mamíferos.

2. Algum *S* é *P*.



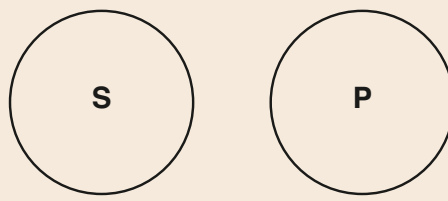
Observe no gráfico que há uma interação parcial entre *S* e *P*. Portanto, podemos dizer que alguns membros de *S* (não todos) são *P*. Exemplo:
S = políticos; *P* = mulheres
Alguns políticos são mulheres.

3. Algum *S* não é *P*.



Como no gráfico anterior, a interação é parcial. Portanto, também podemos dizer que alguns membros de *S* (não todos) **não** são *P*. Exemplo:
S = políticos; *P* = mulheres
Alguns políticos não são mulheres.

4. Nenhum *S* é *P*.



Por último, observe no gráfico que há uma completa diferenciação entre *S* e *P*. Portanto, podemos dizer que nenhum elemento de *S* é *P*. Exemplo:
S = vegetal; *P* = animal
Nenhum vegetal é animal.

CONEXÕES

6. Manchete de um jornal: “Funcionários da empresa aderem aos protestos contra sua privatização”. Faça o que se pede:
 - a) transforme essa manchete em uma proposição categórica;
 - b) “formalize” a proposição (usando letras) e elabore o diagrama correspondente;
 - c) destaque os termos da proposição (*S* e *P*), explicitando a extensão de cada um (total ou parcial);
 - d) identifique o tipo de proposição.

Princípios lógicos fundamentais

Em seus estudos sobre as proposições, Aristóteles também notou que as relações entre os termos (ou conceitos) e entre as proposições (ou juízos) são regidas por certos **princípios**, isto é, noções tão evidentes e fundamentais do pensamento que não podemos contrariá-las, pois correspondem à maneira como pensamos. São, por isso, princípios indemonstráveis. Vejamos os três fundamentais.

Princípio de identidade

Se alguém disser “Brasileiro é argentino”, você provavelmente vai pensar que essa pessoa está louca ou muito mal informada, pois “é óbvio que brasileiro é brasileiro, argentino é argentino e não se deve misturar as coisas”.

Temos, assim, o enunciado **A é A**. Então saiba que essa obviedade constitui o **princípio de identidade**, formulado originalmente pelo filósofo grego Parmênides (c. 510-470 a.C.) nos seguintes termos: **o ser é (ele mesmo)** – ou seja, **todo objeto é idêntico a si mesmo**.

Observe que o princípio de identidade é **tauto-lógico** (do grego *tauto*, “o mesmo”), pois seu enunciado tem o mesmo conceito para o sujeito e para o predicado, de tal maneira que, se substituirmos A por qualquer termo, sempre obteremos uma proposição verdadeira.



FORD MOTOR COMPANY/AFP PHOTO

A imagem da produção em série nos permite refletir sobre o princípio de identidade. Há também esta anedota sobre o ex-presidente dos Estados Unidos Abraham Lincoln. Conta-se que certa vez ele perguntou: “Quantas patas terá um cachorro se considerarmos seu rabo como uma pata?”. A resposta certa foi que obviamente continuaria tendo quatro patas, pois rabo é rabo e não pata.

Princípio de não contradição

Suponhamos agora esta situação: um candidato à presidência afirma, em um comício, que seu opositor “é incompetente na gestão pública”. Depois, no segundo turno, estabelece uma aliança política com seu ex-adversário e declara que sempre soube que ele “é um grande administrador”.

Você não precisa ter estudado lógica para perceber claramente que há uma contradição entre os dois enunciados: ou Fulano é incompetente ou Fulano é bom administrador. Portanto, Fulano não pode ser bom administrador e incompetente ao mesmo tempo.

Essa conclusão se baseia no **princípio de não contradição** (que alguns autores chamam de **princípio de contradição**), o qual estabelece que duas proposições contraditórias (*P* e não *P*) não podem ser ambas verdadeiras nem ambas falsas ao mesmo tempo. Assim, **é falso que *P* e não *P***. Esse princípio também costuma ser formulado da seguinte maneira: **para qualquer A e para qualquer B, é falso que A é B e não B ao mesmo tempo**.

IMAGES.COM/CORBIS/FOOTARENA



Quando a sinalização de uma placa de rua é contraditória, não sabemos para onde ir. A contradição lógica é imobilizadora. Reflita sobre situações concretas.

Princípio do terceiro excluído

Retornando à situação descrita acima, dias depois, durante uma entrevista a uma emissora de rádio, uma jornalista pergunta ao candidato sobre sua contradição: “O senhor mentiu antes ou está mentindo agora?”.

Observe que a jornalista faz essa pergunta por uma boa razão: se o enunciado “Fulano é competente” (*A é B*) for verdadeiro, “Fulano é incompetente”

(A é não B) será falso; e se “Fulano é incompetente” (A é não B) for verdadeiro, “Fulano é competente” (A é B) será falso. Não há uma terceira opção ou meio-termo, conforme apontou Aristóteles. Portanto, o candidato necessariamente teria feito uma asserção falsa em algum momento, antes ou depois.

Esse raciocínio expressa o **princípio do terceiro excluído**, o qual estabelece que, para qualquer proposição P , é verdade que P ou não P , e não há uma terceira opção. Esse princípio também costuma ser formulado da seguinte maneira: **para qualquer A e para qualquer B , A é B ou não B , não havendo uma terceira possibilidade**.

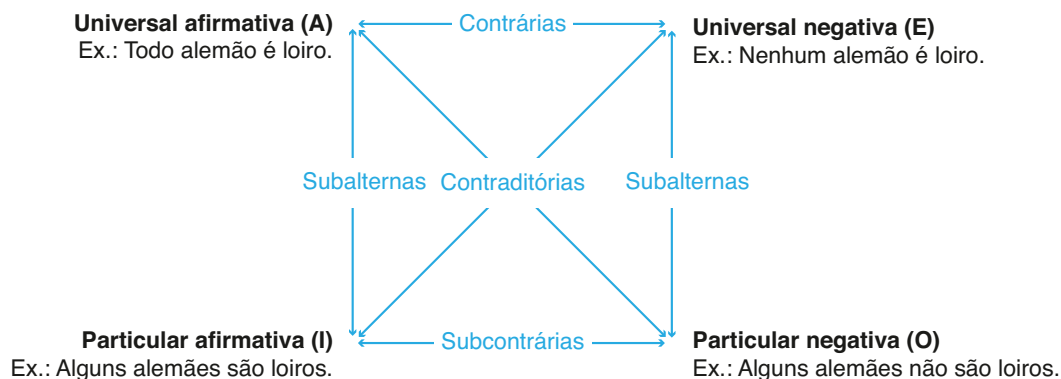
Observação

No exemplo acima, vemos que a jornalista considera que o candidato não apenas disse algo falso, mas que – dadas as circunstâncias – o fez intencionalmente, ou seja, mentiu. **Mentir** é dizer algo que se sabe falso como se fosse verdadeiro, isto é, com **intenção**. Situação diferente ocorre quando alguém enuncia uma proposição falsa por ignorância ou por um equívoco de raciocínio, mas acredita estar dizendo a verdade. Portanto, não confunda falsidade (entendida como conceito lógico) com mentira (conceito mais, digamos, psicológico): a mentira implica falsidade, mas a falsidade não implica necessariamente mentira.

■ Quadrado dos opostos

Pelo que vimos até agora, você pode perceber que é possível estabelecer diversas relações entre proposições quando elas têm os mesmos termos como sujeito e predicado (S e P).

Durante a Idade Média, os lógicos criaram um diagrama com as proposições categóricas universais e particulares, afirmativas e negativas, o qual sintetiza as relações possíveis entre elas e facilita sua compreensão. Trata-se do **quadrado de oposições**, no qual cada tipo de enunciado é tradicionalmente denominado pelas vogais A , E , I e O :



Se você raciocinar sobre os exemplos acima, verá que as proposições:

- **contrárias** (A e E) enunciam exatamente o **contrário** uma da outra – o que uma nega, a outra afirma de forma universal, absoluta. Observe que, em qualquer circunstância, não podem ser ambas verdadeiras (se uma é verdadeira, a outra é falsa), mas é possível que ambas sejam falsas em algumas circunstâncias (como no exemplo acima);
- **contraditórias** (A e O ; E e I) não enunciam exatamente o contrário uma da outra, mas há contradição, incoerência, incompatibilidade total entre elas. Note que, em qualquer circunstância, não podem ser ambas as proposições verdadeiras ou ambas falsas – ou seja, se uma é verdadeira, a outra é necessariamente falsa e vice-versa;
- **subcontrárias** (I e O) enunciam o contrário (no sentido de que uma afirma o que a outra nega), mas não de forma universal. Observe que, por essa “sutil” diferença em relação às proposições contrárias, podem ser ambas verdadeiras ou uma ser verdadeira e a outra falsa, mas não podem ser ambas falsas;
- **subalternas** (A e I ; E e O) afirmam (ou negam) do termo particular (I e O , respectivamente) o que seus pares opostos afirmam (ou negam) do termo universal (A e E , respectivamente). Dessa diferença resultam combinações variadas: veja que, se A é verdadeira, I é verdadeira e, se A é falsa, I pode ser verdadeira ou falsa; já, se I é verdadeira, A pode ser verdadeira ou falsa e, se I é falsa, A pode ser verdadeira ou falsa. Combinações idênticas ocorrem entre E e O .

Você não precisa decorar essas regras. O importante é que as aplique nos exemplos e perceba que realmente funcionam. Simule com outras proposições, substituindo *S* e *P* por outros termos. Com a prática, essas relações ficarão bem mais claras.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

5. Como Aristóteles entendia o papel da lógica no contexto da busca de conhecimento?
6. Em que consiste a diferença entre um argumento válido e um argumento correto?
7. Crie uma proposição de tipo *A*, usando os termos “cidadão” e “protegido pela Constituição”. Depois transforme essa proposição em *E*, *I* e *O*.
8. Encontre as proposições que podem ser relacionadas logicamente entre si, identificando as relações que se estabelecem entre cada par (contrária, contraditória etc.):
 - I. Toda criança necessita de seus pais.
 - II. Alguns indivíduos não experimentam a piedade compassiva.
 - III. Nenhuma criança precisa dos pais.
 - IV. Todo ser humano tem compaixão.
 - V. Os genitores não são necessários para alguns de seus filhos.
 - VI. A compaixão encontra-se em algumas pessoas.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Contradição ou complementaridade?

Há experiências da existência humana que as distinções lógicas não conseguem abarcar. Nelas, os limites entre contrários e contraditórios não são nítidos. É nesse domínio que a linguagem artística tem mais a dizer. Como testemunha o pensador francês Edgar Morin:

Nunca deixei de estar submetido à pressão simultânea de duas ideias contrárias e que me parecem ambas verdadeiras, o que me leva ora a ir de uma a outra, segundo as condições que acentuam ou diminuem a força de atração de cada uma, ora a

aceitar como complementares essas duas verdades que, no entanto, deveriam logicamente se excluir uma à outra. Tenho, ao mesmo tempo, o sentimento da irredutibilidade da contradição e o sentimento da complementaridade dos contrários. (*Meus demônios*. Disponível em: <http://uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/mariaclaudia.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.)

Elabore uma dissertação sobre o texto, relacionando-o, se possível, com sua experiência pessoal. Depois, apresente-a a um grupo de colegas e debata com eles sobre esse tema.

ARGUMENTAÇÃO

As distintas formas de raciocinar

Depois dessa exploração sobre os termos e as proposições, retornemos ao estudo dos argumentos para aprofundar nossa investigação. Dissemos antes que, quando raciocinamos, escolhemos e “manipulamos” certas informações em um processo que nos leva a outra informação (a conclusão).

Também vimos que, dependendo da maneira como relacionamos essas informações (a forma lógica), nossa argumentação será válida ou inválida. Se for válida e as premissas forem verdadeiras, temos uma **prova conclusiva** do que foi afirmado (a conclusão).

Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) expõe os argumentos que justificam seu voto sobre o reconhecimento da união homoafetiva (entre pessoas do mesmo sexo) em sessão plenária de 5 de maio de 2011 na sede do STF, em Brasília. Como sempre ocorre, os demais escutam e refletem sobre as razões do colega, sua validade e correção, podendo rejeitá-las ou apoiá-las, e até mesmo mudar de opinião e de voto.



Essa característica, no entanto, não se aplica a todo tipo de argumentação. Há outros modos de raciocinar que não têm a mesma força demonstrativa, mas são usados com frequência e têm bastante utilidade. Por isso tradicionalmente se distinguem dois tipos de argumentação: um é conhecido como **dedução**, e o outro, como **indução**. A diferenciação entre eles é fundamental na hora de avaliar as possibilidades e os limites de uma demonstração. Vejamos, então, cada um deles.

■ Dedução

A maioria dos exemplos de argumento que vimos até agora são dedutivos. Trabalhamos primeiramente com eles porque, desde Aristóteles, o ideal da lógica tem sido encontrar as condições necessárias para que, de proposições verdadeiras, se obtenham conclusões verdadeiras. E é apenas o **método dedutivo** que oferece essa possibilidade e garantia.

Como vimos, a dedução é um modo de raciocinar, argumentar e demonstrar em que a conclusão é uma consequência lógica das premissas (ou pelo menos a pessoa que o utiliza pensa ser). Isso quer dizer que, *stricto sensu*, dedução e argumento válido se identificam, pois têm a mesma definição – ou seja, toda dedução é um argumento válido e vice-versa. Mas, se pensarmos na dedução em sentido amplo, também é possível dizer que as pessoas podem “deduzir” erroneamente sempre que usarem esse método com uma forma inválida, o que de fato fazem com muita frequência.

Há, porém, outra maneira de caracterizar a dedução que a diferencia nitidamente da indução (conforme veremos adiante): o argumento dedu-

tivo é aquele que vai do **maior ao menor**, ou do **geral ao particular** ou **singular**, de tal modo que sua conclusão constitui algo que já estava contido, mesmo que implicitamente, nas premissas.

Isso pode ficar mais claro para você se retornarmos à historietta do início do capítulo, de onde é possível extrair o seguinte argumento dedutivo como exemplo:

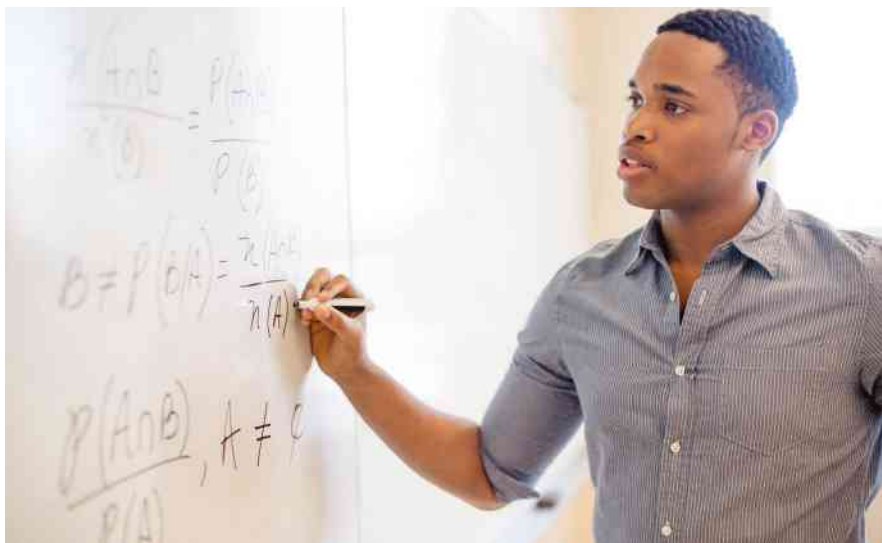
Exemplo 8 (E_8)

Todos os suspeitos são (ou devem ser) pessoas que estavam no prédio entre 12 e 14 horas. $\rightarrow P_1$
Lana não é uma pessoa que estava no prédio entre 12 e 14 horas. $\rightarrow P_2$
Logo, Lana não é (ou deve ser) suspeita. \rightarrow **conclusão**

Observe que o argumento parte da proposição universal P_1 (iniciada por **todos**) e conclui com uma proposição singular, referente a apenas um único indivíduo (**Lana**). Sua forma lógica é “Todo A é B. c não é B. Logo, c não é A” (forma válida). Esse tipo de raciocínio é comum na aplicação das leis científicas – que são enunciados gerais – a situações específicas (como, por exemplo, quando você resolve um problema de física).

Note também que o conteúdo da conclusão não excede os limites das informações contidas nas premissas – ele é **extraído** delas. Por isso, costuma-se dizer que os argumentos dedutivos, embora forneçam provas conclusivas de uma proposição, **não são ampliativos**, tendo em vista que nada acrescentam ao que já se sabia, ou seja, ao que estava implícito nas premissas. O trabalho do argumento dedutivo seria “apenas” o de explicitar essa informação.

CULTURAYELLOWDOG/GETTY IMAGES



As demonstrações matemáticas, como a realizada na lousa pelo professor da foto ao lado, são todas baseadas no raciocínio dedutivo.

Indução

A indução, por sua vez, costuma ser caracterizada como um modo de raciocinar que vai do **menor ao maior**, ou do **singular ou particular ao geral**, de tal maneira que sua conclusão vai além do que enunciam suas premissas.

Nós raciocinamos dessa forma com muita frequência: temos uma experiência, fazemos um juízo sobre ela e o generalizamos. Em nossa historietta, por exemplo, podemos identificar, de forma implícita, o seguinte argumento indutivo:

Exemplo 9 (E_9)

Um dia meu joelho doeu e depois choveu. $\rightarrow P_1$
Repetidas vezes meu joelho doeu e depois choveu. $\rightarrow P_2$
Logo, sempre que meu joelho doer vai chover. \rightarrow **conclusão**

Deixando de lado o toque de humor contido nesse argumento, observe que ele parte de proposições que enunciam uma **observação** individual relativa a um ou mais momentos (P_1 e P_2) e, por **analogia** (relação de semelhança), a **generaliza** (aplica-a a momentos similares ainda não experimentados). Note também que a conclusão não é uma consequência lógica das premissas, extrapolando as informações disponíveis nelas, ou seja, a conclusão estende a afirmação contida nas premissas além dos seus limites (para todas as situações futuras).

A indução tem um lugar de destaque na ciência, onde costuma ser aplicada de maneira criteriosa e controlada. Um cientista, por exemplo, observa o momento em que a água entra em ebulição sob determinadas condições e vê que o termômetro marca certa temperatura; depois ele realiza a experiência reiteradas vezes sob as mesmas condições, comprovando que o resultado é sempre o mesmo. Desse modo, ele induz (conclui por indução) que a água sempre entra em ebulição a 100 °C ao nível do mar. Mas essa conclusão não foi obtida por dedução lógica, e sim por observação (ou seja, indução).

Por isso, costuma-se dizer que o raciocínio indutivo é **ampliativo**, tendo em vista que sua conclusão vai além do enunciado nas premissas. Essa é sua riqueza, mas também sua debilidade, porque a conclusão indutiva será sempre **provável** (provavelmente verdadeira), mas não garantida ou necessária, no sentido estritamente lógico-dedutivo. Isso fica bem nítido nos estudos estatísticos, como as pesquisas de opinião:

Exemplo 10 (E_{10})

60% dos entrevistados pelo instituto de pesquisa apoiam a nova lei. $\rightarrow P$

Logo, estima-se que 60% da população apoia a nova lei. \rightarrow **conclusão**

Observe que, no argumento acima, mesmo se a premissa for verdadeira, sua conclusão não será necessariamente verdadeira, mas terá alta probabilidade de ser verdadeira se, e somente se, a pesquisa de opinião foi feita corretamente, seguindo a metodologia científica.

Portanto, vemos que há diferentes tipos de raciocínio indutivo e que alguns podem ser mais verossímeis ou prováveis que outros. No entanto, os lógicos têm tido dificuldades em caracterizar um argumento indutivamente forte, razão pela qual até nossos dias a lógica indutiva não se desenvolveu tanto quanto a lógica dedutiva. Mas alguns estudiosos assinalam que isso pode estar se modificando, pois, com o grande desenvolvimento da inteligência artificial nas últimas décadas, é cada vez maior o interesse por sistemas de inferência não dedutivos.



O monge e botânico austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884), retratado por Ned Seidler, realizou múltiplas experiências sobre a hibridação (cruzamento entre variedades de uma planta), especialmente com ervilhas. Suas observações o levaram à elaboração das primeiras leis da genética (as chamadas Leis de Mendel). Que tipo de raciocínio ele utilizou?

NED M. SEIDLER/NATIONAL GEOGRAPHIC/GETTY IMAGES

▀ Doutrina do silogismo

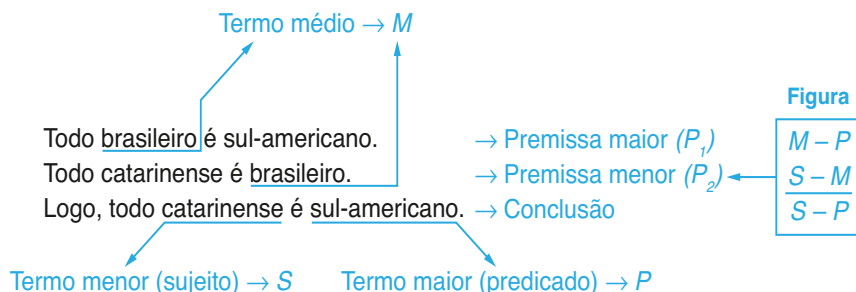
Retornemos aos argumentos dedutivos para explorar de forma breve a doutrina aristotélica que foi o cerne da lógica durante muitos séculos: a **doutrina do silogismo**. Ela reúne e sintetiza todos os conceitos lógicos que estudamos anteriormente.

Silogismo é uma palavra de origem grega usada tradicionalmente para designar um argumento formado por três proposições (duas premissas e a conclusão). A teoria sobre os silogismos foi apresentada por Aristóteles na obra *Analytica priora* (*Primeiros analíticos*), que integra o *Organon*.

Há vários tipos de silogismo, mas o principal é o chamado **silogismo categórico**, que se caracteriza por:

- possuir **três proposições categóricas** (na forma S é P ou S não é P , como vimos anteriormente);
- conter somente **três termos**, cada um deles usado em apenas **duas das proposições**.

O argumento abaixo é um exemplo de silogismo na chamada **forma típica**:



Observe que há três termos – “brasileiro”, “sul-americano” e “catarinense” – e cada um aparece apenas em duas proposições. É importante identificar entre eles:

- o **termo maior** ou **extremo maior** – é sempre o termo predicado da conclusão (“sul-americano”, no exemplo), sendo por isso referido como **P**. A premissa que o contém será a **premissa maior** (P_1 , no exemplo);
- o **termo menor** ou **extremo menor** – é sempre o termo sujeito da conclusão (“catarinense”, no exemplo), sendo por isso referido como **S**. A premissa que o contém será a **premissa menor** (P_2 , no exemplo);
- o **termo médio** – é o termo que aparece em ambas as premissas, mas não na conclusão (“brasileiro”, no exemplo). Cumpre a função de interligar os outros dois termos, encadeando as premissas com a conclusão. Costuma ser referido como **M**.

Note que, na forma típica do silogismo, a premissa maior aparece sempre em primeiro lugar, seguida da premissa menor. “Podemos definir um silogismo categórico de forma típica como algo que é ‘quimicamente puro’, livre de todas as obscuridades e irrelevâncias” (COPI, *Introdução à lógica*, p. 193). Os silogismos categóricos que não têm essa forma podem ser convertidos a ela, em um processo que se denomina **tradução** ou **redução**.

▀ Figuras do silogismo

De acordo com as posições do termo médio em P_1 e P_2 – se é sujeito ou predicado –, é possível compor **quatro formas** distintas de argumento, que são as chamadas **figuras** do silogismo. Veja:

| TABELA 1. FIGURAS DO SILOGISMO | | | |
|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| 1ª Figura | 2ª Figura | 3ª Figura | 4ª Figura |
| $M - P$ | $P - M$ | $M - P$ | $P - M$ |
| $S - M$ | $S - M$ | $M - S$ | $M - S$ |
| $S - P$ | $S - P$ | $S - P$ | $S - P$ |

▀ Modos do silogismo

De acordo com os tipos de proposições usadas em um silogismo (A – universal afirmativa; E – universal negativa; I – particular afirmativa; ou O – particular negativa), é possível compor **64 combinações** distintas de silogismo. Cada uma dessas combinações denomina-se **modo** do silogismo. Veja:

- AAA, AAE, AAI, AAO e assim por diante até AOO;
- EAA, EAE, EAI, EAO e assim por diante até EOO;
- IAA, IAE, IAI, IAO e assim por diante até IOO;
- OAA, OAE, OAI, OAO e assim por diante até OOO.

Observe que o código AAA refere-se a um silogismo formado por três proposições universais afirmativas; já OOO, a um silogismo de três proposições particulares negativas. Pratique.

Regras do silogismo

Existem **oito regras** que ajudam a construir silogismos categóricos formalmente válidos e a identificar os inválidos (conhecidos como **falácias**). Quatro dessas regras referem-se aos termos das proposições do silogismo, e as outras quatro, às próprias proposições (veja na tabela abaixo). Recorde que um argumento válido (ou de forma válida) é aquele em que, caso as premissas sejam verdadeiras, sua conclusão deve ser também verdadeira.

| TABELA 2. REGRAS DO SILOGISMO CATEGÓRICO VÁLIDO | | |
|---|---|--|
| REGRAS | | EXEMPLOS QUE VIOLAM AS REGRAS (FALÁCIAS FORMAIS) |
| TERMOS | 1 | Cada um dos três termos deve ser usado com o mesmo sentido em todo o argumento. Todo escorpião é insetívoro. Algumas pessoas são escorpião . (signo) Logo, algumas pessoas são insetívoras. Obs.: em rigor, não é um silogismo, pois contém quatro termos (pois escorpião inseto e escorpião signo contam como dois). |
| | 2 | O termo médio não pode entrar na conclusão. Nenhum canídeo é felino. Todo canídeo é carnívoro. Logo, este canídeo não é carnívoro felino. Obs.: em rigor, não é um silogismo. |
| | 3 | O termo médio deve aparecer em toda a sua extensão pelo menos uma vez. Todas as frutas são vegetais . Todas as verduras são vegetais . Logo, todas as verduras são frutas. Obs.: vegetais como fruta ou como verduras são uma parte da extensão total dos vegetais. |
| | 4 | Os termos maior e menor não podem ter na conclusão uma extensão maior do que a que têm nas premissas. Todo ato violento é condenável. Muitos homens cometem atos violentos. Logo, todos os homens são condenáveis. Obs.: a conclusão deveria ser “muitos homens...”. |
| PROPOSIÇÕES | 5 | De duas premissas afirmativas só se pode obter uma conclusão afirmativa. Todos os canídeos são mamíferos. Todos os mamíferos são vertebrados. Logo, alguns vertebrados não são canídeos. Obs.: a conclusão deveria ser “Alguns vertebrados são...”. |
| | 6 | De duas premissas negativas nada se pode concluir necessariamente. Nenhum pai é insensível. Alguns homens não são pais. Logo, alguns homens são insensíveis. Obs.: prova inconclusiva, conclusão injustificada. |
| | 7 | De duas premissas particulares nada se pode concluir necessariamente. Alguns comerciantes não são honestos. Alguns imigrantes são comerciantes. Logo, alguns imigrantes não são honestos. Obs.: prova inconclusiva, conclusão injustificada. |
| | 8 | A conclusão segue sempre a parte mais fraca (isto é, a premissa negativa e/ou particular). Todos os cisnes não são negros. Alguns pássaros são cisnes. Logo, todos os pássaros não são negros. Obs.: a conclusão deveria ser: “Alguns pássaros não são...”. |

Se construirmos silogismos categóricos com todos os 64 modos para cada uma das quatro figuras, conseguiremos **256 formas** de argumentos. No entanto, aplicando as regras acima, a maioria delas será inválida, restando apenas **19 silogismos categóricos válidos**.

| TABELA 3. SILOGISMOS VÁLIDOS | | | | |
|------------------------------|--------------------------|--------------------------|--|---------------------------------|
| FIGURAS | 1ª M – P S – M | 2ª P – M S – M | 3ª M – P M – S | 4ª P – M M – S |
| Modos | AAA AII EAE EIO | AEE AOO EAE EIO | AAI AII EAO EIO IAI OAO | AAI AEE EAO EIO IAI |

Fonte: RIVANO, *Lógica elemental*, p. 117.

Agora você pode entender melhor por que temos dito, desde o início do capítulo, que alguns argumentos têm forma válida e outros não. Você já tinha percebido isso de modo mais ou menos intuitivo, mas agora tem uma fundamentação teórica. Se você praticar a identificação das formas válidas e inválidas, verá cada vez com maior clareza essa distinção.

Lembre-se de que as regras e técnicas da lógica apenas procuram explicitar os caminhos que nosso pensamento já percorre, direcionando nossa atenção para aqueles que podem ser chamados de “mais corretos”, o que nos ajuda a evitar certos desvios e armadilhas.

CONEXÕES

7. Comprove que cada um dos exemplos de silogismo da tabela 2 é inválido. Para isso, preencha o quadro abaixo, identificando a figura e o modo de cada um e comparando os resultados com a tabela 3.

| SILOGISMO | FIGURA | MODOS | CONFIRMA INVALIDEZ? |
|-----------|--------|-------|---------------------|
| REGRA 3 | 2ª | AAA | Sim |
| REGRA 4 | | | |
| REGRA 5 | | | |
| REGRA 6 | | | |
| REGRA 7 | | | |
| REGRA 8 | | | |

Falácias

Vimos até aqui como é fácil construir raciocínios que podem parecer corretos, mas não são. Por isso se diz que tão importante quanto saber construir argumentos válidos e corretos é ser capaz de distinguir os que não o são, o que nos leva a tratar agora das chamadas **falácias**.

O termo latino *fallacia* significa “engano, traça”. Assim, em sua acepção comum, a palavra falácia costuma ser usada para referir uma **ideia equivocada** ou uma **crença falsa** (ou que se considera assim), como em “Dizer que o mundo vai acabar é uma falácia”. No âmbito da lógica, falácia é qualquer erro de raciocínio ou argumentação. No entanto, esse termo costuma ser reservado mais comumente aos raciocínios ou argumentos **enganosos**, isto é, que possam **parecer corretos**, mas que, após um exame cuidadoso, se percebe que **não são** (cf. COPPI, *Introdução à lógica*, p. 73). Vejamos um exemplo:

Exemplo 11 (E₁₁)

Todo gato perfeito tem quatro patas.
 Todo gato que conheço tem quatro patas.
 Logo, todo gato que conheço é perfeito.

O silogismo categórico acima (E₁₁) pode parecer correto à primeira vista. No entanto, se você prestar atenção um pouco mais, notará que a conclusão é precipitada e injustificada, mesmo que sejam verdadeiras suas premissas: não é possível concluir que todos os gatos que conheço são perfeitos só porque têm quatro patas. As quatro patas são apenas uma das condições de perfeição física nos gatos.

Vejamos então a forma lógica de E₁₁. Observe que ele corresponde à 2ª figura (termo médio como predicado nas duas premissas) e ao modo AAA (premissas e conclusão universais afirmativas). Se você consultar a tabela de silogismos válidos, verá que esse modo não é válido na 2ª figura (só na 1ª). Ou seja, nossa impressão de que havia algo estranho com esse argumento confirmou-se. Trata-se de uma **falácia formal**.

Se ainda está na dúvida sobre se E₁₁ deve ser mesmo considerado um argumento inválido, já que ele parece tão verossímil (cuidado: toda “boa” falácia tem essa característica), tente o **método do contraexemplo**: substitua “todo gato que conheço” por outro termo que mantenha a segunda premissa como verdadeira, mas que possa falsear a conclusão. Veja, no exemplo a seguir, como a conclusão não deixa dúvida.

Exemplo 12 (E_{12})

Todo gato perfeito possui quatro patas.

Todo cão possui quatro patas.

Logo, **todo cão** é um gato perfeito.

Observação

Se considerássemos “Todo gato que conheço” uma proposição particular afirmativa (I), não mudaria nossa conclusão de que E_{11} é um argumento falacioso, pois teríamos o modo All (premissas universal e particular afirmativas; conclusão particular afirmativa), que também é inválido na 2ª figura (confira na tabela).

Paralogismos, paradoxos e sofismas

Podemos dizer, então, que falácia é basicamente um **paralogismo**: um erro lógico involuntário, ou seja, sem que haja a intenção de enganar, mas que pode ser enganoso. Isso pode ocorrer em qualquer área do conhecimento, como, por exemplo, na matemática:

Todo mundo comete erros. Em particular, todo mundo comete erros em matemática. “Todo mundo” inclui os matemáticos, até mesmo os maiores de todos os tempos.

Se você adiciona dois números e obtém uma soma equivocada, esse erro é apenas um erro. Já se o erro na resposta é resultado de um raciocínio que parece correto, o erro é uma falácia. Algumas vezes os estudantes dão explicações para seus erros que parecem bem lógicas, mas, apesar disso, a soma continua equivocada. [...]

Na verdade, a palavra [falácia] em seu uso matemático poderia também referir-se a um resultado correto obtido por raciocínio incorreto [...] (BUNCH, *Matemática insólita* – paradoxos y paralogismos. p. 1-2; tradução dos autores).

Em algumas situações em que uma explicação ou teoria amplamente aceita e comprovada não funciona e se contradiz com o mundo real, isso ocorre muito provavelmente porque há algum tipo de falácia envolvida, como tem sido observado muitas vezes na história da ciência. No entanto, enquanto não se descobre qual é essa falácia, o que temos é um **paradoxo**.

Por outro lado, quando o erro lógico é cometido de maneira **intencional**, com o propósito de envolver psicologicamente e persuadir o interlocutor, ele costuma ser denominado **sofisma**. No entanto, apesar de todas essas nuances semânticas que

procuramos destacar, o que temos em todos os casos são, enfim, falácias, ou seja, raciocínios errados.

Falácias não formais

Vimos que um argumento falacioso pode ser identificado, com frequência, por sua forma (falácia formal). Ocorre que, muitas vezes, o problema de um raciocínio não está em sua forma, mas em seu **conteúdo**. São as chamadas **falácias quanto à matéria** ou simplesmente **falácias não formais**.

Aristóteles tratou especificamente do problema dos argumentos enganosos não formais no tratado situado ao final do *Organon*: as *Refutações sofísticas* (*Sophisticis Elenchis*). Nele, o filósofo procura identificar os tipos de falácias (ou sofismas) usadas pelos chamados **sofistas**, destacando seis tipos atribuíveis à **linguagem** (*in dictione*) e outros sete não relacionados com ela (*ex dictione*). Assim:

- as **falácias de linguagem** – relacionam-se, de modo geral, com problemas de **ambiguidade** e **imprecisão** entre os termos ou as proposições. Algumas usam o mesmo termo com acepções distintas; outras os aplicam de maneira imprecisa, como quando tomam um termo como parte em uma premissa e como todo em outra;
- as **falácias ex dictione** apresentam, de modo geral, premissas (ou provas, ou justificativas) **pouco relevantes ou totalmente irrelevantes** para as conclusões que extraem (ou o tema que pretendem provar ou justificar). Muitas vezes, procura-se com elas estimular certos sentimentos, como medo, ódio, reverência ou compaixão. Desse modo, o fator psicológico prepondera sobre o lógico.

Sofistas – na Grécia antiga, mestres que vendiam seus conhecimentos práticos de filosofia, especialmente a **argumentação retórica**. Na interpretação de Platão e Aristóteles, os sofistas transmitiram todo um **jogo de palavras**, **raciocínios** e **concepções** para driblar as teses de adversários e convencer as pessoas (tema a ser estudado no capítulo 12).

Ao longo do tempo, muitos tipos de argumentos falaciosos foram sendo descritos, somando-se aos já definidos por Aristóteles. Também ganharam nomes, sendo alguns mais conhecidos tradicionalmente por suas designações latinas. Veja na tabela 4 algumas das falácias mais comuns.

Muitas vezes, as falácias não são tão fáceis de identificar como nos exemplos a seguir. Também é verdade que os argumentos não costumam vir bem ordenados nem na forma de silogismos categóricos.

Mas, se você se familiarizar bem com as formas dos argumentos válidos e com as falácias descritas a seguir, além de treinar bastante, será muito mais difícil que você caia nas armadilhas dos raciocínios enganosos de agora em diante. Além disso, com tudo o que vimos neste capítulo e nesta unidade, deve estar mais preparado para penetrar no fascinante mundo das discussões filosóficas.

TABELA 4. FALÁCIAS NÃO FORMAIS

| NOME | DESCRIÇÃO | EXEMPLOS |
|---|--|--|
| Falácia de equívoco | Empregar uma palavra ou expressão em sentidos diversos (falácia de linguagem). | O fim de uma coisa é sua perfeição. A morte é o fim da vida. Logo, a morte é a perfeição da vida. Obs.: fim = “finalidade” e “final”. |
| Argumento de autoridade (<i>argumentum ad verecundiam</i>) | Citar uma autoridade para sustentar uma proposição quando essa pessoa não é especialista no tema. (Quando se trata de especialista, é mais cabível.) | Votei em fulano porque meu cantor favorito o está apoiando. Nove entre dez estrelas do cinema usam esse sabonete. Logo, ele deve ser muito bom. |
| Argumento contra o homem (<i>argumentum ad hominem</i>) | Argumentar contra a moral, a filiação política etc. da pessoa (o “homem”), quando não é isso que está em questão. | Esse deputado é comunista/direitista etc. Logo, seu projeto de lei é ruim. O réu traía a esposa. Logo, deve ser o assassino. |
| Petição de princípio (<i>petitio principii</i>) | Tomar como explicação ou prova (premissa) justamente aquilo que está por ser explicado ou provado (a conclusão). Assim, o raciocínio gira em um círculo vicioso. | Não tenho fome porque me falta vontade de comer. (E falta-me vontade de comer porque não tenho fome.) |
| Acidente convertido ou generalização apressada | Supor como regra geral uma situação excepcional. | Se alguns médicos falharam, a medicina não pode ser confiável. Se abrir uma exceção com você, terei que fazer o mesmo com todos. |
| Falsa causa (<i>post hoc ergo propter hoc</i>) | a) Considerar como causa de algo aquilo que o antecedeu no tempo. b) Tomar como antecedente lógico de algo aquilo que não o é necessariamente. | a) Tomei mel e me resfriei. Logo, me resfriei porque tomei mel. b) Se o pai é virtuoso, o filho deve ser virtuoso também. |

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

9. Identifique em que tipos de raciocínios estão baseadas as seguintes conclusões (dedução ou indução). Explique por quê.
 - a) Como ele é inglês, pensei que seria mais pontual.
 - b) Pelo futebol que tem jogado a seleção da Espanha, ela é séria candidata a ganhar a próxima Copa do Mundo.
 - c) Não vou mais assistir a filmes desse diretor, pois não entendi nada deste filme (ao sair do cinema).
10. Construa um silogismo válido na 3ª figura e um inválido na 4ª figura.
11. Identifique se os argumentos a seguir são: **válidos**, com conclusão **provavelmente verdadeira** ou **falaciosos** (neste caso, explique o tipo de falácia).
 - a) Como a maioria dos países latino-americanos fala espanhol, e o Suriname é um país latino-americano, esse país tem o espanhol como língua oficial.
 - b) Ele só pode estar dizendo a verdade, pois não é mentiroso.
 - c) O grande aumento de imigrantes residentes na Europa foi seguido de um aumento gritante nas taxas de desemprego nesse continente nos últimos anos. Logo, a imigração é a maior causadora da atual crise europeia de desemprego.
 - d) Com base no diagnóstico que fez, o doutor concluiu que a paciente tem seis meses de vida.
 - e) Considerando que todos os metais são condutores de eletricidade e que o carbono é um metal, sabemos que o carbono é condutor de eletricidade.

3. A necessidade de normas do discurso

Quando exercemos a racionalidade, expressamos proposições as mais diversas e antes mesmo de se estar certo de que essas proposições são “verdadeiras” é preciso assegurar-se de que os outros as compreendam. É preciso, portanto, elaborar certas regras para falar que sejam comuns a todos; regras de discurso mental que sejam também as regras do discurso expresso. Isso não significa afirmar que quando falamos temos de dizer sempre e somente uma coisa, sem ambiguidade e pluralidade de sentidos. Pelo contrário, é antes racional e razoável reconhecer que existem também discursos (no sonho, na poesia, na expressão dos desejos e das paixões) que querem dizer muitas coisas ao mesmo tempo, inclusive contraditórias entre si.

Mas justamente porque é, felizmente, evidente que falamos também de modo aberto e com muitos sentidos, é necessário, de vez em quando, e para certos propósitos, elaborar normas de discurso que possam ser partilhadas em âmbitos específicos por todos os que decidem adotar os mesmos critérios para usar as palavras e ligá-las entre si, em proposições sobre as quais se possa discutir. (...) A esse tipo de sensatez pertencem tanto as leis lógicas quanto as retóricas (no sentido de uma técnica de argumentação). (Eco, *Viagem na irrealdade cotidiana*, p.153-154.)

Elabore uma dissertação comentando o texto acima. Você concorda com a tese do autor? Qual é ela? Depois, em classe, debata com colegas que pensam diferente, confrontando os argumentos deles e defendendo os seus.



PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UFSM-RS) Os processos naturais que contribuem para a extinção de uma civilização são exemplos de males naturais, enquanto as guerras são exemplos de males morais.

O argumento segundo o qual o padrão atual de utilização dos recursos naturais produzirá um desequilíbrio ecológico irreversível é um exemplo de argumento do tipo

O desmatamento indiscriminado das florestas é um exemplo de um mal

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, as lacunas, dando sentido ao texto.

- | | |
|------------------------|---------------------|
| a) indutivo – natural | d) dedutivo – moral |
| b) dedutivo – natural | e) indutivo – moral |
| c) analógico – natural | |

Sessão cinema

O enigma de Kaspar Hauser (1974, Alemanha, direção de Werner Herzog)

História real e misteriosa de jovem criado em um porão, longe de qualquer contato com outro ser humano, até cerca de 15 anos. Sem saber falar, andar ou conhecer sua própria identidade, é levado para a cidade. Há uma cena memorável em que Kaspar propõe uma solução para um difícil problema lógico, considerado um paradoxo.



A caminhada (1889) — Vincent Van Gogh, óleo sobre tela.

“Caminhante, são tuas pegadas o caminho, e nada mais; caminhante, não há caminho, se faz caminho ao andar.

Ao andar se faz caminho e ao voltar a vista atrás vê-se a senda que nunca se há de voltar a pisar.

Caminhante, não há caminho, apenas rastros no mar.”

ANTONIO MACHADO

VAN GOGH MUSEUM, AMSTERDAM, HOLANDA



unidade 2

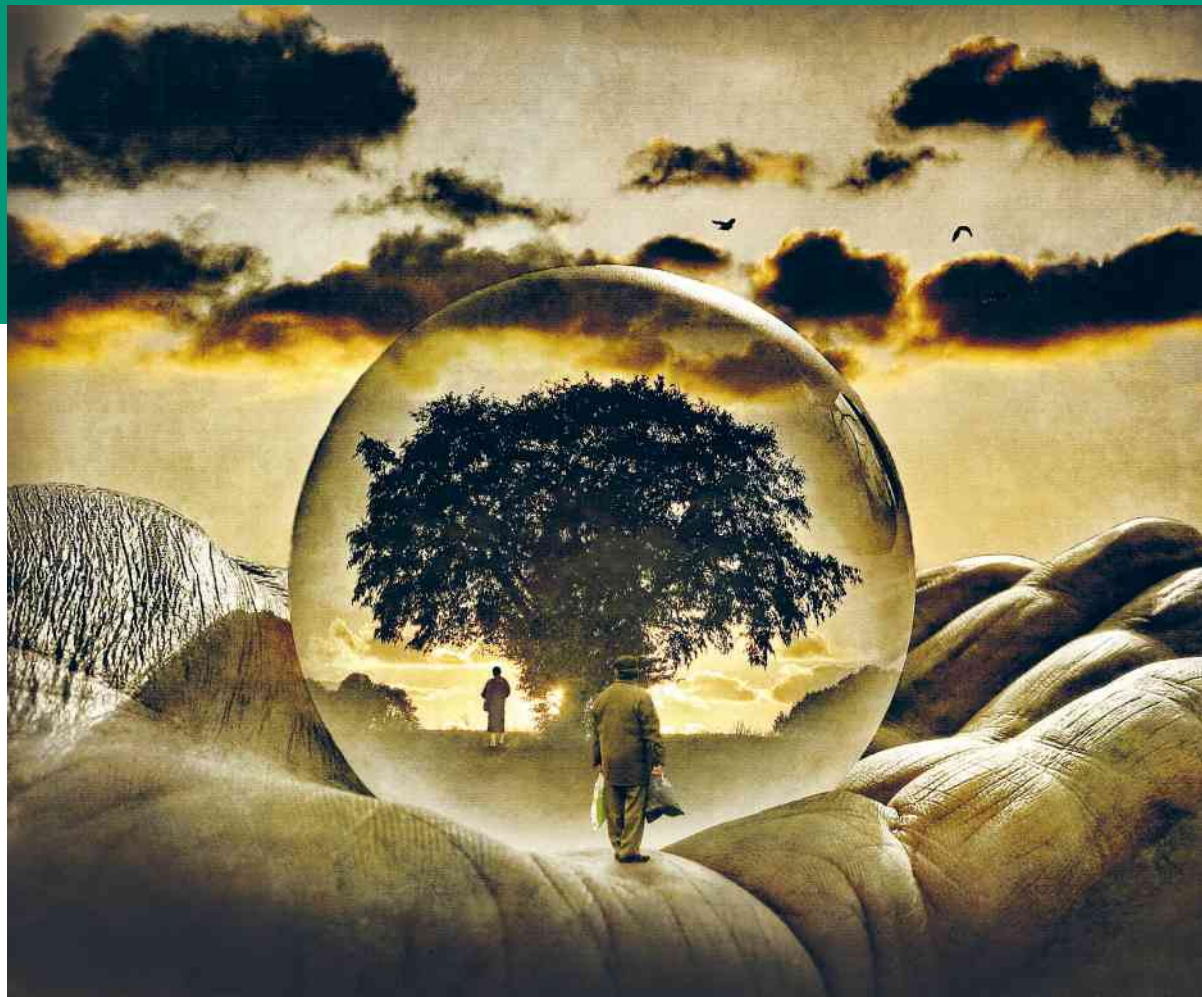
Nós e o mundo

Agora que você já tem uma boa ideia do que é o filosofar, é hora de mergulhar em alguns temas basilares do pensamento filosófico e da própria experiência humana. Estamos falando de problemas que comumente intrigam as pessoas desde a mais tenra idade, relacionados com a descoberta progressiva do mundo e de nós mesmos dentro desse mundo.

Iniciaremos com temas tão amplos como o universo, a natureza e a realidade, para depois ir fechando o foco sobre o ser humano e algumas de suas expressões mais características. Então, anime-se e mãos à obra!

Capítulo 6

HARTWIG KOPP-DELANEY



Quais seriam
esses dois
mundos?
Quem os
sustenta?

Sustentando dois mundos – Hartwig Kopp-Delaney.

O mundo

Desde épocas remotas, o ser humano se faz perguntas tão famosas como a tríade: “Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos?”. A tarefa de respondê-las levou à investigação de cenários cada vez mais amplos e distintos.

Dos mitos mais antigos à ciência atual, muitas explicações foram formuladas, despertando quase sempre novas questões. Trata-se do **problema do mundo** ou da **realidade**, conforme estudaremos neste capítulo.

Questões filosóficas

- ▼ O que é o ser?
- ▼ Como são essencialmente as coisas?
- ▼ Qual é o lugar do ser humano no universo?

Conceitos-chave

mundo, realidade, natureza, universo, cosmos, metafísica, ontologia, cosmogonia, cosmologia, materialismo, idealismo, monismo, dualismo, pluralismo, paradigma, ciência moderna, ciência pós-moderna, mecanicismo, reducionismo materialista, holismo, pensamento complexo

METAFÍSICA

A busca da realidade essencial

JORN GEORG TOMTER/BETTY IMAGES



CULTURA RM/WONWOO LEE/BETTY IMAGES



Crianças em sua descoberta do mundo. Observe que, nessa etapa da vida, nossa investigação sobre a realidade é sobretudo motora e sensorial. Você se recorda de experiências como essas? Ainda consegue, de vez em quando, se surpreender com o mundo e examiná-lo, mesmo que seja com os “dedinhos” da razão?

Deitado em seu berço, um bebê olha encantado um móvel colorido girando sobre ele, enquanto suga prazerosamente os dedinhos do pé, em um processo de descoberta do próprio corpo e do mundo ao seu redor. Suas expressões corporais e olhinhos atentos e curiosos parecem querer dizer: “O que é isso que experimento a cada instante? O que é essa coisa que escuto e vejo, que sinto pelo nariz, pela boca ou por toda a pele? Como tudo isso funciona?”.

Como você pode perceber, investigar o mundo em que vivemos é uma experiência humana básica e necessária para nossa adaptação à vida, à existência. No entanto, com o passar do tempo, depois de aprender o que parecia ser mais relevante para a própria subsistência, a maioria das pessoas tende a esquecer esses momentos de encantamento e descoberta da realidade.

A filosofia, porém, tem mantido acesa essa chama, indagando de maneira metódica e fundada na razão o que é esse mundo e essa realidade que nos envolve e nos penetra permanentemente. E suas investigações mais radicais nesse sentido denominam-se **metafísica**.

Como vimos anteriormente (no final da unidade 1), a metafísica é um campo de estudo filosófico que busca a **realidade fundamental** das coisas, isto é, sua **essência**. Por isso, Aristóteles definiu-a como a **ciência do ser enquanto ser**. Mas o que é o ser? E o que quer dizer essa expressão “ser enquanto ser”?

■ O que é o ser

Definir o substantivo **ser** no contexto filosófico é uma tarefa bastante delicada. Como se observa em relação a vários outros conceitos filosóficos, cada pensador deu uma pincelada, tirou ou acrescentou algo, às vezes até colocando suas distintas interpretações em contradição. E, quanto mais abstrato o conceito, mais isso parece ocorrer.

No entanto, podemos dizer, de maneira simplificada, que **ser** é um termo genérico usado para se referir a qualquer **coisa que é**, qualquer **coisa que existe** – por exemplo, um homem, uma mulher, um pássaro ou uma pedra. Nesse sentido, o termo mais adequado e específico seria **ente**.

Normalmente, como esses entes “se apresentam” a nós de maneira caracteristicamente própria e distinta – isto é, de tal forma que um não se confunde com o outro, assim como um pássaro não se confunde com uma pedra, uma mesa ou um ser humano –, tendemos a pensar que eles **são** algo caracteristicamente próprio e distinto um do outro.

Ora, se supomos que todas essas “coisas” **são** de maneiras caracteristicamente próprias e distintas, acabamos inferindo que cada uma delas “tem” algo que lhe é **inerente, intrínseco e essencial** e que a constitui e determina. Portanto, o termo **ser** também pode ser definido,

stricto sensu, como aquilo que uma coisa (um ser ou ente) é ou “tem” que lhe é próprio e que não depende de outros seres ou de quaisquer circunstâncias para ser.

Inerente – que está em algo (ou alguém), fazendo parte dele de maneira inseparável.

Intrínseco – que vem de dentro e faz parte de algo (ou alguém) como próprio (por oposição a extrínseco, que vem de fora).

O ser, neste último sentido, ficou conhecido mais tarde no jargão filosófico como **coisa em si**, expressão adotada pelo filósofo alemão Immanuel Kant no século XVIII. Assim, no primeiro sentido, seria a coisa; no segundo, a coisa em si.

Assim, articulando a primeira acepção de ser com a segunda, podemos entender que o estudo do “ser enquanto ser” é o estudo daquilo que existe em seus termos mais essenciais e absolutos. Por isso dizemos que a metafísica é a busca da realidade fundamental de qualquer coisa ou de tudo. É a tentativa de saber como as coisas são de verdade, livres das aparências. Essa busca seguiu distintos caminhos, como veremos a seguir, de forma resumida.

Ontologia e metafísica

A definição “ciência do ser enquanto ser” foi formulada por Aristóteles para o que ele chamava filosofia primeira (aquela que vem antes e fundamenta todas as outras). A palavra **metafísica**, porém, não existia ainda em sua época. Acredita-se que teria surgido no século I a.C. com a expressão grega *tà metá*

tà physiká, isto é, “(as obras) depois da física (de Aristóteles)”, passando a ser usada como unidade semântica (*metaphysiká*) somente a partir da Idade Média (cf. LALANDE, *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, v. II, p. 83.).

Durante o século XVII, no entanto, cunhou-se um novo termo, **ontologia** (do grego *óntos*, “ser” + *logia*), que significa literalmente estudo do ser (enquanto ser). A partir do século XVIII, a ontologia começou a ser entendida, por alguns estudiosos, como uma disciplina independente da metafísica, já que a metafísica incluía também outras investigações (cosmológicas, teológicas, epistemológicas), não apenas as ontológicas.

Apesar dessa distinção, ainda hoje as palavras metafísica e ontologia são empregadas com frequência como sinônimas em diversos contextos.

Problemas da realidade

Pois bem, como são essencialmente as coisas?

Algumas pessoas olham um cachorro e veem apenas um ser que é como uma máquina biológica que está aí para nos ajudar ou incomodar. Outras enxergam esse mesmo cão como um ser inteligente e sensível, com direitos semelhantes aos dos humanos. Algumas pessoas olham o céu e pensam em um espaço repleto de corpos siderais. Outras fazem o mesmo e entendem que nele existem seres sobrenaturais, Deus ou deuses, anjos etc. Algumas pessoas veem um copo com água pela metade e entendem que está meio cheio; outras, que está meio vazio.

ROB GONSALVES/COLEÇÃO PARTICULAR



O sol zarpando (s/d) – Rob Gonsalves. Distintas intuições do mundo levaram a distintas reflexões sobre a natureza fundamental da realidade.

E você? Como você “vê” as coisas? Experimente olhar para o que há ao seu redor neste instante, como se estivesse fazendo isso pela primeira vez, com a intenção de conhecer como é verdadeiramente o mundo. Comece por problematizar, isto é, encontrar problemas ou questões acerca de como as pessoas veem a realidade.

Os primeiros filósofos (referindo-nos aos pensadores gregos da Antiguidade) fizeram isso. Eles procuraram descobrir não apenas a **origem** de cada ser, ou de tudo o que existe, mas também seu **propósito**, sua **finalidade**. Alguns se perguntaram sobre a **constituição** de cada coisa, ou de todas as coisas, e se havia uma **relação**, uma **ordem** ou uma **hierarquia** entre tudo o que existe. Outros se voltaram para os **processos** observados na realidade, como o crescimento e o envelhecimento, vinculados ao passar do tempo (como estudaremos adiante e nos capítulos 11 e 12).

Enfim, a partir de distintas intuições do mundo, esses primeiros filósofos procuraram encontrar a essência da realidade (ou do ser), suas causas e propriedades fundamentais. Desse modo, foram sendo criados alguns dos **conceitos centrais** da filosofia. Dizemos centrais porque foram retomados, reformulados ou contestados por pensadores posteriores, sendo empregados nos diversos campos de estudo filosófico (e mesmo em campos não filosóficos) até nossos dias.

Assim, antes de percorrermos algumas teorias sobre o mundo, vejamos alguns desses conceitos referenciais da metafísica. De início, eles podem parecer meio obscuros, mas não se assuste. Ao longo do capítulo, tudo deve ficar mais claro. Lembre-se de que essas concepções “estão por aí” e você as utiliza frequentemente, mesmo sem se dar conta disso, pois elas fazem parte da nossa cultura.

CONEXÕES

1. Experimente fazer como fizeram os primeiros filósofos. Escolha algum ser (uma mesa, uma casa, uma pessoa, uma instituição etc.) e procure investigar o que ele realmente é. Siga basicamente este roteiro: sua origem, finalidade, constituição fundamental, características essenciais, características não essenciais.

Substância

Quando observamos as coisas em busca de sua natureza intrínseca, fundamental, essencial, tentamos pensar naquilo que, em filosofia, se designa **substância**. Não se trata da substância como

comumente a entendemos hoje, isto é, uma entidade material qualquer (por exemplo, leite ou cal), que pode ser concebida também física ou quimicamente (por exemplo, cálcio ou óxido de cálcio). Na metafísica, especula-se a respeito da substância de qualquer coisa: dos corpos, dos pensamentos, das palavras ou mesmo de Deus.

COLEÇÃO PARTICULAR



Número 20 (1949) – Jackson Pollock. Em seu expressionismo abstrato e antifigurativista, o artista coloca em xeque a tessitura do real.

A palavra **substância** vem do latim *substantia*, que significa “o que está ou permanece sob, por debaixo”, isto é, como “suporte, sustentáculo”. No contexto da ontologia, foi usada por alguns filósofos para denominar o **substrato** ou **suporte** fundamental de um ser, aquilo sem o qual ele não é. Nesse sentido, substância equivale a **essência**. Assim, a substância de um ser seria a realidade **necessária** e **constante** desse ser.

Ao conceito de substância opõe-se o de **acidente**, pois este se refere àquilo que faz parte de um ser, mas sem o qual o ser continua sendo. Por exemplo: o tamanho grande de um triângulo é um acidente, pois o triângulo não precisa ser grande para ser triângulo.

Observação

A definição formulada aqui é restrita e simplificada. Vários filósofos, principalmente Aristóteles, detalharam o conceito de substância de acordo com suas perspectivas, conferindo-lhe diversos matizes. Acreditamos, porém, que essa definição básica é suficiente, por ora.

Devir ou vir a ser

Quando pensamos que todo ser deve ter uma substância, isto é, uma realidade necessária e constante, estamos observando a **permanência** nas coisas, aquilo que não varia (ou que supomos não variar). Por exemplo: os três lados do triângulo, a brancura do leite, a mortalidade dos seres vivos. Essa foi a tendência predominante da filosofia (e, depois, das ciências) desde Sócrates.



Fotografias feitas em distintos momentos da vida da escritora inglesa Virginia Wolf (1882-1941). Observe que ela mudou e ao mesmo tempo é a mesma. A mudança ou o movimento da realidade é uma das principais questões abordadas pela metafísica.

No entanto, alguns filósofos – dos quais o primeiro foi Heráclito, que estudaremos no capítulo 11 – olharam para o universo e tiveram uma intuição distinta. Eles focalizaram sua atenção sobre a **mudança**. Nesse caso, em vez de realizar uma reflexão sobre o ser, desenvolveram uma reflexão sobre o **vir a ser**.

Vir a ser ou **devir** são termos sinônimos que se referem ao processo de transformação dos seres e das coisas, ao conjunto de mudanças que se manifestam à medida que o tempo evolui: da semente à árvore; do ovo à galinha; da criança, ao adulto, ao idoso. E à morte que a tudo segue. “Talvez nada permaneça no universo, tudo seja devir”, pensaram alguns estudiosos.

Nesse caso, se podemos falar em “essência” da realidade, ela seria a **impermanência**. Essa intuição originou um tipo de reflexão sobre o mundo centrada na relação entre opostos, isto é, que apresenta uma visão **dialética** da realidade, conforme veremos mais adiante neste capítulo (na metafísica de Hegel).

Causa e causalidade

Até agora estávamos trabalhando alguns conceitos metafísicos vinculados à pergunta “**o quê?**”: “O que é tal coisa?”, “O que é essencial nela?”, “O que é accidental?”. Mas, quando olhamos o mundo e seus fenômenos para procurar entendê-los, também tendemos a perguntar “**por quê?**”. Ao fazer isso, estamos investigando as **causas** – ou, em metafísica, as **causas primeiras**, fundamentais. Como escreveu Aristóteles, “não acreditamos conhecer nada antes de ter apreendido cada vez o seu porquê (isto é, apreendido a primeira causa)” (citado em Russ, *Dicionário de filosofia*, p. 32).

Aristóteles distinguia quatro tipos de causa: **material, eficiente, formal e final** (veja cada uma delas no capítulo 12). Modernamente, no entanto, quando falamos em **causa**, em geral estamos nos referindo àquilo que dá origem ou induz a algo mais, ou que o determina (uma combinação entre as **causas material e eficiente**, do filósofo grego). Esse “algo mais” é o **efeito**, justamente aquilo que queremos com-

preender, o que nos remete a uma causa. Por exemplo: vidro quebrado (efeito) e bola chutada contra ele (causa).

Causa e efeito seriam, portanto, coisas ou fenômenos que supomos vinculados por uma relação de **causalidade**, isto é, de “influência” do primeiro (a causa) sobre o segundo (o efeito).

Assim, a busca pela causa traz implícita a noção de que todo ser, fenômeno ou acontecimento deve ter sido originado ou determinado por outro ser ou acontecimento que o precede no tempo. Trata-se do chamado **princípio de causalidade**, o qual sustenta que **todo fenômeno tem uma causa**.

O princípio de causalidade acabou tornando-se um dos princípios fundamentais do pensamento moderno e contemporâneo, especialmente nas ciências.

Fim e finalismo

Na outra ponta da investigação sobre a realidade, podemos situar a pergunta “**para quê?**”, formulada quando buscamos o **fim** das coisas, isto é, o objetivo para o qual apontam os seres, os acontecimentos ou as ações.

Alguns pensadores procuraram encontrar as múltiplas finalidades que os seres pudessem ter, bem como o fim último do universo ou da existência. Formularam, assim, doutrinas denominadas **finalistas**.

No **finalismo**, o fim tende a adquirir um estatuto especial, pois assume o lugar de princípio explicativo para a existência, a organização e as transformações dos seres. Como formulou o filósofo cristão Tomás de Aquino (1226-1274), o fim é **aquilo por que algo é** (o finalismo vincula-se ao conceito de **causa final**, de Aristóteles).

As doutrinas finalistas também são conhecidas como **teleológicas**, palavra derivada do substantivo grego *télos*, que significa “fim”. Muitas vezes, o termo *télos* é usado em um sentido genérico em referência ao ponto para o qual se move ou tende a mover-se uma coisa ou realidade.

As concepções finalistas ou teleológicas são comuns nas religiões e praticamente ignoradas nas ciências. Na filosofia, a discussão sobre os fins ganhou maior relevância, fora da metafísica, em questões ligadas à ética e ao ser humano e sua existência.

CONEXÕES

2. Observe o mundo à sua volta: os lugares, os objetos, as pessoas, as plantas e os animais. Compare-os com o que eram tempos atrás, por exemplo, quando você era criança, ou há dois séculos (procure em fotografias antigas). Na sua percepção, o que parece ser fundamental: a permanência do ser ou a mudança do devir? Por quê?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. De que maneira a metafísica problematiza o mundo? O que se pretende conhecer por meio dessa reflexão?
2. Explique a expressão “ser enquanto ser”.
3. Diferencie o significado metafísico da palavra substância de seu significado comum.
4. Como o conceito de vir a ser (ou devir) se contrapõe ao de substância?
5. Nada acontece sem que haja uma causa ou, pelo menos, uma razão determinante, quer dizer, qualquer coisa que possa servir para dar razão *a priori*, por que isso é existente e não existente e por que isso é assim e não de outra maneira. (LEIBNIZ, citado em LALANDE, *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*, v. I, p. 172.)

Relacione essa citação, do filósofo alemão G. W. Leibniz (1646-1716), com o princípio correspondente.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Finalismo

Aristóteles defendia uma doutrina finalista da realidade. Para ele, toda vida animal e vegetal, em seus processos biológicos de crescimento e reprodução, expressa justamente a finalidade contida em sua própria natureza. Ou seja, seus fins tornam-se suas próprias causas (ou causa final).

Você concorda com a ideia de que tudo na natureza tem uma finalidade? Por exemplo:

- a) que o boi tem uma natureza própria para servir de alimento para o ser humano?
- b) que o ser humano, com sua inteligência, apareceu para dominar o planeta?
- c) que cada pessoa nasce com um propósito que não depende de sua vontade?

Reúna-se com colegas para trocar ideias e refletir sobre essa questão.

DO MITO À CIÊNCIA

Visões de mundo através da história

Agora que você já tem uma ideia geral sobre a profunda investigação da realidade efetuada pela metafísica, vejamos algumas explicações sobre o mundo formuladas por diversos grupos humanos ao longo da história.

Entre as mais antigas explicações conhecidas, encontram-se as lendas e os mitos de culturas muito antigas – egípcia, indiana, chinesa, grega, romana, asteca, maia, entre outras – e suas respectivas **cosmogonias** ou **cosmogêneses**, isto é, exposições sobre a origem e a formação do universo.

Desse modo, as forças e os fenômenos da natureza e dos seres naturais estavam simbolicamente representados em seres divinos ou sobrenaturais, geralmente concebidos segundo a imagem humana, antropomorfizados. A cosmogonia contida nos **mitos** equivalia praticamente à **genealogia** de suas deidades.

Genealogia – estudo da origem e história de um indivíduo em relação a seus antepassados ou família. Por extensão, em alguns filósofos, estudo das concepções e acontecimentos que determinaram ou favoreceram a formação de certas ideias, valores ou crenças.

GIULIO ROMANO/GETTY CENTER, LOS ANGELES, CALIFORNIA, USA



Vitória, Jano, Cronos e Gaia (1532-1534) – Giulio Romano (Getty Center, Los Angeles, Califórnia, EUA). Divindades da mitologia greco-romana.

No caso dos gregos, um conjunto de deuses primordiais representava, segundo a narrativa mítica, o surgimento do **cosmos** (“universo ordenado”, conforme estudamos no capítulo 1).

De acordo com o poema *Teogonia* (“origem dos deuses”), de Hesíodo, escrito por volta de VIII a.C., a primeira divindade teria sido **Caos** (o abismo, o vazio indeterminado e ilimitado), mas logo apareceram **Gaia** (a Terra), **Tártaro** (o mundo subterrâneo, de trevas profundas) e **Eros** (o amor). De cada uma dessas divindades vieram outras e, da união entre elas, nasceram outras mais, conformando assim várias estirpes de deuses e deusas, heróis e heroínas e outras entidades.

O mito

Em seu significado original, o termo **mito** refere-se às narrativas e ritos tradicionais, pertencentes à cultura de um povo, que utilizam elementos simbólicos para explicar a realidade e dar sentido a suas vidas.

De acordo com o especialista romeno em história das religiões Mircea Eliade (1907-1986), “o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial [...]. O mito narra como, graças às façanhas dos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir [...]” (*Mito e realidade*, p. 11).

Por intermédio de ritos sagrados, diversos grupos humanos renovavam suas alianças com os seres sobrenaturais, o que produzia uma sensação de amparo diante dos perigos da existência. Assim, a consciência mítica mostrava-se operativa, isto é, trazia resultados, transmitindo os valores desejados pelas sociedades.

No mundo contemporâneo ocidental predomina uma visão racional e materialista da realidade, mas o mito ainda tem lugar privilegiado em diversas culturas espalhadas por todo o planeta.



CARYBÉ

Oxalá – Carybé (Coleção particular). Orixá (divindade) dos iorubás (povos africanos) vinculado à criação do mundo.

3. O psiquiatra suíço Carl G. Jung (1875-1961) considerava importante o indivíduo trabalhar internamente seus próprios símbolos e mitos. Por isso estimulava as pessoas a refletirem sobre si mesmas, tendo como referência a seguinte pergunta: “Qual é o mito que você vive?”. Pesquise diversas mitologias e identifique o mito que mais reflete sua maneira de ser neste instante. Encontre o aspecto da realidade ou valor que ele representa e por que você se identifica com ele.

■ Primeiras cosmologias

A partir do século VII a.C., os primeiros filósofos gregos – conhecidos como **pré-socráticos** – iniciaram um processo de ruptura com as explicações míticas e antropomórficas do universo. Dedicaram-se a investigar diretamente o mundo físico, a **natureza** (que se diz *physis*, em grego), e a construir uma **cosmologia**, ou seja, uma explicação sobre a origem, a formação e as principais características do cosmos. Nada – ou bem pouco – de deuses ou histórias familiares. A nova tendência era buscar argumentos baseados na observação do mundo natural e no uso da razão para formar um sistema coerente de concepções.

Busca da *arché*

A investigação empreendida pelos pensadores pré-socráticos caracterizou-se principalmente pela busca da *arché*, palavra grega que significa literalmente “o que está na frente, a origem, o começo”. A *arché* pode ser entendida como:

- **realidade primeira** que deu origem a tudo o que existe;
- **substrato** fundamental que compõe as coisas;
- **força** ou **princípio** que determina todas as transformações que ocorrem nas coisas.

Como vimos, a ideia de que todos os seres da natureza provêm ou participam de uma unidade primordial já estava presente nas diversas cosmogonias. Mas a busca da *arché* dos primeiros filósofos trouxe a novidade, entre outras, de superar o **antropomorfismo** da perspectiva mítica, procurando identificar elementos naturais (ou não sobrenaturais) que explicassem racionalmente a realidade (cf. Bernhardt, *O pensamento pré-socrático...*, em CHÂTELET, *História da filosofia*, v. 1, p. 28).

Qual era a *arché* para cada pensador pré-socrático? Tales dizia ser a **água**; Anaximandro,

o *ápeiron* (“o indeterminado”); Anaxímenes, o **ar**; Xenófanes, a **terra**; Heráclito, o **fogo**; Pitágoras, os **números**; Parmênides, o **ser**; Empédocles, os **quatro elementos** (terra, água, ar e fogo); Demócrito, os **átomos** (estudaremos esses filósofos no capítulo 11).

■ Metafísicas gregas clássicas

No século IV a.C., período clássico da filosofia grega, Platão procurou explicar a realidade concebendo a existência de **dois mundos separados**:

- o **mundo sensível** (correspondente à matéria), que é temporário e ilusório;
- e o **mundo inteligível** (correspondente às ideias), que é eterno e verdadeiro (conforme vimos no capítulo 1).

No entanto, segundo o filósofo, uma terceira instância – que não pertencia ao mundo sensível nem ao inteligível – teria operado na formação do universo: trata-se do **demiurgo**, uma espécie de “grande construtor”, que buscou as ideias eternas, situadas no mundo inteligível, para dar forma à matéria, que estava ainda indeterminada (voltaremos a esse tema com mais detalhes no capítulo 12).

Aristóteles, por sua vez, afirmava que em todas as coisas haveria **dois princípios inseparáveis**:

- a **matéria** (princípio indeterminado, mas determinável pela forma);
- e a **forma** (princípio determinado e determinante da matéria).

Com relação à origem do universo, o filósofo entendia que o mundo é eterno, mas que um **primeiro motor** o colocou em movimento, por sua força de atração (voltaremos a esse tema de maneira mais aprofundada no capítulo 12).

Cosmologia aristotélica

Aristóteles também sintetizou e sistematizou a cosmologia grega de sua época, junto com suas próprias contribuições, na obra *Sobre o céu* – a qual se tornaria um dos tratados de maior influência na história da cosmologia, tendo sido adotado no mundo ocidental por mais de 18 séculos.

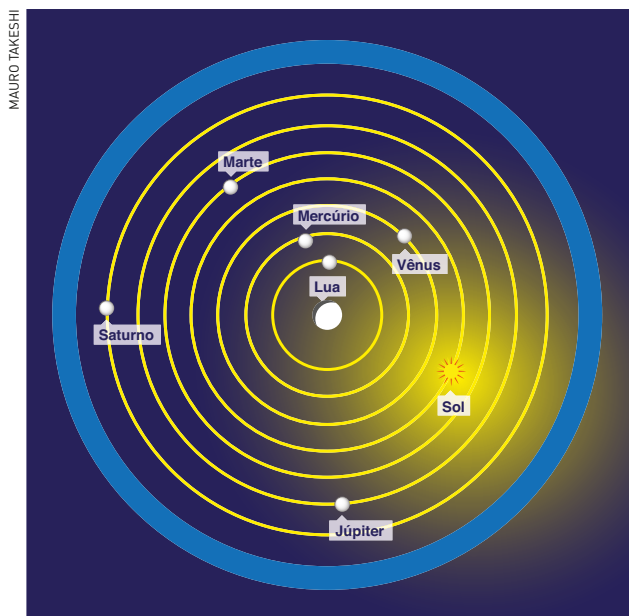
Trazia a visão de um universo extremamente organizado e racional. A Terra ocupava um lugar privilegiado – o centro (**geocentrismo**) –, mas que era ao mesmo tempo o de menor perfeição (ideia vinculada à concepção platônica do mundo corruptível da matéria).

De acordo com esse modelo, o universo seria **finito** espacialmente e composto de **diversas**

esferas concêntricas. A menor seria a da Terra; a maior, a das estrelas fixas. A esfera correspondente à Lua dividiria o espaço em duas regiões, com qualidades totalmente distintas:

- **mundo sublunar** – região terrestre, mutável e imperfeita, composta dos elementos terra, água, ar e fogo;
- **mundo supralunar** – região celeste, imutável e perfeita, composta do elemento éter, onde habitariam os deuses.

Organizado hierarquicamente, o cosmos aristotélico apresentava a noção de **espaço qualitativo**: cada corpo (ou ser) teria uma qualidade e um lugar que lhe seriam próprios, e a esse lugar ele tenderia **por natureza**. Assim, de acordo com Aristóteles, quando atiramos uma pedra para cima e ela volta ao chão, isso ocorre porque esse é seu **lugar natural**. Pela mesma razão, a água tende a descer, enquanto o ar e o fogo tendem a subir.



Representação simplificada do sistema geocêntrico concebido pelo astrônomo e matemático grego Claudio Ptolomeu (c. séculos I-II d.C.), baseado em boa parte no modelo de universo descrito por Aristóteles. A Terra estaria imóvel ao centro, enquanto os outros astros girariam ao seu redor. O geocentrismo predominou na astronomia da Grécia antiga e da Europa medieval, embora já existissem vozes discordantes que defendiam a tese heliocêntrica desde a Antiguidade.

Durante a Idade Média, a concepção aristotélica do universo foi assimilada pelos pensadores cristãos e adotada oficialmente pela Igreja católica. É que essa concepção garantia um posto privilegiado para o ser humano (no centro da criação), além de permitir que Deus pudesse ser identificado com o primeiro motor e tivesse seu

lugar natural no céu (fora do mundo), de onde podia comandar sua obra. Não havia, portanto, conflito com as escrituras sagradas, que ganhavam em racionalidade com o modelo aristotélico.

Cosmologia cristã

As diversas religiões existentes também apresentam explicações sobre o mundo, sobre como são as coisas. A diferença é que, como vimos no capítulo anterior, as explicações religiosas não estão fundadas em conhecimentos obtidos por meio da razão. Elas se baseiam nas chamadas **verdades reveladas**, ou seja, em concepções consideradas verdadeiras pelo fato de constarem dos textos sagrados de cada religião, já que estes seriam a transcrição de revelações trazidas pela divindade.

Duzentos ou trezentos anos atrás, essas concepções compartilhavam plenamente, com a filosofia e a ciência, o espaço das explicações sobre o universo e a vida consideradas válidas pela maioria das pessoas no mundo ocidental. E, em várias culturas, os limites entre filosofia e religião continuam sendo até hoje não muito claros.

No caso do cristianismo – crença predominante no mundo ocidental desde a Idade Média, apesar da crescente **laicização** das sociedades contemporâneas –, sua cosmologia baseia-se nos relatos bíblicos, especialmente aquele contido no livro do *Gênesis*.

Laicização – processo de tornar-se laico, independente de influência religiosa.



Deus e sua criação (c.1530) – Bíblia de Lutero.

De acordo com essa escritura, Deus criou o universo e tudo o que nele existe a partir do nada. Primeiro foram o céu e a Terra. Depois vieram a luz, o dia e a noite, os mares e os continentes, as plantas e os animais. Por último, criou o homem e a mulher, à sua imagem e semelhança, para que dominassem sobre a Terra e sobre todas as formas de vida nela existentes. “E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom” (*Gênesis*, 1-31). O mundo era um jardim agradável e prazeroso (éden ou paraíso).

No entanto, os dois primeiros humanos (Adão e Eva) descumpriram uma ordem divina – não comer da árvore do conhecimento –, e toda a humanidade paga por esse pecado até hoje e o final dos tempos. De acordo com a *Bíblia*, o mundo terminará um dia, quando toda a humanidade será julgada por Deus no chamado **juízo final**. Os que forem julgados bons irão para o **reino de Deus** e os que forem considerados maus serão mandados para o **inferno**.

CONEXÕES

4. Faça um paralelo entre o demiurgo de Platão, o primeiro motor de Aristóteles e o Deus cristão, destacando semelhanças e diferenças.

Dissolução do cosmos

A partir do século XV, iniciou-se uma série de transformações nas sociedades europeias (políticas, econômicas, sociais) comumente relacionadas com a construção de uma **nova mentalidade**, isto é, uma nova maneira de entender as coisas, o mundo. No plano cultural, o movimento que acompanhou, expressou e sustentou essas mudanças ficou conhecido como **Renascimento** (séculos XV e XVI). Foi também nesse contexto que se assentaram os fundamentos da chamada **ciência moderna** (momento histórico que estudaremos com mais detalhe no capítulo 14).

Iniciou-se, então, uma verdadeira “revolução espiritual”, pois as novas teorias de filósofos e cientistas não apenas modificaram as antigas explicações da natureza e do real (baseadas, em boa medida, no aristotelismo), como também forçaram progressivamente uma reforma na estrutura do pensamento das pessoas, uma mudança na maneira de entender as coisas, da qual somos herdeiros (cf. KOYRÉ, *Estudos de história do pensamento científico*, p. 154-155).

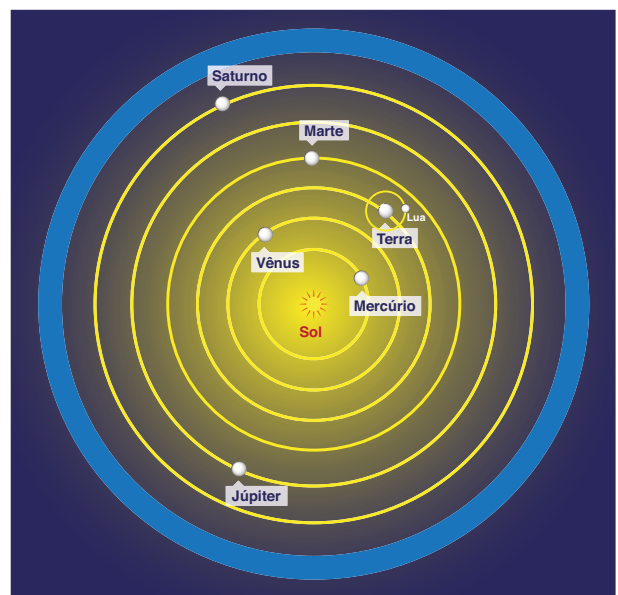
Essa revolução espiritual esteve vinculada, em boa medida, à **física** e à **astronomia**, cujos sucessivos êxitos em explicar a realidade concreta contribuíram para que o **racionalismo materialista** se tornasse a visão de mundo predominante nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Uma das primeiras “novidades” trazidas pela astronomia do início da Idade Moderna foi a **teoria heliocêntrica**, que propôs uma reorganização do universo físico. Assim se iniciou um processo de descentralização do mundo que dissolveu a antiga noção de cosmos, formulada desde os gregos. Vejamos isso com mais detalhes.

Espaço homogêneo e infinito

A concepção geocêntrica do universo coincide, basicamente, com a percepção do senso comum, pois trata-se de uma representação daquilo que podemos observar diretamente: nós aqui, no centro (o ponto fixo, a referência), com os astros girando à nossa volta.

No entanto, como apontou o sacerdote e astrônomo polonês **Nicolau Copérnico** (1473-1543) em sua obra *Da revolução das esferas celestes*, o que vemos com nossos próprios olhos é apenas o **movimento aparente** dos astros. O **movimento real** é o da Terra – e dos demais astros – girando em torno do Sol (**heliocentrismo**). Copérnico chegou a essa conclusão ao perceber, como estudioso dedicado aos cálculos e às medições celestes, que o modelo geocêntrico era insuficiente para explicar vários movimentos que ele observava.



Representação simplificada do mundo heliocêntrico. A ideia do Sol como centro do universo foi sendo dissolvida nos séculos seguintes. Hoje o que se sabe é que essa estrela é o centro gravitacional (não geométrico) apenas do sistema solar.

Ora, se a Terra não estava no centro de tudo, a noção aristotélica de **espaço hierarquizado** deixava de fazer sentido. Assim, progressivamente, essa concepção foi sendo substituída pela de um **espaço homogêneo**, ou seja, um espaço em que os lugares são equivalentes, sem um ponto fixo ou referencial, sem uma hierarquia entre os lugares e as coisas.

Do ponto de vista do desenvolvimento da mecânica, todos os autores importantes do século XVII, tais como Kepler, Galileu, Descartes, Mersenne, perceberam a necessidade de unificar a astronomia heliocêntrica de Copérnico com as concepções mecânicas da nova ciência. Para todos esses autores, a adesão ao sistema copernicano se insere no quadro intelectual da crítica moderna, feita em nome da razão, à astronomia e à cosmologia tradicionais, que separavam essencialmente **Céu e Terra**, atribuindo aos corpos celestes os movimentos circulares considerados perfeitos (completos) e às coisas terrestres os movimentos retilíneos considerados imperfeitos (incompletos). Além disso, a concepção tradicional separava a **astronomia**, entendida como simples hipótese e descrição matemática dos movimentos observados dos corpos celestes, e a **física (filosofia natural)**, entendida como o estudo das causas e essências das mudanças e transformações que vemos acontecer a nossa volta. Com a adesão ao copernicanismo, Galileu e Kepler são levados a criticar essa visão tradicional de que o universo está composto por duas regiões heterogêneas (essencialmente diferentes) e, de certo modo, a superá-la dando um importante passo na direção da homogeneização do universo, isto é, da concepção de que todas as regiões do universo estão sujeitas às mesmas leis. (MARICONDA, Galileu e a ciência moderna. *Especiaria* – Cadernos de Ciências Humanas, v.9, n. 16, p. 280-281.)

O Sol, por sua vez, não se converteu no novo ponto fixo, pois o heliocentrismo de Copérnico constituiu apenas o primeiro passo de um processo de descentralização e expansão do mundo. Aos poucos muitos foram abraçando a tese de que o universo é **infinito** (questão que se mantém aberta até hoje), de tal maneira que seu centro poderia estar em qualquer parte.

Observação

A tese heliocêntrica não constituiu total novidade – segundo alguns historiadores, Aristarco de Samos (c. séculos IV-III a.C.) já a defendia na Antiguidade. Mas foi a partir do sistema proposto por Copérnico que o heliocentrismo começou a ser aceito, investigado e aperfeiçoado por seus seguidores, destruindo completamente a cosmologia medieval.

Matematização da natureza

Os pensadores modernos também desenvolveram uma visão da natureza baseada na **geometrização** do espaço e, portanto, na **matematização** dos fenômenos naturais.

Essa expressão deve-se ao fato de que os cientistas foram abandonando a abordagem tradicional, fundada no estudo das **qualidades** dos corpos e de suas **causas** (orientação aristotélica), e passaram a observar mais atentamente as regularidades entre as propriedades dos corpos ou fenômenos, adotando o viés **quantitativo**. Por exemplo, o fenômeno do movimento começou a ser pensado em termos das relações espaço-tempo (velocidade) e impulso-duração (aceleração), expressas em linguagem geométrica ou matemática.

Assim, com o advento dessa nova mentalidade, conhecer o mundo começou a ter um novo significado. Essa mudança ficou magistralmente registrada nas palavras de Galileu – um dos fundadores da física moderna –, que, como bom filósofo da natureza, afirmou:

A filosofia encontra-se escrita neste grande livro que continuamente se abre perante nossos olhos (isto é, o universo), que não se pode compreender antes de entender a língua e conhecer os caracteres com os quais está escrito. Ele está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas, sem cujos meios é impossível entender humanamente as palavras; sem eles nós vagamos perdidos dentro de um obscuro labirinto. (*O ensaiador*, p. 119.)

Observação

Lembre-se de que, como vimos no capítulo 4, até a Idade Moderna não havia ocorrido ainda uma separação entre ciência e filosofia. O estudo da natureza (que hoje corresponde às ciências naturais) era um ramo filosófico chamado filosofia natural. Vários pensadores que hoje conhecemos como filósofos realizavam também estudos científicos ou eram inventores – entre eles Francis Bacon, Descartes, Pascal e Leibniz –, assim como muitos cientistas denominavam seus estudos de filosofia natural.

CONEXÕES

5. Encontre, nas disciplinas de ciências naturais que você estuda, exemplos do processo de geometrização ou matematização da natureza, ocorrido desde o início da Idade Moderna.

Mecanicismo

Com o físico e astrônomo inglês **Isaac Newton** (1642-1727) floresceu plenamente a revolução do pensamento no campo da investigação do universo, aliando-se de maneira definitiva a matematização da natureza à **experimentação**. O mundo passou a ser visto como uma **grande máquina** cujas partes poderiam ser conhecidas por meio da observação, da elaboração de hipóteses e da realização de experiências para confirmá-las.

Entre as principais características desse mecanismo natural gigante – ou **sistema mundo**, conforme Newton – estariam a **uniformidade** e a **simplicidade**:

Não se hão de admitir mais causas das coisas naturais do que as que sejam verdadeiras e, ao mesmo tempo, bastem para explicar os fenômenos de tudo.

A natureza, com efeito, é simples e não se serve de luxo de causas supérfluas das coisas. (*Princípios matemáticos da filosofia natural*, p. 18.)

Newton (1795) – William Blake.
O cientista inglês é representado como um geômetra divino. Poeta e pintor romântico, o inglês Blake (1757-1827) foi um crítico do materialismo científico.

TATE GALLERY, LONDRES, REINO UNIDO



Essa regra, fundamental nas ciências naturais até nossos dias, é uma reelaboração do **princípio da parcimônia**, formulado antes pelo pensador inglês **Guilherme de Ockham** (1280-1349) e que se resume na seguinte máxima: é tolice fazer com mais o que se pode fazer com menos.

Em outras palavras, deve-se preferir a explicação mais simples em lugar de uma mais complexa sempre que a primeira seja capaz de abranger o maior número de casos relacionados a determinado fenômeno. Esse princípio ficou também conhecido como **navalha de Ockham**.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

6. Em que consistiu a busca da *arché*, empreendida pelos primeiros filósofos gregos?
7. Como era fundamentalmente a realidade para Platão e para Aristóteles?
8. Interprete esta afirmação:

A dissolução do cosmo significa a destruição de uma ideia, a ideia de um mundo de estrutura finita, hierarquicamente ordenado [...]. (KOYRÉ, *Estudos de história do pensamento científico*, p. 154.)

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Mundo hierarquizado ou homogêneo

Relacione as visões de mundo antiga (de espaço hierarquizado) e moderna (de espaço homogêneo) com as sociedades antigas, medievais e modernas europeias. Para isso, pesquise sobre a estrutura social na Grécia, na Europa medieval e na Europa moderna, buscando responder a estas duas questões:

- a) É possível estabelecer um paralelo entre as concepções a respeito do mundo natural e social que se desenvolveram nesses períodos?
- b) O que se ganhou e o que se perdeu com a dissolução do cosmos grego?

Reflita a respeito e, depois, reúna-se com colegas para apresentar sua pesquisa e debater sobre suas conclusões.

METAFÍSICAS DA MODERNIDADE

O debate entre materialistas e idealistas

Após esse resumo histórico sobre distintas concepções de mundo – desde os mitos até o surgimento da ciência moderna, passando brevemente pelas metafísicas da Antiguidade –, podemos avançar para o estudo das metafísicas da modernidade. Antes, porém, você precisa conhecer alguns conceitos para poder fazer determinadas distinções. Vejamos.

Boa parte das explicações sobre o real (filosóficas e não filosóficas) pode ser enquadrada nestas duas tendências ou correntes de interpretação:

- **materialismo** (ou **fisicalismo**) – é materialista qualquer concepção ou doutrina que tem, implícita ou explicitamente, a **matéria** (ou algum princípio físico, como o átomo ou a energia) como a realidade primeira e fundamental de tudo o que existe. Uma pessoa estritamente materialista (no sentido filosófico), por exemplo, é aquela que tende a acreditar que é possível explicar, a partir da matéria, todos os fenômenos naturais e mentais, até mesmo sociais. O materialismo moderno serve-se com frequência do **mecanicismo**, isto é, da noção de que os fenômenos se explicam por um conjunto de causas mecânicas, como uma engrenagem. Existem vários tipos de materialismo, como veremos ao longo deste livro;
- **idealismo** – é idealista qualquer doutrina que concebe, implícita ou explicitamente, que o **pensamento**, a **ideia** ou algum princípio imaterial (isto é, de outra ordem que não a da matéria) constitui a realidade primeira e fundamental de tudo o que existe ou uma realidade independente e distinta da matéria, mas tendo precedência (anterioridade e maior importância) sobre esta. Essa concepção também pode ser qualificada como **espiritualista** ou **imaterialista**, conforme o caso. Há vários tipos de idealismo, como veremos ao longo deste livro.

Por outro lado, como nem todas as concepções ou teorias sobre o mundo advogam a existência de apenas um princípio fundamental, elas também podem ser classificadas em três categorias distintas:

- **monismo** – qualquer concepção ou doutrina que considera que tudo o que existe pode ser reduzido (convertido, simplificado) a um **princípio único** ou realidade fundamental (a palavra **monismo** deriva do grego *monos*, que significa “único, isolado”). Por exemplo: se é a matéria,

THE BRIDGEMAN LIBRARY/GRUPO KEYSTONE



Os vinhedos de Cagnes (1906) – Pierre-Auguste Renoir, óleo sobre tela (Brooklyn Museum of Art, New York, EUA). As pinceladas rápidas de um dos principais expoentes do impressionismo captam com maestria a fugacidade do real.

temos um monismo materialista; se é a mente ou o espírito, temos um monismo idealista ou espiritualista. As explicações monistas tendem a compor grandes sistemas, em que todas as esferas da existência estariam interligadas pelo princípio fundamental;

- **dualismo** – qualquer concepção ou doutrina que defende a existência de **dois princípios** primeiros (ou substâncias fundamentais) no universo, irreduzíveis entre si (isto é, um não pode ser convertido ou fundamentado no outro). Existem vários tipos de dualismo, conforme veremos adiante, mas geralmente o termo refere-se à contraposição mente-corpo, espírito-matéria;
- **pluralismo** – qualquer concepção ou doutrina que entende que o universo está composto de uma **multiplicidade** de entidades ou elementos individuais e independentes. Opondo-se principalmente à ideia de uma realidade fundamental e única, as explicações pluralistas tendem a compor cenários mais abertos, incompletos ou indeterminados que os do monismo.

As teorias dos primeiros pensadores pré-socráticos (que retomaremos no capítulo 11) são exemplos claros de monismo, pois propõem a existência de um princípio fundamental para tudo o que existe: água, ar, fogo etc.

Platão costuma ser considerado um dualista por conceber duas realidades distintas e separadas (o mundo sensível e o mundo inteligível). O mesmo se pode dizer de Aristóteles, mas seu dualismo seria “moderado”, tendo em conta que supôs dois princípios inseparáveis (matéria e forma), constituindo a unidade do real (como veremos com mais atenção no capítulo 12).

Por último, como exemplos claros de pluralismo, temos as concepções de Empédocles (dos quatro elementos) e de Demócrito (a multiplicidade dos átomos), pensadores que estudaremos mais adiante (no capítulo 11).

Observação

Tenha sempre em mente que não existem classificações rígidas. Elas são pautas que nos ajudam a fazer certas distinções, e sua determinação depende do aspecto doutrinário que se quer abordar, podendo às vezes variar até para um mesmo autor. A metafísica de Platão, por exemplo, embora seja tradicionalmente considerada dualista, também costuma ser classificada como idealista (portanto, monista), já que as ideias são, para ele, o ser verdadeiro e essencial de todas as coisas.

■ Dualismo cartesiano

Vejam agora algumas das principais teorias da realidade que contribuíram para a matriz de valores e concepções de mundo da modernidade. Começemos pela doutrina dualista de René Descartes. Durante o século XVII – época do chamado **grande racionalismo** –, esse pensador concebeu uma metafísica de muita influência até nossos dias. Trata-se da concepção de mundo que separa radicalmente **matéria** e **espírito**, ou **corpo** e **mente**, conhecida como **dualismo cartesiano**.

Como vimos anteriormente, o filósofo francês estava decidido a romper com a herança cultural do passado (aristotélico-tomista) e a começar tudo novamente desde os fundamentos, com o propósito de estabelecer “algo de firme e de constante nas ciências” (releia o trecho sobre a dúvida metódica no capítulo 2). Para alcançar esse objetivo, empregou o método da dúvida e chegou a questionar até mesmo o que parecia mais indubitável: a existência do mundo e de si mesmo. Desse modo, ele buscava chegar a uma **primeira certeza**, que atuaria como um novo centro ou **ponto fixo** a partir do qual construiria toda a sua filosofia.

Você deve lembrar que a primeira certeza que Descartes alcançou em sua dúvida metódica foi o *cogito*, isto é, o “Penso, logo existo”. Portanto, ele sabia que existia como “coisa pensante”. A partir daí, tratou de alcançar outras certezas. Primeiro, precisou provar a existência de Deus, para depois demonstrar como se podia conhecer o mundo exterior. Nessa tarefa, foi construindo sua teoria da realidade, que ficou estruturada em três classes de substâncias ou coisas (que em latim se diz *res*):

- **substância infinita** (*res infinita*) – cuja propriedade essencial é a **infinitude**; trata-se de **Deus**, ser que criou todas as coisas;
- **substância pensante** (*res cogitans*) – ativa, cuja propriedade essencial é o entendimento; corresponde à esfera do **eu** (ou **consciência**), entendido como **sujeito** de toda a atividade do intelecto;
- **substância extensa** (*res extensa*) – passiva, cuja propriedade essencial é a **extensão** no espaço (comprimento, largura e profundidade), com formas e movimento; trata-se do mundo **corpóreo, material**.

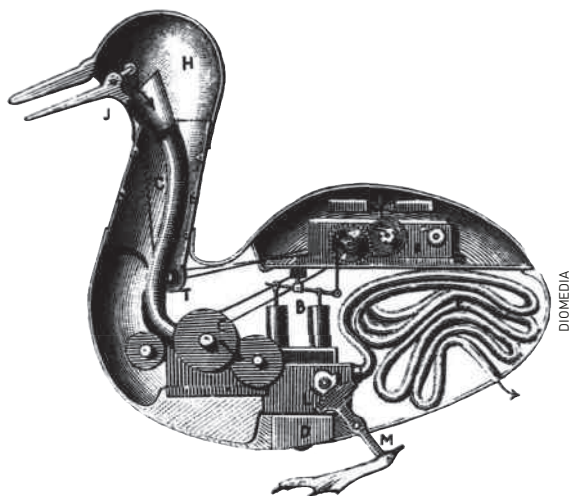
No entanto, concordando com a doutrina católica, Descartes concebia que Deus é um ser **transcendente**, isto é, encontra-se fora, separado de sua criação. Desse modo, no mundo em que vivemos existiriam apenas as duas substâncias finitas (*res cogitans* e *res extensa*), que seriam essencialmente distintas e separadas. Daí o conhecido dualismo da metafísica cartesiana.

Mecanicismo e determinismo natural

A *res cogitans*, ou substância pensante, seria exclusivamente humana. Portanto, todo o mundo exterior ao pensamento – ou seja, os objetos corpóreos, a natureza – seria constituído apenas de substância extensa, que é incapaz da ação. Assim, os corpos só se movem quando são acionados por outro agente (ou causa eficiente) de forma **mecânica**.

Isso quer dizer que, para Descartes, o mundo material é como uma **grande máquina**, que recebeu seu primeiro impulso de Deus. E essa quantidade de movimento, imprimida pela substância infinita, permaneceria indefinidamente constante.

Para o filósofo, mesmo os **animais** são comparáveis a máquinas. Em seu entendimento, o fato de que com frequência alguns deles sejam capazes de ações muito especiais só prova que esses animais têm uma natureza “muito bem-disposta”, como ocorre com um relógio.



O pato, por exemplo, seria como um relógio, cujo mecanismo preciso torna-o capaz de contar melhor as horas do que nós mesmos (cf. DESCARTES, *Meditações*, p. 61).

CONEXÕES

- Quais são as consequências práticas dessa interpretação de Descartes? Você concorda com a ideia de que os animais são como máquinas? Como você chegou a essa conclusão?

Separação mente-corpo

O **ser humano**, por sua vez, seria composto de **corpo** e **alma**, *res extensa* e *res cogitans*. Nosso corpo, como todos os corpos, estaria submetido às leis mecânicas naturais, de causa e efeito, **predeterminadas**. Já nossa alma teria as faculdades do entendimento e da vontade, conferindo-nos a capacidade de **iniciativa própria** e de **liberdade**, além de sermos capazes de interagir com o corpo e comandá-lo.

Mas como se dá essa interação entre alma e corpo? De que maneira a alma pode fazer o corpo realizar aquilo que ela quer? Esse foi um dos principais problemas da doutrina dualista concebida por Descartes, já que, segundo ela, essas duas substâncias seriam radicalmente distintas e separadas, como acabamos de ver.

Assim surgiu a seguinte questão: como se relacionaria a mente com o corpo, se a alma não é um corpo (uma substância extensa), tendo em vista que, de acordo com a teoria cartesiana, um corpo só poderia ser movido por outro corpo contíguo no espaço?

Descartes lançou a hipótese de que a alma está sediada em uma **pequena glândula localizada no meio do cérebro** e que, por meio dela, se comunicaria com o corpo. Mas como se relacionaria a alma com essa glândula, se continuamos tendo *res cogitans* de um lado e *res extensa* do outro?

Desse modo, a concepção dualista do ser humano tornou-se um problema filosófico clássico (para não dizer, também, científico), discutido entre seus contemporâneos e herdado pela posteridade. A tendência seria a volta ao monismo ontológico, seja materialista, seja idealista ou espiritualista.



Representação artística computadorizada da glândula pineal, situada mais ou menos no centro do cérebro. A ela se refere Descartes em sua obra, embora essa glândula fosse praticamente ignorada na Europa do século XVII. O mesmo não ocorria em uma das mais antigas civilizações – a indiana –, que desde épocas remotas relaciona a pineal com o desenvolvimento de uma visão extrassensorial e um conhecimento superior. Na atualidade, estudos científicos comprovaram seu papel de secretar a melatonina (hormônio relacionado com os ciclos de sono de nosso organismo), entre outras funções ainda não muito bem conhecidas dessa enigmática glândula.

Observação

Descartes entendia que a matéria era algo conhecível apenas a partir do que se sabia da mente. Desse modo, apesar do dualismo ontológico que defendeu, ele mostrou uma tendência idealista em termos epistemológicos, priorizando o papel do sujeito que conhece (o mundo interno à mente) em relação ao objeto conhecido (o mundo externo à mente).

Materialismo mecanicista

Entre os que criticaram o dualismo cartesiano, encontra-se o inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679). Contemporâneo de Descartes e leitor de suas obras, Hobbes discordava da ideia de que a realidade pudesse estar constituída de duas substâncias, bem como de que o pensamento fosse uma delas. Para ele, nada era imaterial, de tal forma que desenvolveu uma concepção metafísica totalmente **materialista**.

Tudo é corpo

Analisando as *Meditações metafísicas* de Descartes, Hobbes aceitou que da proposição “penso” se devia deduzir “existo”, mas discordava da concepção de que o pensar fosse evidência de uma realidade separada e distinta do corpo, da existência de uma substância espiritual. É o que expressa a Descartes em uma de suas objeções:

[...] não podemos conceber qualquer ato sem um sujeito, assim também não podemos conceber o pensamento sem uma coisa que pense, a ciência sem uma coisa que saiba, e o passeio sem uma coisa que passeie. [De onde se segue] que uma coisa que pensa é alguma coisa de corporal. (Citado em Monteiro, *Vida e obra*, em HOBBS, *Leviatã*, p. XI.)

Em outras palavras, Hobbes concordava que pensar era uma evidência de que algo existia. Mas existia como **corpo**, pois para ele o que se chama “espírito” não seria outra coisa senão o resultado do movimento em certos órgãos corporais. Como explica em sua obra *Sobre o corpo*, quando os corpos exteriores afetam o corpo humano e agitam os **sentidos**, estes transmitem ao cérebro esse movimento ou agitação, que é então enviado ao coração. A partir do coração começaria um movimento inverso, em direção ao exterior, que produziria as **sensações** propriamente ditas e, delas, as **ideias** que constituem o conhecimento.

Note que, para Hobbes, é pela sensação que se inicia todo o processo de conhecimento (concepção que se denomina **empirista**, conforme estudaremos no capítulo 10). As ideias seriam imagens das coisas impressas na “fantasia corporal”.

Determinismo

Assim, a partir das noções de corpo e movimento, o filósofo inglês explicava toda a realidade. Todos os corpos – incluindo os pensamentos – estariam sujeitos, segundo ele, aos nexos causais que determinam seus movimentos. **Nada se move por si próprio**, seja por uma propensão natural de seguir sua natureza ou essência (como na física aristotélica), seja de forma aleatória (e livre). **Tudo é movido**, no sentido de que todo movimento é sempre uma reação ou efeito a um agente externo ao corpo (ou causa).

O **mecanicismo** que Descartes havia adotado para compreender o mundo exterior (a *res extensa*) foi **universalizado** por Hobbes, abrangendo o material e o que geralmente se considera espiritual. Todo o real existiria no espaço e seria corpo – ou corpo em movimento. Até mesmo a vontade humana não seria livre, pois o querer algo não passaria

de uma reação interna a uma ação (ou estímulo) do mundo externo.

Desse modo, sem lugar para o acaso e a liberdade, o materialismo hobbesiano caracterizou-se por um profundo **determinismo**, isto é, pela noção de que todos os fenômenos – materiais e psíquicos – estão interligados e determinados por relações profundas de causa e efeito (retomaremos o pensamento de Hobbes no capítulo 15).



TIM ROBERTS/GETTY IMAGES

Dois corpos se abraçam, gerando uma constelação de efeitos físico-emocionais. Muito se diz sobre os benefícios do abraço, que é um apertar de corpos e uma expressão de afeto. Alguns estudiosos defendem que abraçar cotidianamente gera saúde e felicidade, pois estimula a liberação pelo organismo de hormônios relacionados com o bem-estar. De novo temos essa relação entre o físico e o psíquico, o material e o imaterial. O que você crê que ocorre em um abraço, do ponto de vista metafísico?

■ Idealismo absoluto

No século XIX, o filósofo alemão **Friedrich Hegel** (1770-1831) concebeu uma ontologia radicalmente distinta, se não oposta ao materialismo hobbesiano. Para ele, o mundo seria o desdobramento de um espírito abrangente (ou absoluto) que se estaria realizando no tempo (ou história). Desse modo, Hegel identificava a **ideia** ou o **espírito** com toda a realidade. Trata-se de um **idealismo absoluto**, conforme veremos adiante.

O real é racional

Hegel entendia a realidade como um processo análogo ao pensamento. Por isso dizia que “tudo que é real é racional, tudo que é racional é real”. Com essa afirmação, ele sintetizava as seguintes noções:

- **a realidade possui racionalidade ou identifica-se com ela** – o mundo é a atuação ou realização progressiva de uma razão (ou ideia, ou espírito, ou absoluto, ou Deus), presente tanto na natureza como no ser humano e em suas construções culturais. Portanto, o mundo não é o reino do

acaso, onde os fatos se dão de forma aleatória, mas sim o desdobramento do *logos* ou espiritualidade racional. Por isso, “o real é racional”;

- **a razão possui realidade ou identifica-se com ela** – se o real é racional, inversamente a razão não seria apenas um processo abstrato no qual as ideias equivalem a puras representações ou imagens do mundo, como se costuma pensar. Elas fazem parte da estrutura profunda do real, de tal maneira que quanto maior a racionalidade mais forte ou elevada a realidade (noção de que a quantidade se transforma em qualidade). Por isso, “o racional é real”.

Desse modo, Hegel rompeu com a distinção tradicional entre consciência e mundo, sujeito e objeto, ideal e real, espírito e matéria. Para ele, a realidade se identificaria totalmente com o espírito (ou ideia, ou razão), e a racionalidade seria o fundamento de tudo o que existe, inclusive da natureza. O ser humano, por sua vez, constituiria a manifestação mais elevada dessa razão, que estaria dentro dele e ao mesmo tempo acima dele, pois a racionalidade cósmica movimentaria o mundo.

Movimento dialético do real

Quando Hegel concebe a realidade como espírito, quer destacar que ela não é apenas uma substância (uma coisa permanente, rígida). Ela é principalmente um **sujeito**, um ser com vida própria, que pode atuar. Portanto, entender a realidade como espírito é entendê-la nesse seu atuar constante, ou seja, como **movimento** ou **processo**, e não como coisa ou substância inerte. É entendê-la como **devir**.

Mas como é esse movimento do real? De acordo com Hegel, esse movimento tem uma característica específica: ele se dá por **contradições autossupadoras** contínuas. Isso quer dizer que cada momento surge do anterior e prepara o seguinte, em um processo de embate e superação em que sempre o anterior tem de ser **negado**.

Em seu texto *Fenomenologia do espírito*, o filósofo usa um exemplo da natureza para ilustrar esse processo:

O botão desaparece no florescimento, podendo-se dizer que aquele é rejeitado por este; de modo semelhante, com o aparecimento do fruto, a flor é declarada falsa existência da planta, com o fruto entrando no lugar da flor como a sua verdade. Tais formas não somente se distinguem, mas cada uma delas se dispersa também sob o impulso da outra, porque são reciprocamente incompatíveis. Mas, ao mesmo tempo, a sua natureza fluida faz delas momentos da unidade orgânica, na qual elas não apenas não se rejeitam, mas, ao contrário, são necessárias uma para a outra, e essa necessidade igual constitui agora a vida do inteiro. (p. 6.)

Assim podemos ver como a realidade não é estática, mas dinâmica. Os momentos se contradizem entre si, sem, no entanto, perderem a unidade do processo, que leva a um crescente autoenriquecimento. Esse desenvolvimento, que se faz por meio do embate e da superação de contradições, foi chamado por Hegel de **dialética**. Não se trata aqui do método usado por Platão para pensar e conhecer a realidade (estudado no capítulo 3), mas sim de uma **descrição do movimento real do mundo**.

O movimento dialético se processa em três momentos: o primeiro, do **ser em si**; o segundo, do **ser outro** ou **fora de si**; e o terceiro (que seria o retorno), do **ser para si**. Usando novamente o exemplo do reino vegetal: a semente seria o em-si da planta, mas ela deve morrer como semente para sair fora de si e poder se desdobrar na planta para si.

Por motivos didáticos, esses três momentos do real são comumente chamados de **tese**, **antítese** e **síntese** (embora alguns estudiosos afirmem que Hegel nunca usou essa terminologia). Como o mover do mundo é contínuo, cada momento final, que seria a síntese, torna-se a tese de um movimento posterior, de caráter mais evoluído.

Assim, a dialética do mundo pode ser representada como uma **espiral**, ou seja, um movimento circular que não se fecha nunca, seguindo evolutivamente em direção ao **infinito** (retomaremos o pensamento de Hegel no capítulo 16).

THINKSTOCK/GETTY IMAGES



Fazendo uma analogia, podemos dizer que, para Hegel, o real se move como uma espiral: em cada giro, vai em um sentido e volta no sentido contrário, mas sem nunca regressar ao mesmo ponto e fechar o círculo, pois prossegue em um novo giro, situado um degrau acima, e assim sucessivamente. Trata-se, portanto, de uma concepção evolucionista da realidade.



Metabiótica 16 (2004) – Alexandre Órion. Intervenção urbana (pintura sobre parede) seguida de registro fotográfico. Imagem que traduz a ideia do movimento dialético do real metaforicamente. Reflita sobre isso.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

9. Dê exemplos de teorias da realidade monistas, dualistas e pluralistas. Justifique cada uma delas.
10. A que nos referimos quando dizemos que Descartes concebeu uma ontologia dualista? Detalhe essa concepção.
11. Analise o problema de uma concepção dualista da realidade, como o observado na ontologia cartesiana.
12. Hobbes universalizou o mecanicismo de Descartes. Está correta essa afirmação? Por quê?
13. Por que dizemos que “Hegel concebeu uma ontologia radicalmente distinta, se não oposta ao materialismo hobbesiano”?
14. Destaque os principais conceitos da ontologia hegeliana contidos nessa citação:

O que é verdadeiro não é nem o ser nem o nada, mas a passagem, e a passagem já efetuada, do ser ao nada e deste àquele. Mas [...] o ser e o nada diferem absolutamente um do outro, sendo inseparados e inseparáveis, desaparecendo cada um no seu contrário. Sua verdade consiste, pois, neste movimento de desaparecimento direta de um no outro: no devir. (HEGEL, citado em RUSS, *Dicionário de filosofia*, p. 68.)

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Crítica à medicina

A divisão cartesiana domina tanto a investigação como a prática médica. Em resultado, as consequências psicológicas das doenças do corpo propriamente dito, as chamadas doenças reais, são normalmente ignoradas ou levadas em conta muito tarde. Mais negligenciado ainda é o inverso, os efeitos dos conflitos psicológicos no corpo. É curioso pensar que Descartes contribuiu para a alteração do rumo da medicina, ajudando-a a

abandonar a abordagem orgânica da mente-no-corpo que predominou desde Hipócrates até o Renascimento. (DAMÁSIO, *O erro de Descartes*, p. 282.)

Faça uma análise dessa crítica do neurocientista português António Damásio à visão da medicina praticada nos dias atuais. Você concorda com ela? Depois, reúna-se com um grupo de colegas para debater esse tema.

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Como se concebe o mundo hoje em dia

A metafísica como área de investigação da realidade não tem, atualmente, o mesmo prestígio do passado. No entanto, o problema do mundo e de como são realmente as coisas ressurge continuamente em diversas áreas de atuação humana, mesmo quando não é abordado diretamente. Ou seja, reaparece como pressuposto, conformando implicitamente uma tese ontológica.

■ Reduccionismo materialista

É o que ocorre, por exemplo, no campo científico, onde o **racionalismo materialista** encontrou solo fértil e se impôs de maneira crescentemente hegemônica desde o início da época moderna. Isso pode parecer “normal” quando se trata das ciências da natureza – como a física, a química e a biologia –, que lidam de modo direto com a matéria e os fenômenos naturais. Mas o que dizer das ciências do ser humano, como a psicologia e a sociologia? É possível relacionar pensamentos, emoções e condutas sociais com elementos ou substâncias corporais?

Cada vez mais áreas como a genética e as neurociências, entre outras, têm tentado mostrar que sim, que é possível relacioná-los, alcançando certo êxito nessa tarefa. Hormônios como a adrenalina ou neurotransmissores como a serotonina, sem falar nos genes, já se tornaram lugares-comuns no linguajar popular para explicar estados psicológicos ou comportamentos diversos dos seres humanos.

Essa tendência de relacionar o corporal ou material com o psíquico, o inanimado com o animado, é uma consequência lógica da **ontologia materialista**, que considera a natureza como realidade única e, consequentemente, o ser humano como um ser natural que não necessita de nada além de sua natureza física para ser explicado.

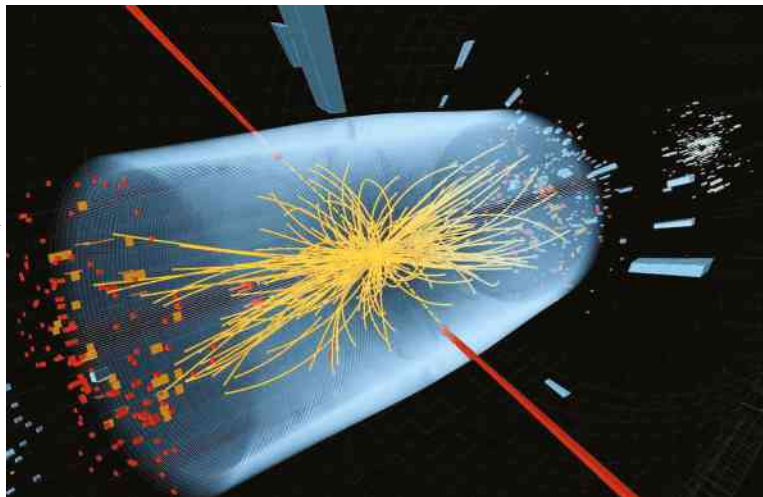
[Isso] tornou o materialismo, ao longo de toda a sua história, solidário do racionalismo, do espírito científico, das Luzes, em suma, de tudo o que combatia as superstições: “sobrenatural”, para um materialista, é uma palavra vazia de sentido ou, antes, sem objeto. Mas também é o que o leva, quase inevitavelmente, ao reduccionismo. Se chamarmos de **física** o conhecimento da natureza ou da matéria, o materialismo é um fisicalismo ontológico: não há nada que não seja matéria ou produto da matéria, não existe nada que não seja, de direito, conhecível pela física ou redutível, em última instância, a processos que o sejam. No limite, não pode haver metafísica materialista

independente: a metafísica do materialismo seria antes a própria física [...]. (COMTE-SPONVILLE em Comte-Sponville e Ferry, *A sabedoria dos modernos*, p. 31.)

Como esse texto salienta, o materialismo tende ao **reduccionismo**, isto é, à maneira de pensar segundo a qual o **todo** (por exemplo, uma máquina ou um animal) pode ser explicado pelas **partes** nas quais ele se reduz (por exemplo, as peças que compõem a máquina ou os órgãos que formam o animal). Há aí o entendimento de que “a soma das partes equivale ao todo”. Se conhecemos as partes, conhecemos o todo.

De acordo com o enfoque reducionista, cada parte poderia ser convertida sucessivamente em níveis de organização inferiores, até chegar ao nível das substâncias materiais ou unidades físicas mais elementares. Em outras palavras, a biologia poderia ser reduzida à química e, depois, à física, já que a vida não passaria de uma reunião de substâncias químicas, e estas, de uma combinação de átomos ou de partículas subatômicas.

NYT/THE NEW YORK TIMES/LATINSTOCK



Representação de uma colisão de fótons, criada por computação gráfica. Na perspectiva do reducionismo materialista, as partes mais elementares da matéria explicariam a totalidade do existente. Um exemplo disso é o tão buscado bóson de Higgs, uma partícula subatômica cuja existência foi teorizada, na década de 1960, pelo físico inglês Peter Higgs (1929-), junto com outros cientistas. Ela seria o elemento que faltava para explicar – dentro do modelo *standard* da física de partículas – como o universo ganhou massa após o *big bang* (veja boxe a seguir). Por isso, ela ficou conhecida no mundo não científico como “partícula de Deus”.

Isso quer dizer que a física seria a ciência básica: aquela que fundamentaria todo o conhecimento sobre o mundo, já que lidaria com as “verdadeiras” unidades ontológicas do real.

CONEXÕES

7. Pesquise o que são a adrenalina e a serotonina. É possível entender que essas substâncias confirmam a tese materialista de que tudo pode ser reduzido à matéria?

Enfoques não reducionistas

O paradigma reducionista-mecanicista estabelecido com o surgimento da ciência moderna tem encontrado, no entanto, dificuldades para ser mantido, principalmente em algumas áreas de investigação, como a biologia, a ecologia, a psicologia, a sociologia e a linguística – e mesmo na física.

Desde o final do século XIX surgiram vozes discordantes desse modelo de interpretação e investigação do mundo. Mas foi principalmente nas últimas décadas que aumentou significativamente o número de adeptos de abordagens **não reducio-**

nistas no campo científico, razão pela qual se costuma falar no surgimento de um **novo paradigma** científico, ou de uma **ciência pós-moderna**.

Nessas novas abordagens, o todo tende a ser entendido como **sistema**, isto é, como estrutura organizada de elementos inter-relacionados. Assim, para ser adequadamente compreendido, o todo não pode ser dividido, e suas partes, isoladas. Elas devem ser entendidas conjuntamente nas **relações** que estabelecem entre si, sempre tendo como referência o todo. Essa tendência é conhecida, de modo genérico, como **holismo** (do grego *hólos*, “total”, “inteiro”, “completo”).

No entanto, há também aqueles – como o pensador francês Edgar Morin (1921-) – que defendem a tese de que, para compreender a **complexidade** do mundo, é preciso adotar ao mesmo tempo as perspectivas do todo e das partes, ou seja, holista e reducionista (voltaremos a esse tema mais adiante, no capítulo 20).

Big bang: a origem do universo

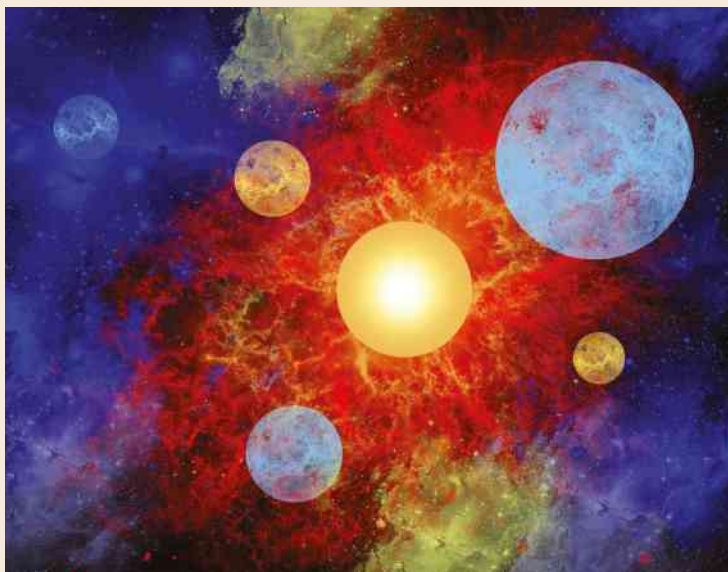
A mudança de paradigma no campo científico tem se expressado notadamente na física, a “ciência-modelo”, na qual surgiram no último século concepções revolucionárias a respeito do mundo – entre elas a teoria da relatividade, a física quântica, o princípio de incerteza, a lei de entropia, as teorias do caos e das supercordas.

Foi nesse contexto que surgiu a explicação sobre a origem do universo que tem a maior aceitação no mundo científico contemporâneo: a **teoria do big bang** (da “grande explosão”).

Desde o início do século XX, vários cientistas e estudiosos contribuíram direta ou indiretamente para sua concepção. Ela parte de diversas observações – efetuadas por meio dos mais potentes telescópios –, entre as quais a de que as galáxias estão se afastando de nós em todas as direções. Por isso, concluiu-se que o mundo está em expansão.

Tentando explicar essa expansão, a teoria do *big bang* defende a tese de que ela é o resultado de uma espécie de explosão de uma “partícula” ou “átomo” primordial, uma “massa” extremamente quente e tão densa que concentraria toda a matéria e a energia do universo. Essa explosão teria ocorrido há cerca de 14 bilhões de anos.

MARK STEVENSON/STOCKTREK IMAGES/GETTY IMAGES



Para você ter uma ideia mais concreta dessa expansão, suponha um balão inflável cuja superfície esteja coberta por inúmeros pontinhos. Imagine então alguém soprando esse balão e observe como esses pontos vão se afastando uns dos outros, progressivamente, à medida que o ar entra e expande a superfície curva do balão. A Terra seria um desses pontinhos. O universo, o conjunto deles.

Formação de novos planetas em um sistema estelar distante. Observações realizadas por meio dos mais potentes telescópios da atualidade têm confirmado que as galáxias se afastam de nós em todas as direções, embora não se saiba com certeza qual é a causa disso.

Papel do observador

Com os novos paradigmas da época atual – que costuma ser denominada **pós-modernidade** –, o mundo tende a ser concebido de uma maneira menos linear, ordenada ou determinista, havendo mais espaço para o acaso e o caos. Nas novas teorias, a matéria “sutilizou-se” progressivamente (de corpos a átomos, a partículas, a ondas, a energia) e conceitos que antes pareciam abstratos, como o de **informação**, estão se tornando fundamentais para explicar certos fenômenos físicos.

Para culminar, o **observador** – o sujeito da experiência e do conhecimento – ganhou papel determinante na experiência do real. É o que diz a teoria da relatividade e o que a física quântica leva a pensar, segundo propõem alguns cientistas e pensadores. Desse modo, a **consciência** tende a recuperar seu lugar no mundo. Na interpretação do físico indiano contemporâneo Amit Goswami:

Esta mudança da ciência, de uma visão materialista para uma visão espiritualista, foi quase totalmente devida ao advento da Física Quântica. [...] os físicos sempre acreditaram que a causalidade subia a partir da base: partículas elementares, átomos, para moléculas, para células, para cérebro. E o cérebro é tudo. O cérebro nos dá consciência, inteligência, todas essas coisas. Mas descobrimos, na Física Quântica, que a consciência é necessária, o observador é necessário. É o observador que converte as ondas de possibilidades, os objetos quânticos, em eventos e objetos reais. Essa ideia de que a consciência é um produto do cérebro nos cria paradoxos. Em vez disso, cresceu a ideia de que é a consciência que também é causal. Assim, cresceu a ideia da causalidade descendente. [...] Então, se houver causalidade descendente, se pudermos identificar essa causalidade descendente como algo que está acima da visão materialista do mundo, então Deus tem um ponto de entrada. Agora sabemos como Deus, se quiser, a consciência, interage com o mundo: através da escolha das possibilidades quânticas. (*Programa Roda Viva*, TV Cultura de São Paulo, 2001.)

Há cientistas que discordam dessa tese, o que quer dizer que ressurge – e com muita força – o velho debate entre materialismo e idealismo, que parece não ter fim. Você quer participar dele?



Em cima e embaixo (1947) – M. C. Escher. O artista holandês ficou famoso por criar jogos visuais, brincando com o espaço tridimensional e as metamorfoses do real. Nessa obra, qual é o papel do observador? Que reflexão filosófica ela inspira em você?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

15. Sintetize o conceito de reducionismo materialista e suas relações com a ciência moderna.
16. Que novas abordagens do mundo vêm surgindo no campo científico, na chamada ciência pós-moderna?
17. Na teoria do *big bang*, o surgimento do universo não está vinculado a nenhum deus ou força divina. Essa afirmação é correta? Justifique sua resposta.

CONVERSA FILOSÓFICA

4. Deus ou a consciência

Debata com um grupo de colegas a interpretação de Amit Goswami contida na citação final deste capítulo especialmente com relação ao papel de Deus ou da consciência. Trata-se de uma concepção materialista ou idealista da realidade? Você concorda com ela?

5. Minha concepção ontológica do mundo

Depois de estudar as diversas teorias do mundo abordadas neste capítulo, como você definiria sua maneira de entender a realidade, em termos ontológicos? Você se classificaria como materialista, idealista ou dualista, à maneira de Descartes? Reúna-se com um grupo de colegas para expor sua posição.



PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEMA) “Um dos traços marcantes da reflexão que hoje repensa o político é a consciência de que é preciso ir aos fundamentos civilizacionais e espirituais da crise que vivemos. Esta crise é a expressão de uma sociedade fragmentada, de uma civilização que dissociou corpo e espírito, luz e mistério, ser humano e Cosmo. Na busca sempre crescente de estabelecer um controle e dominação sobre a Natureza, sobre os outros homens e sobre os próprios ritmos da vida, perdemos uma dimensão essencial da experiência humana: aquela que o pensador grego Heráclito (século VI a.C.) expressou quando disse: A morada do homem é o extraordinário.” (UNGER, Nancy Mangabeira. *O encantamento do humano: ecologia e espiritualidade*. São Paulo: Loyola, 1991. p. 15.)

Marque a alternativa correta que indica uma possível superação dessa crise.

- a) Esta crise evidencia cada vez mais que a dominação do homem pelo homem caminha junto com a dominação da natureza, destruindo-a, só podendo ser superada através da utilização, pelo homem, da razão cognoscitiva.
- b) O reducionismo apenas à razão instrumental dificilmente levará à superação dessa crise. Seria necessária uma transformação interior e uma mudança de consciência dos membros da sociedade.
- c) A afirmação de que o homem deve ser o mestre e o senhor da Natureza, possibilitando o controle do Cosmo e a consequente superação dessa crise.
- d) A concepção do homem moderno vislumbra a ideia de que o homem está inserido dentro de um Cosmo em perfeita harmonia, tendo como consequência a superação dessa crise.
- e) O raciocínio dedutivo e o pensamento controlador, centralizado, possibilitam um repensar apontando para a harmonia da Polis e o Cosmo, indicando a superação da crise.

Sessão cinema

Avatar (2009, EUA, direção de James Cameron)

Ficção científica ambientada em um planeta habitado por uma espécie humanoide que possui uma cultura de estreita relação com a natureza. Nesse cenário de rica e estranha biodiversidade, um grupo de cientistas terrestres desenvolve o projeto Avatar, que visa solucionar a crise energética na Terra. Obra que suscita uma reflexão, tanto ética como metafísica, sobre o ser humano e a natureza.

Ponto de mutação (1990, Alemanha, direção de Bernt Capra)

Filme baseado em ideias de livro homônimo de Fritjof Capra. Uma cientista, um político e um poeta encontram-se em um castelo medieval na França e discutem acerca de questões científicas e existenciais, em uma reflexão profunda e sensível sobre os rumos da ciência e da humanidade.

Quem somos nós? (2004, EUA, direção de William Arntz, Betsy Chasse, Mark Vicente)

Mistura de documentário e ficção sobre como uma fotógrafa surda lida com sua condição, abordando de maneira não ortodoxa diversos conceitos da física quântica, da neurobiologia, da psicologia, da espiritualidade etc.

Para pensar

Quando concebemos como o mundo é, estamos colocando nessa concepção algo de nós mesmos: nossa racionalidade. É o que analisa o texto a seguir, de autoria do filósofo alemão Max Horkheimer (1895-1973), que propõe duas compreensões distintas de razão: uma que predominou nos grandes sistemas de compreensão do real no passado e outra que predomina na abordagem contemporânea. Leia-o e responda às questões propostas.

Razão subjetiva e razão objetiva

Quando se pergunta ao homem comum para explicar qual o significado do termo razão, a sua reação é quase sempre de hesitação e embaraço. [...] Ao ser pressionado para dar uma resposta, o homem médio dirá que as coisas racionais são as que se mostram obviamente úteis, e que se presume que todo homem racional é capaz de decidir o que é útil para ele. [...] Mas a força que basicamente torna possíveis as ações racionais é a faculdade de classificação, inferência e dedução, não importando qual o conteúdo específico dessas ações: ou seja, o funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento. Este tipo de razão pode ser chamado de razão subjetiva. Relaciona-se essencialmente com meios e fins, com a adequação de procedimentos a propósitos mais ou menos tidos como certos e que se presumem autoexplicativos [...].

Por mais ingênua e superficial que possa parecer esta definição de razão, ela é importante sintoma de uma mudança profunda de concepção verificada no pensamento ocidental no curso dos últimos séculos. Durante longo tempo predominou uma visão diametralmente oposta do que fosse a razão. Esta concepção afirmava a existência da razão não só como uma força da mente individual, mas também do mundo objetivo: nas relações entre os seres humanos e entre classes sociais, nas instituições sociais, e na natureza e suas manifestações. Os grandes sistemas filosóficos, tais como os de Platão e Aristóteles, o escolasticismo e o idealismo alemão, todos foram fundados sobre uma teoria objetiva da razão. Esses filósofos objetivavam desenvolver um sistema abrangente, ou uma hierarquia, de todos os seres, incluindo o homem e os seus fins. O grau de racionalidade de uma vida humana podia ser determinado segundo a sua harmonização com essa totalidade. A sua estrutura objetiva, e não apenas o homem e os seus propósitos, era o que determinava a avaliação dos pensamentos e das ações individuais. Esse conceito de razão jamais excluiu a razão subjetiva, mas simplesmente considerou-a como a expressão parcial e limitada de uma racionalidade universal, da qual se derivavam os critérios de medida de todos os seres e coisas. A ênfase era colocada mais nos fins do que nos meios. O supremo esforço dessa espécie de pensamento foi conciliar a ordem objetiva do "racional", tal como a filosofia o concebia, com a existência humana, incluindo o interesse por si mesmo e a autopreservação. Platão, por exemplo, idealizou a sua República a fim de provar que aquele que vive à luz da razão objetiva vive também uma vida feliz e bem-sucedida.

HORKHEIMER, *Eclipse da razão*, p. 11-13.

1. Caracterize a razão subjetiva, conforme o texto.
2. Caracterize a razão objetiva, conforme o texto.
3. Por que, de acordo com Horkheimer, Platão entendia que "aquele que vive à luz da razão objetiva vive também uma vida feliz e bem-sucedida"?

Capítulo 7

GEORGES LACOMBE/
PETIT PALAIS,
GENÈBRE, SUÍÇA

▼ Os seres humanos nascem, crescem, reproduzem-se, envelhecem e morrem, como os seres vivos em geral. Qual seria, então, sua especificidade?



As idades da vida (c. 1894) – Georges Lacombe, têmpera sobre tela. Imagem idílica de vivência e convivência humanas.

O ser humano

A investigação sobre o mundo que acabamos de realizar nos deu vários elementos para iniciarmos outra investigação, talvez mais cara para todos nós: aquela que corresponde à humanidade.

Assim, nosso foco agora se fechará sobre algumas das principais questões acerca do ser humano: sua essência ou especificidade, sua condição no mundo, suas fortalezas e fragilidades. Vejamos o que podemos encontrar.

Questões filosóficas

- ▼ O que somos nós, os seres humanos?
- ▼ Existe uma natureza humana?
- ▼ Quanto de nós é natureza, quanto é cultura?
- ▼ Somos seres livres ou predeterminados?

Conceitos-chave

ser humano, natureza humana, condição humana, cultura, biosfera, antroposfera, trabalho, linguagem, ideologia, liberdade, responsabilidade, antropocentrismo

NATUREZA OU CULTURA?

Um ser entre dois mundos

AFP



Ser um humano diferente, mas igual. Afirmar a **igualdade** é reconhecer a existência de uma unidade que nos coloca sob a força das mesmas leis (naturais e jurídicas). Sustentar a **diferença** é valorizar a rica diversidade da vida, afastando-se do empobrecimento vital representado pelas “monoculturas” e pela massificação cultural.

Podemos falar de mulheres e homens, de crianças, adultos e idosos, de negros, brancos e amarelos, de ricos e pobres, de heterossexuais e homossexuais, e assim por diante. Mas observe que, apesar dessa imensa diversidade, em todos os casos estamos nos referindo sempre à mesma coisa ou ser: o **ser humano**. Isso nos leva à questão inevitável, que tem motivado a atenção de tantos filósofos e estudiosos das diversas disciplinas: **o que é o ser humano?**

Começemos nossa busca usando o ponto de vista da biologia e da arqueologia. Sabemos que somos seres vivos pertencentes ao reino animal e, mais especificamente, à espécie denominada *Homo sapiens*. Então, nossa nova pergunta pode ser a seguinte: **o que distingue nossa espécie das demais?** Ou, em linguagem popular, qual é a diferença entre “gente” e “bicho”?

Humanos e outros animais

Se compararmos o corpo humano com o de outros animais, veremos que o nosso corpo não é tão capacitado quanto o deles para enfrentar uma série de dificuldades. Como ilustra o arqueólogo australiano Gordon Childe (1892-1957), não temos, por exemplo, um couro peludo como o do urso para manter o calor corporal em um ambiente frio. O corpo humano também não é excepcionalmente bem-adaptado, como o de alguns animais, à fuga, à autodefesa ou à caça. Por isso, não temos a capacidade de correr como uma lebre ou um avestruz. Não temos a coloração protetora do tigre ou a armadura defensiva da tartaruga ou da lagosta. Não temos asas para voar e poder localizar mais facilmente uma caça. Faltam-nos o bico, as garras e a acuidade visual do gavião. No entanto, observa esse arqueólogo:

O ser humano pode ajustar-se a um número maior de ambientes do que qualquer outra criatura, multiplicar-se infinitamente mais depressa do que qualquer mamífero superior, e derrotar o urso-polar, a lebre, o gavião e o tigre, em seus recursos especiais. Pelo controle do fogo e pela habilidade de fazer roupas e casas, o homem pode viver, e vive e viceja, desde os polos da Terra até o Equador. Nos trens e automóveis que constrói, pode superar a mais rápida lebre ou avestruz. Nos aviões e foguetes pode subir mais alto do que a águia, e, com os telescópios, ver mais longe do que o gavião. Com armas de fogo pode derrubar animais que nenhum tigre ousaria atacar.

Mas fogo, roupas, casas, trens, automóveis, aviões, telescópios e armas de fogo não são parte do corpo do homem. Eles não são herdados no sentido biológico. O conhecimento necessário para sua produção e uso é parte do nosso legado social. Resulta de uma tradição acumulada por muitas gerações e transmitida, não pelo sangue, mas através da linguagem (fala e escrita). A compensação que o homem tem pelos seus dotes corporais relativamente pobres é o cérebro grande e complexo, centro de um extenso e delicado sistema nervoso, que lhe permite desenvolver sua própria cultura. (*A evolução cultural do homem*, p. 40-41.)

Por esse raciocínio, podemos concluir que, diferentemente dos outros animais, os humanos não são apenas seres biológicos produzidos pela natureza. São também seres que modificam o **estado de natureza** (isto é, a condição natural das coisas, definida pelos processos da natureza). Isso significa que os humanos são também seres **culturais**. Esmiucemos um pouco mais o que acabamos de afirmar.

Condutas inatas e aprendidas

Aprendemos em biologia que boa parte do comportamento dos animais está vinculada a reflexos e instintos (padrões inatos, não aprendidos, de conduta), relacionados a estruturas biológicas hereditárias. Assim, o comportamento de um inseto é praticamente igual ao de qualquer outro de sua espécie, hoje e sempre. É o que observamos, por exemplo, na atividade das abelhas nas colmeias ou das aranhas tecendo suas teias.

No entanto, algumas espécies animais apresentam, além dos modelos comportamentais considerados inatos, algumas reações mais flexíveis, imprevisíveis ou maleáveis, de acordo com as circunstâncias ambientais. É o caso, por exemplo, de cães e gatos, nos quais se percebe muitas vezes o que se poderia chamar de “personalidade”. Em chimpanzés e gorilas, é possível encontrar atos inteligentes e uma capacidade elementar de raciocínio.

Agora, se colocamos o ser humano nessa comparação, podemos dizer que existe uma grande diferença entre seu comportamento e o dos animais em geral, no que diz respeito a certas habilidades. Para dar um só exemplo, mesmo o chimpanzé mais evoluído possui apenas rudimentos daquilo que lhe permitiria desenvolver a **linguagem simbólica** – como qualquer humano saudável é capaz de fazer – e tudo o que dela resulta: aprender, reelaborar o conteúdo aprendido e promover o novo (invenção).

Linguagem simbólica – sistema de símbolos, isto é, signos que, por convenção (acordo entre as pessoas), representam alguma coisa. Por exemplo, as línguas portuguesa, inglesa etc.



Mãe e criança (c. 1894) – Pierre-Auguste Renoir, óleo sobre tela (Scottish National Gallery, Edimburgo, Escócia). Mamar é um ato instintivo entre os mamíferos de modo geral. Tanto filhotes de animais como bebês, mesmo sendo “marinheiros de primeira viagem”, não costumam ter dificuldade em sugar o alimento do seio materno.

Isso quer dizer que a vida de cada animal é, em grande medida, semelhante ao padrão básico vivido por sua espécie. O ser humano, por sua vez, tem, individualmente e como espécie, a capacidade de romper com boa parte de seu passado, questionar o presente e criar a novidade futura.

Não há dúvidas de que todo ser humano apresenta também reflexos e instintos vinculados a estruturas biológicas hereditárias próprias da nossa espécie. Paralelamente, elementos genéticos limitam certas mudanças, e fatores socioecológicos dificultam a realização de determinados

desenvolvimentos humanos. Além disso, vários tipos de crenças, ideologias e condicionamentos impedem as pessoas de sequer desejar uma transformação em si mesmas ou à sua volta (conforme veremos adiante).

Mesmo assim, podemos dizer que o ser humano não nasce pronto pelas “mãos da natureza”, como parece ocorrer no reino animal. Como defendem alguns pensadores, a vida de cada indivíduo humano seria um “parto” constante, um processo permanente de nascimento e construção de si mesmo.

O que determina, então, essa diferença entre o animal humano e todos os outros animais?

■ Síntese humana

Continuando nossa análise a partir do ponto de vista biológico, essa característica humana de aprender e inventar, de perceber, interpretar e comunicar o que percebeu, de transformar a si mesmo e o que está ao seu redor parece estar intimamente ligada a propriedades de seu **sistema nervoso** e, especificamente, do **cérebro humano**, como assinala Gordon Childe no final do texto citado e confirmam outros estudiosos.

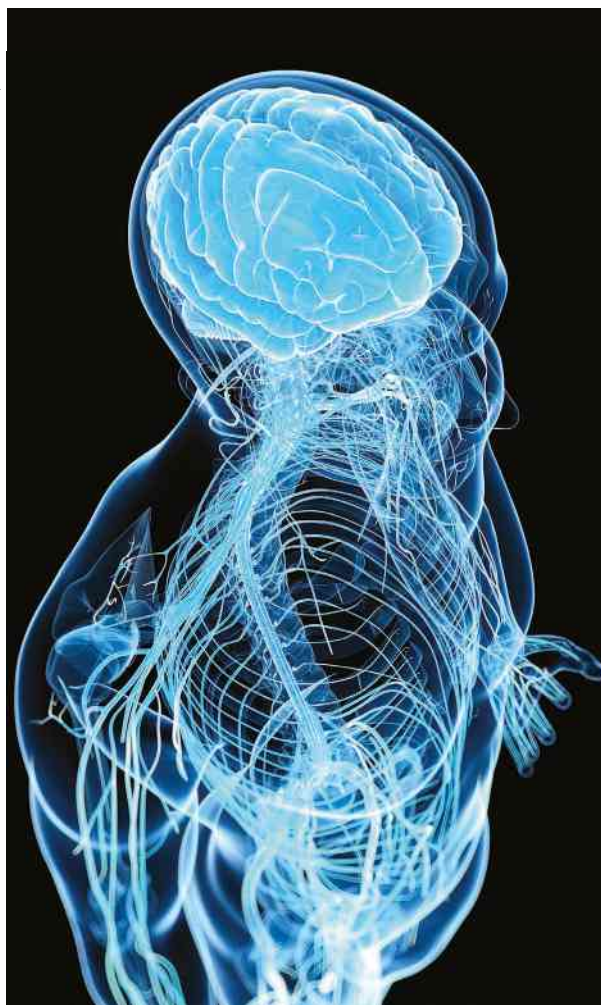
Graças à grande **plasticidade** (capacidade de modelar-se e ser modelado) de seu sistema nervoso, o ser humano constitui-se em um organismo cuja estrutura é capaz de apresentar condutas inatas e aprendidas, de desenvolver a linguagem, manifestar consciência e socializar-se (cf. Maturana e Varela, *El árbol del conocimiento*).

O ser humano revela-se um ser ao mesmo tempo biológico e cultural. Mediante a cultura, criou para si um “mundo novo”, diferente do cenário natural originalmente encontrado. Em outras palavras, dentro da **biosfera** (a parte do planeta que reúne condições para o desenvolvimento da vida), os humanos foram construindo a **antroposfera** (a parte do mundo que resulta do ajustamento da natureza às necessidades humanas).

Essa antroposfera, criada pelas diferentes culturas, é a morada do ser humano no mundo. Constitui o **cosmo humano**, um espaço construído pelos conhecimentos e realizações desenvolvidos e compartilhados pelos diferentes grupos sociais através da história (veremos especificamente o tema da cultura mais adiante neste capítulo).

Isso significa que no ser humano ocorre uma **síntese**, uma integração de características hereditárias e adquiridas, inatas e aprendidas, aspectos individuais e sociais, elementos do estado de natureza e de cultura.

SPL/LATINSTOCK



O ser humano tem uma massa encefálica maior do que a dos outros animais e um sistema nervoso extenso e complexo. Essa pode ser, segundo alguns estudiosos, a base biológica que nos permitiu certos “voos” mais altos, como o desenvolvimento da linguagem e a socialização – enfim, a criação cultural.

Essa condição parece fazer dos humanos seres ambíguos, contraditórios, instáveis e dinâmicos. Um produto da natureza e da cultura e, ao mesmo tempo, um transformador da natureza e da cultura. Criatura e criador do mundo em que vive. Um ser capaz de dominar a natureza em muitos aspectos, mesmo fazendo parte dela. Capaz não só de criar coisas extraordinárias, mas também de destruir de modo devastador. Capaz de acumular um saber imenso e, no entanto, permanecer angustiado por dúvidas profundas que o fazem sempre propor a si próprio novas perguntas e novos problemas.

CONEXÕES

1. Identifique elementos de seu meio e de sua experiência cotidiana, distinguindo entre aqueles que pertencem à biosfera e à antroposfera.

■ Ponto de transição

Podemos fazer agora a seguinte pergunta: onde acaba, no ser humano, a natureza e começa a cultura? Ou, dito de outra forma, que fator ou elemento determinou no ser humano essa transição da dimensão puramente natural para a cultural?

Esse tema despertou e ainda desperta muita discussão. Alguns estudiosos afirmam que não é possível identificar uma fronteira rígida entre natureza e cultura; para outros, um provável indicador dessa transição teria sido, em termos históricos, a construção das primeiras ferramentas pelos seres humanos.



MUSEU METROPOLITANO DE ARTE, NOVA YORK, EUA

Detalhe de *Cena de caça* (1505-1507) – Piero di Cosimo. Representação da vida dos seres humanos quando ainda não dominavam o uso do fogo e não haviam criado instrumentos de metal. Nela, o artista explora pictoricamente a tese – defendida pelo poeta e pensador latino Lucrécio (c. 99-55 a.C.), entre outros – de que a humanidade teria evoluído espontânea e gradualmente a partir de certos acontecimentos, como a descoberta do fogo com o incêndio de um bosque devido a um raio (retratado ao fundo).

Mesmo assim, podemos seguir perguntando: que aspecto fundamentalmente humano permitiu essa transição? Vejamos as respostas de duas correntes interpretativas que consideramos as mais relevantes para nossa investigação.

Linguagem e comunicação

De acordo com alguns estudos, o fator determinante da transição natureza-cultura é a **linguagem**. Trata-se de uma corrente que entende o ser humano fundamentalmente como um ser linguístico. Para ilustrar essa concepção, o antropólogo francês

Claude Lévi-Strauss (1908-2009) faz o seguinte exercício de imaginação:

Suponhamos que num planeta desconhecido encontremos seres vivos que fabricam utensílios. Isso não nos dará a certeza de que eles se incluem na ordem humana. Imaginemos, agora, esbarrarmos com seres vivos que possuam uma linguagem que, por mais diferente que seja da nossa, possa ser traduzida para nossa linguagem – seres, portanto, com os quais poderíamos nos comunicar. Estaríamos, então, na ordem da cultura e não mais da natureza. (Citado em CUVILLIER, *Sociologia da cultura*, p.2.)

Assim, segundo Lévi-Strauss, o que teria distanciado definitivamente o ser humano da ordem comum dos animais – animais que somos também e nunca deixaremos de ser – e permitido a sua entrada no universo da cultura seria o desenvolvimento da linguagem e da comunicação.

Não se pode negar que a linguagem constitui uma das dimensões mais importantes da existência humana, pois é ela que permite o intercâmbio das experiências e as aquisições culturais. É pela linguagem, por exemplo, que pais e mães comunicam a seus filhos e filhas não apenas suas experiências pessoais, mas algo mais amplo: as experiências acumuladas e compartilhadas pela sociedade. De modo inverso, é também por meio da linguagem que o conhecimento individual pode incorporar-se ao patrimônio social (estudaremos com mais detalhe o fenômeno humano da linguagem e da comunicação no próximo capítulo).

Trabalho

Detalhe de *Caçadores na neve* (1565) – Pieter Brueghel, o Velho.

Em uma série de quadros sobre as estações do ano (este, do inverno), o pintor flamengo – além de retratar a paisagem característica de cada período na região de Flandres (Países Baixos) – narra detalhes do cotidiano das pessoas no século XVI, mostrando como a vida comunitária se organizava em torno do trabalho.

KUNSTHISTORISCHES MUSEUM, VIENNA, ÁUSTRIA



Outra vertente interpretativa, fundada pelo filósofo alemão Karl Marx (1818-1883), entende que é o **trabalho** que possibilita a distinção entre ser humano e animais, portanto, entre cultura e natureza. Segundo essa perspectiva, seria a partir do trabalho – e da forma como se dá o processo de produção da vida material das comunidades humanas – que se desenvolveriam todas as outras formas de manifestação humana:

Pode-se considerar a consciência, a religião e tudo o que se quiser como distinção entre os homens e os animais; porém esta distinção só começa a efetivar-

se quando os homens iniciam a produção dos seus meios de vida. (MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*, p.19.)

De acordo com essa visão, portanto, é o modo como os seres humanos constroem sua vida material que dá origem à elaboração da vida espiritual e das relações sociais, formando um conjunto que constitui a cultura. Isso quer dizer também que não podemos falar de cultura no singular, mas sim de **culturas**, pois elas são múltiplas e variáveis, de acordo com a diversidade dos modos de ser e viver das coletividades humanas (estudaremos com mais detalhes o tema do trabalho no capítulo 9).

Separação da natureza

O que parecia ser uma vantagem tornou-se um problema: a capacidade humana de criar um mundo novo para si foi levada às últimas consequências com o passar dos séculos, culminando na crise ecológica atual, que ameaça a sobrevivência do planeta e da própria espécie humana.

PAUL KENNEDY/GETTY IMAGES



Lixo predominantemente plástico trazido pela maré à ilha de Bunaken, Indonésia. Imagem eloquente da separação entre o ser humano e a natureza, que tem como consequência o descaso com o meio ambiente. Você sabia que o plástico, dependendo do tipo, pode demorar mais de 500 anos para se decompor na natureza? Por isso, estão se formando ilhas desse material no oceano. No Pacífico já existe um verdadeiro continente de plástico.

Considerando-se superior ao resto dos animais e único senhor da natureza, o ser humano passou a explorá-los impiedosamente. E, negando seu próprio caráter de ser vivente, vem construindo para si um mundo altamente urbanizado e tecnologicado, cada vez mais artificial e separado da natureza.

Nem sempre foi assim. Como vimos no capítulo anterior, a relação dos seres humanos com a natureza e o universo era distinta no passado. Predominavam a percepção de que as pessoas são parte da natureza e a noção de que a razão humana constitui apenas uma expressão da racionalidade universal.

Como analisou o historiador da ciência estado-unidense Morris Berman (1944-), antes da revolução científica, ocorrida a partir do século XVI, as pessoas viviam em um “mundo encantado”, onde pedras, árvores e rios eram vistos como portadores e doadores de vida. E elas se sentiam em casa nesse mundo maravilhoso, muitas vezes violento e hostil, mas ordenado (um cosmos). Assim, cada pessoa participava diretamente da trama da vida.

Seu destino individual estava ligado à totalidade, e essa inter-relação conferia sentido à vida de todos. Havia, enfim, entre o ser humano e a natureza uma integração psíquica que há muito deixou de existir.

Com o progressivo “desencantamento” do mundo, vinculado à mentalidade científica vigente – de separação radical entre observador e objeto observado –, o ser humano tornou-se um estranho na natureza: se não sou minhas experiências e minhas conclusões sobre o mundo, não faço parte deste mundo (cf. BERMAN, *The reenchantment of the world*).

A reação a essa visão de mundo, que coloca o ser humano como centro de todas as coisas e de todos os interesses (**antropocentrismo**) – taxada de reducionista por seus críticos –, tem ocorrido dentro e fora da ciência. Ela se expressa tanto em movimentos ecologistas, socioambientais e de defesa dos direitos dos animais como em algumas das novas abordagens da ciência surgidas nas últimas décadas (mais holistas, como vimos no capítulo anterior).

CONEXÕES

2. Em relação ao texto do quadro anterior, identifique:
 - a) o problema referido que ameaça a sobrevivência do planeta e da própria espécie humana e qual é sua causa;
 - b) exemplos do que pode ser considerado uma “exploração impiedosa” da natureza e dos animais;
 - c) exemplos de instituições que participam dos movimentos de defesa do meio ambiente e dos direitos dos animais.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Pesquise e dê exemplos de comportamento instintivo em seres humanos e em animais.
2. Analise criticamente a seguinte afirmação: Os seres humanos não nascem prontos pelas “mãos da natureza”.
3. Que fator parece determinar biologicamente essa diferença entre os seres humanos e os animais?
4. De acordo com Gordon Childe, de que recursos o ser humano faz uso para compensar seus dotes corporais relativamente pobres em comparação com diversos animais? Você concorda com essa interpretação?
5. Exponha a tese defendida neste capítulo a respeito de uma “síntese” humana.
6. Discuta o que são, respectivamente, biosfera e antroposfera e se uma pode ameaçar a sobrevivência da outra.
7. De acordo com o que estudamos, existe um ponto claro e definido da transição ou síntese natureza-cultura? Justifique sua resposta.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Direitos dos animais

Leia estes dois artigos da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada pela Unesco em 27 de janeiro de 1978:

Artigo 11. – O ato que leva à morte de um animal sem necessidade é um *biocídio*, ou seja, um crime contra a vida.

Artigo 12. – a) Cada ato que leve à morte um grande número de animais selvagens é *genocídio*, ou seja, um delito contra a espécie. b) O aniquilamento e a destruição do ambiente natural levam ao genocídio. (Disponível em: <http://www.cfmv.org.br/portal/direitos_animais.php>. Acesso em: 21 out. 2015; destaques nossos.)



Açougue (1551) – Pieter Aertsen. Não é surpreendente que ainda no mundo atual vejamos uma imagem de “carnificina” como essa e não nos horrorizemos? O que pode explicar isso?

Reúna-se com colegas para pesquisar e discutir sobre esse tema, respondendo às seguintes questões:

- a) Você concorda que os animais não humanos possam ter direitos e que seja um crime matá-los, mesmo de forma indireta, pela poluição de seu hábitat?
- b) Você aprova o chamado **especismo**, isto é, a crença na superioridade de uma espécie (a espécie humana) sobre as outras?
- c) Você entende que há semelhanças do especismo com o **racismo** (crença na superioridade de uma raça) e o **sexismo** (crença na superioridade de um gênero, comumente o masculino)?

CULTURA

As respostas ao desafio da existência



Mulheres do grupo musical Loiyangalani Stars observam tela de computador durante ensaio para um festival. Elas pertencem à etnia turkana, do Quênia. Nesta imagem, há elementos culturais contrastantes?

Falamos até agora sobre essa distinção entre natureza e cultura. Mas o que queremos dizer exatamente quando usamos a palavra **cultura**? Para responder a essa pergunta, investiguemos primeiro o uso desse vocábulo em alguns contextos:

- Os biólogos, por exemplo, referem-se à criação de certos animais como cultura – cultura de micro-organismos, cultura de carpas e assim por diante.
- Na linguagem cotidiana, dizemos que uma pessoa tem cultura quando frequentou boas escolas e/ou leu bons livros, dominando diversos tipos de conhecimentos (científicos, humanísticos, artísticos etc.).
- Na Grécia antiga, o termo cultura adquiriu uma significação toda especial. Corresponhia à chamada *paideia*, processo de formação do cidadão pelo qual se realizava o que os gregos consideravam como a verdadeira natureza do ser humano, isto é, o desenvolvimento da filosofia (o conhecimento de si e do mundo) e a consciência da vida em comunidade.

Apesar dessas diferentes acepções, podemos perceber em todas a existência de três ideias básicas, articuladas entre si: **desenvolvimento, formação e realização**. Essas ideias básicas estão também presentes no uso que damos à palavra cultura. Empregada por antropólogos, historiadores e sociólogos, ela designa o conjunto dos modos de vida criados e transmitidos de uma geração a outra, entre os membros de uma sociedade. Abrange conhecimentos, crenças, artes, normas, costumes e muitos outros elementos desenvolvidos e consolidados pelas coletividades humanas.

Assim, a cultura pode ser considerada um amplo conjunto de conceitos, símbolos, valores e atitudes que modelam e caracterizam uma sociedade. Envolve o que pensamos, fazemos e temos como membros de um grupo social. Nesse sentido, todas as sociedades humanas, da pré-história aos dias atuais, possuem uma cultura. E cada cultura tem seus próprios valores, suas próprias “verdades”.

Podemos falar, por exemplo, em cultura ocidental ou oriental (própria de um conjunto de povos com determinadas características comuns), cultura chinesa ou brasileira (própria de uma nação ou civilização), cultura tupi ou africana (própria de um grupo étnico), cultura cristã ou muçulmana (própria de um grupo religioso), cultura familiar ou empresarial (própria do conjunto de pessoas que constituem uma instituição) etc.

De forma mais filosófica, enfim, podemos definir a cultura como um conjunto de respostas oferecidas por um grupo humano aos desafios da existência. Essas respostas manifestam-se em termos de conhecimento (*logos*), paixão (*pathos*) e comportamento (*ethos*) – isto é, em termos de razão, sentimento e ação.

Essas respostas (construções linguísticas, mitológicas, artísticas, religiosas, morais etc.), porém, não foram iguais, tendo em vista que diferentes grupos humanos enfrentaram diferentes desafios (ambientais, econômicos, sociais etc.). E cada resposta foi gerando novos elementos, que produziram novos desafios. Disso resultou a rica **diversidade e pluralidade** cultural existente em nosso planeta e que é patrimônio de toda a humanidade.

■ Características gerais

O arqueólogo norte-americano Robert Braidwood procurou indicar os principais elementos que caracterizam a cultura:

A cultura é duradoura, embora os indivíduos que compõem um determinado grupo desapareçam. No entanto, a cultura também se modifica conforme mudam as normas e entendimentos.

Quase se pode dizer que a cultura vive nas mentes das pessoas que a possuem. Mas as pessoas não nascem com ela; adquirem-na à medida que crescem. Suponha que um bebê húngaro recém-nascido seja adotado por uma família residente nos Estados Unidos, e que nunca digam a essa criança que ela é húngara. Ela crescerá tão alheia à cultura húngara quanto qualquer outro americano.

Assim, quando falo da antiga cultura egípcia, refiro-me a todo o conjunto de entendimentos, crenças e conhecimentos pertencentes aos antigos egípcios. Significa, por exemplo, tanto suas crenças sobre o que faz o trigo crescer quanto sua habilidade para fazer os implementos necessários à colheita. Ou seja, suas crenças a respeito da vida e da morte.

Quando falo de cultura, estou pensando em algo que perdurou através do tempo. Se qualquer egípcio morresse, mesmo que fosse o faraó, isso não afetaria a cultura egípcia daquele momento determinado. (*Homens pré-históricos*, p. 41-42.)

Vários estudiosos concordam com os elementos apontados pelo arqueólogo, caracterizando a cultura como:

- adquirida pela aprendizagem, e não herdada pelos instintos;
- transmitida de geração a geração, por meio da linguagem, nas diferentes sociedades;
- criação exclusiva dos seres humanos, incluindo a produção material e não material;
- múltipla e variável, no tempo e no espaço, de sociedade para sociedade.

■ Cultura e cotidiano

Pensemos agora sobre a vida cotidiana de cada pessoa e sua relação com o universo cultural de que ela participa.

Vimos que a cultura abrange um conjunto de conceitos, valores e atitudes que modelam uma comunidade. Assim, podemos dizer que todo indivíduo vive sob a influência de diversas culturas, não só de uma, pois participa de distintos grupos sociais e cada um deles lhe imprime sua marca particular.

Vejamos um exemplo. Um brasileiro ou uma brasileira que tenha uma família, frequente uma igreja e trabalhe em uma empresa recebe influência

de, pelo menos, quatro fontes culturais: a cultura popular brasileira (que, ampla e expressiva, porém não homogênea, pode ser dividida em diversas subculturas); a cultura familiar, basicamente transmitida por seus pais e avós; a cultura de seu grupo religioso; e a cultura organizacional desenvolvida em seu local de trabalho.

ALLEN RUSSELL/GETTY IMAGES



Jovens de uma “tribo urbana” (da Califórnia, EUA), expressão criada pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (1944-). Nos grandes centros urbanos, nos defrontamos diariamente com uma diversidade de personagens, comportamentos, crenças e valores, formando diferentes microculturas. Seu estilo de vida pode nos parecer exótico ou estranho, se desconhecemos sua lógica.

Cada universo cultural de que uma pessoa participa influi de forma específica em sua maneira de pensar, sentir e agir, ou seja, em sua **forma de ser e perceber a realidade** no dia a dia. Ilustremos um pouco essa ideia:

- Uma jovem criada em um país distante, de cultura muçulmana ortodoxa e que para sair à rua deve usar a burca (traje que cobre todo o corpo e o rosto da mulher, deixando apenas os olhos descobertos), provavelmente terá uma vivência social com seu corpo bem diferente da experiência de outra mulher que cresceu brincando seminua nas praias de Copacabana.
- Também é provável que um menino criado no meio rural possa ver e distinguir muitas plantas em um jardim, enquanto um garoto de um centro urbano não identificaria nesse mesmo jardim mais que uma massa de vegetação.

Então, se de um lado a cultura é uma criação coletiva dos grupos humanos através do tempo, de outro cada pessoa também é, em grande medida, **uma criação diária e constante da cultura em que vive**, desde o instante de seu nascimento. O curioso é que quase não nos damos conta disso, pois a cultura à qual pertencemos é praticamente **invisível** para nós em nosso cotidiano.

Presença invisível

Em geral, vivemos dentro de nossa cultura num fluir contínuo, como se nosso modo de ser fosse igual para todas as pessoas e as diversas coisas do mundo fossem sempre vividas assim, da forma com que nós as experimentamos. Somos como um peixe que nasceu dentro de um aquário e que toma esse ambiente como o mundo e seu modo “aquático” de ser como o único existente.

Esse estado habitual de nossas vidas vê-se confrontado, no entanto, quando viajamos para outros Estados ou para fora do país. No contato com os habitantes locais, percebemos uma série de diferenças no modo de falar, comer, vestir e relacionar-se. Nesse instante, ocorre em nós um **estranhamento** (observe que as palavras **estranho** e **estrangeiro** têm a mesma origem latina: “o que é de fora”).

A percepção desses elementos culturais distintos, que estão “fora de nós”, quebra a transparência e invisibilidade de nossa própria cultura. Temos, então, a possibilidade de “ver” nossas próprias características culturais: como nos vestimos, comemos, pensamos, nos relacionamos etc. Mas,

depois que voltamos ao nosso cotidiano, nossa cultura tende a tornar-se novamente transparente e invisível para nós. E retomamos assim a “normalidade” de nossas vivências.

A dificuldade de estar consciente da própria cultura é análoga à dificuldade que qualquer pessoa tem para reconhecer o próprio sotaque. Para o brasileiro, quem tem sotaque é o português; para o português, quem tem sotaque é o brasileiro. Não conseguimos perceber nosso próprio sotaque, só o do outro, porque foi essa maneira de pronunciar as palavras que cada um escutou e repetiu desde a mais tenra idade. Como consequência, o indivíduo pensa, mesmo que não de forma consciente: “Eu falo normal. Os outros é que falam esquisito”.

Na cultura em geral ocorre algo semelhante: a pessoa percebe e aprende do grupo cultural do qual participa, por imitação e de forma quase inconsciente, boa parte de como deve pensar e agir nas mínimas coisas – o que é bonito ou feio, o que é adequado ou inadequado, o que é possível ou impossível, como é a vida, como são as pessoas, que coisas são importantes, entre tantas outras. Em geral, isso ocorre primeiro dentro da própria família e, depois, no contato com a vizinhança, na escola em que estuda, na igreja que frequenta, na empresa onde trabalha, e assim por diante.

Essa assimilação cultural ocorre de forma tão “transparente” que dificilmente percebemos que estamos aprendendo algo com alguém ou em dada situação. E aqueles que nos transmitem esses ensinamentos nem sempre se dão conta de que nos estão repassando sua maneira de ser e de viver,



O que você acharia de morar em uma ilha de *totora* (uma espécie de junco) feita por você mesmo e sua família? E de navegar em um barco também fabricado com essa planta? É o que faz essa mulher dos uros, povo que constrói e habita ilhas flutuantes do lago Titicaca, no lado do Peru.

seu modelo de mundo, seu “filtro” da realidade. Assim, de modo geral, vivemos nossa própria cultura sem vê-la e, muitas vezes, sem questioná-la.

Problemas da invisibilidade cultural

Essa característica não constitui um problema em si, já que nos é bastante conveniente e útil – cada pessoa não precisa percorrer toda a trajetória realizada por seus ancestrais ou antecessores para enfrentar os desafios da existência, pois já domina “respostas” ou “soluções” que a satisfazem, ou à sua comunidade. O problema dessa invisibilidade está em que, como os integrantes de uma cultura compartilham entre si a mesma maneira de ver e viver as coisas, comumente acreditamos que essa **visão compartilhada** constitui a **única realidade** ou a **verdade absoluta**.

Em virtude disso, corremos o risco de atuar de maneira equivocada e preconceituosa, tornar-nos arrogantes e intolerantes em relação às diferenças, desprezar indivíduos ou grupos culturais com visões distintas das nossas ou entrar em confronto com eles, e assim por diante. Podemos também ter dificuldades para enfrentar os novos desafios que surjam no interior de nosso grupo social (seja ele a família, a escola, o trabalho etc.) quando as “respostas prontas” de que dispomos (nossa cultura) não servirem para lidar com eles, quando nosso modelo de mundo impedir uma atuação transformadora e criativa.

É hora, então, de colocar em ação a **consciência crítica**, abrir espaço para o estranhamento e a dúvida e voltar a analisar criticamente (conforme vimos na unidade 1) as ideias e crenças, os valores, as normas e as condutas que caracterizam nossa cultura. A humanidade manifesta-se de diversas formas. Portanto, como apontam estudiosos e educadores, é importante viver a identidade de nossa própria cultura, mas também saber conviver com a pluralidade cultural existente em nosso planeta.

CONEXÕES

3. Reflita sobre a cultura (ou culturas) à qual você pertence (por exemplo: cultura familiar, cultura religiosa, cultura brasileira etc.). Procure identificar alguns de seus elementos mais concretos, como a maneira de vestir, e mais abstratos, como a maneira de pensar (ou crenças). Use como referência algumas questões citadas no capítulo, como o que é bonito ou feio, adequado ou inadequado etc.

Ideologia

A propósito das ideias, crenças e valores, vejamos um conceito que está intimamente ligado ao que acabamos de estudar: o de **ideologia**. Criada pelo filósofo francês **Destutt de Tracy** (1754-1836), a palavra ideologia queria dizer originalmente “ciência das ideias”, compreendendo o estudo de sua origem e desenvolvimento.

Hoje, o uso desse termo generalizou-se para referir-se ao conjunto das ideias que caracterizam determinado grupo social (político, econômico, religioso etc.). É o que queremos dizer quando falamos em “ideologia liberal”, “ideologia de esquerda”, “ideologia burguesa” etc.

Dissimulação da realidade

No contexto da filosofia política e das ciências sociais – por influência do pensamento de **Karl Marx** (filósofo alemão que mencionamos anteriormente neste capítulo) –, a palavra ideologia possui um significado mais específico. Trata-se não apenas de um conjunto de ideias que elaboram uma compreensão da realidade, mas também de um conjunto de ideias que **dissimulam** essa realidade, porque mostram as coisas de forma apenas parcial ou distorcida em relação ao que realmente são.

O que se buscaria ocultar ou dissimular na realidade poderia ser, como apontou Marx, o domínio de uma classe social sobre outra. Nesse caso, a ideologia teria funções como a de preservar a dominação de classes apresentando uma explicação apaziguadora para as diferenças sociais. Seu objetivo seria evitar um conflito aberto entre opressores e oprimidos.

A ideologia seria, portanto, uma forma de consciência da realidade, mas uma consciência parcial e ilusória, que se baseia na criação de conceitos e preconceitos como instrumentos de dominação. Dentro dessa linha de interpretação, a filósofa brasileira Marilena Chaui (1941-) explica que a noção de ideologia apresenta os seguintes traços gerais:

- **anterioridade** – a ideologia funciona como um conjunto de ideias, normas e valores destinados a fixar e prescrever, de antemão, os modos de pensar, sentir e agir das pessoas. Em razão de sua anterioridade, predetermina o pensamento e a ação, desprezando a história e a prática na qual cada pessoa se insere, vive e produz;
- **generalização** – a ideologia tem como finalidade de produzir um consenso, um senso comum ou

aceitação geral em torno de certas teses e valores. Com isso, generaliza para toda a sociedade aquilo que corresponde aos interesses específicos dos grupos ou classes dominantes. O “bem de alguns” é difundido como se fosse o “bem comum”. Além disso, a generalização visa ocultar a origem dos interesses sociais específicos, que nascem da divisão da sociedade em classes;

- **lacuna** – a ideologia desenvolve-se dentro de uma lógica construída à base de lacunas, de omissões, de saltos e de silêncios. Uma lógica montada para ocultar em vez de revelar, falsear em vez de esclarecer, esconder em vez de descobrir. A eficiência de uma ideologia depende de sua capacidade para ocultar sua origem, sua lacuna e sua finalidade. Suas “verdades” devem parecer naturais, plenamente justificadas, válidas para todos os seres humanos e para todo o sempre.

A lógica ideológica só pode manter-se pela ocultação de sua gênese, isto é, a divisão social das classes, pois sendo missão das ideologias dissimular a existência dessa divisão, uma ideologia que revelasse sua própria origem se autodestruiria. (CHAUI, Ideologia e educação, em *Revista Educação e Sociedade*, p. 25.)

Orientação da vida prática

Já o filósofo marxista húngaro **György Lukács** (1885-1971) entende que as ideologias têm a finalidade fundamental de **orientar a vida prática** dos indivíduos, fornecendo a base para a resolução dos problemas concretos da vida em sociedade. Nesse sentido, elas têm uma função operativa e positiva, existindo desde o momento em que os seres humanos começaram a viver em coletividade.

Assim, para Lukács, a ideologia não tem necessariamente o caráter dissimulador da luta de classes, pois não seria um fenômeno apenas das sociedades divididas em classes. Segundo ele, apenas quando o conflito social passa a fazer parte da realidade é que a ideologia se volta à resolução dos problemas gerados por esse conflito, podendo manifestar-se então como instrumento de classe.

Para o filósofo, o fato de que, por exemplo, a ideologia burguesa oculte ou mostre parcialmente a realidade se origina não apenas da própria incapacidade da burguesia de ver a realidade em sua totalidade, mas também da necessidade – comum a todas as classes dominantes – de tornar universais seus valores particulares, a fim de garantir a estabilidade da ordem social que lhes interessa. Por isso, outro pensador marxista, o italiano **Antônio Gramsci** (1891-1937), refere-se à ideologia como o “cimento” que garante a **coesão social**.

Como podemos, então, identificar a ideologia e “desmascará-la”, quando for o caso? Novamente propomos que a crítica de uma ideologia pode ser feita pelo exercício do estranhamento. Nele, os elementos que explicam ou fundamentam determinada realidade (o conjunto de ideias, crenças, valores, enfim, a ideologia) devem deixar de ser vistos como dados naturais, óbvios, eterna ou universalmente válidos. Devem ser analisados, relativizados, examinados com senso crítico e compreendidos como **construções culturais e, portanto, histórico-sociais**.

Assim expressou o poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht (1898-1956):



JAN VAN EYCK/NATIONAL GALLERY, LONDRES

O casal Arnolfini (1434) – Jan van Eyck. Retrato de rico comerciante com sua esposa, ambos italianos, mas estabelecidos em Flandres e adaptados aos costumes dessa região, um dos principais centros do mundo burguês. Observe os diversos elementos de afirmação da riqueza e da importância socioeconômica do casal – os quais refletem a ideologia do grupo social ao qual pertencem.

Nós pedimos com insistência:
 Não digam nunca: isso é natural!
 Diante dos acontecimentos de cada dia.
 Numa época em que
 reina a confusão.
 Em que corre sangue,
 Em que se ordena a desordem,
 Em que o arbitrário tem
 força de lei,
 Em que a humanidade
 se desumaniza.
 Não digam nunca:
 isso é natural!

Citado em PEIXOTO, *Brecht: vida e obra*, p. 126.

Retirantes (1944) – Candido Portinari, óleo sobre tela. A banalização da miséria e da violência pelos meios de comunicação de massa dessensibiliza as pessoas e promove o cinismo, servindo à ideologia dominante. Já a obra de arte – como esse trágico retrato de família de excluídos, vítima da seca nordestina – sensibiliza e emociona.

CANDIDO PORTINARI/MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO, BRASIL



CONEXÕES

4. Relacione a pintura de Portinari com o texto de Brecht.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

8. A partir da caracterização de cultura apresentada no capítulo, explique por que a linguagem é um fato cultural e qual é seu papel no desenvolvimento da cultura.
9. Você considera corretas as afirmações a seguir? Justifique.
 - a) A cultura à qual pertencemos é totalmente visível para nós em nosso cotidiano. Já a cultura do estrangeiro nos é invisível, pois não temos contato com ela.
 - b) Cada pessoa é, em grande medida, a criação diária e constante da cultura em que vive.
10. Destaque os traços gerais que caracterizam a ideologia, na interpretação de Marilena Chauí.
11. Faça um paralelo entre os conceitos de ideologia e cultura, destacando semelhanças e diferenças.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Diversidade

Reúna-se com colegas para discutir o seguinte problema: – Por que nós, os seres humanos, apesar de pertencermos à mesma espécie biológica, desenvolvemos modos de vida tão diferentes e conflitantes? Depois elabore com eles um documento que sintetize as opiniões do grupo, destacando os pontos de maior concordância e discordância e seus respectivos argumentos.

3. Cultura dos jovens

Reúna-se com um grupo de colegas para refletir sobre a seguinte questão: Quais são as culturas dominantes entre os grupos de jovens brasileiros? Procure caracterizá-las, explicitando suas crenças, seus valores, suas atitudes, suas normas, suas condutas, o visual que adotam etc.

ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

Da concepção metafísica à existencial

Retornemos ao nosso objeto de estudo neste capítulo. As interrogações sobre **o que é** o ser humano e **o que significa ser** um ente humano concentraram a atenção de pensadores de todas as épocas, o que permitiu que nosso tema fosse analisado sob diversos ângulos.

■ Natureza essencial

Vejamos primeiro três concepções clássicas sobre a **natureza humana** (isto é, a constituição essencial do ser humano), conformando uma espécie de “antropologia metafísica”. Começemos por duas dessas concepções, formuladas na Grécia antiga.

Concepção platônica

Conforme estudamos anteriormente, no pensamento de **Platão** a essência do ser humano é sua **alma**, que é imortal e preexistente ao corpo. A união da alma com o corpo seria acidental (isto é, não necessária), e o corpo limitaria a alma humana como se fosse uma prisão.

Platão também concebia a alma dividida em **três partes** distintas, que se relacionam entre si: alma concupiscente (vinculada aos desejos), alma irascível (vinculada às paixões) e alma racional (vinculada ao conhecimento). (Reveja essa parte da doutrina platônica, estudada no capítulo 1.)

Concepção aristotélica

Aristóteles, por sua vez, entendia o ser humano como um **animal racional**, isto é, como um sistema único natureza-racionalidade. Como teria chegado a essa conclusão?

Segundo sua doutrina, os seres humanos, como todos os seres, seriam constituídos de dois princípios inseparáveis: **matéria** e **forma** (conforme vimos no capítulo anterior e estudaremos mais detalhadamente no capítulo 12). A alma – que para Aristóteles é o **princípio da vida** – seria a forma do corpo (isto é, seu princípio determinante) e, como qualquer forma, não poderia existir separadamente da matéria.

A alma humana, segundo o filósofo, se caracterizaria fundamentalmente por ser **intelectiva** ou **racional**, mas englobaria também as virtudes da alma **sensitiva** (própria dos animais) e da alma **vegetativa** (própria das plantas). Daí, então, a ideia de animal racional.



GIUSEPPE ARCIMBOLDI / PARIS, MUSÉE NATIONAL DU LOUVRE

Verão (1573) – Giuseppe Arcimboldo, óleo sobre tela. Figura humana composta de frutas e verduras do período estival. Alegoria criada pelo artista italiano, considerado um precursor do surrealismo. Faz parte de uma série de quadros sobre as quatro estações do ano e os quatro elementos da natureza (terra, água, ar e fogo), inspirada na antiga doutrina da correspondência entre o macro e o microcosmo, entre o ser humano e o universo.

Por outro lado, Aristóteles também defendeu a concepção de que o ser humano é **social por natureza**, o que quer dizer que ele só se desenvolve plenamente vivendo em sociedade e atuando como **animal político** (como estudaremos no capítulo 19).

Concepção cartesiana

Já no século XVII, o filósofo francês **René Descartes** afirmou, como vimos, que o ser humano é **corpo** e **alma**, porém concebeu essas duas dimensões como radicalmente **distintas** e **separadas** (discordando, portanto, de Aristóteles).

O corpo seria constituído pela substância denominada *res extensa*; a alma (ou mente, ou consciência), pela *res cogitans*. O filósofo também afirmou que a alma teria a faculdade de comandar o corpo, mas não conseguiu explicar **como** isso se daria, tendo em vista que, segundo sua doutrina, um corpo só poderia ser movido ou afetado por outro corpo, e a alma não é um corpo. (Reveja o trecho referente a essa doutrina no capítulo anterior.)

A concepção dualista de Descartes provocou grande impacto no mundo filosófico e científico nos séculos seguintes. E, de acordo com a interpretação de diversos estudiosos, sua dificuldade para explicar a relação mente-corpo acabou contribuindo para a abordagem compartimentada do ser humano que predomina nas ciências, especialmente na medicina, até nossos dias.

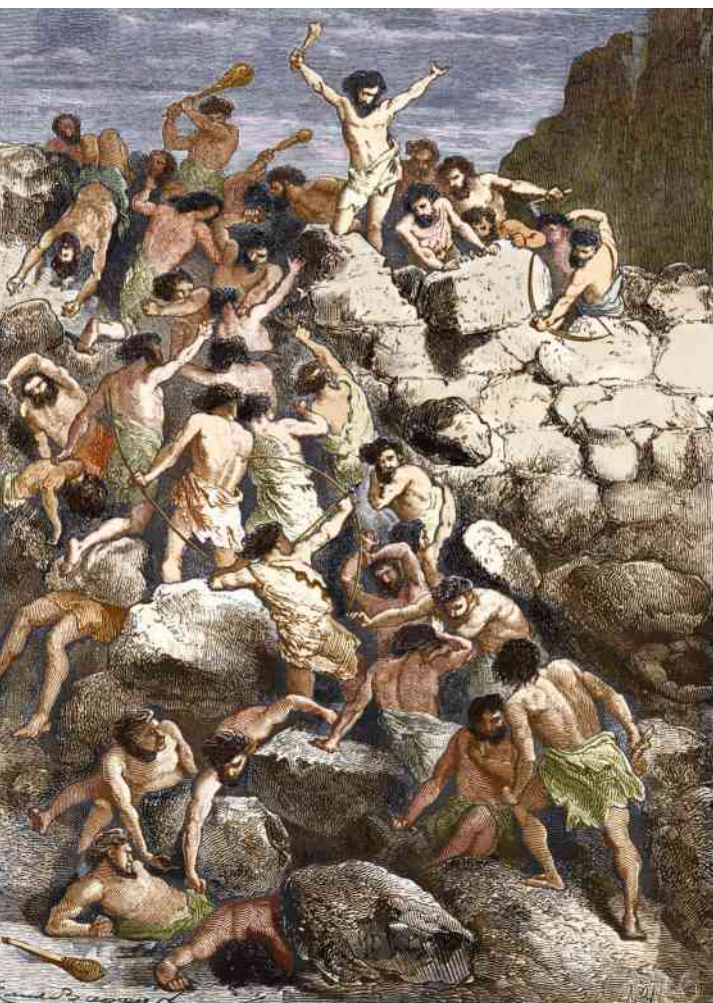
Estado natural

A partir da Idade Moderna, já dentro de uma perspectiva **histórico-social**, alguns pensadores meditaram sobre como poderiam ter sido os primeiros humanos antes da formação das sociedades e dos Estados, justamente para entender o que deu origem a esse processo. Trata-se, portanto, de uma especulação sobre o ser humano em situação pré-social, isto é, no chamado **estado de natureza**. Assim iniciou-se um debate filosófico sobre qual seria a “essência natural” humana. Vejamos as duas concepções mais destacadas a esse respeito.

Maus por natureza

No século XVII, o filósofo inglês **Thomas Hobbes** partiu do pressuposto de que os seres humanos são **maus** por natureza e não são naturalmente sociais, como defendia Aristóteles. Por isso, supôs que, no princípio, teriam vivido isolados e em **luta permanente** por seus interesses individuais. Como não havia as garantias de uma sociedade organizada, cada um fazia o que podia para se proteger, pois vigorava a lei do mais forte.

Era, enfim, um estado de **guerra de todos contra todos**, em que “o homem era o lobo do próprio homem”. Predominavam o egoísmo natural e o medo da morte. A vida nessas circunstâncias era bruta, desagradável e de curta duração, condição que só chegaria ao fim com a fundação do Estado. Assim, para Hobbes, é **a sociedade que traz paz aos indivíduos**. (As concepções políticas de Hobbes serão estudadas com mais detalhes no capítulo 19.)



SHEILA TERRY/SCIENCE PHOTO LIBRARY/LATINSTOCK

JUAN MABROMATA/APP PHOTO



À esquerda, ilustração de uma situação de guerra entre supostos grupos humanos pré-históricos. À direita, fotografia de briga entre torcedores em estádio de futebol. Será que Thomas Hobbes tinha razão?

Bons por natureza

No século XVIII, o filósofo suíço **Jean-Jacques Rousseau** formulou uma tese bastante distinta, se não oposta à de Hobbes. Para Rousseau, o ser humano em estado de natureza vivia isolado, livre e feliz, guiado por bons sentimentos e em harmonia com seu hábitat natural. Era o chamado **bom selvagem**. Essa condição teria se modificado apenas no momento em que alguém cercou um terreno e disse que era seu, ou seja, quando surgiu a **propriedade privada**. Somente então teria surgido o estado de guerra mencionado por Hobbes.

Com o surgimento da sociedade e de todas as suas instituições, desapareceu a bondade natural, própria dos selvagens. Portanto, a tese de Rousseau é a de que **a sociedade corrompe os seres humanos**. (A concepção política de Rousseau será estudada com mais detalhes no capítulo 19.)

CONEXÕES

5. De acordo com suas observações e experiências, você entende que o ser humano é naturalmente mau e egoísta e que a sociedade o melhora ou controla? Ou, para você, o ser humano é naturalmente bom e generoso e a sociedade o corrompe? Fundamente sua opinião.

Realidade concreta e liberdade

Nos últimos dois séculos, diversos pensadores criticaram a busca de uma explicação metafísica – abstrata, rígida e universalista – para o ser humano, passando a enfatizar a perspectiva da **realidade concreta** e em **construção contínua** dos indivíduos durante suas existências. Vejamos dois exemplos de grande influência sobre o pensamento contemporâneo.

Condições materiais e históricas

No século XIX, **Karl Marx** afirmou que não existe o indivíduo formado fora da vida em sociedade e do tempo – um ser isolado, abstrato e universal, como concebeu a maioria dos filósofos. Segundo esse pensador, para compreender e explicar os seres humanos é preciso partir das **condições materiais** em que cada indivíduo vive ou

viveu, ou seja, ter por base sua **história concreta** e sua **existência social**.

Assim, para Marx, se há alguma essência no ser humano, ela corresponde ao conjunto de suas **relações sociais**, e estas estão determinadas pelas relações produtivas e econômicas. É nesse pano de fundo que os seres humanos constroem o que são como indivíduos. (Veremos com mais detalhes essas concepções de Marx nos capítulos 9 e 16.)

Existência e condição humana

No século XX, o filósofo francês **Jean-Paul Sartre** – um dos principais expoentes do **existencialismo** (corrente filosófica que estudaremos no capítulo 17) – abriu uma exceção à noção metafísica tradicional de que cada coisa tem um ser, uma essência, e que desta resulta sua forma de existir. Ou seja, de acordo com essa concepção antiga, a natureza (ou essência) de um ser determina sua existência.

Sartre dizia que, no caso humano, a **existência precede a essência**. Isso significa que, para ele, o ser humano é um **nada** quando nasce, isto é, quando passa a **existir**. Só depois, à medida que vai existindo e se definindo, é que passa a **ser** (ser algo). No início, há apenas esse nada, que confere ao ser humano a **liberdade** de escolha e a grande **responsabilidade** de construir a si mesmo dentro das condições encontradas desde seu nascimento.



Sincronicidade (2005) – Bruce Holwerda (Coleção particular). Sem uma natureza “pronta”, um eterno vir a ser, o ser humano necessita do outro para reconhecer-se como algo que é, mesmo que temporariamente, e que faz parte do mundo.

No entanto, Sartre reconhecia que as pessoas devem enfrentar as condições *a priori* (anteriores, já existentes) de sua existência, ou seja, sua situação histórica, aproximando-se das concepções de Marx. Por exemplo: nascer escravo não é o mesmo que nascer livre. Portanto, para Sartre, não é a **natureza humana**, mas sim a **condição humana** – a situação de cada indivíduo no mundo – que impõe limites à liberdade das pessoas.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

12. Há certa analogia entre a concepção platônica da alma humana e a compreensão contemporânea, de enfoque holista, de que as pessoas constituem uma totalidade composta de três dimensões integradas: a **corporal**, a **emocional** e a **intelectual**. Discuta essa comparação.
13. Examine este comentário a respeito da distinção entre as concepções de ser humano de Aristóteles e Descartes:

Se o tivesse conhecido, Aristóteles teria ficado irritado com Descartes. (DAMÁSIO, *O erro de Descartes*, p. 282.)
14. Defina a expressão “estado de natureza” e comente as teorias de Hobbes e Rousseau a esse respeito.
15. Marx foi contrário às explicações metafísicas da tradição filosófica, que consideram o ser humano de forma abstrata, rígida e universal. É correta essa afirmação? Justifique.
16. Em que sentido o pensamento de Sartre a respeito do ser humano constitui uma filosofia da liberdade?

CONVERSA FILOSÓFICA

4. Glória ou escória?

À luz de tudo o que estudamos neste capítulo, interprete esta frase do filósofo francês Blaise Pascal (1623-1662). Depois, debata a respeito dela com um grupo de colegas.

Que quimera é, então, o homem? Que novidade, que monstro, que caos, que motivo de contradição, que prodígio! Juiz de todas as coisas, imbecil verme da terra, depositário da verdade, cloaca de incerteza e erro, glória e escória do universo. (PASCAL, *Pensamentos*, p. 144.)

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(Unesp-SP) “Em algum remoto rincão do sistema solar cintilante em que se derrama um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da história universal: mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer. – Assim poderia alguém inventar uma fábula e nem por isso teria ilustrado suficientemente quão lamentável, quão fantasmagórico e fugaz, quão sem finalidade e gratuito fica o intelecto humano dentro da natureza. Houve eternidades em que ele não estava; quando de novo ele tiver passado, nada terá acontecido. Ao contrário, ele é humano, e somente seu possuidor e genitor o toma tão pateticamente, como se os gonzos do mundo girassem nele. Mas se pudéssemos entender-nos com a mosca, perceberíamos então que também ela boia no ar [...] e sente em si o centro voante deste mundo.” (NIETZSCHE, *O livro das citações*, 2008.)

Sobre o texto, é correto afirmar que:

- a) seu teor acerca do lugar da humanidade na história do universo é antropocêntrico.
- b) o autor revela uma visão de mundo cristã.
- c) o autor apresenta uma visão cética acerca da importância da humanidade na história do universo.
- d) ao comparar a vida humana com a vida de uma mosca, Nietzsche corrobora os fundamentos de diversas teologias, não se limitando ao ponto de vista cristão.
- e) para o filósofo, a vida humana é eterna.

Sessão cinema

A guerra do fogo (1981, França/Canadá, direção de Jean-Jacques Annaud)

Filme que aborda o processo de hominização (surgimento em certos primatas de características próprias do ser humano) e os primórdios da humanidade.

Blade Runner, o caçador de andróides (1982, EUA, direção de Ridley Scott)

Ficção sobre a vida na Terra no século XXI. A semelhança entre os seres humanos e os andróides incomoda e deixa “uma pulga atrás da orelha”. Traz também, indiretamente, a questão sobre quem somos nós.

Derzu Uzala (1975, Japão/URSS, direção de Akira Kurosawa)

História sobre a amizade inabalável de dois homens aparentemente muito distintos, um humilde caçador nômade e um militar russo que mapeia a inóspita região da Sibéria. Traz ensinamentos sobre como se relacionar com a natureza por meio do experiente caçador.

Entre os muros da escola (2009, França, direção de Laurent Cantet)

Filme baseado em livro homônimo de François Bégaudeau, que retrata o cotidiano de uma sala de aula em uma escola da periferia de Paris, onde se mesclam alunos que pertencem a distintos grupos sociais e diversas culturas e etnias (africana, árabe, asiática e europeia).

Xingu (2012, Brasil, direção de Cao Hamburger)

História dos três sertanistas brasileiros conhecidos como irmãos Villas Bôas. Eles trabalharam com indígenas do interior do Brasil por várias décadas, o que foi determinante para a preservação da cultura desses povos e para a criação do Parque Indígena do Xingu.

Para pensar

A seguir, apresentamos dois textos complementares aos estudos que fizemos neste capítulo. No primeiro, o filósofo brasileiro Roland Corbisier (1914-2005) apresenta uma interessante visão do ser humano, destacando o ato de perguntar como uma característica marcadamente humana. No segundo, o filósofo francês Luc Ferry (1951-) critica a abordagem da ecologia profunda, corrente filosófica que defende o fim da visão antropocêntrica do mundo, no entendimento de que o ser humano pertence ao universo (não está acima nem fora dele). Leia-os e responda às questões propostas.

1. O ser que pergunta

Normalmente perguntamos sem refletir sobre o próprio perguntar, sem indagar pelo significado dessa operação da inteligência que se acha na raiz de todo conhecimento e de toda ciência. E ao perguntar por perguntar, convertemos essa operação, que nos parece tão banal, tão cotidiana, em tema filosófico, a partir do momento em que passamos a considerá-la do ponto de vista da crítica radical.

Se compararmos, nesse aspecto, o comportamento humano com o do animal, verificaremos que o animal não pergunta, não indaga, limitando-se a responder.

Mas, por que o animal não pergunta? Não pergunta porque não precisa perguntar. E por que não precisa perguntar? Porque, para viver e reproduzir-se, dispõe do instinto que o torna capaz de fazer, embora inconsciente e sonambulicamente, tudo o que é necessário para sobreviver e assegurar a sobrevivência de sua espécie.

O animal não pergunta, limita-se a responder a estímulos e provocações do contexto em que se encontra, a responder imediatamente, fugindo do perigo, quando é ameaçado, e atacando a presa quando está com fome.

Em contraste, o homem pergunta. E, por que pergunta? Porque precisa perguntar. Mas, por que precisa perguntar? Precisa perguntar porque não sabe e precisa saber, saber o que é o mundo em que se encontra e no qual deve viver. Para poder viver, e viver é conviver, com as coisas e com os outros homens, precisa saber como as coisas e os outros homens se comportam, pois sem esse conhecimento não poderia orientar

sua conduta em relação às coisas e aos homens. Para o ser humano o conhecimento não é facultativo, mas indispensável, uma vez que sua sobrevivência dele depende.

Ora, o que está na origem do conhecimento, tanto filosófico quanto científico? Na origem desse conhecimento está a capacidade, ou melhor, a necessidade de perguntar, de indagar, o que são as coisas e o que é o homem.

CORBISIER, *Introdução à filosofia*, t. 1, p. 125-127.

2. Crítica à idealização da natureza

Ao instituir a natureza em pessoa jurídica, a ecologia profunda consegue realmente, quando é rigorosa, fazer do universo material, da biosfera ou do cosmo, um modelo ético a ser imitado pelos homens. Como se a ordem do mundo fosse boa em si mesma, emanando toda a corrupção do mundo, portanto, da vaidosa e poluente espécie humana. [...] No entanto, a sacralização da natureza é intrinsecamente insustentável. À semelhança daqueles fanáticos religiosos, hostis a toda intervenção médica que eles supõem ser contrária às intenções divinas, os ecologistas profundos ocultam alegremente tudo o que é detestável na natureza. Desta só retêm o que é harmonia, paz e beleza. É nessa ótica que alguns desqualificam facilmente a categoria dos "nocivos", considerando que tal noção, inteiramente antropocentrista, é um absurdo. Inspirando-se na teologia, eles supõem que a natureza é não só o Ser supremo mas também [...] a entidade perfeita que seria sacrílego pretender modificar ou melhorar. Uma pergunta simples: como explicar então os vírus, as epidemias, os sismos e tudo o mais que tem, com toda razão, o nome de "catástrofe natural"? Alguém dirá que são "úteis"? Mas para quê e a quem? Alguém julgará que possuem as mesmas legitimidades que nós para perseverar em seu ser? Por que não, nesse caso, um direito do ciclone a devastar, dos abalos sísmicos a engolir, dos micróbios a inocular enfermidades? A menos que se adote uma atitude anti-intervencionista em todos os pontos e em todas as circunstâncias, é necessário que se resolva admitir o fato de a natureza, como um todo, não ser "boa em si", mas conter tanto o melhor quanto o pior. Em relação a quem, perguntar-se-á? Ao homem, é claro, que continua sendo, até prova em contrário, o único ser suscetível de enunciar juízos de valor e de, como diz a sabedoria das nações, separar o trigo do joio.

FERRY, *A nova ordem ecológica*, p. 173-174.

1. Com base no texto de Corbisier, responda: por que o animal, para viver, não precisa perguntar?
2. Em contraste com o animal, por que o ser humano precisa perguntar?
3. Qual é a contradição irônica entre o que diz Corbisier a respeito do ser humano e a classificação biológica da espécie humana?
4. Defina a visão de mundo de Luc Ferry e sua posição em relação aos ecologistas e especialmente à ecologia profunda.
5. Você concorda com a visão de Luc Ferry? Fundamente sua resposta.

Capítulo

8

ALMEIDA JÚNIOR/ PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO



❖ O que representa e transmite para você essa imagem? Que elementos pictóricos ajudam a compor esse significado?

Saudade (1899) – Almeida Júnior.

A linguagem

Nossas lentes de aumento vão focalizar agora esse aspecto da realidade marcadamente humano – a linguagem – e conhecer algumas doutrinas sobre suas origens, sua relação com o mundo e seu poder.

Questões filosóficas

- ❖ O que é a linguagem?
- ❖ Somos seres naturalmente linguísticos?
- ❖ Como se originaram as línguas?
- ❖ Qual é a relação entre as palavras e as coisas?

Conceitos-chave

linguagem, comunicação, signo, significado, sentido, língua, linguagem de ação, linguagem de reflexão, língua adâmica, perfectibilidade, naturalismo, convencionalismo, realismo, nominalismo, atos da fala, locucionário, ilocucionário, perlocucionário, behaviorismo, inatismo

LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

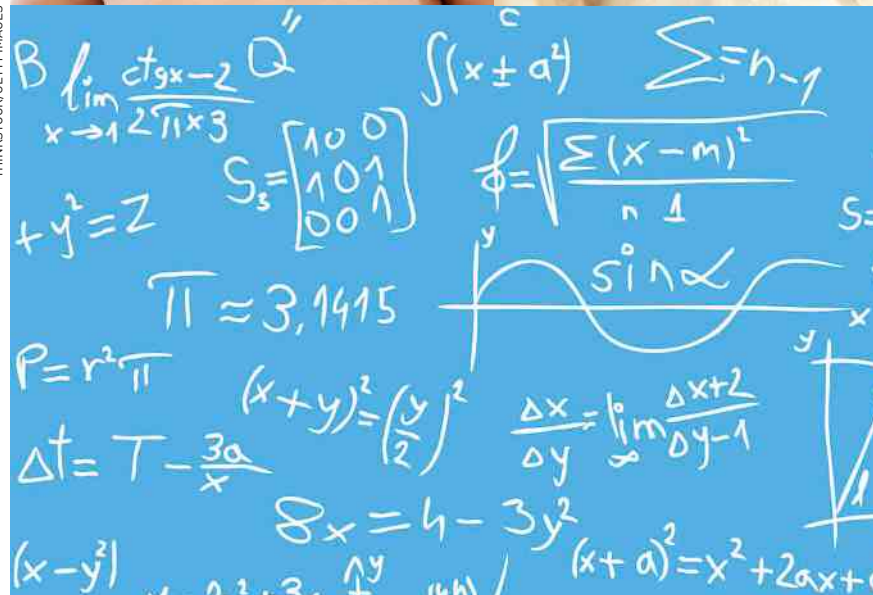
A construção de sentidos e realidades

THINKSTOCK/GETTY IMAGES



JOEL SAGET/AFP

THINKSTOCK/GETTY IMAGES



PHIL BOORMAN/GETTY IMAGES

Diferentes formas de linguagem. Você consegue identificar cada uma delas e o que expressam?

Começamos nossa investigação deste capítulo com a tradicional pergunta socrática: “O que é a linguagem?”.

Façamos primeiramente uma rápida pesquisa para ver os diversos contextos em que o termo **linguagem** é usado: linguagem verbal (que usa palavras, isto é, as línguas), linguagem jurídica (do direito), linguagem popular, linguagem artística, linguagem musical, linguagem matemática, linguagem artificial (informática), linguagem corporal ou gestual, linguagem cinematográfica, linguagem dos golfinhos e por aí afora. Reflita sobre cada uma dessas expressões e seus significados.

Apesar das diferenças entre todas essas linguagens, podemos dizer que existe um sentido básico que permeia todas elas: é a ideia de um conjunto de **signos**, isto é, de **sinais** (visuais, sonoros, táteis etc.) que indicam ou remetem a algo distinto deles (objeto, emoção, ideia), de tal maneira que compõem um **significado** ou **sentido** na mente daquele que domina esse **código** (sistema de signos).

Um exemplo paradigmático de linguagem são as **línguas** e suas respectivas **palavras**, pois estas remetem a outras coisas (internas ou externas, psíquicas ou físicas), podendo ter um ou vários sentidos. Todos nós dominamos pelo menos uma língua: nossa **língua nativa**.

Quando uma pessoa que conhece o português, por exemplo, lê (signo visual, escrito) ou escuta (signo sonoro) a palavra “árvore”, supomos que ela forma em sua mente uma ideia, noção ou imagem que tem como referência uma coisa ou ser do mundo exterior. Se o termo é “tristeza”, supomos a referência a uma ideia, noção ou imagem de algo – no caso, uma emoção – que se dá no mundo interior dela ou de outras pessoas.

Há também palavras que designam construções mentais ainda mais sofisticadas e abstratas, como “correção”, “certeza”, “qualidade”, cujos objetos de referência não são tão claros como os anteriores.

Na **gramática** de uma língua, todas essas palavras são combinadas e articuladas de inúmeras maneiras – mas conforme certas **regras** – para formar significados complexos, tanto em relação ao mundo externo ou interno, como a nenhum deles (como no caso da ficção ou fantasia).

Agora, quando alguém escuta ou lê um termo e não consegue formar uma ideia ou relacioná-lo a algo – seja porque não o conhecia, seja porque o termo remete a algo que a pessoa desconhece e não consegue conceber, ou ainda porque pertence a um idioma que ela não domina –, essa palavra não tem sentido, não tem significado para essa pessoa; é como se fosse nada. O mesmo ocorre com os signos de outras linguagens, sejam elas gestuais, artísticas, científicas etc.

Existem várias teorias sobre a linguagem, suas origens e processos. Os ramos do conhecimento que se dedicam a esses estudos são basicamente a **linguística** e a **semiótica**. Já a filosofia tem um campo de investigação que interage com essas duas ciências: a **filosofia da linguagem**.

■ Linguagem na história

Avancemos um pouco mais em nossa investigação. Para isso, vamos recorrer à história:

Costuma-se conceber a história como a sequência das marcas deixadas pelos acontecimentos do passado. No entanto, sabemos que nem todo acontecimento tem o mesmo impacto sobre o futuro, nem todos os momentos foram igualmente fecundos na produção de novas possibilidades. Alguns foram mais importantes que outros, e bem poucos tiveram o poder de abrir grandes períodos históricos para a humanidade. (ECHEVERRÍA, *Ontología del lenguaje*, p. 19; tradução nossa.)

Quais seriam, portanto, os eventos mais marcantes da história da linguagem e da comunicação, aqueles que tiveram o poder de abrir novas possibilidades para a humanidade?

Certamente o primeiro teria sido o processo de **criação das línguas**, porém não há conhecimentos históricos suficientes a esse respeito (voltaremos a esse tema mais adiante neste capítulo). Há outros, porém, que puderam ser estudados e que, portanto, são mais conhecidos, como a **criação do alfabeto**, a **invenção da imprensa** e, em nossos dias, o desenvolvimento da **linguagem eletrônica** e de todas as suas **mídias**.

Vejamos uma interpretação de seu impacto, partindo do exemplo do caso grego, pois é aquele que mais se vincula à cultura ocidental. Seguiremos, em linhas gerais, a análise do pensador chileno contemporâneo Rafael Echeverría, apresentada em sua obra *Ontologia da linguagem* (p. 19-28).

Criação do alfabeto

Antes da criação e adoção do alfabeto na Grécia antiga, eram os **poetas** que transmitiam, oralmente, muitos aspectos da cultura. A juventude aprendia o que era piedade, amor, traição por meio de histórias míticas e épicas, isto é, de narrações sobre as aventuras e desventuras de seres humanos, heróis e deuses. Por exemplo: para se tornar sábio, o jovem tinha de agir como lhe contavam que Ulisses agia; para ser corajoso, devia fazer o que lhe diziam que Aquiles fazia. (Ulisses e Aquiles são dois personagens dos maiores poemas épicos da Antiguidade grega, atribuídos a Homero.)

HAMBURGUER KUNSTHALLE, HAMBURGO, ALEMANHA



Luta do herói grego Aquiles (à esquerda) contra Escamandro, deus de rio de mesmo nome, que se revoltara contra o herói durante a guerra de Troia. Filho da deusa Tétis com um mortal, Aquiles era um grande guerreiro e personificava a bravura, mas também a fúria descontrolada e o mal que ela desencadeia. Suas façanhas são contadas no poema épico *Iliada*, de Homero.

Desse modo, linguagem e ação estavam estreitamente ligadas. Podemos dizer que o falar, o pronunciar certas palavras tinha o poder de promover determinadas coisas, indicar modelos a serem atingidos. Era uma **linguagem de ação**, baseada no relato de acontecimentos reais ou imaginários.

A partir do século IX a.C., desenvolveu-se o alfabeto grego (que tinha como base o fenício), o que facilitou a propagação da linguagem escrita na Grécia antiga, dando início a uma transformação de grandes consequências. O relato oral foi perdendo a relevância exclusiva de antes, pois o texto escrito – que lentamente se difundia – falava por si mesmo, e para “escutá-lo” não era mais necessário o orador. Assim, como expressão do predomínio da **linha** na escrita – feita letra a letra, palavra por palavra, linha a linha –, a forma de pensar das pessoas também foi adotando cada vez mais a **linearidade racional**.

Com isso, a linguagem de ação – característica do relato oral centrado nos acontecimentos – foi sendo gradativamente suplantada pela **linguagem de ideias, de reflexão**. Passou-se a perguntar “O que é a sabedoria?”, “O que é a coragem?”, sem recorrer mais aos exemplos dos personagens míticos e épicos.

Assim, os poetas, declamadores e oradores foram deixando a tarefa de educar a juventude, trocados por filósofos, preceptores e professores. A narrativa épica deixou de ser a fonte exclusiva dos exemplos e modelos, cedendo espaço para os tratados filosóficos e científicos. Valorizou-se cada vez mais o **pensar**, em detrimento de outras formas de **ação**, a **teoria**, em lugar da **prática**, o **ser**, em vez do **dever**. E o papel ativo da linguagem foi sendo aos poucos esquecido.

Invenção da imprensa

A partir do século XV, outro invento – a imprensa de Gutenberg – provocou nova revolução. Os livros, antes manuscritos, passaram a ser impressos e tornaram-se produtos que podiam ser obtidos com mais facilidade, favorecendo a educação, a expansão da alfabetização e a divulgação das ideias filosóficas e científicas.

Cada vez mais a linguagem oral foi sendo substituída pela escrita nas sociedades europeias, o que

intensificou a mudança de mentalidade iniciada com o advento do alfabeto. Como assinalou um especialista no tema, o estado-unidense Walter Ong (1912-2003), em *Oralidade e cultura escrita*:

Um conhecimento mais profundo da oralidade primitiva ou primária permite-nos compreender melhor o novo mundo da escrita, o que ele verdadeiramente é e o que os seres humanos funcionalmente letrados

realmente são: seres cujos processos de pensamento não nascem de capacidades meramente naturais, mas da estruturação dessas capacidades, direta ou indiretamente, pela tecnologia da escrita. Sem a escrita, a mente letrada não pensaria e não poderia pensar como pensa, não apenas quando se ocupa da escrita, mas normalmente, até mesmo quando está compondo seus pensamentos de forma oral. Mais do que qualquer outra invenção individual, a escrita transformou a consciência humana. (p. 93.)



DEAGOSTINI/GETTY IMAGES

Tabuleta de argila, com gravações em linear B, escrita derivada do linear A, utilizada desde pelo menos o século XVII a.C. pelos povos que habitavam a ilha de Creta. Foi denominada “linear” porque tinha um traçado mais reto e simplificado que outras escritas antigas, como os hieróglifos (Chora, Museo Archeologico Di Chora Triphyllias).



ALBUM/AGNORTH WIND PICTURE ARCHIVE/LATINSTOCK

Ilustração da imprensa criada por Johannes Gutenberg (c. 1400-1468), aperfeiçoando a técnica de impressão com caracteres móveis, conhecida desde a Antiguidade na China e no Japão.

Segundo Ong, a linguagem escrita também separou o autor do discurso (ou texto) de seus “ouvintes” (ou leitores), dificultando ou impossibilitando a interação e a interlocução – que antes era comum – entre os oradores e a comunidade.

Retrato de Wasi, de Patrick Gibbs, s/data (Coleção particular).

No isolamento da leitura, todo um mundo de conexões e experiências interiores parece ser ativado. Observe o que ocorre em sua vida quando lê uma obra literária. Que experiências ela desperta?



PATRICK GIBBS

Linguagem eletrônica

Algo semelhante às duas revoluções anteriores está acontecendo nas últimas décadas como resultado do desenvolvimento da linguagem eletrônica. Essa linguagem compreende grande quantidade de meios ou mídias, desde os antigos telégrafos e gramofones até os atuais telefone, telex, fax, rádio, televisão, cinema, vídeo, fotocopiadora, computador, internet, correio eletrônico, telefone celular, livros eletrônicos e tantas outras tecnologias que surgem em curto espaço de tempo, enquanto outras rapidamente se tornam obsoletas.

O problema da distância para a comunicação praticamente acabou, ao menos em tese, para um grande público. Como resultado, o mundo transformou-se em uma “aldeia global”, expressão criada pelo comunicólogo canadense Marshall MacLuhan (1911-1980) na década de 1970.

Cada vez mais, diferentes culturas se interpenetram, convertendo as mudanças em um aspecto permanente da vida atual. Com o surgimento dos correios eletrônicos, *blogs*, redes de relacionamento social e telefones celulares com seus vários dispositivos (fotográfico, de vídeo, de mensagem de texto etc.), as notícias chegam às pessoas quase simultaneamente aos acontecimentos, e qualquer um pode ter acesso a elas, desde que disponha dessa tecnologia.

ELIZABETH FERNANDEZ G./GETTY IMAGES



Os novos suportes eletrônicos de obtenção de informação e de comunicação em “tempo real” estão gerando um impacto cultural que ainda não é possível dimensionar. Nessa imagem, por exemplo, o contato virtual se acelera e se intensifica, mas o que ocorre com as relações humanas diretas?

O que implica tudo isso? O impacto das novas tecnologias comunicacionais tem sido muito discutido pelos estudiosos. Talvez esteja havendo, em certa medida, uma **retomada da linguagem de ação** dos primeiros tempos, só que de forma

mais democrática, já que cada um pode se tornar um “orador”, relatar os acontecimentos e interagir com a comunidade, recebendo de volta outras percepções.

Paralelamente, a possibilidade do texto eletrônico também está ampliando o acesso às bibliotecas do mundo inteiro, promovendo ainda mais a **linguagem de reflexão**. Qual será o resultado dessa combinação? Ainda não sabemos. De todo modo:

[...] a longa história da leitura mostra com firmeza que as mutações na ordem das práticas são geralmente mais lentas do que as revoluções das técnicas e sempre em defasagem em relação a elas. Da invenção da imprensa não decorreram imediatamente novas maneiras de ler. Do mesmo modo, as categorias intelectuais que associamos ao mundo dos textos perdurarão diante das novas formas do livro [os livros eletrônicos].

[...] Devemos ser bastante lúcidos para não tomarmos o virtual por um real já presente. (CHARTIER, *Os desafios da escrita*, p. 112-113.)

CONEXÕES

1. Coloque-se na posição de um escritor ou de um leitor que utiliza os distintos suportes ilustrados neste capítulo (tabuleta de argila, livro e suportes eletrônicos) e procure identificar as semelhanças e diferenças entre eles, bem como as vantagens e desvantagens que cada um apresenta.

■ Seres linguísticos

Esse breve retrospecto histórico nos leva à seguinte pergunta: “Por que a linguagem e suas transformações causam tanto impacto nas sociedades humanas?”.

Tudo parece indicar que somos **seres fundamentalmente linguísticos**, como afirmam diversos estudiosos (conforme vimos nos capítulos 3 e 7). De acordo com essa linha interpretativa, é por meio da linguagem que construímos boa parte do que somos e do mundo à nossa volta. Vejamos isso com mais detalhes.

De maneira geral e bem simplificada, podemos dizer que quase tudo o que experimentamos, desde a infância, do mundo exterior e do contato com as outras pessoas é captado por nossos canais sensoriais, traduzido em termos linguísticos e armazenado em nossa mente, formando uma parte do **repertório cognitivo** de que dispomos. A outra parte desse repertório

resulta de processos internos, como a percepção de nosso corpo e de nossas emoções, bem como das relações que estabelecemos entre os conteúdos linguísticos externos e internos, ou apenas internos.

Nesse processo, a linguagem constitui um instrumento natural poderoso que **filtra e confere sentido** a nossas experiências.

FINA CASTELNUOVO/THE NEW YORK TIME



Pichação em muro que separa território palestino de israelense. O protesto contra a existência desse muro se expressa de maneira criativa e irônica, por meio desse conhecido comando de computador. O que ocorre quando se apertam ao mesmo tempo essas três teclas?

Toda forma de conferir sentido, toda forma de compreensão ou de entendimento pertence ao domínio da linguagem. Não há lugar fora da linguagem a partir do qual possamos observar nossa existência. É precisamente por meio do mecanismo de “reconstrução linguística” [...] que conseguimos ter acesso a fenômenos não linguísticos [das dimensões corporal e emocional]. (ECHEVERRÍA, *Ontología del lenguaje*, p. 33; tradução nossa.)

Assim, é por intermédio da linguagem que:

- identificamos, classificamos e entendemos nossas inúmeras experiências do dia a dia – quando penso, por exemplo, “Este é um lince, aquela é uma onça”, “Tenho frio (mas faz calor!)”, “Sinto-me oprimido”, “Que gostoso!”;
- expressamos essas experiências às outras pessoas – quando digo para alguém “O lince me fascina mais que a onça”, “Acho que estou com febre”, “Ele é um ditador”, “Chocolate é uma delícia”;

- reconhecemos as experiências alheias – quando digo ou penso “Ele não consegue discernir entre um lince e uma onça”, “Ela parece doente”, “Lamento que você tenha sido injustiçada”, “Chocolate lhe dá alergia”;
- estabelecemos vínculos e acordos sociais – quando, por exemplo, assino um contrato ou acordo ou digo “Sim”, “Aceito”, “Concordo”, “Prometo”;
- nos transformamos – quando, por exemplo, compreendo algo, digo “Basta!” para mim mesmo e procuro mudar minha maneira de ser, pensar ou agir;
- promovemos transformações na sociedade – quando digo “Basta!” para uma situação que envolve a coletividade, elaboro projetos que pretendem mudar essa situação ou dou meu voto favorável a eles;
- conferimos sentido a nossa existência – quando, por exemplo, busco e vou encontrando respostas para perguntas clássicas como “Quem sou?”, “De onde venho?”, “Para onde vou?”.

Em resumo, vivemos quase o tempo todo na linguagem praticamente sem nos darmos conta disso.

■ Linguagem como filtro

Vejam agora por que dizemos que a linguagem funciona como um filtro.

Quando aprendemos a falar, ou seja, quando nossos familiares ou pessoas mais próximas nos ensinam a língua do país ou da comunidade a que pertencemos, sem perceber estamos aprendendo, junto com as palavras, a **classificar os seres e as coisas**. Por exemplo, entra uma pessoa na casa e dizem a palavra “papai”; entra outra pessoa e pronunciam a palavra “vovó”; você agarra um objeto e o nomeiam “bola”; você aponta outro parecido e lhe explicam “bola, mas esta aqui é azul, aquela lá é verde”.

De maneira semelhante, vamos ouvindo e aprendendo a fazer outras **distinções** (classificações ou categorizações) mais emocionais, psíquicas, éticas, abstratas, como “triste”, “feio”, “certo”, “errado”, “amor”, “desejo” etc. E todas elas vão se articulando em estruturas linguísticas mais complexas, relacionadas com a gramática de cada língua. Por exemplo: “O céu é azul”, “Fulano sentiu inveja”, “Sou tímida”.

Desse modo, por meio de códigos e sistemas linguísticos ensinados pela comunidade – sendo, por isso, categorias **socioculturais** –, vamos aprendendo a organizar internamente as inúmeras vivências que temos da realidade ou do que acontece durante a nossa vida.

Limitando o real

Uma característica desse processo é que as palavras sempre circunscrevem, abstraem, enfim, **limitam** a realidade que pretendem denominar. Assim, uma mesma pessoa pode ser denominada, qualificada ou classificada em diferentes momentos ou por diferentes indivíduos, de distintas maneiras – “mãe”, “irmã”, “filha”, “chefe”, “adorável”, “horrível” etc. –, embora ela possa “ser” tudo isso ao mesmo tempo.

O que muda é o **observador** ou a **perspectiva distinta** que o mesmo observador adota em relação à mesma pessoa em momentos diferentes. Se o observador é o filho dela, ele a vê como “mãe”; se é um funcionário, ele a enxerga como “chefe”, e assim por diante. E será a partir dessa observação ou perspectiva que cada um se relacionará com a pessoa em questão.

Essa é uma das maneiras pelas quais a linguagem atua como filtro do real. A realidade será sempre muito mais ampla do que uma ou muitas palavras conseguem significar, e com frequência nos esquecemos disso.

Determinando o real

Como produto sociocultural, a linguagem atua não apenas como um filtro que limita, mas também como um filtro que **determina** o que somos capazes de perceber e entender de nossas experiências da realidade.

Vejam um exemplo extremo para que você compreenda essa afirmação. Na língua falada pelos maidus, grupo indígena do oeste dos Estados Unidos, existem apenas três palavras para designar as cores. Uma delas, *lak*, refere-se ao que identificamos como vermelho; a segunda, *tit*, ao verde e azul; e a terceira, *tulak*, ao amarelo, laranja e marrom. Assim, enquanto nós, que falamos português, distinguimos uma blusa amarela de outra marrom como roupas de cores distintas, os maidus as percebem e classificam como sendo da mesma cor (cf. Bandler e Grinder, *La estructura de la magia*, p. 31).

Vemos, nesse caso, que a língua, ao estabelecer certo número de **distinções cromáticas**, determina o que é possível ver. Sem passar por um processo de reaprendizado sobre a classificação das cores, os maidus normalmente conseguirão distinguir menos cores do que nós. Mas não fiquemos muito convencidos. Especialistas afirmam que o sistema visual humano é potencialmente capaz de estabelecer **milhões de distinções cromáticas**, e nosso vocabulário pessoal em relação às cores é imensamente inferior a isso.



Escritura visual “Atenção, cuidado com o vão entre o trem e a palavra” – Paulo Bruscky. Que significado(s) tem aqui a palavra “trem”? Podemos dizer que há um alerta para o descompasso entre a linguagem e as coisas?

Carregando implicitamente categorizações e interpretações do real, a língua pode também nos confundir. Quando dizemos, por exemplo, “ele veste calça azul”, “o leite é branco”, “as árvores são verdes”, somos levados a crer que as coisas “têm” cores ou “são” de determinada cor. Essa é uma crença do senso comum. No entanto, os especialistas dizem que a cor não é uma propriedade física dos objetos, mas sim uma sensação interna, que aprendemos a categorizar como cor. Desse modo, azul, branco, verde ou qualquer outra cor são apenas os nomes que damos a determinadas sensações visuais. Essas sensações estão vinculadas à maneira como nosso sistema nervoso funciona quando entra em contato com estímulos físicos externos, por meio de nosso sistema de visão.

No entanto, mesmo quando sabemos de tudo isso, fica difícil acreditar no que dizem os cientistas, dada a força da experiência intuitiva, sacramentada pela linguagem.

CONEXÕES

2. Encontre uma posição relaxada e, em total silêncio, observe suas sensações, emoções e pensamentos. Existe alguma maneira de perceber e compreender sua existência agora, neste instante, que não passe pelo filtro da linguagem? Relate sua experiência e suas conclusões.

▀ Linguagem como ação

Os exemplos que acabamos de ver são uma pequena amostra de que a linguagem não é apenas um meio que nos permite descrever a realidade, como se o real estivesse aí, sempre “pronto e acabado”, e o papel da linguagem fosse unicamente o de refleti-lo como um espelho – ou seja, um papel passivo. Ela é bem mais que isso. Como elemento sociocultural que impõe limites às nossas possibilidades de perceber as coisas e que, às vezes, nos confunde fornecendo “pistas erradas” sobre nossas experiências, ela também é **ação**.

Mas a linguagem é ativa não apenas no sentido negativo, restritivo, de filtro. Ela também é ativa em um sentido positivo, **gerativo**, pois contribui para **gerar “realidades”**.

Criando a si mesmo

Dissemos antes que, por meio de códigos e sistemas linguísticos, aprendemos a organizar internamente as inumeráveis vivências do que nos acontece durante a vida. Quase sem notar, vamos dizendo a nós mesmos: “Isso é assim, isso é de outra maneira”, “Isso eu sou, isso eu não sou”, “Isso eu quero, isso eu não quero”, “Isso eu posso fazer, isso eu não posso fazer”, e assim por diante.

Você pode perceber, portanto, que, a partir do domínio linguístico, cada um de nós é um **observador** que formula interpretações das

experiências que tem (mesmo que de maneira pouco consciente) e com elas vai modelando a própria **identidade**, a forma particular de ser e de agir. Em outras palavras, as interpretações que cada observador dá a suas experiências geram, ao mesmo tempo, o tipo de observador que ele se torna. E o tipo de observador em que ele se torna vai determinar o tipo de interpretações que será capaz de fazer.

Vamos ilustrar essa ideia. Tomemos como exemplo uma pessoa que após alguns “fracassos” ou frustrações (que são interpretações de sua experiência) passa a observar-se de determinado modo, repetindo para si mesma: “Sou tímida”. Ao adotar esse discurso, estará forjando sua própria identidade e realidade futura. Se ela acredita que **é** tímida, não terá outra opção senão conduzir-se com timidez diante dos outros e repetir os “fracassos” anteriores.

Isso significa que existe uma circularidade constante entre o que pensamos ou dizemos (nossas interpretações sobre as coisas e nós mesmos), a maneira como atuamos e a identidade que forjamos. É nessa circularidade linguística que, em grande parte, **criamos e recriamos** constantemente a nós mesmos, podendo tanto reforçar modelos antigos, como promover nossa própria **transformação**.

Intervindo no mundo

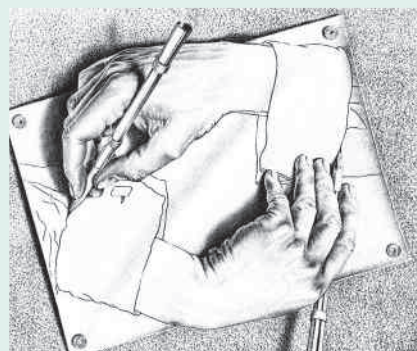
Por meio da linguagem também **comunicamos** às outras pessoas nossos desejos, opiniões e decisões, podendo **intervir** no fluir dos acontecimentos.

Quando você diz, por exemplo, “Abra a porta, por favor”, “Vamos”, “Sim”, “Não”, “Aceito”, “Chega!”, pode estar contribuindo para que ocorra desde uma simples ação coordenada até a criação de um futuro distinto para muitas pessoas. Essa é outra maneira em que a linguagem é ação.

CONEXÕES

3. Observe a ilustração do artista gráfico holandês M. C. Escher (1898-1972) e reflita. Em sua opinião, essa imagem pode ser considerada uma **metáfora** da circularidade linguística humana? Justifique.

Metáfora – palavra ou imagem usada fora do seu sentido literal ou contexto original para expressar outra ideia, com a qual possui uma relação de semelhança.



Mãos que desenhavam (1948) – M. C. Escher
(M. C. Escher Foundation / Baarn, Países Baixos).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Apresente uma definição genérica da palavra “linguagem”.
2. Comente a tese de que o surgimento do alfabeto e da escrita favoreceu o desenvolvimento do pensamento reflexivo e racional, bem como a separação entre linguagem e ação, ou teoria e prática.
3. O que caracteriza o ser humano como ser fundamentalmente linguístico?
4. Qual é o papel tradicional atribuído à linguagem?
5. Em que sentido a linguagem pode ser entendida também como ação e com uma função restritiva ou negativa?
6. Sintetize a interpretação de que a linguagem também é ação, em um sentido gerativo, positivo. Dê exemplos.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. O poder da linguagem

Basta pensar nas infinitas oportunidades em que uma pessoa, um grupo, um país mudaram de direção e alteraram sua história porque alguém disse o que disse. Da mesma maneira, reconhecemos que a história (individual ou coletiva) poderia ter sido muito diferente do que foi se alguém tivesse se calado, se não tivesse dito o que disse. (ECHEVERRÍA, *Ontología del lenguaje*, p.35; tradução nossa.)

Discuta com os colegas essa consideração. Relacione fatos históricos e acontecimentos pessoais que confirmem tal reflexão.

FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Algumas concepções principais

Na história da filosofia, diversos problemas relativos à linguagem foram identificados e investigados, dando origem a várias doutrinas. Vejamos algumas delas.

■ Origem das línguas

Uma das questões mais antigas a respeito da linguagem refere-se a quando e como surgiram as **línguas**.

Língua adâmica

De acordo com a tradição religiosa **judaico-cristã**, a capacidade de nomear as coisas teria sido conferida por Deus aos seres humanos por intermédio de Adão. Assim, no início dos tempos, haveria apenas **uma língua**, que todos falavam e por meio da qual se entendiam.

No entanto, conforme a narrativa bíblica, certo dia os homens decidiram construir uma torre tão alta que tocasse o céu, a chamada **Torre de Babel**. Deus não gostou da prepotência humana e os castigou duramente: fez com que, de repente, ninguém mais conseguisse entender o que o outro dizia. A confusão gerada foi tão grande que a construção da torre teve de ser interrompida, e seus construtores dispersaram-se pelo mundo. Desse modo teria surgido a **diversidade dos povos e das línguas** (cf. *Gênesis*, 11,1-9).

A explicação bíblica é, portanto, a de que todas as línguas teriam surgido de uma só. Trata-se da chamada **língua adâmica**. A maioria dos linguistas não acredita na hipótese de que todas as línguas possam ter derivado de uma única fonte, embora boa parte de seus estudos aponte para origens comuns entre diversas línguas.



A *Torre de Babel* (1563) – Pieter Bruegel. Arqueólogos e outros estudiosos têm se dedicado à busca de vestígios da Torre de Babel e à investigação de outros aspectos dessa lenda bíblica. Nessa obra, observe que o pintor holandês Bruegel se utiliza de diversos elementos de sua época – o século XVI – para compor a imagem, pois ninguém sabe como era a torre, onde foi construída e se realmente existiu.

Grito da natureza

Outra hipótese conhecida sobre a origem das línguas, mais ao agrado do pensamento científico moderno, foi formulada pelo filósofo suíço **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778), inicialmente no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* e, depois, no *Ensaio sobre a origem das línguas*. Nesses textos, Rousseau especula que a primeira forma de linguagem dos seres humanos teria sido o que ele denominou **grito da natureza**, usado pelos primeiros humanos em situações de grande perigo ou de muita dor física.

O aumento do contato entre os seres humanos pré-históricos teria suscitado a necessidade de expressar outros **sentimentos**. Eles buscaram, então, **sinais e gestos** mais diversificados para expressá-los e multiplicaram as **inflexões de voz**. Desse modo, a expressão linguística entre os diversos grupos humanos teria evoluído gradualmente, até constituir formas mais complexas e abstratas de comunicação e dar origem às diversas línguas. Para Rousseau:

A inteligência, a técnica, a história têm origem no contato com o obstáculo, quando o homem deixa a tepidez constante da floresta primitiva e se encontra exposto a “verões ardentes” ou a “invernos longos e rudes”. [...] Linguagem e sociedade estão tão ligadas – conforme a tradição clássica e a doutrina de Hobbes – que, se

se admite que o homem de não sociável tornou-se sociável, é preciso igualmente conjecturar que o homem, de não falante, tornou-se falante. Pois o homem não é originalmente dotado da palavra. A linguagem não é algo que o homem soube exercer de imediato: é uma aquisição, mas uma aquisição tornada possível por disposições presentes desde a origem e por muito tempo inexploradas. Entre todas as criaturas, o homem é o único que tem **por natureza** o poder de sair de seu estado primitivo. Ao mesmo título que a instituição social, a linguagem é um efeito tardio de uma faculdade primitiva: é o resultado de um desenvolvimento protelado. Natural em sua origem, ela constitui uma antinatureza em seus resultados. O perigoso privilégio do homem é ter em sua própria natureza a fonte dos poderes pelos quais se oporá à sua natureza e à Natureza. (STAROBINSKI, *Jean-Jacques Rousseau: transparência e obstáculo*, p. 311.)

Rousseau vincula, portanto, linguagem e sociedade. “Sendo a palavra a primeira instituição social”, como afirmou o filósofo, ela é também – como a sociedade – o resultado de uma característica exclusivamente humana, uma disposição primitiva: a **perfectibilidade**, isto é, a capacidade de enfrentar obstáculos ou situações excepcionais e de desenvolver recursos virtuais, aperfeiçoando-se. No entanto, foi essa mesma capacidade ou natureza que, no entendimento de Rousseau, levou os seres humanos a criarem, paradoxalmente, uma “antinatureza”, que é a sociedade.



Imagem do filme *A guerra do fogo* (1981). Nessa obra cinematográfica temos um retrato hipotético de como se comunicavam os hominídeos da pré-história quando ainda não haviam desenvolvido uma língua: apenas por meio de gestos, expressões faciais, gemidos, grunhidos e gritos.

Relação palavras e coisas

Outra discussão clássica no âmbito da filosofia da linguagem refere-se à **relação entre as palavras e as coisas**. Eis a questão: os **nomes** que damos às coisas são meras **convenções** – algo acordado, estipulado entre os membros de uma comunidade de forma arbitrária – ou são parte de uma suposta **natureza eterna e essencial** das coisas? A primeira opção é chamada de **convencionalista**; a segunda, de **naturalista**.

Desde a Antiguidade, os gregos já debatiam essa questão. No diálogo *Crátilo*, de **Platão**, um dos interlocutores, Hermógenes, defende a posição convencionalista, enquanto o outro, Crátilo, apoia a naturalista.

Pela boca de Sócrates, Platão parece tentar uma conciliação entre as duas teses, pois admite certos aspectos de cada uma. De um lado, concorda que a linguagem é uma criação humana e, nesse sentido, é convencional: a mesma coisa pode ser chamada por nomes diferentes nas diversas línguas. De outro lado, argumenta que, como existe uma ordem no mundo, há uma ordem nas coisas, e a linguagem deve seguir essa ordem para melhor representar suas essências.

Assim, mesmo variando de uma língua para outra, cada palavra deve representar a essência daquilo que nomeia – a palavra “*mesa*”, por exemplo, deve corresponder ao que Platão considera a **ideia essencial** de mesa, existente no mundo das ideias (tema abordado nos capítulos 1 e 6 e que estudaremos com mais detalhes no capítulo 12).

Questão dos universais

Durante a Idade Média, o debate sobre a relação entre as palavras e as coisas concentrou-se em um tipo específico de palavra: os **universais**, isto é, palavras que nomeiam **conceitos gerais** ou **classes de seres**, como “*humanidade*”, “*ave*”, “*rosa*” (em um sentido genérico) etc.

A discussão envolvia a seguinte questão: se captamos pelos sentidos coisas singulares, por que as expressamos com palavras universais? Por exemplo: quando digo “*Gosto mais de cão que de gato*”, não estou falando de determinado cão ou gato, mas sim de cão e gato em um sentido geral, universal. Que relação existe, então, entre as coisas singulares e a forma universalizada como as expressamos? Os universais existem na realidade ou apenas no pensamento?

Surgiram duas posições antagônicas sobre a questão dos universais: a **realista**, que defendeu a

tese de que os universais existem de fato, e a **nominalista**, que sustentou a tese contrária, ou seja, de que os universais não existiriam em si mesmos, pois seriam **apenas palavras** sem uma existência real. (Trataremos deste tema com mais detalhes no capítulo 13.)

Jogos de linguagem

No século XX, uma das figuras mais importantes da filosofia da linguagem, o lógico e filósofo austríaco **Ludwig Wittgenstein** (1889–1951), afirmou que o grande problema da filosofia teria surgido com Platão, que pensava nas palavras apenas como nomes próprios, como se cada termo correspondesse a um objeto. Isso teria sido um equívoco que arrastou grande parte dos pensadores posteriores que debateram temas lógicos e linguísticos.

Para Wittgenstein, a linguagem não é a captura conceitual da realidade ou uma figuração do objeto. E sua função não é a mera descrição dos fatos, como a maioria das pessoas crê.

Em sua obra *Investigações filosóficas*, o filósofo explica que a linguagem é como uma caixa de ferramentas e, como qualquer ferramenta, é preciso saber usá-la, reconhecendo seus limites e calando-se diante do que não pode ser falado. Falar é como participar de uma atividade, de um jogo. E os **jogos de linguagem** adquirem seu significado no **uso social**, nos diferentes modos de ser e de viver nos quais a fala está inserida.



Poema concreto “*PsIU*”, do poeta brasileiro Augusto de Campos (1931–). Colagem de palavras, expressões e imagem que ganha sentido no contexto em que foi criado (1966, dois anos após o golpe militar, época de censura e repressão), chama a atenção do leitor e o convoca para a ação.

É assim que cada palavra pode significar coisas distintas em contextos distintos, como, por exemplo, “legal”, “bacana”, “maneiro”, “massa” ou mesmo “amor”, “bondade”, “justiça”, entre uma infinidade de palavras. (O pensamento de Wittgenstein será retomado no capítulo 17.)

■ Atos da fala

O filósofo britânico **John L. Austin** (1911-1960) foi outro que criticou a concepção predominante de que o principal papel – para não dizer o dever – da linguagem é descrever os fatos, a realidade. Ele também foi o primeiro que destacou explicitamente a **qualidade ativa** da linguagem.

Considerando os enunciados, Austin identificou dois tipos:

- **constatativos** – são aqueles que comunicam uma informação, afirmando-a ou negando-a. Por exemplo: “O dia está claro”, “O carro quebrou”;
- **performativos** – são aqueles que realizam uma ação pelo simples fato de serem enunciados. Por exemplo: “Eu os declaro marido e mulher”.

Em um estudo mais aprofundado dos enunciados performativos, Austin formulou a **teoria dos atos da fala**. Ato da fala é toda ação que se realiza quando se diz algo. De acordo com essa teoria, há três tipos básicos de atos da fala:

- **ato locucionário** – ação de locucionar, falar algo, independentemente do que se queira dizer. O simples ato de falar já é uma ocorrência no mundo, uma ação. Por exemplo, dizer “O telefone está tocando?”;
- **ato ilocucionário** – ação que se quer alcançar quando se diz algo, a qual pode não aparecer de forma explícita na frase. Por exemplo, quando digo “O telefone está tocando?”, minha intenção pode não ser a pergunta feita diretamente, mas um recurso bem-humorado para chamar a atenção das outras pessoas da casa para o fato de que o telefone toca e alguém deve atendê-lo;
- **ato perlocucionário** – ação ou efeito provocado em outra pessoa quando se diz algo. Por exemplo, quando digo “O telefone está tocando?”, alguém da casa pode simplesmente responder “Sim, está tocando” ou entender a ironia, caso ela exista, e levantar-se para atendê-lo.

Vemos, portanto, que a comunicação não é algo tão simples assim. Ela está diretamente vinculada às relações e interações que se estabelecem entre as pessoas (por exemplo, de autoridade ou cooperação) e a outras variáveis.

■ Gramática: adquirida ou inata?

Outra discussão importante concernente à linguagem – e mais ligada ao campo da linguística – pode ser assim resumida: a formação e o aprendizado das línguas dependem exclusivamente da interação social ou estão assentadas em estruturas biológicas da espécie humana, geneticamente transmitidas e modificadas pela relação com o meio social?

A interpretação predominante até algumas décadas atrás era a primeira, conhecida como **condutista** ou **behaviorista**. O behaviorismo (termo derivado do inglês *behavior*, “conduta”, “comportamento”) é uma doutrina do campo da psicologia que enfatiza a ideia de que toda conduta é moldada no contato com o meio, como ocorre em um trabalho de condicionamento ou adestramento.

Para o behaviorismo, tanto a formação das línguas como o aprendizado de seu léxico e de sua gramática podem ser considerados respostas aos estímulos externos, sendo por isso observáveis. Entre os mais conhecidos formuladores do behaviorismo estão o linguista estado-unidense **L. Bloomfield** (1887-1949) e o psicólogo também estado-unidense **B. F. Skinner** (1904-1990).

Interpretação bastante distinta formulou o filósofo, linguista e matemático estado-unidense **Noam Chomsky** (1928-), que defende uma interpretação **inatista**. Para ele, a linguagem é uma capacidade humana natural, inscrita no DNA: todos nós nascemos com ela. Apoiando-se em conhecimentos da neurobiologia e das ciências cognitivas, Chomsky afirmou que o sistema nervoso central e o córtex cerebral estão programados não apenas para os aspectos fisiológicos da fala (como todos concordam), mas também para a organização da língua.

Essa tese se confirma, segundo Chomsky, na observação de como as crianças aprendem a falar. Mesmo quando não contam, em seu ambiente, com estímulos muito favoráveis a esse aprendizado, a maioria delas apresenta um domínio razoável da língua materna por volta dos dois anos de idade. E isso é ainda mais surpreendente se pensarmos que as línguas em geral possuem estruturas complexas de regras gramaticais e variações semânticas, às quais a criança começará a ser formalmente introduzida apenas alguns anos mais tarde. Como interpretar esse fato?

A explicação estaria na existência do que Chomsky denominou **gramática universal**, ou seja, um modelo ou padrão linguístico básico ao qual se amoldam todas as línguas e que faria parte do patrimônio genético de nossa espécie. Fazendo parte da estrutura biológica do ser humano, essa gramática seria, portanto, anterior ao aprendizado de qualquer gramática específica. Não se identificaria com nenhuma língua particular, mas seria **subjacente** a todas.

DALY AND NEWTON/GETTY IMAGES



Subjacente – que jaz por baixo, que está na base, nas profundezas.

Bebês em relação comunicativa. Em poucos anos estarão dominando uma complexa gramática. Existiria uma base genética que possibilita essa aquisição?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

7. Explique o conceito de língua adâmica.
8. “Prefiro a rosa ao cravo”. Comente essa frase, relacionando-a com a questão dos universais.
9. A concepção da linguagem como “jogo”, formulada por Wittgenstein, é outra maneira de conceber o papel ativo da linguagem. Discuta essa afirmação.
10. Podemos dizer que a oposição entre natureza e cultura reaparece na discussão a respeito da formação e do aprendizado das línguas? Justifique.
11. Reflita sobre o seguinte diálogo e, depois, responda ao que se pede:

– Ana, nosso grupo vai se reunir amanhã em casa. Você vem?

– Amanhã não, João. Não posso.

João pensa: “Ela não quer vir... Ela não gosta de mim... Droga!!!”

 - a) Qual foi o ato locucionário de Ana na conversação acima?
 - b) Qual foi o suposto ato ilocucionário de Ana na conversação?
 - c) Qual foi o ato perlocucionário da conversação?
 - d) Que lado foi mais determinante na conversação: o da fala ou o da escuta?

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Limites do mundo

Wittgenstein afirmou, na obra *Tractatus logico-philosophicus*, que os limites da linguagem de uma pessoa são os limites de seu mundo. Discuta com colegas os possíveis significados dessa afirmação.

3. Escuta e comunicação

Em um mundo em que a maioria quer falar e poucos se dispõem a ouvir, discuta com os colegas o papel da escuta na comunicação.



PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEM-PR) A linguagem verbal é um sistema de símbolos que permite aos seres humanos ultrapassarem os limites da experiência vivida e organizar essa experiência sob forma abstrata, conferindo sentido ao mundo.

Assinale o que for **correto**.

- 01) A linguagem humana, da mesma forma que as linguagens de computador, é altamente estruturada e, por isso, inflexível; não fosse assim, a comunicação entre as pessoas seria impossível.
- 02) A linguagem oral é o único meio à disposição do homem para sua comunicação e o estabelecimento de relações com os outros indivíduos.
- 04) A formação do mundo cultural depende fundamentalmente da linguagem. Pela linguagem, o homem deixa de reagir somente ao presente imediato, podendo pensar o passado e o futuro e, com isso, construir o seu projeto de vida.
- 08) Os nomes são símbolos ou representações dos objetos do mundo real e das entidades abstratas. Como representações, os nomes têm o poder de tornar presente para nossa consciência o objeto que não está dado aos sentidos.
- 16) O homem é a única espécie animal dotada da capacidade de linguagem mediante a palavra e faz uso de símbolos, isto é, refere-se às coisas por meio de signos convencionados, enquanto na linguagem de outros animais os signos são índices.

Sessão cinema

A guerra do fogo (1981, França/Canadá, direção de Jean-Jacques Annaud)

Ficção sobre a pré-história que recria as condições de vida e os hábitos de alguns grupos de hominídeos, cada um em estágio distinto de evolução (biológica e cultural). Eles disputam territórios e o fogo, mas ainda não dominam a técnica para acendê-lo.

Língua: vidas em português (2002, Brasil/Portugal, direção de Victor Lopes)

Documentário sobre a Língua Portuguesa e as vivências culturais dos povos lusófonos, com a participação dos escritores José Saramago, Mia Couto, João Ubaldo, entre outros.

Nell (1994, EUA, direção de Michael Apted)

Médico tenta ajudar uma jovem a integrar-se à sociedade, pois ela vivia isolada em uma casa na floresta desde o seu nascimento, sem nenhum contato social até então, exceto com a mãe enferma e já morta.

O enigma de Kaspar Hauser (1974, Alemanha, direção de Werner Herzog)

Garoto é criado em um porão, longe de qualquer contato com outro ser humano, até cerca de 15 anos. Sem saber falar e andar nem conhecer sua própria identidade, ele é levado para a cidade, onde se torna objeto de curiosidade e desprezo da população local.

Um filme falado (2003, Itália/França/Portugal, direção de Manoel de Oliveira)

Professora de história viaja com a filha em uma espécie de passeio por uma parte da história das civilizações, no qual a linguagem e as línguas desempenham papel especial.

Para pensar

A seguir, temos o trecho de um artigo, publicado em um jornal paulista, no qual o autor relaciona um aspecto da fala informal com um tema tratado neste capítulo. Leia-o com atenção e responda às questões propostas.

A gramática universal

- Davi-ê, vem ver eu jogar no computador! Agora eu já consigo passar para a fase duas.
- Ian-(h)ê, a mamãe tá chamando pra almoçar!

Essas são frases típicas de meus filhos gêmeos, Ian e David, agora com quatro anos e meio. Já há alguns meses venho prestando atenção no "ê" que eles pospõem aos próprios nomes quando chamam um ao outro. Até procurei hipóteses alternativas, mas estou cada vez mais convicto de que esse "ê" por eles utilizado marca um vocativo, um caso de declinação que se perdeu no português. Prova-o o fato de que a intrigante letrinha desaparece em estruturas nas quais o nome próprio se torna sujeito ou objeto, como: – O David me mordeu. Ou – Papai-ê, briga com o Ian que ele me bateu..

O que chama a atenção aqui é que eles não deveriam ter a menor noção do que seja uma declinação. Eu juro que nunca tentei ensinar-lhes latim ou grego clássico, línguas que preservam a característica de alterar a "terminação" dos nomes dependendo da função sintática que desempenhem na sentença [...].

Ainda que não o saibam, os meninos não só estão pensando gramaticalmente como ainda resgataram de forma intuitiva uma distinção da qual no português só ficaram resquícios. Tal experiência reforçou ainda mais minhas simpatias pela teoria da Gramática Universal, segundo a qual seres humanos já nascem equipados com um "software" linguístico em seus cérebros, isto é, dotados de alguns princípios gramaticais comuns a todos os idiomas. Essa ideia não é exatamente nova. Ela existe pelo menos desde Roger Bacon (c. 1214-1294), o "pai" do empirismo e "avô" do método científico, mas foi desenvolvida e popularizada pelo linguista norte-americano Noam Chomsky. Embora ainda seja objeto de acras disputas, vem ganhando apoio da neurociência.

Há de fato boas evidências em favor da tese. A mais forte delas é o fato de que a linguagem é um universal humano. Não há povo sobre a terra que não tenha desenvolvido uma, diferentemente da escrita, que foi "criada" de forma independente não mais do que meia dúzia de vezes em toda a história da humanidade. Também diferentemente da escrita, que precisa ser ensinada, basta colocar uma criança em contato com um idioma para que ela o aprenda quase sozinha. Mais até, o fenômeno das línguas crioulas mostra que pessoas expostas a pídgin (jargões comerciais normalmente falados em portos e que misturam vários idiomas) acabam desenvolvendo, no espaço de uma geração, uma gramática para essa nova linguagem. Outra prova curiosa é a constatação de que bebês surdos-mudos "balbuciam" com as mãos exatamente como o fazem com a voz as crianças falantes.

[...]

E, se a linguagem como a compreendemos é essencialmente humana, iniciativas como a do Seti (Busca por Inteligência Extraterrestre, na sigla inglesa) são um desperdício de recursos. Seria como se os elefantes lançassem uma procura por outros seres dotados de tromba no universo e descartassem como inferiores toda e qualquer espécie sem o apêndice.

Outro ponto curioso e que me interessa particularmente é o que diz respeito ao domínio da gramática. Se ela é inata e todos a possuímos, não faz muito sentido classificar como "pobre" a sintaxe alheia. Na verdade, aquilo que nos habituamos a chamar de gramática, isto é, as prescrições estilísticas que aprendemos na escola são o que há de menos essencial no complexo fenômeno da linguagem. Não me parece exagero afirmar que sua função é precipuamente social, isto é, distinguir dentre aqueles que dominam ou não um conjunto de normas mais ou menos arbitrárias que se convencionou chamar de culta. Nada contra o registro formal, do qual, aliás, tiro meu ganha-pão. Mas, sob esse prisma, não faz tanta diferença dizer "nós vai" ou "nós vamos". Se a linguagem é a resposta evolucionária à necessidade de comunicação entre humanos, o único critério possível para julgar entre o linguisticamente certo e o errado é a compreensão ou não da mensagem transmitida. Uma frase ambígua seria mais "errada" do que uma que ferisse as caprichosas regras de colocação pronominal, por exemplo.

SCHWARTSMAN, Hélio. Gramática universal. *Folha de S. Paulo*, 3 ago. 2006. (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/helioschwartzman/ult510u356184.shtml>>. Acesso em: 21 out. 2015.)

1. Que fato cotidiano surpreendeu o autor do artigo? Por quê?
2. Que suposição faz o autor e que hipótese explicativa relaciona com ela?
3. Cite alguns argumentos usados pelo autor do artigo para sustentar essa hipótese.
4. Você concorda com as observações críticas que o autor deriva de sua hipótese explicativa?

Capítulo 9

MUSÉE D'ORSAY, PARIS, FRANÇA



▼ Que ideia do trabalho você forma a partir dessa imagem?

As respigadeiras (1857) – Jean-François Millet, óleo sobre tela. Em uma ação coordenada, camponesas recolhem os restos da colheita, realizando um objetivo compartilhado.

O trabalho

Continuando nossa investigação sobre o ser humano e sua relação com o mundo, focalizaremos agora o trabalho – essa atividade básica e essencial, que coloca nossa espécie, de maneira clara e definida, no universo da sociedade e da cultura.

Questões filosóficas

- ▼ O que é o trabalho?
- ▼ O que é alienação?
- ▼ O trabalho dignifica ou escraviza o ser humano?

Conceitos-chave

trabalho, natureza, cultura, exploração do trabalhador, alienação, trabalho alienado, consumo alienado, lazer alienado, *status*, fetiche, neofilia, sociedade do tempo livre, sociedade do desemprego, ócio criativo

TRABALHO

Características e história

Todo mundo trabalha, trabalhou ou vai trabalhar um dia. Portanto, o trabalho é mais uma dessas coisas banais que todos conhecemos. Geralmente relacionamos trabalho com emprego e remuneração (dinheiro). Mas você já parou alguma vez para compreender o que é essencialmente o trabalho e qual é a sua função?

Iniciemos nossa investigação a esse respeito buscando uma definição genérica e contemporânea. Podemos dizer que trabalho é toda atividade na qual o ser humano utiliza suas energias para satisfazer uma necessidade ou atingir determinado objetivo, individual ou coletivo. A palavra **energia** (do grego *en*, “dentro”, e *érgon*, “obra, ação”) tem, aqui, o sentido básico de uma capacidade para realizar uma obra, uma ação – enfim, um trabalho.

Por intermédio da atividade laboral, o ser humano acrescenta um mundo novo – a cultura – ao mundo natural já existente (como vimos no capítulo 7). Por isso, o trabalho é elemento essencial da relação dialética entre ser humano e natureza, saber e fazer, teoria e prática, conforme ficará mais claro adiante.

Na análise de um dos principais teóricos do tema que estamos examinando, o filósofo alemão **Karl Marx** (1818-1883), o trabalho é uma atividade tipicamente humana, pois implica a existência de um projeto mental que modela uma conduta a ser desenvolvida para se alcançar um objetivo.



MATT CARDY/BETTY IMAGES

O artista tcheco Radovan Zivny esculpe em areia o personagem Gollum, de *O senhor dos anéis*. Como diz Marx, em *O capital*, o ser humano não apenas transforma o material em que trabalha, mas também realiza, nesse material, o projeto que trazia em sua consciência. Será isso o que nos diferencia dos outros animais?

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. (MARX, *O capital*, seção III, cap. V.)

■ Papéis do trabalho

Pensemos agora sobre o papel do trabalho. Para que serve o trabalho? Qual é sua função?

Podemos dizer que, em termos **individuais**, o trabalho permite ao ser humano expandir suas energias, desenvolver sua criatividade e realizar suas potencialidades. Assim, pelo trabalho, enquanto o indivíduo molda a realidade, ele também se expressa e transforma a si próprio.

Já em termos **sociais**, entendido como o esforço conjunto dos membros de uma comunidade, o trabalho cumpre a função última de manutenção e satisfação da vida e de desenvolvimento da coletividade. Assim, em resumo, podemos dizer que o trabalho tem esse poder de promover a realização individual, a edificação da cultura e a concretização da solidariedade entre as pessoas.

Mas não será essa uma visão muito **positiva** e **ideal** do trabalho? Se você está com essa dúvida, tem toda razão, pois nem sempre a realidade é assim. Apesar de se constituir em uma categoria central da existência para a expressão de nossas potencialidades, o trabalho muitas vezes não cumpre sua função libertadora, tornando-se uma verdadeira prisão. É o que observamos com frequência em nosso cotidiano. Por que isso ocorre?

Na interpretação de Marx, ao longo da história, a dominação de uma classe social sobre outra desviou o trabalho de sua função positiva. Em vez de servir ao bem comum, o trabalho passou a ser utilizado para o enriquecimento de alguns. De ato de criação virou rotina de reprodução. De recompensa pela liberdade transformou-se em castigo.

Enfim, em vez de constituir um elemento de realização de nossas potencialidades, converteu-se em instrumento de **alienação** (conceito que estudaremos neste capítulo).

É interessante ressaltar que, segundo grande parte dos etimologistas, o termo **trabalho** vem do latim *tripalium*, nome de um instrumento constituído de três paus e que era utilizado antigamente em diversas tarefas no campo e na cidade, mas que também foi usado para sujeitar e torturar pessoas. Como veremos mais adiante, não há exagero em afirmar que, em diversas situações sociais, o trabalho atuou e atua de maneira semelhante, servindo para torturar e triturar o trabalhador.

Trabalho na história

No decorrer da história das diferentes sociedades, houve muitas maneiras de conceber e organizar o trabalho. Vejamos algumas delas.

Pré-história

De acordo com antropólogos, a **primeira divisão de trabalho** teria se dado entre homens e mulheres. Determinadas tarefas, como caçar, guerrear, garantir a proteção do grupo, eram reservadas aos homens, enquanto os trabalhos domésticos e os cuidados com os filhos destinavam-se às mulheres. Além do gênero, levava-se em conta também a idade e a força física de cada indivíduo.

Nas comunidades em que a sobrevivência dependia da caça e da coleta, ocorriam migrações quando as reservas naturais de uma região tornavam-se insuficientes para o grupo. Por isso essas comunidades eram **nômades** (sem habitação fixa).

Quando os grupos humanos desenvolveram a criação de animais e a agricultura, no período neolítico, surgiram as comunidades **sedentárias** (com habitações fixas). Sua capacidade de produzir alimentos em quantidade maior do que a necessária para o consumo imediato possibilitava a troca de produtos com as aldeias vizinhas. Vemos, portanto, como a organização desses primeiros grupos humanos se modificava conforme mudavam suas habilidades produtivas e suas forças de trabalho.

Antiguidade

Durante a Antiguidade, o **trabalho manual** passou a ser considerado, em várias sociedades, como uma atividade menor, desprezível, que pouco se diferenciava da atividade animal. Valorizava-se o **trabalho intelectual**, próprio dos homens que

podiam se dedicar à cidadania, ao ócio, à contemplação e à teoria. Nesse sentido, o filósofo grego **Aristóteles** (384-322 a.C.) dizia:

A utilidade do escravo é semelhante à do animal. Ambos prestam serviços corporais para atender às necessidades da vida. A natureza faz o corpo do escravo e do homem livre de forma diferente. O escravo tem corpo forte, adaptado naturalmente ao trabalho servil. Já o homem livre tem corpo ereto, inadequado ao trabalho braçal, porém apto para a vida do cidadão.

[...]

Os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios (estes tipos de vida são ignóbeis e incompatíveis com as qualidades morais); tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer (ócio) é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas. (ARISTÓTELES, *Política*, cap. II, 1254b, e cap. VIII, 1329a.)

DE AGOSTINI/L. PEDICINI/DIOMEDIA



Placa, feita em mármore, de uma oficina de metalurgia do cobre da cidade de Pompeia, na Roma antiga (c. século II). Desde a Antiguidade, já havia nas sociedades uma divisão do trabalho baseada na especialização de funções: metalúrgicos, ceramistas, vidraceiros, agricultores, pastores, sacerdotes, soldados etc. (Museo Archeologico Nazionale, Nápoles, Itália.)

Idade Média

Em muitas sociedades da Europa ocidental, a concepção anterior de trabalho não se alterou substancialmente durante a Idade Média. O trabalho intelectual ainda era o mais valorizado.

A novidade estava em que, de acordo com o cristianismo medieval, o trabalho passou a ser visto como uma forma de sofrimento que serviria

de **provação e fortalecimento do espírito** para alcançar o reino celestial. Assim, **Santo Tomás de Aquino** (1221-1274), teólogo e filósofo cristão, referia-se ao trabalho como um “bem árduo”, por meio do qual cada indivíduo se tornaria um **ser humano melhor**.

MUSÉE CONDE, CHANTILLY, FRANÇA



Calendário com doze cenas das atividades laborais que se realizavam mês a mês ao longo do ano durante a Idade Média (c. 1460) – Pietro de Crescenzi, Escola Francesa. Relacionado com a vida rural, esse calendário revela como a organização do trabalho estava vinculada aos ciclos naturais e às estações do ano no hemisfério norte. Você consegue identificar cada tarefa com o mês correspondente e justificá-la?

Idade Moderna

A concepção católica sobre o trabalho sofreu contestação significativa desde a ascensão social da burguesia, na Europa ocidental, a partir do século XVI. Nesse período desenvolveu-se, no campo religioso, o **protestantismo**. O trabalho foi revalorizado, passando a enfatizar-se o **sucesso econômico** (interpretado agora como um sinal da bênção de Deus). De acordo com certa **ética protestante** (as vertentes **calvinistas**), o ser humano deveria viver uma vida ativa e lucrativa, pautada pelo trabalho.

Como analisou o sociólogo alemão **Max Weber** (1864-1920) em sua obra *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, haveria inclusive uma relação entre essa ética – que valoriza o trabalho e a busca da riqueza – e o desenvolvimento do capitalismo nos países onde predominava o protestantismo. Mas esse sentido do trabalho ficou restrito às classes que conseguiram acumular capital e investir nas atividades produtivas.



QUENTIN METSYS/ MUSEU DO LOUVRE, PARIS, FRANÇA

O cambista e sua mulher (1514) – Quentin Metsys, óleo sobre madeira. Casal compartilha momento juntos, cada qual em sua tarefa. Ela, com a mão sobre o livro de orações, interrompe sua leitura para observar o marido negociante, que examina o fiel da balança. Como podemos interpretar: contraposição ou união entre o sagrado (a fé) e o profano (o comércio)?

Idade Contemporânea

Já no século XIX, o filósofo alemão **Friedrich Hegel** definiu o trabalho como elemento de **autoconstrução** do ser humano. Ele destaca, assim, o **aspecto positivo** do trabalho que mencionamos antes, isto é, o fato de o indivíduo não apenas se formar e se aperfeiçoar por meio do trabalho, mas também se libertar pelo domínio que exerce sobre a natureza.

Karl Marx, por sua vez, embora igualmente enfatize esse aspecto fundamental do trabalho, analisou o **papel negativo** que ele adquiriu nas sociedades capitalistas. Para Marx, a suposta

liberdade do trabalhador se viu abalada quando ele foi destituído dos meios de produção e, sem outra opção para sobreviver, encontrou-se obrigado a vender sua força de trabalho para quem detém os meios de explorá-la.

Marx destacou também as condições degradantes a que os trabalhadores tiveram de se submeter no sistema da produção capitalista, apontando seus efeitos danosos sobre os indivíduos. Entre outros, distingue-se o **processo de alienação**, nosso tópico seguinte.



Tecelagem em Hjøla (1887-1888) – Wilhelm Peters, óleo sobre tela. Observe que o trabalho dessas tecelãs norueguesas, na localidade de Oslo, ainda era bastante manufatureiro (manual e pouco mecanizado) no final do século XIX. Três gerações femininas, provavelmente de uma mesma família, se apoiam nas tarefas.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. O que significa dizer que o trabalho é uma “atividade tipicamente humana”? Argumente.
2. Como tem sido valorizado o trabalho braçal ou manual ao longo da história? Justifique.
3. Comente as diferenças entre a interpretação de Hegel e a de Marx a respeito do trabalho.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Dignidade *versus* escravidão

“O trabalho dignifica o ser humano” *versus* “O trabalho escraviza as pessoas”. Interprete e discuta essa contradição com seus colegas.

ALIENAÇÃO

A pessoa alheia a si mesma

A palavra **alienação** vem do latim *alienare*, “tornar algo alheio a alguém”, isto é, “tornar algo pertencente a outro”. Hoje, esse termo é usado em diferentes contextos com significações distintas:

- em **direito** – designa a transferência da propriedade de um bem a outra pessoa. Nesse sentido, costuma-se dizer que “os bens do devedor foram alienados”;
- em **psicologia** – refere-se ao estado patológico do indivíduo que se tornou alheio a si próprio, sentindo-se como um estranho, sem contato consigo mesmo ou com o meio social em que vive;
- na **linguagem filosófica contemporânea** – corresponde ao processo pelo qual os atos de uma pessoa são dirigidos ou influenciados por outros e se transformam em uma força estranha colocada em posição superior e contrária a quem a produziu. Nesta acepção, a palavra deve muito de seu uso a Karl Marx.

O termo alienação foi utilizado inicialmente por **Hegel** para designar o processo pelo qual os indivíduos colocam suas potencialidades nos objetos por eles criados. Significaria, assim, uma exteriorização da criatividade humana, de sua capacidade de construir obras no mundo. Nesse sentido, o mundo da cultura seria uma alienação do espírito humano, uma criação do indivíduo, que nela se reconheceria.

Diferentemente de Hegel, **Marx** identificou dois momentos distintos nesse processo de exteriorização da criatividade:

- **objetivação** – primeiro momento, que se refere especificamente à capacidade da pessoa de se objetivar, de se exteriorizar nos objetos e nas coisas que cria, o que é algo próprio do saber-fazer humano;
- **alienação** – segundo momento, aquele em que o indivíduo, principalmente no capitalismo, após transferir suas potencialidades para seus produtos, deixa de identificá-los como obra sua. Os produtos “não pertencem” mais a quem os produziu. Com isso, são “estranhos” a ele, seja no plano psicológico, econômico ou social.

Na sociedade contemporânea, o processo de alienação atinge múltiplos campos da vida humana, impregnando as relações das pessoas com o trabalho, o consumo, o lazer, seus semelhantes e consigo mesmas. Vejamos alguns aspectos dessas relações alienadas, seguindo, em linhas gerais, a análise do psicanalista alemão **Erich Fromm** (1900-1980) em *Psicanálise da sociedade contemporânea* (p. 128-147).



RIJKSMUSEUM KRÖLLER-MÜLLER, OTTERLO, HOLANDA

Velho homem com a cabeça em suas mãos (No limiar da eternidade) (1890) – Vincent van Gogh, óleo sobre tela. Na alienação, a pessoa perde contato consigo mesma, com sua identidade e seu valor. Só lhe resta a sensação de vazio existencial.

Trabalho alienado

Nas sociedades atuais observa-se que a produção econômica transformou-se no objetivo imposto às pessoas, isto é, não são as pessoas o objetivo da produção, mas a produção em si. Nas palavras do filósofo francês contemporâneo Luc Ferry (1951-):

[...] a economia moderna funciona como a seleção natural em Darwin: de acordo com uma lógica de competição globalizada, uma empresa que não progride todos os dias é uma empresa simplesmente destinada à morte. Mas o progresso não tem outro fim além de si mesmo, ele não visa a nada além de se manter no páreo com outros concorrentes. (FERRY, *Aprender a viver* – filosofia para os novos tempos, p. 247.)

Essa mentalidade desenvolveu-se desde o século XVIII, quando teve início a industrialização da economia. Esse processo significou não apenas a introdução de máquinas na produção econômica, mas também estabeleceu novas formas de organizar o trabalho seguindo a lógica de lucro, de tal maneira que as relações sociais passaram a ser regidas pela economia, e não o contrário.

Essa tendência acentuou-se a partir do século XIX, quando o trabalho na maioria das indústrias tornou-se cada vez mais rotineiro, mecânico, automatizado e especializado, subdividido em múltiplas operações. Os empresários industriais visavam, com isso, economizar tempo e aumentar a produtividade.

Como exemplificou o economista escocês **Adam Smith** (1723-1790), na fabricação de alfinetes, um operário puxava o arame, outro o endireitava, um terceiro o cortava, um quarto o afiava, um quinto o esmerilhava na outra extremidade para a colocação da cabeça, um sexto colocava a cabeça e um sétimo dava o polimento final.

Essa forma de organização do trabalho em linhas de operação e montagem foi, posteriormente, aperfeiçoada pelo engenheiro e economista estadunidense **Frederick Taylor** (1856-1915), cujo método ficou conhecido como **taylorismo**. A principal consequência do taylorismo é que a fragmentação do trabalho conduz a uma fragmentação do saber, pois o trabalhador perde a noção de conjunto do processo produtivo.

Essa forma de organização do trabalho – que conduz ao **trabalho alienado** – ainda pode ser observada em muitas empresas, onde o funcionário se restringe ao cumprimento de ordens relativas à qualidade e à quantidade da produção. Sempre repetindo as mesmas operações mecânicas, ele produz bens estranhos à sua pessoa, a seus desejos e suas necessidades.

Além disso, ao executar a rotina do trabalho alienado, o trabalhador submete-se a um sistema

que, em grande parte, não lhe permite desfrutar financeiramente os benefícios de sua própria atividade, pois a meta é produzir para satisfazer as necessidades do mercado e não propriamente do trabalhador. Fabricam-se, por exemplo, coisas maravilhosas para uma elite econômica, enquanto aqueles que as produzem mantêm-se modesta ou miseravelmente. Produz-se “inteligência”, mas também a estupidez e o bitolamento nos trabalhadores.

Enfim, o trabalho alienado costuma ser marcado pelo desprazer, pelo embrutecimento e pela exploração do trabalhador. Vejamos como Marx, em *Manuscritos econômico-filosóficos*, descreveu esse processo:

Primeiramente, o trabalho alienado se apresenta como algo externo ao trabalhador, algo que não faz parte de sua personalidade. Assim, o trabalhador não se realiza em seu trabalho, mas nega-se a si mesmo. Permanece no local de trabalho com uma sensação de sofrimento em vez de bem-estar, com um sentimento de bloqueio de suas energias físicas e mentais que provoca cansaço físico e depressão. Nessa situação, o trabalhador só se sente feliz em seus dias de folga enquanto no trabalho permanece aborrecido. Seu trabalho não é voluntário, mas imposto e forçado.

O caráter alienado desse trabalho é facilmente atestado pelo fato de ser evitado como uma praga; só é realizado à base de imposição. Afinal, o trabalho alienado é um trabalho de sacrifício, de mortificação. É um trabalho que não pertence ao trabalhador mas sim à outra pessoa que dirige a produção. (*Primeiro manuscrito*, XXIII.)



CHARLES CHAPLIN PRODUCTIONS/PHOTOS 12 CINEMADIONMEDIA
KARIME XAVIER/FOLHAPRESS

Cena do filme *Tempos modernos* (1936). Nela vemos o trabalhador participando das engrenagens da fábrica e, aos poucos, sendo “engolido” por elas.



Pessoas trabalham em linha de produção de frigorífico em São Paulo. A rotina e a taylorização podem empobrecer o envolvimento afetivo e intelectual do indivíduo com seu trabalho.

Mercado de personalidades

Atingido pela alienação, o ser humano perde contato com seu eu genuíno, com sua individualidade. Transformado em **mercadoria**, como observou Fromm, o trabalhador sente-se como uma “coisa” que precisa alcançar sucesso no “mercado de personalidades” – sucesso financeiro, profissional, intelectual, social, sexual, político, esportivo etc. O tipo de sucesso perseguido depende do mercado no qual a pessoa quer “vender” sua personalidade.

Como o homem moderno se sente ao mesmo tempo como o vendedor e a mercadoria a ser vendida no mercado, sua autoestima depende de condições que escapam a seu controle. Se ele tiver sucesso, será “valioso”; se não, imprestável. O grau de insegurança daí resultante dificilmente poderá ser exagerado. (FROMM, *Análise do homem*, p. 73.)

Dominado por essa orientação mercantil alienante, conforme definição de Fromm, o indivíduo não mais se identifica com o que é, sabe ou faz. Para ele, não conta sua realização íntima e pessoal, apenas o sucesso em vender socialmente suas qualidades.

Tanto suas forças quanto o que elas criam se afastam, tornam-se algo diferente de si, algo para os outros julgarem e usarem; assim, sua sensação de identidade torna-se tão frágil quanto sua autoestima, sendo constituída do total de papéis que ele pode desempenhar: “Eu sou como você quer que eu seja”. (*Análise do homem*, p. 74.)

As relações sociais também ficam seriamente comprometidas. Cada pessoa vê a outra segundo critérios e valores definidos pelo “mercado de personalidades”. O outro passa a valer também como um objeto, uma mercadoria.

Um dos princípios que orientam as relações alienadas nas sociedades contemporâneas pode ser traduzido nestas palavras: “Não se envolva com a vida interior de ninguém”. Esse não envolvimento pode levar a situações extremas de ausência de solidariedade social.

CONEXÕES

1. Reflita sobre o que você valoriza nas pessoas e em si mesmo/mesma. Depois revise criticamente esses seus valores, considerando o conceito de alienação e de relações sociais alienadas.

Consumo alienado

Como podemos definir o termo **consumo**? Consumir significa utilizar, gastar, dar fim a algo, para alcançar determinado objetivo.

O ser humano necessita de objetos exteriores para a sua sobrevivência e realização. Por isso, os indivíduos produzem, em sociedade, os objetos para seu consumo.

E o que seria **consumo alienado**? Antes de refletirmos sobre esse conceito, consideremos o brutal abismo socioeconômico que separa ricos e pobres no mundo inteiro.

Os 2,5 bilhões de indivíduos mais pobres – ou seja, 40% da população mundial – detêm 5% da renda global, ao passo que os 10% mais ricos controlam 54%. Um a cada dois indivíduos vive com menos de 2 dólares por dia (patamar de pobreza) e um a cada cinco, com menos de 1 dólar por dia (patamar de pobreza absoluta). (DURAND e OUTROS, *Atlas da mundialização*, p. 32.)

Essa informação nos mostra que, enquanto boa parte da humanidade enfrenta o drama agudo da fome, da falta de moradia, do desamparo à saúde e à educação, sem o mínimo necessário para sobreviver, uma minoria pode se dar o luxo de consumir quase tudo e esbanjar o supérfluo.

É aí que entra, como veremos, o conceito de consumo alienado, fenômeno que ocorre principalmente entre a parcela da população de bom poder aquisitivo, já que não tem muito sentido falarmos em consumo alienado entre a multidão de famintos, esmagada pela miséria.

Relação produção-consumo

Karl Marx observou que **produção é ao mesmo tempo consumo**, pois, quando o trabalhador produz algo, além de consumir matéria-prima e os próprios instrumentos de produção, que se desgastam ao serem utilizados, ele também consome suas forças vitais nesse trabalho.

Por outro lado, completa Marx, **consumo é também produção**, pois os homens se produzem através do consumo. Isso se verifica de forma mais imediata na nutrição, processo vital pelo qual consumimos alimentos para “produzir” nosso corpo. Porém, o consumo nos produz não apenas no plano físico, mas também nos aspectos intelectual e emocional, como ser total.

Há, portanto, uma relação dialética entre consumo e produção. Isso fica ainda mais evidente quando se considera que a produção cria não só bens materiais e não materiais, mas também o consumidor para esses bens. Ou seja, quando se produz algo, é preciso que alguém consuma essa produção. Temos, então, a tríade **produção-consumo-consumidor**.

Por isso, a **publicidade** (divulgação de produtos nas diversas mídias, como jornal, TV, internet, volantes etc.) é elemento fundamental das sociedades capitalistas, uma vez que é por meio dela que se impulsiona nos indivíduos a necessidade de consumir mercadorias. E aí começa uma “roda-viva”: a produção abre a possibilidade do consumo, o consumo cria a necessidade de mais produção, e assim por diante. Essa dupla criação de necessidades (a produção criando o consumo e o consumo criando a produção) gera a “reprodução” do sistema capitalista.



Às 5 horas da manhã em pleno inverno nova-iorquino, consumidores acotovela-se às portas de uma loja de departamentos para entrar na frente dos outros e aproveitar as ofertas antes que acabem. No universo do consumismo, possuir a coleção de roupas recém-lançada, as inovações em informática, os eletrodomésticos de última geração e o mais novo modelo de carro constitui um sinal infalível de **status**. O desejo de ter substitui o vazio do ser. Assim, multidões lotam os grandes *shopping centers* das cidades. E uma grande angústia surge quando comprar não é possível.

Consumo e status

Mas onde está a alienação no consumo? Ainda precisamos dar mais alguns passos. Se entendemos que os indivíduos se formam interagindo com o mundo objetivo, consumir significa participar de um patrimônio construído pela sociedade. Assim, além de atender às necessidades individuais, o consumo expressaria também a forma pela qual o indivíduo está integrado à sociedade.

No entanto, nas sociedades contemporâneas, observamos a exclusão da maior parte das pessoas do consumo efetivo do patrimônio produzido, em vista das desigualdades econômicas e sociais.

Isso quer dizer que o circuito produção-consumo não visa atender prioritariamente às necessidades das pessoas, mas sim às necessidades internas do sistema capitalista, em busca permanente de lucratividade, o que leva à mercantilização de todas as coisas.

Nesse sistema, como aponta o sociólogo contemporâneo **Immanuel Wallerstein** (1930-) em *O capitalismo histórico*, há algo de absurdo na “lógica capitalista”:

[...] acumula-se capital a fim de se acumular mais capital. Os capitalistas são como camundongos numa roda, correndo sempre mais depressa a fim de correrem ainda mais depressa. Nesse processo, algumas pessoas sem dúvida vivem bem, mas outras vivem miseravelmente, e mesmo as que vivem bem pagam um preço por isso. (p. 34.)

De forma aparentemente contraditória, esses dois aspectos – a exclusão da maior parte das pessoas da possibilidade de consumir e a permanente busca por mais lucro – estão entrelaçados a tal ponto que o filósofo francês **Jean Baudrillard** (1929-2007) considera que a lógica do consumo no mundo capitalista se baseia exatamente na **impossibilidade de que todos consumam**.

De acordo com sua análise, o consumo funciona como uma forma de afirmar a **diferença de status** entre os indivíduos. Veja um exemplo simples: o fato de que alguém possua um automóvel de luxo só tem sentido se poucos indivíduos puderem tê-lo. Assim, o objeto adquirido funciona como um **signo de status**. Nas palavras do filósofo, “o prazer de mudar de vestuário, de objetos, de carro, vem sancionar psicologicamente constrangimentos de diferenciação social e de prestígio” (*Para uma crítica da economia política do signo*, p. 38).

A propaganda trata de assegurar essa distinção ao associar marcas e grifes a comportamentos e padrões inacessíveis à maioria da população e, mais que isso, impossíveis de ser alcançados em escala mundial, devido ao impacto que isso causaria ao meio ambiente. Essa impossibilidade é, evidentemente, escamoteada, pois não interessa que as pessoas tenham essa informação.

Neofilismo

Nesse tipo de consumo alienado, movido pelo desejo do consumidor de sentir-se uma “exceção” em meio à multidão, ocorre algo como se a posse de um objeto satisfizesse a perda da própria identidade.

As empresas e seus departamentos de *marketing* sabem disso e se empenham em colocar no mercado produtos que se sucedem com uma

rapidez impressionante, os quais são consumidos pelos indivíduos como forma de compensar essa insatisfação que sentem em relação a si próprios. Isso se traduz na busca ansiosa por adquirir o que se deseja, ignorando-se a possibilidade de desejar o que já se adquiriu.

Em outras palavras, o consumidor alienado age como se a felicidade consistisse apenas em uma questão de poder sobre as coisas, ignorando o prazer obtido com aquilo que verdadeiramente ama. Como afirmou o filósofo alemão **Max Horkheimer** (1885-1973), “quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltarão os traços individuais genuínos” (*Eclipse da razão*, p. 141).

Assim, no consumo alienado não existe uma relação direta e real entre o consumidor e o verdadeiro prazer da coisa conquistada, pois o consumo transforma-se em ato obsessivo movido pelo apetite de novidade e de distinção social. E esse desespero **neofilismo** (amor obsessivo pelas novidades) afeta praticamente todas as relações de que o ser humano é capaz com o mundo exterior.

Evidentemente, o neofilismo desenfreado corresponde aos interesses dos grandes produtores econômicos. **Produzir objetos que logo se tornam obsoletos** é um princípio fundamental da economia capitalista.

Escapar a essa armadilha do consumo não é um problema a ser resolvido apenas pela consciência e pela vontade individuais. É uma tarefa ampla que envolve a transformação dos valores dominantes em toda a sociedade.

CONEXÕES

2. Descreva e interprete a charge a seguir. Que elementos pictóricos sustentam a sua interpretação?



Lazer alienado

E o que dizer do nosso lazer? Será que o processo de alienação na sociedade industrial afeta também a utilização de nosso tempo livre? Vejamos.



Miragem (1998) – Antônio Gaudério. Muitas vezes, o lazer não passa mesmo de uma miragem, uma ilusão. Que ironia encontramos na imagem acima?

A indústria cultural e de diversão vende peças de teatro, filmes, livros, *shows*, jornais e revistas como qualquer outra mercadoria. E o consumidor alienado compra seu lazer da mesma maneira como compra sua pasta dental ou seu xampu. Consome os “filmes da moda” e frequenta os “lugares badalados”, sem um envolvimento autêntico com o que faz.

Agindo desse modo, muitos se esforçam e até pensam que estão se divertindo, querem acreditar que estão se divertindo. No entanto, “através da máscara da alegria se esconde uma crescente incapacidade para o verdadeiro prazer” (LOBSENZ, citado em LOWEN, *Prazer*, p. 13-14).

Isso quer dizer que a lógica capitalista afeta até mesmo a relação do indivíduo com as obras de arte. Reduzidas ao nível de mercadorias, elas passam a obedecer à lei da oferta e da procura. Tornam-se puros “negócios” fabricados pela **indústria cultural**, expressão criada por **Horkheimer** e **Theodor Adorno** (1906-1969), pensadores da Escola de Frankfurt.

Assim, o que era fruto da espontaneidade criativa do sujeito – a arte – transforma-se em produção padronizada de objetos de consumo com vistas à obtenção de lucros econômicos.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. Explique a diferença entre objetivação e alienação.
5. “O trabalhador só se sente feliz em seus dias de folga, enquanto no trabalho permanece aborrecido.” Interprete essa frase de Marx, citada neste capítulo.
6. Que papel tem a propaganda no processo de alienação no consumo? Justifique sua resposta.
7. Considerando exemplos de sua vida e de conhecidos, explique como o processo de alienação afeta uma pessoa:
 - a) em sua relação consigo mesma;
 - b) em sua maneira de relacionar-se com outras pessoas;
 - c) em sua forma de consumir;
 - d) em suas opções de lazer e entretenimento.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Cultura televisiva



Reúna-se com colegas para discutir sobre a tirinha acima. É possível estabelecer uma relação entre a crítica contida nesses quadrinhos e o conceito de alienação? Como você avalia a programação dos canais de televisão no Brasil? Quem ganha e quem perde com esse modelo? Você seria favorável a que houvesse uma legislação sobre os conteúdos veiculados pelas TVs?

PERSPECTIVAS

Tempo livre ou desemprego?

Na análise do processo histórico-social que acabamos de fazer, vimos que o trabalho quase se transformou no oposto daquilo que poderia ser para um indivíduo. Ou seja, de possibilidade de liberdade e realização, tornou-se sinônimo de frustração, submissão e sofrimento.

Essa é a ideia que grande parte das pessoas tem acerca do trabalho, porque, de fato, é dessa forma que ele se apresenta para determinadas classes sociais. O trabalho é tido unicamente como um meio de sobrevivência, como algo penoso pelo qual todos têm de passar, pois “quem não trabalha não come”.

Em vista do que vimos até aqui, podemos nos questionar: o trabalho é realmente uma categoria fundamental para o ser humano? Ou seja, é por meio do trabalho que o ser humano se autoconstrói?

Não há como responder negativamente a essa questão. Mas então voltamos à nossa pergunta inicial: o que é o trabalho? Será apenas o que uma ordem econômica exploradora reconhece como trabalho? Se o que recusamos é a forma como ele se apresenta – o trabalho forçado, aquele que significa privação e não realização das nossas capacidades –, será possível alcançarmos uma forma mais livre de trabalho?

■ Sociedade do tempo livre

Essas questões nos levam ao tema do desenvolvimento tecnológico atual. Como você deve saber, a mecanização e a automatização da produção vêm suprimindo diversas tarefas rotineiras, que eram antes desempenhadas por trabalhadores. Como resultado dessa automatização, é possível imaginar que um dia viveremos em uma sociedade na qual as pessoas possam dispor de maior tempo livre. É a perspectiva, como diversos teóricos denominam, da **sociedade do tempo livre**.

Em cerca de um século e meio – de 1850 ao final do século XX –, um trabalhador em países como Inglaterra e França vivia, em média, de 45 a 50 anos e trabalhava, aproximadamente, 120 mil horas ao longo de sua vida.

Hoje, nos países desenvolvidos, o trabalhador vive cerca de 75 a 80 anos e trabalha, aproximadamente, 80 mil horas ao longo da vida. Na interpretação do sociólogo italiano Domenico de Masi (1938-), poderemos ter no futuro mais espaço para o ócio criativo:

Tudo leva a crer que o processo tecnológico eliminará cada vez mais o trabalho humano, que todo o esforço físico e intelectual poderão ser delegados a máquinas e que ao homem restará só o monopólio das atividades criativas. (Em busca do ócio, Veja 25 anos, p. 48.)

■ Sociedade do desemprego

A dificuldade está em que a simples automatização, por si só, não garante esse efeito, pois dela pode surgir uma realidade opressiva e antissocial: uma **sociedade do desemprego**.

Isso se comprova com o aumento do número de pessoas sem trabalho fixo nesses mesmos países em que a carga horária diminuiu, sem falar naqueles da América Latina nos quais os índices de desemprego são preocupantes e onde ainda subsistem situações de trabalho infantil e escravo.

Para evitar o desemprego em massa, uma alternativa seria a redução do tempo de trabalho, pretendida por organizações de trabalhadores, o que conduziria também à construção de uma sociedade de maior tempo livre. Nela, como propôs o pensador austro-francês **André Gorz** (1923-2007), há mais de 30 anos,

[...] o trabalho socialmente útil, distribuído entre todos os que desejam trabalhar, deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um: a ocupação principal pode ser uma atividade ou conjunto de atividades autodeterminadas levada a efeito não por dinheiro, mas em razão do interesse, do prazer ou da

vantagem que nela se possa encontrar. A maneira de se gerir a abolição do trabalho e o controle social desse processo serão questões políticas fundamentais dos próximos decênios. (Adeus ao proletariado, p. 12.)

De fato, esse continua sendo um problema importante, principalmente se consideramos que – como apontam diversos autores – uma sociedade de tempo livre e sem desemprego não surgirá como fruto automático do modelo econômico atual, globalizado, imposto à maioria das pessoas nos países em desenvolvimento.

As sucessivas crises econômicas que o mundo tem vivido e a crescente insatisfação popular em diversos países são evidências da inadequação desse modelo. O que se observa é que ainda vivemos em um mundo paradoxal, marcado por imensos contrastes. De um lado, desfrutadas por um restrito conjunto de pessoas – **os incluídos** –, encontramos realidades socioeconômicas homogêneas, padronizadas, globalizadas: os *shoppings*, os produtos de grife, os aeroportos, os computadores etc. De outro lado, persistem inúmeros problemas e mazelas, que atingem milhões de seres humanos – **os excluídos**.

Nesse contexto, como na Grécia antiga, o “ócio criativo” parece ser a condição de apenas uns poucos, não a condição da maioria. Que mudanças socioeconômicas e de mentalidade poderiam ser promovidas para que isso se transformasse e o trabalho pudesse cumprir sua função libertadora? Pense nisso.

CONEXÕES

3. Analise criticamente a imagem seguinte. O que ela retrata para você? Que problema ela aponta? Como ela se relaciona com o que acabamos de estudar?



ANÁLISE E ENTENDIMENTO

- De acordo com o texto de André Gorz, estamos caminhando para um tipo de sociedade em que “o trabalho socialmente útil [...] deixa de ser a ocupação exclusiva ou principal de cada um”. Explique e comente essa afirmação.
- Defina quem são os incluídos e os excluídos em nosso sistema socioeconômico.

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Sonho e realidade

Aristóteles previa que: “Se cada instrumento pudesse executar sua função própria sem ser mandado, ou por si mesmo [...]; se, por exemplo, as rocas das fiandeiras fiassem por si sós, o dono da oficina não precisaria mais de auxiliares, nem o senhor, de escravos”. O sonho de Aristóteles é nossa realidade. Nossas máquinas de hálito de fogo, membros de aço, infatigáveis, de uma fecundidade maravilhosa e inesgotável, realizam docilmente, por si sós, seu santo trabalho; no entanto, a mente dos grandes filósofos do capitalismo continua dominada pelo preconceito do assalariado, a pior das escravidões. Ainda não entendem que a máquina é: o redentor da humanidade, o Deus que resgatará o homem das *sordidae artes* [“trabalhos

manuais”] e do trabalho assalariado, o Deus que lhe concederá os lazes e a liberdade. (LAFARGUE, *O direito à preguiça*, p. 118-119.)

O escritor e ativista político francês Paul Lafargue (1842-1911) foi um crítico da idolatria interessada do trabalho e um defensor do direito à “preguiça”. Reúna-se com colegas para debater sobre essa interpretação.

4. Meu trabalho

Que profissão você gostaria de ter? Esse trabalho daria a você uma perspectiva de autoconstrução, alegria e liberdade? Como? O que você precisa fazer para realizar esse projeto? Reúna-se com colegas para trocar ideias e compartilhar a reflexão de cada um.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(Unesp-SP) “Em troca dos artigos que enriquecem sua vida, os indivíduos vendem não só seu trabalho, mas também seu tempo livre. As pessoas residem em concentrações habitacionais e possuem automóveis particulares com os quais já não podem escapar para um mundo diferente. Têm gigantescas geladeiras repletas de alimentos congelados. Têm dúzias de jornais e revistas que esposam os mesmos ideais. Dispõem de inúmeras opções e inúmeros inventos que são todos da mesma espécie, que as mantêm ocupadas e distraem sua atenção do verdadeiro problema, que é a consciência de que poderiam trabalhar menos e determinar suas próprias necessidades e satisfações.” (HERBERT MARCUSE, filósofo alemão, 1955.)

Caracterize a noção de liberdade presente no texto de Marcuse, considerando a relação estabelecida pelo autor entre liberdade, progresso técnico e sociedade de consumo.

Sessão cinema

Eles não usam *black-tie* (1981, Brasil, direção de Leon Hirszman)

Filme que retrata as dificuldades de organização dos trabalhadores na época da ditadura brasileira, tendo como foco uma família de operários e seus dilemas.

Germinal (1993, Bélgica/França/Itália, direção de Claude Berri)

Adaptação para o cinema de romance homônimo do escritor francês Émile Zola, publicado em 1885. Retrata as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores das minas de carvão na segunda metade do século XIX, bem como a emergência de movimentos, greves e revoltas operárias.

O show de Truman (1998, EUA, direção de Peter Weir)

Em uma pequena comunidade racionalizada a partir da mais avançada tecnologia, Truman tem sua vida exposta a milhões de telespectadores, além de ter sua imagem vinculada à propaganda de diversos produtos.

Que horas ela volta? (2015, Brasil, direção de Anna Muylaert)

O dia a dia de uma empregada doméstica que trabalha e mora com os patrões, em história sobre as relações de trabalho e as desigualdades sociais no Brasil.

Tempos modernos (1936, EUA, direção de Charles Chaplin)

Chaplin “passeia” pela paisagem moderna, da indústria moderna. Mostra-nos a submissão do ser humano à máquina e a substituição do trabalho humano pelo trabalho mecânico, o que leva ao desemprego e à miséria. Mas nos mostra também a solidariedade e a capacidade de gentileza e alegria que resiste à opressão do trabalho.

Para pensar

Temos em seguida dois textos que representam momentos histórico-sociais separados por quase três séculos. O primeiro é um diálogo entre um índio tupinambá (grupo indígena que povoava grande parte do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII) e Jean de Léry (pastor protestante e escritor francês que viveu no Brasil entre 1556 e 1558). O segundo texto, elaborado em 1848, é parte de uma reflexão de Karl Marx e Friedrich Engels sobre o desenvolvimento da burguesia e do modo de produção capitalista. Leia os dois textos e responda às questões que seguem.

1. Diálogo sobre a produção de bens

Uma vez um velho perguntou-me:

– Por que vindes vós outros, mairs e perôs [franceses e portugueses], buscar lenha de tão longe para vos aquecer? Não tendes madeira em vossa terra?

Respondi que tínhamos muita, mas não daquela qualidade, e que não a queimávamos, como ele supunha, mas dela extraíamos tinta para tingir, tal qual o faziam eles com os seus cordões de algodão e suas plumas. Retrucou o velho imediatamente:

– E porventura precisais de muito?

– Sim – respondi-lhe – pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelhos e outras mercadorias do que podeis imaginar e um só deles compra todo o pau-brasil com que muitos navios voltam carregados.

– Ah! – retrucou o selvagem – tu me contas maravilhas – acrescentando depois de bem compreender o que eu lhe dissera: – Mas esse homem tão rico de que me falas não morre?

– Sim – disse eu – morre como os outros.

Mas os selvagens são grandes discursadores e costumam ir em qualquer assunto até o fim, por isso perguntou-me de novo:

– E quando morre, para quem fica o que deixa?

– Para os filhos se os têm – respondi. – Na falta destes, para os irmãos ou parentes mais próximos.

– Na verdade – continuou o velho, que, como vereis, não era nenhum tolo – agora vejo que, vós mairs, sois grandes loucos, pois atravessais o mar e sofreis grandes incômodos, como dizeis quando aqui chegais, e trabalhais tanto para amontoar riquezas para vossos filhos ou para aqueles que vos sobrevivem! Não será a terra que vos nutriu suficiente para alimentá-los também? Temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.

LÉRY, *Viagem à terra do Brasil*, p. 169-170.

2. Reflexão sobre o modo de produção capitalista

Luta de classes

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada. Uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou pela destruição das duas classes em luta.

[...]

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas. [...]

Onde quer que tenha conquistado o poder, a burguesia destruiu as relações feudais, patriarcais e idílicas. Ela despedaçou sem piedade todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus "superiores naturais", para só deixar subsistir, entre os homens, o laço do frio interesse, as cruéis exigências do "pagamento à vista". [...]

A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados. [...]

Exploração do mercado mundial

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.

Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. [...] As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo.

Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações.

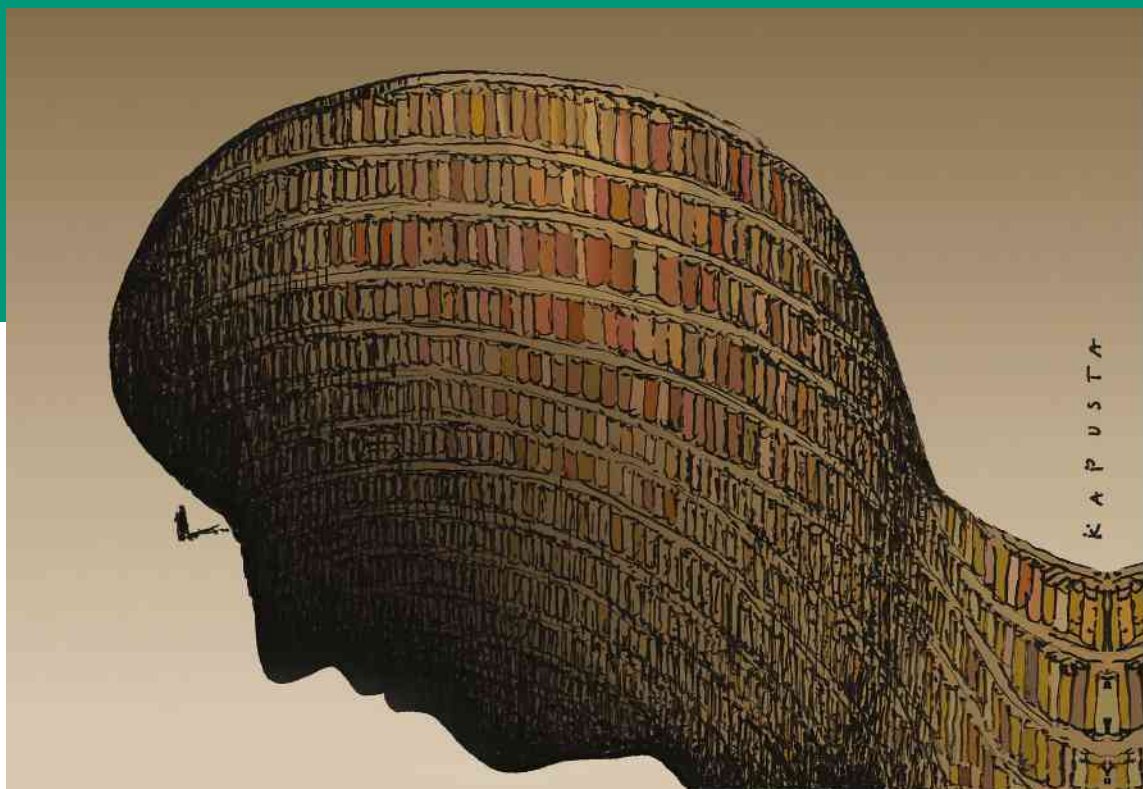
MARX E ENGELS, *Manifesto comunista*, p. 8-13.

1. De acordo com a informação contida no texto de Jean de Léry, o que você pode deduzir sobre o modo de produção dos tupinambás? Fundamente sua resposta.
2. Qual é a principal crítica do velho tupinambá à visão europeia sobre o trabalho e a riqueza? Comente.
3. "Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo." Existe semelhança entre o processo descrito nessa afirmação e o atual processo de globalização da economia? Justifique sua resposta.
4. Que ponto ou pontos em comum você pode estabelecer nas críticas expressadas nesses dois textos?

Capítulo 10

IMAGES.COM/CORBIS/FOTARENA

▼ Como o indivíduo da imagem ao lado se relaciona com o mundo ou com o conhecimento? O que é conhecer para ele (ou para o artista)? E para você?



Homem do conhecimento (1857) – Janusz Kapusta.

O conhecimento

Encerrando esta unidade sobre o ser humano e sua relação com o mundo, focalizaremos agora esse aspecto tão caracteristicamente humano – o conhecimento – que concentrou a atenção de boa parte do debate filosófico por muitos séculos.

Você conhecerá uma série de reflexões e distinções sobre esse tema que depois o ajudarão a enveredar pela história da filosofia.

Questões filosóficas

- ▼ O que é conhecimento?
- ▼ De onde se origina fundamentalmente o conhecimento?
- ▼ Como é a relação do sujeito com o objeto do conhecimento?
- ▼ O que podemos conhecer?

Conceitos-chave

conhecimento, representação, verdade, sujeito, objeto, realismo, idealismo, empirismo, racionalismo, apriorismo, dogmatismo, ceticismo, criticismo

GNOSIOLOGIA

A investigação sobre o conhecer



BRITAIN ONVIEW/GETTY IMAGES

Garoto examina cuidadosamente uma dioneia, planta insetívora. A partir da ação que executa, em que estará baseado o conhecimento que pode construir dessa planta?

Gnosiologia é o campo de estudos filosóficos que se dedica à questão do conhecimento. Essa área também é conhecida como **teoria do conhecimento**, **epistemologia** ou **crítica do conhecimento**. Mas o que é conhecimento? O que queremos dizer quando falamos em conhecimento?

A palavra **conhecimento** pode ter diferentes acepções, conforme o contexto. Anteriormente, fizemos a distinção entre conhecimento em um sentido geral (*lato sensu*) e em um sentido estrito (*stricto sensu*), que é o conhecimento fundamentado e, por isso, supostamente verdadeiro (se necessário, reveja esse trecho do capítulo 4).

Agora, precisamos refinar um pouco mais nossa definição, tendo em vista a investigação deste capítulo. Assim, vamos partir da concepção básica e comum de que conhecimento é a apresentação verídica ou adequada de algo (o **objeto**) ao pensamento (o **sujeito**), mesmo que de forma parcial.

Se, por exemplo, alguém diz “navio” e aparece em minha mente algo que corresponde ao objeto navio, eu tenho um conhecimento, mesmo que vago. Mas, se dizem “navio” e me vem ao espírito algo que não corresponde ao objeto navio (por exemplo, um pato), eu não tenho um conhecimento, isto é, o objeto navio não se apresenta em minha mente de forma verídica (como ele é de verdade) ou adequada.

Isso parece simples, mas não é bem assim. Existem graus distintos de conhecimento e também há

muito engano e ilusão naquilo que uma pessoa pensa conhecer, como apontaram Descartes e Sócrates (conforme vimos nos capítulos 2 e 3, respectivamente), entre outros. Portanto, é preciso ir bem mais “fundo” nesse assunto e tentar entender mais profundamente o **processo de conhecer**.

Foi o que fizeram diversos filósofos, em sua busca incessante por compreender a si mesmos e o mundo à sua volta. Nesse intento, chegaram à conclusão de que era necessário investigar primeiro a própria **faculdade de conhecer** do ser humano, antes de confiar plenamente na percepção e na compreensão que alcançavam das coisas.

■ Questões básicas

Desde a Antiguidade grega, grande parte dos pensadores voltou-se para o problema do conhecimento e das questões básicas que o envolvem, dando origem a diversas gnosiologias ou teorias do conhecimento.

Nesse sentido, podemos dizer que existem tantas teorias do conhecimento quantos foram os filósofos que se preocuparam com o problema, pois é impossível constatar total coincidência de concepções mesmo entre filósofos que habitualmente são classificados em uma mesma escola ou corrente.

Apesar dessa diversidade, podemos dizer que as questões que concentraram a atenção desses teóricos foram principalmente as seguintes:

- **relação sujeito-objeto** – como é a atividade do sujeito do conhecimento em relação ao objeto conhecido;
- **fontes primeiras** – qual é a origem ou o ponto de partida do conhecimento;
- **processo** – como os dados se transformam em ideias, em juízos etc.;
- **possibilidades** – o que podemos conhecer de forma verdadeira.

Cada teoria do conhecimento constitui, portanto, uma reflexão filosófica que procura investigar as origens ou os fundamentos, as possibilidades, a extensão e o valor do conhecimento.

Apesar de constituir uma reflexão antiga, foi somente a partir da Idade Moderna que a gnosiologia passou a ser tratada como uma das disciplinas centrais da filosofia. Nesse processo de valorização, colaboraram de forma decisiva, além de Descartes, os filósofos John Locke e Immanuel Kant, conforme veremos adiante.

■ Representacionismo

A definição de conhecimento dada anteriormente (apresentação verídica ou adequada de algo ao pensamento) corresponde à interpretação predominante no pensamento moderno, que entende o conhecimento como **representação**.

Isso quer dizer que conhecer seria representar o que é exterior à mente. Seria obter uma “imagem” ou “reprodução” do mundo externo, projetada na consciência. Conhecer um pássaro, por exemplo, consistiria em formar uma representação, uma “imagem adequada” desse pássaro em nossa mente.

Nesse entendimento, a mente constitui uma espécie de “espelho da natureza” – metáfora sugerida pelo filósofo estado-unidense Richard Rorty (1931-2007), um crítico da interpretação representacionista do conhecimento. Assim, para conhecer as coisas como elas realmente são bastaria “polir” metodicamente esse “espelho” (a mente e seus processos), como tentaram fazer a filosofia e a ciência moderna.



COLEÇÃO PARTICULAR

A condição humana (1935) – René Magritte. Na interpretação tradicional – que pertence também ao senso comum –, o conhecimento perfeito é aquele em que a representação é idêntica à realidade, como a imagem de um espelho.

CONEXÕES

1. Interprete a pintura de Magritte. É possível relacioná-la com a concepção do conhecimento como representação? Em sua opinião, as representações podem ser idênticas à realidade? Justifique.

■ Relação sujeito-objeto

Portanto, de acordo com a visão tradicional e representacionista do conhecimento, há basicamente dois polos no processo de conhecer:

- o **sujeito** conhecedor (nossa consciência, nossa mente); e
- o **objeto** conhecido (a realidade, o mundo, os inúmeros fenômenos).

Dependendo do papel que uma teoria do conhecimento atribui a cada um desses polos, podemos classificá-la como **realista** ou **idealista**. Vejamos cada uma dessas possibilidades.

Realismo

De acordo com as teorias realistas do conhecimento, as percepções que temos dos objetos são **reais**, ou seja, correspondem de fato às características presentes nesses objetos, na realidade. Por exemplo: as formas e cores que o sujeito percebe no pássaro são cores e formas que o pássaro **realmente** possui em si. Observe que a concepção do senso comum é basicamente realista.

Assim, no realismo mais ingênuo (ou menos crítico), o conhecimento ocorre por uma apreensão imediata das características dos objetos, isto é, os objetos mostram-se ao sujeito que os percebe como realmente são, determinando o conhecimento que então se estabelece.

Há, no entanto, outras formas mais críticas de realismo, que problematizam a relação sujeito-objeto, porém mantêm a ideia básica de que **o objeto é determinante** no processo de conhecimento.

Observação

Diversos pensadores contemporâneos questionaram o representacionismo, bem como as visões gnosiológicas que polarizam sujeito-objeto. Esse questionamento deu origem a outras correntes de interpretações sobre o processo de conhecer, como o **pragmatismo** (que veremos adiante) e a **fenomenologia** (que estudaremos no capítulo 17).

Idealismo

Já nas teorias idealistas do conhecimento, é o sujeito que predomina em relação ao objeto, isto é, a percepção da realidade é produzida pelas nossas **ideias**, pela nossa **consciência**. Em outras palavras, os objetos seriam “construídos” de acordo com a capacidade de percepção do sujeito.

Como consequência dessa interpretação, o que existe realmente é a **representação** que o sujeito faz

do objeto. Por exemplo: as formas e cores que o sujeito percebe no pássaro nada mais são que ideias ou representações desses atributos; não entra em questão se elas realmente existem no pássaro.

Também no idealismo há posições mais ou menos radicais em relação à afirmação do **sujeito como elemento determinante** na relação de conhecimento.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Para que os filósofos investigam o processo do conhecimento?
2. Analise a relação entre conhecimento e representação, de acordo com a tese representacionista.
3. Quais são os polos tradicionalmente identificados no processo do conhecimento? Explique cada um deles e sua relação.
4. Confronte o idealismo com o realismo.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Realismo *versus* idealismo

Qual doutrina faz mais sentido para você: a realista ou a idealista? Reflita sobre essa questão considerando sua maneira de se relacionar e compreender o mundo e qual epistemologia traz implícita. Depois reúna-se com colegas e procure argumentar defendendo sua posição.

FONTES PRIMEIRAS

Razão ou sensação?

Vejam agora outra questão básica enfrentada pela gnosiologia: qual é a fonte, o ponto de partida dos conhecimentos? De onde se originam as ideias, os conceitos, as representações?

De acordo com as respostas dadas a esse problema, destacam-se basicamente duas correntes filosóficas: o **racionalismo** e o **empirismo**. Mas existe também uma terceira posição, o **apriorismo kantiano**, que conjuga de alguma maneira essas duas correntes. Vejam cada uma.

Racionalismo

A palavra **racionalismo** deriva do latim *ratio*, que significa “razão”, e é empregada em diversos sentidos. No contexto das teorias do conhecimento, racionalismo designa a doutrina que atribui exclusiva confiança à **razão humana** como instrumento capaz de conhecer a verdade. Como advertia um dos principais filósofos racionalistas, **René Descartes** (1596-1650), **não devemos nos deixar persuadir senão pela evidência de nossa razão** (conforme vimos no capítulo 2).

Essa preferência se deve principalmente à compreensão, pelos racionalistas, de que a experiência sensorial é uma fonte permanente de

erros e confusões sobre a complexa realidade do mundo. Assim, para eles, somente a razão humana, trabalhando de acordo com os **princípios lógicos**, pode atingir o conhecimento verdadeiro, capaz de ser universalmente aceito.

Para o racionalismo, os princípios lógicos fundamentais seriam **inatos**, isto é, já estariam na mente do ser humano desde o nascimento. Daí a razão ser concebida como a fonte básica do conhecimento.

Empirismo

A palavra **empirismo** tem sua origem no grego *empeiria*, que significa “experiência”. As teorias empiristas defendem a tese de que todas as nossas ideias são provenientes da experiência e, em última instância, de nossas **percepções sensoriais** (visão, audição, tato, paladar, olfato).

Portanto, para defensores do empirismo, não existem as ideias inatas. Como afirmava um dos principais teóricos dessa corrente, o filósofo inglês **John Locke** (1632-1704), **nada vem à mente sem ter passado antes pelos sentidos**.

Isso quer dizer que ao nascermos nossa mente é como um **papel em branco** (ou **tábula rasa**,

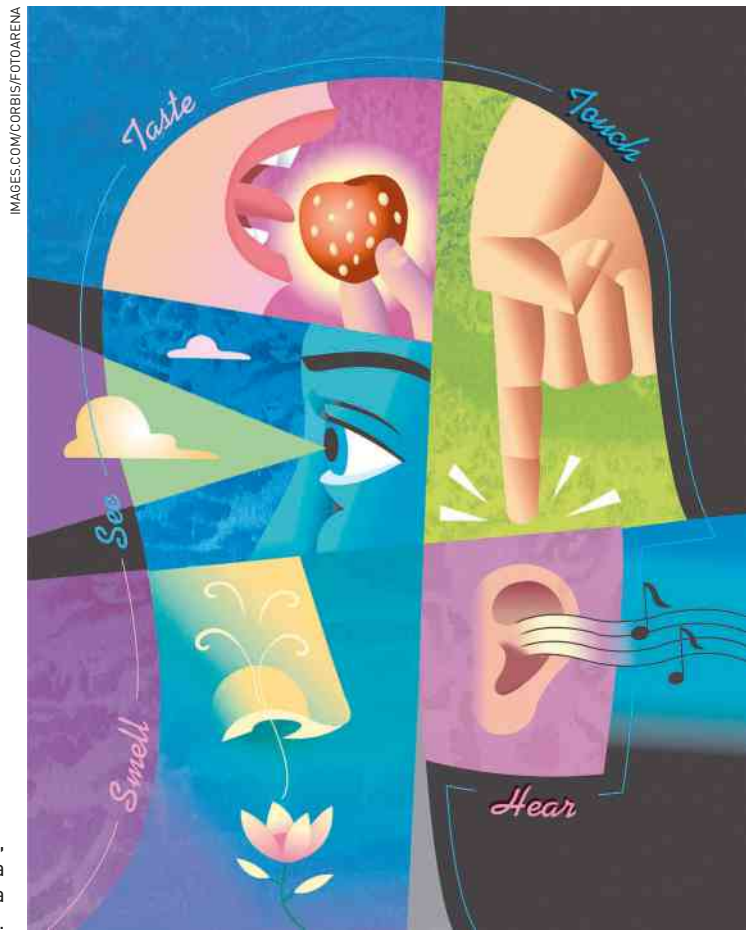
expressão usada pelo pensador), desprovida de qualquer ideia. (Estudaremos o pensamento de Locke com mais detalhes no capítulo 15.)

De onde provém, então, o vasto conjunto de ideias que existe na mente humana? O filósofo responde: da **experiência**. A experiência, segundo Locke, fundamenta o conhecimento por meio de duas operações:

- **sensação** – que leva para a mente as várias e distintas percepções das coisas, sendo, por isso, bastante dependente dos sentidos;
- **reflexão** – que consiste nas operações internas da nossa mente, pelas quais se desenvolvem as ideias primeiras fornecidas pelos sentidos.

Afirmo que estas duas, a saber, as coisas materiais externas, como objeto da sensação, e as operações de nossas próprias mentes, como objeto da reflexão, são, a meu ver, os únicos dados originais dos quais as ideias derivam. (LOCKE, *Ensaio acerca do entendimento humano*, p. 160.)

Alegoria dos cinco sentidos. Para o empirista, todo conhecimento está baseado na experiência sensorial. Depende, portanto, em última análise, de um ou mais de nossos sentidos.



■ Apriorismo kantiano

Nem todos os filósofos aderiram ao racionalismo ou ao empirismo. Alguns buscaram um meio-termo para essas visões tão opostas. É o caso do **apriorismo kantiano**, formulado pelo filósofo alemão **Immanuel Kant** (1724-1804).



Catedral de Rouen de manhã cedo.



Catedral de Rouen ao meio-dia.



Catedral de Rouen à luz do sol.

Nessas pinturas da catedral de Rouen (1892-1894), Claude Monet retrata não a catedral (a coisa em si, no dizer de Kant), mas a catedral tal como é apreendida pelo pintor com as variações de luz de um dia (o fenômeno).

Kant afirmava que todo conhecimento começa com a experiência, mas que a experiência sozinha não nos dá o conhecimento. Ou seja, é preciso um trabalho do sujeito para organizar os dados da experiência. Assim, o filósofo buscou saber como é o sujeito *a priori*, isto é, **antes** de qualquer experiência. Concluiu que o ser humano possui certas faculdades ou estruturas (as quais ele denomina **formas da sensibilidade e do entendimento**) que não apenas **possibilitam** a experiência, mas também **determinam** o conhecimento.

Para Kant, portanto, a experiência fornece a **matéria** do conhecimento (os seres do mundo), enquanto a razão organiza essa matéria de acordo com suas formas próprias, as estruturas existentes *a priori* no pensamento – daí o nome **apriorismo**. Isso significa que o sujeito acaba sendo o centro do processo de conhecer, e não o objeto, motivo pelo qual essa doutrina é também conhecida como **idealismo transcendental**. (Estudaremos o pensamento de Kant com mais detalhes no capítulo 15.)

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

5. Ao nascermos, nossa mente é como um papel em branco. Explique essa afirmação, quem a formulou e a que corrente pertence.
6. Somente devemos deixar-nos persuadir pela evidência de nossa razão. Comente essa frase.
7. De que maneira Kant resolve o impasse criado por racionalistas e empiristas?

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Razão ou experiência

“Penso, logo existo.” Esse conhecimento a que chegou Descartes está fundado na razão ou na experiência? Reúna-se com colegas para debater esse tema.

POSSIBILIDADES O que podemos conhecer?

Vejamos por último uma das mais importantes questões da gnosiologia: somos capazes de conhecer a verdade? É possível ao sujeito apreender o objeto? Afinal, quais são as possibilidades do conhecimento humano?

As respostas dadas a essas questões levaram ao surgimento de duas correntes básicas e antagônicas na história da filosofia. Uma é o **ceticismo**, que diagnostica a impossibilidade de conhecermos a verdade. A outra é o **dogmatismo**, que defende a possibilidade de conhecermos a verdade.

■ Conceito de verdade

Mas o que queremos dizer por verdade? Que verdade é essa da qual tratam tantos pensadores? A palavra **verdade** tem o sentido básico de uma correspondência entre o que se pensa ou se diz e a realidade que se quer conhecer ou expressar. É o mesmo que **conhecimento verdadeiro**.

No entanto, quando os diversos filósofos que tratam da temática do conhecimento falam em “conhecer a verdade”, estão se referindo não só a esse sentido básico, mas também – e princi-

palmente – à ideia de conhecer como o objeto é em sua **essência**, ou seja, sua **realidade intrínseca**. Trata-se de conhecer o **ser**, a realidade essencial e metafísica das coisas (conforme estudamos no capítulo 6).

Se, por exemplo, um pássaro parece azul para algumas pessoas e verde-azulado para outras, qual será a cor verdadeira desse pássaro? Será possível conhecer a verdade?

Vejamos algumas das respostas dadas a essa pergunta. Destacaremos, além das correntes do ceticismo e do dogmatismo, uma terceira posição, o **criticismo**, que tenta superar o impasse criado por essas posições antagônicas.

■ Dogmatismo

Uma doutrina é dogmática quando, como dissemos, **defende** a possibilidade de atingirmos a verdade. Essa interpretação pode seguir duas variantes:

- **dogmatismo ingênuo** – tendência que confia plenamente nas possibilidades do nosso conhecimento (predominante no senso comum). Não

vê problema na relação sujeito conhecedor e objeto conhecido. Crê que, sem grandes dificuldades, percebemos o mundo tal qual ele é;

- **dogmatismo crítico** – tendência que defende nossa capacidade de conhecer a verdade mediante um esforço conjugado de nossos sentidos e de nossa inteligência. Assim, confia que, por meio de um trabalho metódico, racional e científico, o ser humano torna-se capaz de conhecer a realidade do mundo.



GUGGENHEIM MUSEUM, NEW YORK, EUA

O violinista verde (1923-1924) – Marc Chagall. A relatividade da experiência sensorial: como explicam diversos estudiosos, a percepção das cores não é apenas um fenômeno físico e neurológico, que varia entre as pessoas e entre as espécies, mas também cultural.

■ Ceticismo

Uma doutrina é cética quando **duvida** da possibilidade de conhecermos a verdade ou **nega** essa possibilidade. Essa interpretação também pode seguir duas vertentes básicas, uma absoluta e outra relativa. Vejamos cada uma delas.

Ceticismo absoluto

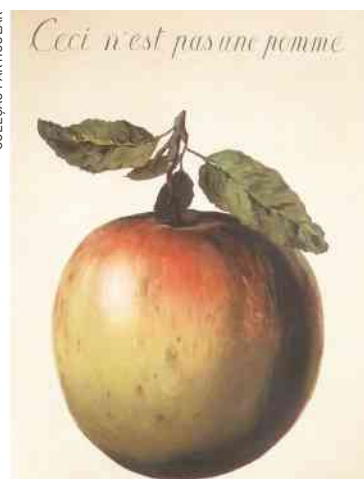
Muitos consideram o filósofo grego **Górgias** (c. 485-380 a.C.) o pai do ceticismo absoluto. Ele defendia as seguintes ideias: o ser não existe; se existisse, não poderíamos conhecê-lo; e, se pudessemos conhecê-lo, não poderíamos comunicá-lo aos outros.

Outros estudiosos apontam o filósofo grego **Pirro** (365-275 a.C.) como o fundador do ceticismo absoluto. Por isso, chama-se muitas vezes o ceticismo de **pirronismo**. Pirro afirmava ser impossível ao ser humano conhecer a verdade devido a duas fontes principais de erro:

- **os sentidos** – o filósofo dizia que nossos conhecimentos são provenientes dos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar), mas estes não são dignos de confiança, pois podem nos induzir ao erro;
- **a razão** – Pirro explicava que as diferentes e contraditórias opiniões manifestadas pelas pessoas sobre os mesmos assuntos revelam os limites de nossa inteligência, razão pela qual jamais alcançaremos a certeza de qualquer coisa.

O ceticismo absoluto despertou muita oposição. Seus críticos consideram-no uma doutrina radical, estéril e contraditória. Radical porque nega totalmente a possibilidade de conhecer. Estéril porque não leva a nada. Contraditória porque, ao dizer que nada é verdadeiro, acaba afirmando que pelo menos existe algo de verdadeiro, isto é, o conhecimento de que nada é verdadeiro.

COLEÇÃO PARTICULAR



Isto não é uma maçã (1964) – René Magritte. Procurando expressar o problema filosófico da relação do conhecimento com a realidade, o pintor belga compôs este quadro, que faz parte da série conhecida como “A traição das imagens”.

Ceticismo relativo

Como o próprio nome diz, o ceticismo relativo consiste em negar apenas parcialmente nossa capacidade de conhecer a verdade. Ou seja, apresenta uma posição moderada em relação às possibilidades de conhecimento se comparado ao ceticismo absoluto. Entre as doutrinas que manifestam um ceticismo relativo, destacamos as seguintes:

- **o subjetivismo** – doutrina que considera o conhecimento uma relação puramente **subjetiva** e **pessoal** entre o sujeito e a realidade percebida. O conhecimento limita-se às ideias e representações elaboradas pelo sujeito pensante, sendo impossível alcançar a objetividade. O subjetivismo nasce com o pensamento do grego **Protágoras**, sofista do século V a.C., que dizia que “o homem é a medida de todas as coisas”, ou seja, a verdade é uma construção humana, ela não está nas coisas;
- **o relativismo** – doutrina que considera não existirem verdades absolutas, mas apenas verdades **relativas** a certo tempo, a determinado espaço social, enfim, a um contexto histórico;
- **o probabilismo** – doutrina que propõe que nosso conhecimento é incapaz de atingir a certeza plena; tudo o que podemos alcançar é uma verdade **provável**. Essa probabilidade pode ser digna de maior ou menor credibilidade, mas nunca chegará ao nível da certeza completa, da verdade absoluta;
- **o pragmatismo** – doutrina que concebe os humanos como seres práticos, ativos, não apenas como seres pensantes. Por isso, para nós, verdadeiro é aquilo que é **útil**, eficaz, que dá **certo**, que serve aos **interesses** das pessoas em sua vida **prática**. Ou seja, o que chamamos de verdade é mais a correspondência do pensamento com o **objetivo a ser atingido** do que a correspondência do pensamento com o objeto propriamente dito. Assim, para Richard Rorty, um expoente dessa corrente,
[...] interpretar alguma coisa, conhecer alguma coisa, penetrar em sua essência, e assim por diante, tudo isso são apenas diversas formas de descrever um processo para fazê-la funcionar. (A trajetória do pragmatista. Em Eco, Interpretação e superinterpretação, p. 110.)

FUNDAÇÃO GALA/SALVADOR DALÍ, FIGUERAS, ESPANHA



Galátea das esferas
[1952] – Salvador Dalí,
óleo sobre tela. Com sua crítica da razão, Kant realizou uma “revolução copernicana” na filosofia, pois propôs que os objetos são regulados pelas formas *a priori* de nosso conhecimento, e não o contrário, como sempre se supôs. Isso quer dizer que o que conhecemos é a “realidade para nós”, não a “realidade em si”. Nós a construímos a partir de nossas próprias estruturas de sensibilidade e entendimento, como as várias esferas do quadro de Dalí compõem uma “galáxia”, um mundo com forma de rosto feminino (de Gala Éluard Dalí).

■ Criticismo

Teoria filosófica desenvolvida por Kant, o criticismo constitui uma tentativa de superação do impasse criado entre o ceticismo e o dogmatismo, assim como o foi entre o empirismo e o racionalismo. Tal como o dogmatismo, a filosofia crítica acredita na possibilidade do conhecimento, mas se indaga sobre as reais condições nas quais esse conhecimento seria possível. Trata-se, portanto, de uma posição **crítica** diante da possibilidade de conhecer.

O resultado dessa postura leva a uma distinção

entre o que o nosso entendimento pode conhecer e o que não pode. Ou seja, o criticismo admite a possibilidade de conhecer, mas esse conhecimento é limitado e ocorre sob condições específicas, apresentadas por Kant na obra *Crítica da razão pura* (conforme veremos no capítulo 15).

Depois de Kant, muitos outros pensadores se debruçaram sobre o problema do conhecimento, trazendo novas contribuições a essa discussão. Como você pode perceber, da mesma forma que nos outros temas que estudamos anteriormente, a questão do conhecimento é mais um assunto que escapa a uma palavra final e definitiva.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

8. Explique o conceito de verdade.
9. Para o filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973), aqueles que duvidam plenamente da possibilidade de conhecer “só poderiam filosofar guardando um silêncio absoluto – mesmo no interior de suas almas” (*Introdução geral à filosofia*, p. 120). Comente essa afirmação.
10. Em que sentido o criticismo representou uma tentativa de superação do impasse criado pelo ceticismo e pelo dogmatismo?

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Senso comum e conhecimento

A noção de conhecimento do senso comum é, em geral, realista e dogmática, embora as pessoas não se deem conta disso. Você concorda com essa afirmação? Fundamente sua opinião. Depois reúna-se com seus colegas para debater esse assunto.



PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(Uncisal) No século XVIII, o filósofo Emanuel Kant formulou as hipóteses de seu idealismo transcendental. Segundo Kant, todo conhecimento logicamente válido inicia-se pela experiência, mas é construído internamente por meio das formas *a priori* da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias lógicas do entendimento. Dessa maneira, para Kant, não é o objeto que possui uma verdade a ser conhecida pelo sujeito cognoscente, mas sim o sujeito que, ao conhecer o objeto, nele inscreve suas próprias coordenadas sensíveis e intelectuais. De acordo com a filosofia kantiana, pode-se afirmar que:

- a) a mente humana é como uma *tabula rasa*, uma folha em branco que recebe todos os seus conteúdos da experiência.
- b) os conhecimentos são revelados por Deus para os homens.
- c) todos os conhecimentos são inatos, não dependendo da experiência.
- d) Kant foi um filósofo da Antiguidade.
- e) para Kant, o centro do processo de conhecimento é o sujeito, não o objeto.

Sessão cinema

Descartes (1974, Itália, direção de Roberto Rossellini)

Obra sobre a vida de Descartes e a sua busca pelo conhecimento. Inclui o processo de escritura e publicação de alguns de seus principais livros e os debates em torno de suas ideias.

Sócrates (1971, Itália/Espanha/França, direção de Roberto Rossellini)

Representação do final da vida de Sócrates, seu julgamento e condenação à morte. Mostra o filósofo andando por Atenas, acompanhado de seus discípulos, exercitando seus diálogos (maiêutica) em busca do conhecimento.

Para pensar

Os textos que seguem tratam do tema da origem do conhecimento. Leia-os atentamente e responda às questões.

1. A luz da razão

A certeza de pensar

Assim, porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar. [...] E, enfim, considerando que todos os mesmos pensamentos que temos quando despertados nos podem também ocorrer quando dormimos, sem que haja nenhum, nesse caso, que seja verdadeiro, resolvi fazer de conta que as coisas que até então haviam entrado no meu espírito não eram mais verdadeiras que as ilusões de meus sonhos. Mas, logo em seguida, percebi que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, seria necessário que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos céticos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava.

A substância pensante

Depois, examinando com atenção o que eu era, e vendo que podia supor que não tinha corpo algum e que não havia qualquer mundo, ou qualquer lugar onde eu existisse, mas que nem por isso podia supor que não existia; e que, ao contrário, pelo fato mesmo de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas seguia-se mui evidente e mui certamente que eu existia; [...] compreendi por aí que era uma substância cuja essência ou natureza consiste apenas no pensar, e que, para ser, não necessita de nenhum lugar, nem depende de qualquer coisa material. De sorte que esse eu, isto é, a alma, pela qual sou o que sou, é inteiramente distinta do corpo e, mesmo, que é mais fácil de conhecer do que ele, e, ainda que este nada fosse, ela não deixaria de ser tudo o que é.

As ideias de Deus e da alma

Mas o que leva muitos a se persuadirem de que há dificuldade em conhecer a Deus e mesmo também em conhecer o que é sua alma é o fato de nunca elevarem o espírito além das coisas sensíveis e de estarem de tal modo acostumados a nada considerar senão imaginando, que é uma forma de pensar particular às coisas materiais, que tudo quanto não é imaginável lhes parece não ser inteligível. E isto é assaz manifesto pelo fato de os próprios filósofos terem por máxima, nas escolas, que nada há no entendimento que não haja estado primeiramente nos sentidos, onde todavia é certo que as ideias de Deus e da alma jamais estiveram. E me parece que todos os que querem usar a imaginação para compreendê-las procedem do mesmo modo que se, para ouvir os sons ou sentir os odores, quisessem servir-se dos olhos; exceto com esta diferença ainda: que o sentido da vista não nos garante menos a verdade de seus objetos do que os do olfato ou da audição; ao passo que a nossa imaginação ou os nossos sentidos nunca poderiam assegurar-nos de qualquer coisa, se o nosso entendimento não intervisse.

DESCARTES, *Discurso do método*, quarta parte; intertítulos nossos.

2. As ideias são cópias das impressões e sensações

[...] quando analisamos nossos pensamentos ou ideias, por mais complexos e sublimes que sejam, sempre descobrimos que se resolvem em ideias simples que são cópias de uma sensação ou sentimento anterior. Mesmo

as ideias que, à primeira vista, parecem mais afastadas dessa origem mostram, a um exame mais atento, ser derivadas dela. A ideia de Deus, correspondendo a um Ser infinitamente inteligente, sábio e bom, surge das reflexões que fazemos sobre as operações de nossa própria mente, aumentando sem limites essas qualidades de bondade e sabedoria. Podemos prosseguir esse exame tanto quanto desejarmos, e sempre descobriremos que todas as ideias que examinamos são copiadas de uma impressão semelhante. Aqueles que afirmam que essa posição não é universalmente verdadeira, nem sem exceções, têm apenas um único e bastante fácil método de refutá-la: apresentar uma ideia que em sua opinião não seja derivada dessa fonte. Caberá então a nós, se quisermos sustentar nossa doutrina, indicar a impressão ou percepção viva que lhe corresponda.

HUME, *Investigação acerca do entendimento humano*, seção II, p. 14.

3. Da distinção entre conhecimento puro e empírico

As fontes do conhecimento

Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência [...]. Mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer que mesmo o nosso conhecimento de experiência seja um composto daquilo que recebemos por impressões e daquilo que a nossa própria faculdade de conhecimento (apenas provocada por impressões sensíveis) fornece de si mesma, cujo acréscimo não distinguimos daquela matéria-prima antes que um longo exercício nos tenha chamado a atenção para ele e nos tenha tornado aptos a abstrai-lo.

Os conhecimentos *a priori* e *a posteriori*

Portanto, é uma questão que requer pelo menos uma investigação mais pormenorizada e que não pode ser logo despachada devido aos ares que ostenta, a saber, se há um tal conhecimento independente da experiência e mesmo de todas as impressões dos sentidos. Tais conhecimentos denominam-se *a priori* e distinguem-se dos empíricos, que possuem suas fontes *a posteriori*, ou seja, na experiência.

[...] por conhecimentos *a priori* entenderemos não os que ocorrem independente desta ou daquela experiência, mas absolutamente independente de toda a experiência. Opõem-se os conhecimentos empíricos ou aqueles que são possíveis apenas *a posteriori*, isto é, por experiência.

KANT, *Crítica da razão pura*, Introdução; intertítulos nossos.

1. Identifique a posição de cada um desses três filósofos no que se refere à origem do conhecimento. Justifique sua resposta usando trechos dos textos citados.
2. Como Descartes refuta o empirismo usando as ideias de Deus e da alma?
3. De acordo com Hume, como desenvolvemos a ideia de Deus, refutando o argumento de Descartes?
4. O que são, de acordo com Kant, conhecimentos *a priori* e conhecimentos *a posteriori*? Qual é a sua origem? Procure exemplos.
5. Após o estudo e o entendimento desses três textos, o que você pensa sobre a origem do conhecimento? Qual argumentação você considerou mais convincente? Reúna-se com colegas para debater sobre esse tema.



Detalhe de *Os três filósofos* (1505-1509) – Giorgione.
"Não me iludo
Tudo permanecerá do jeito que tem sido
Transcorrendo
Transformando
Tempo e espaço navegando todos os sentidos
[...]
Tempo rei, ó, tempo rei, ó, tempo rei
Transformai as velhas formas do viver
Ensinai-me, ó, pai, o que eu ainda não sei
Mãe Senhora do Perpétuo, socorrei"

GILBERTO GIL, *Tempo rei*.



unidade 3

A filosofia na história

O tempo é um elemento importante em nossas vidas, pois nos ajuda a estruturar e organizar nossas experiências e informações. Assim, vamos seguir pelos caminhos da história e realizar uma viagem de mais de 2 600 anos de pensamento filosófico.

O conteúdo estará organizado de acordo com a periodização histórica tradicional do mundo ocidental (filosofias antiga, medieval, moderna e contemporânea). Desse modo, veremos alguns dos principais filósofos de cada época, para conhecer um pouco mais suas ideias, o contexto em que elas surgiram, o que as motivou (seus problemas) e como elas se articularam com as concepções de outros pensadores.

Então, prepare-se para navegar pelo espaço e pelo tempo e entrar em contato com distintas visões de mundo. Procure relacioná-las com o contexto recente e dar-lhes um sentido que contribua para sua compreensão da vida neste nosso planeta.

Capítulo 11

STATE TRETYAKOV GALLERY, MOSCOW, RUSSIA

▼ O que significa o Sol para você? Faz sentido saudar o nascer do Sol? Pesquise sobre ritos ou rituais.



Pitagóricos saudando o nascer do Sol (1869) – Fyodor Bronnikov, óleo sobre tela. Rituais de comunhão com a natureza eram comuns em distintas culturas da Antiguidade. E ainda persistem nas culturas de diversos povos.

Pensamento pré-socrático

Iniciemos esta viagem pelo tempo investigando como a consciência racional começou a suplantar a consciência mítica na Grécia antiga e engendrou essa aventura do pensamento, a filosofia, da qual derivaram todas as ciências.

Quem foram os principais atores desse processo inaugural? O que buscavam? O que encontraram? É o que veremos em seguida.

Questões filosóficas

- ▼ Qual é o fundamento de todas as coisas (a *arché*)?
- ▼ A realidade essencial é dinâmica ou estável?
- ▼ As coisas são por acaso ou por necessidade?

Conceitos-chave

arché, mito, complexo de Édipo, *logos*, razão, pólis, monismo, dualismo, pluralismo, água, ar, fogo, terra, quatro elementos, *ápeiron*, número, devir, aforismo, mobilismo, agonístico, pensamento dialético, ser, átomo, vazio, acaso, necessidade, mecanicismo, ontologia, lógica, paradoxo, falácia

PÓLIS E FILOSOFIA

A passagem do mito ao *logos*

Na história do pensamento ocidental, a filosofia nasceu na Grécia entre os séculos VII e VI a.C., promovendo a passagem do **saber mítico** (alegórico) ao **pensamento racional** (*logos*). Essa passagem ocorreu durante longo processo histórico, sem um rompimento brusco e imediato com as formas de conhecimento utilizadas no passado.

Como vimos no capítulo 6, durante muito tempo os primeiros filósofos gregos compartilharam de crenças míticas, enquanto desenvolviam o conhecimento racional que caracterizaria a filosofia. Essa transição do mito à razão “significa precisamente que já havia, de um lado, uma lógica do mito e que, de outro lado, na realidade filosófica ainda está incluído o poder do lendário” (CHÂTELET, *História da filosofia: ideias, doutrinas*, v. 1, p. 21).

Conforme analisa o historiador francês Pierre Grimal (1912-1996) em *A mitologia grega*:

O mito se opõe ao *logos* como a fantasia à razão, como a palavra que narra à palavra que demonstra. *Logos* e mito são as duas metades da linguagem, duas funções igualmente fundamentais da vida do espírito. O *logos*, sendo uma argumentação, pretende convencer. O *logos* é verdadeiro, no caso de ser justo e conforme à “lógica”; é falso quando dissimula alguma burla secreta (sofisma). Mas o mito tem por finalidade apenas a si mesmo. Acredita-se ou não nele, conforme a própria vontade, mediante um ato de fé, caso pareça “belo” ou verossímil, ou simplesmente porque se quer acreditar. O mito, assim, atrai em torno de si toda a parcela do irracional existente no pensamento humano; por sua própria natureza, é aparentado à arte, em todas as suas criações. (p. 89.)

A força da mensagem dos mitos reside, portanto, na capacidade que eles têm de sensibilizar estruturas profundas, inconscientes, do psiquismo humano. Então vamos conhecer um pouco da mitologia grega.

■ Mitologia grega

Os gregos cultuavam uma série de **deuses** (Zeus, Hera, Ares, Atena etc.), além de **heróis** ou **semi-deuses** (Teseu, Hércules, Perseu etc.). Relatando a vida desses deuses e heróis e seu envolvimento com os humanos, criaram uma rica **mitologia**, isto é, um conjunto de lendas e crenças que, de modo simbólico, fornecem explicações para a realidade universal. A mitologia grega é formada por grande número de “relatos maravilhosos” ou lendas que inspiraram e ainda inspiram diversas obras artísticas ocidentais.



PETER PAUL RUBENS/ MUSEO DEL PRADO, MADRID, ESPANHA

Saturno devorando seu filho (1636) – Peter Paul Rubens (Museu do Prado, Madrid, Espanha). De acordo com a mitologia greco-romana, Saturno era filho de Urano (rei dos deuses), a quem destronou, assumindo o lugar dele. Depois passou a comer seus filhos recém-nascidos, do sexo masculino, para que não tomassem seu trono. Que significados pode ter esse mito?

O mito de Édipo, rico em significados, é um exemplo disso. Na Antiguidade, foi utilizado pelo dramaturgo **Sófocles** (496-406 a.C.), na tragédia *Édipo rei*, para uma reflexão sobre as questões da culpa e da responsabilidade dos indivíduos perante as normas e os **tabus**. Leia no box a seguir um resumo desse relato mítico.

Tabu – comportamento que, dentro dos costumes de uma comunidade, é considerado nocivo e perigoso, sendo por isso proibido a seus membros.

A saga de Édipo

Laio, rei da cidade de Tebas e casado com Jocasta, foi advertido pelo **oráculo** de que não poderia gerar filhos. Se esse aviso fosse desobedecido, seria morto pelo próprio filho e muitas outras desgraças surgiriam.

Oráculo – resposta que os deuses davam a quem os consultava.

Laio não acreditou no oráculo e teve um filho com Jocasta. Quando a criança nasceu, porém, arrependido e com medo da profecia, ordenou que o recém-nascido fosse abandonado em uma montanha, com os tornozelos furados, amarrados por uma corda (o edema provocado pela ferida é a origem do nome Édipo, que significa “pés inchados”).

Mas o menino não morreu. Pastores o encontraram e o levaram ao rei de Corinto, Polibo, que o criou como se fosse seu próprio filho. Já adulto, ao ouvir rumores de que era filho ilegítimo, procura o oráculo de Delfos em busca da verdade. O oráculo não responde à sua dúvida, mas revela seu trágico destino: matar o pai e se casar com a mãe. Para evitar que a profecia aconteça, foge de Corinto em direção a Tebas. No decorrer da viagem, porém, encontra-se por acaso com o rei de Tebas, Laio. Arrogante, o rei ordena-lhe que deixe o caminho livre para sua passagem. Édipo desobedece às ordens do desconhecido e uma luta se trava entre ambos, na qual Édipo mata Laio.

Sem saber que havia matado o próprio pai, prosseguiu sua viagem. No caminho, deparou-se com a Esfinge, um monstro metade leão, metade mulher, que lançava enigmas aos viajantes e devorava quem não os decifrasse, atormentando os moradores de Tebas.

A Esfinge apresenta a Édipo este enigma: “Qual é o animal que de manhã tem quatro pés, dois ao meio-dia e três à tarde?”. Édipo responde: “É o homem. Pois na manhã da vida (infância) engatinha com pés e mãos; ao meio-dia (na fase adulta) anda sobre dois pés; e à tarde (velhice) necessita das duas pernas e do apoio de uma bengala”. Furiosa por ver o enigma decifrado, a Esfinge se mata.

Como recompensa por ter salvado Tebas desse flagelo, Édipo é proclamado rei e casa-se com a viúva de Laio, Jocasta, sua mãe verdadeira. Uma nova maldição, a peste, cai sobre a cidade. Consultado, o oráculo responde que a peste não findaria até que o assassino de Laio fosse castigado.

Ao longo das investigações para descobrir o criminoso, a verdade é esclarecida. Inconformado com seu destino, Édipo cega-se e Jocasta enforca-se. Édipo deixa Tebas, partindo para um exílio na cidade de Colona.

O complexo de Édipo

Como todo mito, a saga de Édipo apresentaria, em linguagem simbólica e criativa, a descrição de uma realidade universal da alma humana, de acordo com as interpretações desenvolvidas por Freud e Jung na passagem do século XIX para o século XX (conforme estudamos no capítulo 4).

Elaborando uma reinterpretação psicológica desse mito grego, Freud transformou-o em elemento fundamental da teoria psicanalítica, sob o nome de **complexo de Édipo**.



Édipo e a Esfinge (1864) – Gustave Moreau.

METROPOLITAN MUSEUM OF ART, NOVA YORK, EUA

O complexo de Édipo pode ser entendido como:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta relativamente aos pais. Sob a sua chamada forma positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo rei: desejo da morte do rival, que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se inversamente: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, estas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo.

Segundo Freud, o complexo de Édipo é vivido no seu período máximo entre os três e cinco anos [...].

O complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano. (LAPLANCHE E PONTALIS, *Vocabulário da psicanálise*, p. 116.)

■ Pólis e razão

Retornemos a nosso tema: o nascimento da filosofia. Segundo análise do historiador e filósofo francês Jean-Pierre Vernant (1914-2007), o momento histórico da Grécia antiga em que se afirma a utilização do *logos* (a **razão**) para resolver os problemas da vida estaria vinculado ao surgimento da **pólis**, cidade-Estado grega.

A pólis foi uma nova forma de organização social e política, desenvolvida entre os séculos VIII e VI a.C., na qual os cidadãos passaram a dirigir os destinos da cidade. Entendida como criação dos próprios cidadãos, e não dos deuses, a pólis podia ser explicada e organizada de forma racional, isto é, de acordo com a razão.

Debate em praça pública

Uma das características das cidades-Estado gregas – especialmente Atenas – era a prática constante da discussão política em **praça pública** pelos cidadãos. Isso contribuiu para que o raciocínio bem formulado e convincente se tornasse, com o tempo, o modo adotado para refletir sobre todas as coisas, não só as questões políticas.

Por isso, para Vernant, **a razão grega é filha da pólis**, e o **nascimento da filosofia** relaciona-se

de maneira direta com o universo espiritual que então surgiu:

O que implica o sistema da pólis é primeiramente uma extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder. [...] A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação [...]. A arte política é essencialmente exercício da linguagem; e o *logos*, na origem, toma consciência de si mesmo, de suas regras, de sua eficácia, através de sua função política. [...]

Uma segunda característica da pólis é o cunho de plena publicidade dada às manifestações mais importantes da vida social. [...] A cultura grega constitui-se, dando a um círculo sempre mais amplo – finalmente ao *demos* [povo] todo – o acesso ao mundo espiritual, reservado no início a uma aristocracia [...]. Tomando-se elementos de uma cultura comum, os conhecimentos, os valores, as técnicas mentais são levadas à praça pública, sujeitos à crítica e à controvérsia. [...] Doravante, a discussão, a argumentação, a polémica tomam-se as regras do jogo intelectual, assim como do jogo político. Era a palavra que formava, no quadro da cidade, o instrumento da vida pública; é a escrita que vai fornecer, no plano propriamente intelectual, o meio de uma cultura comum e permitir uma completa divulgação de conhecimentos previamente reservados ou interditos. (VERNANT, *As origens do pensamento grego*, p. 34-36.)

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. “*Logos* e mito são as duas metades da linguagem, duas funções igualmente fundamentais da vida do espírito.” Explique essa afirmação de Pierre Grimal.
2. Por que se pode dizer, baseado no estudo do he-lenista Jean-Pierre Vernant, que o surgimento da filosofia foi engendrado em “praça pública”?

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Mitos do mundo atual

Acredita-se ou não nele [o mito], conforme a própria vontade, mediante um ato de fé, caso pareça “belo” ou verossímil, ou simplesmente porque se quer acreditar. (GRIMAL, *A mitologia grega*, p. 89.)

Refleta sobre essa afirmação, procurando relacioná-la com alguns mitos do mundo atual. Depois, compartilhe com a classe suas reflexões e descobertas e escute as de seus colegas.

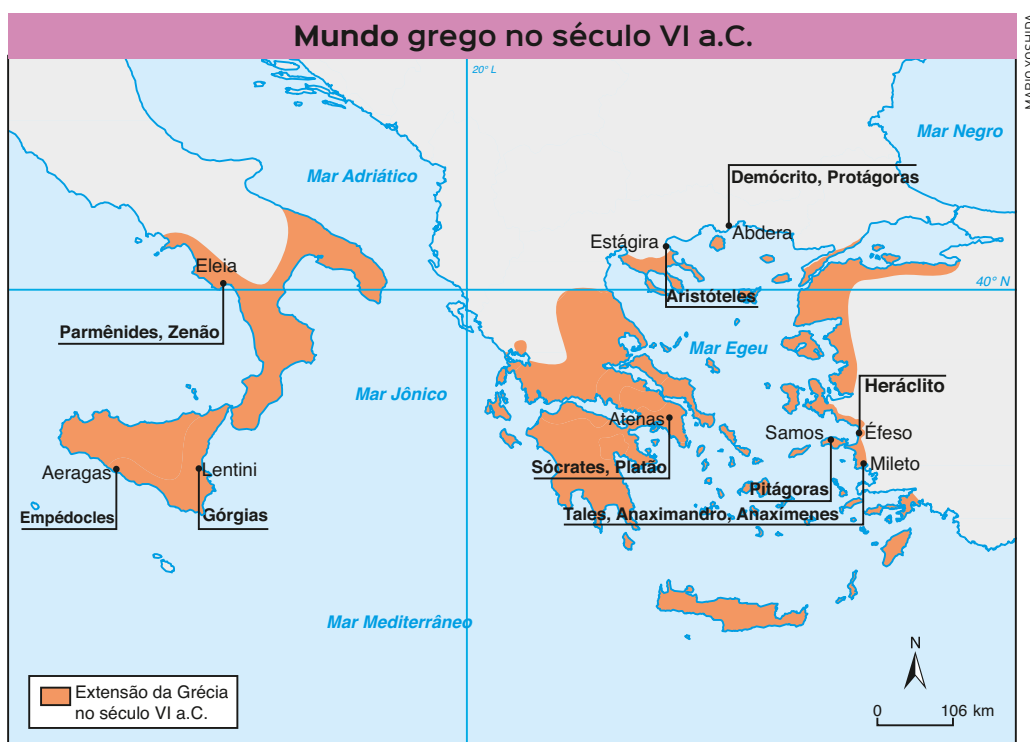
PRÉ-SOCRÁTICOS

Os primeiros filósofos gregos

De acordo com a tradição histórica, a fase inaugural da filosofia grega é conhecida como **período pré-socrático** (isto é, anterior a Sócrates ou à sua filosofia). Assim, esse período abrange o conjunto das reflexões filosóficas desenvolvidas desde Tales de Mileto, no século VII a.C., até o século V a.C.

Cabe ressaltar, porém, que alguns filósofos chamados “pré-socráticos” foram contemporâneos de Sócrates, sendo assim designados porque mantiveram o tipo de investigação de seus predecessores, centrado na **natureza** (como vimos no capítulo 6). Sócrates, por sua vez, inaugurou outro tipo de reflexão, voltado ao **ser humano**, dando início à tradição clássica da filosofia grega (como veremos no próximo capítulo).

É difícil conhecer o pensamento do período pré-socrático em toda a sua dimensão, pois são poucos os escritos encontrados de seus pensadores, e até mesmo suas datas de nascimento e morte são incertas.



Elaborado com base em: ALBUQUERQUE, Manoel Mauricio de et al. *Atlas histórico escolar*. 8. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1991. p. 87.

■ A busca da *arché*

Dentre os objetivos desses primeiros filósofos, destaca-se a construção de uma **cosmologia** – explicação racional e sistemática das características do universo – que substituísse a antiga **cosmogonia** – explicação sobre a origem do universo baseada nos mitos (conforme estudamos no capítulo 6).

Assim, com base na razão e não na mitologia, os primeiros filósofos gregos tentaram encontrar o **princípio substancial** ou **substância primordial** (a *arché*, em grego) existente em todos os seres, a “matéria-prima” de que são feitas todas as coisas (veja o trecho sobre a busca da *arché* no capítulo 6).

■ Pensadores de Mileto

Quando afirmamos que a filosofia nasceu na Grécia, devemos tornar essa afirmação mais precisa. Afinal, nunca houve na Antiguidade um Estado grego unificado. O que chamamos de Grécia nada mais era que o conjunto de muitas cidades-Estado (pólis), independentes umas das outras e muitas vezes rivais (veja o mapa do mundo grego no século VI a.C.).

Portanto, no vasto mundo grego, a filosofia teve como berço mais precisamente a cidade de **Mileto**, situada na Jônia, litoral ocidental da Ásia Menor (região hoje pertencente ao território da Turquia). Caracterizada por múltiplas influências culturais e por um rico comércio, Mileto abrigou

os três primeiros pensadores da história ocidental a quem atribuímos a denominação **filósofos**. São eles: Tales, Anaximandro e Anaxímenes.

Tales: a água

Tales de Mileto (c. 623-546 a.C.) é tido como o pensador que deu início à indagação racional sobre o universo. Inspirando-se provavelmente em concepções egípcias, acrescidas de suas próprias observações de corpos hídricos – como rios e mares –, bem como da vida animal e vegetal, ele dizia: “Tudo é água”.



Considerado o primeiro pensador grego, “o pai da filosofia” e o mais antigo dos sete sábios da Grécia, Tales pesquisou em diversos campos do conhecimento, como a astronomia e a geometria. Acredita-se que teria aprendido boa parte do que sabia com egípcios e babilônios.

Assim para Tales, a **água** – por permanecer basicamente a mesma em todas as transformações dos corpos, apesar de assumir diferentes estados (sólido, líquido e gasoso) – seria a *arché*, a substância primordial, a origem única de todas as coisas, presente em tudo o que existe.

Como princípio vital, a água penetraria todos os seres, de tal maneira que tudo seria animado por ela. Isso quer dizer que tudo teria **alma** (isto é, *anima* ou *psyché*) e, ao mesmo tempo, tudo seria também **divino** (ou “cheio de deuses”), pois não haveria separação entre o sagrado e o mundano. O universo seria uno e homogêneo.

Apesar da simplicidade da afirmação de Tales a respeito da água – e considerando que a água não representava para ele o mesmo que representa hoje para nós –, pela primeira vez tentava-se explicar a **multiplicidade** da realidade de maneira sintética e simples, empregando um elemento natural e concreto, visível para todos.

Era também a primeira concepção **monista** da filosofia, pois considera que tudo o que existe pode ser reduzido a um princípio único ou realidade fundamental (reveja o tema do monismo no capítulo 6). Muitas outras concepções monistas surgiram depois.

CONEXÕES

1. Pesquise a quantidade de água que há no planeta e no corpo humano. Relacione a informação que você encontrar com a cosmologia de Tales de Mileto.

Anaximandro: o indeterminado

Outro filósofo de Mileto, **Anaximandro** (c. 610-547 a.C.), discípulo de Tales, procurou aprofundar as concepções do mestre sobre a origem única de todas as coisas e resolver os problemas que Tales lançara.



Anaximandro teria desenvolvido diversos estudos e trabalhos nas áreas de geometria, geografia e astronomia. A ele são atribuídas, por exemplo, a confecção de um mapa celeste e de um mapa terrestre das regiões habitadas, a introdução do gnômon (relógio de sol, ilustrado no mosaico acima) na Grécia e a tese de que a Terra é cilíndrica e estaria no centro do universo.

Ele buscou em meio aos diversos elementos observáveis e determinados no mundo natural – especialmente os tradicionais pares de contrários que se “devoram entre si” (água, terra, ar e fogo) –, mas não lhe foi possível identificar entre eles o princípio único e primordial de todos os seres.

Anaximandro pensou, então, que deveria haver alguma substância diferente, ilimitada, e que dela nascessem o céu e todos os mundos nele contidos. Foi assim que o filósofo chegou à conclusão de que a *arché* é algo que transcende os limites do observável, ou seja, que não se situa em uma realidade ao alcance dos sentidos, como a água. Por isso, denominou-a **ápeiron**, termo grego que significa “o indeterminado”, “o infinito” no tempo.

O *ápeiron* seria a “massa geradora” dos seres e do cosmo, contendo em si todos os elementos opostos. Segundo sua explicação, por diversos processos naturais de **diferenciação entre contrários** (por exemplo, frio e calor) e de **evaporação** teriam surgido o céu e a Terra, bem como os animais, em uma sucessão evolutiva que faz lembrar a bem posterior teoria da evolução das espécies (do século XIX).

O cosmo, para Anaximandro, se manteria por compensações cíclicas entre os contrários (as sucessivas estações do ano) até ser reabsorvido no *ápeiron* e recriado novamente a partir deste. Isso significa que ele concebeu um cosmo dinâmico, mas limitado no tempo (que é cíclico), e que tem sua origem e seu fim no *ápeiron*, o qual é infinito.

Desse modo, temos certo retorno a algumas concepções relativas aos deuses primordiais (ao Caos mítico, por exemplo), porém sem voltar diretamente a eles e com maior grau de abstração conceitual e justificação lógica (cf. BERNHARDT, *O pensamento pré-socrático: de Tales aos sofistas*, em CHÂTELET, *História da filosofia: ideias, doutrinas*, v. 1, p. 30).

Anaxímenes: o ar



Anaxímenes nasceu em Mileto e foi discípulo e sucessor de Anaximandro. Teria defendido teses astronômicas acertadas e equivocadas, como as de que a Terra é plana e estaria assentada sobre o ar, a luz da Lua é reflexo da luz do Sol e seus eclipses são consequência de terem sido obstruídos por outro corpo celeste.

A discussão sobre o problema da *arché* prosseguiu com um terceiro milésio, **Anaxímenes** (c. 588-524 a.C.), discípulo de Anaximandro. Ele concordava que a origem de todas as coisas era

indeterminada, mas recusou-se a atribuir a essa indeterminação o caráter de *arché*. Para Anaxímenes, a substância primordial não poderia ser um elemento situado fora dos limites da observação e da experiência sensível, como o *ápeiron* de Anaximandro.

Em discordância com aspectos do pensamento dos dois mestres anteriores, mas buscando uma síntese entre eles, Anaxímenes incorporou argumentos de ambos e propôs o **ar** como princípio de todas as coisas: “Como nossa alma, que é ar, soberanamente nos mantém unidos, assim também todo o cosmo sopra e ar o mantém” (ANAXÍMENES, em SOUZA, *Pré-socráticos*, p. 51).

Ele considerou o fato de que o ar, quase inobservável, é um elemento mais sutil que a água, mas que ao mesmo tempo nos anima, nos dá vida, como testemunha nossa respiração. Infinito e ilimitado, penetrando todos os vazios do universo, o ar constituiria uma *arché* menos indeterminada que o *ápeiron*. Também seria um princípio ativo, gerador de movimento, como nos ventos.

Segundo Anaxímenes, pelos processos de rarefação e condensação se formariam os outros elementos – que para os antigos eram a terra, a água e o fogo, além do próprio ar – e, a partir destes, todos os demais. A terra, por exemplo, seria o estado mais condensado (isto é, de menor volume) do ar, enquanto o fogo seria o mais rarefeito (de maior volume). Nascido do ar e movido por ele, o cosmo seria uma espécie de respiração gigante.

■ Pitágoras: os números

Conta-se que Pitágoras sofreu perseguição política em sua terra natal, a ilha de Samos

(situada na costa jônica, não distante de Mileto),

sendo obrigado a exilar-se em Crotona, na

Magna Grécia (sul da península Itálica), onde

fundou uma sociedade secreta de caráter místico-filosófico. Por

seu projeto político, foi expulso também de

Crotona. As principais contribuições da escola

pitagórica podem ser encontradas nos campos

da matemática (como o célebre

teorema de Pitágoras), da música e da astronomia.



Resposta bastante distinta na busca da *arché* veio de **Pitágoras de Samos** (c. 570-490 a.C.). Profundo estudioso da matemática, Pitágoras defendeu a tese de que todas as coisas são **números**.

Conta-se que, para chegar a essa tese, primeiro teria percebido que à harmonia dos acordes musicais correspondiam certas proporções aritméticas. Supôs, então, que as mesmas relações se encontrariam na natureza. Unindo essa suposição aos seus conhecimentos de astronomia – com os quais podia, por exemplo, calcular antecipadamente o deslocamento dos astros –, concebeu a ideia de um cosmo harmônico, regido por relações matemáticas (teoria da harmonia das esferas).

Se para Pitágoras “tudo é número”, isso quer dizer que o princípio fundamental (a *arché*) seria a estrutura numérica, matemática, da realidade. A diferença entre as coisas resultaria, em última instância, de uma questão de números. Os pitagóricos entendiam, por exemplo, que os corpos eram constituídos por pontos e a quantidade de pontos de um corpo definiria suas propriedades.

O mundo teria surgido da fixação de limites para o ilimitado (o *ápeiron*), da imposição de formas numéricas sobre o espaço. E da estrutura numérica da realidade derivariam problemas como finito e infinito, par e ímpar, unidade e multiplicidade, reta e curva, círculo e quadrado etc.

Observe que, com Pitágoras, pela primeira vez na história da filosofia ocidental se introduzia, na explicação da realidade, um elemento mais **formal**, fundado na ordem e na medida. (Como vimos no capítulo 5, um elemento formal é aquele que considera as relações entre os termos de uma operação do entendimento independentemente da matéria ou conteúdo dessa operação.)

Há, portanto, um **monismo** em Pitágoras quando ele diz que tudo é número. No entanto, sua doutrina sobre a origem do mundo nos leva a pensar em uma concepção **dualista** da realidade, pois afirma que o mundo surgiu de um *ápeiron* (o indeterminado) determinado pelo **limite** – princípio este que instaura o múltiplo, mas mantém a unidade e a ordem universal. O limite operaria como um deus, ou seria o próprio Deus (cf. BERNHARDT, *O pensamento pré-socrático*: de Tales aos sofistas, em CHÂTELET, *História da filosofia*: ideias, doutrinas, v. 1, p. 34).

Apaixonados pela matemática, os pitagóricos aliaram aos números concepções não apenas filosóficas, mas também místicas, desenvolvendo uma visão espiritual da existência. Por isso, propuseram e praticaram um estilo de vida baseado na crença de que a alma é prisioneira do corpo e que dele se libera com a morte. Poderia, então, reencarnar-se em uma forma de existência mais

elevada, dependendo do grau de crescimento e de virtude que a pessoa tivesse alcançado. Assim, para os pitagóricos, o principal propósito da existência humana seria o de purificar a alma e elevar suas virtudes.

As doutrinas pitagóricas tiveram grande influência sobre Platão e o platonismo. Recordemos, por último, que se atribui a Pitágoras o uso da palavra **filosofia** pela primeira vez (como vimos no capítulo 1).

CONEXÕES

2. Em sua opinião, seria possível estabelecer alguma relação entre o pensamento de Pitágoras e a ciência moderna? Por quê?

Heráclito: fogo e devir

Heráclito nasceu no seio da nobreza governante de Éfeso. Também conhecido como “o Obscuro”, desenvolveu um pensamento assistemático e polêmico. Escreveu sob a forma de **aforismos**, isto é, frases curtas e marcantes, muitas vezes de sentido simbólico. (Coleção particular.)



UNIVERSAL HISTORY ARCHIVE/GETTY IMAGES

Em Éfeso, outra cidade jônica, desenvolveu-se um pensamento distinto e original. Isso se deveu a **Heráclito** (c. 535-475 a.C.), estudioso da natureza e preocupado com a *arché*.

Assim como os pensadores de Mileto, Heráclito observava que a realidade é dinâmica e que a vida está em constante transformação. Mas, diferentemente dos milésios – que buscavam na mudança aquilo que permanece –, decidiu concentrar sua reflexão sobre **o que muda**. Assim, o filósofo dizia que tudo flui, nada persiste nem permanece o mesmo. **O ser não é mais que o vir a ser**. “Tu não podes descer duas vezes no mesmo rio, porque novas águas correm sobre ti” (Citado em Souza, *Pré-socráticos*, p. XXXI).

Heráclito também observou, como seus predecessores, a atuação dos **opostos** na natureza (frio e calor, seco e úmido etc.), mas radicalizou essa observação, conferindo papel essencial ao conflito em sua cosmologia. Desenvolveu, assim, uma visão da realidade profundamente **agonística** (do grego *agonistikós*, “relativo a luta”), pois para ele o fluxo constante da vida seria impulsionado justamente pela **luta de forças contrárias**: a ordem e a desordem, o bem e o mal, o belo e o feio, a construção e a destruição, a justiça e a injustiça, o racional e o irracional, a alegria e a tristeza etc.

Daí sua famosa afirmação de que “a luta (guerra) é a mãe, rainha e princípio de todas as coisas”. É pela luta das forças opostas que o mundo se modifica e evolui. Por essa razão, Heráclito imaginou que, se devia haver um elemento primordial da natureza, este teria que ser o **fogo**, governando o constante movimento dos seres com chamas vivas e eternas. Em suas palavras:

Este mundo, que é o mesmo para todos, nenhum dos deuses ou dos homens o fez; mas foi sempre, e será um fogo eternamente vivo, que se acende com medida e se apaga com medida (Citado em SOUZA, *Pré-socráticos*, p. XXVIII).

A medida desse acender e apagar do fogo seria determinada pelo *logos* – o pensamento, a razão –, que para Heráclito era a razão criadora e unificadora das tensões opostas, a razão-discurso do filósofo: “É sábio escutar não a mim, mas a meu discurso” (Citado em SOUZA, *Pré-socráticos*, p. XXX). Dessa forma ele resgatava a unidade, mas uma unidade descortinada pela mente atenta, desperta, em vigília.

Pela importância que deu ao movimento, a escola heraclitiana de pensamento é chamada de **mobilista**. Apesar de não ter sido muito bem-visto entre seus contemporâneos e estudiosos posteriores, Heráclito é considerado um dos mais destacados filósofos pré-socráticos e o primeiro grande representante do **pensamento dialético**. Teria inspirado filósofos como Hegel, Nietzsche e Heidegger, entre outros.

CONEXÕES

3. Reflita sobre a afirmação de Heráclito de que não podemos entrar duas vezes no mesmo rio. Observando a vida, você consegue perceber que nossa experiência cotidiana, o que vemos, ouvimos, sentimos, seja um fluxo permanente de impressões que nunca são totalmente iguais?

Pensadores de Eleia

As diversas cosmologias que acabamos de estudar despertaram, na época, uma nova questão. Por que tanta divergência? Por que tantas opiniões contrárias?

Foi assim que surgiu na cidade de Eleia outra forma de reflexão sobre a realidade, a qual se oporia tanto à preponderância fisicista dos pensadores de Mileto como ao mobilismo de Heráclito. Trata-se da chamada **escola eleática**, da qual Parmênides foi o principal expoente.

Parmênides: o ser

Parmênides nasceu em Eleia, na Magna Grécia, no seio de uma família nobre. Para muitos, foi o principal filósofo pré-socrático, exercendo grande impacto no pensamento de Platão, que o chamava de Grande Parmênides. Suas reflexões sobre o ser constituíram os primeiros passos da **ontologia** e da **lógica**. (Coleção particular.)



THE BRIDGEMAN LIBRARY/GRUPO KEYSTONE

Parmênides (c. 510-470 a.C.) entendia que o equívoco das pessoas e dos demais pensadores era conceder demasiada importância aos dados fornecidos pelos **sentidos** (recorde-se que, conforme vimos no capítulo 2, Descartes diria algo parecido mais de dois mil anos depois). Embora também percebesse pela via sensorial a mudança e o movimento no mundo, Parmênides achava contraditório buscar a essência (a *arché*) naquilo que não é essencial, buscar a permanência naquilo que não permanece (a mudança, o movimento), ou supor que aquilo que é permanente pudesse converter-se em algo impermanente.

Assim, Parmênides optou por escutar o que lhe dizia a **razão** – e não os sentidos, que o faziam sentir a mudança – e proclamou que existe **o ser** e não é concebível sua não existência. Em suas palavras: “**O ser é e o não ser não é**”. Tentemos compreender melhor essa frase, aparentemente óbvia:

- “**o ser é**” – a primeira oração expressa a ideia de que o ser (ou aquilo que é) **é eternamente**, pois o ser constitui, para ele, a substância permanente

das coisas. Portanto, o ser é de maneira **imutável** e **imóvel**, e é o único que existe. **O ser é a arché de Parmênides**, não identificada com nenhum elemento natural, sensível, mas, ao mesmo tempo, equivalente a toda corporeidade, com tudo o que existe, pois o ser é **uno, pleno, contínuo** e **absoluto**;

- “**o não ser não é**” – a segunda oração traz a ideia de que o não ser (a negação do ser) não é, não tem ser, substância, essência. Portanto é nada, não existe. Essa é uma conclusão lógica, pois, se o ser é tudo, o não ser só pode não existir. Para Parmênides, o não ser se identificaria com a **mutação** (o devir), pois mudar é justamente não ser mais aquilo que era, nem ser ainda algo que é.

Em vista dessa formulação, Parmênides é considerado o primeiro filósofo a expor o **princípio de identidade** ($A = A$) e **de não contradição** (se $A = A$, é impossível, ao mesmo tempo e na mesma relação, $A = \text{não } A$), cuja argumentação seria depois mais bem desenvolvida por Aristóteles (reveja a explicação desses princípios lógicos no capítulo 5).

Em seu poema filosófico *Sobre a natureza* (nessa época, a maioria dos pensadores ainda escrevia sob a forma de poemas), Parmênides expôs que dois caminhos para a compreensão da realidade têm sido trilhados. O primeiro é o da **verdade**, da razão, da essência. O segundo é o da **opinião**, da aparência enganosa, que ele considerava a via de Heráclito.

Quando a realidade é pensada pelo caminho da aparência, tudo se confunde em movimento, pluralidade e devir. De acordo com Parmênides, essa via precisaria ser evitada para não termos de concluir que “o ser e o não ser são e não são a mesma coisa”, o que seria um contrassenso, uma formulação ilógica.

Considera-se que foi a partir dessa discussão sobre os contrários, sobre o ser e o não ser, que se iniciaram as reflexões da **lógica** e da **ontologia**, quando esses dois campos de investigação filosófica ainda estavam intimamente relacionados.

Zenão

Discípulo de Parmênides, Zenão de Eleia (c. 488-430 a.C.) elaborou argumentos para defender a doutrina de seu mestre. Pretendia demonstrar com eles que a própria noção de **movimento** era inviável e contraditória.

Desses argumentos, talvez o mais célebre seja o **paradoxo de Zenão**, que se refere à corrida de Aquiles (herói grego que, segundo a mitologia, era muito veloz) com uma tartaruga. Ele pode ser narrado da seguinte maneira:

MARY EVANS/DIOMEDIA



Junto com Parmênides e Xenófanes, Zenão de Eleia é considerado um dos principais filósofos da escola eleática.

- Se à tartaruga fosse dada uma vantagem, por sua lentidão, e ela saísse à frente de Aquiles – digamos 10 m –, ele rapidamente cobriria esse trecho. Nesse ínterim, porém, a tartaruga também teria se deslocado e já estaria um pouco adiante (calculemos 1/10 m).
- Quando Aquiles percorresse essa nova distância entre ele e a tartaruga, ela, que continuaria se movendo, já estaria um pouco mais à frente (cerca de 1/100 m). Quando ele outra vez cobrisse essa diferença, ela estaria 1/1 000 m adiante, e assim sucessivamente.
- Por esse raciocínio, a tarefa de Aquiles se repetiria ao infinito, tendo por base a hipótese de que o espaço pode ser dividido infinitamente, ou seja, ele nunca ultrapassaria a tartaruga e ela venceria a corrida.

RICARDO MONTANARI



Os paradoxos de Zenão foram debatidos durante séculos por filósofos, físicos e matemáticos. Hoje já existe um cálculo que demonstra que Aquiles alcançou a tartaruga.

Ora, na observação que fazemos do mundo por meio de nossos sentidos é evidente que o argumento de Zenão não corresponde à realidade. Por isso, é chamado de **paradoxo**, isto é, um raciocínio que parece correto e bem fundamentado, mas cujo resultado entra em contradição com a experiência do mundo real (conforme estudamos no capítulo 5).

Geralmente isso ocorre porque se trata, na verdade, de uma **falácia**, ou seja, um raciocínio logicamente equivocado que leva a uma conclusão errônea, com aparência de verdadeira. Mas enquanto não se sabe se existe e onde está a falácia, o que temos é um paradoxo.

Os argumentos usados por Zenão demonstram as dificuldades pelas quais o pensamento racional passou para compreender conceitos como movimento, espaço, tempo e infinito, entre tantos outros.

► Empédocles: os quatro elementos



O filósofo, médico, professor, místico e poeta Empédocles nasceu em Aeragas, na Magna Grécia, hoje Agrigento (Itália). Além de defensor da democracia, foi um teórico da evolução dos seres vivos e é considerado o primeiro sanitariano da história.

Empédocles (c. 490-430 a.C.) esforçou-se por conciliar as concepções de Parmênides e Heráclito. Aceitava de Parmênides a racionalidade que afirma a existência e permanência do ser ("o ser é"), mas procurava encontrar uma maneira de tornar racionais também os dados captados por nossos sentidos.

Defendeu, assim, a existência de **quatro elementos** primordiais, que constituem as raízes de todas as coisas percebidas: o **fogo**, a **terra**, a **água** e o **ar**. Esses elementos seriam movidos e misturados de diferentes maneiras em função de dois princípios universais opostos:

- **amor** (*philia*, em grego) – responsável pela força de atração e união e pelo movimento de crescente harmonização das coisas;

- **ódio** (*neikos*, em grego) – responsável pela força de repulsão e desagregação e pelo movimento de decadência, dissolução e separação das coisas.

Para Empédocles, todas as coisas existentes na realidade estão submetidas às forças cíclicas desses dois princípios.

► Demócrito: o átomo



Demócrito nasceu em Abdera, cidade situada no litoral mediterrâneo, entre a Macedônia e a Trácia (região que hoje pertence ao nordeste da Grécia). Teria sido discípulo de **Leucipo**, supostamente o verdadeiro fundador do pensamento atomista. No entanto, a existência real de Leucipo ainda é discutível para alguns estudiosos (Coleção particular).

Finalmente, destacou-se na busca pela *arché* a resposta concebida por **Demócrito** (c. 460-370 a.C.), um contemporâneo de Sócrates de Atenas. Apesar de ser até mais novo que este, sua reflexão inscreveu-se principalmente dentro da tradição pré-socrática. Ele foi o responsável – junto com seu mestre, Leucipo – pelo desenvolvimento de uma doutrina que ficou conhecida pelo nome de **atomismo**.

Demócrito concordava com a necessidade de plenitude e unidade do ser (como havia afirmado Parmênides), mas não aceitava que o não ser (o movimento, a multiplicidade) fosse uma ilusão. Para ele, a experiência do movimento era justamente a prova da existência de um não ser, que em sua concepção seria, como veremos, o vazio.

Aproximando-se da concepção físico-química e moderna da realidade, sua doutrina dizia que todas as coisas que formam a realidade são constituídas por **partículas invisíveis** (por serem muito minúsculas) e **indivisíveis**. Demócrito denominou-as, portanto, **átomos** – palavra de origem grega que significa "não divisível" (*a*, negação; *tomo*, parte, divisão). Como o ser parmenídico, o átomo democritiano seria uno, pleno e eterno.

No entanto, para o filósofo, toda a realidade é composta também do **vazio**, que representa a ausência de ser (o não ser). É o vazio que, segundo ele, torna possível o movimento do ser – que é o movimento dos átomos, segundo a teoria atomista. Sem espaço vazio, nenhuma coisa poderia se mover, argumentava o filósofo.

Os átomos seriam **homogêneos** entre si, isto é, teriam o mesmo ser, a mesma natureza fundamental. No entanto, seriam **infinitos** em número por sua figura ou configuração (conceito explicado adiante). Nesse sentido, seriam **heterogêneos** e nunca se converteriam uns nos outros, razão pela qual o atomismo pode ser considerado uma doutrina **pluralista**.

Há também um **dualismo** em sua concepção, pelo fato de afirmar que toda a realidade é composta de átomos e de vazio. Mas sabemos que o vazio era entendido por Demócrito como não ser, de modo que não era uma substância, não constituindo, portanto, uma *arché* em seu sentido pleno.

Demócrito também entendeu que os átomos estão em constante movimento espiralado (de vórtices), chocando-se uns com os outros ao **acaso**. Nesses entrecosques, podem atrair-se e aglomerar-se ou repelir-se e separar-se. Quando os átomos se aglomeram (sempre com certo vazio entre eles para que realizem sua movimentação eterna), formam-se os **distintos corpos**, com suas qualidades específicas, que nossos sentidos percebem.

As distintas e infinitas composições dos átomos eram explicadas por Demócrito de acordo com três fatores básicos:

- **figura** – a forma geométrica de cada átomo que compõe o corpo, bem como sua grandeza e seu peso. Assim, átomo de figura A \neq átomo de figura B. O fogo, por exemplo, seria um aglomerado de átomos de mesma figura, todos redondos, pequenos e leves, de acordo com Demócrito;
- **ordem** – a sequência espacial dos átomos de mesma figura que compõem um corpo. Assim, AB \neq BA;
- **posição** – a situação de cada átomo em relação às coordenadas espaciais. Assim, B \neq α .

Os pensamentos e a alma eram explicados de maneira semelhante, pela aglomeração de átomos mais leves e sutis. E o nascimento e a morte não existiriam, no sentido de uma geração ou corrupção da matéria (isto é, transformações qualitativas); seriam apenas o resultado da união ou separação de átomos, e estes se manteriam sempre os mesmos, eternos. Daí a afirmação de Demócrito de que “nada nasce do nada, nada retorna ao nada”. Tudo tem uma causa. E os átomos seriam a causa última do mundo.

Por essa razão, o atomismo passou à história como uma teoria **mecanicista**, pois explica tudo a partir dos átomos (matéria) e seus movimentos. No mecanicismo, a sucessão dos acontecimentos é **necessária** – no sentido de que segue uma lei natural que a determina –, mas ocorre ao **acaso** – no sentido de que não tem um projeto ou finalidade (não que não tenha uma causa). É como o mecanismo de uma máquina, que não define nada, apenas funciona de acordo com as leis físicas. Assim devia pensar Demócrito quando disse que **tudo o que existe no universo nasce do acaso ou da necessidade**.

| PRÉ-SOCRÁTICOS (PERÍODO COSMOLÓGICO DA FILOSOFIA GREGA) | | | | | |
|---|-----------|----------------------------------|--------------|------------|----------------------|
| MONISTAS* | | | PLURALISTAS* | | |
| Milésios | Heráclito | Eleatas | Pitagóricos | Empédocles | Atomistas |
| Tales Anaximandro Anáximenes | | Xenófanes Parmênides Zenão | Pitágoras | | Leucipo Demócrito |

*Monistas e pluralistas conforme os aspectos enfocados neste capítulo.

Observação

Com exceção das escolas eleática e pitagórica de pensamento (que propuseram uma *arché* mais abstrata), as concepções dos pré-socráticos costumam ser consideradas fisicalistas ou materialistas, seja porque seu enfoque se deu principalmente sobre a *physis*, seja porque tenderam a identificar entidades físicas como princípios explicativos de toda a realidade. Isso não quer dizer que esses filósofos negassem a existência da alma ou dos deuses. O enfrentamento entre matéria e espírito ou corpo e mente não havia surgido ainda na história das ideias. Para eles, tanto a alma como os deuses participavam dos mesmos princípios, da mesma *arché* que concebiam para tudo, como fica claro no atomismo. Essa noção começaria a mudar com o dualismo platônico (tema do próximo capítulo).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

3. Qual era a preocupação central dos filósofos de Mileto e o que cada um encontrou em sua busca?
4. O pensamento de Pitágoras introduziu, pela primeira vez na história da filosofia ocidental, um aspecto mais formal na explicação da realidade. Que aspecto é esse? Por que é mais formal? Em comparação a quê? Justifique sua resposta com exemplos.
5. Qual é a concepção de realidade contida nesta frase de Heráclito: “A luta é a mãe, rainha e princípio de todas as coisas”?
6. Comente as divergências fundamentais entre Parmênides e Heráclito sobre a realidade do ser.
7. Qual o objetivo de Zenão de Eleia ao criar o célebre argumento da corrida de Aquiles com uma tartaruga?
8. Empédocles tentou conciliar as concepções de Parmênides e Heráclito. Como essa tentativa de conciliação se expressa em sua teoria?
9. De que maneira o pensamento de Demócrito também formula uma solução que concilia a imobilidade do ser com o movimento do mundo?

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Filosofia pré-socrática e mito

A filosofia nasceu promovendo a passagem do saber mítico ao saber racional, sem, entretanto, romper com todas as estruturas explicativas do mito. Que elementos míticos você pode identificar no pensamento dos filósofos pré-socráticos? Pesquise e reflita sobre o assunto. Depois discuta esse tema com um grupo de colegas.

3. Filosofia e cidadania

Segundo Jean-Pierre Vernant, a filosofia grega é filha da pólis. Por isso, para o grego, o *Homo sapiens* é *Homo politicus*, aquele que decide os destinos da sociedade em que vive. Hoje a filosofia está distanciada de suas origens, isto é, não mais constitui uma prática comum entre os cidadãos, que pouco debatem e quase nada decidem sobre as grandes questões da vida pública.

Seria possível cada cidadão, como um filósofo, voltar a expressar e a discutir suas opiniões em espaço público? O que precisaria mudar? Discuta esse assunto com seus colegas.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEL) Leia o texto a seguir:

“Sim bem primeiro nasceu Caos, depois também

Terra de amplo seio, de todos sede irressalável sempre

dos imortais que têm a cabeça do Olimpo nevado

e Tártaro nevoento no fundo do chão de amplas vias

e Eros: o mais belo entre Deuses imortais.” (HESÍODO. *Teogonia*. Trad. de Jaa Torrano. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995. p. 111.)

Sobre o exposto acima, podemos afirmar que se trata de um texto:

- I. do período cosmológico, que compreende as escolas pré-socráticas, cujo interesse era perseguir a unidade que garantia a ordem do mundo e a possibilidade do conhecimento humano.
- II. de caráter ético, cuja narrativa revela a preocupação com a conduta dos homens e dos deuses.
- III. de caráter cosmogônico, cuja reflexão busca tornar concebível a origem das coisas e a força que as produziu.
- IV. anterior à cosmologia filosófica, cuja narrativa reflete ainda a mentalidade mítica.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- | | | |
|--------------|-----------------|----------------|
| a) I e III. | c) II e IV. | e) I, II e IV. |
| b) III e IV. | d) I, II e III. | |

Sessão cinema

A Guerra de Troia (1961, Itália/França, direção de Giorgio Ferroni)

Baseado no poema épico *Ilíada*, de Homero, o filme conta a história da Guerra de Troia, entre aqueus e troianos. Esse conflito mitológico teria sido causado pelo rapto de Helena, de Esparta, pelo príncipe Páris, de Troia. Ulisses, Aquiles, Heitor e Eneias são alguns dos protagonistas.

A Odisseia (1997, Grécia/Itália/Alemanha/Inglaterra/EUA, direção de Andrey Konchalovskiy)

Adaptação do poema épico *Odisseia*, de Homero. Conta a jornada de Odisseu (Ulisses) de volta para casa (a ilha de Ítaca) após a Guerra de Troia. Sentindo-se abandonado pelos deuses, Odisseu se revolta contra eles, o que lhe traz muitas dificuldades em sua viagem.

Orfeu (1999, Brasil, direção de Cacá Diegues)

Reconta o mito grego de Orfeu e Eurídice, uma história de amor no contexto do carnaval do Rio de Janeiro. O roteiro é inspirado na peça *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes.

Para pensar

Apresentamos a seguir um texto sobre os pré-socráticos e depois pequenos textos que ilustram a importância desses pensadores. Leia-os e responda às questões que seguem.

1. Os pré-socráticos e a ciência

A ciência se inicia com problemas

Um problema significa que há algo errado ou não resolvido com os fatos.

O seu objetivo é descobrir uma ordem invisível que transforme os fatos de enigma em conhecimento. [...]

Aqui somos forçados a viajar séculos para trás, para os tempos em que nossos pais, os gregos, começaram a pensar sobre o mundo e a se fazerem as perguntas com que os cientistas lutam até hoje. Porque as perguntas que eles fizeram não admitiam uma resposta única e final. Eram como portas que, uma vez abertas, vão dar numa outra porta, muito maior, é verdade, que por sua vez dá em outra, indefinidamente. E aqui estamos nós abrindo portas com as perguntas que geraram as nossas chaves. Vamos seguir o seu pensamento.

Você já notou que a nossa experiência cotidiana, o que vemos, ouvimos, sentimos, é um fluxo permanente de impressões que não se repete nunca? “Tudo flui, nada permanece. Não se pode entrar duas vezes num mesmo rio”, dizia Heráclito de Éfeso.

A despeito disso – e aqui está algo que é muito curioso – nós somos capazes de falar sobre as coisas, de ser entendidos, de ter conhecimento.

Nunca mais haverá nuvens idênticas àsquelas que produziram o temporal de ontem. A despeito disto serei capaz de identificar nuvens como nunca existiram antes e dizer que delas a chuva virá. Também nunca mais terei uma laranjeira como aquela que morreu de velhice. Mas serei capaz de identificar uma outra da mesma qualidade e de prever quanto tempo levará para começar a dar os seus frutos.

Como explicar que o meu discurso sobre as coisas não fique colado às suas aparências? Parece que, ao falar, eu sou capaz de enunciar verdades escondidas, ausentes do visível, expressivas de uma natureza profunda das coisas. Tanto assim que, quando falo, pretendo que estou dizendo a verdade não apenas sobre aquele momento transitório, mas também sobre o passado e o futuro. Laranjas são doces, a água mata a sede, as estrelas giram em torno da Terra, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos: estas não são afirmações sobre o sensório imediato. Elas têm pretensões universais.

Esta foi a grande obsessão da filosofia grega: estabelecer um discurso que falasse sobre a natureza íntima das coisas, que permanece a mesma em meio à multiplicidade de suas manifestações. [...]

A leitura da filosofia grega nos introduz, passo a passo, às diferentes fases desta busca, a partir dos filósofos milésianos que achavam que as coisas mantinham sua unidade em meio à multiplicidade porque, lá no fundo, todas se reduziam a um mesmo suco, uma mesma essência. Progressivamente houve uma passagem desta posição, que explica a unidade em termos de substância, para uma outra que considera que a questão fundamental são as relações e funções.

ALVES, *A filosofia da ciência*, p. 40-41.

2. Sobre Tales

A filosofia grega parece começar com uma ideia absurda, com a proposição: a água é a origem e a matriz de todas as coisas. Será mesmo necessário determo-nos nela e levá-la a sério? Sim, e por três razões: em primeiro lugar, porque essa proposição enuncia algo sobre a origem das coisas; em segundo lugar, porque o faz sem imagem e fabulação; e, enfim, em terceiro lugar, porque nela, embora apenas em estado de crisálida [estado

latente, preste a se transformar], está contido o pensamento: “Tudo é Um”. A razão citada em primeiro lugar deixa Tales ainda em comunidade com os religiosos e supersticiosos, a segunda o tira dessa sociedade e no-lo mostra como investigador da natureza, mas, em virtude da terceira, Tales se torna o primeiro filósofo grego.

Nietzsche, *A filosofia na época trágica dos gregos*, em Souza, *Pré-socráticos*, p. 10.

3. Sobre Heráclito

Heráclito diz em alguma passagem que todas as coisas se movem e nada permanece imóvel. E, ao comparar os seres com a corrente de um rio, afirma que não poderia entrar duas vezes num mesmo rio. Heráclito retira do universo a tranquilidade e a estabilidade, pois isso é próprio dos mortos; e atribui movimento a todos os seres, eterno aos eternos, perecível aos perecíveis.

Platão, *Crátilo*, em Souza, *Pré-socráticos*, p. 77.

4. Sobre Parmênides

O ser É; o não ser Não é. [...] Este princípio, descoberto por Parmênides, é o princípio lógico da identidade.

Parmênides tem uma importância histórica imensa para a filosofia ocidental. Mas desde Parmênides, e por sua culpa, temos do ser uma concepção estática em lugar de uma concepção dinâmica.

A própria ciência física sente-se apertada dentro do conceito parmenídico da realidade. Mas o que não entra de maneira alguma dentro de tal conceito do ser é a ciência do homem. A concepção do homem como uma essência quieta, imóvel, eterna, e que se trata de descobrir e conhecer [...] tem que ser substituída por outra concepção de vida na qual o estático, o quieto, o imóvel, o eterno da definição parmenídica não nos impeça de penetrar por baixo e chegar a uma região vital, a uma região vivente, onde o ser [...] seja precisamente o contrário: um ser ocasional, um ser circunstancial, um ser que não se deixe espetar numa cartolina como a borboleta pelo naturalista.

Parmênides tomou o ser, espetou-o na cartolina há vinte e cinco séculos e lá continua ainda, preso na cartolina, e agora os filósofos atuais não veem o modo de tirar-lhe o alfinete e deixá-lo voar livremente.

Este voo, este movimento, esta funcionalidade, esta concepção de vida como circunstância, como chance, como resistência que nos revele a existência de algo anterior à posse do ser, algo do qual Parmênides não podia ter ideia, é isto que o homem tem que conquistar. Mas antes de reconquistá-lo reconheçamos que um filósofo que influenciou durante vinte e cinco séculos de maneira tão decidida o curso do pensamento filosófico merece algo mais que as poucas páginas que lhe costumam dedicar os manuais de filosofia.

Morente, *Fundamentos de filosofia*, p. 70-77.

1. O educador brasileiro Rubem Alves (1933-) estabelece uma relação entre o início da filosofia e o início da ciência. Que relação é essa?
2. Como esse autor sintetiza a evolução da filosofia grega em seus primórdios?
3. Interprete as razões apontadas pelo filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) para levarmos a sério a proposição de Tales de que “a água é a origem e a matriz de todas as coisas”.
4. Justifique com trechos do texto de Platão a seguinte afirmação: “Heráclito proclama o permanente fluir da realidade. O ser é sempre dinâmico”.
5. Interprete o significado da frase de Platão: “Heráclito retira do universo a tranquilidade e a estabilidade”.
6. Interprete a afirmação do filósofo espanhol Manuel García Morente (1886-1942): “A própria ciência física sente-se apertada dentro do conceito parmenídico da realidade”. Por que “apertada”? Como a física tem compreendido a realidade física através do tempo?
7. Segundo García Morente, a ciência do ser humano não se encaixa de maneira nenhuma no conceito parmenídico da realidade. Por quê? O que ele propõe?
8. O que significa, para você, assumir uma concepção não estática da vida? Você acha que existe algo de permanente e eterno, que nunca muda nem deve mudar? Discuta o permanente e o transitório em sua vida.

Capítulo 12

MUSEUS E GALERIAS DO VATICANO



▼ Descubra os detalhes da imagem ao lado e quem são seus personagens. Por que teria sido dado esse nome à obra? Pesquise sobre o tema.

Detalhe de *Escola de Atenas* (1510-1512) – Rafael. Encontro imaginário entre os grandes pensadores da Antiguidade.

Pensamentos clássico e helenístico

A partir do século V a.C., a atenção dos filósofos gregos sobre o tema da *physis*, ou natureza, reduziu-se. Seu interesse principal passou a ser os seres humanos, especialmente as relações que estabelecem entre si (a vida política e social) e com o mundo em geral (o conhecimento).

Desenvolveu-se, assim, a filosofia clássica da Grécia antiga, que marcou profundamente toda a história do pensamento e da cultura ocidental. Veja a seguir por que dizemos isso.

Questões filosóficas

- ▼ Como é essencialmente o ser humano?
- ▼ Como são essencialmente as coisas?
- ▼ O que é o conhecimento verdadeiro?
- ▼ Como deve ser o governo da cidade?
- ▼ Como devemos viver?

Conceitos-chave

sofista, sofisma, relativismo, subjetivismo, ceticismo, dialética, ironia, maiêutica, dualismo platônico, mundo sensível, mundo inteligível, demiurgo, teoria das ideias, mito da caverna, indução, hilemorfismo teleológico, matéria, forma, potência, ato, substância, acidente, causa material, causa formal, causa eficiente, causa final, finalista, primeiro motor, epicurismo, estoicismo, ataraxia, pirronismo, cinismo

DEMOCRACIA ATENIENSE

O debate em praça pública

Consideremos primeiramente o contexto histórico em que surgiu o pensamento clássico grego. Este coincidiu com o apogeu político, econômico e cultural das cidades gregas, produzido entre os séculos VI e IV a.C. (período clássico da história da Grécia antiga), especialmente de Atenas e de sua democracia.

Até meados do século VIII a.C., Atenas havia vivido sob o regime monárquico, mas o poder do rei foi passando aos poucos para as mãos dos arcontes, representantes da aristocracia ateniense (os eupátridas), que comandavam o governo da cidade.

Entre os séculos VII e VI a.C., diversas reformas – promovidas sucessivamente por Drácon, Sólon e Clístenes – foram criando uma nova forma de governar, que se guiava basicamente pelo princípio da isonomia, isto é, de que todos os cidadãos têm o mesmo direito perante as leis. Nascia, assim, a democracia ateniense.

A partir do século V a.C., sob a liderança de Péricles (499-429 a.C.), essas reformas políticas aprofundaram-se e Atenas atingiu grande esplendor, tanto no campo econômico como cultural. Nessa cidade viveu – ou por ela passou – boa parte dos mais destacados artistas e intelectuais da época, vindos de diversas partes do mundo grego: dramaturgos, arquitetos, escultores, historiadores e filósofos, entre outros.

É preciso ressaltar, no entanto, que há várias diferenças entre as democracias atuais e a antiga democracia ateniense. Apenas uma pequena parte da população masculina adulta era reconhecida como cidadão em Atenas. Além disso, tratava-se de uma sociedade escravista – escravos, mulheres e jovens menores de 21 anos não tinham direitos políticos. Nem mesmo os estrangeiros (os metecos, pessoas não nascidas em Atenas), que residiam em grande número na cidade, podiam participar da vida democrática.

Por outro lado, apesar dessas limitações, a democracia ateniense era uma democracia direta, isto é, cada cidadão tinha não apenas direito ao **voto**, mas também à **palavra**. As discussões se davam na chamada **ágora**, principal praça pública da cidade, onde todos os cidadãos se reuniam em assembleia.

Desse modo, propiciando a participação de um número maior de habitantes na discussão sobre temas práticos e públicos, a instituição democrática ateniense favoreceu também o desenvolvimento



Atenienses reunidos na ágora debatem e votam sobre a condenação de um cidadão ao ostracismo (desterro por motivos políticos).

de uma cultura que valorizava o uso da palavra e da razão (conforme comentamos no capítulo anterior). As **habilidades argumentativas** e **dialéticas** dos cidadãos tornaram-se um bem cada vez mais apreciado. Foi nesse contexto que apareceram os **sofistas** e **Sócrates**.

■ Sofistas: a retórica

Os sofistas pertenciam, em geral, à periferia do mundo grego. Eram professores viajantes que vendiam seus ensinamentos, empregando a **exposição** ou o **monólogo** como método de ensino.

Conforme o interesse dos alunos, davam aulas de eloquência e de sagacidade mental ou ensinavam elementos úteis para o sucesso nas atividades públicas e privadas. Alguns deles diziam-se mestres em qualquer assunto, desde a arte de fazer sapatos até a ciência política e de como viver bem na pólis grega. Por isso eram chamados de **sofistas**, palavra de origem grega que quer dizer “grande mestre ou sábio”, algo como “supersábios”.

Segundo alguns estudiosos, entre os ensinamentos dos sofistas destacavam-se aqueles que tinham como principal objetivo o desenvolvimento da habilidade da **argumentação**, além do domínio de **doutrinas divergentes**. De acordo com essa interpretação, eles buscavam transmitir a seus discípulos todo um **jogo de palavras**, **raciocínios** e **concepções** úteis em um debate para driblar as teses dos adversários e convencer as pessoas.

O momento histórico vivido pela civilização grega – uma época de lutas políticas e intenso conflito de opiniões nas assembleias democráticas – favoreceu o desenvolvimento desse tipo de atividade em Atenas. Por isso, muitos cidadãos sentiam a necessidade de aprender a **retórica** ou **oratória** para conseguir persuadir as pessoas em assembleias e, muitas vezes, fazer prevalecer seus interesses individuais e de seu grupo social.

Retórica ou oratória – arte de falar e argumentar em público.

Essas características dos ensinamentos dos sofistas favoreceram o surgimento de concepções filosóficas **relativistas** sobre as coisas. Como vimos anteriormente, para o relativismo não há uma verdade única, absoluta (ou, se ela existe, não podemos conhecê-la). Assim, a “verdade” seria algo relativo ao indivíduo, ao momento histórico, a um conjunto de fatores, circunstâncias e consensos dentro de uma sociedade. (Reveja o conceito de relativismo no capítulo 10.)

Heróis ou vilões?

Como vimos, o termo **sofista** teve originalmente um significado positivo. Entretanto, com o decorrer do tempo, ganhou o sentido de “enganador” ou “impostor”, devido sobretudo às críticas de Platão, cujo pensamento estudaremos mais adiante.

Desde então, considerou-se a **sofística** (ou arte dos sofistas) apenas uma atitude viciosa do espírito, uma arte de manipular raciocínios, produzir o falso, iludir os ouvintes, sem nenhum amor pela verdade. Verdade, em grego, se diz *aletheia*, que significa “manifestação daquilo que é”, “o não oculto”. *Aletheia* opõe-se a *pseudos*, que significa “o falso”, “aquilo que se esconde, que ilude”. Os sofistas pareciam não buscar a *aletheia*; contentavam-se com *pseudos*.

Por isso hoje se utiliza a palavra **sofisma**, derivada de sofista, para designar um raciocínio aparentemente correto, mas que na realidade é falso ou inconclusivo, geralmente formulado com o objetivo de enganar alguém (como vimos no capítulo 5).

Entretanto, abordagens mais recentes sobre a atuação dos sofistas procuram mostrar que o relativismo de suas teses fundamenta-se em uma concepção flexível sobre os seres humanos, a sociedade e a compreensão do real, e esta não pode, portanto, ser reduzida a um único sistema. Assim, não existiriam valores ou verdades absolutas.

É importante destacar, por último, que não existe uma doutrina sofística única. O que há são alguns aspectos comuns entre as concepções de certos sofistas, como Protágoras, Górgias e outros, o que permitiu serem considerados um conjunto ou corrente.

Protágoras de Abdera

Detalhe de *Protágoras de Abdera* (1637) – Jusepe de Ribera. O filósofo viu-se obrigado a deixar a pólis ateniense quando passou a afirmar que não é possível saber se os deuses existem.



WADSWORTH ATHENEUM MUSEUM, HARTFORD, EUA

Nascido em Abdera (a mesma cidade natal de Demócrito), Protágoras (c. 480-410 a.C.) é considerado o primeiro e um dos mais importantes sofistas. Ensinou por muito tempo em Atenas, tendo como princípio básico de sua doutrina a ideia de que o **homem é a medida de todas as coisas**.

Por essa frase ter chegado a nós isolada de seu contexto, teve várias interpretações. Buscando uma síntese entre elas, podemos dizer que Protágoras afirmava que o mundo é aquilo que cada indivíduo ou grupo social consegue perceber que é. A realidade é relativa a cada um (indivíduo, grupo social, cultura), ou seja, depende de suas disposições, concepções, modos de ser e de viver. Não se pode saber se há uma realidade absoluta. Desse modo, o mundo é como os seres humanos o interpretam, constroem ou destroem, múltiplo e variado, visão que coincide, em parte, com a de Heráclito.

A filosofia de Protágoras sofreu críticas em seu tempo por dar margem a um grande **subjetivismo**: tal coisa será verdadeira se para mim parecer verdadeira, mas falsa para outro que a veja como falsa. Assim, qualquer tese poderia ser encarada como falsa e verdadeira ao mesmo tempo, dependendo da ótica de cada um.

Essa visão relativista da realidade também ameaçava o projeto metafísico de conhecer os fundamentos do real (como esboçaram os pré-socráticos) ou a essência das coisas (como defenderiam Sócrates, Platão e Aristóteles), despertando por isso grande oposição.

Górgias de Leontini

Górgias de Leontini (c. 487-380 a.C.) foi um dos grandes oradores da Grécia. Ele afirmava que um

bom orador é capaz de convencer qualquer pessoa sobre qualquer coisa.

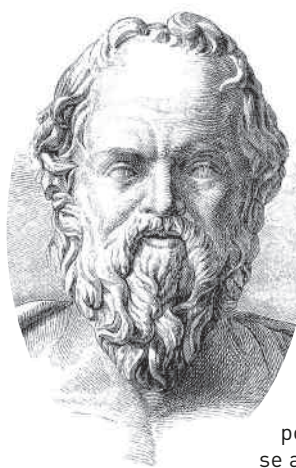
Como vimos anteriormente (no capítulo 10), Górgias afirmava que:

- a) o ser não existe;
- b) se existisse, não poderia ser conhecido;
- c) mesmo que fosse conhecido, não poderia ser comunicado a ninguém.

Desse modo, aprofundando o subjetivismo relativista de Protágoras, atingiu um **ceticismo absoluto**.

■ Sócrates: a dialética

H.-D. FALKENSTEIN/IMAGE BROKER RM/DIOMEDIA



Imortalizado nos diálogos de Platão, Sócrates tornou-se um mestre e um exemplo da conduta ética até nossos dias. Suas lições expressam-se em frases como: "Penso que não ter necessidade é coisa divina e ter as menores necessidades possíveis é o que mais se aproxima do divino".

Nascido em Atenas, Sócrates (469-399 a.C.) é tradicionalmente considerado um marco divisor da história da filosofia grega. Por isso, como vimos antes, os filósofos que o antecederam são chamados de pré-socráticos e os que o sucederam, de pós-socráticos. O próprio Sócrates, porém, não deixou nada escrito. O que se sabe dele e de seu pensamento vem dos textos de seus discípulos e de seus adversários.

Sócrates era filho de um escultor e de uma parteira – dupla herança que o levou a buscar esculpir, simbolicamente, uma representação autêntica do ser humano e a ajudar seus discípulos a dar à luz suas próprias ideias (conforme vimos mais detidamente no capítulo 3).

O estilo de vida de Sócrates assemelhava-se, exteriormente, ao dos sofistas, embora não “vendesse” seus ensinamentos. Desenvolvia o saber filosófico em praças públicas conversando com os jovens, sempre dando demonstrações de que era preciso unir a vida concreta ao pensamento. Unir o saber ao fazer, a consciência intelectual à consciência prática ou moral.

Tanto quanto os sofistas, Sócrates abandonou a preocupação dos filósofos pré-socráticos em explicar a natureza e concentrou-se na **problemática**

do ser humano. No entanto, se opôs ao relativismo quanto à questão da moralidade e ao uso da retórica para atingir interesses particulares, entre outros aspectos que marcaram sua diferença com a tradição sofista.

Debate com sofistas

Embora em sua época tenha sido confundido com os sofistas, Sócrates travou uma polêmica profunda com esses filósofos. Ele procurava um fundamento último para as interrogações humanas (O que é o bem? O que é a virtude? O que é a justiça?), enquanto os sofistas – conforme a visão de seus críticos – situavam suas reflexões a partir dos dados empíricos, o sensório imediato, sem se preocupar com a investigação de uma essência (da virtude, da justiça, do bem etc.) a partir da qual a própria realidade empírica pudesse ser avaliada.

A pergunta fundamental de Sócrates era: qual é a essência do ser humano, ou o que o ser humano é essencialmente? Sua resposta apontava para a ideia de que o ser humano é sua **alma**, entendida aqui como a sede da **razão**, o nosso **eu consciente** (que inclui a consciência intelectual e a consciência moral), pois é o que nos distingue de todos os outros seres da natureza.

Por isso, o autoconhecimento era um dos pontos básicos da filosofia socrática. “Conhece-te a ti mesmo”, frase inscrita no Oráculo de Delfos, era a recomendação primordial feita por Sócrates a seus discípulos.

Diálogo crítico

Como vimos antes, a filosofia de Sócrates era desenvolvida mediante o **diálogo crítico** (ou **dialética**) com seus interlocutores, o qual pode ser dividido em dois momentos básicos:

- **refutação ou ironia** – etapa em que o filósofo interrogava seus interlocutores sobre aquilo que pensavam saber, formulando-lhes perguntas e procurando evidenciar suas contradições. Seu objetivo era fazê-los tomar consciência profunda de suas próprias respostas, das consequências que poderiam ser tiradas de suas reflexões, muitas vezes repletas de conceitos vagos e imprecisos;
- **maieutica** – etapa em que ele propunha aos discípulos uma nova série de questões, com o objetivo de ajudá-los a conceber ou reconstruir suas próprias ideias. Por isso, essa fase é chamada de **maieutica**, termo que em grego significa “arte de trazer à luz”. (Reveja a explicação detalhada desse processo no capítulo 3.)

Um corruptor da juventude?

Sócrates não dava importância à condição socioeconômica de seus discípulos. Dialogava com ricos e pobres, cidadãos e escravos. O que importava eram as qualidades interiores de cada pessoa, condições indispensáveis ao processo de autoconhecimento.

Como não fazia distinção entre seus interlocutores e questionava tudo, incluindo crenças e valores comuns, foi considerado uma ameaça social, um subversivo. Interessado na prática da virtude e na busca da verdade, contrariava os valores dominantes da sociedade ateniense. Por isso, recebeu a acusação de ser **injusto com os deuses da cidade** e de **corromper a juventude**. No final do processo foi condenado a beber cicuta (veneno mortal extraído de uma planta de mesmo nome).

Diante dos juízes, Sócrates assumiu uma postura altaneira e imperturbável, de quem nada teme. Permanecia absolutamente em paz com sua própria consciência.

Algun de vós poderia talvez alterar-me: “Sócrates, não te envergonhas de haveres exercido tal atividade, que agora coloca em risco tua vida?” Eu responderia a este: “Não falas bem se pensas que alguém, tendo a capacidade de fazer algum bem, mesmo sendo pequeno, deva calcular os riscos de vida ou de morte e não deva olhar o injusto e se pratica as ações de homem honesto e corajoso ou de infame e mau.

Estás enganado, se pensas que um homem de bem deve ficar pesando, ao praticar seus atos, sobre as possibilidades de vida ou de morte. O homem de valor moral deve considerar apenas, em seus atos, se eles são justos ou injustos, corajosos ou covardes. (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, p. 80).

Por último, Sócrates dirigiu as seguintes palavras aos que o haviam absolvido:

Bem, é chegada a hora de partirmos, eu para a morte, vós para a vida. Quem segue melhor destino, se eu, se vós, é segredo para todos, exceto para a divindade. (p. 97.)

Foi assim que Sócrates procurou caracterizar sua vida. Construiu uma personalidade corajosa, guiando sua conduta pelo critério de justiça que encontrou como correto. Viveu conforme sua própria consciência. Morreu sem ter renunciado a seus mais caros valores morais.

JACQUES-LOUIS DAVID/THE METROPOLITAN MUSEUM OF ART, NOVA YORK



A morte de Sócrates (1787) – Jacques-Louis David.

Na prisão, o filósofo conversa com seus discípulos sobre o tema da imortalidade da alma e estende a mão para a taça com o líquido mortal. Sócrates “ensinou que o que chamamos ‘alma’ é semelhante à mente consciente e que devemos tentar ser tão bons quanto nos for possível, em imitação da perfeição divina”. (BRODI, *Sócrates y el camino hacia la iluminación*, p. 20; tradução nossa.)

CONEXÕES

1. Comente as palavras de Sócrates durante seu julgamento, relacionando-as com sua filosofia e posicionando-se a respeito. Você acredita que sua atitude é um exemplo a ser seguido?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Em contraste com o período pré-socrático, marcado por reflexões cosmológicas, qual foi a grande preocupação do período que se inicia com os sofistas?
2. Caracterize os sofistas e o que favoreceu seu surgimento.
3. “O homem é a medida de todas as coisas.” Que relação você pode estabelecer entre essa frase de Protágoras e a concepção de verdade dos sofistas?
4. Quais seriam as semelhanças e diferenças fundamentais entre Sócrates e os sofistas?
5. Explique as duas grandes fases do diálogo crítico de Sócrates com seus interlocutores.
6. O que Sócrates fez para ser considerado um elemento perturbador da democracia ateniense? Comente.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. O poder da retórica

“Dou-me conta de que a retórica é a lógica da filosofia. De que, com um pouco de boa vontade e algum engenho, sempre se pode construir um discurso filosófico bem argumentado a favor ou contra qualquer ponto de vista.” (PORCHAT PEREIRA, *A filosofia e a visão comum do mundo*, p. 102.)

Reflita sobre essa afirmação do filósofo brasileiro contemporâneo Oswaldo Porchat Pereira, formulador do neopirronismo. Depois, reúna-se com colegas para debater seu significado.

PLATÃO

Alicerces da filosofia ocidental

Nascido em Atenas, Platão (427-347 a.C.) pertencia a uma das mais nobres famílias atenienses. Seu nome verdadeiro era Aristocles, mas, devido a sua constituição física, recebeu o apelido de Platão, termo grego que significa “de ombros largos”.

Foi discípulo de Sócrates, a quem considerava o mais sábio e o mais justo dos homens. Depois da morte de seu mestre, Platão empreendeu inúmeras viagens, período em que ampliou seus horizontes culturais e amadureceu suas reflexões filosóficas. Por volta de 387 a.C. retornou a Atenas, onde fundou sua própria escola filosófica, a **Academia**, nos jardins construídos por seu amigo Academos.

A maior parte do pensamento platônico nos foi transmitida por intermédio da fala de Sócrates nos **diálogos socráticos**, escritos pelo próprio Platão. Seu pensamento é tão vasto e sua influência tão importante que deram origem a uma expressão famosa: “Toda filosofia ocidental são notas de rodapé a Platão”. Vejamos algumas concepções de suas teorias sobre a realidade, o conhecimento e a política.

■ Dualismo platônico

Como grande parte dos pensadores de sua época, Platão também enfrentou o impasse criado pelos pensamentos de Parmênides e Heráclito, ou seja, sobre o problema da permanência e da mudança, da unidade e da multiplicidade (conforme vimos no capítulo anterior).

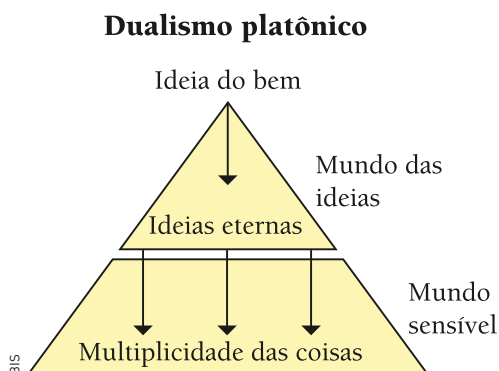
O filósofo Platão – Roger Payne (Coleção particular).

A Academia foi uma das primeiras instituições permanentes de ensino superior do mundo ocidental. Uma espécie de universidade pioneira dedicada à pesquisa científica e filosófica, além de um centro de formação política. As atividades da escola desenvolviam-se tanto em seu ginásio quanto em seus jardins, como vemos na imagem ao lado, que retrata Platão conversando com seus discípulos.



Em sua doutrina, conhecida como **teoria das ideias**, Platão procurou resolver esse impasse propondo uma ontologia dualista. Assim, para ele existiriam **duas realidades** diametralmente opostas:

- **mundo sensível** (*kósmos horatós*, em grego) – corresponde à **matéria** e compõe-se das coisas como as percebemos na vida cotidiana (isto é, pelas sensações), as quais surgem e desaparecem continuamente. Assim, as coisas e fatos do mundo sensível são temporárias, mutáveis e corruptíveis (o mundo de Heráclito);
- **mundo inteligível** (*kósmos noetós*, em grego) – corresponde às **ideias**, que são sempre as mesmas para o intelecto, de tal maneira que nos permitem experimentar a dimensão do eterno, do imutável, do perfeito (o mundo de Parmênides). Todas as ideias derivariam da **ideia do bem**.



Observe que a concepção dualista de Platão – também conhecida como **teoria das ideias** – opera uma mudança radical em relação aos pensadores anteriores ao situar o ser verdadeiro **fora** ou **separado** do mundo sensível. Isso não ocorria nos filósofos pré-socráticos, que buscavam a *arché* das coisas nas próprias coisas, nem em Sócrates, para quem a essência ou o ser verdadeiro também se encontrava nas coisas (como vimos no capítulo 3).

Isso significa que para esses filósofos o ser verdadeiro é **imanente**, isto é, encontra-se neste mundo ou se confunde com ele, enquanto para Platão é **transcendente**, ou seja, encontra-se separado dele.

Demiurgo e o mundo

Apesar de seu dualismo, Platão supôs a existência de uma **terceira realidade**, a qual teria operado apenas na criação do mundo. Como argumenta o filósofo no diálogo *Timeu*, tudo o que foi gerado deve ter tido um princípio gerador, uma causa. Portanto,

o universo (o mundo sensível) teria surgido por obra de um **demiurgo** – palavra de origem grega que significa “aquele que faz, constrói”.

De acordo com essa doutrina, para construir o universo o demiurgo agiu como um “artesão”: buscou as **ideias eternas** do mundo inteligível como modelo e, com elas, deu forma à **matéria indeterminada**, criando assim o mundo sensível. Isso quer dizer que as ideias e a matéria já existiam antes, compondo, junto com o demiurgo, as três realidades fundamentais da cosmogênese platônica.

Processo de conhecimento

A teoria das ideias também costuma ser estudada em seus aspectos epistemológicos, como **teoria do conhecimento**. Isso porque nessa doutrina Platão propõe que conhecer a verdade implica um processo de passagem progressiva do mundo sensível (das **sombras** e **aparências**) para o mundo das ideias (das **essências** ou **seres verdadeiros**).

A primeira etapa desse processo é dominada pelas **impressões** ou **sensações** advindas dos sentidos. Essas impressões sensíveis são responsáveis pela **opinião** (*doxa*) que temos da realidade, isto é, o saber que se adquire sem uma busca metódica.

O **conhecimento**, porém, para ser autêntico, deve ultrapassar a esfera das impressões sensoriais, o plano da opinião, e penetrar na esfera racional da sabedoria, o mundo das ideias. Para atingir esse mundo, o ser humano não pode ter apenas “amor às opiniões” (filodoxia); precisa possuir um “amor ao saber” (filosofia).

O **método** proposto por Platão para realizar essa passagem e atingir o conhecimento autêntico (*epistémē*) é a **dialética**. Equivalente aos diálogos críticos de Sócrates, a dialética socrático-platônica consiste, basicamente, na contraposição de uma opinião à crítica que podemos fazer dela, ou seja, na afirmação de uma tese qualquer seguida de uma discussão e negação dessa tese, com o objetivo de purificá-la dos erros e equívocos, permitindo uma ascensão até as ideias verdadeiras (conforme vimos antes, neste capítulo, e mais detalhadamente no capítulo 3).

Pela explicação de Platão, nesse processo vamos recordando as verdades eternas e imutáveis que já haviam sido contempladas por nossa alma no mundo das ideias, antes de nossa existência material. Isso quer dizer que o conhecimento verdadeiro (*epistémē*), para ele, é uma imagem do passado, uma **reminiscência** da alma. Portanto, temos uma concepção gnosiológica **inatista**.

O mito da caverna

Platão criou em seus textos várias alegorias para expor suas doutrinas. A mais conhecida é o **mito da caverna**, que nos ajuda a entender a evolução do processo de conhecimento.



ROGÉRIO BORGES

De acordo com essa alegoria, homens prisioneiros desde pequenos encontram-se em uma caverna escura e estão amarrados de uma maneira que os obriga a permanecer sempre de costas para a abertura da caverna. Nunca saíram e nunca viram o que há fora dela. No entanto, devido à luz de um fogo que entra por essa abertura, podem contemplar na parede do fundo da caverna a projeção das sombras dos seres que passam em frente ao fogo lá fora. Acostumados a ver somente essas projeções, que são as sombras do que não podem observar diretamente, assumem que o que veem é a verdadeira realidade.

Se saíssem da caverna e vissem as coisas do mundo iluminado, não as identificariam como verdadeiras ou reais. Isso levaria um tempo. Estando acostumados às sombras, às ilusões, teriam de habituar os olhos à visão do real: primeiro olhariam as estrelas da noite, depois as imagens das coisas refletidas nas águas tranquilas, até que

pudessem encarar diretamente o Sol e enxergar a fonte de toda a luminosidade.

CONEXÕES

2. Você consegue estabelecer uma analogia (relação de semelhança) entre o mito da caverna e algum espaço ou meio do mundo contemporâneo urbano? Há alguma situação ou elemento do cotidiano que recorde a prisão em que vivem os homens submetidos às ilusões da caverna? Justifique.

Reis-filósofos

Na juventude, Platão alimentou o ideal de participação política em Atenas. Depois, desiludido com a democracia ateniense, confessou:

Deixei levar-me por ilusões que nada tinham de espantosas por causa de minha juventude. Imaginava que, de fato, governariam a cidade reconduzindo-a dos caminhos da injustiça para os da justiça. (Carta VIII, em VALVERDE, *História do pensamento*, v. 1, p. 58.)

E prossegue, falando de um novo ideal que adotou ao abraçar a filosofia:

Fui então irresistivelmente levado a louvar a verdadeira filosofia e a proclamar que somente à sua luz se pode reconhecer onde está a justiça na vida pública e na vida privada.

Assim, Platão elaborou uma **doutrina política** segundo a qual somente os filósofos, eternos amantes da verdade, teriam condições de libertar-se da caverna das ilusões e atingir o mundo luminoso da realidade e da sabedoria.

Por isso, em seu livro *A República*, ele imaginou uma sociedade ideal, governada por **reis-filósofos**. Seriam pessoas capazes de atingir o mais alto conhecimento do mundo das ideias, que consiste na ideia do **bem**. (Para saber mais sobre o pensamento político de Platão, reveja o capítulo 1, consulte o capítulo 19 e leia o texto complementar *O mito da caverna*, no final deste capítulo.)

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

7. Exponha a concepção dualista da realidade de Platão.
8. O que é e qual o papel do demiurgo na teoria da realidade platônica?
9. Na teoria das ideias de Platão, qual é a diferença entre o mundo das sombras e o mundo das ideias?
10. Analise a dialética platônica.
11. A teoria das ideias de Platão é outra tentativa de conciliar o grande debate da filosofia grega entre Parmênides e Heráclito. Você está de acordo com essa afirmação? Justifique.

2. Qualidades de um governante

Reúna-se com colegas para refletir sobre o projeto político de Platão. Você considera importante que um governante tenha conhecimentos tão profundos como um filósofo? Em sua opinião, que qualidades deve ter um governante para que possa cumprir sua função da melhor maneira e promover o bem comum?

ARISTÓTELES

Bases do pensamento lógico e científico

Nascido em Estagira, na Macedônia, Aristóteles (384-322 a.C.) foi, ao lado de Platão, um dos mais expressivos filósofos gregos da Antiguidade. Há informações de que teria escrito mais de uma centena de obras sobre os mais variados temas, das quais restam apenas 47, embora nem todas de autenticidade comprovada. Desempenhou extraordinário papel na organização do saber grego, acrescentando-lhe uma contribuição que impactou a história do pensamento ocidental.



Aristóteles foi um homem de estudo e pesquisa. Seus discípulos do Liceu ficaram conhecidos como **peripatéticos** (os que passeiam) devido ao hábito do filósofo de ensinar ao ar livre, muitas vezes sob as árvores que cercavam a escola.

Filho de Nicômaco, médico do rei da Macedônia, provavelmente herdou do pai o interesse pelas ciências naturais, que se revelaria posteriormente em sua obra. Aos 18 anos foi para Atenas e ingressou na Academia de Platão, onde permaneceu cerca de vinte anos, com uma atuação crescentemente expressiva. Com a morte de Platão, em 347 a.C., a destacada competência de Aristóteles o qualificava para assumir a direção da Academia. Entretanto, seu nome foi preterido por ser considerado estrangeiro pelos atenienses.

Decepcionado com o episódio, deixou a Academia e partiu para a Ásia Menor. Pouco tempo depois foi convidado por Felipe II, rei da Macedônia, para

ser professor de seu filho Alexandre. O relacionamento entre Aristóteles e Alexandre foi interrompido quando este assumiu a direção do império macedônico, em 340 a.C.

Por volta de 335 a.C., Aristóteles regressou a Atenas, fundando sua própria escola filosófica, que passou a ser conhecida como **Liceu**, em homenagem ao deus Apolo Lício. Nesse local permaneceu ensinando durante aproximadamente 12 anos.

Em 323 a.C., após a morte de Alexandre, os sentimentos antimacedônicos ganharam grande intensidade em Atenas. Devido a sua notória ligação com a corte macedônica, Aristóteles passou a ser perseguido. Foi então que decidiu abandonar Atenas, dizendo querer evitar que os atenienses “pecassem duas vezes contra a filosofia” (a primeira vez teria sido com Sócrates).

Apaixonado pela biologia, dedicou inúmeros estudos à observação da natureza e à classificação dos seres vivos. Tendo em vista a elaboração de uma visão científica da realidade, desenvolveu a **lógica** para servir de ferramenta do raciocínio (como vimos no capítulo 5).

Da sensação ao conceito

Segundo Aristóteles, a finalidade básica das ciências seria desvendar a constituição essencial dos seres, procurando defini-la em termos reais.

Ao abordar a realidade, o filósofo reconhecia a multiplicidade dos seres percebidos pelos sentidos como elementos do real. Assim, tudo o que vemos, pegamos, ouvimos e sentimos tinha realidade para Aristóteles.

Por isso ele rejeitava a teoria das ideias de Platão, segundo a qual os dados transmitidos pelos sentidos não passam de distorções, sombras ou ilusões da verdadeira realidade existente no mundo das ideias. Para Aristóteles, a observação da realidade por nossos sentidos leva-nos à constatação da existência real de inúmeros seres individuais, concretos, mutáveis.

Método indutivo

Assim, para Aristóteles, a ciência deveria partir da realidade sensorial – **empírica** – para buscar nela as estruturas essenciais de cada ser. Em outras palavras, a partir da **existência** do ser individual, devemos atingir sua **essência**, seguindo um processo de conhecimento que caminharia do individual e específico para o universal e genérico.

O filósofo entendia, portanto, que o ser individual, concreto, único constitui o objeto da ciência, mas não é o seu propósito. A finalidade da ciência deve ser a compreensão do **universal**, visando estabelecer definições essenciais que possam ser utilizadas de modo generalizado.

Desse modo, a **indução** (operação mental que vai do particular ao geral) representa, para Aristóteles, o processo intelectual básico de aquisição de conhecimento. É por meio do método indutivo que o ser humano pode atingir conclusões científicas, conceituais, de âmbito universal.

O conceito **escola**, por exemplo, é o resultado da observação sistemática das diferentes instituições às quais se atribui o nome escola. Somente dessa maneira o conceito escola pode ter sentido universal, já que reúne em si os componentes essenciais aplicáveis ao conjunto das múltiplas escolas concretas existentes no mundo.

■ Hilemorfismo teleológico

Mais interessado na vida natural que seu mestre, Aristóteles formulou uma teoria da realidade que ficou conhecida como **hilemorfismo teleológico**. Para explicá-la, é preciso relacionar conceitos de sua física com os de sua metafísica.

Se observarmos a natureza como fazia esse pensador, veremos que ela tem ciclos constantes e regulares. As plantas e os animais nascem, crescem e morrem. Cada organismo constitui um todo orgânico, ordenado e coeso. Apesar da diversidade e multiplicidade de entes, parece haver uma ordem interna e externa a cada um deles que conduz à sucessão dos acontecimentos.

Portanto, ficava difícil para Aristóteles conceber que o inteligível estivesse totalmente separado da realidade concreta, perceptível aos nossos sentidos, pertencendo a outro mundo, como dizia Platão. Por que não pensar que o inteligível está aqui mesmo, neste mundo, e que opera dentro das próprias coisas?

MUSEUS E GALERIAS DO VATICANO



Detalhe de *Escola de Atenas* (1510-1512) – Rafael. Nesta obra, Platão é representado apontando para o alto, talvez querendo indicar o mundo das ideias. Por sua vez, Aristóteles está com a mão a meia altura e espalmada para baixo, parecendo mostrar sua preferência pela moderação no plano ético e pelo estudo da natureza.

Matéria e forma

Foi o que supôs Aristóteles. Ele era um grande observador da natureza – considerado por muitos o primeiro biólogo que existiu – e achava que o sensível e o inteligível deviam estar unidos, metidos um no outro. Somente a análise ontológica permitiria identificá-los e separá-los, mas essa separação seria apenas conceitual, pois, na realidade mesma, o sensível e o inteligível andariam sempre juntos. Para o filósofo, “as coisas são o que são em sua própria natureza”, ou seja, o ser verdadeiro deve ser **imanente**.

Seguindo essa linha de raciocínio, Aristóteles concebeu a noção de que todas as coisas estariam constituídas de dois princípios inseparáveis:

- **matéria** (*hylé*, em grego) – o princípio indeterminado dos seres, mas que é determinável pela forma;
- **forma** (*morphé*, em grego) – o princípio determinado em si próprio, mas que é determinante em relação à matéria.

Assim, tudo o que existe é composto de matéria e forma, daí o nome **hilemorfismo** para designar

essa doutrina. Note, porém, que é a forma que faz as coisas serem o que são, enquanto a matéria constitui apenas o substrato que permanece. Nos processos de mudança, é a forma que muda; a matéria mantém-se sempre a mesma. Por exemplo: se um anel de ouro é derretido para converter-se em uma corrente de ouro, muda-se a forma (de anel para corrente), mas mantém-se a matéria (ouro).

Como você pode perceber, apesar de revalorizar o sensível, Aristóteles não desprezava totalmente a concepção de ideias eternas de seu mestre, mas a trazia de volta a este mundo, batizava-a com outro nome (forma) e a complementava com o que supôs faltar para que ela pudesse explicar todas as classes de seres e as mudanças do real.

Potência e ato

Aristóteles também retomou o problema da permanência e da mudança (a clássica polêmica entre Heráclito e Parmênides) e realizou uma reviravolta: sem questionar o estatuto da mudança em si, procurou analisar a **realidade que muda** (o ser imbricado no não ser), entendendo que o movimento existe e que não se encontra fora das coisas.

Desse modo, observou que uma semente não é uma planta, assim como um livro não é uma planta. Mas a semente pode tornar-se uma árvore, enquanto o livro não pode. Isso quer dizer que, em todo ser, devemos distinguir:

- **o ato** – a manifestação atual do ser, aquilo que ele já é (por exemplo: a semente é, em ato, uma semente);
- **a potência** – as possibilidades do ser (capacidade de ser), aquilo que ainda não é mas que pode vir a ser (por exemplo: a semente é, em potência, a árvore).

Conforme essa concepção, todas as coisas naturais são ato e potência, isto é, são algo e podem vir a ser algo distinto. Uma semente pode tornar-se uma árvore se encontrar as condições para isso, do mesmo modo que uma árvore que está sem flores pode se tornar, com o tempo, uma árvore florida, manifestando em ato aquilo que já continha intrinsecamente como potência. Enfim, potência e ato explicam a mudança no mundo, o movimento e a transitoriedade das coisas.

Relacionando essas dualidades de princípios nos seres (matéria e forma; potência e ato), podemos observar um paralelismo entre matéria e potência e entre forma e ato: a matéria indeterminada é o ser em potência; a forma é o ser em ato.

Substância e acidente

Por outro lado, em virtude de certas condições climáticas, uma árvore frutífera pode não vir a dar frutos (o que contraria sua potência de dar frutos), ou então as folhas da árvore podem se apresentar queimadas ou ressecadas, em consequência de um clima seco.

Aristóteles classifica esses casos, ou qualidades do ser, como **acidentes**, ou seja, algo que ocorre no ser, mas que não faz parte de seu ser essencial. Isso significa que, para o filósofo, devemos distinguir em todos os seres existentes o que neles é:

- **substancial** – atributo estrutural e essencial do ser; aquilo que mais intimamente o ser é e sem o qual ele não é. Assim, todo ser tem sua substância, de modo que devem existir tantas substâncias quantos seres existam (pluralismo ontológico);
- **acidental** – atributo circunstancial e não essencial do ser; aquilo que ocorre no ser, mas que não é necessário para definir a natureza própria desse ser.

CONEXÕES

3. Exercite a distinção aristotélica entre substância e acidente em vários elementos de sua vida cotidiana. Comece pelos seguintes conceitos: democracia, cidadão; professor, aluno. O que seria substancial e accidental em cada um deles, tendo como referência a situação brasileira? Depois tente fazer o mesmo com outras coisas, seres ou conceitos de sua escolha.

Quatro causas dos seres

Observe agora que, quando falamos de uma semente que se transforma em árvore e em um anel que se converte em corrente, estamos nos referindo a duas classes distintas de seres. No primeiro caso, temos um **ser natural**, no qual a mudança (ou movimento) ocorre por um princípio interno, **intrínseco**, conforme explicou Aristóteles. No segundo caso, por sua vez, temos um **ser artificial**, cuja transformação (ou movimento) se dá por um princípio externo, **extrínseco**.

Em outras palavras, os seres naturais modificam-se, basicamente, de acordo com sua própria natureza, enquanto os seres artificiais dependem em boa medida de elementos externos para que isso ocorra.

Há, portanto, princípios intrínsecos e extrínsecos que levam os seres ao movimento, à passagem da potência ao ato. Esses princípios são o que o filósofo denominou **causas**.

Aristóteles distinguiu quatro tipos de causas fundamentais:

- **causa material** – refere-se à matéria de que é feita uma coisa. Exemplo: o mármore utilizado na confecção de uma estátua;
- **causa formal** – refere-se à forma, à natureza específica, à configuração de uma coisa, tornando-a “um ser propriamente dito”. Exemplo: uma estátua (em forma) de homem e não de cavalo;
- **causa eficiente** – refere-se ao agente, àquele que produz diretamente a coisa, transformando a matéria tendo em vista uma forma. Exemplo: o escultor que fez a estátua (em forma) de homem;
- **causa final** – refere-se ao objetivo, à intenção, à finalidade ou à razão de ser de uma coisa. Exemplo: a intenção de exaltar a figura do soldado grego.



Estátua de Aquiles, o modelo ideal do soldado grego.

Nos seres artificiais (como a estátua de nosso exemplo), todas essas causas intervêm, sendo as duas últimas extrínsecas a esses seres.

Nos seres naturais, a causa eficiente não ocorre, pois eles podem surgir e ser o que são **por natureza**, isto é, fazem-se por si mesmos, não dependendo de uma causa externa. (Veja no texto complementar **As ideias e a realidade histórica**, no final deste capítulo, uma análise do aspecto ideológico da teoria aristotélica das quatro causas.)

Mundo finalista

E a causa final, será que ela se dá também nos seres naturais? Aristóteles entendia que sim. Para ele, as vidas animal e vegetal, em seus processos biológicos de crescimento e de reprodução, estariam expressando justamente a finalidade contida em sua própria natureza. Nesse sentido, a causa final sobrepõe-se à causa formal nos seres naturais, identificando-se mutuamente.

Para Aristóteles, a **causa final é a mais importante de todas**, pois é ela que articula todas as outras causas. Isso fica claro no exemplo da estátua do soldado ateniense, cuja finalidade (causa final) era a de exaltar o soldado grego. O escultor (causa eficiente) necessita ter um objetivo para trabalhar, pois “todo agente obra por um fim”. Com esse objetivo em mente, o escultor escolherá a pedra mais adequada (causa material) e uma figura heroica de soldado (causa formal) para entalhar.

Primeiro motor

Aristóteles também refletiu sobre a questão da **origem do mundo**. Para ele, o mundo é **eterno**, isto é, nunca teve um princípio e nunca terá um fim, tendo em vista que as próprias noções de princípio e de fim contrariam sua concepção de **movimento**.

Vejamos por que ele pensava assim. Se o movimento é a passagem da potência ao ato – em que varia a forma, mas se mantém a matéria (como vimos anteriormente) –, isso implica que há sempre um algo antes (do qual se parte) e um algo depois (ao qual se chega), como o anel que se converteu em correntinha ou a semente em árvore. Portanto, é impossível conceber o “começar” do mundo sem entrar em contradição, pois faltaria o ponto de partida do movimento (o algo antes que possibilita o movimento). E é igualmente inconcebível o “terminar” do mundo, pois nesse caso faltaria o ponto de chegada do movimento. Desse modo, Aristóteles concluiu que o mundo é um **movimento eterno**, sem começo nem fim.

O problema dessa conclusão é que ela não explica totalmente o problema do movimento do mundo, pois tudo que se move deve ter sido colocado em movimento por algo (um agente motor), que, por sua vez, foi colocado em movimento por algo mais, e assim por diante. E como essa sequência não pode continuar infinitamente, pois deve se deter em algum ponto ou em algo, que seria a causa primeira do movimento. Assim, ponderou Aristóteles, “tem de haver algo que seja eterno, substância e ato, e que mova sem mover-se” (*Metafísica*, XII, 7, 1072a). É então que o filósofo formula a doutrina do **primeiro motor** ou **motor imóvel**, a causa primeira de todo movimento.

Observe que o primeiro motor só poderia ser **imóvel**, porque, do contrário, precisaria de algum outro motor que causasse seu mover. Portanto, para ser o primeiro, deve ser necessariamente imóvel, apesar de causador de todo movimento existente no mundo.

Agora você pode estar se perguntando: “Como pode algo imóvel gerar movimento?”. Aristóteles respondeu que é por **atração**, pois todas as coisas tendem àquilo que é bom, belo ou inteligente, e o primeiro motor – entendido como ato puro e perfeição – é tudo isso, ou seja, o primeiro motor funciona como **causa final** do mundo.

Vemos, assim, por que a concepção de mundo aristotélica é considerada **teleológica**, pois há

uma primazia da causa final. É, enfim, o para quê, a finalidade, o *télos*, aquilo que determina a passagem da potência ao ato, comandando o movimento do real.

■ Ética do meio-termo

Como vimos no primeiro capítulo desta obra, Aristóteles define o ser humano como **ser racional** e considera a atividade da razão, o ato de pensar, como a essência humana. Assim, para ser feliz, o ser humano deve viver de acordo com sua essência, isto é, de acordo com sua racionalidade, sua consciência reflexiva. Orientando seus atos, a razão o conduzirá à prática da **virtude**.

Para Aristóteles, a virtude consiste no **meio-termo** ou justa medida de equilíbrio entre o excesso e a falta de um atributo qualquer. Exemplos: a virtude da prudência é o meio-termo entre a precipitação e a negligência; a virtude da coragem é o meio-termo entre a covardia e a valentia insana; a perseverança é o meio-termo entre a fraqueza de vontade e a vontade obsessiva.

Por isso a ética aristotélica costuma ser referida como uma **ética do meio-termo**. (Saiba mais sobre as concepções éticas de Aristóteles revendo o capítulo 1 e consultando o capítulo 18. Para conhecer um pouco de seu pensamento político, veja o capítulo 19.)

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

12. Explique a teoria hilemorfista de Aristóteles.
13. Como Aristóteles explica o movimento e a mudança das coisas?
14. Explique os quatro tipos de causas fundamentais que levariam à passagem de uma cadeira de balanço em potência para uma em ato.
15. Analise e defina as diferenças básicas entre a teoria do conhecimento de Platão e a de Aristóteles.
16. Aristóteles e Platão propunham o mesmo método para chegar ao conhecimento verdadeiro? Justifique sua resposta.
17. Explique o primeiro motor de Aristóteles e compare-o com o demiurgo de Platão.
18. Em que consiste a virtude para Aristóteles?

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Mundo finalista

Debata com um grupo de colegas a concepção finalista de universo de Aristóteles. O finalismo costuma ser apoiado pelo mundo religioso, mas negado pela maior parte da comunidade científica. Você concebe que todos os seres do universo possam ter uma finalidade intrínseca? Pesquise sobre esse assunto e defina sua própria interpretação.

FILOSOFIAS HELENÍSTICA E GRECO-ROMANA

A busca da felicidade interior

Com a conquista da Grécia pelos macedônios (322 a.C.), teve início o chamado **período helenístico**. Devido à expansão militar do império macedônico, efetuada por Alexandre Magno, o período helenístico caracterizou-se por um processo de interação entre a **cultura grega clássica** e a **cultura dos povos orientais** conquistados.

O mesmo processo se deu no campo filosófico. As escolas platônica (Academia) e aristotélica (Liceu) – dirigidas, respectivamente, pelos discípulos de Platão e Aristóteles – continuaram abertas e em plena atividade, mas os valores gregos começaram a mesclar-se com as mais diversas tradições culturais.

Do público ao privado

No plano político, a antiga liberdade do cidadão grego, exercida no contexto de autonomia de suas cidades, foi desfigurada pelo domínio macedônico, ocorrendo um declínio da participação do cidadão nos destinos da pólis.

Nesse contexto, as preocupações coletivas da pólis cederam lugar às preocupações pessoais, a reflexão política enfraqueceu-se e a **vida privada** tornou-se o centro das investigações filosóficas.

As principais correntes filosóficas desse período vão tratar da **intimidade**, da **vida pessoal e interior** do ser humano. Formulam-se, então, diversos modelos de conduta, “artes de viver”, “filosofias de vida”.



DEA PICTURE LIBRARY/THE GRANGER COLLECTION/GLOW IMAGES

Estela (placa funerária) representando a ama falecida e sua serva (c. 380 a.C.). O medo da morte foi um dos principais temas do período helenístico. (Museu Nacional de Arqueologia de Atenas, Grécia)

Parece que a principal preocupação dos filósofos era proporcionar às pessoas desorientadas e inseguras com a vida social alguma forma de paz de espírito, de felicidade interior em meio às atribulações da época. Um dos principais filósofos desse período, Epicuro, aconselhava que as pessoas se afastassem dos perigos e da intranquilidade da vida política e buscassem a felicidade em sua vida privada. “Viva oculto” era um de seus mandamentos.

Entre as novas tendências desse período, destacaremos o epicurismo, o estoicismo, o pirronismo e o cinismo.

Epicurismo: o prazer

Como estudamos antes, o epicurismo é uma corrente filosófica fundada por **Epicuro** (341–271 a.C.), que defendia que o **prazer** é o princípio e o fim de uma vida feliz.

No entanto, Epicuro distinguia dois grandes grupos de prazeres. O primeiro reúne os prazeres mais duradouros, que encantam o espírito, como a boa conversação, a contemplação das artes, a audição da música etc. O segundo inclui os prazeres mais imediatos, muitos dos quais são movidos pela explosão das paixões e que, ao final, podem resultar em dor e sofrimento.

De acordo com o filósofo, para que possamos desfrutar os grandes prazeres do intelecto, precisamos aprender a dominar os prazeres exagerados da paixão, como os medos, os apegos, a cobiça, a inveja. Por isso, os epicuristas buscavam a **ataraxia**, isto é, o estado de ausência da dor, quietude, serenidade e imperturbabilidade da alma. (Reveja o capítulo 1, no qual a doutrina epicurista é trabalhada mais detidamente.)

Observação

O epicurismo muitas vezes é confundido com um tipo de **hedonismo** marcado pela procura desenfreada dos prazeres mundanos. No entanto, o que Epicuro defendia era uma administração racional e equilibrada do prazer, evitando ceder aos desejos insaciáveis que, inevitavelmente, terminam em sofrimento.

Hedonismo – doutrina centrada na ideia de prazer (existem diversas doutrinas hedonistas).

■ Estoicismo: o dever

O estoicismo, fundado a partir das ideias de **Zenão de Cício** (336-263 a.C.), foi a corrente filosófica de maior influência no período helenístico.

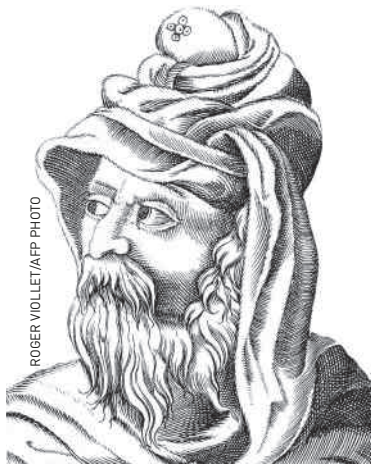
Como estudamos anteriormente, os representantes dessa escola eram conhecidos como **estoicos** e defendiam a noção de que toda realidade existente é uma **realidade racional**. Isso significa que todos os seres, os indivíduos e a natureza fazem parte dessa realidade racional.

Segundo esses pensadores, o que chamamos de Deus nada mais é do que a fonte dos princípios racionais que regem a realidade. Integrado à natureza, não existe para o ser humano nenhum outro lugar para ir ou fugir, além do próprio mundo em que vivemos. Somos deste mundo e, ao morrer, nos dissolvemos neste mundo.

Portanto, não dispomos de poderes para alterar substancialmente a ordem universal do mundo, mas por meio da filosofia podemos compreendê-la e viver segundo ela. Assim, em vez do prazer dos epicuristas, Zenão propõe o **dever**, vinculado à compreensão da ordem cósmica, como o melhor caminho para a felicidade. É feliz aquele que vive segundo sua própria natureza, a qual, por sua vez, integra a natureza do universo.

Os estoicos também defendiam uma atitude de austeridade física e moral, baseada em virtudes como a resistência ante o sofrimento, a coragem ante o perigo, a indiferença ante as riquezas materiais. O ideal perseguido era um **estado de plena serenidade** (ataraxia) para lidar com os sobressaltos da existência, fundado na aceitação e na compreensão dos “princípios universais” que regem toda a vida. (Reveja o capítulo 1, no qual a doutrina estoica é abordada com mais detalhes.)

■ Pirronismo: a suspensão do juízo



Para Pirro, o verdadeiro sábio é aquele que se fecha em si mesmo e silencia, isto é, não emite nenhum juízo. Só isso lhe trará felicidade. (Bibliothèque Nationale de France, Paris, França.)

Fundado a partir das ideias de **Pirro de Élide** (365-275 a.C.), o pirronismo foi uma corrente filosófica que defendia a ideia de que **tudo é incerto**, nenhum conhecimento é seguro, qualquer argumento pode ser contestado.

Por isso seus seguidores propunham que as pessoas adotassem a **suspensão do juízo** (*epokhé*, em grego), isto é, a abstenção de fazer qualquer julgamento, já que a busca de uma verdade plena é inútil. Desse modo, aceitando que das coisas se podem conhecer apenas as aparências e desfrutando o imediato captado pelos sentidos, as pessoas viveriam felizes e em paz.

O pirronismo constitui, portanto, uma forma de **ceticismo**, pois professa a impossibilidade do conhecimento, da obtenção da verdade absoluta.

■ Cinismo

A palavra **cinismo** vem do grego *kynos*, que significa “cão”; **cínico**, do grego *kynikos*, significa “como um cão”. Assim, o termo cinismo designa a corrente dos filósofos que se propuseram viver como os cães da cidade, sem qualquer propriedade ou conforto.

Levavam ao extremo a tese socrática de que o ser humano deve procurar **conhecer a si mesmo** e **desprezar todos os bens materiais**. Por isso, **Diógenes de Sínope** (c. 413-327 a.C.) – o pensador mais destacado dessa escola – é conhecido como o “Sócrates demente”, ou o “Sócrates louco”, pois questionava os valores e as convenções sociais de forma radical e procurava levar uma vida estritamente conforme os princípios que considerava moralmente corretos.

Vivendo em uma época em que as conquistas de Alexandre promoveram o helenismo, que mesclou culturas e populações, Diógenes também não tinha apreço pela diferença entre grego e estrangeiro. Conta-se que, quando lhe perguntaram qual era sua cidadania, teria respondido: “Sou **cosmopolita**” (palavra de origem grega que significa “cidadão do mundo”).

Há muitas histórias de sabedoria e humor sobre Diógenes. Uma delas conta que ele morava em um barril e que, certa vez, Alexandre Magno foi visitá-lo. De pé em frente à “casa”, Alexandre perguntou-lhe se havia algo que ele, como imperador, poderia fazer em seu benefício. Diógenes respondeu prontamente: “Sim, podes sair da frente do meu sol”. Diz a lenda que Alexandre, impressionado com o desprezo do filósofo pelos bens materiais, teria comentado: “Se eu não fosse Alexandre, queria ser Diógenes”.

O artigo seguinte desenvolve reflexões atuais a partir de outra história de Diógenes.

O barril e a esmola

Zombavam de Diógenes. Além de morar num barril, volta e meia era visto pedindo esmolas às estátuas. Cegas por serem estátuas, eram duplamente cegas porque não tinham olhos – uma das características da estatuária grega. [...]

Perguntaram a Diógenes por que pedia esmola às estátuas inanimadas, de olhos vazios. Ele respondia que estava se habituando à recusa. Pedindo a quem não o via nem o sentia, ele nem ficava aborrecido pelo fato de não ser atendido.

É mais ou menos uma imagem que pode ser usada para definir as relações entre a sociedade e o poder. Tal como as estátuas gregas, o poder tem os olhos vazados, só olha para dentro de si mesmo, de seus interesses de continuidade e de mais poder.

A sociedade, em linhas gerais, não chega a morar num barril. Uma pequena minoria mora em coisa mais substancial. A maioria mora em espaços um pouco maiores do que um barril. E há gente que nem consegue um barril para morar, fica mesmo embaixo da ponte ou por cima das calçadas.

Morando em coisa melhor, igual ou pior do que um barril, a sociedade tem necessidade de pedir não exatamente esmolas ao poder, mas medidas de segurança, emprego, saúde e educação. Dispõe de vários canais para isso, mas, na etapa final, todos se resumem numa estátua fria, de olhos que nem estão fechados: estão vazios. [...]

CONY, Carlos Heitor. O barril e a esmola. *Folha de S.Paulo*, 5 de jan. de 2000.

[Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0501200006.htm>>]. Acesso em: 21 out. 2015.]

JEAN-LÉON GÉRÔME/WALTERS ART MUSEUM, BALTIMORE, MARYLAND, EUA



Diógenes sentado em seu barril (1860) – Jean-Léon Gérôme. Desprezando as convenções e hierarquias da sociedade, o filósofo Diógenes enalteceu o que para ele era o maior de todos os prazeres: a liberdade.

► Pensamento greco-romano

O último período da filosofia antiga, conhecido como **greco-romano**, corresponde, em termos históricos, à fase de expansão militar de Roma (desde as Guerras Púnicas, iniciadas em 264 a.C., até a decadência do império romano, em fins do século V da era cristã).

Trata-se de um período longo em anos, mas pouco notável no que diz respeito à originalidade das ideias filosóficas.

A atividade reflexiva esteve mais voltada à tarefa de assimilar e desenvolver as contribuições culturais herdadas da Grécia clássica, principalmente, do que à de criar novos caminhos para a filosofia.

Entre os principais pensadores desse período, destacaram-se: **Cícero** (106-43 a.C.), grande orador e defensor da República em Roma, responsável pela retransmissão de grande parte da terminologia filosófica grega para o latim; **Sêneca** (c. 4 a.C.-65),

máximo representante do estoicismo romano; **Plutarco** (c.46-122), biógrafo, historiador e moralista; e **Plotino** (c. 205-270), maior expoente do neoplatonismo (que veremos brevemente no próximo capítulo).

A progressiva penetração do **cristianismo** no império romano em declínio é uma das características fundamentais desse período. A difusão e a consolidação do cristianismo, pela Igreja Católica, atuaram na dissolução da força da filosofia grega clássica, que passou a ser qualificada de **pagã** (própria dos povos não cristãos). O pensamento que surgiu então será o tema do próximo capítulo.

MANUEL DOMÍNGUEZ SÁNCHEZ/MUSEO DEL PRADO, MADRI, ESPANHA



O suicídio de Sêneca (1871) – Manuel Domínguez Sánchez. Um dos senadores mais admirados e respeitados do Império Romano, Sêneca foi acusado de participar de uma conspiração e condenado à morte, o que tradicionalmente se cumpria, à época, pelo suicídio na própria residência, como mostra a obra ao lado.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

19. Caracterize, em termos gerais, a filosofia desenvolvida depois do período clássico.
20. Confronte o epicurismo com o estoicismo, destacando semelhanças e diferenças.
21. Por que o pirronismo é considerado uma forma de ceticismo? De que maneira seu ceticismo definia o modo de vida que propunha?
22. Explique a origem da palavra **cinismo**, destacando sua relação com a corrente filosófica que denomina.

CONVERSA FILOSÓFICA

4. Filosofia de vida

As diversas correntes filosóficas do período helenístico preocuparam-se em proporcionar aos indivíduos desorientados alguma forma de paz de espírito, alguma forma de felicidade interior em meio às atribulações da época. Eram verdadeiras “filosofias de vida”.

Escolha a corrente que propõe o modo de vida com o qual você mais se identifica, elabore um comentário sobre as razões de sua escolha e apresente-o à classe.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

[UFF] Na célebre pintura *A escola de Atenas*, o artista renascentista italiano Rafael reuniu os principais nomes da filosofia grega, tendo ao centro do quadro as figuras de Platão e de Aristóteles [veja a reprodução da obra neste capítulo]. Na figura, Platão aponta para o alto e Aristóteles dispõe a mão espalmada para baixo. Desse modo, com esses gestos, Rafael estava ilustrando a distinção entre a filosofia de Platão e a filosofia de Aristóteles. Indique e discorra sobre a principal diferença entre a filosofia de Platão e a de Aristóteles.

Sessão cinema

Gladiador (2000, EUA, direção de Ridley Scott)

Drama épico que se desenvolve por volta do ano 180. Após enfrentar grupos germânicos que haviam invadido o Império Romano durante o governo do imperador Marco Aurélio, general é vítima de um complô, mas escapa da morte e se torna escravo e, depois, gladiador. O filme retrata a política do “pão e circo” em Roma e as sangrentas batalhas travadas no Coliseu de Roma.

Sócrates (1971, Itália/Espanha/França, direção de Roberto Rossellini)

Representação do final da vida de Sócrates, seu julgamento e condenação à morte. Mostra o filósofo andando por Atenas, acompanhado de seus discípulos, exercitando seus diálogos (maiêutica) em busca do conhecimento.

Spartacus (1960, EUA, direção de Stanley Kubrick)

Drama épico sobre a vida de Espártaco (c. 120 a.C.-70 a.C.), escravo de origem trácia que liderou a maior revolta de escravos da Roma antiga.

Para pensar

Temos em seguida dois textos críticos em relação às doutrinas que estudamos. O primeiro é uma interpretação da filósofa brasileira Marilena Chauí sobre o conteúdo ideológico da teoria das quatro causas, de Aristóteles. No segundo, o especialista brasileiro em literatura grega Donaldo Schüller comenta o projeto político de Platão.

Leia os textos e responda às questões que seguem.

1. As ideias e a realidade histórica

As quatro causas

A teoria aristotélica das quatro causas, tal como foi recolhida e conservada pelos pensadores medievais, é uma das explicações encontradas pelo filósofo para dar conta do problema do movimento. [...] Haveria, então, uma causa material (a matéria de que um corpo é constituído, como, por exemplo, a madeira, que seria a causa material da mesa), a causa formal (a forma que a matéria possui para constituir um corpo determinado, como, por exemplo, a forma da mesa, que seria a causa formal da madeira), a causa motriz ou eficiente (a ação ou operação que faz com que uma matéria passe a ter uma determinada forma, como, por exemplo, quando o marceneiro fabrica a mesa) e, por último, a causa final (o motivo ou a razão pela qual uma determinada matéria passou a ter uma determinada forma, como, por exemplo, a mesa feita para servir como altar em um templo). Assim, as diferentes relações entre as quatro causas explicam tudo que existe, o modo como existe e se altera, e o fim ou motivo para o qual existe.

Hierarquia das causas

Um aspecto fundamental dessa teoria da causalidade consiste no fato de que as quatro causas não possuem o mesmo valor, isto é, são concebidas como hierarquizadas, indo da causa mais inferior à causa superior. Nessa hierarquia, a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente (a operação de fazer a causa material receber a causa formal, ou seja, o fabricar natural ou humano) e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final (o motivo ou finalidade da existência de alguma coisa).

À primeira vista, essa teoria é uma pura concepção metafísica que serve para explicar de modo coerente e objetivo os fenômenos naturais (física) e os fenômenos humanos (ética, política e técnica). Nada parece indicar a menor relação entre a explicação causal do universo e a realidade social grega. Sabemos, porém, que a sociedade grega é escravagista e que a sociedade medieval se baseia na servidão, isto é, são sociedades que distinguem radicalmente os homens em superiores – os homens livres, que são cidadãos, na Grécia, e senhores feudais, na Europa medieval – e inferiores – os escravos, na Grécia, e os servos da gleba, na Idade Média.

Relação das causas com a divisão social

Mas, o que teria a concepção da causalidade a ver com tal divisão social? Muita coisa. Se tomarmos o cidadão ou o senhor e indagarmos a qual das causas ele corresponde, veremos que corresponde à causa final, isto é, o fim ou motivo pelo qual alguma coisa existe é o usuário dessa coisa, aquele que ordenou sua fabricação (por isso, na teologia cristã, Deus é considerado a causa final do universo, que existe “para Sua

maior glória e honra”). Em outras palavras, a causa final está vinculada à ideia de uso e este depende da vontade de quem ordena a produção de alguma coisa. Se, por outro lado, indagarmos a que causa corresponde o escravo ou o servo, veremos que corresponde à causa motriz ou eficiente, isto é, ao trabalho graças ao qual uma certa matéria receberá uma certa forma para servir ao uso ou ao desejo do senhor. Compreende-se, então, por que a metafísica das quatro causas considera a causa final superior à eficiente, que se encontra inteiramente subordinada à primeira. Não só no plano da Natureza e do sobrenatural, mas também no plano humano ou social o trabalho aparece como elemento secundário ou inferior, a fabricação sendo menos importante do que seu fim. A causa eficiente é um simples meio ou instrumento.

Conteúdo ideológico da teoria da causalidade

Temos, portanto, uma teoria geral para a explicação da realidade e de suas transformações que, na verdade, é a transposição involuntária para o plano das ideias de relações sociais muito determinadas. Quando o teórico elaborava sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo ideias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador. Até pelo contrário, o pensador julga que com essas ideias poderá explicar a própria sociedade em que vive. Um dos traços fundamentais da ideologia consiste, justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que tais ideias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas.

CHAUI, *O que é ideologia*, p. 8-10; intertítulos nossos.

2. O mito da caverna

Inimigo da democracia foi Platão, o maior dos discípulos de Sócrates. Em *A República*, apresenta-nos um Estado ideal desenvolvido a partir da constituição militarista de Esparta.

Divide o Estado em três classes: os governantes, o exército e o povo.

[...]

A classe dos governantes é constituída pelos filósofos, recrutados entre os militares, depois dos cinquenta anos. Únicos detentores da verdade, compete-lhes legislar autoritariamente o Estado sem vigilância de outra classe. Já que os conteúdos metafísicos aos quais devem adequar as leis lhes são minuciosamente prescritos, suspeitamos que já não lhes cabe o nome de filósofos a eles atribuído. Se tomamos Sócrates como protótipo de filósofo, os governantes da República, presos a um sistema preconcebido e rígido, não se parecem nada com ele. Assemelham-se antes a sacerdotes de uma religião secreta, dogmaticamente elaborada pelo fundador.

[...]

Boa ilustração do sistema platônico vê-se no “mito da caverna”. Imaginem-se escravos algemados desde sempre com o rosto voltado para o fundo da caverna. O sol que brilha fora projeta sobre a superfície rochosa as sombras dos que passam pela abertura. Os escravos, por não terem tido outro contato com a realidade senão as sombras moventes, não admitem a existência de outros seres além destes. Ocorre que um dos escravos se liberta e busca a luminosidade exterior. No primeiro instante, os raios do sol o cegam. Habitando-se, porém, à luz, percebe o mundo verdadeiro de quem apenas conhecia as sombras, tidas como reais. A alegria da descoberta o faz retornar à prisão para denunciar o mundo de ilusões em que todos vivem. Os companheiros, tomando-o como insolente, o matam ofendidos.

Na alegoria platônica, a caverna sombria é o nosso mundo cotidiano percebido pelos sentidos. O sol é a luz da verdade a iluminar essências eternas (as ideias) de que apenas percebemos sombras móveis. Libertar-nos das impressões sensoriais, para vermos as coisas como realmente são, é tarefa dos filósofos. A turba ignara e revoltada, preferindo a ilusão dos sentidos à luz da verdade, silencia os arautos da suprema sabedoria.

A imagem do homem comum não poderia ser mais negra.

SCHÜLER, *Literatura grega*, p. 77-79.

1. Caracterize a vinculação apontada no primeiro texto, de Marilena Chauí, entre a teoria da causalidade aristotélica e as relações sociais preponderantes na Grécia antiga.
2. Por que, segundo essa autora, a teoria aristotélica da causalidade é ideológica? Comente.
3. “A imagem do homem comum não poderia ser mais negra.” Interprete esse comentário de Donald Schüler a respeito do mito da caverna e a relação deste com a teoria política de Platão.

Capítulo 13

GIOTTO/BASILIQUE SAINT FRANÇOIS À ASSISE, UMBRIA, ITÁLIA



Detalhe de
*Verificação dos
estigmas de São
Francisco* (1300)
– Giotto. Grupo
de monges e
autoridades da
Igreja Católica
buscam no corpo
de Francisco de
Assis os sinais
da revelação e,
portanto, de sua
santidade.

■ O que transmitem as expressões dos rostos dessa imagem? O que é estigma e revelação no contexto do catolicismo? Pesquise sobre o tema.

Pensamento cristão

Seguindo em nossa viagem histórica, vamos focalizar a Europa medieval – cenário em que se destacou a grande expansão e predomínio do cristianismo – e investigar como a consciência religiosa (cristã) relacionou-se com a consciência racional (filosófica).

Será possível conciliar religião e filosofia, ou mesmo religião e ciência? Essa é uma questão antiga e polêmica que sempre volta à tona, até mesmo nos meios científicos atuais. Por isso, você não pode deixar de participar desse debate.

Questões filosóficas

- É possível conciliar a fé com a razão?
- Por que o ser humano erra?
- Qual é o valor das boas ações?
- A alma é superior ao corpo?
- Qual é a relação entre as palavras e as coisas?
- A vida surgiu ao acaso ou faz parte de um plano maior?
- Deus existe?

Conceitos-chave

fé, razão, cristianismo, neoplatonismo, verdades reveladas, salvação, patrística, escolástica, maniqueísmo, boas obras, graça, pelagianismo, liberdade, pecado, questão dos universais, realismo, nominalismo, ser, essência, ser em geral, ser pleno

PERÍODO MEDIEVAL

Filosofia e cristianismo

Iniciemos nossa investigação analisando o contexto histórico. Ao longo do século V d.C., o império romano do Ocidente sofreu ataques constantes dos denominados **povos bárbaros**. Os sucessivos e violentos confrontos, principalmente nas invasões germânicas, levaram ao esfacelamento do poder de Roma. Desenvolveu-se, a partir de então, uma nova estruturação da vida social europeia, que corresponde ao **período medieval**.

Povos bárbaros – para os romanos, “bárbaros” eram os povos que habitavam fora das fronteiras do império e falavam outras línguas que não o latim, sua língua oficial.

Em meio a todas as mudanças, a **Igreja Católica** conseguiu manter-se como instituição social. Para isso, consolidou sua organização e difundiu a doutrina católica ao mesmo tempo em que incorporou e preservou muitos elementos da cultura greco-romana.

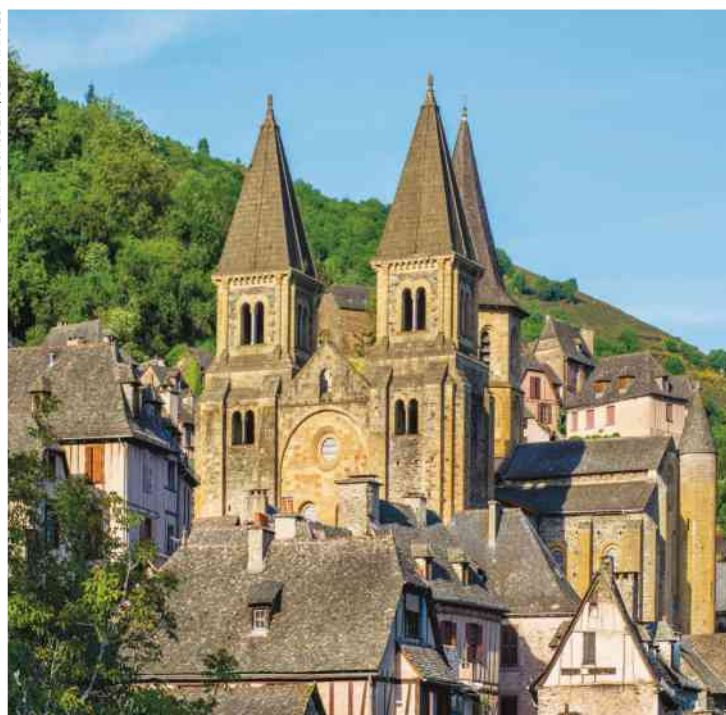
Apoiada em sua crescente influência religiosa, a Igreja passou a exercer importante papel político na sociedade medieval. Desempenhou, às vezes, a função de órgão supranacional, conciliador das elites dominantes, contornando os problemas das rivalidades internas da nobreza feudal. Conquistou também enorme quantidade de bens materiais. Calcula-se que a Igreja tenha se tornado dona de aproximadamente um terço das áreas cultiváveis da Europa ocidental, em uma época em que a terra era a principal base da riqueza.

No plano da cultura, a influência da Igreja foi tão ampla que configurou um quadro intelectual em que a **fé cristã** se tornou o pressuposto (isto é, o antecedente necessário) de toda vida espiritual. Isso marcou exponencialmente o pensamento filosófico produzido nesse período. Em vista disso, vamos aprofundar nossa investigação deste capítulo conhecendo um pouco mais da fé cristã.

■ Cristianismo

Historicamente, sabemos que o cristianismo é uma religião que surgiu no interior do império romano, a partir do ano 1 de nossa era, com os seguidores dos ensinamentos de Jesus Cristo. Constituía originalmente uma corrente **heterodoxa** do **judaísmo** e, como tal, manteve as escrituras hebraicas – o que os cristãos chamam de **Velho Testamento** – como parte de seu livro sagrado (a *Bíblia*). Além desse texto, incorporou a

BERNARD JAUBERT/GETTY IMAGES



Abadia de Sainte-Foy, no sul da França. De estilo românico, sua construção iniciou-se por volta de 1041. Reúne um grande tesouro em relíquias (objetos de santos ou partes de seus corpos) e obras de arte. Como instituição mais rica e influente da Idade Média, a Igreja Católica – por meio de seus altos mandatários – financiou e inspirou grande parte da produção artística e cultural desse período.

seu cânone religioso as escrituras gregas – o chamado **Novo Testamento** –, conjunto de livros redigidos pelos apóstolos e primeiros cristãos durante o século I d.C.

Heterodoxo – que contraria ou não está em consonância com as opiniões predominantes ou com normas ou dogmas estabelecidos dentro de certo contexto. Seu oposto é **ortodoxo**.

Judaísmo – religião monoteísta do povo judeu (ou hebreu), profundamente ligada às suas tradições e cultura.

O desenvolvimento inicial do cristianismo ocorreu juntamente com a edificação da Igreja Católica, instituição que se constituiria como única representante da fé cristã por muitos séculos, até o início da Idade Moderna. Era uma época de grande penetração da filosofia grega entre as autoridades e as camadas mais cultas da população de Roma e de suas províncias e, posteriormente, da Europa medieval.

Devido a essa relação, boa parte da **doutrina cristã** – que foi elaborada nesse período – integra elementos de diversas correntes do pensamento

grego. A tarefa de construir essa doutrina foi realizada pelos **padres da Igreja** e outros expoentes eclesiásticos, com o propósito de explicar e justificar diversos aspectos de sua fé. Nesse processo, porém, não se poderia, de modo algum, contrariar as verdades reveladas por Deus aos humanos ou as interpretações das escrituras sagradas que foram sendo estabelecidas pela Igreja.

Padres da Igreja – denominação dada aos primeiros pensadores e escritores da Igreja Católica, especialmente aqueles que viveram entre os séculos IV e VIII. A palavra **padre** aqui significa “pai”, no sentido de que foram eles que formularam os primeiros conceitos da fé e da tradição católicas.

Nos primeiros séculos de nossa era, as obras de Platão e de Aristóteles haviam desaparecido. Assim, as principais concepções gregas absorvidas pelo cristianismo nesse período vieram de escolas filosóficas helenísticas e greco-romanas, com destaque para o **estoicismo** (que estudamos nos capítulo 1) e o **neoplatonismo**. Este surgiu por volta do século III, realizando uma síntese entre a filosofia de Platão e certos elementos místicos, como a metafísica hindu. Propunha como realidade suprema o Uno, do qual emanariam todas as outras realidades, sendo a primeira delas o *logos*. Seu principal expoente foi Plotino (c. 205-270).

Doutrinas do Oriente

Séculos antes do surgimento da religião cristã, também se produziram, no Oriente e no Oriente Médio, grandes reformas no pensamento filosófico-religioso de algumas das civilizações mais antigas do planeta, com impacto comparável ao do cristianismo no Ocidente.

É que nesse período viveram homens considerados sábios ou profetas, que se tornaram grandes líderes espirituais de seus povos. Eles criticaram, reformularam ou reinterpretaram os livros sagrados, os mitos, os ídolos e muitas das crenças arcaicas de suas civilizações. Citemos alguns: na Pérsia (atual Irã), o quase mítico **Zoroastro** (c. século VII a.C.); na Palestina, os profetas **Isaías**, **Jeremias** e **Ezequiel** (entre os séculos VIII e VI a.C.); na China, **Confúcio** e **Lao-Tsé** (séculos VI-V a.C.); na Índia, **Buda** (c. 563-483 a.C.).

Observe que foi mais ou menos nessa mesma época que nasceu e floresceu a filosofia na Grécia. Por isso, o filósofo alemão **Karl Jaspers** (1883-1969) batizou esse período de era axial (relativo a eixo), pois quase ao mesmo tempo foram “plantados” novos eixos conceituais e morais em culturas tão distintas do Oriente e do Ocidente.



Da esquerda para a direita: Zoroastro ou Zaratustra, mítico fundador da corrente filosófico-religiosa denominada **zoroastrismo**; Confúcio, sábio chinês criador de uma doutrina ético-religiosa conhecida como **confucionismo**; Buda (ou Sidarta Gautama), sábio de origem indiana ou nepalesa, cujos ensinamentos deram origem ao **budismo**.

■ Fé versus razão

O cristianismo, como a maioria das religiões, baseia-se na **fé**, ou seja, na crença irrestrita ou adesão incondicional às **verdades reveladas** por Deus a alguns intermediários – relatadas nas Sagradas Escrituras (*Bíblia*) e interpretadas segundo a autoridade da Igreja.

De acordo com a doutrina católica, a fé em si mesma seria a fonte mais elevada das verdades reveladas, especialmente aquelas consideradas essenciais ao ser humano e que dizem respeito à sua **salvação**. Nesse sentido, **Santo Ambrósio** (c. 340-397) – teólogo e bispo de Milão, uma das figuras eclesíásticas mais influentes do século IV – teria afirmado: “Toda verdade, dita por quem quer que seja, é do Espírito Santo”.

Isso significa que toda investigação filosófica ou científica não poderia, de modo algum, contrariar as verdades estabelecidas pela fé católica. Em outras palavras, os filósofos não precisavam mais se dedicar à busca da verdade, pois ela já teria sido revelada por Deus aos seres humanos. Restava-lhes apenas **demonstrar racionalmente as verdades da fé**.

Não foram poucos, porém, aqueles que dispensaram até mesmo essa comprovação racional da fé. Foi o caso de religiosos que desprezavam a filosofia grega, sobretudo porque viam nessa forma pagã de pensamento uma porta aberta para o pecado, a dúvida, o descaminho e a **heresia**.

Salvação – no contexto do cristianismo, libertação do castigo eterno, imposto por Deus a todo ser humano, pelo pecado original e os pecados cometidos durante a vida. Essa libertação seria uma concessão divina, conduzindo a um estado de felicidade eterna da alma.

Heresia – qualquer ação, palavra ou doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja, em termos de fé. Em sua origem grega, heresia significava “escolha, opção, uma preferência por uma doutrina (e não outra)”. Herege era a pessoa que escolheu uma determinada heresia.

Mas houve também aqueles que defenderam o conhecimento da filosofia grega, percebendo a possibilidade de utilizá-la como instrumento a serviço do cristianismo. Conciliado com a fé cristã, esse estudo permitiria à Igreja enfrentar os descrentes e derrotar os hereges empregando as armas da argumentação lógica. O objetivo seria convencê-los, tanto quanto possível, pela razão, para depois fazê-los aceitar a imensidão dos mistérios divinos, somente acessíveis pela fé.

■ Filosofia medieval cristã

Nesse contexto, desenvolveu-se uma produção filosófico-teológica que pode ser dividida em quatro momentos principais:

- dos **padres apostólicos** (séculos I e II) – relativa ao início do cristianismo, quando os apóstolos e seus discípulos disseminaram a palavra de Cristo, sobretudo em relação a temas morais. Entre eles destacou-se **Paulo de Tarso** (ou **São Paulo**), pelo volume e valor literário de suas **epístolas** (cartas dirigidas às primeiras comunidades cristãs, escritas pelos apóstolos);
- dos **padres apologistas** (séculos III e IV) – relativa à apologia, isto é, à defesa e ao elogio do cristianismo contra a filosofia pagã, realizada por padres e escritores eclesíásticos. Entre os apologistas destacaram-se **Orígenes**, **Justino** e **Tertuliano** (este último o mais intransigente na defesa da fé contra a filosofia grega);
- da **patrística** (de meados do século IV ao século VIII) – que pretendeu uma conciliação entre a razão e a fé, com destaque para **Agostinho** (ou **Santo Agostinho**) e a influência da **filosofia platônica**;
- da **escolástica** (do século IX ao XVI) – que buscou uma sistematização da filosofia cristã, sobretudo a partir da interpretação da **filosofia de Aristóteles**, com destaque para **Tomás de Aquino** (ou **Santo Tomás de Aquino**).

Com ênfase nas questões teológicas, essa produção filosófica centrou-se em temas como o dogma da Trindade, a encarnação de Deus-filho, a liberdade e a salvação, a relação entre fé e razão, entre outros. Vamos estudar neste livro os dois momentos mais importantes da filosofia medieval no contexto da cristandade: a patrística e a escolástica.

Observação

Há também uma produção filosófica medieval que progressivamente se desvinculou da tradição cristã (Roger Bacon, Guilherme de Ockham, entre outros), bem como uma filosofia não europeia e não cristã (Avicena, Averróis, Maimônides, entre outros).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Leia com atenção este texto do bispo São Gregório de Tours (século VI), que se dispôs a escrever uma história dos francos:

Os povos se enfureceram selvagememente; a fúria dos reis cresceu; igrejas foram assaltadas pelos heréticos e defendidas pelos católicos.

No entanto, nesses tempos em que o estudo das letras declinou e desapareceu nas cidades da Gália, não mais se encontram estudiosos da literatura para descrever os acontecimentos dessa época. Por isso, procurei escrever para as gerações futuras a memória do passado.” (*História dos francos*, prefácio; tradução nossa.)

Agora, responda:

- a) A quais acontecimentos históricos o texto se refere?
 - b) Nesse contexto histórico, qual o papel desempenhado pela Igreja no plano cultural?
2. Disserte sobre as origens e a construção da doutrina cristã.
 3. “Toda verdade, dita por quem quer que seja, é do Espírito Santo.” Interprete essa frase de Santo Ambrósio. Em que contexto ela surgiu e como essa concepção afetou a investigação filosófica?
 4. Karl Jaspers batizou a época em que surgiu a filosofia de era axial. Que razões o levaram a isso?

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Tolerância religiosa

A tolerância religiosa é um valor importante das sociedades contemporâneas ocidentais. Grande parte dos países possui leis que defendem a liberdade de culto, que inclusive consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O que significa tolerância religiosa? Por que ela é valorizada hoje? As sociedades sempre tiveram liberdade de culto? Você acha que sobre religião não se discute? Por quê? Em que a religião é diferente de outros temas? Ou não é? Reúna-se com colegas para debater essas questões.

PATRÍSTICA

A matriz platônica de apoio à fé

Como acabamos de ver, a partir do século IV os primeiros padres da Igreja empenharam-se na elaboração de diversos textos sobre a revelação e a fé cristãs, cujo conjunto ficou conhecido como **patrística** (por terem sido escritos principalmente por esses grandes padres da Igreja).

Uma das principais correntes da filosofia patrística, inspirada na filosofia greco-romana, tentou munir a fé de argumentos racionais, ou seja, buscou a conciliação entre o cristianismo e o pensamento pagão. Seu principal expoente foi **Agostinho**, posteriormente consagrado santo pela Igreja Católica.

■ Santo Agostinho

Aureliano Agostinho (354-430) nasceu em Tagaste e faleceu em Hipona, ambas cidades da província romana da Numídia, na África, e que hoje pertencem à Argélia. Nessa última cidade viria a ocupar o cargo de bispo da Igreja Católica.

Professor de retórica em escolas romanas, Agostinho despertou para a filosofia com a leitura de **Cícero** (106-43 a.C.), orador e político romano que se caracterizou por seu ecletismo, tendência filosófica que buscava um acordo entre os ensinamentos de distintas escolas (platônica, aristotélica, hedonista etc.).



SANDRO BOTTICELLI/CHIESA DI OGNISSANTI, FIRENZA, ITALIA

Santo Agostinho (1480) – Sandro Botticelli, afresco. Além dos muitos escritos que produziu, o filósofo presidia o culto público diariamente e dedicava-se a pregações. Exerceu grande influência no pensamento cristão ocidental e polemizou com aqueles que contrariavam a ortodoxia da doutrina cristã de sua época.

Posteriormente, deixou-se influenciar pelo **maniqueísmo**, doutrina persa que afirmava ser o universo dominado por dois grandes princípios opostos, o **bem** e o **mal**, em uma incessante luta entre si.

Mais tarde, já insatisfeito com o maniqueísmo, Agostinho passou a lecionar em Roma e posteriormente em Milão. Nesse período entrou em contato com o **ceticismo** e, depois, com o **neoplatonismo**. Então cresceu e aprofundou-se nele uma grande crise existencial. Foi nesse período crítico que se sentiu atraído pelas pregações de Santo Ambrósio, bispo de Milão. Pouco tempo depois, converteu-se ao cristianismo e tornou-se seu grande defensor pelo resto da vida.

Superioridade da alma

Em sua obra, Agostinho argumenta em favor da **supremacia do espírito sobre o corpo** (a matéria). Para ele, a alma teria sido criada por Deus para reinar sobre o corpo, dirigindo-o para a prática do bem.

O pecador, entretanto, utilizando-se do **livre-arbítrio** (conceito que veremos adiante), costumaria inverter essa relação, fazendo o corpo assumir o governo da alma. Provocaria, com isso, a submissão do espírito à matéria, o que seria, para Agostinho, equivalente à subordinação do eterno ao transitório, da essência à aparência.

A verdadeira liberdade, para Agostinho, estaria na harmonia das ações humanas com a vontade de Deus e seria obtida pelo caminho ascendente, que vai do mundo exterior dos sentidos ao mundo interior do espírito. Ser livre é servir a Deus, diz o filósofo, pois o prazer de pecar é a escravidão. Ser livre é fazer o que se deve, inspirado no amor verdadeiro a Deus.

Boas obras ou graça divina?

Segundo o filósofo, o ser humano que trilha a via do pecado só consegue retornar aos caminhos de Deus e da salvação mediante a combinação de seu esforço pessoal de vontade e a concessão, imprescindível, da **graça divina**. Sem a graça de Deus, o ser humano nada pode conseguir. Essa graça, no entanto, seria concedida apenas aos **predestinados** à salvação.

A **questão da graça**, como é colocada pelo filósofo, marcou profundamente o pensamento medieval cristão. E a **doutrina da predestinação** à salvação foi posteriormente adotada por alguns ramos da teologia protestante (Reforma Protestante).

Na mesma época de Agostinho, outro teólogo – **Pelágio** –, afirmava que a **boa vontade** e as **boas obras** humanas seriam suficientes para a salvação

individual. Seus ensinamentos constituíram a doutrina do **pelagianismo**, contra a qual se colocou Agostinho. No concílio de Cartago do ano de 417, o papa Zózimo condenou o pelagianismo como hereesia e adotou a concepção agostiniana de necessidade da graça divina, doada por Deus aos seus eleitos.

A condenação do pelagianismo explica-se pelo fato de que conservava a noção grega de autonomia da vida moral humana, isto é, a noção de que o indivíduo pode salvar-se por si só (isto é, sendo bom e fazendo boas obras), sem a necessidade da ajuda divina. Essa noção chocava-se com a ideia de submissão total do ser humano ao Deus cristão, defendida pela Igreja. “O fato de assim a Igreja ter se pronunciado por tal doutrina assinalou o fim da ética pagã e de toda a filosofia helênica.” (POHLENZ, citado em REALE e ANTISERI, *História da filosofia*, v. 1, p. 433.)

Uma consequência dessa posição foi a ênfase que passou a ser dada ao “voltar-se a si mesmo”: seria apenas pelo cultivo da interioridade que se chegaria à visão das verdades essenciais, no entendimento de que é Deus o nosso Mestre Interior, o Ser que irradia sua luz no mais íntimo da nossa alma.

CONEXÕES

1. Reflita sobre o valor das boas obras, independentemente da questão religiosa. Quanta importância você dá para as ações das pessoas? Você entende que alguém que procura agir sempre corretamente e realizar boas obras, como ajudar os mais necessitados, cresce como ser humano, torna-se um ser melhor? Ou você crê que as ações são apenas uma expressão do que a pessoa já é e tem, que as pessoas não mudam com suas ações, sejam elas boas ou más?

Liberdade e pecado

Outro aspecto fundamental da filosofia agostiniana é o entendimento de que a **vontade** não é uma função específica ligada ao intelecto, conforme diziam os gregos: ela é um impulso que nos inclina, desde nosso nascimento, às paixões pecaminosas. Agostinho reiterava, assim, as palavras do apóstolo Paulo: “não faço o bem que quero, mas o mal que não quero. Ora, se faço o que não quero, não sou quem age, mas o pecado que habita em mim” (Romanos, cap. 7, vers. 19-20). Portanto, para o filósofo medieval, a **liberdade humana** derivaria de uma vontade viciada que alimenta o pecado – não da razão que tende a discernir o que é bom do que é mau.



PERE MATES MUSEU D'ARTE, GIRONA, ESPANHA

Adão e Eva no Jardim do Éden (século XVI) – Pere Mates. Segundo a tradição bíblica, os primeiros humanos, Adão e Eva, cometeram o **pecado original** ao desobedecer a ordem divina de não comer da árvore proibida, sendo, por isso, expulsos do paraíso. Para Santo Agostinho, desde então a humanidade carrega a culpa de ter sucumbido à tentação e aberto as portas para o mal.

Agostinho contrapõe-se, dessa forma, ao **intelectualismo moral**, que teve sua expressão máxima em Sócrates (recorde que, no pensamento socrático-platônico, há uma hegemonia da alma racional e que a pessoa pode chegar ao bem por meio da ascensão dialética, isto é, pela razão e o conhecimento). Sobre o pecado, o pensador cristão comenta:

O ouro, a prata, os corpos belos e todas as coisas são dotadas dum certo atrativo. O prazer de conveniência que se sente no contato da carne influi vivamente. Cada um dos outros sentidos encontra nos corpos uma modalidade que lhes corresponde. Do mesmo modo a honra temporal e o poder de mandar e dominar encerram também um brilho, donde igualmente nasce a avidez e a vingança. [...] A vida neste mundo seduz por causa duma certa medida de beleza que lhe é própria, e da harmonia que tem com todas as formosuras terrenas.

Por todos estes motivos e outros semelhantes, comete-se o pecado, porque, pela propensão imoderada para os bens inferiores, embora sejam bons, se abandonam outros melhores e mais elevados, ou seja, a Vós, meu Deus, à vossa verdade e à vossa lei. (SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, p. 33.)

Por isso, para Agostinho, o ser humano não pode ser autônomo, isto é, deliberar livremente sobre sua conduta, pois sempre estará inclinado ao mal e a praticar o pecado. Somente com a graça divina ele poderá se salvar.

Precedência da fé

Agostinho também discutiu a diferença entre fé cristã e razão, afirmando que a fé nos faz crer em coisas que nem sempre entendemos pela razão: “creio tudo o que entendo, mas nem tudo que creio também entendo. Tudo o que compreendo conheço, mas nem tudo que creio conheço” (SANTO AGOSTINHO, *De magistro*, p. 319).

Inspirando-se no profeta bíblico Isaías, dizia ser necessário **crer para compreender**, pois a fé ilumina os caminhos da razão, e a compreensão nos confirma a crença posteriormente. Isso significa que, para Agostinho, a fé revela verdades ao ser humano de forma direta e intuitiva. Depois vem a razão, desenvolvendo e esclarecendo aquilo que a fé já antecipou. Portanto, há para ele uma **precedência da fé sobre a razão**.

Influência helenística

Vemos, assim, que o pensamento agostiniano reflete, em grande medida, os principais passos de sua trajetória intelectual anterior à conversão ao catolicismo, quando sofreu a influência do pensamento helenístico.

Do **maniqueísmo**, o filósofo herdou uma concepção **dualista** no âmbito moral, simbolizada pela luta entre o bem e o mal, a luz e as trevas, a alma e o corpo. Nesse sentido, dizia que o ser humano tem uma inclinação natural para o mal, para os vícios, para o pecado. Insistia em que já nascemos pecadores (pecado original) e somente um esforço consciente pode nos fazer superar essa deficiência “natural”. Considerando o mal como o afastamento de Deus, defendia a necessidade de uma intensa educação religiosa, com a finalidade de reduzir essa distância.

Do **ceticismo**, ficou a permanente **desconfiança nos dados dos sentidos**, isto é, no conhecimento sensorial, que nos apresenta uma multidão de seres mutáveis, flutuantes e transitórios.

Do **platonismo**, Agostinho assimilou a concepção de que a verdade, como conhecimento **eterno**, deveria ser buscada intelectualmente no “mundo das ideias”. Por isso defendeu a via do **autoconhecimento**, o caminho da **interioridade**, como instrumento legítimo para a busca da verdade. Assim, somente o íntimo de nossa alma, iluminada por Deus, poderia atingir a verdade das coisas. Da mesma forma que os olhos do corpo necessitam da luz do sol para enxergar os objetos do mundo sensível, para ele, os “olhos da alma” necessitam da **luz divina** para visualizar as verdades eternas da sabedoria.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

5. Em que consistiu a filosofia patrística? Qual era seu objetivo?
6. Explique a relação que Agostinho estabelece entre corpo e espírito.
7. Que papel tem a vontade humana no pensamento agostiniano?
8. De que maneira o conceito de graça divina, defendido por Agostinho, rompe com a ética pagã?

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Crer e entender

Os pensadores cristãos confrontaram frequentemente fé e razão, cada um à sua maneira. Santo Anselmo (1035-1109), por exemplo, dizia: “Não busco compreender para crer, mas creio para compreender. Por isso creio, porque, se não cresse, jamais compreenderia”. Santo Agostinho, por sua vez, foi mais enfático: “É necessário crer para compreender”.

Como é para você? Você precisa primeiro acreditar em alguma coisa ou ideia para conseguir entendê-la ou necessita compreendê-la antes para poder acreditar nela? Reflita primeiro sobre a diferença entre crer e entender. Depois discuta com colegas sobre as conclusões a que chegaram.

ESCOLÁSTICA

A matriz aristotélica até Deus

Voltando ao contexto histórico, no século VIII, Carlos Magno, rei dos francos coroado imperador do Ocidente em 800 pelo papa Leão III, organizou o ensino e fundou escolas ligadas às instituições católicas. Com isso, a cultura greco-romana, em boa parte guardada nos mosteiros, voltou a ser mais divulgada, passando a ter influência marcante nas reflexões da época. Era o período da **renascença carolíngia**.

Renascença carolíngia – refere-se ao estímulo dado à atividade cultural (letras, arte, educação) que marcou o governo de Carlos Magno. A obra realizada nessa época muito contribuiu para a preservação e a transmissão da cultura da Antiguidade clássica.

Adotou-se nessas escolas a educação romana como modelo. Começaram a ser ensinadas matérias como o *trivium* (gramática, retórica e dialética) e o *quadrivium* (geometria, aritmética, astronomia e música). Todas elas, no entanto, estavam submetidas à **teologia**.

Com o ambiente cultural dessas escolas e o surgimento posterior das primeiras universidades (a partir do século XI), desenvolveu-se uma produção filosófico-teológica denominada **escolástica** (palavra derivada de **escola**).

A escolástica não abandonou, em um primeiro momento, a filosofia platônica, especialmente o neoplatonismo. Mas, a partir do século XIII, o **aristotelismo** penetrou de forma profunda no pensamento escolástico, marcando-o definitivamente. Isso se deveu à descoberta de muitas obras de Aristóteles, desconhecidas até então, e à tradução para o latim de algumas delas, diretamente do grego.



Alegoria das artes liberais (século XV) – Biagio d'Antonio. De baixo para cima: Donato (ou Prisciano) com a gramática; à esquerda da porta da sabedoria; Cícero com a retórica; Aristóteles com a dialética; Tubalcain com a música; Ptolomeu com a astronomia; Euclides com a geometria; e Pitágoras com a matemática.

MUSÉE CONDE, CHANTILLY, FRANÇA

Os filósofos árabes

Antes da descoberta das obras de Aristóteles em grego, os europeus só conheciam uma pequena parcela de seu pensamento. E o que conheciam vinha de traduções e comentários feitos por filósofos árabes, como **Avicena** (980-1037) e **Averróis** (1126-1198). Foi por meio deles que suas obras de física, metafísica e ética chegaram à Europa.

Os árabes entraram em contato com o pensamento aristotélico a partir do século VI, quando iniciaram uma série de guerras religiosas para difundir o islamismo. Primeiro conquistaram parte do Oriente, onde entraram em contato com a cultura grega, que influenciava essas regiões desde as conquistas de Alexandre Magno.

Depois, em 711, dominaram parte da península Ibérica e, a partir dessa região, passaram a exercer uma influência notável sobre vários setores da cultura europeia, tanto na arquitetura como na literatura, nas ciências e na filosofia.

Filósofo, médico e cientista, Avicena (acima) era persa (Coleção particular). Averróis (ao lado), por sua vez, nasceu e viveu em Córdoba, Espanha, durante a ocupação muçulmana da península Ibérica (séculos VIII-XV). (Library of Congress, Washington, EUA.)



EVERETT COLLECTION/FOTOARENA



SPL/LATINSTOCK

Relação entre fé e razão

No período escolástico, a busca de harmonização entre a fé cristã e a razão manteve-se como problema básico de especulação filosófica. Nesse contexto, a escolástica pode ser dividida em três fases:

- **primeira fase** (do século IX ao fim do século XII) – confiança na perfeita harmonia entre fé e razão;
- **segunda fase** (do século XIII ao princípio do século XIV) – elaboração de grandes sistemas filosóficos, merecendo destaque as obras de **Tomás de Aquino**. Nessa fase, considera-se que a harmonização entre fé e razão pode ser parcialmente obtida;
- **terceira fase** (do século XIV até o século XVI) – declínio da escolástica, marcada por disputas que realçam as diferenças entre fé e razão.

Estudo da lógica

Além de apresentar o traço fundamental da filosofia medieval, que é a referência às questões teológicas, a escolástica promoveu significativos avanços no estudo da **lógica**.

Um dos filósofos que mais contribuíram para o desenvolvimento dos estudos lógicos nesse período foi o romano **Boécio**, que, embora tenha vivido de 480 a 524, é considerado o primeiro dos escolásticos. Ele aperfeiçoou o **quadrado lógico** (que estudamos no capítulo 5). Também foi o primeiro a introduzir a **questão dos universais**, problema filosófico longamente discutido durante todo o período da escolástica.

Questão dos universais

Essa questão surgiu no contexto em que se desenvolveu o método escolástico de investigação.

Como observou o historiador francês Jacques Le Goff, esse método privilegiava o estudo da **linguagem** (as três matérias que compunham o *trivium*) para depois passar ao exame das **coisas** (as quatro matérias do *quadrivium*). Desse modo, era inevitável que, em algum momento, alguém levantasse a seguinte pergunta: **qual a relação entre as palavras e as coisas?**

Rosa, por exemplo, é o nome de uma flor. Quando a flor morre, a palavra rosa continua existindo. Nesse caso, a palavra fala de uma coisa inexistente, de uma ideia geral. Mas por que isso acontece? O grande inspirador da questão foi o filósofo neoplatônico **Porfírio** (234-305, aproximadamente), em sua obra *Isagoge*:

Não tentarei enunciar se os gêneros e as espécies existem por si mesmos ou na pura inteligência, nem, no caso de subsistirem, se são corpóreos ou incorpóreos, nem se existem separados dos objetos sensíveis ou nestes objetos, formando parte dos mesmos. (Citado em VALVERDE et al., *História do Pensamento*, v. 1, p. 161.)

Ou seja, o problema foi colocado de qualquer maneira, gerando muitas disputas. Trata-se da discussão sobre a existência ou não das **ideias gerais**, os chamados termos **universais** – que correspondem à substância, uma das dez categorias de termos ou predicados de Aristóteles (como vimos no capítulo 5). Por isso, ficou conhecida como a **questão dos universais** (abordada brevemente no capítulo 8).

Tal debate envolveu não apenas problemas linguísticos, gnoseológicos e metafísicos, mas também teológicos, dando origem a duas posições antagônicas básicas: o realismo e o nominalismo.

Realismo

Os adeptos do **realismo** sustentavam a tese de que os universais **existem de fato**, ou seja, as ideias universais possuem existência própria. Por exemplo: a bondade e a beleza são modelos ou moldes a partir dos quais se criam as coisas boas e as coisas belas. Os termos universais seriam, portanto, entidades metafísicas, essências separadas das coisas individuais.

Essa posição foi defendida, por exemplo, pelo abade beneditino e arcebispo de Cantuária (Canterbury, cidade inglesa) **Santo Anselmo** (1035-1109), que acreditava que as ideias universais existiriam na mente divina.

O filósofo e bispo francês **Guilherme de Champeaux** (1070-1121) também adotou a interpretação realista ao propor que entre o universo das coisas e o universo dos nomes há uma analogia tal que, quanto mais “universal” for o termo gramatical, maior será seu grau de participação na perfeição original da ideia. Assim, por exemplo, o substantivo **brancura** teria uma perfeição maior do que o adjetivo **branco**, que se refere a um ente singular. Ou seja, na mesma linha de raciocínio de Platão, o universal brancura seria mais perfeito do que qualquer coisa **branca** existente.

Nominalismo

Os defensores do **nominalismo**, por sua vez, sustentavam a tese de que os termos universais, tais como beleza e bondade, não existem em si mesmos, pois são somente **palavras**, sem existência real. Para os nominalistas, o que há são apenas os seres singulares, e o universal não passa, portanto, de um **nome**, uma **convenção**.

Essa era a posição do filósofo francês **Roscelin de Compiègne** (1050-1120), para quem só existiria a **individualidade** – logo, anulam-se os termos universais. Roscelin também negava que Deus pudesse ser uno e trino ao mesmo tempo (a chamada Santíssima Trindade, um dos dogmas da Igreja Católica), porque para ele cada pessoa da trindade seria uma individualidade separada.

Realismo moderado

Entre essas duas posições contrárias surgiu uma terceira, o **realismo moderado**, sustentado por **Pedro Abelardo** (1079-1142). Para esse filósofo francês, só existem as realidades singulares, mas é possível buscar semelhanças entre os seres individuais, por meio da abstração, de maneira tal a gerar os conceitos universais.

RUE DES ARCHIVES/THE GRANGER COLLECTION/GLOW IMAGES

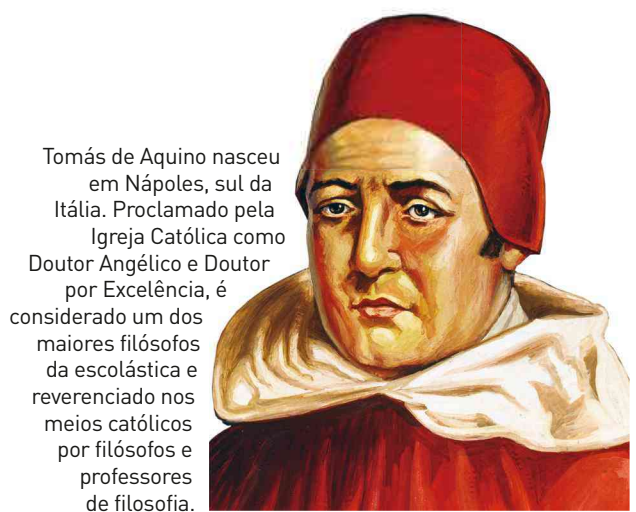


Filósofo de grande prestígio, Pedro Abelardo desenvolveu a reflexão no campo da lógica e mostrou-se um humanista no campo da ética. Em relação à teologia, acreditava ser necessário “entender para crer”, cultivando a razão crítica, o que suscitou ásperas polêmicas com os pensadores conservadores de seu tempo.

Esses conceitos não seriam, de acordo com Abelardo, nem entidades metafísicas (posição do realismo) nem palavras vazias (posição do nominalismo), mas discursos mentais, categorias lógico-linguísticas que fazem a mediação, a ligação entre o mundo do pensamento e o mundo do ser.

A importância da questão dos universais está não só no avanço que essa discussão possibilitou em relação à investigação sobre o conhecimento e seus vínculos com a realidade, mas também porque, por meio dela, alcançou-se um alto nível de desenvolvimento lógico-linguístico. Isso propiciou o fortalecimento de uma razão autônoma em relação à teologia, já por volta do século XII.

■ Santo Tomás de Aquino



Tomás de Aquino nasceu em Nápoles, sul da Itália. Proclamado pela Igreja Católica como Doutor Angélico e Doutor por Excelência, é considerado um dos maiores filósofos da escolástica e reverenciado nos meios católicos por filósofos e professores de filosofia.

A filosofia de Tomás de Aquino (1226-1274) – o **tomismo** – também teve o objetivo claro de não contrariar a fé, empenhando-se em organizar um conjunto de argumentos para demonstrar e defender as revelações do cristianismo.

Tomás de Aquino reviveu em grande parte o pensamento aristotélico em busca de argumentos que explicassem os principais aspectos da fé cristã. Assim, fez da filosofia de Aristóteles um instrumento a serviço da solução dos problemas teológicos que enfrentava, ao mesmo tempo em que transformou essa filosofia em uma síntese original. Sobre Tomás de Aquino, escreveu o filósofo católico francês **Jacques Maritain** (1882-1973):

Não só transportou para o domínio do pensamento cristão a filosofia de Aristóteles na sua integridade, para fazer dela o instrumento de uma síntese teológica admirável, como também e ao mesmo tempo super-elevou e, por assim dizer, transfigurou essa filosofia. Purificou-a de todo vestígio de erro [...] sistematizou-a poderosa e harmoniosamente, aprofundando-lhe os princípios, destacando as conclusões, alargando os horizontes, e se nada cortou, muito acrescentou, enriquecendo-a com o imenso tesouro da tradição latina e cristã. (*Introdução geral à filosofia*, p. 65.)

Princípios básicos

Retomando as ideias de Aristóteles sobre o ser e o saber (reveja o capítulo 12), Tomás de Aquino enfatizou a importância da **realidade sensorial**, ressaltando uma série de princípios considerados básicos, dentre os quais se destacam:

- **princípio da não contradição** – o ser **é** ou **não é**. Não existe nada que possa ser e não ser ao mesmo tempo e sob o mesmo ponto de vista;
- **princípio da substância** – na existência dos seres podemos distinguir a **substância** (a essência propriamente dita de uma coisa, sem a qual ela não seria aquilo que é) do **acidente** (a qualidade não essencial, acessória do ser);
- **princípio da causa eficiente** – todos os seres que captamos pelos sentidos são seres **contingentes**, isto é, não possuem em si próprios a causa eficiente de suas existências. Portanto, para existir, o ser contingente depende de outro ser que representa sua causa eficiente, chamado de ser **necessário**;
- **princípio da finalidade** – todo ser contingente existe em função de uma finalidade, de uma “razão de ser”. Enfim, todo ser contingente possui uma **causa final**;
- **princípio do ato e da potência** – todo ser contingente possui duas dimensões: o ato e a potência. O **ato** representa a existência atual do ser, aquilo que está realizado e determinado. A **potência** representa a capacidade real do ser, aquilo que não se realizou mas pode se realizar. É a pas-

sagem da potência para o ato que explica toda e qualquer mudança. (Reveja esses conceitos com mais detalhe no capítulo anterior.)

Vemos, portanto, uma pequena mostra de como o filósofo escolástico empreendeu uma sistematização da doutrina cristã apoiando-se em boa medida na filosofia aristotélica, embora de forma combinada com diversos elementos estranhos ao aristotelismo, como o conceito de criação do mundo, a noção de um deus único e a ideia de que o vir a ser (a passagem da potência ao ato) não é autodeterminado, mas procede de Deus.

Ser e essência

Uma novidade trazida por Tomás de Aquino é a distinção entre o **ser** (ou a **existência**) e a **essência**, o que implicou a divisão da metafísica em duas partes: a do **ser em geral** e a do **ser pleno**, que é **Deus**.

De acordo com o filósofo, em todas as criaturas o ser (ou existir) é diferente de sua essência. Para um ser humano, por exemplo, existir é continuar sendo sua essência (um ser humano); quando ele deixa de existir, sua essência desaparece. O único ser realmente pleno, no qual o ser (ou existir) e a essência se identificam, é Deus. Deus é ato puro. Não há o que realizar ou atualizar em Deus, pois ele é completo.

Por isso, Tomás de Aquino dizia que Deus **é** Ser, e o mundo **tem** ser. Ou seja, Deus é o Ser que existe como fundamento da realidade das outras essências, as quais, uma vez existentes, participam de seu Ser. Já nas outras criaturas, o ser é diferente da essência, pois são seres não necessários. É Deus que permite às essências realizarem-se em entes, em seres existentes.

Provas da existência de Deus

Outro aspecto importante da filosofia tomista são suas provas da existência de Deus. Em um de seus mais famosos livros, a *Suma teológica*, Tomás de Aquino propõe cinco vias como provas, fundamentadas na existência do mundo e na experiência (ou seja, são provas *a posteriori*). A ideia básica é a de que, se existe o efeito (o mundo), existe a causa (um ser transcendente, Deus). Vejamos:

- **o primeiro motor** (1ª prova) – tudo aquilo que se move é movido por outro ser. Esse outro ser, por sua vez, para se mover necessita também ser movido por outro ser, e assim sucessivamente.

Se não houvesse um primeiro ser movente, cairíamos em um processo indefinido. Logo, conclui Tomás de Aquino, é necessário chegar a um primeiro ser movente que não seja movido por nenhum outro. Esse ser é Deus;

- **a causa eficiente** (2ª prova) – todas as coisas existentes no mundo não possuem em si a causa eficiente de suas existências. Devem ser consideradas efeitos de alguma causa. Tomás de Aquino afirma ser impossível remontar indefinidamente à procura das causas eficientes. Logo, é necessário admitir a existência de uma primeira causa eficiente, responsável pela sucessão de efeitos. Essa causa primeira é Deus;
- **ser necessário e ser contingente** (3ª prova) – esse argumento, uma variante do segundo, afirma que todo ser contingente, do mesmo modo que existe, pode deixar de existir. Ora, se todas as coisas que existem podem deixar de ser, então em algum momento nada existiu. Mas, se assim fosse, também agora nada existiria, pois aquilo que não existe somente começa a existir em função de algo que já existia. Então é preciso admitir que há um ser que sempre existiu, um ser absolutamente necessário, que não tenha fora de si a causa de sua existência, mas, ao contrário, que seja a causa da necessidade de todos os seres contingentes. Esse ser necessário é Deus;
- **os graus de perfeição** (4ª prova) – em relação à qualidade de todas as coisas existentes, pode-se afirmar que há graus diversos de perfeição. Assim, estabelecemos que tal coisa é melhor que outra, ou mais bela, ou mais poderosa, ou mais verdadeira etc. Ora, se uma coisa possui “mais” ou “menos” determinada qualidade positiva, isso supõe que deva existir um ser com o máximo dessa qualidade, no nível da perfeição. Devemos admitir, então, que existe um ser com o máximo de bondade, de beleza, de poder, de verdade, sendo, portanto, um ser máximo e pleno. Esse ser é Deus;
- **a finalidade do ser** (5ª prova) – todas as coisas brutas, que não possuem inteligência própria, existem na natureza cumprindo uma função, um objetivo, uma finalidade, tal como a flecha orientada pelo arqueiro. Devemos admitir, então, que existe algum ser inteligente que dirige todas as coisas da natureza para que cumpram seu objetivo. Esse ser é Deus.

WILLIAM BLAKE/COLEÇÃO PARTICULAR



O primeiro dia (1794) – William Blake. Assim como Tomás de Aquino buscou provar a existência de Deus (o Deus cristão), vários outros pensadores também tentaram demonstrar em suas metafísicas a necessidade racional de haver uma realidade criadora ou fundadora de tudo o que existe. Seria um “Deus dos filósofos”, da ordem ou racionalidade. Séculos depois, o pintor William Blake buscou retratar, de forma crítica, essa concepção de Deus.

CONEXÕES

2. Nas últimas décadas, deparando com a complexa “engenhosidade” da natureza e do cosmo, diversos cientistas (físicos, químicos, biólogos etc.) têm colocado em dúvida, cada um a seu modo, o entendimento predominante no mundo da ciência de que o universo e toda a vida são o resultado de um acaso materialista. Haveria uma inteligência, consciência ou intencionalidade por detrás de tudo o que existe? Pesquise sobre o tema e comente a respeito.

A escolástica pós-tomista

Grandes acontecimentos históricos marcaram a Europa nos séculos XIII e XIV, como a Guerra dos Cem Anos, entre França e Inglaterra; a epidemia da peste bubônica, que matou cerca de três quartos da população europeia; o cisma definitivo entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente, que, entre outros fatores, diminuiu a influência da Igreja Católica Romana sobre o poder temporal (o Estado) e sobre a população; a criação de novas universidades, que iniciaram o desenvolvimento de questões relativas às ciências naturais e o processo de autonomia da filosofia em relação à teologia.

Esses são alguns dos fatos que marcaram o fim da Idade Média na periodização tradicional da história, coincidindo com o questionamento do pensamento tomista.

Entre os filósofos mais significativos desse período estão os ingleses **Roberto Grosseteste** (1168-1243) e **Roger Bacon** (1214-1292), que ini-

ciaram uma investigação experimental no campo das ciências naturais que abriu caminho para a ciência moderna.

Outro inglês, **Guilherme de Ockham** (1280-1349), proclamou uma distinção absoluta entre fé e razão. Para Ockham, a filosofia não seria serva da teologia, e a teologia não poderia sequer ser considerada ciência, pois seria tão somente um corpo de proposições mantidas não pela coerência racional, mas pela força da fé.

Pensador empirista e nominalista, Ockham combateu a metafísica tradicional e empenhou-se na construção do método da pesquisa científica moderna. Entre suas contribuições mais conhecidas destaca-se a chamada **navalha de Ockham** (reveja esse conceito estudado no capítulo 6).

Detalhe de *São Boaventura – Cavazzola*. Giovanni Fidanza, mais conhecido como São Boaventura ou Doutor Seráfico, temia que a filosofia suplantasse a teologia e que a razão se tornasse mais importante que a revelação. Por isso, iniciou uma reação contra a filosofia tomista e buscou recuperar a tradição platônica agostiniana. Mais tarde essa reação seria desenvolvida pelos filósofos e teólogos franciscanos, sobretudo na Universidade de Oxford, Inglaterra.



CASTELVECCHIO ART MUSEUM, VERONA, ITÁLIA

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

9. Em que contexto histórico desenvolveu-se a escolástica?
10. Explique a chamada “questão dos universais”. Qual posição você adotaria nessa discussão? Justifique.
11. Inserida no movimento escolástico, a filosofia de Tomás de Aquino já nasce com objetivos preestabelecidos: não contrariar a fé. Explique essa afirmação e ilustre com pelo menos um exemplo do texto.
12. Qual é a diferença, estabelecida por Tomás de Aquino, entre ser em geral e ser pleno?
13. Santo Tomás de Aquino elaborou cinco provas para demonstrar racionalmente a existência de Deus. Reveja cada uma delas. Qual seria, para você, a prova que apresenta a melhor argumentação? E a mais fraca? Justifique e defenda a sua opinião diante da classe.

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Deus e filosofia

Um filósofo não cristão, o britânico Bertrand Russell (1872-1970), questionou os méritos de Tomás de Aquino, considerando-os insuficientes para justificar sua imensa reputação. Para Russell:

Há pouco do verdadeiro espírito filosófico em Aquino [...]. Não está empenhado numa pesquisa cujo resultado não possa ser conhecido de antemão. Antes de começar a filosofar, ele já conhece a verdade; está declarada na fé católica. Se, aparentemente, consegue encontrar argumentos racionais para algumas partes da fé, tanto melhor; se não, basta-lhe voltar de novo à revelação. A descoberta de argumentos para uma conclusão dada de antemão não é filosofia, mas uma alegação especial. Não posso, portanto, admitir que mereça ser colocado no mesmo nível que os melhores filósofos da Grécia ou dos tempos modernos. (*História da filosofia ocidental*, v. 2, p. 174.)

Reúna-se com colegas para discutir a crítica de Bertrand Russell a Tomás de Aquino. Para você, ela é válida? Justifique.

De olho na universidade

(UFU-MG) A Escolástica é o período da filosofia cristã da Idade Média, que vai do século IX ao século XIV. Sobre a Escolástica é correto afirmar, exceto:

- a) no século XIII, servindo-se das traduções das obras de Aristóteles, que foram feitas diretamente do grego, Tomás de Aquino realizou a síntese magistral entre a teologia cristã e a filosofia aristotélica.
- b) a fundação das universidades, já no século XI, permitiu a expansão da cultura letrada, secularmente guardada nos mosteiros, e a fermentação de ideias que culminaria nos grandes sistemas filosóficos e teológicos do século XIII.
- c) no século XII a Igreja condenou o pensamento platônico, principalmente na sua versão árabe, porque os teólogos perceberam um ateísmo intrínseco na forma de argumentação dialética da personagem Sócrates.
- d) no século XIV surgiram pensadores, tais como Guilherme de Ockham, que criticaram a filosofia tomista pelo seu caráter substancialista; isto abriu perspectivas fecundas para o advento da ciência moderna.

Sessão cinema

Em nome de Deus (1988, Inglaterra/Iugoslávia, direção de Clive Donner)

Filme que se passa no século XII e enfoca o romance de Abelardo e Heloísa. Retrata o clima das discussões filosóficas e mostra o ambiente universitário na Universidade de Paris, entre 1114 e 1118, época em que Abelardo lecionou nessa instituição e viveu o célebre e dramático romance com Heloísa.

O destino (1997, Egito/França, direção de Youssef Chahine)

No século XII, em Córdoba, os escritos do filósofo Averróis chocam os islâmicos. Para apaziguar a situação, o califa Al Mansour ordena que todas as suas obras sejam queimadas. Então os discípulos do filósofo decidem fazer cópias manuscritas de suas obras, para levá-las para além das fronteiras do Islã.

O nome da rosa (1986, Itália/França/Alemanha, direção de Jean-Jacques Annaud)

Adaptação para o cinema da obra homônima do pensador italiano Umberto Eco. Trata-se de uma trama ambientada no século XIII, que traz à tona algumas das questões centrais que caracterizam a Idade Média: a relação entre a doutrina cristã, a filosofia e a ciência; a atitude intolerante da ala mais ortodoxa da Igreja diante das divergências dentro do próprio credo; a questão das heresias; as diferenças entre as diversas orientações no seio do cristianismo; o processo da Inquisição.

O sétimo selo (1957, Suécia, direção de Ingmar Bergman)

Filme que mostra um pouco da vida na Europa do século XIII, assolada pela peste negra. Tem como personagem central um soldado recém-chegado das Cruzadas, que joga xadrez com a morte e se envolve com um grupo de atores mambembes que percorrem as cidades e vilas. Através dessas personagens e suas perambulações, o filme apresenta aspectos da religiosidade medieval, sobretudo em relação à morte.

Neste texto, Umberto Eco aponta importantes aspectos do papel cultural de Tomás de Aquino, empenhado em conciliar o cristianismo com uma visão mais racional do mundo. Leia-o e responda às questões.

O papel de Santo Tomás de Aquino

A oposição Céu e Terra

Platão e Agostinho tinham dito tudo o que era necessário para compreender os problemas da alma, mas quando se tratava de saber o que seja uma flor ou o nó nas tripas que os médicos de Salerno exploravam na barriga de um doente, e por que era saudável respirar ar fresco numa noite de primavera, as coisas se tornavam obscuras. Tanto que era melhor conhecer as flores nas iluminuras dos visionários, ignorar que existiam tripas, e considerar as noites de primavera uma perigosa tentação. Desse modo dividia-se a cultura europeia, quando se entendia o céu, não se entendia a terra. Se alguém ainda quisesse entender a terra deixando de lado o céu, a coisa ia mal. [...]

Cristianizar Aristóteles

A essa altura os homens da razão aprendem dos árabes que há um antigo mestre (um grego) que poderia fornecer uma chave para unificar esses membros esparsos da cultura: Aristóteles. Aristóteles sabia falar de Deus, mas classificava os animais e as pedras, e se ocupava com o movimento dos astros. Aristóteles sabia lógica, preocupava-se com psicologia, falava de física, classificava os sistemas políticos. [...]

Tomás não era nem herege nem revolucionário. Tem sido chamado de “concordista”. Para ele tratava-se de afinar aquela que era a nova ciência com a ciência da revelação, e de mudar tudo para que nada mudasse.

Mas nesse plano ele aplica um extraordinário bom senso e (mestre em sutilezas teológicas) uma grande aderência à realidade natural e ao equilíbrio terreno. Fique claro que Tomás não aristoteliza o cristianismo, mas cristianiza Aristóteles. Fique claro que nunca pensou que com a razão se pudesse entender tudo, mas que tudo se compreende pela fé: só quis dizer que a fé não estava em desacordo com a razão, e que, portanto, era até possível dar-se ao luxo de raciocinar, saindo do universo da alucinação. E assim compreende-se por que na arquitetura de suas obras os capítulos principais falam apenas de Deus, dos anjos, da alma, da virtude, da vida eterna: mas no interior desses capítulos tudo encontra um lugar, mais que racional, “razoável”. [...]

A fé guiava o caminho da razão

Não se esqueça de que antes dele, quando se estudava o texto de um autor antigo, o comentador ou o copista, quando encontravam algo que não concordava com a religião revelada, ou apagavam as frases “errôneas” ou as assinalavam em sentido dubitativo, para pôr em guarda o leitor, ou as deslocavam para a margem. O que faz Tomás, por sua vez? Alinha as opiniões divergentes, esclarece o sentido de cada uma, questiona tudo, até o dado da revelação, enumera as objeções possíveis, tenta a mediação final. Tudo deve ser feito em público, como pública era justamente a *disputatio* na sua época: entra em função o tribunal da razão.

Que depois, lendo com atenção, se descubra que em cada caso o dado de fé acabava prevalecendo sobre qualquer outra coisa e guiava o deslindar da questão, ou seja, que Deus e a verdade revelada precediam e guiavam o movimento da razão laica, isso foi esclarecido pelos mais agudos e aficionados estudiosos tomistas, como Gilson. Nunca ninguém disse que Tomás era um Galileu. Tomás simplesmente fornece à Igreja um sistema doutrinário que a concilia com o mundo natural. [...] Antes dele se afirmava que “o espírito de Cristo não reina onde vive o espírito de Aristóteles”, em 1210 estão ainda proibidos os livros de filosofia natural do filósofo grego, e as proibições continuam nas décadas seguintes enquanto Tomás manda traduzir esses textos por seus colaboradores e os comenta. Mas em 1255 toda a obra de Aristóteles está liberada.

Eco, *Viagem na irrealidade cotidiana*, p. 335-336 e 339-340; intertítulos nossos.

1. Segundo o escritor, linguista e filósofo italiano Umberto Eco (1932-2016), na cultura medieval europeia, antes dos estudos aristotélicos, “quando se entendia o céu, não se entendia a terra”. Interprete o significado dessa afirmação.
2. Qual foi a importância da redescoberta da filosofia de Aristóteles para o pensamento medieval, segundo Eco? Justifique.
3. Enumere os méritos de Tomás de Aquino apontados pelo autor do texto. Depois destaque aquele que você considera o de maior valor. Justifique sua escolha.

Capítulo 14

MUSÉE DU LOUVRE, PARIS, FRANÇA



Que elementos da imagem indicam que se trata de um astrônomo? Pesquise como um astrônomo ou uma astrônoma constrói seu conhecimento.

O astrônomo (1668) – Jan Vermeer. O retrato de cientistas era um tema popular na pintura holandesa do século XVII.

Nova ciência e racionalismo

Passamos agora à Idade Moderna, período em que uma nova racionalidade – nova maneira de entender as coisas – fincou raízes e se expandiu pela Europa.

Você verá que as explicações religiosas começaram a entrar em declínio, enquanto a consciência racional produzia uma revolução filosófica e científica que fundou os alicerces do mundo moderno.

Questões filosóficas

- Qual é a realidade fundamental das coisas?
- Qual é o lugar do ser humano no universo?
- Quais são as bases de um conhecimento seguro?
- Deus é imanente ou transcendente?

Conceitos-chave

antropocentrismo, racionalismo, humanismo, heliocentrismo, poder político, razão, experiência, espaço homogêneo, ponto fixo, representação, ídolos, método indutivo, método matemático-experimental, dúvida metódica, dualismo cartesiano, idealismo, demonstração geométrica, Deus transcendente, Deus imanente, Natureza naturante, Natureza naturada

IDADE MODERNA

A revalorização do ser humano e da natureza



Mercado – Hendrik van Steenwyk (c. 1550-1603). Cena de uma cidade nos Países Baixos. Também conhecidos imprecisamente como Holanda, os Países Baixos foram a primeira nação europeia a adotar uma forma republicana de governo no período moderno. Viveram seu “século de ouro” nos anos 1600, desenvolvendo-se como potência econômica e naval, com colônias em várias partes do planeta, inclusive no Nordeste brasileiro. Tornaram-se também uma região onde se dizia haver maior tolerância religiosa. Para lá acorreram diversos artistas e pensadores, entre eles Descartes. E foi nessa época que por lá nasceu Espinosa.

Iniciemos nossa investigação sobre o pensamento moderno considerando, brevemente, o contexto histórico em que ele surgiu. Sabemos que o período que se convencionou chamar de **Idade Moderna** vai de meados do século XV ao século XVIII. Ocorria, então, uma série de transformações nas sociedades europeias, boa parte delas ligadas a processos iniciados durante a Baixa Idade Média.

No plano socioeconômico, processava-se a passagem do **feudalismo** para o **capitalismo**, passagem essa relacionada com o florescimento do **comércio**, o estabelecimento das grandes **rotas comerciais**, o predomínio do **capital comercial** e a emergência da **burguesia**, no final do período anterior.

Paralelamente, ocorria a centralização do poder político nas mãos dos reis e formavam-se os primeiros **Estados nacionais modernos**, como Portugal, Espanha, Inglaterra e França. Nesse cenário, desenvolviam-se: o **absolutismo**, como doutrina e forma de poder político; o **mercantilismo**, como conjunto de doutrinas e práticas econômicas; as **grandes navegações** e a **expansão comercial-marítima**, que deram origem à descoberta do Novo Mundo e ao processo de colonização das Américas.

As mudanças também chegavam ao âmbito religioso, no qual a **Reforma** protestante, ultra-

passando as fronteiras de uma mera reforma ou ajuste, provocava a quebra da unidade religiosa europeia. Incorporando a nova mentalidade em ascensão – marcada pelo **humanismo** (como veremos adiante) –, o movimento reformador rompia com a concepção passiva do ser humano, entregue unicamente aos desígnios divinos, ao reconhecer o trabalho como fonte legítima da riqueza e da felicidade. Além disso, concebia a razão humana como extensão do poder divino, o que colocava o indivíduo em condições de pensar, pelo menos até certo ponto, com mais liberdade e de responsabilizar-se por seus atos de forma mais autônoma.

Paralelamente, com a criação de novos métodos de investigação científica, desenvolvia-se a **ciência natural**, impulsionada pela confiança nas possibilidades da razão, que questionava os princípios da ciência escolástica e os dogmas do cristianismo. Nesse cenário, a Igreja Católica perdia cada vez mais seu poder de influência sobre os Estados e de dominação sobre o pensamento.

Por sua vez, a invenção da **imprensa** – máquina impressora que usava tipos móveis para a composição de textos (como vimos no capítulo 8) – dava suporte a esses processos, pois possibilitava o acesso de um número maior de leitores aos clássicos gregos e romanos, favorecendo assim o desenvolvimento do humanismo. De modo semelhante,

as obras científicas, filosóficas e artísticas surgidas então também atingiam um número cada vez maior de pessoas, o que incidiu sobre o grau de consciência e de liberdade de expressão.

Todos esses acontecimentos contribuíam para modificar, em várias regiões, o modo de ser, viver e perceber a realidade de grande número de europeus, o que se expressava em suas artes, ciências e filosofias. Desse modo, a visão **teo-cêntrica** (que tem Deus como centro) que havia

predominado até então passou a ser substituída por uma tendência **antropocêntrica** (que tem o ser humano como centro), de valorização da obra e da compreensão humanas.

É nesse contexto que ocorre o desenvolvimento do **racionalismo** e de uma **filosofia laica** (não religiosa), que se mostrariam, de modo geral, mais otimistas em relação à capacidade da razão de intervir no mundo, organizar a sociedade e aperfeiçoar a vida humana.

Observação

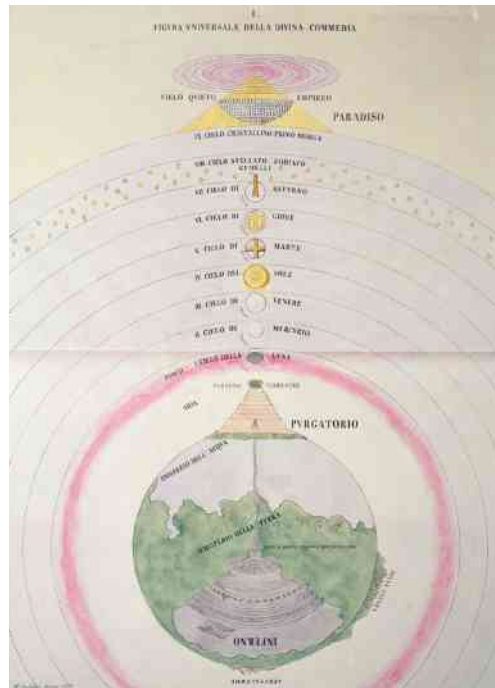
Como assinalamos antes, para fins de estudo, temos adotado nesta obra a periodização histórica tradicional, em que os acontecimentos europeus são a principal referência. Reconhecemos, no entanto, que essa divisão cronológica apresenta problemas em acomodar toda a produção do que geralmente se costuma designar **filosofia moderna**. Alguns pensadores do período medieval, por exemplo, poderiam perfeitamente estar incluídos neste capítulo.

Renascimento

O movimento cultural que contribuiu para essas transformações é conhecido como **Renascimento** (séculos XV e XVI) e envolveu artistas e intelectuais de diversas áreas. Recebeu esse nome porque se inspirou nas ideias do **humanismo** – movimento iniciado na península Itálica em meados do século XIV por intelectuais que defendiam o estudo da cultura greco-romana e o reavivamento de certos ideais de exaltação do ser humano e seus atributos, tais como a **razão** e a **liberdade**. Era, portanto, um renascer ou redespertar desses ideais. Como, porém, nenhuma cultura renasce fora de seu tempo, o resultado desse movimento não poderia ser o de um mero retorno à Antiguidade clássica, trazendo consequências distintas.



VASARI, GIORGIO/ THE WILLIAM HODD DUNWOODY FUND/ MINNEAPOLIS INSTITUTE OF ARTS, MN, USA



THE BRIDGMAN ART LIBRARY/KEystone

À esquerda, *Os poetas toscanos* (1544) – Giorgio Vasari. O quadro reúne poetas do humanismo italiano dos séculos XIII e XIV, supostamente envolvidos em um debate literário. Destaca-se à frente a figura de Dante Alighieri (em vestes rosadas), acompanhado de outros dos maiores nomes da literatura itálica: Petrarca, Boccaccio e Guido Cavalcanti (todos com coroa de louros). Ao fundo, estariam representados os filósofos neoplatônicos Marsílio Ficino e Cristoforo Landino e seus comentadores durante o século XV. Sobre a mesa encontram-se alguns ícones do período renascentista. O que são e o que representam esses ícones? À direita, representação esquemática da cosmologia de *A divina comédia*, de Dante Alighieri (1855) – M. Caetari (British Library, Londres, Reino Unido). Observe como os elementos aristotélicos e cristãos se mesclam no cosmo medieval. Identifique-os.

Ao propiciar a expansão de uma **mentalidade racionalista**, o Renascimento criou as bases conceituais e de valores que favoreceriam o desenvolvimento da ciência no século XVII. Revelando maior disposição para investigar os problemas do mundo, o indivíduo moderno aguçou seu espírito de observação sobre a natureza, dedicou mais tempo à pesquisa e às experimentações, abriu a mente ao livre exame do mundo.

Esse conjunto de atitudes contrapunha-se fortemente à mentalidade medieval típica, influenciada pelo pensamento contemplativo e mais submissa às chamadas verdades inquestionáveis da fé. O pensador moderno buscava não somente conhecer a realidade, descobrir as leis que regem os fenômenos naturais, mas também exercer controle sobre ela. O objetivo era **prever** para **prover**, como se diria depois.

MICHELANGELO/GALLERIA DEGLI UFFIZI, FLORENÇA



A sagrada família (1504-1505) – Michelangelo. A nova mentalidade surgida a partir do Renascimento não significou um completo abandono da temática cristã medieval, o que fica claro ao observarmos o fundo religioso que persiste nas obras intelectuais e artísticas desse período. O que ocorre é uma renovação no tratamento dado a esses temas, abordados agora a partir de uma nova perspectiva, em que o sagrado se humaniza e o humano se diviniza.

Ameaças à nova mentalidade

A transição para a mentalidade científica moderna não foi, porém, um processo súbito e sem resistências. Forças ligadas ao passado medieval lutavam duramente contra as transformações que se desenvolviam, organizando listas de livros proibidos (o *Index*) e punindo, entre outros, muitos pensadores da época.

Foi nesse contexto que, como veremos, vários pioneiros da ciência moderna foram perseguidos pela **Inquisição** – tribunal instituído pela Igreja

Católica com o fim de descobrir e julgar os responsáveis pela propagação e prática de heresias (concepções contrárias aos seus dogmas, como vimos no capítulo anterior).

Criada em 1232 pelo papa Gregório IX, a Inquisição estendeu-se por vários reinos cristãos que correspondem hoje a Itália, França, Alemanha, Portugal e, especialmente, Espanha. Depois de um período em que reduziram suas atividades, os tribunais inquisidores voltaram a funcionar com toda força em meados do século XVI, diante do avanço do protestantismo.

Teoria heliocêntrica

Entre as concepções que trariam os maiores “estragos” à cosmologia medieval destacou-se a **teoria heliocêntrica**, proposta pelo sacerdote e astrônomo polonês **Nicolau Copérnico** (1473-1543).



JEAN-LEON HUENS/THE BRIDGEMAN LIBRARY/GRUPO KEYSTONE

Copérnico – Jean-Leon Huens (Coleção particular). Escola de Hans Holbein. Temendo a reação da Igreja em relação às suas descobertas, Copérnico seguiu a publicação de seus escritos durante muitos anos. Ela só ocorreu em 1543, ano de sua morte. Assim, ele escapou à condenação imposta aos hereges, mas a proscrição ou banimento de sua obra veio pouco tempo depois, com a reativação da Inquisição, após o Concílio de Trento (1545-1563).

Durante a primeira metade do século XVI, ele escreveu o livro *Da revolução das esferas celestes*, no qual demonstrava matematicamente que era a Terra que girava em torno do Sol e não o contrário (o Sol e os demais planetas girando ao redor da Terra), como propunha a teoria geocêntrica, vigente até então. Como estudamos antes (no capítulo 6), a noção geocêntrica estava fundada na física de Aristóteles e na astronomia de Ptolomeu, além de certas interpretações da *Bíblia*.

A formulação de Copérnico de que é o Sol, e não nosso planeta, o centro do universo atingia a concepção medieval cristã de que o ser humano é o ser supremo da criação e que por isso seu hábitat – a Terra – deveria ter o privilégio de ser o centro em relação aos outros astros. Compreende-se assim o mal-estar causado pela tese copernicana.



Astrônomo, poeta e monge dominicano, o pensador italiano **Giordano Bruno** (1548-1600) foi morto na fogueira após sua condenação, pela Inquisição, por heresia e **panteísmo**. Bruno defendia o heliocentrismo, mas também diversas ideias cosmológicas que extrapolavam o modelo copernicano, como a concepção de que o Sol é uma estrela entre muitas outras, de que o universo é infinito e contém também um número infinito de mundos, além de diversas teses teológicas não ortodoxas (Campo de Fiori, Rome, Itália).

Panteísmo – qualquer doutrina que proponha a identificação de Deus com todas as coisas do universo.

Outro aspecto que passou a incomodar as autoridades católicas foi que a natureza e o universo passaram a ser concebidos a partir de um novo paradigma, baseado tanto na **observação direta** como na **representação matemática**. Essa mudança poderia colocar em xeque os dogmas da Igreja e afastar as pessoas da fé cristã.

Ética e política

Além do desenvolvimento do pensamento científico, com implicações evidentes no campo filosófico, os pensadores do período do Renascimento abordaram questões envolvendo outros temas tão importantes como a natureza humana, a moral e a política. Neste último âmbito destacou-se especialmente o italiano **Nicolau Maquiavel** (1469-1527), que iniciou uma nova fase do pensamento sobre o poder ao abandonar o enfoque ético-religioso e propor uma abordagem mais realista da política (como veremos no capítulo 19).



O filósofo francês **Michel de Montaigne** (1523-1592) desenvolveu um pensamento de fundo cético, inspirado em parte no ceticismo da Antiguidade, mas também no epicurismo e no estoicismo. Ele afirmava não ser possível estabelecer os mesmos preceitos para

todos os seres humanos, sendo necessário que cada um construísse um conhecimento e uma consciência moral de acordo com as suas possibilidades e disposições individuais, mas tendo como regra geral para alcançar a sabedoria “o dizer sim à vida”. Em seus *Ensaio*s, pretendeu escrever sobre si mesmo, suas experiências e reflexões. Mas acabou criando uma obra universal, pois aborda o ser humano de ontem, de hoje e de sempre (Coleção particular).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Em contraste com os valores dominantes na Idade Média, destaque alguns dos valores, atitudes e/ou características da mentalidade da Idade Moderna.
2. No Renascimento foram valorizados o ser humano e a natureza. Como se expressou essa revalorização no campo do pensamento? Identifique exemplos no texto do capítulo.
3. Caracterize a novidade trazida pelo modelo cosmológico de Nicolau Copérnico, relacionando-a com a nova visão de mundo surgida durante o Renascimento e o descontentamento causado entre a comunidade eclesástica.

1. Perda do ponto fixo

Pascal escreveu que “O silêncio eterno dos espaços infinitos apavora”, em referência clara ao mal-estar criado pelas descobertas científicas de seu tempo. Compare essa frase com os versos abaixo, do poema “Demogorgon”, escrito pelo poeta português Fernando Pessoa (1888-1935). O que eles têm em comum? Reúna-se com colegas e debata o tema.

Não, não, isso não!
Tudo menos saber o que é o Mistério!
Superfície do Universo, ó Pálpebras Descidas,
não vos ergais nunca!
O olhar da Verdade Final não deve poder suportar-se!
Deixai-me viver sem saber nada, e morrer sem ir saber nada!
A razão de haver ser, a razão de haver seres, de haver tudo,
deve trazer uma loucura maior que os espaços
entre as almas e entre as estrelas.
Não, não, a verdade não! Deixai-me estas casas e esta gente;
assim mesmo, sem mais nada, estas casas e esta gente...

(Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000004.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.)

RAZÃO E EXPERIÊNCIA

As bases da ciência moderna

Vimos que foi com os filósofos gregos jônicos que as crenças mitológicas começaram a ceder lugar ao **saber racional**. E a ideia de caos começou a ser dissolvida, nascendo, para substituí-la, o conceito de **cosmo** (veja o trecho a esse respeito no capítulo 11). Dentro desse novo conceito, o universo passou a ser encarado como algo ordenado, harmônico, previsível, capaz de ser compreendido racionalmente pelo ser humano.

O conceito grego de cosmo desenvolveu-se desde o período pré-socrático, encontrando novas formulações com os filósofos do período clássico, especialmente Platão e Aristóteles. Estes legaram ao Ocidente medieval a ideia de um cosmo ordenado, no qual a Terra tinha lugar privilegiado. Era um cosmo finito, fechado, dividido em dois planos básicos: o céu e a Terra (como estudamos mais detidamente no capítulo 6).

Podemos imaginar a revolução espiritual que representaram, portanto, as novas concepções da ciência nascente. As conquistas e realizações renascentistas deixaram a maioria das pessoas desorientadas e desconfiadas. O mundo racionalmente ordenado da Antiguidade foi questionado e, aos poucos, dissolvido. O que representaria a cidade, o Império ou a Igreja diante de um universo infinito?

A respeito desse processo, o filósofo e historiador da ciência franco-russo **Alexandre Koyré** (1892-1964) observou:

O homem perdeu seu lugar no mundo, ou, mais exatamente, perdeu o próprio mundo que formava o quadro de sua existência e o objeto de seu saber, e precisou transformar e substituir não somente suas concepções fundamentais, mas as próprias estruturas de seu pensamento. (Do mundo fechado ao universo infinito, p. 14.)

Foi nesse contexto que surgiram alguns dos **problemas e conceitos fundamentais** da filosofia moderna. Vejamos três deles.

A busca de um ponto fixo

Com a divulgação da nova cosmologia, uma das concepções fundamentais até então – a noção aristotélica de espaço **hierarquizado**, isto é, de que cada lugar apresenta uma qualidade própria e específica, diferente da qualidade de outro lugar – foi aos poucos substituída pelo conceito de espaço **homogêneo**. Neste, todos os lugares seguem as mesmas leis, sendo portanto equivalentes, sem um **ponto fixo** referencial determinante de uma ordem ou hierarquia (veja a esse respeito o capítulo 6).

O que se observou foi que o Sol não se converteu no novo centro ou ponto fixo dos modernos, pois o heliocentrismo de Copérnico representou apenas o primeiro passo de um processo de descentralização exterior do mundo.

Como ficará mais claro adiante, o ser humano só encontraria um novo centro ou ponto fixo **em si mesmo**, isto é, em sua própria **razão**, entendida como a capacidade humana de avaliar a realidade e distinguir o verdadeiro do falso.

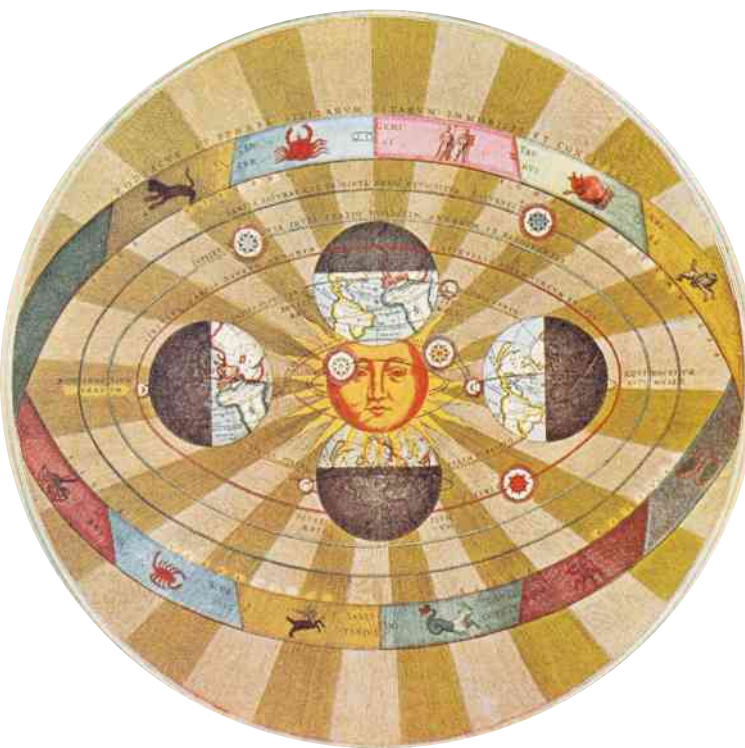


PHOTO RESEARCHERS/NEW YORK PUBLIC LIBRARY/DIOMEDIA

Representação do universo, com o Sol ao centro, baseada no modelo copernicano (1660). Com o heliocentrismo, a Terra deixou de ser considerada o centro do mundo. O Sol ocupou essa posição durante algum tempo, até que se descobriu que ele é apenas o centro de nosso sistema planetário e que existem muitas outras estrelas que cumprem a mesma função em outros sistemas. Muitos interpretam que, profundamente afetado com a crise da visão geocêntrica, o ego humano realizou uma compensação no plano sociocultural, desenvolvendo a visão de mundo **antropocêntrica**, que imperaria até nossos dias.

O mundo como representação

Como propõem diversos estudiosos, até a Idade Média havia prevalecido a noção de que a realidade do mundo se **apresenta** diretamente às pessoas, isto é, mostra-se por si mesma à mente (realismo). Os pensadores da modernidade, por sua vez, tenderam a abordar o mundo com base na ideia de que a realidade não é apresentada à mente, mas sim **representada** por ela.

Desse modo, boa parte deles procurou ultrapassar a percepção imediata do sensível, e o conhecimento do mundo passou a ser interpretado como **representação**. Conforme vimos antes (no capítulo 10), representação é uma operação da mente que re(a)presenta o real e produz uma **imagem** do mundo, ou um **outro** mundo.

Assim, uma das principais características do pensamento moderno foi tentar explicar a realidade a partir de novas formulações racionais. Galileu, por exemplo, explicaria o mundo concreto, sensível, por meio de **relações matemáticas, geométricas**, o que bem pouco se havia feito até então, embora hoje esse seja um procedimento bastante comum.

A procura de um método

A ruptura com toda a autoridade preestabelecida de conhecimento fez com que os pensadores modernos buscassem uma **base segura**, algo que garantisse a verdade de um raciocínio. Assim, um dos principais problemas da filosofia nesse período relacionou-se com o processo de entendimento humano e, mais especificamente, com a seguinte questão: Que garantia posso ter de que um pensamento é verdadeiro? Procurava-se, portanto, um **método**. Sobre este, escreveu Descartes em suas *Regras para a direção do espírito*:

Por método eu entendo regras certas e fáceis que, observadas corretamente, levarão quem as seguirem a atingir o conhecimento verdadeiro de tudo o que for possível. O método consiste na ordem e na disposição das coisas para as quais devemos voltar o olhar do espírito, para descobrir a verdade. (Citado em REZENDE, *Curso de filosofia*, p.88.)

Como a razão estava em alta, o método escolhido foi o **matemático**, pois a matemática já era uma ciência bastante desenvolvida na época, conquistando grandes resultados com seu método lógico-dedutivo. Como ciência exata, ela mostrava-se capaz de garantir um alto grau de segurança e certeza em relação a suas conclusões. Era, portanto, o paradigma ideal tanto para a filosofia como para as ciências, tornando-se o modelo seguido pelo racionalismo do século XVII. (Aprofundaremos a temática do desenvolvimento do método científico no estudo específico das concepções de Francis Bacon e Galileu Galilei, em seguida, e de Descartes, mais adiante neste capítulo.)

Francis Bacon

No auge de sua carreira, ocupando o cargo de grão-chanceler, Bacon foi acusado de corrupção e suborno. Foi julgado e condenado. Embora tenha compreendido que a pesquisa experimental seria responsável pelos rumos e avanços da ciência, ele próprio não desenvolveu concretamente experimentos e descobertas científicas.



KEN WELSH/DESIGN PIES HISTORICAL/DIOMEDIA

Nascido em Londres, Francis Bacon (1561-1626) pertencia a uma família de nobres. Depois de concluir seus estudos em Cambridge, iniciou, em 1577, sua carreira política, através da qual conquistaria os mais importantes postos do reino britânico.

Bacon realizou uma obra científica de inegável valor e é considerado um dos fundadores do **método indutivo de investigação científica**. Atribui-se a ele também a criação do lema “saber é poder”, que revela sua firme disposição de fazer dos conhecimentos científicos um instrumento prático de controle da natureza com vistas à expansão da prosperidade humana.

Teoria dos ídolos

Bacon concebia a ciência como técnica. Por isso, preocupava-se com a utilização dos conhecimentos científicos na vida prática, manifestando grande entusiasmo pelos avanços técnicos que se difundiam em sua época, como a bússola, a pólvora e

a imprensa. Revelava igualmente sua aversão ao pensamento meramente contemplativo e abstrato, característico da escolástica medieval.

Para o filósofo, a ciência deveria valorizar a **pesquisa experimental**, visando proporcionar resultados objetivos para o ser humano. Mas ele alertava que, para isso, era necessário que os cientistas se libertassem daquilo que denominava **ídolos**.

O termo ídolo vem do grego *eidolon* (“imagem, simulacro, fantasma”) e costuma ser usado para se referir aos objetos que representam seres divinos em algumas crenças religiosas, sendo por isso alvo de culto e adoração. Daí derivou a acepção comum hoje de pessoa cultuada, seguida e admirada, geralmente um artista. Mas Bacon usava a palavra ídolo com o sentido específico de **erro enraizado, falsa noção, preconceito e mau hábito mental**.

Em sua obra *Novum organum* (expressão latina que significa “novo instrumento”), o filósofo destaca quatro gêneros de ídolos que entorpecem a mente humana e prejudicam a ciência:

- **ídolos da tribo** – as falsas noções provenientes das próprias limitações da natureza da espécie humana;
- **ídolos da caverna** – as falsas noções do ser humano como indivíduo (alusão ao mito da caverna de Platão, que estudamos no capítulo 12);
- **ídolos do mercado ou do foro** – as falsas noções provenientes da linguagem e da comunicação;
- **ídolos do teatro** – as falsas noções provenientes das concepções filosóficas, científicas e culturais vigentes.

As falsas noções responsáveis pelo insucesso da ciência

Os **ídolos da tribo** estão fundados na própria natureza humana, na própria tribo ou espécie humana. É falsa a asserção de que os sentidos do homem são a medida das coisas. Muito ao contrário, todas as percepções, tanto dos sentidos como da mente, guardam analogia com a natureza humana e não com o universo. O intelecto humano é semelhante a um espelho que reflete desigualmente os raios das coisas e, dessa forma, as distorce e corrompe.

Os **ídolos da caverna** são os dos homens enquanto indivíduos. Pois cada um – além das aberrações próprias da natureza humana em geral – tem uma caverna ou uma cova que intercepta e corrompe a luz da natureza: seja devido à natureza própria e singular de cada um; seja devido à educação ou conversação com os outros; seja pela leitura dos livros ou pela autoridade daqueles que se respeitam e admiram; seja pela diferença de impressões, segundo ocorram em ânimo preocupado e predisposto ou em ânimo equânime e tranquilo; de tal forma que o espírito humano – tal como se acha disposto em cada um – é coisa vária, sujeita a múltiplas perturbações, e até certo ponto sujeita ao acaso. Por isso, bem proclamou Heráclito que os homens buscam em seus pequenos mundos e não no grande ou universal.

Há também os ídolos provenientes, de certa forma, do intercurso e da associação recíproca dos indivíduos do gênero humano entre si, a que chamamos de **ídolos do foro** devido ao comércio e consórcio entre os homens. Com efeito, os homens se associam graças ao discurso, e as palavras são cunhadas pelo vulgo. E as palavras,

impostas de maneira imprópria e inepta, bloqueiam espantosamente o intelecto. Nem as definições, nem as explicações com que os homens doutos se munem e se defendem, em certos domínios, restituem as coisas ao seu lugar. Ao contrário, as palavras forçam o intelecto e o perturbam por completo. E os homens são, assim, arrastados a inúmeras e inúteis controvérsias e fantasias.

Há, por fim, ídolos que imigram para o espírito dos homens por meio das diversas doutrinas filosóficas e também pelas regras viciosas da demonstração. São os **ídolos do teatro**: por parecer que as filosofias adotadas ou inventadas são outras tantas fábulas, produzidas e representadas, que figuram mundos fictícios e teatrais. Não nos referimos apenas às que ora existem ou às filosofias e seitas dos antigos. Inúmeras fábulas do mesmo teor se podem reunir e compor, porque as causas dos erros mais diversos são quase sempre as mesmas. Ademais, não pensamos apenas nos sistemas filosóficos, na sua universalidade, mas também nos numerosos princípios e axiomas das ciências que entraram em vigor, mercê da tradição, da credulidade e da negligência. Contudo, falaremos de forma mais ampla e precisa de cada gênero de ídolo, para que o intelecto humano esteja acautelado.

BACON, *Novum organum*, p. 21.

CONEXÕES

1. Procure relacionar os quatro ídolos propostos por Francis Bacon com situações concretas da atualidade ou de sua vida cotidiana. Depois comente o que você encontrou.

Método indutivo

Para combater os erros provocados pelos ídolos, Francis Bacon propôs o método indutivo de investigação, baseado no exame rigoroso dos fenômenos naturais, que cumpriria as seguintes etapas:

- **observação** atenta e rigorosa da natureza para a coleta de informações;
- **organização racional** dos dados recolhidos empiricamente;
- formulação de **explicações gerais (hipóteses)** que possam levar à compreensão do fenômeno estudado;
- comprovação ou não da hipótese formulada mediante **experimentações** repetidas, em novas circunstâncias.

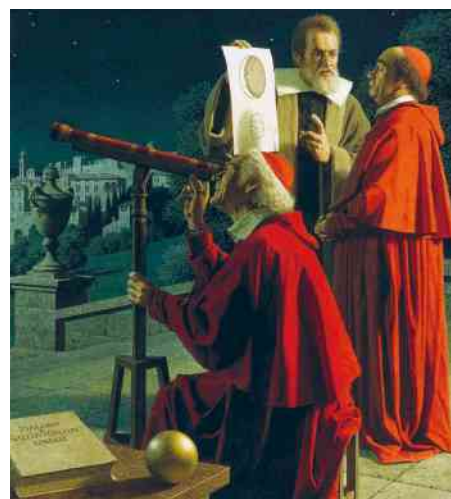
Bacon dizia que aquele que inicia uma investigação com muitas certezas acaba cheio de dúvidas, mas aquele que começa com dúvidas pode terminar com algumas certezas.

Assim, a grande contribuição de Francis Bacon para a história da ciência moderna foi apresentar o conhecimento científico como resultado de um método de investigação capaz de conciliar a observação dos fenômenos, a elaboração racional das hipóteses e a experimentação controlada para comprovar as conclusões.

Galileu Galilei

Nascido na cidade italiana de Pisa, Galileu Galilei (1564-1642) é considerado um dos fundadores da física moderna. Em suas investigações, confirmou ideias contidas na teoria de Copérnico, defendendo, por exemplo, a concepção de que a Terra gira em torno do Sol.

Ao ser advertido pelas autoridades católicas por suas ideias heréticas, Galileu teria comentado que, em se tratando de temas científicos, a *Bíblia* não era um manual a ser obedecido cegamente. Pode parecer um comentário de alguém não religioso, mas Galileu não apenas era católico como acreditava que suas teorias mais apoiavam do que contrariavam a crença em Deus.



JEAN-LEON HUENS/THE BRIDGEMAN LIBRARY/GRUPO KEYSTONE

Galileu, ao centro, explica a topografia lunar para alguns religiosos – Jean-Leon Huens (Coleção particular). Os primeiros telescópios teriam surgido na Holanda, por volta de 1600, para serem usados com finalidades bélicas. Sem nunca ter visto o instrumento, bastando-lhe apenas sua descrição, Galileu construiu seu próprio telescópio e o aperfeiçoou para fins astronômicos.

O pioneirismo rebelde de Galileu atraiu a fúria da Inquisição. Em 1633, foi condenado por seus inquisidores, que lhe impuseram a dramática alternativa: ser queimado vivo em uma fogueira ou retratar-se publicamente, renegando suas concepções científicas. Galileu optou por viver e retratou-se perante o tribunal. Permaneceu, entretanto, fiel às suas ideias e, em 1638, quatro anos antes de morrer, publicou clandestinamente mais uma obra que contrariava os dogmas oficiais de sua época.

Método matemático-experimental

Na tradição grega aristotélica, para entender uma coisa não era preciso estudá-la **experimentalmente**. Bastava esforçar-se por compreender como essa coisa existe e funciona, para depois elaborar uma teoria sobre isso. Assim, para grande parte dos pensadores antigos e medievais, observar as coisas, agir sobre a natureza e pensar como matemático eram práticas incompatíveis.

Já Galileu – professor de matemática da Universidade de Pisa – decidiu, de forma inovadora, aplicar a matemática ao estudo experimental da natureza. Desse modo, alcançou grandes realizações, entre as quais podemos destacar:

- a elaboração da lei da queda livre dos corpos, segundo a qual a aceleração de um corpo em queda é constante, independentemente de o corpo ser leve ou pesado, grande ou pequeno. A demonstração dessa lei exige condições ideais (vácuo);
- a construção e o aperfeiçoamento de um telescópio, com o qual efetuou observações astronômicas que o levaram a descobrir o relevo montanhoso da Lua, quatro satélites de Júpiter, as formas diferentes de Saturno, as fases de Vênus e a existência das manchas solares.

Mas não é apenas por suas descobertas específicas que Galileu merece especial destaque na história das ciências. Uma de suas mais extraordinárias contribuições foi ter assumido uma **nova postura de investigação científica**, cuja metodologia tinha como bases:

- a **observação** paciente e minuciosa dos fenômenos naturais;
- a realização de **experimentações** para comprovar uma tese;
- a valorização da **matemática** como instrumento capaz de enunciar as **regularidades** observadas nos fenômenos.

Assim, enquanto Francis Bacon arquitetou o palco da ciência moderna, Galileu entrou em cena e fez ciência.

Newton: a ordem do universo

Algumas décadas após a morte de Galileu, o físico, matemático e astrônomo inglês Isaac Newton (1642-1727) levaria a termo a revolução científica iniciada pelo cientista italiano, dando origem à **física clássica**.

Em sua obra principal, *Princípios matemáticos da filosofia natural* (denominava-se então “filosofia natural” o que hoje consideramos “ciências naturais”), Newton estabelece alguns princípios científicos fundamentais, como as noções de **simplicidade** e de **uniformidade** da natureza.

Decorre também do pensamento de Newton a concepção do mundo como uma **grande máquina**, cujas partes podem ser conhecidas através da observação e da experimentação (conforme vimos no capítulo 6). Para o cientista, esse grande mecanismo seria, por sua vez, obra de um ser inteligente e regente universal: Deus (compreensão que deu origem à metáfora do “Grande Relojoeiro”, que se popularizaria com o filósofo francês Voltaire).

Para Newton, porém, não podemos conhecer Deus, porque só nos é possível conhecer por meio de nossos sentidos. Portanto, só é possível afirmar a existência de Deus a partir da ordem presente no universo.

Detalhe de *Isaac Newton* – Hermann Goldschmidt. O físico inglês criou no âmbito da ciência o que seriam as bases de inspiração para a investigação sobre o conhecimento no campo da filosofia desenvolvida no século XVIII (que estudaremos no próximo capítulo).



ACADÉMIE DES SCIENCES, PARIS, FRANÇA

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. Identifique e explique pelo menos três consequências da revolução espiritual causada pela descoberta de que a Terra não era o centro do Universo, determinantes na produção filosófica do indivíduo moderno.
5. Qual foi a estratégia proposta por Francis Bacon para combater os erros provocados pelos ídolos? Explique cada passo.
6. Segundo Galileu, o “livro” do universo “está escrito em língua matemática, os caracteres são triângulos, circunferências e outras figuras geométricas”. Como você explica essa afirmação? Como essa ideia se expressa no trabalho científico de Galileu?
7. Sintetize a nova metodologia científica adotada por Galileu Galilei.
8. Destaque aspectos do pensamento de Isaac Newton a respeito do mundo e de Deus.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Saber é poder

Francis Bacon entendia que “saber é poder”. Reflita sobre essa afirmação. Você acha que o conhecimento é fonte de poder? Pense nos vários tipos de conhecimento (político, tecnológico etc.) e nos vários meios de poder. Depois reúna-se com colegas para trocar ideias e debater o tema.

GRANDE RACIONALISMO

O conhecimento parte da razão

Durante o século XVII, a confiança no poder da razão no processo de conhecimento chega a seu auge no contexto da filosofia, à qual a ciência ainda se mantinha vinculada. Por isso a produção filosófica dessa época costuma ser denominada **grande racionalismo**.

Conforme vimos antes, no campo das teorias do conhecimento, **racionalismo** designa a doutrina que privilegia o papel da razão no processo de conhecer a verdade (reveja o trecho a esse respeito no capítulo 10). Abordaremos em seguida dois dos principais filósofos racionalistas desse período: René Descartes (nosso velho conhecido) e Baruch Espinosa.

René Descartes

René Descartes (1596-1650) nasceu em La Haye, França, em uma família de prósperos burgueses. Decepcionado com a formação tomista-aristotélica que recebera no colégio jesuíta de La Flèche, decidiu buscar a ciência por conta própria, esforçando-se por decifrar o “grande livro do mundo”. Em suas inúmeras viagens pela Europa, estabeleceu contatos com vários sábios de seu tempo, entre eles Blaise Pascal, que estudaremos adiante.

Vejam algumas concepções básicas de seu pensamento. Algumas delas já foram estudadas em capítulos anteriores, mas é importante fa-

René Descartes (1648)
– Frans Hals, óleo sobre tela. Temendo perseguições religiosas e tendo em mente a condenação de Galileu, Descartes foi bastante cauteloso na exposição de suas ideias. Autocensurou vários trechos de suas obras para evitar tanto a repressão da Igreja Católica como a reação fanática dos protestantes. Apesar disso, o que publicou é suficientemente vasto e valioso para situá-lo como um dos pais da filosofia moderna.



MUSEU DO LOUVRE, PARIS, FRANÇA

zermos aqui uma breve recapitulação, recontextualizando alguns conceitos, para que você tenha um quadro mais completo do pensamento cartesiano.

Dúvida metódica

Vimos anteriormente que Descartes afirmava que, para conhecer a verdade, é preciso, de início, colocar todos os nossos conhecimentos em **dúvida**. É necessário questionar tudo e analisar criteriosamente se existe algo na realidade de que possamos ter plena certeza.

Fazendo uma aplicação metódica da dúvida, o filósofo percebeu que a única verdade totalmente livre de dúvida era que ele pensava. Deduziu então que, se pensava, existia (“Penso, logo existo”). Para Descartes, essa seria uma verdade absolutamente **firme, certa e segura**, que por isso mesmo deveria ser adotada como **princípio básico** de toda a sua filosofia. Era sua base, seu novo centro, seu ponto fixo.

É preciso ressaltar que o termo **pensamento** é utilizado pelo filósofo em um sentido bastante amplo, abrangendo tudo o que afirmamos, negamos, sentimos, imaginamos, cremos e sonhamos. Assim, o ser humano seria, para ele, uma substância essencialmente pensante. (Para mais detalhes, veja o tema da dúvida metódica no capítulo 2).

Dualismo

Também estudamos anteriormente que Descartes, aplicando a dúvida metódica, chegou à conclusão de que no mundo haveria apenas duas substâncias, essencialmente distintas e separadas:

- a **substância pensante** (*res cogitans*), correspondente à esfera do eu ou da consciência;
- a **substância extensa** (*res extensa*), correspondente ao mundo corpóreo, material.

O ser humano seria composto dessas duas substâncias, enquanto a natureza se constituiria apenas de substância extensa. Essa era uma concepção que se chocava com a noção tomista-aristotélica predominante, segundo a qual haveria tantas substâncias quantos são os seres que existem.

A metafísica cartesiana também incluía uma **substância infinita** (*res infinita*), relativa a **Deus**, o ser que teria criado todas as coisas. Mas essa substância não seria parte deste mundo, pois o Deus cartesiano é **transcendente**, está separado de sua criação. (Para mais detalhes sobre o dualismo cartesiano, veja os trechos a esse respeito nos capítulos 6 e 7).

Idealismo

Descartes concluiu, porém, que o pensamento (ou consciência) é algo mais certo que qualquer corpo, pois ele considerava a matéria “algo apenas conhecível, se é que o é, por dedução do que se sabe da mente” (RUSSELL, *História da filosofia ocidental*, v. 2, p. 88).

Essa é uma concepção **idealista**, tanto em termos ontológicos como epistemológicos, pois prioriza o ser pensante em contraposição à matéria, bem como a atividade do sujeito pensante em relação ao objeto pensado.

Racionalismo

Descartes era um **racionalista** convicto. Recomendava que desconfiássemos das percepções sensoriais, responsabilizando-as pelos frequentes erros do conhecimento humano. Dizia que o verdadeiro conhecimento das coisas externas devia ser conseguido através do trabalho lógico da mente. Nesse sentido, considerava que, no passado, dentre todos os indivíduos que buscaram a verdade nas ciências, “só os matemáticos puderam encontrar algumas demonstrações, isto é, algumas razões certas e evidentes” (DESCARTES, *Discurso do método*, p. 39).

Descartes atribuía, portanto, grande valor à matemática como instrumento de compreensão da realidade. Ele próprio foi um grande matemático, considerado um dos criadores da **geometria analítica** – sistema que tornou possível a determinação de um ponto em um plano mediante duas linhas perpendiculares fixadas graficamente (as **coordenadas cartesianas**).



Detalhe da obra *Descartes na corte da rainha Cristina* (século XVIII) – Pierre-Louis Dumesnil, óleo sobre tela. A imagem retrata uma demonstração de geometria feita por Descartes à rainha da Suécia e sua corte. Em fins de 1649, Descartes aceitou o convite da jovem monarca para se estabelecer em Estocolmo e ministrá-lhe lições. Em pleno inverno nórdico, ao final de um mês de estadia, no entanto, desenvolveu uma pneumonia que em poucos dias levou-o à morte, aos 53 anos de idade.

CHATEAU DE VERSAILLES, VERSAILLES, FRANÇA

Método cartesiano

Da sua obra *Discurso do método*, podemos destacar quatro regras básicas, consideradas por Descartes capazes de conduzir o espírito na busca da verdade:

- **regra da evidência** – só aceitar algo como verdadeiro desde que seja absolutamente evidente por sua **clareza e distinção**. As ideias claras e distintas seriam encontradas na própria atividade mental, independentemente das percepções sensoriais externas. Devido a elas, Descartes propôs a existência das **ideias inatas** (com as quais nascemos), que são plenamente racionais. Exemplos: as ideias matemáticas, as noções gerais de extensão e movimento, a ideia de infinito etc.
- **regra da análise** – dividir cada uma das dificuldades surgidas em tantas **partes** quantas forem necessárias para resolvê-las melhor.
- **regra da síntese** – reordenar o raciocínio indo dos problemas mais simples para os mais complexos.
- **regra da enumeração** – realizar verificações completas e gerais para ter absoluta segurança de que nenhum aspecto do problema foi omitido.

Herança cartesiana

O pensamento de Descartes influi profundamente no pensamento posterior. Sua concepção dualista do ser humano ainda é sentida em diversos campos do conhecimento. E seu método contribuiu grandemente para uma visão reducionista da realidade (reveja o que é o reducionismo consultando o capítulo 6).

Sua tentativa, porém, de reconstruir o edifício do conhecimento talvez não tenha obtido resultados tão fecundos quanto o efeito demolidor que causou. Por isso podemos dizer – junto com alguns de seus comentadores – que Descartes celebrou-se não propriamente pelas questões que resolveu, mas, sobretudo, pelos problemas que formulou – os quais foram herdados pelos filósofos posteriores. As filosofias de Espinosa, Leibniz e Malebranche são exemplos disso, pois foram construídas a partir da meditação dos problemas postos por Descartes e seguindo estruturas provenientes do pensamento dele (cf. ALQUIÉ, *A filosofia de Descartes*, p. 141).

Baruch Espinosa

Baruch Espinosa (1632-1677) nasceu na Holanda, filho de imigrantes judeus de origem hispano-portuguesa. Em sua filosofia, desenvolveu um **racionalismo radical**, caracterizado principalmente pela **crítica às superstições** religiosa, política e filosófica.



SCIENCE PHOTO LIBRARY/LATINSTOCK

Para Espinosa, a ética é a ciência prática daquilo que é. A felicidade corresponderia, desse modo, à compreensão lógica do mundo e da vida, o que se alcançaria pelo amor intelectual do verdadeiro Deus, que é imanente ao real. Há, portanto, como em Giordano Bruno, um **panteísmo** em seu pensamento, pois identifica Deus com a totalidade das coisas (*Deus sive Natura*). Espinosa foi muito perseguido por isso.

De acordo com o filósofo, a fonte de toda superstição é a **imaginação**. Incapaz de compreender a verdadeira ordem do universo, a imaginação credita a realidade a um **Deus transcendente e voluntarioso**, nas mãos de quem os seres humanos não passam de joguetes. E a partir da superstição religiosa se desenvolveriam as superstições políticas e filosóficas.

Para combater essas superstições em sua origem, Espinosa escreveu o texto *Ética*, no qual busca provar, como em uma **demonstração geométrica** (isto é, com definições, axiomas e postulados, dos quais se segue uma série de teoremas e corolários), a natureza racional de Deus, que se manifesta em todas as coisas.

Segundo o filósofo, Deus não criou o mundo nem está fora do mundo: ele é o próprio universo. Por isso, dizia "*Deus sive Natura*" ("Deus ou Natureza") e propunha a equação Deus = Natureza. Trata-se, portanto, de um Deus **imanente**, que está inseparavelmente contido e implicado em toda a realidade.

Vejamos, então, de forma simplificada, como Espinosa chegou a essa conclusão, bastante perturbadora para a época e que lhe causou muitas perseguições.

Monismo espinosano

Para entendermos a concepção de Deus de Espinosa e o porquê de sua imanência, devemos compreender primeiramente seu conceito de **substância**:

III. Por substância entendo o que existe em si e por si é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não carece do conceito de outra coisa do qual deva ser formado. (*Ética*, p. 78.)

Sua definição de substância está apoiada, portanto, na de Descartes, para quem a substância é **aquilo que não precisa de nada fora de si mesmo para existir**. No entanto, a partir desse entendimento, Espinosa chegou a uma conclusão distinta da do filósofo francês (que concluiu, como sabemos, que existem duas substâncias: o corpo e a alma): ele deduz que somente a **totalidade das coisas** não depende de nada fora de si para ser o que é (uma totalidade).

Para entender seu raciocínio, pense, por exemplo, que a existência de uma coisa, para ser explicada, sempre remete a outra coisa, e esta a outra, e assim sucessivamente. Depois considere que todas essas coisas sempre estarão dentro do mundo, constituindo sua totalidade. Assim, somente a totalidade – que contém todas as coisas, umas remetendo às outras – não remeteria a algo além de si, pois se remettesse não seria totalidade.

Isso quer dizer que a única substância verdadeira – isto é, à qual se pode atribuir esse nome – é a totalidade das coisas, ou, dito de outra maneira, **a totalidade de tudo é uma única substância**. Trata-se, portanto, de uma concepção **monista** da realidade, isto é, que considera que tudo o que existe está fundado em uma única realidade ou substância (reveja o trecho a esse respeito no capítulo 6).

Necessitamos, agora, entender outros dois conceitos de Espinosa:

IV. Por atributo entendo o que o intelecto percebe da substância como constituindo a essência dela. [...]

VI. Por Deus entendo o ente absolutamente infinito, isto é, uma substância que consta de infinitos atributos, cada um dos quais exprime uma essência eterna e infinita. (*Ética*, p. 78.)

Por essas definições, é possível ver que, apesar de contrariar as conclusões de Descartes, Espinosa

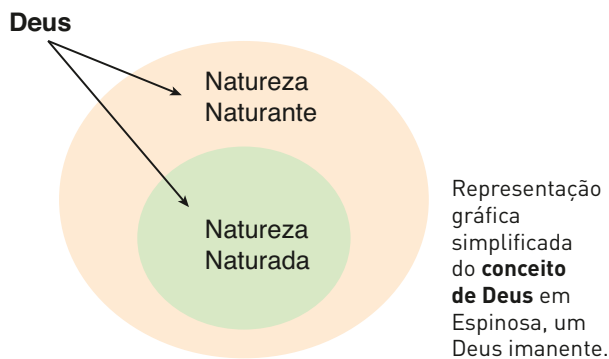
tinha outra premissa semelhante à do francês: a concepção de que **Deus é infinito**. Isso significa que a **infinitude** é um atributo de Deus, uma qualidade que faz parte de sua essência, conforme sua definição de atributo. Ora, se analisarmos o conceito de infinitude, veremos que se trata de um atributo muito especial, pois corresponde a um conceito matemático que exprime a ausência de quaisquer limites e que, por isso, não depende de alguma outra coisa para ser explicado.

Dessa forma, se a infinitude faz parte da essência de Deus, se Deus **é** infinito, ele não tem limitações; quer dizer, não há nada que ele não seja, senão ele seria finito. E aquilo que é infinito, justamente por não conhecer fronteiras ou limites, abrange a totalidade das coisas, que é a única substância do mundo. Chegamos, assim, por dedução, à conclusão de que Deus é a única e verdadeira substância do mundo, que é a totalidade das coisas, as quais são, por sua vez, a própria natureza.

Deus imanente

Assim, como substância única, no mesmo ato em que Deus cria a si mesmo, pois existir faz parte de sua essência, ele cria também, continuamente, todas as coisas, que são **efeitos** de sua potência infinita (também denominados **modos da substância**). Deus (ou Natureza), então, pode ser compreendido sob dois aspectos:

- **Natureza Naturante** – que é a substância e seus atributos como atividade eterna e infinita causadora do real;
- **Natureza Naturada** – que é a totalidade dos efeitos ou modos da atividade da Natureza Naturante.



Segundo Espinosa, essa seria a **ideia adequada** de Deus, a qual contradiz, portanto, a tradição teológico-metafísica (que concebe Deus como criador do mundo a partir do nada, um ser transcendente, que existe fora e acima de toda a sua criação). Deus, para o filósofo holandês:

[...] não é causa eficiente transitiva de todas as coisas ou de todos os seus modos, isto é, não é uma causa que se separa dos efeitos após havê-los produzido, mas é causa eficiente imanente de seus modos, não se separa deles, e sim se exprime neles e eles O exprimem. A causa imanente faz com que a totalidade constituída pela Natureza Naturante e pela Natureza Naturada seja a unidade eterna e infinita cujo nome é Deus. (CHAUI, *Espinosa: uma filosofia da liberdade*, p. 47.)

No interior desse entendimento profundamente racionalista, Espinosa não deu espaço para tragédia nem mistérios: tudo se tornaria compreensível à luz da razão. A filosofia seria o conhecimento racional de Deus. Não haveria livre-arbítrio, uma vez que Deus se identifica com a natureza universal e, portanto, tudo o que existe é **necessário** e não pode ser transgredido, pois faz parte da natureza divina. A liberdade humana consistiria, então, na consciência dessa necessidade.

União corpo e alma

Evidentemente, Espinosa se opôs ao dualismo cartesiano. Para ele, o ser humano não seria uma união de duas substâncias, como pensara Descartes. Na ontologia monista espinosana, a alma e o corpo constituem **modos distintos** da mesma e única substância (Deus ou Natureza). Isso quer dizer que são efeitos ou expressões finitas da atividade de atributos da substância infinita. Disso decorre a união entre corpo e alma e a comunicação imediata, sem intermediação, entre eles.

Além disso, **não** haveria uma **relação hierárquica** entre os dois, pois, segundo Espinosa, corpo e alma exprimem simultaneamente a atividade de atributos substanciais de potência e realidade equivalentes. Desse modo, sua filosofia rompia outra vez com a tradição, que desde Platão havia concebido uma relação de superioridade ou comando da alma sobre o corpo.

Pascal: um pensador contra a corrente

Blaise Pascal (1623-1662) – nascido em Clermont-Ferrand, na França – viveu na época do grande racionalismo, mas foi um dos principais críticos de seus contemporâneos e da confiança excessiva que mostravam ter na razão.

Apesar de ter sido um grande matemático e físico, inventor da primeira calculadora, não aceitava o reducionismo matemático nas questões humanas. Exemplo disso é sua frase lapidar: “O coração tem razões que a razão desconhece” (*Pensamentos*, p. 107). Pascal preferiu refletir sobre a **condição trágica do ser humano**, ao mesmo tempo magnífico e miserável, capaz de alcançar grandes verdades e gerar grandes erros.

Em sua obra *Pensamentos* (da qual transcrevemos os diversos fragmentos a seguir), escrita sob a forma de aforismos, questiona a situação paradoxal do ser humano em meio a toda a realidade existente: “No fundo, o que é o homem na natureza? É nada em relação ao infinito, é tudo em relação ao nada, algo de intermediário entre o nada e o tudo”. Diante das novas teorias astronômicas de seu tempo, confessa: “O silêncio eterno dos espaços infinitos apavora”.

Assim, em vez de mostrar a mesma confiança na razão que caracterizava os pensadores de seu tempo, Pascal defendeu a ideia de que o ser humano não pode conhecer o princípio e o fim das realidades que busca compreender. Estaria limitado apenas às aparências, já que, em suas palavras, “só o autor dessas maravilhas as compreende; ninguém mais pode fazê-lo”.

Cristão fervoroso, Pascal polemizou contra o Deus dos filósofos e dos sábios, um deus transformado em engenheiro do mundo, que, uma vez criado, seguiria seu rumo em cego mecanicismo. Seu alvo principal era Descartes e sua concepção de um Deus das verdades geométricas.

Para Pascal, a razão humana seria impotente para provar a existência de Deus, de modo que a crença no ser divino se assentaria apenas na **fé**. “O supremo passo da razão está em reconhecer que há uma infinidade de coisas que a ultrapassam.” Dessa forma, ele dirá: “O coração – e não a razão – é que sente Deus. E isto é a fé: Deus sensível ao coração e não à razão”.



ALBUM/AGF-IMAGES/LATINSTOCK

Pascal realizou estudos e experimentos, principalmente em matemática e física, com importantes contribuições. Mas foram suas reflexões filosóficas que mais surpreenderam e o tornaram objeto de estudo até nossos dias (Coleção particular).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

9. Em que consistiu a dúvida metódica de Descartes? Qual era o seu objetivo ao aplicá-la?
10. Comente o cogito e seu corolário (consequência lógica, necessária) mais imediato.
11. Que regras propõe Descartes para dirigir o espírito na busca da verdade? Explique-as.
12. O que diferencia as superstições religiosas da ideia correta de Deus, segundo a concepção de Espinosa?
13. Como Espinosa entende a substância?
14. Quais são os dois aspectos pelos quais Deus pode ser compreendido?
15. Como Espinosa entende o ser humano no contexto de sua ontologia?
16. Compare o Deus de Espinosa com o Deus de Pascal. Qual Deus parece mais verossímil para você? Justifique.
17. Por que se diz que Pascal foi um filósofo “contra a corrente”?

CONVERSA FILOSÓFICA

3. A essência do ser humano

Para os racionalistas do século XVII, a essência do ser humano é a razão. Pascal e, mais tarde, a psicologia do inconsciente (estudada no capítulo 4) questionaram essa afirmação, no entendimento de que a racionalidade não tem tanta hegemonia na alma ou mente humana.

Qual é a sua interpretação a respeito desse tema? Como você vê a si mesmo e às pessoas que conhece? Reúna-se com colegas para debater esse tema.

4. Deus dos filósofos

Pascal foi um crítico contumaz do Deus dos filósofos. O que será que quer dizer a expressão “Deus dos filósofos”?

Reúna-se com colegas para rever as diversas concepções de Deus estudadas, desde Platão. O que existe de comum entre elas? Em que diferem do Deus das diversas religiões? Por que Pascal critica o Deus dos filósofos?

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

[UnB-DF] “Do princípio do século XVII ao fim do século XVIII, o aspecto geral do mundo natural alterou-se de tal forma que Copérnico teria ficado pasmo. A revolução que ele iniciara desenvolveu-se tão rápido e de modo tão amplo que não só a astronomia se transformou, mas também a física. Quando isso aconteceu, dissolveram-se os últimos vestígios do universo aristotélico. A matemática tornou-se uma ferramenta cada vez mais essencial para as ciências físicas.

A visão do universo adotada por Galileu – morto em 1642, ano do nascimento de Isaac Newton – baseava-se na observação, na experimentação e numa generosa aplicação da matemática. Uma atitude de certa forma diferente daquela adotada por seu contemporâneo mais jovem, René Descartes, que começou a formular uma nova concepção filosófica do universo, que viria a destruir a antiga visão escolástica medieval.

Em 1687, Newton publicou os *Principia*, cujo impacto foi imenso. Em um único volume, reescreveu toda a ciência dos corpos em movimento com uma incrível precisão matemática. Completou o que os físicos do fim da Idade Média haviam começado e que Galileu tentara trazer à realidade. As três leis do movimento, de Newton, formam a base de todo o seu trabalho posterior.”

RONAN, COLIN A. *História ilustrada da ciência: da Renascença à revolução científica*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p. 73, 82-3 e 99 (com adaptações).

Os trabalhos de Aristóteles e Galileu representam dois momentos marcantes do desenvolvimento das ciências naturais no Ocidente. Assinale a opção que sintetiza corretamente as contribuições de cada um deles para a história da ciência.

- a) Aristóteles produziu conhecimento acerca do universo de modo empírico e experimental, ao passo que Galileu defendeu o uso da matemática como ferramenta de descoberta, relegando a lógica a uso apenas argumentativo.
- b) O conhecimento de Aristóteles acerca do universo era especulativo, embasado na lógica que ele mesmo criara, diferentemente do conhecimento de Galileu, que defendia o uso da matemática como ferramenta de descoberta, relegando a lógica a uso apenas argumentativo.
- c) A despeito de diferenças quanto à percepção do universo, como heliocêntrico ou geocêntrico, tanto Galileu quanto Aristóteles atribuíam à lógica o poder de desvelar relações de causalidade entre os fenômenos naturais.
- d) O conhecimento de Aristóteles acerca do universo era empírico, e o de Galileu, contemplativo, diferindo ambos quanto ao grau de manipulação dos fenômenos naturais na construção dos conceitos científicos.

Sessão cinema

Decameron (1970, Itália/França/Alemanha, direção de Pier Paolo Pasolini)

Adaptação de dez contos de obra homônima de Boccaccio, que mostram aspectos do cotidiano, da religiosidade e dos costumes da cidade de Nápoles no século XIV, em histórias divertidas e picantes.

Descartes (1974, Itália, direção de Roberto Rossellini)

Obra sobre a vida de Descartes e sua busca pelo conhecimento. Inclui o processo de escritura e publicação de alguns de seus principais livros e os debates em torno de suas ideias.

Galileu (1968, Itália, direção de Liliana Cavani)

Vida e obra de Galileu, com destaque para o seu julgamento pela Inquisição.

Giordano Bruno (1973, Itália, direção de Giuliano Montaldo)

Retrato de parte da vida de Bruno e de seus problemas com a Igreja por suas ideias. Mostra o processo movido pela Inquisição até a sua morte na fogueira.

Pascal (1972, Itália, direção de Roberto Rossellini)

Vida de Pascal desde os 17 anos, abordando suas obras científicas (os estudos matemáticos, a criação da primeira calculadora mecânica, os trabalhos sobre o vácuo, os fluidos e a pressão atmosférica) e filosóficas.

A Rainha Margot (1994, França/Alemanha/Itália, direção de Patrice Chéreau)

Obra sobre a questão religiosa e política entre católicos e protestantes no século XVI.

Para pensar

No texto a seguir, você verá uma análise sobre como os fundadores da ciência e da filosofia modernas (Galileu, Descartes etc.) atuaram de modo decisivo para dissolver a ideia grega de cosmo, consagrada sobretudo na física aristotélica. Leia o texto e responda às questões.

A revolução científica moderna

Não tentarei, aqui, explicar as razões e as causas que provocaram a revolução espiritual do século XVI. Para nossas finalidades, basta descrevê-la, caracterizar a atitude mental ou intelectual da ciência moderna através de dois traços que se completam um ao outro. São eles: 1) a destruição do cosmo e, conseqüentemente, o desaparecimento, na ciência, de todas as considerações baseadas nessa noção; 2) a geometrização do espaço, isto é, a substituição, pelo espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, da concepção de um espaço cósmico qualitativamente diferenciado e concreto, o espaço da física pré-galileana. Podem-se resumir e exprimir essas duas características da seguinte maneira: a matematização (geometrização) da ciência.

A dissolução do cosmo grego

A dissolução do cosmo significa a destruição de uma ideia, a ideia de um mundo de estrutura finita, hierarquicamente ordenado [...] Essa ideia é substituída pela ideia de um universo aberto, indefinido e até infinito, unificado e governado pelas mesmas leis universais, um universo no qual todas as coisas pertencem ao mesmo nível do ser, contrariamente à concepção tradicional que distinguia e opunha os dois mundos do céu e da Terra. Doravante, as leis do céu e as leis da Terra se fundem. A astronomia e a física tornam-se interdependentes, unificadas e unidas. Isso implica o desaparecimento, da perspectiva científica, de todas as considerações baseadas no valor, na perfeição, na harmonia, na significação e no desígnio. Tais considerações desaparecem no espaço infinito do novo universo. É nesse novo universo, nesse novo mundo, onde uma geometria se faz realidade, que as leis da física clássica encontram valor e aplicação.

A dissolução do cosmo, repito, me parece a revolução mais profunda realizada ou sofrida pelo espírito humano desde a invenção do cosmo pelos gregos. É uma revolução tão profunda, de consequências tão remotas, que, durante séculos, os homens – com raras exceções, entre as quais Pascal – não lhe apreenderam o alcance e o sentido. Ainda agora, ela é muitas vezes subestimada e mal compreendida.

A reforma das estruturas do pensamento

O que os fundadores da ciência moderna, entre os quais Galileu, tinham de fazer não era criticar e combater certas teorias erradas, para corrigi-las ou substituí-las por outras melhores. Tinham de fazer algo inteiramente diverso. Tinham de destruir um mundo e substituí-lo por outro. Tinham de reformar a estrutura de nossa própria inteligência, reformular novamente e rever seus conceitos, encarar o ser de uma nova maneira, elaborar um novo conceito do conhecimento, um novo conceito da ciência, e até substituir um ponto de vista bastante natural – o do senso comum – por um outro que, absolutamente, não o é.

Isso explica por que a descoberta de coisas e de leis, que hoje parecem tão simples e tão fáceis que são ensinadas às crianças – leis do movimento, lei da queda dos corpos –, exigiu um esforço tão prolongado, tão árduo, muitas vezes vão, de alguns dos maiores gênios da humanidade, como Galileu e Descartes.

KOYRÉ, *Estudos de história do pensamento científico*, p. 154-155; intertítulos nossos.

1. Segundo o autor do texto, quais são os dois traços característicos que marcam a ciência moderna?
2. “Doravante, as leis do céu e as leis da Terra se fundem.” O que Koyré quis dizer com essa frase? O que causou essa fusão?
3. A que se refere o autor quando diz que a ciência moderna teve “até [de] substituir um ponto de vista bastante natural – o do senso comum – por outro que absolutamente não o é”?

Capítulo 15

NATIONAL GALLERY, LONDRES,
REINO UNIDO

- Qual é o principal recurso pictórico utilizado na pintura ao lado? Que experimento ela retrata? Como reagem as pessoas? Qual poderia ser sua mensagem (ou problema)?



Experimento com um pássaro em uma bomba de ar (1768) – Joseph Wright. Uma cacatua se debate asfixiada dentro de um globo de vidro, sob a ação de um filósofo natural (ou cientista).

Empirismo e Iluminismo

Vamos agora cruzar o canal da Mancha para estudar o pensamento desenvolvido por filósofos britânicos que se opuseram ao grande racionalismo dos filósofos continentais, defendendo concepções empiristas.

Depois abordaremos pensadores do século XVIII, o “século das Luzes”, quando a confiança nos poderes da razão continuou em alta e a investigação filosófica se expandiu para todos os campos da atividade humana, sendo exercida também “nas ruas e nos salões”.

Questões filosóficas

- Como conhecemos?
- Existem ideias inatas?
- Como chegamos a conclusões gerais a partir do particular?
- O que é o bem e o mal?
- Por que o ser humano vive em sociedade?
- O que legitima o poder político?

Conceitos-chave

racionalismo, empirismo, apriorismo, ideias inatas, corpos naturais, corpos artificiais, tábula rasa, experiência, sensação, reflexão, contratualismo, livre-iniciativa, idealismo subjetivo imaterialista, indução, dedução, Iluminismo, progresso, tolerância, igualdade jurídica, propriedade privada, separação dos poderes, liberdade, bom selvagem, estado de natureza, perfectibilidade, vontade geral, liberalismo econômico, trabalho, autonomia, juízos analíticos e sintéticos *a priori* e *a posteriori*, formas *a priori* da sensibilidade e do entendimento

EMPIRISMO BRITÂNICO

O conhecimento parte da experiência

Começamos nosso estudo pelo contexto histórico-filosófico. Vimos no capítulo anterior que o desenvolvimento da ciência moderna nos séculos XVI e XVII inseriu-se em um contexto de questionamento sobre os critérios e os métodos para a elaboração de um **conhecimento verdadeiro**.

Por essa razão, o próprio processo de conhecer passou a ser investigado e discutido intensamente por boa parte dos principais filósofos. Essa discussão concentrou-se entre os séculos XVII e XVIII. Em consequência, foi na Idade Moderna que se formularam algumas das principais **gnosologias** – teorias a respeito do conhecimento – da história da filosofia (conforme estudamos no capítulo 10).

■ Processo de conhecer

Recordemos que as duas principais vertentes que se destacaram no início dessa discussão filosófica foram:

- a **racionalista** – que defendia basicamente a tese de que o conhecimento obtido pela razão (e fundamentalmente em seu uso lógico-dedutivo) é mais confiável do que aquele que se obtém pela experiência sensível, desqualificando o valor da experiência no processo de conhecer a verdade;
- a **empirista** – que considerava um erro desqualificar totalmente a experiência, com base na tese de que qualquer conhecimento se origina, em última análise, da experiência.

Algum tempo depois, em pleno Iluminismo, o filósofo alemão Immanuel Kant entraria nesse debate, realizando uma espécie de síntese das duas correntes em sua doutrina **apriorista**. Veremos com mais detalhe como foi o processo dessa discussão ao longo deste capítulo.

Ideias inatas

O início do debate esteve vinculado ao pensamento de René Descartes, o primeiro e principal expoente do racionalismo moderno.

No capítulo anterior, vimos que o filósofo francês dizia que o verdadeiro conhecimento das coisas externas devia ser conseguido por meio do trabalho lógico-dedutivo da mente, ou seja, a partir de uma ideia evidente e certa poderiam ser deduzidas outras sucessivamente.

Um dos principais argumentos de Descartes para justificar essa concepção era sua suposição

NATIONAL GALLERY OF ART, WASHINGTON, EUA



A menina com chapéu vermelho (1666-1667) – Jan Vermeer. Valorização da percepção dos sentidos.

O pintor teria traçado a imagem projetada na câmara escura e depois copiado o padrão de luzes e sombras, de forma a alcançar uma imagem “fotográfica”, fiel à impressão fornecida pela visão do próprio objeto.

a respeito da existência de ideias fundadoras do conhecimento, as chamadas **ideias inatas**.

Trata-se de ideias que teriam nascido com o sujeito pensante e que, por isso, dispensariam a percepção de um objeto exterior para se formarem no pensamento. Os conceitos matemáticos e a noção de Deus seriam exemplos de ideias inatas, segundo Descartes.

Entre os principais defensores do **inatismo** no processo de conhecimento encontram-se Platão, na Antiguidade, e Santo Agostinho, na Idade Média, além do próprio Descartes, na filosofia moderna.

Reação empirista

A filosofia cartesiana, principalmente a tese da existência de ideias inatas, provocou forte reação de vários pensadores. Alguns deles passaram a defender justamente a tese oposta, isto é, de que o processo de conhecimento depende sempre da **experiência** e dos **sentidos**, pelo menos como ponto de partida, em sua origem última, e que consequentemente não existiriam ideias inatas.

Assim surgiram diversas doutrinas modernas **empiristas** (recorde que essa palavra vem do grego *empeiria*, que significa “experiência”). Entre os principais defensores de gnosíologias empiristas encontram-se Aristóteles, na Antiguidade, e Santo Tomás de Aquino, na Idade Média, além dos pensadores que estudaremos em seguida.

O palco inicial do empirismo moderno ocorreu durante o século XVII nas ilhas britânicas, notadamente na Inglaterra, onde a filosofia se afasta do padrão especulativo (cartesiano) e se lança cada vez mais ao concreto, à experiência, à ciência.



Carlos I da Inglaterra – Anthony van Dyck, óleo sobre tela. A Revolução Gloriosa (1688-1689), última etapa da revolução liberal inglesa, instituiu a monarquia parlamentarista na Inglaterra. Estabeleceu-se, assim, a superioridade das leis sobre a vontade do rei (dizia-se na época que “o rei reina, mas não governa”). O processo revolucionário iniciou-se em 1642, com uma guerra civil na qual o rei Carlos I acabou sendo preso e decapitado. Na pintura, vemos o monarca em uma cena de caça.

Paralelamente, no plano social, grande parte da burguesia conquistava não apenas poder econômico, mas também poder político e ideológico, impondo o fim do absolutismo monárquico durante a **Revolução Gloriosa**.

Alguns estudiosos relacionam essa ascensão da burguesia, no plano epistemológico, ao empirismo (valorização da experiência concreta, da investigação natural) e, no plano sociopolítico, ao liberalismo (respeito à liberdade individual; fim do arbítrio dos monarcas, impondo-se limites constitucionais aos seus poderes).

Entre os principais representantes do **empirismo britânico** destacam-se Francis Bacon (que já estudamos no capítulo anterior), Thomas Hobbes, John Locke e David Hume.

Thomas Hobbes

Detalhe de *Thomas Hobbes* (1669) – John Michael Wright. O pensamento de Hobbes ficou mais conhecido nos âmbitos da ética e da filosofia política, notadamente pelo debate sobre sua doutrina a respeito da maldade natural humana (“o homem é o lobo do próprio homem”) e sua defesa do absolutismo.



Thomas Hobbes (1588-1679) nasceu em Westport, Inglaterra. No período da revolução liberal inglesa, apoiou o rei Carlos I, que acabou derrotado e decapitado, o que obrigou o filósofo a exilar-se na França, onde entrou em contato com a filosofia de Descartes.

O pensamento de Hobbes foi muito influenciado pelas ideias de Bacon e Galileu. Como estes, ele abandonou as grandes pretensões metafísicas (a busca da essência do ser) e procurou investigar as causas e propriedades das coisas. Para Hobbes, a filosofia seria a **ciência dos corpos**, isto é, de tudo que tem existência material. Os **corpos naturais** seriam estudados pela filosofia da natureza; os **corpos artificiais** ou **Estado**, pela filosofia política. E o que não é corpóreo deveria ser excluído da reflexão filosófica.

Materialismo e empirismo

Como vimos antes, para o filósofo inglês, toda a realidade poderia ser explicada a partir de dois elementos: o **corpo**, entendido como o elemento material que existe independentemente do nosso pensamento, e o **movimento**, que pode ser determinado matematicamente e geometricamente. Trata-se, portanto, de uma concepção **materialista** e **mecanicista** da realidade.

As ideias ou pensamentos não seriam nada mais que imagens das coisas impressas na “fantasia corporal”. Isso quer dizer que, para Hobbes, o processo de conhecimento inicia-se pela **sensação** – uma concepção empirista, como podemos perceber.

Uma consequência dessa doutrina é que, no pensamento de Hobbes, não há lugar para o **acaso** e a **liberdade** (mudanças não condicionadas), porque os movimentos resultam necessariamente dos nexos causais que lhes dão origem. (Reveja as concepções de Hobbes estudadas no capítulo 6, que ampliam esta exposição.)

Ética e política

No plano ético, Hobbes defende que o que chamamos de **bem** é tão somente o que desejamos alcançar, enquanto o **mal** é apenas aquilo de que fugimos. Isso se explicaria pelo fato de que, no entendimento desse pensador, o valor fundamental para cada indivíduo é a **conservação da vida**, ou seja, a afirmação e o crescimento de si mesmo. Assim, cada pessoa sempre tenderá a considerar como bem o que lhe agrada e como mal o que lhe desagrade ou ameaça.

Portanto, na filosofia hobbesiana não há espaço para o bem e o mal como valores universais a serem introjetados nas pessoas. A pergunta que pode surgir então é a seguinte: se o bem e o mal são relativos, isto é, são determinados pelos indivíduos, como será possível a **convivência entre as pessoas**?

Hobbes responde a essa questão nos livros *Leviatã* e *Do cidadão*, nos quais defende a necessidade de um **poder absoluto** que mantenha os indivíduos em sociedade e impeça que se destruam mutuamente. (Estudaremos com mais detalhe o pensamento político de Hobbes no capítulo 19.)

John Locke



Um dos maiores representantes do empirismo britânico, Locke manifestou interesse por diversos campos de estudo, como química, teologia, filosofia, mas formou-se em medicina. Seu pensamento empirista e liberal inspirou diversos filósofos do Iluminismo, como Montesquieu e Voltaire.

O filósofo John Locke (1632-1704) nasceu em Wrington, Inglaterra. Durante os tempos de universidade, decepcionou-se com o aristotelismo e com a escolástica medieval, enquanto tomava contato com o pensamento de Francis Bacon e René Descartes. Problemas políticos obrigaram-no a sair de seu país, em 1675, e exilar-se na França e, posteriormente, na Holanda. Regressou à Inglaterra somente em 1688, durante a Revolução Gloriosa, que levou Guilherme de Orange ao trono da Inglaterra. A partir de então, pôde dedicar-se livremente às atividades intelectuais.

Tábula rasa

Com o *Ensaio acerca do entendimento humano*, Locke tornou-se o principal representante do empirismo britânico e uma referência nos estudos gnosiológicos. Nessa obra, combateu duramente a doutrina cartesiana segundo a qual o ser humano possui **ideias inatas**. Ao contrário de Descartes, o filósofo inglês defendia que nossa mente, no instante do nascimento, é como uma **tábula rasa**.

O substantivo **tábula** significa “tábua” ou “placa de madeira” ou de outro material; o adjetivo **rasa** quer dizer “plana, lisa”. Assim, a expressão **tábula rasa** usada por Locke tem o significado de “tábua lisa”, na qual nada foi escrito nem gravado. Ao nascer, nossa mente seria como um papel em branco, sem nenhuma ideia previamente escrita.

Assim, Locke retomava a tese empirista segundo a qual nada existe em nossa mente que não tenha sua origem nos sentidos. Para ele, as ideias que possuímos são adquiridas ao longo da vida mediante a experiência sensível imediata e seu processamento interno. Desse modo, o conhecimento seria constituído basicamente por dois tipos de ideias:

- **ideias da sensação** – são nossas primeiras ideias, aquelas que chegam à mente através dos **sentidos**, isto é, quando temos uma experiência sensorial, constituindo as **sensações**. Essas ideias seriam moldadas pelas qualidades próprias dos objetos externos, como podemos observar nas ideias de amarelo, branco, quente, frio, mole, duro, amargo, doce etc.
- **ideias da reflexão** – são aquelas que resultam da combinação e associação das sensações por um processo de **reflexão**, de tal maneira que a mente vai desenvolvendo outra série de ideias que não poderiam ser obtidas das coisas externas. Seriam ideias como “a percepção, o pensamento, o duvidar, o crer, o raciocinar” (LOCKE, *Ensaio acerca do entendimento humano*, p. 160).

Assim, a reflexão seria nosso “sentido interno”, que se desenvolve quando a mente se debruça sobre si mesma, analisando suas próprias operações. Das ideias simples, a mente avança em direção a ideias cada vez mais complexas. Porém, para Locke, de qualquer maneira a mente sempre tem “as coisas materiais externas, como objeto de sensação, e as operações de nossas próprias mentes, como objeto da reflexão” (*Ensaio acerca do entendimento humano*, p. 160).

O filósofo admitia, no entanto, que nem todo conhecimento se limita exclusivamente à experiência sensível. Considerava, por exemplo, o conhecimento matemático válido em termos lógicos, embora não tivesse como base a experiência sensível. Nesse sentido, Locke não era um empirista radical.

Crítica ao absolutismo

Analisando o filósofo e o homem político, podemos dizer que Locke, de certa maneira, “transportou” suas teorias sobre o conhecimento humano para o campo sociopolítico. Para ele, assim como não existem ideias inatas, também não deveria existir **poder inato** (ou de origem divina), como defendiam os adeptos do absolutismo monárquico.

Revelando sua preocupação em proteger a liberdade do cidadão, defendia que o poder social deveria nascer de um **pacto** entre as pessoas. Por sua vez, as leis deveriam expressar as normas estabelecidas pela própria comunidade, que escolheria, através do mútuo consentimento dos indivíduos, a forma de governo considerada mais conveniente ao bem comum.

A única maneira pela qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se e unir-se numa comunidade para viverem com segurança, conforto e paz. (LOCKE, *Segundo tratado sobre o governo*, p. 71.)

Em razão das suas ideias políticas – pois foi um adversário ferrenho da tirania e do abuso do poder –, Locke é apontado por muitos historiadores como o “pai do Iluminismo” (tema que trataremos mais adiante neste capítulo). Seu pensamento exerceu profunda influência na fundamentação ideológica da democracia liberal burguesa, contribuindo para a difusão de valores iluministas como a **tolerância religiosa**, o respeito pela **liberdade individual**, a expansão do **sistema educacional** e a **livre-iniciativa econômica**. (Voltaremos ao pensamento político de Locke no capítulo 19.)

David Hume



LEBRECHT/OTHER IMAGES

Apesar de viver em um ambiente caracterizado pela religiosidade, Hume era ateu. E, curiosamente, talvez por seu acentuado ceticismo e espírito investigador, escreveu *História natural da religião* (1757), considerada por estudiosos a primeira obra científica sobre a sociologia da religião.

Por último, vejamos algumas das principais concepções de David Hume (1711-1776), filósofo de grande impacto em pensadores posteriores. Nascido em Edimburgo, Escócia, Hume ocupou importante posição na diplomacia inglesa. Realizou diversas viagens a países europeus, como França e Áustria, estabelecendo contato com pensadores destacados da época, entre eles Adam Smith e Jean-Jacques Rousseau.

Crítico do racionalismo dogmático do século XVII e do inatismo cartesiano, em sua obra *Investigação acerca do entendimento humano*, Hume defendeu outra tese segundo a qual todo conhecimento deriva da experiência sensível. Ele dizia que tudo o que há em nossa vida psíquica são **percepções**, as quais dividiu em duas categorias:

- **impressões** – referem-se aos dados fornecidos pelos sentidos, como as impressões visuais, auditivas, táteis;
- **ideias** – referem-se às representações mentais (memória, imaginação etc.) derivadas das impressões sensoriais.

Assim, toda ideia é uma re(a)presentação de alguma impressão. Essa representação pode possuir diferentes graus de fidelidade. E alguém que nunca teve uma impressão visual – um cego de nascença, por exemplo – jamais poderá ter uma ideia de cor, nem mesmo uma ideia pouco fiel.

Hume entendia também que as impressões e ideias se sucedem continuamente na vida psíquica do ser humano, combinando-se por semelhança ou contiguidade. Esse processo de **associação de ideias** explicaria, enfim, todas as operações mentais.

Crítica à indução

Como vimos anteriormente, a **indução** ou **raciocínio indutivo** vai do particular para o geral. Assim, as conclusões indutivas são produzidas pelo seguinte processo mental: partindo de percepções repetidas que nos chegam da experiência sensorial, saltamos para uma conclusão geral, da qual não temos experiência sensorial (veja o trecho a esse respeito no capítulo 5).

Hume chamou a atenção para o fato de que a **conclusão indutiva**, por maior que seja o número de percepções repetidas do mesmo fato, não possui **fundamento lógico** – ou seja, sempre será um salto do raciocínio. Para o filósofo, esse “salto” seria impulsionado pela **crença** ou **hábito**. Este surge com as reiteradas percepções de um fato, as quais nos levam a confiar em que aquilo que se repetiu até hoje se repetirá amanhã e sempre. Assim, por exemplo, cremos que o Sol nascerá amanhã porque até hoje ele sempre nasceu. Mas, em termos lógicos, nada pode garantir essa certeza.

Como explicou Hume, somente o **raciocínio dedutivo**, utilizado na matemática, fundamenta-se em uma lógica racional:

As proposições deste gênero podem descobrir-se pela simples operação do pensamento e não dependem de algo existente em alguma parte do universo. Em-

bora nunca tenha havido na natureza um círculo ou um triângulo, as verdades demonstradas por Euclides conservarão sempre sua certeza e evidência. (Investigação acerca do entendimento humano, p. 77.)

Legado epistemológico

Ao questionar a validade lógica do raciocínio indutivo, a obra de Hume legou um importante problema para os teóricos do conhecimento (os epistemologistas). Afinal, é principalmente a partir de experiências particulares que se chega às conclusões gerais representadas pelas leis científicas.

Revelando um **ceticismo teórico**, como vimos, Hume concluiu que o conhecimento científico – que ostenta a bandeira da mais pura racionalidade – também está ancorado em bases não racionais, como a crença e o hábito intelectual.

Isso significa que, desconfiando das posições arraigadas pela força do hábito, o cientista deveria – de acordo com Hume – nunca renunciar ao estudo da natureza, mas sempre apresentar suas teses como **probabilidades**, não como certezas irrefutáveis. Tal atitude epistemológica, estendida ao convívio social, tornaria os indivíduos mais tolerantes, democráticos e abertos.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Sintetize em que discordavam racionalistas e empiristas na discussão sobre o processo de conhecimento.
2. Comente a relação estabelecida entre a ascensão da burguesia e o empirismo.
3. No pensamento de Hobbes não há lugar para a liberdade. Justifique essa afirmação.
4. Explique a tese epistemológica da seguinte afirmação e contra quem ela é dirigida: “A mente humana, no instante do nascimento, é uma tábula rasa”.
5. Como se pode relacionar o empirismo de Locke com suas concepções políticas?
6. Para Hume, um cego de nascimento jamais poderia ter uma ideia de cor. Explique essa impossibilidade a partir da teoria humeana do conhecimento.
7. Hume entendia que o hábito fundamenta muitas ideias consideradas verdadeiras sobre a realidade e os fatos. Justifique essa tese e dê um exemplo.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Limite das teses científicas

Considerando a recomendação de Hume de que os cientistas apresentem suas teses como probabilidades e não como certezas irrefutáveis:

- a) qual é a diferença entre probabilidade e certeza?
- b) você concorda com essa recomendação? Justifique com exemplos concretos.

Depois, reúna-se com colegas para debater sobre esse tema.

ILUMINISMO

A razão em busca de liberdade

Para entendermos o que foi o Iluminismo e sua produção filosófica, devemos recorrer à história e considerar, mesmo que brevemente, o contexto socioeconômico, político e cultural em que ele surgiu.

Nos séculos XVII e XVIII houve uma grande expansão do **sistema capitalista** em diversos países europeus, que foi acompanhada pela crescente ascensão social da **burguesia** e por sua tomada de consciência como classe social.

Apesar disso, no plano sociopolítico, em diversos países europeus subsistia o **Antigo Regime**, isto é, um conjunto básico de elementos e instituições que caracterizaram essas sociedades, como a organização em estamentos (basicamente três: clero, nobreza e demais grupos sociais, com mobilidade quase nula), a desigualdade jurídica entre eles (ou seja, a lei não era igual para todos) e o absolutismo monárquico.

Paralelamente, o **racionalismo** conseguia cada vez mais adeptos no mundo cultural, transmitindo a confiança na razão como principal instrumento do ser humano para enfrentar os desafios da vida e equacionar os problemas que o rodeavam. Reforçavam essa convicção o desenvolvimento da **Revolução Industrial**, com seus avanços técnicos, e o **sucesso da ciência** em campos como a química, a física e a matemática, inspirando filósofos de todas as partes. Como observou o filósofo brasileiro Luiz Roberto Salinas Fortes (1937-1987):

Novos domínios, novos territórios vão sendo descobertos no mapa do saber. A atenção do sábio se volta para **este** mundo, a transcendência cede lugar à imanência. Um novo objeto de estudos começa a se desenhar no horizonte: o próprio homem. Uma nova “ciência” começa a se impor: a História. Os homens percebem, através do estudo do seu passado, que a massa de conhecimentos adquiridos pode ser utilizada e posta a serviço do seu próprio bem-estar. Surge, por conseguinte, como um corolário necessário de todas estas descobertas, um novo mito, um novo ideal, uma nova ideia reguladora, ou seja, a ideia de **Progresso**. Se o universo é inteiramente racional não é absolutamente legítimo esperar que o acúmulo e a multiplicação dos conhecimentos permitirá ao homem cada vez mais dominar ou domesticar a Natureza, racionalizando e melhorando indefinidamente suas condições de vida? (*O Iluminismo e os reis filósofos*, p. 20-21.)

Revolução Industrial – complexo de transformações socioeconômicas que alterou a vida de sociedades da Europa ocidental e outras regiões do mundo a partir de meados do século XVIII e ao longo do século XIX.



CARMONTELLE/MUSEE CONDE, CHANTILLY, FRANCE

Aquarela de Carmontelle. Durante o século XVIII, as ciências experimentais eram uma das paixões de nobres e burgueses franceses.

Foi nesse contexto e, em grande parte, com esse espírito que se desenvolveu o movimento cultural do século XVIII denominado **Iluminismo**, **Ilustração** ou **Filosofia das Luzes**. Embora suas primeiras manifestações tenham ocorrido na Inglaterra, o principal centro produtor e irradiador das ideias iluministas foi a cidade de Paris, na França – nessa época considerada a maior referência cultural do mundo ocidental –, de onde se expandiu a outros países da Europa, especialmente Alemanha.

Características do Iluminismo

Os pensadores do Iluminismo procuraram exaltar e defender, dentre outros valores, a **liberdade** e a **igualdade** entre as pessoas, a **tolerância** entre distintas religiões ou formas de pensamento e o direito à **propriedade privada**.

De acordo com a análise do filósofo e sociólogo **Lucien Goldmann** (1913-1979), a preocupação por esses temas estaria vinculada, em boa medida, com a atividade econômica desenvolvida pela burguesia – o **comércio** –, de modo que os valores iluministas constituiriam também **valores burgueses**. Em outras palavras, os pensadores iluministas teriam sido **ideólogos da burguesia** (veja quadro adiante).

O Iluminismo não foi, porém, um movimento coeso e uniforme, embora tenha tido como uma de suas principais características a **crítica social**. Por isso, não podemos definir todos os pensadores iluministas como “ideólogos da burguesia”, apesar da significativa produção filosófica nesse sentido surgida no contexto desse movimento. Muitos dentre eles, por exemplo, defenderam a aristocracia e seus valores.

Ilustração e a ideologia burguesa

Vejam, em seguida, alguns tópicos da interpretação de Lucien Goldmann (na obra *La Ilustración y la sociedad actual*), que vincula o pensamento iluminista com valores burgueses de sua época.

Igualdade jurídica

Quando consideramos qualquer ato de comércio, como o processo de compra e venda, vemos que todas as eventuais desigualdades sociais entre compradores e vendedores não são essenciais. Na compra e venda, o que efetivamente importa é a igualdade dos participantes do ato comercial. Portanto, grande parte da burguesia dessa época defendeu a **igualdade jurídica de todos perante a lei**. Todos seriam cidadãos com direitos básicos, embora com diferentes situações socioeconômicas.

Tolerância religiosa ou filosófica

Para a realização de qualquer ato comercial, as convicções religiosas ou filosóficas das pessoas não têm a menor importância. Assim, do ponto de vista econômico, seria irracional ou absurdo o processo de compra e venda somente entre pessoas da mesma religião ou filosofia. Seja o indivíduo muçulmano, judeu, cristão ou ateu, sua capacidade econômica não depende de suas crenças religiosas ou filosóficas. Nesse entendimento, os representantes da burguesia assumiram, na época, a defesa da **tolerância** em relação à diversidade de crenças.

Liberdade pessoal e social

O comércio só pode se desenvolver em uma sociedade onde as pessoas estejam livres para realizar seus negócios, pois sem indivíduos livres, recebendo salários, não pode haver mercado comercial. Assim, a burguesia posicionou-se **contra a escravidão** da pessoa humana.

Propriedade privada

O comércio também só é possível entre pessoas que detenham a propriedade de bens ou de capitais, pois a propriedade privada confere ao proprietário o direito de usar e dispor livremente do que lhe pertence. Portanto, os representantes da burguesia passaram a defender o **direito à propriedade privada**, elemento essencial à sociedade capitalista.

MUSÉE DE LA MARINE, PARIS, FRANÇA



Carga e descarga de mercadorias no Porto de Marselha, França (século XVIII) – Claude Joseph Vernet. Em um país cuja economia ainda estava muito centrada nas atividades agrícola e artesanal, o comércio exterior francês intensificou-se durante o século XVIII. Observe na imagem como aristocratas e burgueses, com suas famílias, dividem o espaço com trabalhadores portuários.

Filosofia nas ruas e salões

Outra característica importante dos pensadores do Iluminismo foi o fato de eles modificarem a postura tradicional dos filósofos até então. Abandonando os círculos fechados de seus antecessores, os iluministas circulavam pelas ruas e salões, exibindo e exercitando a razão. Para esses filósofos propagandistas, como escreveu o pensador alemão Ernst Cassirer (1874-1945), “a razão não era o cofre da alma onde se guardavam verdades eternas, mas era a força espiritual, a energia, capaz de nos conduzir ao caminho da verdade” (*Filosofia de la Ilustración*, p. 21).

Assim, eles enfatizaram a capacidade humana de, pelo uso da razão, conhecer a realidade e intervir nela, no sentido de organizá-la racionalmente de modo a assegurar uma vida melhor para as pessoas. Eles defendiam que o processo de ilustração (isto é, de esclarecer-se, de adquirir conhecimento, de instruir-se) trazia embutida a proposta de libertar o ser humano dos medos irracionais, superstições e credências do “tempo das sombras”, levando-o a questionar as tradições vulgares e a construir, de maneira autônoma, uma nova ordem racional para a sociedade.

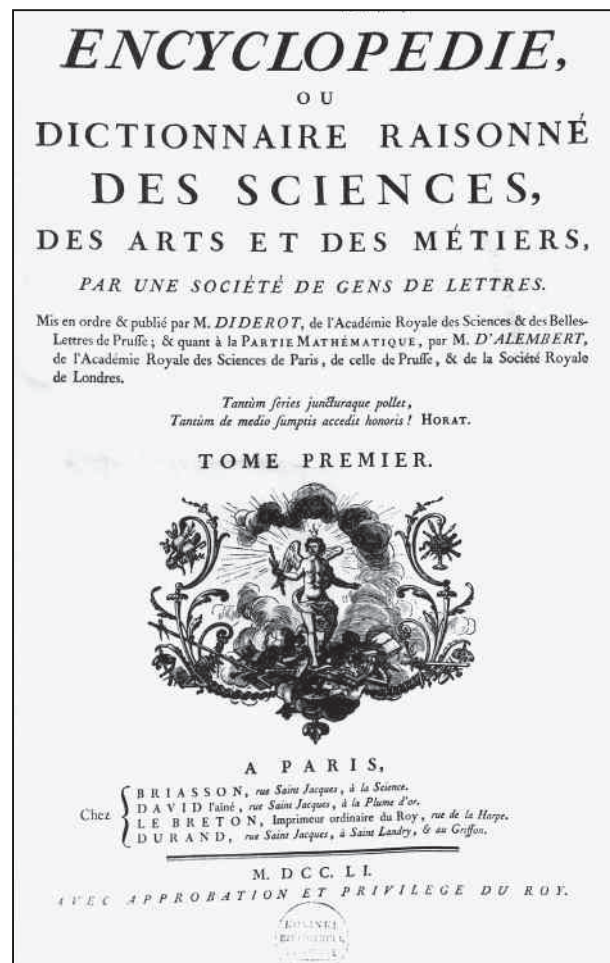
Podemos dizer, enfim, que os iluministas se destacaram nesse esforço de generalizar e aplicar as doutrinas críticas e analíticas aos diversos campos da atividade humana, ampliando os ideais de conhecimento forjados no grande racionalismo (o racionalismo do século XVII). Não se tratava mais de uma racionalidade abstrata, mas de uma razão concreta, “empirista”, voltada para as questões práticas da existência.

O enciclopédismo

Um marco importante do Iluminismo foi a publicação de uma obra de 33 volumes – denominada **Enciclopédia** (do grego *enkyklos paideia*, “ensino circular, panorâmico”) – que pretendia reunir e resumir os principais conhecimentos da época nos campos científico e filosófico. Organizada pelos pensadores franceses **Denis Diderot** (1713-1784) e **Jean le Rond D'Alembert** (1717-1783), a obra contou com a colaboração de muitos autores, os quais ficaram conhecidos como **enciclopedistas**. Entre eles destacaram-se Buffon, Montesquieu, Turgot, Condorcet, Voltaire, Holbach e Rousseau.

A *Enciclopédia* exerceu grande influência sobre o pensamento da época, constituindo-se também em uma importante vitrine para o pensamento político burguês. Em linhas gerais, seus artigos caracterizaram-se por um espírito crítico, muitas

vezes irônico, defendendo o **racionalismo**, a **independência do Estado** em relação à Igreja e a **confiança no progresso** humano por meio das realizações científicas e tecnológicas.



Capa da *Enciclopédia* (1750-1772). O editor chefe da obra, Denis Diderot, foi um crítico mordaz da teologia e da metafísica tradicional, assumindo um **ceticismo** e um **materialismo ateu**, como revela o tom irônico do trecho seguinte, extraído de sua obra *A entrevista do filósofo com a marechala de...*: “Se é que podemos acreditar que veremos quando não tivermos olhos; que ouviremos quando não tivermos mais ouvidos; que pensaremos quando não tivermos mais cabeça; que sentiremos quando não tivermos mais coração; que existiremos quando não estivermos em parte alguma, que seremos algo sem extensão e sem lugar, então consinto”. Ou seja, se é possível acreditar em tamanhos absurdos, então consinto que há algo além da matéria. Tudo é matéria, pensa Diderot, e a matéria é a existência do real. (Fortes, *O Iluminismo e os reis filósofos*, p. 56.)

O enciclopédismo foi, portanto, uma expressão essencial do espírito iluminista, de sua multiplicidade de doutrinas e, fundamentalmente, de sua **aversão** aos **grandes sistemas filosóficos**, como os construídos pelos pensadores da Antiguidade ou por Descartes e Espinosa no século anterior.

Jean-Jacques Rousseau

QUENTIN DE LA TOUR/DIOMEDIA



Jean-Jacques Rousseau – Quentin de La Tour (Coleção particular). Por suas concepções político-filosóficas, Rousseau foi objeto de verdadeira veneração por parte dos participantes da Revolução Francesa (1789). “Do ponto de vista estritamente prático, é certo que a Revolução de 1789 deve o essencial de seus princípios de organização política a Rousseau [...]”. Mas a influência dessa obra [Do contrato social] não cessa aí.

Não resta dúvida alguma de que o princípio mesmo de nossas instituições democráticas republicanas é de inspiração rousseauiana.” (HUISMAN, *Dicionário de obras filosóficas*, p. 88.)

Vejamos agora um pouco do pensamento de um dos principais nomes do Iluminismo: o filósofo e escritor Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Embora tenha nascido em Genebra, na Suíça, no seio de uma família calvinista de origem francesa, foi na França – país para o qual se transferiu em 1742 – onde escreveu suas grandes obras, contribuindo também com o enciclopedismo.

O conjunto de sua produção filosófica, no entanto, não se enquadra totalmente nas características do movimento iluminista. Apesar de defender a liberdade e combater os vícios sociais, não renegou sua formação cristã e criticou os excessos racionalistas de sua época, motivo pelo qual costuma ser considerado uma **figura de transição** do Iluminismo e um **precursor do Romantismo**.

Rousseau elaborou reflexões sobre diversos temas, como ciências, artes, educação e línguas. Mas, na história da filosofia, seu nome encontra-se especialmente vinculado a suas investigações acerca das **instituições sociais e políticas**, reunidas nas obras *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* (1755) e *Do contrato social* (1762).

O estado natural

No primeiro texto, Rousseau aborda um tema clássico, o ser humano em **estado de natureza** – isto é, antes de viver em sociedade –, e critica seus predecessores – como Hobbes e Locke – por imaginarem um estado natural que lhes convinha para justificar seus modelos prediletos de governo: a monarquia absolutista, no caso do primeiro; o Estado liberal, no caso do segundo. Assim, para

Rousseau, propuseram um estado de guerra ou de proprietários, respectivamente, pintando o “homem natural” com as cores da sociedade desigual e injusta que todos conhecemos. (Veja mais detalhes sobre essas concepções de Hobbes e Locke nos capítulos 7 e 19.)

O filósofo franco-suíço afirma, em contrapartida, que é possível conjecturar sobre um estado de natureza totalmente distinto, adotando, para isso, outro método de descoberta: uma meditação interior nas profundezas da floresta. Por meio dela, Rousseau chega a uma imagem do estado de natureza que reconhece ser apenas uma **hipótese**, não um fato histórico, mas uma hipótese **plausível** e **não menos verossímil** do que as outras existentes.

De acordo com sua descrição, o ser humano em estado natural vivia isolado, livre e feliz, guiado por bons sentimentos e em harmonia com seu hábitat. Ligado a sua natureza animal, tinha os sentidos mais desenvolvidos que o intelecto, e suas únicas paixões eram o **amor de si** (entendido como uma paixão inata que leva cada animal à autopreservação) e a **piedade** (definida como uma repugnância inata por ver o sofrimento alheio). Rousseau revivia, assim, o mito do **bom selvagem**, presente em vários relatos de viagem de exploradores daquela época e que seria tema de várias obras literárias.

Apesar de sua proximidade dos outros animais, o ser humano se distinguiria destes, segundo o filósofo, por ser um pouco mais livre em relação aos instintos e por apresentar uma característica fundamental: a capacidade ou potencialidade de mudar seu estado ou condição para melhor (aperfeiçoar-se) ou pior (como foi o caso da vida em sociedade), o que não ocorre com os outros animais, pois estes se mantêm sempre iguais. Trata-se da chamada **perfectibilidade** humana.

A primeira desigualdade

Como se desenvolveu, então, a desigualdade entre os seres humanos? Segundo o filósofo, a desigualdade surgiu por um encadeamento de circunstâncias funestas, iniciadas no momento em que alguém cercou um terreno e disse que era seu, dando origem à **propriedade privada**. Era a primeira desigualdade, a desigualdade de posses ou fortuna.

Daí surgiram disputas e guerras. Os ricos, buscando garantir suas posses, e os demais, acreditando estar mais seguros assim, chegaram a um acordo para formar a sociedade civil e estabelecer leis de convivência (o chamado **contrato social**). Foi aí que despontaram todos os tipos de desigualdade

social. Eleitos inicialmente, os primeiros dirigentes impuseram-se como governantes hereditários, acumulando cada vez mais privilégios, poder e fortuna. E o resto da história já conhecemos.

Portanto, podemos dizer resumidamente que, com o surgimento da sociedade e de todas as suas instituições, desapareceu a bondade natural, própria dos selvagens, bem como sua liberdade. E que a tese de Rousseau é a de que o estado social não é natural no ser humano e o corrompe, mas se tornou indispensável a partir de certo momento.

O contrato social

Reconhecendo que não é possível uma volta atrás, o problema para Rousseau tornou-se, então, o seguinte: que tipo de convenção ou forma de organização política pode conservar a liberdade característica do estado de natureza?

No livro *Do contrato social*, Rousseau empenhou-se em fornecer uma resposta a essa questão. Nele

sua tarefa não era mais, como no *Discurso*, a de fornecer conjecturas sobre eventos históricos, e sim apresentar uma tese normativa, isto é, que argumentasse sobre como deveria ser o Estado para que fosse legítimo. Em outras palavras, procurou estabelecer instrumentos pelos quais o indivíduo “natural” se transformasse no cidadão do “convívio social”.

Rousseau defendeu, então, a ideia de que o soberano deve conduzir o Estado segundo a **vontade geral** de seu povo, sempre tendo em vista o atendimento do **bem comum**. Somente esse Estado, de bases democráticas, teria condições de oferecer a todos os cidadãos um regime de igualdade jurídica. (Essa concepção política do filósofo será estudada com mais detalhe no capítulo 19.)

Por essa e outras ideias, Rousseau tornou-se célebre como defensor da pequena burguesia e inspirador dos ideais presentes na Revolução Francesa, ocorrida onze anos após a sua morte.

Algumas contribuições iluministas

Montesquieu e a separação dos três poderes

O jurista francês Charles-Louis de Secondat, mais conhecido como **barão de Montesquieu** (1689-1755), escreveu *O espírito das leis*. Nessa obra, formula a teoria da **separação dos poderes** do Estado em Legislativo, Executivo e Judiciário, como forma de evitar abusos dos governantes e de proteger as liberdades individuais. Para ele, todo indivíduo investido de poder é tentado a abusar dele. E haveria grandes riscos de tirania “se uma mesma pessoa – ou uma mesma instituição do Estado – exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de ordenar a sua execução e o de julgar os conflitos entre os cidadãos” (*O espírito das leis*, p. 168).

Voltaire e a defesa da tolerância

O poeta, dramaturgo e filósofo francês François-Marie Arouet, conhecido pelo pseudônimo **Voltaire** (1694-1778), foi talvez o mais característico e famoso pensador do Iluminismo e uma referência para os demais. Com seu estilo literário irônico e vibrante, destacou-se pelas críticas que fez à prepotência dos poderosos, ao clero católico e à intolerância religiosa. Concordava, entretanto, com certa necessidade social da crença em Deus, chegando a dizer que se Deus não existisse seria preciso inventá-lo.

Em termos políticos, não foi propriamente um democrata, mas sim defensor de uma monarquia respeitadora das liberdades individuais, governada por um **soberano esclarecido**. Sua defesa da **liberdade de pensamento** tornou-se célebre por meio da frase “Posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de dizê-las”, a qual teria sido escrita por sua biógrafa Evelyn Beatrice Hall com o intuito de ilustrar a força das convicções do filósofo.

Reunião de intelectuais na casa de Voltaire (sentado ao centro, de mão levantada).

Apaixonado pela literatura, o filósofo francês foi um assíduo frequentador dos lugares onde se encontravam os mais destacados pensadores e artistas da época.



THE GRANGER COLLECTION, NYC/GLOW IMAGES

Adam Smith e o livre mercado

O economista e filósofo escocês Adam Smith (1723-1790) foi um dos maiores expoentes da economia clássica e o principal teórico do **liberalismo econômico**. Em sua obra *Ensaio sobre a riqueza das nações*, criticou a política mercantilista, baseada na intervenção e regulamentação excessiva do Estado na vida econômica.

Para ele, a economia deveria ser dirigida pelo **jogo livre da oferta e da procura de mercado**. O mercado se autorregularia, dando conta das necessidades sociais, desde que deixado em paz consigo mesmo, sem intervenções dos governantes.

Adam Smith também defendeu a tese de que o **trabalho** em geral representa a verdadeira fonte de riqueza para as nações, devendo ser conduzido pela livre-iniciativa dos particulares.

CONEXÕES

1. Voltaire refere-se a certa necessidade social da crença em Deus. Também é bastante conhecida a frase do romancista russo Fiódor Dostoiévski (1821-1881): “Sem Deus tudo seria permitido”. Reflita sobre essa concepção das religiões como fontes doadoras de normas e coesão social.

Immanuel Kant

SCHILLER-NATIONALMUSEUM, MARBACH AM NECKAR, ALEMANHA



Immanuel Kant (c. 1768) – Becker (Coleção particular). Parece que o filósofo alemão foi em sua vida prática um homem tão metódico como em sua vida intelectual. Conta-se que se deitava e se levantava rigorosamente no mesmo horário, além de seguir sempre o mesmo itinerário entre sua casa e a universidade.

Vejamos, por último, aquele que é considerado o maior filósofo do Iluminismo alemão e um dos principais pensadores de todos os tempos. Trata-se de Immanuel Kant (1724-1804), nascido em Königsberg, pequena cidade da Alemanha. Homem metódico e de hábitos arraigados, lecionou durante 40 anos na Universidade de Königsberg. Morreu aos 80 anos, sem nunca ter se afastado das imediações de sua pequena cidade natal.

Para Kant, a filosofia deveria responder a quatro questões fundamentais: O que posso saber? Como devo agir? O que posso esperar? E, por fim, o que é o ser humano? Esta última questão estaria implícita nas três anteriores.

Os estudos de Kant partiram da investigação sobre as condições nas quais se dá o conhecimento

(o que posso saber), realizando um **exame crítico da razão** em sua obra mais célebre: *Crítica da razão pura*. Nela, confessa que Hume o havia despertado, pela primeira vez, de seu “sonho dogmático” (a ilusão de que a razão pode conhecer como são as coisas em si), levando-o a instituir o que ficou conhecido como “tribunal da razão”.

Seu exame do agir humano (isto é, sobre a ética, que corresponde a sua segunda pergunta) deu origem basicamente à *Crítica da razão prática* e à *Fundamentação da metafísica dos costumes* (como será estudado no capítulo 18). A terceira pergunta remetia ao futuro e à religião, e Kant, fiel ao espírito das Luzes, subordina a religião à razão e à lei moral, o que ele expôs em vários textos, como no *Religião nos limites da simples razão*. Outro aspecto importante da obra de Kant são suas reflexões a respeito da estética, presentes na *Crítica do juízo* (como será estudado no capítulo 21).

Maioridade humana

Em seu texto *O que é ilustração*, Kant sintetiza seu otimismo em relação à possibilidade de o ser humano guiar-se por sua própria razão, sem se deixar enganar pelas crenças, tradições e opiniões alheias.

Nele, descreve o processo de ilustração como a saída do ser humano de sua “menoridade”, ou seja, um momento em que o indivíduo, como uma criança que cresce e amadurece, torna-se consciente da força e da independência (**autonomia**) de sua inteligência para fundamentar sua própria maneira de agir, sem a tutela ou doutrinação de outrem.

Tipos de conhecimento

Uma das questões mais importantes do pensamento de Kant é, portanto, o **problema do conhecimento**, a questão do saber. Na *Crítica da razão pura*, ele distingue duas formas básicas do **ato de conhecer**:

- **conhecimento empírico** (*a posteriori*) – aquele que se refere aos dados fornecidos pelos sentidos, ou seja, que é **posterior à experiência**. Por exemplo, para fazer a afirmação (ou **juízo**) “Este livro tem a capa verde”, foi necessário ter primeiro a experiência de ver o livro e assim conhecer a sua cor; portanto, trata-se de um conhecimento posterior à experiência;
- **conhecimento puro** (*a priori*) – aquele que não depende de quaisquer dados dos sentidos, ou seja, que é **anterior à experiência**, nascendo puramente de uma **operação racional** da mente. Exemplo: a afirmação “Duas linhas paralelas jamais se encontram no espaço” não se refere a esta ou àquela linha paralela, mas a todas, pois sempre que duas linhas forem paralelas elas necessariamente não se encontrarão no espaço (se elas se encontrassem, não seriam paralelas). Trata-se, portanto, de um conhecimento **necessário e universal**. Além disso, é uma afirmação que, para ser válida, não depende de nenhuma condição específica ou experiência anterior.

O conhecimento puro, por conseguinte, conduz a **juízos universais e necessários**, enquanto o conhecimento empírico não apresenta essa característica.

Tipos de juízo

Os juízos, por sua vez, são classificados por Kant em dois tipos:

- **juízo analítico** – aquele em que o predicado já está contido no conceito do sujeito. Ou seja, basta analisar o sujeito para deduzir o predicado. Tomemos, por exemplo, a afirmação “O quadrado tem quatro lados”. Analisando o sujeito dessa afirmação – **quadrado** –, deduzimos necessariamente o predicado: **tem quatro lados**. Kant também chamava os juízos analíticos de **juízos de elucidação**, pois o predicado simplesmente elucida algo que já estava contido no conceito do sujeito;
- **juízo sintético** – aquele em que o predicado não está contido no conceito do sujeito. Nesses juízos, acrescenta-se ao sujeito algo de novo, que é o predicado (produzindo-se uma síntese entre eles). Assim, os juízos sintéticos enriquecem nossas informações e ampliam o conhecimento. Por isso, Kant também os denominava **juízos de ampliação**. Por exemplo, na afirmação “Os corpos se movimentam”, por mais que analisemos o conceito **corpo** (sujeito), não extrairemos dele a informação representada pelo predicado **se movimentam**.

Valor dos juízos

Por fim, analisando o **valor** de cada juízo, Kant distingue três categorias:

- **juízo analítico** – como no exemplo da afirmação “O quadrado tem quatro lados”, é um juízo universal e necessário, mas serve apenas para elucidar ou explicitar aquilo que já se conhece do sujeito. Ou seja, a rigor, é apenas importante para se chegar à clareza do conceito já existente, mas não conduz a conhecimentos novos;
- **juízo sintético a posteriori** – como no exemplo da afirmação “Este livro tem a capa verde”, amplia o conhecimento sobre o sujeito, mas sua validade está sempre condicionada ao tempo e ao espaço em que se dá a experiência e, portanto, não constitui um juízo universal e necessário;
- **juízo sintético a priori** – como no exemplo da afirmação “Duas linhas paralelas jamais se encontram no espaço” (e em outras da matemática e da geometria), acrescenta informações novas ao sujeito, possibilitando uma ampliação do conhecimento. E como não está limitado pela experiência, é um juízo universal e necessário. Por isso, Kant conclui que se trata do juízo mais importante para a ciência, razão pela qual a matemática e a física, por trabalharem com juízos sintéticos *a priori*, se constituíram em disciplinas científicas por excelência.

Estruturas do sentir e conhecer

Como estudamos antes (no capítulo 10), Kant buscou saber como é o sujeito *a priori*, isto é, o sujeito antes de qualquer experiência. Concluiu que existem no ser humano certas estruturas que possibilitam a **experiência** (as formas *a priori* da sensibilidade) e determinam o **entendimento** (as formas *a priori* do entendimento). Trata-se do chamado **apriorismo**. Vejamos:

- **formas a priori da sensibilidade** – são o **tempo** e o **espaço**. Kant dirá que percebemos e representamos a realidade sempre no tempo e no espaço. Essas duas noções constituem “intuições puras”, existem como estruturas básicas na nossa sensibilidade e são elas que permitem a experiência sensorial.
- **formas a priori do entendimento** – de modo semelhante, os dados captados por nossa sensibilidade são organizados pelo entendimento de acordo com certas **categorias**. As categorias são “conceitos puros” existentes *a priori* no entendimento, tais como **causa**, **necessidade**, **relação** e outros, que servirão de base para a emissão de juízos sobre a realidade.

Limites do entendimento

O conhecimento, portanto, seria o resultado de uma interação entre o sujeito que conhece (de acordo com suas próprias estruturas *a priori*) e o objeto conhecido. Isso significa que não conhecemos **as coisas em si mesmas** (o ser em si), como elas são de forma independente de nós. Só conhecemos **as coisas tal como as percebemos** (o ser para nós). Em outras palavras, as coisas são conhecidas de acordo com nossas próprias estruturas mentais.

Desse modo, a filosofia kantiana representou uma superação do impasse criado entre o racionalismo e o empirismo, pois edificou uma teoria segundo a qual o conhecimento seria o resultado desses dois âmbitos: a **sensibilidade**, que nos oferece **dados** dos objetos, e o **entendimento**, que determina as condições pelas quais o objeto é **pensado**.

Nova revolução copernicana

Desse modo, a crítica kantiana representou uma revolução muito especial do pensamento. No prefácio de *Crítica da razão pura*, o próprio Kant reconhece isso ao comparar seu papel na filosofia ao de Copérnico na astronomia. Vejamos por quê:

- **Copérnico** – quando a teoria geocêntrica não mais conseguia explicar o conjunto de movimentos dos astros, o astrônomo vislumbrou a necessidade de tirar a Terra do centro do Universo e fazer-nos, como espectadores, girar em torno dos astros. Assim, lançando o modelo heliocêntrico, resolveu os impasses da astronomia da época;
- **Kant** – realizou algo semelhante ao inverter a questão tradicional do conhecimento, pois antes

se propunha que todo o conhecimento era regulado pelos objetos e, com o filósofo alemão, os objetos passaram a ser regulados pelas formas *a priori* de nosso conhecimento.

RENÉ MAGRITTE/COLEÇÃO PARTICULAR



Perspicácia (Autorretrato, 1936) – René Magritte, óleo sobre tela. De acordo com a teoria kantiana, as coisas existem para nós não como são, mas como as percebemos. Como essa teoria se expressa metaforicamente no quadro acima?

CONEXÕES

2. Interprete livremente, mas de maneira filosófica, a imagem acima, do pintor surrealista belga René Magritte.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

8. Caracterize a filosofia produzida durante o Iluminismo. Exemplifique com aspectos do pensamento dos iluministas.
9. Comente a interpretação de Lucien Goldmann de que os pensadores iluministas podem ser considerados “ideólogos da burguesia”. Justifique.
10. Discorra sobre a crítica de Rousseau às teses contratualistas a respeito do surgimento da sociedade formuladas por pensadores como Hobbes e Locke e sobre as conclusões a que ele chegou.
11. O que é a perfectibilidade humana e que papel ela teve no surgimento da vida social?
12. Segundo Kant:
 - a) O juízo sintético *a posteriori* não expressa um conhecimento necessário e universal, e o juízo sintético *a priori* sim.
 - b) O juízo analítico conduz a conhecimentos novos.

Essas afirmações estão corretas? Por quê? Crie exemplos de juízos que justifiquem suas respostas.

13. Não podemos conhecer o ser em si, apenas o ser para nós. Justifique essa afirmação.
14. Em que sentido a revolução causada por Kant no âmbito da filosofia pode ser comparada à causada por Copérnico na astronomia?

2. Progresso como mito

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial e o sucesso da ciência, surgiu nas sociedades europeias o “mito do progresso”. Reflita sobre esse tema individualmente e depois com colegas, considerando as seguintes questões:

- O que é o progresso?
- No mundo de hoje, você entende que o progresso é um mito? Em que sentido? Por quê?
- A humanidade tem progredido? Em que termos?

3. Valores democráticos

Dos valores destacados no texto que marcaram o Iluminismo, quais, em sua opinião, são os mais necessários para uma sociedade democrática? Justifique, dê exemplos e apresente-os a seus colegas.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(Unicamp-SP) “O homem nasce livre, e por toda a parte encontra-se a ferros. O que se crê senhor dos demais não deixa de ser mais escravo do que eles. [...] A ordem social, porém, é um direito sagrado que serve de base a todos os outros. [...] Haverá sempre uma grande diferença entre subjugar uma multidão e reger uma sociedade. Sejam homens isolados, quantos possam ser submetidos sucessivamente a um só, e não verei nisso senão um senhor e escravos, de modo algum considerando-os um povo e seu chefe. Trata-se, caso se queira, de uma agregação, mas não de uma associação; nela não existe bem público, nem corpo político.” (Jean-Jacques Rousseau, *Do Contrato Social*. [1762]. São Paulo: Abril, 1973, p. 28, 36.)

Sobre *Do Contrato Social*, publicado em 1762, e seu autor, é correto afirmar que:

- Rousseau, um dos grandes autores do Iluminismo, defende a necessidade de o Estado francês substituir os impostos por contratos comerciais com os cidadãos.
- A obra inspirou os ideais da Revolução Francesa, ao explicar o nascimento da sociedade pelo contrato social e pregar a soberania do povo.
- Rousseau defendia a necessidade de o homem voltar a seu estado natural, para assim garantir a sobrevivência da sociedade.
- O livro, inspirado pelos acontecimentos da Independência Americana, chegou a ser proibido e queimado em solo francês.

Sessão cinema

Amadeus (1984, EUA, direção de Milos Forman)

Filme que retrata a vida do compositor austríaco Wolfgang Amadeus Mozart (1756-1791) nas cortes europeias do século XVIII.

Danton – O processo da revolução (1982, França/Polônia, direção de Andrzej Wajda)

Visão da Revolução Francesa a partir da ótica liberalizante de Danton contra as posições mais radicais de Robespierre, dois nomes destacados do processo revolucionário desse período.

Para pensar

Temos, em seguida, dois textos sobre o Iluminismo. No primeiro, o próprio Kant faz o elogio de seus ideais. No segundo, dois filósofos alemães contemporâneos, Horkheimer e Adorno, fazem a crítica do projeto iluminista. Leia-os e responda às questões que seguem.

1. O que é ilustração

A ilustração [*Aufklärung*, em alemão] é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele é o próprio responsável. A menoridade é a incapacidade de fazer uso do entendimento sem a condução de um outro. O homem é o próprio culpado dessa menoridade quando sua causa reside não na falta de entendimento, mas na falta de resolução e coragem para usá-lo sem a condução de um outro. *Sapere aude!* [Ousai saber!]. “Tenha coragem de usar seu próprio entendimento!” – esse é o lema da ilustração.

Preguiça e covardia são as razões pelas quais uma tão grande parcela da humanidade permanece na menoridade mesmo depois que a natureza a liberou da condução externa [...]; e essas são também as razões pelas quais é tão fácil para outros manterem-se como seus guardiões. É cômodo ser menor. Se tenho um livro que substitui meu entendimento, um diretor espiritual que tem uma consciência por mim, um médico que decide sobre a minha dieta e assim por diante, não preciso me esforçar. Não preciso pensar se puder pagar: outros prontamente assumiram por mim o trabalho penoso. Que a passagem à maioridade seja tida como muito difícil e perigosa pela maior parte da humanidade [...] deve-se a que os guardiões de bom grado se encarregam da sua tutela. Inicialmente os guardiões domesticam o seu gado, e certificam-se de que essas criaturas plácidas não ousarão dar um único passo sem seus cabrestos: em seguida, os guardiões lhes mostram o perigo que as ameaça caso elas tentem marchar sozinhas. [...] É muito difícil para um indivíduo isolado libertar-se da sua menoridade quando ela tornou-se quase a sua natureza [...]. Mas que o público se esclareça a si mesmo é muito perfeitamente possível; se lhe for assegurada a liberdade, é quase certo que isso ocorra... Sempre haverá alguns pensadores independentes, mesmo entre os guardiões das grandes massas, que, depois de terem-se libertado da menoridade, disseminarão o espírito de reconhecimento racional tanto de sua própria dignidade quanto da vocação de todo homem para pensar por si mesmo. [...]

Enquanto essa reforma não ocorrer, novos preconceitos servirão, tão bem quanto os antigos, para atrelar as grandes massas não pensantes. Entretanto, nada além da liberdade é necessário à ilustração: na verdade, o que se requer é a mais inofensiva de todas as coisas às quais esse termo pode ser aplicado, ou seja, a liberdade de fazer uso público da própria razão a respeito de tudo [...].

KANT, *O que é a ilustração*, citado em WEFFORT, *Os clássicos da política*, v. 2, p. 83-85.

2. O que é Iluminismo

Desde sempre o Iluminismo, no sentido mais abrangente de um pensar que faz progressos, perseguiu o objetivo de livrar os homens do medo e de fazer deles senhores. Mas, completamente iluminada, a Terra resplandece sob o signo do infortúnio triunfal. O programa do Iluminismo era o de livrar o mundo do feitiço. Sua pretensão, a de dissolver os mitos e anular a ilusão, por meio do saber.

[...] A técnica é a essência desse saber. Seu objetivo não são os conceitos ou imagens, nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração do trabalho dos outros, o capital. [...] O que os homens querem aprender da natureza é como aplicá-la para dominá-la completamente e aos homens. [...] Poder e conhecimento são sinônimos.

HORKHEIMER e ADORNO, *Conceito de Iluminismo*, em BENJAMIN et al., *Textos escolhidos*, p. 89 e 98.

1. No primeiro texto, o que significa a “menoridade” do ser humano?
2. Por que, segundo Kant, o ser humano escolhe viver assim?
3. Com relação aos “guardiões” ou tutores da consciência dos indivíduos, citados por Kant:
 - a) Quem seriam eles naquela época?
 - b) Como você entende que eles controlariam a consciência das pessoas?
 - c) Quem mais você acrescentaria a essa lista nos tempos atuais? Há pessoas do seu cotidiano que poderiam ser consideradas tutoras da sua consciência?
4. Qual é o caminho proposto por Kant para tirar o ser humano dessa condição de menoridade? Comente essa proposta.
5. Contraponha o otimismo de Kant em relação ao projeto iluminista com o que dizem os autores do segundo texto.
6. Que reflexões você extrai e a que conclusão chega a partir da leitura desses dois textos?

Capítulo 16

MUSEUM OF FINE ARTS, BOSTON, MASSACHUSETTS, EUA



O sementeiro (1850) – Jean-François Millet.

- Pesquise o contexto histórico francês à época em que o quadro ao lado foi pintado. Qual é seu tema? Que mensagem ou problema parece propor?

Pensamento do século XIX

Abordaremos agora a atividade filosófica desenvolvida no século XIX. Você verá que a reflexão foi bem variada, tanto nos temas abordados como na forma de fazer filosofia.

Alguns pensadores mantiveram-se no compasso de seus antecessores, guiados pela confiança na razão e no progresso humano. Outros, porém, reagiram com muita convicção contra esses valores, denunciando os problemas desse projeto e as situações concretas que o contradiziam na nova ordem social em construção. Vejamos cada um deles.

Questões filosóficas

- As sociedades humanas evoluem?
- Existe um princípio unificador da realidade?
- Como é a dinâmica das transformações do real?
- O que é a história?
- O que é o bem e o mal?

Conceitos-chave

romantismo, nacionalismo, subjetividade, liberdade, positivismo, ciência, ordem, progresso, evolução, lei dos três estados, idealismo alemão, eu, inteligência, espírito, razão, absoluto, movimento dialético, espírito subjetivo, espírito objetivo, espírito absoluto, materialismo, materialismo histórico, dialética marxista, capital, trabalho, luta de classes, modo de produção, forças produtivas, vontade, representação, aforismo, vontade de potência, niilismo, apolíneo, dionisíaco

SÉCULO XIX

Expansão do capitalismo e os novos ideais

Como temos feito até agora, vejamos em breves pinceladas o contexto histórico em que se desenvolveu a reflexão filosófica do século XIX.

Sabemos que, de acordo com a periodização tradicional, considera-se a **Revolução Francesa** (1789-1799) o marco inicial da época contemporânea. Junto com ela, propagaram-se os ideais de **liberdade, igualdade e fraternidade**.

Conforme estudamos no capítulo anterior, esse movimento político-social foi em grande parte liderado por grupos **burgueses** que, após obterem certa ascensão econômica, reivindicaram participação no poder político e na construção de um novo modelo de sociedade. No plano econômico, a partir de meados do século XVIII, o **capitalismo** foi se consolidando em diversos países da Europa ocidental e, mais tarde, em outras regiões do mundo.

■ Progresso versus desumanização

Esse processo de transformações, ao qual está vinculada a **Revolução Industrial**, atingiu amplos setores da economia – produção de manufaturas, agricultura, comércio, transportes etc. – com

grande impacto na sociedade. Configurou-se, assim, um quadro geral que pode ser sintetizado em duas tendências contraditórias. Vejamos.

Avanço técnico e científico

Como tendência geral, as antigas oficinas dos artesãos foram sendo substituídas pelas fábricas, e novas máquinas tomaram o lugar de muitas ferramentas. Em lugar das tradicionais fontes de energia – como água, vento e força muscular –, passou-se a utilizar também o carvão, a eletricidade e o petróleo.

A todas essas **inovações tecnológicas** somaram-se muitas outras, ao longo do século XIX, como a utilização em larga escala do aço, a invenção da locomotiva elétrica, do motor a gasolina, do automóvel, do motor a *diesel*, do avião, do telégrafo, do telefone, da fotografia, do cinema e do rádio etc. O impacto dessas transformações ainda ecoa em nossos dias.

Esses avanços reforçavam a confiança no poder da razão, gerada nos séculos anteriores, levando cada vez mais ao entusiasmo com a ideia de **progresso** da humanidade e à apologia da **ciência** como a principal condutora no caminho para um mundo melhor.



HERMAN HEIJENBROCK/HOOGMOEDS MUSEUM, LINDEN, NETHERLANDS

A fundição de ferro em blocos (c. 1890) – Herman Heijnenbroek. Os novos processos de produção do ferro foram parte importante da Revolução Industrial, junto com o uso crescente da energia da água, do vapor, do carvão e, consequentemente, de máquinas-ferramentas. Assim, os métodos artesanais de fabricação foram sendo substituídos pela produção mecanizada.

Exploração do trabalho humano

Paralelamente, a expansão e a consolidação do capitalismo foi um processo que trouxe consigo novas formas de **exploração do trabalho humano**. Com isso, alterou-se o cenário das questões sociais, pois – além dos anseios próprios das burguesias – as repercussões da Revolução Francesa estimulavam as aspirações dos trabalhadores urbanos e rurais por melhores condições de vida. Em várias sociedades ocidentais, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade conduziam à esperança de que o progresso beneficiaria a todos. Mas não era bem assim o que estava acontecendo. O operariado vivia de forma miserável, sem garantias e direitos, sem liberdades.

A exploração do trabalho no contexto do capitalismo industrial gerou uma série de conflitos entre dois grandes grupos sociais e seus diversos segmentos: de um lado, a burguesia empresarial (da indústria, do comércio, das finanças etc.); de outro, os trabalhadores das cidades e dos campos.



Do amanhecer ao pôr do sol (1861) – Thomas Faed. Cena da vida de uma família de poucos recursos na Escócia. Com a Revolução Industrial e o afluxo de pessoas às grandes cidades, a falta de moradia e de boas condições de vida tornaram-se problemas graves para os mais pobres.

Nesse cenário, uma série de questões sociais e políticas passaram a ganhar destaque nas reflexões filosóficas, dando origem às diversas **correntes socialistas** do século XIX e suas lutas. E o notório otimismo em relação aos poderes da razão e a sua capacidade de trazer o bem-estar para toda a sociedade – que havia predominado durante a Idade Moderna e em boa parte do século XIX – começou, em vários sentidos, a sofrer abalos e perder vigor. Ou, pelo menos, as interpretações dividiram-se a seu respeito.



A liberdade guiando o povo (1830) – Eugène Delacroix. No início do século XIX, o Congresso de Viena (1814-1815) promoveu a restauração de diversas monarquias absolutistas na Europa, contrariando a tendência inicial após a Revolução Francesa. Mas, a partir de 1825, esse movimento conservador começou a ser revertido com a explosão de rebeliões liberais e nacionalistas em diversas regiões europeias. A imagem é uma representação desse período intensamente conflitivo. Nela, o artista retrata alegoricamente a Revolução de 1830, na qual o rei absolutista francês Carlos X foi deposto. O que representa a figura feminina central, com a bandeira francesa na mão?

Nesse quadro de desafios e oposições, destacaram-se inicialmente duas propostas para os dilemas humanos: o **romantismo** e o **positivismo**. Cada uma dessas propostas representava, de certo modo, um lado da balança.

■ Romantismo

Surgido no final do século XVIII, o romantismo foi um **movimento cultural** que envolveu as **artes** e a **filosofia**, predominando durante a primeira metade do século XIX. Expandiu-se pela Europa e por outras regiões do mundo, assumindo características peculiares em cada sociedade.

De modo geral, o romantismo foi uma reação ao espírito racionalista, que pretendia abraçar o mundo e orientar a sociedade. Captou precocemente a noção de que a racionalização e a mecanização caracterizariam o mundo industrial e intuiu a ameaça que esse processo representava para a expressão plena das pessoas, tendo em vista que uma dimensão importante do ser humano – os sentimentos – estaria sendo relegada a segundo plano.

Principais características

Em linhas gerais, o romantismo caracterizou-se pela exaltação do **indivíduo** – sua subjetividade e suas emoções –, da **natureza** e da **pátria**. Vejamos com mais detalhes.

Os românticos enfatizavam a importância das **paixões** e dos **sentimentos valorosos**. Era o renascimento da intuição e da emoção contra a supremacia da razão. Era a afirmação do amor contra a frieza da racionalidade, após o reconhecimento de que o indivíduo permanecia insatisfeito em relação a seus anseios mais profundos de liberdade. Juntamente com a intuição, a aventura e a fantasia, valorizaram a **subjetividade**. O sujeito era o centro da visão romântica do mundo.

O romantismo retomou a ideia de **natureza** como **força vital** que resiste à racionalização tecnológica – outra resposta a essa inconformidade com o mundo urbano-industrial. A natureza passou a ser exaltada e idealizada, a ser vista com certo misticismo. O romântico recuperava, assim, a sensação de plenitude, de pertencer a uma **totalidade** que não mais podia reconhecer na fragmentação racionalista do mundo social e científico.



VICTOR MEIRELLES/MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, SÃO PAULO, BRASIL

Moema (1866) – Victor Meirelles. Uma das tendências literárias do romantismo foi o **indianismo**, que idealizava o indígena americano e sua cultura, em contraste com a barbárie civilizatória do europeu. Que relação é possível estabelecer entre o indianismo e Rousseau? Pesquise quem foi Moema.

A concepção de Deus como razão suprema, própria do Iluminismo, foi substituída pela concepção **mística** e **emocional** da divindade, pois, para os românticos, Deus fala a linguagem do **coração**, não a da razão.

O desenvolvimento do **nacionalismo**, do amor fervoroso pela pátria, da valorização da língua nativa e das tradições nacionais, além do anseio por **liberdade individual**, sobretudo na fase mais madura do movimento, foram outras características românticas. Esses ideais acabariam tornando-se “bandeiras” importantes para os povos que lutavam pela autonomia nacional em várias regiões da Europa e da América.

Entre os grandes nomes do romantismo destacaram-se, por exemplo, Novalis, Schiller e Goethe na literatura, bem como Beethoven, Schumann e Brahms, Schubert e Chopin na música.

Romantismo na filosofia

O romantismo está presente na filosofia não como um movimento ou corrente facilmente identificável, mas algumas de suas características poderão ser reconhecidas em vários filósofos. Ele já se expressava precocemente no pensamento de **Jean-Jacques Rousseau**. Apesar de comungar em alguns aspectos com a filosofia iluminista, vimos que esse pensador tinha reservas em relação à crença no progresso científico, além de ter concebido o ser humano em estado de natureza como bom selvagem, personagem oriundo de uma idealização da natureza (como estudamos no capítulo anterior). Por isso, muitos o consideram um **pensador pré-romântico**.

Outro exemplo da influência romântica é o **idealismo alemão**, importante movimento filosófico do século XIX. Ele reteve do romantismo o aspecto do nacionalismo, do amor à pátria, da valorização do povo e do Estado como um organismo, embora seu maior representante, Friedrich Hegel, combatesse o sentimentalismo romântico (conforme estudaremos mais adiante neste capítulo).



STAEDEL MUSEUM, FRANKFURT, ALEMANHA

Goethe na campanha romana (1787) – Johann Heinrich Wilhelm Tischbein. O escritor germânico Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) é até hoje o nome mais destacado da literatura em língua alemã, com incursões também pela filosofia e pela ciência. Juntamente com outros autores, promoveu o movimento pré-romântico conhecido como *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), entre as décadas de 1760 e 1780. Em sua obra-prima, *Fausto*, um erudito (Fausto) sempre insatisfeito com o que conhecia faz um pacto com Mefistófeles (o diabo), pelo qual vende sua alma em troca da satisfação de seus desejos de conhecimentos e poder. Seria uma metáfora da humanidade e da ciência?

■ Positivismo

Paralelamente ao romantismo, e opondo-se em boa medida a ele, desenvolveu-se uma doutrina filosófica assentada na confiança no progresso científico, com grande penetração em diversas sociedades ocidentais: o **positivismo**, criado por Auguste Comte.



COLEÇÃO PARTICULAR

Detalhe de *Auguste Comte* – Louis Jules Etex, óleo sobre tela. De temperamento intempestivo e sofrendo surtos de depressão psíquica, o filósofo francês viveu um amor platônico por uma mulher casada, Clotilde de Vaux. Acabou transformando-a em musa inspiradora e santa de uma seita religiosa que fundou no final da vida, denominada **Religião da Humanidade**, cujos “santos” eram pensadores como Dante, Shakespeare, Galileu e Adam Smith.

Auguste Comte (1798-1857) nasceu em Montpellier, França, país que ainda vivia o processo da Revolução Francesa. Desde cedo revelou grande capacidade intelectual e memória prodigiosa. Aos 16 anos de idade ingressou na Escola Politécnica de Paris, onde estudou matemática e ciência.

Sua doutrina, o positivismo, fundou-se na extrema valorização do método das **ciências positivas** (baseadas nos fatos concretos e na experiência – ou seja, empíricas) e na recusa das discussões metafísicas. Para Comte, não poderia haver qualquer conhecimento real senão aquele baseado em fatos observáveis.

Crítico das filosofias “negativas” (como as elaboradas por Rousseau e por Voltaire) e abstratas (como a teoria kantiana), Comte se propôs – em seu *Discurso sobre o espírito positivo* – a desenvolver uma **filosofia positiva**, isto é, comprometida com a realidade, a utilidade, a certeza, a precisão, a organização e a relatividade (do conhecimento científico, que deve seguir se aperfeiçoando).

Assim, o termo **positivismo**, adotado pelo próprio Comte, exprime a diretriz principal de sua filosofia, marcada pelo **culto da ciência** e pela **sacralização do método científico**.

O positivismo também se caracterizou por um tom geral de confiança nos benefícios da industrialização, bem como por um otimismo em relação ao **progresso** capitalista, guiado pela técnica e pela ciência.

Formulação de leis gerais

De acordo com Comte, o método positivo de investigação tem por objetivo a pesquisa das **leis gerais** que regem os fenômenos naturais. Assim, o positivismo diferencia-se do empirismo puro porque não reduz o conhecimento científico apenas aos fatos observados. É na elaboração de leis gerais que reside o grande ideal das ciências.

Com base nessas leis, o ser humano seria capaz de prever os fenômenos naturais, podendo agir sobre a realidade. **Ver para prever** é o lema da ciência positiva. O conhecimento científico torna-se, desse modo, um instrumento de transformação da realidade, de domínio do ser humano sobre a natureza.

As transformações impulsionadas pelas ciências, por sua vez, visariam ao **progresso**; este, porém, deve estar subordinado à **ordem**. Temos então um novo lema positivista, aplicado à sociedade: **ordem e progresso**.

Manifestando-se de modo variado em diversos países ocidentais a partir da segunda metade do século XIX, o positivismo refletiu o entusiasmo pelo progresso trazido com o desenvolvimento técnico-industrial capitalista. E, embora seja bastante criticado no plano teórico, trata-se de uma doutrina muito influente no plano prático até nossos dias.

Lei dos três estados

Em sua **lei dos três estados**, Comte resume sua reflexão sobre a **evolução** histórica e cultural da humanidade. Conforme escreveu em seu *Curso de filosofia positiva*, “essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes” (p. 4):

- **estado teológico ou fictício** – estágio que representaria o ponto de partida da inteligência humana, no qual os fenômenos do mundo são

vistos como produzidos por seres sobrenaturais. O ponto culminante desse estado deu-se quando o ser humano substituiu o **politeísmo** (numerosas divindades independentes) pelo **monoteísmo** (ação providencial de um Deus único);

- **estado metafísico ou abstrato** – estágio em que a influência dos seres sobrenaturais do estágio teológico foi substituída pela ação de forças abstratas consideradas representantes dos seres do mundo;
- **estado científico ou positivo** – estágio definitivo da evolução racional da humanidade, no qual, pelo uso combinado do raciocínio e da observação, o ser humano passou a entender os fenômenos do mundo.

Reforma da sociedade

Tendo Comte nascido e vivido na França pós-revolucionária, a questão social não poderia deixar de ser importante em sua reflexão. De fato, um dos temas centrais de sua obra filosófica é a necessidade de uma **reorganização completa da sociedade**. Nessa tarefa, ele próprio pretendeu desempenhar o papel de reformador universal “encarregado de instituir a ordem de uma maneira soberana” (VERDENAL, *A filosofia positiva de Auguste Comte*, em CHÂTELET, *História da filosofia*, v. 5, p. 215).

Para o filósofo, essa reconstrução da sociedade consistia na regeneração das opiniões (ideias) e dos

costumes (ações) humanos. Tratava-se, portanto, de uma **reestruturação intelectual** dos indivíduos e não de uma **revolução das instituições sociais**, como propunham filósofos socialistas franceses de sua época, a exemplo de **Saint-Simon** (1760-1825) – de quem Comte havia sido secretário particular –, **Fourier** (1772-1837) e **Proudhon** (1809-1865).

A reforma da sociedade proposta por Comte deveria obedecer aos seguintes passos: reorganização intelectual, depois moral e, por fim, política. Segundo ele, a Revolução Francesa teria destruído uma série de valores importantes da sociedade tradicional europeia, não sendo capaz, entretanto, de impor novos e permanentes valores para a emergente sociedade burguesa. E nisso residia a grande tarefa a ser desempenhada pela filosofia positiva: **restabelecer a ordem** na sociedade capitalista industrial.

Em relação aos conflitos entre os grupos trabalhadores e os capitalistas, Comte assumiu uma posição conservadora. Defendendo a legitimidade da exploração industrial, concordava com a divisão das classes sociais e considerava indispensável a existência dos empreendedores capitalistas e dos operadores diretos, os operários. Para estes, defendia um tipo de doutrinação positivista destinada a confirmar a necessidade dos trabalhos práticos e mecânicos, inspirando “o gosto por eles, quer enobrecendo seu caráter habitual, quer adotando suas partes penosas” (COMTE, *Discurso sobre o espírito positivo*, p. 85).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Sintetize algumas características sociais, políticas e econômicas que marcaram o século XIX e que tiveram repercussão no pensamento filosófico desse período.
2. De que maneira o movimento romântico pode ser considerado uma reação ao Iluminismo? Quais são suas características gerais?
3. Defina, caracterize e contextualize a doutrina filosófica do positivismo.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Reforma social

Faça uma pesquisa sobre as propostas dos primeiros pensadores socialistas, como Saint-Simon, Fourier e Proudhon, e compare-as com a reforma social idealizada por Comte. Depois, debata com colegas suas semelhanças e diferenças e exponha qual delas parece mais significativa para você.

FRIEDRICH HEGEL

O idealismo absoluto

Uma vertente de pensamento bastante distinta do positivismo de Comte, mas estreitamente ligada ao romantismo, foi o **idealismo alemão**. Ele se desenvolveu entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX e teve em **Georg Wilhelm Friedrich Hegel** (1770-1831) seu máximo expoente.

Nascido em Stuttgart, Alemanha, Hegel construiu uma obra que costuma ser apontada como o ponto culminante do racionalismo. Talvez nenhum outro pensador tenha conseguido elaborar, como ele, um sistema filosófico tão abrangente, pois buscou respostas para o maior número de questões, tentando reconciliar a filosofia com a realidade.



BETTMANN/CORBIS/FOTORENA

Segundo o filósofo alemão Herbert Marcuse (1898-1979), o sistema hegeliano constitui “a última grande expressão desse idealismo cultural, a última grande tentativa para fazer do pensamento o refúgio da razão e da liberdade”. Entre as principais obras de Hegel estão *Fenomenologia do espírito*, *Princípios da filosofia do direito* e *Lições sobre a história da filosofia*.

■ Idealismo alemão

Nosso primeiro passo na compreensão do pensamento hegeliano será entender o movimento filosófico do qual ele participou. Mas o que é mesmo o **idealismo**?

Como vimos antes, ao longo do livro, uma doutrina é idealista quando concebe a noção de que o sujeito tem um papel mais determinante que o objeto no processo de conhecimento. E há vários tipos de idealismo. Platão, por exemplo, costuma ser considerado o principal idealista da Antiguidade, devido a sua teoria das ideias (como vimos nos capítulos 1 e 12). Descartes, por sua vez, expressou plenamente seu idealismo na formulação do *cogito* (como estudamos nos capítulos 2 e 14). O mesmo fez Kant, que afirma – na *Crítica da razão pura* – que **das coisas só conhecemos a priori aquilo que nós mesmos colocamos nelas** (concepção estudada nos capítulos 10 e 15).



Gebhard Leberecht von Blücher em Bautzen, 1813 (1885) – Bogdan Willewalde, óleo sobre tela. O idealismo alemão desenvolveu-se no contexto histórico da Revolução Francesa e de suas consequências no mundo europeu, como as guerras napoleônicas. A cena mostra o marechal prussiano Von Blücher na cidade alemã de Bautzen, junto a seus homens e à população, à época da Batalha das Nações (1813), da qual Napoleão e seus exércitos saíram derrotados, e os territórios alemães que estavam sob seu domínio ficaram livres. A Alemanha ainda não existia como país. O que havia era um conjunto de 39 Estados independentes (reinos, ducados e cidades), com a mesma raiz linguística e base cultural. A unificação política alemã ocorreria só em 1871.

Foi justamente Kant quem assentou as bases do que ficaria conhecido como **idealismo alemão**, pois dizer que das coisas só podemos conhecer *a priori* aquilo que nós mesmos colocamos nelas significa que só podemos conhecer o **pensamento** ou a **consciência** que temos das coisas. Para esse filósofo, portanto, a condição última do processo de conhecer é a **existência do eu** como princípio da consciência. Em outras palavras, é a existência do **sujeito** como centro (o **eu**) que torna possível o conhecimento e lhe dá forma, pois é o sujeito que organiza o conhecimento do objeto, ao passo que este apenas se encaixa nos “moldes” da percepção humana.

Pois bem, outro filósofo alemão, **Johann Gottlieb Fichte** (1726-1814), era um admirador de Kant, mas achava problemática a separação que ele estabeleceu entre a coisa em si (o chamado **noumenon** ou **númeno**) e a coisa como ela se apresenta para nós (o chamado **phenomenon** ou **fenômeno**). Assim, procurando um princípio unificador do real, tomou esse eu de Kant – entendido como princípio da consciência – e transformou-o em **princípio criador de toda a realidade**.

Dessa forma, levou ao máximo o idealismo de Kant, construindo uma doutrina segundo a qual a **realidade objetiva seria produto do espírito humano**. Isso porque, para Fichte, trazemos em nós concepções lógicas das coisas do universo e este, necessariamente, reflete essas concepções lógicas. O filósofo chegou a se referir às coisas da realidade (ao que é exterior ao ser humano) como o **não eu** criado pelo eu.

Essa mesma ideia, que pode parecer um tanto estranha para o entendimento comum das pessoas, é retomada e amadurecida por outro pensador alemão, **Friedrich Schelling** (1775-1854), assistente de Fichte e seu sucessor. Schelling também procurou explicar como se dá a existência do mundo real, das coisas, a partir do eu, mas discordou de Fichte no que se refere à determinação do mundo como puro não eu, ou seja, à ideia de que a realidade exterior seria produto da concepção do eu.

Para Schelling, existe um **único princípio**, uma **inteligência** exterior ao próprio eu que rege todas as coisas. Essa inteligência se manifestaria de forma visível em todos os níveis da natureza até alcançar o nível mais alto, isto é, o ser humano ou, mais geralmente, o que chamamos razão. Trata-se, portanto, de uma noção mais compreensível ao senso comum, uma vez que guarda afinidade com a ideia de Deus – o Deus espinosano, mais especificamente (sobre isso, reveja o capítulo 14).

■ Racionalidade do real

A ideia de uma inteligência, ou espírito, que se manifesta e se concretiza no mundo será também o ponto de partida da filosofia de Hegel, colega e amigo mais velho de Schelling. Como estudamos antes, Hegel entendia a realidade como um processo análogo ao pensamento. Ele dizia que **o real é racional e o racional é real**. Em outras palavras: a) a realidade possui racionalidade ou identifica-se com esta; b) a razão possui realidade ou identifica-se com esta. (Reveja o trecho a esse respeito no capítulo 6.)

Assim, Hegel rompeu com a distinção tradicional entre consciência e mundo, sujeito e objeto. Para ele, a realidade se identificaria totalmente com o **espírito** (ou ideia, ou razão), enquanto a racionalidade seria o fundamento de tudo o que existe, inclusive da natureza. O ser humano, por sua vez, constituiria a manifestação mais elevada dessa razão.

■ Movimento dialético

Também vimos anteriormente que, ao conceber a realidade como espírito, Hegel queria destacar que ela não é apenas uma substância (uma coisa permanente, rígida), mas um **sujeito** com vida própria que pode atuar. Portanto, entender a realidade como espírito é entendê-la nesse seu atuar constante, ou seja, como **movimento** ou **processo**. É entendê-la como **devir**.

Segundo o filósofo, o movimento da realidade apresentaria momentos que se contradizem, sem, no entanto, perder a unidade do processo, que leva a um crescente autoenriquecimento. Trata-se do **movimento dialético** do real, que se processaria em três momentos:

- o primeiro, do **ser em si**, seria, por exemplo, o momento de uma planta como semente (tese);
- o segundo, do **ser outro** ou **fora de si**, seria o momento em que essa semente sai fora de si, desdobra-se em algo distinto (antítese);
- e o terceiro, do **ser para si**, seria o momento em que surge a planta (síntese dos momentos anteriores).

Esses momentos se sucederiam com um movimento em **espiral**, ou seja, um movimento circular que não se fecha. Assim, cada momento final, que seria a síntese, torna-se a tese de um movimento posterior, de caráter mais avançado. (Reveja essas concepções de Hegel na exposição mais detalhada do capítulo 6.)



1. Observe a imagem acima:

- é possível estabelecer uma relação entre ela e o pensamento hegeliano?
- proponha outros exemplos da concepção de Hegel sobre o movimento da realidade.

■ Saber absoluto

De acordo com Hegel, para compreender a dialética da realidade é necessário que a razão se afaste do entendimento comum e se coloque no ponto de vista do **absoluto**. A consciência que consegue isso atinge a **Razão** ou o **Saber Absoluto**, ou seja, supera o entendimento finito e adquire a certeza de ser toda a realidade. Desse modo, alcança a unidade entre **ser** e **pensar**, harmonizando a subjetividade com a objetividade.

O pensamento de Hegel apresenta-se, desse modo, como um grande sistema, que permite pensar tanto a natureza, ou realidade física, quanto o espírito, tendo como fio condutor dessa reflexão totalizante a relação entre **finito** e **infinito**.

Nesse contexto, o trabalho da filosofia seria o de superar o entendimento finito e limitado das coisas finitas e limitadas para alcançar o saber absoluto, que é o saber da **coisa em si**. Seria o caminhar da consciência rumo ao infinito, a busca da infinitude a partir da finitude.

Hegel procurou apresentar, em sua obra, o caminho do conhecimento finito ao conhecimento

absoluto, o qual se daria em vários campos do saber, tanto em relação à natureza como ao espírito.

No que concerne à **natureza**, rompeu com a visão romântica, que a divinizava, proclamando a absoluta superioridade do espírito, que se realiza na história dos seres humanos por meio de sua **liberdade**.

Em relação ao espírito, o filósofo distinguiu três instâncias:

- **o espírito subjetivo** – que se refere ao indivíduo e à consciência individual;
- **o espírito objetivo** – que se refere às instituições e aos costumes historicamente produzidos pelos seres humanos, expressão da liberdade humana;
- **o espírito absoluto** – que se manifesta na arte, na religião e na filosofia como espírito que compreende a si mesmo.

■ Filosofia e história

Para Hegel, a história é o desdobramento do espírito objetivo. Vejamos por quê.

O espírito objetivo é a realização da liberdade humana na sociedade. Manifesta-se no direito, na moralidade e na “eticidade”, englobando família, sociedade e Estado. O Estado político é o momento mais elevado do espírito objetivo, de modo que o indivíduo só existe como membro do Estado, conforme afirma o filósofo em *Princípios da filosofia do direito*.

A história seria, portanto, o desdobramento do espírito no tempo. A filosofia da história deve captar o movimento histórico não como momentos estanques, mas do ponto de vista da razão, do absoluto. Sob esse ponto de vista, a história é uma contínua evolução da ideia de liberdade, que se desenvolve segundo um **plano racional**.

Assim, para Hegel, os conflitos, as guerras, as injustiças, as dominações de um povo sobre outro são compreendidos como contradições ou momentos negativos que funcionam como mola dialética que move a história. No plano da dialética hegeliana, esses momentos corresponderiam à **antítese**, que se contrapõe à **tese**, fazendo surgir uma etapa superior, que seria a **síntese**.

Portanto, se para o filósofo tudo que é real é racional, e tudo que é racional é real – como vimos antes –, todas as coisas existentes, mesmo as piores, fazem parte de um plano racional e, portanto, têm um sentido dentro do processo histórico. Esse conceito hegeliano recebeu inúmeras críticas, já que pode levar a um certo conformismo ou a uma passividade diante das injustiças sociais.

Legado de Hegel

Entre os seguidores de Hegel, houve uma divisão em dois grupos: os **neo-hegelianos de direita** e os **neo-hegelianos de esquerda**, que fizeram ajustes em aspectos de sua filosofia de modo a adequá-la a seus projetos políticos.

Mas a profundidade de seu pensamento e a radicalidade de seus conceitos despertaram reações extremas e diversas, algumas delas tão revolucionárias que levaram a novas maneiras de fazer e pensar a filosofia, como nos casos de Marx e Nietzsche (que estudaremos em seguida).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. Como se vincula a filosofia de Kant com o idealismo alemão?
5. Em que diferem o “princípio criador” de Fichte e o “princípio único” de Schelling?
6. A dialética de Hegel não é um método ou uma forma de pensar a realidade, mas sim a expressão do movimento do real (o espírito) propriamente dito. Justifique essa afirmação.
7. Segundo Hegel, compreender a dialética da realidade exige um trabalho árduo da razão, que deve se afastar do entendimento comum e se colocar no ponto de vista do absoluto.
 - a) Em que se baseia essa afirmação?
 - b) A partir desse ponto de vista, como deveria se posicionar a filosofia para interpretar os acontecimentos históricos?

CONVERSA FILOSÓFICA

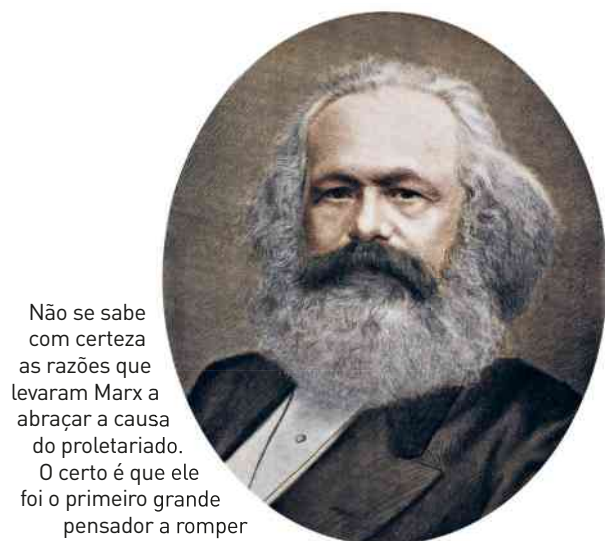
2. História e racionalidade

Para Hegel, a história não é apenas uma justaposição de acontecimentos no tempo, mas resulta de um processo de contradições dialéticas que, interpretado a partir do espírito absoluto, possui uma racionalidade e caminha no sentido da liberdade plena.

Em sua interpretação, essa concepção de Hegel é uma noção racional e otimista dos acontecimentos históricos ou revela mais um perigoso conformismo, como entenderam seus críticos? Reúna-se com colegas para debater essa questão, buscando argumentar sobre exemplos concretos.

KARL MARX

O materialismo dialético e histórico



SAMMILUNG RAUCH/INTERFOTO/FOTORENA

Não se sabe com certeza as razões que levaram Marx a abraçar a causa do proletariado.

O certo é que ele foi o primeiro grande pensador a romper com uma longa tradição de pensadores e artistas sempre inclinados para o lado dos senhores ao defender a emancipação dos trabalhadores. Ele dizia: “A cabeça desta emancipação é a filosofia; seu coração, o proletariado”.

Karl Marx (1818-1883) nasceu na cidade alemã de Trier, no seio de uma família judaica, e tornou-se um dos pensadores de maior influência sobre a reflexão contemporânea. Como afirmou o pensador francês Raymond Aron, se a grandeza de um filósofo fosse medida pelos debates que suscitou, nenhum deles nos últimos séculos poderia ser comparado a Karl Marx.

Nos tempos da universidade, Marx revelou entusiasmo pelo estudo do direito, da filosofia e da história. Formado em filosofia no círculo do idealismo alemão, tentou seguir a carreira universitária como professor, mas não conseguiu seu intento devido a questões políticas.

Em 1844 conheceu **Friedrich Engels** (1820-1895) em Paris, e ambos se tornaram amigos inseparáveis por toda a vida. Em 1848, lançaram o célebre *Manifesto comunista*. Seguindo o lema de que a filosofia deve ser também prática, participaram juntos de diversas atividades políticas e

escreveram várias obras, que lhes custaram duras perseguições dos governos constituídos. O conjunto de suas ideias foi depois interpretado e desenvolvido por outros pensadores, ficando conhecido como **marxismo**.

■ Crítica ao idealismo hegeliano

Na juventude, Marx participou do grupo dos neo-hegelianos de esquerda, que tinha à época, como uma de suas principais figuras, o também alemão **Ludwig Feuerbach** (1804-1872).

Discípulo de Hegel, Feuerbach esteve inicialmente sob sua influência, defendendo-o de alguns ataques. Mas depois passou a examinar criticamente seu idealismo, qualificando-o como “especulação vazia”. Defendeu, então, que a filosofia deveria partir do **ser** concreto, isto é, do ser humano considerado como um ser **natural e social**.

Feuerbach também foi um crítico das religiões, afirmando que não foi Deus quem criou os seres humanos, e sim os seres humanos quem criaram Deus, ao projetar suas melhores qualidades nele. Tratava-se, portanto, de uma posição filosófica tipicamente **materialista**.

Essas e outras ideias de Feuerbach teriam grande impacto no pensamento de Marx, que depois buscou ampliá-las e especificá-las, demarcando seu próprio materialismo.

Assim, em sua crítica ao idealismo hegeliano, Marx afirma que Hegel inverteu a relação entre o que é determinante – a realidade material – e o que é determinado – as representações e conceitos acerca dessa realidade. A filosofia idealista seria, portanto, uma grande mistificação ou farsa, pois pretende entender o mundo real, concreto, como manifestação de uma razão absoluta. Contrapondo sua filosofia ao idealismo hegeliano, Marx afirma na introdução ao livro *A ideologia alemã*:

As premissas de que partimos não constituem bases arbitrárias, nem dogmas; são antes bases reais de que só é possível abstrair no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência [...] (p. 4).

Marx procurou, portanto, compreender a história real dos seres humanos em sociedade a partir das condições materiais nas quais eles vivem. Essa visão da história foi chamada posteriormente por Engels de **materialismo histórico**.

Vejamos então os principais pontos do materialismo de Marx, em que destacaremos as concepções contrárias ao idealismo de Hegel.

■ Materialismo histórico

De acordo com Marx, os seres humanos não podem ser pensados de forma abstrata, como na filosofia de Hegel, nem de forma isolada, como nas filosofias de Feuerbach, Proudhon e tantos outros que Marx criticou, como Schopenhauer e Kierkegaard.

Para Marx, não existe o indivíduo formado fora das relações sociais. Ele enfatiza esse ponto ao afirmar: “A essência humana [...] é o conjunto das relações sociais” (*Teses contra Feuerbach*, p. 52). Isso significa que a forma como os indivíduos se comportam, agem, sentem e pensam vincula-se à forma como se dão as relações sociais. Essas relações, por seu lado, são determinadas pela forma de produção da vida material, ou seja, pela maneira como os seres humanos trabalham e produzem os meios necessários para a sustentação material das sociedades. Em *A ideologia alemã*, escrita em conjunto com Engels, Marx desenvolve essa reflexão dizendo:

A forma como os homens produzem esses meios depende em primeiro lugar da natureza, isto é, dos meios de existência já elaborados e que lhes é necessário reproduzir; mas não deveremos considerar esse modo de produção deste único ponto de vista, isto é, enquanto mera reprodução da existência física dos indivíduos. Pelo contrário, já constitui um modo determinado de atividade de tais indivíduos, uma forma determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado. A forma como os indivíduos manifestam a sua vida reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide portanto com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como com a forma como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende portanto das condições materiais da sua produção. (p. 4.)

Esse é um ponto fundamental da filosofia de Marx. Ao falar da produção material da vida, ele não se refere apenas à produção das inúmeras coisas necessárias à manutenção física dos indivíduos. Considera também o fato de que, ao produzir todas essas coisas, os seres humanos constroem a si mesmos como indivíduos. Isso ocorre porque, segundo o filósofo, “o modo de produção da vida material condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual” (*Para a crítica da economia política*, prefácio).

Capital e trabalho

Compreende-se aí a importância que Marx deu à análise do trabalho (como procuramos mostrar no capítulo 9). Ele reconhece o trabalho como atividade fundamental do ser humano e analisa os fatores que, no capitalismo, o tornaram uma atividade massacrante e alienada.

Essa demonstração desenvolve-se em vários textos, mas de forma mais rigorosa em *O capital*. Nesse livro, o filósofo expõe a lógica do modo de produção capitalista, em que a força de trabalho é transformada em uma mercadoria com dupla face: de um lado, é uma mercadoria como outra qualquer, paga pelo salário; de outro, é a única mercadoria que produz valor, ou seja, que **re-produz o capital**.



COLEÇÃO PARTICULAR

Detalhe de *O quarto estado* (1901) – Giuseppe Pellizza da Volpedo, óleo sobre tela. Cena concebida magistralmente, tendo como tema uma manifestação imaginária de camponeses e outros trabalhadores na praça de Volpedo, município do norte da Itália, no final do século XIX. A miséria e a fome das classes trabalhadoras eram fatos comuns nas sociedades europeias desse período, bem como as manifestações populares inspiradas em concepções socialistas.

Dialética marxista

Marx também entende o desenvolvimento histórico-social como decorrente das transformações ocorridas no modo de produção (ver explicação detalhada do conceito adiante). Nessa análise, ele se vale dos princípios da **dialética**, mas, como afirma no posfácio da segunda edição de *O capital*, “meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta”.

Marx reconhece o mérito de Hegel por ter sido o primeiro a expor as formas gerais da dialética, mas alega que é preciso desmistificá-la, evidenciando seu núcleo racional.

Na concepção hegeliana, conforme vimos, a dialética torna-se instrumento de legitimação da realidade existente. No pensamento de Marx, a dialética leva ao entendimento da possibilidade de negação dessa realidade “porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório”. Ou seja, a dialética em Marx permite compreender a história em seu movimento, em que cada etapa é vista não como algo estático e definitivo, mas como algo transitório, que pode ser transformado pela ação humana.

De acordo com Marx, as grandes transformações históricas deram-se primeiramente no campo da economia, causadas por contradições geradas no interior do próprio modo de produção. Diferentemente de Hegel, no entanto, Marx não concebe uma história que anda sozinha, guiada por uma razão ou um espírito, mas sim uma história feita pelos seres humanos, que interferem no processo histórico e podem, dessa forma, transformar a realidade social, sobretudo se alterarem seu modo de produção.

Modo de produção

Modo de produção é a maneira como se organiza a produção material em determinado estágio de desenvolvimento social. Essa maneira depende do desenvolvimento das **forças produtivas** (a força de trabalho humano e os meios de produção, tais como máquinas, ferramentas etc.) e da forma das **relações de produção**.

Embora a definição dos modos de produção seja um aspecto complexo na obra de Marx e entre os seus comentadores, lemos em *A ideologia alemã* a exposição dos seguintes modos de produção dominantes em cada época: o **comunismo** primitivo, o **escravismo** na Antiguidade, o **feudalismo** na Idade Média e o **capitalismo** na Idade Moderna.

A passagem de um modo de produção a outro, segundo o filósofo, acontece no momento em que o nível de desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações sociais de produção. Quando isso ocorre, há um sufocamento da produção em virtude da inadequação das relações nas quais ela se dá. Nesse momento, surgem as possibilidades objetivas de transformação desse modo de produção.



2. A opressão dos seres humanos por outros seres humanos iniciou-se muito antes de o sistema capitalista existir. Como observou Marx, ela “iniciou-se com a opressão da mulher pelo homem”. Que tipo de opressão é retratada na charge acima? Qual é sua crítica?

Luta de classes

De acordo com Marx, cabe à **classe social** que possui, nesse momento, um caráter **revolucionário** intervir por meio de ações concretas, práticas, para que essas transformações ocorram. Foi o que aconteceu, por exemplo, na passagem do feudalismo ao capitalismo, com as revoluções burguesas.

O filósofo sintetiza essa análise na afirmação de que **a luta de classes é o motor da história**, isto é, a luta de classes faz a história se mover. Por isso, no *Manifesto comunista* (1848), escrito em parceria com Engels, Marx afirma:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz; numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (p.8).

De acordo com Marx, o capitalismo também criou uma classe revolucionária, a qual, em virtude de suas condições de existência, deve se organizar para, no momento oportuno, fazer a revolução social rumo ao socialismo. Essa classe revolucionária seria o **proletariado** – que, pela definição do filósofo, é a classe de trabalhadores assalariados modernos que, destituídos dos meios de produção, se veem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir.

O pensamento de Marx teria um grande impacto no mundo contemporâneo, em termos teóricos e práticos, inspirando correntes filosóficas, movimentos operários e revoluções. E suas ideias, por suas implicações políticas, ainda são objeto de muitos estudos e acaloradas discussões.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

8. Marx afirma que Hegel, em sua interpretação da história, inverteu a relação entre o que é determinante e o que é determinado. A que ele se refere? Qual é a concepção de Marx a esse respeito?
9. “Meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta.” Comente essa afirmação de Marx.
10. Relacione os seguintes conceitos dentro do pensamento de Marx: capital, trabalho, luta de classes, proletariado.
11. A visão da história desenvolvida por Marx denomina-se, desde Engels, de materialismo histórico. Por que essa doutrina se classificaria como materialista? E por que esse materialismo seria histórico?
12. Faça um paralelo entre a lei dos três estados de Comte e a visão de Marx sobre as transformações nos modos de produção econômica ao longo da história. Considere, para isso:
 - a) a esfera da existência humana a que se refere cada uma dessas teorias;
 - b) a existência ou não da ideia de evolução, de progresso da humanidade.

3. Evolução da humanidade

Considerando o que estudamos até aqui – das concepções de Comte, Hegel e Marx – e os acontecimentos no mundo atual, você entende que a humanidade tem progredido? Por quê? Reúna-se com colegas para debater esse tema.

4. Luta de classes

Marx afirmou que a luta de classes é o motor da história. Considerando que vivemos em um país com imensa desigualdade econômica entre os grupos sociais, você entende que existe uma luta de classes no Brasil? Por quê? Que classes estariam em conflito? Haveria entre nós uma classe revolucionária? Reflita e discuta com colegas.

FRIEDRICH NIETZSCHE

Uma filosofia “a golpes de martelo”



Nietzsche realizou uma crítica radical e impiedosa da tradição filosófica e dos valores fundamentais da civilização ocidental, construindo um pensamento diferente e original, “uma filosofia a golpes de martelo”, como ele mesmo a definiu. Junto com Marx e Freud, foi classificado como um dos três **mestres da suspeita** pelo filósofo francês Paul Ricoeur. Pela influência que teve sobre os pensadores das filosofias da existência, é considerado um **pré-existencialista** por vários historiadores da filosofia.

Concluindo este capítulo, veremos outro pensador que, nas últimas décadas do século XIX, questionou profundamente os rumos do pensamento filosófico vigente, bem como do mundo ocidental. Trata-se de Friedrich Nietzsche.

Nietzsche (1844-1900) nasceu em Rocken, uma localidade da Alemanha atual. Filho de um culto pastor protestante, estudou grego, latim, filologia e teologia. Mente brilhante, aos 24 anos tornou-se professor titular de filologia na Universidade da Basileia, em uma época em que o hegelianismo ainda mantinha a hegemonia no mundo alemão. Ainda jovem, começou a sentir os sintomas de uma doença que o levaria progressivamente à deterioração física, a episódios de perda da consciência e a crises de loucura no final da vida.

■ Escrita aforismática

Diferentemente da maioria dos filósofos, Nietzsche escreveu a maior parte de suas obras sob a forma de **aforismos**. Aforismo é uma máxima, isto é, uma sentença curta que exprime um conceito, um conselho ou um ensinamento.

Os aforismos do filósofo tratam de diversos temas, como religião, moral, artes, ciências etc. Seu conjunto revela uma **crítica profunda e impiedosa à civilização ocidental**. Crítica à massificação, à visão de mundo burguesa, ao conservadorismo cristão (que ele chamava “moral de rebanho”) etc. Dessa crítica surgiu também a questão do **valor da existência humana**.

■ Influência de Schopenhauer

Nietzsche sentiu-se profundamente atraído pelas reflexões filosóficas a partir da leitura de *O mundo como vontade e representação*, do pensador também alemão **Arthur Schopenhauer** (1788-1860), e este se tornaria uma das influências mais importantes em sua filosofia.

Schopenhauer foi um continuador da reflexão kantiana e um crítico veemente dos desdobramentos metafísicos que ela teve. Seus ataques dirigiram-se especialmente a Hegel, a quem definiu como “charlatão” e “acadêmico mercenário”, por ter construído uma filosofia que, em sua opinião, servia aos interesses do Estado prussiano. Recorde que, ao englobar as situações históricas como desdobramentos do espírito objetivo (o que acabamos de ver), Hegel acabava legitimando todas as formas de governo e instituições, mesmo as mais nefastas. Para Schopenhauer, a história não é racionalidade e progresso, mas sim um **acaso cego e enganoso**.

Este filósofo também defendeu que tudo o que o mundo inclui ou pode incluir é inevitavelmente dependente do sujeito e não existe senão para o sujeito. O mundo é, portanto, **representação**. E a representação do mundo seria, para Schopenhauer, como uma “ilusão”. Alcançar a essência das coisas seria possível apenas por meio do **insight intuitivo**, uma espécie de iluminação. Nesse processo, a **arte** teria grande relevância, pois pela

atividade estética o sujeito se desprenderia de sua individualidade para fundir-se no objeto, em uma entrega pura e plena.

Para Schopenhauer, a essência do mundo seria a **vontade** (ou a **vontade de viver**). Entendida como um princípio presente em todas as coisas da natureza, a vontade seria uma pulsão ou impulso cego, carente de fundamentos ou motivos. No ser humano, essa vontade torna-se desejo consciente, o qual, não sendo satisfeito, provoca **sofrimento**. No entanto, o desejo satisfeito gera

tédio, na medida em que alcançamos e temos o que já não desejamos. Assim, a vida oscilaria do sofrimento ao tédio como um pêndulo.

E essa vontade insaciável – como força que impulsiona todo indivíduo a afirmar sua existência sem pensar nos demais – seria a origem das lutas entre os seres humanos e, portanto, a origem de todas as dores e sofrimentos aos quais as pessoas estão condenadas. Assim, para Schopenhauer, a felicidade não passaria da cessação momentânea, um momento negativo dessas privações.



Cena da guerra franco-prussiana (1870-1871). (Coleção particular.) Nietzsche nasceu e cresceu em uma Alemanha ainda não unificada, mas em uma época em que intelectuais e artistas propagavam ideais nacionalistas de união étnica e cultural dos povos germânicos. O processo de unificação culminou em 1871, após uma guerra vitoriosa contra a França. O filósofo tinha, então, 26 anos. De forma rápida e autoritária, o país industrializou-se, a educação voltou-se para a formação de mão de obra especializada e a cultura e os valores do povo alemão começaram a ser transformados, seguindo a lógica burguesa. Nietzsche reagiu a isso.

■ Vontade de potência

A visão **pessimista** que Schopenhauer tinha da vida acabou decepcionando Nietzsche, pois este entendia a felicidade verdadeira como um sentimento pleno. Isso o levou a romper com o pensamento schopenhaueriano e passar a ser um de seus críticos mais contundentes (como o seria de muitos outros). Apesar disso, algumas de suas concepções guardariam certas semelhanças com as de Schopenhauer. Um exemplo disso é o conceito de **vontade de potência**, com o qual Nietzsche passa a explicar o mundo e a vida. Em sua obra *Assim falou Zaratustra*, a vontade de potência é identificada com:

[...] vontade orgânica; ela é própria não unicamente do homem, mas de todo ser vivo; mais ainda: exerce-se nos órgãos, tecidos e células, nos numerosos seres vivos microscópicos que constituem o organismo. Atuando em cada elemento, encontra empecilhos nos que o rodeiam, mas tenta submeter os que a ela se opõem e colocá-los a

seu serviço. Manifestando-se ao deparar resistências, desencadeia uma luta que não tem pausa ou fim possíveis (MARTON, *Nietzsche – a transvaloração dos valores*, p. 62).

Termo ambíguo, dadas as características assintemáticas da escritura nietzschiana, a vontade de potência deu margem a distintas interpretações. Muitos reduziram a vontade de potência a uma tese biológica que tentava justificar o espírito de competição dos seres humanos e seu apetite por poder, tendo inclusive sido utilizada pelo nazismo na defesa de suas pretensões dominadoras.

Hoje em dia, porém, predomina a interpretação de que a vontade de potência refere-se não apenas a um **conjunto de pulsões competitivas**, sem outra finalidade que não seja a própria vida, mas também a um **impulso de afirmação da vida** na direção de uma transcendência criadora, que conduziria a uma plenitude existencial.

■ Apolíneo e dionisiaco

Em sua obra, Nietzsche também criticou a tradição da filosofia ocidental a partir de Sócrates, a quem acusa de ter negado a intuição criadora da filosofia anterior, pré-socrática.

Nessa análise, o filósofo alemão estabelece a distinção entre dois princípios: o **apolíneo** e o **dionisiaco**, a partir dos deuses gregos Apolo (deus da razão, da clareza, da ordem) e Dionísio (deus da aventura, da música, da fantasia, da desordem), respectivamente.

Para Nietzsche, esses dois princípios ou dimensões complementares da realidade – o apolíneo e o dionisiaco – foram separados na Grécia socrática, que, optando pelo culto à razão, secou a seiva criadora da filosofia, contida na dimensão dionisiaca. Para o filósofo, o mundo seria o reino das misturas, das turbulências, das complexidades, razão pela qual se opôs às cisões separadoras entre alto e baixo, superior e inferior, ideal e real, sensível e inteligível, como ocorreu a partir do período clássico do pensamento grego antigo.

■ Genealogia da moral

Posteriormente, Nietzsche desenvolveu uma crítica intensa dos **valores morais**, propondo uma nova abordagem: a **genealogia da moral**, isto é, o estudo da formação histórica dos valores morais. Sua conclusão foi de que o **bem** e o **mal** não constituem noções absolutas, no entendimento de que as concepções morais são elaboradas pelos seres humanos a partir dos interesses humanos. Ou seja, são produtos **histórico-culturais**.

Apesar de sua origem humana, essas concepções são impostas pelas religiões – o judaísmo e o cristianismo – como se fossem produtos da “vontade de Deus” e, portanto, valores absolutos. E esses valores carregaram as pessoas com as noções e os sentimentos de dever, culpa, dívida e pecado. O resultado foi a configuração de indivíduos medíocres, tímidos, insossos, não criativos, depauperados e submissos.

Por isso, Nietzsche denunciou a existência de uma “**moral de rebanho**” na civilização cristã e burguesa, pois essa moral estaria baseada na submissão irrefletida e acomodada de grande parte das pessoas aos valores dominantes.

O que é tacitamente aceito por nós; o que recebemos e praticamos sem atritos internos e externos, sem ter sido por nós conquistado, mas recebido de fora para dentro, é como algo que nos foi dado; são dados que incorporamos à rotina, reverenciamos passivamente

e se tornam peias [amarras que prendem os pés] ao desenvolvimento pessoal e coletivo. Ora, para que certos princípios, como a justiça e a bondade, possam atuar e enriquecer, é preciso que surjam como algo que obtivemos ativamente a partir da superação dos dados. [...] Para essa conquista das mais lídimas [autênticas] virtualidades do ser é que Nietzsche ensina a combater a complacência, a mornidão das posições adquiridas, que o comodismo intitula moral, ou outra coisa bem soante. (CANDIDO, O portador, posfácio a Nietzsche, *Obras incompletas*, p. 411.)

Portanto, para o filósofo, se cada pessoa compreender que os valores presentes em sua vida são construções humanas, estará no dever de refletir sobre suas concepções morais e questionar o valor de seus **valores**, enfrentando o desafio de viver por sua própria conta e risco.

■ Niilismo

Segundo a análise de Nietzsche, no momento em que o cristianismo deixou de ser a “única verdade” para se tornar **uma das interpretações possíveis do mundo** (o que se deu a partir da Idade Moderna), toda a civilização ocidental e seus valores absolutos também foram postos em xeque. Nesse contexto, ocorreu uma escalada do **niilismo**, que “deve ser entendido como um sentimento opressivo e difuso, próprio às fases agudas de ocaso de uma cultura. O niilismo seria a expressão afetiva e intelectual da decadência” (GIACOIA JR., *Nietzsche*, p. 64-65).

De acordo com Nietzsche, o niilismo moderno assenta-se, em grande parte, na ideia da **morte de Deus**. Em sua obra *A Gaia ciência*, o filósofo decreta: “Deus está morto”. Mas esclarece que quem o matou fomos nós mesmos, ou seja, trata-se de um acontecimento histórico-cultural, no qual destruímos os fundamentos transcendentais (assentados na ideia de Deus) dos valores mais caros de nossas vidas.

[...] Por essa ótica, niilismo seria o sentimento coletivo de que nossos sistemas tradicionais de valoração, tanto no plano do conhecimento quanto no ético-religioso, ou sociopolítico, ficaram sem consistência e já não podem mais atuar como instâncias doadoras de sentido e fundamento para o conhecimento e a ação. (GIACOIA JR., *Nietzsche*, p. 65.)

Para combater o niilismo, Nietzsche defendeu valores afirmativos da vida, capazes de expandir as energias latentes em nós. “**Use conquistar a si mesmo**” talvez seja a grande indicação nietzschiana àqueles que buscam viver de forma afirmativa, sem conformismo, resignação ou submissão.



Søren Kierkegaard (1840) – Christian Kierkegaard. No contexto da crítica à filosofia de Hegel e da crise da razão, destacou-se também o filósofo dinamarquês **Søren Kierkegaard** (1813-1855), considerado um dos precursores do existencialismo (que estudaremos no próximo capítulo). Procurando abordar em suas reflexões as condições específicas da **existência humana**, destacou os problemas da relação do ser humano com o mundo, consigo mesmo e com Deus. Sua relação com o mundo estaria dominada pela **angústia** de viver em um mundo de acontecimentos possíveis, sem garantia de que nossas expectativas sejam realizadas. Sua relação consigo mesmo estaria marcada pela **inquietação** e pelo **desespero**, já que nunca está plenamente satisfeito com o que realizou, ou pelo limite de suas possibilidades. A única via de superação desses problemas seria sua relação com Deus, mas ela está marcada pelo paradoxo de ter de compreender pela fé o que é incompreensível pela razão.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

13. Sobre si mesmo, Nietzsche afirmou: “Não sou um homem, sou uma dinamite”. Identifique e explique as “bombas” lançadas pelo filósofo nos seguintes domínios:
- a) tradição filosófica; b) moral; c) religião.

CONVERSA FILOSÓFICA

5. Felicidade ou infelicidade?

Schopenhauer diz que a história é a história de lutas, em que “a infelicidade é a norma”. Você concorda com essa visão? Nietzsche criticou-a duramente. Mas observamos no cotidiano que muitas pessoas sentem e interpretam a vida como Schopenhauer. Como você sente a vida? Como, na sua opinião, as outras pessoas vivem suas vidas, com foco na felicidade ou na infelicidade? Reflita sobre essas questões e depois exponha suas conclusões aos colegas.

6. A morte de Deus

“Deus está morto! Deus permanece morto! E quem o matou fomos nós! Como haveremos de nos consolar, nós os algozes dos algozes? O que o mundo possuiu, até agora, de mais sagrado e mais poderoso sucumbiu exangue aos golpes das nossas lâminas. Quem nos limpará desse sangue? Qual a água que nos lavará?” (NIETZSCHE, *A Gaia ciência*, seção 125).

Reúna-se com colegas e reflita sobre a questão colocada por Nietzsche, relacionando-a com a seguinte questão: a laicização da sociedade foi mais benéfica ou prejudicial para as pessoas?

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UENP-PR) Nietzsche foi um dos mais importantes críticos da modernidade. Na obra *A vontade de poder*, o filósofo afirma textualmente que: “Não é verdade que o homem procure o prazer e fuja da dor. São de tomar em conta os preconceitos contra os quais invisto. O prazer e a dor são consequências, fenômenos concomitantes. O que o homem quer, o que a menor partícula de um organismo vivo quer, é o aumento de poder: é em consequência do esforço em consegui-lo que o prazer e a dor se efetivam; é por causa dessa mesma vontade que a resistência a ela é procurada, o que indica a busca de alguma coisa que manifeste oposição. A dor, sendo entrave à vontade de poder do homem, é, portanto, um acontecimento normal – a componente normal de qualquer fenômeno orgânico. E o homem não procura evitá-la, pois tem necessidade dela, já que qualquer vitória implica uma resistência vencida”.

Sobre o pensamento do autor julgue as assertivas abaixo:

- I. A tragédia grega, diz Nietzsche, depois de ter atingido sua perfeição pela reconciliação da “embriaguez e da forma”, de Dionísio e Apolo, começou a declinar quando, aos poucos, foi invadida pelo racionalismo, sob a influência “decadente” de Sócrates. Assim, Nietzsche estabeleceu uma distinção entre o **apolíneo** e o **dionisíaco**: Apolo é o deus da clareza, da harmonia e da ordem; Dionísio, o deus da exuberância, da desordem e da música. Segundo Nietzsche, o apolíneo e o dionisíaco, complementares entre si, foram separados pela civilização.
- II. Nietzsche enriqueceu a filosofia moderna com meios de expressão: o **aforismo** e o **poema**. Isso trouxe como consequência uma nova concepção da filosofia e do filósofo: não se trata mais de procurar o ideal de um conhecimento verdadeiro, mas sim de interpretar e avaliar.
- III. Segundo Nietzsche, o cristianismo concebe o mundo terrestre como um vale de lágrimas, em oposição ao mundo da felicidade eterna do além. Essa concepção constitui uma metafísica que, à luz das ideias do outro mundo, autêntico e verdadeiro, entende o terrestre, o sensível, o corpo, como o provisório, o inautêntico e o aparente. Trata-se, portanto, diz Nietzsche, de “um platonismo para o povo”, de uma vulgarização da metafísica, que é preciso desmistificar.

Assinale a alternativa correta:

- a) são verdadeiras as afirmações I e II.
- b) apenas a afirmação III é verdadeira.
- c) todas as afirmações são falsas.
- d) apenas a afirmação I é falsa.
- e) todas as afirmações são verdadeiras.

Sessão cinema

A época da inocência (1993, EUA, direção de Martin Scorsese)

História que se desenrola em ambiente da burguesia norte-americana do final do século XIX. Um jovem vê-se dividido entre o sentimento romântico da paixão por uma mulher independente, separada de um nobre russo, e o realismo de submeter-se ao compromisso de noivado com uma jovem pertencente a uma importante família local.

Aguirre, a cólera dos deuses (1972, Alemanha, direção de Werner Herzog)

Crônica do imperialismo enlouquecido, que narra a tentativa impossível de conquistar a cidade mítica de El Dorado, feita por uma expedição espanhola nos princípios da colonização.

Era uma vez proletários (2009, China, direção de Guo Xiaolu)

História de diversas pessoas, contada com humor: um velho camponês, um milionário que especula na bolsa de valores, um jovem migrante, um operário de uma fábrica de armamentos, um proprietário de hotel, crianças que sonham em se tornar artistas.

Germinal (1993, França, direção de Claude Berri)

Obra baseada no romance homônimo de Émile Zola. Retrata o processo de produção capitalista e as condições de trabalho na França do século XIX, com suas contradições e conflitos.

Julia (1977, EUA, direção de Fred Zinnemann)

Filme sobre episódios da vida da escritora norte-americana Lillian Hellman e de sua amiga Julia, ativista de movimentos políticos da década de 1930.

Para pensar

Temos em seguida pequenos trechos de três textos fundamentais do pensamento filosófico do século XIX. Os dois primeiros tratam do papel da filosofia: Hegel descreve o conhecimento filosófico como algo que surge depois que a realidade se “instala”; Marx propõe, em poucas palavras, como a filosofia deve atuar. O último texto é uma defesa da tese materialista de que a vida determina a consciência. Leia e releia esses textos. Depois responda às questões.

1. O papel da filosofia I

A tarefa da filosofia é entender o que é, pois o que é é a razão.

No que diz respeito ao indivíduo, cada um é filho de seu tempo. Do mesmo modo, a filosofia é seu tempo apreendido em pensamentos. Não é sensato crer que a filosofia possa ir além de seu tempo presente, do mesmo modo que imaginar que um indivíduo possa saltar por cima de seu tempo. E se uma teoria vai além da sua realidade e constrói um mundo tal como deve ser, este existirá por certo, mas somente em sua opinião, elemento maleável no qual se pode plasmar qualquer coisa. [...]

Para agregar algo mais sobre a pretensão de ensinar como deve ser o mundo, assinalemos, por outra parte, que a filosofia chega sempre tarde. Enquanto pensamento do mundo, aparece no tempo só depois que a realidade consumou o seu processo de formação e já se acha pronta.

O que ensina o conceito o mostra com a mesma necessidade a história: só na maturidade da realidade aparece o ideal frente ao real, e erige a este mesmo mundo, apreendido em sua substância, na figura de um reino intelectual.

Quando a filosofia pinta com seus tons cinzentos é que já envelheceu uma figura da vida que suas penumbras não podem rejuvenescer, somente conhecer. A ave de Minerva [a filosofia] alça seu voo ao entardecer.

HEGEL, *Principios de la filosofía del derecho*, p. 246; tradução nossa.

2. O papel da filosofia II

Até agora os filósofos se dedicaram a interpretar o mundo; resta, de agora em diante, transformá-lo.

MARX, *Teses contra Feuerbach*, 11ª tese.

3. A vida determina a consciência

Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real. É a partir do seu processo de vida real que se representa o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas deste processo vital. Mesmo as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, tal como as formas de consciência que lhes correspondem, perdem imediatamente toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. Na primeira forma de considerar este assunto, parte-se da consciência como sendo o indivíduo vivo, e na segunda, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais e vivos e considera-se a consciência unicamente como sua consciência.

MARX, *A ideologia alemã*, p. 9-10.

1. Interprete a metáfora “a ave de Minerva alça seu voo ao entardecer”.
2. Qual é a discordância fundamental entre o primeiro texto e o segundo?
3. Identifique no terceiro texto todas as frases que ilustram a concepção materialista da filosofia de Marx.
4. Interprete e comente a frase de Marx: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.

Capítulo 17

COLEÇÃO PARTICULAR



▼ Pesquise sobre o contexto histórico da Alemanha à época em que o quadro ao lado foi pintado. Depois reflita sobre a imagem retratada e a compreensão do artista sobre a função de sua própria arte.

Obra sem título (1920) – Georg Grosz. Para esse pintor e caricaturista alemão, sua arte deveria ser “fuzil e sabre”.

Pensamento do século XX

Chegamos à parada final de nossa viagem por mais de 25 séculos de filosofia. Sobre o que filosofaram os pensadores nos últimos cem anos? Você verá que a produção filosófica foi múltipla e variada, como já havia ocorrido no século anterior. Só que agora muitas das certezas desmoronaram-se sucessivamente, levando consigo várias esperanças contidas no projeto da modernidade, especialmente aquelas idealizadas pelo Iluminismo. O que levou a essa mudança?

Questões filosóficas

- ▼ O que é ser humano?
- ▼ Qual é o sentido da existência humana?
- ▼ Como se relaciona a linguagem com o mundo?
- ▼ O que caracteriza a razão contemporânea?
- ▼ Como são as relações de poder no mundo atual?

Conceitos-chave

existencialismo, fenomenologia, fenômeno, ente, ser-aí/estar-aí, angústia, ente em-si, ente para-si, nada, não-ser, liberdade, condição humana, filosofia analítica, análise lógica, jogos de linguagem, Escola de Frankfurt, teoria crítica, sociedade de massa, razão instrumental, indústria cultural, arte, razão dialógica, ação comunicativa, verdade intersubjetiva, pós-moderno, micropoderes, sociedade disciplinar, logocentrismo, desconstrução

SÉCULO XX

Uma era de incertezas

Vimos no capítulo anterior que o século XIX foi um período marcado, de modo geral, por grandes convicções. Os cientistas, por exemplo, acreditavam enormemente no progresso tecnocientífico; os capitalistas, nas vantagens da expansão industrial; os românticos, no valor da pátria e dos sentimentos nacionais; os socialistas, na construção de um mundo menos desigual moldado pelo socialismo. E, no âmbito da filosofia, muitos pensadores continuavam confiantes no poder da razão.

No entanto, poucas dessas convicções subsistiam intactas durante o século XX, pois os resultados esperados não se concretizaram e várias dúvidas se abriram. Por isso, esse período recente de nossa história foi caracterizado como uma **era de incertezas**.

Essa expressão consagrou-se a partir da publicação, em 1977, do livro *A era da incerteza*, de John Kenneth Galbraith, no qual esse economista canadense compara as grandes certezas ou convicções do **pensamento econômico** do século XIX com as perspectivas menos otimistas que passaram a prevalecer no século passado.

■ Espaço para o incerto

É possível afirmar que essa mudança começou a verificar-se, no plano intelectual, logo na passagem entre os dois séculos, quando Freud fundou a **psicanálise** e surgiram as psicologias do inconsciente, debilitando a hegemonia da razão nos assuntos humanos (conforme vimos no capítulo 4).

Quase ao mesmo tempo, na **física**, Einstein formulou a **teoria da relatividade** e, algum tempo depois, Heisenberg enunciou o **princípio da incerteza**, lançando as bases de uma progressiva mudança nos paradigmas científicos (tema estudado no capítulo 6 e que voltará a ser tratado de forma mais detalhada no capítulo 20).

Isso quer dizer que o **incerto** começou a ocupar o espírito do mundo contemporâneo a partir de seu maior baluarte: a ciência e, mais especificamente, a própria física (seu campo modelo de investigação).

■ Mundo de contradições

Além disso, durante o século XX ocorreram eventos especialmente trágicos, nos quais a **irracionalidade** alcançou dimensões gigantescas: as duas guerras mundiais, que derramaram sangue em uma escala jamais vista na história da huma-

nidade; a barbárie nazista, que assombrou o mundo por sua imensa crueldade; a guerra fria entre os Estados Unidos e a União Soviética, que polarizou grande parte do planeta e só terminou com o fim desta última.

Em termos positivos, depois da Segunda Guerra Mundial, houve um salto vertiginoso no campo da tecnologia, dando início a uma era de realizações grandiosas para o ser humano: telescópios hiperpotentes exploraram os confins do universo; naves espaciais iniciaram a conquista do cosmo; a engenharia genética registrou avanços antes restritos aos livros de ficção; a tecnologia da informação e diversos novos aparatos chegaram à vida cotidiana de milhões de usuários em todo o mundo.

AFP

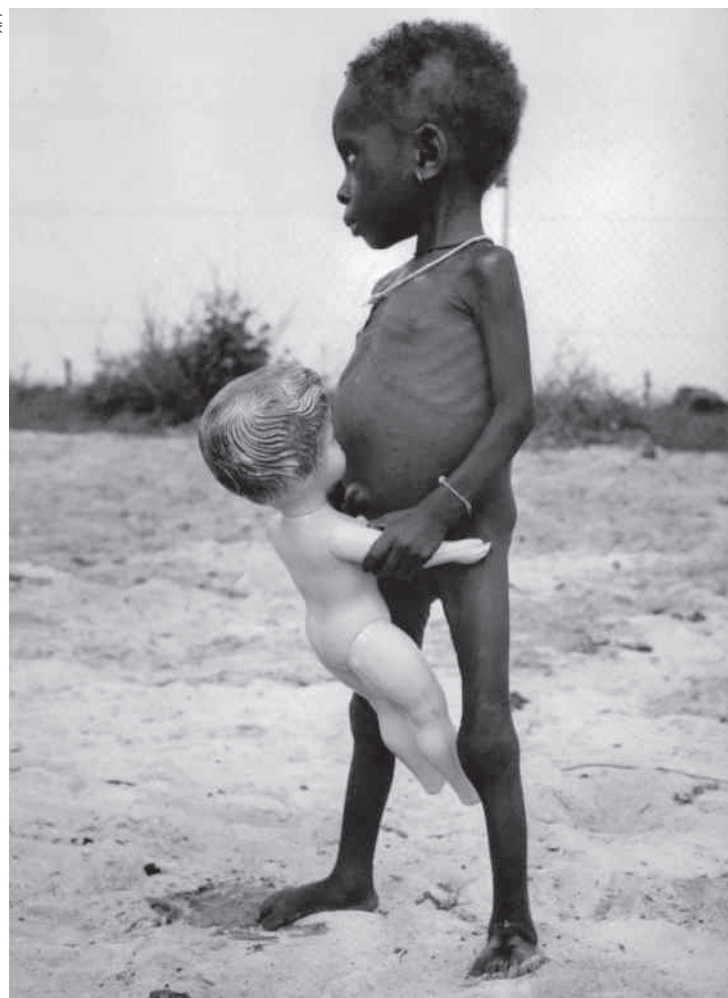


Imagem impactante de criança desnutrida da Biafra, região da Nigéria que proclamou sua separação do resto do país em 1967. O resultado foi uma guerra civil que durou três anos e causou a morte de mais de um milhão de pessoas, principalmente por inanição e doenças. Pesquise sobre esse conflito. Não é inaceitável que a fome e a violência continuem sendo um dos principais problemas da humanidade em pleno século XXI?

No entanto, esse mesmo avanço tecnológico também trouxe a **corrida armamentista**, a ameaça da **destruição atômica** e a **degradação ambiental**. E pouco contribuiu para diminuir as profundas **desigualdades sociais** no planeta. Calcula-se que, ainda hoje, cerca de 80% da renda mundial esteja concentrada nas mãos de 15% da população e mais da metade da humanidade enfrente problemas de desnutrição, falta de moradia, desamparo à saúde e à educação.

■ Impressões antagônicas

Como consequência dessas contradições, as impressões dos grandes intelectuais sobre o século XX são dispare e, por vezes, antagônicas. Alguns o veem como uma época inédita pela vastidão dos dramas humanos, massacres e guerras. Levam em conta, por exemplo, estimativas como a de que 187 milhões de mortes foram provocadas nesse período por decisão humana – o equivalente a mais de 10% da população mundial em 1900 (cf. Hobsbawm, *Era dos extremos*, p. 21).

Outros pensadores, por sua vez, destacam no

século XX a ocorrência não apenas do grande desenvolvimento tecnocientífico mas também de importantes conquistas sociais, como a progressiva emancipação feminina. Se não tivesse havido esses avanços – dizem alguns –, a população mundial não teria crescido mais de três vezes nesses cem anos, pois saltou de aproximadamente 1,7 bilhão de pessoas em 1900 para cerca de 6 bilhões em 2000.

Enfim, foi nesse contexto incerto que se desenvolveu no campo filosófico – principalmente a partir das últimas três décadas do século passado – uma mentalidade menos arrogante quanto aos benefícios infalíveis da racionalidade científica. Percebeu-se que, destituídas de valores éticos, a ciência e a tecnologia nem sempre contribuem para o desenvolvimento humano. E, em certos casos, prestam serviço à tirania e à barbárie.

Essa nova mentalidade refletiu-se na produção das diversas correntes filosóficas surgidas nesse período, como o **existencialismo**, a **Escola de Frankfurt** e o **pensamento pós-moderno**, entre outras, conforme estudaremos adiante.

EXISTENCIALISMO

A aventura e o drama de existir

O termo **existencialismo** designa o conjunto de tendências filosóficas que, embora divergentes em vários aspectos, têm na **existência humana** o ponto de partida e o objeto fundamental de suas reflexões. Por isso, podemos designá-las também como **filosofias da existência**, no plural.

As filosofias da existência propriamente ditas surgiram no século XX, mas sofreram grande influência do pensamento de alguns filósofos do período anterior – como Arthur Schopenhauer, Søren Kierkegaard e Friedrich Nietzsche (abordados no capítulo anterior) –, que por isso são considerados **pré-existencialistas**.

Entre os principais filósofos comumente qualificados de existencialistas destacam-se **Martin Heidegger** e **Jean-Paul Sartre** (que veremos adiante), além de **Simone de Beauvoir** (1908-1986) e **Karl Jasper** (1883-1969), entre outros.

Indivíduo observa globo luminoso semelhante ao Sol em instalação sobre o clima (*The Weather Project*) na Tate Modern Gallery, em Londres (2003-2004) – Olafur Eliasson. Momento de pausa e reflexão em meio à agitação da vida contemporânea. O que poderia estar pensando ou sentindo nesse instante existencial?



MARION BULL/ALAMY/FOTORENA

■ Problema de existir

Mas o que é existir? Se refletirmos sobre o tema, junto com os pensadores existencialistas, veremos que existir implica a relação do ser humano consigo mesmo, com outros seres humanos, com os objetos culturais e com a natureza. São relações **múltiplas, concretas e dinâmicas**. Algumas dessas relações são **determinadas** (como aquelas que resultam de leis da física) e **indeterminadas** (como aquelas que resultam de nossa liberdade ou do acaso, sendo passíveis ou não de acontecer).

Sobre esses temas, os filósofos existencialistas elaboraram diversas interpretações, cujo denominador comum é certa **visão dramática** da condição humana. O filósofo e escritor francês **Albert Camus** (1913-1960) ilustrava bem essa interpretação quando dizia que **a única questão filosófica séria é o suicídio**.

Vejam algumas concepções características do existencialismo:

- **ser humano** – é entendido como uma realidade **imperfeita, aberta e inacabada**, que foi “lançada” ao mundo e vive sob riscos e ameaças;
- **liberdade humana** – não é plena, pois está condicionada às **circunstâncias históricas** da existência. Nesse sentido, **querer** não se identifica com **poder**. Homens e mulheres agem no mundo superando ou não os obstáculos que se lhes apresentam;
- **vida humana** – não é um caminho seguro em direção ao progresso, ao êxito e ao crescimento. Ao contrário, é marcada por situações de sofrimento, como doença, dor, injustiças, luta pela sobrevivência, fracassos, velhice e morte. Assim, não podemos ignorar o sofrimento humano, a angústia interior, a exploração social. É preciso considerar esses aspectos adversos da vida e encará-los.

■ Influência da fenomenologia

Uma doutrina que teve impacto importante na conformação das filosofias existencialistas foi a **fenomenologia**. Formulada pelo filósofo alemão **Edmund Husserl** (1859-1938) no início do século XX, ela surgiu primeiramente na atmosfera rarefeita da matemática. Depois se expandiu para a psicologia e a filosofia e acabou desembocando nas preocupações humanistas dos filósofos existencialistas, entre outras correntes do pensamento contemporâneo que a utilizaram.

Husserl renovou a reflexão sobre o conhecimento, especialmente sobre a relação entre o **sujeito** e o **objeto** (veja a parte que trata desse tema no capítulo

10). Para esse filósofo, era preciso purificar essa relação para recuperar, em um extremo, a realidade das coisas (que haviam ficado demasiadamente condicionadas ao sujeito) e, no outro extremo, “descoisificar” a consciência.

Isso significa que a consciência não é, para Husserl, uma realidade essencial ou substancial, mas apenas um **movimento** – um movimento que se realiza na direção das coisas, dos objetos, pois toda consciência é sempre uma **consciência de algo**.

O filósofo trouxe também outra novidade, pois observou que, nesse movimento, a consciência manifesta sempre uma **intencionalidade**, ou seja, um modo específico de visar as coisas. Em outras palavras, as coisas são sempre abordadas em função de alguma intenção do sujeito.

Nascia assim a fenomenologia – por definição, a **ciência dos fenômenos** –, a qual se constituiria em um dos principais métodos de investigação contemporâneos. E o que são os fenômenos? A palavra **fenômeno** vem do grego *phaenomenon*, que significa “coisa que aparece”. Portanto, o método fenomenológico consiste basicamente na observação e descrição rigorosa do fenômeno, isto é, daquilo que **aparece** ou se **oferece** aos sentidos ou à consciência.

Nessa metodologia, busca-se analisar como se forma, para nós, o campo de nossa experiência, sem que o sujeito ofereça resistência ao objeto estudado nem se desvie dele. O sujeito deve orientar-se **para e pelo** fenômeno. Desse modo, a fenomenologia apresenta-se como a investigação das experiências conscientes (os fenômenos), que são, por sua vez, “**o mundo da vida**” (*Lebenswelt*, em alemão), na terminologia husserliana.

Conforme analisou o filósofo fenomenologista francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), Husserl tentou a reabilitação ontológica do sensível. Isso significou, na história da filosofia, uma **volta às próprias coisas**, das quais o sujeito tinha se afastado, o que inspirou grandemente as filosofias existencialistas.

■ Heidegger: a volta à questão do ser

A influência da fenomenologia pode ser observada, por exemplo, no pensamento de um discípulo de Husserl, o filósofo alemão **Martin Heidegger** (1889-1976), um dos principais pensadores do existencialismo, embora este negasse ser um existencialista.

Rompendo com a tendência dominante da filosofia moderna, que desde Descartes estava voltada para a teoria do conhecimento, Heidegger retomou a questão da ontologia: por que há algo e não nada? Isso ocorreu porque ele defendia que o problema central da filosofia é sobre **o ser** e a **existência de tudo**.



DPA/AFP

Nascido em Messkirch, Alemanha, Heidegger estudou na Universidade de Freiburg, onde Husserl era professor. Com a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, afastou-se de seu antigo mestre e amigo, que era judeu. Não muito tempo depois, porém, talvez por tomar consciência das crescentes atrocidades nazistas, isolou-se em sua casa nas montanhas, mantendo poucos contatos até sua morte.

Em sua investigação, Heidegger apontou aquilo que considerava uma confusão entre **ente** e **ser**, ocorrida ao longo da história da filosofia. Para ele, o **ente** é a **existência**, a manifestação dos modos de ser. O **ser** é a **essência**, aquilo que fundamenta e ilumina a existência ou os modos de ser.

A partir dessa diferenciação é possível estabelecer duas fases da filosofia heideggeriana. A primeira fase caracteriza-se pela busca do conhecimento do ser por meio da análise do ente humano, da existência humana. Na segunda, o ente sai do primeiro plano e o próprio **ser** torna-se a chave para a compreensão da existência.

Heidegger começou investigando a existência humana somente porque é dela que primeiramente temos consciência. Mas – objetou para aqueles que o consideravam um existencialista – uma filosofia que colocasse apenas o ser humano como centro de preocupação seria antes uma antropologia. Por isso dizia que a questão que o preocupava não era a existência do ser humano, e sim a questão do ser em seu conjunto e enquanto tal (ou seja, a questão do ser em geral e não apenas do ser humano).

Sentido do ser

Um dos objetivos básicos de sua obra fundamental, *Ser e tempo* (1927), é investigar o **sentido do ser**. Para isso, Heidegger começou pela análise fenomenológica do ser que nós mesmos somos. Criando uma terminologia própria, e por vezes obscura, denominou o **modo de ser do ser humano**, nossa existência, com a palavra *Dasein*, cujo sentido é **ser-aí, estar-aí**.

De acordo com o filósofo, há três etapas que caracterizam a vida humana, as quais, para a maioria dos indivíduos, culminam em uma **existência inautêntica**. São elas:

- **o fato da existência** – o ser humano é “lançado” ao mundo, sem saber por quê. Ao despertar para a consciência da vida, já está aí (*Dasein*), sem ter pedido para nascer;
- **o desenvolvimento da existência** – o ser humano estabelece relações com o mundo (ambiente natural e social historicamente situado). Para existir, projeta sua vida e procura agir no campo de suas possibilidades. Move uma busca permanente para realizar aquilo que ainda não é. Em outras palavras, **existir é construir um projeto**;
- **a destruição do eu** – tentando realizar seu projeto, o ser humano sofre a interferência de uma série de fatores adversos que o desviam de seu caminho existencial. Trata-se do confronto do **eu** com os **outros**, confronto no qual o indivíduo comum geralmente é derrotado. O seu eu é destruído, arruinado, dissolve-se na banalidade do cotidiano, nas preocupações da massa humana. Em vez de se tornar **si-mesmo**, torna-se o que os outros são; assim, o eu é absorvido no **com-o-outro** e **para-o-outro**.

Na concepção de Heidegger, o sentimento profundo que nos faz despertar da existência inautêntica é a **angústia**, pois se trata de um estado afetivo que revela o quanto nos dissolvemos em atitudes impessoais, o quanto somos absorvidos pela banalidade do cotidiano, o quanto anulamos nosso eu para inseri-lo alienadamente no mundo do outro. Na angústia, sentimos-nos como um ser a caminho do nada, um ser-para-a-morte.

Na tentativa de sair desse estado, geralmente buscamos meios para esquecer aquilo que o causa. Fugimos. Essa é uma solução provisória, pois – conforme apontou o filósofo – somente quando o indivíduo enfrenta seu sentimento e transcende o mundo e a si mesmo, conferindo um sentido a seu ser, é que consegue superar sua angústia.



Ruído amarelo de um segundo (2007)
– Graham Dean.
Obra em que o corpo é concebido como receptáculo de emoções e pensamentos, testemunhando a condição humana e sua complexa relação com o mundo.

CONEXÕES

1. Observe atentamente o indivíduo na imagem anterior e descreva sua postura, sua expressão facial e corporal, seu gesto. Que tipo de situação ela inspira? Você se recorda de ter vivido situações assim? É possível relacioná-la com a reflexão existencialista?

Sartre: o ser e o nada



Nascido em Paris, França, Sartre participou da Resistência Francesa contra o nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Aderiu ao marxismo, considerando-o a filosofia de sua época, embora tenha rompido com o Partido Comunista depois da intervenção soviética na Hungria, em 1956, acusando-o de se desviar do sentido autêntico do marxismo. Em 1964, foi agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, mas se recusou a recebê-lo, pois não desejava reconhecer a autoridade dos juízes que lhe ofereceram o prêmio, nem aderir a essa instituição.

O nome mais conhecido da corrente existencialista é o do filósofo e escritor francês **Jean-Paul Sartre** (1905-1980), embora isso se deva, em boa parte, às suas peças de teatro e romances, dentre os quais se destacam: *A náusea*, *O muro*, *A idade da razão*, *O diabo e o bom Deus*. Conforme veremos, é significativa a influência da fenomenologia de Husserl e da filosofia de Heidegger em seu pensamento.

Em sua principal obra filosófica, *O ser e o nada* (1943), Sartre ataca duramente a teoria aristotélica

da **potência**. Como vimos no capítulo 12, Aristóteles explicava as mudanças do ser pela passagem da potência ao ato. Para Sartre, porém, o ser **é o que é**. Trata-se, na linguagem sartriana, do **ente em-si**. Esse ente “não é ativo nem passivo, nem afirmação nem negação, mas simplesmente repousa em si, maciço e rígido” (BOCHENSKI, *A filosofia contemporânea ocidental*, p. 167).

Além do ente em-si, Sartre concebe a existência de uma dimensão ou aspecto especificamente humano, denominando-o **ente para-si**. Este se opõe ao ente em-si, que **está fora** e representa a plenitude do ser, com toda a sua densidade. Já o ente para-si é o **não-ser** ou **nada**, razão pela qual está voltado **para fora**. Assim, a característica tipicamente humana seria o **nada**, um “espaço aberto”, que não é um ser, mas a negação do ser em-si.

Isso não significa que a totalidade do ser humano – que inclui também seu corpo (seu ente em-si) – seja nada. O nada sartriano refere-se somente a essa característica típica, singular, aquela que faz de nós um ente não estático, não compacto, acessível às possibilidades de mudança.

Condição humana e liberdade

Se o ser humano fosse somente um ser em-si – cheio, total, pleno, com uma essência definida – não poderia ter nem consciência nem liberdade. Primeiro, porque a consciência é um espaço aberto a múltiplos conteúdos e relações. Segundo, porque a liberdade representa a possibilidade de escolha. Por intermédio de suas escolhas, o indivíduo constrói a si mesmo e torna-se responsável pelo que faz.

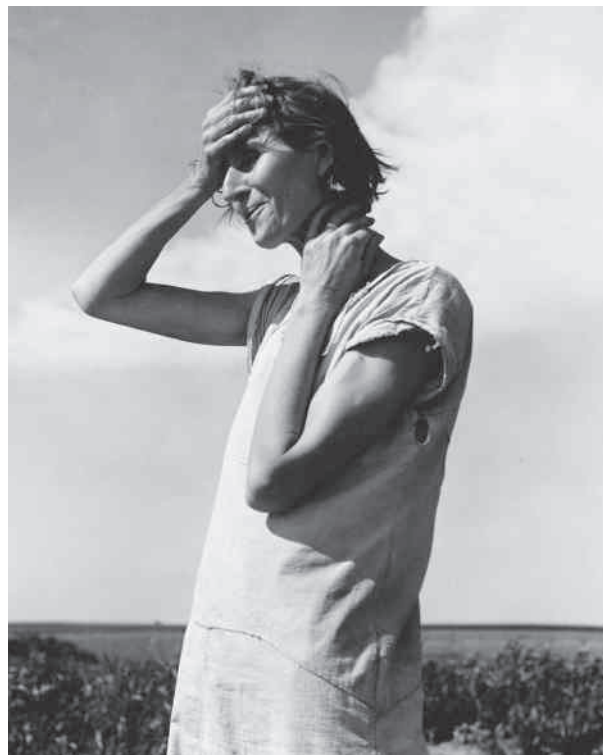
Assim, para Sartre, se o ser humano não expressasse esse “vazio de ser”, sua consciência já estaria pronta, fechada. E, nesse caso, não poderia manifestar liberdade, pois estaria preso à realidade estática do ser pleno, do ser em-si.

Outra consequência dessa característica específica do não-ser é que não existe uma **natureza humana** para Sartre, pois falar em “natureza” implica algo fixo e universal, previamente determinado, válido para todo sempre. O que existiria, em sua concepção, é uma **condição humana**, isto é, “o conjunto de limites *a priori* que esboçam a sua [do indivíduo] situação fundamental no Universo”. E acrescenta:

As situações históricas variam: o homem pode nascer escravo numa sociedade pagã – ou senhor feudal ou proletário. Mas o que não varia é a necessidade para ele de estar no mundo, de lutar, de viver com os outros e de ser mortal. (O existencialismo é um humanismo, p. 16.)

Portanto, para Sartre, um dos valores fundamentais da condição humana é a **liberdade**. É o exercício da liberdade em situações concretas que move o ser humano, que gera a incerteza, que leva à produção de sentidos, que impulsiona a superação de certos limites e que confere sentido a sua existência. É a liberdade humana, enfim, que leva todo indivíduo a ter de definir o que pretende ser como pessoa, a avaliar o impacto de suas escolhas e ser responsável por elas. Isso significa que, de forma quase paradoxal, **o ser humano está condenado a ser livre**, como afirmou Sartre.

Mulher migrante em desespero no Texas, Estados Unidos, durante a Grande Depressão (1938) – Dorothea Lange. “Se você morre, está morto. Isso é tudo”, ela teria dito em desespero à fotógrafa. O pior era suportar a fome de seus filhos e uma existência carente de perspectivas de mudança.



THE BRIDGEMAN LIBRARY/GRUPO KEYSTONE

Observação

Devemos ressaltar que posteriormente, quando incorporou a seu pensamento as reflexões do marxismo, Sartre reconheceu que era demasiada a extensão de liberdade que havia atribuído ao ser humano, considerando que tinha exagerado ao desprezar o peso das pressões sociais e dos vínculos culturais sobre os indivíduos.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Explique a caracterização do século XX como uma “era de incertezas”.
2. Por que a fenomenologia de Husserl pode ser considerada uma “reabilitação ontológica do sensível”, conforme afirmou o filósofo existencialista francês Merleau-Ponty?
3. Discorra sobre dois aspectos da filosofia de Heidegger:
 - a) um que confirma sua recusa de ser um pensador existencialista;
 - b) outro que o insere na tradição das filosofias da existência.
4. Relacione as três concepções características do existencialismo apresentadas neste capítulo com aspectos do pensamento de Sartre.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Natureza humana ou condição humana

Há pensadores que defendem a ideia de que o ser humano tem uma essência, uma natureza própria, um conteúdo permanente que determina aquilo que somos. Para Sartre, porém, a existência humana precede a essência:

“Isso significa que, primeiramente, existe o homem, ele se deixa encontrar, surge no mundo, e que ele só se define depois. [...] e ele será tal como ele se fizer [...] o homem é aquilo que ele faz de si mesmo.” (*O existencialismo é um humanismo*, p. 24.)

Reflita sobre esse tema usando um exemplo concreto (um familiar, uma amiga/um amigo, você mesma/mesmo) para argumentar. Depois reúna-se com colegas para apresentar suas reflexões.

FILOSOFIA ANALÍTICA

A virada linguística da filosofia

No início do século XX, desenvolveu-se outro movimento filosófico que, pela **análise lógica da linguagem**, procurou esclarecer o sentido das palavras e expressões (conceitos, enunciados, uso contextual) e seu uso no discurso científico e filosófico, em busca de maior precisão. Por isso, ficou conhecido de modo geral como **filosofia analítica**.

Esse movimento passou por várias etapas, voltando-se para questões específicas em cada uma delas. Costumam-se destacar, em seu processo de sedimentação, duas vertentes principais de investigação filosófica: o **positivismo lógico**, totalmente centrado nos fatos e na lógica para a construção de uma epistemologia científica (conforme veremos no capítulo 20), e a **filosofia da linguagem**, mais atenta à linguagem informal e cotidiana.

A filosofia analítica surgiu com o reconhecimento de que o **sentido** e a **linguagem** desempenham papel fundamental na filosofia. Tanto assim que muitos dos problemas filosóficos poderiam ser considerados **pseudoproblemas**, pois não passariam de **equivocos** ou **mal-entendidos** originados justamente do **uso ambíguo** das palavras e das construções linguísticas.

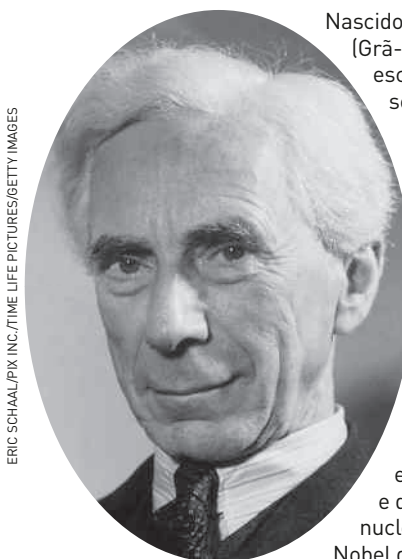
Essa preocupação teve como precursor o lógico e matemático alemão **Johann Gottlob Frege** (1848-1925). Percebendo que a linguagem comum contém expressões geradoras de equivocos, Frege propôs a constituição de uma **linguagem formal** que restringisse os inconvenientes e as imprecisões da linguagem comum. Essa proposta foi abraçada por vários pensadores, que se lançaram nessa tarefa, o que resultou em um grande desenvolvimento da lógica, de um lado, e no surgimento do pensamento analítico, de outro.

Entre os nomes mais destacados desse movimento estão **Bertrand Russell** e **Ludwig Wittgenstein** (que estudaremos em seguida), além dos britânicos **John Langshaw Austin** (1911-1960) e **Gilbert Ryle** (1900-1976), entre outros. A Grã-Bretanha e outros países de língua inglesa destacaram-se como os principais palcos desse movimento filosófico.

Paralelamente, ao lançar luz sobre diversos aspectos da linguagem, a filosofia analítica também teve impacto no pensamento de filósofos de outras correntes, que passaram a atentar mais para o fenômeno linguístico, como foi o caso de

Jurgen Habermas, pertencente à Escola de Frankfurt (que estudaremos mais adiante). Foi a chamada **virada linguística** da filosofia contemporânea, pois a linguagem passou a ser um dos principais campos de investigação filosófica.

■ Russell: a análise lógica da linguagem



Nascido no País de Gales (Grã-Bretanha), Russell escreveu mais de sessenta livros sobre temas como teoria do conhecimento, ciência, educação, política, lógica, matemática e história da filosofia. Participou ativamente das questões sociais de sua época, lutando em prol das liberdades democráticas, da educação, da emancipação feminina e do desarmamento nuclear. Recebeu o Prêmio Nobel de Literatura em 1950.

Um admirador da obra de Frege, o filósofo e matemático britânico Bertrand Russell (1872-1970) foi o principal expoente da corrente analítica, a qual acabaria dominando o cenário filosófico de língua inglesa durante o século XX.

Seu trabalho intelectual iniciou-se no campo dos estudos lógico-matemáticos. Em conjunto com o filósofo e matemático inglês **Alfred North Whitehead** (1861-1947), Russell escreveu os três volumes de *Principia Mathematica*, publicados entre 1910 e 1913, obra considerada por muitos estudiosos como uma das mais importantes contribuições à lógica desde os trabalhos de Aristóteles. A tese central de *Principia Mathematica* consiste em demonstrar que “toda a matemática pura advém dos princípios da lógica pura”. Portanto, há uma identidade entre lógica e matemática.

Posteriormente, Russell ampliou essa tese ao buscar estabelecer os fundamentos lógicos do conhecimento científico em geral. E, prosseguindo no projeto de apontar os pressupostos lógicos da racionalidade, submeteu a linguagem humana à **análise lógica**, contribuindo para o surgimento e o desenvolvimento da filosofia analítica.

Falsos problemas

Nesse empreendimento, Russell convenceu-se de que grande parte dos problemas filosóficos se convertem em **falsos problemas** (ou seja, desaparecem) quando os analisamos e descobrimos que constituem apenas ambiguidades, imprecisões ou equívocos produzidos pela linguagem cotidiana. São os chamados **erros de linguagem**.

Portanto, a tarefa fundamental da filosofia seria investigar, em termos lógicos, conceitos e proposições linguísticas para saber **de que** estamos realmente falando quando questionamos ou afirmamos isto ou aquilo e se não há aí um erro de linguagem. Sua principal ferramenta nessa tarefa seria a **análise lógica** (se necessitar, reveja de que trata especificamente a lógica no capítulo 5).

Assim, a filosofia analítica promoveria uma espécie de “terapia linguística”, desmontando as armadilhas ocultas da linguagem. Vejamos como Russell ilustra o método analítico com um exemplo (embora ressalve que não aceita este argumento em particular):

Acontece com frequência de alguém se perguntar quando tudo iniciou. O que deu partida ao mundo, de que início adquiriu o seu curso? Em vez de darmos uma resposta, examinemos primeiro a formulação da pergunta. A palavra central, na pergunta, é início. Como se emprega essa palavra no discurso corrente? Para responder a esta indagação secundária, precisamos examinar o tipo de situação em que ordinariamente usamos essa palavra. Talvez pudéssemos pensar num concerto sinfônico e dizer que o seu início será às oito horas. Antes do início, poderíamos jantar na cidade, e depois do concerto voltar para casa. O importante é observar que faz sentido perguntar o que aconteceu antes do início e o que ocorreu depois. Um início é um ponto no tempo, que marca uma fase de algo que acontece no tempo. Se retomarmos agora a questão filosófica fica claro que, neste caso, empregamos a palavra início de modo completamente diferente, porque não se pretende que jamais perguntássemos o que aconteceu antes do início de todas as coisas. Na verdade, explicando assim, podemos ver o que há de errado com a pergunta. Perguntar por um início sem nada que o preceda, é como perguntar por um quadrado redondo. Depois de compreendermos isso, deixaremos de fazer essa pergunta, porque compreenderemos que não tem sentido. (*História do pensamento ocidental*, p. 494-495.)

Wittgenstein: jogos de linguagem



APIC/GETTY IMAGES

Nascido em Viena, Áustria, no seio de uma família abastada, Wittgenstein formou-se em engenharia mecânica, mas, depois da leitura de *Principia Mathematica*, de Russell e Whitehead, voltou-se para a matemática, a lógica e a filosofia. Viveu muitos anos na Inglaterra, naturalizando-se britânico.

Na construção da filosofia analítica, Russell teve um importante colaborador: o filósofo, matemático e linguista austríaco **Ludwig Wittgenstein** (1889-1951), que havia sido discípulo do pensador britânico. Depois, porém, afastou-se de seu mestre ao desenvolver uma concepção totalmente distinta sobre o papel da linguagem, o que o levou a abandonar o projeto propriamente analítico. Por essa razão, seu percurso filosófico costuma ser dividido em duas grandes fases: a da análise lógica e a dos jogos de linguagem.

Na **primeira fase**, mais influenciada pelo pensamento de Russell e configurada no *Tractatus logico-philosophicus*, Wittgenstein intensificou a busca de uma **estrutura lógica** que pudesse dar conta do funcionamento da linguagem.

Para o filósofo, a estrutura da linguagem (totalidade de proposições) deveria corresponder à realidade (totalidade dos fatos). Em seus próprios termos, “a totalidade dos pensamentos verdadeiros é uma figura do mundo”. Ou seja, a estrutura do mundo determinaria a estrutura da linguagem quando esta é verdadeira. Neste caso, a linguagem seria um “retrato” do mundo.

Em sua **segunda fase**, Wittgenstein deu um giro de 180° e afastou-se dessa compreensão de que a verdade da proposição deve ser verificada na experiência do mundo real. Passou a afirmar

a impossibilidade de uma redução legítima entre um conceito lógico (entendido como proposição) e um conceito empírico (relacionado com a realidade).

Em outras palavras, a linguagem não poderia ser a captura conceitual da realidade e a representação do objeto. Ela seria antes uma **atividade**, um **jogo**. E os **jogos de linguagem** adquirem seu significado no uso social, nos diferentes modos de ser e de viver nos quais a fala está inserida. Desse modo, é a linguagem que passa a determinar, de certo modo, a concepção da realidade, não o contrário.

De acordo com Wittgenstein, a linguagem comum possui uma riqueza de espécies e tipos de frases que são usadas em situações específicas

(mandar, pedir, relatar, descrever, inventar, agradecer etc.) e formam os “jogos de linguagem”, que se produzem socialmente e não individualmente.

Com essa perspectiva, o filósofo abandonou a intenção de fazer da linguagem comum a “pintura da realidade”, como ele mesmo havia dito anteriormente. O termo linguístico não poderia mais ser explicado por meio de uma análise lógica, mas apenas a partir de seu **uso social**.

Na obra *Investigações filosóficas*, Wittgenstein compara a linguagem a uma caixa de ferramentas. Para ele, não se trata mais de considerá-la falsa ou verdadeira, mas de saber usá-la. Por isso, a tarefa da filosofia seria apenas a de usar adequadamente a linguagem, conhecendo seus limites e calando-se diante do que não pode ser falado.

G. EVANGELISTA / OPÇÃO BRASIL IMAGENS



Repentista na praia do Francês, Alagoas. Para Wittgenstein, a linguagem é como uma caixa de ferramentas. Isso significa que ela pode ser usada em situações e contextos diversos, formando “jogos de linguagem” diferentes, como no discurso acadêmico ou nos improvisos de um repentista. Você sabe o que é um repente? Pesquise.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

- Quando Bertrand Russell diz que o maior desafio para qualquer pensador é enunciar o problema de tal modo que possa permitir uma solução, ele revela uma preocupação típica da filosofia analítica. Analise essa afirmação, considerando aspectos do pensamento do filósofo inglês e as características da filosofia analítica.
- Interprete este comentário de Russell sobre Wittgenstein:
O Wittgenstein tardio [...] parece ter-se tornado cansado do pensamento sério e ter inventado uma doutrina que faria uma tal atividade desnecessária. Eu não acredito por um momento que a doutrina que tem estas consequências preguiçosas seja verdade [...].

[Disponível em: <http://pt.wikiquote.org/wiki/Bertrand_Russell>. Acesso em: 20 out. 2015.]

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Erros de linguagem

De modo semelhante ao que propôs Russell, seria possível pensar que muitos problemas em nossas vidas não passam de falsos problemas, como resultado de imprecisões da linguagem, isto é, problemas de interpretação das experiências que temos da realidade e de comunicação em nossas relações com outras pessoas? Reúna-se com colegas para debater essa questão.

ESCOLA DE FRANKFURT

A teoria crítica contra a opressão

Outra corrente de pensamento importante surgida no século passado é a **Escola de Frankfurt** – nome dado ao grupo de pensadores alemães do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, fundado na década de 1920. Entre seus membros destacaram-se Adorno, Horkheimer, Benjamin e Habermas (que veremos em seguida), além de outros, como Herbert Marcuse (1898-1979) e Erich Fromm (1900-1980). Sua produção ficou conhecida como **teoria crítica**.

Apesar de grandes diferenças entre seus pensamentos, identificamos neles a preocupação comum de estudar aspectos variados da vida social, de modo a compor uma teoria crítica da **sociedade**. Para tanto, investigaram as relações existentes entre os campos da economia, da psicologia, da história e da antropologia.

Os pontos de partida fundamentais de suas reflexões foram a **teoria marxista** – na verdade, uma leitura original do marxismo – e a **teoria freudiana**, que trouxe à tona elementos novos sobre o psiquismo das pessoas. Mas há também outras influências, como as de Hegel, Kant e do sociólogo Max Weber. Vejamos algumas de suas concepções principais.

■ Sociedade de massa e razão instrumental

A Escola de Frankfurt manifestou interesse especial na **sociedade de massa** (termo que caracteriza a sociedade atual), na qual – para esses filósofos – o avanço tecnológico foi colocado a serviço da reprodução da lógica capitalista, ao mesmo tempo em que o consumo e a diversão passaram a ser

promovidos como formas de garantir o apaziguamento e a diluição dos problemas sociais.

Na análise da sociedade de massa, que se desdobra em vários aspectos, um tema recorrente é a **crítica da razão**. De acordo com Max Horkheimer (1895-1973) e Theodor Adorno (1906-1969), a razão iluminista – que visava à emancipação dos indivíduos e ao progresso social – terminou por levar a uma crescente dominação das pessoas em virtude justamente do desenvolvimento tecnológico-industrial.

Para Horkheimer, o problema estaria no surgimento de uma **razão controladora e instrumental** a partir da Idade Moderna, que está sempre em busca de dominação, tanto da natureza quanto do próprio ser humano. Assim escreveu ele em 1946, em *Eclipse da razão*:

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humano, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram uma redução. O avanço dos recursos técnicos de informação se acompanha de um processo de desumanização. (p. 6)

Em um texto de autoria conjunta com Adorno, *A dialética do esclarecimento* (1947), ambos fazem dura crítica ao Iluminismo, que estimulou o desenvolvimento dessa razão controladora e instrumental, predominante na sociedade contemporânea. Denunciam também a deturpação das consciências individuais, a assimilação dos indivíduos ao sistema social dominante e o desencantamento do mundo.



O avanço da industrialização, a progressiva concentração de grandes populações nas cidades e o surgimento dos meios de comunicação de massa costumam ser apontados como alguns dos principais fatores que contribuíram para a massificação das sociedades contemporâneas. Isso quer dizer que os indivíduos passaram a ser mais controlados, e seus gostos e opiniões se tornaram mais manipuláveis pelas ideologias dominantes em um processo de uniformização. Como isso se expressa na imagem ao lado? De onde viria esse controle e manipulação?

Em resumo, Horkheimer e Adorno denunciavam a **morte da razão crítica**, asfixiada pelas relações de produção capitalista. Se denúncias semelhantes já haviam sido feitas no campo do marxismo, o que há de característico nesses filósofos da Escola de Frankfurt é a **desesperança** em relação à possibilidade de transformação dessa realidade social.

Essa desesperança se deveria ao diagnóstico, feito por eles, da ausência de consciência revolucionária no proletariado, que teria sido assimilado, absorvido pelo sistema capitalista, seja pelas conquistas trabalhistas alcançadas, seja pela alienação de suas consciências, promovida pela indústria cultural.

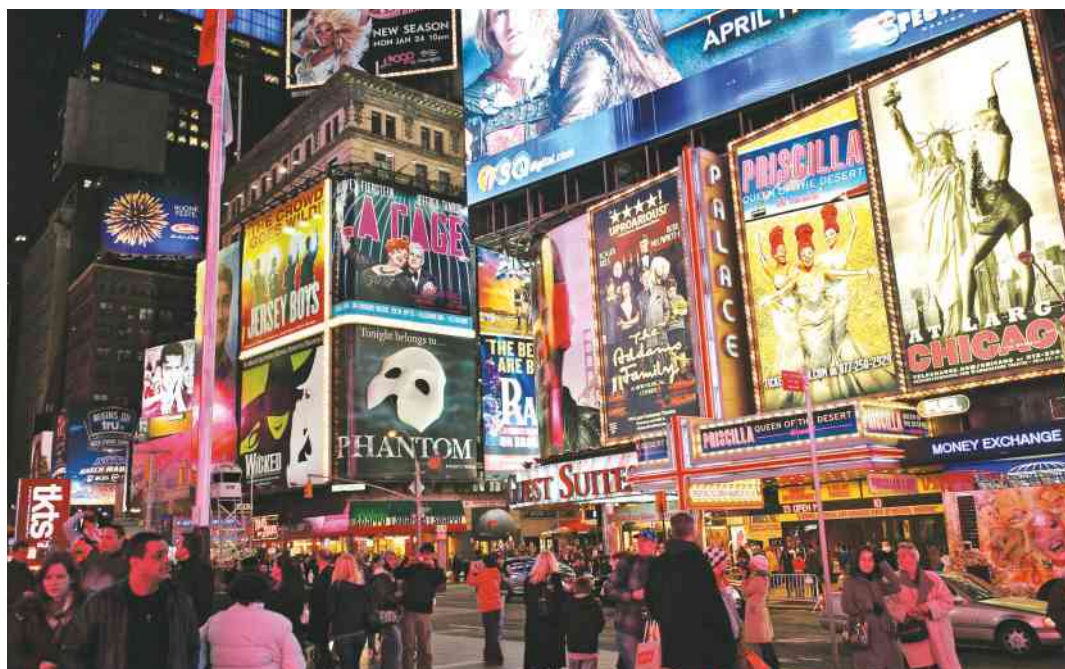
■ Indústria cultural

Indústria cultural é um termo difundido por Adorno e Horkheimer para designar a indústria da diversão de massa, veiculada por televisão, cinema, rádio, revistas, jornais, músicas, propa-

gandas etc. Por meio da indústria cultural e da diversão se obteria a **homogeneização dos comportamentos** e a **massificação** das pessoas (tema estudado no capítulo 9 e que voltaremos a abordar no capítulo 21).

Walter Benjamin (1892-1940) não concordava totalmente com Adorno e Horkheimer, adotando uma postura mais **otimista** no que diz respeito à indústria cultural e à emancipação política. Enquanto os dois últimos destacavam que a cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa não permite que as classes assalariadas assumam uma posição crítica em relação à realidade, Benjamin enfatizava que a arte dirigida às massas pode servir como **instrumento de politização**.

Além disso, em seu texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, Benjamin se mostrou esperançoso com a possibilidade de que a **arte** se tornasse **acessível a todos** com o desenvolvimento das técnicas de reprodução (discos, reprografia e processos semelhantes).



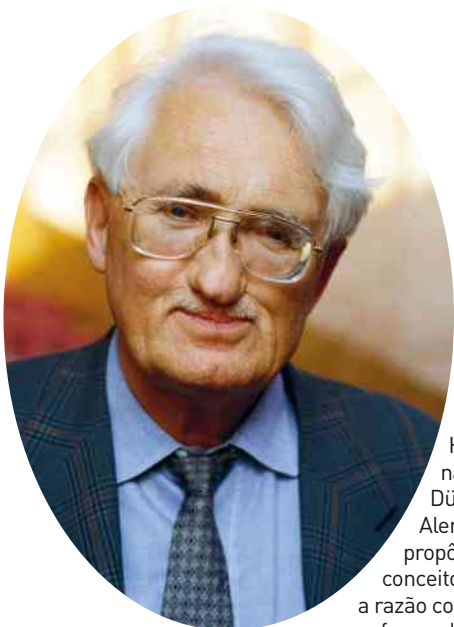
KIKE CALVO/GETTY IMAGES

Cena noturna de Times Square, em Nova York, com seus inúmeros teatros e letreiros de neon. Podemos ver que a indústria cultural expõe seus produtos como qualquer outro comércio, buscando atrair cada vez mais consumidores.

■ Razão dialógica e ação comunicativa

Jürgen Habermas (1929-) – um dos pensadores de maior influência nas últimas décadas – também discorda de Adorno e Horkheimer em alguns pontos centrais: razão, verdade e democracia. Vimos que esses dois filósofos chegaram a um impasse quanto à possibilidade de uma razão emancipatória no mundo atual, já que a razão contemporânea estaria asfixiada pelo desenvolvimento do capitalismo, o qual teria narcotizado a consciência do proletariado, perpetuando-se dessa forma como sistema.

De acordo com Habermas, essa é uma posição perigosa em filosofia, pois poderia conduzir a uma crítica radical da modernidade e, em consequência, da razão, o que levaria ao irracionalismo. Para ele, “o projeto da modernidade ainda não foi cumprido”. Ou seja, o potencial para a racionalização do mundo ainda não está esgotado. Por isso Habermas costuma ser descrito como “o último grande racionalista”.



Filósofo e sociólogo, Habermas nasceu em Düsseldorf, Alemanha. Ele propôs um novo conceito de razão – a razão comunicativa – como forma de retomar o projeto emancipatório da humanidade em novas bases.

De acordo com esse pensador, existem alguns pontos falhos na avaliação feita por Adorno e Horkheimer, cuja identificação permitiria estabelecer uma retomada do projeto emancipatório, porém em novas bases. Rompendo com a teoria marxista em alguns de seus pontos fundamentais – por exemplo, a centralidade do **trabalho** e a identificação do **proletariado** como agente da transformação social (conforme vimos no capítulo anterior) –, Habermas elabora, como nova perspectiva, outro conceito de razão: uma **razão dialógica**, isto é, aquela que brota do **diálogo** e da **argumentação** entre os agentes interessados, em determinada situação.

Trata-se, portanto, da razão que surge da chamada **ação comunicativa**, do uso da linguagem e da

conversação como meio de conseguir o **consenso**. Para tanto, é necessária uma ação social que fortaleça as estruturas capazes de promover as condições de liberdade e de não constrangimento, imprescindíveis ao diálogo.

Verdade intersubjetiva e democracia

O conceito de **verdade** também se modifica em função dessa nova perspectiva. Habermas propõe o entendimento da verdade não mais como uma adequação do pensamento à realidade, mas como fruto da ação comunicativa; não como verdade subjetiva, mas como **verdade intersubjetiva** (entre sujeitos diversos), que surge do diálogo entre os indivíduos. Nesse diálogo aplicam-se algumas regras: a não contradição, a clareza de argumentação e a falta de constrangimentos de ordem social, entre outras.

Assim, razão e verdade deixam de constituir conteúdos ou valores absolutos e passam a ser definidas **consensualmente**. E sua validade será tanto maior quanto melhores forem as condições nas quais se dê o diálogo, o que se consegue com o **aperfeiçoamento da democracia**.

O pensamento de Habermas incorpora e desenvolve, portanto, reflexões propostas pela filosofia da linguagem. A ênfase dada por ele à razão comunicativa pode ser entendida como uma maneira de tentar “salvar” a razão, que teria chegado a um beco sem saída. Assim, se o mundo contemporâneo é regido pela razão instrumental, conforme denunciaram os filósofos que o antecederam na Escola de Frankfurt, para Habermas caberia à razão comunicativa, enfim, o papel de resistir a essa razão instrumental e reorientá-la.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

7. Encontre no texto aspectos do pensamento de Adorno e Horkheimer que caracterizam o que se poderia definir como “pessimismo teórico” desses dois filósofos.
8. O pensamento de Benjamin difere do de Adorno e Horkheimer? Justifique.
9. Habermas exprime uma visão mais otimista que os demais teóricos da Escola de Frankfurt em relação a três questões: a razão, a verdade e a democracia. Discorra sobre cada uma delas.

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Quarto poder

Alguns analistas políticos consideram que os meios de comunicação de massa constituem, atualmente, um quarto poder (além do Executivo, do Legislativo e do Judiciário).

Reflita sobre essa interpretação, observe sua realidade concreta e debata com colegas sobre o tema.

FILOSOFIA PÓS-MODERNA

O fim do projeto da modernidade

O termo **pós-moderno** tem sido aplicado, no campo da filosofia, aos pensadores das últimas décadas, especialmente àqueles que produziram uma reflexão marcada pela **crítica** e pela **descrença** em relação ao **projeto da modernidade** – de que a razão tecnocientífica favoreceria a emancipação humana –, coincidindo em vários aspectos com os diagnósticos da Escola de Frankfurt, especialmente de Adorno e Horkheimer.

Entre os pensadores pós-modernos mais destacados estão os franceses Foucault e Derrida (que estudaremos em seguida), além de outros, como Jean Baudrillard (1929-2007) e Jean-François Lyotard (1924-1998).

■ Debilitação das esperanças



JUSTIN SULLIVAN/
GETTY IMAGES/AFP

"Controlem os bancos! Fim à ditadura do 1%", diz a faixa sustentada por manifestantes em passeata de apoio ao movimento Ocupa Wall Street, realizada em São Francisco, Califórnia (EUA), em 2011, no contexto da crise econômica internacional iniciada em 2008. Em que medida essa crise pode apontar para o fim de uma época e a necessidade de construção de um novo projeto social e de uma nova "racionalidade"?

Um traço comum entre os filósofos pós-modernos é a **debilitação das esperanças** – que um dia dominaram o mundo moderno – de compreensão e de transformação conjunta da vida social. De fato, o cenário tem sido desalentador: miséria, desigualdades sociais extremas, catástrofes ambientais, guerras, dominação dos países economicamente desenvolvidos sobre os demais e a situação de barbárie que se verifica em algumas regiões do planeta.

Essa desesperança fortaleceu-se a partir da segunda metade do século XX, após os sinais de degeneração das experiências socialistas, as quais resultaram no chamado **socialismo autoritário**, contrariando as teses libertárias das origens desse movimento político. Diante das frustrações históricas – e sem alternativas ao sistema capitalista e ao controle da economia global imposto pelas megacorporações –, o mundo teria se curvado à onipotência do *status quo*, sem qualquer perspectiva de transformação.

■ Visão fragmentária

Sem a perspectiva de uma transformação social radical, a filosofia pós-moderna passou a analisar os diversos aspectos da vida social, principalmente aqueles em que se verifica maior racionalização rumo ao **controle** dos indivíduos, denunciando as formas de **opressão** que os acompanham em sua **vida cotidiana**.

Essa denúncia é feita de forma **fragmentária**, isto é, aborda aspectos variados e singulares do cotidiano e não se estrutura em uma visão de conjunto, uma vez que a filosofia pós-moderna abandonou a pretensão de totalidade que orientava o pensamento moderno.

Podemos dizer, portanto, que os filósofos pós-modernos desenvolvem uma visão fragmentada da vida cotidiana e dos indivíduos, uma visão preocupada em captar as singularidades, as particularidades e as diversidades do real. Seu mérito seria a valorização das **pluralidades culturais**, pelo respeito à **diferença do outro**.

■ Foucault: os micropoderes

JEAN PIERRE FOUCHET/RAPHO/
GAMMA-RAPHO VIA GETTY IMAGES



Foucault nasceu em Poitiers, na França. Buscando explicar as zonas culturais e institucionais que influem diretamente nas atividades e nos pensamentos cotidianos das pessoas, produziu uma crítica histórica da modernidade, na qual a ideia-chave é o poder.

Um dos principais pensadores da pós-modernidade foi o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984), que centrou sua investigação em temas como certas **instituições sociais** (notadamente as educativas, psiquiátricas e carcerárias), a **sexualidade** e, principalmente, o **poder**.

De acordo com Foucault, as sociedades modernas apresentam uma **nova organização do poder** que se desenvolveu a partir do século XVIII. Nessa nova organização, o poder não se concentra apenas no setor político e em suas formas de repressão, mas está disseminado pelos vários âmbitos da vida social. Para esse filósofo, o poder fragmentou-se em **micropoderes** e tornou-se muito mais eficaz. Em seu livro *Microfísica do poder*, Foucault explica:

Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que se podem exercer na sociedade. (p. 181.)

Assim, sem se deter apenas no macropoder concentrado no Estado, Foucault analisou esses micropoderes que se espalham pelas mais diversas instituições da vida social, isto é, os poderes exercidos por uma rede imensa de pessoas que interiorizam e cumprem as **normas** estabelecidas pela **disciplina social** – pais, porteiros, enfermeiros, professores, secretárias, guardas, fiscais etc.

Adotando essa perspectiva de análise, conhecida como **microfísica do poder**, ele afirma que “o poder está em toda parte, não porque englobe tudo” e sim “porque provém de todos os lugares”. Na vida cotidiana, segundo o filósofo, esbarramos mais com os guardiões dos micropoderes – os pequenos donos dos poderes periféricos – do que com os detentores dos macropoderes.

Seu objetivo, como filósofo, foi o de colocar à mostra estruturas veladas de poder, tendo Nietzsche por inspiração. Tanto quanto este, Foucault afirmou a relação entre saber e poder:

Vivemos em uma sociedade que em grande parte marcha “ao compasso da verdade” – ou seja, que produz e faz circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detêm, por esse motivo, poderes específicos. (Microfísica do poder, p. 231.)



MOHAMED NURELDIN ABDALLAH/REUTERS/LATINSTOCK

A disciplina social é produto da ação de uma infinidade de agentes, com seus micropoderes, como os de um funcionário que fiscaliza e autoriza (ou não) a entrada de pessoas em determinado local mediante a apresentação de documento.

Genealogia do poder

Foucault também desenvolveu seu método de pesquisa à maneira de uma **genealogia**, inspirado em Nietzsche. Como o filósofo alemão, adotou como ponto de partida a noção de que os valores – o bem e o mal, o verdadeiro e o falso, o certo e o errado, o sadio e o doente etc. – são consagrados historicamente em função de interesses relativos ao poder dentro da sociedade. Em outras palavras, a definição do que é bom, verdadeiro ou sadio depende das instâncias nas quais o poder se encontra.

Na visão de Foucault, esse poder não seria essencialmente de repressão ou de censura, mas antes um **poder criador**, no sentido de que produz a realidade e seus conceitos. Em seu livro *Vigiar e punir*: uma genealogia do poder, ele explica esse seu entendimento do que é o poder:

É preciso cessar de sempre descrever os efeitos do poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “discrimina”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz: produz o real; produz os domínios de objetos e os rituais de verdade. (p. 110.)

Nessa mesma obra, Foucault acompanha a evolução dos **mecanismos de controle social e**

de punição, que se tornaram cada vez menos visíveis e mais racionalizados. Caracteriza a sociedade contemporânea como uma **sociedade disciplinar**, na qual prevalece a produção de práticas disciplinares de vigilância e controles constantes, que se estendem a todos os âmbitos da vida dos indivíduos.

Uma das formas mais eficientes dessa vigilância e disciplina se dá, no seu entender, por meio de discursos e práticas científicas aparentemente neutras e racionais, que procuram normatizar o comportamento dos indivíduos.

Exemplo disso seria o tratamento científico dado à sexualidade, no qual o comportamento sexual é normatizado por meio do convencimento racional dos indivíduos sobre os cuidados necessários à sua vida nesse âmbito. Desse modo, assumindo a face do **saber**, o poder, segundo Foucault, atinge os indivíduos em seu **corpo**, em seu **comportamento** e em seus **sentimentos**.

Assim, como o poder encontra-se em múltiplos espaços, a resistência a esse estado de coisas não caberia, para o filósofo, a um partido ou classe revolucionária, pois estes se dirigiriam a um único foco de poder. Seria necessária, portanto, a ação de múltiplos pontos de resistência.

■ Derrida: a desconstrução

Outro filósofo francês, Jacques Derrida (1930-2004), criticou o desenvolvimento da **racionalidade ocidental** a partir do próprio conceito de razão. Para ele, toda a filosofia produzida no Ocidente partilha a ideia de um **centro**, de algo que unifica e estrutura sua construção teórica. Deus, homem e verdade são exemplos de noções que organizam o entendimento do mundo. Derrida denominou essa característica **logocentrismo**.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

10. Explique o significado do termo pós-moderno.
11. Quais são as múltiplas formas de dominação a que se refere Foucault, explicitadas por ele em sua investigação sobre a microfísica do poder e na genealogia do poder?
12. O que é a desconstrução proposta por Derrida? Qual é o objetivo dessa desconstrução?

CONVERSA FILOSÓFICA

4. Sociedade de massa

Para o filósofo alemão Herbert Marcuse (1898-1979), a perpetuação do desenvolvimento tecnocientífico a serviço da dominação e da homogeneização dos indivíduos na sociedade de massa criará o “homem unidimensional”, incapaz de criticar a opressão e construir alternativas futuras.

Debata com colegas o conceito de ser humano unidimensional, relacionando-o com temas trabalhados antes, como o da indústria cultural (Adorno e Horkheimer).

A cada um desses centros corresponde uma **antítese**, isto é, seu **oposto**: Deus-diabo; homem-mulher; verdade-mentira. Essa lógica das oposições – que, segundo ele, teve origem na Grécia, na oposição entre *logos* (razão) e *mito* – foi preservada pela filosofia ocidental.

Derrida propõe então **desconstruir** o conceito de *logos* e negar sua supremacia em relação ao seu par lógico, sem o qual o *logos* não teria sentido. Em sua interpretação, o pensamento filosófico ocidental teria atribuído um valor absoluto a um dos elementos que compõem essa dualidade, criando assim “verdades” indiscutíveis. O filósofo não só nega essas “verdades”, mas também identifica nelas a condição de **construções culturais**.



ULF ANDERSEN/GETTY IMAGES

De origem judaica e nascido na Argélia, Derrida assentou boa parte de suas reflexões em questões contemporâneas. Foi um dos grandes pensadores da “geração de 68”, grupo que reunia Roland Barthes, Gilles Deleuze, Jacques Lacan, Michel Foucault e Louis Althusser, entre outros.

Seria necessária, para ele, a **desconstrução** desses **centros** da filosofia ocidental, especialmente a noção de **razão** e de **sujeito**. E isso se faria a partir da **análise da linguagem**, que Derrida entende ser a estrutura essencial da cultura.

A desconstrução seria, portanto, uma análise que pretende mostrar:

- como se dá a **construção** de certas noções – por exemplo, o conceito de razão e os valores a ele associados;
- como depois essas noções passam a ter função predominante na cultura ocidental;
- e, por último, como elas podem ser usadas como forma de **dominação**.

De olho na universidade

(PUC-PR) “O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame.”

Fonte: FOUCAULT, *Vigiar e punir*, p. 143.

- I. Vigiar, muito mais que aplicar um olhar constante sobre o indivíduo, significa dispô-lo numa estrutura arquitetural e impessoal, na qual ele se sinta vigiado.
- II. Punir é o único objetivo da disciplina.
- III. Punir primeiramente tem a finalidade de uma ortopedia moral, de normalização, não somente de um comportamento, mas do conjunto da existência humana, seja obstaculizando a virtualidade de um comportamento perigoso mediante o uso de pequenas correções, seja incentivando condutas desejáveis a partir de recompensas e vantagens.
- IV. O exame atua numa ampla rede de instituições psiquiátricas, pedagógicas e médicas, classificando as condutas em termos de normalidade e anormalidade.
- V. Para Foucault, as ciências que tomaram o homem como objeto de saber, a partir do final do século XVIII, não têm nada a ver com a vigilância, a normalização e o exame disciplinares.

Assinale a(s) alternativa(s) correta(s):

- | | | |
|------------|----------------|----------------|
| a) II e V | c) I e II | e) I, III e IV |
| b) II e IV | d) III, IV e V | |

Sessão cinema

A hora da estrela (1986, Brasil, direção de Suzana Amaral)

Macabéa é uma nordestina que trabalha como datilógrafa em São Paulo. Vivendo um cotidiano triste, monótono e sem ambições, ela conhece Olímpico, um metalúrgico que quer ser político. Filme inspirado no romance homônimo de Clarice Lispector.

Guerra nas estrelas (1977, EUA, direção de George Lucas)

Obra com algumas das principais estratégias de entretenimento utilizadas pela indústria cultural das últimas décadas, reunindo os estilos heroicos do passado – *western*, novelas de cavalaria com feiticeros e samurais – e o tema dos poderes da mente.

O fantasma da liberdade (1974, França, direção de Luis Buñuel)

Filme surrealista que critica o abandono da liberdade pela sociedade burguesa, para colocar em seu lugar a irracionalidade, os bons costumes e a sexualidade culpada.

O ovo da serpente (1978, EUA/Alemanha, direção de Ingmar Bergman)

Filme sobre o período anterior à chegada dos nazistas ao poder. Retrata as estratégias construídas pelas diversas instâncias do sistema social alemão para a aceitação do terror que viria a seguir.

O tambor (1979, Alemanha/França/Polônia/Iugoslávia, direção de Volker Schlöndorff)

Diante da falsidade do mundo dos adultos, uma criança de três anos decide não mais crescer. E comenta, com seu tambor e seus gritos estridentes, a Alemanha de Hitler e da Segunda Guerra Mundial.

O trecho a seguir é parte de um texto em que Sartre expõe o sentido do humanismo na perspectiva existencialista, ressaltando que é no abandono de si mesmo, na liberdade do seu não ser que o indivíduo constrói a si mesmo, que se faz ser humano. Leia-o e responda às questões propostas.

O existencialismo é um humanismo

Na realidade, a palavra humanismo tem dois significados muito diferentes.

O humanismo clássico

Por humanismo pode entender-se uma teoria que toma o homem como fim e como valor superior. Neste sentido há humanismo em Cocteau, por exemplo, quando, na sua narrativa *A volta ao mundo em oitenta horas*, uma personagem declara, por sobrevoar montanhas de avião: o homem é espantoso. Significa isto que eu, pessoalmente, que não construí aviões, beneficiar-me-ei destas invenções extraordinárias, e que poderei pessoalmente, na qualidade de homem, considerar-me como responsável e honrado com os atos particulares de alguns homens. Isso implicaria que poderíamos dar um valor ao homem segundo os atos mais altos de certos homens. Este humanismo é absurdo, porque só o cão ou o cavalo poderiam emitir um juízo de conjunto sobre o homem e declarar que o homem é espantoso, coisa que eles estão longe de fazer, tanto quanto eu sei... Mas, quanto a um homem, não se pode admitir que possa emitir um juízo sobre o homem. O existencialismo dispensa-o de todo julgamento deste gênero; o existencialista não tomará nunca o homem como fim, porque ele está sempre por fazer. E não devemos crer que há uma humanidade à qual possamos render culto, à maneira de Auguste Comte. O culto da humanidade conduz ao humanismo fechado sobre si de Comte, e, é necessário dizê-lo, ao fascismo. É um humanismo com o qual não queremos nada.

O humanismo existencialista

Mas há um outro sentido de humanismo, que significa no fundo isto: o homem está constantemente fora de si mesmo, é projetando-se e perdendo-se fora de si que ele faz existir o homem e, por outro lado, é perseguindo fins transcendentais que ele pode existir; sendo o homem esta superação e não se apoderando dos objetos senão em referência a esta superação, ele vive no coração, no centro desta superação. Não há outro universo senão o universo humano, o universo da subjetividade humana. É a esta ligação da transcendência, como estimulante do homem – não no sentido de que Deus é transcendente, mas no sentido de superação – e da subjetividade, no sentido de que o homem não está fechado em si mesmo mas presente sempre num universo humano, é a isso que chamamos humanismo existencialista. Humanismo, porque recordamos ao homem que não há outro legislador além dele próprio, e que é no abandono que ele decidirá de si; e porque mostramos que isso não se decide com voltar-se para si, mas que é procurando sempre fora de si um fim – que é tal libertação, tal realização particular – que o homem se realizará precisamente como ser humano.

SARTRE, *O existencialismo é um humanismo*, p. 21.

1. Em que sentido o existencialismo é um humanismo e em que sentido não o é?
2. “O culto da humanidade conduz ao humanismo fechado sobre si de Comte, e, é necessário dizê-lo, ao fascismo.” A que se refere essa afirmação de Sartre? Pesquise o que é fascismo. Verifique se existem relações entre a obsessão pela ordem social e o fascismo.
3. Interprete a seguinte afirmação de Sartre: “recordamos ao homem que não há outro legislador além dele próprio”.



Chirico
1925

Fantasia – Sófocles e Eurípedes
(1925) – Giorgio de Chirico.

“Não foi culpa minha
se naquela manhã
encontrei-me com a beleza.”

MARGUERITE YOURCENAR. *Alexis.*

BARNES FOUNDATION, MERION, PENNSYLVANIA, EUA



unidade 4

Grandes áreas do filosofar

Agora que você já tem uma boa base de informações e reflexões filosóficas, deve estar preparado para dar os últimos passos deste nosso curso. É o momento da síntese.

Todos os temas que estudamos nas unidades anteriores costumam estar organizados em ramos distintos de investigação, que, como vimos, constituem as grandes áreas do filosofar (consulte o quadro sinótico **Grandes áreas do filosofar**, no final da unidade 1). Algumas dessas áreas já foram tratadas especificamente em certos capítulos, como a metafísica, a epistemologia e a filosofia da linguagem.

Nesta unidade final, focaremos os campos de investigação que ganharam especial atenção nas sociedades contemporâneas: a ética, a política, a ciência e a estética.

Vamos, então, prosseguir nessa maravilhosa experiência que é o filosofar!

Capítulo 18



REMBRANDT VAN RIJN/ HERMITAGE
MUSEUM, SÃO PETERSBURGO, RÚSSIA.

■ O que você sente ao ver essa cena? Você mataria um filho para cumprir uma ordem do ser em quem você mais confia e respeita (no caso, Deus)? Ou desobedeceria a ele para preservar o filho que você tanto ama e não se tornar um assassino?

Abraão e Isaac (1634) – Rembrandt Van Rijn, óleo sobre tela. Cena bíblica em que Abraão está prestes a tirar a vida de seu filho Isaac – atendendo a Deus, que lhe pedira esse sacrifício como prova de sua obediência e sua fé –, mas um anjo segura sua mão e impede o desfecho trágico.

A ética

Grande parte do que já estudamos vincula-se a questões teóricas sobre o ser e o saber. Agora nos concentraremos em um conjunto de problemas que estão diretamente ligados ao **fazer** – isto é, à ação humana, ao comportamento das pessoas e às suas relações, entre si e com o mundo.

Você tem dúvidas, às vezes, sobre como deve agir ou se angustia pensando se procedeu corretamente com alguém? Vejamos se as reflexões da filosofia prática – conhecida como ética ou filosofia moral – podem ser de alguma ajuda nesse sentido.

Questões filosóficas

- O que é a moral?
- Quais são os fundamentos da moral?
- O que é a virtude? E o vício?
- Somos livres para escolher uma ação?
- Como viver para ser feliz?

Conceitos-chave

ética, moral, filosofia prática, ação, comportamento, valor, norma, coercibilidade, liberdade, consciência moral, juízo, escolha, bem, mal, responsabilidade, virtude, vício, determinismo, violência, instintivismo, socioambientalismo, conflito ético, niilismo ético, permissivismo moral, racionalismo ético, ética do equilíbrio, ética do livre-arbítrio, ética do dever, fundamentação histórico-social, fundamentação ideológica, ética discursiva

ÉTICA E MORAL

O problema da ação e dos valores

Em nosso dia a dia, frequentemente nos deparamos com situações em que temos de fazer escolhas e tomar decisões. Muitas vezes elas dependem daquilo que consideramos bom, justo ou correto. Toda vez que isso ocorre, estamos diante de uma decisão que envolve um **julgamento moral**, a partir do qual vamos orientar nossa **ação** ou a ação de outras pessoas. Como afirmou o filósofo grego Aristóteles:

A característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais. (Política, p. 15.)

Assim, o ser humano age no mundo de acordo com **valores**, isto é, a partir daquilo que tem maior importância ou é prioridade para ele segundo certos **códigos morais**. Isso significa que as coisas e as ações que um indivíduo realiza podem ser hierarquizadas conforme as noções de bem e de justo compartilhadas por um grupo de pessoas, em determinado momento histórico. Em outras palavras, o ser humano é **um ser moral**: um ser capaz de avaliar sua conduta a partir de valores morais.

Distinção entre moral e ética

O que é moral? E qual a diferença entre moral e ética?

Embora os termos **ética** e **moral** por vezes sejam usados como sinônimos, é possível fazer uma distinção entre eles.

A palavra **moral** vem do latim *mos, mor-*, “costumes”, e refere-se ao conjunto de **normas** que orientam o **comportamento humano** tendo como base os valores próprios a uma comunidade ou cultura.

Como as comunidades humanas são distintas entre si, tanto no espaço quanto no tempo,

os valores também podem ser distintos de uma comunidade para outra, o que origina códigos morais diferentes.

Pertence ao vasto campo da moral a definição sobre questões fundamentais, como:

- O que devo fazer para ser justo?
- Quais valores devo escolher para guiar minha vida?
- Há uma hierarquia de valores que deve ser seguida?
- Que tipo de ser humano devo ser nas relações comigo mesmo, com meus semelhantes e com a natureza?
- Que tipo de atitudes devo praticar como pessoa e como cidadão?

A palavra **ética**, por sua vez, vem do grego *ethikos*, “modo de ser”, “comportamento”. Portanto, etimologicamente, os dois termos querem dizer quase a mesma coisa.

No entanto, **ética** designa mais especificamente a disciplina filosófica que investiga o que é a moral, como ela se fundamenta e se aplica. Ou seja, a **ética** – ou filosofia moral – estuda os diversos **sistemas morais** elaborados pelos seres humanos, buscando compreender a **fundamentação** das normas e interdições (proibições) próprias a cada um e explicitar seus **pressupostos**, isto é, as concepções sobre o ser humano e a existência humana que os sustentam.

CONEXÕES

1. Considerando a condição humanizada do cãozinho Snoopy, o que você diria sobre os valores dos dois personagens desta tirinha?



Nesse sentido, a ética é uma **disciplina teórica** que trata da **prática humana** – isto é, do **comportamento moral**. No entanto, as reflexões éticas não se restringem à busca de conhecimento teórico sobre as ações e os valores humanos, cuja origem e desenvolvimento levantam questões de caráter sociológico, antropológico, religioso etc.

Como **filosofia prática**, isto é, disciplina teórica com preocupações práticas, a ética orienta-se também pelo desejo de unir o **saber** ao **fazer**, ou seja, busca aplicar o conhecimento sobre o **ser** para construir aquilo que **deve ser**. E, para isso, é indispensável boa parcela de conhecimento teórico.

Veremos a seguir algumas concepções fundamentais no campo da ética, bem como as discussões que despertam.

■ Moral e direito

Eis uma pergunta que talvez você esteja se fazendo: “Normas morais e normas jurídicas são a mesma coisa? Há diferença entre elas?”.

Sabemos que as normas morais e as normas jurídicas são estabelecidas pelos membros da sociedade e que ambas se destinam a regulamentar as relações nesse grupo de pessoas. Há, então, vários **aspectos comuns** entre normas morais e jurídicas. Por exemplo:

- apresentam-se como **imperativos**, ou seja, normas que devem ser seguidas por todos;
- buscam propor, por meio de normas, uma **convivência melhor** entre os indivíduos;
- orientam-se pelos **valores culturais próprios** de determinada sociedade;
- têm um **caráter histórico**, isto é, mudam de acordo com as transformações histórico-sociais.

No entanto, a despeito dessas semelhanças, há **diferenças** fundamentais entre a moral e o direito:

- as normas morais são seguidas a partir das convicções de cada pessoa e do grupo social ao qual ela pertence, enquanto as normas jurídicas devem ser cumpridas sob pena de **punição** do Estado em caso de desobediência;
- a punição, no campo do direito, está prevista na **legislação**, ao passo que, no campo da moral, a eventual sanção pode variar bastante, pois depende fundamentalmente da **consciência moral** do sujeito que infringe a norma e dos códigos morais vigentes na sociedade em que ele vive;
- a esfera da moral é mais ampla, abrangendo diversos aspectos da vida humana, enquanto a esfera do direito restringe-se a questões espe-

cíficas nascidas da interferência de condutas sociais. O direito costuma ser regido pelo princípio de que tudo é permitido, exceto aquilo que a lei expressamente proíbe;

- a moral não se traduz em um código formal, enquanto o direito sim;
- o direito mantém uma relação estreita com o Estado, enquanto a moral não apresenta necessariamente essa vinculação.



Estátua com a representação tradicional da justiça, personificada como uma deusa desde a Antiguidade. **Justo** é aquilo que está em conformidade com o que é correto ou direito. Portanto, o sentido de justiça está baseado em valores estabelecidos, como os de poder e paz, cooperação e solidariedade. As normas jurídicas deveriam tender à realização dos ideais de justiça, embora nem sempre isso ocorra. (Coleção particular.)

CONEXÕES

2. Observe os detalhes dessa estátua. Destaque os elementos simbólicos que, na sua interpretação, configuram a ideia de justiça. Justifique cada um deles.

De todas essas diferenças entre moral e direito, talvez uma mereça maior destaque: a **coercibilidade** da norma jurídica, que conta com a força e a repressão potencial do Estado (através da ação da justiça e da polícia) para ser obedecida pelas pessoas. A norma moral, por sua vez, não é sustentada pela coerção do Estado, o que quer dizer que necessita, de certo modo, da aceitação de cada indivíduo ou grupo social para ser cumprida. Por isso, como depende da escolha de cada um, a norma moral costuma ser vinculada, por alguns filósofos, à ideia de **liberdade**.

■ Moral e liberdade

Pode parecer estranho vincular a ideia de norma moral à ideia de liberdade, você não acha? Mas podemos explicar essa relação. Preste atenção.

Conforme vimos antes (no capítulo 4), a consciência talvez seja a melhor característica que distingue o ser humano dos outros animais. Ela permite o desenvolvimento do saber e da racionalidade, que se empenha em separar o falso do verdadeiro.

Além dessa consciência racional, lógica, o ser humano possui também **consciência moral**, isto é, a faculdade de observar a própria conduta e julgar (isto é, formular juízos) sobre os atos passados, presentes e as intenções futuras. Observe que a palavra **julgar** vem do latim *judicare*, “avaliar”, “ponderar” – ou seja, julgar é atribuir um **valor**, um peso para cada coisa que se apresenta.

Note também que é somente depois de julgar que a pessoa tem condições de **escolher**, entre as circunstâncias possíveis, suas ações e seu próprio caminho na vida. E é justamente essa possibilidade que cada indivíduo tem de escolher seu caminho, de construir sua maneira de ser e sua história que chamamos **liberdade**.

Liberdade e responsabilidade

Assim, se consciência moral e liberdade estão intimamente relacionadas, só tem sentido julgar moralmente a ação de uma pessoa se essa ação foi praticada em liberdade. Quando não se tem **escolha** (ou liberdade), quando se é coagido a praticar uma ação, é impossível decidir entre **o bem e o mal** (que é o que faz a consciência moral). A decisão, nesse caso, é imposta pelas forças coativas, isto é, que determinam uma conduta. Exemplo: tendo o filho sequestrado, o pai cumpre ordens do sequestrador; portanto, sua ação é determinada pela coação do criminoso.

Quando, porém, estamos livres para escolher entre esta ou aquela ação e fazemos uma escolha, tornamo-nos **responsáveis** pelo que praticamos e podemos ser julgados moralmente por isso.

Observemos que o termo **responsabilidade** vem do latim *respondere*, “responder”, e significa estar em condições de responder pelos atos praticados, isto é, de justificá-los e assumi-los. É essa responsabilidade, enfim, que pode ser julgada pela consciência moral do próprio indivíduo ou do seu grupo social.

Virtude e vício

Uma propriedade comumente atribuída à consciência moral é a de que ela nos fala como uma voz interior, geralmente nos inclinando para o **caminho da virtude**. Mas o que é virtude?

A palavra **virtude** deriva do latim *virtus* – “força ou qualidade essencial” – e significa, no contexto da moral, a qualidade ou a ação que dignifica o ser humano. E qual é essa qualidade ou ação?

Há muitas interpretações sobre esse tema, mas podemos dizer, basicamente, que é a prática constante do **bem** de forma consciente, livre e responsável. Assim, por exemplo, são consideradas virtudes a polidez, a lealdade, a prudência, a justiça, a coragem, a generosidade.



A temperança (século XVII) – Hendrick Goltzius e Cornelis de Visscher. De acordo com a tradição desde Platão, as virtudes capitais são a justiça, a prudência, a fortaleza e a temperança. Esta última é a qualidade de quem é moderado. É pela moderação que dominamos os prazeres, em vez de a eles nos submetermos.

À ideia de virtude opõe-se a de **vício**, que consiste na prática do **mal**, correspondendo ao uso da liberdade **sem** responsabilidade moral. Assim, são considerados vícios a violência, a deslealdade, a insensatez, a injustiça, a covardia, a mesquinhez etc.

Analisando essa relação entre responsabilidade e virtude, Erich Fromm concluiu que a responsabilidade primordial do ser humano está relacionada com a própria condição humana, isto é, com a realização de suas potencialidades de vida. Assim:

O bem é a afirmação da vida, o desenvolvimento das capacidades do homem. A virtude consiste em assumir a responsabilidade por sua própria existência. O mal constitui a mutilação das capacidades do homem; o vício reside na irresponsabilidade perante si mesmo. (*Análise do homem*, p. 30.)

■ Liberdade versus determinismo

Agora que explicamos por que alguns filósofos vinculam moral e liberdade, bem como liberdade e responsabilidade, talvez você se pergunte: “Mas somos realmente livres para decidir?”, “E, se somos, que liberdade é essa?”.

Do ponto de vista da discussão filosófica, podemos sintetizar três respostas diferentes para esses problemas: uma que enfatizou o determinismo, outra que destacou o papel da liberdade e uma terceira que procurou estabelecer uma dialética entre os dois termos. Vejamos cada uma.



Marionete sendo sustentada e movida por pessoa oculta mediante cordéis. Será que nos movemos em nossas vidas como esse boneco? Serão nossas escolhas realmente nossas, isto é, livres e autênticas?

Ênfase no determinismo

De acordo com essa via de interpretação, a liberdade não existe, pois o ser humano seria sempre determinado, seja por sua natureza biológica (necessidades e instintos), seja por sua natureza histórico-social (leis, normas, costumes). Em outras palavras, as ações individuais seriam causadas e determinadas por fatores naturais ou constrangimentos sociais, e a liberdade seria apenas uma ilusão.

Essa concepção encontra-se presente no pensamento de filósofos materialistas do século XVIII, tais como os franceses **Helvetius** (1715-1771) e **Holbach** (1723-1789), ambos influenciados pela

concepção determinista de liberdade proposta por **Thomas Hobbes** (que abordamos no capítulo 15).

Ênfase na liberdade

Para essa via de interpretação, o ser humano é sempre livre. Embora os defensores dessa posição admitam a existência das determinações de origem externa – sociais – e interna – como desejos, impulsos etc. –, eles sustentam a tese de que o indivíduo possui uma liberdade moral que está acima dessas determinações. Assim, apesar de todos os fatores sociais e subjetivos que atuam sobre cada indivíduo, ele sempre possui uma possibilidade de escolha e pode estabelecer por si mesmo sua ação (liberdade autoderminada).

A maior expressão dessa concepção filosófica acerca da liberdade é encontrada no pensamento do filósofo francês **Jean-Paul Sartre** (1905-1980), que afirmou que “o homem está condenado a ser livre” (*O existencialismo é um humanismo*, p. 9). (Reveja sua argumentação no capítulo 17.)

Dialética entre liberdade e determinismo

Segundo essa via de interpretação, o ser humano é determinado e livre ao mesmo tempo. Determinismo e liberdade não se excluem, mas se complementam. Nessa perspectiva, não faz sentido pensar em uma liberdade absoluta nem em uma negação absoluta da liberdade. Vejamos por quê.

A liberdade é sempre uma liberdade concreta. Isso quer dizer que ela ocorre em cada indivíduo, que desenvolve sua vida sob a influência de um conjunto de fatores objetivos, os quais podem compreender desde suas necessidades naturais como ser humano até os costumes e as normas estabelecidos na sociedade em que vive, por meio da educação e da cultura em geral. Sua liberdade, portanto, é restringida por fatores objetivos que cercam sua existência factual. No entanto, todo indivíduo sempre poderá atuar no sentido de alargar as possibilidades dessa liberdade, e isso será tanto mais eficiente quanto maior for sua consciência a respeito desses fatores.

Essa concepção é encontrada no pensador holandês **Espinosa** e nos filósofos alemães **Hegel** e **Marx**. Apesar das muitas diferenças entre seus pensamentos, o ponto em comum é a ideia de que **a liberdade é a compreensão da necessidade** (dos determinismos). No final do capítulo você encontrará textos de alguns pensadores mencionados, defendendo essas três posições filosóficas acerca da liberdade.

Origens da violência e da maldade

Quando se fala em violência ou maldade, uma das primeiras coisas em que pensamos é, por exemplo, no ladrão de casas e carros, no assassino sanguinário, enfim, nos inúmeros criminosos que agredem pessoas e assaltam o patrimônio alheio. Podemos pensar também na violência dentro da família, geralmente contra mulheres e crianças.

Menos comum é pensarmos na violência institucionalizada pelos sistemas de exploração social, isto é, a violência cruel dos salários de fome, da falta de moradia, do desamparo à saúde pública, do descaso pela educação, do preconceito racial etc. Violências surdas que oprimem milhões de pessoas “sem vez” e ainda “sem voz”.

Temos também a violência do ser humano contra a natureza, provocando graves desequilíbrios ecológicos. E, por fim, há ainda a violência do indivíduo contra si próprio, em que o suicídio costuma ser apontado como exemplo extremo.

Então, em um sentido amplo, podemos dizer que a violência ou a maldade são formas de desrespeito, agressão e destruição praticadas pelo indivíduo contra si próprio, contra outras pessoas (sociedade) ou contra a natureza.

Mas quais são as causas do mal? Responder a essa questão não é tarefa fácil. Ela atormentou filósofos de todos os tempos, que sempre tiveram grandes dificuldades ao abordá-la (reveja no capítulo 7, por exemplo, a discussão entre Hobbes e Rousseau sobre o ser humano em estado de natureza). De modo geral, é possível identificar duas respostas antagônicas sobre as causas da violência ou da maldade, fornecidas pela psicologia e pela psicanálise:

- **instintivista** – afirma que a violência humana, concretizada nas guerras, nos crimes, na opressão social, na conduta autodestrutiva, é provocada por instintos inatos decorrentes da fisiologia básica do ser humano. Esse instinto agressivo sempre busca sua descarga e aproveita as ocasiões favoráveis para se manifestar. No grupo de pensadores que enfatizaram o aspecto instintivo da violência humana, destacam-se o austríaco Konrad Lorenz (1903-1989), criador da etologia, e **Sigmund Freud** (1856-1939), criador da psicanálise. Há, entretanto, inúmeras divergências entre as concepções desses estudiosos;
- **socioambientalista** – nega que a violência seja um atributo inato do ser humano. Afirma que o comportamento individual (pacífico ou violento) é moldado pelo ambiente em que o sujeito vive, isto é, pelas condições sociais, econômicas, políticas e culturais de sua existência. Assim, as diferenças de conduta entre as pessoas seriam o resultado das distintas condições socioambientais que cada uma teria enfrentado durante sua vida. No grupo socioambientalista destaca-se a corrente dos psicólogos behavioristas (do inglês *behavior*, “comportamento”), fundada pelo estado-unidense **J. B. Watson** (1878-1958) e desenvolvida pelo também estado-unidense **B. F. Skinner** (1904-1990).

Para os instintivistas, o ser humano reproduz os impulsos orgânicos de sua espécie. O indivíduo repete o passado filogenético. Para os socioambientalistas, o ser humano reproduz a influência do ambiente em que vive. O indivíduo vincula-se ao padrão cultural da sociedade em que está inserido e tende a repeti-lo.

Além dos instintivistas e dos socioambientalistas, há outra posição que sustenta a tese de que o ser humano não é um títere ou uma marionete, que só reage passivamente ao ambiente (socioambientalismo), nem um ser aprisionado pelos instintos filogenéticos (instintivismo). O ser humano seria mais que tudo isso: é multideterminado, é um sistema complexo. Por isso, age e reage, cria e copia sentidos para a vida. E o problema da origem do mal segue aberto.



ROGÉRIO REIS/PULSAR IMAGENS

Tinta vermelha lançada por ativistas mancha as escadarias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro como parte das manifestações populares contra a violência na cidade, ocorridas em março de 2007. Como devemos agir diante da maldade e da violência?

■ Transformações da moral

Dissemos que o sistema moral de cada grupo social é elaborado ao longo do tempo de acordo com os valores reconhecidos por aquele grupo como significativos para a convivência social.

Em um primeiro momento, esses valores são adquiridos pelos indivíduos como uma herança cultural. Cada pessoa assimila, desde a infância, as noções do que é bom e desejável, assim como do que é ruim, desaconselhável ou repugnante. De acordo com esses valores, passará a julgar como bom ou mau seu próprio comportamento e o dos outros.

No entanto, é importante notar que, apesar desse caráter social, a moral tem também um aspecto pessoal, como salientaram vários filósofos. Ou seja, embora herdemos um conjunto estabelecido de normas morais, chega um momento em nossas vidas em que podemos refletir sobre elas, aceitá-las consciente e livremente ou rejeitá-las. Por isso dissemos anteriormente, na comparação entre normas morais e normas jurídicas, que o comportamento moral caracteriza-se essencialmente pela livre escolha do indivíduo. Isso significa que a liberdade é a base, a condição de possibilidade da conduta verdadeiramente moral.



YASUYOSHI CHIBA/AFP

Um exemplo das transformações da moralidade é a Parada do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros). Nessa fotografia de 2012, o evento realizado em São Paulo reuniu cerca de três milhões de pessoas e contou com o apoio de diversas organizações da sociedade civil e autoridades. Décadas atrás um evento como esse seria impensável.

Em sua relação com a sociedade, o indivíduo pode reafirmar e consolidar a moralidade existente. Mas pode também negá-la e, dessa forma, contribuir para a **transformação** dessa moralidade. Assim, podemos caracterizar essa relação entre sociedade e indivíduo como **dialética**, ou seja, de mútua influência entre dois polos:

- de um lado, há um ser singular que é levado pela educação à universalidade expressa nos costumes e normas morais. Isso significa que cada indivíduo assimila os princípios morais concebidos pelos grupos sociais e consolidados até então como próprios do ser humano;
- de outro lado, estão aqueles que, não assimilando passivamente esses princípios, se propõem a examiná-los e questioná-los à luz de novas condições histórico-sociais, podendo então decidir por interferir em sua formulação e acabar transformando as normas e os costumes morais.

■ Piaget: o desenvolvimento da razão e da moral

Essas concepções sobre as transformações da moralidade encontram eco nas análises do epistemólogo e psicólogo da educação suíço **Jean Piaget** (1896-1980), fundador da psicologia genética. De acordo com sua **Teoria Cognitiva**, desde o nascimento o ser humano passa por um processo de desenvolvimento intelectual, afetivo e moral que pode ser dividido em quatro grandes estágios:

- **Estágio sensório-motor** (do nascimento até os 2 anos) – corresponde ao período anterior ao uso da linguagem, quando a criança manifesta esquemas mentais simples, marcados pela associação entre **percepção sensorial** e **ações motoras**, tais como sugar, abrir e fechar a mão, puxar e jogar pequenos objetos, locomover-se etc. Aqui, a criança “tudo relaciona a seu corpo como se ele fosse o centro do mundo, mas um centro que a si mesmo ignora” (PIAGET, *A epistemologia genética*, p. 15). No plano da moralidade, a criança vive o período da **anomia**, isto é, da ausência de normas. É a fase pré-moral, na qual a consciência ainda não é capaz de compreender e aceitar normas morais.
- **Estágio pré-operacional** (dos 2 aos 7 anos) – corresponde ao período em que, gradativamente, a criança começa a empregar a **linguagem**, mas permanece **centrada em si mesma**. Por isso, não consegue manter diálogos efetivos com o outro,

apenas formas de monólogo interior (consigo mesma) ou coletivo (junto com o outro). Ou seja, ela fala consigo ou com outras pessoas sem, no entanto, interagir plenamente com elas. Nesta fase, um cabo de vassoura pode “virar” um cavalo, uma bicicleta, um automóvel e, em seguida, perder todo o significado que lhe havia sido atribuído, transformando-se em uma espada ou em qualquer outra coisa. A criança recusa ter a satisfação de seus desejos adiada, geralmente não gosta de compartilhar brinquedos e resiste às restrições à sua liberdade de agir. No plano moral, a criança começa a entrar no período da **heteronomia**, isto é, da norma externa, que vem de fora, do outro, do adulto. A consciência passa a aceitar algumas normas, mas sem absorvê-las e incorporá-las como atos de compreensão abrangente.

- **Estágio das operações concretas** (dos 7 aos 12 anos) – corresponde ao período em que, com o pensamento ainda guiado por objetos **concretos**, a criança passa do monólogo ao diálogo, a uma troca mais efetiva de ideias com o outro. Às atividades individuais somam-se os esportes coletivos, a criança adquire mais sociabilidade, demonstra maior capacidade para obedecer normas que regulam jogos ou brincadeiras. O desejo de vencer se traduz em competitividade, mas a derrota frequentemente ainda não é aceita e se manifesta em reações de choro, agressividade e raiva. No campo moral, a criança vai **consolidando** o período da **heteronomia**.
- **Estágio das operações formais** (a partir dos 12 anos) – corresponde ao período em que a criança adquire capacidade para dispensar a referência a objetos concretos, passando ao **pensamento formal abstrato**. Isso lhe permite formular hipóteses, pressupor coisas e deduzir sequências de causas e efeitos. Para raciocinar em uma operação de adição, a criança não precisa mais contar seus dedos, pedrinhas, laranjas, maçãs etc. Ocorre então o desenvolvimento do **raciocínio hipotético-dedutivo**, que permitirá ao ser humano pensar além das coisas que estão diante de seus sentidos (visão, audição etc.). A partir daqui, desenvolve-se o pensamento sobre temas complexos e amplos, como os tratados pela arte, ciência e filosofia. Abre-se a porta para o questionamento e a possibilidade de transformações do modo de ser e de viver de um povo em determinados contextos históricos. No plano moral, além de assimilar e compreender as normas externas, a consciência também começa a elaborar códigos de conduta próprios.

KIDSTOCK/GETTY IMAGES



Mulher orienta menina em período importante de construção da moralidade de um indivíduo. O adulto transmite informação junto com valores, e a criança os absorve indiscriminadamente. Na imagem, o que revela a linguagem corporal das duas? Cuidado, insubmissão, poder?

É o surgimento da **autonomia**, da capacidade de fazer escolhas por conta própria. A diferença em relação ao estágio anterior é que “a norma passa a ser refletida, criticada, questionada em sua validade, reinterpretada e redefinida pelos membros do grupo, que pode, inclusive, decidir modificá-la consensualmente” (FREITAG, *Sociedade e consciência* – um estudo piagetiano na favela e na escola, p. 50).

■ Escolhas morais

Vemos, portanto, que as condutas dos indivíduos podem variar entre dois extremos – o do consentimento e o da negação da moral vigente –, constituindo o que podemos chamar **escolhas morais**.

Na escolha moral estão em jogo tanto **fatores objetivos** como **subjetivos**. Os **fatores objetivos** relacionam-se a costumes e normas já estabelecidos, bem como à educação e à cultura em geral. Os **fatores subjetivos**, por sua vez, estão ligados à ideia de liberdade e de responsabilidade pessoal.

Uma primeira possibilidade de escolha é a da **ação moralmente boa** ou **correta**, que ocorre quando o indivíduo assume conscientemente uma

norma moral e a cumpre, reconhecendo-a como legítima. É o caso, por exemplo, de alguém que trata as pessoas de maneira respeitosa, porque entende que todos merecem respeito.

Em oposição a essa opção está a **ação moralmente má** ou **incorreta**, ou seja, aquela que contraria determinada norma moral sem, contudo, contestá-la como norma universal. É como se o indivíduo abrisse uma exceção para agir contra a norma. Por exemplo, uma pessoa fala mal de outra por algum motivo banal, embora reconheça que não gostaria de ser malfalada por outras pessoas.

Outra possibilidade ocorre quando o indivíduo recusa conscientemente uma norma moral por

entendê-la **inadequada** ou **ilegítima**. Essa situação se caracteriza como um **conflito ético**, que aponta para uma ruptura com a moral vigente. É o caso, por exemplo, das mulheres que usaram saias com um comprimento bem menor do que o considerado adequado pela sociedade de seu tempo, confrontando a moral vigente quanto ao grau “permitido” de exposição pública do corpo.

Diferente do conflito ético é a situação de **niilismo ético**, que se caracteriza pela negação radical de todo e qualquer valor moral. O **permissivismo moral**, por sua vez, seria uma versão deteriorada e individualista do niilismo ético, na qual, por trás da negação dos valores vigentes, escondem-se interesses particulares.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Embora sejam usadas muitas vezes como sinônimos, que significados específicos possuem as palavras **moral** e **ética**?
2. Em sua opinião, quais são as grandes questões que a ética procura investigar e responder no mundo de hoje? Comente.
3. Sintetize:
 - a) Em que são semelhantes as normas morais e as normas jurídicas?
 - b) O que as distingue?
 - c) A que campo de estudo pertence cada uma?
4. Procure expressar o que você entendeu da relação entre moral e liberdade, usando os conceitos: consciência moral, juízo, escolha, liberdade.
5. Só faz sentido julgar moralmente a ação de uma pessoa se essa ação foi praticada em liberdade. Comente essa afirmação e dê exemplos.
6. Discorra sobre a virtude e o vício. Analise-os, compare-os e dê exemplos para cada um a partir de seu cotidiano.
7. Como se expressa, no âmbito da moral, a relação dialética entre o indivíduo e a sociedade? Quando ocorrem transformações nas normas morais?
8. Segundo a teoria de Piaget, uma criança com menos de 12 anos está pronta para ser responsabilizada moralmente por suas ações? Justifique sua resposta.
9. Com base nas distinções feitas neste capítulo, analise e compare as seguintes escolhas morais:
 - a) a ação correta e a ação incorreta;
 - b) a ação incorreta e a que expressa conflito ético;
 - c) o niilismo ético e o permissivismo ético.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Liberdade *versus* determinismo

O ser humano é determinado e livre ao mesmo tempo. Determinismo e liberdade não se excluem, mas se complementam. Liberdade é, em parte, a compreensão da necessidade. Você concorda com esse raciocínio? Por quê? Você se sente livre? Reflita sobre esse assunto e elabore uma dissertação sobre ele.

2. Vício ou conflito ético

Hoje em dia, novas práticas, como as da engenharia genética, ou antigas proibições, como o aborto, têm gerado muitas discussões éticas. É possível observar que, na maioria das vezes em que surge uma nova proposta de conduta, aqueles que se opõem a ela a veem como um “mal, vício ou corrupção”. No entanto, passada a fase do “conflito ético”, tal proposta pode se tornar moralmente aceita pela sociedade.

Pesquise o assunto e identifique pelo menos três casos de práticas que foram um dia – ou ainda constituem – conflitos éticos. Depois apresente-os aos colegas e faça seu juízo a respeito de cada caso.

ÉTICA NA HISTÓRIA

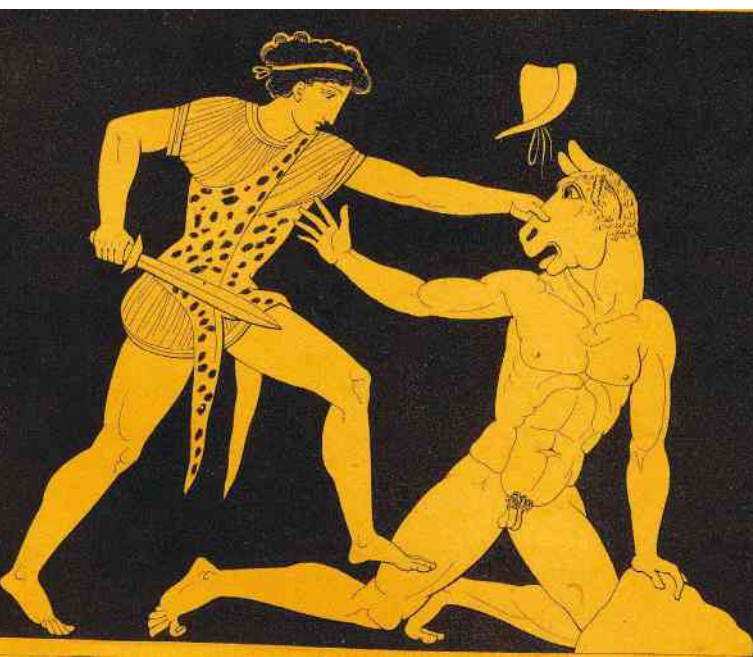
Algumas concepções da filosofia moral

Vejam, de forma resumida, algumas das reflexões éticas que marcaram os grandes períodos históricos. Para isso, retomaremos aspectos do pensamento de alguns filósofos estudados anteriormente. Daremos destaque às concepções de **Aristóteles**, na Antiguidade, **Santo Agostinho**, na Idade Média, e **Immanuel Kant**, na Idade Moderna.

■ Antiguidade: ética grega

A preocupação com os problemas éticos teve início de forma mais sistematizada na época de Sócrates, filósofo também conhecido como “o pai da moral”. Vejamos o que disseram os principais filósofos gregos desse período sobre essa questão.

Os **sofistas** afirmavam que não existem normas e verdades universalmente válidas. Tinham, portanto, uma concepção ética **relativista** ou **subjettivista**.



THE ART ARCHIVE/ALFREDO DAGLI ORTI/APP

Pintura em vaso que retrata o episódio mítico em que o herói ateniense Teseu mata o Minotauro (1813). (Bibliothèque Des Arts Décoratifs, Paris, França.) Os antigos gregos desenvolveram uma ética racionalista na qual a razão deveria prevalecer sobre as paixões e os desejos individuais. O mal, as paixões desenfreadas, a iniquidade, a que os gregos denominavam *hybris*, eram representadas pelas personagens monstruosas que deveriam ser vencidas pelos heróis de sua mitologia.

Ao contrário dos sofistas, **Sócrates** sustentou a existência de um saber universalmente válido, que decorre do conhecimento da **essência humana**, a partir da qual se pode conceber a fundamentação de uma moral universal. E o que é essencial no ser

humano, o que o diferencia dos demais animais? Sua **alma racional**. O ser humano é essencialmente razão. E é na razão, portanto, que devem ser fundamentadas as normas e costumes morais. Por isso, dizemos que a ética socrática é **racionalista**. O indivíduo que age conforme a razão age corretamente.

Platão desenvolveu o **racionalismo ético** iniciado por Sócrates, aprofundando a diferença entre corpo e alma. Argumentava que o corpo, por ser a sede de desejos e paixões, muitas vezes desvia o indivíduo de seu caminho para o bem. Assim, defendeu a necessidade de uma depuração do mundo material para alcançar a **ideia de bem**. Segundo Platão, o ser humano não consegue caminhar em busca da perfeição agindo sozinho. Necessita, portanto, da sociedade, da pólis. No plano ético, o indivíduo bom é também o bom cidadão.

Depois do período clássico grego, o **estoicismo** desenvolveu uma ética baseada na procura da paz interior e no autocontrole individual, fora dos contornos da vida política. Assim, o princípio da ética estoica é a *apatheia* (apatheia), atitude de entendimento de tudo o que acontece, e o amor ao destino (*amor fati*), porque tudo faria parte de um plano superior guiado por uma razão universal que a tudo abrangeria. Desse modo, atingia-se a **ataraxia**, ou imperturbabilidade da alma.

A ética do **epicurismo**, de forma semelhante, defendia a atitude de desvio da dor e procura do prazer espiritual, do autodomínio e a paz de espírito (ataraxia).

Ética do equilíbrio

Aristóteles também desenvolveu uma reflexão ética **racionalista**, mas sem o dualismo corpo-alma platônico. Procurou construir uma ética mais realista, mais próxima do indivíduo concreto. Para tanto, perguntou-se sobre o **fim último** do ser humano. Para o que tendemos? E respondeu: para a **felicidade**. Todos nós buscamos a felicidade.

E o que entende Aristóteles por felicidade? Para o filósofo, a felicidade não se confunde com o simples prazer, o prazer das sensações ou o prazer proporcionado pela riqueza e pelo conforto material. A felicidade última e maior se encontraria na **vida teórica**, que promove o que há de mais essencialmente humano: a **razão**.

O indivíduo que se desenvolve no plano teórico, contemplativo, pode compreender a essência da felicidade e, de forma consciente, guiar sua condu-

ta. Mas isso, no contexto histórico da Grécia antiga, seria privilégio de uma minoria. Segundo o filósofo, a pessoa comum, aquela que não pode se dedicar à atividade teórica, aprenderia a agir corretamente pelo **hábito**, isto é, por meio da prática constante e reiterada de ações.

Assim, agir corretamente seria **praticar as virtudes**. E o que seria a virtude? Em sua obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles explica:

A excelência moral [virtude moral], então, é uma disposição da alma relacionada com a escolha de ações e emoções, disposição esta consistente num meio-termo determinado pela razão. Trata-se de um estado intermediário, porque nas várias formas de deficiência moral há falta ou excesso do que é conveniente tanto nas emoções quanto nas ações, enquanto a excelência moral encontra e prefere o meio-termo. (p. 42)

A **coragem**, por exemplo, seria uma virtude situada entre a **covardia** (a deficiência) e a **temeridade** (o excesso). Assim, o filósofo propôs uma **ética do meio-termo**, na qual a virtude consistiria em procurar o ponto de equilíbrio entre o excesso e a deficiência.

Mas observe que esse ponto de equilíbrio não é fixo, isto é, não pode ser estabelecido de antemão, pois varia de acordo com a **circunstância** ou ocasião (onde, quando, quanto, com quem, com o quê, como etc). Por exemplo: não é exatamente coragem reagir em um assalto a mão armada. Ou seja, não é esse tipo de atitude que garante a excelência moral de uma pessoa. Como explicou Aristóteles:

[...] tanto o medo como a confiança, o apetite, a ira, a compaixão e em geral o prazer e a dor, podem ser sentidos em excesso ou em grau insuficiente; e, num caso como no outro, isso é um mal. Mas senti-los na ocasião apropriada, com referência aos objetos apropriados, para com as pessoas apropriadas, pelo motivo e da maneira conveniente, nisso consistem o meio-termo e a excelência característicos da virtude. (*Ética a Nicômaco*, p. 273.)

Também é importante notar que, tanto em Platão como em Aristóteles, a **ética** estava vinculada à **vida política**. Aristóteles refere-se mesmo à política como um meio da ética, pois, sendo o ser humano, por natureza, um ser sociopolítico, necessitaria da vida em comum para alcançar a felicidade como plenitude de seu bem-estar.

Idade Média: ética cristã

O que diferencia radicalmente a ética cristã da ética grega são dois pontos:

- **abandono da visão mundana** – a ética cristã deixa de lado a ideia de que o fim último da vida humana está neste mundo. Com isso, centrou a busca da perfeição moral no amor a Deus;
- **emergência da subjetividade** – acentuando a tendência já esboçada na filosofia de estoicos e epicuristas, a ética cristã tratou a moral do ponto de vista estritamente pessoal, como uma relação entre **cada indivíduo** e **Deus**, isolando-o de sua condição social e atribuindo à subjetividade uma importância até então desconhecida.

Os filósofos medievais herdaram alguns elementos da tradição filosófica grega, reconfigurando-os no interior de uma ética cristã. **Santo Tomás de Aquino** (século XIII), por exemplo, recuperou da ética aristotélica a ideia de felicidade como **fim último** do ser humano, mas cristianizou essa noção ao identificar **Deus** como a fonte dessa felicidade.

JACQUES DE BACKER/MUSEO NAZIONALE DI CAPODIMONTE, NÁPOLES, ITÁLIA



Os sete pecados capitais: ganância (c. 1595) – Jacques de Backer. Para o catolicismo, os sete vícios principais do ser humano são: soberba (ou vaidade), ganância (ou avareza), luxúria, ira, gula, inveja e preguiça. Na ganância ou avareza – representada na imagem acima – dá-se mais importância aos bens materiais que aos espirituais, o que constituiria uma inversão grave dos valores cristãos.

Ética do livre-arbítrio

Santo Agostinho (354-430) transformou a ideia de depuração da alma da filosofia de Platão na ideia da necessidade de **elevação ascética** para compreender os desígnios de Deus. Também a ideia da imortalidade da alma, presente em Platão, foi retrabalhada pelo filósofo sob a perspectiva cristã.

Mas a ética agostiniana destaca-se por outro conceito. Ao tentar explicar como pode existir o mal se tudo vem de Deus – e Deus é bondade infinita –, Santo Agostinho introduziu a ideia de liberdade como **livre-arbítrio**, isto é, a noção de que cada indivíduo tem a possibilidade de escolher como agir, de acordo com sua própria vontade. Portanto, pode optar livremente por aproximar-se de Deus ou por afastar-se Dele. O afastamento de Deus seria o mal, de acordo com o filósofo (veja a esse respeito o capítulo 13).

Isso significa que, com a noção de livre-arbítrio, de escolha individual, Agostinho acentuou o papel da subjetividade humana nas coisas do mundo. O livre-arbítrio seria o meio pelo qual o ser humano exerce sua liberdade, que consiste em escolher entre o bem e o mal. De outro lado, esse conceito esvaziou a noção grega de liberdade como possibilidade de realização plena dos indivíduos em seu meio social. Em outras palavras, diminuiu a importância da dimensão social da liberdade, e esta passou a ter um caráter mais pessoal, subjetivo, individualista.

Idade Moderna: ética antropocêntrica

Com o final da Idade Média, marcado pelo Renascimento, o ser humano torna-se novamente o centro de interesse por meio do **humanismo**, conforme vimos no capítulo 14. No terreno da reflexão ética, esse fato orientou uma nova concepção moral, centrada na **autonomia humana**.

No **Iluminismo**, essa orientação fica mais evidente, pois os filósofos passam a defender a ideia de que a moral deve ser fundamentada não mais em valores religiosos, e sim naqueles oriundos da compreensão do que é a **natureza humana**.

A concepção mais expressiva do período moderno a respeito da natureza humana é a de uma **natureza racional**, que encontra em Kant sua formulação mais bem-acabada.

Ética do dever

Em seus textos *Crítica da razão prática* e *Fundamentação da metafísica dos costumes*, o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) aponta a razão humana como uma **razão legisladora**, capaz de elaborar normas universais, uma vez que constitui um predicado universal dos seres humanos, isto é, uma capacidade comum a todos. As normas morais teriam, portanto, sua origem na razão.

Embora, em Kant, as normas morais devam ser obedecidas como deveres, a noção kantiana de **dever** confunde-se com a própria noção de **liber-**

dade. Isso ocorre porque, em seu pensamento, o indivíduo que obedece a uma norma moral atende à liberdade da razão, ou seja, àquilo que a razão, no uso de sua liberdade, determinou como correto. Dessa forma, a sujeição à norma moral é o reconhecimento de sua legalidade, conferida pelos próprios indivíduos racionais.

Kant reforça essa ideia ao dizer que um ato só pode ser considerado moral quando praticado de forma autônoma, consciente e **por dever**. Com isso, acentua o reconhecimento do dever como uma expressão da racionalidade humana, única fonte legítima da moralidade. A clareza dessa ideia é assim expressa pelo filósofo:

Age apenas segundo uma máxima [um princípio] tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal. (Fundamentação da metafísica dos costumes, p. 59.)

Essa exigência é denominada por Kant de **imperativo categórico**, ou seja, é uma determinação imperativa, que deve ser observada sempre, em toda e qualquer decisão ou ato moral que venhamos a praticar. Em outras palavras, o filósofo quer dizer que nossa ação deve ser tal que possa ser universalizada, ou seja, realizada por todos os outros indivíduos sem prejuízo para a humanidade. Se não puder ser universalizada, não será moralmente correta e só acontecerá como **exceção**, nunca como regra. Vejamos como Kant se expressa a esse respeito:

Se prestarmos atenção ao que se passa em nós mesmos sempre que transgredimos qualquer dever, descobriremos que na realidade não queremos que a nossa máxima se torne lei universal, porque isso nos é impossível; o contrário dela é que deve universalmente continuar a ser lei; nós tomamos apenas a liberdade de abrir nela uma exceção para nós. (Fundamentação da metafísica dos costumes, p. 63.)

E por que realizamos atos contrários ao dever e, portanto, contrários à razão? Kant dirá que é porque nossa vontade é também afetada pelas **inclinações** – que são os desejos, as paixões, os medos –, e não apenas pela razão. Por isso ele afirma que devemos educar a vontade para alcançar a **boa vontade**, que seria aquela guiada unicamente pela razão.

Em resumo, a ética kantiana é uma ética **formal** ou **formalista**, pois postula o dever como norma **universal**, sem se preocupar com a condição individual, em que cada um se encontra diante desse dever. Em outras palavras, Kant nos dá a **forma** geral da ação moralmente correta (o imperativo categórico), mas não diz nada acerca de seu **conteúdo**, não diz o que devemos fazer em cada situação concreta.



ANGELI - FOLHA DE S. PAULO 11/12/2008

Os chamados **direitos humanos** sintetizam os valores considerados fundamentais pelas sociedades ocidentais contemporâneas – pelo menos em teoria, como parece querer dizer a charge acima.

CONEXÕES

3. A Declaração dos Direitos Humanos, do século XVIII, expressa que “todos os homens são iguais perante a lei”. Declara também que devem ser garantidas ao ser humano as liberdades de expressão, de reunião e de pensamento. Com base nisso, o que causa o efeito cômico na imagem acima? Relacione sua resposta à filosofia moral de Kant.

Idade Contemporânea: ética do indivíduo concreto

A reflexão ética na Idade Contemporânea (séculos XIX e XX) desdobrou-se em uma série de concepções distintas acerca do que seja a moral e sua fundamentação. Seu ponto comum é a **recusa** de uma **fundamentação exterior, transcendental** para a moralidade, centrando no **indivíduo concreto** a origem dos valores e das normas morais.

Um dos primeiros passos na formulação de uma ética do indivíduo concreto foi dado por Hegel, em sua crítica ao formalismo de Kant.

Fundamentação histórico-social

Como diversos autores contemporâneos, o filósofo alemão Friedrich Hegel (1770-1831) questionou o **formalismo** da ética kantiana. Para ele, ao não levar em consideração a história e a relação do indivíduo com a sociedade, a ética de Kant não

apreende os conflitos reais existentes nas decisões morais. Kant teria considerado a moral apenas como uma questão pessoal, íntima e subjetiva, na qual o sujeito deve se decidir entre suas inclinações (desejos, medos etc.) e sua razão.

De acordo com Hegel, portanto, a moralidade assume conteúdos diferenciados ao longo da **história das sociedades**, e a vontade individual seria apenas um dos elementos da vida ética de uma sociedade em seu conjunto. A moral seria o resultado da relação entre o indivíduo e o conjunto social. E em cada momento histórico a moral se manifestaria tanto nos códigos normativos como, implicitamente, na cultura e nas instituições sociais. Desse modo, Hegel vinculou a ética à **história** e à **sociedade**.

OLIVER MORIN/AFP



Vestindo véu, a atleta Woroud Sawalha correu, pela Palestina, os 800 metros nos Jogos Olímpicos de 2012, em Londres. Será que existem “formas corretas” de vestir-se em cada situação? Ela não deveria ter usado o véu?

Fundamentação ideológica

O filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) entendia a moral como uma **produção social** que atende a determinada **demand**a da sociedade. E essa demanda deve contribuir para a **regulação** das relações sociais.

Como as relações sociais se transformam ao longo da história, transformam-se também os indivíduos e as moralidades que regulam essas relações. Isso quer dizer que Marx compreende a moral como uma **forma de consciência** própria a cada momento do desenvolvimento da **existência social**.

Assim, os valores que fundamentam as normas morais derivam da existência social e, portanto, não são absolutos, não valem de forma universal para todos os indivíduos e para todos os tempos.

A liberdade, por exemplo, embora seja um valor universal, teve interpretações diferenciadas ao longo da história.

É justamente com base no conceito de liberdade que Marx mostra como os valores morais, que são concebidos em meio a determinada forma de existência social, também **refletem** essa existência. De acordo com a Declaração dos Direitos do Homem, do final do século XVIII, a liberdade é o poder que o indivíduo tem de fazer tudo que não prejudique os direitos dos outros, tomando-os como iguais perante a lei e ignorando a diferença social entre eles. Na análise do filósofo, esse sentido de liberdade, forjado pela modernidade, reflete a existência de indivíduos isolados, competitivos, ou seja, formados por uma sociabilidade que estimula a competitividade e a concorrência como valores.

Assim, a moral seria, para Marx, uma das formas assumidas pela **ideologia** dominante em uma sociedade, pois difunde determinados valores que são necessários à manutenção dessa sociedade. O filósofo procurou mostrar, portanto, que toda moral tem uma **fundamentação ideológica** (se necessitar, reveja o tema da ideologia, estudado no capítulo 7).

Ética discursiva

Outra busca de respostas e fundamentação para uma ética contemporânea desenvolveu-se no campo da análise da linguagem.

O filósofo alemão Jürgen Habermas (1929-) é um dos maiores representantes dessa corrente, com sua **ética discursiva**, ou seja, fundada no **diálogo** e no **consenso** entre os sujeitos. O que se buscaria nesse diálogo é a razão que, tendo sido reconhecida pelos participantes do diálogo, serviria como fundamentação última para a ação moral.

Como vimos anteriormente (no capítulo 17), o conceito de **razão** em Habermas não é o mesmo do Iluminismo. Trata-se de uma **razão comunicativa**, que não existe pronta nem acabada, mas que se constrói a partir de uma argumentação que leva a um entendimento entre os indivíduos. É uma razão **interpessoal** e não subjetiva; é uma razão **processual** e não definitiva e acabada.

Para que essa argumentação leve a um entendimento real entre os indivíduos, é necessário que o diálogo seja um **diálogo livre**, sem constrangimentos de qualquer ordem, e que o convencimento se dê a partir de argumentos válidos e coerentes.

A ética discursiva de Habermas é, portanto, uma aposta na linguagem e na capacidade de entendimento entre as pessoas na busca de uma **ética democrática e não autoritária**, baseada em valores consensualmente aceitos e validados.

A grande questão que permanece em relação a essa proposta ética é quanto às condições de realização de um diálogo livre e igualitário na sociedade de hoje, marcada pela desigualdade e pelo constrangimento.

PAULA BRONSTEIN/GETTY IMAGES



Campo de refugiados de Yida, Sudão do Sul (2012). O que temos que ver com isso? Para o filósofo australiano contemporâneo Peter Singer, “Devemos considerar as consequências tanto do que fazemos como do que decidimos não fazer. [...] o sofrimento dessas crianças, ou de seus pais, é tão terrível como nossa própria dor em situação semelhante; portanto não podemos fugir à responsabilidade por esse sofrimento pelo fato de que não tenhamos sido seus causadores. Onde tantos passam tanta necessidade, viver indulgentemente na luxúria não é moralmente neutro, e não basta que não tenhamos matado ninguém para que nos tornemos cidadãos decentes do mundo”. (*Writings on ethical life*, p. xvi; tradução nossa.)

Carta da Terra

Quais serão os parâmetros éticos do século XXI?

Nos primeiros anos deste século, sob os auspícios da ONU, foi elaborada por uma comissão internacional de estudiosos a **Carta da Terra**, documento que pretende ser um código ético planetário, capaz de orientar pessoas e povos do mundo em busca de um desenvolvimento sustentável. Transcrevemos a seguir o preâmbulo dessa Carta, no qual se destacam valores éticos como a integridade ecológica, a justiça social e econômica, a democracia e a paz.

Preâmbulo

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo se torna cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a esse propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, para com a grande comunidade da vida e para com as futuras gerações.

Terra, nosso lar

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos os seus sistemas ecológicos, de uma rica variedade de plantas e animais, de solos férteis, de águas puras e de ar limpo. O meio ambiente global, com seus recursos finitos, é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, da diversidade e da beleza da Terra é um dever sagrado.

A situação global

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma maciça extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

Desafios para o futuro

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções incluídas.

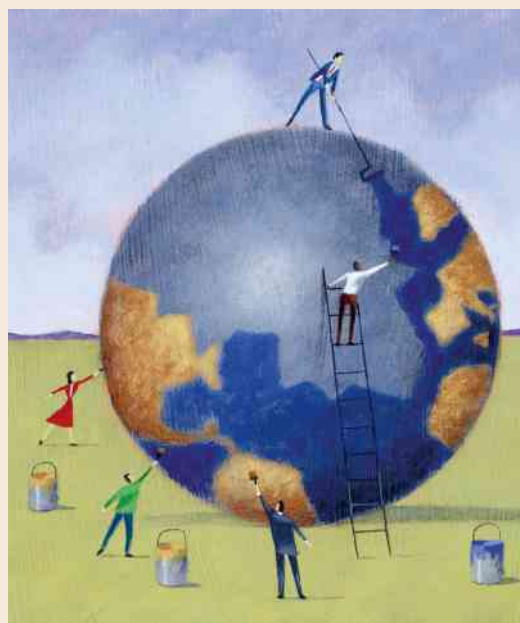
Responsabilidade universal

Para realizar essas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre, bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões local e global estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida e com humildade, considerando o lugar que ocupa o ser humano na natureza.

Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, pelos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos e instituições transnacionais será guiada e avaliada.”

Disponível em: <<http://people.ufpr.br/ndga.pcu/Carta%20da%20Terra.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

Se cada pessoa, cidade ou país fizer a sua parte, é bem provável que o mundo melhore. Como assinalou o filósofo irlandês Edmund Burke (1729-1797), ninguém comete erro maior do que não fazer nada porque só pode fazer pouco, pois tudo o que é necessário para o triunfo do mal é que as pessoas nada façam.



IMAGES.COM/CORBIS/FOTORENA

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

10. Por que a ética do período clássico grego é considerada racionalista? Justifique com exemplos das concepções éticas dos filósofos desse período.
11. Aristóteles explicava a virtude como o meio-termo entre dois vícios. Com base nessa afirmação, explique a ética aristotélica.
12. Por que a ética do período medieval é chamada de cristã? Quais são os aspectos que a caracterizam como cristã e que a diferenciam da ética grega?
13. Para Santo Agostinho, a virtude é o bom uso da liberdade de escolha, do livre-arbítrio. Com base nessa afirmação, explique a ética agostiniana.
14. Por que a ética da Idade Moderna pode ser considerada uma ética antropocêntrica? Vincule sua resposta a uma interpretação da seguinte frase de Voltaire, um filósofo desse período, em seu *Tratado de metafísica* (cap. 9): “Ser desprezado por aqueles com quem se vive é coisa que ninguém pôde e jamais poderá suportar. Talvez seja esse o maior freio que a natureza tenha posto nas injustiças dos homens”.
15. Para Kant, a virtude é a força das máximas do indivíduo na realização de seu dever. Com base nessa afirmação, explique a ética kantiana.
16. Desde o início do período contemporâneo, a reflexão ética radicalizou a recusa de uma fundamentação transcendental para a moralidade. Seu ponto de partida passou a ser não o ser humano ideal, mas o indivíduo concreto e social, com suas necessidades, desejos, limitações e aberturas. Sintetize como se expressa essa tendência nas concepções éticas dos seguintes filósofos:
 - a) Hegel;
 - b) Marx;
 - c) Habermas.

CONVERSA FILOSÓFICA

3. Ética global

“Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. [...] Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz.” (Preâmbulo da Carta da Terra).

Que momento crítico é esse? Você sente que pode escolher o seu futuro? Você acredita que sua escolha pode afetar o futuro do mundo? Está disposto ou disposta a somar forças com o resto da humanidade? Como? Você acredita nos princípios propostos pela Carta da Terra? Por quê? Reflita sobre todas essas perguntas e discuta sua opinião e suas sugestões com colegas.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UFMG) Leia estes quadrinhos. Kant estabelece que as ações das pessoas, para serem realmente éticas, devem pautar-se no seguinte princípio, denominado imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.” (Kant. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 224.)

Redija um texto, relacionando as declarações do garoto Calvin ao imperativo categórico kantiano. Justifique sua resposta.



Sessão cinema

Abril despedaçado (2001, Brasil/França/Suíça, direção de Walter Salles)

No sertão brasileiro, duas famílias brigam pela posse da terra, perpetuando um ciclo de vingança e violência, mas ao receber ordens de seu pai para vingar a morte do irmão mais velho, Tonho começa a romper com essa tradição arcaica.

A língua das mariposas (1999, Espanha, direção de José Luis Cuerda)

Durante o período de perseguições aos adversários do fascismo na Espanha, garoto vive importante ano de sua vida: começa a frequentar a escola, tem um ótimo professor e faz muitos amigos. O prazer próprio da idade do garoto, bem como o medo, a violência e a traição são alguns dos ingredientes deste drama.

Central do Brasil (1998, Brasil, direção de Walter Salles Jr.)

Trata da amizade entre uma mulher e um menino em busca de seu pai. Partindo da apatia e da indiferença moral que caracteriza o Brasil de hoje, destaca a importância dos atos individuais no resgate da cidadania.

Em um mundo melhor (2009, Dinamarca/Suécia, direção de Susanne Bier)

Médico vive entre dois mundos diferentes: sua casa na Dinamarca e seu trabalho em um campo de refugiados na África. Nesses cenários, ele e sua família têm de fazer escolhas difíceis.

O labirinto do fauno (2006, Espanha, dirigido por Guillermo del Toro)

Uma garota apaixonada por contos de fadas vai morar com sua mãe e seu padrasto. Certa noite, é levada a um fauno (ser mitológico dos bosques, metade homem, metade cabra), que lhe propõe uma série de desafios.

Leia com atenção os três blocos de textos que seguem, nos quais estão expressas concepções diferentes sobre a liberdade. Pesquise os autores e depois responda às questões propostas.

1. O determinismo

Os homens não são maus, mas submissos aos seus interesses... Portanto, não é da maldade dos homens que é preciso se queixar, mas da ignorância dos legisladores, que sempre colocaram o interesse particular em oposição ao geral. [...] Até hoje, as mais belas máximas morais não conseguiram produzir nenhuma mudança nos costumes das nações. Qual é a causa? É que os vícios de um povo estão, se ousar falar, sempre escondidos no fundo da legislação. Na Nova Orleans, as princesas podem, quando elas se cansam de seus maridos, repudiá-los para se casarem com outros. Neste lugar, não encontramos mulheres falsas, porque elas não têm nenhum interesse em ser falsas.

HELVETIUS, em MARX e ENGELS, *Sagrada família*, p. 130.

2. A relação entre liberdade e determinismo

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.

MARX, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, p. 329.

3. A liberdade

Dostoiévski escreveu: “Se Deus não existisse, tudo seria permitido”. Aí se situa o ponto de partida do existencialismo.

Com efeito, tudo é permitido se Deus não existe; fica o homem, por conseguinte, abandonado, já que não encontra em si, nem fora de si, uma possibilidade a que se apegue. Antes de mais nada, não há desculpas para ele.

Se, com efeito, a existência precede a essência, não será nunca possível referir uma explicação a uma natureza humana dada e imutável; por outras palavras, não há determinismo, o homem é livre, o homem é liberdade.

Se, por outro lado, Deus não existe, não encontramos diante de nós valores ou imposições que nos legitimem o comportamento. Assim, não temos nem atrás de nós nem diante de nós, no domínio luminoso dos valores, justificações ou desculpas. Estamos sós e sem desculpas.

É o que traduzirei dizendo que o homem está condenado a ser livre. Condenado porque não se criou a si próprio; e, no entanto, livre porque, uma vez lançado ao mundo, é responsável por tudo quanto fizer.

O existencialista não crê na força da paixão. Não pensará nunca que uma bela paixão é uma torrente devastadora que conduz fatalmente o homem a certos atos e que, por conseguinte, tal paixão é uma desculpa. Pensa, sim, que o homem é responsável por essa sua paixão.

O existencialista não pensará também que o homem pode encontrar auxílio num sinal dado sobre a Terra, e que o há de orientar; porque pensa que o homem decifra ele mesmo esse sinal como lhe aprouver.

Pensa, portanto, que o homem, sem qualquer apoio e sem qualquer auxílio, está condenado a inventar o homem.

SARTRE, *O existencialismo é um humanismo*, p. 9.

1. Destaque, no texto do primeiro bloco, as ideias que podem ser consideradas defesas do determinismo absoluto nas ações humanas.
2. Destaque, no segundo bloco, as ideias que podem ser consideradas defesas da existência de uma relação dialética entre liberdade e determinismo nas ações humanas.
3. Destaque, no texto do terceiro bloco, as ideias que podem ser consideradas defesas da liberdade absoluta nas ações humanas.

Capítulo 19

ERICH LESSING/ALBUM/LATINSTOCK

▼ Observe os detalhes dessa obra. Que elementos simbólicos de cada virtude você consegue identificar? São importantes essas qualidades para que um político ou governante desempenhe bem seu papel? Qual é esse papel?



Detalhe de *Alegoria do bom governo* (c. 1340) – Ambrogio Lorenzetti. Temos o rei ao centro, escoltado a cada lado pelas seis virtudes que acompanham um bom governo: da esquerda para a direita, a Paz, a Fortaleza, a Prudência, a Magnanimidade, a Temperança e a Justiça.

A política

Vamos agora focalizar as ações e relações que conformam o corpo social ou político, um tema muito importante para compreendermos nosso papel como cidadãos. Todo mundo nasce em uma sociedade organizada em instituições, mas você já parou para pensar sobre como tudo isso começou e por que as coisas são assim? Você está satisfeito com o mundo ou gostaria de mudá-lo? É assim que entramos no campo da política.

Questões filosóficas

- ▼ O que é poder?
- ▼ O que é Estado?
- ▼ Qual é a melhor forma de organização política?
- ▼ Qual é a relação entre política e ética?

Conceitos-chave

política, Estado, poder, coercibilidade, liberalismo, força produtiva, classe social, sociedade civil, partido político, regime político, liberdade, democracia, ditadura, movimentos sociais, minorias sociais, aristocracia, rei-filósofo, animal político, bem comum, direito divino, príncipe virtuoso, lógica do poder, teoria contratualista, estado de natureza, estado de guerra, contrato social, Estado liberal, Executivo, Legislativo, Judiciário, vontade geral, exploradores e explorados

POLÍTICA

Bem comum ou exercício do poder?

O que é política? Começemos nossa investigação buscando o significado básico dessa palavra. O termo **política** vem do grego *politeía* (que, por sua vez, deriva de *polis*, “cidade-Estado”) e designa, desde a Antiguidade, o campo da atividade humana que se refere à cidade, ao Estado, à administração pública e ao conjunto dos cidadãos. Refere-se, portanto, a uma área específica das relações existentes entre os indivíduos de uma sociedade.

Desse modo, se queremos entender o **fenômeno político**, devemos começar estudando as características que o distinguem dos demais **fenômenos sociais** e analisando as instituições e as práticas das sociedades políticas existentes. Depois, poderemos também conjecturar sobre a melhor maneira de construir politicamente as sociedades futuras.

Disso se ocupou boa parte dos filósofos, o que deu origem ao campo de reflexão conhecido como **filosofia política**. Integram a temática básica da filosofia política as investigações em torno do poder, do Estado, dos regimes políticos e formas de governo, além das questões sobre a participação dos cidadãos na vida pública e a liberdade política, entre outras. Veremos a seguir um pouco disso tudo.

Conceitos de política

A obra *Política*, de Aristóteles, é considerada um dos primeiros tratados sistemáticos sobre a arte e a ciência de governar a **pólis** e, portanto, da filosofia política. Foi devido, em grande medida, a essa obra clássica que o termo **política** se firmou nas línguas ocidentais.

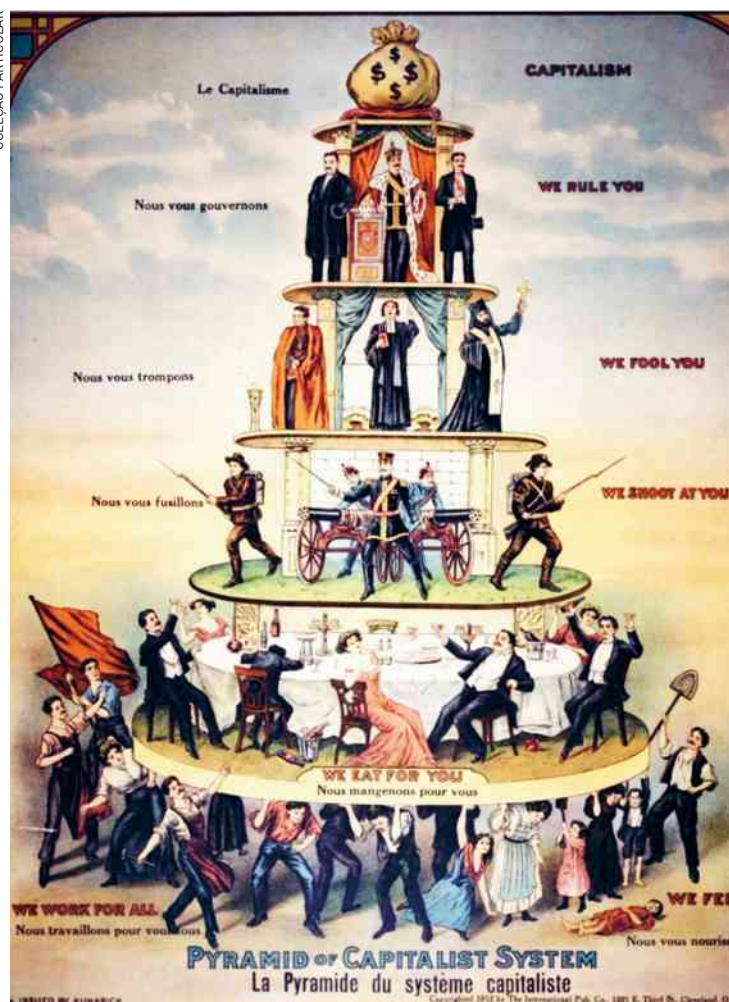
Aristóteles entendia a política como uma “continuação” da ética, só que aplicada à **vida pública**. Assim, depois de refletir, em *Ética a Nicômaco*, sobre o modo de vida que conduz à felicidade humana, o filósofo investigou em *Política* as **instituições públicas** e as **formas de governo** capazes de propiciar uma maneira melhor de viver em sociedade. Aristóteles considerava essa investigação fundamental, pois, para ele, a cidade (a pólis) constitui uma criação natural e o ser humano também é, por natureza, um **animal social e político**.

O **conceito grego** de política como esfera de realização do **bem comum** tornou-se clássico e permanece até nossos dias, mesmo que seja como um ideal a ser alcançado.

Por sua vez, o **conceito moderno** de política – conforme assinalou o filósofo político italiano Norberto Bobbio (1909-2004) – está estreitamente ligado ao de **poder**. Essa ligação é enfatizada na célebre definição dada pelos cientistas políticos Harold Dwight Lasswell e Abraham Kaplan em sua obra *Poder e sociedade*, segundo a qual a política é o processo de formação, distribuição e exercício do poder.

Sendo o poder um tema central da discussão política moderna e contemporânea, os estudos nessa área geralmente se iniciam com uma análise do fenômeno do poder.

COLEÇÃO PARTICULAR



Pirâmide do sistema capitalista (1911). Ilustração crítica publicada no jornal de uma união operária estado-unidense (a IWW – *Industrial Workers of the World*). De baixo para cima, em cada nível, temos os seguintes dizeres: 1. “Trabalhamos por todos” e “Alimentamos a todos”; 2. “Comemos por vocês”; 3. “Atiramos em vocês”; 4. “Enganamos vocês”; 5. “Mandamos em vocês”. No último patamar está o dinheiro (o capitalismo). Como se distribui o poder de acordo com essa alegoria?

■ Fenômeno do poder

O que é poder? A palavra **poder** vem do latim *potere, posse*, “poder, ser capaz de”. Refere-se fundamentalmente à faculdade, capacidade, força ou recurso para produzir certos efeitos. Assim, dizemos: o poder da palavra, o poder do remédio, o poder da polícia, o poder da imprensa, o poder do presidente.

Talvez com base no sentido etimológico da palavra, o filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1970) tinha definido o poder como **a capacidade de fazer os demais realizarem aquilo que queremos**. Assim, o indivíduo que detém essa capacidade – ou **meios** – tem a faculdade de exercer determinada influência ou domínio sobre o outro e, por seu intermédio, alcançar os efeitos que desejar.

O fenômeno do poder costuma ser dividido em duas categorias: o poder do **ser humano sobre a natureza** e o poder do **ser humano sobre outros seres humanos**. Frequentemente, essas duas categorias de poder estão juntas e se complementam.

A filosofia política investiga o poder do ser humano sobre outros seres humanos, isto é, o **poder social**, embora também se interesse pelo poder sobre a natureza, uma vez que essa categoria de domínio igualmente se transforma em instrumento de poder social.

■ Formas de poder

Assim, voltando à definição de poder, se levarmos em conta o **meio** do qual o indivíduo se serve para conseguir os efeitos desejados, podemos destacar três formas básicas de poder social, conforme a análise de Norberto Bobbio:

- **poder econômico** – é aquele que utiliza a posse de **bens** socialmente necessários para induzir os que não os possuem a adotar certos comportamentos, por exemplo: realizar determinado trabalho;
- **poder ideológico** – é aquele que utiliza a posse de certas **ideias, valores, doutrinas** para influenciar a conduta alheia, induzindo as pessoas a determinados modos de pensar e agir;
- **poder político** – é aquele que utiliza a posse dos **meios de coerção social**, isto é, o uso da força física considerada legal ou autorizada pelo **direito** vigente na sociedade.

O que essas três formas de poder apresentam em comum?

[...] elas contribuem conjuntamente para instituir e manter **sociedades de desiguais** divididas em

fortes e fracos, com base no poder político; em ricos e pobres, com base no poder econômico; em sábios e ignorantes, com base no poder ideológico. Genericamente, em superiores e inferiores. (BOBBIO, *Estado, governo, sociedade*, p. 83; destaque nosso.)

O poder econômico preocupa-se em garantir o domínio da riqueza controlando a organização das **forças produtivas** (por exemplo: o tipo de produção e o alcance de consumo das mercadorias). O poder ideológico preocupa-se em garantir o domínio sobre o saber (conhecimentos, doutrinas, informações) controlando a organização do **consenso social** (por exemplo: os meios de comunicação de massa – televisão, jornais, rádios, revistas etc.). O poder político preocupa-se em garantir o domínio da força institucional e jurídica controlando os **instrumentos de coerção social** (por exemplo: forças armadas, órgãos legislativos, órgãos de fiscalização, polícia, tribunais etc.).



WANG JIANWEI/XINHUA/AFP

Julgamento de um adolescente por assassinato em um tribunal chinês, em 2012, que terminou com sua condenação à prisão perpétua. As instituições judiciárias, com seus instrumentos disciplinares e coercitivos, são instrumentos importantes para a manutenção do poder político. Que tipo de impressão ou sentimento inspira a cena de um tribunal, como na imagem acima?

Desses três poderes (econômico, político e ideológico), qual seria o principal, o mais eficaz? Para Bobbio, é o poder político, cujo meio específico de atuação consiste na possibilidade de utilizar a força física legalizada para condicionar comportamentos. Assim,

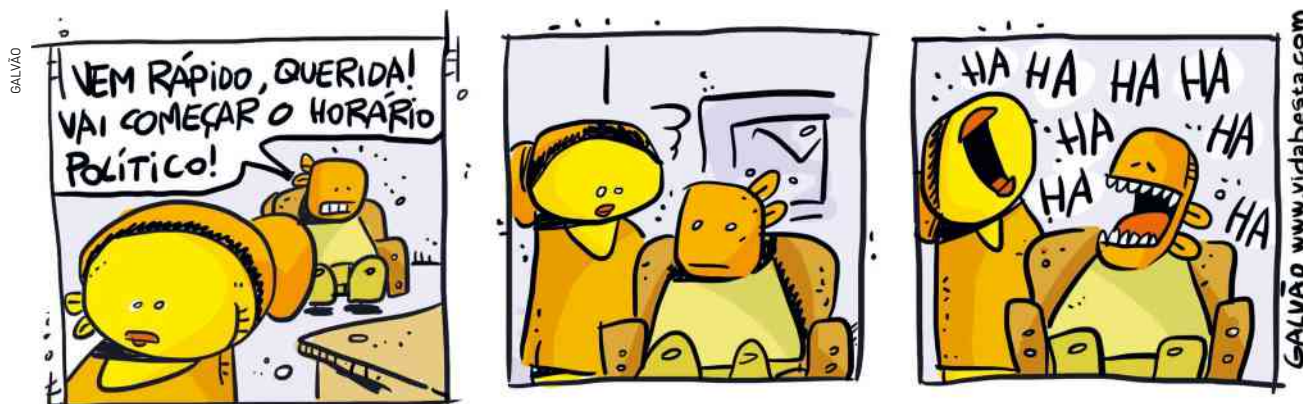
[...] o poder político é, em toda sociedade de desiguais, o poder supremo, ou seja, o poder ao qual todos os demais estão de algum modo subordinados (BOBBIO e OUTROS, *Dicionário de política*, p. 995-996).

[...] o poder político é [...] o sumo poder, isto é, o poder cuja posse distingue em toda sociedade o grupo dominante. De fato, o poder coativo [que coage, obriga pela

força] é aquele de que todo grupo social necessita para defender-se de ataques externos ou para impedir a própria desagregação interna. (BOBBIO, *Estado, governo, sociedade*, p. 83.)

Bobbio desenvolve o argumento de que o poder econômico é fundamental para que o mais rico subordine o mais pobre, assim como o poder ideológico é necessário para conquistar a adesão da maioria

das pessoas aos valores do grupo dominante. No entanto, só o uso do poder político, da força física legalizada, serve, em casos extremos, para impor e garantir determinada ordem social. E nas relações entre dois ou mais grupos poderosos, em termos econômicos ou ideológicos, o instrumento decisivo na imposição da vontade é a guerra, que consiste no recurso extremo do poder político.



A política deveria ser, como Platão propôs, uma atividade elevada e nobre, marcada pela generosidade e pela busca do bem comum. No entanto, há muito que a classe política vem perdendo a admiração e o respeito das pessoas, como indica a charge acima. O que tem levado a isso?

CONEXÕES

1. Comente o humor crítico contido nessa tirinha. Você tem a mesma percepção do casal a respeito da política? Essa percepção é comum? Por quê? Você acha isso bom?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Sintetize e compare os conceitos antigo e moderno de política.
2. Poder é a posse dos meios que levam à produção de efeitos desejados. Explique essa afirmação.
3. Comente a afirmação de Norberto Bobbio de que o poder político é o poder supremo em uma sociedade de desiguais.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Interesse público e interesse privado

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. (HOLANDA, *Raízes do Brasil*, p. 159 e 160.)

Dependendo do uso que se faz do poder político, podemos distinguir a ação política voltada ao interesse público e a ação política voltada aos interesses particulares ou privados.

Pesquise o que é interesse público e interesse particular. Depois, reflita sobre que tipo de ação política é, em sua opinião, mais dominante na prática social brasileira e por quê. Qual é a posição do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) a esse respeito, contida no texto acima? Por último, debata sobre esse tema com colegas, ilustrando sua argumentação com exemplos.

ESTADO

A instituição que detém o poder político

Vejamos agora uma das mais complexas instituições sociais criadas e desenvolvidas pelo ser humano ao longo da história: o Estado.

O termo Estado deriva do latim *status* (“estar firme”) e significa a permanência de uma situação de convivência humana ligada à sociedade política (cf. DALLARI, *Elementos de teoria geral do Estado*, p. 51).

Muitos estudiosos procuraram compreender a realidade do Estado, mas foi o pensador alemão **Max Weber** (1864-1920) quem elaborou uma das conceituações mais conhecidas e debatidas entre os estudiosos do assunto. Podemos simplificá-la nos seguintes termos: Estado é a instituição política que, dirigida por um **governo soberano**, reivindica o **monopólio do uso legítimo da força física** em determinado **território**, subordinando os membros da **sociedade** que nele vivem (cf. WEBER, *Ciência e política*, p. 56).

■ Origem do Estado

Como se formou o Estado? E por quê? As circunstâncias específicas que deram origem à formação do Estado nas diversas sociedades humanas é um tema de difícil verificação, embora tenha despertado muita especulação ao longo da história da filosofia política, conforme veremos adiante.

Para a maioria dos autores, o Estado nem sempre existiu. Sabe-se que diversas sociedades, do passado e do presente, organizaram-se sem essa instituição. Nelas, as funções políticas não estavam claramente definidas e formalizadas em determinada instância de poder.

No entanto, em dado momento da história da maioria das sociedades, com o aprofundamento da divisão social do trabalho, certas funções político-administrativas e militares acabaram sendo assumidas por um **grupo específico** de pessoas. Esse grupo passou a **deter o poder** de impor normas à vida coletiva. Assim teria surgido o governo, por meio do qual foi se desenvolvendo o Estado.

■ Função do Estado

E para que se desenvolveu o Estado? Qual seria sua função na sociedade?

Não existe consenso sobre essa questão, embora muitas respostas já tenham sido dadas. Mas podemos destacar duas, que representam



“Barões ladrões da Idade Média, barões ladrões de hoje” são as palavras desse cartum sobre a repetição da história (1889) – Samuel Ehrhardt. Relacionando economia e poder, o artista apresenta de forma caricatural o problema dos trustes ou monopólios, sua relação com as políticas de proteção tarifária e seus efeitos sobre a população. Explore os detalhes da imagem. Qual é a posição política desse cartum?

concepções opostas: uma é fornecida pela **corrente liberal**, e a outra, pela **corrente marxista**.

Concepção liberal

A corrente liberal centra sua análise em **qual deve ser** a função do Estado. Assim, de acordo com o liberalismo, o Estado deve agir como **mediador** dos conflitos entre os diversos grupos sociais, enfrentamentos inevitáveis aos indivíduos. O Estado deve promover a conciliação dos grupos sociais, amenizando os choques dos setores divergentes para evitar a desagregação da sociedade. Sua função é, portanto, alcançar a **harmonia** entre os grupos rivais, preservando os **interesses do bem comum**.

Entre os pensadores liberais clássicos destacam-se os iluministas **John Locke** e **Jean-Jacques Rousseau**, cujas concepções políticas veremos adiante.

Concepção marxista

A corrente marxista centra sua análise em **qual tem sido** a função do Estado. Por isso afirma que o Estado **não é** um simples mediador de grupos rivais, isto é, daqueles que protagonizam a luta de classes, conforme a terminologia marxista. É uma instituição que interfere nessa luta de modo parcial, quase sempre tomando partido das **classes sociais dominantes**. Portanto, sua função é garantir o domínio de classe.

Isso ocorre devido a sua origem. Nascido dos conflitos de classes, o Estado tornou-se a instituição controlada pela classe mais poderosa, a classe dominante. Assim,

[...] na maior parte dos Estados históricos, os direitos concedidos aos cidadãos são regulados de acordo com as posses dos referidos cidadãos, pelo que se evidencia ser o Estado um organismo para a proteção dos que possuem contra os que não possuem. (ENGELS, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, p. 194.)

Os fundadores dessa corrente são **Karl Marx** e **Friedrich Engels**, cujas concepções políticas também serão estudadas adiante.

■ Sociedade civil e Estado

Na linguagem política contemporânea, tornou-se comum estabelecer a contraposição entre **sociedade civil** e **Estado**.

Nessa contraposição, o **Estado** costuma ser entendido como a instituição que exerce o poder coercitivo (a força) por intermédio de suas diversas funções, tanto na administração pública como no Judiciário e no Legislativo.

Por sua vez, a **sociedade civil** costuma ser definida como o largo campo das relações sociais que se desenvolvem fora do poder institucional do Estado. Fazem parte da sociedade civil, por exemplo, os sindicatos, as empresas, as escolas, as igrejas, os clubes, os movimentos populares, as associações culturais.

O relacionamento entre os membros da sociedade civil provoca o surgimento das mais diversas questões – econômicas, ideológicas, culturais etc. –, as quais, muitas vezes, criam conflitos entre pessoas ou grupos. Em face desses conflitos, o Estado é chamado a intervir.

Nas relações entre Estado e sociedade civil, os **partidos políticos** desempenham uma função importante: podem atuar como **ponte** entre os dois, pois não pertencem por inteiro nem ao Estado, nem à sociedade civil. Assim, caberia aos partidos políticos captar os desejos e as aspirações da sociedade civil e encaminhá-los ao campo da decisão política do Estado.

Conforme a época e o lugar, o tipo de relacionamento entre Estado e sociedade civil varia bastante. Desse modo, as relações entre governantes e governados podem tender tanto para um **esquema fechado** – caracterizado pela opressão e autoritarismo do Estado sobre a sociedade – como para um **esquema aberto** – evidenciado por maior participação política da sociedade nas questões do Estado

e pelo respeito que o poder público confere aos direitos individuais e coletivos.

VITOR R. CAVANO/AP FOTOS/GLOW IMAGES



Estudantes chilenos fazem manifestação pedindo melhorias na qualidade do ensino e acesso gratuito à educação em todos os setores. Você acha justa a reivindicação? Também se uniria às manifestações? Saiba que, nesse país, não há gratuidade nas universidades públicas desde o período da ditadura do general Augusto Pinochet (1973-1990). E boa parte da rede de ensino básico é composta de escolas particulares subsidiadas (auxiliadas financeiramente pelo Estado) de forma parcial, de modo que as famílias ainda têm de pagar pela educação básica de seus filhos.

■ Regimes políticos

Regime político é justamente o modo característico de o Estado relacionar-se com a sociedade civil. Na linguagem política contemporânea, os regimes políticos são classificados em dois tipos fundamentais: democracia e ditadura.

Democracia

Democracia é uma palavra de origem grega que significa **poder do povo** (*demo*, “povo”; *cracia*, “poder”).

Foi a antiga cidade grega de Atenas que legou ao mundo ocidental uma das mais citadas referências de regime democrático. Nela, os cidadãos (pequena parcela da população ateniense) participavam **diretamente** das assembleias e decidiam os rumos políticos da cidade. Portanto, havia em Atenas uma **democracia direta**.

Em nossa época, a democracia direta praticamente não existe mais. Ao longo do tempo, os Estados foram ficando muito complexos, com extensos territórios e populações numerosas, tornando-se inviável a proposta de os próprios cidadãos exercerem o poder diretamente. Assim, a democracia deixou de ser o governo direto do povo. O que encontramos, atualmente, é a **democracia representativa**, na qual os cidadãos elegem seus representantes políticos para o governo do Estado.

O ideal de democracia representativa é que o governo seja dos **representantes do povo**, os quais deveriam exercer o poder **pelo povo e para o povo**.

Nos dias de hoje, um Estado costuma ser considerado democrático quando apresenta:

- **participação política do povo** – o povo exerce o direito de participar das decisões políticas, elegendo seus representantes no poder público. Geralmente, essa participação é garantida por meio do direito ao **voto direto e secreto**, em **eleições periódicas**. Existem ainda outras formas de manifestação política do povo: o plebiscito, o referendo, as reuniões populares (passeatas, associações em praça pública etc.);
- **divisão funcional do poder político** – o poder político do Estado não fica concentrado em um único aparelho. Ao contrário, apresenta-se di-

vidido em vários órgãos, que se agrupam em torno das seguintes **funções** típicas: **legislativa** (elaboração das leis), **executiva** (execução das leis pela administração pública) e **jurisdicional** (aplicação das leis e distribuição da justiça). Nos regimes democráticos, deve existir **independência e harmonia** entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário;

- **vigência do Estado de direito** – o poder político é exercido dentro dos limites traçados pela lei a todos imposta. Assim, a lei subordina tanto o Estado como a sociedade, o que se chama **Estado de direito**. Onde vigora o Estado de direito, o cidadão respeita o Estado, mas o Estado também respeita os direitos do cidadão, como liberdade de pensamento, expressão, associação, imprensa, locomoção etc.

Movimentos sociais

Os mecanismos de participação política das sociedades democráticas – centrados basicamente nos partidos políticos e nas eleições diretas periódicas – nem sempre dão conta de equacionar o abismo existente entre a pluralidade de suas populações e as instituições de governo dos Estados. Por isso, há quase sempre parcelas da sociedade civil que se veem de alguma maneira marginalizadas e não conseguem ter representação política – às vezes são mesmo proibidas de tê-la.

É por isso que nascem os **movimentos sociais**, com o propósito de vencer as distâncias que separam certos grupos de cidadãos das instituições do Estado. Portanto, o que legitima esses movimentos é, de modo geral, a luta por direitos.

Esses grupos que se sentem socialmente excluídos, discriminados ou mal representados politicamente são comumente chamados de **minorias sociais**. Distintas parcelas da população – como pobres, negros, mulheres, indígenas, LGBTQs, pessoas com deficiência, ambientalistas, religiosos, estrangeiros, crianças – podem constituir determinada minoria em função da condição desfavorável que ocupem em uma sociedade.

É bom ter em mente, portanto, que os interesses dos movimentos sociais são tão heterogêneos quanto os interesses, as demandas e as necessidades dos membros das sociedades civis. Suas reivindicações podem envolver desde alterações específicas na legislação até mudanças nos valores e atitudes vigentes de uma sociedade.

De modo semelhante, os métodos empregados pelos movimentos sociais são bem diversos, variando desde o recurso extremo ao enfrentamento físico até a ênfase no discurso, na persuasão e no pacifismo. E um mesmo movimento pode mudar de estratégia de ação ao longo de sua história.

Marcha das Margaridas por ruas de Brasília, em 2011. Movimento social que congrega mulheres do campo e da floresta em busca de visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena. O que as levou a formar esse movimento?

BRUNO PERES/CB/D. A. PRESS



Ditadura

Dizemos que o regime é uma ditadura quando o povo é proibido de participar da vida política do país. **Ditadura** é uma palavra de origem latina, derivada de *dictare*, “ditar ordens”.

Na antiga República romana, **ditador** era o magistrado que detinha temporariamente plenos poderes, eleito para enfrentar situações excepcionais, como os casos de guerra. Seu mandato era limitado a seis meses, embora houvesse possibilidade de renovação, dependendo da gravidade das circunstâncias.

Comparado com suas origens históricas, o conceito de ditadura conservou apenas esse caráter de poder excepcional, concentrado nas mãos do governante.

Atualmente, um Estado costuma ser considerado ditatorial quando apresenta as seguintes características:

- **eliminação da participação popular nas decisões políticas** – o povo não tem nenhuma participação no processo de escolha dos ocupantes do poder político. Não existem eleições periódicas (ou, quando existem, costumam ser fraudulentas) e são proibidas as manifestações públicas de caráter político;
- **concentração do poder político** – o poder político fica centralizado nas mãos de um único governante (ditadura pessoal) ou de um órgão colegiado de governo (ditadura colegiada). Geralmente, o ditador é membro do Poder Executivo. Os poderes Legislativo e Judiciário são aniquilados ou bastante enfraquecidos;
- **inexistência do Estado de direito** – o poder ditatorial é exercido sem limitação jurídica, com

leis que só valem para a sociedade. O ditador coloca-se acima das leis e, nessa condição, costuma desrespeitar todos os direitos fundamentais do cidadão, principalmente o direito de livre expressão e a liberdade de associação política.

Além das características anteriores, os regimes ditatoriais sustentam-se mediante dois fatores essenciais:

- **fortalecimento dos órgãos de repressão** – as ditaduras montam um forte mecanismo de repressão policial destinado a perseguir brutalmente todos os cidadãos considerados adversários do regime. Esses órgãos de repressão espalham pânico na sociedade e implantam um verdadeiro terrorismo de Estado, utilizando métodos de tortura e morte;
- **controle dos meios de comunicação de massa** – as ditaduras procuram controlar todos os meios de comunicação de massa, como programas de rádio e de televisão, espetáculos de teatro, filmes exibidos pelo cinema, jornais e revistas etc. Monta-se um departamento autoritário de **censura oficial** destinado a proibir tudo que for considerado subversivo. Somente são aprovadas as mensagens públicas julgadas favoráveis ao governo ditatorial.

Esses instrumentos de controle e opressão foram utilizados em diversos regimes ditatoriais no século passado. Alguns exemplos são: as ditaduras implantadas por Adolf Hitler (Alemanha nazista), Josef Stálin (União Soviética), Fidel Castro (Cuba), Augusto Pinochet (Chile), Getúlio Vargas (Brasil) e Francisco Franco (Espanha), além de regimes militares como os que vigoraram na Argentina e no Brasil a partir dos anos 1960 e 1970.



Policiais reprimem manifestação de estudantes em São Paulo (julho de 1968) durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). Por que o mundo universitário costuma ser tão controlado e reprimido nos regimes autoritários?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. Analise e comente o conceito de Estado para Max Weber.
5. Em que sentido podemos falar de uma contraposição entre sociedade civil e Estado?
6. Qual deve ser a função dos partidos políticos em relação à sociedade civil? Em sua opinião, eles cumprem essa função no Brasil? Pesquise e justifique sua resposta.
7. Regime político é o modo característico pelo qual o Estado se relaciona com a sociedade civil. Como se relacionam com a sociedade civil os regimes políticos democrático e ditatorial? Detalhe suas características.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Função do Estado

Em sua opinião, qual tem sido a função do Estado brasileiro historicamente e nos últimos anos: a de um simples mediador dos conflitos entre os diversos grupos sociais, como propõe o liberalismo político, ou prioritariamente a de defensor dos interesses das classes dominantes, como denuncia de modo geral o marxismo? Pesquise sobre o assunto e forme uma opinião, baseada em exemplos (fatos históricos) e argumentos sólidos. Depois debata o tema com a classe.

POLÍTICA NA HISTÓRIA

Principais reflexões filosóficas

Por que e para que existe o poder político? Por que encontramos, em toda a parte, um Estado que comanda e um povo que é comandado? Será que sempre existiu o poder político do Estado? Como esse poder surgiu?

Na investigação sobre as origens e os fundamentos das associações políticas, inúmeras respostas foram elaboradas ao longo da história. Vejamos então algumas das questões e formulações mais célebres do pensamento político.

Platão: o rei-filósofo

O filósofo grego **Platão** (428-347 a.C.), em seu livro *A República*, explica que o indivíduo possui **três almas**: a **concupiscente**, a **irascível** e a **racional** (conforme estudamos no capítulo 1). Pela educação, o indivíduo deveria alcançar um equilíbrio entre esses três princípios, mas um equilíbrio hierárquico, pois, para o filósofo, a alma racional deve preponderar.

Depois, fazendo uma analogia entre o indivíduo e a cidade (pólis), Platão também a dividiu em **três grupos sociais**:

- **produtores** – responsáveis pela produção econômica, como os artesãos e agricultores, criadores de animais etc. Esse grupo corresponderia à alma concupiscente;

- **guardiães** – responsáveis pela defesa da cidade, como os soldados. Esse grupo corresponderia à alma irascível;
- **governantes** – responsáveis pelo governo da cidade. Esse grupo corresponderia à alma racional.

A **justiça** na cidade dependeria do **equilíbrio** entre esses três grupos sociais, ou seja, cada qual cumprindo sua função, uma vez que se trata de aspectos necessários à vida da cidade. Assim, a cidade é como o corpo do indivíduo que estabelece:

[...] um acordo perfeito entre os três elementos da sua alma, assim como entre os três tons extremos de uma harmonia – o mais agudo, o mais grave, o médio, e os intermédios, se os houver –, e que, ligando-os uns aos outros se transforme, de múltiplo que era, em uno, moderado e harmonioso; [...] e que em todas essas ocasiões considere justa e honesta a ação que salvaguarda e contribui para completar a ordem que implantou em si mesmo [...]. (PLATÃO, *A República*, p. 145.)

E, da mesma forma que a alma racional prepondera no indivíduo, a esfera preponderante na cidade deve ser, para Platão, a dos **governantes**. Mas quem deve ser o governante?

O filósofo propõe um modelo educativo que possibilitaria a todos os indivíduos igual acesso à educação, independentemente do grupo social a que pertencesse por nascimento. Em sua formação, as

crianças iriam passando por processos de seleção, ao longo dos quais seriam destinadas a um dos três grupos sociais que formam a cidade. Os mais aptos continuariam seus estudos até o ponto mais alto desse processo – a filosofia –, a fim de se tornarem sábios e, assim, habilitados a administrar a cidade.

Dizemos, portanto, que a concepção política de Platão é **aristocrática**, pois supõe que a grande massa de pessoas é incapaz de dirigir a cidade; apenas uma pequena parcela de sábios está apta a exercer o poder político. **Aristocracia** (do grego *aristoi*, “melhores”, e *cracia*, “poder”) é a forma de governo em que o poder é exercido pelos “melhores”, os quais, na proposta de Platão, constituiriam uma **elite** (do latim *eligere*, = “escolhido”) que se distinguiria pelo saber. Trata-se, portanto, de uma “aristocracia do espírito”, isto é, não está baseada no poder econômico.

Isso significa também que Platão **não** propunha a democracia como a forma ideal de governo. A justificativa para essa posição está em sua alegoria da caverna (à qual já nos referimos no capítulo 12). Para ele, o filósofo é aquele que, saindo do mundo das trevas e da ilusão, busca o conhecimento e a verdade no mundo das ideias. Depois deve voltar para dirigir as pessoas que não alcançaram esse ponto. Ele se constituiria, assim, no que ficou popularizado como **rei-filósofo**, pois aquele que, pela contemplação das ideias, conheceu a **essência do bem e da justiça** deve governar a cidade.

■ Aristóteles: o animal político

O filósofo grego **Aristóteles** (384–322 a.C.) afirmava que o ser humano é por **natureza** um ser **social**, pois, para sobreviver, não pode ficar completamente isolado de seus semelhantes.

Assim, constituída por um impulso natural do ser humano, a sociedade deve ser organizada conforme essa mesma natureza humana. O que deve guiar, então, a organização de uma sociedade? A busca de determinado bem, correspondente aos anseios dos indivíduos que a organizam.

Para Aristóteles, a organização social adequada à natureza humana é a **pólis**: “a cidade (pólis) encontra-se entre as realidades que existem naturalmente, e o homem é por natureza um animal político” (*Política*, p. 15).

A pólis grega, portanto, é vista pelo filósofo como um fenômeno **natural**. Por isso, o ser humano em seu sentido pleno é um **animal político**, isto é, envolvido na vida da pólis. Assim, Aristóteles toma um fenômeno social característico da Grécia como modelo natural de todo o gênero humano.

Aristóteles também entende que a cidade tem precedência sobre cada um dos indivíduos, pois, isoladamente, o indivíduo não é autossuficiente, e a falta de um indivíduo não destrói a cidade. Assim, afirmou: “o todo deve necessariamente ter precedência sobre as partes” (*Política*, p. 15).

É por isso que, para o filósofo, conforme vimos, a política é uma **continuidade da ética**, ou melhor, a ética é entendida como uma **parte da política**. A ética dirige-se ao bem individual, enquanto a política volta-se para o bem comum, constituindo-se também em meio necessário ao bem-estar pessoal.

As diferenças entre os habitantes da pólis

O historiador francês Gustave Glotz, em *Cidade grega*, explica que Aristóteles distinguia duas espécies de seres humanos: “os que vegetam em tribos amorfas e selvagens ou formam imensos rebanhos em monarquias de proporções monstruosas, e os que se encontram harmoniosamente associados em cidades [pólis]; os primeiros nasceram para ser escravos, de sorte que os últimos pudessem dar-se ao luxo de gozar de um modo mais nobre de vida” (p. 1).

Como se vê, Aristóteles defendia que os seres humanos não são **naturalmente** iguais, pois uns nascem para a escravidão e outros, para o domínio. O pensamento aristotélico refletia, dessa maneira, a realidade social estabelecida na Grécia antiga. Em Atenas – cidade onde ele viveu e uma das mais importantes do mundo grego –, a sociedade estava dividida em três grandes grupos sociais: os **cidadãos** (homens maiores de 21 anos, nascidos de pai e mãe atenienses – os únicos que possuíam direitos políticos de participar da democracia; as mulheres não faziam parte do grupo dos cidadãos); os **metecos** (estrangeiros que habitavam Atenas e que não tinham direitos políticos); e os **escravos**.



Banquete grego servido e animado por dois escravos (1796).

Aristóteles viveu em Atenas na condição de meteco, pois sua cidade natal era Estagira, localizada na Macedônia. Por isso, muitos autores referem-se a ele como “o estagirita”.

Príncipe bom e virtuoso

As influências de Platão e Aristóteles no terreno da reflexão política foram marcantes tanto na Antiguidade como na Idade Média. A ideia de que a política tem como objetivo o **bem comum**, que em Platão seria a **justiça** e em Aristóteles a **vida boa e feliz**, orientaria grande parte da reflexão política.

Entre os filósofos da Roma antiga (como Cícero e Sêneca), a teoria política passou a privilegiar a formação do **bom príncipe**, educado de acordo com as **virtudes** necessárias ao bom desempenho da função administrativa. Na prática, porém, essa tendência revelou-se muitas vezes catastrófica, predominando até o período medieval.

Direito divino de governar

Na Idade Média, com o desenvolvimento do cristianismo e o esfacelamento do império romano, a Igreja consolidou-se primeiramente como um poder extrapolítico. Santo Agostinho (354-430), por exemplo, separava a **Cidade de Deus** – a comunidade cristã – da **cidade dos homens** – a comunidade política.

Depois, ao longo da Idade Média e em parte da Idade Moderna, ocorreu uma aliança entre o poder eclesiástico e o poder político. E como a Igreja Católica entendia que todo poder pertencia a Deus, surgiu a ideia de que os governantes seriam **representantes de Deus na Terra**. O rei passou, então, a ter o **direito divino** de governar.

Assim, embora a relação entre o poder temporal dos reis e o poder espiritual da Igreja tenha sido um grande problema durante a Idade Média, de forma geral persistiu a ideia do governante como representante de Deus, bem como a concepção de monarquia como a forma política mais natural e adequada à realização do bem comum.

No entanto, as principais formulações teóricas em defesa do **direito divino dos reis** surgiriam somente na época moderna, propostas por **Jacques Bossuet** (1627-1704) e **Jean Bodin** (cujas ideias veremos adiante).

Maquiavel: a lógica do poder

O filósofo italiano **Nicolau Maquiavel** (1469-1527) é considerado o **fundador** do pensamento político moderno, uma vez que desenvolveu sua filosofia política em um quadro teórico completamente diferente do que se tinha até então.

SANTI DI TITO/FRIEDRICH WILHELM/AGF-IMAGES/LATINSTOCK



Nicolau Maquiavel – F. W. Bollinger, baseado em Santi di Tito. Por tratar a política “como ela é”, Maquiavel exerceu cargos importantes na vida pública da República de Florença, de 1498 a 1512.

Como vimos, no pensamento antigo a política estava relacionada com a ética e, na Idade Média, essa ideia permaneceu, acrescida dos valores cristãos. Ou seja, o bom governante seria aquele que possuísse as virtudes cristãs e as implementasse no exercício do poder político.

Maquiavel observou, porém, que havia uma distância entre o **ideal** de política e a **realidade** política de sua época. Escreveu então o livro *O príncipe* (1513-1515), com o propósito de tratar da política tal como ela se dá, isto é, sem pretender fazer uma teoria da política ideal, mas, ao contrário, compreendendo e esclarecendo a política real.

Dessa forma, o filósofo afastou-se da concepção idealizada de política. Centrou sua reflexão na constatação de que o poder político tem como função regular as **lutas e tensões** entre os grupos sociais, os quais, em seu entendimento, eram basicamente dois: o grupo dos poderosos e o povo. Essas lutas e tensões existiriam sempre, de tal forma que seria ilusão buscar um bem comum para todos.

Mas se a política não tem como objetivo o bem comum, qual seria então seu objetivo?

Maquiavel respondeu: a política tem como objetivo a **manutenção do poder do Estado**. E, para manter o poder, o governante deve lutar com todas as armas possíveis, sempre atento às correlações de forças que se mostram a cada instante. Isso significa que a ação política não cabe nos limites do juízo moral. O governante deve fazer aquilo que, a cada momento, se mostra interessante para conservar seu poder. Não se trata, portanto, de uma decisão moral, mas sim de uma decisão que atende à **lógica do poder**.

Os fins justificam os meios

Para Maquiavel, na ação política não são os **princípios** morais que contam, mas os **resultados**. É por isso que, segundo ele, **os fins justificam os meios**. Desse modo, escreveu em *O príncipe*:

Não pode e não deve um príncipe prudente manter a palavra empenhada quando tal observância se volte contra ele e hajam desaparecido as razões que a motivaram. [...] Nas ações de todos os homens, especialmente os príncipes, [...] os fins é que contam. Faça, pois, o príncipe tudo para alcançar e manter o poder; os meios de que se valer serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo [o povo, a maioria das pessoas] atenta sempre para aquilo que parece ser e para os resultados. (p. 112-113.)

CONEXÕES

2. Você considera um bom conselho essas palavras de Maquiavel? Você votaria em um político ou política se soubesse que ele ou ela segue esse conselho? Justifique suas respostas.

Nessa obra, o filósofo faz uma análise não moral dos atos de diversos governantes, procurando mostrar em que momentos suas opções foram interessantes para a manutenção do poder político. Deve-se a essa franqueza despuída o uso pejorativo do adjetivo **maquiavélico**, que designa o comportamento “sem moral”.

Mas o que se deve reter do pensamento de Maquiavel é que ele inaugura um novo patamar de reflexão política, que procura compreender e descrever a ação política tal como se dá realmente. Seu mérito é ter compreendido que, no início da Idade Moderna, a política desvinculava-se das esferas da **moral** e da **religião**, constituindo-se em uma **esfera autônoma**.

Assim, no campo da política, os fins justificam os meios. No campo da moral, no entanto, não seria correto separar meios e fins, já que toda conduta deve ser julgada por seu valor intrínseco, independentemente do fim, do resultado.

■ Bodin: direito divino

Jurista e filósofo francês, **Jean Bodin** (1530-1596) defendeu em sua obra *A república* o conceito de soberano perpétuo e absoluto, cuja autoridade representa “a imagem de Deus na Terra” (**teoria do direito divino dos reis**).

O termo **república** é usado aqui em seu sentido etimológico de **coisa pública** (do latim *res*, “coisa”),

não como forma de governo oposta à **monarquia**, em que o poder político se concentra nas mãos de um só governante, príncipe ou rei.

Na mesma linha de pensamento de Santo Tomás de Aquino, Jean Bodin afirmava ser a monarquia o regime mais adequado à **natureza das coisas**. Argumentava que a família tem um só chefe, o pai; o céu tem apenas um sol; o universo, só um Deus criador. Assim, a soberania (força de coesão social) do Estado só podia realizar-se plenamente na monarquia.



Luís XIV – Giovanni Baptista Lulli. O monarca é representado como divindade do Sol, em uma apresentação de dança conhecida como Balé da Noite. A ligação entre a figura do rei e o sagrado é bem antiga, mas foi com o absolutismo europeu do século XV ao XVIII que o direito divino alcançou seu apogeu como teoria política.

Essa soberania, entretanto, não devia ser confundida com o governo tirânico, em que o monarca,

[...] desprezando as leis da natureza, abusa das pessoas livres como de escravos, e dos bens dos súditos como dos seus [...] quanto às leis divinas e naturais, todos os princípios da terra estão sujeitos, e não está em seu poder transgredi-las [...]. (BODIN, citado em CHEVALIER, *As grandes obras políticas*, p. 59-60.)

Dentre essas leis naturais, Bodin destacava o respeito que o Estado deve ter em relação ao **direito à liberdade** dos súditos e às suas **propriedades materiais**.

■ Questão da criação do Estado

Outra questão que ocupou bastante os filósofos dos séculos XVII e XVIII foi a justificação racional para a **existência das sociedades humanas** e para a **criação do Estado**. De modo geral, essa preocupação apresentou-se da seguinte forma:

- **Qual é a natureza do ser humano? Qual é o seu estado natural?** – em suas diversas conjecturas, esses filósofos chegaram, em geral, à conclusão básica de que os seres humanos são, por natureza, **livres e iguais**.
- **Como explicar então a existência do Estado e como legitimar seu poder?** – com base na tese de que todos são naturalmente livres e iguais, deduziram que em dado momento, por um conjunto de circunstâncias e necessidades, os indivíduos se viram obrigados a abandonar essa liberdade e estabelecer entre si um acordo, um **pacto** ou **contrato social**, o qual teria dado origem ao Estado.

Por esse motivo, essas explicações ficaram conhecidas como **teorias contratualistas**.

■ Hobbes: o Estado soberano

O primeiro grande **contratualista** foi o filósofo inglês **Thomas Hobbes** (1588-1679). Em sua investigação, concluiu que o ser humano, embora vivendo em sociedade, não possui o instinto natural de sociabilidade, como afirmou Aristóteles.

Para Hobbes, cada indivíduo sempre encara seu semelhante como um concorrente que precisa ser dominado. Segundo o filósofo, onde não houve o domínio de um indivíduo sobre outro, existirá sempre uma competição intensa até que esse domínio seja alcançado. Tal tese está vinculada à concepção materialista e mecanicista da realidade proposta por Hobbes (como estudamos no capítulo 15).

Guerra de todos contra todos

A consequência óbvia dessa disputa infundável entre os seres humanos em **estado de natureza** teria sido o surgimento de um **estado de guerra** e de matança permanente nas comunidades primitivas. Por isso, nas palavras de Hobbes, “o homem é o lobo do próprio homem” (da expressão latina *homo homini lupus*).

Só havia uma solução para dar fim à brutalidade primitiva: a criação **artificial** da sociedade política, administrada pelo Estado. Para isso, os indivíduos tiveram de firmar um **contrato** entre si (**contrato social**), pelo qual cada um transferia seu poder de governar a si próprio a um terceiro – o Estado –, para que este governasse a todos, impondo ordem, segurança e direção à conturbada vida em estado de natureza.

Hobbes apresentou essas ideias primeiro em sua obra *Do cidadão* e depois em *Leviatã*. Nesta última, compara o Estado a uma criação monstruosa do ser humano, destinada a pôr fim à anarquia e ao caos das relações humanas. O nome **Leviatã** refere-se ao monstro bíblico citado no *Livro de Jó* (40-41), onde é assim descrito:

O seu corpo é como escudos de bronze fundido [...] Em volta de seus dentes está o terror [...] O seu coração é duro como a pedra, e apertado como a bigorna do ferreiro. No seu pescoço está a força, e diante dele vai a fome [...] Não há poder sobre a terra que se lhe compare, pois foi feito para não ter medo de nada.



Frontispício da primeira edição de *Leviatã*, Londres, 1651. Nessa obra, Hobbes defende a legitimidade do poder político absoluto, baseando-se na concepção de uma natureza humana competitiva e destrutiva à qual somente um poder forte do Estado teria condições de fazer frente.

Vejamos, nas palavras do próprio Hobbes, como ele imaginou o estabelecimento do contrato social que deu origem ao Estado (*Leviatã*). Para o filósofo, a única maneira que os indivíduos tinham para instituir, entre si, um poder comum era

[...] conferir toda sua força e poder a um homem, ou a uma assembleia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade [...] é como se cada homem dissesse a cada homem [...] transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este Homem, ou a esta Assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações.

Feito isto, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado [...] É esta a geração daquele grande *Leviatã* [...] ao qual devemos [...] nossa paz e defesa. Pois graças a esta autoridade que lhe é dada por cada indivíduo no Estado, é-lhe conferido o uso de tamanho poder e força que o terror assim inspirado o torna capaz de conformar as vontades de todos eles, no sentido da paz em seu próprio país, e da ajuda mútua contra os inimigos estrangeiros. É nele que consiste a essência do Estado, a qual pode ser assim definida: uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como autora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum. Àquele que é portador dessa pessoa se chama Soberano, e dele se diz que possui poder soberano. Todos os restantes são súditos. (*Leviatã*, p. 105-106.)

Locke: o Estado liberal

Assim como Hobbes, o filósofo inglês **John Locke** (1632-1704) também refletiu sobre a origem do poder político e sua necessidade de congregar os seres humanos, que, em **estado de natureza**, viviam **isolados**.

No entanto, enquanto Hobbes imagina um estado de natureza marcado pela violência e pela “guerra de todos contra todos”, Locke faz uma reflexão mais moderada. Refere-se ao estado de natureza como uma condição na qual, pela falta de uma normatização geral, cada um seria juiz de sua própria causa, o que levaria ao surgimento de **problemas nas relações entre os indivíduos**.

Para evitar esses problemas é que o Estado teria sido criado. Sua função seria a de garantir a **segurança** dos indivíduos e de seus **direitos**

naturais, como a **liberdade** e a **propriedade**, conforme expõe Locke em sua obra *Segundo tratado sobre o governo*.

Diferentemente de Hobbes, portanto, Locke concebe a sociedade política como um meio de **assegurar os direitos naturais** e não como o resultado de uma transferência dos direitos dos indivíduos para o governante e as instituições de governo. Assim nasce a concepção de **Estado liberal**, segundo a qual o Estado deve regular as relações entre os indivíduos e atuar como juiz nos conflitos sociais. Mas deve fazer isso garantindo aquilo que precede a própria criação do Estado: as **liberdades e os direitos individuais**, tanto no que se refere ao pensamento e à sua expressão quanto à propriedade e à atividade econômica.

THE BRIDGEMAN LIBRARY/GRUPO KEYSTONE



Redação da Declaração de Independência dos Estados Unidos em 1776 (c. 1900) – Jean Leon Gerome Ferris. A tarefa de escrever essa declaração foi delegada a uma comissão formada por cinco membros, entre os quais se destacaram Benjamin Franklin (1706-1790), Thomas Jefferson (1743-1826) e John Adams (1735-1826). O Estado liberal de Locke foi uma de suas principais fontes de inspiração, o que contribuiu para uma das maiores características desse país até hoje: o liberalismo político e econômico.

■ Rousseau: da vontade geral surge o Estado

Outro pensador que formulou uma teoria contratualista, assim como Hobbes e Locke, foi o filósofo de origem franco-suíça **Jean-Jacques Rousseau** (1712-1778). Em sua obra *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*, ele glorifica os valores da **vida natural** e ataca a corrupção, a avareza e os vícios da sociedade civilizada. Exalta a **liberdade** que o selvagem teria desfrutado na pureza do seu **estado natural**, contrapondo-o à falsidade e ao artificialismo da vida civilizada.

Já em outra obra, *Do contrato social*, Rousseau foi mais além: procurou investigar não só a origem do poder político e a existência ou não de uma justificativa válida para os indivíduos, originalmente livres, terem submetido sua liberdade ao poder político do Estado, mas também a condição necessária para que o poder político seja legítimo:

O homem nasceu livre e, não obstante, está acorrentado em toda parte. Julga-se senhor dos demais seres sem deixar de ser tão escravo como eles. Como se tem realizado esta mutação? Ignoro-o. Que pode legitimá-la? Creio poder responder a esta questão. (p. 37.)



EDSON SATO/PULSAR IMAGENS

Crianças ianomâmis no rio Auaris, fronteira do Brasil com a Venezuela, em 2010. Na literatura dos séculos XVIII e XIX, o mito do bom selvagem está vinculado a uma atitude crítica em relação à sociedade europeia e a uma idealização de outros modos de ser e viver, como o das comunidades indígenas americanas, donas de uma sabedoria sem livros e de uma vida considerada paradisíaca.

Rousseau defende a tese de que o único fundamento legítimo do poder político é o **pacto social** – pelo qual cada cidadão, como membro de um povo, concorda em submeter sua vontade particular à **vontade geral**. Isso significa que cada indivíduo,

como cidadão, somente deve obediência ao poder político se esse poder representar a vontade geral do povo ao qual pertence. O compromisso de cada cidadão é com o seu povo. E somente o povo é a fonte legítima da soberania do Estado.

Essencialmente, em *Do contrato social*, Rousseau define o pacto social nos seguintes termos:

Cada um de nós põe sua pessoa e poder sob uma suprema direção da vontade geral, e recebe ainda cada membro como parte indivisível do todo. (p. 49)

Assim, cada cidadão passa a assumir obrigações em relação à comunidade política, sem estar submetido à vontade particular de uma única pessoa. Unindo-se a todos, só deve obedecer às leis, que, por sua vez, devem exprimir a vontade geral. Desse modo, respeitar as leis é o mesmo que obedecer à vontade geral e, ao mesmo tempo, é respeitar a si mesmo, sua própria vontade como cidadão, cujo interesse deve ser o **bem comum**.

■ Montesquieu: a separação dos poderes

É de autoria do pensador francês Charles de Secondat, mais conhecido como **barão de Montesquieu** (1689-1755), a teoria a respeito de uma das características mais interessantes do Estado moderno: a **divisão funcional dos três poderes**.

Ao refletir sobre a possibilidade de abuso do poder nas monarquias, Montesquieu propôs que se estabelecesse a divisão do poder político em três instâncias: **poder Legislativo** (que elabora e aprova as leis), **poder Executivo** (que executa as normas e decisões relativas à administração pública) e **poder Judiciário** (que aplica as leis e distribui a proteção jurisdicional pedida aos juízes).

Em sua obra *O espírito das leis* (1748), Montesquieu assim escreve sobre a questão dos poderes:

Quando os poderes legislativo e executivo ficam reunidos numa mesma pessoa ou instituição do Estado, a liberdade desaparece [...] Não haverá também liberdade se o poder judiciário se unisse ao executivo, o juiz poderia ter a força de um opressor. E tudo estaria perdido se uma mesma pessoa ou instituição do Estado exercesse os três poderes: o de fazer as leis, o de ordenar a sua execução e o de julgar os conflitos entre os cidadãos. (p. 168.)

Embora já houvesse na época uma divisão de poderes próxima da proposta por Montesquieu, é significativa em sua obra a ênfase atribuída à necessidade de separação desses poderes, que devem ser exercidos por pessoas diferentes, e à necessidade de equilíbrio entre eles.



Hagar – Dik Browne.

CONEXÕES

- Interprete filosoficamente essa tirinha. Você considera possível relacioná-la com alguma teoria política que estudamos? Ou com a atualidade política?

■ Hegel: do Estado surge o indivíduo

O filósofo alemão **Georg W. Friedrich Hegel** (1770-1831) criticou a concepção liberal do Estado, encontrada tanto em Locke como em Rousseau, uma vez que essa concepção parte da ideia do indivíduo isolado que, posteriormente, teria se organizado em sociedade. Para Hegel, isso é um equívoco. Não existe o indivíduo em estado de natureza. O indivíduo humano é um ser social, que só encontra seu sentido no Estado. O indivíduo isolado seria uma **abstração**.

O Estado, por sua vez, não é a simples soma de muitos indivíduos, não é formado a partir da vontade deles, nem é fruto de um contrato, como haviam pensado Hobbes, Locke e Rousseau.

De acordo com a reflexão política de Hegel, o indivíduo é parte orgânica de um todo: o Estado. É historicamente situado, alguém que fala uma língua e é criado dentro de uma tradição. Essas características são anteriores a cada um dos indivíduos isolados e são elas que o definem como ser. Por isso o filósofo considera que **o Estado precede o indivíduo**.

O Estado é concebido por Hegel, portanto, como fundador da sociedade civil, ao contrário de Rousseau, por exemplo, para quem é a sociedade (os indivíduos em seu conjunto) que cria o Estado.

Para entender melhor essa concepção hegeliana, é preciso recordar um pouco da sua filosofia. Como vimos no capítulo 16, para Hegel a realidade é a manifestação da razão ou espírito. O Estado

seria, então, a manifestação do espírito objetivo em seu desenvolvimento, uma esfera que concilia a **universalidade** humana com os interesses particulares dos indivíduos da sociedade civil. Sendo uma manifestação da razão, o Estado possui uma universalidade que está acima da soma dos interesses individuais. Conforme escreve Hegel:

O Estado é a realidade efetiva da ideia ética [...]. O indivíduo tem, por sua vez, sua liberdade substancial no sentimento de que ele (o Estado) é sua própria essência, o fim e o produto de sua atividade [...] por ser o Estado o espírito objetivo, o indivíduo só tem objetividade, verdade e ética se toma parte dele. (*Princípios de la filosofía del derecho*, p. 283-284; tradução nossa.)

■ Marx e Engels: Estado como instrumento do domínio de classe

Para os filósofos alemães **Karl Marx** (1818-1883) e **Friedrich Engels** (1820-1895), a sociedade humana primitiva era uma sociedade **sem classes e sem Estado**. Nessa sociedade pré-civilizada, as funções administrativas eram exercidas pelo conjunto dos membros da comunidade (clã, tribo etc.).

Em determinado estágio do desenvolvimento histórico das sociedades humanas, certas funções administrativas, antes exercidas pelo conjunto da comunidade, tornaram-se privativas de um **grupo separado de pessoas** que detinha força para impor normas e organização à vida coletiva. Teria sido através desse núcleo que se desenvolveu o Estado.

Isso teria ocorrido, segundo Marx e Engels, em certo momento de desenvolvimento econômico que coincidiu com o surgimento das **desigualdades de classes** e dos conflitos entre **explorados e exploradores**. Assim, o papel do Estado teria sido o de amenizar o choque desses conflitos, evitando uma luta direta entre as classes antagonicas.



LEWIS WICKES HINE/CORBIS/FOTODARENA

Menina costura meias em confecção dos Estados Unidos, em 1913. Até as primeiras décadas do século XX, considerava-se “normal” crianças de todas as idades trabalharem o dia inteiro junto com os adultos. Era comum que vários membros de uma família trabalhassem nas fábricas para garantir seu sustento. Mas a exploração do trabalho infantil foi sendo repudiada pelas sociedades contemporâneas. No Brasil atual, é proibida por lei, embora ainda subsista em várias regiões. Você não acha que é preciso erradicar definitivamente o trabalho infantil em nosso país?

Até aqui, não estamos longe da teoria liberal. Mas, conforme escreveu Engels em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, embora o Estado tenha nascido da necessidade de conter esses antagonismos, nasceu também no meio do conflito e, por isso, acabou sendo sempre representado pela classe mais poderosa, aquela que tinha a força para reprimir a classe dominada: os escravos na Antiguidade, os servos e camponeses no feudalismo e os trabalhadores assalariados no capitalismo.

Assim, Marx e Engels concebem o Estado atuando geralmente como um **instrumento do domínio de classe**. Na sociedade capitalista, por exemplo, o domínio de classe se identificaria diretamente com a “proteção da propriedade privada” dos que a possuem, contrariando os interesses daqueles que nada têm. Proteger a propriedade privada capitalista implica preservar as relações sociais, as normas jurídicas, enfim, a segurança dos proprietários burgueses.

Manutenção da desigualdade

Essa concepção do Estado como instrumento de dominação de uma classe sobre a outra estabelece, portanto, uma relação entre as **condições materiais** de existência de certa sociedade e a forma de Estado que ela adota. Ou seja, o Estado é determinado pela estrutura social de modo a atender às demandas específicas de uma forma de sociabilidade, garantindo que essa forma se mantenha.

Isso significa que o Estado só é necessário devido ao “caráter antissocial desta vida civil” (Marx, *Glosas críticas ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”*, p. 513). Ou seja, o Estado existe para administrar os problemas causados pela forma antissocial (desigual, excludente) da sociedade civil. E só poderia deixar de existir quando a sociedade não fosse mais dividida em classes antagônicas.

Assim, Marx e Engels diferenciaram-se de todos os outros autores anteriores, porque sua crítica ao Estado não visava atingir uma ou outra forma de Estado, mas a própria essência do Estado, de qualquer Estado: para eles, o Estado origina-se exatamente das insuficiências de uma sociedade em realizar em si mesma, de forma concreta, os ideais universalistas, ou seja, em garantir em sua dinâmica a igualdade de condições sociais. Portanto, o Estado **nasce da desigualdade para manter a desigualdade**.

ARIS MESSINIS/AFP



Pedinte recebe donativo em rua do centro de Atenas, Grécia, em 2012. A crise econômica mundial iniciada em 2008 – uma crise do próprio sistema capitalista, dizem seus críticos – provocou o desemprego e a miséria de milhões de pessoas na Europa e nos Estados Unidos. De acordo com Marx, no Estado capitalista é necessário produzir, de forma mais ou menos permanente, um “exército de reserva”, isto é, um grupo social de desempregados, pobres ou miseráveis que aceitará trabalhar por qualquer preço e em quaisquer condições. O que você pensa sobre essa tese?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

8. Destaque os aspectos do pensamento político de Platão que culminam com a ideia de um rei-filósofo.
9. A base do pensamento político de Aristóteles é a afirmação de que o ser humano é por natureza um animal político. Explique:
 - a) como ele chegou a tal conclusão;
 - b) como essa conclusão vincula-se à ideia de que o objetivo da política é o bem comum, o que é o bem comum para ele.
10. A partir da Idade Média, que relação se estabeleceu no pensamento político entre a ideia de Deus e a de governante? Que teoria se formulou a seu respeito no início da Idade Moderna? Explique-a.
11. O realismo político de Maquiavel inaugurou uma nova maneira de pensar a política. Que novidade foi essa? Como essa novidade se expressou?
12. Hobbes entendia que o “homem é o lobo do próprio homem”. Explique essa tese e como ela o levou à sua concepção de Estado.
13. Locke e Rousseau também formularam suas teorias contratualistas acerca da origem do Estado, polemizando em grande parte com as concepções de Hobbes. Discorra sobre essas teorias, procurando destacar os aspectos desse debate.
14. Que crítica faz Hegel às concepções de Hobbes, Locke e Rousseau?
15. Como se posicionam Marx e Engels em relação à teoria contratualista e liberal a respeito da origem e do papel do Estado?

CONVERSA FILOSÓFICA

3. A importância da divisão dos poderes

Qual é a importância da separação e do equilíbrio dos poderes, propostos por Montesquieu? O que acontece se não há essa divisão? Quando isso ocorre? Mesmo que haja essa divisão, é possível que um poder interfira no outro? Isso ocorre ou já ocorreu no Brasil? Elabore uma reflexão a respeito e apresente-a a seus colegas.

4. Liberalismo e neoliberalismo

Pesquise sobre a versão contemporânea do liberalismo, dirigida ao âmbito econômico, que é conhecida como “neoliberalismo”. Ela deu bons resultados? Que críticas são feitas a ela? Reflita e forme uma opinião sobre esse tema. Depois discuta a seu respeito com um grupo de colegas.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEL-PR) Leia os textos a seguir:

A única maneira de instituir um tal poder comum é conferir toda sua força e poder a um homem ou a uma assembleia de homens. É como se cada homem dissesse a cada homem: Cedo e transfiro meu direito de governar-me a mim mesmo a este homem, ou a esta assembleia de homens, com a condição de transferires a ele teu direito, autorizando de maneira semelhante todas as suas ações. Feito isso, à multidão assim unida numa só pessoa se chama Estado.

Adaptado de: HOBBS, T. *Leviatã*. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p.109. Coleção Os Pensadores.

O ponto de partida e a verdadeira constituição de qualquer sociedade política não é nada mais que o consentimento de um número qualquer de homens livres, cuja maioria é capaz de se unir e se incorporar em uma tal sociedade. Esta é a única origem possível de todos os governos legais do mundo.

Adaptado de: LOCKE, J. *Segundo tratado do governo civil*: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.141. Coleção Os Pensadores.

A partir da análise dos textos e dos conhecimentos [...] no que se refere à instituição do Estado, explique as diferenças entre o contrato proposto por Hobbes e o proposto por Locke.

Sessão cinema

Adeus, Lenin! (2003, Alemanha, direção de Wolfgang Becker)

Depois da queda do muro de Berlim, jovem tenta proteger sua fragilizada mãe do choque fatal de saber que sua amada nação, a Alemanha Oriental, não existe mais.

Ágora (2009, Espanha, direção de Alejandro Amenábar)

No Egito ocupado pelos romanos, a ascensão do cristianismo provoca mudanças políticas que dão esperanças de liberdade a um escravo e desnorteiam sua mestra e amada, a filósofa e matemática Hypatia de Alexandria.

Missing – o desaparecido (1982, EUA, direção de Constantin Costa-Gravas)

Relato dramático, baseado em fato real, sobre a busca empreendida pelo pai e pela esposa de um estado-unidense desaparecido após o golpe de Pinochet, no Chile.

Notícias de uma guerra particular (1999, Brasil, direção de Kátia Lund e João Moreira Salles)

Documentário sobre a violência urbana no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro. Mostra cenas chocantes do cotidiano das favelas dominadas pelo tráfico de drogas, além de apresentar entrevistas com policiais, traficantes e moradores.

O que é isso, companheiro? (1997, Brasil, direção de Bruno Barreto)

Filme baseado em livro homônimo do jornalista e político brasileiro Fernando Gabeira. Retrata a época da ditadura militar no Brasil, quando uma organização política clandestina sequestra um embaixador estado-unidense visando trocá-lo por presos políticos.

Persépolis (2007, França/EUA, direção de Vincent Paronnaud e Marjane Satrapi)

Animação baseada em romance gráfico homônimo e autobiográfico de Marjane Satrapi. Mostra as sucessivas mudanças na vida da jovem iraniana desde a Revolução Islâmica (1979) e a implantação do fundamentalismo religioso em seu país.

Reds (1981, EUA, direção de Warren Beatty)

Filme que enfoca uma parte da revolução socialista soviética, através da história do repórter estado-unidense John Reed, que fazia a cobertura dos acontecimentos. Mostra o processo revolucionário, suas tensões e suas contradições.

Testa de ferro por acaso (1976, EUA, direção de Martin Ritt)

Obra sobre a histeria do anticomunismo nos EUA na época do macarthismo.

Todos os homens do presidente (1976, EUA, direção de Alan J. Pakula)

Filme sobre a história dos dois repórteres que revelaram o escandaloso caso Watergate, o qual culminou com a renúncia de Nixon, então presidente dos EUA.

Para pensar

Temos em seguida dois textos que tratam da criação do Estado e de sua função. O primeiro apresenta um trecho do texto em que John Locke formula sua teoria contratualista acerca dessa criação. Nele, o filósofo procura explicar por que o ser humano, possuindo uma natureza própria que lhe garante a liberdade e a igualdade, criou o Estado, que para ele deve ser liberal. No segundo texto, Friedrich Engels opõe-se a essa concepção, formulando a tese conhecida como marxista sobre a origem do Estado e sua função. Leia-os e responda às questões que seguem.

1. O Estado deve ser liberal

Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder?

Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a fruição do mesmo é muito incerta e está constantemente exposta à invasão de terceiros porque, sendo todos reis tanto quanto ele, todo homem igual a ele, na maior parte pouco observadores da equidade e da justiça, a fruição da propriedade que possui neste estado é muito insegura, muito arriscada.

Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes, e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de “propriedade”.

LOCKE, *Segundo tratado sobre o governo*, p. 88.

2. O Estado é um instrumento da dominação de classe

[...] como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe dominante, classe que, por intermédio dele, se converte em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida.

Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

Entretanto, por exceção, há períodos em que as lutas de classes se equilibram de tal modo que o poder do Estado, como mediador aparente, adquire certa independência momentânea em face das classes.

ENGELS, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, p. 193-194.

1. O que caracteriza o primeiro texto como uma interpretação liberal do Estado?
2. O que caracteriza o segundo texto como uma interpretação marxista do Estado?
3. Como você avalia a interpretação de Locke? Em sua opinião, o Estado pode ser liberal? Deve ser liberal? Justifique suas respostas.
4. Você concorda com a interpretação de Engels? Ela exclui a hipótese liberal do Estado ou a complementa, expondo seus limites? Justifique suas respostas.

Capítulo 20



DIOMEDIA

Escultura de 15 metros de altura que reproduz artisticamente a estrutura de duas hélices do DNA. Museu das Ciências Príncipe Felipe, em Valência, Espanha.

■ Pesquise sobre o DNA (ou ADN) e o impacto da descoberta de sua estrutura na sociedade contemporânea. Que questões filosóficas você pode levantar a esse respeito?

A ciência

Vamos agora investigar outra área da atividade humana de enorme importância no mundo contemporâneo: a ciência.

Você já reparou que quando um cientista afirma algo ninguém ousa dizer o contrário? A fala do cientista é vista com respeito e dá a impressão de que só outro cientista pode contradizê-la. Por que é assim? O que faz a ciência ter tanta credibilidade e, por isso mesmo, tanto poder? Procuraremos neste capítulo responder a essa e a outras questões.

Questões filosóficas

- O que é ciência?
- Quais são os objetivos da ciência?
- O que é método científico?
- O conhecimento científico é neutro?
- A ciência deve ser ética?

Conceitos-chave

ciência, conhecimento, método científico, método experimental, leis científicas, teorias científicas, epistemologia, filosofia da ciência, ciência moderna, ciência pós-moderna, método da compreensão, método da explicação, critério da verificabilidade, neopositivismo, critério da refutabilidade (falseabilidade), ruptura epistemológica, emergentismo, pensamento sistêmico, pensamento complexo, paradigma, ciência normal, ciência extraordinária, revolução científica, mito do cientificismo

O QUE É CIÊNCIA

Do método às leis científicas

Começamos nossa investigação sobre a ciência buscando o significado básico dessa palavra. O termo **ciência** vem do latim *scientia*, que significa “conhecimento”. Assim, como ponto de partida, podemos definir ciência como o campo da atividade humana que se dedica à construção de um **conhecimento sistemático e seguro** a respeito dos **fenômenos do mundo**.

Por que dissemos “sistemático e seguro”? Porque, como vimos antes (no capítulo 4), a palavra **conhecimento** pode ser usada em um sentido geral (*lato sensu*) e em um sentido estrito (*stricto sensu*), que é o conhecimento sólido e bem fundamentado. Trata-se do que os gregos chamavam de *epistême*, o tipo de conhecimento que interessa à ciência. Por isso, a investigação sobre o conhecimento obtido pela ciência é conhecida como **epistemologia**.

Objetivos da ciência

Nossa segunda questão pode ser: “Conhecer para quê?”.

Costuma-se dizer que é para tornar o mundo **compreensível**, proporcionando ao ser humano meios de **prever situações** e exercer **controle sobre a natureza**. Essa visão ganhou ênfase com a ciência moderna (conforme estudamos no capítulo 14 e veremos adiante mais detalhadamente). Segundo Jacob Bronowski (1908-1974), matemático britânico de origem polonesa, pelo conhecimento científico, o “homem domina a natureza não pela força, mas pela compreensão” (*Ciências e valores humanos*, p. 16).

Será isso possível? Será que a ciência alcança a compreensão que pretende, e o faz sem o uso da força? Essas e outras questões serão analisadas ao longo deste capítulo.

Observação

É importante notar que, quando falamos em **ciência**, neste capítulo, referimo-nos principalmente às **ciências da natureza**, como a física, a química e a biologia.

Método científico

Vejam agora o meio utilizado pela ciência, desde o início da Idade Moderna, para alcançar seus objetivos: o **método científico**.



Estudantes realizam estudo científico em laboratório. A observação é uma etapa importante na busca do conhecimento nas ciências. Mas não deveríamos considerar também que toda observação está sempre dirigida por uma “carga” teórica ou cultural que o observador (o cientista) traz consigo, a qual pode “filtrar” e determinar os resultados da pesquisa?

O que é método científico? O termo **método** vem do grego *meta*, “através”, e *hodos*, “caminho”, significando “através de um caminho” ou de um procedimento. Assim, método científico é o **núcleo de procedimentos** que orienta o modo de conduzir uma investigação científica. Há diversos conjuntos de procedimentos que caracterizam diferentes metodologias.

Embora variado, o método científico tem por base, de modo geral, uma **estrutura lógica** que engloba diversas etapas, as quais devem ser percorridas na busca de solução para o problema proposto.

Vejamos um esquema das etapas do **método científico experimental**:

- **enunciado de um problema** – observando **fatos**, o cientista enuncia um problema que o intriga e que ainda não foi explicado pelo conhecimento disponível. Nessa etapa, ele deve expor seu problema com clareza e precisão e procurar os instrumentos possíveis para tentar resolvê-lo;
- **formulação de uma hipótese** – tentando solucionar o problema, o cientista propõe uma resposta possível, a qual constitui uma hipótese a ser avaliada em sua investigação. Isso significa que a hipótese é uma proposta não comprovada, a ser testada cientificamente;
- **testes experimentais da hipótese** – o cientista testa a validade de sua hipótese, investigando as consequências da solução proposta. Essa investigação deve ser controlada por ele para que o fator relevante previsto na hipótese seja

suficientemente destacado na ocorrência do fato-problema;

- **conclusão** – o cientista conclui a pesquisa científica, confirmando ou corrigindo a hipótese formulada e testada.

Observação

Os métodos científicos não constituem apenas conjuntos fixos e estereotipados de procedimentos a serem adotados em todos os tipos de pesquisa científica. Embora se organizem em torno de certos atos recorrentes, isso por si só não garante os resultados satisfatórios de uma pesquisa. Conforme apontam certos estudiosos, os métodos científicos também estão condicionados por um amplo conjunto de fatores variáveis, desde a **natureza do problema pesquisado** até os **recursos materiais** aplicados na pesquisa em questão. E dependem ainda de elementos muito importantes, como a **criatividade**, a **imaginação** e a **sagacidade** do pesquisador.

Leis e teorias científicas

Além de utilizar um método, os cientistas, depois de suas investigações, também formulam leis e teorias, principalmente dentro das **ciências naturais**, com destaque para a **física**. Nas **ciências sociais**, esse modelo de investigação não é tão presente.

Mas o que são exatamente as **leis e teorias científicas**?

Analisando inúmeros fatos do mundo, percebemos a ocorrência de **fenômenos regulares**, como a sucessão do dia e da noite, das estações do ano, o nascimento dos seres vivos, a atração dos corpos em direção ao centro da Terra e outros.

Para reconhecer a ocorrência de **regularidades**, devemos observar os fenômenos semelhantes e classificá-los segundo suas características comuns. Ao examinar as regularidades, a ciência procura chegar a uma conclusão geral que possa ser aplicada a todos os fenômenos semelhantes.

Por meio desse processo, formulam-se **leis científicas**. Nesse sentido, **leis** são enunciados generalizadores que procuram apresentar relações constantes e necessárias entre fenômenos regulares.

As leis científicas desempenham duas funções básicas:

- resumem uma grande quantidade de fenômenos regulares, favorecendo uma **visão global** do seu conjunto;

- possibilitam a **previsão** de novos fenômenos que se enquadrem na regularidade descrita.

As leis costumam fazer parte de uma **teoria científica**, que “especifica a causa ou mecanismo subjacente tido como responsável pela regularidade descrita na lei” (KNELLER, *A ciência como atividade humana*, p. 150).

Portanto, a teoria tem como objetivo explicar as regularidades entre os fenômenos e deles fornecer uma compreensão ampla. Costuma-se dizer que **explicar** e **prever** constituem a função fundamental das leis e teorias científicas.

Transitoriedade das teorias científicas

A ciência propõe-se a atingir conhecimentos precisos, coerentes e abrangentes. Caracteriza-se por tentar, deliberadamente, alcançar resultados que o senso comum, por suas condições, não pode normalmente alcançar.

O estudo da história das ciências revela, no entanto, que inúmeras teorias científicas que por algum tempo reinaram como absolutamente sólidas e corretas mais tarde foram refutadas, sendo modificadas ou substituídas por outras.

Durante séculos e séculos, por exemplo, o mundo ocidental acreditou de forma inabalável que a Terra fosse o centro do universo. Entretanto, Nicolau Copérnico, com a obra *Da revolução das esferas celestes*, publicada no ano de sua morte (1543), demonstrou que a Terra se movia em torno do seu próprio eixo e ao redor do Sol. Era a teoria heliocêntrica, que refutava o geocentrismo de Ptolomeu.

Isso mostra que os conhecimentos científicos de uma época não são inquestionavelmente certos, coerentes e infalíveis para todo o sempre. É como se tivessem certas “condições de validade”.

Essa permanente possibilidade de que uma teoria científica seja revista ou corrigida por outra pode conduzir à noção pessimista de que a ciência fracassou no seu propósito ou perdeu sua razão de existir. Ou, ainda, pode levar à posição cética de que todos os conhecimentos científicos são crenças passageiras que serão condenadas no futuro.

No entanto, existe certo consenso entre os defensores da ciência a respeito de que, embora as teorias científicas possam ser refutadas, reformuladas ou corrigidas, a ciência cumpre sua função enquanto tem “êxito no seu propósito de fornecer explicações dignas de confiança, bem fundadas e sistemáticas para numerosos fenômenos” (NAGEL, *Ciência: natureza e objetivo*, em MORGEN BESSER,

Filosofia da ciência, p. 18). Para alguns, seu papel seria justamente o de construir um conhecimento continuamente aprimorado.

■ Filosofia da ciência

Essas e outras discussões configuraram um campo de reflexão sobre a ciência e seus métodos: a **epistemologia** ou **filosofia da ciência** (usamos neste livro as duas expressões como sinônimas, embora seja possível fazer uma distinção entre elas, como pode ser visto no quadro sinótico *Grandes áreas do filosofar*, no final da unidade 1).

A epistemologia, em sentido amplo, tem longa história. Foi, porém, a partir das conquistas da ciência moderna que a investigação filosófica sobre o conhecimento verdadeiro passou a ser dirigida mais diretamente às ciências da natureza, pois foi desde então que estas alcançaram autonomia e identidade como campo do saber. Pensadores como

Descartes, Locke, Hume e Kant trouxeram contribuições importantes nesse sentido (como vimos nos capítulos 10, 14 e 15).

No entanto, foi apenas a partir do final do século XIX que a discussão sobre a ciência como área específica de estudo filosófico começou a ganhar real destaque, notadamente após uma polêmica entre os pensadores ingleses William Whewell e John Stuart Mill sobre o papel do método indutivo na ciência (conforme veremos adiante).

A filosofia da ciência desenvolve, portanto, reflexões críticas sobre os fundamentos do saber científico. Esse tema geral desdobra-se em uma série de questões, como:

- estudo do método de investigação científica;
- classificação da ciência;
- natureza das teorias científicas e sua capacidade de explicar a realidade;
- papel da ciência e sua utilização na sociedade.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Caracterize o que se entende hoje por ciência, destacando seus objetivos, metodologia, resultados e função.
2. Por que se diz que o método científico apresenta uma estrutura lógica? Justifique.
3. Analise a seguinte afirmação: explicar e prever são as funções fundamentais das leis e das teorias científicas.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. Opinião de cientistas

Em sua opinião, se um conhecimento científico pode ser refutado com o passar do tempo, por que as opiniões dos cientistas tendem a ser mais valorizadas que as de outras pessoas na maioria das sociedades ocidentais contemporâneas? Haveria um endeusamento ou uma mitificação do cientista? Ou há uma boa razão para que isso ocorra? Discuta o tema com os colegas.

CIÊNCIA NA HISTÓRIA

A razão científica através do tempo

O que denominamos **ciência** tem uma história recente. Conforme estudamos antes (no capítulo 4), até o século XVII filosofia e ciência estavam interligadas, e foi só a partir da **revolução científica** iniciada por Galileu que teve início a história da ciência como setor autônomo, independente da filosofia. Por isso, as origens do saber científico confundem-se com as origens da própria filosofia.

Essas origens situam-se na filosofia pré-socrática, marcada pela busca da *arché* (o **princípio** de todas as coisas da natureza), isto é, da **unidade** em meio à **multiplicidade**, do **permanente** em meio ao **transitório** (como apresentamos no capítulo 11).

■ Ciência moderna

Em certo sentido, o objetivo da ciência continua sendo compreender o que é **universal** em relação aos objetos e fenômenos investigados. O que mudou bastante, dos antigos gregos à ciência moderna, foi o próprio entendimento do que é ciência e das condições nas quais se dá o conhecimento científico.

Aristóteles dizia que **conhecer é conhecer as causas**, concebidas por ele como quatro: a causa material, a causa formal, a causa eficiente e a causa final (conforme exposto no capítulo 12). Esse processo levaria a um conhecimento que

transcenderia a ciência, no seu sentido atual, e se confundiria com a própria **metafísica** – que é, como estudamos antes (no capítulo 6), o conhecimento dos princípios últimos de toda a realidade.

Enfoque quantitativo

A partir de Galileu deu-se o abandono, em grande medida, dessa pretensão metafísica de conhecimento, de busca dos princípios últimos de todas as coisas. A ciência passou a se guiar por um procedimento mais específico e experimental e, sobretudo, por um enfoque **quantitativo**. A procura da explicação **qualitativa** e **finalística** acerca dos seres (de sua finalidade ou de seu sentido) foi substituída pela **matematização**, isto é, por um processo que abstrai, ignora as características sensíveis da realidade e reduz a explicação dos fenômenos a equações, teoremas e fórmulas.

Como observou o historiador da ciência Alexandre Koyré em seu livro *Do mundo fechado ao universo infinito*, a partir do Renascimento houve a destruição da ideia de **cosmo**, isto é, de um mundo hierarquizado, dotado de centro e limitado no espaço. Em seu lugar, surgiu a ideia de um **universo**

infinito, não hierarquizado, não místico, mas geométrico. (Confira esse tema mais detalhadamente nos capítulos 6 e 14.)

Enfoque operativo

Outra característica peculiar da ciência moderna é a ruptura com o aspecto **contemplativo** que predominava na ciência antiga. A ciência moderna é fundamentalmente **operativa**, isto é, tem interesse no conhecimento para poder operar, intervir na natureza e dominá-la. A filosofia de Kant reflete e explicita essa nova relação do ser humano com a natureza quando afirma:

A razão, assim, se aproxima da natureza não como um aluno que ouve tudo aquilo que o professor se decide a dizer, mas como um juiz que obriga a testemunha a responder a questões que ele mesmo formulou. (Crítica da razão pura, p. 11.)

Desse modo, a ciência moderna não constitui uma observação que aceita os fatos recolhidos no mundo de forma ingênua ou passiva, mas uma observação crítica do mundo, mediada por operações racionais, aplicando, por exemplo, raciocínios lógico-matemáticos aos dados da experiência.



A lição de anatomia do Dr. Tulp (1632) – Rembrandt, óleo sobre tela. Retrato da dissecação de um corpo no século XVII, exemplo da ciência operativa da Idade Moderna. As dissecações tornaram-se acontecimentos públicos à época, pois havia grande curiosidade acerca do funcionamento do corpo humano. Isso ainda ocorre hoje em dia?

Desenvolvimento das ciências

A **física** e a **química**, no século XVII, e posteriormente as **ciências biológicas** desenvolveram-se no interior dessa nova concepção de ciência.

O otimismo em relação às **ciências naturais** dominou a Idade Moderna, estendendo-se às chamadas **ciências humanas**, que, nascidas no século XIX, procuraram atingir um patamar de cientificidade próximo do alcançado pela física, considerada o **modelo de ciência**.

A própria **sociologia** foi concebida por Auguste Comte, um entusiasta da ciência, como uma “física social”. Só posteriormente o sociólogo Max Weber postulava o **método da compreensão** (apreensão

global dos elementos analisados) como mais adequado às ciências humanas que o **método da explicação** (esclarecimento das causas), embora ele próprio não abrisse mão da coleta de dados e das análises estatísticas (que são os procedimentos possíveis de serem efetuados pelas ciências humanas).

■ Revoluções científicas

No final do século XIX e início do século XX, a matemática e a física clássicas foram revolucionadas por novas teorias que começaram a romper com certos paradigmas (modelos) estabelecidos até então. Outras teorias, porém, causaram grande impacto não apenas no interior da ciência, mas também na sociedade em geral. Vejamos alguns casos emblemáticos.

Teoria da evolução das espécies

No campo da biologia, a **teoria da evolução das espécies**, estabelecida em 1859 pelo naturalista inglês **Charles Darwin** (1809-1882), veio abalar o próprio estatuto do ser humano como “centro do mundo”, que marcou o humanismo da época moderna.

Trata-se da tese de que a diversidade biológica de nosso planeta se deve a modificações acumuladas ao longo de sucessivas gerações, em um processo evolutivo de seleção natural que culminou com o aparecimento do ser humano. Foi uma grande revolução, tanto no âmbito científico como no senso comum, pois se chocava com muitas crenças, principalmente religiosas, a respeito da origem do ser humano sobre a Terra. Além disso, lançava a noção de que as coisas nem sempre foram assim como as vemos. Existiria uma **história** também no mundo natural.

Surgiram também – ainda no campo da biologia – as **leis da hereditariedade de Mendel** (1866) e, no início do século XX, a identificação dos **chromossomos** e dos **genes**. As pesquisas nessa área conduziram progressivamente a vários novos conhecimentos – entre eles a decifração do código genético na segunda metade do século XX –, mas também despertaram muitas polêmicas, especialmente no campo da **engenharia genética**. É o caso, por exemplo, das pesquisas com **clonagem**, que levaram ao nascimento da ovelha clonada Dolly, em 1996.

Clonagem – processo de reprodução assexuada a partir da célula adulta de um indivíduo, pelo qual se obtêm indivíduos geneticamente idênticos ao do organismo doador.



KAREN KASMAUSKI/CORBIS/FOTARENA

Em laboratório do Projeto Genoma, cientista utiliza luz ultravioleta para observar cromossomos em DNA. O modelo de dupla-hélice – proposto por James Watson (1928-) e Francis Crick (1916-2004) para descrever a estrutura do DNA – permitiu grandes avanços na ciência genética, tais como o projeto de cooperação internacional para decifrar o código genético humano, mais conhecido como Projeto Genoma, que também pesquisa outras espécies.

CONEXÕES

1. Pesquise sobre o impacto que a clonagem provocou no meio científico e na sociedade. Depois elabore uma análise, uma reflexão, que responda às seguintes questões: O que a clonagem representou para cada um desses âmbitos? Por que houve tanta polêmica em torno dela?

Geometrias não euclidianas

No campo da **matemática**, surgiram novas concepções de geometria, desenvolvidas inicialmente por volta de 1826 pelo matemático russo **Nicolai Lobatchevski** (1792-1856) e pelo húngaro **János Bolyai** (1802-1860) – independentemente e sem conhecimento mútuo – e, posteriormente, pelo matemático alemão **Bernhard Riemann** (1826-1866).

Essas novas geometrias, denominadas **geometrias não euclidianas**, abalaram a certeza matemática, pois rejeitavam alguns axiomas da geometria clássica euclidiana, colocando em dúvida certas verdades até então consideradas evidentes e modificando as ideias sobre o espaço geométrico.

A partir do golpe desferido por essas novas concepções, os axiomas da geometria clássica passaram a ser entendidos não mais como princípios irrefutáveis e absolutos, mas como simples **pontos de partida**. Ou seja, a geometria euclidiana não foi totalmente refutada, mas perdeu o posto de verdade absoluta para explicar o espaço em geral, restringindo-se sua aplicação mais precisamente aos espaços planos. Como observou o matemático francês **Henri Poincaré** (1854-1912), “uma geometria não pode ser mais verdadeira que outra: ela pode ser apenas mais cômoda” (Citado em REALE e ANTISERI, *História da filosofia*, p. 414).

Física quântica

No campo da **física**, o **mecanicismo determinista** (nexos necessários entre causas e efeitos de um fenômeno), que se desenvolveu a partir da mecânica de Newton, havia se estendido aos outros ramos dessa ciência, como a termodinâmica, a ótica e a acústica, permeando o século XIX.

No final do século XIX, no entanto, o desenvolvimento de diversas pesquisas apresentou contradições que abalaram essa concepção do universo físico e propiciaram o desenvolvimento da **física quântica**.

texto enunciou, entre outras coisas, que a energia é igual à quantidade de massa multiplicada pela velocidade da luz ao quadrado (a famosa fórmula $E = mc^2$). Era o ponto de partida para o desenvolvimento de sua **teoria da relatividade**.

O mecanismo da física clássica newtoniana sofreu novo abalo com a formulação do **princípio da incerteza** pelo físico alemão **Werner Karl Heisenberg** (1901-1976), um dos fundadores da física quântica. Esse princípio estabeleceu a impossibilidade de determinar com precisão a velocidade e localização de um elétron.

Assim, no século XX, a física passou a lidar com dois grandes níveis de observação:

- o campo dos valores e grandezas verificáveis na experiência cotidiana, que emprega a física clássica;
- o campo dos valores e grandezas envolvidos nos fenômenos microscópicos (atômicos, nucleares e subnucleares) e astronômicos, que emprega, por exemplo, a física quântica e a teoria da relatividade, respectivamente.

O desenvolvimento desses novos campos da física, além de romper com a concepção determinista e mecanicista da física clássica, passou a admitir também, com o princípio da incerteza, certo “irracionalismo”, o que abalou a pretensão de causalidade e previsibilidade que caracterizava a ciência até então.

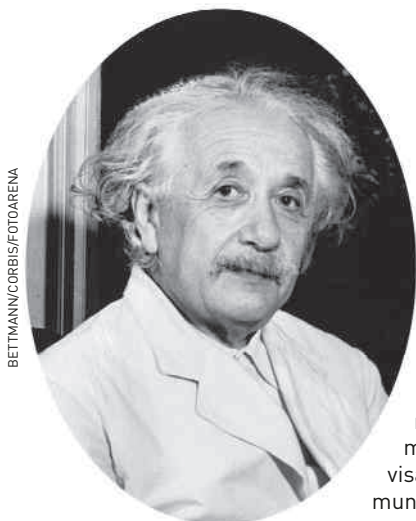
■ Ciência pós-moderna

A partir da segunda metade do século XX, aumentou significativamente o número de adeptos de abordagens que não seguem o modelo adotado desde o início da ciência moderna, especialmente no que se refere ao seu **reducionismo mecanicista**. Por esse motivo, vários estudiosos falam no surgimento de um **novo paradigma** (conceito que veremos mais adiante) e, portanto, de uma nova ciência: a chamada **ciência pós-moderna**.

O **reducionismo** pode ser definido, como vimos antes, como a maneira de pensar segundo a qual o **todo** pode ser explicado pelas **partes** nas quais ele se reduz, no entendimento de que “a soma das partes equivale ao todo”. Assim, se conhecermos as partes, conheceremos o todo. (Reveja a explicação mais detalhada de reducionismo mecanicista, apresentada no capítulo 6.)

Holismo

Nas novas abordagens desenvolvidas nas últimas décadas, o todo tende a ser entendido como



Albert Einstein conseguiu unir sua atividade como cientista à reflexão filosófica, manifestando uma visão global e crítica do mundo contemporâneo.

Em 1905, o físico alemão **Albert Einstein** (1879-1955) reformulou os conceitos tradicionais de espaço e tempo em um artigo intitulado “Sobre a eletrodinâmica dos corpos em movimento”. Nesse

sistema, isto é, como estrutura organizada de elementos inter-relacionados. Para ser adequadamente compreendido, o todo não pode ser dividido, isolando suas partes. As partes devem ser entendidas conjuntamente nas **relações** que estabelecem entre si, sempre tendo como referência o todo. Essa tendência é conhecida, de modo genérico, como **holismo** (do grego *hólos*, “total, inteiro, completo”).

Uma de suas expressões é o chamado **emergentismo**, movimento que ganhou força dentro da biologia desde o início do século XX. Os emergentistas dizem que, em alguns sistemas, “o todo é **algo mais** que a simples soma de suas partes”, porque nelas não se observariam algumas das propriedades que **emergem** com o todo. Em outras palavras, as propriedades emergentes não poderiam ser reduzidas às anteriores. Um exemplo de **emergência** seria a vida, fenômeno incompreensível quando se pensa em seus elementos inorgânicos isoladamente.

Outra expressão de holismo na compreensão da realidade é o **pensamento sistêmico**, inicialmente formulado pelo biólogo austríaco Karl Ludwig von Bertalanffy (1901-1972). Segundo essa abordagem, qualquer sistema real (por exemplo, uma célula, uma empresa, a Terra) manifesta-se como um **sistema complexo**, isto é, que apresenta distintos níveis de realidade em interação. Por isso, deve ser interpretado em sua totalidade de maneira **interdisciplinar**, associando, por exemplo, a visão econômica, cultural, biológica, química etc., conforme o sistema em questão.

Pensamento complexo

O **pensamento complexo** é outra forma de abordagem do novo paradigma, mas que propõe uma espécie de síntese entre a perspectiva reducionista e a holista.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. A partir do século XVII, modificou-se muito o entendimento do que é ciência, de qual é seu campo de atuação e de como se dá o conhecimento científico, distanciando definitivamente dois conceitos de ciência. Justifique essa afirmação, caracterizando e comparando os conceitos antigo e moderno de ciência.
5. Que descobertas científicas despertaram, na passagem do século XIX para o século XX, uma nova perspectiva sobre o fazer científico e seus resultados? E o que mudou com elas?
6. Por que se diz que estaria surgindo uma nova ciência, uma ciência pós-moderna?

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Progresso científico

Será a história da ciência um processo linear e evolutivo? A humanidade sabe cada vez mais do que sabia antes? Pesquise sobre o tema e encontre argumentos a favor e contra. Depois discuta-os com os colegas.

De acordo com um dos principais teóricos dessa corrente, o pensador francês Edgar Morin (1921-), as pessoas estavam totalmente condicionadas a buscar compreender as partes separadas do todo (reducionismo). E, quando descobriram a abordagem sistêmica, ficaram tão fascinadas com ela que caíram no outro extremo, passando a ver apenas da perspectiva do todo (holismo). Assim, para Morin, o holismo seria uma espécie de reducionismo invertido (com o nível superior determinando o inferior).

No entanto, conforme argumenta o pensador francês, nos sistemas complexos operam dois princípios:

- **princípio de emergência**, que, como já vimos, relaciona-se com a possibilidade de emergirem propriedades que não estavam nas partes isoladas do todo. É a criatividade do sistema (= o todo é **mais** que a soma das partes);
- **princípio de imposição**, que expressa a possibilidade de as partes não manifestarem todas as suas propriedades potenciais (isto é, de mantê-las latentes) em benefício da harmonia do sistema. Ou seja, o todo se impõe às partes. É a repressão do sistema (= o todo é **menos** que a soma das partes isoladas).

Por isso seria importante adotar, ao mesmo tempo, as perspectivas do todo e das partes (holista e reducionista) para compreender a complexidade do mundo.

É a viagem em busca de um modo de pensamento capaz de respeitar a multidimensionalidade, a riqueza, o mistério do real; e de saber que as determinações – cerebral, cultural, social, histórica – que impõem a todo o pensamento, codeterminam sempre o objeto de conhecimento. É isto que eu designo por pensamento complexo. (MORIN, *O método II: a vida da vida*, p. 14.)

EPISTEMOLOGIA

A investigação filosófica da ciência

A partir das transformações no campo científico ocorridas na passagem do século XIX para o século XX, muitas certezas foram abaladas, fazendo surgir novos questionamentos e reavaliações dos critérios de verdade e da validade dos métodos e das teorias científicas.

A filosofia da ciência debruçou-se sobre essas questões. É interessante observar que, entre seus nomes mais significativos, estão muitos cientistas de vários ramos, que produziram reflexões sobre sua própria prática – e, nesse momento, também são filósofos.

► Papel da indução

Uma interessante polêmica que inaugurou a epistemologia contemporânea foi desenvolvida entre os pensadores ingleses **William Whewell** (1794-1866) e **John Stuart Mill** (1806-1873) sobre o papel da indução na ciência (reveja, se necessário, a explicação sobre o método indutivo no capítulo 5).

Para Stuart Mill, a indução é simplesmente uma generalização que parte de fatos assegurados pela experiência sensível. Já Whewell defendia que, além dos sentidos, a indução se norteia também por ideias inatas (próprias da mente humana) que organizam e relacionam as experiências.

Nessa polêmica, o que estava em jogo era se a indução, entendida como a generalização a partir da observação dos fenômenos analisados, dava ou não conta de incluir em suas conclusões outros elementos particulares que não foram tratados na pesquisa.

Em suma, até que ponto a indução poderia ser um método confiável na aquisição de certezas científicas?

► Critério da verificabilidade

Um grupo de cientistas que marcou a filosofia da ciência foi o chamado **Círculo de Viena**, formado na década de 1920 por filósofos e cientistas de diversas áreas. Os principais representantes desse grupo foram o físico alemão **Moritz Schlick** (1882-1936), os matemáticos alemães **Hans Hahn** (1879-1934) e **Rudolf Carnap** (1891-1970) e o sociólogo e economista austríaco **Otto Neurath** (1882-1945), entre outros.

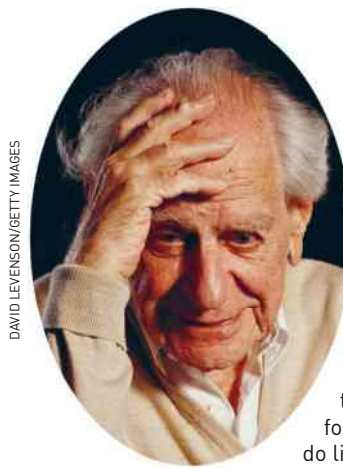
O Círculo de Viena desenvolveu o **neopositivismo**, também denominado **positivismo lógico** ou ainda **empirismo lógico**, que pretendeu formar uma concepção científica do mundo isenta de qualquer especulação:

As proposições fatuais são, pois, o fundamento de todo saber, mesmo que elas precisem ser abandonadas no momento de transição para afirmações gerais. Estas proposições estão no início da ciência. O conhecimento começa com a constatação dos fatos. (SCHLICK, *O fundamento do conhecimento*, p. 46.)

Em suas reflexões acerca do procedimento científico, os pensadores do Círculo de Viena enfatizaram as exigências de **clareza** e **precisão** e propuseram o **critério da verificabilidade** para validar uma teoria científica. Em outras palavras, a teoria deveria passar pelo crivo da **verificação empírica** para ser aceita como verdadeira.

► Critério da refutabilidade

O austríaco naturalizado britânico **Karl Popper** (1902-1994), físico, matemático e filósofo da ciência, criticou o critério da verificabilidade e propôs como única possibilidade para o saber científico o **critério da refutabilidade** ou **da falseabilidade**.



DAVID LEVENSON/GETTY IMAGES

Mais conhecido como um dos maiores nomes da filosofia da ciência, Popper também trouxe importante contribuição ao pensamento político. Com uma crítica aguçada a toda forma de totalitarismo, foi um defensor persistente do liberalismo.

De acordo com esse critério, uma teoria mantém-se como verdadeira até que seja **refutada**, isto é, até que sejam demonstrados sua **falsidade**, suas brechas, seus limites. Para Popper, nenhuma teoria científica pode ser verificada empiricamente pelo método indutivo. Isso porque:

[...] do ponto de vista lógico, não é nada óbvio que se justifique inferir assertivas universais a partir de assertivas singulares, por mais numerosas que sejam estas últimas. Com efeito, qualquer conclusão tirada desse modo sempre pode se revelar falsa: por mais numerosos que sejam os casos de cisnes brancos que possamos ter observado, isso não justifica a conclusão de que todos os cisnes são brancos. (Citado em REALE e ANTISERI, *História da filosofia*, p. 1022.)

Com essa afirmação, Popper indicou a condição **transitória** da validade de uma teoria, ou seja, determinada teoria é válida até o momento em que é refutada, mostrando-se sua falsidade. **Somente a falsidade de uma teoria pode ser provada**, mas nunca sua veracidade absoluta. Isso significa que a ciência possui apenas **conjeturas** (hipóteses) sobre a realidade, e não certezas definitivas. Mas o conhecimento científico pode progredir em sua busca de explicar o real, sendo necessário, para isso, que as sociedades estejam abertas à liberdade de crítica e de pesquisa.

Outro ponto que o filósofo destacou em suas reflexões sobre o conhecimento científico foi que a mente não é uma “tábula rasa”, como pensam os empiristas. Para ele, **não existe observação pura**, pois todas as observações são sempre realizadas à luz de **pressupostos** e de **teorias prévias** que o cientista traz consigo. E elas se confirmam ou não a partir de sua observação.

■ Rupturas epistemológicas

Outro filósofo importante no campo da ciência foi o francês **Gaston Bachelard** (1884-1962), que destacou a importância do estudo da **história da ciência** como instrumento de análise da própria racionalidade. Nessa pesquisa, a atividade científica é entendida como parte de um processo histórico amplo e que possui um caráter social.

De acordo com a análise do filósofo, a ciência progride por **rupturas epistemológicas** quando supera **obstáculos epistemológicos**. Isso quer dizer que caminha por saltos que se caracterizam pela recusa dos pressupostos e métodos que orientavam a pesquisa anterior (sustentando os erros preestabelecidos), pois esses pressupostos e métodos atuavam como obstáculos, como entraves ao avanço do conhecimento. Esses obstáculos podem estar relacionados a hábitos socioculturais cristalizados, a dogmatizações de teorias que freiam o desenvolvimento da ciência, entre outros fatores.

Exemplos de ruptura epistemológica são os da física quântica e da teoria da relatividade, que formularam uma nova maneira de conceber o espaço e o tempo, como resposta aos obstáculos apresentados à física newtoniana.

Bachelard destacou também o papel da **imaginação** e da **criatividade** como elementos imprescindíveis à prática científica.

LUISA RICCIARINI/LEEMAGE/AFP



Planetário do século XVIII, com o Sol ao centro. A mudança do geocentrismo para o heliocentrismo é um exemplo clássico de mudança de paradigma na ciência: quando o modelo geocêntrico não mais conseguia explicar certos fenômenos, foi necessário encontrar outro que desse conta do problema (Whipple Museum, Cambridge, Inglaterra).

■ Paradigmas e revoluções científicas

Por sua vez, o estado-unidense **Thomas Kuhn** (1922-1996), físico e filósofo da ciência, desenvolveu sua teoria acerca da **história da ciência** entendendo-a não como um processo linear e evolutivo, mas como uma sucessão de paradigmas que se confrontam entre si. **Paradigma**, em sua definição, é um conjunto de normas e tradições dentro do qual a ciência se move, durante determinado período e em certo contexto cultural.

BILL PIERCE/TIME LIFE PICTURES/GETTY IMAGES



Apesar de não ter formação específica em história e filosofia, Kuhn se tornou um dos principais historiadores e filósofos da ciência, introduzindo a perspectiva sociológica em suas análises.

Em seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (1962), Kuhn sustenta a tese de que a ciência se desenvolve durante certo tempo a partir da aceitação, por parte da comunidade científica, de um conjunto de teses, pressupostos e categorias que formam seu paradigma.

Em determinados momentos, porém, o paradigma se altera, provocando uma **revolução** que abre caminho para um novo tipo de desenvolvimento científico. Foi o que se deu, por exemplo, na passagem da física antiga para a física moderna, ou ainda na passagem da física clássica (moderna) para a física quântica. De acordo com o filósofo, é como se ocorresse uma reorientação da visão científica, na qual os elementos de um problema são concebidos em novas relações. Nesses momentos coexistem dois tipos de ciência:

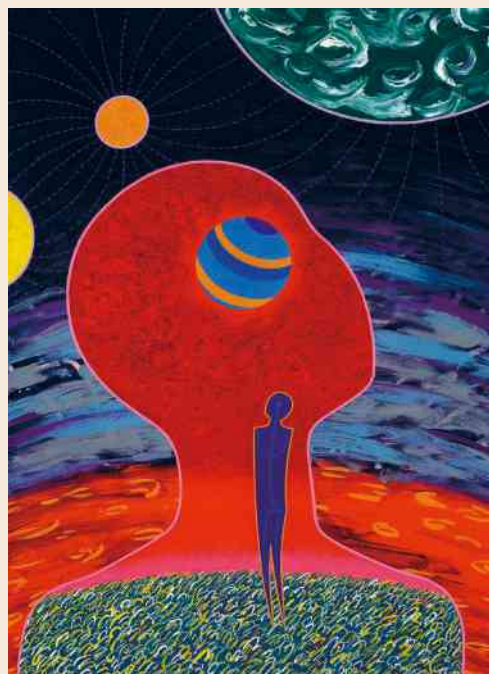
- **a ciência normal** – aquela que se desenvolve dentro de certo paradigma aceito pela maior parte da comunidade científica, acumulando dados e instrumentos em seu interior;
- **a ciência extraordinária** – aquela que surge nos momentos de **crise** de um paradigma. Surge como nova ciência, questionando os fundamentos e pressupostos da ciência anterior e propondo um novo paradigma.

Novos paradigmas da pós-modernidade

As mudanças descritas por Thomas Kuhn podem ser verificadas no mundo científico contemporâneo, no qual se têm desenvolvido novos paradigmas de investigação que cada vez mais se consolidam como ciência normal. Vejamos alguns deles:

- **complexidade** – em vez da **simplicidade** da natureza, como propôs a ciência moderna (conforme vimos no início do capítulo), adota-se a perspectiva de uma realidade complexa;
- **variabilidade e instabilidade** – em vez da **uniformidade** e da **estabilidade** do mundo, expressas por leis naturais invariáveis nas diversas instâncias da realidade física, admite-se a existência de **leis distintas** para níveis da realidade distintos;
- **relacionamento** – em vez do **isolamento** das partes, proposto pelo método científico moderno, valoriza-se a perspectiva da **relação** entre elas;
- **intersubjetividade** – em vez da **objetividade**, supostamente garantida pela separação entre o objeto e o observador, entende-se que o observador (ou conjunto de observadores) integra o fenômeno que estuda.

Universo interligado. Exemplo dos novos paradigmas da ciência é a chamada **teoria do caos**, segundo a qual, em determinados sistemas dinâmicos (como os da natureza), uma pequena mudança nas condições iniciais pode ter enormes – e até imprevisíveis (caóticas) – consequências. Essa concepção ficou conhecida como “efeito borboleta” devido à imagem: “O bater de asas de uma borboleta no Pacífico pode ser responsável pelo aparecimento de um tufão do outro lado do planeta”.



ANÁLISE E ENTENDIMENTO

7. O conjunto de transformações da ciência, na passagem do século XIX para o XX, estimulou o surgimento de uma nova área de reflexão filosófica: a filosofia da ciência ou epistemologia. Entre os epistemólogos, passou-se a discutir, por exemplo, sobre o critério a ser adotado para validar uma teoria científica. Nesse debate, opuseram-se os pensadores do Círculo de Viena e Karl Popper. Que critério defendia cada um? Explique-os.
8. Albert Einstein teria afirmado, referindo-se à sua teoria da relatividade, que ela terá, em algum momento, de se render a outra teoria, por razões que ainda não é possível imaginar. O processo de aprofundar a teoria não teria limites. Você acredita que Popper concordaria com a opinião de Einstein? Por quê?
9. Em que sentido podemos dizer, com Bachelard, que a física newtoniana constituiu, em dado momento, um obstáculo epistemológico para os cientistas?
10. Explique os conceitos de paradigma e revolução científica em Thomas Kuhn.

3. Ciência e filosofia

O que diferencia o saber científico do saber filosófico é, segundo Russell, principalmente o enfoque: a ciência interessa-se mais em resolver problemas específicos, delimitados, enquanto a filosofia busca alcançar uma visão global, harmônica e crítica do conhecimento.

Com qual tipo de conhecimento você mais se identifica? Com o científico ou com o filosófico? Elabore uma reflexão sobre sua maneira de ser e de conhecer.

CIÊNCIA E SOCIEDADE

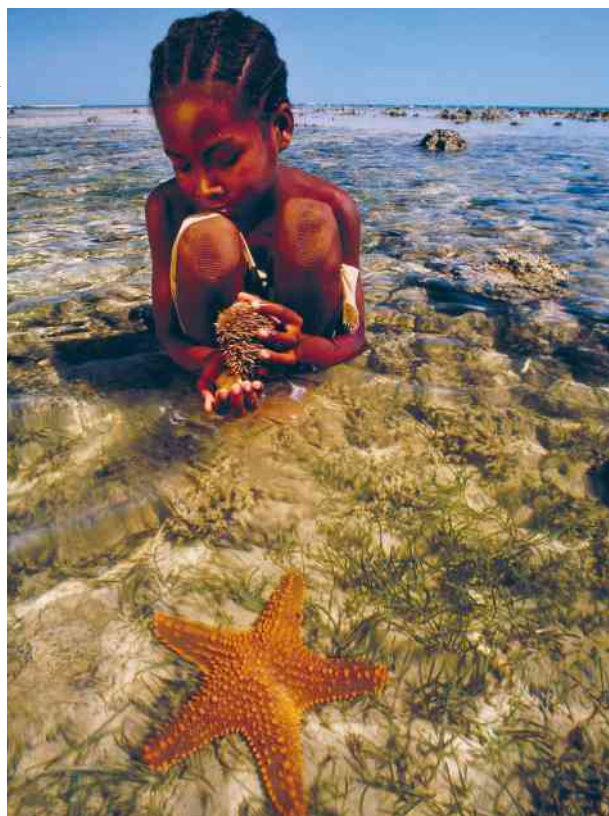
As relações entre essas duas esferas

Vimos que a análise epistemológica contemporânea tem levado à compreensão da atividade científica como um procedimento que admite falhas.

Esse questionamento tem relativizado o conhecimento científico em relação aos outros tipos de conhecimento e jogado luz sobre o processo de conhecer, que não depende exclusivamente da atividade lógica. É interessante a observação de Einstein sobre esse tema:

Não existe nenhum caminho lógico que nos conduza [às grandes leis do universo]. Elas só podem ser atingidas por meio de intuições baseadas em algo semelhante a um amor intelectual pelos objetos da experiência. (*Como vejo o mundo*, p. 46.)

FRANS LANTING/CORBIS/FOTOAERENA



Menina investiga e interage com ouriço-do-mar em praia de Madagascar. Nossa ação sobre o mundo o modifica, mas quando isso ocorre será que não modificamos também a nós mesmos?

■ Mitos da ciência

Apesar dessas novas percepções, para a sociedade em geral a ciência ainda é um mito. O pensador brasileiro Rubem Alves (1933-) chama a atenção para o perigo de mitificar a ciência e os cientistas. Ele afirma:

O cientista virou um mito. E todo mito é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento. Este é um dos resultados engraçados (e trágicos) da ciência. Se existe uma classe especializada em pensar de maneira correta (os cientistas), os outros indivíduos são liberados da obrigação de pensar e podem simplesmente fazer o que os cientistas mandam. (*Filosofia da ciência*, p. 11.)

Ao fazer essa observação, Rubem Alves propõe algumas questões em relação ao conhecimento científico e ao poder que esse conhecimento adquiriu na sociedade contemporânea.

A primeira questão diz respeito à **diferença** entre o conhecimento científico e o conhecimento comum – isto é, o senso comum – da maioria das pessoas: será o conhecimento científico **superior**?

A segunda questão concerne ao **estatuto** do conhecimento científico, encarado como modo de pensar correto: será a ciência sempre **correta, perfeita, absoluta**?

Finalmente, a terceira questão refere-se propriamente ao **poder** que o saber científico confere a quem o detém, poder de induzir o comportamento das pessoas e autoproclamar-se conhecedor da verdade sobre determinados assuntos: será o cientista **neutro**?

A questão da superioridade

Quanto à primeira questão, vimos, ao tratar das formas de conhecimento, que o senso comum se caracteriza por certa ausência de fundamentação, por uma aceitação acrítica ou pouco criteriosa daquilo que parece ser a verdade para as pessoas em

geral. A ciência, por sua vez, seria, ao contrário, a busca dessa fundamentação, a procura rigorosa dos nexos e relações entre os fatos observáveis, de forma a encontrar a razão de ser dos fenômenos estudados.

No entanto, essa oposição tão rígida, que culmina em uma valorização da ciência em detrimento do senso comum, não corresponde exatamente à prática do acesso ao saber. Em outras palavras, nem o senso comum é tão ingênuo quanto costuma ser pintado, nem a ciência é tão rigorosa e infalível quanto se apresenta.

Primeiramente, não devemos nos esquecer de que as observações que levam ao conhecimento científico nascem de problemas com os quais o senso comum lida, a ponto de o economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987) afirmar que “a ciência nada mais é que o senso comum refinado e disciplinado” (citado em ALVES, *Filosofia da ciência*, p. 9).

Mas também devemos considerar que o comportamento científico se distingue do senso comum por não se manter preso às primeiras observações. Vai além do observável ao promover a elaboração de teorias, muitas das quais de complexidade tal que fogem ao entendimento comum. É o próprio Myrdal que afirma: “Os fatos não se organizam em conceitos e teorias se simplesmente os contemplarmos”. Isso significa que o trabalho científico envolve outros elementos, além da observação: o levantamento de hipóteses, experimentações, generalizações, até se constituir em teorias, que são abstrações razoáveis acerca do observado.

Apesar de suas diferenças, o problema da oposição extremada entre senso comum e ciência deu-se a partir do positivismo, que valorizou exageradamente o saber científico em detrimento de outras formas de conhecimento, como o mito, a religião, a arte e até a filosofia.

O positivismo firmou o **mito do cientificismo**, a ideia de que o conhecimento científico é perfeito, a ciência caminha sempre em direção ao progresso e a tecnologia desenvolvida pela ciência pode responder a todas as necessidades humanas – crenças que têm sido postas em xeque.

Questão da correção

Com isso, chegamos à segunda questão: o estatuto do conhecimento científico. Será ele sempre perfeito, o mais correto?

A reflexão sobre o assunto indica que não. Não há, como vimos antes, certezas absolutas em relação à validade de nenhuma teoria científica. Essa é

uma das questões mais debatidas entre filósofos da ciência e cientistas. Muitos deles encaram a ciência como uma atividade contínua e não como uma doutrina enrijecida pela pretensão de ter atingido um saber perfeito e absoluto.

Além disso, a complexidade dos fenômenos é uma interrogação sempre constante no campo do conhecimento científico. Os muitos problemas ambientais decorrentes da ação tecnocientífica são exemplos dessa incapacidade da ciência de tudo prever. Como apontou, ironicamente, o dramaturgo irlandês Bernard Shaw (1856-1950), “a ciência nunca resolve um problema sem criar pelo menos dez outros”.

JUJI PRESS/AEP



Fumaça negra sai de chaminés no polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia. No campo social, o desenvolvimento tecnológico trazido pela ciência deve atender aos interesses econômicos e ambientais, que com frequência estão em conflito, como vemos na imagem acima. Para você, como os cientistas podem lidar com essa situação?

Questão da neutralidade

Chegamos à terceira questão aqui proposta: a relação entre saber e poder, formulada por Francis Bacon (1561-1626). O filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900) já havia afirmado que o conhecimento se dá por meio de alguma forma de dominação, isto é, **todo conhecimento implica poder**.

Com o conhecimento científico ocorre o mesmo. Ele não é neutro, e seu uso é menos neutro ainda. A produção científica insere-se no conjunto dos interesses das sociedades. E, frequentemente, é direcionada por verbas e financiamentos vinculados aos objetivos dos grupos que exercem poder social.

Caso nazista – a banalização do mal

Tomemos um caso que, por suas dimensões e características, nos dá uma ideia precisa do que pode ser o uso “interessado” da racionalidade científica e da tecnologia: a violência do regime nazista, instalado na Alemanha entre 1933 e 1945.

Tal fato foi analisado pela pensadora alemã **Hannah Arendt** (1906-1975), em seu livro *Eichmann em Jerusalém*. Em sua investigação, ela destaca a forma cientificista, a racionalidade perversa com que foram mortos cerca de seis milhões de judeus nos campos de extermínio, sob o comando de Adolf Hitler.

O emprego da tecnologia – no caso, as câmaras de gás e os fornos crematórios – era um procedimento frio, burocratizado, uma operação conduzida por funcionários públicos. Eichmann é o nome de um desses funcionários de Hitler, que Arendt identificou como um produto típico do regime nazista.

Analisando as condições que possibilitaram o extermínio de um número tão grande de pessoas, Hannah Arendt concluiu que isso se deveu à **banalização do mal**, obtida por uma prática **cientificamente programada e racionalizada** da violência.

Em nossos dias, situações semelhantes se repetem nos “ataques cirúrgicos” que caracterizam as guerras atuais. Resultado do refinamento da tecnologia de armamentos, essas guerras a distância também banalizam o mal, uma vez que quem aperta um botão não presença, não vive diretamente o horror da guerra.

Hannah Arendt foi uma das filósofas mais influentes do século XX. Ela acompanhou o julgamento de Adolf Eichmann e ficou impressionada com seu aspecto trivial e equilibrado, o típico burocrata obediente às regras e habituado a “não pensar” além do que lhe é solicitado.



MONDADORI PORTFOLIO/GETTY IMAGES

CONEXÕES

2. Pense em seu cotidiano, em suas diversas vivências e no que você conhece de sua cidade. Procure identificar o papel da ciência e da tecnologia em sua vida e em seu ambiente. Há coisas boas e coisas ruins? Quais são elas?

Crítica da ciência

Não é, portanto, apenas sobre possibilidade de validação das teorias científicas que a filosofia da ciência deve se debruçar. Outras questões concernentes à ciência ainda surgem no mundo contemporâneo. Elas dizem respeito ao sentido, ao valor e aos limites éticos do conhecimento científico nos contextos das sociedades.

Como observamos antes (no capítulo 17), uma parte da filosofia contemporânea tem-se dedicado à análise dos rumos tomados pelo conhecimento científico e sua aplicação prática, isto é, o desenvolvimento tecnológico. Vejamos alguns pontos dessa análise.

Dominação social

Nos filósofos da Escola de Frankfurt, a crítica do papel da ciência e da tecnologia no mundo atual está vinculada à crítica da própria razão

contemporânea, dominadora e manipuladora – uma razão instrumental.

Segundo essa interpretação, essa racionalidade – que, a partir dos ideais iluministas, apresentava-se como libertadora – passou a servir à dominação e à destruição da natureza. A vida dos indivíduos também foi submetida a mecanismos de racionalização, como a especialização do trabalho nas indústrias, que se apresentou como científica, isto é, neutra, desinteressada. Mas nem sempre foi assim.

Outro filósofo que denunciou os mecanismos de controle social pela indução racional e científica dos comportamentos foi, como vimos, Michel Foucault (1926-1984). Ele procurou mostrar que o **saber especializado** é usado como forma de convencimento racional das pessoas em geral, exercendo poder sobre elas.

Essa utilização do discurso científico só é possível a partir do mito do cientificismo, ou seja, a crença no poder da ciência de tudo explicar e, sobretudo, a crença em sua neutralidade, a ideia de que o conhecimento científico é desinteressado e imparcial.

Interesses políticos e econômicos

O que define a finalidade da pesquisa científica? Apenas o bem-estar social e a emancipação do ser humano, como geralmente se crê, ou há outros interesses?

Os cientistas envolvidos na construção da bomba atômica, por exemplo, não detinham o controle de seu uso. O físico estado-unidense Julius Robert Oppenheimer (1904-1967), diretor do centro de pesquisas nucleares de Los Alamos durante parte dos trabalhos relativos a tal projeto, redigiu uma

declaração na qual revelou sua ignorância política, ou seja, o seu desconhecimento sobre o uso previsto para suas pesquisas.

Também é sabido que muitos países dependem economicamente da indústria armamentista, responsável por grande parte do produto interno bruto mundial. Isso estimula o investimento de mais recursos nesse tipo de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, em detrimento de outros, pois estão envolvidos interesses de dominação política e econômica.

Levando tudo isso em consideração, perceberemos que a ciência também está atrelada a outros interesses que norteiam sua própria ação. Desse modo, devemos ser cautelosos quando avaliamos o sentido e o valor dos conhecimentos científicos. A reflexão filosófica pode nos ajudar nessa tarefa.

JACK GUEZAF/AFIP



Soldado israelense prepara munição de artilharia na fronteira entre Israel e a Faixa de Gaza. A indústria armamentista é uma das que mais investe em avanço tecnológico e também uma das mais lucrativas da economia mundial. Não é essa uma associação perversa, pois atrela a ciência a interesses econômicos poderosos, causadores de destruição, sofrimento e morte?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

11. “O cientista virou um mito. E todo mito é perigoso, porque ele induz o comportamento e inibe o pensamento” (Rubem Alves). O que significa dizer que “o cientista virou um mito”? Como o mito do cientista pode induzir o comportamento? E inibir o pensamento? Exemplifique.
12. Discorra sobre os seguintes mitos a respeito da ciência:
 - a) superioridade;
 - b) correção;
 - c) neutralidade.

CONVERSA FILOSÓFICA

4. Ciência e ética

Einstein teria dito que o pensamento científico tem um olho aguçado para métodos e instrumentos, mas é cego quanto a fins e valores. Você concorda com essa afirmação? Encontre exemplos na história e na realidade atual que ilustrem sua posição. Depois, apresente-os aos colegas.

5. Compreensão ou poder

Considere a ambiguidade relativa à maneira de atuar da ciência, destacada ao longo do capítulo. Para você, o ser humano domina a natureza mais pela compreensão, como assinalou Bronowski, ou pela força, como considerou Nietzsche? Ou seria mediante uma combinação de ambas? Justifique sua opinião.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEM) A epistemologia de Thomas Kuhn tem como tese fundamental a mudança de paradigmas que provoca as revoluções científicas; enquanto a epistemologia de Karl Popper se caracteriza pelo princípio da falseabilidade. Some os números das alternativas que forem corretas.

- 01) Para Thomas Kuhn, as mudanças de paradigmas nas teorias científicas desorganizam a ciência a ponto de impedir um avanço do conhecimento.
- 02) Para Thomas Kuhn, a revolução copernicana que substitui a explicação ptolomaica geocêntrica pela explicação heliocêntrica caracteriza uma mudança de paradigma e uma revolução na ciência astronômica.
- 04) Para Karl Popper, o valor de uma teoria não se mede pela sua verdade, mas pela possibilidade de ser falsificada.
- 08) Para Thomas Kuhn, o paradigma é uma visão de mundo expressa em uma teoria; o paradigma serve para auxiliar o cientista na resolução de seus problemas.
- 16) Considerando o princípio da falseabilidade, a ciência, para Karl Popper, não se desenvolve de modo linear.

Sessão cinema

A ilha do Dr. Moreau (1977, EUA, direção de Don Taylor)

Ficção acerca da ideia do cientista como criador, à semelhança de Deus. Em uma ilha isolada, cientista realiza experimentos de engenharia genética, criando seres a partir de células humanas e animais, os quais são controlados por ele através de dispositivos que causam dor.

Epidemia (1995, EUA, direção de Wolfgang Petersen)

Obra sobre uma epidemia causada por um vírus letal e desconhecido que assola uma região da África. Mostra os interesses políticos e econômicos nos quais a ciência pode tropeçar.

Frankenstein (1931, EUA, direção de James Whale)

Filme baseado no romance de Mary Shelley, *Frankenstein* ou *O Prometeu moderno*, de 1818. Crítica romântica à pretensão de verdade da ciência, que no seu desenvolvimento pode acabar criando monstros.

O jardineiro fiel (2005, EUA, direção de Fernando Meirelles)

Diplomata britânico investiga a misteriosa morte de sua esposa no Quênia e sua relação com pesquisas de uma indústria farmacêutica, despertando questões de bioética e relacionadas com a desigualdade social.

O óleo de Lorenzo (1992, EUA, direção de George Miller)

Baseado em história real, o filme conta a luta dos pais de um garoto, que sofre de uma rara doença degenerativa, para conseguir criar um remédio que paralise o desenvolvimento do mal. Mostra a ciência como uma atividade interessada, que principia com um problema e pode ser desenvolvida pelas pessoas comuns.

Para pensar

Os dois textos seguintes apresentam reflexões sobre a ciência e o fazer científico.

O primeiro contextualiza a ciência no interior do conhecimento humano. Nele, o filósofo da ciência G. Kneller procurou estabelecer os limites e as peculiaridades do conhecimento científico, bem como as características de outras espécies de conhecimento (artístico, histórico, religioso, filosófico) que completam a visão do ser humano sobre a realidade.

No segundo texto, Karl Popper analisa por que não existe observação pura e por que a ciência só pode formular conjecturas (hipóteses) sobre a realidade, e não verdades irrefutáveis.

Leia-os atentamente, relacione-os e responda às questões que seguem.

1. A ciência e outras espécies de conhecimento

A ciência é apenas uma parte da tentativa da humanidade de compreender o mundo em todos os seus aspectos. O homem esforça-se por descobrir uma ordem no fluxo da experiência, quer essa ordem seja observada, como na repetição das estações, quer seja postulada por teorias refinadas como as da relatividade, mecânica quântica e evolução. A busca da ordem na experiência une ciência, literatura, história, religião, filosofia e arte. A ciência procura essa ordem na experiência da natureza adquirida pelo homem; a literatura e a arte procuram-na na experiência interior do homem e em suas relações com os seus semelhantes; a história, no passado humano; a religião, na relação do homem com um Ser Supremo; e a filosofia em todos esses empreendimentos humanos.

A ciência tanto restringe como amplia a experiência da natureza. Restringe essa experiência quando se empenha em eliminar tudo o que nela for puramente pessoal. Procura remover tudo o que for único no cientista, individualmente considerado: recordações, emoções e sentimentos estéticos despertados pelas disposições de átomos, as cores e os hábitos de pássaros, ou a imensidão da Via-Láctea. Também se esforça por banir seja o que for que as pessoas experienciam mas em diferentes graus, dependendo da perspectiva e das condições físicas da experiência. Por conseguinte, a ciência elimina a maior parte da aparência sensual e estética da natureza. Poentes e cascatas são descritos em termos de frequências de raios luminosos, coeficientes de refração e forças gravitacionais ou hidrodinâmicas. Evidentemente, essa descrição, por mais elucidativa que seja, não é uma explicação completa daquilo que realmente experienciamos.

Ao esforçar-se por ser objetiva, a ciência exclui toda e qualquer referência à experiência subjetiva, individual ou coletiva. Logo, a ciência descreve um mundo de coisas sem valor, interagindo como se a humanidade não existisse. Mas como a natureza que experienciamos está impregnada de nossas avaliações – como no terror dos furacões, na calma das lagoas e na tristeza doce e suave do cair das folhas –, a descrição científica da natureza permanece fria, incompleta e insatisfatória.

Por outro lado, a ciência amplia o conhecimento ao corrigir a nossa experiência imediata da natureza. A ciência não substitui essa experiência mas transcende-a, pois a experiência imediata é o nosso primeiro e sumamente tendencioso encontro com a natureza, e está frequentemente errada. Na experiência imediata, deparamos com objetos sólidos e cores, mas a ciência demonstrou que um objeto sólido é, na realidade, um aglomerado de partículas e que as suas cores não lhe são inerentes. A ciência começa precisamente porque não podemos entender ou controlar de forma adequada a natureza, dentro dos limites da experiência comum.

[...]

Ciência, literatura, arte, história, religião e misticismo iluminam aspectos da realidade. A filosofia esforça-se por ver a realidade total. Analisa a natureza e as descobertas dos diferentes ramos do conhecimento, examina os pressupostos em que elas assentam e os problemas a que dão origem, e procura estabelecer uma visão coerente do domínio total da experiência. Cada uma dessas formas do conhecimento merece ser cultivada *per se*. À sua maneira própria, cada uma delas familiariza-nos com uma parte da realidade. Devemos ver a ciência em seu lugar e não esperar que ela assimile ou desacredite essas outras atividades.

KNELLER, *A ciência como atividade humana*, p. 149-152.

2. Não sabemos: podemos apenas conjecturar

A ciência não é um sistema de enunciados certos ou bem estabelecidos, nem um sistema que avança constantemente em direção a um estado final. Nossa ciência não é conhecimento (*epistême*): ela nunca pode pretender haver atingido a verdade [...].

O avanço da ciência não se deve ao fato de se acumularem mais e mais experiências perceptivas no decorrer do tempo. Nem se deve ao fato de fazermos uso cada vez melhor de nossos sentidos. [...] Nossos únicos meios de interpretar a natureza são as **ideias** ousadas, as **antecipações** injustificadas e o **pensamento** especulativo [...].

Mesmo o teste cuidadoso e sério de nossas ideias pela experiência inspira-se, por sua vez, em **ideias**: a experimentação é uma ação planejada na qual a **teoria** guia todos os passos. Não topamos com nossas experiências, nem deixamos que elas nos inundem como um rio. Pelo contrário, temos de ser ativos: devemos “fazer” nossas experiências. Somos sempre nós que formulamos as questões propostas à natureza; somos

nós que repetidas vezes tentamos colocar essas **questões** para então obter um nítido “sim” ou “não” (pois a natureza não dá uma resposta a menos que seja pressionada a fazê-lo).

E, finalmente, somos nós também que damos uma **resposta**; somos nós próprios que, após severo escrutínio, decidimos sobre a resposta à questão que colocamos à natureza – após tentativas insistentes e sérias de obter dela um inequívoco “não”. [...]

[...] o que faz o homem de ciência não é sua **posse** do conhecimento, da verdade irrefutável, mas sua persistência e destemida indagação crítica da verdade.

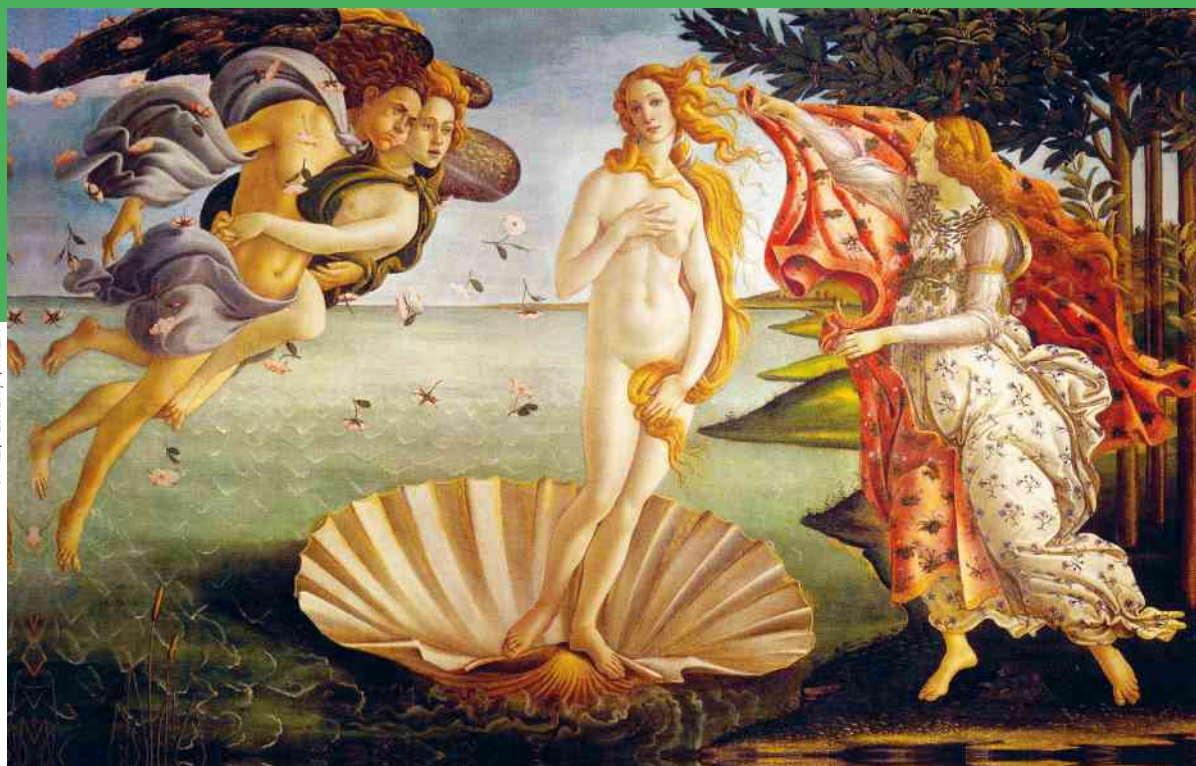
POPPER, *A lógica da pesquisa científica*, p. 278-281.

1. O primeiro texto, de Kneller, compara a ciência a outras áreas de conhecimento e as coloca todas em um mesmo patamar, afirmando que o conhecimento científico não deve pretender assimilar nem desacreditar as outras atividades. Que conhecimentos são esses? Que argumentos usa Kneller para justificar essa conclusão?
2. Em que sentido a filosofia se distingue dos demais tipos de conhecimento, segundo Kneller?
3. O primeiro texto também destaca duas características da ciência: uma que pode ser considerada uma debilidade e outra que pode ser interpretada como uma fortaleza. Quais são elas? Explique-as.
4. Como, no segundo texto, Popper argumenta a favor de sua tese de que não existe observação pura e de que a ciência só pode formular conjecturas sobre a realidade?
5. Que mensagem positiva você pode extrair do parágrafo final do segundo texto: “[...] o que faz o homem de ciência não é sua posse do conhecimento, da verdade irrefutável, mas sua persistência e destemida indagação crítica da verdade”?

Capítulo 21

SANDRO BOTTICELLI / GALLERIA DEGLI
UFFIZI, FIRENZA, ITÁLIA

▼ Você gosta do quadro ao lado? Que sentimentos ele provoca? Que ideias transmite? Você diria que ele é belo?



O nascimento de Vênus (c. 1484) – Sandro Botticelli.

A estética

Chegamos finalmente ao último porto deste nosso curso, concluindo assim nosso estudo sobre o fazer humano, realizado nesta unidade.

Abordaremos agora a questão da estética, vinculada em grande parte à produção artística.

Você já se perguntou por que a arte e o belo sensibilizam, seduzem, atraem tanto as pessoas? É o que veremos a seguir.

Questões filosóficas

- ▼ O que é estética?
- ▼ O que é o belo?
- ▼ O que é arte?

Conceitos-chave

estética, belo, beleza, arte, obra de arte, técnica, juízo de fato, juízo de valor, juízo moral, juízo estético, juízo de gosto, educação ética, educação estética, indústria cultural, cultura de massa, cultura popular

BELEZA

A experiência do prazer

Iniciemos nossa investigação sobre o tema deste capítulo, a **estética**, verificando a etimologia dessa palavra. Ela vem do termo grego *aisthetiké*, que significa “perceptível pelos sentidos”, mas seu uso consagrou-se para se referir mais especificamente a tudo o que pode ser percebido como **agradável e belo** pelos sentidos.

Assim, costuma-se dizer que “algo é estético” quando causa uma sensação **aprazível**, de **beleza**. É por isso que chamamos de “centro de estética” um lugar onde se cuida da boa aparência ou beleza corporal de uma pessoa.

O alemão **Alexander Baumgarten** (1714-1762) teria sido o primeiro a utilizar o termo estética no sentido de **teoria do belo e das suas manifestações através da arte**. Já o filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804) retornou ao sentido etimológico dessa palavra quando a usou para designar uma área específica de estudos filosóficos: o **estudo das condições de possibilidade da percepção pelos sentidos**.

A estética constitui, portanto, um tipo de conhecer que é o extremo oposto do conhecimento lógico-matemático, pois este se fundamenta na **razão** para construir um saber “claro e distinto”, conforme o ideal proposto pelo filósofo francês René Descartes, no século XVII (como vimos nos capítulos 2 e 14).

A estética, por sua vez, parte da experiência sensorial, da sensação, da percepção sensível para chegar a um resultado que não apresenta a

mesma clareza e distinção da lógica e da matemática, como veremos adiante. Seu principal objeto de investigação é o fenômeno artístico que se traduz na **obra de arte**.

■ O que é o belo?

O ser humano pode fazer **juízos de fato** (dizer o que são as coisas) e **juízos de valor** (julgar se determinada coisa é boa, ruim, agradável, bonita, feia etc.). Entre os juízos de valor, podemos distinguir o **juízo moral** e o **juízo estético** – e é este último que nos interessa neste capítulo.

Pelo juízo estético, julgamos se algum objeto, algum acontecimento, alguma pessoa ou algum outro ser é belo. Mas o que é a beleza?

De forma geral, a maioria das pessoas concordaria que belo é algo que nos agrada, que nos satisfaz os sentidos, que nos proporciona prazer sensível e espiritual. No entanto, essas mesmas pessoas não chegariam a um consenso quanto à beleza de determinado objeto. Tanto assim que já se tornou senso comum a afirmação de que “gosto não se discute”.

Também os filósofos que se dedicaram à investigação do que é a beleza não são unânimes quanto a essa questão: para uns, a beleza é algo que está **objetivamente nas coisas**; para outros, é apenas um juízo **subjetivo**, pessoal e intransferível a respeito das coisas.

Onde se encontra a beleza então?

ANTONIO PETICOV/COLEÇÃO PARTICULAR



Estudo em mi menor (1992) – Antonio Peticov. O que torna tão belos esses pássaros coloridos voando sobre uma pauta musical? Muitas vezes a obra de arte é um enigma a ser decifrado. Ou talvez seja mesmo indecifrável e exista justamente para instigar ou surpreender.

Visões idealista e empirista

Para os filósofos **idealistas** – cuja tradição começa na Antiguidade com o filósofo grego Platão –, a beleza é algo que existe em si, é **objetiva**. De acordo com a teoria platônica, a beleza seria uma **forma ideal** que subsistiria por si mesma, como um modelo, no mundo das ideias. E o que percebermos no mundo sensível e achamos bonito só pode ser considerado belo porque se assemelharia à ideia de beleza que trazemos guardada em nossa alma. (Para mais detalhes, reveja a teoria das ideias no capítulo 12.)

Para os **materialistas-empiristas**, como o filósofo escocês David Hume (1711-1776), a beleza não está propriamente nos objetos (não é algo puramente objetivo), mas depende do gosto individual, da maneira como cada pessoa vê e valoriza o objeto – ou seja, o juízo do que é ou não belo é **subjetivo**. Esse gosto estético seria, em grande parte, desenvolvido sob a influência da cultura em que se vive.

Visão de Kant

Tentando superar esse impasse, Immanuel Kant buscou mostrar, em seu livro *Crítica da faculdade do juízo*, que, embora o juízo estético sobre as coisas seja uma **capacidade subjetiva**, pessoal, há **aspectos universais** na percepção estética dos indivíduos. Ou seja, nossa **estrutura sensível** (os órgãos dos sentidos) e nossa **imaginação** são as condições que tornam possível a percepção estética – e ambas são comuns a todos os seres humanos, o que quer dizer que pode haver certa universalidade nas avaliações estéticas. Vejamos como o filósofo justifica isso (cf. *Crítica da faculdade do juízo*, p. 93-104).

Kant entendia que o juízo estético não é guiado pela razão, e sim pela faculdade da imaginação. Julgamos belo aquilo que nos proporciona prazer, o que não é nada lógico ou racional, e sim algo **subjetivo**, já que se relaciona ao prazer ou desprazer individual. Por isso, para o filósofo, “todos os juízos de gosto são juízos singulares”, pois têm como referência um único indivíduo.

Kant também afirmava que “belo é o que apraz **universalmente** sem conceito”. Isso significa que é impossível conceituar, definir racionalmente o belo, pois, para o filósofo, “quando se julgam objetos simplesmente segundo conceitos, toda a representação da beleza é perdida”. Mas, apesar dessa impossibilidade, quando dizemos que um objeto é belo, pretendemos que esse juízo esteja afirmando algo realmente pertencente ao objeto, ou seja, não



LEONARDO DA VINCI/MUSÉE DU LOUVRE, PARIS, FRANCE

Admirada em todas as épocas, a obra-prima do gênio Leonardo da Vinci, *Mona Lisa* (1503-1507), é provavelmente o quadro mais famoso da história da pintura.

dizemos “isto é belo **para mim**”, mas sim “isto é belo”, esperando que os demais concordem com esse julgamento. Portanto, esse juízo pretende ser voz **universal**, pois contém uma expectativa de que aquilo que julgamos belo seja, **de fato**, belo.

Essa expectativa torna-se possível, para o filósofo, devido ao **fundamento** do juízo estético: a existência de um **vínculo universal** entre o belo e o sentimento de prazer, tendo em vista que determinados objetos despertam em grande quantidade de pessoas o mesmo sentimento de prazer. E esse vínculo garantiria **certa universalidade** nos juízos estéticos.

Visão de Hegel

Diferentemente de Kant, que em sua reflexão levou em consideração apenas as condições da própria estrutura da sensibilidade humana, o filósofo alemão Georg W. Friedrich Hegel (1770-1831) trabalhou a questão da beleza em uma **perspectiva histórica**.

Para ele, o relativo consenso acerca de quais são as coisas belas mostra apenas que o entendimento do que é belo depende do **momento histórico** e do **desenvolvimento cultural**. Esses dois fatores determinariam certa visão de mundo, a partir da qual algumas coisas seriam consideradas belas e outras não.

Hegel desenvolveu essa tese analisando a história da arte, da Antiguidade até seu tempo, e demonstrando que a noção de belo variava conforme a época e o lugar.

Por isso, em Hegel, a beleza artística não diz respeito apenas à sensação de prazer que uma obra pode proporcionar, mas à capacidade que ela tem de sintetizar o conteúdo cultural de determinado momento histórico.

Em outras palavras, a arte não é apenas prazer e fruição, pois ela tem, sobretudo, o papel de mostrar de modo sensível a **evolução espiritual** dos seres humanos ao longo da história. Se uma obra consegue isso, ela é bela, de acordo com Hegel. Mesmo a representação de algo feio pode ser bela, e o será quanto mais conseguir comunicar às pessoas o sentido de mostrar “aquele feio”.

Essa concepção hegeliana implica também a ideia de que a percepção da beleza é uma construção social que depende do alargamento da **capacidade de recepção** do indivíduo, ou seja, de sua capacidade de ver, ouvir, sentir. Em outras palavras, a **capacidade estética**, que é subjetiva, seria formada a partir das relações objetivas da vivência social de cada um. Portanto, para Hegel, tanto a definição do que é beleza quanto a capacidade individual de percebê-la são **construções histórico-sociais**.

Visão de Schopenhauer

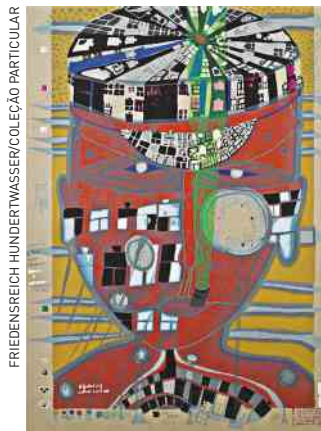
Para o filósofo alemão **Arthur Schopenhauer** (1788-1860), a arte tem um papel diferente: ela traz **alívio** ao sofrimento humano diante da permanente insatisfação da vontade (aspectos importantes de seu pensamento, tratados no capítulo 16).

Segundo o pensador alemão, a arte está livre das perturbações do querer (vontade) porque não

se submete às injunções do conhecimento (espaço, tempo, causalidade etc.). Em razão disso, por meio da contemplação estética, o ser humano encontra uma brecha que lhe permite experimentar algo para além dos condicionamentos que cerceiam nossa vida e regem o mundo empírico. O prazer estético nos liberta da vontade insaciável atrelada às coisas transitórias, dando-nos acesso à dimensão eterna, expressa pela obra artística. Para o filósofo, a **música** seria a forma mais imaterial de arte, constituindo-se também em sua mais alta expressão.

Portanto, podemos dizer que o belo, para Schopenhauer, seria algo mais universal até mesmo do que o conhecimento científico, uma vez que nos permitiria vislumbrar – ainda que rapidamente – aspectos do mundo em sua plenitude, para além da transitoriedade dos fenômenos.

O pensamento de Schopenhauer não teve grande repercussão durante sua vida. Mas sua obra influenciou grande número de artistas, como o músico Richard Wagner e escritores como o russo Leon Tolstói, o francês Proust, o argentino Jorge Luís Borges e o brasileiro Machado de Assis.



Um de cinco marinheiros – Friedensreich Hundertwasser (1972-1975). “Nenhuma religião, nenhum socialismo, nenhum dogmatismo nos aproxima do paraíso. Somente a criatividade o faz”, afirmava esse artista austríaco. O que há de tão especial em nossa capacidade de criar?

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. O que diferencia fundamentalmente o conhecimento que a estética pretende atingir do conhecimento lógico-matemático?
2. “Gosto não se discute.” O que você acha que opinariam sobre essa máxima uma pessoa que sustenta uma posição idealista e outra que defende uma

concepção empirista a respeito da beleza? Estariam de acordo com a frase? Por quê?

3. Analisando o relativo consenso entre as pessoas acerca de quais são as coisas ou pessoas belas, Kant, Hegel e Schopenhauer chegaram a conclusões distintas. Discorra sobre elas.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. O bom e o belo

Muitos pensadores procuraram associar o belo ao bom, entrelaçando os campos da estética e da ética. Será o sentimento do belo sempre bom? E a percepção do bem, será sempre bela? Como é para você? Procure recordar momentos que exemplifiquem essas condições e imaginar situações futuras. Depois, escreva uma reflexão sobre suas percepções e conclusões e comente-a com colegas.

ARTE

A expressão criativa da sensibilidade

Desde os tempos pré-históricos, o ser humano constrói no mundo suas próprias coisas, demonstrando maior ou menor habilidade para isso. Ao conjunto de coisas que se distinguem por revelar talento, perícia, habilidade e beleza costumamos associar o nome **arte**.

Em algum momento de nossas vidas, já sentimos o efeito agradável de uma obra de arte: uma música, um romance, uma pintura, uma dança, um poema. Mas não é fácil explicar exatamente o que nos encanta ou entender os motivos pelos quais milhões de seres humanos, ao longo da história, são atraídos pela arte.

JOSÉ FERRAZ DE ALMEIDA JÚNIOR/MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO ASSIS CHATEAUBRIAND, MASP, SP



Moça com livro – José Ferraz de Almeida Júnior, óleo sobre tela. Retrato eloquente do deleite que se tem pelo contato com uma obra de arte (no caso da jovem, um livro). Sensação de prazer, inspiração, devaneio? Por que tudo isso?

■ O que é arte?

A arte pode ter várias definições. Entre elas encontra-se a de **Susanne K. Langer** (1895-1985), filósofa estado-unidense, para quem a arte pode ser entendida como **a prática de criar formas perceptíveis expressivas do sentimento humano**. Analisemos, então, o conteúdo essencial dos termos dessa definição:

- **prática de criar** – a arte é produto do fazer humano. Deve combinar a habilidade desenvolvida no trabalho (prática) e a imaginação (criatividade);
- **formas perceptíveis** – a arte concretiza-se em **formas** capazes de ser **percebidas** por nossa mente. Essas formas podem ser estáticas (uma obra arquitetônica, uma escultura) ou dinâmicas (uma música, uma dança). Qualquer que seja sua forma de expressão, cada obra de arte é sempre

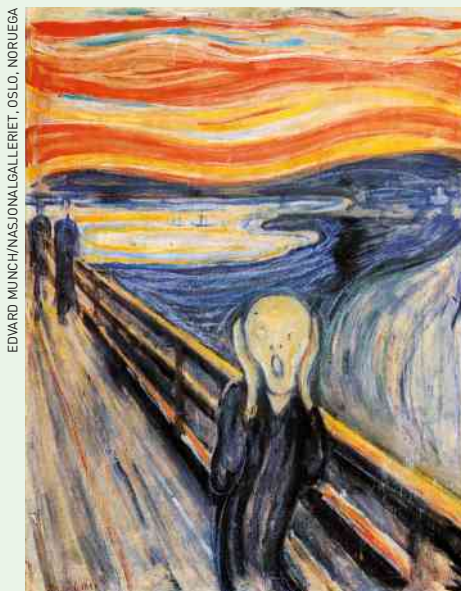
um todo perceptível, com identidade própria. A palavra **perceptível** não se refere às formas captadas apenas pelos sentidos exteriores, mas também pela imaginação:

Um romance, por exemplo, é usualmente lido em silêncio, com os olhos, porém não é feito para a visão, como o é um quadro; e conquanto o som represente papel vital na poesia, as palavras, mesmo em poema, não são estruturas sonoras como a música. (LANGER, *Ensaios filosóficos*, p. 82.)

- **expressão do sentimento humano** – a arte é sempre a manifestação (expressão) dos sentimentos humanos. Esses sentimentos podem revelar emoção diante daquilo que amamos ou revolta em face dos problemas que atingem uma sociedade – sentimentos de alegria, esperança, agonia ou decepção diante da vida. A função primordial da arte seria **objetivar o sentimento de modo que possamos contemplá-lo e entendê-lo**. É a formulação da chamada "experiência interior", da "vida interior", que é impossível atingir pelo pensamento discursivo (LANGER, *Ensaios filosóficos*, p. 82).

CONEXÕES

1. Observe a pintura e elabore uma interpretação sobre a obra, descrevendo também a reação estética que ela lhe causou.



O grito (1893) – Edvard Munch. Para o pintor norueguês Munch, o importante não era retratar as pessoas, mas os sentimentos que elas expressavam.

Diferença entre arte e técnica

Ao criar uma obra, podemos nos preocupar, de modo mais ou menos intenso, com a produção de objetos úteis ou de objetos belos.

Quando predomina a intenção de produzir uma **obra útil**, temos as **realizações técnicas**, que se desenvolvem pela aplicação prática de um conhecimento.

Quando predomina a intenção de produzir uma **obra bela**, temos as chamadas **belas-artes**, ou simplesmente artes – embora toda arte dependa sempre de uma técnica, isto é, do domínio de uma habilidade prática.

Essa distinção não significa que as artes não estejam voltadas também para a dimensão da utilidade ou que as realizações técnicas não revelem interesse pelo elemento beleza. O que se quer dizer é que as artes enfatizam o belo, enquanto as técnicas enfatizam a utilidade, a aplicação prática.



Banco solo (2010) – Domingos Tótora (Maria da Fé, Minas Gerais). Pense nesse banco. Onde termina a técnica e começa a arte?

Fenômeno social

Há estudiosos que veem na obra de arte uma manifestação pura e simples da sensibilidade individual do artista. Outros a encaram como uma atividade plenamente lúdica, gratuita, livre de quaisquer preocupações utilitárias ou condicionamentos exteriores à sua própria criação.

Não é preciso negar totalmente a validade de cada uma dessas concepções para reconhecer na atividade artística outra característica importante: o fato de que ela constitui um **fenômeno social**. Isso significa que é praticamente impossível situar uma obra de arte sem estabelecer um vínculo entre ela e determinada sociedade, pois:

DAVID SILVERMAN/GETTY IMAGES



Obra do artista inglês Banksy em muralha que separa a cidade palestina de Belém dos territórios israelenses. O grafite, de início perseguido, atingiu o *status* de "interferência artística" nos muros e paredes das cidades, principalmente nos grandes centros urbanos.

- **o artista é um ser social** – e, como tal, reflete na obra de arte sua maneira própria de sentir o mundo em que vive, as alegrias e as angústias, os problemas e as esperanças de seu ambiente histórico-social. Para o pensador húngaro **György Lukács** (1885-1971):

O artista vive em sociedade e – queira ou não – existe uma influência recíproca entre ele e a sociedade. O artista – queira ou não – se apoia numa determinada concepção do mundo, que ele exprime igualmente em seu estilo. (*Arte livre ou arte dirigida?*, em *Revista Civilização Brasileira*, n. 13, p. 176.)

- **a obra de arte é percebida socialmente pelo público** – por mais íntima e subjetiva que seja a experiência do artista deixada em sua obra, esta será sempre percebida de alguma maneira pelas pessoas. A obra de arte será, então, um elemento social de **comunicação** da mensagem de seu criador. Assim, como afirmou Lukács no mesmo artigo:

Uma arte que seja por definição sem eco, incompreensível para os outros – uma arte que tenha o caráter de puro monólogo – só seria possível num asilo de loucos [...]. A necessidade de repercussão, tanto do ponto de vista da forma, quanto do conteúdo, é a característica inseparável, o traço essencial de toda obra de arte autêntica em todos os tempos. (p. 163)

Como fenômeno social, a arte possui, portanto, relações com a sociedade. Essas relações não são estáticas e imutáveis; ao contrário, são dinâmicas, modificando-se conforme o contexto histórico. E envolvem três elementos fundamentais: a **obra de arte**, seu **autor** e o **público**. Formam-se em torno desses três elementos (autor, obra e público) os vínculos entre arte e sociedade “num vasto sistema solidário de influências recíprocas” (CANDIDO, *Literatura e sociedade*, p. 22).

No que diz respeito ao artista, as relações de sua arte com a sociedade podem ser de paz e harmonia, de fuga e ilusão, de protestos e revolta. Quanto à sociedade – considerando principalmente os órgãos do Estado –, seu relacionamento com determinada arte pode ser de ajuda e incentivo ou de censura e limitação à atividade criadora.

O poeta mexicano **Octavio Paz** (1914-1998) escreveu a seguinte observação acerca da relação entre o artista e a sociedade:

O poeta não escapa à história, inclusive quando a nega ou a ignora. Suas experiências mais secretas ou pessoais se transformam em palavras sociais, históricas. Ao mesmo tempo, e com essas mesmas palavras, o poeta diz outra coisa: revela o homem. Essa revelação é o significado último de todo o poema e quase

nunca é dita de modo explícito, mas é o fundamento de todo dizer poético. (*Signos em rotação*, p. 55.)

Fenômeno universal

Afirmar que a arte é um fenômeno social não significa reduzi-la a mero produto de condicionamentos históricos e ideológicos. Não há dúvida de que esses condicionamentos existem e atuam sobre o artista, porém, na realização da obra de arte, todos os elementos que a envolvem precisam ser resolvidos artisticamente, isto é, traduzidos em termos de criação estética. É nessa criação que reside o valor essencial de toda grande obra de arte. Ocorre nela uma espécie de rompimento com o tempo imediato e um **encontro do ser humano com a eternidade**.

COLEÇÃO PARTICULAR



Banhista sentada se seca (1899) – Edgar Degas. Pode a arte eternizar a cena mais trivial e fugaz?

Pela criação estética, a obra tende a se universalizar, a permanecer viva através dos tempos, anunciando uma mensagem artística que, independentemente de seu conteúdo ideológico, expressa profunda sensibilidade. Por isso, é capaz de atrair pessoas de diferentes países, culturas ou sociedades. Como escreveu o filósofo austríaco **Ernst Fischer** (1899-1972):

Toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com ideias e aspirações, as necessidades e as esperanças de uma situação histórica particular. Mas, ao mesmo tempo, a arte supera essa limitação e, dentro do momento histórico, cria também um momento de humanidade que promete constância no desenvolvimento. (*A necessidade da arte*, p. 17.)

Assim, as **circunstâncias particulares** presentes na criação artística unem-se, harmoniosamente, a elementos de **universalidade**, que penetram profundamente no espírito humano, gerando um sentido de permanente fascínio.

Sobre essa **permanência** da obra de arte, a filósofa alemã de origem judaica **Hannah Arendt** (1906-1975) escreveu:

É como se a estabilidade humana se tornasse transparente na permanência da arte, de sorte que certo pressentimento de imortalidade – não a imortalidade da alma ou da vida, mas de algo imortal alcançado por mãos mortais – tornou-se tangivelmente presente para fulgurar e ser visto, soar e ser escutado, falar e ser lido. (*A condição humana*, p. 210.)

■ Arte e educação

Por diversos ângulos e diferentes enfoques, as discussões sobre a beleza e o estético tiveram presença marcante no pensamento de vários autores, desde a Antiguidade grega até nossos dias. Muitas dessas especulações tenderam a associar o **belo** ao **bom**, entrelaçando os campos filosóficos da estética e da ética.

Sócrates e Platão, por exemplo, já diziam que o que é bom é belo, e o que é belo é bom. Não precisamos, porém, ir tão longe, pois o próprio senso comum faz essa ligação. Quando um indivíduo age mal, costuma-se dizer: “Que feio!”; se ele age de maneira ética, fala-se que teve uma “bela” atitude.

Também se verifica um entrelaçamento entre estética e ética quando se constata que o **belo** pode despertar o **bom** no indivíduo e que, por isso, deve fazer parte de sua **educação**.

Nesse sentido, o escritor e pensador alemão **Friedrich von Schiller** (1759-1805) propôs a **educação estética**, além da **educação ética**, como forma de harmonizar e aperfeiçoar o mundo e de o indivíduo alcançar sua liberdade. Em suas palavras, “para chegar a uma solução, mesmo em questões políticas, o caminho da estética deve ser buscado, porque é pela beleza que chegamos à liberdade” (*Sobre a educação estética*, p. 35).

Ou seja, se o belo desperta o bom no indivíduo, este se verá menos pressionado por insatisfações e necessidades e poderá agir mais de acordo com sua boa consciência. Se através do belo o mundo material se reconciliasse com uma forma superior de moralidade, o ensino da arte, educando os sentidos e a sensibilidade, poderia tornar, portanto, o indivíduo melhor.

■ Arte e indústria cultural

O mesmo Schiller que defendia a educação estética alertava:

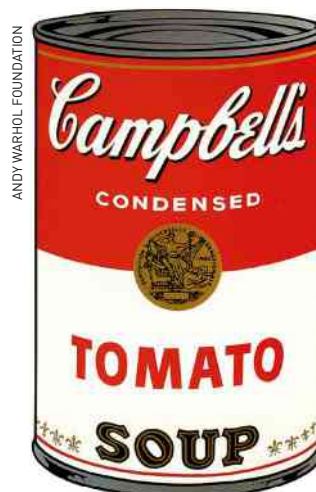
[...] a arte é filha da liberdade e quer ser legislada pela necessidade do espírito, não pela carência da matéria. Hoje, porém, a carência impera e curva em seu jugo tirânico a humanidade caída. O proveito [a vantagem, o lucro] é o grande ídolo do tempo; quer ser servido por todas as forças e cultuado por todos os talentos. Nesta balança grosseira o mérito espiritual da Arte não pesa, e ela, roubada de todo estímulo, desaparece no ruidoso mercado do século. (*Sobre a educação estética*, p. 35.)

Apesar de escrita há cerca de dois séculos, essa observação continua atual. Seu autor considera que existe uma **arte ideal**, cuja função seria servir à necessidade do espírito humano e não ao “mercado do século”, ou seja, aos interesses econômicos que determinam o que pode e deve ser feito para atender à demanda de mercado.

Com essas palavras, Schiller refere-se a um fenômeno contemporâneo que já despontava à sua época: a **indústria cultural**, termo cunhado por outro filósofo alemão, Theodor Adorno (1906-1969), conforme vimos antes (no capítulo 9).

De acordo com Adorno, a arte e os bens culturais com frequência estão submetidos aos interesses do capitalismo contemporâneo e, quando isso ocorre, não passam de negócios, como qualquer outro produto do mercado (daí a expressão “indústria cultural”).

Essa indústria de lazer e divertimento investe em determinados produtos culturais que agradam às massas de forma imediata. Não está preocupada com uma educação estética, ou seja, com a criação de condições para que a maioria das pessoas possa receber manifestações artísticas de maior qualidade.



Campbell's soup (1968)
– Andy Warhol. A arte *pop* nasceu na década de 1950 com a proposta de empregar signos e símbolos do imaginário da cultura de massas e da vida cotidiana. Grande expoente desse movimento, Warhol retratava em suas obras produtos industrializados e celebridades do mundo artístico.

Além disso, a produção em massa torna possível a difusão de “mercadorias culturais” (filmes, músicas, *shows*, revistas), por meio das quais a indústria cultural vende – na interpretação de Adorno – os valores dominantes do capitalismo, promovendo uma “colonização do espírito” dos consumidores. Em algumas de suas expressões, como o cinema, a arte chega a ser convertida muitas vezes em vitrine para vender

mercadorias: automóveis, roupas, refrigerantes, computadores etc.

Nessa interpretação, portanto, para que a arte possa ser a arte ideal de Schiller, ela deve libertar-se dos ditames do mercado, como defendeu o próprio Adorno. Desse modo, sem acobertar nem fugir da realidade, a arte seria a expressão sensível e crítica de uma realidade que pode se tornar mais humana.

Cultura de massa *versus* cultura popular

A indústria cultural cria a **cultura de massa**, ou seja, a cultura destinada às multidões. Isso não tem nada que ver com **cultura popular**, que seria a cultura própria e espontânea de um povo, refletindo suas particularidades regionais e recuperando a tradição e os valores autênticos de certo grupo social.

A cultura de massa, ao contrário, homogeneiza as manifestações artísticas ao oferecer à exaustão determinado fenômeno de venda e veicular sempre o mesmo, o que desestimula o espírito inovador e empobrece o cenário cultural.

Grupo Bumba Meu Boi da Liberdade, de São Luís do Maranhão. O bumba meu boi, ou boi-bumbá, é uma festa folclórica festejada em diversas partes do Brasil, especialmente no Norte-Nordeste. Ela reúne tradições de culturas africanas, indígenas e europeias.



MESTRE VITALINO/COLEÇÃO PARTICULAR

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

4. Analise o conceito de arte proposto por Susanne Langer.
5. Baseando-se nesse conceito, identifique o que faltaria às realizações técnicas para serem consideradas realizações artísticas. Justifique.
6. Comente esta afirmação de Lukács: “O artista vive em sociedade e – queira ou não – existe uma influência recíproca entre ele e a sociedade”.
7. Se a arte mantém uma relação dinâmica com a sociedade, modificando-se no tempo, o que faz com que ela não seja mero produto de condicionamentos históricos ou ideológicos? O que distingue a realização artística das outras realizações humanas?
8. O ensino da arte, ao educar os sentidos e a sensibilidade, pode tornar o ser humano melhor. Fundamente essa afirmação.
9. Qual é a diferença entre cultura de massa e cultura popular?
10. Analise a relação entre arte e cultura de massas, tendo como referência o problema apontado por Schiller há cerca de dois séculos: “Hoje, porém, a carência impera e curva em seu jugo tirânico a humanidade caída. O proveito é o grande ídolo do tempo; quer ser servido por todas as forças e cultuado por todos os talentos”.

CONVERSA FILOSÓFICA

2. Arte e sociedade

Qual é o tipo de arte com o qual você mais se identifica? Será música, cinema, teatro, dança, pintura, escultura? Como essa arte e seus artistas se relacionam com você e com a sociedade a que pertencem? Você gostaria de praticar essa atividade artística? Reflita sobre o tema e relate a colegas as conclusões a que chegou.

3. Indústria cultural

A indústria cultural não está preocupada com a educação estética, ou seja, com a criação de condições para que a maioria das pessoas possa receber manifestações artísticas de maior qualidade. Você concorda com essa afirmação? Encontre no rádio, na televisão, no cinema, nas livrarias e na programação cultural de sua cidade exemplos de programas, filmes, artistas, livros, eventos culturais que confirmem sua opinião. Depois, debata o tema com colegas, mostrando-lhes o resultado de sua pesquisa.

PROPOSTAS FINAIS

De olho na universidade

(UEMA) Ernst Fischer (*A necessidade da arte*. Rio: Zahar, 1983.) considera a arte como o elemento essencial para a compreensão da realidade, na medida em que ajuda o homem, não apenas nessa compreensão, mas também porque possibilita o suporte necessário para (...) “torná-la mais humana e mais hospitaleira para a humanidade”.

A partir dessa afirmação, é correto afirmar que:

- a) a obra de arte, além de favorecer a interpretação do mundo, reivindica transformações.
- b) não importa o nível de letargia da arte, o que interessa é que funcione como bálsamo para espíritos exaustos.
- c) se a arte acompanha as transformações do mundo, e se vivemos em uma época explicitamente mercadológica, então a obra de arte deve adequar-se às exigências de mercado.
- d) a força transformadora da arte, assim como numa perspectiva místico-espiritualista, prescinde de conotações sociopolíticas e históricas.
- e) os seres humanos que não buscam uma forma de expressão através da arte têm capacidade de compreender a si mesmos e à realidade.

Sessão cinema

Basquiat – Traços de uma vida (1996, EUA, direção de Julian Schnabel)

História real do espirituoso imigrante haitiano que passou de desconhecido grafiteiro a artista admirado pelas mais altas rodas internacionais, com a ajuda do artista multimídia Andy Warhol.

Cinema, aspirinas e urubus (2005, Brasil, direção de Marcelo Gomes)

Fugindo da Segunda Guerra Mundial, o alemão Johann percorre o sertão nordestino vendendo aspirinas com o auxílio da projeção de filmes promocionais apresentados a pessoas que nunca tiveram contato com a arte cinematográfica.

Lixo extraordinário (2009, Brasil/Reino Unido, direção de Lucy Walker, Karen Harley e João Jardim)

Documentário sobre o trabalho do artista plástico Vik Muniz com os catadores de lixo reciclável do aterro sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. Traz o difícil cotidiano dos catadores e revela o poder transformador da arte.

Minha amada imortal (1994, EUA, direção de Bernard Rose)

Biografia de Beethoven que, embora não seja totalmente fiel, tem como mérito mostrar a força e a beleza do romantismo.

O artista (2011, Bélgica, direção de Michel Hazanavicius)

Um artista no auge de sua carreira no cinema mudo conhece uma jovem dançarina pela qual se apaixona. A chegada do cinema falado, no entanto, conduz a carreira de ambos para direções opostas.

O carteiro e o poeta (1995, Inglaterra/França/Itália, direção de Michael Radford)

Retrato do processo de educação estética de um carteiro italiano, Mário, a partir de seu contato e amizade com o poeta chileno Pablo Neruda.

Shine (1996, Austrália/Inglaterra, direção de Scott Hicks)

Filme que retrata o processo de formação do artista David Helfgott, um dos principais intérpretes da obra pianística de Rachmaninoff.

Os dois textos seguintes tratam da significação da arte para o ser humano.

O primeiro, escrito pelo dramaturgo, poeta e filósofo alemão do século XVIII Friedrich von Schiller, trata de educação estética. Em suas cartas sobre essa temática, Schiller desenvolve, a partir da filosofia kantiana, uma reflexão acerca da necessidade da educação dos sentidos e da sensibilidade para alcançar o reino da moralidade.

No segundo texto, o filósofo austríaco Ernst Fischer analisa a função da arte na vida humana e por que sentimos essa eterna e fundamental necessidade da atividade artística.

Leia os dois textos, relacione-os e responda às questões que seguem.

1. A necessidade da educação estética

Nosso tempo é ilustrado; vale dizer que foram encontrados e tornados públicos os conhecimentos que seriam suficientes, ao menos, para a correção de nossos princípios práticos; o espírito da livre investigação destruiu os conceitos fantasiosos que por muito tempo vedaram o acesso à verdade e minou o solo sobre o qual erguiam seu trono a mentira e o fanatismo; a razão purificou-se das ilusões dos sentidos e dos sofismas enganadores, e a própria filosofia, que a princípio nos rebelara contra a natureza, chama-nos de volta para seu seio com voz firme e urgente – onde a causa de, ainda assim, continuarmos bárbaros?

[...]

Não é suficiente, pois, dizer que toda ilustração do entendimento só merece respeito quando reflui sobre o caráter; ela parte também, em certo sentido, do caráter, pois o caminho para a cabeça precisa ser aberto pelo coração. A educação do sentimento, portanto, é a necessidade mais urgente de nosso tempo, não somente por ser um meio de tornar ativamente favorável à vida o conhecimento aperfeiçoado, mas por despertar ela mesma o aperfeiçoamento do saber.

SCHILLER, *Sobre a educação estética*, p. 55-56.

2. A necessidade da arte

As limitações do ser humano

Na verdade, o homem sempre quererá ser mais do que é, sempre se revoltará contra as limitações da sua natureza, sempre lutará pela imortalidade. Se alguma vez se desvanecesse o anseio de tudo conhecer e tudo poder, o homem já não seria mais homem. Assim, ele sempre necessitará da ciência, para desvendar todos os possíveis segredos da natureza e dominá-la. E sempre necessitará da arte para se familiarizar com a sua própria vida e com aquela parte do real que a sua imaginação lhe diz ainda não ter sido devassada.

[...] Sendo mortal e, por conseguinte, imperfeito, o homem sempre se verá como parte de uma realidade infinita que o circunda e sempre se achará em luta contra ela. Volta e meia se defrontará com a contradição constituída pelo fato de ser ele um “Eu” limitado e, ao mesmo tempo, fazer parte de um todo ilimitado [...].

A busca de plenitude pela arte

[Por isso,] assim como a linguagem representa em cada indivíduo a acumulação de milênios de experiência coletiva, assim como a ciência equipa cada indivíduo com o conhecimento adquirido pelo conjunto da humanidade, da mesma forma a função permanente da arte é recriar para a experiência de cada indivíduo a plenitude daquilo que ele não é, isto é, a experiência da humanidade em geral. A magia da arte está em que, nesse processo de recriação, ela mostra a realidade como passível de ser transformada, dominada e tornada brinquedo.

Toda a arte se liga a essa identificação, a essa capacidade infinita do homem para se metamorfosear, de modo que, como Proteu, ele pode assumir qualquer forma e viver mil vidas diferentes sem se destruir pela multiplicidade da sua experiência. Balzac costumava imitar o andar e os gestos das pessoas que caminhavam adiante dele na rua, com a finalidade de absorvê-las a seu próprio ser, ainda que fossem pessoas estranhas. Apaixonava-se tão obsessivamente por seus romances que os personagens destes se lhe tornavam mais reais do que a realidade exterior que o cercava. Aqueles que, entre nós, se limitam a consumir a arte como entretenimento não correm semelhante risco: porém o nosso “Eu” limitado sofre uma ampliação maravilhosa pela experiência de uma obra de arte. Realiza-se dentro de nós um processo de identificação,

de modo que podemos sentir, quase sem esforço, que não somos meras testemunhas da criação, que somos um pouco, também, criadores daquelas obras que estendem os nossos horizontes e nos elevam acima da superfície a que estamos pegados. Desse modo, não deixa de haver uma verdade na ideia de que a arte é um substituto da vida.

A evolução da arte junto com a humanidade

[...] A arte – como meio de identificação do homem com a natureza, com os outros homens e com o mundo, como meio de fazer o homem sentir e conviver com os demais, com tudo o que é e com o que está para ser – está fadada a crescer na mesma medida em que cresce o homem. [...]

O homem, que se tornou homem pelo trabalho, que superou os limites da animalidade transformando o natural em artificial, o homem, que se tornou um mágico, o criador da realidade social, será sempre o mágico supremo, será sempre Prometeu trazendo o fogo do céu para a terra, será sempre Orfeu enfeitiçando a natureza com a sua música. Enquanto a própria humanidade não morrer, a arte não morrerá.

FISCHER, *A necessidade da arte*, p. 247-254; intertítulos nossos.

1. No primeiro texto, que grande contradição do período ilustrado causa assombro no autor?
2. Que solução propõe Schiller para resolver essa contradição? Por quê?
3. Para melhor entender o segundo texto, pesquise os mitos de Proteu, Prometeu e Orfeu, pertencentes à mitologia grega. O que simbolizam os três no texto de Fischer?
4. Como Fischer caracteriza a natureza humana? E o que decorre dessa natureza, ou seja, que conduta ou sentimento causa no ser humano essa sua natureza?
5. Segundo Fischer, para que o ser humano necessita da arte? Que função tem a arte, então? Como ela cumpre essa função, isto é, que “magia” realiza?
6. Justifique a frase: “A arte [...] está fadada a crescer na mesma medida em que cresce o homem [...]”.

ÍNDICE DE CONCEITOS E NOMES

(os números remetem aos capítulos)

- Abelardo, Pedro, 13
absoluto, 16
ação, 2, 18
 ação comunicativa, 17
acaso, 11
acidente, 12
Adorno, Theodor W., 9, 15, 17, 21
aforismo, 11
Agostinho, Santo, 13, 15, 18, 19
água, 11
Alexandre Magno, 13
alienação, 9
Alves, Rubem, 11, 20
Ambrósio, Santo, 13
análise lógica, 17
Anaximandro, 6, 11
Anaxímenes, 6, 11
angústia, 17
animal político, 19
Anselmo, Santo, 13
antropocentrismo, 7, 14
antroposfera, 7
ápeiron, 11
apriorismo, 10, 15
ar, 11
arché, 11
Arendt, Hannah, 20
argumento, 5
Aristarco de Samos, 6
aristocracia, 19
Aristóteles, 1, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20
Aron, Raymond, 16
arte, 17, 21
ataraxia, 12
atitude filosófica, 2
ato, 12
átomo, 11
atos da fala, 8
Austin, John L., 8, 17
autonomia, 15
Averróis, 13
Avicena, 13
Bachelard, Gaston, 20
Bacon, Roger, 13, 14, 15, 20
Bakhtin, Mikhail, 3
Bandler, Richard, 8
Baudrillard, Jean, 9, 17
Baumgarten, Alexander, 21
Beethoven, Ludwig van, 21
behaviorismo, 8
beleza, 21
belo, 21
bem, 18
 bem comum, 19
Benjamin, Walter, 17
Bentham, Jeremy, 1
Berkeley, George, 15
Berman, Morris, 7
Bernard Shaw, George, 20
Bernhardt, Jean, 11
Bertalanffy, Karl Ludwig von, 20
biosfera, 7
Bloomfield, Leonard, 8
boas obras, 13
Boaventura, São, 13
Bobbio, Norberto, 19
Bodin, Jean, 19
Boécio, 13
Bolyai, János, 20
bom selvagem, 15
Bossuet, Jacques, 19
Brahms, Johannes, 16
Braidwood, Robert, 7
Brecht, Bertolt, 7
Bronowski, Jacob, 20
Bruno, Giordano, 14
Buda, 13
Buffon, 15
Camus, Albert, 17
Candido, Antonio, 16, 21
capital, 16
Carlos Magno, 13
Carnap, Rudolf, 20
Cassirer, Ernst, 15
causa eficiente, 12
causa final, 12
causa formal, 12
causa material, 12
ceticismo, 10, 12
Champeaux, Guilherme de, 13
Chartier, Roger, 8
Chauí, Marilena, 7, 12, 14,
Childe, Gordon, 7
Chomsky, Noam, 8
Chopin, 16
Cícero, 12, 19
ciência, 16, 20
 ciência extraordinária, 20
 ciência moderna, 6, 20
 ciência normal, 20
 ciência pós-moderna, 6, 20
cinismo, 12
clareza, 3
classe social, 19
Clístenes, 12
coerção, 18, 19
coercibilidade, 18, 19
Compiègne, Roscelin de, 13
complexo de Édipo, 11
comportamento, 18
compreensão, 5
Comte, Auguste, 16, 20
Comte-Sponville, André, 1, 4, 6
comunicação, 8
conclusão, 5
condição humana, 7, 17
Condorcet, 15
conflito ético, 18
Confúcio, 13
conhecer, 3
conhecimento, 10, 20
consciência, 4
 consciência coletiva, 4
 consciência crítica, 4
 consciência de si, 4
 consciência do outro, 4
 consciência intuitiva, 4
 consciência moral, 4, 18
 consciência racional, 4
 consciência religiosa, 4
consequência lógica, 5
consumo alienado, 9
conteúdo, 5
contrato social, 15, 19
contratualista, 15, 19
convencionalista, 8
conversação, 3
Cony, Carlos Heitor, 12
Copérnico, Nicolau, 6, 14, 15, 20
Copi, Irving, 5
Corbisier, Roland, 7
corpos artificiais, 15
corpos naturais, 15
correção, 5
cosmogonia, 6
cosmologia, 6
cosmos, 6
cristianismo, 13
critério da falseabilidade, 20
critério da refutabilidade, 20
critério da verificabilidade, 20
crítico, 10
cultura, 7, 9
 cultura de massa, 21
 cultura popular, 21
D'Alembert, Jean le Rond, 15
Damásio, António, 4, 7
Darwin, Charles, 20
dedução, 5, 15
dedutivo, 5, 15
demiurgo, 12
democracia, 19
Demócrito, 1, 6, 11
demonstração geométrica, 14
Derrida, Jacques, 17
Descartes, René, 2, 4, 6, 7, 10, 14, 15, 16, 17, 21
desconstrução, 17
determinismo, 18
Deus imanente, 14
Deus transcendente, 14
devir, 11
dialética, 12
 dialética marxista, 16
 dialética socrático-platônica, 3
diálogo, 1, 3
Diderot, Denis, 15
direito divino, 19
discurso, 3
ditadura, 19
dogmatismo, 10
Dostoiévski, Fiódor, 15
Drácon, 12
dualismo, 6, 11
 dualismo cartesiano, 14
 dualismo platônico, 12
Durkheim, Émile, 4
dúvida filosófica, 2
dúvida hiperbólica, 2
dúvida metódica, 2, 14
Echeverría, Rafael, 4, 8
Eco, Umberto, 5, 13
educação estética, 21
educação ética, 21
Einstein, Albert, 17, 20
emergentismo, 20
Empédocles, 6, 11
empirismo, 10, 15
Engels, Friedrich, 7, 9, 16, 19
ente, 17
 ente em-si, 17
 ente para-si, 17
enunciado, 5
epicurismo, 12
Epicuro, 1, 12
epistemologia, 20
Epíteto, 1
Escola de Frankfurt, 17
escolástica, 13

- escolha, 18
 Espinosa, Baruch, 14, 18
 espírito, 16
 espírito absoluto, 16
 espírito objetivo, 16
 espírito subjetivo, 16
 essência, 12, 13
 estado de guerra, 18
 estado de natureza, 19
 Estado, 19
 Estado liberal, 19
 estética, 21
 estoicismo, 12
 estranhamento, 1
 ética, 1, 18
 ética discursiva, 18
 ética do dever, 18
 ética do equilíbrio, 18
 ética do livre-arbítrio, 18
 eu, 16
 Euler, Leonhard, 5
 evolução, 16
 Executivo, 19
 existencialismo, 17
 experiência, 14, 15
 experiência filosófica, 1
 exploração do trabalhador, 9
 exploradores, 19
 explorados, 19
 Ezequiel, profeta, 13
 falácia, 5, 11
 fé, 13
 felicidade, 1
 fenômeno, 17
 fenomenologia, 17
 Ferry, Luc, 7
 fetiche, 9
 Feuerbach, Ludwig, 16
 Fichte, Johann Gottlieb, 16
 filosofar, 1
 filosofia analítica, 17
 filosofia da ciência, 20
 filosofia prática, 18
 finalidade última, 1
 finalista, 12
 Fischer, Ernst, 21
 fogo, 11
 fontes da felicidade, 1
 força produtiva, 16, 19
 forma, 5, 12
 formas *a priori* da
 sensibilidade, 15
 formas *a priori* do
 entendimento, 15
 Foucault, Michel, 17, 20
 Fourier, 16
 Frege, Johann Gottlob, 17
 Freud, Sigmund, 1, 4, 17, 18
 Fromm, Erich, 9, 17, 18
 fundamentação
 histórico-social, 18
 fundamentação ideológica, 18
 Galbraith, John Kenneth, 17
 Galilei, Galileu, 6, 14, 20
 García Morente, Manuel, 2, 11
 Goethe, Johann Wolfgang
 von, 4, 16
 Goldmann, Lucien, 15
 Goldstein, Lawrence, 5
 Górgias de Leontini, 10, 12
 Gorz, André, 9
 Goswami, Amit, 6
 graça, 13
 Gramsci, Antônio, 7
 Gregório de Tours, São, 13
 Grimal, Pierre, 11
 Grinder, John, 8
 Grosseteste, Roberto, 13
 Habermas, Jürgen, 17, 18
 Hahn, Hans, 20
 Hegel, Friedrich, 4, 6, 9, 16,
 17, 18, 19, 21
 Heidegger, Martin, 17
 Heisenberg, Werner Karl, 20
 heliocentrismo, 14
 Helvetius, 18
 Heráclito, 6, 11, 12
 hilemorfismo teleológico, 12
 Hobbes, Thomas, 6, 7, 15, 19
 Hobsbawm, Eric, 17
 Holbach, 15, 18
 holismo, 6
 Horkheimer, Max, 6, 9, 15,
 16, 17
 humanismo, 14
 Hume, David, 10, 15, 21
 Husserl, Edmund, 17
 idealismo, 6, 10, 14
 idealismo alemão, 16
 idealismo imaterialista, 15
 ideias inatas, 15
 identidade, 4
 ideologia, 7
 ídolos, 14
 igualdade jurídica, 15
 ilocucionário, 8
 Iluminismo, 15
 inatismo, 8
 inconsciente, 4
 inconsciente coletivo, 4
 indução, 5, 12, 15
 indústria cultural, 17, 21
 inferência, 5
 intuitivismo, 18
 inteligência, 16
 ironia, 12
 Isaías, profeta, 13
 Jaspers, Karl, 2, 13
 Jeremias, profeta, 13
 jogos de linguagem, 17
 Judiciário, 19
 juízo, 5, 18
 juízo analítico, 15
 juízo de ampliação, 15
 juízo de fato, 21
 juízo de gosto, 21
 juízo de valor, 21
 juízo estético, 21
 juízo moral, 21
 juízo sintético *a priori*, 15
 juízo sintético *a posteriori*, 15
 Jung, Carl Gustav, 4, 6
 Justino, 13
 Kant, Immanuel, 6, 10, 15,
 16, 17, 18, 20, 21
 Kaplan, Abraham, 19
 Kierkegaard, Sören, 16, 17
 Kneale, William e Martha, 5
 Kneller, George F., 20
 Koyré, Alexandre, 14, 20
 Kuhn, Thomas, 20
 Lafargue, Paul, 9
 Langer, Susanne K., 21
 Lao-Tsé, 13
 Laplanche, J., 11
 Lasswell, Harold Dwight, 19
 Layard, Richard, 1
 lazer alienado, 9
 Le Goff, Jacques, 13
 Legislativo, 19
 lei dos três estados, 16
 Leibniz, G. W., 6
 leis científicas, 20
 Léry, Jean de, 9
 Leucipo, 11
 Lévi-Strauss, Claude, 7
 liberalismo, 19
 liberalismo econômico, 15
 liberdade, 7, 13, 15, 16, 17, 18
 língua, 8
 língua adâmica, 8
 linguagem, 3, 7, 8
 linguagem de ação, 8
 linguagem de reflexão, 8
 livre-iniciativa, 15
 Lobatchevski, Nicolai, 20
 Lobsenz, Norman M., 9
 Locke, John, 10, 15, 19
 locucionário, 8
 lógica, 5, 11
 lógica clássica, 5
 lógica simbólica, 5
 lógica do poder, 19
 logocentrismo, 17
 logos, 11
 Lorenz, Konrad, 18
 Lowen, Alexander, 9
 Lukács, György, 7, 21
 luta de classes, 7, 9, 16, 19
 Lyotard, Jean-François, 17
 MacLuhan, Marshall, 8
 maiêutica, 12
 Maimônides, 13
 mal, 18
 maniqueísmo, 13
 Maquiavel, Nicolau, 14, 19
 Marcuse, Herbert, 16, 17
 Maritain, Jacques, 10, 13
 Marx, Karl, 7, 9, 16, 18, 19
 Masi, Domenico de, 9
 matéria, 12
 materialismo, 6, 16
 materialismo histórico, 16
 Maturana, Humberto, 7
 mecanicismo, 6, 11
 Mendel, Gregor Johann, 20
 Merleau-Ponty, Maurice, 17
 metafísica, 6
 método, 2
 método científico, 20
 método da
 compreensão, 20
 método da explicação, 20
 método dedutivo, 5
 método dialógico, 3
 método experimental, 20
 método indutivo, 5, 14
 método matemático-
 experimental, 14
 micropoderes, 17
 Mill, John Stuart, 20
 mito, 11
 mito da caverna, 12
 mito do cientificismo, 20
 mobilismo, 11
 modo de produção, 16
 monismo, 6, 11
 Montaigne, Michel de, 2, 14
 Montesquieu, 15, 19
 moral, 18
 Morin, Edgar, 6, 20
 Mortari, Cezar A., 5
 movimento dialético, 16
 mundo, 6
 mundo inteligível, 12
 mundo sensível, 12
 Myrdal, Gunnar, 20

- nacionalismo, 16
 nada, 17
 não-ser, 17
 naturalismo, 8
 natureza, 7, 9
 natureza humana, 7
 necessidade, 11
 neofilia, 9
 neoplatonismo, 13
 neopositivismo, 20
 Neurath, Otto, 20
 Newton, Isaac, 6, 14
 Nietzsche, Friedrich, 11, 16, 17, 20
 niilismo ético, 18
 nominalista, 8, 13
 norma, 18
 Novalis, 16
 número, 11
 objeto, 10
 obra de arte, 21
 ócio criativo, 9
 Ockham, Guilherme de, 6, 13
 Ong, Walter, 8
 ontologia, 6, 11
 Oppenheimer, Julius
 Robert, 20
 ordem, 16
 Orígenes, 13
 Ortega y Gasset, José, 3
 palavra, 8
 paradigma, 6, 20
 paradoxo, 5, 11
 paralogismo, 5
 Parmênides, 6, 11, 12
 particular, 5
 partido político, 19
 Pascal, Blaise, 4, 7, 14
 patrística, 13
 Paulo, São, apóstolo, 13
 Paz, Octavio, 21
 pecado, 13
 pelagianismo, 13
 Pelágio, 13
 pensamento complexo, 20
 pensamento dialético, 11
 pensamento sistêmico, 20
 Pereira, Oswaldo Porchat, 12
 Perelman, Chaim, 4
 Péricles, 12
 perlocucionário, 8
 permissivismo moral, 18
 Pessoa, Fernando, 14
 Pirro de Élide, 10, 12
 pirronismo, 12
 Pitágoras, 1, 6, 11
 Platão, 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 18, 19, 21
 Plotino, 12
 pluralismo, 6, 11
 Plutarco, 12
 poder, 19
 poder político, 14
 Pohlenz, Max, 13
 Poincaré, Henri, 20
 pólis, 11
 política, 19
 Pontalis, J. B., 11
 ponto fixo, 14
 Popper, Karl, 20
 Porfírio, 13
 positivismo, 16
 pós-moderno, 17
 potência, 12
 prazer, 1
 precisão, 3
 premissa, 5
 primeiro motor, 12
 príncipe virtuoso, 19
 princípio de identidade, 5
 princípio de não contradição, 5
 princípio de terceiro
 excluído, 5
 progresso, 15, 16
 propriedade privada, 15
 Protágoras, 10, 12
 Proudhon, Pierre-Joseph, 16
 Ptolomeu, 14
 quatro elementos, 11
 questão dos universais, 13
 questionamento, 1
 raciocínio, 5
 raciocínio lógico, 5
 racionalismo, 10, 14, 15
 racionalismo ético, 18
 razão, 2, 11, 13, 14, 16
 razão dialógica, 17
 razão instrumental, 17
 realidade, 6
 realismo, 10, 13
 reducionismo, 20
 reducionismo
 materialista, 6
 reflexão, 2, 15
 regime político, 19
 rei-filósofo, 19
 relativismo, 12
 representação, 10, 14, 16
 repressão, 17
 responsabilidade, 7, 18
 revolução científica, 20
 Riemann, Bernhard, 20
 Rivano, Juan, 5
 romantismo, 16
 Rorty, Richard, 10
 Rousseau, Jean-
 -Jacques, 7, 8, 15, 16, 19
 ruptura epistemológica, 20
 Russell, Bertrand, 2, 8, 13, 17, 19, 20
 Ryle, Gilbert, 17
 sabedoria, 1
 Saint-Simon, 16
 Salmon, Wesley, 5
 salvação, 13
 Sartre, Jean-Paul, 7, 17, 18
 Schelling, Friedrich, 16
 Schiller, Friedrich von, 16, 21
 Schlick, Moritz, 20
 Schopenhauer, Arthur, 16, 17
 Schubert, Franz, 16
 Schüller, Donald, 12
 Schumann, Robert
 Alexander, 16
 Schwartzman, Hélio, 8
 Sêneca, 12, 19
 sensação, 15
 senso comum, 4
 sentença, 5
 sentido, 8
 separação dos poderes, 15
 ser, 11, 13
 ser em geral, 13
 ser humano, 7
 ser pleno, 13
 ser-aí / estar-aí, 17
 Shakespeare, William, 6
 significado, 8
 signo, 8
 silogismo, 5
 Sínope, Diógenes de, 12
 Skinner, B. F., 8, 18
 Smith, Adam, 9, 15
 sociedade civil, 19
 sociedade de massa, 17
 sociedade disciplinar, 17
 sociedade do desemprego, 9
 sociedade do tempo livre, 9
 socioambientalismo, 18
 Sócrates, 2, 3, 6, 8, 10, 12, 18, 21
 sofisma, 12
 sofista, 5, 12
 Sófocles, 11
 Sólon, 12
 status, 9
 subjetividade, 16
 subjetivismo, 12
 substância, 12
 sujeito, 10
 tábula rasa, 15
 Tales de Mileto, 6, 11
 Taylor, Frederick, 9
 técnica, 21
 Teilhard de Chardin, Pierre, 4
 teoria contratualista, 19
 teoria crítica, 17
 teoria das ideias, 12
 teorias científicas, 20
 termo, 5
 terra, 11
 Tertuliano, 13
 tolerância, 15
 Tomás de Aquino, Santo, 6, 9, 13, 18
 trabalho, 7, 9, 15, 16
 trabalho alienado, 9
 Tracy, Destutt de, 7
 Turgot, Jacques, 15
 universal, 5
 universo, 6
 espaço homogêneo, 14
 validade, 5
 valor, 18
 Varela, Francisco, 7
 vazio, 11
 verdade, 5, 10
 verdade intersubjetiva, 17
 verdades reveladas, 13
 Verdenal, René, 16
 Vernant, Jean-Pierre, 11
 vício, 18
 violência, 18
 virtude, 18
 Voltaire, 15
 vontade, 16
 vontade geral, 15, 19
 Wallerstein, Immanuel, 9
 Watson, J. B., 18
 Weber, Max, 9, 17, 19, 20
 Whewell, William, 20
 Whitehead, Alfred North, 17
 Wittgenstein, Ludwig, 8, 17
 Xenófanes, 6, 11
 Zenão de Cício, 1, 12
 Zenão de Eleia, 11
 Zoroastro, 13

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ADLER, Mortimer. *Ten philosophical mistakes*. New York: Touchstone, 1996.
- ADORNO, Theodor. Teoria estética. In: DUARTE, Rodrigo (Org.). *O belo autônomo*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- ALQUIÉ, Ferdinand. *A filosofia de Descartes*. São Paulo: Presença, 1974.
- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução Mario da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução L. Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1985.
- AUBENQUE, Pierre. As filosofias helenísticas: estoicismo, epicurismo e ceticismo. In: CHÂTELET, François (Dir.). *História da filosofia: ideias, doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 8 v.
- ÁVILA, Padre Fernando Bastos S. J. *Solidarismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- BACON, Francis. *Novum Organum*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BANDLER, Richard; GRINDER, John. *A estrutura da magia: um livro sobre linguagem e terapia*. São Paulo: LTC, 1977.
- BASTOS, Fernando. *Panorama das ideias estéticas no Ocidente*. Brasília: UnB, 1981.
- BATESON, Gregory. *Pasos hacia una ecología de la mente*. Buenos Aires: Carlos Lohlé, 1985.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Lisboa: Martins Fontes, 1972.
- BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BERKELEY, George. *Tratado sobre os princípios do conhecimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Os Pensadores).
- BERMAN, Morris. *The reenchancement of the world*. Ithaca: Cornell University Press, 1981.
- BERNHARDT, Jean. O pensamento pré-socrático: de Tales aos sofistas. In: CHÂTELET, François (Dir.). *História da filosofia*. Lisboa: Dom Quixote, 1981. v. 1.
- BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1986.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOCHENSKI, Innocentius Marie. *A filosofia contemporânea ocidental*. 3. ed. São Paulo: EPU/Edusp, 1975.
- BODIN, Jean. A república. In: CHEVALIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1982.
- BOSCH, Philippe van den. *A filosofia e a felicidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BRAIDWOOD, Robert. *Homens pré-históricos*. Brasília: UnB, 1985.
- BRÉHIER, Émile. *Historia de la filosofía*. Buenos Aires: Sudamericana, 1948.
- BRODI, William. *Sócrates y el camino hacia la iluminación*. Madrid: Gaia, 2010.
- BRONOWSKI, Jacob. *As origens do conhecimento e da imaginação*. Brasília: UnB, 1985. (Pensamento Científico, 13).
- BRONOWSKI, Jacob. *Ciências e valores humanos*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1979. (O Homem e a Ciência, 6).
- BRUNO, Giordano. *Sobre o infinito, o universo e os mundos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- BUNCH, B. H. *Matemática insólita: paradoxos y paralogismos*. Barcelona: Reverté, 2002.
- BUZZI, Arcângelo R. *Filosofia para principiantes: a existência humana no mundo*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- BYINGTON, Carlos A. B. *A construção amorosa do saber*. São Paulo: Religare, 2003.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz/ Publifolha, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *O portador*. In: NIETZSCHE. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice*. Rio de Janeiro: Fontana/ Summus, 1977.
- CASSIRER, Ernst. *Filosofía de la Ilustración*. México: Fondo de Cultura Económica, 1963.
- CHARDIN, Teilhard de. *O fenômeno humano*. São Paulo: Cultrix, 1987.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.
- CHASIN, José. Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CHASIN, José. Rota e prospectiva de um projeto marxista. *Revista Ensaio Ad Hominem*, São Paulo: n. 1, t. I, 1999.
- CHÂTELET, François. Do mito ao pensamento racional. In: _____ (Dir.). *História da filosofia: ideias, doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 8 v.
- CHAUÍ, Marilena. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, 1995.
- CHAUÍ, Marilena. Ideologia e educação. *Revista Educação & Sociedade*, São Paulo: n. 5, jan. 1980.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Primeiros Passos, 13).
- CHAUÍ, Marilena (Consult.). Vida e obra. In: HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- CHAUÍ, Marilena et al. *Primeira filosofia: aspectos da história da filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CHAUÍ, Marilena et al. *Primeira filosofia: tópicos de filosofia geral*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- CHERRY, Colin. *A comunicação humana*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- CHILDE, Gordon. *A evolução cultural do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- COMTE, Auguste. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COMTE-SPONVILLE, André; FERRY, Luc. *Sabedoria dos modernos*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.
- CORBISIER, Roland. *Introdução à filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 2 t.
- CUVILLIER, Armand. *Sociologia da cultura*. Porto Alegre: Globo, 1975.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2005.
- DAMÁSIO, Antonio R. *Sentir lo que sucede: cuerpo y emoción en la fábrica de la consciencia*. Santiago: Andrés Bello, 2000.
- DAMÁSIO, Antônio. *O erro de Descartes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DESANTI, Jean-Toussaint. Galileu e a nova concepção de natureza. In: CHÂTELET, François (Dir.). *História da filosofia: ideias, doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 8 v.
- DESCARTES, René. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).
- DESCARTES, René. *Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- DESCARTES, René. *Princípios da filosofia*. São Paulo: Rideel, 2007.
- DESCARTES, René. Regras para a direção do espírito. In: REZENDE, Antônio (Org.). *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

- DURAND, Marie Françoise et al. *Atlas da mundialização*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- ECHEGOYEN, O. J.; GARCÍA-BARÓ, M. Introducción. In: PLATÓN. *Menón, o sobre la virtud*. Madrid: Mare Nostrum, 2000.
- ECHEVERRÍA, Rafael. *Ontología del lenguaje*. Santiago: Dolmen, 1997.
- ECHEVERRÍA, Rafael. *Por la senda del pensar ontológico*. Santiago: J. C. Sáez, 2007.
- ECO, Umberto. Elogio de Santo Tomás de Aquino. In: _____. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- ECO, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ECO, Umberto. *Viagem na irrealidade cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- EINSTEIN, Albert. *Como vejo o mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007. (Debates 52).
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (Perspectivas do Homem, 99).
- EPICURO. *Antologia de textos de Epicuro*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Pensadores).
- EPICURO. *Carta sobre a felicidade [a Meneceu]*. Tradução e apresentação Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- ESPINOSA, Baruch. *Ética*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- FACIONE, Peter A. *The Student's Guide to Philosophy*. Mountain View: Mayfield Publishing, 1988.
- FERNANDES, Florestan. *Organização social do Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- FERRY, Luc. *Aprender a viver – filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- FLEW, Antony. *Pensar direito*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979.
- FORTES, Luiz R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FOULQUIÉ, Paul. *O existencialismo*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1975.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREITAG, Bárbara. *Sociedade e consciência – um estudo piagetiano na favela e na escola*. São Paulo: Cortez/ Autores Associados, 1984.
- FROMM, Erich. *Análise do homem*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- FROMM, Erich. *Conceito marxista do homem*. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- GADOTTI, Moacir. *Transformar o mundo*. São Paulo: FTD, 1991.
- GALBRAITH, John Kenneth. *A era da incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1950.
- GALILEI, Galileu. *O ensaiador*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- GARCÍA MORENTE, Manuel. *Fundamentos de filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- GIACOAIA JR., Oswaldo. *Nietzsche*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GIANOTTI, José Arthur. Moralidade pública e moralidade privada. In: NOVAES, Adauto (Coord.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GILES, Thomas Ransom. *Introdução à filosofia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1979.
- GILSON, Étienne. *La unidad de la experiencia filosófica*. Madrid: Rialp, 2004.
- GLÖTZ, Gustave. *Cidade grega*. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1980.
- GOLDMANN, Lucien. *A criação cultural na sociedade moderna*. São Paulo: Difel, 1972.
- GOLDMANN, Lucien. *La ilustración y la sociedad actual*. Caracas: Monte Ávila, 1967.
- GOLDSTEIN, Lawrence et al. *Lógica: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- GOMES, João Carlos Lino. *Ética, política e poder em Maquiavel*. Síntese, v. 20, n. 60, p. 79-91, jan. 1993.
- GÖRZ, André. *Adeus ao proletariado*. São Paulo: Forense, 1982.
- GOSWAMI, Amit. Transcrição da entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/3079994/Amit-Goswami-Prova-Da-Existencia-De-Deus-Pela-Fisica-Quantica-docEntrevista-TV-Cultura>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- GRIMAL, Pierre. *A mitologia grega*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Primeiros Voos).
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência enquanto "ideologia"*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoría y praxis*. Madrid: Tecnos, 1987.
- HARRÉ, Rom. *1000 años de filosofía*. Madrid: Santillana, 2002.
- HAWKING, Stephen. *O universo numa casca de noz*. São Paulo: Mandarim, 2001.
- HAYLES, N. Katherine. *La evolución del caos: el orden dentro del desorden en las ciencias contemporáneas*. Barcelona: Gedisa, 2000.
- HEGEL, Friedrich. *Fenomenología del espíritu*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HEGEL, Friedrich. *Principios de la filosofía del derecho*. Buenos Aires: Sudamerica, 1975.
- HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- HEMPEL, Carl. *Filosofia da ciência natural*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, s.d. (Curso Moderno de Filosofia).
- HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1980.
- HETHERINGTON, Stephen. *¡Filosofía! Una breve introducción a la metafísica y a la epistemología*. Madrid: Alianza Editorial, 2007.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.
- HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Conceito de iluminismo. In: BENJAMIN, Walter et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 89-116. (Os Pensadores).
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HUISMAN, Denis. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HUISMAM, Denis (Dir.). *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HUME, David. *Investigação acerca do entendimento humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1989.
- HUNNEX, Milton. *Filósofos e correntes filosóficas: em gráficos e diagramas*. São Paulo: Vida, 2003.
- JAEGER, Werner. *Paideia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes/UnB, 1986.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- JERPHAGNON, Lucien. *História das grandes filosofias*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- JOLIVET, Régis. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1972.

- KANT, Immanuel. Crítica da faculdade do juízo. In: DUARTE, Rodrigo (Org.). *O belo autônomo: textos clássicos de estética*. Belo Horizonte: UFMG, 1997.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Lisboa: Edições 70, 1989. (Textos Filosóficos).
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1988. (Textos Filosóficos).
- KNEALE, William; KNEALE, Martha. *O desenvolvimento da lógica*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1968.
- KNELLER, George F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: Edusp, 1980.
- KNELLER, George F. *Arte e ciência da criatividade*. São Paulo: Ibrasa, 1971.
- KOFLER, L.; ABENDROTH, W.; HOLZ, H. H. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- KONDER, Leandro. *O futuro da filosofia da práxis: o pensamento de Marx no século XXI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos).
- KONDER, Leandro. *Os marxistas e a arte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. (Perspectivas do Homem).
- KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: Edusp, 1974.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; Brasília: UnB, 1982.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *Ortega y Gasset: a aventura da razão*. São Paulo: Moderna, 1994.
- LABBÉ, B; PUECH, M. *O bem e o mal*. São Paulo: Scipione, 2010.
- LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. São Paulo: Unesp/Hucitec, 1999.
- LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alen (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1979.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 10. ed. Porto: Rés Editora, s.d. 2 v.
- LANGER, Susanne. *Ensaio filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LAURIOLA, Rosanna. De eudaimonia à felicidade: visão geral do conceito de felicidade na antiga cultura grega, com alguns vislumbres dos tempos modernos. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 59, abr. 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/059/59esp_lauriolapt.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.
- LAYARD, Richard. *La felicidad: lecciones de una nueva ciencia*. Madrid: Santillana, 2005.
- LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1984. (Primeiros Passos, 4).
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. São Paulo: Global, s.d. (Bases, 9).
- LEOPOLDO e Silva, Franklin. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 1994.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- LIARD, Louis. *Lógica*. 9. ed. São Paulo: Nacional, 1979.
- LOCKE, John. *Ensaio acerca do entendimento humano*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- LORENZ, Konrad. *Civilização e pecado*. São Paulo: Círculo do Livro, 1973.
- LOWEN, Alexander. *Prazer*. São Paulo: Summus, 1988.
- LUKÁCS, György. Arte livre ou arte dirigida? *Revista Civilização Brasileira*, n. 13, 1967.
- LUKÁCS, György. *Princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política*. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985. (Primeiros Passos, 17).
- MACEDO, Carmen Cinira. *Imagem do eterno: religiões no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1989.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- MARIAS, Julián. *Introdução à filosofia*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, s.d.
- MARICONDA, Pablo Rubén. *Galileu e a ciência moderna*. Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas, v. 9, n.16, jul.-dez. 2006, pp. 267-292. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed16/16_2_galileu_e_a_ciencia_moderna.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.
- MARITAIN, Jacques. *Introdução geral à filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1989.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche: a transvaloração dos valores*. São Paulo: Moderna, 1993.
- MARX, Karl. *A sagrada família*. São Paulo: Moraes, 1987.
- MARX, Karl. Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social". In: MARX, Karl. *Marx: escritos de juventud*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MARX, Karl. *O capital*. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.
- MARX, Karl. *Teses contra Feuerbach*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Disponível em: <http://www.usp.br/cje/gcom/np-content/uploads/2014/10/aideologiaalema_karlmarx_e_engels.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Tradução Maria Arsênio da Silva. São Paulo: Ched Editorial, 1980.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- MASI, Domenico de. Em busca do ócio. *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*. São Paulo: Abril, 1993. Edição especial.
- MATOS, Olgária. Introdução. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990.
- MATURANA, Humberto. *Da biologia à psicologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. *El árbol del conocimiento*. Santiago de Chile: Universitaria, 2002.
- MONTAIGNE, Michel de. *Ensaio*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores).
- MONTESQUIEU, Charles S. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MORA DE OLIVEIRA, Armando et al. *Primeira filosofia: tópicos de filosofia geral*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- MORIN, Edgar. *Meus demônios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- MORIN, Edgar. *O método II: a vida da vida*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1980.
- MORTARI, Cezar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Unesp, 2001.
- MOUNIER, Emmanuel. *Introdução aos existencialismos*. São Paulo: Duas Cidades, 1963.
- NAGEL, Ernest. Ciência: natureza e objetivo. In: MORGEN Besser, Sidney (Org.). *Filosofia da ciência*. São Paulo: Cultrix, s.d.
- NEWTON, Isaac. *Princípios matemáticos da filosofia natural*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).
- NIETZSCHE, Friedrich. A filosofia na época trágica dos gregos. In: SOUZA, J. Cavalcante de (Org.). *Pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- NIETZSCHE, Friedrich. *Obras incompletas*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- NOVAES, Adauto (Coord.). *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NOWELLSMITH, P. H. *Ética*. São Paulo: Bestseller, 1966.
- OFFE, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 4, n. 10, jun. 1989.
- ONG, Walter. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas: Papirus, 1998.

ORTEGA Y Gasset, José. *Que é filosofia*. São Paulo: Livro Ibero-Americano, 1961.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

PASCUAL, Juan José Abad; HERNÁNDEZ, Carlos Díaz. *Historia de la filosofía*. Madrid: McGraw Hill, 1996.

PAZ, Octavio. *Signos em rotação*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

PEIXOTO, Fernando. *Brecht: vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PEREIRA PORCHAT, Oswaldo. A filosofia e a visão comum do mundo. In: PRADO JR., Bento; PEREIRA PORCHAT, Oswaldo; FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *A filosofia e a visão comum do mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Almanaque).

PESSANHA, J. A. Motta. Vida e obra. In: SOUZA, J. Cavalcante de (Org.). *Pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

PESSOA, Fernando. *Demogorgon*. Disponível em: <<http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/jp000004.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2012.

PETERSON, Marianna Allen. *Introdução à filosofia medieval*. Fortaleza: Edições UFC, 1981.

PIAGET, Jean. *A epistemologia genética*. Petrópolis: Vozes, 1973.

PLATÃO. *A República*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: _____. *Diálogos*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATÃO. Carta VII. In: VALVERDE, J. M. et al. *História do pensamento*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 4 v.

PLATÃO. Crátilo. In: SOUZA, J. Cavalcante de (Org.). *Pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

PLATÃO. Eutífron. In: _____. *Diálogos*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

PLATÃO. *Fédon*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

PLATÃO. *Teeteto e Crátilo*. 3. ed. rev. Belém: EDUFPA, 2001.

PLATÃO. *Timeo*. Santiago: Universidad Católica de Chile, 2004.

POLITZER, Georges. *Princípios fundamentais de filosofia*. São Paulo: Hemus, 1970.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1972.

PORFÍRIO, Isagoge. In: VALVERDE, J. M. et al. *História do pensamento*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 4 v.

PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Unesp, 1996.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *A nova aliança: a metamorfose da ciência*. Brasília: UnB, 1984.

RAEYMAKER, Luís. *Introdução à filosofia*. 2. ed. rev. São Paulo: EPU, 1973.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia*. São Paulo: Paulus, 1990. 3 v.

REZENDE, Antonio (Org.). *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

RIVANO, Juan. *Lógica elemental*. Santiago: Universitaria, 1985.

ROGERS, Carl. *Tornar-se pessoa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977. (Série Pedagogia e Psicologia).

ROMANO, Roberto. A estética de Marx: a tradução do mundo. In: VALVERDE, J. M. et al. *História do pensamento*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 4 v.

RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

RORTY, Richard. A trajetória do pragmatista. In: Eco, Umberto. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, s.d.

RUSS, Jacqueline. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Scipione, 1991.

RUSSELL, Bertrand. *Fundamentos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. 4. ed. Brasília: UnB; São Paulo: Nacional, 1982. 3 v. (Pensamento Científico).

RUSSELL, Bertrand. Quais desejos são politicamente importantes? In: RUSSELL, Bertrand et al. *As mais belas palavras*. São Paulo: Hemus, s.d.

SALINAS FORTES, Luiz Roberto. *O iluminismo e os reis filósofos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos).

SALMON, Wesley C. *Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. (Curso Moderno de Filosofia).

SAMUELS, A.; SHORTER, B.; PLAUT, Fred. *Dicionário crítico de análise junguiana*. Rio de Janeiro: Rubedo, 2003. Edição eletrônica. Disponível em: <http://www.labirintojung.com.br/pdfs/Andrews_Samuels_DICIONARIO_CRITICO_DE_ANALISE_JUNGUIANA.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *As ideias estéticas de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

SANTO AGOSTINHO. *De magistro*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Pensadores).

SANTOS, Maria Carolina Alves dos. *Textos filosóficos*. São Paulo: SE/CENP, 1956.

SARTRE, Jean-Paul. *O existencialismo é um humanismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

SCHILLER, Friedrich. *Sobre a educação estética*. São Paulo: Herder, 1963.

SCHLICK, Moritz. *O fundamento do conhecimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Os Pensadores).

SCHOPENHAUER, Arthur. *Aforismos sobre filosofia de vida*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1991.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e representação*. Rio de Janeiro: Contraponto, s.d.

SCHÜLLER, Donald. *Literatura grega*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SINGER, Peter. *Writings on an ethical life*. New York: The Ecco Press, 2001.

SINGH, Simon. *O último teorema de Fermat*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SOUZA, J. Cavalcante de (Org.). *Pré-socráticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STEGMÜLLER, Wolfgang. *A filosofia contemporânea: introdução crítica*. São Paulo: EPU/Edusp, 1977. 2 v.

TOURS, São Gregório de. *História dos francos*. Disponível [em inglês] em: <<http://www.fordham.edu/halsall/basis/gregory-hist.asp>>. Acesso em: 21 out. 2015.

VALVERDE, José María et al. *História do pensamento*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 4 v.

VARELA, Francisco. *Conocer*. Barcelona: Gedisa, 1990.

VAZ, Henrique C. de Lima. *Escritos de filosofia II: ética e cultura*. São Paulo: Loyola, 1988.

VERDENAL, René. A filosofia positiva de Auguste Comte. In: CHÂTELET, François (Dir.). *História da filosofia: ideias, doutrinas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 8 v.

VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1984.

VOLKOGONOV, Dimitri. *Stalin: triunfo e tragédia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. v. 1.

VOLTAIRE. *Tratado de metafísica*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, Max. *Ciência e política*. São Paulo: Cultrix, 1970.

WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1990. 2 v.

YUTANG, Lin. *A importância de viver*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.

Manual do **PROFESSOR**

Orientações didáticas

Apresentação

Elaboramos este manual com o propósito de apresentar nossa obra a você – professor ou professora de filosofia –, bem como a proposta didático-pedagógica nela contida, sua fundamentação teórica e as possibilidades de utilização que oferece.

Seguindo a orientação do MEC de que o manual do professor deve constituir-se paralelamente em um instrumento de complementação didático-pedagógica para o docente, procuramos também fornecer subsídios adicionais, como algumas reflexões relativas ao processo de ensino-aprendizagem e ao papel do professor ou professora, da aula e do livro didático, diversas sugestões de atividades na escola, leituras complementares e indicações bibliográficas, que podem apoiar conceitual e metodologicamente a implementação das diversas estratégias pedagógicas utilizadas na obra ou sugeridas neste manual.

Embora saibamos que este material constitui apenas algumas das perspectivas possíveis de abordagem do amplo campo da educação e do ensino-aprendizagem de filosofia, confiamos que este manual e a obra que ele integra serão úteis para você.

Os autores

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1. A filosofia na “nova educação” | 404 |
| 1.1. Interdisciplinaridade, contextualização e experimentação | 404 |
| 2. O problema de ensinar filosofia | 405 |
| 2.1. Enfoque de ensino tradicional..... | 405 |
| 2.2. Enfoque de ensino renovado | 406 |
| 2.3. Combinação dos dois enfoques | 407 |
| 2.4. Papel do professor | 408 |
| 2.5. Metodologias | 410 |
| 2.6. Outras estratégias e ferramentas..... | 411 |
| 2.7. Desenvolvimento de competências e habilidades..... | 412 |
| 2.8. Papel do livro didático | 413 |
| 2.9. Avaliação pedagógica | 414 |
| 3. Nossa proposta | 415 |
| 3.1. Principais objetivos e características | 416 |
| 3.2. Organização geral da obra | 417 |
| 3.3. Estrutura dos capítulos..... | 417 |
| 4. Uso do livro: orientações gerais..... | 419 |
| 4.1. Programa do curso..... | 419 |
| 4.2. Abordagem dos capítulos..... | 423 |
| 4.3. Trabalho com texto..... | 424 |
| 4.4. Trabalho com iconografia..... | 425 |
| 4.5. Trabalho com filmes..... | 425 |
| 4.6. Trabalho com literatura ficcional..... | 426 |
| 4.7. Trabalho interdisciplinar e de experimentação | 426 |
| 5. Uso do livro: orientações específicas | 428 |
| Unidade 1 – Filosofar e viver..... | 428 |
| Unidade 2 – Nós e o mundo | 447 |
| Unidade 3 – A filosofia na história | 464 |
| Unidade 4 – Grandes áreas do filosofar..... | 488 |
| 6. Textos de aprofundamento | 504 |
| 1. Ser e experimentar | 504 |
| 2. Finalidade da vida..... | 505 |
| 3. Liberdade..... | 505 |
| 4. Pensamento alargado | 506 |
| 5. Abertura para a experiência | 506 |
| 6. Complexidade humana..... | 507 |
| 7. As faces da história | 508 |
| 8. Missão da filosofia..... | 508 |
| 9. Em busca do ócio | 509 |
| 7. Atividades complementares: projetos interdisciplinares..... | 510 |
| I. Ser, fazer e conhecer | 510 |
| Projeto 1 – Filosofia: imagem e poesia..... | 510 |
| Projeto 2 – Comunidade da vida | 510 |
| II. Eu e o outro | 510 |
| Projeto 3 – Comunicação e comportamentos | 510 |
| Projeto 4 – Convívio solidário..... | 511 |
| III. Liberdade e democracia | 511 |
| Projeto 5 – Democracia e pluripartidarismo | 511 |
| Projeto 6 – Democracia e seus avessos | 511 |
| 8. Indicações bibliográficas para o professor ... | 511 |
| 9. Referências bibliográficas | 512 |

1. A filosofia na “nova educação”

[...] a filosofia é uma prática discursiva (ela procede “por discursos e raciocínios”) que tem a vida por objeto, a razão por meio e a felicidade por fim. Trata-se de pensar melhor para viver melhor.

ANDRÉ COMTE-SPONVILLE

Filosofar é preciso. Assim podemos interpretar a reforma que estabeleceu a volta da filosofia ao currículo oficial do ensino médio em nosso país, determinada definitivamente em 2008. Essa decisão nos faz refletir sobre a nova educação brasileira, ou melhor, sobre o projeto de país para o qual ela aponta, seguindo a discussão proposta pelo cientista e educador chileno Humberto Maturana:

[...] o que queremos com a educação?, o que é isso de educar?, para que queremos educar? e, por último, a grande questão: que país queremos?

Creio que não se pode refletir sobre a educação sem considerar antes, ou simultaneamente, sobre essa coisa tão fundamental do viver cotidiano que é o projeto de país no qual estão imersas nossas reflexões sobre educação. (*Emociones y lenguaje en educación y política*, p. 11-12; tradução nossa.)

Um país é seu território, seus recursos naturais, suas instituições, mas fundamentalmente sua gente e o que ela pensa, sente, imagina, sonha, cria, constrói, produz. Portanto, quando falamos em projeto de país, estamos nos referindo ao que esperamos de nossa gente, da sociedade brasileira, e o que pretendemos fazer para que essas esperanças se cumpram. E é aí que entra a educação.

O projeto de país contido nas mudanças introduzidas no ensino básico pelo Ministério da Educação e Cultura nos últimos anos – as quais destacaram o papel da linguagem e da comunicação e abriram espaço para a filosofia, a sociologia e a arte no ensino médio, entre outras alterações – parece apontar para uma sociedade não apenas movida pelos interesses e necessidades materiais de conhecimentos imediatos ligados à esfera do trabalho (sempre tão importante), mas também fundada em valores democráticos e humanísticos, de promoção da autonomia e da cidadania plena dos indivíduos que a constituem. Sem esses valores, um país não pode se tornar uma grande nação no sentido de constituir-se em uma sociedade justa, livre e igualitária, que preza a qualidade de vida e o bem-estar de todos.

Não temos dúvida de que a filosofia pode contribuir, e muito, para que esse projeto de país não apenas se realize mas também evolua na direção de aspirações cada vez mais elevadas. Essa convicção se confirma quando analisamos o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – promulgada em 1996), que assim definiu as finalidades do ensino médio:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Por seu próprio caráter, a filosofia vincula-se de uma ou outra forma a todas essas diretrizes e, por meio de cursos bem organizados e estruturados, seu ensino deve certamente contribuir para o cumprimento dessas finalidades.

1.1. Interdisciplinaridade, contextualização e experimentação

Nossa convicção sobre o papel e a importância do retorno da filosofia ao currículo oficial do ensino público se fortalece ainda mais quando atentamos para o lugar destacado conferido, muito acertadamente, à interdisciplinaridade, à contextualização e à experimentação. Como é sabido, vivemos uma espécie de “era de especialistas”, marcada pela pulverização dos saberes, pela perda das visões de conjunto e pelo estreitamento sistemático dos campos de conhecimento. E isso se expressa (ou se inicia) na própria escola. Como escreveu o pensador francês Edgar Morin:

[...] os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira.

Em vez de corrigir esses desenvolvimentos, nosso sistema de ensino obedece a eles. [...]

Em tais condições, as mentes jovens perdem suas aptidões naturais para contextualizar os saberes e integrá-los em seus conjuntos.

Ora, o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. [...]

Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada. (*A cabeça bem-feita*: repensar a reforma, reformar o pensamento, p. 15-16.)

Por meio de uma organização curricular que articula as ciências naturais e humanas, as linguagens e a filosofia e suas respectivas tecnologias, a reforma curricular efetuada nos últimos anos busca restabelecer elos que unem diversos saberes e, portanto,

promover a superação gradativa dessa compartimentação do conhecimento na vida escolar.

Na proposta de reforma curricular do Ensino Médio, a interdisciplinaridade deve ser compreendida a partir de uma abordagem relacional, em que se propõe que, por meio da prática escolar, sejam estabelecidas interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência. (*Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, Parte I: Bases legais, p. 21.)

Todas as disciplinas curriculares devem passar a realizar agora, progressivamente, essa tarefa relacional e integradora por meio de sua organização e de suas práticas. Isso não deveria ser um problema para o professor de filosofia, pois essa disciplina, desde suas origens na Grécia antiga, sempre se constituiu em um campo de reflexão universal e integrador da multiplicidade dos discursos sobre o real. Como dizia Merleau-Ponty, a filosofia “consiste em reaprender a ver o mundo”. Daí que nada escape à sua especulação: interpretações que envolvam natureza, ser humano, cultura, linguagem, trabalho, ciências, religião, política, poder, ética, cidadania, arte, amor, felicidade – enfim, praticamente tudo o que se possa pensar.

Fazendo uso da consciência crítica, a filosofia é, portanto, intrinsecamente **conectiva, contextualizadora e interdisciplinar**. Embora marcada pela autoconsciência e a autocritica (uma conversa da alma consigo mesma), ela não deixa de ser também – ou principalmente – a “mãe” sempre zelosa de seus “filhos” (as ciências) ou a “vizinha bisbilhoteira” que não pode evitar meter-se na “vida alheia”. Vem daí sua vocação contextualizadora do ensinado-aprendido – ou apreendido – com base nas múltiplas experiências cotidianas. Desenvolvida como processo (o filosofar), ela favorece **experimentações** frequentes. Aqui vale novamente a recomendação dos PCNEM:

A integração dos diferentes conhecimentos pode criar as condições necessárias para uma aprendizagem **motivadora**, na medida em que ofereça maior liberdade aos professores e **alunos** para a seleção de conteúdos mais diretamente relacionados aos assuntos ou problemas que dizem respeito à vida da comunidade. Todo conhecimento é socialmente comprometido e não há conhecimento que possa ser aprendido e recriado se não se parte das preocupações que as pessoas detêm. O distanciamento entre os conteúdos programáticos e a experiência dos alunos certamente responde pelo desinteresse e até mesmo pela deserção que constatamos em nossas escolas. Conhecimentos selecionados *a priori* tendem a se perpetuar nos rituais escolares, sem passar pela crítica e reflexão dos docentes, tornando-se, desta forma, um acervo de conhecimentos quase sempre esquecidos ou que não se consegue aplicar, por se desconhecer suas relações com o real.

A aprendizagem **significativa** pressupõe a existência de um referencial que permita aos alunos identificar e se identificar com as questões propostas. Essa postura não implica permanecer apenas no nível de conhecimento que é dado pelo contexto mais imediato, nem muito menos pelo senso comum, mas visa a gerar a capacidade de compreender e intervir na realidade, numa perspectiva autônoma e desalienante. Ao propor uma nova forma de organizar o currículo, trabalhado na perspectiva interdisciplinar e contextualizada, parte-se do pressuposto de que toda aprendizagem significativa implica uma **relação sujeito-objeto** e que, para que esta se concretize, é necessário oferecer as condições para que **os dois polos do processo interajam**. (*Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, Parte I: Bases legais, p. 22; destaques nossos.)

Tanto o professor de filosofia como o livro didático dispõem de um terreno fértil para trabalhar a partir dessas recomendações, juntamente com suas próprias convicções. Esse é nosso grande e belo desafio!

2. O problema de ensinar filosofia

Os ataques sofridos pela filosofia desde suas origens até nossos dias levaram e ainda levam muitos pensadores e educadores a refletir sobre ela e seu ensino. Isso significa que a própria filosofia constituiu-se em um **problema filosófico**, pois seu ensino apresenta diversas questões problemáticas que devem ser abordadas tanto do ponto de vista da reflexão pedagógica como da perspectiva filosófica, notadamente no que se refere a seus “**quês**”, “**comos**”, “**porquês**” e “**para quês**”.

Quando um professor ou uma instituição de ensino deve decidir sobre que tipo de curso de filosofia seria possível desenvolver com seus alunos, todas essas questões vêm à tona. Quando se elabora um livro também. E nós sabemos que a didática não é neutra. Isso significa que, antes de fazer nossas escolhas, devemos investigar atentamente os pressupostos das propostas pedagógicas que se apresentam (ou daquela que já adotamos), buscando explicitar seus **objetivos**,

recortes de **conteúdo, estratégias e recursos** postos em jogo. Tudo isso não são problemas menores.

No debate sobre esses aspectos, podemos dizer simplificada e simplesmente que, entre as diversas alternativas existentes, há dois enfoques pedagógicos – tanto no Brasil como em diversos países no mundo – que representam os polos da prática de ensino da filosofia: o **tradicional** e o **renovado**. Entre ambos, encontramos diversos matizes de propostas que combinam aspectos distintos desses dois enfoques. Busquemos caracterizar, portanto, esses dois extremos.

2.1. Enfoque de ensino tradicional

Entre aqueles que optam pelo enfoque mais tradicional – predominante até há pouco tempo –, o ensino de filosofia tem por objetivo a **transmissão** e a **assimilação** de certos conhecimentos da tradição filosófica ocidental. Ou seja, o que se deve ensinar e aprender é *Philosophia*, ou filosofias, um saber acumulado.

Nessa abordagem tende a haver maior reverência em relação à autoridade e à tradição. O **professor** é o centro do ato pedagógico, aquele que detém ou deveria deter o conhecimento essencial das coisas. Sua proposta de formar o estudante, quando não é a de apenas informá-lo, é a de desenvolver nele as potencialidades universais de racionalidade do ser humano e do “bom” cidadão. Muitas vezes se propõe também uma compreensão crítica pelo estudante, uma opinião, quando se supõe que isso seja possível para o jovem principiante, já que ele é visto como um “projeto de adulto”, que deve ser orientado na direção do adulto “ideal” que cada professor tem em mente.

Os conteúdos principais dos enfoques tradicionais são os **temas** ou **problemas** clássicos da tradição filosófica ocidental (como o ser, o conhecimento, a ética etc.) e os **conceitos** que se forjavam em resposta a esses problemas pelos principais pensadores. A missão principal do professor consiste em **transmitir** esses conteúdos. O **critério de significatividade** utilizado para efetuar essa seleção é, em geral, o valor que lhe é atribuído no contexto da cultura ocidental e, principalmente nas últimas décadas, sua importância para a formação do caráter do estudante e do cidadão.

A abordagem desses conteúdos pode ser estruturada em cursos que seguem a **história cronológica** da filosofia – desde os pré-socráticos até alguns filósofos contemporâneos – ou que destacam suas principais **áreas temáticas** ou seus principais **problemas**, os quais são, por sua vez, abordados historicamente.

A maioria dos **livros didáticos** vai pelos mesmos caminhos, estruturados historicamente ou tematicamente. Antigamente, havia uma preferência pela estruturação histórica, seguindo a escola italiana. Depois, foi ganhando cada vez mais adeptos a tendência da escola francesa, que é temática.

O **método de ensino** de filosofia no enfoque tradicional – mais dirigido à assimilação de conceitos – tende a ser a aula expositiva, centrada no professor ou professora, e os estudantes tomando nota. A relação professor-aluno é vertical. O professor detém o saber e, por isso, a autoridade, de modo que muitas vezes dirige o processo de aprendizagem como modelo a ser seguido. O docente tende a adotar um livro didático e com frequência recorre aos textos dos filósofos. Às vezes, propõe questões de compreensão crítica para que os estudantes se expressem, mas a tendência é a de que a palavra final seja dada pelo professor.

A **avaliação** tende a ser por meio de provas escritas, principalmente em nosso país; em outros, provas orais são uma tradição em várias disciplinas. Nessas provas, busca-se medir a assimilação dos conceitos, teorias, problemas – enfim, a matéria dada. Às vezes, se propõe um tema ou frase de um filósofo para ser analisada pelo estudante. Outras vezes, os estudantes se reúnem em grupo para trabalhar sobre o texto filosófico e podem fazer uma apresentação oral, pela qual serão avaliados. Mas o que se mede é principalmente o mesmo: a assimilação de conteúdos conceituais. Isso estimula um tipo de conhecimento que é externo ao estudante, obtido por transmissão, assimilação e memorização.

O ensino de filosofia pelo enfoque tradicional recebeu e ainda recebe muitas críticas, como a de apresentar uma diretividade acentuada – às vezes até mesmo autoritária –, não se abrindo para a diversidade das experiências individuais nem para a **novidade** própria da condição juvenil. Seria, segundo seus críticos, uma pedagogia rígida, formadora de indivíduos igualmente rígidos, mal preparados para pensar um mundo dinâmico, em constante mutação, no qual é preciso aprender a aprender.

2.2. Enfoque de ensino renovado

Na corrente que se opôs ao modelo tradicional, conhecida como **pedagogia renovada**, surgiram enfoques didático-pedagógicos que propõem que o objetivo do ensino de filosofia deve ser o de aprender a realizar uma ação – o pensar – que não é o pensar matemático, o pensar histórico e assim por diante, mas o **pensar filosófico**. Isso quer dizer que o mais importante é a ação, o **processo**, não o **produto** (as teorias, os conceitos etc.). O que se busca principalmente é o *Philosophiein*, o **filosofar**, não a filosofia. Almeja-se não apenas aquilo que está pronto, mas também o novo ou aquilo que está em construção. A filosofia, a abstração, deve surgir naturalmente da experiência individual do próprio estudante, de tal maneira que ele vai “descobrir” o conceito em seu próprio processo e, assim, compreendê-lo, não apenas assimilá-lo ou memorizá-lo.

Nesse contexto, **ensina-se filosofia ensinando-se a filosofar**. O programa a ser desenvolvido não deve ser, portanto, “conteudista” em termos conceituais, mas sim destacar os elementos que compõem os processos do modo de pensar filosófico (*the philosophical way of thinking*), o filosofar. Para isso, priorizam-se os conteúdos **procedimentais**, vinculados ao desenvolvimento de certas habilidades de análise e reflexão críticas, mas sobretudo os conteúdos **atitudinais**, pertencentes mais especificamente ao campo socioafetivo, isto é, dirigidos a desenvolver no estudante uma atitude aberta e questionadora – a chamada **atitude filosófica**.

Os temas preferidos nos enfoques renovados podem passar pela tradição filosófica, mas dentre eles se priorizam aqueles que sejam **significativos para o adolescente** ou que estejam relacionados com a **atualidade**, no entendimento de que, entre 15 e 17 anos, o jovem ainda não tem consolidado o pensamento formal e sua maneira de resolver problemas ainda está muito condicionada por interesses e motivações imediatas. A abordagem histórico-cronológica da filosofia é evitada por isso (no entendimento de que exige maior abstração), preferindo-se a opção temática, que oferece a possibilidade de conexão com as vivências dos estudantes, permitindo que a reflexão seja disparada a partir das preocupações neles já operantes.

Assim, o **método** preferido no enfoque renovado é a prática do **diálogo**, mais ou menos espontâneo, a partir de alguma situação problemática concreta capaz de motivar os alunos e de suscitar neles a necessidade de esclarecimentos diversos bem como o interesse pelos distintos pontos de vista e seus possíveis aprofundamentos (ver adiante o quadro “A importância do questionamento dialógico”).

Temos, portanto, uma reação à pedagogia “dissertadora” e rígida das aulas expositivas, nas quais o professor apresenta – segundo seus críticos, como o educador brasileiro Paulo Freire – uma narração unilateral a respeito de uma realidade fixa, sem vida nem movimento:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartilhado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. A sua irrefreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. Conteúdos que são retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram e em cuja visão ganhariam significação. A palavra, nestas dissertações, se esvazia da dimensão concreta que devia ter ou se transforma em palavra oca, em verbosidade alienada e alienante. Daí que seja mais som que significação e, assim, melhor seria não dizê-la. (*Pedagogia do oprimido*, p. 33.)

Desse modo, o **centro do ato pedagógico** no método renovado deve ser o **estudante**, e o professor funciona como um facilitador que deve estimular a ação de pensar (o filosofar) dos estudantes. Alguns professores costumam aproveitar para referir-se às teses e conceitos dos filósofos sobre as questões que vão surgindo no debate, mas isso não se faria de maneira muito sistemática, já que a ênfase nos conceitos clássicos seria evitada, privilegiando-se a espontaneidade e a criatividade dos estudantes.

A **avaliação**, por sua vez, estaria baseada principalmente na atitude e nas habilidades desenvolvidas, bem como na participação do estudante nos debates, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Os **críticos** desse modelo pedagógico reconhecem que, em alguns casos, houve bons resultados, pois nesse método os estudantes se viram mais estimulados que no tradicional. Mas muitos apontam que, na maioria das vezes, as aulas de filosofia que seguem esse modelo costumam ser implantadas sem critério e acabam se transformando em meras “conversas de botequim”, em que cada um somente dá sua simples opinião com base em seu limitado saber, ou se tornam uma simples hora do recreio. O que ocorre, segundo esses críticos, é que se confundiu ênfase nos processos com não aprofundar os conteúdos historicamente constituídos – quando não um verdadeiro menosprezo por eles –, pois isso levaria a uma necessária abstração e conceitualização. Mas sem bagagem (os conteúdos) não há suprimentos para a boa viagem (os processos).

Há também aqueles que defendem que existe uma assimetria teórica e vivencial entre professor e aluno que é real e palpável e não pode ser simplesmente desprezada, como tem ocorrido entre aqueles que adotam o modelo renovado.

2.3. Combinação dos dois enfoques

Por tudo isso, verifica-se atualmente uma tendência em combinar os enfoques tradicional e renovado, aproveitando-se o que cada um tem de melhor. Desse modo, aqueles que adotam esse enfoque-síntese propugnam tanto pelo **objetivo** informativo como pelo for-

mativo, tanto pela filosofia como pelo filosofar, tanto pela compreensão e reconstrução de conceitos clássicos como pelo ensinar-aprender a pensar de maneira reflexiva, crítica e aberta à pluralidade de perspectivas. Os cursos devem estar estruturados, portanto, em torno a **conteúdos** não apenas procedimentais e atitudinais, mas também conceituais. Como afirmou o filósofo e pedagogo brasileiro Demerval Saviani, do mesmo modo que é impossível uma pessoa ser cientista ou fazer ciência se não dominar os conhecimentos existentes em sua área de investigação, para fazer filosofia também devemos beneficiar-nos da herança do passado.

Os **conteúdos conceituais** costumam ser selecionados e estar organizados com o propósito de que os estudantes possam compreender os principais problemas da tradição filosófica, especialmente os que se considerem mais significativos para essa faixa etária ou mais relevantes para sua formação como cidadãos.

Uma tendência contemporânea em relação aos conteúdos é a de incluir **autores locais** ou **regionais**. Mesmo no enfoque tradicional, em alguns países há algum tempo se privilegia, na escolha dos conteúdos, o estudo dos pensadores locais junto com os filósofos clássicos. Isso é muito claro, desde sempre, entre os franceses, os espanhóis e os anglo-saxões, entre outros. Mas o mesmo vem ocorrendo em países latino-americanos, como na Argentina e no Chile, onde se procura afirmar o pensamento local e regional e suas abordagens das realidades em nossa região ou do país em questão – mesmo que não sejam obras estritamente filosóficas –, no entendimento de que ajudam os estudantes a compreender o entorno onde vivem e sua identidade cultural.

A abordagem desses conteúdos costuma ser estruturada de forma temática ou problemática, indo-se dos problemas aos conceitos ou diretamente aos autores que forjaram esses conceitos ou teorias, aprofundando-se então na história da filosofia.

Os **conteúdos procedimentais** são, como já dissemos, aqueles vinculados ao desenvolvimento das competências e habilidades englobadas no conceito de pensamento crítico ou pensamento filosófico. São abordados por meio de atividades que promovem a **compreensão crítica do texto**, o que inclui situar seu contexto, identificar suas ideias principais, reconstruir seus argumentos, elaborar esquemas conceituais, explicitar crenças ou critérios que se acham implícitos (pressupostos), rastrear ambiguidades, inconsistências e imprecisões semânticas, identificar possíveis objeções etc. Também se enfatiza a **habilidade de comparar conceitos ou teses**, filosóficas ou não (semelhanças e diferenças), bem como a capacidade de adotar, ao final, uma **posição justificada** diante das teses propostas (veja resumo delas).

| CONTEÚDOS PROCEDIMENTAIS (COMPETÊNCIAS E HABILIDADES) |
|--|
| Compreensão crítica do texto vocabulário / contexto / ideias principais / argumentos / esquemas conceituais / pressupostos / ambiguidades / imprecisões / inconsistências / objeções |
| Comparação de textos, teorias, ideias pressupostos / argumentos / coincidências / diferenças |
| Adoção de posição fundamentada |

Por último, os **conteúdos atitudinais** são, como vimos, aqueles pertencentes ao universo socioafetivo, de promoção de uma atitude mais aberta a distintos pontos de vista e de gosto pelo debate racional e democrático das ideias filosóficas, da tolerância, de respeito por si mesmo e pelo outro etc. São muito importantes, pois constituem as condições de possibilidade da comunicação e do diálogo, filosófico ou não.

A importância do questionamento dialógico

O diálogo é o caminho próprio da Filosofia como filosofar. A Filosofia nasce dialógica, quer dizer, filosofante. Sócrates investigava a si mesmo através do diálogo, por meio do discorrer conjuntamente acerca do desconhecimento da Sabedoria ou do reconhecimento da ignorância em relação à Sabedoria. Constituído de perguntas e respostas, o diálogo sempre visa alcançar a coisa mesma que se põe diante dos interlocutores a partir de um questionamento. O questionamento é o caminho do diálogo [...].

O questionamento dialógico é um caminho de aprendizado da escolha e da decisão na perspectiva do projeto ontológico humano, no que diz respeito ao sentido do ser em seu sendo. O questionamento toca o questionador em sua relação com os outros. Questionar é um ato investigativo que pressupõe o alcance de problemas efetivos comuns, que dizem respeito à autocompreensão e à consequente ação do questionador em sua vida prática e em suas relações de pertença e condição existencial. No questionamento dialógico o que é por primeiro questionado é o próprio questionador.

O diálogo, assim, pode ser concebido como caminho vivencial do aprendizado do pensar apropriador pelo autoexame dos próprios pensamentos ou modos habituais de ser, perceber, crer, opinar – na relação constitutiva do vivido, do vivente e do viver. [...]

No caminho do diálogo, a Filosofia se articula discursivamente como **um novo modo de formação do homem**, uma nova *Paideia*. O diálogo filosófico, assim, é em si mesmo caminho de formação e de investigação do ser humano em sua abertura ontológica. Afinal, o que é o homem? Qual o seu telos: o seu sentido como início, meio e fim? O diálogo filosófico pergunta pelo ser que o dialogante é como desenvolvimento de um questionamento implicado em uma procura de si: um aprender a pensar. O diálogo é o meio da procura de si na relação com outros. Quem procura é sempre o ser capaz de perguntar. Quem pergunta tem o desejo de saber. E só se pode saber pela experiência. O diálogo filosófico, então, é meio para a experiência do pensar apropriador. Ele não é uma formalização estereotipada, porque é um acontecimento vivencial do aprender a pensar. Aprende-se, pois, a pensar pensando. E como as pessoas não nascem pensando dialogicamente, e sim reativamente, o aprendizado dialógico permite vivenciar o ato filosófico como construção do conhecimento compreensivo do ponto de vista de

quem aprende – quem se põe a caminho da investigação interrogante pelo confronto de posições e convicções enraizadas.

[...]

Seguindo a tradição socrático-filosófica, filosofar é entrar em diálogo consigo mesmo através do perguntar e responder compartilhado entre amigos. A amizade dialógica constitui a possibilidade de, no diálogo e por meio dele, alcançar-se a clarividência do investigado além do pessoal e do contingente. Acontece, entretanto, que o diálogo não é nunca um caminho certo e formalizado dedutivamente *a priori*, e sim o devir impermanente em seu fluir, porém persistente em seu permanecer interrogante, em sua atitude de suspeita vigilante e perspicaz. Para dialogar, assim, é preciso dispor-se a examinar os próprios estados de consciência: os perceptos, os afetos, os juízos de valor, os modos de agir e os conceitos já formados. Tudo o que se põe como certo é suspenso no movimento dialógico.

DANTE AUGUSTO GALEFFI, O diálogo como experiência filosófica fundamental na Educação Básica, em BORBA & KOHAN (Orgs.), *Filosofia, aprendizagem, experiência*, p. 315-319.

2.4. Papel do professor

O papel do professor de filosofia em sala de aula também é objeto de discussão relevante. Dependendo da perspectiva teórico-metodológica que se adote, esse papel pode variar, conforme vimos, entre dois extremos: desde o de absoluto detentor e transmissor do conhecimento essencial sobre as coisas até o de simples facilitador do processo de pensar filosoficamente dos estudantes.

No entanto, como há atualmente certo consenso entre os educadores em torno da ideia de que o ensino de filosofia deve ser uma combinação das propostas contidas nos modelos tradicional e renovado, o papel do professor também expressa essa síntese. A esse respeito, expomos em seguida nossa reflexão.

Ao explicar os fundamentos de um livro de sua autoria, estruturado na tradição dos mestres e, ao mesmo tempo, em contribuições próprias, o filósofo francês André Comte-Sponville afirma: “só possuímos o que recebemos e transformamos [...] graças a outros ou contra eles” (*Pequeno tratado das grandes virtudes*, p. 11).

Essa frase conecta-nos imediatamente com o processo de ensino-aprendizagem em geral e, de forma mais específica, com a dialética filosófica. Sabemos que a tarefa educacional compreende o entrelaçamento dos processos de ensinar e aprender. Ao ensinar, transpomos e transmitimos ao outro nosso conhecer, ser e fazer. Ao aprender, extraímos e desenvolvemos, recebemos e reagimos ao que vem dos outros e de nós mesmos.

[...] o conceito de educação já encerra, nas suas origens, uma contradição, na medida em que abriga, sob uma mesma raiz, sentidos diversos. O sentido de *educare* [“nutrir, alimentar, instruir”] transmite a ideia de algo que se acrescenta ao indivíduo, procurando dar-lhe condições para o seu desenvolvimento. Já o sentido de *educere* [“extrair, desabrochar, desenvolver saber”] sugere a liberação de forças que estão latentes e que dependem de estimulação para vir à tona. (GARCIA, *Educação: visão teórica e prática pedagógica*, p. 1.)

Trata-se, portanto, de dois processos evidentemente circulares, complementares e indissociáveis. Isso implica que tão importante quanto a transmissão de conhecimentos e experiências socialmente relevantes efetuada pelo docente é o desenvolvimento pelo estudante das competências e habilidades desejadas e o afloramento de suas potencialidades e contribuições próprias. Se estas não se concretizarem, supõe-se que o processo educativo fracassou.

No âmbito do ensino da filosofia, esse duplo processo se expressa de maneira explícita desde a criação, por Sócrates, do **método dialético**. Mesmo quando afirmava que nada sabia, o filósofo reconhecia que dominava algo muito precioso: a **arte de perguntar**, assimilada à arte obstétrica (maieutica), pela qual ajudava seus discípulos a dar à luz pensamentos próprios, como resultado de um processo crítico. Desse modo – parafraseando Comte-Sponville – adquiriam um conhecimento que recebiam e transformavam, **graças e contra** Sócrates.

Seguindo o exemplo do filósofo grego e de tantos outros pensadores – mesmo que de outra forma e com recursos distintos e variados –, entendemos que cabe ao professor (um filósofo educador) desempenhar esse papel fundamental de “abridor de portas” por meio do diálogo. Sua tarefa poderá não ser simples e certamente demandará grande criatividade, tendo em vista que as classes em geral são numerosas e o diálogo filosófico se efetuará com grupos heterogêneos de estudantes. No entanto, essa conversação deve ser constantemente desenvolvida pelo mestre-filósofo, de maneira crítica, mas também amorosa e prazerosa, servindo de modelo e exemplo da atitude filosófica para seus discípulos.

Nesse processo, a abordagem que realizar dos diversos materiais e filosofias revelará em boa medida sua maneira de ver as coisas, sua opção por uma corrente de pensamento e um modo de filosofar. Isso faz parte do espírito filosófico. Aliás, é fundamental que o professor:

[...] tenha feito sua escolha categorial e axiológica, a partir da qual lê e entende o mundo, pensa e ensina. Caso contrário, além de esvaziar sua credibilidade como professor de Filosofia, faltar-lhe-á um padrão, um fundamento, a partir do qual possa encetar qualquer esboço de crítica. Por certo, há filosofias mais ou menos críticas. No entanto, independentemente da posição que tome (pressupondo que se responsabilize teórica e praticamente por ela), ele só pode pretender ver bons frutos de seu trabalho docente na justa medida do rigor com que operar a partir de sua escolha filosófica – um rigor que, certamente, varia de acordo com o grau de formação cultural de cada um. (*Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias*, p. 48.)

Nesse sentido, destacamos a seguir duas leituras sobre a atuação do professor de filosofia em sala de aula que nos parecem especialmente motivadoras e instigantes, além de oferecerem mais alguns elementos de reflexão sobre as possibilidades de práticas pedagógicas.

O mestre ignorante

Em uma interpretação do *Fédon*, de Platão, o filósofo francês Stéphane Douaillier destacou a ideia de que, para que a filosofia tenha um **poder de começo**, é necessária a presença de um **mestre ignorante**.

Recordemos que, nesse diálogo platônico, Equícrates interroga Fédon sobre as últimas palavras de Sócrates nos momentos derradeiros com seus discípulos. O interesse de Equícrates se centrava em qual seria seu herdeiro filosófico. Fédon conta, entre outros detalhes, que Platão tinha adoecido e não estava presente, e que Sócrates não teria comentado nada sobre isso. Como destaca Douaillier, Fédon relata também que, junto ao mestre, ele e os demais teriam sentido coisas espantosas (*thaumasias epaton*), uma emoção desconcertante, uma mistura de prazer (*hedon*) e dor (*lype*) e que agora ele era “ele mesmo”. Havia, portanto, a conjunção de uma perda com a possibilidade de uma invenção.

Na interpretação de Douaillier, a intenção de Platão ao escrever esse diálogo teria sido justamente a de dizer que não havia herdeiros de Sócrates e que, a partir de então, ele iniciaria seu próprio caminho. O diálogo também buscava mostrar a ideia de que a filosofia tem seu lugar inicialmente na **alma**, antes de ser um conjunto de proposições alinhavadas e consagradas. Portanto, ensinar filosofia significa antes ensinar a filosofar (concordando assim com a afirmação de Kant de que “não se pode aprender filosofia e sim aprender a filosofar”), pois implicaria, primeiramente, pôr a alma em movimento. E isso se consegue mediante um mestre ignorante, como foi Sócrates até o último momento de sua vida.

Douaillier empresta a expressão “mestre ignorante” da obra *Le maître ignorant*, de Jacques Rancière, na qual se contradiz a ideia tradicional de que só se pode ensinar quando se é sábio ou se possui uma ciência, no sentido de conhecer as respostas. Segundo essa concepção, a ausência de saber posuiria a força de fazer sair do mundo no qual se está para se pôr a começar algo novo.

Assim, o ensino de filosofia – para Douaillier –, mais que um prolongamento sapiencial, deve ser uma prática que tenha um poder de começo, um recomeço, um segundo nascimento em que opere uma diferenciação de um mundo e de um sujeito em relação a si mesmo. Deveria promover, segundo suas palavras, uma efrase ou refração a partir dos clássicos – um pensar **autônomo**.

Baseado em DOUAILLIER, A filosofia que começa: desafios para o ensino da filosofia no próximo milênio, em GALLO et al., *Filosofia do ensino de filosofia*, p. 17-30.

O mestre vivo

Comentando a interpretação de Stéphane Douaillier sobre o Fédon, o filósofo e especialista em educação uruguaio Mauricio Langón afirma que o mais importante na sala de aula é o **mestre vivo**: aquele que, como Sócrates, não ensina filosofia, mas que, filosofando, faz o aluno filosofar apoiado em um movimento conjunto, isto é, em uma “**co-moção**”.

Se não for assim, argumenta Langón, é como se o discípulo só pudesse filosofar a partir do momento em que o mestre estiver morto; como se só pudesse haver um único mestre agora e, depois, a sua continuidade; como se o mestre fosse sempre maior que o discípulo e não pudesse ser, ao mesmo tempo, discípulo de seu discípulo; como se fosse impossível uma “con-vivência” enquanto se convive; como se fosse impossível a discussão filosófica, a igualdade entre as pessoas, toda comunidade de aprendizagem e de indagação.

Langón propõe, assim, a **didática do mestre vivo**. O mestre vivo, diz ele, é aquele que em cada classe, em cada grupo, em cada comunidade, busca pôr em movimento seus discípulos sem que isso implique dominação ou morte. Cada aula deve exercer uma “violência” no sentido de provocar uma agitação ou sacudidela, mover a cabeça, derubar certezas, provocar dúvidas, perder inocências e canduras. Adotando uma visão nietzschiana, Langón defende que a vida é um movimento contínuo e que a aula deve ser vida também, um movimento mútuo, uma “co-moção”. A comoção seria a vida da aula de filosofia.

Segundo esse especialista, é possível comover na última sessão (como fez Sócrates no *Fédon*), quando se dá o último movimento, ou na **primeira aula**, iniciando um movimento filosófico capaz de assombrar os alunos. Também nos **reinícios** ou no aproveitamento de **acontecimentos externos** que abalam prenunciando um fim (como um acidente que leva à beira da morte um colega, um suicídio etc.). Há também situações inesperadas, imprevistas, mas que também podem ter grande êxito mobilizador.

O maior desafio, alerta Langón, seria comover na rotina. A comoção é uma expectante turbulência interior, imobilizadora da ação. Um ócio tenso. Quando se resolve em movimento e ação, passa a ser plano, projeto, proposta. Adquire continuidade, cotidianidade e vira rotina. Desaparece o instante filosófico para instalar-se uma “nova sabedoria”. Nesse contexto, há crescimento, desenvolvimento, aquisições seguras, costume, hábito, envelhecimento e esclerose.

É preciso então voltar a mover, ou **re-mover**. Não se trata, portanto, de assombrar sempre, mas de voltar a assombrar, de fazer reaparecer a atitude

filosófica. Isso quer dizer introduzir periodicamente nas aulas mudanças de ritmo que gerem uma atitude de alerta, de questionamento, um olhar indagador, insatisfeito, perspicaz. Trata-se, enfim, de fazer que o curso siga um **curso vital** – conclui Langón – procurando ajudar no desenvolvimento de capacidades para determinados tipos de ações vinculados ao filosofar.

Baseado em LANGÓN, *Filosofia do ensino de filosofia*, em GALLO et al., *Filosofia do ensino de filosofia*, p. 90-100.

2.5. Metodologias

A combinação dos enfoques tradicional e renovado tem-se plasmado em metodologias variadas. O educador argentino Guillermo Obiols, especialista em didática e práticas de ensino em filosofia, recomenda a seguinte estratégia ou modelo [O ensino de filosofia na Argentina: apresentação, problemas e perspectivas, em GALLO et al., *Filosofia do ensino de filosofia*, p. 115-133]:

1. um início que é predominantemente **concreto**, em que se procura **sensibilizar** e **motivar** o estudante para um tema ou problema filosófico;
2. um desenvolvimento que é predominantemente **abstrato**, no qual se analisam as **soluções propostas** dentro da tradição filosófica;
3. um fecho que retorna para o **concreto**, mas preenche de conceitos, no qual se procura aplicar e avaliar o que se descobriu, construiu, aprendeu.



Detalhando essa metodologia e os instrumentos e recursos que podem ser utilizados, o especialista argentino esclarece que o **início concreto** é o momento em que o professor começa a trabalhar um tema ou problema utilizando elementos familiares aos estudantes. Utiliza, para isso, **meios ou recursos não filosóficos**, como historietas, campanhas publicitárias, vídeos, textos jornalísticos ou literários etc. Deve ser algo que interesse ao estudante e que possa motivá-lo. Até mesmo uma simples **conversação** com a classe sobre um assunto de destaque nos noticiários, na escola etc. pode ter essa função.

Nesse momento, o professor aproveita para introduzir uma série de perguntas de exploração prévia do tema a ser abordado e para realizar um *brainstorming* com a classe. O andamento dessa etapa sensibilizadora e problematizadora dependerá dos materiais e recursos que o professor ou professora tenha à disposição, bem como de sua criatividade.

Obiols recomenda que, sempre que possível, o tema escolhido seja também do interesse do professor, um problema sobre o qual tenha refletido bastante, com maior ou menor originalidade. Por outro lado, o docente também deve investigar previamente como esse tema pode se relacionar com sua classe, como ele se mostra e se mascara, considerando a etapa evolutiva pessoal do grupo de estudantes e seu contexto social.

O objetivo dessa etapa é que a classe formule uma série de perguntas significativas para ela, ou seja, perguntas ou dúvidas que sejam realmente suas, dos estudantes. O professor, por sua vez, deve ajudá-los a ordenar essas perguntas estrategicamente, tendo em vista o plano de aula ou curso que traçou.

No **segundo momento**, do desenvolvimento abstrato, buscam-se respostas para as questões levantadas na tradição filosófica. Recorre-se então à história da filosofia e à leitura de textos filosóficos, algumas obras, alguns trechos etc. Primeiramente o professor realiza breves exposições sobre as principais teorias e respectivos conceitos envolvendo o tema em discussão, procurando destacar tanto sua contextualização histórica quanto sua atualidade como possível resposta às questões levantadas.

Em seguida, os estudantes começariam a ler e a trabalhar os textos filosóficos. Para isso, o professor deveria selecionar:

- a) um conjunto de textos dentro do tema proposto e fornecer uma bibliografia para a leitura dos estudantes;
- b) confeccionar um roteiro de estudo sobre esse material para apoiá-los nessa tarefa, que poderá ser feita em casa ou em classe, individualmente ou em grupo.

O propósito agora é o de trabalhar, além dos conceitos propriamente ditos, os conteúdos procedimentais, conduzindo ao desenvolvimento das habilidades que mencionamos anteriormente.

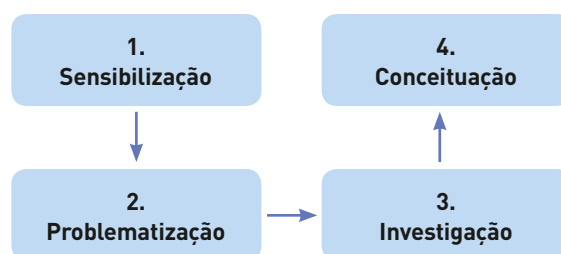
No **terceiro momento**, o fecho sintético, volta-se ao concreto para aplicar os conceitos mediante outras atividades individuais ou em grupo, em casa ou em classe, em classe com toda a turma e o professor ou não. Nessas atividades, os estudantes compartilham o que elaboraram e suas descobertas, expondo e contrapondo resultados. Trata-se, por exemplo, de:

- retornar às questões elaboradas inicialmente pela classe, seja para ver as respostas conseguidas, seja para reformular as perguntas e/ou para avaliar e propor novas questões que agora se abriram;
- avaliar as implicações que podem ter as conclusões a que a classe chegou sobre o problema se forem aplicadas a outros terrenos, como o político, o ético etc.
- além da avaliação do desempenho e da produção dos estudantes, nessa etapa o professor pode também

apreciar o que ele mesmo aprendeu sobre o problema, no caso de que tenha-se desenvolvido um processo que significou a consideração autêntica de uma questão filosófica. (Isso seria fantástico!)

O filósofo e educador brasileiro Silvio Gallo propõe uma estratégia semelhante, dividida em quatro passos didáticos:

1. **sensibilização** – momento inicial da aula em que, para sensibilizar o estudante, deve-se recorrer ao não filosófico, como filmes, músicas, contos, poemas, programas de televisão. Pode ser apenas o trecho que coloque em questão a temática a ser abordada. De preferência, usar recursos que digam respeito ao universo cultural próprio do grupo com o qual o professor vai trabalhar;
2. **problematização** – momento de transformar o tema em problema. Para Gallo, quanto mais intensa e múltipla for essa problematização, mais elementos a classe e cada estudante terão para produzir sua própria experiência de pensamento;
3. **investigação** – etapa em que o professor trabalha com a história da filosofia e os filósofos, que se tornam como ferramentas para compreender melhor aquele tema. Assim, diz Gallo, ganham um sentido e um significado especial, não sendo apenas mais um conteúdo a ser decorado pelos estudantes;
4. **conceituação** – momento em que, segundo o educador, há o exercício da experiência filosófica propriamente dita. O professor pode propor atividades para que o estudante recrie os conceitos estudados, refazendo o processo de pensamento que o levou a eles. Ou pode estimular o estudante a criar um novo conceito, que ofereça outra forma de equacionar o problema enfrentado.



2.6. Outras estratégias e ferramentas

Hoje em dia, cada vez mais se reconhece na área da educação a importância de abordar de maneira integral os distintos âmbitos constitutivos do ser humano: a **corporalidade**, a **emocionalidade** e a **linguagem**, conforme se refere a eles Humberto Maturana. Essas três dimensões estão em constante interação entre si e com o entorno ou meio externo.

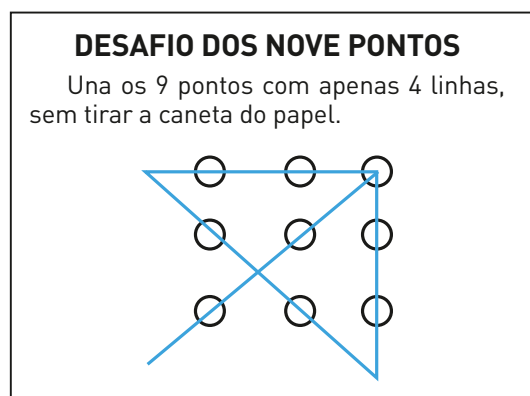


Assim, embora a filosofia trabalhe muito mais com elementos intangíveis (o linguístico), é importante que o docente circule também pelas **dimensões corporal e emocional** em suas estratégias didáticas sensibilizadoras. Nesse sentido, explorar os **cinco sentidos** pode ser muito proveitoso, conforme explica Mauricio Langón:

- a **visão** seria o referencial básico da teoria – ponto de vista, rever, ver tudo de novo, apreciar os limites do possível;
- a **audição** ou, mais especificamente, a **escuta** suporia um modo específico de abertura – aprender a ouvir, a escutar os outros e a si mesmo, apreciar os sons, a música, ruídos, silêncios; particularmente coletiva, estaria ligada à palavra, ao ritmo, à harmonia;
- o **paladar** e o **olfato** se vinculariam ao avaliar – captar e diferenciar sabores e aromas, apreciá-los, relativizá-los, dosificá-los; relacionam-se com a sutileza e a perspicácia intelectual;
- o **tato** vincula-se com a maior ou menor paixão ou delicadeza – expressa-se no bem-estar do corpo, sua posição, movimento, energia. Seria esse estar no mundo.

Em suma, trata-se de trabalhar as diversas vias e dimensões em que ocorrem as relações consigo mesmo, com os detalhes mais próximos, com o universo, com cada um dos outros. Isso permitirá também reposicionar-se, remover-se. (LANGÓN, Filosofia do ensino de filosofia, em GALLO et al., *Filosofia do ensino de filosofia*, p. 98-99.)

O recurso à **metáfora** e ao **lúdico** também pode ser muito estimulante e útil. Por meio de certos jogos ou desafios, é possível sensibilizar os estudantes para um problema, bem como trabalhar os conteúdos atitudinais que mencionamos antes, como no seguinte exemplo:



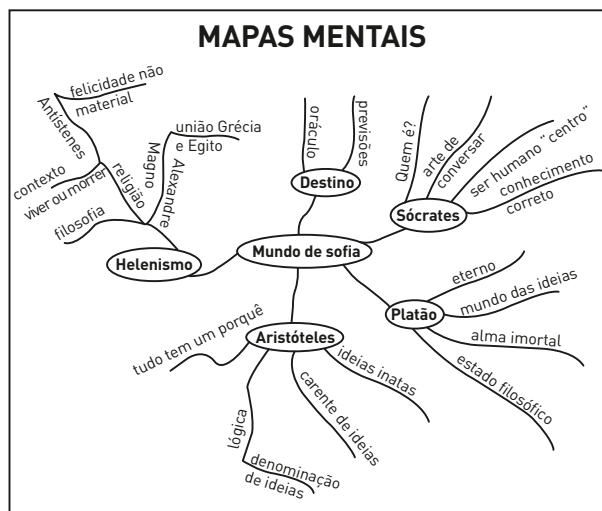
A solução do desafio (as linhas azuis) se obtém traçando linhas que avançaram para fora do quadrado formado pelos nove pontos. A dificuldade para resolver esse problema revela que tendemos a pensar dentro de certos limites ou premissas, isto é, de forma limitada. A solução para os problemas muitas vezes passa por buscar elementos que não foram considerados até então, em ver o entorno, o passado, o possível, o diferente, e assim por diante.

Outra ferramenta poderosa que vem sendo muito utilizada no universo da educação, universidades e grupos de pesquisa: os chamados **mapas mentais** ou

conceituais. Trata-se de um tipo de diagrama criativo no qual, a partir de um ponto central, conectam-se desenhos, linhas, cores, palavras ou conceitos, promovendo a integração de nossas capacidades corticais, segundo estudos relativos ao funcionamento de nosso cérebro. Oferecem experiências ao mesmo tempo concretas, lúdicas e criativas do processo de pensar e filosofar, podendo constituir, se bem utilizados, “devires do pensar” e suas variações significativas de acordo com cada experiência, como observou o filósofo e professor Sérgio Augusto Sardi:

Constituir distintos arranjos e formatações de mapas mentais, mantendo a sua mobilidade. Traçar redes, rizomas e correlações móveis entre elementos de um sistema, ele mesmo, móvel. Instituir, em cada caso, as bases que permitam ao pensar ir além de esquemas predeterminados, embora constituindo novas possibilidades de arranjos mentais [...]. (O filosofar entre o racional, o irracional e outros devires do pensar, em BORBA & KOHAN (Orgs.), *Filosofia, aprendizagem, experiência*, p. 344.)

Os mapas mentais podem ser utilizados pelo professor com diversas finalidades em sala de aula ou mesmo pelos estudantes em suas anotações e estudos. Servem para “mapear” o *brainstorming* realizado pelo professor junto com a classe na etapa de sensibilização e problematização; os passos de uma exposição teórica, destacando os principais conceitos; uma comparação entre as posições de dois ou mais pensadores; a história da filosofia etc.



2.7. Desenvolvimento de competências e habilidades

Vemos, portanto, que a educação voltada principalmente à transmissão de conteúdos – denominada “conteudista” por seus críticos – perde cada vez mais espaço para o enfoque que enfatiza a aprendizagem e o desenvolvimento de **competências e habilidades**, conceitos introduzidos de forma oficial no sistema educacional brasileiro durante a década de 1990, especialmente com a instituição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 1998.

A palavra competência deriva de **competir** – termo de origem latina formado por *com* (“junto, com outros”) + *petere* (“pedir, buscar”), ou seja, “pedir ou buscar junto com os outros”. Embora haja uma discussão sobre o significado desse termo no âmbito educacional, podemos seguir o sociólogo suíço especializado em temas pedagógicos Philippe Perrenoud, que afirma que competência é, de modo geral, a capacidade de um indivíduo de mobilizar e apoiar-se de maneira eficaz ou pertinente em um conjunto de recursos cognitivos (como conhecimentos, esquemas, habilidades e atitudes) ao enfrentar situações de determinado tipo.

Assim, enquanto as habilidades envolvem mais diretamente um **saber fazer** e uma ação, as competências implicam operações mentais complexas para determinar o uso adequado dos diversos recursos de que o indivíduo dispõe, incluindo as habilidades. Aqui vale notar que não há competências ou habilidades sem conteúdos, já que elas sempre se constituem na relação do indivíduo com o mundo, com as situações concretas e seus problemas e desafios.

De acordo com as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as competências e as habilidades a serem desenvolvidas em filosofia são as seguintes:

Representação e comunicação

- Ler textos filosóficos de modo significativo.
- Ler, de modo filosófico, textos de diferentes estruturas e registros.
- Elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo.
- Debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativamente e mudando de posição face a argumentos mais consistentes.

Investigação e compreensão

- Articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos e modos discursivos nas Ciências Naturais e Humanas, nas Artes e em outras produções culturais.

Contextualização sociocultural

- Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sociopolítico, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica. (*Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias*, p.64.)

2.8. Papel do livro didático

Para garantir aos estudantes o desenvolvimento das diversas competências e habilidades e a apropriação de conteúdos significativos, a escola contemporânea tem lançado mão de múltiplos recursos educativos, incluindo jornais, revistas, filmes, audiovisuais, hipermídia etc. No entanto, dentre os diversos meios adotados, o livro didático ainda se destaca como referencial pedagógico de professores e alunos. Procuremos então entender um pouco mais esse instrumento.

Segundo Circe Bittencourt, desde o século XIX o livro didático é utilizado:

[...] nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor.

Mas, para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologia e as defasagens de seus conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições. (*O saber histórico na sala de aula*, p. 72-73.)

Assim, abordagens amplas do livro didático sustentam que é preciso reconhecê-lo como objeto complexo, que apresenta diversas facetas, como as que seguem:

- É obra editorial, que, além do trabalho do autor, somente se materializa com o envolvimento de diversos atores no processo de publicação (editores, pareceristas, pesquisadores iconográficos, copidesques, revisores, artistas gráficos). Como enfatiza Roger Chartier:

Os textos não existem fora dos suportes materiais (sejam eles quais forem) de que são veículos. Contra a abstração dos textos, é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. (*Os desafios da escrita*, p. 61-62.)

- É produto vendido diretamente para a clientela escolar (escolas particulares) ou para instituições educacionais do Estado que fazem a intermediação da compra para os estudantes da escola pública. Nesse sentido, a obra didática está sujeita a uma série de injunções e condicionamentos. Seu conteúdo está relacionado a currículos e programas oficiais, avaliações de entidades governamentais, práticas de ensino adotadas por professores, carga horária definida para as disciplinas, perfil heterogêneo dos estudantes etc.
- É obra cujos conteúdos refletem visões de mundo e concepções educacionais pertinentes ao contexto sociocultural em que o livro foi gestado.
- É, enfim, obra educativa, que interage com estudantes e professores em uma relação dinâmica.

Na hora de conceber uma obra didática, o autor ou a autora, bem como a empresa editorial que a publica, frequentemente leva em conta todos esses fatores, além de outros, em busca do projeto “ideal”, tão difícil de alcançar. Procura semelhante move o professor ou a professora. Assim, no momento de avaliar as obras disponíveis no mercado, entendemos que o docente deve considerar o livro didático em toda a sua complexidade, para poder identificar aquele que oferece as melhores condições de apoio para o curso que planeja ministrar.

No entanto, por melhor que seja a obra escolhida no sentido pretendido pelo docente, ela nunca substituirá o trabalho vivo entre professores e alunos em sala de aula, seu diálogo, sua troca. Como observa Nilson José Machado, especialista brasileiro em educação e metodologia do ensino, o docente “não pode abdicar do privilégio de projetar os caminhos a serem trilhados juntamente com os alunos, conformando-se

aos oferecidos pelo livro didático, ainda que de boa qualidade” (*Cidadania e educação*, p. 112).

No ensino de filosofia, essa afirmação é especialmente verdadeira. O livro didático pode ser um apoio para a organização dos conteúdos do curso, para a leitura em casa pelo estudante e para a realização de tarefas, bem como um recurso complementar a ser utilizado em sala de aula em momentos de interlocução entre o professor, os estudantes e o livro didático. Mas há vários outros recursos pedagógicos – conforme vimos até aqui e sugeriremos mais adiante – que podem ajudar o docente de maneira ainda mais efetiva nas tarefas de sensibilização, problematização e discussão filosófica, bem como na promoção do desenvolvimento das habilidades e competências recomendadas para a disciplina de filosofia.

Insistimos em que o livro didático precisa ter seu papel redimensionado, diminuindo-se sua importância relativamente a outros instrumentos didáticos, como o caderno, seu par complementar, e outros materiais, de um amplo espectro que inclui textos paradidáticos, não didáticos, jornais, revistas, redes informacionais etc. A articulação de todos esses recursos, tendo em vista as metas projetadas para as circunstâncias concretas vivenciadas por seus alunos, é uma tarefa da qual o professor jamais poderá abdicar e sem a qual seu ofício perde muito de seu fascínio. [...] utilizado de modo adequado, o livro mais precário é melhor do que nenhum livro, enquanto o mais sofisticado dos livros pode tornar-se pernicioso, se utilizado de modo catequético. (MACHADO, *Cidadania e educação*, p. 112.)

2.9. Avaliação pedagógica

Por último, outro aspecto problemático do processo de ensino-aprendizagem de filosofia: a **avaliação pedagógica**. Trata-se de um momento importante do processo de ensino-aprendizagem em qualquer matéria escolar, pois retroalimenta tanto o estudante como o professor sobre seus desempenhos, possibilitando a reorientação de suas estratégias. No âmbito filosófico, essa etapa apresenta especial dificuldade dada a possibilidade de ser mal utilizada pelo professor que tenda a impor sua visão de mundo ou suas doutrinas preferidas no momento de avaliar, mesmo que de forma involuntária, agindo assim de maneira autoritária e contrária ao processo de emancipação e autonomia do estudante. É preciso ter muita atenção com isso e evitar esse problema.

Podemos dizer que, de modo geral, o processo de avaliação pedagógica implica estimar o **valor**, a **extensão** e a **intensidade** do desempenho do educando. Mas as formas de avaliar esse desempenho variam tanto quanto variam as expectativas em relação ao que se está avaliando. Por isso, para definir o processo de avaliação pedagógica a ser adotado, recomendamos que o docente considere previamente três questões básicas e importantes: **o que, como e quando avaliar**.

■ O que avaliar

Antes de escolher os mecanismos de avaliação que utilizará, o professor de filosofia deve ter muito claramente quais são os **objetivos gerais** e **específicos** do

ensino-aprendizagem dessa disciplina no curso que ministra, pois é o cumprimento desses objetivos que deve apreciar. Envolveriam eles, como assinalamos antes, determinados conteúdos, atitudes e competências? Quais deveriam ter maior peso e consideração? Recordemos que o que se avalia indica para o estudante o que é importante.

Para essa definição, apresentamos anteriormente neste manual diversos elementos relevantes, incluindo as recomendações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a disciplina de filosofia, como as competências para ler textos filosóficos de modo significativo, ler de modo filosófico textos de diferentes estruturas e registros, debater tomando uma posição etc. (veja essas recomendações).

■ Como avaliar

Definidos esses objetivos, o docente já pode escolher os mecanismos de avaliação que utilizará. Tendo em conta que a filosofia é uma atividade fundamentalmente **discursiva**, pois ela se expressa por meio de discursos e argumentos, é clara a necessidade do trabalho com atividades que estimulem e desenvolvam as habilidades de comunicação básicas: a **escrita**, a **leitura**, a **fala** e a **escuta**. Usar essas atividades como meio de avaliação sinalizará para o estudante a importância de cada uma dessas habilidades.

Entre os mecanismos mais tradicionais de avaliação no ensino de filosofia, além das **provas escrita e oral**, encontram-se:

- a **dissertação** – geralmente redigida individualmente sobre um tema proposto pelo professor e já trabalhado em classe. É uma oportunidade de o estudante exercer competências como a de “elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo” e, dependendo da orientação fornecida, “articular conhecimentos filosóficos e diferentes conteúdos” bem como “contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica, quanto em outros planos”;
- o **seminário** – geralmente realizado em grupo sobre um texto filosófico, envolve pesquisa em diferentes fontes e apresentação à classe pelos diversos integrantes, podendo haver também um debate a respeito. É uma oportunidade de o estudante praticar a “leitura de textos filosóficos de modo significativo”, bem como a capacidade de expressar-se oralmente e de saber escutar, podendo também debater argumentativamente.

Além desses mecanismos, os professores também podem utilizar **atividades propostas nos livros didáticos** em seus processos de avaliação. Essas atividades variam desde os antigos “questionários” conteudistas, até aquelas que incorporaram as mudanças ocorridas no ensino nos últimos anos e procuram explorar também elementos procedimentais e atitudinais, bem como os enfoques integradores da experiência direta dos estudantes, da contextualização e da interdisciplinaridade. Entre estas, destacam-se trabalhos de sensibilização e problematização, bem como leituras crítico-filosóficas de filmes, pinturas, fotografias, publicidades, poemas etc.

Na hora de avaliar, recomenda-se que o professor também leve em consideração os avanços dos estudantes tanto na expressão escrita como oral, sua participação e esforço durante os debates em sala de aula, o interesse em compreender as visões do outro, a capacidade de realizar um diálogo respeitoso, de saber calar e escutar, de reconhecer o argumento alheio, e assim por diante – todas elas competências importantes para o filosofar, bem como para a construção de um mundo mais democrático e solidário.

Por último, é importante que o professor explique aos estudantes os critérios pelos quais serão avaliados, que devem estar em consonância com os objetivos que se propôs o professor ao organizar o curso. Além dos critérios já expostos até aqui, o docente pode propor outros que expressem seus valores, como conexões extratexto, originalidade, criatividade, clareza da exposição etc.

■ Quando avaliar

A tendência mais tradicional entre os professores é a de realizar avaliações nos “ **finais** ” – final de bimestre, de semestre, de capítulo, de curso – e geralmente por meio de instrumentos também tradicionais como provas e questionários.

No entanto, nas últimas décadas – a partir das novas concepções pedagógicas e em consonância com seus objetivos – vem prevalecendo a orientação de que a ava-

liação deve ser **continuada**, aferindo-se o processo de ensino-aprendizagem inteiro, com crescente ênfase nos conteúdos procedimentais e atitudinais. Assim, os momentos de ensinar e aprender e de demonstrar habilidades ou produzir conhecimentos não ficam rigidamente separados. Todos podem ser articulados.

Nessa mesma direção, alguns educadores recomendam que a avaliação se efetue em cada “**começo**”: começo do curso, da aula, da abordagem de um tema ou problema filosófico, de estudo de um capítulo. Geralmente se usam para isso atividades sensibilizadoras, como a projeção de algum (trecho de) filme ou a leitura de algum (trecho de) poema, conto, notícia etc., seguida de uma conversa entre os alunos e o professor e a elaboração de uma lista dos problemas levantados (como vimos na estratégia descrita por Guillermo Obiols). O docente aproveita para fazer então uma espécie de prospecção sobre as vivências e opiniões dos estudantes – o que o ajudará a definir os passos seguintes –, bem como os saberes e as habilidades que dominam – que será sua linha de base na hora de avaliar seus avanços.

A avaliação continuada terá maior sucesso se for implementada de maneira flexível e dinâmica, com diferentes graus de complexidade, utilizando variadas modalidades de expressão do estudante e respeitando o desenvolvimento gradual das competências e habilidades ao longo do curso.

3. Nossa proposta

Como imagem de afirmação, de novidade, de indeterminação, de liberdade, a infância é uma figura do porvir que nenhuma educação que seja sensível a essa novidade pode antecipar. É uma nova possibilidade para pensar uma nova educação do novo.

WALTER OMAR KOHAN

Entendemos que a finalidade fundamental do ensino-aprendizagem de filosofia no ensino médio é colaborar, com outras disciplinas, em despertar no jovem estudante uma **consciência crítica e emancipadora**. É contribuir para suas descobertas, especialmente no que tange ao caráter problemático da realidade, sempre vivida e interpretada através dos filtros cognitivos, culturais, etários, ideológicos de que dispomos cada um de nós ou que nos são impostos. É ajudá-lo a perceber que nosso pensar, sentir e agir baseia-se em boa medida em pressupostos ou crenças construídos socialmente, os quais devem ser explicitados para que nossas percepções e escolhas sejam menos limitadas e condicionadas por forças “invisíveis”. É, enfim, iniciá-lo em uma prática constante e progressiva que lhe poderá ser útil, como uma fiel companheira, em diversos momentos de sua existência, seja como indivíduo, seja como membro de uma coletividade ou cidadão do mundo.

Considerando esses objetivos e as diversas concepções teórico-metodológicas existentes para o ensino de filosofia, optamos por construir uma proposta didático-

-pedagógica que pudesse fornecer um apoio básico e efetivo ao professor e ao estudante no trabalho com essa característica da filosofia de ser ao mesmo tempo uma **atividade do pensamento** (um processo e um modo de pensar) e o **produto desse pensar** (as diversas filosofias e seus conteúdos, a tradição filosófica), dando ênfase a cada um desses aspectos em diferentes momentos e procurando promover sua apropriação pelos jovens.

Nesse sentido, pareceu-nos relevante e fecundo partir de uma abordagem que destaca justamente o caráter problemático de nossa compreensão da realidade, caráter esse que subjaz ao surgimento das **grandes questões** ou **problemas filosóficos**. Sem a percepção do problema não é possível compreender verdadeiramente, nem sentir, o que é a filosofia ou o que dizem as filosofias:

Se o público em geral não entende o que os filósofos fazem e crê que cada um simplesmente diz o que quer, isso se deve, em grande medida, ao fato de que não entende o problema ou, mais ainda, não toma consciência da existência de um problema. Esse é o dado da equação que tende a faltar e o motivo essencial da impressão de arbitrariedade. O que o filósofo diz é tomado como “mero dizer”, como “irresponsável afirmar”, passando-se por alto seu originário caráter de “solução”. No entanto, a filosofia possui problemas, sendo a unidade dinâmica interna desses problemas o que está na base da multiplicidade e da mudança de temas e opiniões. **Quando não há problema tampouco há filosofia.** (GONZÁLEZ PORTA, *A filosofia a partir de seus problemas*, p. 26; destaque nosso.)

Assim, partindo do pressuposto de que a filosofia inicia-se com o problema ou a **problematização**, pois é o problema que move o pensamento, pareceu-nos indispensável fornecer alguns **instrumentos de sensibilização** – especialmente em alguns “inícios”: na primeira unidade do livro e no começo dos capítulos, como será especificado mais adiante na descrição da obra e nas orientações para o professor – com o propósito de dirigir os sentidos e os afetos do educando para o tema a ser focalizado e problematizado, procurando despertar nele uma disposição anímica favorável à quebra, ao espanto, à dúvida, enfim, ao desenvolvimento de uma experiência filosófica do pensamento. Em outras palavras, em nossas escolhas procuramos levar em conta, de forma integral, a condição juvenil do educando, abrindo espaço também, conforme a matéria, para um trabalho de exploração e experimentação com suas dimensões corporal e emocional, infelizmente muito esquecidas na escola tradicional e na academia.

Obviamente a sensibilização para o tema ou problema proposto se alcança de maneira mais efetiva quando se estabelece uma relação entre ele e a existência do educando, isto é, de maneira contextualizada e significativa, o que faz que a intervenção do professor seja sempre fundamental, dada a grande diversidade socioeconômica e cultural do povo brasileiro, que o livro didático não pode abarcar.

Por último, consideramos indispensável conduzir o estudante em uma investigação sobre o repertório de soluções ou respostas oferecidas pela **tradição filosófica** ao longo da história. Esse repertório deveria ser suficientemente variado para oferecer ao estudante um leque básico de opções como ferramentas para a construção de seus próprios conceitos, sua própria visão, seu próprio caminho. De outra forma, não teríamos filosofia, mas sim doutrinação.

Para cumprir essa proposta geral, decidimos combinar os dois tipos tradicionais de abordagem e de organização dos conteúdos, a **temática** e a **histórico-cronológica**, seja porque acreditamos que cada uma delas tem sua vantagem em relação à outra (como propõem aqueles que defendem uma ou outra alternativa), seja para dar mais flexibilidade à obra e mais opções aos professores – que podem preferir trabalhar por temas e problemas, ou seguindo a progressão histórica, ou também de forma combinada, a qual pode ser a mais interessante (voltaremos a esta questão mais adiante, nas sugestões sobre uso do livro).

3.1. Principais objetivos e características

Com base nessas concepções e proposta geral, elaboramos esta obra de referência aos estudos históricos e temáticos de filosofia. Tendo em vista a já referida complexidade que envolve a criação e publicação do livro didático, queremos primeiramente destacar algumas das principais preocupações que pautaram nosso labor:

- **Uso de linguagem acessível, didática e interativa**, que procure combinar de maneira equilibrada o texto intencionalmente coloquial com os trechos mais

técnicos, de forma a compor uma abordagem clara, significativa e atrativa para a faixa etária dos estudantes do ensino médio, mas que também apresente adequadamente um repertório de conceitos filosóficos clássicos, evitando ao mesmo tempo cair nos extremos reducionistas de alguns enfoques. Queremos que o estudante seja capaz de apropriar-se dos conteúdos do livro de maneira relativamente autônoma em boa parte da obra e, para isso, a linguagem é fundamental.

- **Organização clara dos capítulos**, de maneira que tanto o docente como os estudantes possam ter uma boa percepção do caminho que estão trilhando, suas alternativas e seus atalhos.
- **Ordenação didática e progressiva dos conteúdos** e da complexidade de seus conceitos, viabilizando a apropriação pelo estudante dos diversos conteúdos da obra, sejam eles conceituais ou atitudinais.
- **Criação de obra flexível e amigável**, que guie os estudantes, por meio de múltiplas remissões – que funcionam como uma espécie de *hyperlinks* –, a outras partes do livro e que também ofereçam ao docente a possibilidade de trabalhar com certa liberdade os diversos conteúdos, históricos e temáticos, e recursos que a publicação oferece, em consonância com seu planejamento das aulas e suas opções pedagógicas.
- **Apresentação clara e conceitualmente precisa** de temas e problemas filosóficos, bem como das doutrinas mais destacadas dos principais pensadores da história da filosofia, buscando explicitar a multiplicidade do debate entre as diversas correntes de interpretação ao longo do tempo.
- **Seleção relevante de temas, citações e textos**, cujo estudo e reflexão possa contribuir para a formação de cidadãos ativos, críticos e autônomos, mas também – e principalmente – solidários.
- **Formulação de amplo leque de atividades**, buscando cobrir a maior parte dos conteúdos conceituais tratados em cada capítulo e das competências e habilidades que a disciplina de filosofia pode promover, com graus de dificuldade variáveis. Desse modo, acreditamos que o docente terá maior probabilidade de encontrar as atividades de que necessita para cada turma com que trabalhe.
- **Distribuição equilibrada das atividades** dentro dos capítulos, apoiando a organização do docente que opta por realizar avaliações continuadas, bem como a prática e verificação constante dos conteúdos abordados por parte dos estudantes.
- **Consonância com as orientações do MEC** para o ensino de filosofia, buscando sempre que possível atender às especificações relativas à interdisciplinaridade, à contextualização e à experimentação.
- **Aproveitamento dos recursos gráficos** que pode oferecer uma obra impressa, especialmente a iconografia, que constitui um elemento didático-pedagógico sensibilizador e instigador em nossa obra.
- **Criação de um projeto gráfico** que traduzisse nossa proposta didático-pedagógica da melhor maneira possível e que fosse coerente com o perfil do público ao qual se destina.

3.2. Organização geral da obra

Desses objetivos e de nosso trabalho conjunto resultou a obra que este manual integra. Seus conteúdos estão distribuídos por quatro unidades, totalizando 21 capítulos, um esquema e um quadro sinótico, além do índice de conceitos e nomes e da bibliografia ao final do livro.

Vejamos uma breve apresentação de cada uma das unidades:

| UNIDADES | CAPÍTULOS | OBJETIVO GERAL |
|---|--|--|
| 1. Filosofar e viver | 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo 4. A consciência 5. O argumento (Esquema – História da filosofia; Quadro sinótico – Grandes áreas do filosofar) | “Mostrar” o que é a filosofia e o filosofar, utilizando para isso uma linguagem direta e coloquial e a abordagem de temas que sejam ao mesmo tempo significativos para o estudante e importantes na prática filosófica, em uma estratégia progressiva, um passo a passo. |
| 2. Nós e o mundo | 6. O mundo 7. O ser humano 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Iniciar uma investigação sobre alguns dos temas basilares do pensamento filosófico e da própria experiência humana, relacionados com a descoberta progressiva do mundo e de nós mesmos dentro desse mundo. |
| 3. A filosofia na história | 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Trabalhar as distintas filosofias dentro da linha do tempo, procurando retratar uma parte do contexto social e filosófico em que elas surgiram e dos debates que despertaram. |
| 4. Grandes áreas do filosofar | 18. A ética 19. A política 20. A ciência 21. A estética | Aprofundar a investigação filosófica desses quatro campos da atividade humana, de grande destaque no mundo atual e de especial relevância para o jovem que completa seus estudos no ensino médio. |
| Obs.: Uma relação mais detalhada dos conteúdos de cada capítulo encontra-se no Sumário , ao início desta obra. Uma apresentação mais pormenorizada e abrangente de cada unidade e capítulo é feita adiante, no tópico 5. Uso do livro: orientações específicas . | | |

3.3. Estrutura dos capítulos

A seguir apresentamos concisamente as seções e os diversos elementos que compõem esta obra, sua concepção e seu propósito, oferecendo também algumas sugestões sobre sua utilização.

- **Abertura da unidade**

Breve texto de apresentação da temática e do propósito do conjunto de capítulos que compõem a unidade. Escrito em tom coloquial, de conversa com o estudante, traz ao lado uma imagem de página inteira que pode ser explorada pelo docente em atividade de leitura de imagem em classe (ver adiante neste manual o tópico **4.4. Trabalho com iconografia**, bem como os comentários específicos sobre cada imagem de abertura).

- **Abertura do capítulo**

Breve texto de introdução ao tema principal do capítulo. Igualmente escrito em tom de conversação,

vem também acompanhado de uma **imagem** pensada como recurso de sensibilização para os conteúdos do capítulo e que pode ser utilizada pelo docente em atividade de leitura de imagem realizada com toda a classe (ver em seguida a seção **Leitura da imagem de abertura**, mais adiante neste manual os comentários específicos sobre as imagens de abertura de cada capítulo).

- **Leitura da imagem de abertura**

Seção de atividades vinculada à imagem de abertura do capítulo e voltada para a exploração de alguns de seus conteúdos, buscando sensibilizar e problematizar. Para ser usada em uma conversação prévia com toda a classe, em articulação ou não com as duas seções seguintes (**Questões filosóficas** e **Conceitos-chave**).

- **Questões filosóficas**

Seção constituída de uma série de perguntas que procuram explicitar os principais problemas filosóficos abordados no capítulo. Pode ser aproveitada pelo docente, no início do estudo do capítulo, em uma conversa com a classe para uma avaliação diagnóstica, aliada ou não a alguma atividade de sensibilização e problematização; pode ser retomada após o estudo do capítulo para uma comparação e verificação das mudanças ocorridas nas respostas fornecidas antes e depois pelos estudantes.

- **Conceitos-chave**

Seção que destaca os principais conceitos abordados no capítulo. Pode ser usada pelo docente como referência, no início do estudo do capítulo, para uma avaliação dos conhecimentos prévios dos estudantes relativos a esses conceitos. Após o estudo do capítulo, a seção pode ser útil para uma revisão e consolidação da terminologia adotada pela tradição filosófica.

- **Situação filosófica**

Seção constituída de uma breve conversação fictícia e anedótica que aborda, direta ou indiretamente, o tema principal do capítulo. Por meio da linguagem simples e do humor, procura atrair o interesse do estudante e mostrar que situações cotidianas também podem ser objeto de reflexão se existe a atitude filosófica. Incluída apenas na Unidade 1, de introdução ao filosofar, esta historieta serve de apoio ao processo a ser desenvolvido na seção seguinte (**Analisando a situação**) e pode ser usada pelo professor como atividade inicial de sensibilização e problematização (ver orientações específicas de cada capítulo adiante neste manual) ou como modelo para a escolha de outros textos de sua preferência ou mais adequados para outras circunstâncias.

- **Analisando a situação**

Seção constituída de uma sequência de perguntas e respostas com as quais se analisa brevemente o conteúdo da historieta contida na seção **Situação filosófica**. Apresenta, ao mesmo tempo, uma exploração sobre alguns aspectos do processo de filosofar, exemplificando de forma concisa o “modo filosófico de pensar”. Incluída apenas na Unidade 1, pretende contribuir para a compreensão e a apropriação pelo estudante da atitude filosófica e de algumas de suas ferramentas.

- **Texto principal**

Texto no qual se desenvolve a exposição da temática do capítulo, construído em uma linguagem que busca tornar acessíveis os diversos conteúdos filosóficos abordados. Sempre que possível, procura traduzir em exemplos concretos os conceitos mais abstratos. Sua exposição está fundamentada tanto na tradição dos grandes mestres como em comentadores mais recentes, como atestam as referências bibliográficas contidas ao longo do texto e a bibliografia final do livro.

- **Boxes**

Quadros com texto de outro autor ou nosso que complementa a exposição do texto principal ou faz um contraponto a ela.

- **Vocabulário**

Nota sucinta sobre o significado de algum vocábulo ou expressão que possa dificultar a compreensão pelo estudante da matéria apresentada. Pode ser algum termo comum mas de pouco uso, como “inteligível”, ou um conceito filosófico que não tenha sido explicado ainda e não convenha fazê-lo nesse momento do capítulo dentro do texto principal, como “mecanicista”.

- **Iconografia**

Conjunto de cerca de 300 imagens (fotografias, obras de arte, ilustrações, gráficos), estética e estrategicamente posicionadas ao longo dos 21 capítulos. Buscam agregar informação aos conteúdos do texto principal pela via visual, sensibilizar os estudantes e estimulá-los à problematização e à reflexão. Algumas são exploradas diretamente em atividades da seção **Conexões**. Boa parte delas pode ser aproveitada pelo professor para desenvolver atividades de leitura filosófica de imagens, especialmente as de abertura dos capítulos, que foram selecionadas com essa finalidade (ver adiante o tópico **4.4. Trabalho com iconografia** e os comentários específicos para algumas imagens de cada capítulo neste manual).

- **Legenda**

Texto conciso que acompanha cada imagem, constituído dos créditos e uma explicação ou comentário. Muitas vezes formulada em tom de dúvida ou questionamento, oferece a oportunidade de ser usada pelo docente, junto com a imagem, como ponto de partida de uma atividade, reflexão ou debate em grupo ou com toda a classe.

- **Conexões**

Seção de atividades com inserção em qualquer parte do capítulo em que algum tema possa ser explorado em termos de experimentação, contextualização ou interdisciplinaridade. Procura estimular nos estudantes, sempre que possível e em conexão com os conceitos estudados, um processo de autoconhecimento, como a observação de si mesmos e de suas percepções sobre suas vivências e sobre o entorno social, político e cultural, bem como a leitura filosófica de “textos” não filosóficos, entre outras possibilidades conectivas. Pode ser utilizada pelo docente como apoio no processo de ensino-aprendizagem durante a aula ou como instrumento de avaliação (ver adiante neste manual os comentários específicos para cada atividade proposta).

- **Análise e entendimento**

Seção de atividades com uma série de questões que repassam os conteúdos abordados em um trecho do capítulo, favorecendo a organização, a compreensão e a interpretação desses conteúdos, bem como sua articulação com outras doutrinas

e a reflexão sobre seus aspectos mais polêmicos. Situada ao final da exposição de cada tópico principal em que se subdivide o capítulo, constitui um momento de consolidação do ensinado e aprendido, estimulando o estudante a elaborar por escrito o que foi apropriado de modo reflexivo em sala de aula. Concebida para ser realizada em casa, individualmente e por escrito, pode ser utilizada também como instrumento de avaliação pelo professor (ver adiante neste manual os comentários específicos para cada atividade proposta).

- **Conversa filosófica**

Seção de atividades situada em seguida à seção **Análise e entendimento** e caracterizada pela experimentação. Dirigida principalmente para o desenvolvimento de habilidades de expressão oral por meio do diálogo sobre um tema proposto. Concebida de modo geral para ser elaborada primeiramente de forma individual, em casa ou em classe, quando se realizam anotações e coleta de informações para serem usadas depois em um debate em classe. Busca estimular a pesquisa e a reflexão crítica sobre temas polêmicos, atuais ou de todos os tempos, dando ensejo a que os estudantes tomem uma posição e se preparem para a argumentação posterior com colegas, promovendo a prática filosófica e o desenvolvimento da autonomia intelectual. Pode ser utilizada também como instrumento de avaliação pelo professor (ver adiante neste manual os comentários específicos para cada atividade proposta).

- **De olho na universidade**

Seção que reproduz por capítulo uma questão de filosofia proposta por uma universidade brasileira nos últimos anos em seus exames vestibulares. Situada em seguida à seção **Conversa filosófica**, coloca diante do estudante um repertório de boas questões dissertativas e de múltipla escolha, ajudando-o a aferir seus conhecimentos em sua preparação para essas provas de entrada à educação superior. Para muitos professores e escolas,

constituem um apoio a mais em defesa do ensino de filosofia – mesmo que por caminhos tortos – diante daqueles que não veem a necessidade de sua inclusão na educação básica (ver adiante neste manual os comentários específicos para cada atividade proposta).

- **Sessão cinema**

Seção com algumas sugestões de produções cinematográficas que abordam conteúdos tratados no capítulo e podem ser úteis para a realização de atividades que desenvolvem as competências relacionadas com a disciplina de filosofia, como a leitura filosófica de um texto ou registro não filosófico (o cinema) e a aplicação e contextualização de conceitos estudados. Algumas cenas desses filmes podem ser usadas como atividade inicial sensibilizadora, seguida de discussão prévia com toda a classe e a problematização do tema a ser trabalhado no capítulo (ver adiante neste manual as orientações gerais sobre como trabalhar com filmes).

- **Para pensar**

Seção de atividades que finaliza o capítulo, propondo leituras complementares (textos de fontes e épocas diversas – filósofos, historiadores, psicanalistas, jornalistas, viajantes etc.), seguidas de uma série de questões que buscam estimular as capacidades de análise, interpretação, síntese e problematização de alguns de seus conteúdos. Concebida para ser trabalhada por escrito em casa, individualmente ou em grupo, pode ser usada também para a realização de seminários, com uma exposição do texto por um grupo de estudantes para toda a classe, seguida de debate (ver adiante neste manual os comentários específicos para cada questão proposta).

Observação: dada a maior dificuldade desta seção, ela não foi incluída na Unidade 1, a qual conta com as seções específicas **Situação filosófica** e **Analisando a situação**.

4. Uso do livro: orientações gerais

Ao descrever detalhadamente a organização e a estrutura desta obra, quisemos apresentar nossa proposta e, ao mesmo tempo, contribuir para a definição pelo docente do uso que pode dar ao livro em termos programáticos e das ferramentas didático-pedagógicas disponíveis.

4.1. Programa do curso

Uma das preocupações principais que pautaram a elaboração desta obra foi, como já ressaltamos, a de que ela apresentasse uma **ordenação lógica e progressiva** dos conteúdos e da complexidade de seus conceitos. **Ir do simples e concreto ao complexo e**

abstrato – isso nos parece fundamental em qualquer curso de filosofia de nível médio que pretenda alcançar uma apropriação significativa dos conteúdos pelos educandos.

Por isso, consideramos que um bom trabalho com os cinco capítulos iniciais – estrategicamente localizados e pensados – pode ser muito valioso no processo de aproximação dos educandos à filosofia e, especialmente, a seu **modo específico de pensar**, com o qual a maioria dos jovens que chegam ao nível médio não deve ter tido nenhum contato anterior. Esse fato dificulta ainda mais a tarefa do docente dessa disciplina (ver adiante a exposição sobre os objetivos gerais e específicos da Unidade 1).

As três unidades seguintes orientam-se pelo mesmo princípio progressivo, em que cada passo conta para o passo seguinte, de modo que a abordagem sequencial dos capítulos deste livro – aliada às alterações e inserções que o docente estime convenientes – favorece o estudo e um processo de ensino-aprendizagem autônomo por parte do estudante ou de qualquer outro leitor que queira iniciar-se em filosofia.

Paralelamente, como se verá adiante nas orientações específicas, tivemos a preocupação, em nossa estratégia programática, de fazer com que cada unidade em seu conjunto constituísse um **“passeio” pela história da filosofia**, mesmo as temáticas. Desse modo, ao final de cada unidade – o que corresponde a, pelo menos, um semestre inteiro – os estudantes já têm a possibilidade de dominar um bom repertório de conceitos de alguns dos principais pensadores das distintas épocas de reflexão filosófica (ou seja, épocas antiga, medieval, moderna e contemporânea, se usarmos a periodização tradicional).

Essa estratégia programática atende a outra de nossas preocupações, que era, como já dissemos, a de escrever uma obra cuja utilização pudesse ser **flexibilizada**

tendo em vista não apenas as preferências didáticas de cada docente ou escola por outra organização dos conteúdos, mas também as dificuldades próprias do grupo de estudantes com o qual se trabalha. Há também outro fator que dificulta o cumprimento do programa completo proposto nesta obra: o fato de a disciplina de filosofia contar muitas vezes com uma carga horária menor que a mínima ideal (duas aulas por semana em três anos) na grade curricular, como ocorre nas escolas públicas de alguns estados brasileiros.

Por isso, considerando os conteúdos de cada unidade e capítulo, propomos a seguir uma série de opções de planejamento (equilibradas e factíveis tendo em conta os conteúdos dos capítulos), com os cronogramas respectivos, para a utilização desta obra em cursos de três e dois anos, com maior ou menor carga horária. Enfatizamos que o cumprimento desses programas será apoiado e facilitado pela **boa quantidade de remissões** contidas nos capítulos, de tal maneira que tanto os professores como os alunos, ao trabalhar uma unidade, podem referir-se a conteúdos de outras unidades para esclarecimentos, inclusive aqueles que não fazem parte do programa adotado.

| PROGRAMA PARA CURSO DE TRÊS ANOS | | | | | | | |
|----------------------------------|-------------|--|--|--|--|--|--|
| | | OPÇÃO 1 | OPÇÃO 2 | OPÇÃO 3 | OPÇÃO 4 | OPÇÃO 5 | OPÇÃO 6 |
| 1º ANO | 1º SEMESTRE | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão |
| | 2º SEMESTRE | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 1 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 1 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 1 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 2 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX |
| 2º ANO | 1º SEMESTRE | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano |

PROGRAMA PARA CURSO DE TRÊS ANOS (CONTINUAÇÃO)

| | | OPÇÃO 1 | OPÇÃO 2 | OPÇÃO 3 | OPÇÃO 4 | OPÇÃO 5 | OPÇÃO 6 |
|--------|-------------|--|--|---|--|--|---|
| 2º ANO | 2º SEMESTRE | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 2 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 2 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 2 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento |
| 3º ANO | 1º SEMESTRE | Unidade 4 18. A ética 19. A política | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 4 18. A ética 19. A política | Unidade 4 18. A ética 19. A política | Unidade 4 18. A ética 19. A política | Unidade 4 18. A ética 19. A política |
| | 2º SEMESTRE | Unidade 4 20. A ciência 21. A estética | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 4 20. A ciência 21. A estética | Unidade 4 20. A ciência 21. A estética | Unidade 4 20. A ciência 21. A estética | Unidade 4 20. A ciência 21. A estética |

- **Opção 1** – para curso com boa carga horária, permitindo ao docente trabalhar todos os capítulos do livro e seus conteúdos. Segue a ordem de apresentação do livro. Os dois primeiros anos contam com um programa mais denso, já que a Unidade 4 é a menor e, por sua temática, situa-se de melhor maneira no final do curso, o que é conveniente para os estudantes nessa etapa de conclusão do ensino médio.
- **Opção 2** – para um curso com carga horária menos folgada e/ou no qual o professor prefira trabalhar nos dois primeiros anos apenas com os temas das duas unidades introdutórias e fechar o curso com um ano inteiro de abordagem histórico-cronológica. No entanto, conteúdos específicos da Unidade 4 (excluída do programa) podem ser referidos pontualmente sempre que o docente julgar conveniente.
- **Opção 3** – para curso com carga horária menos folgada e/ou no qual o professor prefira trabalhar apenas por temas, abordando em anos distintos as Unidades 1 (Filosofar e viver), 2 (Nós e o mundo) e 4 (Grandes áreas do filosofar). No entanto, conteúdos específicos da Unidade 3 (excluída do programa) podem ser referidos pontualmente sempre que o docente julgar conveniente, especialmente como apoio na contextualização histórica de determinados pensadores e suas filosofias.
- **Opção 4** – para um curso com carga horária menos folgada e/ou no qual o professor prefira dedicar o primeiro ano apenas à unidade introdutória ao filosofar (Unidade 1), concentrar totalmente os esforços do segundo ano na abordagem histórico-cronológica da filosofia (Unidade 3) e, no terceiro ano, focalizar os importantes temas da contemporaneidade e da cidadania, como ética, política, ciência e arte (Unidade 4). No entanto, conteúdos específicos da Unidade 2 (excluída do programa) podem ser referidos pontualmente sempre que o docente julgar conveniente.
- **Opção 5** – para um curso com carga horária menos folgada e/ou no qual o professor prefira desenvolver sua própria estratégia de introdução à filosofia e centrar o estudo do primeiro ano nos temas básicos da experiência humana abordados na Unidade 2, reservando o segundo ano para trabalhar mais intensamente a contextualização histórica das filosofias (Unidade 3) e o terceiro ano para focalizar os importantes temas da contemporaneidade e da cidadania, como ética, política, ciência e arte (Unidade 4). No entanto, conteúdos específicos da Unidade 1 (excluída do programa) podem ser referidos pontualmente sempre que o docente julgar conveniente, especialmente o capítulo de lógica (5. O argumento).

- **Opção 6** – para um curso com carga horária menos folgada e/ou no qual o professor prefira desenvolver sua própria estratégia de introdução aos estudos filosóficos e adotar no primeiro ano a abordagem histórico-cronológica da filosofia empregada na Unidade 3, aprofundando a investigação temática no segundo e terceiro anos por meio, respectivamente, das Unidades 2 e 4. No entanto, conteúdos específicos da Unidade 1 (excluída do programa) podem ser referidos pontualmente sempre que o docente julgar conveniente, especialmente o capítulo de lógica (5. O argumento).

| PROGRAMA PARA CURSO DE DOIS ANOS | | | | | | | |
|----------------------------------|-------------|--|--|--|--|---|--|
| | | OPÇÃO 1 | OPÇÃO 2 | OPÇÃO 3 | OPÇÃO 4 | OPÇÃO 5 | OPÇÃO 6 |
| 1º ANO | 1º SEMESTRE | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo | Unidade 1 1. A felicidade 2. A dúvida 3. O diálogo | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão |
| | 2º SEMESTRE | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 1 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 1 4. A consciência 5. O argumento | Unidade 2 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 2 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX |
| 2º ANO | 1º SEMESTRE | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 3 11. Pensamento pré-socrático 12. Pensamentos clássico e helenístico 13. Pensamento cristão | Unidade 4 18. A ética 19. A política | Unidade 2 6. O mundo 7. O ser humano 8. A linguagem 9. O trabalho 10. O conhecimento |
| | 2º SEMESTRE | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 4 18. A ética 19. A política 20. A ciência 21. A estética | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 3 14. Nova ciência e racionalismo 15. Empirismo e Iluminismo 16. Pensamento do século XIX 17. Pensamento do século XX | Unidade 4 20. A ciência 21. A estética | Unidade 4 18. A ética 19. A política 20. A ciência 21. A estética |

- **Opção 1** – para curso no qual o professor prefira iniciar por abordagem temática no primeiro ano, trabalhando apenas as duas unidades introdutórias, e dedicar o segundo ano inteiro para uma abordagem histórico-cronológica (Unidade 3), excluindo a Unidade 4. Se a carga horária for pequena, o docente ainda terá que deixar de fora um ou outro capítulo das unidades temáticas. No entanto, todos os conteúdos

omitidos do programa podem ser referidos pontualmente sempre que julgar conveniente.

- **Opção 2** – para curso no qual o professor prefira trabalhar apenas por temas, desenvolvendo com mais folga no primeiro ano a unidade introdutória à filosofia e deixando as Unidades 2 e 4 para o segundo ano. Se a carga horária for muito pequena, o docente ainda terá que deixar de fora um ou dois capítulos

de cada uma dessas últimas unidades. No entanto, todos os conteúdos omitidos podem ser referidos pontualmente sempre que julgar conveniente, em especial os da Unidade 3 (excluída do programa), quando se necessite de apoio para a contextualização histórica de determinados pensadores e suas filosofias. Nesta opção, ainda é possível mudar a distribuição das unidades, abordando as Unidades 1 e 2 no primeiro ano e reservando o segundo ano inteiro para trabalhar apenas a Unidade 4 (o que pode ser preferível para os estudantes nessa etapa de conclusão do ensino médio).

- **Opção 3** – para curso com carga horária pequena e/ou no qual o professor prefira dedicar o primeiro ano inteiro à unidade introdutória ao filosofar (Unidade 1) e concentrar totalmente os esforços do segundo ano na abordagem histórico-cronológica da filosofia (Unidade 3). No entanto, todos os conteúdos omitidos do programa (Unidades 2 e 4) podem ser referidos pontualmente sempre que for conveniente.
- **Opção 4** – para curso no qual o professor prefira desenvolver sua própria estratégia de introdução à filosofia e centrar o estudo do primeiro ano nos temas básicos da experiência humana abordados na Unidade 2, reservando o segundo ano para trabalhar mais intensamente a contextualização histórica das filosofias (Unidade 3). No entanto, todos os conteúdos omitidos do programa podem ser referidos pontualmente sempre que for conveniente, especialmente o capítulo de lógica (5. O argumento).
- **Opção 5** – para curso no qual o professor prefira desenvolver sua própria estratégia de introdução aos estudos filosóficos e adotar apenas a abordagem por temas, trabalhando no primeiro ano os problemas básicos da experiência humana, abordados na Unidade 2, e no segundo ano as destacadas áreas de investigação filosófica da contemporaneidade, estudadas na Unidade 4. No entanto, todos os conteúdos omitidos deste programa (Unidades 1 e 3) podem ser referidos pontualmente sempre que for conveniente, em especial os da Unidade 3 quando se necessite apoio para uma contextualização histórica de determinados pensadores e suas filosofias, bem como o capítulo de lógica (5. O argumento), da Unidade 1.
- **Opção 6** – para curso no qual o professor prefira desenvolver sua própria estratégia de introdução aos estudos filosóficos e adotar no primeiro ano a abordagem histórico-cronológica empregada na Unidade 3, mudando a um enfoque temático no segundo ano para trabalhar as Unidades 2 e 4. Se a carga horária for muito pequena, o docente terá de deixar de fora um ou dois capítulos de cada uma dessas últimas unidades. No entanto, conteúdos específicos da Unidade 1 (excluída do programa) podem ser referidos pontualmente sempre que for conveniente, em especial o capítulo de lógica (5. O argumento).

Existe também a possibilidade de o professor programar o curso inteiro (seja de dois ou três anos) pautado no eixo histórico. Adotaria, assim, a Unidade 3 como referência programática. Para enriquecer essa

estratégia, o docente poderia abordar, entre uma e outra época, os capítulos temáticos que focalizam com maior profundidade os problemas ou as filosofias de cada período. Exemplos: no estudo do pensamento da Antiguidade grega (capítulos 11 e 12), usar também os capítulos 1 (A felicidade) e 3 (O diálogo); no trabalho sobre o pensamento moderno (capítulos 14 e 15), realizar uma exploração prévia ou paralela dos capítulos 2 (A dúvida) e 10 (O conhecimento).

Enfim, são muitos os planejamentos possíveis. É o professor, junto com o estabelecimento de ensino, quem deve decidir qual programa atende da melhor maneira às indicações do projeto político-pedagógico de sua escola e à sua prática docente, bem como às necessidades do grupo de estudantes com o qual trabalhará e à comunidade à qual pertencem.

4.2. Abordagem dos capítulos

O mesmo ocorre em relação à metodologia a ser empregada em sala de aula. É o professor, junto com a escola, quem deve definir a melhor maneira de desenvolver o processo de ensino-aprendizagem de filosofia, o lugar do livro didático nesse processo e a forma de abordá-lo capítulo a capítulo.

De nossa parte, entendemos que a estrutura desta obra favorece a adoção de uma metodologia marcada por três momentos distintos (na aula e/ou na série de aulas em que se aborda um tema), conforme vimos anteriormente (rever as concepções teórico-metodológicas apresentadas no item **2.5. Metodologias** deste manual):

- **início problemático e concreto** – de sensibilização para o tema ou problema do capítulo. Nossa obra oferece as seções **Situação filosófica** e **Analisando a situação** na Unidade 1, especialmente desenhadas para apoiar o docente nessa etapa de introdução ao filosofar (ver adiante a esse respeito as orientações específicas dessa unidade e de cada um de seus capítulos). Podem ser explorados também outros recursos do livro, nessa primeira unidade e nas seguintes, como a iconografia (ver adiante o item **4.4. Trabalho com iconografia** deste manual) – especialmente a imagem de abertura do capítulo, abordada na seção **Leitura da imagem de abertura** – e as seções iniciais **Questões filosóficas** e **Conceitos-chave**, cada uma com sua finalidade específica (descrita anteriormente no item **3.3. Estrutura dos capítulos**). A escolha e exibição do trecho de um vídeo também pode ser muito útil (consultar a seção **Sessão cinema** ao final de cada capítulo e o item **4.5. Trabalho com filmes** deste manual), além de outros materiais trazidos pelo docente ou mesmo pelos estudantes;
- **desenvolvimento analítico e conceitual** – de investigação das respostas para as questões levantadas, formuladas pelo senso comum e pela tradição filosófica. Para isso, pode ser explorado detidamente o texto principal (cuja leitura deve ser feita em casa pelos estudantes) e realizadas as atividades das seções **Conexões**, **Análise e entendimento**, **De olho na universidade** e **Para pensar** (rever suas finalidades específicas e

sugestões de uso no item **3.3. Estrutura dos capítulos**). No entanto, o emprego de elementos instigadores e sensibilizadores deve ser feito frequentemente, a cada aula, a cada novo tópico abordado, para o que a iconografia oferecida pode ser de grande ajuda;

- **fecho sintético** – de retorno ao concreto para aplicar o que foi apropriado reflexivamente pelos estudantes. Para isso, além da retomada das questões levantadas inicialmente, podem ser realizados debates a partir dos temas propostos na seção **Conversa filosófica** ou seminários sobre os textos complementares da seção **Para pensar**, bem como diversos projetos interdisciplinares (ver sugestões adiante, nas orientações específicas de cada capítulo).

Complementando os recursos oferecidos em nossa obra, o docente deve estar sempre atento às oportunidades que surgem de levar o estudante a um contato direto e vívido com os mais variados temas. Podem ser uma notícia ou um fato trazido à sala de aula, a afirmação de alguma personalidade, uma discussão focalizada no momento pelos meios de comunicação, a letra de uma música de sucesso, uma obra artística, teoria ou “descoberta” científica que esteja em evidência, até mesmo uma disciplina curricular e seus pressupostos – e problematizá-los filosoficamente. Além dessas possibilidades, pode ser bastante motivador solicitar aos estudantes que tragam “objetos” não filosóficos para uma discussão e leitura filosófica em classe.

4.3. Trabalho com texto

O trabalho com o texto filosófico é fundamental no ensino de filosofia, razão pela qual nossa obra busca enfatizar atividades de leitura e de produção textual em seções como **Análise e entendimento** e, especialmente, **Para pensar**. Durante a realização de seminários, dissertações e diversos projetos, tornam-se ainda mais importantes as competências relativas à leitura significativa de textos filosóficos e à escritura bem fundamentada de pontos de vista. Portanto, vale a pena destacar aqui algumas distinções conceituais e diretrizes que podem auxiliar o docente e o estudante nessas tarefas.

Conforme alerta Mario Ariel González Porta, o “estudo de filosofia não deve dirigir-se a ‘saber’ o que os filósofos ‘dizem’, mas entender o que dizem como solução (argumentada) a problemas bem definidos” (*A filosofia a partir de seus problemas*, p. 28). Nesse sentido, parece-nos de extrema relevância para o desenvolvimento dessa competência estabelecer uma clara distinção entre quatro momentos ou instâncias fundamentais do texto filosófico:

- **o tema** – aquilo sobre o que o autor discorre de modo amplo, o assunto em geral, como a felicidade, o conhecimento, a verdade etc.;
- **o problema** – a questão ou pergunta bem definida que o autor se faz a partir da reflexão efetuada sobre esse tema. É aqui que se inicia propriamente o filosofar. Hume, por exemplo, perguntava-se sobre como surgiu o princípio da causalidade, tão básico para nós, mas que não pode ser demonstrado. Esse era seu problema (ou um deles);
- **a tese** – a resposta dada a essa pergunta, a solução do problema oferecida pelo filósofo, em um

processo no qual outras teses (ou soluções) são comumente descartadas. No caso de Hume, como sabemos, sua resposta ao problema da origem do princípio da causalidade foi a teoria do hábito;

- **o argumento** – aquilo que sustenta a tese, isto é, o conjunto de proposições que fundamentam e legitimam a opção do autor por uma tese, tornando-a pertinente e não uma resposta arbitrária.

Com o domínio dessas distinções, o estudante já pode partir para o trabalho com o texto e sua compreensão crítica, por meio de um procedimento metódico que deve seguir basicamente os seguintes passos:

- **análise semântica e gramatical** – ler o texto e procurar entender o que o autor está dizendo em seus mínimos detalhes, como o vocabulário que ele utiliza e cada frase que constrói. (Assinale para o estudante que, antes de poder opinar, sempre é necessário compreender bem o que foi dito.) Isso pode requerer a ajuda de dicionários (da língua ou técnico), bem como o recurso a habilidades de análise gramatical, procurando resolver as ambiguidades e outras dificuldades semânticas atribuíveis à sintaxe do texto;
- **análise tipológica dos conteúdos** – identificar, em cada frase ou trecho, os “momentos” diferenciados dos conteúdos e a que tipo pertencem. Já mencionamos os quatro principais – **tema, problema, tese e argumento** –, mas há outros, secundários, que não se encaixam nessas categorias, embora estejam a elas relacionados e até se confundam com elas. É o caso das **hipóteses** (que podem se converter em tese ou ser descartadas), dos **exemplos**, das **definições**, das **críticas** ou **objeções**;
- **análise do contexto** – pesquisar quem é o autor do texto, sua vida, a época e o local em que viveu, suas principais ideias e a inserção de seu pensamento na história da filosofia, especialmente quem foram seus interlocutores filosóficos e os problemas que abordavam. Essa investigação geralmente ajuda a precisar o sentido de seus textos;
- **análise interpretativa** – terminada a fase de entender e explicitar o sentido do texto, trata-se agora de realizar a etapa propriamente crítica, na qual se busca dialogar com o texto e interpretá-lo, completando seu sentido. Isso quer dizer, entre outras coisas, encontrar seus **pressupostos**, supor as **consequências** da tese defendida pelo autor, levantar **objeções** a ela – como a identificação de **imprecisões** ou **inconsistências** em sua argumentação –, elaborar **contra-argumentos** etc. Esta etapa pode ser culminada com o **posicionamento crítico** do estudante, fundamentado nos elementos coligidos por ele em sua análise metódica do texto, realizada nas etapas anteriores.

Como no ensino médio costumam-se utilizar mais frequentemente pequenos excertos de obras filosóficas, o mais provável é que não seja possível identificar em um mesmo fragmento a maioria dos elementos listados. No entanto, sempre que algum deles apareça, é importante destacá-lo para que os estudantes possam ir apropriando-se dessas distinções. Há também a possibilidade de se propor, como tarefa de casa, uma pesquisa dos elementos “faltantes” no texto completo do filósofo ou nos capítulos indicados pelo professor.

4.4. Trabalho com iconografia

A atividade filosófica não se restringe, porém, à leitura e à produção de textos. Ela também está vinculada a outros momentos não textuais de ação, como a **reflexão** e o **diálogo**, que lhe são essenciais. A reflexão é sempre pessoal, interna, solitária, mas se complementa, se “intersubjetiva” e se exterioriza pelo compartilhamento próprio do diálogo.

Por essa razão, a rica iconografia de nossa obra constitui recurso que deve ser valorizado pelo docente, pois são oportunidades de trabalho com essas modalidades não textuais da prática filosófica, podendo constituir-se em situações-problema de experimentação filosófica. As imagens utilizadas buscam não apenas dialogar com o texto principal, agregando-lhe informação visual, mas também sensibilizar o estudante e estimulá-lo à reflexão. Algumas das imagens são, inclusive, referências para atividades de leitura filosófica de “textos” não filosóficos.

O professor pode ampliar esse trabalho interpretativo elaborando novos exercícios com aquelas imagens que, a seu ver, mereçam uma análise. Há também a possibilidade de incorporar uma crítica ou problematização das legendas que as acompanham (ver adiante, nas orientações específicas de cada capítulo, sugestões de interpretação para diversas imagens).

Além das reproduções contidas em nosso livro, pode ser muito interessante que o professor traga outras representações visuais para uma atividade em classe. Parecem-nos especialmente significativas aquelas ligadas ao cotidiano dos estudantes, como é o caso das imagens publicitárias, pois são produzidas com uma intencionalidade mercadológica e transmitem mensagens subliminares, as quais podem ser explicitadas em classe.

Caso não se considere suficientemente qualificado para essa tarefa, o professor pode trocar ideias com seus colegas da área de arte. Lidar com fontes e linguagens diferenciadas, principalmente visuais, requer certas competências, que podem ser desenvolvidas pelo exercício constante do olhar, seguindo algumas recomendações. De nossa parte, sugerimos que o trabalho de leitura filosófica da iconografia siga estes quatro passos básicos:

- **observação e análise** – etapa de contato com os diversos elementos ou aspectos iconográficos que constituem a obra em questão – mídia, cores, formas, texturas, cenário, personagens, vestuário, expressões corporais, gestos, emoções retratadas, símbolos etc. – e sua identificação;
- **contexto e finalidade** – sempre que possível e desde que pertinente, é desejável que se reconstitua o contexto em que a obra foi produzida e sua finalidade, procurando identificar as intenções do artista ou daquele que o contratou para sua realização;
- **interpretação** – momento em que se expressa a destreza interpretativa, de reunião dos diversos elementos explícitos e implícitos da obra, buscando identificar a intenção do autor, sua visão, sua mensagem e conferir um sentido a essa imagem. Dependendo da obra, esse sentido pode ser

consensual, porém há sempre margem para leituras particulares, derivadas das experiências e percepções de cada um ou relacionadas com a habilidade para chegar às camadas mais profundas de uma imagem e seu simbolismo;

- **problematização** – etapa que constitui a leitura filosófica propriamente dita, pois procura reconstruir criticamente a interpretação alcançada da imagem, seus pressupostos e os problemas.

Mesmo não alcançando esse nível de profundidade e sofisticação, a prática de leitura de imagens constitui, enfim, um momento importante de aplicação de conteúdos conceituais e de experimentação com a filosofia, estimulando o desenvolvimento de competências importantes.

4.5. Trabalho com filmes

Outro recurso interessante são os filmes. Nossa obra conta em cada capítulo com a **Sessão cinema**, que apresenta indicações de obras cinematográficas que podem ser aproveitadas pelo docente como recurso didático. Nessas indicações, há filmes estrangeiros e obras do cinema brasileiro, contribuindo para a observância da lei que obriga a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Essa mídia tornou-se, ao longo do século XX, uma das linguagens artísticas e comunicacionais de maior penetração entre os mais diversos setores da sociedade, despertando, por isso, o interesse de vários estudiosos. Como escreveu Alcides Freire Ramos:

Até a primeira metade do século 20, os profissionais que trabalham com História quase nenhum interesse profissional manifestaram por essa nova modalidade de arte/comunicação/entretenimento.

Já a partir da década de 1960, multiplicaram-se os artigos, livros, debates, ciclos de filmes e revistas especializadas; tudo isso dedicado ao tema História-Cinema. (*Canibalismo dos fracos*: cinema e história do Brasil, p. 15-16.)

Reunindo imagem, som e texto, o cinema constitui um suporte interessantíssimo para atividades pedagógicas nas escolas, principalmente depois que muitas de suas criações tornaram-se disponíveis também por meio de outros suportes, como o DVD e a internet.

É preciso, porém, ter o cuidado de assistir e avaliar previamente a obra que se pretende trabalhar, considerando sua conveniência e oportunidade em relação ao perfil dos estudantes, sua faixa etária, o entorno em que vivem etc. Essa recomendação é válida inclusive para os filmes que indicamos nesta obra.

Outro aspecto relevante é orientar a classe sobre algumas características da cinematografia. Convém comentar com os estudantes que o diretor de um filme, tendo por base um roteiro, trabalhou com um recorte de situações, isto é, optou por observar a “realidade” de determinada maneira ou a partir de certa perspectiva (social, psicológica, estética, política etc.), e esse processo de escolhas prosseguiu até a edição final.

Antes e depois da exibição da obra, é interessante realizar um trabalho que leve os estudantes a perceber as diferenças entre tipos distintos de produção cinematográfica – como é o caso da comparação entre

obras ficcionais, aquelas que pretendem contar um fato verídico e os documentários –, destacando os recursos que as diferenciam em termos textuais, visuais e sonoros (por exemplo, os estilos diferentes de fotografia e de diálogos, as legendas e as falas em *off* etc.).

Há outros comentários importantes a serem feitos, como a diferença entre os efeitos produzidos por filmes coloridos e por filmes em preto e branco. Os jogos de luz e sombra destes últimos, por exemplo, costumam evocar sensações singulares no espectador. Outro recurso cinematográfico, o *close-up* (aproximação da câmera para enquadrar paisagens, eventos, atores ou depoentes, no caso de documentários), pode direcionar a atenção do espectador para esta ou aquela situação, gesto, expressão facial, emoção que o diretor do filme pretendeu enfatizar. Tudo isso revela opções da direção do filme e sua maneira de contar uma história.

Finalmente, após a exibição do filme, para que se possa desenvolver uma leitura filosófica da obra (isto é, identificar que visão ela expressa com relação à realidade e a determinado problema filosófico ou realizar uma leitura crítica e problematizadora de seus diversos aspectos), é preciso desenvolver antes uma análise e interpretação do roteiro. Para tanto, algumas das seguintes perguntas podem ser úteis quando devidamente adaptadas para o filme a ser exibido:

- Quem são os personagens mostrados?
- Que problema ou conflitos são narrados e de qual perspectiva?
- Que imagens o diretor constrói sobre as questões e os temas abordados?
- Como os personagens vivenciam suas experiências?
- Qual é o peso da presença de “heróis” protagonistas? Que valores eles expressam?
- Há um caráter de denúncia ou compromisso com a versão de um personagem ou grupo social?
- Como é abordada a temporalidade no filme? A partir das experiências das personagens?
- O que é presente/passado/futuro nessa obra?

Para mais indicações, recomendamos a leitura do seguinte artigo: MORAM, José Manuel. O vídeo na sala de aula. *Comunicação & Educação*, São Paulo: ECA-USP, n. 2, p. 27-35, jan./abr. 1995. O artigo também está disponível na internet em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/Article/3927/3685>>. Acesso em: 20 out. 2015.

4.6. Trabalho com literatura ficcional

Um ponto em comum entre as produções iconográfica e escrita consiste em que são fundamentalmente representações, expressando versões ou visões a respeito daquilo de que tratam. Em termos histórico-culturais, como aponta Roger Chartier em *A história cultural: entre práticas e representações*, a observação dessas representações “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (p. 16-17).

Dentre os documentos escritos, a literatura ficcional – prosa e poesia – constitui um meio de representação do real que, como qualquer outro, busca traduzir uma época, as crenças de indivíduos e de uma sociedade, maneiras de interpretar a vida e suas circunstâncias, modos de viver, pensar, sentir e agir, sistemas éticos e políticos, enfim, as múltiplas facetas da existência. Vale recordar, também, que a literatura não apenas reflete sua época, mas também age sobre ela, ajudando a construir sua autoimagem por meio das representações que ajuda a difundir, as quais, por sua vez, modelam as práticas sociais. Muitas delas, aliás, apresentam uma nítida visão de mundo ou orientação filosófica.

Assim, a literatura pode ser outro importante e atrativo instrumento de vínculo da filosofia com a vida, possibilitando sua utilização para o desenvolvimento de habilidades de leitura filosófica de textos não filosóficos.

Para o desenvolvimento de atividades associadas à ficção literária, seria interessante que o professor ou professora de filosofia dialogasse com colegas de língua e literatura para saber das obras que serão estudadas nessa disciplina e poder selecionar aquelas que permitam um rico trabalho de leitura crítica e problematização filosófica. Desse modo, evita-se também sobrecarregar os estudantes com mais leituras além das necessárias, e aquelas que fizerem serão mais ampla e profundamente compreendidas.

Etapas análogas às sugeridas para a leitura filosófica de iconografia e de filmes podem ser seguidas aqui, no trabalho com textos literários, só que traduzidas para esta linguagem e suporte.

4.7. Trabalho interdisciplinar e de experimentação

Em nossa obra, procuramos destacar o aspecto multidisciplinar da filosofia ao incluir interpretações de diversos pensadores de outras áreas de estudos científicos, como biologia, física, matemática, psicologia, história, antropologia, sociologia, entre outras, bem como propor com frequência reflexões de cunho interdisciplinar nas seções **Conexões**, **Conversa filosófica** e **Para pensar**. Até mesmo visões advindas de algumas tradições religiosas foram abordadas, ainda que brevemente, considerando a perspectiva histórico-cultural em que foram geradas e a problemática filosófica implicada.

Para intensificar essa interação com outras disciplinas – o que torna o aprendizado dos diversos conteúdos mais integrado e significativo –, pode ser interessante que o professor ou professora de filosofia conheça os conteúdos das demais matérias e procure “dialogar” com elas. Damos aqui alguns exemplos de encaminhamentos para cada capítulo:

- **Capítulo 1 (A felicidade)** – como o tema da felicidade é encarado, direta ou indiretamente, por algumas disciplinas escolares, como a biologia, a educação física e a arte? Elas podem contribuir para o bem-estar das pessoas? Como?
- **Capítulo 2 (A dúvida)** – há lugar para a dúvida no conhecimento promovido pelas diversas disciplinas escolares, como a matemática e a história?

- **Capítulo 3 (O diálogo)** – em que disciplinas o diálogo é parte importante de sua prática para a construção de seus conhecimentos específicos?
- **Capítulo 4 (A consciência)** – que atividades relacionadas com a consciência corporal podem ser desenvolvidas em conexão com a disciplina de educação física?
- **Capítulo 5 (O argumento)** – que paralelos podem ser feitos entre aspectos da lógica e da matemática? Que argumentos demonstrativos podem ser construídos a partir de conteúdos de biologia, química e física?
- **Capítulo 6 (O mundo)** – que pontos de geografia, química, biologia e física (e outras disciplinas) expressam uma visão de como as coisas são, de como é a realidade? Que interpretação ontológica é essa? Predomina uma visão reducionista ou complexa da realidade?
- **Capítulo 7 (O ser humano)** – que interpretações do ser humano podem ser percebidas a partir do que se trabalha em geografia, história, sociologia, biologia etc.?
- **Capítulo 8 (A linguagem)** – que perspectivas da área de língua e literatura podem ser trazidas, acrescidas ou problematizadas no contexto do capítulo?
- **Capítulo 9 (O trabalho)** – que informações ou discussões das áreas de sociologia, geografia e história podem contribuir para uma visão mais ampla, atual e histórica do trabalho? Que reflexão crítica pode a filosofia realizar sobre esses aspectos?
- **Capítulo 10 (O conhecimento)** – como se pode caracterizar o tipo de conhecimento relacionado com as diversas disciplinas escolares? Qual é o papel do sujeito em cada uma delas? E do objeto? Predomina uma perspectiva empirista ou racionalista?
- **Capítulos 11 ao 17 (Unidade 3 – A filosofia na história)** – que momentos do curso de história podem ser enriquecidos pelo pensamento dos filósofos e, vice-versa, que momentos do curso de filosofia podem ser complementados e integrados pelo curso de história?
- **Capítulo 18 (A ética)** – que temas éticos são trabalhados em outras disciplinas e podem ser incorporados à discussão filosófica do capítulo? Que temas relativos a outras matérias não são discutidos em termos éticos, mas constituem problemas ético-filosóficos? (Exemplos: bioética, pesquisa com animais, pobreza, liberdade.)
- **Capítulo 19 (A política)** – que informações ou discussões das áreas de sociologia, geografia e história (ou, eventualmente, de outras disciplinas) podem ser abordadas em termos político-filosóficos?
- **Capítulo 20 (A ciência)** – quais são as metodologias de investigação de cada uma das ciências (humanas e naturais)? Como tem se expressado historicamente, em cada uma dessas áreas, a chamada “transitoriedade” das teorias científicas?
- **Capítulo 21 (A estética)** – que pontos da disciplina de arte podem ser abordados como temas estético-filosóficos?

Em conjunto com professores de outras disciplinas, também podem ser criados **projetos** no âmbito mais amplo da escola. A disciplina filosófica sempre poderá ter um papel significativo em exposições, debates ou seminários temáticos que digam respeito à condição humana. Os temas poderiam ser, por exemplo, estudos e reflexões sobre o desenvolvimento livre e responsável de nossas condutas (ética), modos possíveis de construir e transformar a sociedade em que vivemos (política), a expressão aprimorada da nossa inteligência e sensibilidade (linguagem e estética), a interrogação sobre os rumos da ciência (filosofia da ciência), entre tantos outros assuntos.

O professor de filosofia também pode se reunir com docentes de outras matérias para discutir a contribuição da disciplina filosófica em projetos específicos das demais áreas, promovendo a contextualização e a experimentação dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais aprendidos. Vejamos alguns exemplos que caberiam à disciplina de filosofia:

- **mostra de arte** – promover a realização de leituras filosóficas de obras criadas por alunos nas aulas de arte, na forma, por exemplo, de comentários ou de legendas dos trabalhos de alunos expostos; outra opção seria a preparação de um mural com reflexões filosóficas sobre a arte, sua importância para o indivíduo, suas contribuições para a sociedade etc.;
- **feira de ciências** – trazer reflexões filosóficas sobre a ciência em geral (a transitoriedade/permanência de suas teorias científicas, as revoluções científicas, suas raízes históricas na filosofia, a questão do reducionismo físico-químico, os novos paradigmas da ciência contemporânea, a destruição do meio ambiente como contraponto à ideia de progresso etc.), que fariam parte de uma exposição, um estande ou um mural, se possível utilizando mídias diversas (tela do computador, projetor, folhetos, cartazes, textos pintados artisticamente etc.); outra opção seria trabalhar a história da ciência e da filosofia, destacando o trabalho científico realizado por grandes pensadores do passado, como Pitágoras, Descartes, Pascal, Leibniz e outros;
- **exposição de língua e literatura** – contribuir com reflexões filosóficas sobre a linguagem e o tema central da exposição literária, preparando um mural ou estande; outra opção seria fornecer leituras filosóficas dos textos, poemas etc. que constam da exposição;
- **debates interdisciplinares** – a escola pode promover debates interdisciplinares dos quais participariam professores de filosofia e de outras disciplinas envolvidas, bem como os estudantes. Os temas tratados poderiam ser, por exemplo, a ética na pesquisa científica, a democracia e a liberdade nas sociedades ocidentais contemporâneas, a crise ambiental etc.

Enfim, as possibilidades são inúmeras, e as atividades serão sempre mais significativas para os estudantes na medida em que souberem interpretar e expressar suas necessidades, carências, anseios e as questões que os afetam mais diretamente. Ao final deste manual (**7. Atividades complementares**) há diretrizes sobre projetos interdisciplinares e modelos para sua execução.

5. Uso do livro: orientações específicas

Iniciamos aqui a apresentação dos aspectos didático-pedagógicos principais que nortearam a concepção de cada unidade deste livro, sua justificativa, objetivos e estratégias. Em seguida acrescentamos um conjunto de comentários e sugestões quanto à abordagem dos conteúdos e das atividades propostos em cada capítulo. Sempre que possível, procuramos destacar a intenção pedagógica nelas contidas, sua relação com outras disciplinas e outras possibilidades de encaminhamento.

Quando for conveniente, o professor deverá adaptar as atividades propostas, simplificando-as se estiverem muito complexas ou expandindo-as se se apresentarem demasiadamente básicas, para adequá-las a seus objetivos pontuais e às necessidades do grupo de alunos com que trabalha.

Vale ainda ressaltar que as respostas sugeridas são apenas referências básicas, não devendo ser entendidas como “as respostas certas”, pois não poderíamos dar conta do amplo leque de reflexões possíveis, especialmente em se tratando de filosofia.

UNIDADE 1 FILOSOFAR E VIVER

Justificativa

Vimos a necessidade de iniciar a obra com uma proposta didático-pedagógica inovadora, que enfatizasse a visão da disciplina filosófica como atividade reflexiva centrada na descoberta de problemas e em sua solução e que possui uma maneira própria de pensar. Queríamos também criar algo que fugisse das tradicionais apresentações da filosofia, costumeiramente tediosas para o aluno, que facilitasse sua aproximação a essa disciplina e que se constituísse, ao mesmo tempo, em um apoio consistente para o fazer do professor nesse início de curso. Daí a escolha dos temas e estratégias que constituem o projeto desta unidade.

Composição

Capítulos: 1. A felicidade; 2. A dúvida; 3. O diálogo; 4. A consciência; 5. O argumento.

Esquema: História da filosofia – Para referência e consulta. Oferece um esquema conciso das épocas em que se divide o pensamento filosófico e seus principais expoentes.

Quadro sinótico: Grandes áreas do filosofar – Para referência e consulta. Apresenta a designação e a definição dos principais campos filosóficos, um resumo de seus problemas e a indicação dos capítulos em que são mais especificamente abordados.

Objetivo geral

Apresentar para o estudante, da maneira mais clara, concreta e sedutora possível, em que consiste a filosofia e o modo filosófico de pensar – o filosofar.

Objetivos específicos

1. Conduzir o estudante na “experiência” filosófica ou da filosofia, entendida como um campo de aprendizagem da consciência.
2. Trabalhar com especial ênfase alguns dos conteúdos procedimentais e atitudinais mais relevantes para o exercício da atividade filosófica.
3. Propiciar um contato paulatino do estudante com o pensamento de filósofos de distintas épocas, da Antiguidade à Idade Contemporânea, no conjunto dos cinco capítulos.

Estratégia adotada

1. Seleção de um conjunto de temas que – embora não sejam exatamente os mais tradicionais na conformação dos livros didáticos existentes – nos permitiram cumprir os objetivos estabelecidos, como em um passo a passo, sendo ao mesmo tempo motivadores para os estudantes, importantes para a filosofia e momentos cruciais na experiência filosófica: a felicidade, a dúvida, o diálogo, a consciência e o argumento.
2. Escolha da **felicidade** como tema do primeiro capítulo, seja pelo interesse que pode despertar no adolescente, seja para poder definir a filosofia em termos de sua finalidade, uma finalidade inspiradora e concreta. Nesse intuito, adotamos a definição de filosofia formulada por Comte-Sponville e que constitui a epígrafe deste manual.
3. Início de cada capítulo com uma seção sensibilizadora, **Situação filosófica**, que traz uma historietas bem-humorada relacionada com o tema do capítulo, seguida de uma seção analítica, **Analisando a situação**, que procura mostrar que na vida cotidiana temos muitas oportunidades de reflexão profunda, as quais nos abrem as portas para o filosofar e a filosofia. Não por acaso todas as historietas têm no diálogo um elemento comum e fundamental.
4. No texto principal, uso de uma linguagem direta e coloquial, de verdadeira conversação com o estudante, em uma estratégia progressiva, um passo a passo. No entanto, sempre que o conteúdo exigia, fomos alternando com o uso de uma redação mais técnica, seguindo a tradição filosófica, de modo que o estudante pudesse ir se familiarizando, sem traumas, com o texto filosófico.
5. Introdução paulatina, capítulo a capítulo, às concepções de alguns pensadores da tradição, especialmente o modo de praticar a filosofia de duas referências fundamentais: Sócrates na Antiguidade e Descartes na modernidade.

Observação: Por ser uma unidade introdutória, consideramos conveniente **não incluir** textos complementares – seção **Para pensar** – nos cinco capítulos que a compõem.

Recomendação

Durante o trabalho com esta unidade, sempre que for oportuno, recorra ao **Esquema** e ao **Quadro sinótico** – situados estrategicamente ao final do capítulo 4 –, de modo a ir apresentando ao estudante a filosofia, a conformação de sua história, as áreas de investigação em que se subdivide e seus principais nomes. Assim, ao final dos cinco capítulos, ele poderá sentir-se familiarizado com esse “território” e mover-se por ele com maior segurança e comodidade.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática a ser abordada na unidade, com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Para ser realizada no início do trabalho com a unidade ou em algum momento em que possa ser útil, como, por exemplo, quando os alunos começarem a perceber as possibilidades que o filosofar oferece, especialmente a partir do capítulo 3. ♦ A obra colorida e vibrante da artista plástica estadunidense Iris Scott (1984-) possui uma peculiaridade: seus quadros a óleo são todos pintados com os dedos – ela não usa pincéis. ♦ Peça aos estudantes que interpretem essa tela saturada de pintura e cores. O que observam nela? Que uma jovem caminha solitária pelo verde do campo, sob a imensidão do céu azul? Que caminha sobre os trilhos? O que parece estar fazendo aí? Estará pensando? Refletindo sobre algo específico ou sobre a vida em geral? Quem dos estudantes se identifica com essa situação? Como ela ou ele se sente quando isso ocorre? Paramos nossa rotina com frequência para pensar, refletir, filosofar sobre a vida?

CAPÍTULO 1 – A felicidade

Justificativa

Quisemos iniciar o livro com um tema que pudesse ser ao mesmo tempo significativo e inspirador para o jovem adolescente, mas que também tivesse um lugar privilegiado na etapa de nascimento da filosofia e na construção de uma definição dessa atividade. Encontramos essas características na questão da busca da felicidade. Esse tema também nos deu a oportunidade de iniciar a obra com uma abordagem vinculada ao campo da ética por meio das teses eudemonistas propostas pelos pensadores gregos.

Objetivo geral

Introduzir o estudante nos estudos filosóficos realizando uma investigação sobre o que caracteriza o modo filosófico de pensar e, paralelamente, sobre o tema da felicidade.

Objetivos específicos

1. Descrever, como em um passo a passo, as três etapas básicas do processo de filosofar: o estranhamento, o questionamento e a resposta filosófica.
2. Introduzir, de forma contextualizada, o tema da felicidade (por meio da historietinha do médico e o índio, na seção **Situação filosófica**).
3. Investigar o tema da felicidade sob o ponto de vista do senso comum, da filosofia e das diversas ciências.

4. Apresentar concisamente as respostas sobre o problema da felicidade oferecidas por Platão, Aristóteles, Epicuro e os estoicos, propiciando um primeiro contato abrangente do estudante com o modo filosófico de pensar.
5. Promover a contextualização de alguns conteúdos e a experimentação do estudante com eles por meio das seções **Conexões** e **Conversa filosófica**. Essa experimentação terá como cerne a **reflexão** e o **diálogo**, pois é intrinsecamente reflexiva e dialógica a atividade filosófica.

Recomendações

Nesse primeiro contato do estudante com a filosofia, procure dar maior ênfase aos conteúdos procedimentais e, especialmente, atitudinais (rever o tópico **2.3. Combinação dos dois enfoques**), que são aqueles que promovem o desenvolvimento das principais competências e habilidades vinculadas ao ensino-aprendizagem dessa disciplina. O tema da felicidade será o “recheio” que dará substância e sentido a esse processo, mas o mais importante agora é que o estudante perceba e experimente de maneira “sentida” o que é filosofar. ♦ Realize várias atividades, especialmente as mais complexas, em conjunto com a classe, procurando explicitar-lhes o modo filosófico de pensar.

Sugestões de livros

COMTE-SPONVILLE, André et alii. *A mais bela história da felicidade*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FERRY, Luc. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

McMAHON, Darrin M. *Felicidade*. São Paulo: Globo, 2006.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Felicidade – dos filósofos pré-socráticos aos contemporâneos*. São Paulo: Claridade, 2011.

Sugestões de páginas na internet

- *Felicidade e trabalho*. Disponível em: <<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/4921.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Felicidade não se compra, diz Gilles Lipovetsky. *Zero Hora*. Disponível em: <<http://revistadonna.clicrbs.com.br/noticia/felicidade-nao-se-compra-afirma-o-filosofo-frances-gilles-lipovetsky/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, a seção **Questões filosóficas**, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ A obra do artista alemão Carl W. Röhrig (1953-) – marcada pelo surrealismo e especialmente pelo naturalismo fantástico – constitui uma reflexão imagética sobre o problema da felicidade, a qual se complementa de forma conclusiva com o próprio título: o caminho da felicidade

está dentro do indivíduo. Trata-se de uma resposta que concorda, em boa medida, com o espírito das teses dos filósofos gregos apresentadas no capítulo. No entanto, em sintonia com nosso tempo, Röhrig incorpora elementos de uma visão de mundo de tipo *new age*, trazendo também uma internalização do exterior, da natureza. Assim, a felicidade é fruto de um mergulho profundo na interioridade individual (no viver e conhecer a si mesmo) aliado a um reconhecimento de si mesmo como ser integral, composto de toda a materialidade dos reinos naturais (animal, vegetal e mineral) e o espaço cósmico (o sol interiorizado, o céu), e à necessidade de uma harmonia com eles. Essa é sua morada, sua casa (as paredes com janelas), sua paz e felicidade. ♦ O interessante dessa imagem é que ela, com tantos elementos orgânicos e vitais, remete de certo modo à etimologia da palavra felicidade – deriva do latim antigo *felix*, “fértil, frutuoso, fecundo” (cf. ABBAGNANO, *Dicionário de filosofia*) –, conforme se expõe no capítulo, o que pode ser antecipado neste trabalho de sensibilização. ♦ É importante não tentar impor uma resposta “verdadeira” sobre o que é a felicidade, nem sobre a leitura da imagem, pois pode haver várias. Valorize a diversidade de opiniões, as objeções, os argumentos etc., explicitando para os alunos essas distinções sempre que possível. Faça uma lista das questões, dúvidas, discordâncias surgidas, as quais podem ser retomadas no final do capítulo para ver o que mudou.

ANALISANDO A SITUAÇÃO

Para abordar a historieta da **Situação filosófica** e sua análise, reveja, se necessário, os tópicos **4.3. Trabalho com texto** e **4.4. Trabalho com iconografia**. Recomendamos que os estudantes leiam previamente as duas seções em casa. Depois, em classe, você pode explorar, junto com eles, a historieta, procurando reformular e ampliar as perguntas feitas na seção **Analise a situação**, ver o que não foi visto ou dizer o que não foi dito. Estimule críticas e problematizações. ♦ Esclareça que a historieta é verídica, só os nomes são fictícios. ♦ Cuidado para que não se interprete a resposta inocente do indígena como ignorância, reforçando preconceitos étnicos. Ser capaz de construir conceitos, ou conceitualizar, é justamente uma das principais e mais complexas habilidades intelectuais que o ensino de filosofia pretende desenvolver. A dificuldade de Rupawe para conceitualizar é comum a todos nós, só que ele foi direto e sincero, não se envergonhou disso nem procurou dissimular. Isso é uma virtude, embora ofereça, ao mesmo tempo, o toque de humor inteligente à anedota. ♦ Por sua vez, a ilustração da historieta (a obra *Tropic*, da artista plástica gaúcha Noris Maria Dias) retrata uma imagem tropical impactantemente vívida que pode despertar várias percepções. Explore-a com muitas perguntas e diálogo com os estudantes, especialmente no que possa ser polêmico, como a nudez dos personagens da historieta. O que eles veem, pensam e sentem diante dessa obra? Quanto há de mito e de idealização nessa representação da natureza e da relação do ser humano com ela? Que tipo de felicidade inspira o cenário representado? É possível viver essa felicidade?

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** (pessoal-biográfica) e de **experimentação** com a prática filosófica que promove um autoconhecimento. Espera-se que os estudantes iniciem seu contato com a filosofia lidando com suas experiências concretas, a memória pessoal e interesses já operantes e vivos neles, para que seus espíritos se movam na direção dos problemas filosóficos “naturalmente”. Há aqui já um esboço de metodologia para trabalhar com textos, a qual aponta para a identificação de problemas, por um lado, e o posicionamento crítico, por outro, mesmo que o capítulo ainda não tenha discorrido sobre o que caracteriza uma resposta filosófica. Você pode orientar os estudantes na busca de uma resposta mais elucidativa para suas questões, mostrando, por exemplo, onde há “buracos” e desconexões em suas formulações ou outros fatores que contribuam para uma falta de clareza ou coerência. O importante é que eles comecem a perceber o que é uma resposta bem construída, crítica e racional.
2. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia).
 - a) Nessa leitura crítica de imagem, explore a mensagem subliminar de felicidade da ideologia dominante passada por essa propaganda: ser feliz é ser jovem, bonito(a), rico(a), estar casado(a), ter um casal de filhos, frequentar um *shopping center* etc. Boa para ser trabalhada em classe, pois você pode aproveitar para introduzir as análises desenvolvidas por Theodor Adorno e Max Horkheimer na obra *Dialética do Esclarecimento*. Como esses pensadores expõem, as sociedades de massas, por meio da propaganda e da indústria cultural, geram necessidades que não são aquelas básicas, que contribuem para uma vida digna (como moradia, alimentação, saúde, educação e lazer), mas sim necessidades totalmente secundárias, que servem para sustentar o sistema econômico-cultural vigente, da sociedade de consumo, que depende de que se consuma incessantemente. Transmitindo a mensagem de que a pessoa só será feliz se tiver (ou seja, se comprar) isso ou aquilo, a publicidade desperta o desejo de posse, o qual se renova cada vez mais rapidamente, devido ao desenvolvimento técnico e científico vertiginoso das últimas décadas.
 - b) Espera-se incentivar o aluno a refletir sobre sua própria vida e felicidade, tendo como pano de fundo os referenciais apresentados no capítulo, mas abrindo para outras possibilidades e leituras.
3. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **experimentação** com enfoque interdisciplinar (educação física e psicologia). Aqui você pode estimular a conexão da teoria platônica ou o ideal da *mens sana in corpore sano* com a realidade concreta dos estudantes, aproveitando as atividades de educação

física desenvolvidas na escola, como procurar identificar aquelas que são mais excitantes, as que são mais tranquilizantes etc., ou usar como referência algum evento esportivo que esteja ocorrendo, como Olimpíadas ou outros torneios. Aproveite também para promover uma visão crítica sobre o outro lado, o do excesso, como o culto exagerado do corpo, que redonda em patologias como anorexia, bulimia e vigorexia. Questione sobre o papel da publicidade e da indústria cultural nessa deformação.

4. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. Procura levar o aluno a se reconectar com sua interioridade e os caminhos de sua felicidade, relacionando a proposta aristotélica e conceitos filosóficos recém-ensinados (condição necessária e condição suficiente) com sua realidade concreta e seus sentimentos. Você pode também propor a discussão sobre certos fatos (situações-problema), como, por exemplo, hábitos e modas que tenham se tornado “necessidades” entre os jovens da cidade, como ter certas marcas de roupa ou sapatos, ir a certos bares etc., e questionar o quanto eles contam para a percepção de felicidade de cada um.
5. Resposta pessoal. A atividade de **contextualização e autoconhecimento**. Leva o estudante a conectar-se com sua interioridade e a analisar sua vida, refletindo sobre caminhos para a construção de seu bem-estar. Boa atividade para ser realizada em grupos ou com toda a classe.
6. Atividade de **leitura filosófica de texto não filosófico** (no sentido estrito da palavra). A resposta é pessoal, mas é claramente possível fazer um paralelo entre o modo como se conduz o velho do forte e o que recomendam os sábios estoicos, no sentido de que ele evita emitir qualquer juízo sobre uma coisa indefinida (sua sorte, seu azar, seu destino). Dominando tais pensamentos, não fica contente nem triste com o que acontece com o cavalo e com o filho. Ou seja, domina suas paixões. Desse modo, pratica a apatia, podendo alcançar a ataraxia.
7. Resposta pessoal. Atividade reflexiva ligada à auto-percepção. Boa para ser realizada de maneira oral, para uma discussão em classe. Você pode seguir as sugestões apresentadas na atividade 2 desta seção.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Primeiro passo – estranhamento ou deslocamento: ocorre quando a pessoa vive uma circunstância que provoca uma quebra, uma interrupção no fluir normal de sua vida. Ela para, então, para pensar ou para observar algo que antes não via ou que vivia de forma automática, sem se dar conta, sem atenção, sem se questionar. Segundo passo – questionamento ou indagação: é aquele em que, após viver o estranhamento, a pessoa inicia um processo de questionamento (interno e externo) sobre o tema que lhe chamou a atenção. Terceiro passo – resposta filosófica: é aquele que ocorre se a pessoa busca encontrar uma resposta clara, coerente e elucidativa, com um caráter universal, sobre o problema que enfrentou.

2. Porque a filosofia, em sua origem, há mais de 25 séculos, apresentava-se como um conhecimento superior que conduzia à vida boa, isto é, que indicava como viver para ser feliz. O filósofo se reconhecia como aquele que buscava, praticava e ensinava um método, um caminho para a felicidade. Nesse sentido, ele se tornava um sábio, e sabedoria, para os gregos, não era apenas um grande saber teórico, mas principalmente prático, tendo em vista que buscava atender ao que consideravam o objetivo supremo da vida humana: a felicidade.
3. A dissertação pode trazer uma reflexão pessoal. Mas o conceito de finalidade última refere-se àquela finalidade que está por detrás de todas as finalidades mais imediatas e conscientes de uma ação. Geralmente inconsciente, é o motivo fundamental de uma conduta.
4. Resposta pessoal. Esta seria a primeira formulação de uma resposta pessoal para o tema. Mais adiante, após ver o que disseram vários filósofos, o estudante terá a oportunidade de melhorar sua reflexão sobre o tema e avançar em seu conhecimento sobre si mesmo.
5. Não. Platão tinha uma concepção dualista da realidade, apesar da ênfase idealista. Para ele, havia o mundo sensível, da matéria, e o mundo inteligível, das ideias. Embora questões ontológicas não sejam tratadas no capítulo (é muito cedo), com esta pergunta procura-se começar a trabalhar essa distinção conceitual. Você pode explicitar esse tema, se considerar conveniente.
6. Porque, para Platão, o ser humano é essencialmente alma, que é imortal e existe previamente ao corpo. E a vida feliz de uma pessoa dependeria da devida subordinação e harmonia entre as três partes que, segundo sua doutrina, constituem a alma: a alma racional (situada na cabeça e relacionada com o conhecimento) regularia a irascível (situada no peito e vinculada às paixões) e esta controlaria a concupiscente (situada no ventre e ligada aos desejos carnis), sempre com a supervisão da parte racional.
7. Para Platão, a felicidade é o resultado final de uma vida dedicada ao conhecimento progressivo, pelo método dialético, do mundo das ideias até a alma atingir a ideia suprema, que é a ideia do bem. Desse modo, por meio da ascensão dialética, a pessoa consegue não apenas uma elevação cognoscitiva, mas também uma evolução de seu ser, isto é, uma evolução ontológica: aquele que adquire mais conhecimento e alcança a ideia do bem torna-se um ser melhor em sua essência e, por isso, também, vive mais feliz.
8. Pontue para o aluno que a filosofia grega, não apenas Aristóteles, entendia a virtude como aquela propriedade que um ser tem que lhe é mais característica e essencial, aquela função ou faculdade que lhe é própria e o distingue dos demais seres. A aplicação dessa propriedade conduz à excelência ou perfeição desse ser. Espera-se que o estudante reforce seu entendimento ao buscar

novos exemplos: a virtude de uma cadeira é a possibilidade de alguém sentar-se nela, a de um médico é tratar seus pacientes etc.

9. O parágrafo sintetiza o caminho aristotélico da felicidade. Portanto, procure reforçar para os estudantes o sentido da palavra “analisar”, recomendando que se decomponha o parágrafo citado em suas partes e se desenvolva cada uma delas com base no que se entendeu do que foi exposto. Aristóteles entendia que a finalidade última de todos é a felicidade, e um ser só alcança seu fim quando cumpre sua virtude. O ser humano dispõe de uma grande quantidade de funções ou faculdades, mas a única que só ele tem e que o distingue dos demais seres é a de pensar, especialmente a atividade racional. Assim, o ser humano só alcançará seu fim (a felicidade) se atuar conforme sua virtude – a razão –, dedicando-se fundamentalmente à vida teórica, no sentido de uma contemplação intelectual. Mas Aristóteles reconhecia que o sábio não pode dedicar-se à contemplação se, por exemplo, não há alimentos, se seus filhos choram de fome e a cidade está em pé de guerra. Portanto, ele também defendia não abandonar a companhia da família e dos amigos, a riqueza e o poder. Todas essas atividades, e o prazer que delas resulta, promoveriam o bem-estar material e a paz social, indispensáveis à vida contemplativa. Por outro lado, o gozo de tais prazeres estaria também vinculado ao exercício de outras virtudes humanas – como a generosidade, a coragem, a cortesia e a justiça – que, em seu conjunto, contribuem para a felicidade completa do ser humano.
10. Esclareça, se for necessário, que a migração das andorinhas (como de outros pássaros) para as regiões mais cálidas ocorre nas mudanças de estação. Assim, quando os bandos de andorinhas chegam, anunciam a chegada do verão. A menção desse fenômeno por Aristóteles tem o propósito de mostrar, de forma analógica ou metafórica, que “uma ação isolada não faz o homem”, assim como uma andorinha isolada não é elemento suficiente para mostrar que o verão se aproxima. Portanto, o filósofo está buscando mostrar, com essa metáfora, que, para atingir a felicidade verdadeira, o indivíduo deve dedicar-se durante toda sua existência à vida teórica, contemplativa, não apenas um dia ou outro.
11. Trataremos dos temas ontológicos e metafísicos no capítulo 6, mas você pode começar a explicitar essas distinções, geralmente tidas como pressupostos. Epicuro tinha uma concepção ontológica materialista, daí sua concepção sensualista da felicidade. Ou seja, para ele, ser feliz é algo que se conhece fisicamente. Ele dizia que todos os seres buscam o prazer e fogem da dor e que, para sermos felizes, devemos gerar, primeiramente, as condições materiais e psicológicas que nos permitam experimentar apenas o prazer na vida. E prazer, para esse filósofo, é principalmente ausência de dor.
12. Atividade que busca exercitar a comparação entre pensamentos. Aristóteles e Platão tinham um enfo-

que intelectualista da felicidade, priorizando a vida teórica e contemplativa, embora o primeiro considerasse também a importância de fatores mais tangíveis, como os bens materiais e a vida social. Epicuro, por sua vez, desenvolveu um conceito sensualista, pois se baseia nas ideias de prazer e de dor.

13. O estoico concebe o universo como *kósmos*, “universo ordenado e harmonioso”, composto de um princípio passivo (a matéria) e um princípio ativo, racional, inteligente (*logos* ou Deus imanente) que permeia, anima e conecta todas as suas partes. Portanto, para o estoico, nem tudo é matéria.
14. Na ética estoica, é fundamental o conceito de *kósmos*, pois um “universo ordenado e harmonioso”, com um *logos* ou Deus imanente que permeia tudo, implica que tudo o que existe e que acontece tem um objetivo e uma razão de ser, faz parte da inteligência universal e divina, o que quer dizer também que tudo é necessário e predeterminado, inclusive a vida das pessoas, e que, aconteça o que acontecer, isso deve ser bom.
15. Pela vontade conseguimos uma brechinha de liberdade para construir uma vida feliz, pois ela nos permite querer ou não querer as coisas. Assim, devo usá-la no sentido de querer apenas aquilo sobre o que tenho poder, que depende de mim, evitando querer o que não depende de mim e que, por isso, me faz sofrer.
16. O *amor fati* é a via positiva do estoicismo. É a felicidade que se alcança não apenas pela aceitação do próprio destino, mas por querer e amar esse destino, no entendimento de que, se tudo é animado pelos princípios racionais que governam o universo, que visa à ordem e ao bem da totalidade, tudo o que acontece comigo e não depende de mim é necessário e bom. Assim, para o estoicismo, a pessoa que tem amor por seu destino só poderá ser feliz.
17. O capítulo destaca a importância que foram progressivamente assumindo os valores de igualdade e de liberdade. Alguns estudiosos mostram que a noção de amor ao próximo – vinculada ao surgimento do cristianismo – contribuiu para disseminar, progressivamente, a noção de igualdade entre todos os seres humanos, pois o Deus cristão os teria criado a todos para reinar sobre a Terra e os amaria igualmente, impondo o respeito por toda a humanidade, mas foi apenas a partir do século XVIII e o pensamento iluminista que isso passou a significar também igualdade de direitos. Ao mesmo tempo, foi ganhando especial relevância a noção de liberdade: liberdade de ser (diferente da ou contra a natureza), liberdade de pensar por si próprio (de consciência), liberdade de querer e agir (política e autonomia). Hoje em dia, é difícil pensar que uma pessoa possa ser feliz sem ser livre. Ou se for discriminada, isto é, tratada de maneira desigual.
18. Resposta pessoal. Você pode trabalhar esta questão em classe, para uma troca de percepções entre os estudantes. Estimule um debate, fazendo provocações, como, por exemplo, sugerindo que uma conclusão científica é mais importante que outras

(uma que você saiba que não será a preferida da classe), o que poderá despertar a reação do grupo, iniciando-se assim uma animada conversação.

19. O texto contrapõe-se à busca desenfreada de felicidade individual dos dias atuais, preconizando a busca do bem comum como caminho para uma vida feliz. Se achar conveniente, você pode introduzir aqui o pensamento utilitarista (movimento ao qual pertencia esse filósofo), que defende que toda ação, norma ou instituição deve ser julgada de acordo com sua utilidade, isto é, conforme o prazer ou sofrimento que produz nas pessoas. Assim, começaria a passar para os estudantes alguns elementos de análise de texto (expostos anteriormente).

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Finalidade última:** Resposta pessoal. Atividade prática e experiencial, que exercita o **diálogo reflexivo** e o **posicionamento fundamentado**. Visa promover uma conversação respeitosa, mas argumentativa, em que saber escutar é tão importante quanto saber se expressar oralmente. É importante trabalhar muito bem esta seção de discussões para promover, com sensibilidade, o gosto pelo debate e pela argumentação nos estudantes, habilidade fundamental para o filosofar, para a vida e para o real exercício da cidadania. Você poderia, desde já, adiantar para a classe a explicação de argumento, mostrando um exemplo em que uma tese (ou conclusão) esteja fundamentada por determinadas premissas (tema a ser tratado no capítulo 5).
2. **Felicidade para todos:** Atividade de **contextualização** e **posicionamento pessoal** com enfoque integrador com sociologia. Sugerimos que a atividade seja desenvolvida primeiro individualmente e, depois, em grupo. Espera-se que o aluno apresente sua interpretação sobre a organização social proposta por Platão e se posicione sobre ela, podendo depois debater sobre os benefícios e as dificuldades contidas nesse modelo. A segunda pergunta, de comparação com o modelo brasileiro, favorece o início de uma reflexão sobre nossa sociedade, do ponto de vista da felicidade e com base em conceitos trazidos pelo filósofo. Se achar oportuno, divida a classe – após uma conversação prévia – em grupos que pensem de forma mais ou menos igual, e organize um debate entre posições divergentes mais claramente definidas. O professor de sociologia pode ser convidado para participar desse debate.
3. **Meu caminho ideal:** Atividade de **contextualização** e **posicionamento pessoal**. Oportunidade de reflexão sobre o tema da felicidade e de troca de percepções entre os alunos, com um posicionamento, agora servindo-se de um arcabouço de conceitos elaborados por filósofos. Você pode seguir as recomendações da atividade anterior.
4. **Felicidade individual e coletiva:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** (pessoal) e **experimental**, que exercita o diálogo reflexivo e o

posicionamento fundamentado. Favorece a descoberta de talentos para a oratória e dos bons “conselheiros”, bem como o aprendizado do trabalho intelectual em equipe. Se houver a possibilidade, adote uma formação em círculo, que pode ser menos intimidante e hierárquica, mesmo considerando que o exercício proponha a escolha de dois oradores. Estimule a participação de todos, a troca de oradores de um debate a outro, mas sem forçar.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Somente a segunda afirmação é correta (02). Peça aos alunos que justifiquem por que as demais são incorretas: o autor não afirma que ela só possa ser aprendida na escola (01), embora defenda que a filosofia seja ensinada aí; entende que se deve estudá-la por toda a vida, iniciando-se o quanto antes (em contradição com 08 e 16); e tudo isso não apresenta nenhuma contradição com a frase citada de Aristóteles (04).

CAPÍTULO 2 – A dúvida

Justificativa

Seguindo o objetivo geral da Unidade 1 – de apresentar para o estudante em que consiste a filosofia e o modo filosófico de pensar –, definimos que seu segundo capítulo devia centrar-se no tema da dúvida, pois ela sintetiza os dois primeiros passos da experiência filosófica (o estranhar e o questionar). Ao mesmo tempo, nos deu a oportunidade de trabalhar detidamente com um dos momentos paradigmáticos da história da filosofia: a dúvida metódica de Descartes. Nada melhor para este início de curso.

Objetivo geral

Caracterizar a dúvida como momento fundamental da atitude e da prática filosóficas, tanto do ponto de vista psicológico como metodológico, avançando na apresentação da filosofia para o estudante.

Objetivos específicos

1. Introduzir, de forma contextualizada, o tema da dúvida (por meio da anedota sobre Sócrates e o ladrão, na seção **Situação filosófica**).
2. Destacar a importância e o sentido de duvidar e perguntar na vida em geral, procurando desfazer o equívoco de encarar a dúvida como deficiência intelectual ou ignorância.
3. Introduzir de forma estratégica e contextualizada diversos conceitos intimamente vinculados ao filosofar, como reflexão, objeção, razão, método, distinção e critério.
4. Fornecer um paradigma de dúvida filosófica apresentando trechos das *Meditações* de Descartes – especificamente o da dúvida metódica –, entremeados com comentários esclarecedores.
5. Iniciar a investigação sobre o conhecimento e seus problemas, por meio da dúvida cartesiana.

Recomendações

Neste segundo capítulo, continue dando maior ênfase aos conteúdos procedimentais e, especialmente, atitudinais (rever o tópico **2.3. Combinação dos dois enfoques**), vinculados ao desenvolvimento de competências e habilidades. A noção de método começa a ser trabalhada. ♦ Por uma questão de espaço e de objetivos específicos, não prosseguimos com a análise das *Meditações* cartesianas, mas você pode fazê-lo se achar conveniente. ♦ Se possível, antes de abordar a dúvida metódica, exiba trechos do filme *Descartes*, de Roberto Rossellini, o que pode ajudar na aproximação do estudante com o filósofo, que assume uma história e corporalidade. ♦ “Entender um autor é ver sua filosofia como resposta ‘ao’ problema que ele se coloca”, como afirma González Porta. Enfatize as seguintes perguntas: 1. qual é o problema do autor? (ou qual é sua pergunta?); 2. qual é a solução que propõe? (ou qual é sua tese?); 3. quais são seus argumentos? (ou qual é a fundamentação de sua tese?). Destaque a importância de saber escutar suas indagações.

Sugestões de livros

FORLIN, Enéias. *O papel da dúvida metafísica no processo de constituição do cogito*. São Paulo: Humanitas, 2004.

GONZÁLEZ PORTA, Mario Ariel. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 1994.

SMITH, Plínio Junqueira. *Ceticismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Sugestão de página na internet

- Retorno à vida. *Revista Cult* (entrevista com o filósofo cético brasileiro Oswaldo Porchat). Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-re-torno-a-vida-comum/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e língua portuguesa). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, a seção **Questões filosóficas**, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ A pintura do artista barroco italiano Caravaggio (1571-1610) impressiona por seu realismo e o excelente domínio da técnica claro-escuro (contraste acentuado entre zonas claras e escuras). Seu tema é o episódio bíblico no qual o apóstolo Tomé (ou Tomás) se negava a acreditar na ressurreição de Jesus se não pudesse ver e tocar as chagas da crucificação em seu corpo. O nazareno então leva a mão de Tomé a uma de suas feridas para convencê-lo, mas o censura por precisar “ver para crer”. Em outras palavras, teria faltado ao apóstolo a fé no poder do Cristo. ♦ O que nos interessa nesse episódio é poder usar essa imagem crua e chocante de Caravaggio para discutir a frase famosa “Ver para crer”. Mostre que Tomé se comporta como um indivíduo moderno, que necessita de provas concretas (no caso, obtidas por meio dos próprios sentidos), senão continuaria duvidando. Descartes seguiria

um caminho distinto. ♦ Outra questão que você pode colocar é se devemos crer apenas no que vemos, ouvimos, tocamos, tendo em conta que nossos sentidos também falham ou não conseguem ver tudo, por limitações biológicas e culturais (antecipando a temática dos capítulos 4, 7 e 8). Uma infinidade de fenômenos ocorre a cada instante e não somos capazes de percebê-los. ♦ Investigue também, junto com os estudantes, o conceito de **dúvida**. Leve um dicionário e explore-o. A palavra tem a mesma origem latina de **dúbio** e implica uma duplicidade ou divisão em dois. É um hesitar entre duas direções (ou mais) ou, como afirma Hobbes no *Leviatã*, é “o conjunto de uma cadeia de opiniões alternadas, quando está em questão o verdadeiro e o falso”. Kant, por sua vez, destacou na palavra outros dois aspectos semânticos: “Subjetivamente, a dúvida é por vezes considerada como o estado de um espírito indeciso; e objetivamente como o conhecimento da insuficiência das razões do assentimento” (Kant, *Lógica*, Introdução). Verifique outras acepções, mas essas três são as que mais nos interessam neste capítulo e para a leitura da imagem.

ANALISANDO A SITUAÇÃO

Para o trabalho com esta seção, siga as orientações iniciais fornecidas para o capítulo 1. ♦ A historietta traz pela primeira vez às páginas de nosso livro, embora com a brevidade de uma única frase, o filósofo grego Sócrates. Ele e seu pensamento começarão a ser estudados no capítulo seguinte, mas pode ser interessante contextualizá-lo historicamente desde já, comentar que viveu em Atenas na época clássica da história grega (séculos VI a IV a.C.), marcada pela instituição da democracia ateniense, e que ele instituiu o método dialógico de investigação filosófica. ♦ Seria interessante comentar o uso dado à palavra **transparência** na seção. Por transparentes nos referimos, junto com Heidegger, à característica não reflexiva de nossas ações cotidianas situadas no limiar da ação consciente, como caminhar por uma calçada, frear o carro quando a luz do semáforo está vermelha e acelerar quando está verde. Não há atividade reflexiva nessas ações, não é preciso deliberar, escolher. O fluir transparente da vida é interrompido, porém, quando a rua termina inesperadamente ou a luz do semáforo não muda nunca para o verde. Há então uma quebra na fluidez. Destaque o poder de mudança desses momentos de quebra, como no caso do estranhamento e na dúvida: a pergunta de Sócrates pode ser percebida, em um primeiro instante, como uma reação exagerada, fora de lugar, meio divertida, mas ela tem esse poder de gerar a possibilidade de existirem outras condutas, outras respostas das pessoas, automáticas ou não, ao fluir de suas existências.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** (de si próprio e do outro) e de **experimentação** com a reflexão filosófica, vinculada à aprendizagem de

conteúdos atitudinais. Estimula a observação pelo aluno de sua intimidade, seu comportamento, suas reações e experiências comunicacionais. Boa para ser realizada em classe, em uma conversação que você pode conduzir com todo o grupo. Sugerimos que você adote uma conduta reflexiva e indagadora, constituindo-se em um **modelo** para os alunos. Considere a realidade concreta da comunidade e procure estimular a expressão de perguntas que talvez muitos da classe tenham, mas não as formulam, como: “por que existem pessoas ricas e pessoas pobres?”, “por que temos que estudar?”, “por que existe a violência?”, “como se define o que é bom e o que é mau?”, “se Deus criou o mundo, quem criou Deus?” e assim por diante, mesclando questões cotidianas com filosóficas.

2. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**. Leva a uma reflexão sobre o papel da **educação** na formação da mentalidade das pessoas. Boa para uma conversação em classe, começando com uma exposição sobre quem foi Montaigne, sua obra e uma análise do parágrafo (semântica, temática e conceitual). Você pode comentar, entre outros pontos: a liberalidade ou falta de autoritarismo do tipo de educação proposto nessa frase, de mais de 400 anos atrás; a valorização da dúvida, que é vista como algo natural e até mesmo saudável; o ceticismo de Montaigne (a ideia de que não se pode ter certeza sobre tudo ou, talvez, sobre nada). Além disso, pode levantar a pergunta sobre as vantagens e desvantagens possíveis de uma educação liberal.
3. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e enfoque integrador com história, pois focaliza o tema da Guerra do Iraque (2003-2011). Pode ser proposta como uma dissertação, seguida de um debate em classe. Trata-se de outra atividade que aponta para a ideia de que certeza e dúvida também envolvem a ação e temas éticos cruciais, como na historieta introdutória ao capítulo. O ex-presidente Bush reconheceu, no final de seu governo, que seu maior erro na presidência foi ter acreditado nos relatórios dos órgãos de inteligência de seu governo sobre as armas de destruição em massa no Iraque, que nunca foram encontradas. As razões que levaram à invasão desse país, além dos relatórios equivocados de inteligência (por que se equivocaram tanto?), ainda são muito debatidas, mas a tragédia da guerra e a destruição do país se revelam de forma incontestável nas imagens que estão aí, para todos verem.
4. Resposta pessoal. Atividade de **experimentação** e **contextualização** da dúvida cartesiana. Busca estimular a vivência direta do aluno da meditação e do processo de filosofar. Começa-se também a trabalhar elementos de teoria do conhecimento. Boa para ser trabalhada em classe, como uma atividade de relaxamento seguida de meditação, com os alunos deitados, quando houver condições, culminando com uma conversação e troca de impressões. As atividades de sensibilização são muito importantes nestes primeiros capítulos desta obra. O contato do estudante com seu

próprio corpo e a consciência dele e de suas sensações promovem uma educação integradora das diversas dimensões do ser humano.

5. Resposta pessoal. Atividade de **experimentação** e **contextualização**. Ao mesmo tempo reflexiva e lúdica, visa relacionar a meditação cartesiana com o conceito filosófico de solipsismo, da gnosiologia, mas abre também a possibilidade para uma discussão sobre as relações humanas. Boa para ser realizada em classe, conversando com todo o grupo. Você poderia lançar provocações, como perguntar: “Como seria uma conversação entre dois solipsistas?” (crie essa situação imaginária, procurando dar detalhes, imitar os “interlocutores”, representá-los); “Estaria parte da humanidade acometida de uma enfermidade solipsista?” (como nos diálogos entre pessoas que não sabem escutar umas às outras).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante faça um paralelo entre a ideia de espanto, em Platão, e as noções de estranhamento e dúvida trabalhadas neste capítulo, etapas importantes no processo de filosofar. Seja surpreendendo-se e admirando-se com as coisas, seja problematizando-as e questionando-as, a pessoa estará imbuída da curiosidade investigadora e indagadora que caracteriza a atitude necessária para filosofar.
2. García Morente refere-se à necessidade de nos abirmos ao mundo como uma criança o faz, isto é, “perceber e sentir por toda a parte [...] problemas, mistérios; admirar-se de tudo, sentir profundamente o arcano e misterioso de tudo isso; colocar-se ante o universo e o próprio ser humano com um sentimento de admiração, de curiosidade infantil como a criança que não entende nada e para quem tudo é problema”. Para ele, nunca poderá ser filósofo “aquele para quem tudo resulta muito natural, para quem tudo resulta muito fácil de entender, para quem tudo resulta muito óbvio”.
3. A dúvida filosófica não é uma dúvida banal, comum, porque ela se caracteriza por: a) estar relacionada com uma necessidade inquietante de explicação racional para algo da existência humana que se tornou incompreensível ou cuja compreensão existente não satisfaz; b) exercitar, num primeiro instante, a suspensão do juízo; c) favorecer o exercício fecundo da inteligência sobre questões teóricas importantes para todos nós, de tal maneira a construir uma explicação sólida e bem fundamentada, um conhecimento claro e confiável sobre o tema que é objeto de inquietude.
4. Embora a filosofia não tenha um método exclusivo de investigação, quem pretende filosofar deve seguir um princípio ou regra básica: tudo o que se diz deve ser demonstrado, isto é, explicado por meio de uma argumentação que utilize apenas premissas válidas ou verdadeiras, articuladas de maneira lógica. Ou seja, é a regra da razão.

5. A dúvida cartesiana é dita “metódica” porque vai se ampliando passo a passo, de maneira ordenada e lógica, partindo das ideias mais simples e concretas até chegar às mais gerais e abstratas; e “radical ou hiperbólica” porque vai atingindo tudo e chega a um ponto extremo em que não é possível ter certeza de nada, nem de que o mundo existe.
6. O filósofo pretendia começar tudo de novo, desde os fundamentos, para construir uma nova ciência que garantisse um conhecimento sólido e verdadeiro. Essa era sua ambição.
7. Descartes propôs-se não acolher nenhum juízo como verdadeiro se não se apresentasse evidentemente como tal, ou seja, se não se apresentasse “tão clara e tão distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida”. Trata-se do critério da evidência, isto é, da clareza e distinção.
8. As ideias que nascem dos sentidos são as mais concretas, que se formam em referência ao mundo material, percebido sensorialmente, como os corpos, os objetos, suas formas, cores, texturas, ruídos, sabores etc. As ideias que nascem da razão são puramente mentais ou intelectuais, supostamente não necessitariam da experiência concreta, como as que se relacionam com as matemáticas ($2 + 3 = 5$; o quadrado tem quatro lados etc.).
9. Espera-se que o estudante exponha sua compreensão do (1) argumento do erro dos sentidos, (2) argumento do sonho, (3) argumento do Deus enganador e (4) argumento do gênio maligno.
10. É o *Cogito, ergo sum*, ou “Penso, logo existo”, a certeza de existir como “coisa que pensa” enquanto pensa. Descartes chegou a essa conclusão porque: (1) se um ser enganador o enganava, ele tinha de ser algo enquanto era enganado; (2) se duvidava, também devia ser algo que existia enquanto duvidava; (3) o próprio ato de pensar, sem importar seus conteúdos, não pode ser colocado em dúvida por aquele que duvida, já que, enquanto duvida que está pensando, está pensando, pois é impossível duvidar sem pensar; (4) se você pensa, deve haver algo (uma coisa, um ser, que é você) que produz esse pensamento; (5) daí a conclusão: “Penso, logo existo”.
11. Espera-se que o estudante faça uma conexão entre o pensamento platônico, que considera ilusório e enganoso o mundo sensível (como estudado no capítulo 1), e os argumentos cartesianos do erro dos sentidos e das ilusões oníricas. É um primeiro passo para que ele comece a compreender o conceito de **idealismo**. Você pode adiantar para a classe esse conceito, mostrando como ambos estabeleceram um estatuto privilegiado para as ideias.
12. Atividade formulada para testar a compreensão de texto do estudante. Nenhuma das opções é verdadeira. O parágrafo afirma justamente o contrário de ambas: não apenas considera que a leitura das *Meditações* deve ser feita sem referência ao contexto histórico, tendo em vista seu caráter atemporal, mas também enaltece essa atemporalidade, esse “presente eterno” de um sujeito que conversa

consigo mesmo e exclui o mundo todo, fazendo uso apenas de sua própria reflexão, do poder de sua própria mente, para encontrar a verdade.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Certeza e consciência limpa:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e enfoque integrador com história, além de promover uma **experimentação** com as modalidades filosóficas da reflexão e do diálogo. Pol Pot foi o líder do Khmer Vermelho, partido de orientação comunista do Camboja. Permaneceu no poder de 1975 a 1978. Em nome de uma ideologia que se propunha a construção de um “homem novo”, comandou o deslocamento das populações urbanas para o campo e perseguiu supostos opositores, promovendo um verdadeiro genocídio em seu país. Calcula-se que cerca de um terço da população cambojana tenha sido exterminado. A atividade evidencia que a oposição entre certeza e dúvida não pertence apenas ao âmbito do conhecimento (gnosiológica), pois também envolve temas éticos cruciais. A ação precisa da certeza; a reflexão, da dúvida.
2. **Desperdício de tempo:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e enfoque integrador com história, além de promover uma **experimentação** com as modalidades filosóficas da reflexão e do diálogo. Como apresentam características semelhantes, você pode pedir para uma parte da classe trabalhar o tema da discussão anterior, e a outra metade, este. Nomeado, em 1922, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, em 1929 Josef Stalin conseguiu concentrar todos os poderes do país em suas mãos, dando início à chamada ditadura stalinista, que só findou com sua morte, em 1953. Nesse período implantou uma das mais sangrentas ditaduras do século XX. Faltou dúvida a ele? Parece que não, suas convicções eram muito fortes, tanto assim que matou cerca de 500 mil pessoas, além de prender e torturar mais de 5 milhões de cidadãos, levando ao extremo a máxima de que “os fins justificam os meios”. Quanto à frase de Bakunin, ela serve apenas de pretexto para uma reflexão criativa. Lembre-se de recordar aos alunos que o que está em discussão nesta atividade são meras conjecturas: é impossível saber o que realmente passava pela cabeça de Stalin naquele instante. E a frase de Bakunin está, aqui, descontextualizada, o que prejudica sua interpretação.
3. **Cegueira:** Resposta pessoal, em parte. Atividade **interpretativa** e de **contextualização**. De reforço e síntese, após a experiência da dúvida metódica, valoriza o aspecto atitudinal do estranhamento e da dúvida, mas também um posicionamento crítico. Os dois textos falam sobre não ver, sobre uma cegueira metafórica: o primeiro é uma crítica àquele que, por algum mecanismo de autoproteção, evita encarar o que há de errado à sua volta. Já o segundo censura aqueles que não se interessam por conhecer profundamente as coisas (como um filósofo).

A discussão pode ser avivada com questões dirigidas à classe, como: O que as pessoas aceitam de olhos fechados? O que é que as pessoas não querem ver, ou não se interessam por ver, em suas vidas, em seu cotidiano, em si mesmas? Procure instigar os alunos a refletirem sobre coisas de seu cotidiano, como a pobreza, a injustiça, a corrupção, as “verdades” de alguns meios de comunicação etc.

4. **Certezas e incertezas:** Resposta pessoal, em parte. De acordo com o excerto, a filosofia, para Russell, é uma atividade contínua, porque ele entende que a incerteza é, até certo ponto, própria do pensamento humano. Assim, ele guarda um lugar permanente para a dúvida, de tal maneira que o diálogo filosófico deve prosseguir continuamente. O Descartes das *Meditações* provavelmente não concordaria com essa modesta pretensão, pois visava alcançar a certeza em tudo (a incerteza só terá lugar nas últimas, como em *As paixões da alma*, que é o Descartes que menos conhecemos). A atividade favorece a introdução dos conceitos gnosiológicos de dogmatismo e ceticismo. Se achar conveniente, divida a classe ou os grupos em dois blocos: um formado por aqueles que apoiam a ambição cartesiana, mais dogmática, e outro pelos que preferem a posição mais cautelosa de Russell.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

A única alternativa que não apresenta incorreções é **c**. A evidência é o critério de verdade adotado por Descartes e, daí, o princípio fundamental de seu método (portanto **b** e **d** são falsas). O filósofo a define como aquilo que se apresenta com tamanha clareza e distinção ao espírito a ponto de não deixar possibilidade de dúvida (portanto **a** é incorreta).

CAPÍTULO 3 – O diálogo

Justificativa

Prosseguindo no objetivo geral da Unidade 1, definimos que era o momento de trabalhar com o tema do diálogo, modalidade fundamental do fazer filosófico. Por meio do diálogo reflexivo (interno ou interpessoal) se entra na dúvida, mas também se pode sair dela, alcançando uma solução ou resposta. A contextualização histórica desse tema favorecia, ao mesmo tempo, a abordagem de outra figura paradigmática da história da filosofia, Sócrates – para muitos o maior de todos os filósofos e modelo a ser seguido.

Objetivo geral

Caracterizar o diálogo como um dos aspectos fundamentais da prática filosófica, não apenas quando praticado **com** método, mas também ao ser usado **como** método (a dialética socrático-platônica).

Objetivos específicos

1. Introduzir, de forma contextualizada, alguns elementos que caracterizam os discursos filosófico e

científico (por meio do diálogo entre os três cientistas, na seção **Situação filosófica**).

2. Destacar o papel da linguagem e do diálogo na vida em geral, seja na construção de conhecimentos e sentidos compartilhados, seja como caminho para o entendimento entre as pessoas.
3. Trabalhar a feição dialógica da filosofia, seja como “conversa da alma consigo mesma” (Platão), seja como discurso intersubjetivo, na busca por acordos e construção de “verdades” ou conhecimentos compartilhados.
4. Apresentar a arte de perguntar e o método dialógico de Sócrates usando trechos da explicação oferecida pelo próprio filósofo no *Teeteto*, de Platão, entremeados com comentários esclarecedores.
5. Dar outro passo na investigação sobre o conhecimento e seus problemas, por meio do questionamento socrático de nossas crenças.

Recomendações

Neste terceiro capítulo, a noção de método volta a ser importante. Aproveite para reler o quadro “A importância do questionamento dialógico” (dentro do tópico **2.3. Combinação dos dois enfoques**). ♦ Compare o diálogo interno das *Meditações* com o diálogo socrático para buscar caracterizar o diálogo filosófico. Não se trata de um diálogo qualquer, um mero confronto de opiniões, nem sua aceitação passiva. Trata-se de um diálogo que parte de uma **afirmação** ou **opinião** (por exemplo, “Fulano foi covarde”) e deriva para a discussão de um **tema** (por exemplo, “O que é a covardia?” ou “O que é a coragem?”), na qual, por meio de uma sucessão de perguntas e respostas, as opiniões apresentadas vão sendo analisadas e **questionadas criticamente** em seus detalhes, sua coerência, correção ou validade. Seria, portanto, um **diálogo crítico** (palavra que, conforme se definirá no capítulo 4, quer dizer “que julga e avalia uma ideia com cuidado e profundidade, buscando suas origens, coerência, âmbito de validade, limites, entre outros detalhes”). Reforce esses aspectos para os alunos durante os debates propostos na seção **Conversa filosófica**.

Sugestões de livros

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GRIMALDI, Nicolas. *Sócrates, o feiticeiro*. Col. Leituras Filosóficas. São Paulo: Loyola, 2006.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema e de **experimentação**. ♦ Explore essa obra de traço primitivo com os alunos para investigar o que é ou o que ocorre em um diálogo. Pelo título e pela posição, sabemos que representa um diálogo entre duas pessoas, mas o que é um diálogo? O que acontece aí que a artista busca expressar? Fala, escuta, palavras, gestos, emoções, observação, comunicação, entendimento? As linhas soltas e desordenadas e os rabiscos sobre seus corpos podem nos falar de pensamentos, sons, sentimentos? A posição

frontal pode indicar algo como tensão, briga, comoção? A imagem quase abstrata deixa a interpretação bastante aberta. Compare-a com outras imagens de pessoas dialogando das outras páginas do capítulo. O que diferencia todos esses diálogos? Reúna essas impressões e conjecturas dos alunos para retomá-las ao final do capítulo, pedindo então que os próprios alunos caracterizem e diferenciem o diálogo filosófico. ♦ Investigue junto com os alunos o conceito de diálogo. Etimologicamente, a palavra vem do grego *diálogos* (“conversa, diálogo”), termo formado por *dia*, “separação ou relação entre (duas coisas, ambientes, pessoas)” + *logos*, “linguagem, ideia, razão”. Portanto, implica a ideia de dois (ou mais) indivíduos que se falam de forma comunicativa, trocando ideias. Aproveite para perguntar o que as pessoas pretendem dizer quando falam “não há diálogo entre os dois”. Elas podem até trocar palavras, mas fundamentalmente o que não há é o entendimento mútuo.

ANALISANDO A SITUAÇÃO

Para o trabalho com esta seção, siga as orientações iniciais fornecidas para o capítulo 1. ♦ A conversação sobre a historieta pode ser precedida também de uma breve dramatização, em que cada personagem pode ser caracterizado e interpretado por um aluno distinto. ♦ A análise feita da historieta menciona que esse diálogo constitui uma paródia das três ciências, exagerando suas peculiaridades. Que peculiaridades são essas? São elas justamente que sustentam o humor fino da anedota, provavelmente criada por um matemático para mostrar a superioridade de seu conhecimento. Aproveite então para explorar um pouco as características do conhecimento de distintas ciências. Sabemos, por exemplo, que a astronomia e a física se aproximam e se interpenetram e são ciências em que predomina a observação do mundo concreto, sensível, podendo utilizar a experimentação para confirmar suas hipóteses (embora nem sempre, como na astrofísica, cujo objeto de estudo é praticamente inalcançável), visando formular leis gerais. Baseadas, em boa medida, no conhecimento indutivo, assentam-se em conhecimentos prováveis, não absolutamente certos. Por sua vez, a matemática propriamente dita constitui uma ciência não experimental, que não lida, de modo geral, com a realidade concreta, pois se baseia em objetos abstratos, ideais, e amplia seu conhecimento sobre eles por meio da dedução lógica, conduzida com todo o rigor e certeza.

CONEXÕES

1. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com ciências humanas e língua portuguesa). Enfoca fato ocorrido há alguns anos em país vizinho do Brasil, a Colômbia, e que foi notícia em todo o mundo. Pode ser trabalhada em casa, por escrito, ou em classe, sob a forma de conversação com todo o grupo. Procura desenvolver as habilidades de análise e interpretação de texto, dando destaque para a identificação da tese e de

sua fundamentação. Cobra, ao final, um posicionamento do aluno sobre o tema.

- a) A franco-colombiana Ingrid Betancourt foi sequestrada pelas FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) em 2002, quando era candidata à presidência da Colômbia. Permaneceu em cativeiro durante seis anos. Liberada em 2008, foi distinguida com o prêmio Príncipe de Astúrias da Concórdia, em cuja entrega proferiu o discurso do qual extraímos a citação.
 - b) A tese principal desse trecho é a de que os problemas do mundo devem ser resolvidos pela palavra, pela conversação, e não pela força.
 - c) Essa tese é fundamentada com a ideia de que “a palavra precede a ação, prepara o caminho, abre portas”, a qual é ilustrada com fatos históricos como a queda do muro de Berlim, a chegada do homem à Lua e o fim do *apartheid*.
 - d) O alvo principal de seu discurso é o terrorismo e os grupos terroristas, que usam a força e não o diálogo para resolver os problemas contra os quais se insurgem. No entanto, há também uma crítica indireta àqueles que pretendem acabar com a violência do terrorismo pela força e não pela negociação.
 - e) Posicionamento do estudante.
2. Atividade com enfoque **intercultural** e **interdisciplinar** (com ciências humanas e arte) e de **contextualização** pessoal, pois inclui uma reflexão sobre a vida cotidiana do estudante. Pode ser realizada como tarefa individual, em casa, ou numa conversação em classe com toda a turma. É uma primeira abordagem sobre o tema das crenças, que deverá ser retomado nos próximos capítulos. Você pode introduzir o tema do suicídio, dar sua definição (a ação pela qual alguém põe intencionalmente termo à própria vida), comentar que se trata de um ato considerado exclusivamente humano, que está presente em todas as culturas etc. Procure explorar as razões (crenças) que levaram certos personagens a cometer o suicídio.
- a) Haraquiri quer dizer, literalmente, “corte esto-macal”. Os samurais acreditavam que deviam viver e morrer gloriosamente. Por isso, ao (ou antes de) caírem em desonra (por uma falta ou nas mãos do inimigo, por exemplo), seguiam seu código de conduta, que recomendava o haraquiri. O corte devia provocar uma morte lenta e sofrida, na qual o suicida devia mostrar autocontrole diante das testemunhas. Portanto, podemos dizer, de forma simples, que o haraquiri é um ato fundado na importância dada à honra, à glória e à coragem na vida desses guerreiros. Procure ir mais fundo nessa investigação.
 - b) Procure explorar os elementos ritualísticos da cena, como a presença de testemunhas, as vestes, o vaso etc.
 - c) Você poderá ajudar com exemplos simples, como este: fazer crescer indefinidamente uma empresa (prática); o grande é melhor que o pequeno, ou mais é melhor que menos (crenças subjacentes).

3. a) Eutífron acredita ser um especialista no tema da religiosidade, dos deuses e dos deveres para com eles. “Assim, Sócrates, eu não teria utilidade e Eutífron não se distinguiria do mais comum dos homens se não tivesse conhecimento de todas essas coisas com precisão.”
- b) O suposto motivo seria o fato de que Sócrates estava sendo acusado de corromper os jovens inventando novos deuses e desacreditando os antigos, e Eutífron ser justamente um especialista em temas religiosos. “Perceberás, por conseguinte, meu caro Eutífron, quão proveitoso para mim seria tornar-me teu discípulo, especialmente antes da ação judicial [...]”
- c) É a questão sobre o que é piedoso e o que é ímpio, ou o que é piedade e impiedade.
- d) Eutífron afirma que piedoso é o que ele fará (acusar o pai de homicídio), “pois em se tratando de homicídios ou roubos sacrílegos, ou qualquer outro crime, a piedade impõe o castigo do culpado, seja este pai, mãe ou outra pessoa qualquer; não agir assim é ímpio”.
- e) Eutífron dá um exemplo de ação piedosa, mas não explica o que é piedade, qual é sua natureza e o que a distingue do que é ímpio.
- f) É piedoso tudo aquilo que é agradável aos deuses, e ímpio o que a eles não agrada.
- g) Eutífron é levado a reconhecer que existem divergências entre os deuses, que as divindades nem sempre estão de acordo sobre tudo, principalmente no que tange ao justo e ao injusto. Desse modo, algo pode agradar um deus e desagradar outro. Portanto, pela definição de Eutífron, uma conduta que seria piedosa para um deus poderia constituir impiedade para outro. O que quer dizer, como conclui Sócrates, que castigar o próprio pai, como pretendia Eutífron, poderia ser aprovado por um deus, mas detestado por outros.
- h) O trecho corresponde à etapa de ironia ou refutação, pois apresenta todas as suas características básicas: o diálogo inicia-se com um Sócrates que parece não querer ensinar nada a Eutífron; com grande habilidade ao formular as perguntas, ele vai evidenciando os erros e as inconsistências de seu interlocutor; e, ao fazer isso, evidencia a ignorância de Eutífron.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Atividade inclui **contextualização**. O capítulo introduziu rapidamente a interpretação de filósofos e estudiosos de diversas áreas de que o ser humano é um ser fundamentalmente linguístico, concepção que ganhou força no último século, principalmente a partir das últimas décadas. É por meio da linguagem que construímos boa parte do que somos e do mundo à nossa volta, nossas crenças, nossas ações, nossa cultura. A atividade também leva o estudante a contextualizar essa interpretação em

sua vida cotidiana, podendo perceber que a maior parte do que faz durante o dia tem ou teve em algum momento alguma relação com a linguagem. Se achar conveniente, adiante alguns conceitos, como os de natureza humana e o de cultura, que serão tratados no capítulo 7, e outros sobre linguagem, abordados no capítulo 8.

2. Espera-se que os estudantes possam relacionar a clareza e precisão linguística que os interlocutores da historieta vão alcançando progressivamente com a ideia, contida na citação de Ortega y Gasset, de que a atividade filosófica tem a “amável” função de entregar clareza a quem a pratica ou dela aprende. Assim, filosofar seria basicamente um processo de troca e de elaboração intelectual que pretenderia expressar as próprias inquietudes ou conclusões verbalmente, da maneira mais clara e precisa possível. Essa seria atenção ou cortesia para as pessoas.
3. Em uma leitura bastante socrática, o início do capítulo destaca três: (1) o fato de acreditarmos conhecer plenamente determinados conceitos, isto é, o que muitas palavras querem dizer, e que, quando as empregamos, estamos todos falando da mesma “coisa”; (2) o fato de nossas falas trazerem implícita a ideia de que acreditamos saber o que é bom ou mau, certo ou errado, belo ou feio etc., e nem nos damos conta disso; (3) o fato de que muitas de nossas ações também têm por base essa mesma crença de que sabemos o que é melhor para nós, pois se escolho agir de determinada maneira é porque, no fundo, creio que ela é melhor para mim que outra, ao menos naquele momento. Todos esses fatos são “admiráveis” (poderia dizer-se também “estranháveis”, “surpreendentes”, “problematizáveis”) porque estão baseados em certezas, “verdades” que, na maioria das vezes, nunca foram pensadas direta ou seriamente. Procure dar exemplos da realidade da turma com que estiver trabalhando, mas assinala que isso ficará claro mais adiante no capítulo, quando começarmos a ver o método socrático, e principalmente ao longo do livro, quando os diversos temas filosóficos forem tratados e problematizados.
4. Sim, há uma relação, pois Sócrates tinha muita dúvida sobre o que as pessoas afirmavam conhecer. Levando-as a pensar seriamente sobre os temas propostos, o filósofo mostrava que elas se guiavam mais por crenças ou opiniões do que por conhecimentos bem fundados. Ele mesmo dizia estar em busca da verdade, que não acreditava possuir. Por isso, vivia cheio de dúvidas, enquanto outros experimentavam tantas certezas.
5. O único grande conhecimento que Sócrates admitiu possuir era a arte de perguntar. Dialogando com as pessoas em praça pública e fazendo-lhes as perguntas adequadas, ele entendia que as ajudava a iluminar suas mentes e alcançar (recordar) as verdades essenciais da vida, impressas na alma de todo ser humano desde seu nascimento.
6. Maiêutica é uma palavra de origem grega que significa “ciência ou arte do parto, obstetrícia”. Sócrates

diz, no *Eutífron*, que pratica a maiêutica porque faz uma analogia entre a atividade filosófica que desenvolve e a prática obstétrica de sua mãe. Só que o filósofo seria um “parteiro de almas”, não de corpos (os bebês). Ou seja, seu trabalho consistiria em ajudar a dar à luz pensamentos e distinguir, por meio do senso crítico, os verdadeiros dos falsos.

7. Sócrates assinala que, por meio do diálogo filosófico constante, seus interlocutores iriam alcançando, progressivamente, um conhecimento mais pleno sobre os temas discutidos. Mas ele alerta contra os “apressadinhos” e para a necessidade de seguir praticando a conversação filosófica a vida inteira, para evitar recair em erros.
8. Como a atividade filosófica está vinculada a certo grau de incerteza, inquietude e angústia, isso causa dor e intranquilidade. Portanto, quem filosofa precisa estar preparado para enfrentar a dor de suas próprias dúvidas, a dor do “parto” do conhecimento, do ampliar da consciência. Por outro lado, quem faz perguntas, questiona filosoficamente, também incomoda seus contemporâneos (ele próprio, Sócrates, acabou condenado à morte por sua maneira de filosofar). Quando se toca o cerne de um problema, a reação pode ser violenta. Por isso, quem filosofa deve estar preparado para as duras reações dos outros.
9. A dialética constitui-se de duas partes: a) a refutação ou ironia – parte inicial dos diálogos, em que Sócrates, com habilidade de raciocínio, vai conduzindo suas perguntas de forma a evidenciar as contradições e os problemas que surgem a cada resposta de seu interlocutor. Desse modo, o filósofo vai refutando, contestando, negando a concepção inicialmente apresentada no diálogo e, ao mesmo tempo, demolindo no interlocutor o orgulho, a arrogância e a presunção do saber. Por tudo isso, essa parte do diálogo é chamada também de ironia, palavra de origem grega cujo sentido primitivo era “interrogação fingindo ignorância”; b) maiêutica – segunda fase do diálogo, em que, liberto do orgulho e da pretensão de que tudo sabe, o interlocutor já está em condições de iniciar o caminho de reconstrução de suas próprias ideias. Novamente Sócrates habilmente lhe propõe uma série de questões, ajudando-o a trazer à luz suas próprias ideias.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Conteúdo das palavras:** Atividade **conceitual** e de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia e língua portuguesa). Começa a trabalhar a distinção de valores, permitindo também uma exploração no âmbito dos pressupostos ou crenças. Se houver algum tema mais em evidência no momento ou que seja mais próximo da vivência concreta da classe, proponha-o, pois a atividade permite essa flexibilidade. Se achar oportuno, adiante o tema da ideologia, que será trabalhado no capítulo 7, e outros aspectos da filosofia da linguagem, tratados no capítulo 8.

A manchete usada como exemplo poderia ser lida (e entendida) de distintas formas, dependendo da pessoa: como “mentira” por simpatizantes do prefeito; “não confiável” por aqueles que suspeitam desse meio de imprensa; “importante” para os opositores; “trivial” para um jornalista desiludido; “sem importância” para quem não valoriza a honestidade; e assim por diante.

2. **Linguagem e realidade:** Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com língua portuguesa e arte). É possível dizer que a imagem traz problemas de diálogo ou comunicação. Na tirinha de Bill Waterson, o menino Calvin e seu tigre de pelúcia dialogam, mas se entendem “desentendendo-se” com as palavras por um problema de homonímia (dois vocábulos com a mesma forma gráfica e sonora, mas significados distintos): nós (pronome) e nós (plural de nó, unidade náutica de velocidade). Assim, Calvin conclui ter dificuldades com a matemática, quando ironicamente seu problema talvez seja “só” com o português. A realidade que estariam construindo não seria muito promissora, pois estaria baseada no equívoco.
3. **Conhecimento e dúvida:** Atividade de interpretação de frase filosófica, de nível baixo de dificuldade, mas que cobra uma autorreflexão e um posicionamento do estudante. Nesse sentido, tem um aspecto pessoal. Como sabemos, a citação do poeta alemão descreve bem o que ocorria com Sócrates. Apesar de ser considerado um homem sábio por muitos de sua época, vivia cheio de dúvidas e dizia que, quanto mais sabia, mais sabia que nada sabia. Ou seja, o conhecimento aumentava suas dúvidas, como formulou Goethe.
4. **Utilidade do diálogo filosófico:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. O texto de Freire tem uma função sensibilizadora, explicitando conteúdos atitudinais importantes em diálogos construtivos, como a humildade e o amor. Propõe o envolvimento dos estudantes com o contexto da filosofia (um espaço linguístico e conversacional) a partir do que mais lhes agrada ou faz sentido nessa atividade. Pode ser o desenvolvimento de uma consciência crítica pessoal e social mais ampla, a especulação intelectual contínua sobre os diversos temas, a descoberta de nossas crenças mais recônditas, a obtenção de consensos e acordos que possam mudar o mundo, ou qualquer outro sentido que cada um possa encontrar e os demais possam validar para incluí-lo em uma lista.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Somente a alternativa **a** é incorreta, pois a verdade em nada pode relacionar-se com a importância social das pessoas, e Sócrates foi um dos maiores exemplos de desconfiança em relação a autoridade de qualquer tipo. Além disso, sua busca pela verdade consistia justamente em revelar as contradições em que caíam seus interlocutores (e não em sua aceitação).

■ CAPÍTULO 4 – A consciência

Justificativa

Consideramos que aqui seria o momento para entrar com outro tema instigante para o educando e de grande importância na reflexão filosófica: a consciência. Assim cumpriríamos o objetivo de definir a filosofia e também teríamos a possibilidade de percorrer uma parte do pensamento contemporâneo e a contribuição de distintas disciplinas científicas, trazendo o aluno para nossos dias.

Objetivo geral

Caracterizar a filosofia como um campo de aprendizagem da consciência marcado por seu aspecto crítico, de modo que o educando possa entender por que é possível defini-la como uma prática discursiva que tem a vida por objeto, a razão por meio principal e a felicidade por fim, articulando o estudado nos três capítulos anteriores.

Objetivos específicos

1. Introduzir, de forma contextualizada, alguns aspectos que caracterizam a noção de consciência (por meio do diálogo entre a ecologista e a psicóloga, na seção **Situação filosófica** e outras atividades).
2. Investigar o que é a consciência usando as perspectivas de distintas disciplinas: a biologia, a psicologia, a sociologia e a filosofia.
3. Caracterizar a consciência filosófica como uma consciência racional e, especialmente, uma consciência crítica, distinguindo-se do senso comum.
4. Destacar as diferenças entre conhecimento e sabedoria e entre ciência e filosofia, procurando mostrar o caráter abrangente e integrador da investigação filosófica.

Sugestões de livros

BYINGTON, Carlos A. B. *A construção amorosa do saber*. São Paulo: Religare, 2003.

DAMÁSIO, Antônio. *O mistério da consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Nise. *O mundo das imagens*. São Paulo: Ática, 1992.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema e de **experimentação**. Explore essa pintura a óleo criada por Carlos Pertuis (1910-1977), que viveu 38 anos como interno em um hospital psiquiátrico, onde elaborou mais de 20 mil desenhos, pinturas e gravações (biografia disponível em: <<http://www.ccs.saude.gov.br/cinquentenario/carlos.html>>. Acesso em: 21 out. 2015). A imagem, na interpretação da psiquiatra brasileira Nise da Silveira (1905-1999), discípula de Carl Gustav Jung, retrata um ritual da fertilidade dedicado à Grande Mãe: “De um lado, mulher ajoelhada, e do outro, mulher em pé, imponente, mãos em posição de prece. Entre elas, círculos concêntricos, recobertos de

ramos e flores. Ao centro, o círculo amarelo, contornado de matéria branca que se derrama, parece um ovo partido, e a cena sugere um ritual de fertilidade” (*O mundo das imagens*, p. 102). Segundo Nise: “A imagem da mãe é o mais poderoso e universal dos arquétipos. Encerra amor, aconchego, apoio, sabedoria, sedução e também um aspecto misterioso, escuro, perigosamente devorador [...]. Um aspecto estreitamente ligado à essência da Grande Mãe é sua relação com o mundo dos vegetais e dos animais. Entre a Grande Mãe e o mundo animal não há hostilidade [...]. Nos mitos, o deus ou o herói masculino combate e domina o animal. Mas entre aqueles e a Grande Mãe nunca há antagonismo” (p. 101-103). A mãe pessoal é o primeiro ser feminino com quem o homem tem contato. Por sua vez, a *anima*, na concepção junguiana, constitui a imagem arquetípica do feminino contida no inconsciente do homem, enquanto o *animus* representa sua contraparte na psique da mulher. ♦ Consulte os artigos do psiquiatra brasileiro Carlos Byington (disponíveis em: <<http://www.carlosbyington.com.br/artigos/>>. Acesso em: 21 out. 2015). ♦ Se achar oportuno, aproveite essa imagem para abordar temas de gênero, menina e menino, mulher e homem, derivando para situações concretas de suas vivências, a desigualdade de oportunidades e o tratamento entre homens e mulheres etc.

ANALISANDO A SITUAÇÃO

Para o trabalho com esta seção, siga as orientações iniciais fornecidas para o capítulo 1. ♦ Observe que essa historieta é rica em elementos que podem derivar em discussões. O desmatamento da Mata Atlântica, por exemplo, que ocupa atualmente apenas 7% da área original. Em integração com biologia e arte, você pode fazer uma encenação do diálogo, incorporando conceitos de bioma, flora, fauna etc. e explorando as principais causas de sua destruição, no passado e hoje. Trata-se, portanto, de trabalhar a conscientização ecológica, uma consciência moral. ♦ Outra reflexão interessante pode estar centrada em uma comparação entre as duas áreas de atuação focalizadas na situação: a ecologia (de *oikos* = eco, termo grego que significa “casa, habitação, lugar em que se vive”), mais voltada para o externo (consciência do outro, a natureza), e a psicologia (de *psyché*, termo grego que significa “sopro”, “sopro da vida”, “alma”), mais dirigida para o interno (consciência de si ou do ser humano). ♦ Você pode explorar também outros aspectos do diálogo, como, por exemplo: Que papel teve a consciência em nossa historieta? Que interpretação podemos dar ao comentário final da psicóloga?

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **experimentação**. Pode ser desenvolvida na escola, se houver condições. Estudos têm revelado que a prática de limpar a mente, focalizando-a em um único objeto – atitude própria da meditação –,

favorece a concentração e a clareza mental, entre outros benefícios para a saúde. Espera-se com esta atividade que os estudantes vivenciem de maneira dirigida e metódica o ato de perceber o que acontece (a consciência), antes de avançarem no capítulo.

2. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte, além de psicologia e religião). Espera-se que o estudante identifique, na grande quantidade de elementos, aqueles que possa relacionar com o conceito de arquétipo. A roda da vida é um dos símbolos mais importantes do budismo mahayana, sintetizando sua cosmologia. Costuma estar representada em grande parte dos templos tibetanos. Seus segmentos relacionam-se com as distintas esferas da existência humana, auxiliando na reflexão periódica sobre o papel que cada uma delas está tendo na vida de um indivíduo. Pesquise sobre esse tema, se quiser aprofundar-se na leitura dessa imagem. Os seguintes sites apresentam boas interpretações: <http://www.nova-acropole.pt/a_roda_vida.html> e <<http://www.buddhanet.net/wheel2.htm>> (em inglês, este último faz um *tour* interativo sobre cada área da roda).
3. Atividade de interpretação de gráficos (ou de análise de dados) com enfoque **interdisciplinar** (com matemática). Estimula um aprofundamento dos conceitos estudados. Dentro do universo de afirmações possíveis (proposições ou juízos seriam os termos mais técnicos, mas serão estudados apenas no próximo capítulo) há: o conjunto das afirmações do senso comum (círculo verde); o conjunto de tudo o que seja verdade (círculo azul); o subconjunto das afirmações do senso comum que são verdadeiras (área de interseção entre os dois círculos); o subconjunto das afirmações do senso comum que são falsas (a área restante do círculo verde que ficou fora da interseção); o subconjunto de tudo o que seja verdade, mas que não pertence ao senso comum (a área restante do círculo azul que ficou fora da interseção).
4. Atividade de interpretação de gráficos (ou de análise de dados) com enfoque **interdisciplinar** (com matemática). Estimula um aprofundamento dos conceitos estudados. Em relação ao gráfico anterior, este traz a inclusão de um círculo menor, amarelo, que tem uma parte situada dentro da interseção entre os círculos verde e azul (subconjunto das afirmações verdadeiras do senso comum) e outra parte dentro do lado restante do círculo azul (subconjunto de tudo o que seja verdade e que não pertence ao senso comum). Esse círculo menor representa o subconjunto do conhecimento *stricto sensu* (verdadeiro e fundamentado) que abarca tanto o subconjunto das afirmações do senso comum que estão fundamentadas pela ciência ou filosofia (área de interseção do círculo amarelo com o verde), como o subconjunto de tudo o que seja verdade e não faz parte do senso comum, mas que também é conhecimento fundamentado (área restante do círculo amarelo que ficou fora da interseção do círculo azul com o verde).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. De forma simplificada, a consciência costuma ser entendida, geralmente, como um fenômeno mental, ligado aos diversos processos psíquicos (pensamento, imaginação, emoção etc.) do ser humano, especialmente o conhecimento.
2. Recursividade é a capacidade que algo tem de poder ser aplicado sobre si mesmo sucessivas vezes. Essa é uma das propriedades do que se entende por consciência: a consciência é capaz de voltar-se sobre si mesma, de ser consciente de que se é consciente, de saber que se sabe. Devido a essa característica, considerada distintivamente humana, nossa espécie foi, durante algum tempo, classificada pela antropologia como *Homo sapiens sapiens*: o ser que sabe que sabe.
3. De acordo com a interpretação de Antônio Damásio, a consciência é o “padrão mental” unificado que se forma quando se conjugam o sentimento de si (*self*) e o objeto que se percebe e se torna conhecido. Mas essa consciência corresponde apenas ao nível mais básico do processo do conhecer e não é exclusiva do ser humano. A noção de identidade só surge quando essa consciência básica se insere em um ponto determinado da história de um ser que é capaz de estabelecer relações entre seu passado e seu futuro – como nós, os humanos – num fluxo contínuo, tornando-se uma sensação de si mais elaborada.
4. A consciência é uma experiência marcadamente privada porque, dos pontos de vista biológico e psicológico, é vivida apenas na primeira pessoa. Isso quer dizer que ela pertence apenas ao organismo ou indivíduo que a tem e não pode ser compartilhada diretamente por mais ninguém. O que permite que a consciência seja conhecida por outros são as condutas, pois estas podem ser observadas por terceiros. Ao menos em um primeiro nível, é pelo que dizem e fazem as outras pessoas que inferimos que elas, como nós, têm ideias, pensamentos, sensações e sentimentos – bem como consciência.
5. A frase sintetiza a relação dinâmica entre as três instâncias do aparelho psíquico humano, conforme a teoria freudiana. O ego constitui a instância consciente e pré-consciente da vida psíquica que interage com o mundo externo guiado pelo princípio de realidade e vive as pressões internas constantes das necessidades imediatas de prazer do *id* e as censuras do superego.
6. São maneiras de não enfrentar diretamente as demandas conflitantes do *id* e do superego, mas satisfazê-las de alguma maneira, como o recalque, a projeção, a racionalização e a sublimação. Espera-se que o aluno conecte os conceitos com suas vivências pessoais.
7. Os arquétipos são imagens primordiais, as mais antigas, gerais e profundas da humanidade. Têm tanto de sentimentos como de pensamentos, possuindo vida própria e independente, conforme

expressou Jung. Seriam uma espécie de linguagem comum a todos os seres humanos de todos os tempos e lugares da Terra. Ele chegou a essa conclusão depois de observar a presença de diversas imagens “estranhas” nos sonhos relatados por seus pacientes, as quais não podiam ser associadas a nenhuma de suas experiências individuais, biográficas, e uma série de imagens que se repetiam nas mais variadas expressões culturais do planeta, especialmente nos mitos.

8. O inconsciente coletivo é o estrato mais profundo da psique humana, formado pelo conjunto dessas predisposições universais para perceber, pensar e agir de determinadas maneiras – os arquétipos.
9. Durkheim refere-se às normas e visões de mundo que aprendemos da família, da escola e do meio social a que pertencemos e que constituem outro tipo de consciência, que é coletiva. Concebe, portanto, a existência de uma consciência coletiva como uma realidade distinta do indivíduo. Essa consciência pertence a um ou outro grupo social ou à sociedade inteira e passa de geração em geração, podendo ser estudada como um fenômeno específico. No entanto, como a consciência coletiva é absorvida por cada um de nós e opera também dentro de nossa mente, ela passa a ser nossa consciência também, que é “a sociedade vivendo e agindo dentro de nós”.
- 10.a) Consciência racional, porque apresenta uma explicação fundamentada logicamente (se combato a causa, combato o efeito) e que mantém correspondência com a realidade: se a bactéria causa infecção e o antibiótico combate a bactéria, então o antibiótico combate a infecção.
b) Consciência intuitiva, porque é uma “leitura” ou compreensão imediata da realidade, sem argumentos ou fundamento objetivo, guiada mais pela experiência subjetiva.
c) Consciência religiosa, porque é uma interpretação da realidade baseada na fé em certas verdades reveladas de uma religião.
11. De modo geral, na filosofia atua a consciência racional, mas se destaca um tipo mais específico, que é a consciência crítica, pois ela sempre julga e avalia uma ideia com cuidado e profundidade, buscando suas origens, coerência, âmbito de validade, limites, entre outros detalhes. A consciência filosófica é uma consciência crítica por excelência, pois trata de não deixar nada fora de seu exame, nem mesmo a própria consciência.
12. As noções do senso comum caracterizam-se por uma aglutinação acrítica de juízos, provenientes tanto da intuição como do campo racional ou do religioso. Por isso, algumas podem ser o resultado de profunda reflexão sobre a vida e outras não. Mas, em geral, não há o reconhecimento exato de sua origem ou fundamentação.
13. I, III e IV são afirmações de senso comum, pois refletem o entendimento médio, comum das pessoas. II, V e VI são meras opiniões, porque expressam um

gosto, um sentimento ou crença pessoal. No entanto, podem aparecer discrepâncias, pois VI pode ser considerada de senso comum dentro de uma comunidade cristã; ou III ser identificada como opinião pessoal onde os cães sofrem o mesmo destino de bois e frangos na sociedade ocidental. O importante é que o estudante entenda que senso comum não é apenas uma opinião a mais, senão uma opinião consensual, muito embora o limite entre uma coisa e outra seja tênue às vezes.

14. Resposta pessoal, em parte. Além do desenvolvimento da atitude filosófica (estranhar, duvidar, questionar), o capítulo procura mostrar como a consciência, para ser crítica, depende de o indivíduo ser capaz de perceber o mundo externo e realizar um diálogo interno, realizando um pingue-pongue ou vaivém dialético entre diferentes modos de consciência. Portanto, o desenvolvimento da consciência crítica depende também do crescimento harmonioso de duas operações básicas de nossa consciência: a atenção para o mundo e a reflexão sobre si.
15. Tanto a ciência como a filosofia buscam o conhecimento (*stricto sensu*), isto é, a consciência do que algo realmente é (ou seja, da verdade), por oposição ao conhecimento ilusório ou enganoso. Só que a filosofia busca também um tipo de saber superior, uma espécie de “conhecimento por detrás do conhecimento”, bem como um “conhecimento que vai além do conhecimento”, que permite estar lúcido em meio a um turbilhão, que é o que chamamos de sabedoria.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Consciência e identidade:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** (pessoal e sociocultural) com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia, além da psicologia). Espera-se que os alunos comecem a penetrar no universo de suas identidades e das dos outros. Você pode ajudá-los a identificar elementos afetivos, cognitivos, sociais e culturais que constituem a identidade, conforme recomendam os PCN para o Ensino Médio (Parte IV).
2. **Autoconhecimento:** Resposta pessoal, em parte. Freud e Jung mostraram que nossas vidas (e a consciência que temos delas) sofrem a influência de fatores sobre os quais costumamos ter pouco controle, pois são vividos ou absorvidos de maneira inconsciente. O ego vive sem saber as pressões das esferas inconscientes do *id* e do superego, segundo Freud, bem como do inconsciente coletivo, conforme Jung. Assim, o autoconhecimento, para esses dois pensadores, deveria contemplar essas dimensões inconscientes. Esse processo, especificamente na concepção de Jung, deveria conduzir a uma conexão do indivíduo com o cosmo e seus símbolos primordiais (contidos no inconsciente coletivo que cada indivíduo traria em si), o que explicaria a frase completa do Oráculo de Delfos. Para Freud, provavelmente, a frase deveria reduzir-se a “Conhece-te a ti mesmo” (forma como ela é mais comumente conhecida).

- 3. Consciência e ser social:** Resposta pessoal, em parte. À luz do que foi estudado no capítulo, é possível dizer que a existência social condiciona nossa consciência, na medida em que as normas e valores culturais constituem uma consciência coletiva que condiciona a consciência individual. Por outro lado, também se pode dizer que as diversas consciências individuais, na medida em que vão alcançando consensos, conformam a consciência coletiva, e esta delimita a realidade e as possibilidades de um grupo social. Também é possível pensar que a consciência (individual) determina em grande parte como cada pessoa vive sua realidade social. Você poderá sugerir que cada grupo faça um resumo das principais conclusões, apontando quais são consensuais e quais se mantiveram polêmicas.
- 4. Indivíduo e sociedade:** Resposta livre. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com ciências humanas e suas tecnologias). Dê algumas pistas.
- a) Exemplos: a consciência individual de que se pode (ou deve) matar outra pessoa sempre que ela estiver afetando os interesses pessoais; a consciência individual de que o dinheiro público pode ser usado para fins particulares.
 - b) Exemplos: a consciência coletiva escravista, que permitiu a exploração de milhões de negros africanos até o final do século XIX; a consciência coletiva machista, que impediu a mulher de participar do processo político no Brasil até 1934.
- 5. Crescimento contínuo:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de interpretação de texto e de **experimentação** (o debate final). A frase revela a importância da filosofia para a saúde da alma, no entender do filósofo. Faz um paralelo entre filosofar e ser feliz. Sem dúvidas, para ele, o filosofar estaria ligado a um crescimento contínuo da consciência.
- 6. Filosofia e sociedade:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de interpretação de texto e de contextualização com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). A frase de Echeverría é uma exortação a que a filosofia volte a suas origens, em que estava vinculada à prática democrática, e tome a via pública, no entendimento de que não deve mais restringir-se ao espaço acadêmico e à intimidade, bem como aos temas herméticos, descarnados, dos últimos tempos. Assim, ela deve voltar à rua e à vida. Está clara a função social do filosofar. A ampliação da consciência crítica não deve ser apenas individual, mas coletiva.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Resposta pessoal, em parte. Atividade com grau médio a alto de dificuldade. Você pode ajudar promovendo previamente uma discussão em classe, para que depois cada estudante redija individualmente seus argumentos pró ou contra. Compare, por exemplo, o fragmento de Arendt e a afirmação “Para se prevenir o mal, é preciso reflexão” com a frase de Einstein, “Nenhum problema pode ser resolvido a partir do mesmo

nível de consciência que o criou”. Os três textos nos falam da possibilidade de um crescimento da consciência e que isso favorece o ser humano. Quais os caminhos para isso? O estudo, o filosofar podem ajudar nesse aprofundamento, essa outra dimensão? Um argumento a favor da afirmativa proposta pelo enunciado pode ser calcado na ideia da filósofa alemã de que o mal não tem profundidade e que, assim, uma pessoa que reflete terá menos probabilidade de ceder ao mal. Um argumento contra poderia fundamentar-se na ideia de que a reflexão poderia seguir outros caminhos, deixando de ser apenas um aprofundamento sobre o agir para visar a outros interesses, como os econômicos, e que grandes mentes também são capazes do mal.

▀ CAPÍTULO 5 – O argumento

Justificativa

Pareceu-nos de grande importância concluir esta unidade introdutória ao filosofar abordando aquilo que caracteriza o discurso filosófico como construção racional: o argumento ou a argumentação. A investigação sobre esse tema nos permitiria trabalhar alguns dos elementos básicos da lógica tradicional, de origem aristotélica, e instrumentar o estudante com alguns recursos mais técnicos para a leitura e o debate filosóficos.

Objetivo geral

Introduzir o educando no estudo da lógica – área comumente “espinhosa” e traumática para alunos e professores, tanto que boa parte destes costuma evitá-la – de maneira clara, concreta, lúdica e até prazerosa.

Objetivos específicos

1. Trabalhar, de forma acessível e contextualizada, as partes que compõem os raciocínios ou argumentos, os tipos de proposições e de termos e a doutrina do silogismo.
2. Enfatizar as distinções entre forma e conteúdo, validade e verdade, validade e correção.
3. Fazer o estudante reconhecer, da maneira mais intuitiva que nos fosse possível, os três princípios fundamentais da lógica tradicional.
4. Investigar as diferenças entre os métodos dedutivo e indutivo de argumentação.
5. Explorar alguns tipos de raciocínios falaciosos.

Recomendação

Dada a resistência que alguns estudantes apresentam diante da lógica, pode ser interessante abordar este capítulo por partes: trabalhar o primeiro bloco e avançar sobre os temas de outros capítulos, procurando aplicar o aprendido em relação à argumentação em situações concretas que forem surgindo, especialmente na interpretação de textos filosóficos e nos debates; depois voltar a este capítulo para trabalhar outro bloco, repetindo o processo, e assim por diante.

Sugestões de livros

Copi, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

GOLDSTEIN, L. et al. *Lógica: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MORTARI, Cezar A. *Introdução à lógica*. São Paulo: Unesp, 2001.

MURCHO, D. et al. *Enciclopédia de termos lógico-filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

RODRIGUES, Abílio. *Lógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

Sugestão de página na internet

- Diversos artigos sobre lógica disponíveis em: <<http://criticanarede.com/logica.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema e de **experimentação**. Explore os elementos iconográficos dessa imagem para introduzir o tema do capítulo – o argumento ou o que é uma argumentação. De acordo com a interpretação mais aceita, o quadro representa os apóstolos Paulo e Pedro envolvidos em um debate sobre algum tema bíblico, talvez uma discussão teológica da época no contexto do protestantismo dos Países Baixos (Rembrandt era holandês). Conhecido por sua cultura e racionalidade, Paulo seria o que aparece de frente apresentando um argumento, enquanto o outro, descalço e sentado de costas como uma pedra, poderia ser Pedro (em referência às palavras de Jesus: “Tu és Pedro, e sobre essa pedra edificarei minha Igreja”). Observe que, enquanto Paulo argumenta apontando a página que está aberta do livro diante de ambos (talvez uma parte da Bíblia), Pedro ouve atentamente, mas marca outra página com os dedos, o que sugere a preparação de um contra-argumento. Com o jogo de luzes claro-escuro, o pintor parece querer caracterizar distintamente os dois apóstolos: a intensa luminosidade sobre Paulo parece indicar o uso que ele faz da luz da razão, ao passo que a semissombra de Pedro tentaria expressar uma forma de pensar mais intuitiva.

ANALISANDO A SITUAÇÃO

Para o trabalho com esta seção, siga as orientações iniciais fornecidas para o capítulo 1. ♦ Muitos adolescentes gostam de romances policiais e de mistério. Portanto, aproveite este diálogo a *la* Sherlock Holmes para motivar os estudantes para uma investigação sobre o raciocínio lógico. Use outras histórias, pesquisadas em livros ou na internet (como neste *site*: <<http://www.calelendario.cnt.br/misterios.htm>>), ou aborde algum caso policial que esteja em evidência na imprensa local ou nacional, procurando compor argumentos que procurem demonstrar alguma afirmação. Fica mais fácil se as proposições tiverem a forma condicional (“Se isto, então aquilo”). ♦ Procure explorar aspectos da historietta que não foram analisados. Por exemplo, o fato de a delegada considerar “lógico” descartar Lana como suspeita mas manter alguma cisma em relação a ela. Essa cisma poderia estar relacionada com algum elemento que não encaixa bem, do qual a policial ainda não tem muita clareza, alguma intuição. Em outras palavras, faltam as

peças que possam levá-la à conclusão certa de que Lana é uma das suspeitas ou a assassina. Muitas descobertas científicas iniciaram-se dessa maneira, e respostas filosóficas também. Por isso, a imaginação e a intuição são faculdades que devem ser reforçadas, juntamente com o trabalho lógico-racional [ver texto citado de Edgar Morin na atividade 2 da seção **Conversa filosófica**].

CONEXÕES

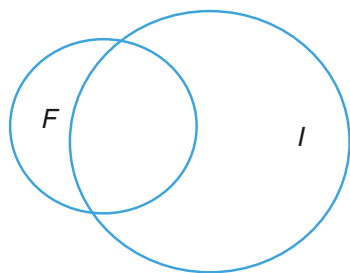
1. Atividade de **contextualização** e **experimentação**. As inferências ou raciocínios já se encontram explicitados na seção **Analisando a situação**. O objetivo é que o aluno experimente e observe o processo de inferência de maneira mais pausada e menos automática. Procure sensibilizar os estudantes para o problema da consequência lógica: o que faz com que de certas proposições se extraia outra?
2. Trata-se de um enigma lógico de fácil resolução, com enfoque **interdisciplinar** (com matemática). O importante aqui não é apenas encontrar a resposta correta, mas principalmente saber justificá-la. Seria interessante que o professor ou a professora anotasse na lousa os argumentos apresentados pelos estudantes, confrontando-os, mostrando como cada um pode seguir caminhos distintos e como há várias formas válidas de argumentar (apontar também as inválidas). Exemplo de argumentação: Considerando que é dado do problema que há meias de três cores distintas – azul, bege e cinza (observar que não importa a quantidade de pares; essa informação só serve para desviar a atenção): se Alfredo levar duas meias, existe a possibilidade de que cada uma seja de uma cor distinta (azul e bege, azul e cinza ou bege e cinza); se levar três, existe a possibilidade de que as três tenham cores distintas; se levar quatro, há apenas duas possibilidades: ou terá dois pares ou um par e duas meias de cores distintas. Portanto, a resposta correta é quatro meias, pois se trata da quantidade mínima de meias com a qual Diego pode formar pelo menos um par com a mesma cor.
3. Atividade em que o estudante começa a praticar a reconstrução ou retradução lógica de um texto com um exemplo bastante simples. Será bastante útil o desenvolvimento dessa competência para o trabalho de análise de textos, ao qual se dará maior ênfase, a partir da Unidade 2, com a introdução da seção **Para pensar**. Tendo em vista o conteúdo do capítulo, você pode selecionar vários trechos de textos diversos, filosóficos e não filosóficos – de preferência significativos para seu grupo de estudantes –, nos quais se possam identificar argumentos e a reconstrução possa ser exercitada. Como recomenda González Porta, cada argumento deve ser “liberado de tudo o que lhe era logicamente inessencial, purificando-se dos elementos literários e recursos psicológicos que ainda subsistem nele” (*A filosofia a partir de seus problemas*, p. 70). Na retradução lógica, as proposições costumam mudar de ordem, ficando mais clara a relação entre premissas e conclusões.

4. Atividade de **contextualização** e **experimentação** com enfoque **interdisciplinar** (com língua portuguesa e arte). O segundo quadrinho representaria o processo de formação do conceito de **bravo** (ou de cão bravo, já que **bravo** é atributo de **cão**); o terceiro seria uma expressão da formação do juízo de que **o cão é bravo**, que é a relação mental dos dois conceitos anteriores; e o quarto é a enunciação para o amigo da proposição **“Esse cão é bravo”**. Também é possível dizer que essa proposição foi afirmada, nesse último quadrinho, por meio da sentença declarativa **“Esse cão é bravo”**.

5.

| | E_3 | E_4 | E_5 | E_6 | E_7 |
|--------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| TODAS AS PREMISSAS VERDADEIRAS | sim | sim | sim | sim | não |
| ARGUMENTO VÁLIDO | sim | sim | não | não | sim |
| ARGUMENTO CORRETO | sim | sim | não | não | não |

6. Atividade de **contextualização** e **experimentação** com enfoque **interdisciplinar** (com língua portuguesa e matemática). Pode ser ampliada com a distribuição de jornais a grupos de estudantes para que selecionem manchetes e frases dos artigos, que seriam trabalhadas em classe conforme o enunciado. Na manchete proposta, temos:
- a) Alguns funcionários da empresa são (algumas das) pessoas que protestam contra a privatização da empresa; b) F = funcionários da empresa; I = indivíduos que protestam: Alguns F são I .



- c) $S = F$ (parcial); $P = I$ (parcial). Aproveite para explicar mais detidamente por que o termo predicado é considerado parcial, pois é mais fácil percebê-lo quando o termo é sujeito. Use o diagrama para mostrar que apenas uma parte de I está envolvida na proposição; d) trata-se de uma proposição particular afirmativa. Considere com critério outras respostas, pois a manchete, como é comum, dá margem a outra interpretação (a frase poderia corresponder a uma proposição universal afirmativa).

7.

| SILOGISMO | FIGURA | MODO | CONFIRMA INVALIDEZ? |
|-----------|--------|-------|---------------------|
| Regra 3 | 2ª | AAA | Sim |
| Regra 4 | 1ª | AIA | Sim |
| Regra 5 | 4ª | AAO | Sim |
| Regra 6 | 1ª | E O I | Sim |
| Regra 7 | 1ª | O I O | Sim |
| Regra 8 | 1ª | E I E | Sim |

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. *Grosso modo*, podemos dizer que é um processo mental, efetuado pela razão, em que certas informações são escolhidas e articuladas entre si com o propósito de obter outra informação.
2. Resposta pessoal, em parte. Consequência lógica é a relação que se estabelece entre as premissas e a conclusão, na qual esta última é percebida como uma decorrência dos dados utilizados ou das hipóteses levantadas nas premissas. Entender essa relação e estabelecer critérios para identificá-la tem sido uma das principais preocupações dos lógicos.
3. Em um debate as pessoas procuram expor o que pensaram, isto é, seus raciocínios, por meio de argumentos, que são sentenças ou proposições estruturadas com o propósito de afirmar, justificar ou provar a verdade de outra sentença ou proposição.
4. a) Premissas: “A demanda é grande”, “A oferta é pouca” e “Os preços estão no céu”; conclusão: “Não é um bom momento para comprar imóveis”.
b) Premissas: “O ser humano é racional” e “Mas está sujeito às suas necessidades animais”; conclusão: “O ser humano não é completamente livre”.
5. Aristóteles entendia que a lógica não era uma ciência em si, mas podia ser uma ferramenta ou instrumento importante na busca do conhecimento verdadeiro. Por isso elaborou diversos tratados sobre temas que hoje pertencem a essa disciplina.
6. A principal diferença é que o argumento correto deve ser não apenas válido, mas também ter premissas verdadeiras, de tal maneira que sua conclusão será necessariamente verdadeira. Isso não ocorre com o argumento válido, pois neste a conclusão é uma consequência lógica de suas premissas, mas não necessariamente será verdadeira se tiver uma ou mais premissas falsas. (A atividade envolve também a distinção entre verdade e validade.)
7. Atividade que envolve a aplicação dos conceitos relativos aos distintos tipos de proposições. Exemplo: A – Todos os cidadãos são protegidos pela Constituição; E – Nenhum cidadão é protegido pela Constituição; I – Alguns cidadãos são protegidos pela Constituição; O – Alguns cidadãos não são protegidos pela Constituição. Podem aparecer respostas utilizando os termos propostos de maneira invertida, ou seja,

considerando “(um indivíduo) protegido pela constituição” como sujeito e “cidadão” como predicado. Essas respostas, ainda que improváveis, também podem ser consideradas corretas.

8. As proposições que podem ser relacionadas entre si são I, III e V; II, IV e VI. Observe que, embora algumas sentenças estejam na forma passiva, elas enunciam o mesmo que na forma ativa, podendo, portanto, ser relacionadas. O uso de sinônimos também não impede a relação lógica, pois o que importa é o conceito enunciado pelo termo. Isso deve ser acentuado para os alunos. Assim, as relações lógicas entre as proposições são: I e III – contrárias; I e V – contraditórias; III e V – subalternas; II e IV – contraditórias; II e VI – subcontrárias; IV e VI – subalternas.
9. a) Dedução, pois parte da máxima (implícita) de que “Todo inglês é pontual”, indo do geral ao particular;
- b) indução, pois parte da observação de algumas situações em que a equipe jogou bem e a generaliza em termos de futuro (está implícita a ideia de que há alta probabilidade de a Espanha jogar bem e vencer);
- c) indução, pois com base em uma experiência (de um filme difícil de entender) conclui-se que sempre será igual, redundando na decisão de não assistir mais seus filmes.
10. Resposta individual. Observe que silogismo válido na 3ª figura ($M - P / M - S$) só pode corresponder aos modos listados na tabela 3: *AAI, AII, EAO, EIO* e *IAI* (exemplo com *AII*: Todos os gatos são felinos / Alguns gatos são pretos / Logo, alguns felinos são pretos. Observe também que os modos de silogismos válidos na 4ª figura ($P - M / M - S$) são *AAI, AEE, EAO, EIO* e *IAI*, mas o enunciado pede um inválido (como aplicar, por exemplo, o modo *AAA*: Todos os gatos são felinos / Todos os felinos são mamíferos / Logo, todos os mamíferos são gatos).
11. a) Falacioso (falácia formal, modo *III*: de duas proposições particulares, nada se pode concluir);
- b) falacioso (petição de princípio);
- c) falacioso (falsa causa: não é necessário que, porque a grande imigração para a Europa antecedeu no tempo o início da crise de desemprego, ela seja a causa dessa crise);
- d) com conclusão provável (supondo um diagnóstico correto), pois seria um raciocínio baseado em informações obtidas por indução;
- e) válido (*AII* na 1ª figura), apesar de não ser correto, pois a segunda premissa é falsa e a conclusão também.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Podemos fazer o mal sabendo que é mal?** Atividade de **contextualização** e **experimentação**. Podemos dizer que os autores expõem, nesse breve trecho, a tese de que podemos fazer o mal mesmo

sabendo que é mal. Seu argumento é o de que, às vezes, para fazer um bem a nós mesmos, somos capazes de causar o mal aos outros, mesmo tendo consciência disso; portanto, “nem sempre a consciência de que algo é um mal é suficiente para impedi-lo”. A atividade também contempla uma etapa em grupo, de tal maneira que os alunos possam debater o tema proposto, mas já procurando aplicar os conceitos aprendidos e desenvolver suas habilidades argumentativas procurando outras teses (proposições) e argumentos que as apoiem.

2. **Contradição ou complementaridade?:** Resposta pessoal. Atividade reflexiva que extrapola a abordagem estritamente lógica, abrindo espaço para o contrário e o contraditório onde a razão se mostra menos potente ou impotente, bem como para a expressão de vivências pessoais e de autocohecimento. A conversa aqui é do aluno consigo mesmo, mas a atividade pode ser aproveitada em classe, para um debate sobre, por exemplo, razão x sentimento ou pensamento x ação.
3. **A necessidade de normas do discurso:** Resposta pessoal, em parte. Eco defende a necessidade das normas do discurso, sejam elas retóricas ou lógicas, para certos propósitos, pois há espaços em que a expressão da racionalidade é necessária e as normas oferecem a possibilidade desse compartilhamento, assegurando que as pessoas se compreendam fazendo uso de certas regras comuns. Mas reconhece que há âmbitos em que outros tipos de discursos são mais aptos para expressar muitas coisas ao mesmo tempo, inclusive o contraditório.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

A alternativa correta é **e**. Peça aos alunos que justifiquem sua escolha. A primeira frase é uma argumentação indutiva, porque parte da observação metódica e sistemática de dados singulares para inferir algo mais amplo, que excede esses dados. A segunda frase refere-se a um fenômeno – o desmatamento – que, apesar de suas implicações ecológicas (naturais), pertence ao âmbito da ação humana, podendo, portanto, ser qualificado como um mal moral.

UNIDADE 2 NÓS E O MUNDO

Justificativa

Nesta unidade quisemos trabalhar um conjunto de temas cujo significado e importância o estudante pudessem reconhecer intuitivamente, pois são aspectos básicos de suas vivências. Eles estão relacionados com a descoberta do mundo e de nós mesmos dentro desse mundo, constituindo, por isso mesmo, algumas das áreas historicamente fundamentais da investigação filosófica.

Composição

Capítulos: 6. O mundo; 7. O ser humano; 8. A linguagem; 9. O trabalho; 10. O conhecimento.

Objetivo geral

Investigar as questões filosóficas básicas relacionadas com a compreensão do mundo e do ser humano dentro desse mundo.

Objetivos específicos

1. Apresentar algumas das respostas oferecidas pela tradição filosófica a esses problemas, introduzindo alguns dos principais conceitos, construídos historicamente, dentro das áreas da metafísica, da antropologia filosófica, da filosofia da linguagem e da teoria do conhecimento ou gnosiológica.
2. Trabalhar, por meio de atividades, conteúdos procedimentais propiciando o desenvolvimento das principais competências relacionadas com a prática filosófica.

Estratégia adotada

1. Organização dos temas com início pelo estudo da questão do mundo, de tal maneira que se possa ir do macro ao micro, do universo ao ser humano e a alguns dos aspectos fundamentais de sua relação com a realidade.
2. Alternância entre uma linguagem mais coloquial e interativa, que favorece um *rapport* (relação ou sintonia) com o aluno, e uma de natureza mais técnica e acadêmica, seguindo a tradição filosófica.
3. Inserção da seção **Para pensar**, por meio da qual o aluno inicia seu contato com textos filosóficos um pouco mais extensos, bem como de outras fontes.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de sensibilização para a temática a ser abordada na unidade, com enfoque interdisciplinar (com arte e língua portuguesa). Para ser realizada no início do trabalho com a unidade (ou em algum dos “começos” em que possa ser útil). ♦ Realize primeiramente uma breve discussão sobre essa obra do pintor holandês (pesquise sua biografia), que retrata a caminhada de um sujeito por um bosque de vibrantes cores outonais. Pode ser uma metáfora da vida em geral ou da vida em seus estertores (a obra teria sido pintada um ano antes da morte do artista). Levante suposições, junto com os estudantes e com o auxílio da imaginação, sobre o que pode estar ocorrendo aí nessa relação sujeito-objeto, eu-outro, ser humano-natureza: pensamentos, sensações, sentimentos, ações, o mundo movendo-se ou estático, interações etc. Tenha em conta os temas e problemas da unidade ao encaminhar suas perguntas e anote os comentários dos alunos no quadro. ♦ Depois realize uma atividade de experimentação: peça aos alunos que caminhem pela sala de aula, sem conversar, pelo pátio da escola ou fora dela – conforme as possibilidades – recolhendo impressões (internas e externas). Anote-as novamente (ou cada estudante anota no quadro o que pensou, sentiu, viveu). ♦ Por último, promova uma discussão sobre as relações possíveis entre a imagem e o trecho

do poema escrito pelo poeta espanhol Antonio Machado (1875-1939), mais conhecido como “Caminhante”. Se necessitar para a compreensão dos estudantes, ajude-os a pôr as orações do poema na ordem direta. O caminho pode ser uma metáfora da vida humana; não há caminhos previamente definidos, eles têm que ser construídos durante a existência de cada indivíduo; o caminho feito por outro indivíduo são meras pegadas ou rastros, que podem inspirar, sugerir, mas não são os próprios caminhos desse indivíduo; e os seus caminhos próprios se tornam rastros depois de vividos, não são mais caminhos em um mundo em contínua mudança. (Para aprofundar essa interpretação, é possível consultar: <<http://babelnet.sbg.ac.at/carlitos/escenario5/poetas/machado/mach-cam-inter.htm#>>. Acesso em: 21 out. 2015). Portanto, podemos dizer que a imagem e o poema têm em comum a metáfora da vida como caminhada e, talvez, uma grande solidão.

■ CAPÍTULO 6 – O mundo

Justificativa

A questão do mundo, da realidade, da natureza é das mais antigas na história da filosofia. Além disso, iniciar esta unidade por esse tema é uma maneira de compensar o viés excessivamente antropocêntrico (ou egocêntrico) que tem marcado a relação do ser humano com o mundo, especialmente a partir da Idade Moderna, cujas consequências socioambientais não podemos mais ignorar. Trata-se, enfim, de seguir um caminho que acreditamos resgatar a ordem cronológica, ontológica e lógica das coisas.

Objetivo geral

Introduzir o estudante nos estudos metafísicos por meio da abordagem de um conjunto consagrado de temas e problemas sobre a realidade e o ser, instrumentando-o conceitualmente para investigar e problematizar, em seus pressupostos ontológicos, certas visões monolíticas impostas pelo senso comum e pelas correntes hegemônicas de pensamento nos diversos campos da atuação humana nas sociedades contemporâneas.

Objetivos específicos

1. Definir um conjunto de conceitos referenciais no âmbito das discussões metafísicas, como substância, devir, essência, acidente, causalidade, finalismo, entre outros.
2. Apresentar algumas das principais visões de mundo ou cosmologias das sociedades ocidentais ao longo da história, dos mitos ao criacionismo cristão, das concepções da metafísica grega até as da ciência moderna.
3. Trabalhar o debate entre as metafísicas da modernidade (monismo e dualismo, materialismo e idealismo) e sua relação com nossas visões de mundo.
4. Discutir o enfoque contemporâneo dominante – o racionalismo materialista (reducionismo materialista, para seus críticos) – e as correntes que se opõem a ele nos campos da filosofia e das ciências.

Sugestões de livros

- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FIORI, Ernani Maria. *Metafísica e história*. São Paulo: LP&M, 1987.
- GARRET, Brian. *Metafísica: conceitos-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema, com enfoque interdisciplinar (com arte). Pode ser realizada em associação com a imagem anterior e o poema “Caminhante”, na abertura da unidade. Explore a imagem em suas diversas possibilidades, tendo em conta o conteúdo do capítulo e seus vínculos com as outras disciplinas envolvidas, bem como a pergunta formulada no livro do aluno. ♦ A imagem do artista digital alemão, especialista em fotomanipulações, pode levar a muitas interpretações. No entanto, tendo em conta o título da obra e a biografia de Delaney (seguidor da filosofia budista), podemos supor que se trata de uma metáfora crítica da percepção dualista da realidade, que separa mente-corpo, eu-outro, ser humano-mundo. Para o budismo, essa separação é uma ilusão, a realidade seria única e indivisível. Na imagem, a mão pode ser interpretada como a consciência “comum” do indivíduo, que em certo sentido põe e dispõe como um deus, representando o mundo e a vida de forma separada e limitada (a bola de vidro) do resto do universo. Ou seja, sustentando dois mundos. Essa condição determina também sua separação dos outros indivíduos, como podemos perceber na distância existente entre o homem e a mulher, e internamente entre seus lados feminino e masculino. Há, conseqüentemente, uma grande solidão. Entre outras interpretações, também pode surgir a hipótese de que essa mão represente Deus, como criador do mundo. Nesse caso, a questão poderia ser: em sua onisciência e onipotência, para que Deus criaria um mundo assim dividido?

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e de **experimentação**, adequada para ser desenvolvida com o grupo todo, em classe. A não referência explícita a filósofos gregos pré-socráticos e clássicos é proposital nesta etapa do estudo, mas é bom usá-los como referência, já preparando o “terreno”. Você pode ajudar inicialmente com alguns exemplos: origem – Como surgiu esta mesa? De que é feita fundamentalmente? Quem a construiu?; finalidade – Para que serve esta mesa? Todas as mesas têm esse fim? Qual deles é mais fundamental?; características – A cor azul desta mesa é uma característica de todas as mesas?, e assim por diante.
2. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e de **experimentação**, adequada para ser desenvolvida em classe. Se achar conveniente, peça a cada aluno que apresente sua percepção em classe. Dependendo do grupo, você pode propor que a resposta seja feita por meio de um desenho, uma colagem ou outra composição artística, explorando

outras habilidades expressivas dos alunos, em uma integração com a disciplina de arte.

3. Resposta pessoal. Atividade lúdica e interdisciplinar (com história e literatura), que promove a reflexão sobre si mesmo. Está fundamentada no conceito de arquétipo, de Jung (estudado no capítulo 4). Uma alternativa seria propor uma conversa sobre diversos mitos e sua relação com personagens e fatos da atualidade.
4. Embora o capítulo seja muito breve sobre o tema em questão, é possível entender que tanto o demiurgo e o primeiro motor, assim como o Deus cristão, são seres que têm participação fundamental nas respectivas cosmologias. No entanto, há grandes diferenças entre eles, e o texto aponta algumas delas. Dependendo do grupo, você pode aprofundar a matéria. O Deus cristão é o princípio fundamental e o criador de tudo o que existe, isto é, antes dele não existia nada. O demiurgo de Platão seria uma espécie de grande artesão ou construtor do universo, usando as ideias eternas do mundo inteligível como modelo para dar forma à matéria indeterminada, o que quer dizer que as ideias e a matéria já existiam. Por último, o primeiro motor de Aristóteles não foi o criador do mundo (pois este seria eterno), mas aquele que colocou o mundo em movimento, por sua força de atração.
5. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com caráter **interdisciplinar** (com as ciências da natureza e matemática). Há uma boa quantidade de exemplos nas fórmulas de física e química, nos gráficos de óptica etc.
6. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, boa para ser realizada em classe. Espera-se que cada estudante reflita sobre seus processos de formação de crenças e valores e que perceba como nossa maneira de entender a realidade determina nossas ações e sentimentos. A atividade também serve, indiretamente, como exploração prévia que favorecerá a introdução da temática da relação do ser humano com a natureza e sobre a questão dos direitos dos animais. Entender que os animais são como máquinas, como fez Descartes, implica supor que eles não são seres sencientes, isto é, capazes de sentir prazer e dor, além de diversos sentimentos, como medo, alegria, saudade, além de estresse. As consequências práticas disso podem ser as mais variadas possíveis, como serem tratados como objetos (maltratados ou abandonados) e passíveis de uma utilização meramente instrumental pelo ser humano (como no caso das cobaias). Há um excelente vídeo na internet – disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=rF1wXCVMD00>>, acesso em: 21 out. 2015, primeira parte do filme *Animais, seres sencientes*, da Sociedade Mundial de Proteção Animal – que aborda esse tema de maneira histórica e muito didática, citando, nesse trecho, a concepção de Descartes tratada neste capítulo e suas consequências.
7. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com biologia). A adrenalina é um hormônio vinculado ao medo, produzido pelo

corpo em situações de risco, grande dificuldade ou estresse físico ou psicológico, preparando o organismo para a ação e grandes esforços. A serotonina é um neurotransmissor vinculado em geral ao sono, ao apetite e à sensação de paz e tranquilidade. Portanto, são duas substâncias que confirmam uma relação entre o corporal e o mental ou emocional. No entanto, isso não nos permite concluir necessariamente que tudo possa ser reduzido à matéria, pois são apenas alguns exemplos; além disso, mesmo nesses casos, ainda seria possível pensar que a determinação não parte do corpo para a mente, mas de uma mente instintiva para o corpo.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. A metafísica aborda o mundo da perspectiva da realidade fundamental, da essência. Ela quer conhecer como as coisas realmente são, isto é, o ser. Por isso, desde a Antiguidade, é tida como ciência do ser enquanto ser.
2. A palavra ser é tomada aqui em dois sentidos: primeiro, como “aquilo que é ou existe”, o ente, a coisa; depois, como “aquilo que algo é essencialmente”, a essência, a coisa em si. Assim, articulando a primeira acepção de ser com a segunda, estudar o “ser enquanto ser” é estudar aquilo que existe em seus termos mais essenciais e absolutos, sua realidade fundamental.
3. Em filosofia, a palavra substância não tem o significado comum de uma entidade material qualquer (como leite ou cal) ou físico-química (como cálcio ou óxido de cálcio). Nos estudos metafísicos, ela se refere a uma entidade ontológica: o substrato ou suporte fundamental de um ser, aquilo sem o qual ele não é. Nesse sentido, substância equivale a essência. Assim, a substância de um ser seria a realidade necessária e constante desse ser.
4. O conceito de substância está vinculado à percepção da permanência nas coisas, aquilo que fica e é constante. Por sua vez, o conceito de vir a ser está centrado na percepção da mudança contínua existente no mundo.
5. A frase relaciona-se com o princípio de causalidade, que sustenta que todo fenômeno tem uma causa, isto é, deve ter sido originado ou determinado por outro ser ou acontecimento que o precede no tempo, que é, como na definição de Leibniz, o porquê de isso existir ou não existir e o porquê de ser assim e não de outra forma.
6. A busca da *arché*, empreendida pelos pensadores pré-socráticos, foi a tentativa de construir uma explicação racional sobre a origem, a formação e as principais características do cosmos. Nesse contexto, a *arché* era entendida em três sentidos: a realidade primeira que deu origem a tudo o que existe; o substrato fundamental que compõe as coisas; a força ou o princípio que determina todas as transformações que ocorrem nas coisas.
7. Para Platão, existem dois mundos separados: o mundo sensível (correspondente à matéria, temporário e ilusório) e o mundo inteligível (correspondente às ideias, eterno e verdadeiro). Para Aristóteles, tudo o que existe se compõe de dois princípios inseparáveis: a matéria (princípio indeterminado, mas determinável pela forma) e a forma (princípio determinado e determinante em relação à matéria).
8. A frase refere-se à revolução ocorrida na história do pensamento com o nascimento da ciência moderna, que dissolveu o modelo de universo concebido por Aristóteles, quando a Terra saiu do centro do universo e a noção aristotélica de espaço foi progressivamente sendo substituída pela de espaço homogêneo, em que os lugares são equivalentes. Paralelamente, com a geometrização do espaço e a matematização dos fenômenos naturais, em que o viés qualitativo foi substituído pelo quantitativo, e o mundo passou a ser concebido como uma grande máquina (mecanicismo).
9. Exemplos de teorias monistas: as defendidas pelos primeiros pensadores pré-socráticos, pois propõem a existência de apenas um princípio fundamental para tudo o que existe: água, ar, fogo etc. Hegel será outro exemplo claro. Teoria dualista: a metafísica de Platão, que concebeu a existência de duas realidades distintas e separadas (o mundo sensível e o mundo inteligível). Descartes será outro exemplo do capítulo. Teorias pluralistas: Empédocles (quatro elementos) e Demócrito (a multiplicidade dos átomos), embora estes ainda não tenham sido estudados nesta obra.
10. Por ontologia dualista nos referimos à concepção de mundo que separa radicalmente matéria e espírito, corpo e mente. Embora Descartes tenha concebido a existência de três classes de substâncias ou coisas, a *res infinita* – Deus – seria transcendente. Portanto, no mundo existiriam apenas duas substâncias finitas, essencialmente distintas e separadas: a substância pensante (*res cogitans*), a consciência, e a substância extensa (*res extensa*), o mundo corpóreo, material.
11. Para Descartes, o ser humano seria composto de corpo e alma, *res extensa* e *res cogitans*. No entanto, como essas duas substâncias eram consideradas radicalmente distintas e separadas, surgiu a questão sobre como se relacionaria a mente com o corpo, tendo em vista que, de acordo com a teoria cartesiana, um corpo só poderia ser movido por outro corpo contíguo no espaço, mas a alma não é um corpo.
12. Sim, porque Hobbes defendeu uma teoria materialista na qual todo o real existiria no espaço e seria corpo, ou corpo em movimento. E, para ele, todos os corpos – incluindo os pensamentos – estariam sujeitos aos nexos causais que determinam seus movimentos. Nada se move por si próprio: tudo é movido, no sentido de que todo movimento é sempre uma reação ou efeito a um agente externo ao corpo.
13. Porque, para Hegel, o mundo não seria outra coisa a não ser o desdobramento de um espírito

abrangente (ou absoluto), que se estaria realizando no tempo (ou história). Desse modo, identificou a ideia ou o espírito com toda a realidade, enquanto para Hobbes todo o real era fundamentalmente corpo. Assim, passou-se de um completo materialismo para um idealismo absoluto.

14. A frase de Hegel é uma pequena síntese de seu pensamento com relação ao movimento dialético do real, pois entender a realidade como espírito é entendê-la nesse seu atuar constante, ou seja, como movimento ou processo. É entendê-la como devir, isto é, como passagem do ser ao nada e do nada ao ser, como contradições autossuperadoras contínuas. Isso quer dizer que cada momento surge do anterior e prepara o seguinte, num processo de embate e superação em que sempre o anterior tem de ser negado.
15. Reducionismo é a maneira de pensar segundo a qual o todo pode ser explicado pelas partes nas quais ele se reduz, no entendimento de que “a soma das partes equivale ao todo”. De acordo com o enfoque reducionista materialista que tem marcado a ciência moderna, cada parte poderia ser convertida sucessivamente em níveis de organização inferiores, até chegar ao nível das substâncias materiais ou unidades físicas mais elementares.
16. São abordagens não reducionistas, pelas quais o todo tende a ser entendido como sistema, isto é, como estrutura organizada de elementos inter-relacionados. Assim, para ser adequadamente compreendido, o todo não pode ser dividido e suas partes isoladas. Elas devem ser entendidas conjuntamente nas relações que estabelecem entre si, sempre tendo como referência o todo. Essa tendência é conhecida, de modo genérico, como holismo. Outros estudiosos, como Edgar Morin, defendem que, para compreender a complexidade do mundo, é preciso adotar as perspectivas do todo e das partes, holista e reducionista ao mesmo tempo.
17. Sim. A teoria do *big bang* está fundada na concepção de matéria, pois ela diz que a expansão do universo, observada pelos astrônomos, deve-se a um momento em que toda a matéria e energia teriam se concentrado em uma única “massa” extremamente quente e densa, ocasionando uma grande explosão, a qual deu origem a todo o universo. Portanto, trata-se de uma teoria que não “precisa” de Deus para explicar a criação do mundo.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Finalismo:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, que pode ser realizada individualmente e depois em classe. Você pode introduzir as quatro causas de Aristóteles, bem como observar que a noção de que existe uma finalidade (ou intenção) nas coisas e na natureza parece partir da observação da própria ação humana, que geralmente está orientada para determinado fim. Use o exemplo do artesão para ilustrar

essa concepção. A discussão tenderá a chegar a concepções como racionalidade absoluta, ordem cósmica ou Deus. As questões **a** e **b** remetem a uma discussão sobre a relação do ser humano com os animais, e a problemas ético-filosóficos como o do especismo (supervalorização moral da espécie humana em relação às demais espécies, resultando em uma discriminação contra outros animais comparável ao racismo e ao sexismo) e o dos direitos dos animais. A questão **c** remete ao problema do livre-arbítrio e determinismo.

2. **Mundo hierarquizado ou homogêneo:** Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). Sabe-se que tanto a sociedade escravista grega como a sociedade feudal eram altamente hierarquizadas e estratificadas, sem mobilidade social. As pessoas eram escravas, servas ou monarcas “por natureza” ou pela “vontade de Deus”. Com a ascensão da burguesia e as revoluções liberais, houve um rompimento com esse modelo. Racionalismo, antropocentrismo e individualismo tornaram-se os novos valores e referências. Portanto:
 - a) é possível estabelecer uma relação entre ordem social e cosmologia e dizer que, à “homogeneização” do espaço natural e ontológico, ocorrida na era moderna, correspondeu uma “democratização” do espaço social;
 - b) também se pode afirmar que a dissolução do cosmos grego vinculou-se positivamente a uma progressiva democratização das sociedades e ao grande desenvolvimento científico, mas, por outro lado, costuma-se assinalar que o ser humano, nesse processo, foi distanciando-se da natureza, perdendo o conforto de pensar que fazia parte de uma totalidade, de uma ordem cósmica.
3. **Crítica à medicina:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de análise de texto, **contextualização** e de **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com biologia). O problema da integração mente-corpo, extraído da metafísica cartesiana, teve grande repercussão nas sociedades ocidentais contemporâneas. A crítica de Damásio refere-se a essa herança no campo da medicina, em que há apenas uma reduzida integração entre o psicológico e o físico. Com o predomínio do reducionismo materialista nas ciências médicas, o plano psíquico não entra em consideração ou é relegado a segundo plano. Você pode fazer uma introdução ao tema, apresentando alguns aspectos da história da medicina, como o dado de que Hipócrates (considerado o “pai da medicina”) praticava uma medicina que hoje se diria holista. O relato de experiências que confirmem essa separação, ou não, pode estimular a participação dos estudantes nesse debate importante a respeito dos rumos da medicina.
4. **Deus ou a consciência:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **posicionamento crítico**. Obviamente a concepção de Goswami é bastante polêmica, justamente por sair dos trilhos do racionalismo materialista que dirige as ciências e o senso comum

das sociedades ocidentais. A citação nos permite dizer que ele (e parte da física quântica) reintroduz a perspectiva idealista no universo (como Hegel), bem como um reducionismo invertido, de cima para baixo, isto é, da consciência (ou de Deus) para a realidade concreta. O debate pode ser acalorado.

5. **Minha concepção ontológica do mundo:** Resposta pessoal. Atividade que estimula uma reflexão pessoal e o posicionamento fundamentado dos estudantes. Você pode aproveitar e realizá-la atrelada à atividade anterior. Insista na argumentação rigorosa.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Somente a alternativa **b** é plausível como possibilidade de superação da crise apresentada pelo excerto. Todas as outras são inconsistentes com seus próprios termos ou com os fatos. Você pode aqui explicar o conceito de razão instrumental (embora os alunos possam reconhecê-lo intuitivamente), desenvolvido pelos filósofos da Escola de Frankfurt (veja o capítulo 16) e explicado já no primeiro parágrafo do texto da seção **Para pensar** deste capítulo. Aproveite também para incrementar a questão, propondo um posicionamento crítico dos estudantes em relação a essa solução.

PARA PENSAR

1. A razão subjetiva (também denominada razão instrumental), como a designação deixa claro, refere-se ao sujeito e está vinculada à sua faculdade de classificar, inferir e deduzir (o funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento). Relaciona-se essencialmente com meios e fins, com a adequação de procedimentos a propósitos (daí a denominação “instrumental”). É o tipo de racionalidade que predomina nas sociedades ocidentais contemporâneas. (Aproveite para retomar a questão de vestibular proposta neste capítulo.)
2. A razão objetiva é concebida por Horkheimer como uma força presente tanto na mente individual como no mundo objetivo, isto é, tanto nas relações entre os seres humanos e nas instituições sociais como na natureza. São exemplos de teorias objetivas da razão os grandes sistemas filosóficos de Platão e Aristóteles, a escolástica e o idealismo alemão, pois constituem sistemas abrangentes de todos os seres, dispostos em uma hierarquia, incluindo o ser humano e seus fins. E estes seriam mais importantes do que os meios. (Aproveite para retomar as doutrinas já estudadas, desde o capítulo 1, que ilustram a razão objetiva; e para discutir com os alunos se a “mudança de consciência dos membros da sociedade” – a alternativa correta da questão de vestibular deste capítulo – poderia ir nessa direção.)
3. Porque a razão subjetiva, para Platão (como para outros pensadores que conceberam a razão como uma força objetiva), seria apenas a expressão parcial e limitada de uma racionalidade universal, da qual se derivariam os critérios de medida de todos os seres

e coisas. O grau de racionalidade de uma vida estava vinculado à sua harmonização com a totalidade. Daí a idealização de uma República que conciliava a ordem objetiva do “racional” com a existência humana, favorecendo a construção de uma vida feliz. (Aproveite para retomar o projeto político de Platão e sua concepção de felicidade, estudados no capítulo 1.)

CAPÍTULO 7 – O ser humano

Justificativa

A discussão sobre o ser humano é uma das mais antigas da história do pensamento, e o contato com essas reflexões constitui elemento básico de uma educação humanística voltada para a construção de um mundo mais pluralista e democrático. Assim, seguindo a estratégia traçada para esta unidade, neste capítulo quisemos iniciar uma investigação sobre o ser humano e sua relação com o mundo, destacando algumas de suas características fundamentais (cujo estudo será aprofundado nos capítulos seguintes).

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo da antropologia filosófica por meio da abordagem de um conjunto consagrado de temas e problemas sobre o ser humano e sua relação com a natureza e a cultura.

Objetivos específicos

1. Discutir a especificidade humana como ser entre dois mundos: a natureza e a cultura.
2. Investigar o tema da cultura, destacando-a como forma de ser e de perceber a realidade de um grupo social, mas também de “ocultá-la” (ideologia).
3. Apresentar algumas concepções filosóficas clássicas sobre a questão da “natureza” ou “essência” humana, de Platão a Jean-Paul Sartre.

Sugestões de livros

- CASSIRER, Ernst. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- FROMM, Erich. *O coração do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LINTON, Ralph. *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema, com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Explore os detalhes dessa tela do pintor e escultor francês Georges Lacombe (1868-1916), tendo em conta o contexto em que foi produzida, os conteúdos do capítulo e da outra disciplina envolvida, bem como a pergunta formulada no livro do aluno. ♦ Com uma estética de formas simples e cores cruas, Lacombe concebe um cenário idílico, no qual um grupo humano convive alegre e amorosamente, apesar das imagens furtivas ao fundo que apontam

para o final inevitável, a morte (os vultos negros de mulheres idosas com seus bastões). As distintas etapas da existência são retratadas por meio das figuras femininas e seus arquétipos: a criança, a donzela, a mãe e a velha. Podemos dizer que estamos na chave da natureza, naquilo que nos assemelha a todos os seres vivos: nascer, crescer, se reproduzir e morrer. ♦ A questão filosófica pode ser então esta: O que há de específico no universo humano? O que o distingue do resto da natureza? Talvez o quadro insinue uma resposta: o amor. Embora esta não seja uma linha de interpretação desenvolvida no capítulo, por não ser das mais tradicionais, é muito interessante e atual. Entre os que a defendem, destaca-se o neurocientista e educador chileno Humberto Maturana, para quem o humano se constitui no entrelaçamento entre o racional (linguagem) e o emocional, entendendo ele as emoções como “disposições corporais dinâmicas que definem os distintos domínios de ações em que nos movemos”. E a “emoção fundamental que torna possível a história da hominização é o amor. [...] infelizmente a palavra amor foi desvirtuada, tendo sido desvalorizada a emoção que conota de tanto se dizer que o amor é algo especial e difícil. O amor é constitutivo da vida humana, mas não é nada especial. O amor é o fundamento do social, embora nem toda convivência seja social. O amor é a emoção que constitui o domínio das condutas nas quais se dá a operacionalidade da aceitação do outro como legítimo outro na convivência, e é esse modo de convivência que conotamos quando falamos do social. Por isso digo que o amor é a emoção que funda o social; sem aceitação do outro na convivência não há fenômeno social.” (*Emociones y lenguaje en educación y política*, p. 15-24; tradução nossa.)

CONEXÕES

1. Atividade de **contextualização**, boa para ser desenvolvida individualmente ou em classe, com todo o grupo. Elementos da biosfera poderiam ser a água da chuva ou do bebedor, o ar que respiramos, a terra do jardim da escola, o rio que corta a cidade etc. Elementos da antroposfera poderiam ser a mesa, a caneta, o computador, a escola, a aula etc.
2. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com biologia e geografia).
 - a) O problema atual mais candente, denunciado por grande parte da comunidade científica, é o do aquecimento global, vinculado principalmente à emissão excessiva de determinados gases na atmosfera, os quais provocam o efeito estufa.
 - b) Há denúncias de exploração ou consumo excessivo de diversos recursos naturais, como do solo (vinculado principalmente à agroindústria), da água, das florestas etc. O mesmo ocorre no âmbito da criação de animais para fins comerciais, pela falta de preocupação com seu bem-estar e o abate cruel de que, com frequência, são vítimas.
 - c) A atividade estimula uma pesquisa dos alunos em relação a essas instituições, podendo despertar neles um interesse participativo,

cidadão. Há muitos exemplos: Greenpeace, SOS Mata Atlântica, WWF (*World Wide Fund for Nature*), entre outras.

3. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Boa para ser realizada primeiro individualmente e depois em grupo. Você pode ajudar exemplificando que, na cultura de determinada família, se considera bonito vestir-se com cores vivas; que é adequado dormir tarde e falar alto; que é possível aprender qualquer coisa; que a vida deve ser vivida intensamente; e assim por diante.
4. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com arte, literatura, geografia, história e sociologia). O quadro é de denúncia social sobre a miséria de parte da população brasileira, no caso as comunidades do sertão nordestino afetadas pelas secas. O texto, por sua vez, critica a expressão tão comum “Isso é natural”. A miséria de parte do povo brasileiro também costuma ser percebida como algo “natural” por determinados setores sociais dominantes, anestesando a consciência das pessoas. Será alguma miséria algo natural? Será a miséria dos retirantes apenas resultado do fator pluviométrico? Como têm se comportado historicamente as elites locais? Têm sido favoráveis a essas comunidades os modelos econômicos adotados pelos sucessivos governos federais? Proponha uma pesquisa sobre todos esses temas e realize um debate posterior.
5. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Favorece uma conexão do aluno com suas próprias vivências em termos de relacionamento social e com as conclusões que tirou delas (e que podem ter se tornado suas crenças mais íntimas). Você pode trazer recortes de jornais ou revistas, como notícias sobre criminalidade e filantropia, ou pedir que os alunos façam essa pesquisa para fundamentar com evidências suas opiniões. Depois pode promover um debate mais teórico e conceitual com toda a classe.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** com biologia e geografia (meio ambiente). Existe uma infinidade deles, já que cada espécie animal possui padrões próprios, como a amamentação entre os mamíferos, a migração em certas espécies de aves, o acasalamento na maioria dos animais, a autodefesa e a autoconservação em todo o reino animal, a produção de mel pelas abelhas e de teias pelas aranhas, a perseguição do gato pelo cão e do rato pelo gato etc.
2. Resposta pessoal, em parte. A frase remete basicamente à ideia de que a vida e o comportamento dos seres humanos não são determinados apenas por suas estruturas biológicas hereditárias, como parece ser o caso, em boa medida, do resto dos animais. Talvez se possa dizer que essas mesmas estruturas

possibilitam certa abertura para que cada indivíduo possa variar e modificar sua conduta e o mundo a seu redor. Espera-se também um posicionamento crítico dos estudantes a esse respeito.

3. Atividade com enfoque **interdisciplinar** com biologia e história (antropologia). O capítulo expõe a tese grandemente aceita de que, graças a propriedades de seu sistema nervoso e a sua grande plasticidade (capacidade de modelar-se e ser modelado), o ser humano constitui-se em um organismo cuja estrutura é capaz de apresentar condutas inatas e aprendidas, de desenvolver a linguagem, a sociabilidade e a consciência.
4. Atividade com enfoque **interdisciplinar** com biologia e história (antropologia). O texto de Childe assinala que o ser humano compensa sua fragilidade corporal com recursos como sua grande capacidade adaptativa e reprodutiva, o poder inventivo e destrutivo, a tecnologia e as armas etc.; a maioria deles dependente do conhecimento acumulado, parte importante do legado cultural, mas está também vinculada às capacidades excepcionais do cérebro humano. A partir daí, os estudantes poderão dar sua opinião.
5. O capítulo apresenta a interpretação de que o ser humano é um ser biológico e cultural ao mesmo tempo, integrando características hereditárias e adquiridas, aspectos individuais e sociais, elementos do estado de natureza e de cultura.
6. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** com biologia e geografia (meio ambiente). Biosfera é a parte do planeta que reúne condições para o desenvolvimento da vida. A antroposfera é o espaço dentro da biosfera construído pelo ser humano, como resultado do ajustamento da natureza às necessidades humanas. Quanto à ameaça de uma pela outra, há uma margem interpretativa e polêmica. Os alunos poderão assinalar o risco de destruição do planeta pela expansão descontrolada da antroposfera, no caso de as sociedades humanas não observarem e respeitarem os ciclos de recuperação e conservação da natureza, o que significaria a aniquilação da própria antroposfera e, provavelmente, da humanidade (se esta não “escapar” para outro planeta). Por outro lado, a biosfera, ou natureza, muitas vezes afeta a antroposfera de maneira extremamente destrutiva, na forma de fenômenos naturais como furacões, terremotos, maremotos, enchentes, explosões vulcânicas, epidemias etc., não se descartando a hipótese de um grande cataclismo causado por forças naturais, como um impacto meteorítico.
7. O texto explicita a dificuldade de estabelecer uma fronteira única e precisa entre o estado de natureza e o de cultura no ser humano, já que o tema é polêmico. Em termos de elementos históricos, alguns estudiosos apontam o momento de construção das primeiras ferramentas. Em termos de aspecto fundamental do ser humano, o capítulo destaca duas correntes de interpretação: a que defende a

linguagem e a que defende o trabalho. Você pode explorar também outras posições (como a que defende o amor como fator fundamental, proposta por Maturana, como vimos nas sugestões para a leitura da imagem de abertura deste capítulo).

8. A linguagem é um fato cultural porque ela constitui uma criação humana adquirida pela aprendizagem, transmitida de geração em geração e múltipla e variável, no tempo e no espaço, de sociedade para sociedade. A linguagem tem um papel muito importante na formação cultural no sentido de que é ela que permite a transmissão de experiências e aprendizados individuais dentro de uma mesma comunidade e ao longo de gerações.
9. a) Incorreta, pois a frase afirma justamente o contrário do que foi exposto no capítulo, isto é, a interpretação de que, de maneira geral, vivemos nossa própria cultura sem vê-la (de forma clara e consciente) e, portanto, sem questioná-la. A cultura também funciona como um filtro, o qual seria invisível para nós. A segunda parte da afirmação é uma espécie de “pegadinha”, pois a cultura do estrangeiro nos é invisível apenas no sentido literal, quando não temos acesso a ela, mas basta um mínimo contato para percebermos as diferenças culturais.
- b) Correta. A frase refere-se essencialmente à interpretação de que a cultura atua cotidianamente sobre cada um de nós, impactando nossa maneira de ser e perceber as coisas no dia a dia.
10. Seriam três: a anterioridade, porque fixa e prescreve, de antemão, os modos de pensar, sentir e agir das pessoas; a generalização, porque atribui a toda a sociedade aquilo que corresponde aos interesses específicos dos grupos ou classes dominantes, com a finalidade de produzir um consenso, um senso comum ou aceitação geral em torno de certas teses e valores; a lacuna, porque se desenvolve sobre uma lógica construída na base de lacunas, de omissões, de silêncios e de saltos, montada para ocultar em vez de revelar, falsear em vez de esclarecer, esconder em vez de descobrir.
11. A ideologia, em sentido amplo, é uma parte da cultura, pois constitui o conjunto das ideias criadas por determinado grupo social, caracterizando-o. Ela tem, como a cultura em geral, a função de orientar a vida prática dos indivíduos. As ideologias, como grande parte dos demais elementos culturais, tendem a ser invisíveis para os indivíduos que dela participam. No entanto, podemos dizer, buscando sintetizar as interpretações marxistas apresentadas no capítulo, que podem existir nesse conjunto de ideias culturais aquelas que apresentam uma compreensão da realidade de maneira dissimuladora – a ideologia em sentido restrito – visando evitar um conflito aberto entre opressores e oprimidos e, assim, preservar a dominação de classes.
12. Atividade que compara duas concepções sobre o ser humano de épocas distintas para estabelecer suas semelhanças. É possível dizer que a comparação é

correta, uma vez que a alma, para Platão, representa a totalidade real do ser humano e estaria dividida, segundo sua teoria, em três partes distintas, que se relacionam entre si: alma concupiscente, onde ocorrem os desejos (como no corpo se dão os desejos carnis); alma irascível, vinculada às paixões (ou emoções); e alma racional, vinculada ao conhecimento (ou intelecto).

13. Atividade que compara duas teorias de épocas distintas para estabelecer suas diferenças. O que poderia irritar Aristóteles na concepção de Descartes a respeito do ser humano? Provavelmente conceber que há duas substâncias radicalmente separadas (*res extensa* e *res cogitans*) e não conseguir explicar como se relacionam. Para o filósofo grego, o ser humano constitui-se, como todos os seres, de dois princípios inseparáveis: a matéria (princípio determinado, o corpo) e a forma (princípio determinante, a alma).
14. Estado de natureza é uma expressão normalmente referida ao ser humano em situação pré-social, isto é, antes da formação das sociedades, em uma especulação que busca resgatar sua natureza essencial, sem a influência cultural ou social. O estudante pode simplesmente expor as teorias de Hobbes e Rousseau a esse respeito ou realizar uma apreciação crítica delas.
15. Sim, é correta, porque para Marx não existe o indivíduo formado fora da vida em sociedade, um ser isolado, abstrato e universal, como concebeu a maioria dos filósofos. Ele entendia que, para compreender e explicar os seres humanos, é preciso partir das condições materiais em que cada indivíduo vive ou viveu, ou seja, com base em sua história concreta e existência social.
16. No sentido de que, para ele, não existe uma natureza humana, o que quer dizer que o ser humano é um nada quando nasce. Só depois, à medida que vai se definindo, é que passa a ser algo. Assim, se não há nada antes (uma natureza humana), o ser humano é dramaticamente livre para escolher e construir a si mesmo durante sua existência (você pode chamar a atenção dos estudantes para a grande responsabilidade que isso acarreta). Sartre reconheceu depois, no entanto, que as pessoas devem enfrentar os limites impostos pelas condições *a priori* (anteriores, já existentes) de sua existência, isto é, sua situação histórica, aproximando-se das concepções de Marx e colocando um limite para a “excessiva” liberdade que havia suposto antes.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Direitos dos animais:** Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com biologia e sociologia). Boa para ser desenvolvida em pequenos grupos ou com toda a classe, conduzida pelo professor ou pela professora. Poucas pessoas conhecem a existência da Declaração Universal dos Direitos dos

Animais, fato que você pode destacar e questionar as razões desse descaso. O tema dos direitos dos animais é polêmico. Os que são contrários a eles argumentam que a noção de direito só se aplica às pessoas. Você pode consultar a respeito, entre outras obras, o clássico *Libertação animal*, do filósofo australiano Peter Singer, localizável na internet. O quadro *Açougue* serve como elemento sensibilizador ou comovedor. Aproveite para explorá-lo, podendo levar a uma discussão sobre o tratamento, muitas vezes cruel, dispensado aos animais criados para consumo humano, e sobre o próprio consumo de carne.

2. **Diversidade:** Atividade de enfoque **interdisciplinar** (com sociologia) de reflexão e posicionamento crítico em relação à questão da diferença e da diversidade. É importante que o aluno reflita sobre a ideia de que somos animais culturais e que, por isso, o processo de construção cultural é tão importante em nossas vidas, como indivíduos e como sociedade. Somos iguais (como espécie) e diferentes (como indivíduos e por nossa formação cultural). A diversidade cultural é o resultado dos processos de construção das culturas, se se entende a cultura como um conjunto de respostas aos desafios da existência. Essas respostas (construções linguísticas, mitológicas, artísticas, religiosas, morais etc.) não poderiam ser iguais, tendo em vista as origens e a história dos diferentes grupos humanos, os diferentes desafios (ambientais, econômicos, sociais etc.) que enfrentaram, e assim por diante. Podemos dizer que os conflitos entre grupos culturais distintos ocorrem porque não se entende esse processo de construção cultural, o que faz surgir a crença na superioridade da própria cultura e a intolerância em relação à do outro. Aproveite para trabalhar o tema da tolerância e da valorização da pluralidade.
3. **Cultura dos jovens:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Busca levar os estudantes a observar o meio que os envolve mais especificamente: o da juventude e suas “tribos”. Você pode ajudá-los fazendo perguntas mais específicas. Por exemplo: Como agem os grupos de jovens que vocês conhecem? Que normas de conduta não escritas existem entre eles? Que atitudes predominam? O que é importante para eles? Que visão de mundo possuem?
4. **Glória ou escória?:** Resposta pessoal, em parte. A perplexidade e o questionamento de Pascal referem-se ao ser contraditório que é o ser humano e podem remeter a várias concepções tratadas no capítulo: a síntese natureza-cultura, a dualidade animalidade-racionalidade, a negação de sua natureza animal, a afirmação de seu lado cultural e criativo, a destruição do planeta, a crueldade contra os animais, a maldade hobbesiana, a bondade rousseauiana etc.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

A questão não necessita de conhecimentos prévios sobre o pensamento de Nietzsche para ser respondida, basta um bom entendimento do texto. A única afirmação correta é **c**, pois já a fábula irônica ao início do excerto deixa claro o desprezo de Nietzsche a respeito das pretensões de grandeza do ser humano em relação ao universo por causa de sua inteligência. Depois, ele é bem contundente a esse respeito. Peça aos estudantes que justifiquem sua resposta, explicando por que as outras não são corretas. Aproveite para relacionar esse texto com conteúdos do capítulo, como a crítica de Morris Berman (quadro “Separação da natureza”), a discussão sobre especismo (atividade 1 da seção **Conversa filosófica**) e o texto complementar de Luc Ferry (ao final deste capítulo, na seção **Para pensar**).

PARA PENSAR

1. Segundo Corbisier, o animal não precisa perguntar porque dispõe de um comportamento instintivo que o torna capaz de fazer tudo o que é necessário para sobreviver e assegurar a sobrevivência de sua espécie. Ou seja, o animal só reage aos estímulos e provocações do contexto em que se encontra. Entre ele e seu contexto, não há ruptura; o animal é natureza dentro da natureza.
2. De acordo com o autor, para o ser humano o conhecimento é indispensável, uma vez que sua sobrevivência depende dele, já que não tem o instinto dos animais que os torna capazes de fazer tudo o que necessitam. Por isso, o ser humano precisa perguntar, porque sabe que não sabe e precisa saber, saber o que é o mundo no qual deve viver.
3. A ironia está em que a biologia classifica nossa espécie como *Homo sapiens*, o ser que sabe, enquanto para Corbisier, sem a mesma força instintiva que orienta os animais sobre a Terra, o ser humano é um animal que “não sabe” sobreviver e que é consciente dessa sua ignorância, ou seja, “sabe que não sabe” e, portanto, precisa saber para poder sobreviver. Por isso pergunta, para saber o que não sabe.
4. Luc Ferry defende uma visão humanista, isto é, de valorização e exaltação do ser humano. Portanto, uma visão que tende a ser antropocêntrica. Assim, não pode aceitar que o universo material, a biosfera ou o cosmo possa ser tomado como modelo ético a ser imitado pelos seres humanos, como propõe a ecologia profunda, segundo a interpretação de Ferry. Isso seria uma sacralização da natureza. Para ele, não há nada que comprove que a ordem do mundo seja boa em si mesma e que toda corrupção do mundo venha da “vaidosa e poluente” espécie humana. As evidências que traz a seu favor são os vírus, as epidemias, os sismos e todas as catástrofes naturais, que mostram que a natureza também destrói, não apenas os seres humanos o fazem. E como somente estes podem

emitir juízos de valor, somente estes podem ser tomados como referência na hora de decidir o que é melhor ou pior.

5. Resposta pessoal. Espera-se um posicionamento crítico dos estudantes, depois de terem conhecido uma visão bem distinta da de Luc Ferry, a de reenchantamento do mundo, de Morris Berman. Você pode retomar este último conceito. Se achar conveniente, pode trabalhar na distinção entre reenchantar o mundo (voltar a uma relação mais vital e igual com a natureza), como propôs Berman, e sacralizar a natureza (colocá-la em um altar e cultuá-la como um deus), como critica Ferry em alguns ecologistas.

CAPÍTULO 8 – A linguagem

Justificativa

A linguagem constitui um aspecto importantíssimo para o entendimento do que significa ser humano e, recursivamente, para o próprio entendimento do entendimento humano. Essa percepção levou, como sabemos, à chamada “virada linguística” da filosofia durante o século XX, pois desde então a linguagem tornou-se um dos mais destacados campos de reflexão filosófica. Assim, seguindo a estratégia traçada para esta unidade, vimos a necessidade de dedicar um capítulo para esse tema.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo da filosofia da linguagem por meio da abordagem de um conjunto consagrado de problemas relacionados com esse tema.

Objetivos específicos

1. Destacar o impacto da linguagem e das transformações dos meios de comunicação nas sociedades humanas ao longo da história.
2. Apresentar a tese de que o ser humano é um ser fundamentalmente linguístico.
3. Investigar o papel ontológico da linguagem, isto é, seu papel ativo, gerador de realidades.
4. Trabalhar alguns dos problemas e concepções relacionados com o tema da linguagem na história da filosofia.

Sugestões de livros

- BAKHITIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.
- COSTA, Claudio F. *Filosofia da linguagem*. Col. Filosofia passo a passo. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- ECHEVERRÍA, Rafael. *Ontología del lenguaje*. Santiago: Dolmen, 1994.
- NEF, Frederic. *A linguagem: uma abordagem filosófica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

Sugestão de página na internet

- Trecho sobre linguagem do filme *Waking Life*: <<http://vimeo.com/35372394>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e língua portuguesa). Nada como iniciar um capítulo que aborda a linguagem de uma perspectiva filosófica com uma representação artística tocante e rica em elementos linguísticos que você pode explorar, tendo em conta os conteúdos do capítulo e das outras disciplinas envolvidas, bem como a pergunta formulada no livro do aluno. Comece por situar o contexto, o final do século XIX, e quem foi o autor, o pintor realista brasileiro José Ferraz de Almeida Júnior (1850-1899), aclamado por especialistas, mas não tão conhecido do grande público. Há boa informação na internet (como a interpretação do quadro *Saudade*, disponível em: <<http://olhandoarte.blogspot.com/2009/05/analise-de-uma-obra-do-seculo-xix.html>>, acesso em: 21 out. 2015). ♦ Aborde os diversos signos da imagem e seus sentidos, os quais em seu conjunto vão compondo um significado para quem o observa atentamente, como a carta ou documento que a jovem tem na mão e lê ou olha (signo do passado?), a expressão em seu rosto (signo de comoção?), a lágrima que rola em seu rosto (signo dessa emoção?), o gestual de seu corpo (inclinado e apoiado na janela em sinal de interiorização e fragilidade?), a cor negra de suas vestes (sinal de luto?) – tudo remete a esse sentimento que significa a palavra que serve de título ao quadro e o comunica.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com história e línguas), que pode ser realizada individualmente em casa ou em classe com todo o grupo, durante a exposição da matéria. Um grande número de considerações pode surgir dessa comparação, conforme a perspectiva adotada, desde o próprio meio material (o papel, a argila, a tela do monitor etc.), a facilidade de produzir os textos, modificá-los, as possibilidades de acesso a eles, os preços (antes e hoje em dia), a possibilidade de interação autor-leitor, o impacto cultural, social etc. Uma referência pode ser o livro *Os desafios da escrita*, de Roger Chartier (Unesp). A atividade pode tornar-se um debate em classe.
2. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização**, estimulando um momento de reflexão e o contato do aluno com suas dimensões corporal e emocional, acessadas a partir do domínio linguístico. Boa para ser realizada em classe, como atividade de **experimentação**. Supomos que não há outra maneira de observar e compreender a experiência existencial sem ser por meio da linguagem. Há diversos exemplos no capítulo que cobrem uma ampla variedade de experiências.
3. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte). É bom recordar que as diversas artes são outras formas de linguagem. A mão que desenha outra mão, enquanto esta, por sua vez, desenha a primeira,

parece ser uma metáfora perfeita da ideia de que o ser humano constrói a si mesmo constantemente por meio da linguagem (circularidade linguística). A mão obedece ao cérebro, que por sua vez comanda de acordo com o observador conformatado nesse momento. Assim, ele não é um mero espectador de seu ambiente: existe uma relação estreita entre aquilo que ele experimenta e interpreta e aquilo em que ele se torna (a mão que desenha e é desenhada pelo desenho que desenhou). A imagem reflete esse poder do observador de criar suas interpretações, seu ambiente e a si mesmo.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Linguagem é, *grosso modo*, um conjunto de signos, isto é, de sinais que indicam ou remetem a algo distinto deles, e é isso que faz com que tenham um significado ou sentido para todo aquele que domina os códigos dessa linguagem.
2. Resposta pessoal, em parte, pois a palavra “comentar” deixa aberta a possibilidade de os alunos efetuarem também uma apreciação crítica da tese, apresentada no capítulo, segundo a qual com a criação do alfabeto na Grécia antiga a linguagem da ação – característica da narrativa épica e do relato oral, centrados nos acontecimentos – foi sendo gradativamente suplantada pela linguagem de ideias e de reflexão, dos tratados filosóficos e científicos.
3. É o fato de que vivemos mergulhados na linguagem tanto quanto em nossos corpos e em nossas emoções. Por meio dela identificamos, classificamos e entendemos nossas inumeráveis experiências do dia a dia; expressamos essas experiências às outras pessoas e reconhecemos as delas; estabelecemos vínculos e acordos sociais; transformamo-nos e promovemos transformações na sociedade; e conferimos sentido à nossa existência.
4. É um papel passivo, pois é entendida como um meio que nos permite apenas descrever o que percebemos ou expressar o que sentimos e pensamos, como se a realidade estivesse aí, sempre “pronta e acabada”, e o papel da linguagem fosse unicamente o de refleti-la passivamente.
5. A linguagem é ativa em um sentido negativo quando, como produto sociocultural, funciona como filtro, impondo limites às nossas possibilidades de perceber as coisas e, às vezes, fornecendo-nos “pistas erradas” sobre nossas experiências, o que se inicia desde a infância, quando aprendemos a falar. Desse modo, determina o que somos capazes de perceber e entender de nossas experiências.
6. Resposta pessoal, em parte. É a tese apresentada no capítulo de que a linguagem também contribui para gerar “realidades”, seja porque cada um de nós é também, desde o domínio linguístico, um observador que “formula” interpretações das experiências que tem e, com elas, vai modelando sua própria identidade (“Isso eu sou, isso eu não sou”, “Isso eu gosto, isso eu não gosto”, “Isso eu

quero, isso eu não quero”, “Isso eu posso fazer, isso eu não posso fazer” etc.), seja porque intervimos no fluir dos acontecimentos ao conversar com as outras pessoas e expressar nossos desejos, opiniões e decisões, como, por exemplo, na escola, em casa, no trabalho e na atividade política, com o voto.

7. Língua adâmica refere-se a uma vertente de explicação para a discussão sobre como e quando teriam surgido as línguas. Por essa vertente, haveria uma língua original da qual teriam se derivado todas as outras. O adjetivo “adâmico” é uma referência à explicação bíblica de que a capacidade de nomear as coisas teria sido conferida por Deus aos seres humanos por intermédio de Adão. Assim, no início dos tempos, haveria apenas uma língua, que todos falavam e por meio da qual se entendiam, o que deixou de acontecer após o episódio da Torre de Babel.
8. Nessa frase, as palavras “rosa” e “cravo” não se referem a coisas individuais e sim a conceitos gerais de rosa (qualquer rosa) e cravo (qualquer cravo), o que ficou conhecido como universais: palavras que nomeiam conceitos gerais ou classes de seres. Portanto, a frase poderia ser investigada nos termos da questão que, durante a Idade Média, concentrou o debate filosófico sobre a relação entre as palavras e as coisas, isto é, a discussão sobre se os universais existem na realidade (tese realista) ou apenas no pensamento (tese nominalista). Na frase em questão, a pergunta seria: existe de fato essa rosa e esse cravo aos quais me refiro, entendidos como universais, ou são nada mais que palavras?
9. A afirmação está correta. O termo “jogos de linguagem”, cunhado por Wittgenstein, refere-se à percepção de que as palavras adquirem seu significado no uso social, nos diferentes modos de ser e de viver nos quais a fala está inserida. Portanto, a linguagem não é estática nem passiva (reflexo do real). Cada palavra pode significar coisas distintas em contextos distintos, como em um jogo.
10. Sim, pois nessa discussão também houve aqueles que enfatizaram a interação social (cultura) e outros que defenderam a hipótese de uma relação com estruturas mentais geneticamente transmitidas (natureza). Conforme exposto no capítulo, a primeira vertente ficou conhecida como condutista ou behaviorista e foi defendida por Bloomfield e Skinner. A segunda corresponde à tese inatista de Noam Chomsky e sua gramática universal (padrão linguístico básico ao qual se amoldam todas as línguas e que faria parte do patrimônio genético de nossa espécie).
11. Atividade de **contextualização** baseada em situação corriqueira que mostra a complexidade da comunicação, tendo como referência a teoria dos atos da fala, de Austin.
 - a) O ato locucionário de Ana foi dizer “Amanhã não, João. Não posso”.

- b) O suposto ato ilocucionário de Ana, de acordo com a escuta (interpretação) de João, foi “Não quero ir”.
- c) Os atos perlocucionários envolvidos na fala de Ana foram o amor-próprio ferido de João (expresso na frase “Ela não gosta de mim”) e, finalmente, a raiva do rapaz (expressa na frase “Droga!”).
- d) O lado mais determinante foi a escuta do rapaz, a interpretação que deu às palavras.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **O poder da linguagem:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). A frase refere-se à tese do papel ativo e gerativo da linguagem. Há muitos fatos que apoiam essa tese: todas as declarações históricas, como a de independência dos EUA, a dos direitos humanos, “Digam ao povo que fico” e “Independência ou morte” de D. Pedro I etc. O voto, entendido como um “sim” a um candidato, é outro bom exemplo de linguagem como ação. O político que decepiona seus eleitores é um exemplo de situação em que era melhor o silêncio (dele ou o silêncio de não ter votado nele). Espera-se que os estudantes também enveredem no terreno pessoal, conectando a tese às próprias vidas ou a acontecimentos atuais.
2. **Limites do mundo:** Resposta pessoal. Espera-se que os alunos relacionem, de maneira livre, essa frase com as diversas abordagens que fizemos sobre o papel determinante da linguagem, seja como filtro, seja como ação. Não importa aqui o que o filósofo quis dizer especificamente com ela no contexto de seu livro. Você pode dividir a classe em dois grupos, cada um trabalhando com um tema desta seção. Depois, as conclusões dos debates são apresentadas para toda a classe.
3. **Escuta e comunicação:** Resposta pessoal. Há diversas abordagens possíveis. Você pode ajudar a classe, se for necessário, com algumas dicas. A teoria dos atos da fala, de Austin, ilustra uma parte da importância da escuta no contexto da comunicação. Hoje em dia, costuma-se dizer que a comunicação ocorre naquele que escuta, uma vez que esta tem relativa autonomia em relação à fala (o que não quer dizer que aquele que fala não tenha responsabilidade sobre o resultado de um ato comunicativo). Saber ouvir é uma arte.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

As afirmações corretas são 04, 08 e 16, totalizando 28. Peça aos estudantes que justifiquem suas escolhas. As alternativas 01 e 02 são incorretas, porque, ao contrário das linguagens artificiais, as línguas são altamente flexíveis, modificando-se historicamente; e a comunicação humana se dá por diversas formas, além da linguagem oral, como a escrita, os gestos, a arte etc.

PARA PENSAR

1. O fato de seus filhos gêmeos, Ian e David, de quatro anos e meio de idade, posporem um “ê” ao nome de cada um quando chamam um ao outro, o qual marcaria, para o autor do artigo, um vocativo, isto é, um caso de declinação que se perdeu no português. Isso é surpreendente, já que eles não deveriam ter a menor noção do que seja uma declinação.
2. O autor supõe que os meninos estão não apenas pensando gramaticalmente como ainda resgataram de forma intuitiva uma distinção da qual no português só ficaram resquícios. Essa suposição poderia ser explicada pela teoria da gramática universal, desenvolvida por Noam Chomsky, segundo a qual os seres humanos já nascem equipados com um “software” linguístico em seus cérebros, isto é, dotados de alguns princípios gramaticais comuns a todos os idiomas.
3. Para o autor, a mais forte das evidências em favor da tese da gramática universal é o fato de que não há povo que não tenha desenvolvido uma língua, diferentemente da escrita, que foi “criada” de forma independente não mais do que meia dúzia de vezes em toda a história da humanidade. Outro argumento é que, diferentemente da escrita, que precisa ser ensinada, uma criança aprende um idioma quase sozinha, bastando estar em contato com ele. Há também o argumento de que as pessoas expostas a *pidgins* acabam desenvolvendo, no espaço de uma geração, uma gramática para essa nova linguagem, além da constatação de que bebês surdos-mudos “balbuciam” com as mãos exatamente como o fazem com a voz as crianças falantes.
4. Resposta pessoal, em parte. Espera-se que os alunos se posicionem com relação às observações finais e polêmicas do artigo. Para o autor, se a linguagem é essencialmente humana, ficam sem sentido iniciativas como a do Seti (*Search for Extra-Terrestrial Intelligence*, ou “Busca por Inteligência Extraterrestre”), esquecendo que “essencial” não quer dizer “exclusivo”. O autor também critica a função da gramática, pois, se ela é inata e todos a possuímos, para ele não faz muito sentido classificar como “pobre” a sintaxe alheia. Se a linguagem é a resposta evolucionária à necessidade de comunicação entre humanos, o único critério possível para julgar entre o linguisticamente certo e o errado é a compreensão ou não da mensagem transmitida. Uma frase ambígua seria mais “errada” do que uma que ferisse as caprichosas regras de colocação pronominal.

CAPÍTULO 9 – O trabalho

Justificativa

O trabalho constitui outro elemento fundamental da relação do ser humano com o mundo, pois, junto com a linguagem, insere nossa espécie no universo da sociedade e da cultura. Além disso, como fato cultural, é determinante na construção da vida e da identidade

de cada indivíduo. Assim, seguindo a estratégia traçada para esta unidade, vimos a necessidade de dedicar um capítulo para a reflexão sobre esse tema.

Objetivo geral

Introduzir o estudante na reflexão sobre o trabalho por meio da abordagem de um conjunto consagrado de problemas relacionados com esse tema.

Objetivos específicos

1. Percorrer as distintas maneiras de conceber e organizar o trabalho ao longo da história.
2. Apresentar a distinção do conceito de alienação em Hegel e em Marx.
3. Investigar o problema da alienação nos âmbitos do trabalho, do consumo, da cultura, das relações humanas e do lazer.
4. Discutir o problema do impacto do desenvolvimento tecnológico na esfera do trabalho, gerando avanços, mas também desemprego.

Sugestões de livros

ANTUNES, Ricardo (Org.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995.

RANIERI, Jesus. *Trabalho e dialética*. São Paulo: Boitempo, 2011.

Sugestões de páginas na internet

- Entrevista no programa Roda Viva com o professor de sociologia da Unicamp Ricardo Antunes. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CcBF1DpuePU>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e sociologia). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo e seus vínculos com as outras disciplinas envolvidas, bem como a pergunta formulada no livro do aluno. ♦ Trata-se de um dos quadros mais famosos de Jean-François Millet (1814-1875), pintor realista francês, precursor do impressionismo, que se dedicou principalmente a retratar o campo e seus trabalhadores humildes, o que lhe rendeu muitas críticas à época. ♦ Sob uma suave luz crepuscular, três mulheres trabalham recolhendo os restos da colheita que ficaram caídos no terreno (isso é o que significa **respigar**, o trabalho que realiza uma **respigadora**). A tarefa era das mais duras e, ao mesmo tempo, das menos valorizadas na esfera rural. O horário, a posição inclinada de seus corpos e a mão levada às costas por uma delas denunciam sua fadiga, bem como sua digna abnegação, força e superação. Temos assim, expressos em linguagem pictórica, esses dois lados contraditórios do trabalho.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Para ser realizada primeiro individualmente e depois em uma conversa com toda a classe.
2. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia e arte). A figura traz um personagem com a boca aberta “tragando” de forma opressiva uma quantidade absurda de bens de consumo, quase equivalente a seu próprio tamanho. É uma imagem eloquente do consumo alienado, e o fato de estar sentado em um sofá nos faz pensar que esses produtos vêm da propaganda na televisão a que assiste passivamente todos os dias. Aproveite, se achar oportuno, para relacionar esse consumo alienado, essa adição às compras, com problemas tão graves quanto a adição às drogas ou ao álcool.
3. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia e arte). A fotografia do condomínio de luxo ao lado de uma favela é uma imagem eloquente de uma sociedade fraturada, com incluídos e excluídos lado a lado. É clara sobre onde há possibilidades concretas de um ócio criativo, embora, infelizmente, o que provavelmente predomine aí seja o lazer alienado. Antes se dizia que o bolo tinha que crescer para depois ser dividido. O bolo cresceu, mas não foi repartido. Quem são os incluídos e os excluídos da grande “festa” do mundo globalizado atual? Você pode propor essa questão aos alunos.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Significa basicamente que é uma atividade que caracteriza e distingue os seres humanos dos animais, tendo em vista que implica a existência de um projeto (mental) que determina uma conduta para se alcançar o resultado desejado, o que não ocorre com outros animais, segundo a interpretação tradicional. Os estudantes podem recorrer também a outros argumentos: que mediante o trabalho o ser humano produz cultura, ou expressa a sua vontade, ou manifesta a sua liberdade. Você pode estimular essa articulação de ideias solicitando e validando várias respostas.
2. Com exceção, talvez, dos primórdios da história, parece ter havido sempre um maior prestígio do trabalho intelectual, desenvolvido por poucos, sobre o corporal ou manual, realizado pela maioria. O estudante poderá justificar sua resposta usando elementos históricos apresentados no capítulo e/ou dados da realidade atual do mercado de trabalho. A partir desta questão, você tem a oportunidade de introduzir também o tema da função social de todas as profissões e discutir os gostos e preconceitos tanto em relação às atividades mais corporais como às mais mentais.
3. Espera-se que o aluno estabeleça um contraste entre a ênfase do pensamento de Hegel em uma visão positiva sobre o trabalho, tido por ele como um elemento de autoconstrução e de libertação do ser humano, e a ênfase da análise de Marx numa visão negativa, que revela um desvirtuamento da atividade laboral dentro das sociedades capitalistas, impedindo esse papel edificador e libertador do trabalho.
4. Basicamente, a objetivação seria o processo próprio do ser humano pelo qual este se exteriorizaria nos objetos e nas coisas que produz, como na criação da cultura. A alienação seria um processo ativado por circunstâncias externas ao ser humano, principalmente aquelas encontradas no capitalismo, em que, após transferir suas potencialidades para os produtos que cria, o ser humano deixa de identificá-los como obra sua.
5. A frase relata um sintoma comum do processo de alienação no trabalho, que causa a perda do envolvimento afetivo e intelectual que o trabalhador normalmente teria com sua atividade, pela impossibilidade de identificar-se com sua obra. Essa relação vai se tornando fria, monótona e apática.
6. Tem um papel muito importante, uma vez que é em grande parte por meio dela que se criam nas pessoas necessidades de consumir determinadas coisas e que não são próprias do indivíduo. Trata-se do consumo alienado, no qual não existe uma relação direta e real entre o consumidor e o verdadeiro prazer da coisa adquirida. O consumidor compra rótulos e grifes.
7. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Espera-se que o estudante identifique situações concretas de sua experiência.
 - a) De maneira geral, o processo de alienação afasta o indivíduo de sua obra, fazendo com que ele perca também o contato com seu eu genuíno, sua individualidade, sua identidade. Assim, como diz Fromm, “eu sou o que você quer que eu seja” e compete no “mercado das personalidades”.
 - b) Pela mesma razão, cada pessoa passa a ver a outra segundo critérios e valores definidos pelo “mercado de personalidades”. O outro passa a valer também como um objeto, uma mercadoria. As relações tornam-se frias, calculistas, interesseiras.
 - c) No consumo alienado, estimulado pela propaganda, o objeto adquirido funciona como um signo da diferença de *status* e é uma forma de afirmar a diferença entre as pessoas e compensar uma insatisfação consigo próprio.
 - d) Algo semelhante ocorre com a produção cultural e as atividades de lazer. O indivíduo consome o produto cultural ou de lazer da moda sem ter com ele um envolvimento autêntico.
8. Gorz refere-se às mudanças que estão ocorrendo no cenário laboral em quase todo o mundo, em consequência basicamente dos avanços tecnológicos e da automatização de diversas atividades mecânicas ou rotineiras. Isso, somado a outros fatores ligados a uma reorganização do trabalho nas grandes empresas e novas políticas laborais,

poderia levar a uma situação de maior tempo livre para o trabalhador. Assim, paralelamente à sua atividade profissional (“o trabalho socialmente útil”), ele poderia ocupar-se com outras tarefas de seu interesse, e estas teriam a possibilidade de se tornar até mesmo centrais em sua vida.

9. Os incluídos são todos aqueles que podem desfrutar das “bondades” do sistema capitalista: os *shoppings*, os produtos de grife, os aeroportos, as tecnologias etc. Os excluídos, por sua vez, são a parte da população que ocupa a base da pirâmide socioeconômica e que não tem recursos para ascender a esses cenários e bens de consumo, vivendo apenas os problemas e as mazelas do sistema.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Dignidade versus escravidão:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Espera-se que os estudantes possam fundamentar suas opiniões com conceitos apresentados no capítulo. Você poderá pedir a eles que, primeiro, reflitam sobre qual afirmação consideram verdadeira, para depois organizar um debate entre aqueles que apoiam uma e outra posição. Outra alternativa seria encaminhar a discussão para temas como a exploração do trabalho infantil, escravo, sexual etc.
2. **Cultura televisiva:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia, língua portuguesa e arte). A tirinha é uma crítica clara à programação televisiva nacional, em que o fenômeno da cultura alienada e da promoção do consumo alienado se expressa com toda força. Promova um debate em classe sobre as questões propostas, especialmente sobre uma possível lei que regule os conteúdos veiculados pelos meios de comunicação, abordando também o risco de se cair no outro extremo, da censura, como nos tempos ditatoriais.
3. **Sonho e realidade:** Resposta pessoal, em parte. O texto retoma vários conceitos trabalhados no capítulo: desvalorização do trabalho manual, idealização da mecanização da produção econômica, possibilidade de uma sociedade de tempo livre, ócio criativo. Você pode estimular aqui uma discussão sobre a última questão proposta no capítulo, e deixada para o estudante tentar responder: Que mudanças socioeconômicas e de mentalidade poderiam ser promovidas para que a situação atual se transforme e o trabalho possa cumprir sua função libertadora?
4. **Meu trabalho:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. Essa série de perguntas, partindo de conceitos trabalhados no capítulo, visa conduzir o estudante a uma reflexão sobre si mesmo, suas preferências, sua identidade, sua autonomia, bem como estimular uma reflexão prática sobre o que deve fazer para concretizar seus sonhos. Proponha ao final das conversações fazer uma tabulação das profissões que os alunos gostariam de

adotar, a qual poderia tornar-se objeto de outra análise para buscar possíveis explicações para as profissões preferidas e as preteridas.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

O trecho citado aborda o problema do trabalho, do consumo e do lazer alienados, salientando a falta de liberdade em nossa sociedade de consumo. O progresso técnico funciona como uma mola propulsora dessa sociedade, criando continuamente novos produtos para suprir novas necessidades. Nesse contexto, o indivíduo não dispõe de outras escolhas além daquelas que já fazem parte da engrenagem do sistema, embora elas sejam apresentadas como produto da liberdade dos indivíduos, pois propaga-se a ideia de que temos acesso a todo tipo de opinião e também podemos expressar a nossa, quando na verdade apenas reproduzimos e vemos reproduzidos os ideais que sustentam o consumo e a sociedade que se baseia nele. Portanto, a liberdade verdadeira do indivíduo, para Marcuse, só ocorre, como afirma o texto, quando ele toma consciência de sua real situação dentro da sociedade de consumo e começa a fazer suas próprias escolhas, baseadas em “suas próprias necessidades e satisfações”, liberando-se.

PARA PENSAR

1. Mesmo desconhecendo a informação de que os tupinambás eram um povo indígena que desenvolvia uma espécie de economia coletivista, o aluno poderá deduzir pelo texto que eles trabalhavam para satisfazer suas necessidades imediatas e não tinham a preocupação de acumular bens, característica do capitalismo. Isso se depreende do comentário contido no último parágrafo.
2. Fundamentalmente, o que o nativo critica é o fato de os europeus trabalharem tanto e sofrerem tantos incômodos pelo simples desejo de acumular riquezas, o que, na maneira de pensar da sua cultura, seria algo inconcebível, pois eles vivem para o momento. O estudante poderá também emitir uma opinião sobre essa visão de mundo. Aproveite, se tiver a oportunidade, para voltar ao tema das distintas visões de mundo, agora em relação a modo de vida.
3. Espera-se que o estudante perceba a semelhança e estabeleça uma relação entre a descrição de Marx e Engels, de mais de 150 anos atrás, e o fenômeno tão contemporâneo da globalização econômica, discutido e noticiado constantemente pelos meios de comunicação. É que esse processo iniciou-se há vários séculos. O estudante poderá discorrer sobre as negociações intergovernamentais que estão acabando paulatinamente com as barreiras comerciais entre os países e a abertura econômica das nações a empresas e produtos estrangeiros. Embora este tema seja polêmico, poderá assinalar também que se trata de um processo que não beneficia a todos da mesma maneira, pois está ameaçando a sobrevivência das indústrias nacionais em

diversas partes, principalmente nos países latino-americanos, que, em sua maioria, ainda não têm condições tecnológicas e de capital para competir com a indústria dos países mais desenvolvidos.

4. De maneira geral, os dois textos expressam uma crítica ao modelo de produção e consumo da sociedade capitalista e ao seu propósito básico, que é a acumulação de riquezas.

■ CAPÍTULO 10 – O conhecimento

Justificativa

Outro aspecto que compõe a complexidade humana – e, para muitos, nossa característica fundamental – é o fato de sermos *Homo sapiens*, um ser que sabe, e que também sabe que sabe. No entanto, a dúvida sobre esse saber e seus limites sempre rondou o espírito humano, tanto assim que a questão sobre o conhecimento verdadeiro constitui um dos tópicos mais antigos e clássicos da história da filosofia. Daí decidirmos concluir esta unidade sobre o ser humano e sua relação com o mundo abordando a temática do conhecimento.

Objetivo geral

Introduzir o estudante nos estudos gnosiológicos por meio da abordagem de um conjunto consagrado de problemas vinculados ao conhecimento e de algumas das principais teorias que se formularam a esse respeito.

Objetivos específicos

1. Trabalhar os conceitos de representação e de verdade.
2. Apresentar o debate sobre o problema da relação sujeito-objeto.
3. Investigar as principais interpretações sobre a origem ou fonte primeira do conhecimento.
4. Trabalhar o debate sobre as possibilidades de se conhecer a verdade ou o ser em si.

Sugestões de livros

FIGUEIREDO, Vinícius. *Kant e a Crítica da Razão Pura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

THOUARD, Denis. *Kant*. Col. Figuras do Saber. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para o tema, com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo e seus vínculos com as outras disciplinas envolvidas, bem como a pergunta formulada no livro do aluno. ♦ Por sua formação e interesse em filosofia, os trabalhos do pintor e ilustrador polonês Janusz Kapusta (1951-) lidam muitas vezes com problemas filosóficos. ♦ Começando com uma descrição da obra, é possível ver um indivíduo diminuto diante da imagem de uma cabeça humana imensa, cheia do que parecem ser os livros de uma estante gigante. Portanto, à primeira vista, podemos dizer que o conhecimento (a grande cabeça) é

retratado como a informação acumulada por algum grande erudito (o “homem do conhecimento” do título) ou pela humanidade. O pequeno indivíduo se sentiria oprimido ou estimulado diante desta imagem? Cremos que a imagem é opressiva. De qualquer forma, é uma interpretação que não problematiza o conhecimento em si e o realismo do senso comum. ♦ Mas é possível ver também na imagem uma metáfora do processo de conhecer a partir de uma perspectiva idealista *à la* Kant: o indivíduo-sujeito entra em contato com o mundo-objeto e constrói deste um conhecimento ou conjunto de conhecimentos (a estante gigante) que está limitado pela forma humana (a cabeça gigante), ou seja, por suas próprias estruturas e filtros. ♦ Você pode avançar sobre várias questões. Aproveite para problematizar ao máximo a concepção realista do senso comum de que a mente é uma espécie de espelho da natureza.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização**, com enfoque **interdisciplinar** (com arte). É possível fazer distintas interpretações. Na imagem, um quadro reproduz fielmente a natureza, o que pode ser entendido como uma metáfora do representacionismo. Mas há nela um problema ou sinal de alerta: mesmo que seja perfeita, a representação será sempre fragmentária, como no quadro, pois não pode captar o restante do real ao qual está vinculada.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Resumidamente, para saber se sua busca da verdade é possível. Assim, antes de confiar plenamente na percepção e compreensão que alcançavam das coisas, decidiram investigar a própria faculdade de conhecer do ser humano para saber se é possível o conhecimento verdadeiro e em que condições.
2. Segundo a tese tradicional do representacionismo, a representação é parte fundamental do processo do conhecimento, pois este se dá quando a mente apreende de forma adequada uma coisa, ou seja, quando a representa para si mesma. Sem representação, não há conhecimento. A representação seria, então, uma “imagem” ou “reprodução” mental da coisa conhecida. Você pode esclarecer aqui que a noção de conhecimento como representação, ou seja, entendido como um “fac-símile” da realidade, foi contestada por filosofias contemporâneas como a fenomenologia e tem sido bastante objetada nos dias atuais, principalmente com os avanços da psicologia cognitiva e da neurobiologia. Hoje se fala em relação adequada entre sujeito e objeto ou, quando se usa a palavra representação, esta significa simplesmente a produção de padrões neuronais consistentes entre sujeito e objeto e entre sujeitos (um mesmo objeto produz padrões neuronais semelhantes em distintos sujeitos da mesma espécie).
3. São o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. O primeiro é nossa consciência, nossa mente.

O segundo, a realidade, o mundo, os inúmeros fenômenos, as próprias sensações internas ou as ideias. A concepção tradicional (relativa ao representacionismo) é a de que, no processo de conhecimento do mundo externo, o sujeito consegue apreender o objeto e representá-lo mentalmente de maneira adequada. Quando não se estabelece essa relação, não há conhecimento.

4. Diferem na maior ênfase que dão, no processo de conhecimento, ao sujeito (idealismo) ou ao objeto (realismo). Basicamente, o realismo entende que o mundo externo existe independentemente do sujeito e que se mostra a este como realmente é, determinando o conhecimento que se estabelece. Já o idealismo considera que tudo o que conhecemos são nossas ideias ou representações do mundo, construídas por nossa mente ou consciência.
5. A afirmação é do filósofo inglês John Locke, formulador da tese básica do empirismo, que diz que todas as nossas ideias são provenientes, em última instância, de nossas percepções sensoriais (visão, audição, tato, paladar, olfato). Sem nenhuma experiência, nossa mente deve ser como um papel em branco, isto é, totalmente vazia.
6. Essa é a recomendação de Descartes. Como racionalista, ele entende que a experiência sensorial é uma fonte permanente de erros e confusões sobre a complexa realidade do mundo. Portanto, somente a razão humana, trabalhando com os princípios lógicos, pode atingir o conhecimento verdadeiro.
7. Dando um pouco de razão aos dois lados: a experiência forneceria a matéria do conhecimento (os seres do mundo), enquanto a razão organizaria essa matéria de acordo com as estruturas existentes *a priori* no pensamento, que possibilitam a experiência e determinam o conhecimento.
8. O conceito de verdade ou conhecimento verdadeiro implica basicamente uma correspondência entre o que se pensa e a realidade que se quer conhecer. Mas no contexto filosófico “conhecer a verdade” refere-se com frequência à ideia de conhecer a essência ou a realidade intrínseca do objeto. Trata-se de conhecer o ser, a realidade essencial e metafísica das coisas (conforme estudamos no capítulo 6).
9. Resposta pessoal, em parte. Trata-se de uma ironia crítica de Maritain a respeito do ceticismo, pois este, ao dizer que nada é verdadeiro, acaba afirmando que pelo menos existe algo de verdadeiro, isto é, o conhecimento de que nada é verdadeiro. Portanto, para não cair em contradição com sua doutrina, o cético deve abster-se de fazer qualquer afirmação, mesmo em pensamento.
10. Primeiramente é preciso explicar que se trata de um impasse sobre a possibilidade de conhecer a verdade ou as coisas em si. O ceticismo basicamente nega essa possibilidade de diversas maneiras e em diferentes graus, dependendo da corrente (ceticismo absoluto, subjetivismo, relativismo, probabilismo, pragmatismo). O dogmatismo, por sua vez, defende essa possibilidade, ou seja, afirma

que se pode conhecer a verdade de tudo. O criticismo kantiano representa uma tentativa de superar esse impasse, porque, pela crítica da razão pura, Kant admite a possibilidade de conhecer a verdade, como os dogmáticos, mas defende que esse conhecimento é limitado e ocorre sob condições específicas. Para Kant, nem tudo pode ser conhecido.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Realismo versus idealismo:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e de **autoconhecimento**. Você pode organizar grupos de discussão, colocando em cada grupo pelo menos um partidário de cada corrente para que haja um debate.
2. **Razão ou experiência:** A atividade relaciona assuntos de dois capítulos distintos (capítulo 2 e este), favorecendo a conexão entre matérias. Trata-se de uma conclusão lógica, portanto fundada na razão, mas sempre é possível polemizar, como dizer que o pensar é uma atividade, portanto uma experiência. Você pode estimular os alunos a buscar frases que exemplifiquem conhecimentos baseados na experiência e na razão, relacionando-os com a matéria do capítulo 5, sobre argumentos indutivo (experiência) e dedutivo (razão).
3. **Senso comum e conhecimento:** Resposta pessoal, em parte. Basicamente, a ideia é fazer o estudante refletir sobre a maneira ingênua como a maioria das pessoas entende o conhecimento. Somos em geral realistas, porque pressupomos que os objetos se mostram a nós como realmente são e que os percebemos como realmente são. Consequentemente, somos dogmáticos também, porque, se os objetos se mostram como são, então podemos conhecê-los de verdade; basta nos aplicarmos para isso.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Peça aos estudantes que justifiquem suas respostas. Somente a alternativa **e** é correta, mas não no sentido do idealismo racionalista, pois para Kant todo conhecimento começa pela experiência, como afirmaram os empiristas, só que, para ele, os objetos são regulados pelas formas *a priori* de nosso conhecimento, de tal maneira que o sujeito acaba sendo determinante.

PARA PENSAR

1. O racionalismo de Descartes pode ser identificado nas frases: “porque os nossos sentidos nos enganam às vezes, quis supor que não havia coisa alguma que fosse tal como eles nos fazem imaginar”; “notando que esta verdade: eu penso, logo existo era tão firme e tão certa [...], julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da filosofia que procurava” etc. O empirismo de Hume pode ser exemplificado com a frase inicial: “quando analisamos nossos pensamentos ou ideias, [...]”

sempre descobrimos que se resolvem em ideias simples que são cópias de uma sensação ou sentimento anterior”. A posição crítica em relação às duas doutrinas anteriores pode ser vista nas frases: “Não há dúvida de que todo o nosso conhecimento começa com a experiência”; “mas embora todo o nosso conhecimento comece com a experiência, nem por isso todo ele se origina justamente da experiência. Pois poderia bem acontecer [...] nossa própria faculdade de conhecimento”.

2. Descartes faz a seguinte argumentação: se não há nada no entendimento que não tenha passado antes pelos sentidos, conforme dizem os filósofos do empirismo, como explicar a existência das ideias de Deus e de alma, das quais não se tem percepção sensorial?
3. Hume refuta o argumento de Descartes acima mencionado recorrendo à tese de que ideias complexas formam-se a partir de ideias ou impressões simples, e estas seriam cópias diretas de sensações ou sentimentos. Assim, a ideia de Deus seria cópia de ideias semelhantes, como bondade e sabedoria, depois ampliadas sem limites.
4. Conhecimentos *a priori* são aqueles que ocorrem de maneira absolutamente independente de toda a experiência, ou seja, originam-se da razão. Exemplo: qualquer verdade matemática. Conhecimentos *a posteriori* são aqueles que surgem apenas com a experiência, tendo como fonte, portanto, os sentidos. Exemplo: a água do mar é salgada.
5. Resposta pessoal. Você pode, por exemplo, organizar a classe em três grupos de discussão, cada um trabalhando um dos textos e tendo pelo menos um partidário de cada corrente. Assim, um grupo vai discutir Descartes; outro, Hume; e um terceiro, Kant.

UNIDADE 3

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Justificativa

Sabemos que o tempo é uma dimensão básica e estruturadora da experiência humana. Por meio dele organizamos nossas vivências e as informações de que dispomos. Por isso, quisemos que uma unidade de nosso livro tivesse a linha do tempo como fio condutor do estudo das distintas filosofias, de modo que pudéssemos explicitar – mesmo que de forma concisa – sua contextualização histórica e as relações que estabeleceram entre si na discussão de determinados problemas ao longo dos séculos. Muitos docentes gostam e fazem bom uso desse enfoque. De nossa parte, acreditamos que a combinação e a alternância entre as abordagens temática e histórico-cronológica pode ser muito útil e produtiva no processo de ensino-aprendizagem da filosofia.

Composição

Capítulos: 11. Pensamento pré-socrático; 12. Pensamentos clássicos e helenísticos; 13. Pensamento cristão;

14. Nova ciência e racionalismo; 15. Empirismo e Iluminismo; 16. Pensamento do século XIX; 17. Pensamento do século XX.

Objetivo geral

Trabalhar de forma clara e concisa a história da filosofia – ou, se preferirem, algumas das principais filosofias ao longo da história.

Objetivos específicos

1. Focalizar os pensadores e correntes de pensamento mais relevantes da tradição filosófica.
2. Apresentar o contexto sociopolítico e cultural em que surgiram, favorecendo sua compreensão como construções históricas.
3. Investigar alguns dos problemas que abordaram, as teses mais destacadas que propuseram e, em alguns casos, os debates que despertaram.
4. Seguir oferecendo aos estudantes um contato efetivo com um número cada vez maior de excertos de textos clássicos, produzidos tanto por filósofos como por comentadores renomados.
5. Seguir trabalhando os diversos conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais) por meio de atividades que busquem o desenvolvimento das principais competências relacionadas com a prática filosófica.

Estratégia adotada

1. Abordagem histórico-cronológica capítulo a capítulo, começando pelo mundo grego por volta do século VII a.C.
2. Organização dos conteúdos em sete capítulos: dois para as filosofias antigas, um para o pensamento cristão, dois para as filosofias modernas e dois para as reflexões desde o século XIX.
3. Remissões frequentes no texto principal aos capítulos temáticos que possam servir de apoio para um aprofundamento da reflexão sobre determinados problemas (e vice-versa, pois muitas vezes são os capítulos temáticos que remetem aos capítulos históricos). Desse modo, também evitamos a repetição de conteúdos.

Recomendações

Flexibilize o uso do livro e sua própria metodologia alternando entre os enfoques histórico e temático. Para isso, há as remissões que acabamos de mencionar, as quais se encontram no livro do aluno. Veja também neste manual, na apresentação de cada capítulo desta unidade, as conexões que propomos entre ele e os conteúdos de outros capítulos. Tenha em conta, porém, que na prática pedagógica diária podem surgir vínculos distintos, já que são múltiplas e às vezes imprevisíveis as trilhas que levam à reflexão filosófica. Aproveite-as para trabalhar outros temas e capítulos de forma oportuna e significativa para os estudantes.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática a ser abordada na unidade, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e língua portuguesa). Para ser realizada no início do trabalho com a unidade ou em algum momento em que possa ser útil, como, por exemplo, ao começar o estudo do pensamento moderno. ♦ Realize primeiramente uma breve discussão sobre essa obra do pintor renascentista italiano Giorgione, ou Giorgio Barbarelli da Castelfranco (1477-1510), pesquisando antes sua biografia. Por seus traços, vestes, idades e atitudes é possível supor – seguindo a interpretação mais plausível – que os três homens retratados sejam Aristóteles, Averróis e algum representante do humanismo, coincidindo com três momentos e/ou modos de pensar: o antigo, o medieval e o moderno-renascentista. Note que, enquanto o mais velho traz, meio encoberto, um tratado astronômico, o jovem sentado observa a natureza e realiza medições com um compasso e um esquadro, indicando a nascente ciência moderna. Destaque também, entre outros aspectos, como o artista consegue dar vida ao quadro criando, por meio de imagens suaves, proporção e elegância, uma atmosfera que transmite uma relação intensa e equilibrada do ser humano com a natureza (algumas das características da arte renascentista). Depois, promova uma discussão sobre as relações possíveis entre a imagem e o trecho da canção *Tempo rei*, de Gilberto Gil. O fator comum pode ser a reflexão sobre o tempo que as duas obras apresentam. É interessante começar uma unidade que trabalha a história da filosofia com uma reflexão sobre o tempo. Em ambas as obras, o tempo rei se impõe, fazendo “tudo permanecer do jeito que tem sido”, isto é, contraditoriamente “transcorrendo, transformando” – uma mudança contínua. O verso “tempo e espaço navegando todos os sentidos” parece remeter à historicidade do pensar e das “formas do viver”. O que é eterno? Leia o depoimento do próprio Gilberto Gil sobre a criação dessa canção em seu *site* (disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_musica.php?page=5>, acesso em: 21 out. 2015).

CAPÍTULO 11 – Pensamento pré-socrático

Justificativa

Faz parte da tradição iniciar o estudo da história da filosofia por meio da abordagem do pensamento dos filósofos conhecidos como pré-socráticos, pois eles expressaram o momento de transição do pensamento mítico para o racional no contexto da Grécia antiga, que deu origem à filosofia ocidental.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo sobre as questões que mobilizaram as reflexões dos primeiros pensadores da história da filosofia ocidental e as respostas que deram a elas.

Objetivos específicos

1. Investigar a transição do saber mítico para o saber racional (*logos*) e sua relação com o nascimento da filosofia.
2. Refletir sobre as condições históricas que favoreceram essa transição, como a prática de debates em praça pública na pólis, seguindo a interpretação tradicional.
3. Estudar as questões fundamentais que pautaram as investigações dos filósofos pré-socráticos, com destaque para a busca da *arché*, que derivou na construção das primeiras cosmologias e no início das investigações sobre o ser, dando início à ontologia e à lógica.

Diálogo com os capítulos temáticos

1. A felicidade (nascimento e finalidade da filosofia);
2. A dúvida (atitude filosófica e papel da razão);
3. O diálogo (importância da palavra e do debate para o filosofar);
4. A consciência (modos de consciência e consciência crítica);
6. O mundo (capítulo inteiro).

Sugestões de livros

BORNHEIM, Gerd. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo: Cultrix, 1994.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VERNANT, Jean-Pierre. *O universo, os deuses, os homens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Sugestão de página na internet

Entrevista com autora de *Como ler os pré-socráticos*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=Q2RqIAiMMNw>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte, geografia, sociologia e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ O pintor pós-romântico russo Fyodor Bronnikov (1827-1902) era fascinado por temas relacionados com a Antiguidade greco-romana. Nessa obra, ele retrata um grupo de pitagóricos tocando diversos instrumentos de cordas no topo de uma colina em um ritual de saudação ao Sol. A imagem é muito feliz para iniciar um texto sobre os pré-socráticos, pois marca o interesse deles pela natureza, além de trazer elementos pictóricos que remetem à filosofia pitagórica, como o vínculo que estabeleciam entre música, matemática e cosmo. Chame a atenção para a presença de uma mulher entre o grupo (à direita tocando harpa), além daquelas que os observam de fora, algo que diferenciou os seguidores de Pitágoras em relação a outras comunidades filosóficas da época. ♦ Considerando as perguntas propostas em relação à imagem e as da seção **Questões filosóficas**, você pode orientar em algum momento a questão sobre o Sol para focalizá-lo, primeiramente, como um corpo material com características astrofísicas próprias (pesquisar) e, depois, como elemen-

to simbólico (como mito ou como arquétipo) e seus sentidos, relacionando depois os dois enfoques: fonte de luz, energia e calor; fonte de vida; fonte de poder; fonte de luz da consciência ou iluminação. É nesse contexto que o rito da saudação ao Sol ganha sentido. Em geral, os ritos religiosos expressam simbolicamente os mitos, constituindo-se, portanto, em formas de celebrá-los, rememorando-os e atualizando-os. Trata-se, assim, de abordar o tema do mito como uma forma de relação com e de compreensão da realidade, bem como de assinalar de que modo o pensamento pré-socrático se encontra nessa passagem entre o mítico e o pensamento racional.

♦ Aproveite para abordar um tema concreto e pouco discutido: a quase total **ausência de mulheres** na história da filosofia (como em outras áreas), pois mesmo as que existiram foram ignoradas pelos historiadores e pelos próprios filósofos. Sabemos que, na Antiguidade, às mulheres eram vedadas geralmente a educação formal e a participação política (algo que, aliás, até um século atrás ainda era bastante comum em boa parte das sociedades ocidentais), sendo-lhes reservado um lugar destacado apenas nas atividades religiosas. As comunidades dos pitagóricos parecem ter sido uma exceção, talvez por sua tendência mística, pois há relatos de que não só aceitavam a presença de mulheres, como várias delas tiveram participação destacada como filósofas e matemáticas. O fato, no entanto, é que a história das mulheres filósofas ainda precisa ser resgatada e contada. Para avançar sobre esse tema, faça uma pesquisa na internet. Recomendamos o *site* em espanhol: <<https://sites.google.com/site/laruecadeaspasia/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com geografia e biologia). Visa trabalhar a importância da água na vida humana e do planeta. Calcula-se que, ao nascer, 90 a 95% do peso de um bebê é composto de água. Com o passar dos anos, esse percentual vai se reduzindo, mas a média é de 75% de água em um adulto. Com relação à Terra, afirma-se que dois terços de nosso planeta são compostos de água. Esses dados revelam a importância do elemento água na constituição do mundo físico, o que pode nos fazer pensar que Tales não era tão ingênuo como alguns de seus críticos supunham.
2. Não há dúvida que sim, pois Pitágoras via número em tudo, assim como Galileu, que afirmava que o universo está escrito em linguagem matemática, sem falar em Newton, Descartes e outros. Você pode sugerir aos estudantes a releitura do capítulo 6, especialmente a parte que trata da matematização da natureza promovida pela ciência moderna.
3. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e reflexão pessoal, de conexão com a vivência individual dos estudantes. Você pode usar, por exemplo, poemas ou letras de músicas para sensibilizar a classe para o tema, como a canção *Metamorfose ambulante*, de Raul Seixas, ou outras mais atuais.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Podemos dizer, basicamente, que o *logos* e o mito são expressões opostas e complementares da experiência humana. O *logos* é a manifestação da consciência racional e se expressa linguisticamente mediante a argumentação, com o propósito de demonstrar uma ideia e de convencer as pessoas. O mito, por sua vez, é a manifestação da consciência mítica, alegórica, e se expressa mediante a narração e a fantasia, sem outro fim senão o total envolvimento e entrega das pessoas ao próprio mito.
2. A tese de Vernant é a de que o contexto sociopolítico da pólis, no qual os cidadãos discutiam em praça pública os destinos da cidade, favoreceu o desenvolvimento da linguagem argumentativa, discursiva, racional, que caracteriza a filosofia.
3. A preocupação dos primeiros filósofos centrou-se na construção de uma cosmologia, isto é, em uma explicação racional e sistemática das origens e características do universo físico. Com tal objetivo, buscavam a *arché*, o princípio substancial ou substância primordial existente em todos os seres materiais. Tales concluiu que a água seria essa substância primordial, Anaximandro, o *ápeiron* ("o indeterminado", "o infinito"), e Anaxímenes, o ar.
4. O que há de mais formal na explicação pitagórica da realidade é que, para Pitágoras, a essência de todas as coisas seriam os números. Assim, a *arché* não seria mais algo tão substancial como água ou ar, mesmo que "indeterminado", como o *ápeiron*. Os números são evidentemente um princípio mais formal, pois expressam fundamentalmente as relações de ordem e harmonia existentes entre os elementos que constituem a realidade.
5. A frase expressa uma concepção agonística e dialética da realidade, ou seja, a ideia de que é pela luta das forças opostas que o mundo se modifica e evolui. Para Heráclito, a vida é um fluxo constante, em permanente movimento e transformação.
6. Espera-se que o estudante comente, com certa liberdade, os aspectos divergentes básicos dos dois pensamentos. Heráclito tinha uma concepção mobilista da realidade, pela qual esta se modifica constantemente pela luta dos contrários. Para ele, o ser é um eterno vir a ser. Para Parmênides, os contrários jamais poderiam coexistir, e o ser é eterno, único, imóvel e ilimitado. Na concepção de Parmênides, Heráclito teria percorrido o caminho das aparências ilusórias, razão pela qual, para este, tudo se confunde em função do movimento, da pluralidade e do devir (vir a ser).
7. Zenão pretendia defender a doutrina de seu mestre, Parmênides, e demonstrar que a própria noção de movimento, defendida por Heráclito, era inviável e contraditória.
8. Seria, basicamente, por meio dos princípios de amor e ódio. Na teoria de Empédocles, fogo, terra, água e ar seriam os quatro elementos primordiais que dão origem a todas as coisas percebidas. O

princípio do amor seria responsável pela força de atração e união e pelo movimento de crescente harmonização das coisas (a permanência do ser, de Parmênides). O princípio do ódio responderia pela força de repulsão e desagregação e pelo movimento de decadência, dissolução e separação das coisas (o constante vir a ser, de Heráclito).

9. Demócrito afirmava que todas as coisas que formam a realidade são constituídas por partículas invisíveis e indivisíveis chamadas átomos, equivalentes ao ser (Parmênides). Também existiria no mundo real o vazio, que representaria a ausência de ser, o não ser. Devido à existência do vácuo (o não ser), o movimento dos átomos (do ser) seria possível, tornando infinita a diversidade do mundo (Heráclito).

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Mitos do mundo atual:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Espera-se que o estudante expresse sua compreensão do mito buscando elementos ou personagens da atualidade, como a ciência, o mercado, a modernidade, certos políticos, artistas etc., cujo carisma ou poder possa ser relacionado com as características do mito.
2. **Filosofia pré-socrática e mito:** Resposta pessoal, em parte. Espera-se que o estudante se aprofunde no tema. É possível identificar no pensamento pré-socrático estudado no capítulo uma pauta de preocupações e interpretações ainda ligadas ao mito. É o caso, por exemplo, da busca por uma explicação para a origem de todas as coisas (temática fundamental do mito). Mesmo considerando que as relações amorosas entre deuses e homens tenham sido substituídas pelas substâncias primordiais (*arché*) água, ar, fogo e *ápeiron*, ainda há muito de “invisível” e “divino” ou mágico em todas as suas teorias. Outro exemplo de elemento mítico é a visão dinâmica da realidade, plena de guerras e conflitos entre os deuses, e que dá origem às transformações do mundo, refletindo-se na visão cosmológica agonística de Heráclito, do vir a ser.
3. **Filosofia e cidadania:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). É a oportunidade de você propor um debate sobre a democracia e a democracia representativa, e se seria possível uma “radicalização” da democracia no sentido de uma participação mais direta dos cidadãos nos processos de decisão.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Alternativa **b**, pois somente as afirmativas III e IV são corretas. Peça aos estudantes que justifiquem sua resposta. A atividade relaciona também elementos estudados no capítulo 6, sobre o mundo, que aborda o tema dos mitos e suas cosmogonias. O texto citado é uma narrativa a respeito do surgimento do cosmos de acordo com a mitologia grega. Trata-se, portanto, de uma cosmogonia (como se afirma em III), que é anterior às ex-

plicações cosmológicas dos pré-socráticos (como se afirma em IV), não o contrário (como se afirma em I), e não tem interesses éticos (como se afirma em II).

PARA PENSAR

1. Fundamentalmente, o que ele diz é que os primeiros problemas abordados pelos filósofos correspondem às mesmas questões com as quais se iniciou a ciência. O que pretendiam os filósofos gregos – “estabelecer um discurso que falasse sobre a natureza íntima das coisas, que permanece a mesma em meio à multiplicidade de suas manifestações” – corresponde à busca básica da ciência por “descobrir uma ordem invisível que transforme os fatos de enigma em conhecimento”. É assim que os cientistas lutam até hoje com as perguntas feitas pelos primeiros filósofos.
2. A busca dos primeiros filósofos pela natureza íntima das coisas, que permanece a mesma em meio à multiplicidade de suas manifestações, levou-os, segundo o autor, a reduzir tudo a um mesmo suco ou essência, ou seja, a explicar a unidade em termos de substância. Depois passaram a outra interpretação, que considera como questão fundamental as relações e as funções entre os elementos que compõem a realidade.
3. Nietzsche afirma que devemos levar a sério a proposição de Tales porque: em primeiro lugar, ela enuncia algo sobre a origem das coisas (ou seja, não é um tema qualquer, embora pertença também ao âmbito do mito); em segundo lugar, o faz sem imagem e fabulação (isto é, sem mito; rompe com a tradição mítico-religiosa e mostra a perspectiva de um investigador da natureza); em terceiro lugar, nela está contido o pensamento: “Tudo é Um” (pois é uma afirmação de cunho filosófico, que busca a unidade na multiplicidade, o que transforma Tales em “pai da filosofia”).
4. “Todas as coisas se movem”, “nada permanece imóvel”, “não poderia entrar duas vezes num mesmo rio”.
5. A frase faz referência ao fato de que Heráclito tem uma concepção agonística, dialética e mobilista da realidade, ou seja, de luta entre opostos, de que tudo se modifica e evolui constantemente e de que o ser do mundo é o vir a ser, razão pela qual para ele não poderia haver a tranquilidade e a estabilidade do universo propostas por Parmênides.
6. Trata-se de um tema bastante amplo, de cunho **interdisciplinar** (com física) e que pode render um bom trabalho de pesquisa para o estudante. A física, desde Aristóteles, contempla o movimento do real, como na concepção mecanicista moderna ou nas teorias atômica ou quântica da matéria (as quais revelam que, sob a aparência estática, contínua e constante da matéria, existe um universo de movimento e mudança permanente).
7. Porque, de acordo com García Morente, essa concepção impede o ser humano de penetrar numa dimensão de si mesmo em que o ser é precisamente o

contrário: é ocasional e circunstancial, não tem nada de estático, quieto, imóvel, eterno. Para ele, existiria algo anterior à posse do ser, algo de que Parmênides não podia ter ideia. O autor do texto propõe a existência de um ser [o ser humano] que não se deixa espantar numa cartolina como a borboleta pelo naturalista. Ou seja, um ser indeterminado e livre.

8. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** que leva à reflexão sobre si mesmo e a existência em geral. Espera-se que o estudante estabeleça relações concretas entre o tema em questão e sua vida cotidiana e vivências mais profundas e íntimas, destacando nelas o que pode haver de permanente e o que sempre muda.

■ CAPÍTULO 12 – Pensamentos clássico e helenístico

Justificativa

Nenhum estudo sério da história da filosofia pode deixar de fora os grandes pensadores clássicos gregos e suas heranças imediatas e desdobramentos. Como afirmou o filósofo britânico Alfred North Whitehead, toda a filosofia ocidental é uma nota de rodapé à obra de Platão, bem como – acrescentamos nós – aos ensinamentos de Sócrates e à imensa contribuição de Aristóteles.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo sobre as principais questões que mobilizaram os pensadores dos períodos clássico grego e helenístico e as respostas que deram a elas.

Objetivos específicos

1. Investigar as relações históricas entre as práticas da retórica e da argumentação pública na pólis e o desenvolvimento da sofística, destacando concepções de Protágoras de Abdera e Górgias de Leontini.
2. Compreender a oposição de Sócrates aos sofistas e seu método dialógico.
3. Analisar algumas das principais concepções de Platão sobre os problemas da realidade (mundo sensível e inteligível), do conhecimento (teoria das ideias) e da política.
4. Examinar algumas das principais concepções de Aristóteles sobre os problemas da realidade (hilemorfismo teleológico) e da ética, bem como sua importância para o desenvolvimento do pensamento lógico e científico.
5. Explorar alguns dos aspectos mais destacados de filosofias helenísticas como o epicurismo, o estoicismo, o pirronismo e o cinismo.

Diálogo com os capítulos temáticos

1. A felicidade (respostas para esse tema de Platão, Aristóteles, epicurismo e estoicismo); 3. O diálogo (dialética socrático-platônica); 5. O argumento (capítulo inteiro); 6. O mundo (cosmologia aristotélica); 18. A ética (ética na Antiguidade); 19. A política (concepções políticas de Platão e Aristóteles).

Sugestões de livros

- ANNAS, Julia. *Platão*. São Paulo: LP&M, 2012. Col. Encyclopaedia.
- BARNES, Jonathan. *Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 2001. Col. Mestres do Pensar.
- BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. São Paulo: Loyola, 1998. Col. Leituras Filosóficas.
- CASSIN, Barbara. *O efeito sofístico*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- HARE, R. M. *Platão*. São Paulo: Loyola, 2009. Col. Mestres do Pensar.

Sugestões de páginas na internet

- Grupo de estudos em filosofia antiga da UFMG. Disponível em: <<http://filosofiantigaufmg.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Portal *Graecia Antiqua*. Disponível em: <<http://greeciantiga.org/>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Revista *Hypnos*. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/hypnos>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ O afresco pintado em uma das paredes do apartamento privado do papa Julio II é uma das obras-primas do pintor e arquiteto italiano do Renascimento Rafael Sanzio (1483-1520). Reúne alguns dos principais motores intelectuais da Antiguidade. No detalhe reproduzido na abertura do capítulo temos Platão e Aristóteles ao centro, Sócrates no canto esquerdo, em túnica marrom, Heráclito sentado abaixo no primeiro plano à esquerda e Diógenes meio deitado à direita em túnica azul. Você pode explorar a pintura inteira se puder projetá-la para a classe para identificar cerca de 20 personagens históricos da ciência e da filosofia. Há boas informações na internet, inclusive arquitetônicas, com *slides* que mostram afrescos pintados no palácio do Vaticano. ♦ A pergunta sobre o nome da obra permite uma abordagem prévia dos conteúdos do capítulo e uma contextualização histórica, como a importância de Atenas como grande centro cultural, os grandes mestres que lá viveram ou passaram, a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles etc.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade com enfoque **contextualizador**. As palavras de Sócrates são coerentes com seu pensamento e sua prática filosófica, de crítica à falsidade, direta, avessa aos subterfúgios. A atividade traz a história de Sócrates para o contexto da vida pessoal do estudante, favorecendo uma reflexão sobre seus próprios valores e atitudes a partir de um exemplo de tanta dignidade. Você pode recordar-lhes exemplos históricos ou

contemporâneos de pessoas que viveram e morreram conforme seus princípios.

2. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e reflexão, com possibilidade de posicionamento crítico. O mito da caverna presta-se a muitas analogias, como com a televisão, as ideologias, os medos, a cultura etc. Também parecem ter se inspirado nesse mito algumas obras de cinema, como *Matrix*, e de literatura, como *A caverna*, do escritor português José Saramago (em que a analogia é com um *shopping center* e o consumismo capitalista). Dê algum exemplo para que os estudantes se orientem.
3. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização**. Se considerar conveniente, trabalhe previamente um exemplo. Dos conceitos citados, podemos dizer: democracia – governo do povo (maioria), pelo povo e para o povo (substância) / situação em que o governante eleito democraticamente governa voltado para os interesses das elites (acidente); cidadão – indivíduo com direitos e deveres civis e políticos (substância) / o fato de que o cidadão não vote, não participe de reuniões da sua comunidade, ou que seja branco, negro ou mulato, homem ou mulher etc. (acidente); professor – pessoa que conhece bem determinada disciplina e possui habilidades educacionais para ensiná-la a outras pessoas (substância) / o fato de que o professor seja jovem ou mais velho, homem ou mulher, tímido ou extrovertido etc. (acidente); aluno – pessoa que participa de um processo educativo de aprendizagem (substância) / o fato de que o aluno seja baixo ou alto, jovem, adulto ou de idade, pobre ou rico etc. (acidente).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. À busca de explicações racionais para o universo do período pré-socrático seguiu-se um período de busca de explicações racionais para o próprio ser humano, suas capacidades, sua natureza, sua essência, bem como para as relações do indivíduo com a sociedade.
2. Os sofistas eram professores viajantes que vendiam ensinamentos práticos de filosofia. Suas lições visavam principalmente o desenvolvimento, nos alunos, do poder de argumentação, da habilidade retórica, da arte de convencer, tanto no âmbito público como no privado. Seu surgimento foi favorecido pelo momento histórico vivido pela civilização grega, uma época de muitas lutas políticas e intenso conflito de opiniões nas assembleias democráticas.
3. Essa frase é uma expressão da visão relativista e subjetivista básica do pensamento sofista, ou seja, de que toda verdade é relativa ao ser humano, pois, se o ser humano é a medida de todas as coisas, todas as coisas são de acordo com o ser humano. E, como cada indivíduo tem sua própria “medida” ou maneira de medir as coisas, as opiniões humanas são infundáveis, diversas, e não podem ser reduzidas a uma única verdade.
4. Basicamente, pode-se dizer que as semelhanças seriam o estilo de vida (Sócrates também desenvolvia o saber filosófico em praças públicas, conversando com todos que se interessassem pelas discussões) e a preocupação com a problemática do ser humano (abandonando a temática cosmológica dos filósofos pré-socráticos). Diferiam, porém, em muitas coisas: Sócrates não cobrava de seus discípulos, era dogmático (buscava a essência das coisas, o conhecimento verdadeiro) e combatia o relativismo; censurava o uso da retórica para atingir interesses particulares etc.
5. A primeira etapa é a da ironia, isto é, da interrogação radical, até chegar ao ponto em que o interlocutor é obrigado a reconhecer suas próprias contradições, dificuldades, lacunas, enfim, sua própria ignorância sobre determinado assunto. A segunda etapa, a maiêutica, consiste em reconhecer, trazer à luz a ideia sobre esse assunto, também mediante perguntas orientadoras.
6. O tema não é totalmente claro e livre de discórdância entre os estudiosos, mas a interpretação predominante, apresentada nesta obra, é a de que Sócrates dialogava com quem se interessasse – cidadãos, estrangeiros e escravos, ricos e pobres –, sem se importar com a posição socioeconômica de seu interlocutor. O problema é que a maioria da população (composta de escravos, estrangeiros e mulheres) não participava da democracia ateniense. Além disso, ele questionava tudo, inclusive as crenças e valores estabelecidos da sociedade ateniense. Assim, Sócrates rompia com as regras político-sociais, sendo considerado uma ameaça para o regime vigente.
7. Espera-se que o estudante discorra sobre as duas realidades diametralmente opostas propostas por Platão: o mundo sensível, correspondente à matéria, no qual as coisas surgem e desaparecem continuamente; e o mundo inteligível, correspondente às ideias, que nos permite experimentar a dimensão do eterno, do imutável, do perfeito.
8. O demiurgo é uma terceira realidade (nem mundo sensível, nem mundo inteligível) que teria operado na criação do mundo. Assim, seria uma espécie de “construtor” que buscou as ideias eternas do mundo inteligível como modelo para dar forma à matéria indeterminada.
9. O mundo das sombras é dominado pelas impressões e sensações advindas dos sentidos. Nele, tudo é aparência e ilusão, daí, a diversidade das coisas e das opiniões. Por sua vez, o mundo das ideias é dominado pela luz da razão e da sabedoria, que rompe com as aparências e a diversidade ilusória e permite ver o ser absoluto, eterno e imutável.
10. Espera-se que o estudante exponha o método socrático-platônico para realizar a passagem das aparências às essências, isto é, para atingir o conhecimento autêntico (*epistémē*). Consiste basicamente na contraposição de uma opinião à crítica que dela podemos fazer, ou seja, na afirmação de uma tese

qualquer seguida de uma discussão e negação dessa tese, tantas vezes quantas forem necessárias, com o objetivo de purificá-la dos erros e equívocos.

11. Sim. Espera-se que o estudante seja capaz de identificar que, na teoria das ideias, há um lugar para o ser eterno e universal de Parmênides: no mundo das ideias, da luz racional, da essência e da realidade pura. Há também um lugar para a pluralidade e a mutabilidade das coisas de Heráclito: no mundo das sombras, sensações, aparências e ilusões. A balança, no entanto, caiu para o lado parmenídico.
12. Para Aristóteles, todas as coisas estariam constituídas de dois princípios inseparáveis: a matéria (*hylé*, em grego), o princípio indeterminado dos seres, mas que é determinável (pela forma); e a forma (*morphé*, em grego), princípio determinado em si próprio, mas que é determinante em relação à matéria. É a forma que faz com que as coisas sejam o que são, enquanto a matéria constitui apenas o substrato que permanece.
13. Mediante uma nova interpretação do ser: o ser em ato (isto é, a manifestação atual do ser, que já existe) e o ser em potência (as possibilidades do ser, aquilo que ele ainda não é mas pode vir a ser). O movimento e a transitoriedade ou mudança das coisas seria o resultado da passagem do ser de uma instância para outra.
14. Resposta pessoal, em parte. Dependendo da cadeira de balanço que se tome como referência, sua causa material poderia ser, por exemplo, a imbuia ou o vime (se ela é dessa madeira ou de vime); a causa formal seria a forma própria ou o conceito de uma cadeira que se balança; a causa eficiente poderia ser, por exemplo, o marceneiro “seu” José, que a construiu; a causa final poderia ser, por exemplo, ter uma cadeira confortável para relaxar olhando o jardim.
15. Resposta pessoal, em parte. Embora afirmasse que o ser individual, concreto, único não é o propósito da ciência, Aristóteles validava a dimensão sensorial, pois, para ele, a ciência deveria buscar as estruturas essenciais de cada ser, tendo como ponto de partida a própria experiência empírica. Seria a partir da existência do ser que atingiríamos a sua essência, em um processo de conhecimento que caminharía do individual e específico para o universal e genérico. Assim, Aristóteles estava em frontal desacordo com Platão, pois este dizia que o conhecimento autêntico viria primeiro da negação (ou purificação) das impressões sensoriais para só então ser possível o contato com as ideias e o conhecimento autênticos.
16. Não. Platão propôs a dialética (ver resposta à pergunta 10), enquanto Aristóteles validou em grande parte a indução, isto é, operação mental que vai do particular para o geral, do individual para o universal.
17. Na filosofia aristotélica, a ideia de primeiro motor está vinculada ao problema do movimento do mundo, pois tudo o que se move deve ter sido colocado em movimento por algo (um agente motor), que, por sua vez, foi colocado em movimento por algo mais, e assim por diante. Como isso não pode prosseguir infinita-

mente, o filósofo supôs que deve haver algo que seja a causa primeira do movimento: o primeiro motor ou motor imóvel. Embora imóvel (porque, do contrário, necessitaria de algum outro motor que causasse seu mover), ele geraria o movimento no mundo por atração (pois todas as coisas tendem àquilo que é bom, belo ou inteligente, e o primeiro motor é um ser que é tudo isso). Ou seja, o primeiro motor funciona como causa final do mundo. O demiurgo, por sua vez, seria um construtor do mundo, que se serviu da matéria indeterminada e das ideias eternas. Seria, portanto, usando a terminologia de Aristóteles, uma espécie de causa eficiente do mundo.

18. Aristóteles formulou o clássico conceito de virtude como meio-termo, isto é, a justa medida, o equilíbrio entre o excesso e a falta de um atributo qualquer.
19. Na filosofia helenística, os valores gregos mesclaram-se às mais diversas tradições culturais do Oriente, devido às conquistas de Alexandre Magno; o cidadão deixou de influir na vida pública; a reflexão política foi abandonada pela filosofia; e a vida privada e individual passou a ser o centro das preocupações filosóficas. Na filosofia greco-romana, que corresponde à fase de expansão militar de Roma, não houve grandes novidades, pois os principais pensadores se dedicaram basicamente à tarefa de assimilar e desenvolver as contribuições culturais herdadas da Grécia clássica.
20. O epicurismo é uma corrente filosófica fundada por Epicuro, que defendia ser o prazer o princípio e o fim de uma vida feliz. Ele valorizava, no entanto, os prazeres mais duradouros que encantam o espírito, como a boa conversação, a contemplação das artes, e condenava os prazeres mais imediatos, como os movidos pelas paixões, que no final podem resultar em dor e sofrimento. Os estoicos, por sua vez, propunham o dever, vinculado à compreensão da ordem cósmica, como o melhor caminho para a felicidade; seria feliz aquele que vivesse segundo sua própria natureza, a qual, por sua vez, integra a natureza do universo. As duas escolas tinham em comum, no entanto, a defesa de uma atitude de austeridade física e moral e a busca de um estado de ausência de dor, serenidade plena, de imperturbabilidade da alma (a ataraxia).
21. O pirronismo constituiu uma forma de ceticismo, pois professava a impossibilidade do conhecimento, da obtenção da verdade absoluta. Seus argumentos eram os de que nenhum conhecimento é seguro, qualquer argumento pode ser contestado. Por isso, para levar uma vida feliz, seus seguidores propunham que as pessoas adotassem a suspensão do juízo (*epokhé*, em grego), a abstenção de fazer qualquer julgamento, já que a busca de uma verdade plena é inútil.
22. A palavra cinismo vem do grego *kynos*, que significa “cão”; *cinico*, do grego *kynikos*, significa “como um cão”. O termo cinismo designa, assim, a corrente dos filósofos que se propuseram viver como os cães da cidade, sem qualquer propriedade ou conforto. Levavam ao extremo a tese socrática de que o ser humano deve procurar conhecer a si mesmo e desprezar todos os bens materiais. Diógenes foi seu principal representante.

CONVERSA FILOSÓFICA

- 1. O poder da retórica:** Resposta pessoal, em parte. Você pode, aqui, chamar a atenção dos estudantes para a semelhança entre a frase de Porchat (pensador de tendência cética ou neopirronista) e a de Górgias (“o bom orador é capaz de convencer qualquer pessoa sobre qualquer coisa”), o que favorecerá uma reflexão sobre a matéria estudada: o relativismo sofista, o dogmatismo socrático e platônico, a verdade absoluta e a verdade de cada um. Você pode propor que os estudantes enveredem também sobre questões como o poder da linguagem, como sugere o título, ou mesmo sobre o discurso político, em que se faz mais visível a força da retórica e se aplica o exercício opinativo cotidiano da imprensa.
- 2. Qualidades de um governante:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **reflexão**, com possibilidade de posicionamento crítico e enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Você pode propor uma análise de exemplos concretos de estadistas históricos, bem como de governantes da atualidade e mais próximos da realidade dos estudantes.
- 3. Mundo finalista:** Nesta atividade você pode, se achar conveniente, comentar sobre a relação entre a ideia de finalidade com a ideia de mente, pois via de regra pensamos que quem tem mente e, portanto, fins são os seres humanos. Na mentalidade moderna tornou-se estranho supor que haveria também nas coisas uma espécie de mente e de finalidade. Platão, Aristóteles e vários outros filósofos, cada um a seu modo, sustentaram que sim, inclusive Hegel. O finalismo privilegia a anterioridade e a tendência (necessidade, desejo, vontade) em relação à ação mecânica. O pensamento científico moderno e contemporâneo rejeita, de modo geral, a explicação finalista da natureza como hipótese de trabalho válida, quer nas ciências naturais, quer na psicologia, área na qual a noção de causa final foi substituída pela de motivação e de comportamento. Traga alguma notícia recente que estimule essa reflexão e debate, como as discussões sobre o desenho inteligente que saem na imprensa.
- 4. Filosofia de vida:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e autoconhecimento, que também promove um aprofundamento na compreensão das várias correntes. Peça, por exemplo, para os estudantes realizarem a tarefa individualmente; depois, escolha os comentários que possam ser mais interessantes ou polêmicos e convoque seus autores para uma apresentação à classe, promovendo um debate final.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

É possível apontar várias diferenças entre os dois, mas seguindo a pista fornecida pela imagem o estudante deveria discorrer principalmente sobre suas distintas teorias do conhecimento. Platão buscava a verdade tendo como referência o mundo das ideias,

enquanto Aristóteles o fazia a partir do mundo material, sem dividir o mundo em sensível e inteligível. O primeiro usava o método dialético (*de ascese*), enquanto o segundo o método indutivo, que parte do concreto. Por isso, provavelmente, Rafael pintou Platão apontando o dedo para cima e Aristóteles para baixo ou para o meio.

PARA PENSAR

1. A autora assinala primeiro o fato de as quatro causas não possuírem o mesmo valor, isto é, de que existe na teoria aristotélica uma hierarquia pela qual a causa menos valiosa ou menos importante é a causa eficiente, e a causa mais valiosa ou mais importante é a causa final. Depois, ela recorda que a sociedade grega é escravocrata e altamente hierarquizada. Por último, vincula a causa final ao cidadão, pois ele seria o fim ou motivo último pelo qual as coisas existiriam na sociedade grega. Associa também a causa eficiente ao escravo, pois é dele que vem o trabalho graças ao qual certa matéria recebe certa forma para cumprir o seu fim, ou seja, servir ao cidadão.
2. Segundo a interpretação da autora, a teoria da causalidade é ideológica porque seria uma transposição, para o plano das ideias, das relações sociais existentes. Embora o pensador possa ter julgado que produzia ideias independentes e verdadeiras e que até podiam explicar a realidade social, não percebia que era a realidade social que determinava a sua teoria.
3. Schüller afirma que a imagem que Platão faz do homem comum não poderia ser pior que a apresentada no mito da caverna, porque nele o povo em geral é representado pelo homem algemado nas sombras da caverna, que prefere a ilusão dos sentidos à luminosidade da verdade ao recusar as advertências daqueles que saíram à luz. Além disso, mata aqueles que tentam ajudá-lo a sair de sua ignorância (como fizeram com Sócrates). Assim, podemos entender, junto com Schüller, que essa concepção negativa do ser humano está intimamente ligada ao projeto político de Platão e talvez explique por que Platão foi “um inimigo da democracia”. Se achar conveniente, trabalhe essa interpretação recorrendo ao capítulo 19.

CAPÍTULO 13 – Pensamento cristão

Justificativa

Apesar de a Europa medieval ter sido marcada pela predominância dos valores religiosos e pela hegemonia intelectual da Igreja Católica, o que limitou a necessária autonomia da reflexão filosófica nesse período – gerando em muitos um desprezo pela filosofia medieval –, consideramos importante abordar uma série de questões surgidas então, seja para poder seguir os encadeamentos da história da filosofia, seja pela oportunidade de abordar a sempre atual e problemática relação entre fé e razão ou entre religião e filosofia (ou ciência).

Objetivo geral

Investigar como a consciência religiosa (cristã) relacionou-se com a consciência racional (filosófica) no período medieval europeu, introduzindo o estudante no estudo sobre as principais concepções desse período.

Objetivos específicos

1. Expor brevemente o processo histórico-filosófico de formação da doutrina cristã.
2. Refletir sobre as relações entre fé e razão.
3. Analisar a patrística e algumas das concepções mais importantes de Santo Agostinho.
4. Considerar alguns desenvolvimentos e discussões da escolástica, como a questão dos universais.
5. Examinar algumas das teses mais relevantes de São Tomás de Aquino.

Diálogo com os capítulos temáticos

5. O argumento (lógica de origem aristotélica, quadro de opostos); 6. O mundo (cosmologia cristã); 8. A linguagem (questão dos universais); 9. O trabalho (noção medieval); 18. A ética (ética cristã); 19. A política (príncipe virtuoso; direito divino de governar).

Sugestões de livros

NASCIMENTO, Carlos Arthur. *O que é filosofia medieval*. Col. Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

NASCIMENTO, Carlos Arthur. *São Tomás de Aquino: o boi mudo da Sicília*. São Paulo: Educ, 1992.

Sugestões de páginas na internet

- Grupo de Trabalho em História da Filosofia Medieval e a Recepção do Pensamento Antigo ligado à Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (Anpof). Disponível em: <<http://gtfilosofiamedieval.wordpress.com>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Centro de Estudos de Filosofia Patrística e Medieval de São Paulo. Disponível em: <<http://cepamefflch.usp.br>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Grupo de Pesquisa de Filosofia Medieval Latina e Filosofia Medieval em Árabe (Falsafa). Disponível em: <<https://sites.google.com/site/medievalpucsp>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de sensibilização para a temática do capítulo, com enfoque interdisciplinar (com arte e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades, tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ Entendemos que uma abordagem inicial vinculada à história da arte e à produção artística medieval – quase toda centrada em tópicos da tradição cristã – pode ser bastante oportuna. Oferece a possibilidade de explorar, previamente e de forma contextualizada, o conceito de verdade revelada ou de revelação (o ato pelo qual a verdade sobre todo o existente é revelada pela divinda-

de). Isso favorece uma melhor compreensão pelo estudante da oposição entre a consciência religiosa e a consciência racional e crítica da filosofia e a busca de conciliação entre ambas desenvolvida na produção filosófica cristã desse período. ♦ Atribuído ao pintor e arquiteto italiano Giotto di Bondone (1267-1337), considerado um precursor da arte renascentista, esse afresco constitui um dos 28 painéis, baseados nas lendas sobre a vida de São Francisco de Assis, pintados na basílica de mesmo nome em Assis, na Itália. Você pode explorá-los, com enfoque na história da arte (interdisciplinaridade), em sala de aula. Há bom material a respeito na internet (como nesta página: <http://www.auladearte.com.br/historia_da_arte/giotto_francisco.htm>. Acesso em: 21 out. 2015). A obra representa o processo de verificação dos estigmas (as marcas das chagas de Jesus de Nazaré) no corpo de Francisco de Assis após sua morte em 1226, supostamente surgidos em uma aparição de Cristo para o santo em 1224. O exame é acompanhado por uma multidão de membros eclesiásticos e leigos. ♦ O detalhe que reproduzimos destaca-se por sua beleza. Observe as expressões nos rostos dos monges, que acompanham a cena com olhos atentos e preocupados. Os rostos giottescos são famosos por sua suavidade quase celestial aliada a uma expressividade muito particular das intenções e afetos. Explore-os mostrando também os famosos “beijos de Giotto” (como o de Joaquim e Ana ao saber, por revelação divina, a notícia da concepção de Maria, e o de Jesus e Judas).

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade reflexiva de **contextualização**, que traz o conteúdo filosófico-religioso estudado e especula sobre suas consequências práticas, propiciando uma reflexão concreta do estudante sobre suas crenças e suas práticas, e sobre o que elas implicam em termos humanos, pessoal e socialmente. Essa reflexão pessoal pode se tornar um debate em classe, durante uma possível exposição da matéria. Você pode propor cenários concretos, do tipo: o que ocorre com alguém que todo dia só pensa em dinheiro, ou sente inveja, ou comete violência contra animais? Compare com cenários opostos. Recorde aos estudantes que pensar e sentir também são ações, pois acabam tendo consequências práticas.
2. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com biologia e física). A questão retoma, implicitamente, o debate materialismo *versus* idealismo, mas se refere de forma direta a debates bastante atuais, seja no próprio seio da comunidade científica (como a discussão entre neodarwinistas e outras correntes da biologia mais vinculadas à noção de complexidade, incluindo os defensores do *design* inteligente), seja entre ciência e religião (como a discussão entre criacionistas e evolucionistas). Você pode fechar o foco sobre algum desses debates, dedicando-lhe algum tempo da aula.

1. Atividade com enfoque interdisciplinar (com história).
 - a) Refere-se aos acontecimentos ocorridos ao longo do século V d.C., quando o Império Romano do Ocidente sofreu ataques constantes dos povos "bárbaros", principalmente dos germânicos, e viu-se então esfacelado.
 - b) Mantendo-se como única instituição social supranacional, a Igreja Católica consolidou sua organização religiosa, difundiu o cristianismo e preservou elementos da cultura greco-romana.
2. Espera-se que o estudante elabore por escrito o que foi apropriado sobre as origens do cristianismo no interior do Império Romano como corrente heterodoxa do judaísmo; que sua doutrina manteve as escrituras hebraicas, mais as escrituras gregas, redigidas pelos apóstolos e primeiros cristãos, integrando elementos de diversas correntes do pensamento grego etc.
3. Com algumas variações, a frase nos diz que a verdade já foi dita e revelada por Deus, através do Espírito Santo. Qualquer outra coisa que se diga não pode contrariar as verdades estabelecidas pela fé. Trata-se de uma frase que reflete o contexto cultural do período medieval, em que a fé cristã se tornara o pressuposto de toda vida espiritual, até mesmo para a filosofia. Esta não precisava mais se dedicar à busca da verdade. Restava-lhe, apenas, demonstrar racionalmente as verdades da fé.
4. Jaspers usou essa expressão porque considerou que, quase ao mesmo tempo, foram "plantados" novos eixos conceituais e morais em culturas tão distintas do Oriente e do Ocidente, com líderes espirituais como Zoroastro (Pérsia), os profetas Isaías, Jeremias e Ezequiel (Palestina), Confúcio e Lao-Tsé (China) e Buda (Índia).
5. O termo patrística designa a produção doutrinária contida em um conjunto de textos sobre a fé e a revelação cristã e elaborada principalmente pelos primeiros padres da Igreja. Tinha por objetivo explicar os preceitos do cristianismo às autoridades romanas e ao povo em geral, de maneira convincente, mediante um trabalho de pregação e conquista espiritual.
6. Agostinho defendia a tese da supremacia do espírito sobre o corpo, isto é, que a alma teria sido criada por Deus para reinar sobre o corpo, para dirigi-lo à prática do bem. Mas o ser humano pecador, utilizando-se do livre-arbítrio, costumaria inverter essa relação, fazendo o corpo assumir o governo da alma.
7. Diferentemente dos gregos, Agostinho entendia que a vontade é uma força que determina a vida, e não uma função específica ligada ao intelecto. Como a liberdade humana estaria vinculada à vontade, e não à razão, ela seria a fonte do pecado, pois o indivíduo peca porque, para satisfazer sua vontade, faz uso de seu livre-arbítrio, mesmo sabendo que tal atitude é pecaminosa ou vai contra a razão.
8. A ética pagã baseia-se na noção grega de autonomia da vida moral, isto é, na ideia de que o ser humano pode salvar-se por si só, sendo bom e fazendo boas obras, sem a necessidade da ajuda divina. Por sua vez, o conceito de graça divina traz implícita a ideia de que o esforço pessoal não basta, pois o ser humano nada pode conseguir sem a graça de Deus, e esta será concedida somente a alguns eleitos, predestinados à salvação.
9. Contribuiu para o desenvolvimento da escolástica o contexto surgido com a renascença carolíngia, iniciada durante o reinado de Carlos Magno (século VIII), que estimulou a atividade cultural reorganizando o ensino e fundando escolas ligadas às instituições católicas. Com isso, a cultura greco-romana, guardada nos mosteiros até então, voltou a ser estudada e propagada, passando a ter uma influência mais marcante nas reflexões da época. A descoberta das obras de Aristóteles, ocorrida nesse período (século XIII), também influenciou no desenvolvimento da escolástica.
10. A questão dos universais, surgida no contexto dos estudos escolásticos (*trivium* e *quadrivium*), foi uma discussão acerca da relação entre as palavras e as coisas, especialmente aquelas referentes a ideias gerais ou conceitos (os universais de Aristóteles). Essa discussão levou ao surgimento de duas posições antagônicas e de uma terceira, intermediária. De um lado ficaram os que sustentavam uma interpretação realista da questão, isto é, a tese de que os universais existiam de fato. Do outro lado posicionaram-se os nominalistas, que defendiam a tese de que o universal não existiria em si mesmo, seria apenas uma palavra, um nome, sem existência real. A terceira posição entendia que tais conceitos não seriam nem entidades metafísicas (posição do realismo) nem palavras vazias (posição do nominalismo), e sim discursos mentais, categorias lógico-linguísticas que fazem a mediação, a ligação entre o mundo do pensamento e o mundo do ser.
11. A afirmação refere-se ao fato de Tomás de Aquino, como a maioria dos pensadores de seu tempo, ter-se empenhado em organizar um conjunto de argumentos para demonstrar e defender as revelações do cristianismo. Para isso, fez da filosofia de Aristóteles um instrumento a serviço da religião católica. Os estudantes poderão encontrar exemplos nas cinco provas da existência de Deus, que se baseiam em princípios aristotélicos.
12. Essa distinção está baseada em outra distinção, entre "ser" (ou existência) e "essência", uma novidade trazida pelo pensamento tomista. De acordo com ela, o único ser realmente pleno, no qual o ser e a essência se identificam, seria Deus. Para o filósofo, Deus é ato puro, não há o que realizar ou atualizar em Deus, pois ele é completo. Nas outras criaturas, porém, o ser é diferente da essência, pois elas seriam seres não necessários, dependendo da intervenção divina para ser (ou existir). Por isso, estas constituem os seres em geral, não necessários, e Deus é o ser pleno, necessário e do qual dependem os demais seres.
13. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante aprofunde o seu entendimento dos argumentos propostos por Tomás de Aquino, exercite seu espírito crítico e se empenhe na elaboração de uma boa defesa de suas opiniões.

1. **Tolerância religiosa:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). Conecta o tema do cristianismo com uma reflexão geral sobre o lugar das religiões nas sociedades. Há diversos caminhos de discussão. A história relata os grandes conflitos vividos por grande parte dos povos, em todos os tempos, por intolerância religiosa. Essa pode ser uma resposta sobre a importância da tolerância: para evitar a violência. Outro argumento pode ser relativista: todas as religiões têm sua verdade e seu valor. As perguntas também remetem à questão das verdades reveladas, as quais não admitem o diálogo e a discussão. Aproveite para promover um debate respeitoso em relação à diversidade entre crentes e não crentes. Tanto o ateu mais ferrenho como o crente mais convicto da verdade de sua fé devem reconhecer que não dispomos de meios objetivos para comprovar suas convicções, de tal maneira que a tolerância é o caminho mais justo e não autoritário.
2. **Crer e entender:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e de autoconhecimento. Basicamente, a palavra “crer” pode ser entendida como aceitar como verdadeiro um conhecimento que foi transmitido por outros, isto é, sem experiência própria, ou que chega como que por intuição, isto é, sem fundamentação. Por sua vez, “compreender” ou “entender” é ter ou adquirir diretamente um conhecimento que é construído racionalmente pela própria pessoa. As frases expressam a tentativa de conciliar fé (crer) e razão (compreender), mas com a prevalência da fé, no entendimento de que, na busca das verdades fundamentais, apenas a “razão divina”, superior a todas, poderia ser o fundamento das verdades possíveis ao ser humano. Você pode sugerir “coisas” ou “ideias” pontuais, como Deus, anjos, mas também óvnis, fim do mundo, ciência, medicina, ideais políticos específicos etc. Quanto de crença e compreensão temos em relação a cada uma delas?
3. **Deus e filosofia:** Resposta pessoal. Atividade de interpretação que estimula um **posicionamento crítico**. Basicamente, podem ser considerados três caminhos, que poderão ser mostrados aos estudantes: (1) concordar com Russell e defender o princípio básico da filosofia, que é o de busca da verdade, “doa a quem doer”; (2) discordar do filósofo inglês, considerando válida a alternativa de buscar justificativas racionais para uma crença cuja percepção da verdade não venha da razão, e sim do coração; e (3) discordar dele em parte, no entendimento de que toda busca da verdade, como muitos cientistas assinalam, parte de uma hipótese, de uma intuição que se quer demonstrar, mas que esse propósito não pode impedir o reconhecimento das evidências contrárias ao que se quer provar.

Com base na matéria, os estudantes podem perceber que todas as afirmações estão corretas, exceto **c**. Apesar de o pensamento aristotélico ter se tornado referência na Escolástica, especialmente em Tomás de Aquino, a filosofia platônica (em especial o neoplatonismo) também foi adotada nesse período, já que tinha muita afinidade com a doutrina cristã, desenvolvida nos primeiros anos do cristianismo, como, por exemplo, a divisão entre mundo material e mundo das ideias.

PARA PENSAR

1. O autor usa uma imagem para caracterizar o pensamento medieval antes de Tomás de Aquino, de influência basicamente platônica, que havia se debruçado até então sobre os problemas da alma, das ideias e de Deus, e pouco estudo havia dedicado ao mundo exterior, concreto. Ou seja, havia uma total separação entre espírito e matéria, céu e terra.
2. Para Umberto Eco, a redescoberta de Aristóteles foi importante para unificar esses membros esparsos da cultura, ou seja, o céu e a terra. Primeiro, porque o filósofo grego falava de tudo, não só de Deus: falava dos animais, das pedras, do movimento dos astros, de lógica, psicologia, física, dos sistemas políticos. Segundo, porque ele forneceu as chaves para inverter a relação entre a essência das coisas e a matéria de que as coisas são feitas, chaves que Tomás de Aquino soube bem aproveitar.
3. Resposta pessoal, em parte. Conforme o texto, podem ser enumerados os seguintes méritos: Santo Tomás usa as chaves conceituais fornecidas por Aristóteles; consegue “afinar aquela que era a nova ciência com a ciência da revelação, e de mudar tudo para que nada mudasse”; tem um “extraordinário bom senso e (mestre em sutilezas teológicas) uma grande aderência à realidade natural e ao equilíbrio terreno” etc.

CAPÍTULO 14 – Nova ciência e racionalismo

Justificativa

Trata-se do momento da importante inflexão na história do Ocidente, quando emergiram as condições concretas e se lançaram as bases conceituais que deram origem à mentalidade moderna e ao desenvolvimento progressivo do racionalismo científico contemporâneo. Examinar esse momento de transição e os debates que aí surgiram (junto com aqueles que lhes seguiram, que veremos no próximo capítulo) é fundamental para podermos investigar e entender as razões da crise do mundo atual, entre outras finalidades.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo sobre as principais questões que mobilizaram os pensadores no período que vai do Renascimento até o século XVII, com destaque para o surgimento da ciência moderna e a produção filosófica do grande racionalismo.

Objetivos específicos

1. Examinar as condições históricas que favoreceram o surgimento de uma nova racionalidade no contexto europeu, especialmente a revalorização do ser humano e da natureza a partir do Renascimento.
2. Investigar as características da nova ciência e suas relações com o pensamento filosófico moderno, especialmente em relação à questão do método, com destaque para Francis Bacon e Galileu Galilei.
3. Estudar o grande racionalismo, destacando alguns dos principais problemas abordados e teses filosóficas defendidas por René Descartes e Baruch Espinosa, bem como a voz discordante de Blaise Pascal.

Diálogo com os capítulos temáticos

2. A dúvida (dúvida metódica); 4. A consciência (separação entre ciência e filosofia); 6. O mundo (matematização da natureza e mecanicismo; dualismo cartesiano; monismo materialista hobbesiano); 10. O conhecimento (idealismo e racionalismo); 19. A política (concepções políticas de Maquiavel e Hobbes); 20. A ciência (ciência moderna).

Sugestões de livros

CHAUÍ, Marilena. *Espinosa: uma filosofia da liberdade*. São Paulo: Moderna, 2005.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. São Paulo: Edusp, 1986.

KOYRÉ, Alexandre. *Galileu e Platão: do mundo do "mais ou menos" ao universo da precisão*. Lisboa: Gradiva, s/d.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2006.

Sugestões de páginas na internet

- O paradigma oculto da filosofia moderna, revista *Cult* (sobre o papel do ceticismo na revisão metodológica que inaugurou a modernidade). Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/o-paradigma-oculto-da-filosofia-moderna/>>. Acesso em: 21 out. 2015. Orwell, George. *Como sei que a Terra é redonda?* Tradução de Desidério Murcho. Disponível em: <<http://criticanarede.com/credulidade.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades, tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ Situado dentro da arte barroca, o pintor holandês Jan Vermeer (1632-75) viveu na época de ouro da história da Holanda, quando também se deu o surgimento e a expansão da nova ciência. Pesquise sobre sua técnica refinada para poder identificar as características próprias do artista junto com os estudantes. Observe que o fato de que fossem comuns obras com temática científica nesse período mostra o prestígio em ascensão da ciência nascente. ♦ O quadro possui a marca intimista e algo misteriosa de

Vermeer. Trabalhando em um espaço fechado e sem telescópio, o cientista usa um belo robe. De acordo com Norbert Schneider, em *Vermeer: Complete paintings*, o astrônomo fixa com sua mão direita um globo celeste (não é terrestre, como se pensa à primeira vista) fabricado por Jodocus Hondius em uma posição na qual se podem identificar as constelações da Ursa Maior, do Dragão e de Hércules. O livro que consulta é um manual de astronomia e geografia, disciplinas que na época estavam muito mais associadas que atualmente. Na base do globo celeste encontra-se um astrolábio, instrumento para determinar a posição dos astros muito utilizado antigamente na orientação da navegação marítima (para mais informação, veja em: <http://sociedad.elpais.com/sociedad/2009/10/02/actualidad/1254434401_850215.html>, acesso em: 21 out. 2015). ♦ Estimular uma pesquisa e discussão sobre o trabalho do astrônomo, como propõe a atividade, constitui uma forma de contextualização prévia para a abordagem de temas como a matematização da natureza, Copérnico e Galileu.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** que favorece um posicionamento crítico. Exemplos de ídolos da tribo: a noção de que algo é pequeno quando está longe, ou de que os astros se movem no céu, quando, na realidade, é a Terra que gira. Exemplos de ídolos da caverna: a percepção de que a casa está suja, quando se valoriza muito a limpeza; achar deselegante uma conduta com a qual não estamos acostumados. Exemplos de ídolos do mercado ou do foro: a noção de que uma pessoa quis dizer uma coisa quando queria mesmo dizer outra, ou o entendimento que se origina daquela máxima que diz que "uma mentira repetida mil vezes se torna uma verdade". Exemplos de ídolos do teatro: as noções da Igreja Católica que conduziram a diversas acusações de heresia e a condenações dos primeiros cientistas da ciência moderna.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. O estudante poderá destacar a atitude (1) antropocêntrica, que se associa à valorização da (2) razão (racionalismo), da (3) ação e obra e da (4) liberdade humana, bem como ao espírito de (5) observação e de (6) intervenção (experimentação) sobre a natureza. Todas elas contrastavam com a atitude contemplativa e submissa às inquestionáveis verdades da fé do indivíduo medieval.
2. Tanto no campo da ciência como no da filosofia, expressou-se maior confiança na razão e na capacidade humana de conhecer. A revalorização da natureza manifestou-se no campo da ciência por meio do retorno à observação dos fenômenos naturais.
3. A teoria heliocêntrica de Copérnico representou uma revolução no mundo europeu, pois significou, entre outras coisas, colocar entre parênteses todas as teorias que se baseavam na concepção

geocêntrica, além de lançar suspeita sobre outras concepções escolásticas. Os dogmas da Igreja, bem como os modelos filosóficos clássicos, que se baseavam na ideia de um universo estável, necessitavam ser revistos. As autoridades eclesásticas reagiram com os tribunais da Inquisição.

4. O capítulo trabalha basicamente três consequências: (1) a busca de um novo centro, referencial ou ponto fixo, a partir do qual se pudesse reordenar o mundo. O centro encontrado foi o próprio ser humano, ou melhor, a razão; (2) a representação do mundo pela razão, pois os sentidos já não eram suficientes para realizar a tarefa de explicar o mundo; a matemática seria o instrumento preferido nessa tarefa; (3) e a busca de um método; era necessário um meio que garantisse a correção de um raciocínio, e esse meio foram os métodos propostos pelos diversos pensadores.
5. Ele propôs a utilização do método indutivo de investigação, que pode ser resumido nas seguintes etapas: (1) observação da natureza para coleta de informações; (2) organização racional dos dados recolhidos empiricamente; (3) formulação de explicações gerais (hipóteses) destinadas à compreensão do fenômeno estudado; (4) comprovação da hipótese formulada mediante experimentações repetidas, em novas circunstâncias.
6. A citação de Galileu aponta para a tendência moderna de busca por maior precisão, o que se conseguiria com o uso da linguagem matemática, dado seu prestígio pelo conhecimento seguro que propiciava, sendo considerada o instrumento ideal para enunciar as regularidades observadas na natureza. Esse entendimento se expressou no método de investigação utilizado por Galileu (matemático-experimental ou lógico-experimental) e nas leis físicas que buscava enunciar.
7. Sua metodologia de investigação estava baseada na (1) observação paciente e minuciosa do fenômeno natural em questão e formulação de uma tese; (2) realização de experimentos para comprovar essa tese; (3) uso de expressões matemáticas para enunciar as regularidades observadas no fenômeno.
8. Newton defendia a simplicidade e uniformidade do Universo, que funcionaria como uma grande máquina, cujas partes podem ser conhecidas através da observação e da experimentação. Para ele, o criador desse grande mecanismo seria Deus. Só que, para Newton, não podemos conhecer Deus, porque só nos é possível conhecer através de nossos sentidos (era um empirista). Só podemos afirmar sua existência a partir da ordem presente no universo.
9. Espera-se que os estudantes reflitam sobre a dúvida metódica, porque ela se tornou um enfoque científico-filosófico dominante até hoje, marcado pela ideia de que nenhuma verdade será aceita sem que haja razões suficientes para isso. Recorde-lhes que eles têm também o subsídio do capítulo 2 para responder mais amplamente a esta questão. Dúvida metódica é a denominação dada ao passo inicial do edifício filosófico que Descartes pretendeu construir. Consistiu em colocar todos os seus conhecimentos em dúvida,

questionando tudo para criteriosamente analisar se existiria algo na realidade de que pudesse ter plena certeza. Iniciou com as noções mais costumeiras, como as advindas dos sentidos, até duvidar da existência de tudo, até mesmo dos seus pensamentos e de si mesmo. Seu objetivo era conhecer a verdade ou, pelo menos, uma primeira verdade sobre a qual pudesse estabelecer um ponto fixo.

10. Resposta pessoal, em parte. O *cogito* é a célebre conclusão de Descartes para a dúvida metódica. Em determinado momento, o filósofo admite que pensava e que, portanto, seus pensamentos existiam. E que a existência desses pensamentos se confundia com a essência da sua própria existência como ser pensante. Então concluiu: *Cogito ergo sum* (Penso, logo existo). O *cogito* foi o ponto de inflexão que lhe permitiu sair do contexto da dúvida para retornar ao universo das certezas. Como verdade absolutamente firme, certa e segura, deveria ser adotado como princípio básico de toda a sua filosofia. O *cogito* tem como corolário a ideia de que o pensamento, a matéria pensante (*res cogitans*) é mais certa do que a própria matéria corporal (*res extensa*).
11. Descartes propôs as seguintes regras: (1) da evidência – só aceitar algo como verdadeiro desde que seja absolutamente evidente por sua clareza e distinção; (2) da análise – dividir cada uma das dificuldades surgidas em tantas partes quantas forem necessárias para resolvê-las melhor; (3) da síntese – ordenar o raciocínio indo dos problemas mais simples para os mais complexos; (4) da enumeração – realizar verificações completas e gerais para ter absoluta segurança de que nenhum aspecto do problema foi omitido.
12. As superstições existem, para Espinosa, porque as pessoas fazem uso da imaginação onde deviam empregar a razão. Só a razão permite alcançar a ideia correta de Deus. Por isso, elas constroem um Deus com as imagens de que dispõem, e ele se torna um Ser antropomorfizado, voluntarioso e transcendente (pois não podem vê-lo no mundo). Se usassem a razão, descobririam que a natureza de Deus é profundamente racional e está em todas as coisas, pois estas fazem parte de seu Ser (Deus imanente).
13. Espinosa define a substância como “o que existe em si e por si é concebido, isto é, aquilo cujo conceito não carece do conceito de outra coisa do qual deva ser formado”. Deve conter uma infinidade de atributos em sua essência, sendo a atividade destas a causa da existência e da essência de todas as coisas que se encontram no universo. Como a substância deve ter a infinita e absoluta potência de construir a si mesma e a tudo o que existe, ela deve ser única em todo o universo, pois um infinito limitado por outro infinito (outra substância) deixaria de ser infinito. E essa substância única seria Deus.
14. Deus pode ser compreendido como Natureza Naturante (a substância e seus atributos enquanto atividade eterna e infinita causadora do real) e como Natureza Naturada (a totalidade dos efeitos ou modos da atividade da Natureza Naturante).

15. Na ontologia monista espinosana, o ser humano é constituído de alma e o corpo, mas estes não são substâncias distintas, como em Descartes, e sim modos distintos da mesma e única substância (Deus ou Natureza). Isso quer dizer que são efeitos ou expressões finitas da atividade de atributos da substância infinita. Disso decorre a união e comunicação imediata, sem intermediação, entre corpo e alma, sem uma relação hierárquica entre os dois.
16. Resposta pessoal, em parte. O Deus espinosano é um Deus racional e imanente, que está no mundo, na natureza, em todas as coisas. Em consequência, tudo seria compreensível porque esse Deus racional está em tudo. Para ele, a filosofia seria o conhecimento racional de Deus (Deus, ou Natureza). Já o Deus de Pascal é o Deus cristão, transcendente, um Deus da paixão, do amor e da consolação, um Deus de misericórdia infinita. Para Pascal, o Deus dos filósofos (racional) não faz sentido.
17. Porque polemizou com seus contemporâneos, notadamente com Descartes, e desconfiava da capacidade da razão para tudo conhecer, preferindo expressar suas preocupações acerca da condição trágica do ser humano.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Perda do ponto fixo:** Resposta pessoal, em parte. Atividade com enfoque **interdisciplinar** (com língua portuguesa). Podemos dizer que o poema de Fernando Pessoa e a frase de Pascal têm em comum a expressão de uma angústia em relação às doutrinas científicas ou filosóficas que propõem explicar tudo e colocam sob ameaça os modelos tradicionais (religiosos, culturais, filosóficos) com que estamos acostumados e ao redor dos quais organizamos nossas visões de mundo e nossas existências. No caso de Pascal, sabemos que se referia às novas teorias cosmológicas, que afetavam a concepção cosmológica cristã, e ele era um fervoroso adepto do cristianismo.
2. **Saber é poder:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). O conhecimento sempre foi fonte de poder, embora não a única. Mas talvez o “saber como” seja ainda mais poderoso, principalmente nos dias atuais, em que os conhecimentos científico e tecnológico constituem elementos estratégicos fundamentais das políticas e economias dos países. É um tema para muitas reflexões.
3. **A essência do ser humano:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** pessoal e posicionamento crítico. Essa atividade pode ser tratada paralelamente a temas trabalhados nos capítulos anteriores, vinculados com a natureza humana, como o inconsciente, a dualidade corpo-alma, o materialismo etc. Você pode passar filmes ou trazer notícias impactantes (descobertas científicas, violência etc.) que instiguem a conversação.
4. **Deus dos filósofos:** Atividade que relaciona conteúdos entre capítulos. Você pode recordar aos estudantes que foram estudados, entre outros, o demiurgo de Platão, o primeiro motor de Aristóteles, o Deus de Descartes, Hegel e Espinosa. Podemos dizer, simplificada, que esses “deuses” são concebidos, cada um a seu modo, por uma exigência lógica de construção das respectivas metafísicas. A razão sempre vai buscar o que vem antes, a causa anterior ou primeira. Esses “deuses” também são basicamente racionais, atributo fundamental para explicar a racionalidade das coisas. O Deus de Pascal é o Deus das religiões, vinculado a uma necessidade emocional e/ou místico-espiritual do ser humano, por sua condição trágica, sua mortalidade. Pascal entende que Deus não é razão, e sim amor. Portanto não é para ser entendido, mas sim vivido e sentido.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

A única alternativa que não apresenta incorreções é a **b**. Peça aos estudantes que justifiquem suas respostas. Trata-se de uma boa atividade de síntese do capítulo (pelo texto citado) e entre capítulos (por abordar o pensamento de Aristóteles). Principal articulador da lógica como ferramenta para a construção do conhecimento científico, Aristóteles empreendeu um estudo especulativo da natureza, isto é, fundado no raciocínio lógico-dedutivo, sem recurso à prática experimental tão valorizada pela ciência moderna – o que se contradiz com as alternativas **a** e **d**. Com Galileu, a abordagem teórico-contemplativa dá lugar à observação e à experimentação, bem como à matemática como principal ferramenta – o que se contradiz com as alternativas **c** e **d**.

PARA PENSAR

1. O primeiro é a destruição do cosmo e, consequentemente, o desaparecimento de todas as considerações baseadas nessa noção dentro da ciência. O segundo é a geometrização do espaço, isto é, a substituição, pelo espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, da concepção de um espaço cósmico qualitativamente diferenciado e concreto, o espaço da física pré-galileana.
2. Koyré refere-se ao fato de que o heliocentrismo e a nova ciência haviam acabado com a cosmologia aristotélica de um mundo hierarquicamente ordenado, no qual a Terra ao centro constituía um mundo distinto e inferior ao das esferas celestes. As novas descobertas unificaram e homogeneizaram os espaços, pois as leis seriam universais, isto é, valeriam para todo o Universo.
3. O ponto de vista natural, do senso comum, é aquele ditado pelos sentidos. A teoria geocêntrica constitui uma descrição natural fornecida pelos sentidos de nossa experiência intuitiva: nós, ao centro, e os astros ou o céu movendo-se ao nosso redor. É isso que nós vemos todos os dias. A teoria de Copérnico veio com um ponto de vista científico e “antinatural”, pois as pessoas tiveram que ser convencidas “teoricamente” de algo que não podiam ver. Nesse mesmo sentido, Galileu foi criticado ao propor explicações matemáticas para o mundo sensível, não evidentes à primeira vista.

CAPÍTULO 15 – Empirismo e Iluminismo

Justificativa

O exame das principais concepções que marcaram o nascimento da modernidade não pode deixar de fora as filosofias produzidas por volta do século XVIII (ou a elas atreladas), seus debates epistemológicos, suas críticas às instituições sociopolíticas e religiosas tradicionais, sua imensa confiança na razão, na liberdade e no progresso, entre outros aspectos. É especialmente nas posições e nos valores defendidos pelos pensadores desse período que se situa a chave de compreensão para muitas das fortalezas e debilidades do mundo contemporâneo.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo sobre algumas das principais questões e propostas que mobilizaram os pensadores do empirismo britânico e do Iluminismo.

Objetivos específicos

1. Examinar as relações entre as revoluções políticas e sociais e as filosofias empiristas e iluministas nos séculos XVII e XVIII.
2. Analisar as origens do empirismo britânico e algumas das principais concepções de Thomas Hobbes, John Locke e David Hume.
3. Investigar as origens e alguns dos valores mais importantes que nortearam o Iluminismo.
4. Abordar algumas das principais concepções dos pensadores do período iluminista, com destaque para Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant.

Diálogo com os capítulos temáticos

1. A felicidade (felicidade na história); 5. O argumento (dedução e indução); 6. O mundo (mecanicismo newtoniano; materialismo mecanicista; reducionismo materialista); 7. O ser humano (estado de natureza); 8. A linguagem (grito da natureza); 10. O conhecimento (capítulo inteiro); 18. A ética (ética antropocêntrica, ética do dever); e 19. A política (teorias contratualistas de Hobbes, Locke e Rousseau); 21. A estética (reflexão sobre o belo em Hume e Kant).

Sugestões de livros

FORTES, Luiz R. Salinas. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PIMENTA, Pedro Paulo. *O Iluminismo escocês*. São Paulo: Alameda, 2012.

ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte, história, física). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ O pintor inglês Joseph Wright, também chamado de Wright of Derby

(1734-1797), ficou conhecido como um dos primeiros artistas a retratar o espírito pioneiro da ciência e da tecnologia (Revolução Industrial) desse período. Observe que, nessa obra, o artista retrata um experimento com uma reverência antes destinada apenas a temas religiosos e históricos. Trata-se de uma demonstração realizada em domicílio por um filósofo natural (como eram chamados então os cientistas) para uma clientela rica e ávida por novidades. O quadro é marcado pelo forte efeito de claro-escuro que emana de uma única fonte de luz (ao centro). Essa luminosidade destaca os rostos e as expressões dos espectadores, as quais revelam distintas disposições anímicas: pena e horror nas meninas pelo sofrimento do pássaro; atenção e interesse entre os homens pelas explicações dadas sobre o que está ocorrendo; e a total indiferença pelo destino do animal observada na expressão quase ausente do cientista, que só vê o que isso pode significar para o progresso da ciência (refira à excelente interpretação disponível em: <<http://paginconsciente.blogspot.com/2011/01/joseph-wright-of-derby-1768-experiment.html>>. Acesso em: 21 out. 2015).

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e de **posicionamento crítico** que conecta o tema moral com religião. Independentemente de se ter fé ou não na existência de Deus, os dois autores referem-se a uma possível função social das religiões. Muitos são aqueles que defendem que, sem elas, suas doutrinas e seus mandamentos, as pessoas não teriam motivos para agir moralmente. Há também aqueles que se opõem a essa concepção, alegando que uma grande quantidade de pessoas procura agir corretamente, mesmo sem seguir nenhuma fé religiosa, mas pautada por outros valores.
2. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte). A interpretação mais imediata, pela localização da imagem, pode estar relacionada com o apriorismo kantiano. O homem que vê um ovo e pinta um pássaro pode ser uma metáfora da ideia de que as coisas do mundo passam pelo filtro humano, por suas representações, coincidindo com a ideia kantiana de que não conhecemos as coisas em si mesmas, como elas são, independentes de nós. Só conhecemos as coisas tal como as percebemos, tendo em vista que o conhecimento humano depende de nossas próprias estruturas mentais e corporais (formas *a priori* da sensibilidade e do entendimento). É possível, porém, realizar outras leituras filosóficas, relacionadas ao ceticismo, ao idealismo cartesiano, às concepções de potência e ato de Aristóteles etc.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Resumidamente, sobre dois pontos: a fonte primária do processo de conhecer (a razão para os racionalistas; os sentidos ou a experiência sensorial

para os empiristas), a existência (para os racionalistas) ou não (para os empiristas) de ideias inatas.

2. Resposta pessoal, em parte. É sabido que o aumento do poder econômico da classe burguesa, vinculada ao grande comércio e à expansão marítima, foi acompanhado pelo crescimento de seu poder político e ideológico. De acordo com a interpretação proposta no capítulo, pode-se identificar uma manifestação da ideologia burguesa nas concepções epistemológicas contidas no pensamento dos filósofos empiristas, que passaram a valorizar, mais que os anteriores, a experiência concreta e da investigação natural, atitudes que interessavam à burguesia, pela possível expansão da técnica etc. O estudante poderá aqui expressar-se, opinar sobre essa interpretação, aprofundando sua compreensão sobre o assunto.
3. O pensamento hobbesiano, além de materialista (para ele, a filosofia é a ciência dos corpos), é fundamentalmente mecanicista (explica toda a realidade pelo movimento dos corpos, determinado matemática e geometricamente). Nesse determinismo, em que os movimentos se derivam necessariamente de nexos causais predeterminados, não pode haver espaço para a liberdade.
4. A afirmação é de John Locke e expressa sua oposição à tese de Descartes sobre as ideias inatas (a exemplo do que disse Aristóteles contra o inatismo de Platão). Para Locke, nada existe em nossa mente que não tenha antes passado, de alguma forma, pelos sentidos. No instante do nascimento, a mente não teria nada gravado, nenhuma ideia previamente escrita. Assim, todas as ideias que possuímos seriam adquiridas ao longo da vida, mediante a experiência sensorial e, posteriormente, a reflexão.
5. Locke negou o inatismo não apenas no plano do conhecimento, mas também no plano político, ou seja, o poder inato (ou de origem divina), como defendiam os adeptos do absolutismo monárquico. Para ele, em uma sociedade, o poder político deveria nascer da vivência e experiência das pessoas, que então firmariam um pacto entre si para escolher a forma de governo que julgassem mais conveniente ao bem comum.
6. Hume divide tudo o que percebemos em impressões (os dados fornecidos pelos sentidos) e ideias (as representações mentais derivadas das impressões). Então, para ele, toda ideia é uma cópia de alguma impressão. Assim, se uma pessoa nunca teve a impressão de uma cor, não pode ter a ideia dessa cor. No caso de um cego de nascença, ele jamais poderia ter ideia de qualquer cor, mesmo que seja uma ideia não muito fiel, pois nunca teria tido qualquer impressão visual.
7. Hume refere-se ao conhecimento que temos das questões de fato, ou seja, das coisas existentes. Ele diz que esse conhecimento está baseado na repetição, no hábito e na crença que dele decorrem, e não em um fundamento lógico dedutivo. Por exemplo, da observação de que o Sol nasce todos os dias, cremos que ele nascerá amanhã e em todos

os dias seguintes. Assim, Hume critica também a proposta indutivista da ciência. Argumenta que a indução, que vai do particular ao geral, está fundada, em última análise, no hábito e, portanto, não é ciência, pois produz conclusões que serão sempre um salto do raciocínio impulsionado pela crença ou hábito. Ciência, para ele, é o conhecimento que decorre de um processo lógico dedutivo.

8. A filosofia do Iluminismo caracterizou-se de modo geral pela confiança no uso da razão, na capacidade humana de conhecer e intervir na realidade (exemplo: Kant), de poder organizá-la racionalmente e assegurar uma vida melhor para as pessoas (exemplos: Montesquieu, Rousseau). Destacaram-se também aspectos como o otimismo de libertar o ser humano de suas superstições, medos e crenças (exemplos: Kant e Voltaire), o questionamento das tradições (exemplo: Voltaire) e a confiança no progresso do saber (exemplos: Diderot, D'Alembert etc.), além de valores como a igualdade, a tolerância, a liberdade e a propriedade privada.
9. Espera-se que o estudante discorra sobre o que compreendeu da interpretação de Goldmann de que os iluministas defenderam valores que refletiam e serviam aos interesses burgueses de então, com destaque para quatro deles: igualdade, tolerância, liberdade e propriedade privada.
10. Rousseau criticou seus predecessores por imaginarem um estado natural que lhes convinha para justificar seus modelos prediletos de governo. Por isso, propuseram um estado de guerra ou de proprietários, nos casos de Hobbes e Locke, pintado o "homem natural" com as cores da sociedade desigual e injusta que todos conhecemos. Rousseau propôs que o ser humano em estado natural teria vivido isolado, livre e feliz, guiado por bons sentimentos e em harmonia com seu habitat natural. Seria o chamado bom selvagem. Suas únicas paixões seriam o amor de si (entendido como uma paixão inata que leva cada animal à autopreservação) e a piedade. A desigualdade entre os seres humanos surgiu por um encadeamento de circunstâncias funestas, iniciadas pelo momento em que alguém cercou um terreno e disse que era seu, o que deu origem à propriedade privada. Isso levou a um período de disputas (o estado de guerra de Hobbes), interrompido apenas quando todos chegaram a um acordo para formar a sociedade civil e estabelecer leis de convivência (o chamado contrato social).
11. A perfectibilidade é a capacidade ou potencialidade de mudar seu estado ou condição para melhor (aperfeiçoar-se) ou pior (como foi o caso da vida em sociedade), o que não ocorre com os outros animais, pois estes se mantêm sempre iguais. Seria esse potencial que levou o ser humano a distanciar-se da natureza e criar a sociedade.
12. a) Está correta, porque o juízo sintético *a posteriori* origina e depende da experiência; portanto, não é universal nem necessário (exemplo: a mesa é redonda); já o juízo sintético *a priori* depende apenas de uma operação lógica e é

verdadeiro sempre, sendo, portanto, necessário e universal (exemplo: a soma dos ângulos internos do triângulo é igual a 180°).

- b) Está incorreta, porque juízo analítico é um juízo em que o predicado já está contido no sujeito, ou seja, é um juízo que serve apenas para aclarar ou recordar algo que já se sabe do sujeito, razão pela qual não conduz a conhecimentos novos (exemplo: o triângulo tem três lados; o ser humano é mortal).
13. Essa afirmação está fundada na teoria das formas *a priori* de Kant. O filósofo concluiu que existem no ser humano estruturas que possibilitam a experiência sensível (as formas *a priori* da sensibilidade) e determinam o conhecimento (as formas *a priori* do entendimento). As primeiras definem como os nossos sentidos percebem e representam a realidade: sempre no tempo e no espaço. As segundas determinam como o nosso entendimento organiza esses dados captados: sempre de acordo com certas categorias existentes *a priori* no entendimento, tais como os conceitos de causa, necessidade, relação e outros. Isso implica que o que conhecemos é determinado *a priori* por nós, por nossas estruturas próprias, o que quer dizer que não podemos saber como são as coisas em si (independentes de nós), somente o que elas são para nós, ou seja, como aparecem para nós (fenômenos).
14. As revoluções causadas por um e outro são análogas no sentido de que ambos mudaram o paradigma de discussão, as pressuposições básicas vigentes em cada um de seus âmbitos de investigação. Copérnico mudou o centro do sistema de planetas (da Terra para o Sol) para poder explicar o movimento dos astros. Kant trocou a polarização em que se baseava a discussão epistemológica de então (sujeito-objeto, razão-experiência) por uma nova relação que ele propôs entre esses dois polos.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Limite das teses científicas:** Atividade reflexiva de **contextualização**. Você pode rever no capítulo 5 a parte sobre indução e dedução ou sugerir que os estudantes o façam antes do debate. Hume trouxe a ideia de que as verdades das leis da natureza são apenas as mais prováveis de acontecer, mas não há certeza sobre elas. A certeza deve ser substituída pela probabilidade. “Mais provável” quer dizer que há maior probabilidade de que algo ocorra do que não ocorra, mas ao mesmo tempo não se pode ter certeza absoluta, pois não se pode provar que não ocorrerá. Como dirá Popper mais tarde, mesmo que se observem milhares e milhares de cisnes brancos durante anos e décadas, não se pode afirmar que todos os cisnes são brancos, pois, a despeito de serem raros, podem existir cisnes negros, mesmo que ninguém nunca os tenha visto. As refutações de muitas “certezas” das ciências são exemplos do caráter não necessário (ou provisório) do conhecimento científico, como tem ocorrido na medicina e na física, entre outras.

2. **Progresso como mito:** Atividade reflexiva de **contextualização** e **posicionamento crítico**. Espera-se que o estudante reflita sobre essa necessidade que penetrou há séculos as sociedades ocidentais, o progresso, e que pesquise. Progresso é uma palavra com várias acepções, mas todas apresentam a ideia básica de avanço, de desenvolvimento em sentido favorável. Mito, aqui, é basicamente uma representação ideal de algo, mas pode ser tomado como uma representação falsa, de algo que não existe. Qualquer que seja o sentido, entende-se que o mito do progresso surgiu com o Iluminismo, como foi visto no capítulo. Conecte a atividade com a imagem de abertura do capítulo. Todos esses elementos podem proporcionar uma boa discussão.
3. **Valores democráticos:** Atividade reflexiva de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Os valores mencionados são: tolerância, igualdade jurídica, liberdade pessoal, propriedade privada, progresso. À parte o que possam opinar os estudantes, você pode aproveitar também para colocar em discussão se esses valores, muitas vezes tidos como absolutos, são sempre benéficos. Por exemplo: a tolerância é tida como uma virtude em geral (no sentido de tolerância com a diversidade); a intolerância é algo negativo. Mas será que ser tolerante com algo que se repete sempre e não faz bem nenhum é algo bom? Não será melhor dizer um basta e mudar as coisas? Não temos que ser às vezes intolerantes e indignar-nos com o que ocorre?

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Peça aos estudantes que justifiquem suas respostas. A única alternativa que não apresenta incorreções é **b**. De fato, Rousseau foi reverenciado pelos revolucionários por seu pensamento, que fundamentava na vontade geral a legitimidade do poder político, em uma doutrina cujos valores principais são a liberdade e igualdade natural dos seres humanos. Embora defendesse que o ser humano não é naturalmente social, reconheceu que não havia volta atrás para o estado de natureza, pois a partir de algum momento a sociedade se tornou imprescindível (portanto, **c** é incorreta). Não há referências de que Rousseau tenha se preocupado com questões comerciais (alternativa **a**), e o *Contrato social* foi publicado antes (1762, como aparece no enunciado) da Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776) e não o contrário, o que descarta a possibilidade de que a alternativa **d** seja correta, além do que se sabe que foi o pensamento iluminista que impactou o movimento emancipador norte-americano.

PARA PENSAR

1. Kant usa a palavra menoridade, que se refere à condição própria da criança ou do jovem menor de idade, com o propósito de ilustrar a maneira como vive a maioria das pessoas, incapazes de fazer uso

da inteligência que têm e preferindo a tutela de outros indivíduos. Em suma, vivem como crianças, dependentes de outrem.

2. Não seria por falta de entendimento, diz Kant, e sim porque lhe faltaria decisão e ousadia, devido à sua debilidade e covardia. Por último atribui a razão da escolha à comodidade desse estado de menoridade. É mais cômodo deixar que outros pensem e decidam por nós.
3. a) Kant menciona como guardiões ou tutores da consciência os livros (provável referência à filosofia e às suas doutrinas), os diretores espirituais (provável referência às religiões e aos seus dogmas) e os médicos (provável referência à ciência e às suas teses), entre outros possíveis.
b) Resposta pessoal, em parte. O texto dá algumas pistas: parecendo muito “bondosos” e desinteressados e mostrando ser muito difícil e perigosa a passagem para a emancipação etc. Ou seja, passando a ideia de uma proteção interna (das crenças, dogmas, doutrinas) e provocando o medo em relação ao que lhe é externo.
c) Resposta pessoal. Atividade reflexiva de **contextualização**. O estudante terá a oportunidade de refletir sobre esse tema, considerando a atualidade, e encontrar outros tutores da consciência, como os professores, a família, os médicos, os políticos, a mídia, a propaganda, certos amigos etc.
4. Kant propõe o caminho da Ilustração, isto é, da confiança na própria razão, da aventura de ousar saber. Como se trata de um tema que afeta grandemente a todos, espera-se despertar o estudante para uma reflexão a respeito ao chamá-lo para expressar sua opinião.
5. No texto de Kant, apesar das dificuldades mencionadas, há solução. Há o otimismo de um projeto nascente, baseado na confiança no progresso que pode trazer o saber e em que esse progresso trará a autonomia do ser humano, livre dos mitos e dos medos (e vice-versa: que a autonomia do ser humano levará ao progresso do saber e da sociedade). Horkheimer e Adorno interpretam que o progresso do saber veio, e a Terra “iluminada” continuou repleta de “infortúnios” e de “senhores”. Os “feitiços” de outrora teriam sido substituídos por outros. Agora reina o mito de um saber que é poder e tem a técnica como essência. E a técnica não é um saber para contemplar, e sim para manipular e dominar a natureza e os seres humanos, seja pela investigação científica, seja pelo capital.
6. Atividade de **posicionamento crítico**. Há muitas conclusões possíveis – e, talvez, “progressivas” – que você pode sugerir aos estudantes: que a frase “saber é poder”, de Francis Bacon, acabou se tornando um dos grandes lemas da filosofia e da ciência da Idade Moderna e até hoje vive invisivelmente em nossas consciências, como cultura ocidental; que esse progresso trouxe tanto vantagens como desvantagens, como a massificação das consciências e a crise ambiental, e assim por diante.

■ CAPÍTULO 16 – Pensamento do século XIX

Justificativa

Apesar da diversidade da produção filosófica no período posterior ao Iluminismo, pareceu-nos interessante reunir em um único capítulo algumas das principais filosofias do século XIX, surgidas no contexto de construção de uma nova ordem social. Isso nos permitiu focar as reações discordantes e favoráveis ao projeto iluminista, como as das correntes romântica e positivista, respectivamente, além das reflexões de três dos mais influentes pensadores da filosofia contemporânea: Hegel, Marx e Nietzsche.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo das principais questões e propostas que mobilizaram os pensadores do período posterior à Revolução Francesa até o final do século XIX.

Objetivos específicos

1. Investigar brevemente o contexto político, econômico e social em que surgiram as filosofias do século XIX.
2. Caracterizar o romantismo e sua relação com o idealismo alemão.
3. Abordar algumas das principais concepções do positivismo de Augusto Comte.
4. Examinar o surgimento do pensamento de G. W. F. Hegel no contexto do idealismo alemão (Kant, Fichte e Schelling) e algumas de suas principais teses.
5. Analisar alguns aspectos do pensamento de Karl Marx, a recepção das teses de Hegel e Feuerbach, sua relação com Engels e a construção do materialismo histórico e dialético.
6. Refletir sobre a filosofia de Friedrich Nietzsche, a influência de Schopenhauer, algumas de suas peculiaridades e teses mais destacadas.

Diálogo com os capítulos temáticos

4. A consciência (modos de consciência); 6. O mundo (idealismo absoluto); 7. O ser humano (cultura e ideologia); 9. O trabalho (alienação); 18. A ética (ética do indivíduo concreto); 19. A política (o Estado para Hegel e Marx); 21. A estética (o belo para Hegel e Schopenhauer).

Sugestões de livros

- CHÂTELET, François. *Hegel*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- GIACIOIA JÚNIOR, Oswaldo. *Nietzsche*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- KONDER, Leandro. *Marx – vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MORIN, Edgar. *Em busca dos fundamentos perdidos*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- MOURA, Carlos A. R. *Nietzsche: civilização e cultura*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- SINGER, Peter. *Hegel*. São Paulo: Loyola, 2003.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ Como vimos no capítulo 9, o pintor realista francês Jean-François Millet (1814-1875) dedicou-se principalmente a retratar o campo e seus trabalhadores humildes, o que lhe rendeu muitas críticas à época. Nesse caso não foi diferente. O quadro foi pintado no contexto da revolução de 1848, que mobilizou milhares de trabalhadores reivindicando por melhores condições de vida e de trabalho e que culminou com a instauração da Segunda República Francesa (1848-1852). A burguesia não aprovou retrato tão realista e nada inocente do campo, como estava acostumada. ♦ Observe que Millet retrata no primeiro plano um camponês lançando sementes em um campo aberto, sob a luz débil do sol nascente (à direita no horizonte). Utilizando tons terrosos e escuros, o artista tematiza o duro trabalho braçal focalizando um sujeito real (não idealizado e inocente), seu esforço e determinação. Seus olhos estão encobertos, mas suas feições inspiram certa melancolia. ♦ A questão sobre a mensagem ou problema percebido na imagem estimula uma conexão entre os detalhes do quadro, o contexto histórico e a sensibilidade do estudante. Pode-se ver esperança no dia que se inicia, no movimento amplo do corpo do homem e na metáfora contida na atividade de semear, mas também lugubridade e sentimento de abandono (pela traição das elites) nos tons escuros e na inclinação da cabeça, indicando talvez que todo esforço é em vão (leia a interpretação do quadro disponível em: <<http://deplatayexacto.com/2010/08/30/el-sembrador-jean-francois-millet-1850/>>. Acesso em: 21 out. 2015). São aspectos claramente vinculados ao contexto histórico das filosofias do século XIX.

CONEXÕES

1. Atividade de **contextualização** de caráter **interdisciplinar** (com arte).
 - a) A imagem pode ser interpretada como um retrato da dialética hegeliana, pois o processo de desenvolvimento vegetal, especialmente em uma árvore frutífera, parte de uma semente que deve brotar e desaparecer para tornar-se uma plantinha, que deve desenvolver-se para se transformar em uma árvore adulta e produtiva. Por sua vez, as flores dessa árvore terão que desaparecer para dar lugar ao fruto, que trará as sementes de novas árvores.
 - b) Procure explorar elementos concretos (como, por exemplo, um homem, uma mulher e uma criança ou o preto, o branco e o cinza), mas também situações interpretativas mais ricas, como processos históricos (o fenômeno do nazismo, por exemplo) ou relações como a do senhor e do escravo, exposta por Hegel na *Fenomenologia do espírito*

(a qual dá margem para críticas em relação a seu conformismo a respeito das injustiças sociais, mas que é bem ilustrativa da dialética).

2. Resposta pessoal, em parte. Atividade de interpretação filosófica de textos não filosóficos, no caso, imagem, de caráter **interdisciplinar** (com arte e sociologia). Ela pode ser entendida como uma crítica à sociedade tecnológica capitalista – cujas promessas de trazer progresso e bem-estar para todos não têm sido cumpridas –, que trouxe o problema da substituição de mão de obra por máquinas, do desemprego, da massificação etc. Retrata também a opressão de seres humanos por outros seres humanos, a desigualdade etc.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Houve um grande avanço da Revolução Industrial e do capitalismo na Europa ocidental e em diversas regiões do planeta, com muitas inovações tecnológicas e a substituição progressiva das oficinas dos artesãos pelas fábricas. Isso trouxe novas formas de exploração do trabalho humano e a oposição entre duas classes, a burguesia empresarial e os trabalhadores assalariados. Nesse quadro, e na esteira da Revolução Francesa, surgiram novos anseios das populações trabalhadoras, o que depois daria origem às correntes de pensamento socialista e suas lutas. Paralelamente, teve início uma fase de desconfiança em relação ao poder da razão, já que não estaria correspondendo às expectativas da maioria das pessoas para resolver os grandes problemas sociais e trazer a felicidade sonhada.
2. O Iluminismo, como vimos, tinha como fundamento a confiança no progresso da razão para conhecer a realidade e intervir nela, isto é, organizá-la racionalmente, de modo a assegurar uma vida melhor para todos. Assim, o romantismo pode ser considerado uma reação ao espírito iluminista porque se opôs, de modo geral, ao otimismo racionalista do período anterior. Suas características básicas atestam essa oposição: valorização da sensibilidade e da subjetividade; exaltação das paixões e dos sentimentos valorosos; retomada da ideia de natureza como força vital que resiste à racionalização do mundo humano; concepção mística e emocional de Deus, que fala ao coração; desenvolvimento do sentimento pátrio; valorização dos costumes e das tradições nacionais; anseio de liberdade individual.
3. Positivismo é a designação da doutrina criada por Augusto Comte, fundada na extrema valorização do método científico das ciências positivas (isto é, baseadas nos fatos e na experiência) e na recusa das discussões metafísicas. O positivismo caracteriza-se por apresentar um tom geral de confiança nos benefícios da industrialização, bem como por um otimismo em relação ao progresso capitalista, guiado pela técnica e pela ciência. Refletiu, no plano filosófico, o entusiasmo burguês pelo progresso capitalista e pelo desenvolvimento técnico-industrial de seu tempo (segunda metade do século XIX).

4. Kant assentou as bases do que seria conhecido como idealismo alemão ao conceber que o eu (o sujeito), como princípio da consciência, é condição da possibilidade do conhecimento. Ou seja, existe um eu que percebe e entende o mundo a partir de suas formas próprias. Insatisfeito com a problemática separação que Kant estabeleceu entre o número e o fenômeno, Fichte tomou esse eu de Kant e transformou-o em princípio criador de toda a realidade, concebendo uma doutrina idealista que seria desenvolvida por Schelling e Hegel, ficando conhecida como idealismo alemão.
5. O “princípio criador” de Fichte seria o eu, e toda a realidade seria produto do eu; assim, existiria o eu que cria o não eu, o mundo. Schelling discordou de Fichte nesse ponto: para ele existiria um “princípio único”, uma “Inteligência” exterior ao próprio eu, que regeria todas as coisas. Em resumo: o “princípio criador” de Fichte seria o próprio eu, e o “princípio único” de Schelling estaria em todas as coisas.
6. Hegel entendia a realidade como Espírito em constante movimento dialético, isto é, a realidade apresenta-se para ele sempre como momentos sucessivos e contraditórios entre si (tese, antítese e síntese), sem perderem a unidade do processo, que leva a um crescente autoenriquecimento. Assim, embora esse termo apareça já na Antiguidade, com Platão, em Hegel o conceito de dialética aplica-se a algo totalmente distinto: não é um método ou uma forma de pensar a realidade, e sim o movimento real da própria realidade.
7. a) Baseia-se na concepção hegeliana da realidade como espírito, tendo como fio condutor uma relação entre finito e infinito. Assim, seria preciso compreender que o espírito se manifesta em três instâncias: espírito subjetivo (consciência individual), espírito objetivo (instituições e costumes historicamente produzidos pelos seres humanos) e espírito absoluto (arte, religião e filosofia).
b) Como a história é o desdobramento do espírito objetivo no tempo, segundo Hegel, para interpretar os acontecimentos a filosofia deveria se colocar no ponto de vista do espírito absoluto e captar o movimento histórico não como momentos estanques. Desse ponto de vista, a história seria uma contínua evolução da ideia de liberdade, que se desenvolve segundo um plano racional, mediante o movimento dialético, isto é, um momento tese, seguido de um momento antítese, que levaria a uma etapa superior, o momento síntese.
8. Marx procurou compreender a história dos seres humanos em sociedade a partir das condições materiais nas quais eles vivem, e não como Hegel, com base na razão absoluta. Por isso afirma que Hegel inverteu aquilo que determina essa história, isto é, a realidade material, por aquilo que é determinado por ela, ou seja, as representações e os conceitos acerca dessa realidade. Para Marx, é o modo de produção da vida material que condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual.
9. A afirmação refere-se basicamente à ideia de que, para Marx, a dialética permite não só compreender a história em seu movimento, como em Hegel, mas também cada etapa como algo que pode ser transformado pela ação humana. Ou seja, é uma dialética que se opõe à concepção hegeliana de uma história que anda sozinha, guiada por uma razão ou um espírito (pois “tudo que é real é racional, tudo que é racional é real”). Para Marx, a história é feita pelos seres humanos, que interferem no processo histórico e podem, dessa forma, transformar a realidade social, sobretudo se alterarem seu modo de produção.
10. Resposta pessoal, pois o estudante poderá estabelecer relações distintas entre essas palavras. Mas existe um fio condutor básico entre elas, que pode ser o seguinte: (1) na lógica do modo de produção capitalista, a força de trabalho é a única mercadoria que produz valor, ou seja, que reproduz o capital, mas o trabalho tornou-se uma atividade massacrante e alienada nesse contexto; (2) o desenvolvimento histórico-social decorre das transformações ocorridas no modo de produção, como resultado da luta de classes; (3) trabalho e capital representam duas forças em oposição, em conflito; (4) assim, o capitalismo próprio criou uma classe revolucionária que deve se organizar para, no momento oportuno, fazer a revolução social rumo ao socialismo. Essa classe revolucionária seria o proletariado.
11. A doutrina desenvolvida por Marx é materialista porque, por definição, materialismo é toda concepção que tem a matéria ou o ser concreto como realidade primeira e fundamental de tudo o que existe, determinando tanto o físico como o espiritual. É o que ocorre com a doutrina marxista, em que os pressupostos são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida. E é essa vida material que condiciona o processo geral de vida social, política e espiritual do indivíduo e dos grupos sociais, e não o contrário. O materialismo de Marx é também histórico porque defende a tese de que são as condições materiais nas quais vivem os indivíduos que determinam sua história real e são as transformações ocorridas no modo de produção através da história que explicam o desenvolvimento histórico-social.
12. a) A leitura dos estados teológico, metafísico e científico, feita por Comte, pertence à esfera da evolução da consciência, enquanto a dos modos de produção, realizada por Marx, refere-se à esfera da organização socioeconômica.
b) Em ambas existe a ideia de evolução e progresso. Comte resumiu sua tese sobre a evolução histórica e cultural da humanidade na lei dos três estados. De modo semelhante, Marx analisou as grandes transformações da humanidade, só que com base nos modos de produção econômica, chegando ao conceito de luta de classes como motor da história.
13. a) No campo da tradição filosófica, Nietzsche criticou duramente a produção filosófica ocidental a partir de Sócrates. Uma de suas bombas relaciona-se à separação dos dois princípios

complementares da realidade, o apolíneo (de Apolo, deus da razão, da clareza, da ordem) e o dionisíaco (de Dionísio, deus da aventura, da música, da fantasia, da desordem). Para Nietzsche, ao optar pelo culto à razão, o pensamento socrático secou a seiva criadora da filosofia, contida na dimensão dionisíaca.

- b) No campo da moral, a bomba foi o estudo da origem e da história dos valores morais (genealogia), que o levou à tese de que não existem as noções absolutas de bem e de mal, que estes surgem da história humana, que os seres humanos são os verdadeiros criadores dos valores morais. E que grande parte das pessoas adota uma “moral de rebanho”, baseada na submissão irrefletida aos valores dominantes da civilização cristã e burguesa.
- c) No campo das religiões, a mesma genealogia da moral levou Nietzsche a diagnosticar a “morte de Deus”, isto é, a rejeição pela cultura contemporânea da crença em um ser absoluto, transcendental, capaz de traçar “o caminho, a verdade e a vida” para o ser humano. Como construções humanas, as religiões não seriam a “única verdade”, e sim uma das interpretações possíveis do mundo.

CONVERSA FILOSÓFICA

- 1. **Reforma social:** Resposta pessoal, em parte. A pesquisa será fundamental para a realização da tarefa. A reforma da sociedade proposta por Comte deveria obedecer aos seguintes passos: reorganização intelectual, depois moral e, por fim, política. Portanto, ela ia do individual ao social. Observe que Saint-Simon, Fourier e Proudhon eram defensores de um socialismo denominado “utópico”, mas defendiam posições bastante distintas entre si. Saint-Simon, por exemplo, era um entusiasta da ciência e da industrialização. Já Fourier foi grande crítico do capitalismo e da industrialização e um defensor do corporativismo, ao passo que Proudhon destacou-se como um dos primeiros teóricos do anarquismo.
- 2. **História e racionalidade:** Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com história). Você pode agora retomar, se o utilizou antes, o exemplo da relação senhor-escravo, exposta por Hegel na *Fenomenologia do espírito*. Ou sugerir uma pesquisa sobre a história brasileira e a origem das desigualdades sociais em nosso país, por exemplo, levando o debate para um cenário bem concreto.
- 3. **Evolução da humanidade:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, que estimula o desenvolvimento de habilidades argumentativas e o debate de ideias. Você pode organizar a discussão separando os que respondem sim, não e os “sim e não”, organizando um debate entre os três grupos. Ou então organizar os grupos de tal

maneira que haja sempre, ao menos, um representante de cada interpretação. Estimule a aplicação dos conceitos estudados, sempre que possível.

- 4. **Luta de classes:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). No Brasil contemporâneo têm-se formado diversos movimentos sociais com reivindicações de mudança do *status quo*, como o operariado urbano, com destaque para os metalúrgicos, os sem-terra no campo, os sem-teto nas cidades, os aposentados etc. Além disso, você pode colocar na pauta de discussão o clima de insatisfação, surgido nos últimos anos, que conseguiu uma grande mobilização popular em várias partes do mundo (os indignados), desde o início da crise econômica mundial em 2008, estimulada, entre outros fatores, pelo uso da internet e das redes sociais. Você pode organizar a discussão conforme os temas que surgirem em uma conversa prévia.
- 5. **Felicidade ou infelicidade?** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** que estimula uma introspecção e uma conversa que seria mais uma troca de percepções sobre a vida do que um debate. Ajude os estudantes a estabelecer conexões com os conceitos filosóficos propostos no capítulo.
- 6. **A morte de Deus:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**. Nietzsche refere-se, nessa obra, ao sentimento surgido com as transformações ocorridas desde a época moderna e que levaram à construção de uma sociedade laica (não vinculada ao âmbito religioso ou à sua influência) no mundo ocidental: o niilismo. Se achar conveniente, recorde que o tema já havia sido abordado no capítulo anterior, com Voltaire – que não era ateu (veja a primeira questão da seção **Conexões**). Você tem a oportunidade de chamar a atenção dos estudantes para as ligações entre religião e moral, entre as regras de conduta religiosa e o receio de ser punido por um Deus onisciente e justiceiro etc.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

A alternativa correta é **e**. Trata-se de uma questão exigente e enriquecedora, pois tanto o enunciado como as três alternativas abordam corretamente aspectos do pensamento nietzschiano estudados no capítulo, ampliando-os.

PARA PENSAR

- 1. A “ave de Minerva” (a deusa da sabedoria), que é a coruja (símbolo da sabedoria), só entra em ação (voa) ao final do dia, quando o dia acaba (o entardecer). Trata-se de uma imagem que expressa a ideia de que a filosofia, o conhecimento, sempre chega tarde, isto é, aparece no tempo só depois que a realidade já se consumou. É sempre uma reflexão *a posteriori*.
- 2. Hegel argumenta contra a possibilidade de a filosofia ensinar como deve ser o mundo. Para ele, a

filosofia é filha do seu tempo e, por isso, não pode saltá-lo, ou seja, projetar-se no tempo; além disso, chega sempre tarde, isto é, só aparece quando a realidade já consumou seu processo de formação. Ela é, portanto, reflexão. Marx, por sua vez, não entende da mesma forma. Para ele, os filósofos devem mudar o mundo, ou seja, devem parar de interpretar o que é ou está e propor o que deve ser.

3. Existem várias: “parte-se da terra para atingir o céu”; “parte-se dos homens, da sua atividade real”; “a partir do seu processo de vida real”; “as fantasmagorias correspondem, no cérebro humano, a sublimações necessariamente resultantes do processo da sua vida material que pode ser observado empiricamente e que repousa em bases materiais”; “serão antes os homens que, desenvolvendo a sua produção material e as suas relações materiais, transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento”; “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.
4. Resposta pessoal, em parte. A frase é uma crítica explícita ao idealismo, que concebe toda a realidade como espírito. Na concepção materialista de Marx, é o contrário: são as condições materiais da vida que definem a consciência do indivíduo, como ele sente e interpreta as coisas.

Capítulo 17 – Pensamento do século XX

Justificativa

Para completar e cumprir os objetivos que estabelecemos para a Unidade 3, faltavam as reflexões dos últimos cem anos. Era necessário abordar as correntes filosóficas que trouxeram a marca dessa era de incertezas, desesperanças e relativismos que foi o século XX: o existencialismo, a Escola de Frankfurt e o pensamento pós-modernismo, sem deixar de fora a chamada virada linguística da filosofia.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo de algumas das principais questões que mobilizaram os pensadores do século XX e as respostas que deram a elas.

Objetivos específicos

1. Investigar brevemente o contexto histórico em que se desenvolveram as filosofias do século XX.
2. Analisar o existencialismo, suas características e influência da fenomenologia, dando destaque para algumas das principais concepções de Martin Heidegger e de Jean-Paul Sartre.
3. Examinar algumas questões abordadas pela filosofia analítica de Bertrand Russell e a voz dissidente de Ludwig Wittgenstein.
4. Refletir sobre algumas das principais concepções da Escola de Frankfurt e sua teoria crítica, ressaltando algumas contribuições de Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Jürgen Habermas.

5. Considerar os problemas e as características do pensamento pós-moderno, com destaque para algumas reflexões de Michel Foucault e Jacques Derrida.

Diálogo com os capítulos temáticos

1. A felicidade (como anda nossa felicidade); 6. O mundo (ciência pós-moderna; enfoques não reducionistas da realidade); 8. A linguagem (capítulo inteiro); 9. O trabalho (alienação; sociedade do tempo livre ou do desemprego); 18. A ética (liberdade versus determinismo; ética discursiva; Carta da Terra); 19. A política (conceitos de poder e Estado; regimes políticos); 20. A ciência (ciência pós-moderna; epistemologia; crítica da ciência); 21. A estética (arte e indústria cultural).

Sugestões de livros

- COLETTE, Jacques. *Existencialismo*. São Paulo: LP&M, 2009.
- MARCONDES, Danilo. *Filosofia analítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- MUCHAIL, Salma Tannus. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: Loyola, 2004.
- NOBRE, Marcos. *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papirus, 2008.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Filósofos na tormenta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Sugestões de páginas na internet

- Marcos Nobre, *O marxismo da teoria crítica* (série de palestras *Balço do Século XX – Paradigmas do Século XXI*). Disponível em: <<https://vimeo.com/59915918>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Jorge Forbes e Luc Ferry, *Filosofia para um novo tempo* (programa *Café Filosófico CPFL*). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=NnYFgOZcdZ8>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ O pintor e caricaturista alemão Georg Grosz (1893-1959) foi um dos expoentes do expressionismo alemão e do dadaísmo. Viveu em uma época caótica em plena Alemanha de duas guerras mundiais e muita violência. Observe que ele criou imagens (traga outras) impactantes, muitas vezes grotescas, carregadas de crítica social, denúncia e ironia. “Realista como sou”, declarou ele, “me sirvo da pena e do pincel principalmente para retratar o que vejo e observo, e isso quase nunca é romântico, mas prosaico e pouco prazeroso. [...] se se olha com atenção, homens e objetos aparecem miseráveis, desagradáveis e, frequentemente, absurdos e ambivalentes. Minha observação crítica é sempre uma espécie de pergunta sobre o sentido, o fim e o objeto... mas raramente há uma resposta satisfatória. Por isso faço meus desenhos como forma de resposta. Sóbrios e sem

segredo!” (disponível em: <<http://unrincondesombra.blogspot.com/2012/11/george-grosz-los-anos-de-berlin.html>>, acesso em: 21 out. 2015; tradução nossa). ♦ Em suas caricaturas e pinturas, Grosz antecipou muitos aspectos do vazio que se formaria, cada vez mais, no cerne das sociedades industrializadas e altamente urbanizadas do mundo ocidental contemporâneo. É o caso da imagem reproduzida, de 1920, muito interessante para contextualizar as filosofias surgidas em nossa época: edifícios modernos, quadrados e sem vida (do primeiro mundo), uma fumaça negra saindo de uma chaminé que polui a atmosfera (e o planeta) e um indivíduo parecido a um boneco, sem rosto, de corpo negro e braços semelhantes a canhões, provavelmente impondo, como sempre, a “ordem” do mais forte.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** por meio da interpretação de texto não filosófico (imagem), explorando habilidades de leitura corporal. Também conecta o estudante a suas vivências e emoções, relacionando-as com a reflexão existencialista sobre a angústia e sua função.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. A expressão refere-se ao contraste entre o século XIX, marcado por ideais e convicções de progresso, e o século XX, pautado pela incerteza com relação a esses ideais. Isso se iniciou desde Freud e as psicologias do inconsciente, que colocaram dúvidas sobre a hegemonia da razão nos assuntos humanos. Mais tarde Einstein formulou a teoria da relatividade e, algum tempo depois, Heisenberg enunciou o princípio da incerteza, e o incerto começou a ocupar o espírito do mundo contemporâneo a partir de seu maior baluarte: a ciência. Também vieram as duas guerras mundiais, a Guerra Fria e muita destruição. Paralelamente, houve um marcante desenvolvimento tecnológico e suas grandes conquistas, mas isso se converteu também no medo da destruição atômica pelas novas armas e na poluição do planeta. Para culminar, há a imensa desigualdade socioeconômica, em termos mundiais, que ainda se mantém em patamares inaceitáveis.
2. Como o método fenomenológico consiste, basicamente, na observação e descrição rigorosa do fenômeno, isto é, daquilo que se apresenta aos sentidos, sem que o sujeito ofereça resistência intelectual ao fenômeno estudado nem se desvie dele, pode-se dizer que há uma reabilitação do campo da experiência e do sensível no processo de conhecimento. Para Husserl, era preciso purificar a relação sujeito-objeto para recuperar a realidade das coisas (que haviam ficado demasiadamente condicionadas ao sujeito). Há, portanto, uma reabilitação ontológica do sensível, pois é por meio dessa dimensão principalmente que se pode abordar o fenômeno.
3. a) Sua preocupação metafísica. A pergunta fundamental para Heidegger era sobre o ser de todas as coisas, não apenas do ser humano, como é o caso do existencialismo.
b) Sua distinção entre ente e ser, que o levou à discussão sobre a existência. Sua investigação sobre o *Dasein*, o modo de ser próprio do ser humano, desemboca em uma análise da vida humana, que culmina no tema da existência inautêntica e na concepção da angústia como o sentimento capaz de despertar o ser humano para essa inautenticidade do seu existir. Nesse aspecto, expressa uma abordagem tipicamente existencialista.
4. Essas três concepções que marcam o existencialismo são: (1) o ser humano é entendido como uma realidade imperfeita, aberta e inacabada. Em Sartre, vemos que a característica tipicamente humana é o não-ser, o nada do ente para-si. Esse nada, próprio da existência, faz do ser humano um ente não estático, não compacto, acessível às possibilidades de mudança; (2) a liberdade humana não é plena, mas condicionada às circunstâncias históricas da existência. Para Sartre, o ser humano é livre, de um lado, justamente por esse “vazio de ser”, por não estar totalmente preso à realidade estática do ser pleno, do ser em-si, mas, de outro, está submetido a um conjunto de circunstâncias históricas, de limites *a priori* que esboçam sua situação fundamental no universo (a condição humana); (3) a vida humana não é um caminho linear em direção ao progresso, ao êxito e ao crescimento. Em Sartre, pelo exercício da liberdade, a existência humana é cercada de condições e de incertezas, de busca de sentidos, da necessidade de convivência com os outros e da certeza da morte.
5. Trata-se de uma afirmação correta. A filosofia analítica caracterizou-se pela análise lógica da linguagem, procurando esclarecer o sentido das expressões e seu uso no discurso linguístico, no intuito de esclarecer equívocos e mal-entendidos originados do uso ambíguo da linguagem. Por sua vez, a frase de Russell revela sua preocupação com a correta formulação de um enunciado para não gerar um problema que não pode ser resolvido, como alguns dos problemas filosóficos, que, no seu entender, seriam fruto de imprecisões da linguagem comum.
6. O “Wittgenstein tardio” é uma alusão à segunda fase do percurso filosófico de Wittgenstein. Na primeira fase, este compartilhou as preocupações do mestre a respeito da busca de uma estrutura lógica que pudesse dar conta do funcionamento da linguagem. Depois, deu uma guinada de 180° e abandonou essa intenção de fazer da linguagem comum a “pintura da realidade”. A linguagem não seria mais, para o “Wittgenstein tardio”, a captura conceitual da realidade, e sim uma atividade, um jogo, adquirindo seu significado no uso social, nos diferentes modos de ser e de viver nos quais a fala está inserida. Para ele, a tarefa da filosofia seria a de usar adequadamente a linguagem, sabendo dos seus limites e calando-se diante do que não pode ser dito. Russell não aceitava essa interpretação, considerando-a

pouco “séria” e “preguiçosa” (que a filosofia deve calar-se sobre o que não pode ser dito). Para ele, era uma doutrina que fazia da filosofia uma atividade “ultrapassada” e “desnecessária”.

7. O “pessimismo teórico” de Adorno e Horkheimer se expressa na interpretação: (1) da razão iluminista como controladora e instrumental, tanto da natureza quanto do próprio ser humano; (2) do desenvolvimento tecnológico e industrial como instrumento de dominação das pessoas; (3) do desencantamento do mundo; (4) da deturpação das consciências individuais; (5) da assimilação dos indivíduos ao sistema social dominante; (6) da morte da razão crítica, asfixiada pelas relações de produção capitalista; (7) da desesperança em relação à possibilidade de transformação dessa realidade social; (8) da assimilação da classe revolucionária do proletariado pelo sistema capitalista; (9) da indústria cultural e da diversão como meio de homogeneização dos comportamentos, da massificação das pessoas etc.
8. Sim, em parte, especialmente pela postura mais otimista de Benjamin em relação à indústria cultural. Destaca o fato de que, mediante as técnicas de reprodução (discos, reprografia e processos semelhantes), a arte se tornaria acessível a todos. Enquanto Adorno e Horkheimer entendiam que a cultura veiculada pelos meios de comunicação de massa não permitiria que as classes assalariadas assumissem uma posição crítica em relação à realidade, Benjamin acreditava que a arte dirigida às massas poderia servir como instrumento de politização.
9. De fato, para Habermas, o potencial para a racionalização do mundo ainda não estaria esgotado, e sua teoria da ação comunicativa expressa essa confiança. Nela, ele propõe um novo conceito de razão: a razão dialógica, que brota do diálogo e da argumentação entre os agentes interessados em uma determinada situação, isto é, da ação comunicativa, do uso da linguagem como meio de conseguir o consenso. O conceito de razão dialógica afeta o conceito de verdade, que não seria mais a adequação do pensamento à realidade, e sim o fruto da ação comunicativa. A verdade seria intersubjetiva, pois surgiria do diálogo entre os indivíduos. Nesse diálogo se aplicariam algumas regras, como a não contradição, a clareza de argumentação e a falta de constrangimentos de ordem social. Razão e verdade assim entendidas fortalecem a importância da democracia, pois se torna necessária uma ação social que fortaleça as estruturas capazes de promover as condições de liberdade e de não constrangimento, imprescindíveis ao diálogo. O diálogo, então, exigirá o aperfeiçoamento da democracia e conduzirá a ela.
10. O termo **pós-moderno** tem sido aplicado, no campo da filosofia, aos pensadores das últimas décadas, especialmente àqueles que produziram uma reflexão marcada pela crítica e pela descrença em relação ao projeto da modernidade.
11. Na análise de Foucault, a partir do século XVIII, o poder fragmentou-se em micropoderes, tornando-se

do-se muito mais eficaz, porque a disciplina social passou a ser interiorizada e cumprida por uma rede imensa de pessoas, como pais, porteiros, enfermeiros, professores, secretárias etc. Já em sua genealogia do poder, Foucault caracterizou a sociedade contemporânea como uma sociedade disciplinar, na qual prevalece a produção de práticas disciplinares de vigilância e controle constantes, que se estendem a todos os âmbitos da vida dos indivíduos e de diversas formas. Uma das formas mais eficientes se dá, segundo ele, pelos discursos e práticas científicas. Assumindo a face do saber, o poder atingiria os indivíduos em seu corpo, em seu comportamento e em seus sentimentos.

12. A desconstrução é um método filosófico que, por intermédio da análise linguística, procura mostrar como construções culturais certos centros (*logos*) ou verdades absolutas (como Deus, razão etc.) e negar sua supremacia em relação ao seu par lógico, sem o qual não teriam sentido. A desconstrução pretende mostrar como se dá a construção de certas noções, como depois elas passam a ter função predominante na cultura e, por último, como elas podem ser usadas como forma de dominação.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Natureza humana ou condição humana:** Resposta pessoal, em parte. Atividade reflexiva de **contextualização**. É uma oportunidade para que o estudante se posicione em relação a um tema e exercite fazer uma exposição oral de sua opinião. Você também pode estimular o debate, retomando pensadores que tenham definido o ser humano a partir de uma essência, como Descartes, que dizia que o ser humano é fundamentalmente uma substância pensante.
2. **Erros de linguagem:** Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com língua portuguesa). Você pode sugerir que releiam o capítulo 8, sobre linguagem, antes de iniciar essa conversa filosófica.
3. **Quarto poder:** Atividade de **contextualização** e posicionamento crítico, com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Espera-se promover entre os estudantes uma reflexão e um debate sobre o papel da imprensa, da propaganda, da indústria cultural em suas vidas, na maneira de ser, sentir e pensar de cada um. A interpretação de que os meios de comunicação de massa são um quarto poder se deve à enorme penetração que têm em todas as camadas de diversas sociedades, com um grande potencial de “fazer a cabeça” das pessoas, impor certos modelos de comportamento, certos gostos, certos discursos e certas “verdades”.
4. **Sociedade de massa:** Atividade de reflexão e posicionamento crítico. O homem unidimensional, definido por Marcuse como um ser incapaz de criticar a opressão e construir alternativas futuras, é produto do desenvolvimento tecnológico e da sociedade de massas. Ele está intimamente vinculado, portanto, com o conceito de indústria cultural (que

se refere à indústria da diversão vulgar, veiculada por televisão, rádio, revistas, jornais, músicas, propagandas etc., que leva à homogeneização dos comportamentos, à massificação das pessoas) e o poder dos meios de comunicação. O conceito de sociedade disciplinar, de Foucault, também vai na mesma direção. Procure usar exemplos concretos que possam ser bem assimilados e aproveitados pelo grupo de estudantes com o qual estiver trabalhando, como vestimentas, músicas, ideias adotadas sem reflexão (somente como produto da propaganda, do rádio, da televisão, entre outros).

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Somente a alternativa **e** relaciona todas as afirmações corretas. Atividade interessante, porque amplia a matéria trabalhada no capítulo (a tese de Foucault sobre a sociedade disciplinar) e não impede chegar-se a uma resposta correta. De acordo com o filósofo, o objetivo da disciplina vai muito além da questão da punição. É, na realidade, uma forma de adestramento dos corpos, de distribuição dos indivíduos no espaço e que multiplica as forças das massas (portanto a afirmação II é incorreta). E as ciências que tomaram o ser humano como objeto, como a medicina e a psiquiatria, constituem exatamente o campo epistêmico desse poder disciplinador que individualiza os corpos através da vigilância, normalização e exames disciplinares (portanto, a afirmação V é incorreta).

PARA PENSAR

1. De acordo com o texto, o existencialismo não é o humanismo que toma o ser humano como fim e como valor superior, que o concebe como um ser acabado e moldado segundo os atos mais altos de certos indivíduos. Não é um humanismo que cultua “o homem” ideal, a humanidade, como fez Comte. Para o existencialismo, isso seria impossível, pois ele entende o indivíduo como um ser pleno de não ser, que está sempre por fazer-se. Por isso, está sempre se projetando e se perdendo fora de si, e é justamente assim que ele faz existir o ser humano: perseguindo fins transcendentes, buscando uma superação de si mesmo e vivendo no coração dessa superação e dessa liberdade, sempre imerso no universo da subjetividade humana.
2. A frase refere-se ao culto ou religião da humanidade criado por Comte, que elaborou um catecismo positivista, obcecado pela ordem e repleto de concepções dogmáticas, autoritárias e conservadoras. O fascismo é um sistema político nacionalista e autoritário, de ideologia ultradireitista, fundado por Benito Mussolini (1883-1945), na Itália, que impôs uma dura ordem militarista ao povo italiano.
3. A afirmação refere-se à interpretação de Sartre de que a característica tipicamente humana é a de ser um “espaço aberto”. Esse “vazio de ser” permite ao indivíduo a liberdade de não ter uma consciência já pronta, acabada, fechada. Assim, sem estar preso a uma “natureza humana”, nem a um Deus transcendente, ele se torna legislador de si próprio.

UNIDADE 4

GRANDES ÁREAS DO FILOSOFAR

Justificativa

Quisemos dedicar a última unidade de nossa obra ao estudo de temas voltados para a ação humana mais concreta e de grande importância para a formação do jovem que completa seus estudos no ensino médio: sua relação com o outro, com a sociedade, com a ciência e com a arte. Acreditamos que, com o trabalho realizado nas unidades anteriores, o estudante esteja mais preparado para empreender essa jornada de forma mais autônoma, profunda e crítica, preparando-se para o exercício pleno de uma cidadania consciente e livre.

Composição

Capítulos: 18. A ética; 19. A política; 20. A ciência; 21. A estética.

Objetivo geral

Oferecer ao estudante e ao professor um conjunto de conteúdos e recursos didáticos que apoiem um aprofundamento na investigação filosófica das questões relacionadas com esses quatro campos fundamentais do fazer e do agir humanos.

Objetivos específicos

1. Apresentar algumas distinções e questões filosóficas básicas em relação a cada um desses campos de atuação humana.
2. Investigar algumas das teses que mais se destacaram na tradição filosófica ao longo da história nessas áreas específicas de reflexão.
3. Oferecer aos estudantes um número significativo de excertos de textos clássicos sobre temas a elas relacionados.
4. Seguir trabalhando os diversos conteúdos (conceituais, procedimentais e atitudinais) por meio de atividades que busquem o desenvolvimento das principais competências relacionadas com a prática filosófica.

Observação: As outras grandes áreas da filosofia – lógica, metafísica, filosofia da linguagem e gnosiologia – foram tratadas nos capítulos 5, 6, 8 e 10, respectivamente.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática a ser abordada na unidade, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e literatura). Para ser realizada no início do trabalho com a unidade ou em algum momento em que possa ser útil. ♦ Realize primeiramente uma breve discussão sobre as impressões causadas pelo quadro do pintor nascido na Grécia Giorgio de Chirico (1888-1978), fundador da chamada pintura metafísica na Itália. De acordo com historiadores da arte, essa etapa de sua produção constituiu uma reação ao movimento futurista (cujos princípios foram lançados em 1909, na Itália, por Fillippo Tommaso Marinetti), que propunha um

rompimento com o passado e a tradição artística para a criação de uma arte voltada para o futuro, com ênfase nos conceitos de máquina e de movimento. A pintura metafísica de De Chirico, por sua vez, concebe cenas em que o passado (representado por distintos elementos da Antiguidade greco-romana, como estátuas quebradas e ruínas) parece fundir-se a um presente ou futuro insondável. Os tons suaves ajudam a conferir calma, lentidão (ou imobilidade) e silêncio a esses espaços atemporais e enigmáticos, cujos sujeitos sem rosto se assemelham mais a bonecos ou manequins que a indivíduos de carne e osso. É como se o elemento humano se encontrasse mais fora deles, em suas criações, que dentro deles. ♦ Exiba aos estudantes outras obras dessa etapa do pintor, nas quais se encontram referências à filosofia e a outras criações da cultura grega antiga, mas situadas fora do tempo. Parece haver nelas uma busca pelo universal e essencial humano, algo interessante quando se inicia uma unidade dedicada ao fazer da humanidade e suas construções (como a ciência e a arte). Em *Sófocles e Eurípedes* a referência é a poesia e a tragédia gregas. Você pode, por exemplo, destacar a oposição tradicionalmente aceita entre filosofia e poesia, a diferença entre seus discursos e as possibilidades de discuti-la ou contestá-la, como fez Nietzsche. Observe, nesse sentido, a maior riqueza de cores e formas na zona pélvico-torácica dos sujeitos, talvez indicando uma maior “participação” dessa parte de seus corpos na criação poética (o sensorial, a sensibilidade). Você também pode propor uma atividade interdisciplinar, composta de uma pesquisa sobre as origens da tragédia, esses dois expoentes da dramaturgia trágica e sua obra. Se quiser abordar um tema de grande apelo contemporâneo, trabalhe, por exemplo, a novidade trazida por Eurípedes, o fato de ele ter rompido com a tradição e seus antecessores focalizando personagens comuns e simples, principalmente mulheres. Um trecho das *Troianas* poderia ser declamado ou representado. ♦ Você pode também propor uma reflexão que estabeleça uma relação entre a imagem e a frase citada, retirada do livro *Alexis* (ou *Tratado do vão combate*), escrito em 1927 pela escritora francesa Marguerite Yourcenar, estimulando uma reflexão sobre a beleza, o amor e suas vicissitudes. Essa reflexão pode ser independente da obra literária em questão. No entanto, se quiser abordá-la, trata-se de uma carta do personagem Alexis a sua esposa pedindo-lhe perdão: “Peço-te humildemente, o mais humildemente possível, perdão, não por te deixar, mas por ter ficado por tanto tempo”. Escrita em termos muito sutis e delicados, possibilita um trabalho de reflexão sobre a diversidade e as relações homoafetivas, dentro de uma proposta político-pedagógica de educação para a diversidade e a inclusão, promovida pelo MEC.

Capítulo 18 – A ética

Justificativa

Poucos negariam que as reflexões da ética estão entre as principais razões de ser da filosofia e de sua inclusão nas grades curriculares, seja no nível

fundamental, médio ou superior. Não se trata, é claro, de ensinar uma moral, mas de possibilitar e promover alguns caminhos de reflexão sobre ela e suas distintas expressões. Por isso, apesar da diversidade de questões éticas já abordadas ao longo do livro, entendemos que não podia faltar nesta unidade um capítulo dedicado à compreensão da polifonia do debate filosófico acerca da ação humana.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo sobre a moral e algumas das principais questões éticas que mobilizaram os pensadores ao longo da história da filosofia até nossos dias.

Objetivos específicos

1. Trabalhar a distinção entre os conceitos de ética e de moral, bem como as semelhanças e diferenças entre normas morais e jurídicas.
2. Destacar as relações existentes entre consciência moral, liberdade e responsabilidade, bem como a oposição entre virtude e vício.
3. Apresentar o debate sobre a liberdade ou o determinismo de nossas escolhas.
4. Refletir sobre as origens da maldade e da violência.
5. Discutir a possibilidade da escolha moral e de transformação da moralidade, com o apoio da teoria cognitiva de Piaget.
6. Investigar algumas das principais concepções éticas ao longo da história, desde o racionalismo eudemônico grego ao relativismo ético contemporâneo.

Sugestões de livros

CARVALHO, Edgard de Assis et al. *Ética, solidariedade e complexidade*. São Paulo: Palas Athena, 1998.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Sugestões de páginas na internet

- Vídeo de uma palestra do curso sobre justiça, ministrado pelo filósofo estadunidense Michael Sandel (convertido na série *Justiça com Michael Sandel*). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=smORkkuePm0>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- Site do Programa 3 a 1, da TV Brasil, com vídeos de debates sobre diversas questões éticas e políticas atuais. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com artes). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno. ♦ As religiões foram o grande orientador das ações humanas (o tema deste capítulo) desde os primórdios da humanidade. Por isso, muitos dizem: “ruim com elas, pior sem

elas". A obra do grande pintor holandês do século XVII retrata a narração bíblica do sacrifício de Isaac, episódio que inspirou a produção de diversas obras de arte. Abraão quer cumprir a vontade de Deus, mas matar um ser humano, especialmente o próprio filho, é uma prova demasiado dura, que seguramente gerou dúvidas e uma angústia profunda no hebreu (bem investigada por Kierkegaard em sua obra *Temor e tremor*). Configura-se, assim, um dilema ético ou moral como-vedor, em cujo cerne subjaz a contradição entre fé e razão: se Abraão opta pela fé na impecabilidade de Deus, sofre a perda do filho amado e fere a racionalidade de uma conduta moralmente aceita pela sociedade; se opta pela racionalidade humana, duvida e renega Deus, perdendo o elo sublime com o divino.

♦ Explore todas as nuances que o tema oferece, respeitando o ponto de vista daqueles que expressam uma fé religiosa ou espiritualidade, mas procurando conduzir a conversação de forma neutra, para um esclarecimento dos termos empregados sem perder o foco da atividade, que é o de sensibilizar os estudantes para o tema do capítulo. ♦ Você pode aproveitar essa abordagem dramática e comovedora para em seguida explorar outras situações que contenham dilemas morais mais triviais e, desse modo, atrair o interesse dos estudantes. Por exemplo: denunciar ou não um colega que quebrou, de propósito, uma cadeira da escola para o diretor que investiga o responsável e promete punir toda a classe se ele não aparecer. Trata-se de um exemplo que, aliás, nos remete a uma prática comum em nossos dias pela polícia e pela Justiça de vários países: a chamada "delação premiada", benefício legal concedido ao réu que aceita colaborar com as investigações. ♦ Obtenha mais subsídios sobre dilemas morais na internet em páginas como: <http://criticanarede.com/fil_dilemamoral.html>; <http://www.laureano benitez.com/dilemas_morales.htm>; <<http://rotasfilosoficas.blogs.sapo.pt/37320.html>> e <<http://super.abril.com.br/cultura/dilemas-morais-o-que-voce-faria>> (acessos em: 16 fev. 2016).

CONEXÕES

1. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte, língua portuguesa e sociologia). É possível usar de muita criatividade nessa leitura de imagem. Trata-se de uma forma leve e divertida de consolidar o conceito de valor para o aluno. Observe que Marcie, uma menina caracterizada pelo autor da tirinha como *nerd* (pessoa muito mental, mas com parcas habilidades sociais), categoriza como relevante o uso de expressões triviais e comuns (valorizadas talvez por certas "tribos"), ignorando a "condição canina" de seu "interlocutor" e seus interesses distintos. Já Snoopy, sempre atinado, sabe muito bem o que é relevante para alguém de sua espécie e vai direto ao ponto: comida, embora use para isso um recurso metonímico (o termo "tigela"). Veja mais sobre os personagens dessas HQs (*Peanuts* ou *Minduim*) em: <<http://www.abril.com.br/diversao/personagens-tirinhas-peanuts/>>. Acesso em: 21 out. 2015.

2. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Os elementos clássicos de representação da justiça são: a balança (relacionada com a equidade, o equilíbrio, a ponderação que deve existir na hora de se decidir sobre a aplicação das leis etc.), a espada (relacionada com a coerção, a força, o poder que a Justiça deve ter para fazer cumprir as leis, para defender o direito etc.), a venda nos olhos (relacionada com a ideia de que todos são iguais perante a lei, de imparcialidade etc.).
3. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte, língua portuguesa e sociologia). A charge relaciona a contradição atual de todos os brasileiros disporem das liberdades fundamentais, como a liberdade de expressão e de reunião, mas uma parcela da população ainda não dispor de condições básicas de saúde e moradia. "Todos são iguais perante a lei", como diz a Declaração dos Direitos Humanos, ou, ainda, a lei é válida igualmente para todos, na formulação de Kant. Porém, os seres humanos, quando nascem, já nascem em uma sociedade desigual, sob condições diversas uns dos outros, sem, muitas vezes, sequer terem condições de exercer as liberdades mais básicas contidas na Declaração dos Direitos Humanos (e mesmo em nossa Constituição).

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. A palavra moral refere-se ao conjunto de normas que orientam o comportamento humano com base nos valores de uma comunidade ou cultura. A palavra ética aplica-se à disciplina filosófica que investiga esses sistemas morais, buscando compreender sua fundamentação e seus pressupostos. Nesse sentido, a ética é uma disciplina teórica sobre uma prática humana.
2. Resposta pessoal, baseada na reflexão trazida no livro ou não. Sabemos que a ética busca responder a uma lista interminável de perguntas que giram basicamente em torno de questões que nunca perdem vigência, como o que devemos fazer, como devemos ser, como devemos agir para sermos bons, justos e felizes, se somos verdadeiramente livres etc. O estudante também poderá pensar especificamente nos "grandes" problemas éticos atuais, como os que se referem à responsabilidade de cada um em relação à desigualdade, exclusão e pobreza da maioria da população do país e do mundo, à proteção da natureza e do planeta etc. (os quais não deixam de ter relação com aquelas questões fundamentais).
3. a) Ambas são estabelecidas pelos membros de uma sociedade e destinam-se a regulamentar as relações nesse grupo de pessoas, apresentando-se como imperativos que buscam propor, por meio de normas, uma convivência melhor entre os indivíduos, com base nos valores próprios dessa sociedade. Ambas também possuem caráter histórico, isto é, mudam de acordo com as transformações histórico-sociais.

- b) Podemos dizer que as normas morais são regras de conduta que têm como base a consciência moral das pessoas, suas convicções íntimas, e estendem-se por toda a coletividade por meio dos costumes e das tradições. Por sua vez, as normas jurídicas são regras sociais que têm por base o poder punitivo do Estado sobre as pessoas da sociedade; estão traduzidas em um código formal, em uma legislação, e têm como uma de suas principais características a coercibilidade, isto é, a força potencial do Estado para punir.
- c) As normas morais pertencem ao domínio da moral e da ética; as normas jurídicas pertencem ao campo do direito.
4. Resposta pessoal, em parte. A argumentação apresentada no capítulo é a de que: (1) o ser humano possui uma consciência moral, ou consciência de si, isto é, a faculdade de observar a própria conduta e formular juízos sobre seus atos passados, presentes e as intenções futuras; (2) esses juízos são opiniões, julgamentos que a pessoa formula sobre seu procedimento, a partir de convicções íntimas, valores; (3) nesse processo, a pessoa tem também a possibilidade de fazer escolhas, de decidir como quer atuar ou como quer que as coisas caminhem na vida; (4) essa possibilidade de escolha se chama liberdade; liberdade de seguir as normas ou de romper com aquelas com as quais não esteja de acordo; (5) isso quer dizer que no campo moral resta ao indivíduo a possibilidade de exercer alguma liberdade, apesar de todas as determinações histórico-sociais implicadas.
5. Resposta pessoal, em parte. A afirmação refere-se à interpretação de que, se uma pessoa age de uma maneira considerada moralmente incorreta, mas o faz não por escolha e sim porque não teve alternativa, ou porque foi coagida a praticar tal ação, não é possível responsabilizá-la por isso. É o caso de uma pessoa que, por exemplo, mente sob ameaça de morte. Quando, porém, há escolha, quando há liberdade e a pessoa opta por aquela que é mais conveniente para si, embora infrinja as normas morais vigentes, essa pessoa poderia ser considerada responsável e julgada por seus atos, como o indivíduo que mente simplesmente porque obtém com isso algum benefício, causando mal a terceiros.
6. Resposta pessoal, em parte. Baseada no conceito de virtude como a qualidade ou ação que dignifica o ser humano, a interpretação apresentada no capítulo é a de que a virtude consiste na prática constante do bem por escolha, isto é, de forma consciente e responsável. A essa ideia opõe-se a de vício, que consiste na prática constante do mal por escolha, ou seja, de forma irresponsável. André Comte-Sponville relaciona como as grandes virtudes: polidez, fidelidade, prudência, temperança, coragem, justiça, generosidade, compaixão, misericórdia, gratidão, humildade, simplicidade, tolerância, pureza, doçura, boa-fé, humor e amor. Podem ser outras. O importante é que o estudante, ao tentar ilustrar essas qualidades ou defeitos, reflita sobre muitas situações e atitudes de seu cotidiano.
7. Ocorre uma relação dialética entre indivíduo e sociedade quando, de um lado, cada indivíduo assimila os princípios morais desde a infância, como herança cultural, e, de outro, esse mesmo indivíduo, em um processo de assimilação ativa desses princípios, pode não só apoiá-los e confirmá-los, mas também interferir em sua formulação e mesmo contestá-los. Neste último caso, quando interfere ou contesta, pode contribuir para a transformação das normas e costumes morais.
8. Não. De acordo com o que foi estudado a respeito da Teoria Cognitiva, o estudante poderá deduzir que, para Piaget, é somente no terceiro estágio do desenvolvimento humano, que se inicia aos 12 anos, que as pessoas começam a formar o raciocínio hipotético-dedutivo que lhes permitirá imaginar as consequências de praticar determinada ação, pois inicia-se o período da autonomia moral.
9. a) A ação moralmente correta é aquela em que o indivíduo adere conscientemente a uma norma moral e a cumpre, reconhecendo-a como legítima. A ação moralmente má ou incorreta é aquela que contraria determinada norma moral, embora o indivíduo que a pratique não tenha a intenção de contestá-la.
- b) Enquanto na ação moralmente incorreta o indivíduo simplesmente não cumpre a norma, sem a intenção de questionar sua legitimidade, em uma situação de conflito ético ele se recusa conscientemente a cumprir uma norma moral, por entendê-la inadequada ou ilegítima.
- c) O niilismo ético caracteriza-se pela negação radical de toda norma moral, pela descrença generalizada nos valores vigentes ou na possibilidade de estabelecer valores universais. Por sua vez, o permissivismo moral, outra forma de negação dos valores vigentes, seria um tipo de resposta que obedece mais a interesses particulares e conveniências pessoais que à necessidade de contestar.
10. Porque, na esteira da herança socrática, a ética grega estava fundamentada na razão, entendida como capaz de um saber universal e, portanto, de uma moral universal. Assim, o indivíduo que agia conforme a razão agia corretamente para Sócrates, que também dizia ser o vício resultado da ignorância. Platão entendia que o corpo, por ser a sede dos desejos e paixões, muitas vezes desvia o indivíduo do caminho do bem, e que, para alcançar a ideia do bem, é necessário “purificar-se” do mundo material. Aristóteles, por sua vez, dizia que o fim último de toda ação humana é a felicidade e que a felicidade maior encontra-se na vida teórica, promovida pela razão.
11. Pela concepção da ética aristotélica toda ação humana tem como finalidade última a felicidade, mas em geral o ser humano equivoca-se nessa busca, seja por excesso, seja pela falta, tanto nos atos como nas paixões. Assim, Aristóteles recomendava, para uma vida virtuosa, o meio-termo, o equilíbrio

entre esses dois extremos, que seriam os vícios. A virtude estaria no ponto médio entre eles.

12. Primeiramente, é chamada de ética cristã porque a filosofia do período medieval europeu foi produzida pelos primeiros padres da Igreja Católica. Assim, as concepções éticas que se desenvolveram nesse período levam a marca do cristianismo. Por isso, caracterizou-se e diferenciou-se da ética grega por abandonar a visão racionalista do período anterior, entendendo o caminho ético como aquele que é orientado pelo amor a Deus e pela boa vontade, e por atribuir à subjetividade uma importância até então desconhecida, ao tratar a moral do ponto de vista estritamente pessoal, como uma relação entre cada indivíduo e Deus, isolando-o de sua condição social.

13. Ao tentar explicar como pode existir o mal no mundo, se tudo vem de Deus, que é bondade infinita, Santo Agostinho formulou a tese de que cada indivíduo pode escolher livremente entre aproximar-se de Deus ou afastar-se Dele: o afastamento de Deus seria o mal; a aproximação, o bem. Foi assim que Agostinho introduziu a ideia de escolha, de liberdade individual, de livre-arbítrio. Como cada indivíduo pode usar bem ou mal esse livre-arbítrio; é no bom uso da liberdade de escolha que está a virtude, e no seu contrário, o vício.

14. A ética moderna é considerada antropocêntrica porque, com o humanismo renascentista, o ser humano e suas possibilidades voltaram a ser o centro das reflexões filosóficas, o que orientou uma concepção ética centrada na autonomia humana e em valores oriundos da compreensão acerca do que seria a natureza humana. Isso se observa na frase do iluminista Voltaire, que qualifica o “desprezo” social como o maior “freio natural” e regulador do indivíduo nas ações injustas. Nada de fundamentações teológicas, transparentes, como na ética cristã. O que é insuportável para o indivíduo é ser desprezado por seus semelhantes, e essa é a maior punição que ele pode sofrer por seus erros.

15. A ética kantiana caracteriza-se por ser uma ética do dever, o dever entendido como expressão da racionalidade humana, única fonte legítima da moralidade. Virtuoso, para Kant, é todo ato praticado de forma autônoma, consciente, conforme o dever (ou seja, de acordo com uma máxima) e por dever (porque se entende que ela deve ser uma lei universal). Isso se expressa no imperativo categórico: “Age apenas segundo uma máxima [um princípio] tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”. Assim, as normas morais devem ser obedecidas como deveres, mas se trata de um tipo de dever que se confunde com a própria noção de liberdade, porque, para Kant, o indivíduo que obedece a uma norma moral atende à liberdade da razão, isto é, àquilo que a razão, no uso de sua liberdade, determinou como correto. Dessa forma, a sujeição à norma moral é o reconhecimento de sua legalidade, conferida pelos próprios indivíduos

racionais. Por isso, há virtude quando o indivíduo se submete à força das máximas na realização de seu dever, de acordo com a ética kantiana.

- 16. a)** Hegel insere-se nessa tendência contemporânea ao questionar o formalismo kantiano e considerar a fundamentação histórico-social dos sistemas morais de cada sociedade. Para ele, a moralidade assume conteúdos diferenciados ao longo da história das sociedades e a vontade individual seria apenas um dos elementos da vida ética de uma sociedade em seu conjunto. A moral seria o resultado de uma relação entre cada indivíduo e o conjunto social.
- b)** Marx insere-se nessa tendência contemporânea ao conceber que todo sistema moral, por originar-se do contexto histórico-social, também se constitui em uma ideologia, pois seu conjunto de normas expressa uma forma de consciência própria a cada momento do desenvolvimento da existência social e, nesse sentido, seria uma das formas assumidas pela ideologia dominante em dada sociedade para impor determinados valores, considerados necessários à manutenção dessa sociedade.
- c)** Habermas insere-se nessa tendência contemporânea ao propor uma ética discursiva, fundada no diálogo e no consenso entre os sujeitos, uma aposta na capacidade de entendimento entre as pessoas na busca de uma ética democrática e não autoritária, baseada em valores validados e aceitos consensualmente. Assim, o que se buscaria nesse diálogo seria o estabelecimento de uma razão comunicativa, que não existe pronta nem acabada, mas que se constrói a partir de uma argumentação que leva a um entendimento entre os indivíduos.

CONVERSA FILOSÓFICA

- 1. Liberdade versus determinismo:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. Trata-se de um raciocínio complexo para os estudantes e que talvez necessite ser trabalhado durante a conversação. Proponha exemplos concretos que possam ilustrar as posições extremistas desse debate, como a crença de que é “natural” haver ricos e pobres e que, portanto, não devemos nos preocupar com esse problema. O parágrafo expressa basicamente uma interpretação, inserida no debate a respeito da liberdade e do determinismo nas ações humanas, que considera a existência de uma relação dialética na existência humana que faz com que o indivíduo seja determinado e livre ao mesmo tempo. Isso quer dizer que a liberdade que temos é sempre uma liberdade concreta, situada no interior de um conjunto de condições objetivas de vida, que lhe impõem restrições. Mas também quer dizer que se pode atuar no sentido de ampliar as possibilidades dessa liberdade, e isso será tanto mais eficiente quanto maior for nossa consciência a respeito desses fatores.

2. **Vício ou conflito ético:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. Hoje há um número bem grande de polêmicas por questões éticas a respeito de práticas ou condutas, como a clonagem, os transgênicos, a pesquisa em seres humanos e em animais, a eutanásia, o casamento entre pessoas do mesmo sexo, entre outras. Em alguns países, algumas dessas práticas ou condutas, que um dia foram consideradas deformação moral (como a relação homossexual ou a separação conjugal) ou mesmo crime (como o aborto e a eutanásia), passaram por uma fase de conflito ético, depois começaram a ser aceitas por boa parcela da população, até que se produziu uma legislação que lhes deu suporte jurídico. Mas há casos bem mais simples e restritos aos costumes, como a presença da mulher em certos recintos, o uso de saias curtas, o beijo em público e a relação sexual antes do casamento.
3. **Ética global:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**. O que se espera é que a conversa estimule a reflexão do estudante sobre os problemas atuais do planeta e que ele se envolva com essas questões, assuma sua responsabilidade, busque perspectivas de atuação, encontre seu lugar e se engaje na luta por um mundo melhor. Para estimular o debate, use notícias recentemente divulgadas e que sejam alarmantes, como dados sobre a pobreza no mundo e em sua cidade, o comprometimento de algum recurso ambiental, como a água, o abandono nas ruas de animais de estimação e outras grandes injustiças.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

A declaração de Calvin (“os fins justificam os meios”, vinculada a Maquiavel) se opõe ao imperativo categórico de Kant (“age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne universal”). Quando empurrado pelo amigo, Calvin desejou que sua própria regra valesse para todos, exceto ele mesmo. Isso entra em contradição com o imperativo categórico kantiano, segundo o qual a regra moral deve ser orientada por princípios universalizáveis (válidos para todos). Segundo Kant, um princípio para ser considerado ético não pode comportar exceções, ou seja, deve se aplicar a todos, inclusive a quem o formulou. Não foi isso que fez Calvin.

PARA PENSAR

- O texto aponta o interesse próprio, o amor de si, como uma característica humana fundamental que determina as ações humanas e seus vícios. Além disso, “mesmo as mais belas máximas morais não conseguiram produzir nenhuma mudança nos costumes das nações”, ou seja, as normas são impotentes diante do egoísmo próprio da natureza humana. Enfim, não há escolha; as ações humanas vivem sob um determinismo absoluto.
- O texto consiste em um único parágrafo que traz a célebre frase em que Marx enuncia sua tese de que os homens fazem sua própria história, o que sugere a existência da liberdade humana, mas logo em seguida adverte que isso não se dá como eles querem, e sim dentro das condições impostas pelo passado, o que implica um bom grau de determinação. O que se pode concluir, apesar de ser um trecho tão reduzido, é que liberdade e determinismo são elementos importantes na existência humana.
- Sartre expõe suas hipóteses existencialistas (de que Deus não existe, de que a existência precede a essência e de que não há natureza humana), a partir das quais extrai os seguintes corolários: (1) o indivíduo, desde que nasce, está “abandonado”, não tem em que se apegar, não está determinado por nada; (2) sem encontrar diante de si valores ou imposições que legitimem seu comportamento, “está condenado a ser livre”; (3) é “responsável por tudo quanto fizer”, até por suas paixões, pois o existencialismo não crê no poder das paixões. Mesmo os sinais que encontra e que poderiam orientá-lo precisam ser decifrados, interpretados, constituindo portanto outra invenção humana. Assim, se o ser humano inventa-se todo o tempo e não tem alternativa a não ser a si mesmo, ele é absolutamente livre.

Capítulo 19 – A política

Justificativa

Dirigida às ações e relações que se estabelecem entre as pessoas no contexto mais amplo da sociedade, a política constitui, na compreensão de muitos desde Platão, o campo mais nobre da atividade humana, pois tem como objeto a vida do conjunto dos cidadãos. Mesmo aqueles educadores que contestam que a disciplina filosófica deva ter como finalidade a formação do jovem para o exercício da cidadania – no entendimento de que isso possa significar a manutenção do “velho” e uma traição à vocação libertadora da filosofia – reservam um lugar especial para discussões de cunho político em suas estratégias pedagógicas. Por isso, quisemos complementar as discussões ético-políticas já propostas nesta obra com um capítulo dedicado a essa área de reflexão fundamental, que é a filosofia política.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo da filosofia política abordando algumas das principais questões que mobilizaram o pensamento político-filosófico ao longo da história e estimulando uma reflexão autônoma e não doutrinária a esse respeito.

Objetivos específicos

- Comparar as concepções antiga (bem comum) e moderna (poder) da atividade política.
- Examinar o fenômeno do poder e suas principais formas de expressão.
- Analisar a instituição do Estado, suas origens e funções, contrapondo as concepções liberal e marxista.

4. Abordar o relacionamento entre a sociedade civil e o Estado, bem como o lugar dos partidos políticos nesse relacionamento.
5. Compreender o que é regime político e confrontar as características fundamentais da democracia e da ditadura, destacando o papel dos movimentos sociais.
6. Investigar algumas das principais concepções da política e questões filosóficas em torno do fenômeno do poder propostas pelos principais pensadores ao longo da história.

Sugestões de livros

BOBBIO, Norberto et alii. *Dicionário de política*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial, 2004.

FRATESCHI, Yara (Coord.). *Manual de filosofia política*. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEBRUN, Gérard. *O que é poder*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VÁRIOS. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Sugestões de páginas na internet

- Vídeo *Uma introdução à filosofia política e econômica*, com Tamar Gendler, professora da universidade de Yale (em inglês). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=mm8asJxdcds>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- Site do *Programa 3 a 1*, da TV Brasil, com vídeos de debates sobre diversas questões éticas e políticas atuais. Disponível em: <<http://tvbrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 21 out 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e história). Explore a imagem em suas diversas possibilidades tendo em conta o conteúdo do capítulo, bem como as perguntas formuladas no livro do aluno.

♦ O afresco (tipo de pintura mural) do artista italiano Ambrogio Lorenzetti (c. 1290-1348) encontra-se no Palácio Comunal de Siena, Itália. Expressa a preocupação medieval com a educação de seus príncipes e a construção da imagem de um rei sábio. Veja o contexto histórico e filosófico de sua criação no artigo do professor Ricardo Costa em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/um-espelho-de-principes-artistico-e-profano-representacao-das-virtudes-do-bom-governo-e-os>>, acesso em: 17 fev. 2016. ♦ Explore este tema fértil para o início de um capítulo sobre política, além de sempre atual: as relações entre ética e política. Você encontrará bons subsídios para a discussão em: <<http://duvida-metodica.blogspot.cl/2012/05/alegoria-do-bom-governo.html>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e sociologia). Não se trata apenas de ser crítico com o baixo nível dos políticos brasileiros

e seus discursos (o que é comum na grande mídia em relação a determinados setores políticos), mas de questionar também o niilismo resultante dessa crítica e o afastamento da participação política que isso produz. Você pode propor, por exemplo, um debate sobre a última pergunta do enunciado, avançando sobre outras. É bom que os cidadãos se riem dos políticos? Isso não gera desprezo pela atividade política em geral e o afastamento dos cidadãos da real e concreta participação no processo democrático? Existe democracia sem participação política? A quem pode interessar esse desprezo e falta de participação?

2. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com enfoque **interdisciplinar** (com sociologia). Se você tiver a oportunidade, proponha exemplos atuais e locais que possam ilustrar a citação.
3. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com enfoque **interdisciplinar** (com arte e sociologia). A ideia de delegar poderes expressa por Hagar pode ser relacionada, por exemplo, com as teorias contratualistas, pelas quais os indivíduos teriam transferido seu poder de autogovernar-se para um terceiro (o Estado). A ideia de que “eles não querem devolver” do último quadro pode ser relacionada com as recomendações de Maquiavel para o príncipe de manter a qualquer custo o poder, algo bastante comum entre aqueles que assumem alguma posição política.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Conforme se analisa no capítulo, basicamente o contraponto é que, na concepção clássica grega, a política era entendida como a esfera de realização do bem comum, enquanto, na modernidade, o conceito de política, sem abandonar a ideia de bem comum como um ideal, passou a ser mais estreitamente ligado ao de poder, sendo a questão ética, implícita na ideia de bem comum, colocada em segundo plano ou totalmente abandonada.
2. A afirmação baseia-se no conceito de Bertrand Russell, que define poder a partir de seu sentido etimológico (faculdade, capacidade, força ou recurso para produzir certos efeitos), mas aplicado ao contexto da ação humana, que tem uma intenção ou um desejo. Assim, se poder é a posse dos meios que levam a determinado fim, o indivíduo que detém esses meios tem a capacidade de exercer determinada influência ou domínio e, por seu intermédio, alcançar os efeitos que desejar.
3. Resposta pessoal. Bobbio refere-se aos poderes econômico (daqueles que possuem certos bens socialmente necessários para induzir aqueles que não os possuem a adotar determinados comportamentos), ideológico (daqueles que possuem certas ideias, valores, doutrinas, e meios de divulgá-las, para influenciar a conduta alheia, induzindo as pessoas a determinados modos de pensar e agir) e político (daqueles que possuem os meios de coerção social).

Como todos visam condicionar comportamentos e manter uma sociedade de desiguais, o poder supremo é o poder político, porque se utiliza da força, e esta seria a forma mais eficaz de condicionar comportamentos, conforme Bobbio. Essa é uma conclusão objetável. Você pode aproveitar a oportunidade para questionar se o poder supremo não poderia ser o ideológico, que atua diretamente na mente das pessoas, ou o econômico, que costuma penetrar nos outros dois e comandá-los, dando início a um debate.

4. Resposta pessoal. Para Weber, o Estado é a instituição política que, dirigida por um governo soberano, detém o monopólio do uso da força física em determinado território, subordinando a sociedade que nele vive. Você pode trabalhar aqui a interpretação das expressões “soberano” (o que detém, de direito, o poder político sobre um território e uma sociedade; máximo, absoluto) e “monopólio da força física” (por que monopólio?; por que força física?).
5. Podemos entender essa contraposição a partir da própria definição de sociedade civil, pois esta se define por oposição ao Estado, ou seja, sociedade civil são todas as organizações que se desenvolvem e se relacionam dentro de uma sociedade, mas fora do poder institucional do Estado (como é o caso de sindicatos, empresas, escolas, igrejas, clubes, movimentos populares, associações culturais, de bairro, ONGs etc.). Assim, a relação entre Estado e sociedade civil é a relação entre duas partes, que se percebe de forma explícita quando há desacordos entre os membros da sociedade civil e o Estado é chamado a intervir, ou quando membros ou organizações da sociedade civil dialogam com as instituições do Estado.
6. Resposta pessoal. A importante função de atuar como ponte entre a sociedade civil e o Estado. Há vários aspectos envolvidos nessa questão que podem ser trabalhados com os estudantes: a diferença entre interesse público e privado, o problema do clientelismo (tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto), o lobismo etc.
7. Na democracia, a relação apresenta esquema mais aberto, evidenciado pela maior participação política da sociedade nas questões do Estado e pelo respeito que o poder público confere aos direitos individuais e coletivos. Nos dias de hoje, suas características básicas são: participação política do povo (por meio de eleições periódicas, plebiscitos, referendos, passeatas etc.); divisão e independência dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); vigência do Estado de direito (a lei subordina tanto o Estado como a sociedade, o cidadão respeita o Estado, e o Estado também respeita os direitos do cidadão). Na ditadura, as relações entre governantes e governados são um esquema fechado, caracterizado pela opressão e pelo autoritarismo do Estado sobre a sociedade. Suas características básicas são: eliminação da participação popular nas decisões políticas, concentração do poder político (o poder Legislativo e o poder

Judiciário são aniquilados ou bastante enfraquecidos), inexistência do Estado de direito (as leis só valem para a sociedade, o ditador está acima das leis), fortalecimento dos órgãos de repressão e controle dos meios de comunicação de massa.

8. Em seu livro *A República*, Platão faz uma analogia entre indivíduo e cidade, pela qual, assim como as três partes do indivíduo (as três almas: concupiscente, irascível e racional) devem alcançar um equilíbrio entre si, um equilíbrio hierárquico, em que a alma racional prepondera, as três partes ou classes da cidade (trabalhadores, soldados, governantes) devem fazer o mesmo para alcançar a justiça. Durante a fase de educação, que seria universal, cada indivíduo seria direcionado para uma dessas atividades, de acordo com suas aptidões, e os mais aptos continuariam seus estudos até o ponto mais alto desse processo – a filosofia – a fim de se tornarem sábios e se habilitarem a administrar a cidade. Aquele que, pela contemplação das ideias, conhecesse a essência da justiça deveria governar a cidade: seria o rei-filósofo. Trata-se, portanto, de uma concepção aristocrática, no sentido de que apenas uns poucos poderiam exercer o poder político, mas uma aristocracia do espírito, dos sábios, e não do poder econômico.
9. a) Baseado na ideia de que o ser humano é um animal que não consegue viver completamente isolado de seus semelhantes. Se o fizesse, não sobreviveria. Por isso, viver em sociedade é um impulso natural do indivíduo.
b) Se o ser humano é por natureza um animal social, a sociedade deve ser organizada conforme essa mesma natureza humana. O que deve guiar, então, a organização de uma sociedade é a mesma busca de cada indivíduo, que é, para Aristóteles, a felicidade. Isso quer dizer que o objetivo da cidade e da política deve ser também a vida boa e feliz de seus habitantes, ou seja, deve ser a busca de um determinado bem, correspondente aos anseios dos indivíduos que a organizaram. E esse é o bem comum.
10. Foi a ideia de que os governantes seriam representantes de Deus na Terra. Por isso, o direito de governar dos reis era divino, concedido por Deus. A teoria que se formou a esse respeito na Idade Moderna denominou-se teoria do direito divino dos reis. De acordo com um de seus principais expoentes, Jean Bodin, a monarquia seria o regime mais adequado à natureza das coisas, pois a família tem um só chefe, o pai; o céu tem apenas um sol; o universo, só um Deus criador. Assim, a soberania do Estado só podia se realizar plenamente na monarquia.
11. Foi justamente seu realismo político, ou seja, pela primeira vez escrevia-se sobre a política real sem a pretensão de fazer um tratado a respeito da política ideal, mas, ao contrário, com o propósito de compreender e esclarecer os princípios da política como ela é. Dessa forma, entendendo que as lutas e tensões entre poderosos e oprimidos, governante e governado existiriam sempre, evidenciou-se que seria uma

ilusão buscar um bem comum para todos. O objetivo da política seria na realidade a manutenção do poder. Para isso, o governante deveria usar de todas as armas, fazer aquilo que, a cada momento, se mostrasse interessante para conservar ou chegar ao poder. Desmascarando sua lógica, mostrou que na política os fins justificam os meios. Assim, a política se constituía pela primeira vez em uma esfera autônoma, desvinculada das esferas da moral e da religião.

12. Essa afirmação está baseada na concepção hobbesiana a respeito do estado natural do ser humano: para ele, o indivíduo não possui o instinto natural de sociabilidade e sempre encara seu semelhante como um concorrente que precisa ser dominado. Por isso, o estado de natureza teria gerado um estado de guerra e de matança permanente nas comunidades primitivas. Para pôr fim a essa brutalidade social primitiva, os indivíduos viram-se obrigados a estabelecer um pacto entre si, pelo qual cada um transferiu seu poder de governar a si próprio a um terceiro – uma pessoa ou assembleia de pessoas – para que governasse a todos, impondo ordem, segurança e direção à conturbada vida social. Assim criou-se o Estado soberano, comparado ao monstro Leviatã, o mais forte e cruel, para que o terror que inspire submeta os indivíduos e garanta a paz e a segurança desejadas.

13. Locke fez uma reflexão mais moderada que Hobbes. Para Locke, os seres humanos em estado de natureza devem ter vivido livres e isolados e, justamente pelo fato de serem livres e iguais e devido à falta de uma normatização geral, cada qual era juiz de sua própria causa, o que teria levado ao surgimento de problemas nas relações entre os indivíduos (e não a um estado de guerra). Para evitar esses problemas, decidiram juntar-se para formar um Estado (nada de transferência dos direitos dos indivíduos para o governante, como em Hobbes), cuja função seria a de garantir a segurança dos indivíduos e de seus direitos naturais, como a liberdade e a propriedade. Trata-se, assim, de um Estado liberal, e não de um Estado tirânico como o Leviatã. Rousseau opôs-se frontalmente a Hobbes. Para ele, o ser humano em estado de natureza é bom, livre e feliz (não há “lobos” nem guerra). Diz ignorar a razão que o levou a associar-se com os outros, mas defende a tese de que o único fundamento legítimo do poder político é o pacto social, pelo qual cada cidadão, como membro de um povo, concorda em submeter sua vontade particular à vontade geral. Isso significa que cada indivíduo, como cidadão, somente deve obediência ao poder político se esse poder representar a vontade geral do povo ao qual pertence. O compromisso de cada cidadão é para com o seu povo. E somente o povo é a fonte legítima da soberania do Estado (ou seja, um Estado bastante distinto do Leviatã de Hobbes). Unindo-se a todos, cada cidadão só deve obedecer às leis – que, por sua vez, devem exprimir a vontade geral. Desse modo, respeitar as leis é o mesmo que obedecer à vontade geral e simultaneamente respeitar a si mesmo, sua própria vontade como cidadão, cujo interesse deve ser o bem comum.

14. Hegel criticou a concepção liberal de Estado, encontrada tanto em Locke como em Rousseau, porque essa concepção parte da ideia do indivíduo isolado, que posteriormente teria se organizado em sociedade. Para Hegel, isso seria um equívoco, uma abstração, porque não existe o ser humano em estado de natureza, unicamente o ser social, que só encontra seu sentido no Estado. Outro ponto importante é que, para Hegel, o Estado precede o indivíduo. As línguas e tradições vêm antes do indivíduo e o definem. Assim, o indivíduo é parte orgânica de um todo, que é o Estado. Por isso, segundo Hegel, o Estado não pode ser entendido como a simples soma de muitos indivíduos, da vontade dos indivíduos, nem ser fruto de um contrato, como haviam pensado Hobbes, Locke e Rousseau. É o Estado que funda a sociedade civil.

15. Marx e Engels não falam em indivíduos, falam de classes. E, para eles, o Estado não é um simples mediador de grupos rivais, isto é, aqueles que protagonizam a luta de classes. É uma instituição que surgiu em meio à crise, quando assumiu o poder uma das classes em conflito: a classe dominante. Nasceu, portanto, para defender os interesses desta, e tem sido assim até nossos dias. Isso teria se iniciado quando, em um determinado estágio do desenvolvimento histórico da sociedade humana – que em seus primórdios teria sido uma sociedade sem classes e sem Estado, sendo as funções administrativas exercidas pelo conjunto dos membros –, certas funções administrativas tornaram-se privativas de um grupo separado de pessoas, que detinha força para impor normas e organização à vida coletiva. Desse núcleo teria se desenvolvido o Estado. Isso teria ocorrido em um momento do desenvolvimento econômico em que surgiram as desigualdades de classes e os conflitos entre explorados e exploradores. O papel do Estado teria sido o de amortecer o choque desses conflitos, evitando uma luta direta entre as classes antagônicas. Embora o Estado tenha nascido da necessidade de conter esses antagonismos, nasceu também no meio do conflito e, por isso, acabou sendo sempre representado pela classe mais poderosa, aquela que tinha a força para reprimir a classe dominada: os escravos na Antiguidade, os servos e camponeses no feudalismo e os trabalhadores assalariados no capitalismo. Assim, para Marx e Engels, o Estado nasceu da desigualdade para manter a desigualdade.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Interesse público e interesse privado:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). Há várias leituras. Entendendo interesse público como aquele que se dirige ao bem comum, pode-se dizer que interesse público e interesse privado se opõem, já que este buscaria o bem particular. Mas muitas vezes eles podem coincidir, e o bem particular ser também o bem comum. Em uma sociedade ética, essa alternativa deveria prevalecer.

No universo da política brasileira, não deve haver muita discussão sobre que tipos de práticas prevalecem: as que se dirigem aos interesses privados. Não faltarão exemplos; procure os mais atuais para contextualizar e esquentar a discussão. O excerto de Buarque de Holanda expõe o predomínio histórico do privado sobre o público em nosso país.

2. **Função do Estado:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). Como no debate anterior, busque exemplos atuais e concretos, motivando mais a discussão.
3. **A importância da divisão dos poderes:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com enfoque **interdisciplinar** (com história e sociologia). Procure situações concretas da história brasileira (como os períodos de ditadura) e mundial. Traga também análises sobre acontecimentos atuais usando artigos de jornais e revistas, como algumas discussões sobre o poder excessivo (ou não) do Congresso brasileiro, conferido pela atual Constituição, ou alguns momentos em que se reclamou que o Supremo Tribunal Federal estaria indo além de suas atribuições em nosso país.
4. **Liberalismo e neoliberalismo:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com enfoque **interdisciplinar** (com economia ou geografia e sociologia). Pesquise sobre o tema e traga elementos atuais (números, artigos etc.). Aproveite o incremento da discussão sobre o neoliberalismo a partir da crise econômica mundial a partir de 2008. O neoliberalismo é uma corrente de pensamento político-econômico que defende basicamente o livre mercado e a ideia de que, quanto menor a participação do Estado na economia, maior é o poder dos indivíduos e mais rapidamente a sociedade pode se desenvolver e progredir, para o bem dos cidadãos. Suas origens remontam ao século XIX. Foi retomado em 1947 por Von Mises e Friedrich von Hayek, como reação à política keynesiana (por seu intervencionismo) e ao estado de bem-estar social (pelo seu assistencialismo), este idealizado primeiro na Inglaterra em 1942. Outra vertente surgiu mais ou menos na mesma época, a chamada escola de Chicago, tendo Milton Friedman como seu expoente, que combateu a política do *New Deal* do presidente F. D. Roosevelt (por sua tolerância com os sindicatos e a defesa do intervencionismo estatal). Sua nova retomada ocorreu desde 1973, após a crise do petróleo, que afetou a economia mundial levando a maioria dos países ocidentais a adotarem políticas econômicas neoliberais.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Segundo Hobbes, os homens em estado de natureza estão em constante e brutal disputa (guerra de todos contra todos). Por isso, a fim de assegurar as próprias vidas, os homens estabelecem um pacto pelo qual aceitam transferir integralmente o comando de suas vontades a um terceiro, o poder soberano, representado por um homem ou uma assembleia. Assim, a

expressão da vontade do poder soberano deve ser acatada por todos os homens como se os atos e decisões do representante escolhido fossem seus próprios atos e decisões. Nessa medida, o Estado hobbesiano é instituído consensualmente por meio de um contrato que restringe a liberdade natural dos homens para lhes garantir a própria segurança. Portanto, seria um Estado totalitário. Para Locke, o Estado também é instituído por meio de um acordo aceito por todos os seres humanos. No entanto, tal acordo tem como objetivo preservar e consolidar os direitos que os homens já detinham no estado de natureza: direito à vida, à liberdade, à propriedade dos bens. Na visão de Locke, estes direitos naturais dos homens estariam mais bem assegurados pela instituição política do Estado, que, por isso, seria um Estado liberal.

PARA PENSAR

1. Sabe-se que Locke é um dos pioneiros do liberalismo, e esse texto também o é. Basicamente, o texto mostra isso: no primeiro parágrafo, pela imagem do indivíduo só e livre; no segundo, pelos conflitos entre os iguais e o cenário de “incerteza” que ameaça sua liberdade e a “fruição de suas propriedades”; o que leva, no terceiro parágrafo, à necessidade do indivíduo de encontrar um meio para assegurar seus direitos naturais, ou seja, “a conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de ‘propriedade’”. E assim, conclui este trecho, o indivíduo “procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos”, para formar o Estado liberal, cuja função será, portanto, a de satisfazer essas necessidades, ou seja, alcançar a harmonia entre os grupos rivais, preservando os interesses dos indivíduos.
2. Primeiramente, o texto de Engels não fala em indivíduos, e sim em classes sociais. Trata-se, portanto, de um conflito de classes. Assim, como argumenta no primeiro parágrafo, embora o Estado tenha nascido da necessidade de conter esses antagonismos, nasceu também no meio do conflito e, por isso, acabou sendo sempre representado pela classe mais poderosa, aquela que tinha a força para reprimir a classe dominada. É a concepção marxista de Estado como instrumento de dominação de classe. Isso ocorreu, como exposto no segundo parágrafo, com os escravos na Antiguidade, com os servos e camponeses no feudalismo e com os trabalhadores assalariados no capitalismo.
3. Resposta pessoal. Atividade de **posicionamento crítico**. Espera-se que o estudante relacione os conceitos trabalhados no capítulo com relação ao Estado, sua função e a resposta liberal.
4. Resposta pessoal. Atividade de **posicionamento crítico**, como na anterior, só que em relação à resposta marxista. Também se propõe um exercício crítico de contraposição das duas teorias. É possível defender as duas posições: uma seria radical, de exclusão mútua, que é a clássica e tradicional; e outra, moderada, que poderia tentar extrair de ambas o que têm de real e concreto e propor um caminho, uma proposta alternativa, uma saída pragmática.

Justificativa

Em um mundo que há dois séculos se pauta cada vez mais pelo conhecimento científico, é imprescindível que o jovem tenha acesso a um conjunto de conceitos e reflexões críticas sobre esse campo de atividade humana que, para muitos, já alcançou *status* semelhante ao das religiões. Por isso pensamos neste capítulo, que permite um aprofundamento sobre o que é a ciência e em que consiste seu fazer, investiga sua história e transformações, suas conquistas e limites, bem como suas relações com a sociedade contemporânea.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo da história e da filosofia da ciência, destacando algumas das principais questões epistemológicas que mobilizaram cientistas, historiadores e filósofos ao longo do tempo.

Objetivos específicos

1. Analisar o conceito de ciência e algumas de suas características básicas.
2. Situar o papel da epistemologia em relação às ciências.
3. Examinar a história da ciência, seus desenvolvimentos e revoluções, com destaque para aspectos das ciências moderna e pós-moderna.
4. Investigar alguns dos principais problemas e conceitos epistemológicos abordados pelos filósofos da ciência.
5. Abordar a relação problemática da sociedade com a ciência (o mito do cientificismo) e desta com aquela (dominação ideológica).

Sugestões de livros

- ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. Col. Leituras Filosóficas. São Paulo: Loyola, 2000.
- CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 2011.
- KNELLER, George F. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez, 2005.

Sugestões de páginas na internet

- *Site Crítica*, mais conhecido como *Crítica na Rede*, artigos sobre filosofia da ciência. Disponível em: <<http://criticanarede.com/ciencia.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- *Site da revista Ciência Hoje*. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte e biologia). É interessante iniciar o capítulo com uma reflexão prévia sobre as ciências abordando um caso concreto como o do DNA, frequentemente citado na mídia. Sabemos que a proposição do modelo de dupla hélice por James Watson (1928-) e Francis Crick (1916-2004) em 1953, a partir de imagem obtida por Rosalind Franklin (1920-1953), permitiu grandes avanços na ciência genética e em outras áreas, como a medicina, a farmacologia, a agricultura (os transgênicos) e a criminologia (como mostram muitas séries de TV sobre “polícia científica”). Há muitos dados sobre esse tema na internet, como no artigo disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/ciencia/030227_dnamtc.shtml>. Acesso em: 21 out. 2015. ♦ Aqui você pode fazer um parêntese para mostrar que até a descoberta da estrutura de dupla hélice do DNA a teoria mais aceita era a proposta pelo médico russo Phoebus Levene por volta de 1910 (um gancho para abordar o conceito de transitoriedade das teorias científicas). Mostre aos estudantes o gráfico dessa estrutura, que depois se descobriu incorreta [disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Phoebus_Levene>. Acesso em: 21 out. 2015]. ♦ Muitas questões filosóficas podem ser levantadas. Observe que a hereditariedade, que até então havia sido um conceito relativamente abstrato, conseguiu ancorar-se na concretude da matéria com o reconhecimento geral do modelo do DNA. Poderíamos interpretar isso como o início de uma mudança de paradigma na ciência (ou a permanência do mesmo, o materialismo racionalista)? E de mentalidade na sociedade? Note que hoje em dia é praticamente impossível negar uma paternidade verdadeira com o famoso “teste de DNA”. ♦ Destaque também os impactos nos campos da antropologia e da ecologia que investigam a história evolutiva dos organismos (filogenia), pois o DNA também armazena as mutações que vão ocorrendo ao longo do tempo, permitindo uma reconstituição da história filogenética de populações de organismos. A propósito, se o DNA sofre mutações, que elementos ambientais poderiam estar causando mutações no DNA da humanidade atualmente? Em que seres “novos” estaríamos transformando-nos? Seria ético realizar mudanças no DNA humano para gerar outros seres?

CONEXÕES

1. Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com biologia), com possibilidade de posicionamento crítico. Boa para introduzir o tema da bioética e realizar um debate. A clonagem de um animal, como ocorreu no caso da ovelha Dolly em 1996, foi um indicador de que a ciência está próxima de clonar um ser humano, e essa é uma perspectiva assustadora para as pessoas, embora possa ser fascinante para a ciência. Ela também rompe com a concepção tida como absoluta de que a reprodução de um mamífero só pode ser feita de forma sexuada, rompimento que revoluciona tanto o senso comum como o universo científico.

2. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com geografia e sociologia). É de supor que haja duas experiências. Os transportes automotrizos, por exemplo, facilitam o deslocamento, mas poluem o ambiente. Os *video games* entretêm, mas divulgam temáticas antissociais, geral isolamento, sedentarismo etc. Há ainda a contaminação dos rios por indústrias, e assim por diante.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Podemos dizer que o entendimento geral da ciência hoje é o de uma área do saber humano que se caracteriza por buscar o conhecimento sistemático e seguro a respeito dos fenômenos do mundo e que, para tanto, faz investigações usando uma metodologia científica, cujos resultados se expressam em leis e teorias. Sua função básica é a de explicar para prever e poder intervir na realidade.
2. Porque, embora não seja infalível, o método científico consiste em uma sequência ordenada e coerente de procedimentos para assegurar que as conclusões de uma investigação sejam as mais corretas possíveis. É o que se depreende da sequência de etapas do método experimental: começa com o enunciado do problema, passa pela formulação de uma hipótese e, em seguida, por testes experimentais dessa hipótese, chegando, por último, a uma conclusão que confirma a hipótese ou indica que ela deve ser abandonada ou corrigida.
3. Trata-se de uma frase que exprime bem o tipo de razão que conduz a ciência moderna: a razão instrumental, conceito criado por Horkheimer. Primeiramente, é preciso entender o que são leis e teorias científicas. As leis são enunciados generalizadores que procuram expressar ou descrever relações constantes e necessárias entre fenômenos regulares. Essas leis fazem parte de teorias, que, por sua vez, buscam explicar todo o contexto responsável pelas regularidades descritas nas leis. Juntas, leis e teorias fornecem uma explicação para o fenômeno em questão. Dentro da lógica da razão instrumental dominante, essa explicação permite não só conhecer o fenômeno estudado, mas também, de modo geral, fazer previsões sobre ele e nele intervir, se necessário ou desejado.
4. Resumidamente, podemos dizer que, para a ciência antiga, conhecer era determinar as quatro causas (material, formal, eficiente e final), o que significa dizer que ela se confundia com a própria metafísica. Baseava-se mais nas qualidades das coisas e tinha preocupações finalistas, isto é, buscava o sentido delas. O conceito de ciência era, portanto, mais contemplativo. Por sua vez, o conceito moderno de ciência, que não inclui as preocupações metafísicas, é mais quantitativo, operativo e interventivo, baseado em procedimentos específicos e experimentais.
5. Na matemática, foi o desenvolvimento de novas geometrias (as geometrias não euclidianas) por Lobachevski, Bolyai e Riemann. Desde então, princípios antes tidos como “irrefutáveis” passaram a ser tidos como “pontos de partida”. Na física, podemos destacar o desenvolvimento da física quântica, da teoria da relatividade (Einstein) e do princípio da incerteza (Heisenberg), que romperam com a concepção determinista e mecanicista da física clássica, trazendo também certo irracionalismo, o que abalou a pretensão de causalidade e previsibilidade que caracterizava a ciência até então. Na biologia, impactaram primeiro a teoria da evolução (Darwin) e as leis da hereditariedade de Mendel, depois a descoberta dos cromossomos e genes e, mais recentemente, a decifração do código genético e o surgimento da engenharia genética. Todas afetaram, de modo geral, a concepção relativa ao lugar do ser humano dentro da natureza.
6. Porque há uma mudança significativa de paradigmas, expressa nas novas abordagens não reducionistas-mecanicistas, como o holismo e o pensamento complexo.
7. Os pensadores do Círculo de Viena, positivistas lógicos (empiristas), propuseram o critério da verificabilidade, ou seja, para eles uma teoria deve passar pelo crivo da verificação empírica antes de ser aceita como verdadeira. A eles se opôs Popper, para quem nenhuma teoria pode ser confirmada empiricamente (por indução) como verdadeira, somente como falsa. Por isso, defendeu o critério da não refutabilidade ou da falseabilidade, isto é, as teorias teriam uma validade transitória até o momento em que fossem refutadas, mostrando-se a sua falsidade.
8. Sim. Talvez Popper fizesse uma ou outra correção, mas concordaria com a afirmação, porque era um férreo defensor da ideia de transitoriedade das teorias científicas.
9. No sentido de que a física newtoniana, embora servisse para explicar nossa experiência cotidiana, não conseguia explicar certos fenômenos microscópicos e astronômicos, tornando necessária a negação de seus pressupostos nesse âmbito e a formulação de uma nova maneira de conceber o espaço e o tempo (uma ruptura epistemológica): a teoria da relatividade, além da física quântica.
10. Paradigma é um conjunto de normas e tradições dentro do qual a ciência se move, durante um determinado período e contexto, e pelo qual pauta sua atividade. Pode ser entendido como um modelo de mundo (“as coisas são assim”). Uma revolução científica ocorre, segundo Kuhn, quando se dá uma mudança de paradigma, isto é, quando a ciência normal (que se desenvolveu dentro de um paradigma) é suplantada pela ciência extraordinária (que surgiu em um momento de crise propondo um novo paradigma para resolver essa crise), e esta toma o lugar daquela na preferência da comunidade científica, convertendo-se na nova ciência normal.
11. Rubem Alves afirma que o cientista virou um mito porque, apesar de a análise epistemológica ter relativizado o conhecimento científico em relação a outros tipos de conhecimento e jogado luz sobre o processo

de conhecer, que não depende exclusivamente da atividade lógica, a sociedade em geral ignora essa informação e o cientista ainda tem muito poder sobre as pessoas. Esse poder está fundado no fato de que, por serem os cientistas uma classe especializada no que se crê ser o “saber correto”, nossa cultura aceita que as pessoas abdicuem de pensar por si próprias e se limitem a fazer o que eles mandam. Ou seja, é um mito que inibe o pensamento dos indivíduos em geral e os leva a se comportar da maneira que os cientistas determinam como adequada.

12. a) Trata-se do problema da oposição extremada entre senso comum (saber sem fundamentação) e ciência (saber fundamentado), que, a partir do positivismo, levou à valorização exagerada do saber científico em detrimento de outras formas de conhecimento, como o mito, a religião, a arte e até a filosofia. Desse modo, a ciência passou a ser vista como um tipo de conhecimento superior.
- b) Trata-se do problema de entender o conhecimento científico como o modo de pensar correto, até mesmo perfeito ou absoluto. A maioria das pessoas não se dá conta de que não é bem assim. Não há certezas absolutas em relação à validade de nenhuma teoria científica; elas são transitórias, o que já derruba esse mito, pois o que é certo, perfeito, não deveria ser substituído ou aperfeiçoado.
- c) Trata-se do problema de entender a ciência como algo à parte da sociedade e dos seres humanos, guiada apenas pela razão, que sabe ser neutra, imparcial. Mas sabemos que a produção científica e tecnológica se insere no conjunto dos interesses das sociedades e, frequentemente, é direcionada por verbas e financiamentos vinculados aos objetivos dos grupos que exercem poder social. Assim, o conhecimento científico não é neutro, e muito menos sua aplicação.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **Opinião de cientistas:** Resposta pessoal, em parte. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**. Você pode dar o exemplo do que ocorre nos meios de comunicação, que sempre convidam cientistas para opinar sobre diversos temas. Outro exemplo são os tribunais, em algumas questões. O capítulo trabalha o mito do cientificismo, mas também a ideia de que o método científico favorece o desenvolvimento de um conhecimento mais bem fundamentado do que o do senso comum. Essa é uma razão para que a opinião de um cientista seja valorizada de modo geral.
2. **Progresso científico:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com todas as ciências). O tema é bastante polêmico. De modo geral, as transformações da ciência são entendidas como evolução e progresso do pensamento humano pela maioria das pessoas, mesmo entre aquelas que apontam e temem seus

risco. Os argumentos básicos estão relacionados com os benefícios trazidos pelo subproduto da ciência: a tecnologia. Você pode, porém, chamar a atenção dos estudantes para o fato de que o que se coloca em discussão aqui não é isso, ou não é apenas isso. O debate é sobre se o conhecimento evoluiu. Dizer que sim é seguir a corrente. Negá-lo é fazer a extravagância de Kuhn, para quem dois paradigmas sucessivos não podem ser comparados (são incomensuráveis), o que impossibilita garantir uma concepção evolutiva do conhecimento humano.

3. **Ciência e filosofia:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. Espera-se que o estudante se coloque nesses dois lugares e, para fazê-lo, procure entender bem e “experimentar” o que faz o cientista e o que faz o filósofo. Trata-se também de um momento de introspecção, uma oportunidade para que o estudante reflita sobre si mesmo e se conheça mais.
4. **Ciência e ética:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com enfoque **interdisciplinar** (com todas as ciências). Espera-se que o estudante se aprofunde em temas valorativos. A área médica traz muitos exemplos nesse sentido. Você pode vincular a discussão a temas ligados à bioética, como pesquisas com células-tronco, clonagem ou mesmo testes clínicos em seres humanos ou animais. Neste último caso, há vídeos impactantes na internet da organização Peta (*People for the Ethical Treatment of Animals*, “pessoas pelo tratamento ético dos animais”), como o disponível em: <<http://www.peta.org/videos/this-is-animal-research-2/>>. Acesso em: 21 out. 2015.
5. **Compreensão ou poder:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico**. Você pode propor para a classe a interpretação de que todo conhecimento implica, de certa forma, um poder do sujeito sobre o objeto estudado (algo de não tão fácil assimilação pelos estudantes), na medida em que é ele, o sujeito, com seus paradigmas, pressupostos, cultura, limitações *a priori* etc., quem seleciona as “perguntas” que deve fazer e os critérios de recepção e validação das “respostas” recebidas (como destacado por Popper no texto da seção **Para pensar**).

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

As alternativas corretas são 02, 04, 08 e 16 (total 30). Elas expõem aspectos das teorias de Thomas Kuhn e Karl Popper sobre o desenvolvimento científico. Somente a afirmativa 01 está incorreta, pois para Kuhn as mudanças de paradigma não impedem o avanço da ciência e sim abrem caminho para um novo tipo de desenvolvimento científico.

PARA PENSAR

1. O texto refere-se aos tipos de conhecimento pertencentes às áreas de literatura, história, religião, filosofia e arte. Afirma serem todas formas distintas de conhecimento, que merecem ser cultivadas porque

cada uma delas nos familiariza com uma parte da realidade. Todas representariam o mesmo esforço do ser humano por descobrir uma ordem no fluxo da experiência. É essa busca da ordem na experiência que uniria ciência, literatura, história, religião, filosofia e arte. Cada uma o faz a sua maneira: a ciência mediante a busca dessa ordem na experiência da natureza adquirida pelo ser humano; a literatura e a arte, na experiência interior do ser humano e em suas relações com os seus semelhantes; a história, no passado humano; a religião, na relação do ser humano com um Ser Supremo; e a filosofia, em todos esses empreendimentos humanos.

2. Kneller distingue o conhecimento filosófico dos demais no sentido de que estes (ciência, literatura, arte, história, religião) focalizam aspectos da realidade, enquanto o esforço da filosofia é o de ver a realidade como um todo, analisando a natureza e as descobertas dos diferentes ramos do conhecimento, examinando os pressupostos em que elas se assentam e os problemas a que dão origem e procurando estabelecer uma visão coerente do domínio total da experiência.
3. O texto destaca dois aspectos da ciência que se referem a seu esforço por ser objetiva. Nessa busca de objetividade, a ciência desenvolve, de um lado, uma característica restritiva em relação à experiência e, de outro, uma característica ampliadora. Para a primeira, contribui o empenho em eliminar tudo o que for subjetivo, individual ou coletivo, tudo o que se refira à aparência sensual e estética da natureza. Tudo é descrito por meio de conceitos abstratos, como grandezas, números, símbolos e fórmulas. E, sem qualidades, sem valor, sem emoções e recordações, evidentemente essa descrição, por mais elucidativa que seja, não é uma explicação completa daquilo que realmente experienciamos. Assim, a descrição científica empobrece e restringe a experiência da natureza e da realidade. Mas a ciência também pode ser ampliadora da experiência no sentido de que transcende a realidade, isto é, permite que conheçamos uma realidade não disponível aos nossos sentidos e à nossa percepção imediata, como é o caso das partículas que constituem um corpo.
4. Resumidamente, Popper defende que não existe argumentação pura, porque todas as observações são sempre realizadas à luz de pressupostos e de uma carga teórica que o cientista traz consigo. Sua argumentação nesse sentido começa por dizer, no texto, que toda experimentação é a experimentação de uma “ideia” (hipótese) a partir de um conjunto de ações planejadas que estão fundadas em uma “teoria” (conjunto de “ideias”). Ou seja, não somos tão passivos e receptivos que as sensações toquem em nós e nos inundem. Ao contrário, somos tão ativos que definimos não só quais são as “questões” que devemos fazer para a natureza, mas também as “respostas” que validamos e que queremos, isto é, existe todo um arcabouço teórico que orienta o que devemos ver, considerar e aceitar. Isso significa que não devemos considerar que chegamos a uma verdade que é obje-

tiva e absoluta, e sim a uma certeza, que é subjetiva porque pautada por esse arcabouço teórico. A ciência constitui-se, enfim, de puras conjecturas.

5. Resposta pessoal. Você pode aqui chamar a atenção dos estudantes para o fato de que, apesar de seu ceticismo em relação a certas pretensões da ciência, especialmente a afirmação positivista de que os cientistas podem provar uma teoria por indução ou por testes empíricos ou observações sucessivas, Popper era um defensor tanto da ciência como do pensamento liberal. Mas considerava a crítica, até mesmo o conflito, essencial para todo tipo de progresso. Para ele, assim como os cientistas se aproximam da verdade pela “conjetura e refutação”, as espécies também evoluem por meio da competição e as sociedades, por meio do debate político. Uma “sociedade humana sem conflito”, escreveu certa vez, “não seria uma sociedade de amigos, mas de formigas”.

CAPÍTULO 21 – A estética

Justificativa

Desde os primórdios da humanidade – antes da ética, da política e da ciência –, a expressão artística já tinha um lugar no fazer dos primeiros hominídeos, como se observa na arte rupestre. Cada vez mais valorizada no contexto da educação contemporânea, que vem rompendo com o modelo tradicional de ensino, a arte ganha novo *status* e volta ao currículo da escola pública. Compreende-se que ela constitui não apenas uma forma de construir ou reconstruir criativamente o mundo, mas também de conhecê-lo. Daí a importância de dedicar um capítulo a esse tema, para que o jovem tenha um contato com um conjunto de reflexões que podem ajudá-lo a compreender sua interioridade e seu cotidiano.

Objetivo geral

Introduzir o estudante no estudo da filosofia da arte abordando algumas das principais questões e concepções estéticas que mobilizaram pensadores ao longo da história.

Objetivos específicos

1. Compreender as origens da estética e circunscrever seu objeto de estudo.
2. Investigar o problema a respeito do belo, sua fonte ou origem e função, destacando as respostas idealista e empirista, bem como algumas concepções de Kant, Hegel e Schopenhauer.
3. Examinar a questão da arte, abordando algumas das principais concepções a seu respeito, seja como fenômeno social ou universal.
4. Analisar a possível relação entre o belo e o bom e entre a arte e a educação.
5. Discutir a relação problemática entre arte e indústria cultural.

Sugestões de livros

FISCHER, Ernst. *A necessidade da arte*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GOMBRICH, E.H. *A história da arte*. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
LANGER, Susanne K. *Ensaaios filosóficos*. São Paulo: Cultrix, 1981.
NUNES, Benedito. *Introdução à filosofia da arte*. São Paulo: Ática, 1999.

Sugestão de página na internet

- *Site Crítica*, mais conhecido como *Crítica na Rede*, artigos sobre estética. Disponível em: <<http://criticanarede.com/estetica.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.

LEITURA DA IMAGEM DE ABERTURA

Atividade de **sensibilização** para a temática do capítulo, com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Procure explorar a temática central, o mito sobre o nascimento da deusa Vênus – deusa que simboliza a beleza e o amor (carnal e espiritual), a ideia de que o amor gera, faz nascer, constrói, ao contrário do ódio, que atrofia e destrói – e os elementos pictóricos na direção das discussões do capítulo: o gosto, o belo, sua subjetividade ou objetividade, a arte como fenômeno social ou universal etc. ♦ O pintor florentino Sandro Botticelli (1445-1510) foi um dos grandes expoentes do Renascimento e o quadro é um dos mais famosos de sua produção. Há boas informações a seu respeito na internet (textos, *slides* e vídeos), que devem ser usadas com critério. A interpretação mais tradicional estabelece uma relação entre o quadro e a concepção idealizada de beleza em Platão através do pensamento neoplatônico do filósofo Marsilio Ficino, também florentino e contemporâneo de Botticelli.

CONEXÕES

1. Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte), estimulando uma introspecção e conexão com os próprios sentimentos no contato com uma obra de arte. Munch considerava que mais importante que pintar as pessoas era retratar seus sentimentos, o que se expressa no quadro *O grito*. Você pode escolher outras obras contidas neste livro, ou ainda outras, para reforçar a atividade e seus objetivos.

ANÁLISE E ENTENDIMENTO

1. Como teoria do belo e de suas manifestações através da arte, a estética pretende alcançar um conhecimento que vem basicamente do sentir (sensação e sentimento), tendo como principal objeto de investigação a obra de arte. Nesse sentido, ela difere e contrapõe-se à lógica e à matemática, cujo conhecimento está fundado de modo geral na razão.
2. Resposta pessoal. Espera-se que o estudante use a imaginação, mas empregue os conceitos estudados. Os argumentos podem variar, mas podemos dizer que, basicamente, idealistas e empiristas estariam em desacordo. O idealista diria que “gosto se discute, sim”, pois concebe que a beleza é algo que existe em si mesmo, como ideia: a ideia de beleza que trazemos guardada em nossa alma, conforme

entendia Platão. Para o empirista, porém, o conceito de beleza se formaria pela experiência concreta, sensível de cada um. Então, o empirista tenderia a considerar, como o fez Hume, que o gosto é formado em grande parte pela cultura em que vive cada pessoa, sendo, portanto, subjetivo.

3. Kant considerava que o belo era definido pelo jogo entre entendimento e imaginação, que eram faculdades do conhecimento. Como estava ligado à estrutura do pensamento, o belo seria semelhante para todos os seres humanos. Já para Hegel, trabalhando desde a perspectiva histórica, o relativo consenso acerca de quais são as coisas belas mostra que o entendimento do que é belo depende do momento histórico e do desenvolvimento cultural da sociedade. Esses dois fatores determinariam certa visão de mundo, a partir da qual algumas coisas seriam consideradas belas, e outras, não. Schopenhauer, por outro lado, dizia que o belo é eterno porque não se submete às injunções do conhecimento e do mundo empírico. Por isso, o prazer estético aliviaria o sofrimento humano, provocado pela insatisfação da vontade, na medida em que nos permite vislumbrar – ainda que momentaneamente – o mundo em sua plenitude, para além da transitoriedade dos fenômenos.
4. Suzanne Langer propôs que arte é a prática de criar formas perceptíveis expressivas do sentimento humano. Analisando resumidamente esses termos, podemos entender que: (1) a arte é uma atividade humana que combina a habilidade (a prática) com a imaginação (a criação); (2) a arte busca formas capazes de serem percebidas por nossa mente ou sistema nervoso, sejam elas musicais, gestuais, arquitetônicas, verbais etc.; (3) a arte pretende expressar a experiência interior do ser humano.
5. Faltaria a pretensão de expressar o sentimento ou a experiência interior do artista, já que as realizações técnicas têm como função principal a utilidade. São obras úteis, sem preocupações expressivas, muito embora possam ser belas.
6. Resposta pessoal. A frase reflete a ideia de que a arte é um fenômeno social, no sentido de que o artista, como ser histórico, é afetado por seu meio e, por intermédio da obra de arte, manifesta sua maneira de sentir o mundo em que vive, as alegrias e as angústias, os problemas e as esperanças de seu momento histórico. Por outro lado, no conceito de arte como fenômeno social também está implícita a ideia de conversação, pois toda obra de arte tem a necessidade de repercussão, precisa de um público que se encontre com essa manifestação. E, quando ele se encontra, também é afetado pelo que sente o que o artista sentiu.
7. Embora seja condicionada por seu tempo, a arte caracteriza-se pela resolução artística que dá ao tema tratado. É nessa criação estética que reside o valor essencial de toda obra de arte, o que a distingue de outras realizações humanas, porque nela ocorre uma espécie de rompimento com o tempo imediato e um encontro do ser humano com a eternidade. É aí que a obra de arte se universaliza.

8. Trata-se de uma proposta baseada em uma antiga ideia de que, através do belo, o mundo material se reconciliaria com uma forma superior de moralidade. Assim, se o belo pode despertar o bom no indivíduo, deve fazer parte de sua educação. Foi o que propôs Schiller, para quem, com a educação estética, além da educação ética, se harmonizaria e aperfeiçoaria o mundo, e o indivíduo se veria menos pressionado por insatisfações e necessidades e poderia ser ele mesmo e agir de acordo com sua boa consciência, sua liberdade.
9. A cultura popular é aquela que se produz de forma espontânea e autêntica por um povo, refletindo suas particularidades, suas tradições e seus valores. Por sua vez, a cultura de massa é aquela que homogeneiza as manifestações artísticas ao oferecer à exaustão um determinado fenômeno de venda e veicular sempre o mesmo, o que desestimula o espírito inovador e empobrece o cenário cultural. Cultura de massa e cultura popular são, portanto, diametralmente opostas.
10. Schiller defendia a arte ideal, independente de interesses materiais, submetida apenas às necessidades do espírito. E nesse trecho ele denuncia a subordinação crescente da atividade artística ao “grande ídolo” de seu tempo (e do nosso): o lucro. Desde então, já se iniciava a relação perversa entre arte e indústria cultural, que levaria ao fenômeno da cultura de massas dos séculos XX e XXI. Nela, a arte transforma-se em um produto qualquer, que deve ser vendido. Pautada por interesses econômicos, a cultura de massas é homogeneizada e repetitiva, no sentido de que reproduz à exaustão determinado fenômeno de venda. Assim, ela desestimula o espírito inovador e empobrece o cenário cultural. O receio de Schiller há 200 anos não era, portanto, infundado.

CONVERSA FILOSÓFICA

1. **O bom e o belo:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização**. Espera-se que o estudante, tendo por base os conceitos trabalhados no capítulo, mergulhe em uma reflexão ética e estética a partir de imagens e sensações guardadas em sua memória ou de imagens criativas e depois exercite o trabalho de organizá-las e expressá-las em um texto.
2. **Arte e sociedade:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** com enfoque **interdisciplinar** (com arte). Espera-se que o estudante busque um contato íntimo com seus gostos e interesses estéticos, reflita sobre eles e dê espaço para suas aspirações artísticas, que depois podem ser reestimuladas durante uma conversação em classe sobre o tema. Dependendo dos resultados, você pode desdobrar essa reflexão em uma atividade de **experimentação**, em que cada estudante ou grupo de estudantes deve realizar sua aspiração: compor ou tocar uma música, pintar um quadro, encenar o trecho de uma peça etc.
3. **Indústria cultural:** Resposta pessoal. Atividade de **contextualização** e **posicionamento crítico** com en-

foque **interdisciplinar** (com arte e sociologia). Espera-se que o estudante pense sobre a temática da indústria cultural apresentada no capítulo, pesquise os meios de comunicação e as atividades culturais e desenvolva um espírito crítico a esse respeito. E que depois, em um debate com colegas, tenha a oportunidade de expor sua posição e os dados que reuniu para demonstrá-la, bem como de conhecer outras experiências e percepções, entendê-las e discuti-las.

DE OLHO NA UNIVERSIDADE

Ernst Fischer defendeu que a arte assume dois papéis: primeiro, o de ajudar-nos a entender melhor o mundo; segundo, o de dar-nos a possibilidade de, após esse entendimento, modificá-lo. Assim, a alternativa **a** é a única que expressa essa concepção da manifestação estética.

PARA PENSAR

1. O que assombra Schiller é que ainda impere a barbárie na humanidade, depois de tanto avanço intelectual do ser humano no período da Ilustração e a superação de tantas superstições e fantasias que por muito tempo o impediram de conhecer a verdade, depois da purificação da razão e da volta do indivíduo à investigação da natureza (todas características do Iluminismo).
2. Schiller, como bom romântico, defende a necessidade da educação do sentimento, isto é, da educação estética. Seu argumento é o de que a ilustração do entendimento também depende, em certo sentido, do caráter, pois o caminho para a cabeça precisa ser aberto primeiro pelo coração. Dessa maneira, consegue-se não apenas que o “conhecimento aperfeiçoado” seja mais “favorável à vida” (atitude moral), mas também que a própria vida aperfeiçoe o conhecimento. Vale recordar aqui a inspiração kantiana dessa tese: para Kant, o processo de conhecer passa primeiro pelas formas *a priori* da sensibilidade, as quais determinam o conhecimento. Nesse sentido, educar a sensibilidade significa melhorar as possibilidades do conhecimento.
3. O que nos interessa do mito de Proteu é que era um deus marinho, filho de Netuno, possuidor do dom de conhecer o passado, o presente e o futuro, mas que não gostava de contar o que sabia, razão pela qual se metamorfoseava em todas as formas possíveis para espantar os que se aproximavam dele. Prometeu, por sua vez, pertencia à estirpe dos titãs, inimigos dos deuses olímpicos. Por isso, roubou o fogo escondido no Olimpo para entregá-lo aos homens. Para castigá-lo, Zeus enviou-lhe a sedutora Pandora, portadora de uma caixa que, ao ser aberta, espalharia todos os males sobre a Terra, mas Prometeu não caiu na armadilha. Zeus decidiu então acorrentá-lo a um penhasco, onde uma águia devorava diariamente seu fígado, e este sempre se reconstituía. Simbolizaria, assim, o ser humano que, para beneficiar a

humanidade, enfrenta a grande luta das conquistas civilizatórias e o suplício inexorável que acompanha esse esforço. Por último, Orfeu era filho de Calíope, musa da poesia, e de Apolo, deus da música. Era músico e poeta, e sua música maviosa e encantadora exercia poder mágico sobre qualquer criatura. No texto, os três mitos simbolizam a capacidade humana, vinculada à arte, de metamorfosear-se ao infinito (como Proteu), de dar forma e vida às coisas (como Prometeu com o fogo) e de produzir obras encantadoras (como Orfeu com sua música).

4. Nos dois primeiros parágrafos, Fischer caracteriza o ser humano como um ser mortal, limitado e imperfeito, razão pela qual sempre desejará ser mais do que é, sempre sentirá revolta por suas limitações e sempre lutará pela imortalidade.
5. Fischer diz que o ser humano sempre necessitará da arte para resolver essa sua limitação natural para encontrar aquela parte do real e de si mesmo que sua imaginação lhe diz ainda não ter sido conhecida.

A função da arte é recriar para a experiência de cada indivíduo a plenitude daquilo que ele não é, isto é, a experiência da humanidade em geral. E ela o faz de maneira mágica e lúdica, mostrando a realidade como algo que pode ser transformado, dominado, manipulado como um brinquedo. O exemplo do texto é o de que, ao consumir a arte como entretenimento, o nosso “eu” limitado sofre uma ampliação maravilhosa pela experiência de uma obra de arte. E muitas vezes, nesse processo de identificação, deixamos de ser meras testemunhas da criação e passamos a ser também um pouco criadores daquelas obras que estendem os nossos horizontes e nos elevam acima da superfície a que estamos pegados.

6. Fischer confia que o ser humano está evoluindo e que, portanto, a arte – como produto do fazer humano, como meio de identificação do indivíduo com a natureza, com os outros indivíduos e com o mundo, como meio de fazê-lo sentir e conviver com os demais, com tudo o que é e com o que está para ser – está destinada a crescer com ele.

6. TEXTOS DE APROFUNDAMENTO

Nossa obra conta com grande quantidade de citações e de textos complementares (na seção **Para pensar**) ao texto-base. Aqui sugerimos mais fragmentos – alguns mais longos e com um nível de dificuldade maior – que podem ser utilizados pelo professor ou professora quando julgar conveniente, nos capítulos ou em atividades extras, como os projetos interdisciplinares (propostos mais adiante). Veja nossas sugestões ao final de cada excerto.

1. Ser e experimentar

No zoológico do Bronx, em Nova York, há um grande pavilhão dedicado particularmente aos primatas. Lá, qualquer um tem a possibilidade de ver em boas condições chimpanzés, gorilas, gibões e tantos outros macacos do novo e do velho mundo. Chama a atenção, porém, a presença, ao fundo, de uma jaula especialmente separada, fechada com grossas trancas de ferro. Ao se aproximar, as pessoas podem ler o seguinte letreiro: “O primata mais perigoso do planeta”. E quem espia entre as barras vê com surpresa sua própria cara: uma inscrição esclarece que o homem matou mais espécies do planeta que qualquer outra espécie conhecida. De “olhadores” passamos a ser olhados (por nós mesmos), mas o que vemos?

O momento da reflexão diante de um espelho é sempre muito peculiar, porque é o momento em que podemos tomar consciência daquilo que, de nós mesmos, não nos é possível ver de nenhuma outra maneira. Como quando revelamos o ponto cego que nos mostra nossa própria estrutura e como quando suprimimos a cegueira que ela implica preenchendo o vazio. A reflexão é um processo de conhecer como conhecemos, um ato de nos voltarmos para nós mesmos, a única oportunidade que temos de descobrir nossas cegueiras e de reconhecer que as certezas e os conhecimentos dos outros são, respectivamente, tão sufocantes e tênues como os nossos.

Essa situação especial de conhecer como se conhece resulta tradicionalmente vaga para nossa cultura

ocidental centrada na ação e não na reflexão, de modo que nossa vida pessoal é, em geral, cega a si mesma. Parece haver em alguma parte este tabu: “É proibido conhecer o conhecer”. Mas, na verdade, o não saber como se constitui nosso mundo de experiências, que é de fato o que há de mais próximo em nossa existência, é um escândalo. Há muitos escândalos no mundo, mas essa ignorância é um dos piores.

Talvez uma das razões pelas quais se tenda a evitar tocar as bases de nosso conhecer é que isso nos dá uma sensação um pouco vertiginosa pela circularidade de que advém de se utilizar o instrumento de análise para analisar o instrumento de análise: é como se pretendêssemos que um olho visse a si mesmo. [...]

De maneira parecida, embora tenhamos visto que os processos envolvidos em nossas atividades, em nossa constituição, em nosso atuar como seres vivos constituem nosso conhecer, propomo-nos a investigar como conhecemos olhando esses acontecimentos junto com esses processos. Mas não temos alternativa alguma, porque há uma inseparabilidade entre o que fazemos e nossa experiência do mundo com suas regularidades: seus espaços públicos, suas crianças e suas guerras atômicas. O que então podemos tentar – e que o leitor deve tomar como uma tarefa pessoal – é dar-nos conta de tudo o que implica essa coincidência contínua de nosso ser, nosso fazer e nosso conhecer, deixando de lado nossa atitude cotidiana de tratar nossa experiência com um carimbo de indubitabilidade, como se refletisse um mundo absoluto.

Por isso estará na base de tudo o que vamos dizer esse constante dar-se conta de que não se pode tomar o fenômeno de conhecer como se houvesse “fatos” ou objetos lá fora que alguém capta e os mete na cabeça. A experiência de qualquer coisa lá fora é validada, de uma maneira particular, pela estrutura humana que torna possível “a coisa” que surge na descrição.

Essa circularidade, esse encadeamento entre ação e experiência, essa inseparabilidade entre ser de uma maneira particular e a maneira como o mundo se mostra para nós nos diz que todo ato de conhecer traz um mundo à mão. [...] Tudo isso pode encapsular-se no seguinte aforismo: Todo fazer é conhecer e todo conhecer é fazer.

HUMBERTO MATURANA e FRANCISCO VARELA, *El árbol del conocimiento*, p. 10-13; tradução nossa.

Sugestões de uso

Capítulos: 4. A consciência; 7. O ser humano; 10. O conhecimento; 20. A ciência.

Projeto interdisciplinar: eixo temático I – Ser, fazer e conhecer.

2. Finalidade da vida

[...] A felicidade é um sentimento de plenitude, não de um vazio a ser preenchido. O homem comum de hoje pode ter uma boa quantidade de diversão e de prazer, mas, apesar disso, está fundamentalmente deprimido. Talvez esclareçamos a questão se, em vez de usarmos a palavra “deprimido”, usarmos a palavra “entediado”. Na realidade, há pouca diferença entre ambas, salvo a diferença de grau, porque o tédio não é outra coisa senão a sensação de paralisia de nossas potências produtivas e de falta de vida. Entre todos os males da existência, há poucos tão penosos como o tédio e, em consequência, tudo se faz para evitá-lo.

O tédio pode ser evitado de duas maneiras: fundamentalmente, sendo produtivo, e sentindo, assim, felicidade; ou procurando evitar suas manifestações. Esta última tentativa parece caracterizar a corrida pela diversão e prazer do indivíduo comum dos nossos dias. Ele sente sua depressão e seu tédio, que se manifestam quando ele está só consigo mesmo ou com as pessoas mais chegadas a ele. Todas as nossas diversões servem ao propósito de facilitar a fuga de si mesmo e do tédio ameaçador, refugiando-se a criatura nos muitos caminhos de fuga oferecidos pela nossa cultura; porém a ocultação de um sintoma não extermina as condições que o produzem. Ao lado do temor à enfermidade física ou de ver-se humilhado pela perda de categoria e prestígio, o medo ao tédio tem um lugar predominante entre os medos do homem moderno. Em um mundo de diversão e distrações, ele tem medo do tédio e se sente contente quando passou mais um dia sem maus sucedidos, quando matou mais uma hora sem haver sentido o tédio que oculta.

[...] A saúde mental, no sentido humanista, caracteriza-se pela capacidade para amar e para criar, pela libertação dos vínculos incestuosos com a família e a Natureza, por um sentido de identidade baseado no sentimento

do eu que a criatura tem como sujeito e agente de seus poderes, pela captação da realidade interior e exterior a nós mesmos, isto é, pelo desenvolvimento da objetividade e da razão. A finalidade da vida é vivê-la intensamente, nascer plenamente, estar plenamente desperto. É emergir das ideias de grandiosidade infantil, para adquirir o convencimento de nossas verdadeiras ainda que limitadas forças; ser capaz de admitir o paradoxo de que cada um de nós é a coisa mais importante no universo e, ao mesmo tempo, não mais importante do que uma mosca ou uma folha de grama. É ser capaz de amar a vida e, não obstante, aceitar a morte sem terror; tolerar a incerteza sobre as questões mais importantes com que nos defronta a vida e, não obstante, ter fé em nossas ideias e nossos sentimentos, enquanto são verdadeiramente nossos. É ser capaz de estar sozinho e, ao mesmo tempo, sentir-se identificado com uma pessoa amada, com todos os irmãos deste mundo, com tudo o que vive; seguir a voz da consciência, essa voz que nos chama, porém não cair no ódio de si mesmo quando a voz da consciência não seja suficientemente forte para ser ouvida e seguida. A pessoa mentalmente sadia é a que vive pelo amor, pela razão e pela fé, e a que respeita a vida, a sua própria vida e a do seu semelhante.

[...]

O homem alienado é infeliz. O consumo de diversões serve para que não se dê conta de sua infelicidade. Esforça-se por economizar tempo e, não obstante, está ansioso por matar o tempo que economizou. Sente-se alegre por ter acabado outro dia sem um fracasso ou humilhação, e não saúda o novo dia com o entusiasmo que unicamente pode ser dado pela experiência do “eu sou eu”. Carece do fluxo constante de energia que nasce da relação produtiva com o mundo.

ERICH FROMM, *Psicanálise da sociedade contemporânea*, p. 199, 200 e 202.

Sugestões de uso

Capítulos: 1. A felicidade; 4. A consciência; 9. O trabalho; 17. Pensamento do século XX.

Projeto interdisciplinar: eixo temático II – Eu e o outro.

3. Liberdade

Em 1942, com a idade de dez anos, ganhei o primeiro prêmio nos Ludi Juveniles (um concurso com livre participação obrigatória para jovens fascistas italianos – o que vale dizer para todos os jovens italianos). Tinha trabalhado com virtuosismo retórico sobre o tema: “Devemos morrer pela glória de Mussolini e pelo destino imortal da Itália?” Minha resposta foi afirmativa. Eu era um garoto esperto.

Depois, em 1943, descobri o significado da palavra “liberdade”.

[...]

Na manhã de 27 de julho de 1943 foi-me dito que, segundo informações lidas na rádio, o fascismo havia caído e Mussolini tinha sido feito prisioneiro. Minha mãe mandou-me comprar o jornal. Fui ao jornaleiro mais próximo e vi que os jornais estavam lá, mas os nomes eram

diferentes. Além disso, depois de uma breve olhada nos títulos, percebi que cada jornal dizia coisas diferentes. Comprei um, ao acaso, e li uma mensagem impressa na primeira página, assinada por cinco ou seis partidos políticos como Democracia Cristã, Partido Comunista, Partido Socialista, Partido de Ação, Partido Liberal. Até aquele momento pensei que só existisse um partido em todas as cidades e que na Itália só existisse, portanto, o Partido Nacional Fascista. Eu estava descobrindo que, no meu país, podiam existir diversos partidos ao mesmo tempo. E não só isso: como eu era um garoto esperto, logo me dei conta de que era impossível que tantos partidos tivessem aparecido de um dia para o outro. Entendi assim que eles já existiam como organizações clandestinas.

A mensagem celebrava o fim da ditadura e o retorno à liberdade: liberdade de palavra, de imprensa, de associação política. Estas palavras, “liberdade”, “ditadura” – Deus meu –, era a primeira vez em toda a minha vida que eu as lia. Em virtude dessas novas palavras renasci como homem livre ocidental.

UMBERTO ECO, *Cinco escritos morais*, p. 29 e 50-51.

Sugestões de uso

Capítulos: 4. A consciência; 12. Pensamentos clássicos e helenísticos; 19. A política.

Projeto interdisciplinar: eixo temático III – Liberdade e democracia.

4. Pensamento alargado

Em geral, o fato de que haja vários sistemas filosóficos e que esses sistemas não se coadunem entre si provoca duas atitudes: o ceticismo e o dogmatismo.

O ceticismo sustenta mais ou menos o seguinte discurso: desde a aurora dos tempos, as diferentes filosofias se combatem sem jamais conseguir chegar a um acordo sobre a verdade. Essa pluralidade mesma, por seu caráter irreduzível, prova que a filosofia não é uma ciência exata, que essa disciplina é marcada por grande incerteza, por uma incapacidade de manifestar uma posição verdadeira que, por definição, deveria ser única. Já que existem várias visões do mundo e que elas não conseguem se harmonizar, deve-se admitir também que nenhuma poderia pretender seriamente conter em si, mais do que outras, a verdadeira resposta às perguntas que nos fazemos sobre o conhecimento, a ética ou a salvação, de modo que toda filosofia é vã.

O dogmatismo sustenta, é claro, uma linguagem inversa: evidentemente, há várias visões do mundo, mas a minha, ou pelo menos aquela na qual eu me encontro, é, com certeza, superior e mais verdadeira do que as dos outros, que não constituem senão uma longa tecitura de erros. [...]

Cansado desses velhos debates, minado pelo relativismo, culpado também pela lembrança de seu próprio imperialismo, o espírito democrático frequentemente se alinha com compromissos, em nome da louvável preocupação em “respeitar as diferenças”, que se acomodam a conceitos frouxos: “tolerância”,

“diálogo”, “preocupação com o Outro” etc., aos quais é difícil conferir um sentido que se possa referendar.

A noção de pensamento alargado sugere uma outra via.

Afastando-se da escolha entre um pluralismo de fachada e a renúncia de suas próprias convicções, ele sempre nos convida a resgatar o que uma visão de mundo diferente da sua pode ter de verdadeiro, aquilo que pode nos levar a compreendê-la, ou mesmo a assumi-la em parte.

Um dia, escrevi um livro com meu amigo André Comte-Sponville, o filósofo materialista pelo qual tenho o maior respeito e amizade. Tudo nos opunha: tínhamos aproximadamente a mesma idade, poderíamos ter sido competidores. André vinha, politicamente, do comunismo; eu, da direita republicana e do gaullismo. Filosoficamente ele se inspirava completamente em Spinoza e nas sabedorias do Oriente; eu, em Kant e no cristianismo. Encontramo-nos e, em vez de nos odiar, como teria sido simples fazê-lo, começamos a acreditar um no outro, quero dizer, a não supor *a priori* que o outro estava de má-fé, mas a procurar, com todas as forças, compreender o que poderia seduzir e convencer numa visão de mundo diferente da nossa própria.

Graças a André, compreendi a grandeza do estoicismo, do budismo, do spinozismo, de todas as filosofias que nos convidam a “esperar um pouco menos e amar um pouco mais”. Compreendi também o quanto o peso do passado e do futuro estraga o gosto do presente [...]. Nem por isso me tornei materialista, mas não posso mais dispensar o materialismo para descrever e pensar algumas experiências humanas. Em suma, acredito ter alargado o horizonte que era o meu até algum tempo atrás.

[...] O respeito pelo outro não exclui a escolha pessoal. Ao contrário, a meu ver, ele é sua condição primeira.

LUC FERRY, *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*, p. 298-300.

Sugestões de uso

Capítulos: 4. A consciência; 10. O conhecimento.

Projetos interdisciplinares: eixos temáticos I – Ser, fazer, conhecer e III – Liberdade e democracia.

5. Abertura para a experiência

Para que o estudante se realize como pessoa criadora, deve abrir-se ao mundo. Deve defrontar com as coisas na plenitude de seu ser. Deve permitir que a vida lhe fale diretamente. Os principais obstáculos a essa abertura são os hábitos de pensamento e conduta que ele absorve de sua cultura, a qual lhe canaliza as respostas ao mundo de certos modos predeterminados. É importante, pois, que ele reconheça esses hábitos pelo que são: um meio de entrar em acordo com o mundo que ele deve examinar antes de aceitar, e examinar não uma, porém muitas vezes à proporção que ganha experiência. Compreendo, certamente, que ninguém pode nem deve libertar-se de sua cultura. Mas o que a educação pode expressamente cultivar é a consciência de diferentes meios de abordar, conhecer e sentir o mundo.

Como será efetivada essa política na sala de aula? Um dos meios consiste em informar ao estudante que o conhecimento não é tanto uma explanação quanto uma tentativa de explicar, sendo, pois, sempre provisório. Vejamos alguns exemplos. [...] Em seu estudo de ciência deve reconhecer o caráter altamente seletivo e tentativo dos achados científicos. Deve compenetrar-se de que uma teoria da luz como ondas, ou partículas, ou ambas, constitui deliberada abstração feita a partir da plenitude da experiência e, mais importante ainda, deve estar ciente de que toda compreensão equilibrada do mundo há de complementar a ciência com outros tipos de conhecimento. Deve ter consciência da natureza muito pessoal e tentativa da explicação histórica. Ao estudar o declínio do Império Romano ou a ascensão do capitalismo, deve reconhecer que essas teorias são padrões ordenadores, criados por historiadores individualmente, para sistematizar massas de dados; na verdade, esses padrões refletem o espírito do historiador tanto quanto os próprios fatos.

Em suma, para cultivar uma atitude criativa em relação aos estudos, o aluno deve ter consciência de pelo menos quatro coisas. Primeiro, o que ele sabe e o que ele percebe são em grande parte influenciados por categorias culturais; através destas é que, em geral, o conhecimento pode ser compreendido. Segundo, há na cultura alternativas para muitas dessas categorias, oferecendo elas o precioso privilégio de escolha pessoal. Terceiro, para ser verdadeiro em relação a si mesmo, o estudante deve, quando possível, procurar aquelas categorias que correspondem tanto quanto possível a suas próprias experiências de vida. Finalmente, deve lutar para ser aberto e flexível em face de tudo o que aprende e sente. Como aprenderá essas coisas? Aprende-las-á melhor de mestres que, abertos aos princípios do crescimento criativo, constantemente os pratiquem em sua vida profissional.

[...]

Outro meio é o estudante afinar-se com as intuições de seus sentidos. Ao regressar a casa, se vir um bando de pássaros contra o céu que escurece, ou um reflexo de sol no muro de um jardim, ou se ouvir o ruído do tráfego varrido para longe pelo ar da tarde, levará essas impressões ao coração e deixará que elas o instruam, em sua obscura linguagem não falada, sobre o mistério das coisas. A vida, ela mesma, mais vasta do que a impressão que temos dela, fala-nos de incontáveis maneiras – nas palavras de um amigo, no movimento de uma sinfonia, numa aragem através de um canteiro de flores, no arfar das cidades, nas se-reias das fábricas, no murmúrio da dor, nas exclamações de êxtase. Para que nossos estudantes sejam criativos, façamos que escutem a vida.

A abertura à experiência diminui, entretanto, com o tempo. Na verdade, é até desejável certa perda de abertura para vivermos eficientemente, pois a vida nos defronta diariamente com muitas situações repetitivas, desde guiar o carro até assinar um cheque, que temos de resolver de pronto e sem reflexão. Por esse motivo nossa cultura constrói dentro de nós padrões de comportamento que agem automaticamente em resposta a certos estímulos, deixando o consciente livre para outras coisas. Esse endurecimento de resposta deve, todavia,

ser sempre controlado. Estereotipadas pela educação e pelos meios de massa, as pessoas tornam-se réplicas umas das outras, falsificando o frescor de suas respostas e perdendo a alegria do contato direto com a vida.

[...]

Podem objetar que a realização pessoal que propo-nho é demasiadamente irreal e autocentrada. Tal não acontece, bastando lembrar que a consciência que cada pessoa tem de si, como ser em desenvolvimento e singular, implica a consciência de também serem singulares às demais pessoas. Permitam-me reforçar psicologicamente esse ponto. Toda pessoa precisa participar da vida das outras. Se ela se retira para dentro de si mesma, frustra o seu próprio desenvolvimento, reprimindo suas energias, de modo que estas o reduzem a tensões e neuroses. Se, por outro lado, ela se esvazia e dispersa nas outras, consoante as expectativas destas, ela trai sua singularidade e deixa de realizar suas potencialidades. Conscientemente ou não, perde a coragem e a vontade de ser ela mesma. Fuga para fora de si, fuga para dentro de si – igualmente estéreis ambas.

GEORGE F. KNELLER, *Arte e ciência da criatividade*, p. 110-113.

Sugestões de uso

Capítulos: 4. A consciência; 7. O ser humano; 10. O conhecimento.

Projetos interdisciplinares: eixos temáticos I – Ser, fazer, conhecer e II – Eu e o outro.

6. Complexidade humana

[...] O ser humano, ao mesmo tempo natural e supranatural, deve ser pesquisado na natureza viva e física, mas emerge e distingue-se dela pela cultura, pensamento e consciência. Tudo isso nos coloca diante do caráter duplo e complexo do que é humano: a humanidade não se reduz absolutamente à animalidade, mas, sem animalidade, não há humanidade.

Ao longo dessa aventura, a condição humana foi autoproduzida pelo desenvolvimento do utensílio, pela domesticação do fogo, pela emergência da linguagem de dupla articulação e, finalmente, pelo surgimento do mito e do imaginário... [...]

O ser humano nos é revelado em sua complexidade: ser, ao mesmo tempo, totalmente biológico e totalmente cultural. O cérebro, por meio do qual pensamos, a boca, pela qual falamos, a mão, com a qual escrevemos, são órgãos totalmente biológicos e, ao mesmo tempo, totalmente culturais. O que há de mais biológico – o sexo, o nascimento, a morte – é, também, o que há de mais impregnado de cultura. Nossas atividades biológicas mais elementares – comer, beber, defecar – estão estreitamente ligadas a normas, proibições, valores, símbolos, mitos, ritos, ou seja, ao que há de mais especificamente cultural; nossas atividades mais culturais – falar, cantar, dançar, amar, meditar – põem em movimento nossos corpos, nossos órgãos; portanto, o cérebro.

A partir daí, o conceito de homem tem dupla entrada: uma entrada biofísica, uma entrada psicossociocultural; duas entradas que remetem uma à outra.

EDGAR MORIN, *A cabeça bem-feita*: repensar a reforma, reformar o pensamento, p. 40-41.

Sugestões de uso

Capítulo: 7. O ser humano.

Projeto interdisciplinar: eixos temáticos I – Ser, fazer, conhecer.

7. As faces da história

Toda época tem duas faces, e a capacidade de vermos uma ou outra depende da posição em que nos colocamos. Raramente conseguimos nos colocar numa posição da qual se podem ver ambas. Daqui a extraordinária ambiguidade da história do homem (que corresponde, de resto, à contradição da natureza humana), na qual o bem e o mal se contrapõem, se misturam e se confundem. Pessoalmente, não hesito em afirmar que o mal sempre prevaleceu sobre o bem, a dor sobre a alegria, o sofrimento sobre o prazer, a infelicidade sobre a felicidade, a morte sobre a vida. Naturalmente, não sei explicar esta tremenda característica da história do homem. Suspendo o juízo sobre as explicações teológicas. Prefiro afirmar: não sei. Não estou em condições de responder à questão angustiante de saber por que fomos dados a viver, sem havermos pedido, num universo em que o peixe graúdo, para viver, precisa comer o peixe pequeno (é o clássico exemplo de Espinosa) e o peixe pequeno não parece ter outra razão de existir senão a de deixar-se comer. O mundo humano não me parece ter seguido um curso muito diverso, ainda que, algumas vezes, os peixes pequenos tenham conseguido se unir e liquidar os peixes graúdos – mas isso ao custo de muitos sacrifícios, de terríveis sofrimentos, de tanto sangue derramado! Não obstante minha incapacidade de oferecer uma explicação sensata do que acontece e por que acontece, sinto-me bastante tranquilo em afirmar que a parte obscura desta história é bem mais ampla do que a clara.

Todavia, não me sentiria à vontade para negar que existe uma face clara (a outra face da medalha). Mesmo hoje, quando o curso inteiro da história parece ameaçado de morte (daí quem fale de uma “segunda morte”), existem zonas de luz que não seria justo ignorar: a abolição da escravidão, processo que parece irreversível; a supressão em muitos países dos suplícios e das torturas, e em outros também da pena de morte. Não esqueço a emancipação feminina, a única autêntica revolução do nosso tempo. A maior conquista na direção de uma sociedade não violenta é a instauração em alguns países do regime democrático, que compreende todas aquelas instituições que permitem a um grupo organizado regular a própria convivência, sem recorrer à violência, possibilitando a substituição de uma classe política por outra sem que a nova deva suprimir materialmente a velha, como quase sempre ocorreu na história. [...]

NORBERTO BOBBIO, *Elogio da serenidade e outros escritos morais*, p. 159-163.

Sugestões de uso

Capítulos: 7. O ser humano; 18. A ética; 19. A política.

Projeto interdisciplinar: eixo temático III – Liberdade e democracia.

8. Missão da filosofia

[...] Julga-se às vezes que a filosofia deverá encoerrar a busca da vida boa. Admito, é claro, que ela teria semelhante efeito, mas não admito que a filosofia disso faça propósito consciente. Para começar, quando nos embrenhamos no estudo da filosofia não devemos presumir já termos certeza do que seja a vida boa; a filosofia talvez modifique nossas opiniões quanto ao que é bom, caso em que parecerá à mentalidade não filosófica ter mau efeito moral. Este, no entanto, é um ponto secundário. Fato essencial é que a filosofia faz parte da busca do conhecimento, e que não podemos limitar esta procura pela insistência de que o conhecimento obtido seria o que julgamos edificante antes de obtê-lo. Creio podermos afirmar com certeza que todo conhecimento é edificante, desde que tenhamos uma concepção correta de edificação. Se este não for o caso, é porque temos padrões morais baseados na ignorância. [...] Por conseguinte, o propósito consciente da filosofia deve ser unicamente o de compreender o mundo o mais possível, não para estabelecer esta ou aquela proposição julgada moralmente adequada. [...]

Mas, embora a filosofia não deva ter um propósito moral, terá certos efeitos morais benéficos. Qualquer busca desinteressada de conhecimento nos ensina os limites de nosso poder, o que é salutar; ao mesmo tempo, na medida em que conseguimos obter conhecimento, ensina os limites de nossa impotência, o que é igualmente desejável. E o conhecimento filosófico, ou melhor, o pensamento filosófico, tem certos méritos especiais que não pertencem, em grau idêntico, a outras inquições intelectuais. Sua generalidade, porém, nos habilita a ver as paixões humanas em suas justas proporções, e a perceber o absurdo de muitas disputas entre indivíduos, classes e nações. A filosofia aproxima o mais possível os seres humanos da vasta, imparcial contemplação do universo como um todo que nos sobrepõe, temporariamente, ao nosso destino puramente pessoal. Existe um certo ascetismo do intelecto que é saudável como parte da vida, mas não poderá predominar enquanto continuarmos a ser animais empenhados na luta pela existência. O ascetismo do intelecto exige que, enquanto engajados na busca do conhecimento, saibamos conter todos os demais desejos em benefício do desejo de conhecer. [...]

[...] Desde que os homens começaram a pensar, as forças da natureza os oprimem; terremotos, inundações, epidemias e fomes encheram-nos de terror. Agora, afinal, graças à ciência, a humanidade descobre como evitar boa parte dos males que tais acontecimentos trouxeram até aqui. [...] O universo como é conhecido pela ciência não é cordial nem hostil ao homem, mas será levado a agir amigavelmente se abordado com o conhecimento paciente. No que se refere ao universo, o conhecimento é a pedra de toque. O homem foi o único entre os seres

vivos a mostrar-se capaz do conhecimento necessário para conferir-lhe certo domínio em relação ao seu meio. Os perigos ao homem do futuro, pelo menos, de um futuro mensurável, não derivam da natureza, se não do próprio homem. Ele usará seu poder com sabedoria? Ou empregará a energia liberada na luta com a natureza em batalhas com seus semelhantes? [...]

[...] A filosofia não é capaz de determinar por si mesma as finalidades da vida, mas pode libertar-nos da tirania do preconceito e das deformações causadas por uma visão estreita. Amor, beleza, conhecimento e alegria de viver: estas coisas mantêm seu brilho, a despeito da extensão de nossa competência. E se a filosofia nos ajudar a sentir o valor de tais coisas, terá desempenhado sua missão na obra coletiva do homem, que é trazer luz a um mundo de trevas.

BERTRAND RUSSELL, *Fundamentos de filosofia*, p. 311-312, 313, 314.

Sugestões de uso

Capítulos: 4. A consciência; 6. O mundo; 7. O ser humano.

Projeto interdisciplinar: eixo temático I – Ser, fazer, conhecer.

9. Em busca do ócio

Milhares de anos foram necessários para domesticar o cão que puxa o trenó e para dominar o fogo necessário para cozinhar os alimentos e se defender do frio. [...] Há 10 000 anos a mulher pela primeira vez trabalhou na agricultura e o homem experimentou o pastoreio. Na Mesopotâmia de 5 000 anos atrás, nasceram o eixo da roda, a astronomia, a matemática e a escritura.

Esses progressos pareciam tão desconcertantes que Aristóteles, no primeiro livro da metafísica, sentenciou que tudo o que se podia imaginar para tornar mais cômoda a vida cotidiana do homem e satisfazer as suas necessidades práticas já tinha sido descoberto. Portanto, nada restava senão se dedicar de corpo e alma à elevação do espírito.

Com essa convicção e dotados de uma enorme quantidade de escravos, os gregos e os romanos, durante os oito séculos da sua História, não fizeram progressos substanciais na ciência e na tecnologia. [...]

[...]

Mas, quando na Idade Média os escravos começaram a rarear, os nossos antepassados se lembraram das oportunidades oferecidas pela tecnologia e desfrutaram rapidamente das inovações. O moinho de água e de vento, o estribo e os arreios dos cavalos, a roca de fiar, a rotação das culturas agrícolas, os óculos, a pólvora, o relógio mecânico, a bússola e a imprensa permitiram substituir a força humana pela inorgânica e anteciparam a grande arrancada do pensamento que levaria ao iluminismo e à revolução industrial.

Foi no final do século XIV que Bacon, prevendo o salto tecnológico que a humanidade estava para efetuar,

inverteu o pensamento de Aristóteles e no seu tratado *Instauratio Magna* afirma que tudo o que se podia fazer pela elevação do espírito já tinha sido feito pelos gregos e pelos romanos: nada restava senão se dedicar à filosofia das obras, à aplicação do intelecto às coisas concretas, ao progresso da indústria para melhorar finalmente a vida prática do dia a dia.

[...]

O que determinou tanto progresso? Entre Napoleão e nós realizou-se a revolução industrial [...].

Os dois maiores artífices espirituais e materiais dessa revolução – o engenheiro-economista Frederick Taylor na Filadélfia e o industrial Henry Ford em Detroit – definiram seus princípios fundamentais: a especialização dos trabalhadores exasperada até a repetição exaustiva de poucos movimentos elementares; a padronização dos produtos e dos processos de modo a chegar à produção em série, à sincronização; e a coordenação das tarefas até reduzir a fábrica a um imenso relógio no qual os homens e as máquinas desempenham o papel de engrenagens programadas.

[...] Enquanto a sociedade rural, centrada na produção de bens agrícolas, havia consumido 10 000 anos para gerar do seu seio a sociedade industrial, centrada na produção de bens materiais em série, esta – muito mais dinâmica – empregou só dois séculos para gerar um terceiro tipo de sistema, a sociedade pós-industrial, centrada na produção de bens imateriais, ou seja, de símbolos, estética e de valores.

[...]

O impulso é tão forte que em quatro décadas fizemos mais progresso que nos 40 000 anos precedentes. E, diante de uma produção tecnológica tão rica e tumultuada (computadores, fax, *laser*, satélites, robôs, fibras óticas, novos remédios, máquinas interativas), de novo, como no tempo de Aristóteles, há os que esperam que esse ritmo permaneça uniformemente acelerado e os que, ao contrário, começam a sentir a sensação de que já foi descoberto tudo o que havia a descobrir, e, portanto, só nos resta a missão de difundir as vantagens da nova era e nos dedicar novamente, como no tempo dos gregos e dos romanos, ao progresso intelectual.

[...]

Em contraponto aos valores da arrancada industrial, todos centrados no empirismo, no racionalismo, no consumismo – traduzidos no imaginário da posse, do poder e da riqueza –, emergem valores novos, voltados mais para a criatividade, estética, confiança, subjetividade, feminilização, afetividade, desestruturação do tempo e do espaço, qualidade de vida. O que, por sua vez, exige um novo tipo de bem-estar, a ser reinventado.

DOMENICO DE MASI, "Em busca do ócio". *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*, p. 41-49.

Sugestões de uso

Capítulos: 9. O trabalho; 17. Pensamento do século XX; 18. A ética.

Projetos interdisciplinares: eixos temáticos II – Eu e o outro e III – Liberdade e democracia.

7. Atividades complementares: projetos interdisciplinares

Completando este manual e nossa proposta de oferecer um conjunto de ferramentas e recursos didático-pedagógicos ao professor de filosofia, apresentamos a seguir nossa proposta de **projetos interdisciplinares**. Inspirados nos três eixos temáticos sugeridos para a disciplina de filosofia nos PCN+ (p. 52-53) – relações de poder e democracia; a construção do sujeito moral; o que é filosofia –, eles estão assim organizados:

• I. Ser, fazer e conhecer

Projeto 1 – Filosofia: imagem e poesia

Projeto 2 – Comunidade da vida

• II. Eu e o outro

Projeto 3 – Comunicação e comportamentos

Projeto 4 – Convívio solidário

• III. Liberdade e democracia

Projeto 5 – Democracia e pluripartidarismo

Projeto 6 – Democracia e seus avessos

Os projetos interdisciplinares são, como se sabe, uma sequência de etapas ou atividades cuja realização, em seu conjunto, tem por finalidade a elaboração e apresentação para a classe ou a escola de um produto final: uma revista, um *blog*, um seminário, uma exposição, entre outras possibilidades. Podem ser realizados de forma individual ou em grupo, ou combinando as duas alternativas.

Voltados principalmente para a contextualização e a experimentação e combinando habilidades e conhecimentos relacionados com diversas disciplinas, esses projetos estimulam o desenvolvimento de diversas competências, além de promover o fortalecimento da identidade pessoal, a autoestima, a capacidade de trabalho em grupo, a iniciativa, a criatividade etc.

Em uma grade curricular de três anos, cada eixo corresponderia a um ano e cada projeto, a um semestre, mas eles podem ser usados independentemente uns dos outros e flexibilizados em suas propostas. São apenas referências ou pontos de partida para o docente. O ideal é que sejam validados dentro da escola com os professores de outras disciplinas e adequados à realidade da instituição de ensino e às suas propostas político-pedagógicas.

I. Ser, fazer e conhecer

Opcional: Peça aos estudantes que, em casa, leiam, analisem e interpretem um ou mais textos complementares relacionados com o tema. Depois realize um debate em sala de aula como atividade prévia de sensibilização e problematização para a temática dos projetos. Por último, defina em conjunto com os estudantes as alterações que devem ser realizadas nos projetos.

Fragmentos sugeridos: 1, 4, 5, 6 e 8.

Projeto 1 – Filosofia: imagem e poesia

- a) **Pesquise** na internet e em jornais, revistas e livros os sentidos da palavra “filosofia”. Procure seu uso em expressões do senso comum, bem como nas esferas mais eruditas.

- b) **Organize** o material pesquisado em um relatório, identificando todas as fontes.
- c) **Crie** para um dos sentidos pesquisados um **deseenho** ou **fotomontagem** e um **texto criativo** (pode ser uma poesia ou letra de música).
- d) **Monte** sua produção em um painel, junto com a de seus e suas colegas, e debata com eles e elas os significados de suas criações.

Projeto 2 – Comunidade da vida

- a) **Visite**, presencial ou virtualmente, uma organização de proteção ambiental, reunindo fotos, folhetos, entrevistas, documentos sobre essa organização.
- b) **Pesquise** sobre a classificação biológica do ser humano, teorias sobre seu surgimento e as espécies em risco de extinção devido à ação humana.
- c) **Organize** imagens e textos relacionados à visita e às informações levantadas em uma pasta de pesquisa.
- d) **Elabore** um catálogo ou álbum apresentando informações sobre as espécies pesquisadas, tais como nome, foto, classificação biológica, habitat etc.
- e) **Apresente** um seminário com o objetivo de debater os modos de atuação de organizações ambientalistas e refletir sobre os meios necessários para a preservação de uma biosfera saudável (plantas e animais variados, solos férteis, águas puras e ar limpo).
- f) **Construa** um *blog* com o tema “Comunidade da Vida” postando imagens, textos, reflexões críticas e músicas sobre as questões socioambientais contemporâneas.

II. Eu e o outro

Opcional: Siga a orientação fornecida no eixo I.

Fragmentos sugeridos: 2, 5 e 9.

Projeto 3 – Comunicação e comportamentos

- a) **Pesquise e selecione** cinco propagandas em meios de comunicação, como internet, revistas e jornais.
- b) **Identifique** nas propagandas selecionadas: o público-alvo; as funções da linguagem empregada; os recursos visuais utilizados; elementos problemáticos e críticos.
- c) **Organize e classifique** as informações identificadas em uma tabela.
- d) **Crie** uma **charge** inspirando-se na frase “a felicidade é um sentimento de plenitude, não de um vazio a ser preenchido”, extraída do texto de Erich Fromm, *Psicanálise da sociedade contemporânea* (p. 199).
- e) **Elabore** uma **revista** com três elementos: **capa** com a charge criada e a manchete “É possível comprar a felicidade?”; **miolo** com as propagandas selecionadas; **editorial** relacionando as propagandas com a pergunta da capa e concluindo com uma reflexão crítica.
- f) **Apresente** sua revista à classe expondo as ideias centrais do seu editorial e abrindo-se a um debate.

Projeto 4 – Convívio solidário

- Realize** uma ação solidária, como, por exemplo: doar alimentos ou roupas, brinquedos, livros; selecionar e reciclar lixo; trabalhar voluntariamente em alguma atividade de instituição de caridade.
- Registre** em vídeo ou fotografias alguns momentos de sua experiência solidária.
- Elabore** por escrito um **relatório** que: descreva o tipo de ação realizada, o nome da instituição ou das pessoas beneficiadas, os sujeitos envolvidos e outros detalhes; apresente um conjunto de **comentários** sobre como você se sentiu, como as pessoas reagiram, como é possível ampliar redes de solidariedade etc.; conclua com uma **reflexão crítica** sobre sua ação e sua utilidade.
- Selecione** uma música para ser trilha sonora da exibição das fotos ou do vídeo produzido.
- Apresente** à classe sua ação, organizando a exibição das imagens com a trilha sonora, além de um resumo de seu relatório e suas conclusões fundamentadas.
- Construa** um *blog* com o tema “Ação Solidária”, o qual pode ser usado por você e pela escola para postar textos e imagens sobre formas atuais de exercício da cidadania solidária, além de reflexões críticas sobre o tema.

III. Liberdade e democracia

Opcional: Siga a orientação fornecida no eixo I.
Fragmentos sugeridos: 3, 4, 7 e 9.

Projeto 5 – Democracia e pluripartidarismo

- Visite** a sede da prefeitura e a câmara de vereadores de sua cidade, registrando a experiência com fotos e anotações.
- Pesquise** o que é pluripartidarismo, quais partidos compõem atualmente o governo (Executivo) e a câmara (Legislativo) em seu município e em que consiste a proposta política básica de cada um deles. Reúna toda essa informação em arquivos.
- Entreviste** pessoas de origem diversa (escola, família, rua etc.) sobre o significado da palavra “democracia”. Faça perguntas do tipo: “Para você, o que significa democracia?”; “A democracia se resume apenas no direito de votar?”. Depois tabule as respostas.
- Organize** um **fichário** com: as imagens de sua visita; as informações sobre os partidos políticos aos quais pertencem o prefeito, os secretários municipais e os vereadores; as propostas políticas de cada partido; direitos e deveres do município em relação aos cidadãos; a tabulação das respostas dos entrevistados; e os dados sobre eles.
- Elabore** um **artigo de jornal** que deve conter: um **gráfico** indicando a composição partidária dos atores públicos em seu município; uma **reflexão crítica** sobre essa composição, os direitos e deveres do município em relação ao cidadão e as expectativas das pessoas a respeito da democracia.

Projeto 6 – Democracia e seus avessos

- Pesquise** sobre regimes considerados totalitários do passado e atuais, de direita e de esquerda, destacando neles aspectos como: época e espaço em que se dão ou deram; organizações favoráveis ao governo; formas de propaganda e controle social promovidas pelo Estado; órgãos de repressão às liberdades civis; movimentos de resistência ao regime e seus principais líderes.
- Organize** as informações pesquisadas formando uma pasta de pesquisa com imagens, tabelas e relatórios.
- Crie** uma charge ou uma fotomontagem crítica inspirada na frase “livre participação obrigatória” (extraída do texto de Umberto Eco, *Cinco escritos morais*).
- Exiba** sua charge ou fotomontagem no mural da classe ou da escola, ao lado de uma seleção dos dados que você reuniu e que dão sustentação à sua charge.

8. Indicações bibliográficas para o professor

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARANTES, Paulo et al. (Org.). *A filosofia e seu ensino*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2000. 2 v.

CADERNOS Cedes. *A filosofia e seu ensino*, São Paulo: Cortez, n. 64, 2004.

CERLETTI, Alejandro A. Ensinar filosofia: da pergunta filosófica à proposta metodológica. In: KOHAN, Walter O. et al. *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

_____; KOHAN, Walter O. *A filosofia no Ensino Médio: caminhos para pensar seu sentido*. Brasília: UnB, 1999.

CHIAPPINI, Ligia. Aprender e ensinar com textos não escolares. In: CITELLI, Adilson (Coord.). *Aprender e ensinar com textos*. São Paulo: Cortez, 2000. v. 3.

COMTE-SPONVILLE, André. *Apresentação da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

CORTELLA, Mario Sergio. *A filosofia como produção histórica: proposta para o ensino de filosofia para o 2º grau*. São Paulo: PUC-SP, 1989. v. 1.

_____. *Filosofia e Ensino Médio: certos porquês, alguns senões, uma proposta*. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 1.

_____. *Não nascemos prontos! Provocações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FAVARETTO, Celso. Sobre o ensino de filosofia. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo: USP, v. 19, n.1,

p. 97-102, jan./jul. 1993. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebll/ensino_filosofia.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS Neto, José Alves de; KARNAL, Leandro. *Filosofia: o ensino de filosofia na escola pública do estado de São Paulo*. São Paulo: CENP; Campinas: GGPE/Unicamp, 2005. 4 v.

GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (Org.). *Filosofia do ensino de filosofia*. Petrópolis: Vozes, 2003.

HUISMAN, Denis. *Dicionário de obras filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. (Dir.). *Dicionário dos filósofos*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

KOHAN, Walter O. (Org.). *Ensino de filosofia: perspectivas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. *Filosofia: caminhos para seu ensino*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEBRUN, Gérard. *A filosofia e sua história*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

LORIERI, Marcos; RIOS, Terezinha. *Filosofia na escola: o prazer da reflexão*. São Paulo: Moderna, 2004.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

MATOS, Olgária. A filosofia e suas discretas esperanças. In: CATANI, Denice B. et al. (Org.). *Docência, memória, gênero: estudos sobre formação*. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 51-62.

9. Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997.

BOBBIO, Norberto. *Elogio da serenidade e outros escritos morais*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN+ Ensino Médio: Orientações Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Eco, Umberto. *Cinco escritos morais*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FERRY, Luc. *Aprender a viver: filosofia para os novos tempos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MENDES, D. T. Reflexões sobre o ensino de filosofia. In: *Filosofia política da educação brasileira*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fundação Universitária José Bonifácio, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Elogio da filosofia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1998.

MORA, José Ferrater. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MURCHO, Desidério. A natureza da filosofia e seu ensino. *Educação & Filosofia*, v. 22, n. 44, 2008. Disponível em: <<http://criticanarede.com/naturfilosofia.html>>. Acesso em: 21 out. 2015.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

PERRENOUD, Phillippe. *Dez novas competências para ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIOVESAN, A. et al. (Org.). *Filosofia e ensino em debate*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2002.

RIBAS, Maria Alice Coelho et al. (Org.). *Filosofia e ensino: filosofia na escola*. Ijuí, RS: Editora Unijuí, 2005.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *O currículo na escola média: desafios e perspectivas*. São Paulo: SE/CENP, 2004. p. 20-35. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebll/P_20_35.pdf>. Acesso em: 21 out. 2015.

SAVIANI, D. Ética, educação e cidadania. *PhiloS: Revista Brasileira de Filosofia no 1º Grau*, Florianópolis, v. 8, n. 15, p. 1937, 1º semestre 2001. Disponível em: <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/pebll/saviani.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2015.

SILVEIRA, Renê Trentin. O afastamento e o retorno da filosofia do segundo grau no contexto pós-64. *Pro-posições*, Campinas, v. 5, n. 3, p. 77-91, 1994.

SOFISTE, J. G. *Bibliografia básica para construção de curso de Filosofia*. Juiz de Fora: EDUJF, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

GARCIA, Walter E. *Educação: visão teórica e prática pedagógica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

GONZÁLEZ PORTA, Mario Ariel. *A filosofia a partir de seus problemas*. São Paulo: Loyola, 2002.

KNELLER, George F. *Arte e ciência da criatividade*. São Paulo: Ibrasa, 1973.

MACHADO, Nilson José. *Cidadania e educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

MASI, Domenico de. Em busca do ócio. *Veja 25 anos: reflexões para o futuro*, São Paulo: Abril, p. 41-49, 1993. Edição especial.

MATURANA, Humberto. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Santiago: J. C. Sáez Editor, 2008.

_____; VARELA, Francisco. *El árbol del conocimiento*. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2009.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil*. Bauru: Edusc, 2002.

RUSSELL, Bertrand. *Fundamentos de filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

